ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLV Nº 72

Brasília - DF, segunda-feira, 16 de abril de 2018

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Legislativo 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 2
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 4
Ministério da Cultura 9
Ministério da Defesa 14
Ministério da Educação 15
Ministério da Fazenda 21
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 28
Ministério da Integração Nacional 29
Ministério da Justiça 30
Ministério da Saúde 32
Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União 44
Ministério das Cidades 44
Ministério das Relações Exteriores 49
Ministério de Minas e Energia 51
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 191
Ministério do Trabalho 196
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 200
Ministério Extraordinário da Segurança Pública 201
Ministério Público da União 202
Tribunal de Contas da União 204
Poder Legislativo 208
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. 208

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.652, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo.

A PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1ª Fica instituído o Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo, a ser celebrado anualmente no dia 2 de abril.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de abril de 2018; 197ª da Independência e 130ª da República.

CÁRMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA

Gustavo do Vale Rocha

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 188, de 13 de abril de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento Da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 511.

DESPACHOS DA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 189, de 13 de abril de 2018. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.652, de 13 de abril de 2018.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM PERNAMBUCO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR(03)/nº 49, de 16 de setembro de 2002, publicada do DOU de 20 de setembro de 2002, que criou o Projeto de Assentamento Linda Flor, Código SIPRA PE0270000, **onde se lê:** área de 445,7 (quatrocentos e quarenta e cinco hectares e sete ares), **leia-se:** 427,7077 (quatrocentos e vinte e sete hectares, setenta ares e setenta e sete centiares).

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

Processo nº 99990.001307/2017-36
Interessado: AR QUALISIGN INFORMÁTICA S.A

DEFIRO o pedido de credenciamento da AR QUALISIGN INFORMÁTICA S.A, vinculada à AC SERASA CD no seguinte endereço Rua Correia Dias, nº 337, 2º e 7º andares, Conjuntos 21, 71 e 72 - Paraíso - São Paulo/SP.

Processo nº 99990.001369/2017-48
Interessado: AR MAIS CERTIFICADORA DIGITAL LTDA

DEFIRO o pedido de credenciamento da AR MAIS CERTIFICADORA DIGITAL LTDA, vinculada à AC SERASA CD, com sede No endereço: Rua Jurua, nº 50, Sala 6, Parte A - Graça - CEP: 31.140-020 - Belo Horizonte/MG.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

PORTARIA Nº 236, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto na lei 10.420, de 10 de abril de 2002 e no Decreto 4.962, de 22 de janeiro de 2004, e considerando que os pagamentos de benefícios seguem às condições vigentes na data de adesão do agricultor, conforme o artigo 9º do Decreto 4.962/2004, de 22 de janeiro de 2004, resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento dos benefícios relativo a safra 2016/2017 aos agricultores (as) que aderiram ao Garantia-Safra nos municípios constante no anexo.

Art. 2º Os pagamentos serão realizados a partir do mês de abril de 2018, nas mesmas datas definidas pelo calendário de pagamento de benefícios sociais da Caixa Econômica Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEFFERSON CORITEAC

ANEXO

(Safra 2016/2017)

UF	Município	IBGE
AL	Água Branca	2700102
AL	Belo Monte	2700904
AL	Cacimbinhas	2701209
AL	Carneiros	2701803
AL	Jacaré dos Homens	2703403
AL	Major Isidoro	2704401
AL	Maravilha	2704609
AL	Mata Grande	2705002
AL	Olho D'Água das Flores	2705705
AL	Olho D'Água do Casado	2705804
AL	Olivença	2706000
AL	Palestina	2706208
AL	Pão de Açúcar	2706406
AL	Pariconha	2706422
AL	Piranhas	2707107
AL	São José da Tapera	2708402
BA	Érico Cardoso	2900504
BA	Adustina	2900355
BA	Água Fria	2900405
BA	Andorinha	2901353
BA	Araci	2902104
BA	Barrocas	2903276
BA	Biritinga	2903607
BA	Brejões	2904308
BA	Caém	2905107
BA	Caldeirão Grande	2905503
BA	Candeal	2906402
BA	Cansanção	2906808
BA	Capela do Alto Alegre	2906857
BA	Capim Grosso	2906873
BA	Cipó	2907905
BA	Conceição do Coité	2908408
BA	Coronel João Sá	2909208
BA	Euclides da Cunha	2910701
BA	Feira de Santana	2910800
BA	Filadélfia	2910859
BA	Gavião	2911253
BA	Glória	2911402
BA	Heliópolis	2911857
BA	Ichu	2913309
BA	Ipirá	2914000
BA	Itaquara	2916708
BA	Itatim	2916856
BA	Itiúba	2917003
BA	Jacobina	2917508
BA	Jequié	2918001
BA	Lamarão	2919108
BA	Mairi	2920106
BA	Miguel Calmon	2921203
BA	Monte Santo	2921500
BA	Nordestina	2922656
BA	Nova Fátima	2922730
BA	Nova Itarana	2922805
BA	Nova Soure	2922904

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	Olindina	2923100
BA	Paulo Afonso	2924009
BA	Pé de Serra	2924058
BA	Pedro Alexandre	2924207
BA	Pindobaçu	2924603
BA	Pintadas	2924652
BA	Piritiba	2924801
BA	Ponto Novo	2925253
BA	Queimadas	2925808
BA	Quixabeira	2925931
BA	Rafael Jambeiro	2925956
BA	Retirolândia	2926103
BA	Riachão do Jacuípe	2926301
BA	Ribeira do Amparo	2926509
BA	Ribeira do Pombal	2926608
BA	Santa Bárbara	2927507
BA	Santa Inês	2927903
BA	Santa Teresinha	2928505
BA	Santaluz	2928000
BA	Santanópolis	2928307
BA	São Domingos	2928950
BA	São José do Jacuípe	2929370
BA	Sátiro Dias	2929701
BA	Saúde	2929800
BA	Senhor do Bonfim	2930105
BA	Serra Preta	2930402
BA	Serrinha	2930501
BA	Serrolândia	2930600
BA	Tanquinho	2931103
BA	Tapiramutá	2931301
BA	Teofilândia	2931509
BA	Tucano	2931905
BA	Ubaíra	2932101
BA	Valente	2933000
BA	Várzea da Roça	2933059
BA	Várzea do Poço	2933109
CE	Salitre	2311959
PB	Maturéia	2509396
PB	Paulista	2510907
PB	São José de Princesa	2514552
PE	Ipubi	2607307
PE	Alagoinha	2600609
PE	Altinho	2600807
PE	Capoeiras	2603801
PE	Pesqueira	2610905
PI	Bela Vista do Piauí	2201556
PI	Nova Santa Rita	2207959
PI	São João do Piauí	2210003
PI	Simplício Mendes	2210805
PI	Aroeiras do Itaim	2200954
PI	Francisco Macedo	2204154
PI	Fronteiras	2204303
PI	Geminiano	2204352
PI	Lagoa do Sítio	2205599
PI	Monsenhor Hipólito	2206506
PI	Santo Antônio de Lisboa	2209401
PI	Santo Inácio do Piauí	2209500
PI	São João da Canabrava	2209856
RN	Açu	2400208
RN	Bodó	2401651
RN	Cerro Corá	2402709
RN	Coronel João Pessoa	2402907
RN	Encanto	2403301
RN	Florânia	2403806
RN	Governador Dix-Sept Rosado	2404309
RN	Ipanguaçu	2404705
RN	Ipueira	2404804
RN	Janduís	2405207
RN	João Dias	2405900
RN	José da Penha	2406007
RN	Lagoa Nova	2406502
RN	Lucrécia	2406908
RN	Martins	2407401
RN	Messias Targino	2407609
RN	Olho-d'Água do Borges	2408409
RN	Paraná	2408607
RN	Patu	2409308
RN	Rafael Godeiro	2410603
RN	Riacho de Santana	2410801
RN	Santana do Seridó	2411429
RN	São João do Sabugi	2412104
RN	Afonso Bezerra	2400307
RN	Angicos	2400802
RN	Bom Jesus	2401701
RN	Caiçara do Norte	2401859
RN	Fernando Pedroza	2403756
RN	Galinhos	2404101
RN	Jandaíra	2405108
RN	Januário Cicco (Boa Saúde)	2405306
RN	Lagoa D'Anta	2406205
RN	Lajes	2406700
RN	Parazinho	2408805
RN	Poço Branco	2410108
RN	Presidente Juscelino (Serra Caiada)	2410306
RN	Serra de São Bento	2413300
RN	Serrinha	2413508

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 47, DE 10 DE ABRIL DE 2018

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Mato Grosso do Sul no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria Ministerial n. 428, de 09 de junho de 2010, publicada no D.O.U. de 14 de junho de 2010, que aprova o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com base na Instrução Normativa Nº 06, de 16 de janeiro de 2018 e o que consta nos autos.

CONSIDERANDO o que determina no §3° do Artigo 3° e Artigo 4°, da Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018, que aprova as Diretrizes gerais para a Prevenção, Controle e Erradicação do Mormo no âmbito do Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos-PNSE, resolve:

Art. 1°. HABILITAR os(as) Médicos (as) Veterinários (as) para realizarem colheita e remessa de material para diagnóstico de mormo no âmbito do Estado do Mato Grosso do Sul, conforme prevê o Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos, aprovados pela Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018 e demais normas e dispositivos complementares, abaixo listados:

NOME	CRMV	NOME	CRMV
Ademar Linares Pereira Filho	3856	Julio Cesar da Rocha Filqueiras	3917
Adriano Bobadilha de Souza	1760	Juventino Bento Gomes Neto	5915
Adriano Cezar Parra	1817	Kamilla Toniasso Leandro	3598
Alcidone Sebastião de Almeida Filho	3439	Karine Rolon Aguilar da Silva	5637
Alexandre Franco de Godoi	2106	Kendy Marlos Vicentin Soares	2634
Alisson Cordeiro Marques	2913	Laura Passos Hernandes	5161
Ana Carolina Malves Aniz	3948	Laurindo Maia Stefanelo	2987
Ana Paula Sivieiro Leite	4826	Leander Kublik	6158
Anderson Soares	2105	Léo Morbin Leite de Barros	4302
André Luiz Guarda	3634	Leonardo Jordão dos Santos	2033
André Luiz Toniasso Leandro	3676	Lilian Rodrigues Alencar	4151
Andreia Faustino Ney Moreira da Costa	4167	Lorena Estevam Louzada	5842
Augusto Cavalin	5457	Luana Gabriela Souza Rocha da Silva	6109
Barbara Moreira C. Bastos de Albuquerque	3511	Lucas Nantes Amorim da Cruz	6127
Bárbara Pereira Bueno	5866	Luiz Augusto Fontinele Nogueira	4250
Breno Luna Betini	2888	Luiz Carlos Louzada ferreira	975
Bruno Fernando de Albergaria Rios	5262	Luiz Eduardo Andrade	3871
Bruno Gomes Nogueira	5325	Luiz Felipe Ribeiro Coelho	6325
Bruno Loosli	4984	Luiz Fernando Jacomeli	4522
Camila Guimarães Falcão Alves	3180	Maik Antonio da Silva	2939
Camile Sanches Silva	5213	Marcelo Gavinha Lopes	4285
Carlos Renato Fernandes Strang	5445	Marcelo Iguma	1460
César Eduardo Horbach	1001	Marcelo Rodrigues Felipe	2167
Cláudia Ventriglia Novaes Guimarães	1892	Marciana Rosa Ramos	3230
Claudio Fernando Duarte DoVale	5454	Marcieli Barbosa de Oliveira	5029
Cristiane Vizzotto de Freitas	4148	Maria Lúcia Costa Metello	429
Daniel Oliveira Pereira	6046	Mariana Bossay de Campos	5547
Daniela Brandão Nunes	1822	Marina Piperas	2370
Danila Aparecida Rodrigues da Silva	5999	Marinary de Albuquerque Dittmar	4303
Danilo Araujo Cabral	5655	Maurício Saab Boabaid Rovedo	2567
Dayani Nunes Laurindo	6382	Michelly Marcondes Raulino Souza	6164
Débora de Souza Gonçalves	4962	Mike Campoi da Silva	4090
Deise Kuim	5565	Mizael Rocha Parolin	5919
Dênis Carlos Vaccaro	4410	Murillo Ferreira Serratine	4634
Deusnildo Ivo Rodrigues	2443	Murillo Kauã Ferreira de Oliveira Grubert	5584
Diego Felipe Martins Vieira	4308	Murilo Teixeira da Silva	6091
Diego Moreira da Silva	4182	Olavo Resende Fernandes	3517
Diogo Vasconcelos Germano	6473	Pablo Ruan Pache Correa	5008
Dyego Marques da Silva	5938	Paula de Almeida Barbosa Miranda	3006
Eric Fernandes Duarte	4588	Paulo Mauricio Martins	6111
Érica Hermoso Arantes Pereira	5183	Paulo Sérgio Farias Vieira	6280

Everton Henrique Alves de Queiroz	4286	Pedro Alves Gonçalves Filho	3372
Fabiano Neves Gonçalves	3944	Pedro Henrique Pinto Rodrigues Ribeiro	4334
Fabio Andrey Chignolli da Silva	3296	Pedro Ulisses Raniero	4448
Fabio Holney Xarão Jorge	2203	Priscila Meireles Dagostin	5509
Fabricio Gnoatto	2111	Rafael Greguer de Souza	4692
Felipe Alan Laxe de Paula	3232	Rafael Martins do Nascimento	4165
Felipe Ceobaniuc Campos	4122	Rafael Souza e Silva	5578
Felipe Fernandes Clemente	4338	Ralf Cezar de Queiroz	2402
Fernando Gandolfo	3620	Raquel Ferraz Laurenti	2598
Fernando Lesme Campos	4137	Raquel Soares Juliano	1208
Fernando Marques Correa	4805	Rayrany Letícia Nunes Mattos	5555
Frantiesco Munchen Chitolina	5082	Relysangela Alves Custódio	3861
Frederico Damasceno Jacques	5537	Renato Guimarães da Silva	6232
Frederico Gasperin	1129	Renato Nunes Toniasso	4982
Gabriel Nahas Curado	4785	Ricardo Noboyuki Higashi	2114
Gabriel Oliveira Amaral	5622	Roberta Andrade Machado Borges Correa	3614
Giovani Rodrigues de Oliveira	5804	Roberta Ferreira de Sá	4670
Gracieli Trevisan Vilela	5731	Robson Ferreira Lino	5438
Guilherme Ragni da Silva Pacheco	4535	Rodrigo Andreo Santos	4327
Gustavo Arruda Pereira	6007	Rodrigo Barbosa Nogueira	4508
Gustavo Coelho Jardim	1914	Rodrigo José Delgado Jardim	3885
Gustavo Johnny Roland Cavanha	4652	Rodrigo Madruga da Silva	5269
Gustavo Jose Cardiga Firmino	5649	Rodrigo Rodrigues Vilela	3857
Gustavo Sales Ferro	3009	Ronaldo Balan	4494
Helderson Martos Carloto	5034	Ronaldo Garcia Pereira Junior	5373
Heliton Franco Pereira	3970	Rosane Marquezim Lopes	3114
Heloisa Ferreira Duarte do Valle	4679	Rosilene Corrêa	3602
Hestéfany de Oliveira Gama	5254	Rossana Jordão Arrigucce Gomes	1228
Horácio Loureiro Tinoco	1333	Rulian Sergio Barbosa dos Santos	5609
Huberson Sanches Dias	3662	Sâmya Grubert Onogi	4399
Jacqueline Aparecida Barbosa Rodrigues	3357	Sérgio Augusto Loureiro Lima	947
Jaqueline da Silva Ferreira	3821	Silmara Alves Lopes	6206
Jessica Santos de Carvalho	6193	Silvio Peixoto de Oliveira Junior	4150
Jhonatan Vinicius Pedroso Navarro	6132	Stéfany Flores Nantes	6014
João Bosco Craveiro Gonçalves de Oliveira	6163	Tábitha Inês Perondi	5624
João Cledson Pedrozo Rigo	2924	Taynah Teodoro dos Santos	4396
João Ricardo Azevedo Pegolo	2728	Thaísa Christino do Carmo	5616
Jonas Colombo	183	Thiago Cuellar Messias	5672
Jorge Alexandre O.Gonçalves	2970	Thiago Muro Gomes	3438
Jorge Aparecido Chianezi	4534	Ulisses Medeiros Junior	3073
Jorge Vinicius Carneiro da Silva	6281	Vandeufrazio da Silva de Castro	4112
José Antonio de Figueiredo Pessoa Neto	1701	Veridiana Silveira Antunes	6030
José Augusto Lopes de Oliveira	5570	Vili Schulz	1467
José Paulo Souza Cardoso Debom	5776	Walmir Witzler Antunes Ribeiro	508
Josimar Arantes de Oliveira	4794	Welinton Marcos Araujo Saia	6287
Juliana Abreu Revedutti	3488	Willian Brito dos Santos	5644
Juliana Pereira Gamba	4856	Wilson Ricartes de Oliveira Neto	4469
Juliane Moreira	4867	Zedechias Cruciol	669

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO DE SOUZA MARTINS

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 1.079, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições previstas no art. 44, do Regimento Interno das SFA's, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU no dia 14 de junho de 2010, Portaria SE/MAPA nº 326 de 09 de março de 2018, publicada no DOU no dia 19 de março de 2018, tendo em vista o disposto no art. 2º, do Anexo I, da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 3º, da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, e do Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo nº 21034.002057/2014-30, resolve:

Art. 1° Cancelar o credenciamento da empresa ECOLÓGICA SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO LTDA - ME, número BR PR 248, CNPJ n° 06.218.971/0001-99, localizada na Rua Comendador Correia Junior, 300, em Paranaguá/PR - CEP 83.203-560.

Art. 2º - Fica revogada a Portaria nº 407 SFA/PR/MAPA de 8 de agosto de 2017, publicada na Seção 1, do DOU nº 159, 18 de agosto de 2017.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEVERSON FREITAS

PORTARIA Nº 1.199, DE 11 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições contidas no art. 44, do Regimento Interno das SFA's, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU no dia 14 de junho de 2010, e Portaria SE/MAPA nº 326 de 09 de março de 2018, publicada no DOU no dia 19 de março de 2018. E tendo em vista o disposto no art. 2º, do Anexo I, da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 3º, da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, e do Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo nº 21034.002057/2014-30, resolve:

Art. 1° Cancelar o credenciamento da empresa ITASPURG DO BRASIL FUM. E INSP. AGRÍCOLA LTDA., número BR PR 296, CNPJ n° 06.203.625/0003-07, localizada na Avenida Brasil, 1566, Vila Salomé em Cambé/PR - CEP 86.192-000.

Art. 2º - Fica revogada a Portaria nº 323 SFA/PR/MAPA de 14 de junho de 2013, publicada na Seção 1, do DOU nº 116, 19 de junho de 2013.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEVERSON FREITAS

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA N° 165, DE 12 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 39, inciso XIX, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovada pela Portaria Ministerial nº 428, de 09/06/2010, publicada no DOU de 14/06/2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002 e o que consta do Processo 21052.002847/2012-35, resolve:

Art. 1° Renovar o Credenciamento número BR-SP460, da empresa Brasmar Fumigações Ltda. - EPP, CNPJ 13.778.017/0001-16, localizada na Av. Conselheiro Rodrigues Alves, 516 - Conj. 12 - Bairro Macuco, em Santos, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os seguintes tratamentos: Fumigação em Contêineres, Fumigação em Silos Herméticos, Fumigação em Porões de Navio e Fumigação em Câmara de Lona, todos exclusivamente com Fosfina.

Art. 2° O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 05 (cinco) anos, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo - SFA/SP.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉA FIGUEIREDO PROCÓPIO DE MOURA
Substituta

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe conferem os Arts. 18 e 53 do Anexo I do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, no Decreto nº 4.954, de 14 de janeiro de 2004, no Decreto nº 5.741, de 30 março de 2006, na Instrução Normativa nº 13, de 24 de março de 2011, na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 20153.000064/2018-10, resolve:

Art. 1º Alterar os arts. 4º, 21, 35 e o Anexo da Instrução Normativa SDA nº 30, de 12 de novembro de 2010, que passam a vigorar com as seguintes inclusões:

"Art. 4º. .....

§ 2º.....

Tabela 01

Micro-organismo	Meio de Cultura para contagem em placa	.....	.....	.....
.....	.....	.....	.....	.....
Azospirillum	..... e Rojo Congo (RC)	.....	.....	.....
.....	.....	.....	.....	.....

Art. 21 . .....

XIV - alternativamente, o processo de extração de DNA pode ser conduzido por meio do uso de kit comercial ou de extrator automático, seguindo as instruções do fabricante e tendo como obrigatoriedade a prévia avaliação de desempenho, o qual deve ser igual ou superior ao método descrito nos Incisos anteriores. (NR)

Art. 35. .....

§ 1º Para o Meio Rojo Congo (RC) (Azospirillum sp.) (Cassán et al., 2010), deve ser observado o seguinte:

I- componentes:

K_2HPO_4.....0,5 g

$MgSO_4.7H_2O$.....0,2 g

NaCl.....0,1 g

Extrato de levedura.....0,5 g

$FeCl_3.6H_2O$.....0,015 g

DL-ácido málico.....5,0 g

KOH.....4,8 g

Solução de Vermelho congo..... .....15,0 mL

Ágar.....20,0 g

Água destilada..... .....1.000 mL

II - procedimentos:

a) para o preparo da solução de vermelho Congo, dissolver 0,25 g em 100 mL de água destilada;

b) preparo do meio: dissolver os componentes na ordem indicada na formulação e ajustar o pH para 7,0, utilizar solução 0,1N de KOH;

c) para facilitar a distribuição nas placas, o meio deve ser esterilizado em recipientes contendo 250 mL cada, realizando a esterilização 121ºC em 1,0 atmosfera por 20 minutos.

ANEXO.....

Cassán, F. et al. Protocolo para el control de calidad de inoculantes que contienen Azospirillum sp. Documento de Procedimientos de la REDCAI (Red de Control de Calidad de inoculantes n º 2. 1 ª ed. Buenos Aires: Associación Argentina de Microbiología, 2010. 13 pp. CD-ROM.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

Envio Eletrônico de Matérias

Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam *livres de vírus.*
Sua matéria pode ser rejeitada caso seja constatado algum tipo de contaminação.
Atualize, com freqüência, seu antivírus.

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.989, DE 12 DE ABRIL DE 2018

Altera a redação do art. 9º do anexo à Portaria MCTIC nº 7.154/2017, referente à Norma Geral do Programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão - GESAC.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 4.733, de 10 de junho de 2003, na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, e no Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º O art. 9º do Anexo à Portaria MCTIC nº 7.154, de 6 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 7 de dezembro de 2017, referente à Norma Geral do Programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão - GESAC, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º É obrigação da Instituição Proponente Municipal solicitar sua adesão ao Programa GESAC por meio de parceria a ser firmada com o MCTIC, a partir da qual serão indicados os Pontos de Presença e as condições a serem atendidas para execução do Programa GESAC nas Localidades Beneficiárias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 692, DE 12 DE ABRIL DE 2018

Altera o Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, e alterado pela Resolução nº 618, de 24 de julho de 2013.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO o disposto nos §§ 4º e 9º da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011;

CONSIDERANDO as contribuições recebidas em decorrência da Consulta Pública nº 3, de 11 de março de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 14 de março de 2016;

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº 847, de 5 de abril de 2018;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 53500.008950/2014-11, resolve:

Art. 1º O art. 3º do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, e alterado pela Resolução nº 618, de 24 de julho de 2013, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos:

"Art. 3º (...)

XXXIII - Capacidade Útil Total: número máximo de Canais de Programação que podem ser distribuídos por meio da Rede da Prestadora;

XXXIV - Grade de Programação: relação e ordem sequencial de todos os Canais de Programação distribuídos pela Prestadora por meio de seus sistemas;

XXXV - Ponto de Entrega dos Sinais da Programação: local específico, identificado por meio de coordenadas geográficas, definido pela Prestadora para a entrega dos sinais da Programação das Programadoras de que tratam os incisos II a XI do art. 52 deste Regulamento;"

Art. 2º O parágrafo único do art. 31 do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, e alterado pela Resolução nº 618, de 24 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 31. (...)

Parágrafo único. A aprovação da transferência de outorga está condicionada à assunção, pela empresa cessionária, de todas as obrigações e à manutenção das condições de autorização ou de outras condições previstas na regulamentação."

Art. 3º O parágrafo único do art. 32 do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, e alterado pela Resolução nº 618, de 24 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 32. (...)

Parágrafo único. A transferência da outorga entre empresas de um mesmo Grupo poderá ser efetivada pela Anatel a qualquer momento, mediante solicitação das partes interessadas e com observância das disposições contidas neste Capítulo."

Art. 4º O art. 34 do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, e alterado pela Resolução nº 618, de 24 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 34. Deverá ser submetida previamente à Anatel alteração que possa vir a caracterizar transferência de controle, este apurado nos termos do Regulamento de Apuração de Controle e de Transferência de Controle em Empresas Prestadoras dos Serviços de Telecomunicações, quando as partes envolvidas na operação se enquadrarem nas condições dispostas no art. 88 da Lei nº 12.529, de 2011.

§ 1º A aprovação da transferência de controle levará em consideração a manutenção das condições de autorização ou de outras condições previstas na regulamentação, devendo a prestadora enviar à Agência requerimento contendo sua composição societária atual, a operação pretendida e o quadro resultante da operação, além da documentação constante do Anexo II deste Regulamento.

§ 2º A Anatel, a seu critério, poderá determinar que as alterações societárias que não se enquadrem nos termos definidos no caput sejam submetidas à anuência prévia."

Art. 5º O art. 39 do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, e alterado pela Resolução nº 618, de 24 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 39. Os casos de transferência de controle que não se enquadrarem no caput e no § 2º do art. 34 deste Regulamento, e ainda, as modificações da denominação social, do endereço da sede, a transformação do tipo societário e dos acordos de sócios que regulam as transferências de quotas e ações, bem como o exercício de direito a voto, das Prestadoras de SeAC e de suas sócias diretas e indiretas, devem ser comunicadas à Anatel, no prazo de 60 (sessenta) dias, após o registro dos atos no órgão competente."

Art. 6º O art. 52 do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, e alterado pela Resolução nº 618, de 24 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 52. (...)

§ 1º Os canais de programação com os sinais analógicos das geradoras locais, previstos no inciso I, deverão ser oferecidos aos assinantes desde o início da prestação comercial do serviço.

§ 1º-A Os canais de programação com os sinais digitais das geradoras locais deverão ser oferecidos aos assinantes a partir da data prevista na pactuação entre a Geradora Local e a Prestadora ou, caso essa não seja alcançada, a partir da exigência de sua distribuição gratuita, observado o disposto no art. 62 do presente Regulamento.

§ 2º No caso de inviabilidade técnica ou econômica para o cumprimento do disposto no inciso I, por prestadora de SeAC que utilize a plataforma de satélite, deve-se observar que o carregamento de um canal de Geradora Local de radiodifusão de sons e imagens, pertencente a um conjunto de estações, sejam geradoras locais ou retransmissoras, e caracterizado pela presença em todas as regiões geopolíticas do país, pelo alcance de, ao menos, um terço da população brasileira e pelo provimento da maior parte da programação por uma das estações para as demais, implicará o carregamento de, ao menos, um canal de Geradora de cada um dos demais conjuntos de geradoras e retransmissoras com as mesmas características.

(...)

§ 5º É direito da Prestadora do SeAC receber das programadoras dos canais de que tratam os incisos II a XI deste artigo os sinais dos canais nas instalações indicadas pela Prestadora, devendo ser observado o seguinte:

I - a Prestadora que possuir estação licenciada para serviços de televisão por assinatura localizada no mesmo município onde haja estúdio, centro de produção ou instalações similares de Programadora dos referidos canais, utilizados para programar seus canais, não poderá indicar Ponto de Entrega da Programação fora dos limites do respectivo município;

II - quando não houver estúdio, centro de produção ou instalações similares de Programadora dos referidos canais em município que contenha estação licenciada para serviços de televisão por assinatura, a Prestadora deverá indicar como Ponto de Entrega da Programação a estação mais próxima das instalações da Programadora; e,

III - é vedado à Prestadora indicar Ponto de Entrega da Programação fora dos limites territoriais da República Federativa do Brasil.

§ 5º-A A Prestadora não poderá inviabilizar, mediante a imposição de condições à Programadora, a entrega em suas instalações da Programação dos canais de que trata o § 5º deste artigo, devendo indicar mais de um meio de entrega, sempre que possível.

§ 6º A Prestadora, desde que haja viabilidade técnica, poderá possibilitar a entrega dos sinais dos canais de que tratam os incisos II a XI deste artigo por meio de seu próprio sistema, ou firmar acordos com as Programadoras desses canais para assumir ou partilhar os ônus decorrentes dessa entrega."

Art. 7º O art. 53 do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, e alterado pela Resolução nº 618, de 24 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 53. (...)

IV - a Agência definirá quais dos Canais de Programação de Distribuição Obrigatória a Prestadora estará dispensada da distribuição obrigatória em cada uma de suas estações, por meio de instrumento decisório específico;"

(...)

§ 3º A decisão da Anatel pela dispensa da obrigação de distribuição será proferida por prazo determinado, não superior a 3 (três) anos, conforme definido em instrumento decisório específico."

§ 4º Havendo novo pedido de dispensa do carregamento dos Canais de Programação de Distribuição Obrigatória, este deverá ser protocolizado pela Prestadora com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias do vencimento do prazo anteriormente estabelecido para dispensa.

§ 5º Em caso de indeferimento do pedido de dispensa, a Prestadora deverá cumprir a obrigação de distribuição dos Canais de Programação de Distribuição Obrigatória no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação da decisão ou do fim do prazo de dispensa anteriormente concedido."

Art. 8º O Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, e alterado pela Resolução nº 618, de 24 de julho de 2013, passa a vigorar acrescido dos seguintes artigos:

"Art. 53-A. A oferta concomitante de outros serviços de telecomunicações ou de serviços de valor adicionado pela Rede da Prestadora ou ainda, o compartilhamento da Rede com outra prestadora de serviço de telecomunicações, não desobriga a disponibilização dos Canais de Programação de Distribuição Obrigatória."

(...)

"Art. 54-A. Na solicitação de dispensa por motivo de inviabilidade técnica, a Prestadora deve informar, no mínimo:

I - a relação de todas as Geradoras Locais ou Retransmissoras existentes na Área de Abrangência do Atendimento, no caso do SeAC, ou na Área de Prestação do Serviço, para os demais serviços de televisão por assinatura;

II - Grade de Programação atualizada, a identificação comercial de cada Canal de Programação e suas respectivas larguras de banda ou taxas de transmissão, conforme o caso;

III - detalhamento das plataformas utilizadas nas estações e das tecnologias de Rede, informando a Capacidade Útil Total; e,

IV - descrição detalhada da restrição técnica existente e que enseja a necessidade da dispensa de carregamento parcial ou total de Canais de Programação de Distribuição Obrigatória.

Art. 54-B. A estação da Prestadora que opera com tecnologia MMDS está dispensada da disponibilização dos Canais de Programação de Distribuição Obrigatória.

Art. 54-C. A estação da Prestadora que opera com largura de banda de 6 MHz na faixa de UHF está dispensada da disponibilização dos Canais de Programação de Distribuição Obrigatória.

Art. 54-D. Em nenhum caso será concedida dispensa por inviabilidade técnica da disponibilização dos Canais de Programação de Distribuição Obrigatória às estações da Prestadora que distribuem o serviço aos Assinantes por meios confinados."

Art. 9º. O art. 62 do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, e alterado pela Resolução nº 618, de 24 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 62. (...)

§ 1º-A Outras soluções pactuadas entre as partes poderão ser apresentadas à Anatel para fins de apreciação e cumprimento do disposto no regulamento e garantia das disposições do caput".

Art. 10. O art. 85 do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, e alterado pela Resolução nº 618, de 24 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

"Art. 85. (...)

§ 1º Aplicam-se ao Serviço de TV a Cabo os itens 2, 8 e 9 da Norma do Serviço de TV a Cabo, aprovada pela Portaria do Ministério das Comunicações nº 256, de 18 de abril de 1997.

§ 2º A Prestadora que foi autorizada a proceder à adaptação de sua outorga de Serviço de TV a Cabo para o SeAC continuará obrigada a cumprir os compromissos de atendimento originalmente assumidos, na respectiva Área de Prestação do Serviço, podendo fazê-lo, após a adaptação, por meio de outras tecnologias, ainda que não seja por meio da implantação de estrutura de rede física, sem prejuízo de seu sancionamento pelas infrações cometidas sob o regime anterior.

§ 3º Nos processos com trânsito em julgado administrativo e nos processos pendentes de julgamento pelo Conselho Diretor, as determinações específicas neles contidas, nas quais se impôs a obrigação de cumprimento dos compromissos de implantação da infraestrutura de suporte ao serviço de TV a Cabo (obrigações de home passed), poderão ser cumpridas na forma do § 2º deste artigo, desde que efetivada a adaptação da prestadora ao SeAC.

§ 4º Nos processos em trâmite e naqueles que vierem a ser instaurados, a Anatel deverá considerar eficaz, a partir da adaptação da outorga do Serviço de TV a Cabo para o SeAC, o adimplemento dos compromissos de atendimento por meio de outras tecnologias, persistindo a faculdade de sancionamento por infrações cometidas anteriormente à adaptação, conforme parte final do § 2º deste artigo.

§ 5º A adaptação ao SeAC não tem o efeito de abolir a infração cometida por prestadora que, ainda sujeita ao regime anterior do Serviço de TV a Cabo, tenha-se utilizado de tecnologia diversa do cabeamento físico, na expectativa de adimplir compromissos de atendimento."

Art. 11. O art. 92 do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, e alterado pela Resolução nº 618, de 24 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 92. (...)

Parágrafo único. Não se aplica ao TVA o disposto nos arts. 5º e 6º da Lei nº 12.485, de 2011, e o disposto no § 1º do art. 50 e no inciso II do art. 73 deste Regulamento, sendo que permanece em vigor eventual fixação, pela Anatel, de percentual sobre o tempo de irradiação diária para a distribuição de sons e imagens por sinais não codificados, inclusive na hipótese do caput.

Art. 12. O art. 5º do Anexo II ao Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, e alterado pela Resolução nº 618, de 24 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º. Nos casos de transferência de controle disposta no art. 34 deste Regulamento, a Prestadora deve apresentar os documentos enumerados no inciso I, alíneas 'a', 'b', e 'c', e no inciso IV do art. 1º deste Anexo.

Parágrafo único. Os documentos necessários à comprovação da regularidade fiscal devem ser apresentados pela Prestadora envolvida na operação até o momento da assinatura do Ato que formaliza a anuência prévia concedida pela Agência para a transferência requerida."

Art. 13. O Regulamento Geral de Acessibilidade, aprovado pela Resolução nº 667, de 30 de maio de 2016, passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

"Título III - A

DA ACESSIBILIDADE NAS UNIDADES RECEPTORAS DECODIFICADORAS

Art. 13-A. As pessoas com deficiência têm direito à Unidade Receptora Decodificadora (URD), que permita a utilização de recursos de acessibilidade no SeAC, em todas as suas saídas de sinal, analógicas e digitais, sempre que solicitado pelo assinante, independentemente do Plano de Serviço e sem custo adicional.

§ 1º Na distribuição do sinal, é vedada a exclusão de qualquer tipo de recursos de acessibilidade no SeAC que estiver incluso na programação original.

§ 2º. Para efeito do disposto no caput, são considerados como recursos de acessibilidade no SeAC a legenda oculta, a audiodescrição, a janela de libras, e menus com audiolocução, dentre outros recursos.

§ 3º. Em caso de inviabilidade técnica comprovada, o cumprimento do § 1º poderá ser dispensado, de forma específica e prazo determinado, a cada recurso de acessibilidade.

§ 4º. A prestadora fica obrigada a oferecer a substituição da URD de propriedade de usuário, tenha sido ela adquirida na rede da prestadora ou não, bem como garantir a plena funcionalidade de todos os recursos de acessibilidade, nos mesmos critérios inicialmente contratados."

Art. 14. Revogam-se os seguintes dispositivos do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) e de seus Anexos, aprovados pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, e alterado pela Resolução nº 618, de 24 de julho de 2013:

I - os art. 33, 35 e 36;

II - os §§ 7º, 8º e 9º do art. 52;

III - o § 2º do art. 53;

IV - os incisos XXI e XXII e o parágrafo único do art. 73;

V - o parágrafo único do art. 3º do Anexo II; e,

VI - o art. 4º do Anexo II.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação.

Parágrafo único. O disposto no art. 10 desta Resolução entra em vigor imediatamente, na data de sua publicação.

ANIBAL DINIZ
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 2.832, DE 12 DE ABRIL DE 2018

Processo nº 53500.206344/2015-41. Adapta a concessão para exploração do Serviço de TV a Cabo - TVC na Área de Prestação do Serviço de Fernandópolis-SP, expedida por meio do Ato nº 13.378, de 1º de dezembro de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 7 de dezembro de 2000, à TV CABO MIX PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TV A CABO LTDA., CNPJ/MF nº 07.816.433/0001-69, para o regime regulatório do Serviço de Acesso Condicionado - SeAC. Estabelece que o preço devido pela adaptação da outorga é de R$ 9.000,00 (nove mil reais), de acordo com o Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite, aprovado pela Resolução nº 386, de 3 de novembro de 2004, da Anatel e alterações. A quantia referida será recolhida na forma e no prazo estabelecidos em notificação da Anatel à autorizada, sob pena de extinção da presente Autorização, além da aplicação das sanções administrativas cabíveis. Estabelece que será formalizado Termo de Autorização para o Serviço de Acesso Condicionado - SeAC, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes. A formalização do Termo de Autorização para o Serviço de Acesso Condicionado referida deverá ocorrer no prazo estabelecido em notificação da Anatel à Interessada, sob pena de extinção da outorga objeto deste ato.

ANIBAL DINIZ
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 2.834, DE 12 DE ABRIL DE 2018

Processo nº 53500.206344/2015-41. Adapta a concessão para exploração do Serviço de TV a Cabo - TVC na Área de Prestação do Serviço de Votuporanga-SP, expedida por meio do Ato nº 13.377, de 1º de dezembro de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 7 de dezembro de 2000, à TV CABO MIX PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TV A CABO LTDA., CNPJ/MF nº 07.816.433/0001-69, para o regime regulatório do Serviço de Acesso Condicionado - SeAC. Estabelece que o preço devido pela adaptação da outorga é de R$ 9.000,00 (nove mil reais), de acordo com o Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite, aprovado pela Resolução nº 386, de 3 de novembro de 2004, da Anatel e alterações. A quantia referida será recolhida na forma e no prazo estabelecidos em notificação da Anatel à autorizada, sob pena de extinção da presente Autorização, além da aplicação das sanções administrativas cabíveis. Estabelece que será formalizado Termo de Autorização para o Serviço de Acesso Condicionado - SeAC, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes. A formalização do Termo de Autorização para o Serviço de Acesso Condicionado referida deverá ocorrer no prazo estabelecido em notificação da Anatel à interessada, sob pena de extinção da outorga objeto deste ato.

ANIBAL DINIZ
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 2.835, DE 12 DE ABRIL DE 2018

Processo nº 53500.206344/2015-41. Adapta a concessão para exploração do Serviço de TV a Cabo - TVC na Área de Prestação do Serviço de Avaré-SP, expedida por meio do Ato nº 14.031, de 22 de dezembro de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 27 de dezembro de 2000, à RF TV A CABO LTDA., CNPJ/MF nº 07.812.807/0001-78, para o regime regulatório do Serviço de Acesso Condicionado - SeAC. Estabelece que o preço devido pela adaptação da outorga é de R$ 9.000,00 (nove mil reais), de acordo com o Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite, aprovado pela Resolução nº 386, de 3 de novembro de 2004, da Anatel e alterações. A quantia referida será recolhida na forma e no prazo estabelecidos em notificação da Anatel à autorizada, sob pena de extinção da presente Autorização, além da aplicação das sanções administrativas cabíveis. Estabelece que será formalizado Termo de Autorização para o Serviço de Acesso Condicionado - SeAC, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes. A formalização do Termo de Autorização para o Serviço de Acesso Condicionado referida deverá ocorrer no prazo estabelecido em notificação da Anatel à interessada, sob pena de extinção da outorga objeto deste ato.

ANIBAL DINIZ
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 2.836, DE 12 DE ABRIL DE 2018

Processo nº 53500.206344/2015-41. Adapta a concessão para exploração do Serviço de TV a Cabo - TVC na Área de Prestação do Serviço de Itatiba-SP, expedida por meio do Ato nº 16.936, de 6 de junho de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 8 de junho de 2001, à RF TV CABO MIX LTDA., CNPJ/MF nº 09.107.164/0001-97, para o regime regulatório do Serviço de Acesso Condicionado - SeAC. Estabelece que o preço devido pela adaptação da outorga é de R$ 9.000,00 (nove mil reais), de acordo com o Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite, aprovado pela Resolução nº 386, de 3 de novembro de 2004, da Anatel e alterações. A quantia referida será recolhida na forma e no prazo estabelecidos em notificação da Anatel à autorizada, sob pena de extinção da presente Autorização, além da aplicação das sanções administrativas cabíveis. Estabelece que será formalizado Termo de Autorização para o Serviço de Acesso Condicionado - SeAC, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes. A formalização do Termo de Autorização para o Serviço de Acesso Condicionado referida deverá ocorrer no prazo estabelecido em notificação da Anatel à interessada, sob pena de extinção da outorga objeto deste ato.

ANIBAL DINIZ
Presidente do Conselho
Substituto

PORTARIA Nº 614, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Estabelece os limites para interposição de recurso de ofício e consulta à Procuradoria Federal Especializada junto à Anatel no âmbito dos Processos Administrativos Fiscais.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das competências que lhe confere o art. 19, IV, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997,

CONSIDERANDO o disposto no inciso I do art. 34 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972;

CONSIDERANDO o disposto no inciso I do art. 35 do Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, que aprova o Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações e dá outras providências;

CONSIDERANDO a importância da celeridade no julgamento dos processos administrativos fiscais da Anatel;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 53500.057435/2017-16;

CONSIDERANDO a deliberação tomada em sua Reunião nº 847, de 5 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º A autoridade julgadora de primeira instância do processo administrativo fiscal - PAF recorrerá de ofício sempre que a decisão exonerar o sujeito passivo do pagamento de tributo, cujo valor total do lançamento ultrapasse R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), excluídos juros, multas de ofício e de mora e demais acréscimos legais.

Parágrafo único. O valor total a que se refere o caput será verificado por processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o art. 4º da Portaria nº 1.125, de 24 de outubro de 2014.

ANIBAL DINIZ
Presidente do Conselho
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 180, DE 12 DE ABRIL DE 2018

Processo nº 53500.009400/2011-77
Recorrente/Interessado: SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA., TV FILME SISTEMAS LTDA. CNPJ/MF nº 00.497.373/0001-10 e nº 02.194.067/0001-30

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 43/2018/SEI/ORX (SEI nº 2440609), integrante deste acórdão: a) não conhecer do Pedido de Reconsideração SEI nº 1439361; b) adequar os valores dos preços públicos devidos a serem cobrados pelas prorrogações do direito de uso das radiofrequências associadas ao SeAC e demais serviços, considerando a data efetiva de vigência das outorgas em cada uma das Áreas de Prestação do Serviço - APS, nos termos do Informe nº 5/2018/SEI/CPAE/SCP (SEI nº 2332284); e, c) declarar extintas, por renúncia, desde 16 de janeiro de 2017, as autorizações para explorar o Serviço de Acesso Condicionado - SeAC, conferidas à TV FILME SISTEMAS LTDA., CNPJ/MF nº 02.194.067/0001-30, e as autorizações para uso de radiofrequências associadas àquele serviço, sem prejuízo da apuração de eventuais infrações cometidas pela Outorgada ou a cobrança de valores devidos.

ANIBAL DINIZ
Presidente do Conselho
Substituto

ACÓRDÃO Nº 183, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Processo nº 53500.074809/2017-50
Recorrente/Interessado: CLARO S.A. CNPJ/MF nº 40.432.544/0001-47

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 47/2018/SEI/EC (SEI nº 2549222), integrante deste acórdão: a) conceder anuência prévia ao aumento de capital da CLARO S.A., nos moldes requeridos, condicionada à comprovação de sua regularidade junto ao Fistel; e, b) determinar que a presente anuência tenha validade pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, o qual será contado a partir da publicação do Ato de Anuência no Diário Oficial da União - DOU, prorrogável, a pedido da parte interessada, uma única vez por igual período, se mantidas as condições aqui verificadas.

ANIBAL DINIZ
Presidente do Conselho
Substituto

ACÓRDÃO Nº 184, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Processo nº 53500.023028/2016-16
Recorrente/Interessado: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 90/2018/SEI/AD (SEI nº 2616367), integrante deste acórdão, aprovar a prorrogação do prazo da Consulta Pública nº 8/2017 por mais 30 (trinta) dias, alterando a data de encerramento para o dia 14 de maio de 2018, às 23h59.

ANIBAL DINIZ
Presidente do Conselho
Substituto

CONSULTA PÚBLICA Nº 11, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, pelo art. 42 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 67 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, deliberou, em sua Reunião nº 847, de 5 de abril de 2018, submeter a comentários e sugestões do público geral, de acordo com o constante dos autos do Processo nº 53500.062003/2017-19, a proposta de Regulamento para Coleta de Dados Setoriais pela Agência Nacional de Telecomunicações e de revogação de normativos afetos, bem como de Procedimento Para Coleta e Acompanhamento de Dados Setoriais pela Agência Nacional de Telecomunicações.

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico http://sistemas.anatel.gov.br/sacp, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas, preferencialmente, por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública (SACP), indicado no parágrafo anterior, relativo a esta Consulta Pública, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sendo também consideradas as manifestações encaminhadas por carta, fax ou correspondência eletrônica para:

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E REGULAMENTAÇÃO - SPR
CONSULTA PÚBLICA Nº 11, DE 13 DE ABRIL DE 2018
Proposta de Regulamento para Coleta de Dados Setoriais pela Agência Nacional de Telecomunicações e de revogação de normativos afetos, bem como de Procedimento Para Coleta e Acompanhamento de Dados Setoriais pela Agência Nacional de Telecomunicações
Setor de Autarquias Sul - SAUS - Quadra 6, Bloco F, Térreo - Biblioteca
CEP: 70070-940 - Brasília-DF
Telefone: (61) 2312-2001
Fax: (61) 2312-2002
Correio Eletrônico: biblioteca@anatel.gov.br

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público na Biblioteca da Agência, no endereço eletrônico http://www.anatel.gov.br.

ANIBAL DINIZ
Presidente do Conselho
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 2.810, DE 12 DE ABRIL DE 2018

Processo nº 53516.001114/2018-61: Expede autorização à A ASSOCIAÇÃO DA ESCOLA INTERNACIONAL DE CURITIBA, CNPJ nº 76.673.904/0001-40, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente Regional

ATO Nº 2.817, DE 12 DE ABRIL DE 2018

Processo nº 53516.000356/2018-37, Expede à RÁDIO CLUB DE PALMAS LTDA, CNPJ nº 75.661.751/0001-58 autorização para exploração do Serviço Aux. Radiodifusão - Ligação para Transmissão de Programas e outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente Regional

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATOS DE 10 DE ABRIL DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 2.784 - USINA ALTA MOGIANA S/A-AÇÚCAR E ÁLCOOL, CNPJ nº 53.009.825/0001-33;

Nº 2.790 - ASSOCIAÇÃO CULTURA INGLESA - SÃO PAULO, CNPJ nº 61.793.907/0001-40

Prorroga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 2.788 - PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0108-40

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATOS DE 11 DE ABRIL DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 2.797 - CONQUISTA AGROPECUÁRIA LTDA, CNPJ nº 55.973.010/0001-03;

Nº 2.799 - CARGILL AGRÍCOLA S/A, CNPJ nº 60.498.706/0001-57;

Nº 2.808 - RAIZEN ENERGIA S.A, CNPJ nº 08.070.508/0124-27

Expede autorização para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à(ao):

Nº 2.803 - CONDOMÍNIO DISTRIBUTION CENTER RODOANEL, CNPJ nº 25.286.315/0001-78;
Nº 2.806 - AVIBRAS INDÚSTRIA AEROESPACIAL S A, CNPJ nº 60.181.468/0001-51

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATO Nº 2.819, DE 12 DE ABRIL DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) SAT SISTEMA A TRIBUNA DE COMUNICAÇÃO-SANTOS LTDA, CNPJ nº 58.780.453/0001-68 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATOS DE 13 DE ABRIL DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 2.838 - JORGE LUIZ MORELLI E OUTROS, CNPJ nº 08.069.666/0001-08

Expede autorização para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à(ao):

Nº 2.837 - COLÉGIO PALMARES LTDA, CNPJ nº 05.824.890/0001-70

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATO Nº 2.698, DE 6 DE ABRIL DE 2018.

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A, CNPJ nº 90.976.853/0001-56 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente Regional no Estado do Rio Grande do Sul

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ATO Nº 2.471, DE 29 DE MARÇO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequências à MINERACAO BODOQUENA S/A, CNPJ nº 03.201.316/0001-30 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATO Nº 2.829, DE 12 DE ABRIL DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequências à CICERO RODRIGUES CARAMORI, CPF nº 863.021.911-49; Nº 2.831 - CORNELIS PETRUS ELIGIUS HUIJSMANS, CPF nº 273.156.901-82, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATOS DE 13 DE ABRIL DE 2018

Expede autorização para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional a:

Nº 2.847 - CLOVIS VINCENSI, CPF nº 407.441.241-15 ; Nº 2848 - Processo nº 53548.000295/2018-31 - ARAMIS GALEANO BRANDAO, CNPJ nº 06155308187; Nº 2849 - Processo nº 53548.000361/2018-72 - MOISES ANTONIO COSSETIN, CNPJ nº 13916521187; Nº 2852 - FORTWEST SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 29982660000105;

Outorga autorização para uso de radiofrequências associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à:

Nº 2.839 - GOVERNO DO ESTADO MS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - MS, CNPJ nº 03.015.475/0001-40; Nº 2.851 - SABINO CARLOS DA COSTA ZUQUE, CPF nº 073.336.761-53; Nº 2.854 - BIOSEV S.A., CNPJ nº 15.527.906/0035-85.

Prorroga autorização para uso de radiofrequências à:

Nº 2.840 - TELEVISAO CIDADE MODELO LTDA, CNPJ nº 03.862.216/0001-54 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO RIO JANEIRO E ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 1.896, DE 20 DE MARÇO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A.INB, CNPJ nº 00.322.818/0001-20 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 2.261, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) USINA TERMELETRICA NORTE FLUMINENSE SA, CNPJ nº 03.258.983/0001-59 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 2.298, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 53508.001078/2018-34. Expede autorização à K L G RADIOS SISTEMAS DE TELECOMUNICACOES EIRELI, CNPJ nº 27414492000118, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 2.505, DE 2 DE ABRIL DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) CONSPIRACAO FILMES S.A., CNPJ nº 02.020.661/0001-04 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 2.662, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0001-01 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 2.709, DE 6 DE ABRIL DE 2018

Processo nº 53508.000217/2018-11 - Extinguir, por cassação, a partir da data de publicação deste Ato, a autorização do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Telecomando, de interesse restrito, expedida à GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso da radiofrequência associada, com fulcro no parágrafo 7º, do art. 16, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 03 de novembro de 2016 e no parágrafo único, do art. 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997. A extinção não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 2.717, DE 6 DE ABRIL DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) VOTORANTIM CIMENTOS S.A., CNPJ nº 01.637.895/0135-44 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 22 DE MARÇO DE 2018

Nº 2.019 Processo nº 53500.010517/2018-70. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA PORTOALEGRENSE DE COMUNICACAO LTDA, CNPJ 91.654.806/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Flores da Cunha/RS.

Nº 2.024 Processo nº 53500.010525/2018-16. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO EDUCACIONAL DOM PEDRO FELIPAK, CNPJ 76.920.370/0001-09, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Wenceslau Braz/PR.

Nº 2.032 Processo nº 53500.010532/2018-18. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO RECORD S.A, CNPJ 60.628.369/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Sobral/CE.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.447, DE 29 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 53500.007621/2018-87. Expede autorização à LEONARDO PEREIRA DOS SANTOS SPEEDNET - ME, CNPJ/MF nº 26.550.435/0001-01, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 6 DE ABRIL DE 2018

Nº 2.694 Processo nº 53500.010294/2018-41. Expede autorização à VALMIR LOPES DE SOUZA, CNPJ/MF nº 07.093.613/0001-60, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.695 Processo nº 53500.011152/2018-09. Expede autorização à S. BARROS DE SOUZA, CNPJ/MF nº 26.431.299/0001-22, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.696 Processo nº 53500.006872/2018-44. Expede autorização à ANTONIO CARLOS CORREIA FILHO SERVICOS DE TELECOMUNICACOES - ME, CNPJ/MF nº 28.705.177/0001-02, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.712 Processo nº 53500.008106/2018-14. Expede autorização à RD TELECOM LTDA, CNPJ/MF nº 07.426.902/0001-33, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.713 Processo nº 53500.012039/2018-32. Expede autorização à J F DA SILVA PROVEDOR DE INTERNET - ME, CNPJ/MF nº 28.233.974/0001-34, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.714 Processo nº 53500.011945/2018-10. Expede autorização à ABSOLUTA NET TECNOLOGIA EIRELI, CNPJ/MF nº 28.619.117/0001-77, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 9 DE ABRIL DE 2018

Nº 2.744 Processo nº 53500.006650/2018-21. Expede autorização à NETVIA TELECOMUNICACAO - EIRELI, CNPJ/MF nº 28.629.175/0001-81, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.750 Processo nº 53500.009073/2018-20. Expede autorização à MIX TELECOM EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 24.866.347/0001-80, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.757 Processo nº 53500.009952/2018-51. Expede autorização à OPEN IT SOLUTIONS EIRELI, CNPJ/MF nº 25.414.878/0001-02, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.760 Processo nº 53500.009932/2018-81. Expede autorização à UP DOWN TELECOM LTDA - ME, CNPJ/MF nº 29.033.532/0001-07, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.761 Processo nº 53500.011159/2018-12. Expede autorização à P2P COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ/MF nº 25.358.501/0001-75, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.762 Processo nº 53500.011991/2018-19. Expede autorização à EB.NET PROVEDORES DE ACESSO LTDA, CNPJ/MF nº 28.356.959/0001-83, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 10 DE ABRIL DE 2018

Nº 2.774 Processo nº 53500.009973/2018-77. Expede autorização à M A DE CARVALHO TELECOMUNICACOES - ME, CNPJ/MF nº 26.154.417/0001-00, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.778 Processo nº 53500.007002/2018-92. Expede autorização à NETSITE SHOP TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/MF nº 03.137.553/0001-89, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.787 Processo nº 53500.011952/2018-11. Expede autorização à XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANCA LTDA, CNPJ/MF nº 18.190.216/0001-22, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.789 Processo nº 53500.011966/2018-35. Expede autorização à OPTIMUS NETWORK - EIRELI - ME, CNPJ/MF Nº 2.7.938.719/0001-24, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.791 Processo nº 53500.010867/2018-36. Expede autorização à ARANET TELECOM CIA LTDA, CNPJ/MF nº 24.995.919/0001-20, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.792 Processo nº 53500.011961/2018-11. Expede autorização à CARINE OLIVEIRA DOS SANTOS, CNPJ/MF Nº 27.129.610/0001-46, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.796 Processo nº 53500.004183/2018-03. Expede autorização à L.F. DO AMARAL EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 28.952.835/0001-60, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.807, DE 11 DE ABRIL DE 2018

Processo nº 53500.011613/2018-35. Expede autorização à INTERNET ULTRA BRASIL LTDA., CNPJ/MF nº 26.439.515/0001-86, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.853, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Autoriza TV SUBAE LTDA, CNPJ nº 13.884.226/0001-44, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Feira de Santana/BA, no período de 19/04/2018 a 22/04/2018.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA SEI Nº 7, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 74 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2016, observado o disposto no art. 29 da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53900.029533/2014-08, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10/2018/SEI-MCTIC, resolve:

Art. 1º Transferir à Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de São Paulo, estado de São Paulo, as autorizações outorgadas originariamente à Televisão Joaçaba Ltda., por intermédio das portarias descritas no anexo a esta, para executar o serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Parágrafo único. A execução dos serviços, cujas transferências estão sendo autorizadas por esta Portaria, reger-se-á pelo Decreto no 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOISÉS QUEIROZ MOREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

MUNICÍPIO	UF	CANAL	ATO DE OUTORGA
Campos Novos	SC	3+	Portaria nº 839, de 17 de julho de 1996, publicada no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 1996
Chapecó	SC	6	Portaria nº 350, de 31 de agosto de 1992, publicada no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 1992
Concórdia	SC	4-	Portaria nº 351, de 31 de agosto de 1992, publicada no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 1992
Curitibanos	SC	11	Portaria nº 124, de 1º de abril de 1992, publicada no Diário Oficial da União de 14 de maio de 1992
Fraiburgo	SC	9-	Portaria nº 145, de 11 de junho de 1987, publicada no Diário Oficial da União de 5 de agosto de 1987
Maravilha	SC	13	Portaria nº 841, de 17 de julho de 1996, publicada no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 1996
Xanxerê	SC	9+	Portaria nº 349, de 31 de agosto de 1992, publicada no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 1992

PORTARIA Nº 1.562, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 74 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2016, observado o disposto no art. 29 da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53900.047480/2016-61, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6.006/2018/SEI-MCTIC, resolve:

Art. 1º Transferir à Televisão Ponta Porã Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Ponta Porã, estado do Mato Grosso do Sul, a autorização para executar o serviço de retransmissão de televisão, visando à retransmissão de seus próprios sinais, mediante utilização do canal 25- (vinte e cinco decalado para menos), em caráter primário, no município de Dourados, estado do Mato Grosso do Sul, autorização essa outorgada inicialmente à Televisão Morena Ltda., nos termos da Portaria nº 1521, de 08 de agosto de 2002, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 20 de agosto de 2002.

Parágrafo único. A execução do serviço, cuja transferência está sendo autorizada por esta Portaria, reger-se-á pelo Decreto no 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOISÉS QUEIROZ MOREIRA

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 12 DE ABRIL DE 2018

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria MCTIC nº 2881, publicada no D.O.U. de 05 de junho de 2017, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa e/ou suspensão, que por este ato fica convertida em multa e /ou advertência.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53900.011919/2014	Brasília Comunicação Ltda.	FM	Brasília	DF	Multa e Advertência	12.260,11	Art. 38, h, do CBT e alínea "i", do item 12, do art. 28 do Decreto nº 52.795/1963.	Portaria DECEF n° 561, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 858/2008
53000.006163/2013	Continental Comunicações Ltda - Me	FM	São José do Xingu	MT	Multa	11.679,16	Alínea "e" do art. 38 e art. 62, ambos do CBT.	Portaria DECEF n° 562, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.014477/2014	Rádio Tucunaré Fm Ltda	FM	Tangará da Serra	MT	Multa	7.948,32	Art. 38, alínea "e", e art. 62, ambos do CBT.	Portaria DECEF n° 591, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo III, artigo 77, § 2º, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 1.729, de 31 de março de 2017, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa e/ou advertência.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53900.038530/2014	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PEDRO MACHADO DE GUAIÚBA	RADCOM	Guaiúba	CE	Multa	571,16	Art. 40, inciso XXVI do Decreto n° 2.615/1998	Portaria DECEF n° 550, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53000.057469/2013	ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE BRUMADINHO	RTV	Brumadinho	MG	Advertência		Art. 30 do Decreto nº 5.371/2005	Portaria DECEF n° 564, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013
53000.043129/2013	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DA TERRA DE PAULO FRONTIN	RADCOM	Paulo Frontin	PR	Multa	456,93	Art. 40, XXIX, do Decreto n° 2.615/1998 .	Portaria DECEF n° 565, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53000.005447/2014	IBIAPINA RADIODIFUSÃO LTDA	FM	São Sebastião da Grama	SP	Multa	3.289,91	Art. 42 do Decreto nº 52.795/1963	Portaria DECEF n° 566, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53000.015569/2014	RÁDIO MELODIA LTDA	FM	Petrópolis	RJ	Multa	11.514,67	Art. 62 da Lei nº 4.117/1962	Portaria DECEF n° 567, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.006211/2014	ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DA MELHOR IDADE - ARMI	RADCOM	Serra dos Aimorés	MG	Multa	685,40	Art. 40, XII , do Decreto n° 2.615/1998 .	Portaria DECEF n° 568, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.024043/2014	SISTEMA LIBERDADE DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	Tianguá	CE	Multa	2.089,79	Art. 42 do Decreto nº 52.795/1963.	Portaria DECEF n° 569, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 858/2008
53900.018970/2014	FUNDAÇÃO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA NOSSA SENHORA MILAGROSA	FME	Sobral	CE	Multa	885,20	Art. 42 do Decreto nº 52.795/1963	Portaria DECEF n° 570, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 858/2008
53900.016575/2014	RÁDIO COMPANHEIRA FM LTDA	FM	Paraí	RS	Multa	2.878,67	Art. 42 do Decreto nº 52.795/1963.	Portaria DECEF n° 593, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53000.066844/2013	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE GOIOXIM	RADCOM	Goioxim	PR	Multa	1.599,26	Art. 40, VI, do Decreto n° 2.615/1998 .	Portaria DECEF n° 602, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53000.071515/2013	ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA SCHROEDER STRASSE FM	RADCOM	Schroeder	SC	Multa	1.599,26	Art. 40, VI, do Decreto n° 2.615/1998 .	Portaria DECEF n° 652, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

INEZ JOFFILY FRANÇA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA SEI Nº 1.479, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.031543/2017-46, resolve:

Art. 1º Consignar à TV PONTA VERDE LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Arapiraca/AL, o canal 19 (dezenove), correspondente à faixa de frequência de 500 a 506 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA SEI Nº 1.737, DE 9 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.062213/2017-01, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade FUNDAÇÃO DE CULTURA E RADIODIFUSÃO DE VESPASIANO, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de VESPASIANO/MG, o canal 51 (cinquenta e um), correspondente à faixa de frequência de 692 a 698 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º O instrumento pactual decorrente desta consignação será celebrado entre a concessionária e a União em prazo não superior a sessenta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO SEI Nº 508, DE 10 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.016947/2018-91, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 6770/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 28 de fevereiro de 2018, da frequência 960 KHz, outorgada à Fundação São Benedito da Lapa, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município da Lapa, no estado do Paraná.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO SEI Nº 608, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 1º, inciso II, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do processo n.º 53000.048939/2011-82, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 7712/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o requerimento de aumento de potência interposto pela PRISMA RADIODIFUSÃO LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Capão da Canoa, estado do Rio Grande do Sul.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO SEI Nº 318, DE 10 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.081150/2017-83, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TV SERRA AZUL LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de PARÁ DE MINAS, estado de Minas Gerais, utilizando o canal digital nº 43 (quarenta e três), nos termos da Nota Técnica nº 4612/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO SEI Nº 469, DE 9 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.074661/2017-49, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TVCI TV COMUNICAÇÕES INTERATIVAS LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de CAETÉ, estado de Minas Gerais, utilizando o canal digital nº 43 (quarenta e três), nos termos da Nota Técnica nº 6427/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO SEI Nº 411, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.024595/2017-66, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO DE FÁTIMA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de SÃO BERNARDO DO CAMPO, estado de SÃO PAULO, utilizando o canal digital nº 16 (dezesseis), nos termos da Nota Técnica nº 5817/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO SEI Nº 644, DE 12 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.020797/2018-10, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de SÃO LUÍS, estado do Maranhão, utilizando o canal digital nº 17 (dezessete), nos termos da Nota Técnica nº 8090/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

COORDENAÇÃO-GERAL DE TELEVISÃO DIGITAL

DESPACHO SEI Nº 1.638, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE TELEVISÃO DIGITAL, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, Art. 77, § 5º, Inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo nº 01250.029564/2017-00, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO EDUCACIONAL COMENDADOR AVELAR PEREIRA DE ALENCAR, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de SETE LAGOAS/MG, utilizando o canal digital 54 (cinquenta e quatro), nos termos da Nota Técnica nº 22051/2017/SEI-MCTIC.

ROBERTO RAMOS COLLETTI

DESPACHO SEI Nº 564, DE 10 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE TELEVISÃO DIGITAL, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, Art. 77, § 5º, Inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo nº 01250.059268/2017-25, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da GUARANI RADIODIFUSÃO LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de CALDAS NOVAS/GO, utilizando o canal digital 47 (quarenta e sete), nos termos da Nota Técnica nº 7254/2018/SEI-MCTIC.

ROBERTO RAMOS COLLETTI

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHO SEI Nº 448, DE 23 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.068980/2017-15, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Cachoeira Paulista-SP, utilizando o canal n.º 206 (duzentos e seis), classe A4, nos termos da Nota Técnica n.º 6224/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO SEI Nº 459, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.015154/2018-54, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO DIFUSORA DE SÃO JORGE D' OESTE LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de São Jorge d'Oeste-PR, utilizando o canal n.º 265 (duzentos e sessenta e cinco), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 6.355/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO SEI Nº 631, DE 12 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.014205/2017-40, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO AMORIM JUVENTUDE LTDA - ME, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de RONDONÓPOLIS/MT, utilizando o canal n.º 231 (duzentos e trinta e um), classe A1, nos termos da Nota Técnica n.º 7941/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Ministério da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 22, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 662, de 21/11/2017, e de acordo com o disposto no inciso VIII, art. 17, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

II - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02

III - - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

IV - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo IV desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

V - As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VI - As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela aprovação dos projetos e programas de sua competência, cujas execuções estão sendo autorizadas na presente portaria, bem como pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos mesmos, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do projeto, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VII - Condicionar a eficácia das presentes autorizações, permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria.

VIII- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO RIZZI CALIPPO

ANEXO I

01- Processo n. º 01422.000360/2017-60
Projeto: Resgate Arqueológico e Valoração do Patrimônio Cultural da Área Impactada pela GEOMINAS
Arqueólogo Coordenador: Flávio André Gonçalves da Silva
Apoio Institucional: Núcleo Tocantinense de Arqueologia - NUTA -Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS)
Área de Abrangência: Município de Natividade, Estado do Tocantins
Prazo de Validade: 07 (sete) meses
02- Processo n. º 01450.005896/2014-91
Projeto: Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial na área de Implantação da BR-470
Arqueólogos Coordenadores: Valdir Luiz Schwengber e Daniela da Costa Claudino
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz (LAPIS) do Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas (IPAT) -Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)
Área de Abrangência: Município de Ilhota, Estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 12(doze) meses
03-Processo n. º 01409.000699/2010-68
Projeto: Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial das obras de Duplicação da BR-262, do Km 49,8 ao Km 56,66
Arqueólogo Coordenador: Ana Ferreira de Assis
Apoio Institucional: Instituto de Pesquisa Arqueológica e Etnográfica Adam Orssich - IPAE
Área de Abrangência: Município de Marechal Floriano, Estado do Espírito Santo
Prazo de Validade: 13 (treze) meses
04- Processo n. º 01502.001031/2016-65
Projeto: Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial na Área de abrangência da 2ª etapa de Duplicação da BR-116
Arqueólogo Coordenador: Joaquim Perfeito da Silva
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etnografia - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
Área de Abrangência: Municípios de Amélia Rodrigues, Candeias, Itaim, Cândido Sales, Simões Filho, Milagres, Jequié, Rafael Jambeiro e Vitória da Conquista, Estado da Bahia
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
05- Processo n. º 01409.000019/2018-63
Projeto: Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na Localidade Histórica do Queimado
Arqueólogos Coordenadores: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani e Geraldo Pereira de Morais Júnior
Apoio Institucional: Museu Histórico da Serra - Prefeitura Municipal da Serra
Área de Abrangência: Município de Serra, Estado do Espírito Santo
Prazo de Validade: 08 (oito) meses

ANEXO II

01-Processo n. º 01410.000074/2007-61
Projeto: Programa de Monitoramento Arqueológico no empreendimento Ampliação da Rede Adutora de água bruta DN1000 e DN900
Arqueóloga Coordenadora: Laura Nisinga Cabral
Apoio Institucional: Departamento de Arqueologia (DARQ) -Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
Área de Abrangência: Município de Porto Velho, Estado de Rondônia
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

ANEXO III

01-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: BH Airport - Concessionária do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte
Empreendimento: Nova Pista de Pouso/Decolagem e Estruturas Complementares ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves
Processo n. º 01514.002553/2016-45
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Nova Pista de Pouso/Decolagem e Estruturas Complementares ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves
Arqueólogos Coordenadores: Ione Mendes Malta e Warley de Almeida Delgado
Arqueólogo de Campo: Edward Karel Maurits Koole
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG
Área de Abrangência: Município de Confins e Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 08 (oito) meses
02- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.
Empreendimento: Grupo Litoral
Processo n. º 01512.002164/2015-59
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Grupo Litoral: LT 525 kV Marmeleiro 2 - Santa Vitória do Palmar C2, LT 525 kV Marmeleiro 2 - Povo Novo C2 e LT 525 kV Guaíba 3 - Povo Novo C2
Arqueólogo Coordenador: Juliano Bitencourt Campos
Arqueólogo de Campo: Neemias Santos da Rosa
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória - NEP-Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Área de Abrangência: Municípios de Santa Vitória do Palmar, Rio Grande, Capão do Leão, Pelotas, Turuçu, São Lourenço do Sul, Cristal, Camaquã, Cerro Grande do Sul, Sertão Santana, Barão do Triunfo, Mariana Pimentel, Guaíba e Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 03 (três) meses
03- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S. A.
Empreendimento: Parque Eólico Esperança do Nordeste
Processo: 01421.000588/2015-06
Projeto: Programa de Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial na Área de Implantação do Parque Eólico Esperança do Nordeste
Arqueóloga Coordenadora: Elaine Cristina Carvalho da Silva
Arqueólogos de Campo: Maritza dos Santos Dode
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Departamento de História - Larq - CCHLA - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Área de Abrangência: Município de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
04- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Paranaíta-Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A
Empreendimento: Linha de Transmissão 500 kV Paranaíta - Ribeirãozinho e Instalações Associadas
Processo n. º 01425.001078/2016-99
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Área de Implantação da Linha de Transmissão 500 kV Paranaíta - Ribeirãozinho e Instalações Associadas
Arqueólogos Coordenadores: Renato Kipnis e Solange Bezerra Caldarelli
Arqueólogo de Campo: Letícia Morgana Muller
Apoio Institucional: Instituto Homem Brasileiro
Área de Abrangência: Municípios de Paranaíta, Alta Floresta, Carlinda, Nova Canaã do Norte, Colíder, Itaúba, Cláudia, Sinop, Santa Carmem, Vera, Nova Ubiratã, Paranatinga, Santo Antônio do Leste, Nova São Joaquim, General Carneiro, Tesouro, Guiratinga, Torixoréu e Ribeirãozinho, Estado do Mato Grosso
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

ANEXO IV

01-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Ventos de Santa Ângela Energias Renováveis S.A
Empreendimento: Linha de Transmissão de 500 kV SE do Complexo Eólico Ventos de Santa Ângela
Processo n. º 01402.900047/2017-61
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Ampliação da Linha de Transmissão de 500 kV SE do Complexo Eólico Ventos de Santa Ângela
Arqueóloga Coordenadora: Suzana Schisuco Hirooka
Arqueóloga de Campo: Suzana Schisuco Hirooka
Apoio Institucional: Museu Ozildo Albano - MOA
Área de Abrangência: Município de São João do Piauí, Estado do Piauí
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
02- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Rio Água Clara Energia
Empreendimento: Linha de Transmissão 138 kV PCH Bandeirante - PCH Porto das Pedras
Processo n. º 01401.000869/2017-51
Projeto: Salvamento Arqueológico e Educação Patrimonial referente ao Empreendimento LT 138 kV PCH Bandeirantes-PCH Porto das Pedras
Arqueólogo Coordenador: Gilson Rodolfo Martins
Apoio Institucional: Laboratório de Pesquisas Arqueológicas, Museu de Arqueologia (LAP/MuArq) - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)
Área de Abrangência: Município Chapadão do Sul, Estado do Mato Grosso do Sul
Prazo de Validade: 03 (três) meses
03- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Mata Viva Conservação e Sustentabilidade Ltda.
Empreendimento: CGH Braço do Potinga
Processo n. º 01508.900119/2017-92
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da CGH Braço do Potinga
Arqueólogo Coordenador: Valdir Luiz Schwengber
Arqueólogo de Campo: Lindomar Mafioletti Júnior
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Etnologia e Etno-História-Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Municípios de Rio Azul e Mallet, Estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
04- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: LRJ Bismark Empreendimentos Imobiliários LTDA
Empreendimento: Residencial Jardim Aeroporto
Processo n. º 01506.900072/2017-87
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação do Loteamento Residencial Jardim Aeroporto
Arqueólogo Coordenador: Pedro Victor Sartori Cassioti
Arqueóloga de Campo: Gabriela Ferreira de Soares
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Dracena, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
05- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Tracomal Norte Granitos Ltda
Empreendimento: Mina Preto Cotaxé
Processo n 01409.000444/2016-91
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Empreendimento Mina Preto Cotaxé
Arqueólogo Coordenador: Erik Alves de Oliveira
Apoio Institucional: Museu Histórico da Serra - Prefeitura Municipal da Serra
Área de Abrangência: Município de Ecoporanga, Estado do Espirito Santo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
06- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Mineração Irmãos Castellari LTDA ME
Empreendimento: Mina Cinza Mundo Novo
Processo n. º 01409.000470/2017-08
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de ampliação da Mina Cinza Novo Mundo
Arqueólogo Coordenador: Ennyo Lurrik Sousa da Silva
Arqueólogo de Campo: Ennyo Lurrik Sousa da Silva
Apoio Institucional: Museu Histórico da Serra - Prefeitura Municipal da Serra
Área de Abrangência: Município de Rio Novo do Sul, Estado do Espírito Santo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
07- Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Agropecuária Iracema Ltda
Empreendimento: Loteamento Residencial e Comercial Vila Sicília
Processo n. º 01506.005065/2016-99
Projeto: Acompanhamento arqueológico das obras de implantação do Loteamento Residencial e Comercial Vila Sicília
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Girlene da Silva Sousa
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Sertãozinho, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
08- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Benessere Incorporações S/A
Empreendimento: PCH Rabo de Galo
Processo n. º 01510.002513/2016-33
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da PCH Rabo de Galo
Arqueólogo Coordenador: Silvano Silveira da Costa
Arqueólogo de Campo: Lucas Antônio Franceschi
Apoio Institucional: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)
Área de Abrangência: Municípios de Barra Bonita e Romelândia, Estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
09- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Canopus Construções Ltda.
Empreendimento: Condomínio Residencial Village do Sol
Processo nº 01494.000113/2017-10
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Condomínio Residencial Village do Sol
Arqueólogo Coordenador: Adilson Pereira Nascimento Júnior
Arqueólogo de Campo: Charles Sousa Lima Miller
Apoio Institucional: Instituto do Ecomuseu Sítio do Físico - IESF
Área de Abrangência: Município de São José de Ribamar, Estado do Maranhão
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
10- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: MRV Engenharia e Participações S/A
Empreendimento: Condomínio Residencial Parque Viva La Serra
Processo n. º 01409.000028/2018-54
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do empreendimento Condomínio Residencial Parque Viva La Serra
Arqueólogo Coordenador: Filipe André do Nascimento Coelho
Arqueólogo de Campo: Luan Ribeiro Bastos
Apoio Institucional: Museu Histórico da Serra - Prefeitura Municipal da Serra
Área de Abrangência: Município de Serra, Estado do Espírito Santo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
11- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Interligação Elétrica Tibagi S.A
Empreendimento: LT 230 kV Nova Porto Primavera - Rosana, C1 e C2" e ampliação da SE 230/180 KV Rosana-novo pátio de 230 KV

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo nº 01450.008493/2017-47
Projeto: Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da LT 230 kV Nova Porto Primavera-Rosana e Ampliação da SE 230/138 kV Rosana - Novo Pátio de 230 kV
Arqueóloga Coordenadora: Sâmara dos Reis
Arqueóloga de Campo: Marina Neiva de Oliveira
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano-Prefeitura de Jahu e Laboratório de Arqueologia e Etnologia e Etno-história - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Rosana, Estado de São Paulo e Município de Diamante do Norte, Estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
12- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Energia dos Ventos VIII S.A.
Empreendimento: Linha de Transmissão (LT) 230 kV Jandaia - Russas II (CS)
Processo n. º 01496.900050/2017-83
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para LT 230 kV Jandaia - Russas II (CS)
Arqueóloga Coordenadora: Sergia Meire da Silva
Apoio Institucional: Instituto de Arqueologia e Patrimônio Cultural do Ceará - Instituto Tembetá
Área de Abrangência: Município de Fortaleza, Estado do Ceará
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
13- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: EDP Renováveis
Empreendimento: Linha de Transmissão 230 kV Complexo Eólico Babilônia, SE Morro do Chapéu II - SE Complexo Eólico Babilônia
Processo n. º 01502.003649/2016-60
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico - Linha de Transmissão 230 kV Complexo Eólico Babilônia, SE Morro do Chapéu II - SE Complexo Eólico Babilônia
Arqueólogo Coordenador: Celito Kestering
Arqueólogas de Campo: Sara Oliveira de Souza e Loriane Rocha Alves
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia- Departamento de Filosofia e Ciências Humanas-Universidade Estadual de Santa Cruz
Área de Abrangência: Municípios de Morro do Chapéu, João Dourado, América Dourada e Várzea Nova, Estado da Bahia
Prazo de Validade: 09 (nove) meses
14- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Enel Green Power Brasil Participações Ltda.
Empreendimento: Complexo Eólico Ventos de Santa Ângela
Processo nº: 01402.900048/2017-14
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Empreendimento Complexo Eólico Ventos de Santa Angela
Arqueólogo Coordenador: Suzana Schisuco Hirooka
Apoio Institucional: Museu Ozildo Albano - MOA
Área de Abrangência: Municípios de Lagoa do Barro do Piauí, Queimada Nova e Dom Inocêncio, Estado do Piauí
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
15- Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Dirceu Bueno de Camargo
Empreendimento: Linha de Transmissão 345 kV Viana II - João Neiva II e Subestação João Neiva II
Processo nº 01409.000485/2017-68
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área da Linha de Transmissão 345 kV Viana II - João Neiva II e Subestação João Neiva II
Arqueólogo Coordenador: Sérgio Bruno dos Reis Almeida
Arqueólogos de Campo: Jessica Rafaella de Oliveira e Emanuella Costa Oliveira
Apoio Institucional: Museu Histórico de Serra - Prefeitura Municipal da Serra
Área de Abrangência: Municípios de Viana, Cariacica, Santa Leopoldina, Fundão, Ibiraçu e João Neiva, Estado do Espirito Santo
Prazo de Validade: 08 (oito) meses
16-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: RC Administração e Participações S/A
Empreendimento: Linha de Transmissão 500 KV Queimada Nova II - Milagres II
Processo n. º 01450.008160/2017-18
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para a Linha de Transmissão 500 KV Queimada Nova II - Milagres II
Arqueóloga Coordenadora: Ingrid Lopes de Oliveira
Arqueólogos de Campo: Suele Magalhães Cerqueira e Felipe Silva Sales
Apoio Institucional: Instituto de Arqueologia e Patrimônio Cultural do Ceará (Instituto Tembetá)
Área de Abrangência: Municípios de Brejo Santo, Jardim, Milagres, Porteiras, Abaiara, Estado do Ceará. Municípios de Bodocó, Dormentes, Granito, Ouricuri, Santa Cruz, Santa Filomena, Serrita, Estado do Pernambuco, e Municípios de Acauã e Queimada Nova, Estado do Piauí
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
17-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Guaporé Transmissora de Energia S.A
Empreendimento: Linha de Transmissão 230KV Samuel - Ariquemes - Ji-Paraná C4 e Estruturas Associadas
Processo n. º 01410.900026/2017-47
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Linha de Transmissão 230KV Samuel - Ariquemes - Ji-Paraná C4 e Estruturas Associadas
Arqueólogo Coordenador: Onésimo Jerônimo Santos
Arqueólogo de Campo: Daniel Bertrand
Apoio Institucional: Departamento de Arqueologia (DARQ) - Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
Área de Abrangência: Municípios de Candeias do Jamari, Itapuã do Oeste, Cujubim, Rio Crespo, Ariquemes, Theobroma, Jaru, Ouro Preto do Oeste e Ji-Paraná, Estado de Rondônia
Prazo de Validade: 03 (três) meses
18- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Reginaldo Roberto Brandão
Empreendimento: Loteamento Jardim Paulista
Processo n. 01506.007639/2017-44
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Jardim Paulista
Arqueólogo Coordenador: Clayton Galdino
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano-Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Mirandópolis, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 03 (Três) meses

RETIFICAÇÃO

Na Portaria n.º 49, de 25 de agosto de 2017, Seção I, Anexo III, Página 12, Permissão n.º 01 publicada em 28 agosto de 2017, onde se lê: "Arqueólogos coordenadores: Fernando Alexandre Soltys e Elisângela de Moraes Silva", leia-se: "Arqueóloga Coordenadora: Elisângela de Moraes Silva"

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 263, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
180945 - Canto Cidadão - Plano Anual 2019
Organização para Produção e Democratização de Informação Canto Cidadão
CNPJ/CPF: 05.199.987/0001-39
Processo: 01400005909201841
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 826.197,85
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Pretende-se, com este plano anual, valorizar a Arte como inspiração para bons encontros em hospitais (públicos/filantrópicos), escolas públicas e ONGs da Grande São Paulo. O projeto propõe um método de otimização do investimento público, por meio da interação entre artistas profissionais e grupos voluntários para a expansão do acesso à cultura. Ainda, buscar-se-á oferecer acesso democrático e gratuito a oficinas e palestras interativas, para quem deseja se aproximar do universo artístico. O projeto é formado por sete produtos culturais: (1) Doutores Cidadãos (palhaçaria hospitalar); (2) CantoRia (música hospitalar); (3) Arte em todo Canto - Hospitais (teatro em hospitais); (4) Arte em todo Canto - Escolas e ONGs (teatro para escolas e ONGs); (5) EnCanta (atividades lúdicas e culturais em brinquedotecas hospitalares); (6) CantoEduca (eventos educacionais); e (7) Formação de plateia (palestras para alunos de escolas e ONGs).
180941 - Cordelizando
Parangole mobilização Social LTDA
CNPJ/CPF: 08.264.768/0001-84
Processo: 01400005905201863
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 528.197,01
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto ora apresentado tem por objetivo trabalhar a cultura da literatura do cordel brasileiro no contexto escolar, partindo do espetáculo teatral Cordéis dos Cafundó, para uma experiência de atividades de arte educação com alunos e professores de escolas públicas em municípios de Minas Gerais. O projeto prevê oficinas de criação de cordel, expressão teatral e montagem de espetáculo que envolverá alunos e professores das cidades beneficiadas, oferecendo ainda como resultado dos trabalhos a impressão de livros-folhetos com os cordéis criados no processo educativo e o oferecimento ao público de montagem de espetáculos encenados pelos alunos e professores. Com previsão de oferecimento de ações gratuitas a público diversificado, o projeto traz conceitos de democratização que o valorizam.
180955 - ESCUTA !
OLHAR BRASILEIRO PRODUCOES ARTISTICAS - ME
CNPJ/CPF: 05.271.175/0001-57
Processo: 01400005922201809
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 146.023,00
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Escuta! é um espetáculo em que a dramaturgia e a criação cênica serão elaboradas exclusivamente a partir de material textual proveniente de escutas gravadas e tornadas públicas em escândalos e investigações. O bombardeio das gravações de acordos espúrios, negociatas e propinas ao qual estamos submetidos diariamente atua no espetáculo como estopim para uma investigação estético-política sobre os limites entre esfera pública e privada. A pesquisa de linguagem se propõe a desnaturalizar nossa apatia diante dos segredos escusos que as mídias nos revelam cotidianamente. A partir da experiência de múltiplos dispositivos de transposição desses diálogos reais para a cena, pretende-se explorar artisticamente novas possibilidades para as relações entre o indivíduo e a sociedade. O projeto contempla dois meses de pesquisa e elaboração dramatúrgica, três meses de ensaios e criação cênica, e dois meses de temporada do espetáculo na cidade do Rio de Janeiro.
180969 - Festa de Santo Antônio de Barbalha - Pau da Bandeira
Cinco Elementos Produções Ltda.
CNPJ/CPF: 09.396.817/0001-03
Processo: 01400006044201831
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 1.425.000,00
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/08/2018
Resumo do Projeto: O projeto objetiva a realização da Festa de Santo Antônio de Barbalha - Pau da Bandeira, no período de 3 a 16 de junho de 2018, patrimônio imaterial da cultura popular cearense e marca referencial como a Festa que abre os festejos juninos do Nordeste brasileiro. Serão 14 dias de festejos populares que radicam a tradição do povo cearense em uma rica e gratuita programação temática, num misto de religiosidade e espontaneidade profana com pluralidade cultural calcada nas experiências características dos ritos carirenses. A Festa, atrai, todos os anos, desde os filhos da terra aos que de longe vem para unir-se à celebração em romaria, somando a permeabilidadedas tradições culturais, ao agradecimento pela fartura da colheita, a comunhão com a dimensão espiritual da vida e a experiência lúdica dos festejos juninos do Nordeste, projetando a imagem de nosso Estado, promovendo alcance nacional e internacional.
180980 - Festival World Pop
YAMATO PROPAGANDA E MARKETING LTDA
CNPJ/CPF: 12.077.539/0001-28
Processo: 01400006059201807
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.049.170,02
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realização da primeira edição do festival de Cultura World Pop. Projeto de artes integradas que reunirá fãs, profissionais e empresas que atuam nas áreas de história em quadrinhos, cinema, TV, música, games, animação, literatura, colecionáveis e cosplay com foco na cultura japonesa.
180977 - Limítrofe
B&C Produções Artísticas
CNPJ/CPF: 19.198.214/0001-42
Processo: 01400006055201811
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 492.670,28
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: "Limítrofe" é um espetáculo teatral enquadrado na categoria "Drama" que visa apresentar e explorar o universo da patologia conhecida como Transtorno de Personalidade Borderline (TPB), bem como nova linguagem dramatúrgica pesquisada e desenvolvida por autor brasileiro já publicado e atual membro de Academia de Letras. O espetáculo aborda questões da psicologia moderna explorando o universo do fenômeno dos humores instáveis que seguem em curso imprevisível em nossa sociedade.
180968 - Marte - Mostra de Artes Teatrais Integradas
associação de atores dupla face de teatro
CNPJ/CPF: 11.966.721/0001-77
Processo: 01400006043201896
Cidade: João Pessoa - PB;
Valor Aprovado: R$ 516.138,83
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: A Marte - Mostra de Artes Teatrais Integradas acontecerá com ingressos a preços populares em teatros, e de forma gratuita nas escolas e nas praças da cidade. É um evento que luta pela democratização e valorização das artes teatrais. Terá cinco módulos: Teatro para a Infância e Juventude, com ações voltadas para a contação de histórias, teatro de bonecos, ações lúdicas e ecológicas; Teatro Adulto, com espetáculos variados de teatro, teatro-dança ou performance; Teatro na Escola, com contação de histórias ou teatro de bonecos em escolas públicas; Módulo Saberes da Arte, feita de ações de formação com oficinas e intercâmbio entre os grupos e Módulo Ciclo de Debates, composto por três temas (Gêneros Dramáticos e Hibridismos Teatrais; Formação de Plateias: Pedagogia do espectador e Novos Rumos do Teatro para a Infância e Juventude).Simultaneamente, acontece a Marte Universitária, que tem como objetivo a difusão da produção acadêmica dos cursos de graduação e pós-graduação em Teatro e Artes.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

180984 - MEMPHIS - O MUSICAL
4 ACT PERFORMING ARTS ATIVIDADES ARTISTICAS LTDA – ME
CNPJ/CPF: 11.063.027/0001-40
Processo: 01400006069201834
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 7.353.010,00
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Montagem do espetáculo de teatro "Memphis - O Musical", produção inédita no Brasil, com apresentação em temporada de 2 meses na cidade do Rio de Janeiro e 2 meses na cidade de São Paulo.

180953 - MITI - Mostra Internacional de Teatro Infantil
ASSOCIAÇÃO DAS ARTES, COMUNICAÇÃO E CULTURA DE MATO GROSSO - ACENICA
CNPJ/CPF: 10.655.946/0001-40
Processo: 01400005920201810
Cidade: Cuiabá - MT;
Valor Aprovado: R$ 619.186,50
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Promover a 8ª edição da MITI - Mostra Internacional de Teatro Infantil contendo a seguinte programação: Mostra de espetáculos regionais, nacionais e internacionais, oficinas de recreação e capacitação para educadores.

180973 - Musical Garota Glamour
CROSARA PRODUCOES CINEMATOGRAFICAS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 07.949.544/0001-43
Processo: 01400006049201863
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 9.977.667,38
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Projeto prevê a montagem e circulação nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro do espetáculo musical chamado "Garota Glamour". Serão dois meses de circulação do espetáculo nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

180916 - O Auto do Rio Piraquê-açú
BP Criaçoes Artísticas
CNPJ/CPF: 17.278.200/0001-03
Processo: 01400005757201887
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.598.866,67
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O presente projeto visa a criação da dramaturgia original para rua intitulada "O Auto do Rio Piraquê-açú", a ser escrita pelos autores Margareth Galvão e Peter Boos. O projeto também prevê a encenação do texto produzido e a realização de apresentações abertas ao público. O espetáculo contará com elenco de atores, grupo de canto e dança indígenas, banda de Congo (ritmo regional do Espírito Santo) e figurantes. O projeto também prevê a realização de oficinas de criação artística e a impressão de cartilhas com informações relevantes à preservação do estuário do manguezal do Rio Piraquê-açú.

180924 - O Fantasma de Canterville
Rafael Araujo Menezes
CNPJ/CPF: 062.569.759-60
Processo: 01400005776201811
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 112.508,45
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 17/08/2018
Resumo do Projeto: Este projeto pretende viabilizar a produção do espetáculo teatral "O Fantasma de Canterville" baseado no conto homônimo de Oscar Wilde e adaptado para teatro por Rafael Araujo, a ser realizado no Teatro Ênio Carvalho em Curitiba - PR com temporada no mês de julho de 2018.

180940 - O preço (nome provisório)
EM CENA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.360.244/0001-39
Processo: 01400005893201877
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 649.269,90
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar a produção, ensaio e temporada de estreia do espetáculo teatral O PREÇO (produto desta proposta) com direção e adptação de Gustavo Paso fundador da cia Teatro Epigenia, que idealizou o projeto e sera a cia que ira executa lo com seus atores e tecnicos. A cia convidou a proponente, em cena Produções, para produzir o espetáculo. Pretende-se temporada de 04 com a peça.Com equipe tecnica e artistica renomada e premiada, o espetaculo é comemorativo pelos 18 anos da cia.

180978 - PLURAL - Feira Cultural
JR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 14.570.301/0001-65
Processo: 01400006057201818
Cidade: Vitória da Conquista - BA;
Valor Aprovado: R$ 74.100,00
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 30/09/2018
Resumo do Projeto: Em sua terceira edição, o projeto PLURAL - Feira Cultural é uma mostra de cultura e artes integradas e um espaço de apresentação de diversas manifestações artísticas. Possibilita também, um ambiente para a exposição e comercialização de serviços e produtos, encontrados nas práticas dos saberes e fazeres artísticos produzidos pela comunidade local. Sua programação inclui atividades literárias, espetáculos de arte cênica, exposições de artes plásticas, exibições de filmes (curtas), oficinas artísticas, shows musicais e estandes de produtos artesanais e gastronômicos.

180931 - Projeto "Betinho, o porquinho Cenógrafo"
ELISANDRA PAULELI
CNPJ/CPF: 250.490.308-11
Processo: 01400005800201812
Cidade: Rio Claro - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.708,80
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Projeto "Betinho, o porquinho Cenógrafo" é um projeto social que integra a Leitura com Contação de Histórias. Totalmente gratuito é um projeto voltado para crianças de escolas municipais de Araraquara com vistas ao combate da prática do Bullying no cotidiano escolar através da história do porquinho Betinho, a história contará como o Betinho conseguiu vencer o preconceito e o Bullying. Esse projeto surge do interesse da autora em mostrar as crianças que os seres humanos não precisam competir para suprir suas necessidades básicas através de um ambiente leve e lúdico onde as crianças poderão interagir e repartir as suas experiências.

180979 - Surf no Caos
Maria.Maria Criações e Produções Artísticas LTDA
CNPJ/CPF: 10.719.820/0001-91
Processo: 01400006058201854
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 188.402,00
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 24/11/2018
Resumo do Projeto: Surf no caos é um espetáculo teatral que conta com bom humor, a trajetória dos humanos a partir do momento em que Lucy, nossa primeira ancestral bípede ficou de pé. Trata sobre liberdade. Desde que os Sumérios deram nomes às coisas pela primeira vez, desde o primeiro registro dessa palavra fundamental para a humanidade. Retrata o rosto do século 21, um século construído com tecnologia digital e memória analógica dos séculos anteriores e fala das maiores conquistas e derrotas da Liberdade.

180972 - XVI FESTIVAL DE QUADRILHA SÃO JOÃO DA TRADIÇÃO DE SITIO NOVO
METTA CONSULTORIA E SERVICOS EIRELI - ME
CNPJ/CPF: 22.089.798/0001-22
Processo: 01400006048201819
Cidade: São Gonçalo do Amarante - RN;
Valor Aprovado: R$ 1.431.759,50
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 30/09/2018
Resumo do Projeto: O município de Sítio Novo noanseio da população à realização do XIV Festival de Quadrilhas Juninas. O Festival de Quadrilhas Juninas é uma ferramenta de auxílio no processo de desenvolvimento social, educacional, econômico e de saúde do ser humano. Jovens, adultos e crianças de nossos dias, de valores éticos e morais encontram no festival de quadrilhas juninas, incentivo a essas conquistas aliadas a sentimentos de cooperação e amizade. Sabemos da importância da cultura e do turismo, enquanto geradores de empregos e renda, o município quer realizar o XIV Festival de Quadrilhas Juninas, mantendo assim a tradição do maior e melhor festival da região Potengi e Trary. Hoje em 2018 a nova gestão do Município tem dentre outros objetivos, o de incentivar a cultura popular, sendo assim colocar a nossa cidade no panorama nacional, como sendo um dos melhores festivais de quadrilhas juninas do Estado do Rio Grande do Norte.
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)

180960 - BAUERNFEST DE PETROPOLIS 2018
COMPANHIA DE PROMOCOES E EVENTOS K S LTDA - ME
CNPJ/CPF: 01.415.205/0001-09
Processo: 01400005953201851
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 2.916.415,38
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Bauernfest é uma festa do Colono Alemão com repercusão local , regional e nacional. Este evento é tradicional da cidade de Petrópolis e atrai um público em torno de 120 mil pessoas em 10 dias de festa, sendo este ano a sua 29° EDIÇÃO, aFesta do Colono Alemão, é um evento tradicional , da cidade de Petrópolis. O evento hoje,é o segundo maior evento do Brasil em sua categoria e o maior da região sudeste, além de fazer parte do calendário oficial de eventos do estado do Rio de Janeiro

180987 - Festival Acordes do Amanhã
Cinco Elementos Produções Ltda.
CNPJ/CPF: 09.396.817/0001-03
Processo: 01400006116201840
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 3.159.726,28
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/10/2018
Resumo do Projeto: O projeto Festival Acordes do Amanhã configura-se como uma integração entre os espaços que atuam na formação musical, dando visibilidade a seus trabalhos e difundindo a música no país. O Festival contempla a realização de uma itinerância em vários estados brasileiros, como Ceará, Goiás e Rio de Janeiro, incluindo apresentações artísticas locais e nacionais; farão parte da circulação projetos selecionados através de curadoria, levando-se em conta a qualidade artística dos trabalhos e a contribuição de cada instituição pro campo musical nos estados onde será executado. Haverá, ainda, um processo de preparação dos grupos locais, prevendo ensaios e ações de intercâmbio, com formação de novas composições de grupos com integrantes e, ao final do festival, a viabilização de orquestras formadas por músicos de diversos projetos, com capacidade artística e logística para realizar uma circulação nacional e internacional.

180937 - Inspiração e Harmonia - DVD Histórico da Orquestra de Câmara LEstro Armonico
MX TECNOLOGIA - ARTE LTDA - ME
CNPJ/CPF: 12.756.531/0001-98
Processo: 01400005863201861
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 261.434,98
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto trata-se da produção de uma temporada composta por concertos e de um DVD em alta definição de repertório planejado da Orquestra de Câmara L'Estro Armonico.

180920 - MOSTRA MULTICULTURAL DE ESTEIO
VH - PRODUCOES CULTURAIS E ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.923.695/0001-22
Processo: 01400005765201823
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 1.191.492,06
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Projeto Cultural MOSTRA MULTICULTURAL DE ESTEIO trata-se de uma mostra de shows instrumentais e teatro com temática Gaúcha. Faremos também shows itinerantes de teatro na periferia da cidade e palestras sobre música instrumental.

180921 - PROJETO UM TOQUE DE CIDADANIA BANDA MARCIAL PADRE JOSÉ DE ANCHIETA
ASSOCIAÇÃO DE FANFARRAS E BANDAS DA BAIXADA SANTISTA E LITORAL SUL E VALE DO RIBEIRA - AFABAN
CNPJ/CPF: 05.920.173/0001-41
Processo: 01400005766201878
Cidade: Cubatão - SP;
Valor Aprovado: R$ 306.619,50
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Manutenção da Banda Marcial Padre José de Anchieta, com continuidade de aprimoramento dos Músicos, Baliza e Corpo Coreográfico, manutenção dos instrumentos atuais, aquisição de novos instrumentos e uniformes para ampliação de integrantes e reposição de instrumentos e uniformes sem recuperação, aquisição de materiais didáticos (novas partituras) para ampliação de repertório, abertura de vagas para novos integrantes

180925 - Projeto Amadeus
MAGDIEL CLAUDINO DA SILVA 05787706447
CNPJ/CPF: 28.486.384/0001-13
Processo: 01400005778201801
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 198.493,15
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Projeto Amadeus prope a realização de oficinas de inicialização musical, para jovens e crianças em condições sociais vulneráveis, sejam eles habitantes de comunidades pobres, violentas, que estejam fora do ensino regular ou tenham cumprido medidas sócio-educativas.

180956 - PROJETO ORQUESTRAS DO AMANHÃ TEMPORADAS 2018 2019
ASSOCIACAO CULTURAL ARMANDO PRAZERES
CNPJ/CPF: 03.285.057/0001-72
Processo: 01400005927201823
Cidade: Petrópolis - RJ;
Valor Aprovado: R$ 3.477.084,77
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto visa à manutenção/continuidade do projeto Orquestras do Amanhã, criado em 2010, com a realização de aulas e oficinas de música clássica na Comunidade da Maré, Rio de Janeiro; manutenção do corpo de professores e professores-monitores, equipe de coordenadores, maestro, regente convidado, equipe de produção, instrutores, oficineiros, etc., da Orquestra Maré do Amanhã, concertos e aquisição, consertos e manutenção de instrumentos.
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)

180932 - Exposição de Artes - Educação e Inclusão
CIRLEI GONÇALVES
CNPJ/CPF: 807.309.659-53
Processo: 01400005807201826
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 55.820,00
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto visa a exposição artística plástica Cirlei Gonçalves em 02 cidades do Estado do Paraná. Serão produzidas 20 telas com a técnica acrílica em tamanhos variados. A artista está iniciando uma nova série e, precisa desta exposição para mostrar ao público o resultado de suas novas pesquisas artísticas.

180910 - FAMÍLIA FUJITA - UM OLHAR HISTÓRICO PELO OCIDENTE E ORIENTE
KENDY NASCIMENTO FUJITAKendy Nascimento Fujita
CNPJ/CPF: 007.302.989-06
Processo: 01400005750201865
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 174.563,20
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto pretende apresentar ao público curitibano a arte peculiar da família Fujita, concebidas por três gerações, relatando, através de imagens, a evolução do ponto de vista fotográfico oriental e ocidental, desde a chegada do Senhor Bunkichi Fujita no Brasil às gerações por ele incluenciada na arte da fotografia. Além de fotografias já concebidas pelas gerações, será também desenvolvido um video em fotografias timelapse num panorama entre oriente-ocidente da Curitiba atual. Este trabalho fará parte da exposição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

180911 - Mundo Natural
Marcelo Kahale Skaf
CNPJ/CPF: 160.347.788-83
Processo: 01400005751201818
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 708.852,98
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto consiste em uma exposição de fotografia e um livro artistico que retrata a natureza e ambientes terrestres em locais inóspitos, através de suas formas, cores e texturas, fazendo um conjunto de imagens abstratas e com uma visão inusitada sobre a natureza. As fotografias coletadas por Marcelo Skaf em suas andanças e mergulhos pelos cantos mais remotos do planeta pretendem abordar diferentes temas, que terá ao longo das páginas e exposição, imagens de animais de grande porte como baleias, macacos, pássaros raros à imagens de texturas, cores e formas destes bichos. Todos em seu habitat natural e em situações nunca antes vistas. Estas imagens foram captadas nestes destinos de natureza selvagem e desconhecidos, com o diferencial marcado por uma visão artística sobre a natureza. Esta exposição e livro trarão aos expectadores novas visões sobre cores, texturas e formas do mundo natural.

180962 - Ocupação Usina de Artes Visuais
Diogenes Chaves Gomes
CNPJ/CPF: 219.863.204-72
Processo: 01400005990201860
Cidade: João Pessoa - PB;
Valor Aprovado: R$ 312.120,50
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar exposições de artes visuais - individuais e coletivas - na galeria da Usina Cultural Energisa com a participação de artistas paraibanos (ou radicados no Estado da Paraíba), selecionados a partir de edital e/ou portfólio, para estimular a produção local e revelar, ao mesmo tempo, reflexões sobre a produção contemporânea, novas diretrizes para políticas públicas na área e apoio aos novos artistas visuais paraibanos. Todas as atividades serão documentadas em material gráfico (folders e catálogo) e seguidas de mediação (visitas guiadas), seminários, debates e palestras abertas ao público.

180949 - Programa de Educacao e Arte nos 5 cantos do Brasil - (PEA)
Educação e Cultura Produções Ltda
CNPJ/CPF: 20.110.293/0001-77
Processo: 01400005913201818
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.687.850,00
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar o PEA que é composto de um circuito de 5 atividades com: peça de teatro, jogo criativo de arte, ofcina de arte, exposição e capsula do tempo em cidades com IDH baixo e que possuem poucas atividades culturais em sua programação. O projeto acontecerá em Escolas Públicas, Centros Culturais e/ou Espaços Públicos gratuitamente. Além desta programação, uma capacitação para professores será também realizada visando o legado para a continuidade do projeto.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)

180908 - Inventário Municipal de Rio Grande
SURYA PROJETOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 12.091.943/0001-56
Processo: 01400005747201841
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 1.228.404,80
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Elaboração do Inventário do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural do centro histórico da cidade de Rio Grande/RS, resultando numa publicação (catálogo) impressa e digital do inventário, além de um video (websérie), disponibilizado em meio virtual, com informações históricas coletadas durante o processo de estudo.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)

180913 - De Schröderstrasse a Schroeder
Ademir Pfiffer
CNPJ/CPF: 487.897.129-00
Processo: 01400005754201843
Cidade: Jaraguá do Sul - SC;
Valor Aprovado: R$ 315.203,00
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: De Schröderstrasse a Schroeder - Publicar o livro do Município de Schroeder (SC), composto de 1350 páginas, distribuídos em três tomos de 42 capítulos. A obra "De Schröderstrasse a Schroeder: um capítulo através de fragmentos de memória e história teuto-brasileira, no Vale do Itapocu" é uma pesquisa, que aborda a segunda década do século XIX, até os dias atuais. Destaca-se o contexto histórico do Domínio Dona Francisca e a fragmentação territorial da referida colônia, que originou em 1895, o Caminho Schröderstrasse, o distrito em 1958 e o município em 1964, sendo completados os recortes pelos temas de ruralidade, indústria, comércio e profissões. Para melhor compreensão de memória e historicidade, organizou-se a obra em vários eixos temáticos como, associativismo religioso, patrimônio funerário, escolar e do lazer social e cultural. Outro aspecto significativo foi reconstruir pela história oral e documental, a evolução política, os poderes Executivo e Legislativo do município.

180986 - Encontros com Nosso Tempo
Ginja Filmes & Produções Ltda.
CNPJ/CPF: 10.144.873/0001-21
Processo: 01400006072201858
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 281.305,60
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Encontros com nosso tempo é um ciclo de palestras mensais com escritores, personalidades, pensadores, artistas, autores de livros, que será realizado na cidade de Petrópolis. Cada conversa contemplará um tema atual de interesse cultural, artístico e educacional e será precedida por uma intervenção artística da cidade.

180942 - LEIA+AUDIOLIVROS
TOCALIVROS LTDA. - EPP
CNPJ/CPF: 18.603.557/0001-82
Processo: 01400005906201816
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 309.912,00
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto oferecerá o clube LEIA+AUDIOLIVROS, onde todos os brasileiros poderão ler audiolivros gratuitos através de Aplicativos Mobile ou Website. Dessa forma oferecemos uma programação cultural, literária acessível. Os dois principais públicos serão: (i) Público Infantil e Juvenil poderão utilizarem este material em casa, na escola ou em outras atividades para ouvir seu Ator favorito contando a história do audiolivro predileto. (ii) Brasileiros que utilizam o transporte público poderão aproveitar o trajeto lendo os audiolivros. Para ambos os públicos serão disponibilizados: (i) Audiolivros, contos e clássicos como "O Pequeno príncipe" entre dezenas de outras obras para ambos os públicos de literatura nacional e internacional; (ii) Vídeos convidando os públicos a participarem do Clube LEIA+AUDIOLIVROS para estimular as crianças e jovens a entrarem no mundo mágico da literatura.

180943 - Luiz Áquila visita D. Leopoldina
LEONARDO CERQUEIRA DE OLIVEIRA
CNPJ/CPF: 044.665.957-63
Processo: 01400005907201852
Cidade: Petrópolis - RJ;
Valor Aprovado: R$ 308.310,00
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/10/2018
Resumo do Projeto: O projeto consiste na elaboração e edição de um álbum com pranchas artisticas mais texto bases em pesquisas históricas sobre uma das mais importantes missões culturais ao Brasil, a "Missão Austríaca", que acompanhou a vinda da Princesa Leopoldina ao Brasil. Aspranchas que compõem esse álbum são baseadas em fatos históricos referentes a essa Missão e terão a intervenção do renomado pintor Luiz Áquila. As peças serão acondicionadas em estojo próprio, e conterão textos explicativos contextualizando o período. Paralelo ao lançamento do album será realizada uma exposição composta pelas pranchas e textos produzidos e complementada com acervo de peças do museu sobre Dona Leropoldina e sobre a Missão Austríaca.

180959 - MARIA DO CARMO SECCO - LIVRO
MEMOO PRODUCOES E DESIGN LTDA - ME
CNPJ/CPF: 24.497.910/0001-90
Processo: 01400005952201815
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 560.742,00
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto MARIA DO CARMO SECCO trata da produção de um livro de valor artístico e documental, inédito, retrospectivo da obra da artista plástica, de importante atuação na cena brasileira das artes, desde os anos 60.O Livro é composto dos principais trabalhos realizados ao longo dos 50 anos de sua carreira, contendo relatos de artistas e críticos de arte a respeito da artista e de sua obra, bem como do seu legado para a arte e a cultura brasileira.

180948 - Palácio Iguaçu - Edição comemorativa dos 65 anos
Jair Elias dos Santos Júnior
CNPJ/CPF: 018.354.799-36
Processo: 01400005912201865
Cidade: Campo Mourão - PR;
Valor Aprovado: R$ 575.438,96
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Com a passagem dos 165 anos de emancipação política do Paraná, torna-se o momento propício para realçar a história do estado. Pretende-se com a publicação da obra "Palácio Iguaçu - Coragem de Realizar de Bento Munhoz da Rocha Neto" fazer com que as novas gerações paranaenses possam conhecer a própria história. Além disso, para ampliar a difusão do valor patrimonial do Palácio Iguaçu, será desenvolvida uma exposição itinerante que percorrerá cidades do interior do estado, bem como os resultados da pesquisa serão disponibilizados em plataforma multimídia na internet.

180951 - Pequenos Grandes Leitores
LARANJEIRA CULTURAL LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 17.818.301/0001-20
Processo: 01400005915201807
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 502.545,20
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Pequenos Grandes Leitores é um projeto de biblioteca infantil com o acervo de livros, brinquedos, jogos e móveis cujo objetivo é estimular a leitura e a brincadeira em crianças de 0 a 8 anos. Neste projeto haverá também uma capacitação para os profissionais, gestores e educadores, que receberão as bibliotecas, em espaços escolares, comunitários e de atendimento ao público alvo e terá a execução de 12 meses.

180971 - Revelando histórias da fronteira santanense
SOLEIVAN MARTINS LOPES
CNPJ/CPF: 542.334.700-97
Processo: 01400006046201820
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 695.018,30
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Pesquisar, resgatar e publicizar a história da região da fronteirade Santana do Livramento no Rio Grande do Sul, durante o século XX, das famílias da campanha gaúcha, em especial da familia Paiva, devido a sua importância, social, econômica e política na formação da cultura fronteiriça, como a contribuição na formação das primeiras charqueadas no Brasil alem de ampliar o conhecimento sobre a origem gaúcha e preservar a riqueza da nossa História, para conservar uma cultura que nao é difundida no Brasil e corre o risco de cair no esquecimento e trazendo a tona através de fontes e pesquisa de uma possivel descendencia do cantor Carlos Gardel junto da familia Paiva no Brasil.

180890 - VENCER, VENCER, VENCER - MEMÓRIA E HISTÓRIA DO MAIS QUERIDO
CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO
CNPJ/CPF: 33.649.575/0001-99
Processo: 01400005647201815
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 128.564,00
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 10/11/2018
Resumo do Projeto: O projeto prevê a produção e edição de um livro de fotografias que irá auxiliar na divulgação e promoção da cultura e do futebol para todos os tipos de públicos, estimulando novos leitores, formando platéia, contribuindo para a economia da cultura de forma significativa, visto que sua realização irá gerar renda na contratação de profissionais na sua execução e viabilizará o acesso à cultura da população junto aos bens culturais de valor universal, por meio de um produto cultural a um preço popular.

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)

180952 - Plano Anual de atividades do Museu da Fotografia de Fortaleza
INSTITUTO PAULA E SILVIO FROTA IPSF
CNPJ/CPF: 19.672.865/0001-22
Processo: 01400005919201887
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 2.761.395,00
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Museu da Fotografia é o primeiro museu brasileiro voltado à arte fotográfica. O equipamento conta com um acervo de mais de 2 mil imagens, assinadas por renomados fotógrafos como Edward Steichen e Cartier-Bresson, além de brasileiros de diferentes gerações. O projeto consiste na manutenção do Museu, garantindo o funcionamento do aparelho, promovendo a preservação da memória e cultura. A proposta contemplará: 2 exposições, sendo uma delas resultado de ações realizadas no calendário do espaço; 1 programa de formação de público, em parceria com escolas, ONG's e secretarias; cursos de fotografia para jovens em vulnerabilidade social de Fortaleza; palestras, seminários e cursos, além de abrigar eventos de fotografia, como os Encontros de Agosto. Serão desenvolvidas, também, ações para públicos específicos, como visitas e ações formativas focadas nos idosos. O Museu servirá de espaço para ações formativas vinculadas a universidades ou escolas que possuam disciplinas de fotografia e afins.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)

180976 - Gravação de CD e Turnê do cantor Toninho do Samba
ANTONIO SILVA BARBOSA
CNPJ/CPF: 363.326.403-59
Processo: 01400006053201821
Cidade: Guarulhos - SP;
Valor Aprovado: R$ 512.426,75
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto é a gravação de um CD do cantor Toninho do Samba, que pretende viabilizar a realização de apresentações, contendo histórias sobre os sons da musica do Samba. Será realizados shows com entrada gratuita.

180985 - Gravação de CD/DVD e Tournée para Divulgação da Cantora Maria Moraes
JOSE ROSA DA SILVA
CNPJ/CPF: 164.369.541-04
Processo: 01400006070201869
Cidade: Cuiabá - MT;
Valor Aprovado: R$ 623.067,20
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto buscará através da tradição de filmes de estrada (Road movies) para gravação do DVD e CD, dismitificar e superar preconceitos em relação à música sertaneja que ainda existe no imaginário de algumas camadas sociais do nosso País. As modificações dentro do gênero musical têm provocado muitas confusões e discussões no país acerca do que seria música sertaneja e este projeto de apresentações pretende resgatar e desmistificar este genero musical.

180930 - Produção do CD/DVD: Thierry Ferreira - Start
IGOR FERREIRA DA SILVA
CNPJ/CPF: 904.072.611-68
Processo: 01400005795201830
Cidade: Goianésia - GO;
Valor Aprovado: R$ 198.395,00
Prazo de Captação: 16/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Produção e gravação do CD/DVD do cantor Thierry Ferreira "Start", contendo 10 músicas cada. O trabalho será de grande contribuição para a música brasileira, valorizando as emoções entre a música popular e a música sertaneja. São músicas de refinamento cultural que levam mensagens de alegria, persistência e superação, a comunhão e comemoração entre as pessoas e o amor ao próximo. O projeto tem como objetivo: 1) Garantir ao público em geral acesso a vários estilos de música; 2) Fortalecer a diversidade musical brasileira; 3) Valorizar a música popular brasileira e; 4) Divulgar o trabalho do cantor Thierry Ferreira "Start", em Goiás e no Brasil.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA N° 264, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, RESOLVE:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18, § 1º)
15 0137 - Paralelo Cultural - 2ª edição
CAMPO DA PRODUÇÃO, EVENTOS E PROMOÇÕES LTDA
CNPJ/CPF: 04.017.777/0001-10
RS - Porto Alegre
Período de captação: 01/04/2018 a 31/12/2018
17 7654 - ?MARANHÃO: OS TAMBORES VÃO ECOAR NA TERRA DA ENCANTARIA?
GRÊMIO RECREATIVO ACADÊMICOS DO TATUAPÉ
CNPJ/CPF: 43.166.685/0001-53
SP - São Paulo
Período de captação: 01/04/2018 a 31/12/2018

PORTARIA Nº 265, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
176724 - Hospitalhaços - Plano anual 2018
Associação Hospitalhaços
CNPJ/CPF: 04.852.343/0001-35
Cidade: Campinas - SP;
Valor Reduzido: R$ 105.753,19
Valor total atual: R$ 1.776.696,81
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
175735 - Best of Blues
DANÇAR MARKETING E COMUNICAÇÕES LTDA
CNPJ/CPF: 65.935.280/0001-75
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 376.878,00
Valor total atual: R$ 8.635.407,98
177249 - Mais Piano
Dueto Produções e Publicidade Ltda
CNPJ/CPF: 27.872.415/0001-01
Cidade: São Paulo - RJ;
Valor Reduzido: R$ 73.728,24
Valor total atual: R$ 2.903.955,14
176983 - Sinfonia Rock II
Dueto Produções e Publicidade Ltda
CNPJ/CPF: 27.872.415/0001-01
Cidade: São Paulo - RJ;
Valor Reduzido: R$ 508.462,17
Valor total atual: R$ 4.099.912,83
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º
)
177300 - Plano Anual de Atividades Midrash 2018
Centro de Estudos e Cultura Midrash
CNPJ/CPF: 11.152.344/0001-32
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 9.076,80
Valor total atual: R$ 1.785.880,43
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
172031 - Cantos de Leitura - Terceira Edição
Educare Produções Ltda- Me
CNPJ/CPF: 09.395.505/0001-77
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 96.937,55
Valor total atual: R$ 1.438.337,20
178026 - Diversos
Educare Produções Ltda- Me
CNPJ/CPF: 09.395.505/0001-77
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 149.205,48
Valor total atual: R$ 483.039,52
176482 - JOAN MIRÓ
VERSO BRASIL EDITORA LTDA
CNPJ/CPF: 03.814.756/0001-62
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 4.500,00
Valor total atual: R$ 201.619,00

PORTARIA Nº 266, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
177479 - Projeto Evolução II
Teatro do Kaos
CNPJ/CPF: 02.316.301/0001-54
Cidade: Cubatão - SP;
Valor Complementado: R$ 1.780,00
Valor total atual: R$ 201.140,00

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 50, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 8.837, de 17 de agosto de 2016, e, tendo em vista o disposto no Edital nº 11, de 27 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1º - Tornar público o resultado preliminar da 5ª reunião de qualificação conforme Anexo I (projetos qualificados em caráter preliminar) e Anexo II (projetos não qualificados em caráter preliminar) do referido Edital.

Art. 2º - Abrir prazo de recurso a ser enviado nos 04 (quatro) dias úteis seguintes à data da publicação desta portaria, o qual deverá ser realizado exclusivamente mediante o envio de formulário específico disponibilizado no portal do Ministério da Cultura e na plataforma Mapas Cultural, para o endereço eletrônico: festivais.sav@cultura.gov.br.

Art. 3º - Informar que, caso o projeto qualificado preliminarmente abdique do prazo de recurso, deverá encaminhar declaração assinada pelo responsável para o endereço eletrônico festivais.sav@cultura.gov.br formalizando a abdicação.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA

ANEXO I

Projetos qualificados em caráter preliminar:

Número de Inscrição	Nome do Evento	Empresa Proponente	UF	Categoria	Valor aprovado pela Comissão
on-747792718	10o Cine Fest Brasil-Canudos	Inffinito Entretenimento e Comunicações Ltda. Me.	RJ	C	R$ 100.000,00
on-183763360	Encontro de Cinema Negro Zózimo Bulbul Brasil, África e Caribe - 11 anos (10º Edição)	Casa de Criação Cinema e Artes Ltda.	RJ	B	R$ 200.000,01
on-269360549	X Festival Internacional de Cinema da Fronteira -SUR FRONTERA Plataforma de Negócios	BRITO E SANTOS PRODUÇÕES LTDA (Anti Filmes)	RS	C	R$ 150.000,00

ANEXO II

Projetos não qualificados em caráter preliminar:

Número de Inscrição	Nome do Evento	Empresa Proponente	UF	Categoria	Motivo da não qualificação
on-987577841	25º. Festival de Cinema de Vitória	GALPAO PRODUCOES ARTISTICAS E CULTURAIS LTDA	ES	B	Projeto não qualificado de acordo com o subitem 10.5
on-2064655216	MASTERLAB ESCOLA DE SÉRIES	AUTORIA C PRODUÇÃO E GESTÃO DE CONTEÚDO CRIATIVO LTDA	RJ	B	Projeto não qualificado de acordo com os subitens 1.1 e 6.3

Ministério da Defesa

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

PORTARIA Nº 1.356, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 839/GM/MD, de 27 de junho de 2016, cumulada com o art. 32, incisos IV e XII, do Anexo I do Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017, considerando o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, nos arts. 3º e 6º do Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, e no art. 3º, § 1º, da Portaria nº 318/SPU/MP, de 18 de dezembro de 2014, e tendo em vista o que consta do Processo nº 60352.000024/2018-38, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência à Coordenadora de Patrimônio e Almoxarifado da Gerência de Patrimônio, Obras e Serviços do Departamento de Administração Interna desta Secretaria para, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, solicitar à Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão acesso ao Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis da União (SISREI), bem como praticar os atos internos necessários à utilização do sistema, inclusive requerimento de bens imóveis da União, mediante prévia deliberação da autoridade delegante.

Parágrafo único. Para os fins de que trata esta Portaria, o agente público acima mencionado, no exercício da competência subdelegada no caput, deverá observar as normas editadas pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANSELMO ARAÚJO COSTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Educação

COLÉGIO PEDRO II

PORTARIA Nº 4.008, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O REITOR pro tempore DO COLÉGIO PEDRO II, designado pela Portaria/MEC nº 1280 de 04 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 05 de outubro de 2017, Seção 2, página 12, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Delegar à ocupante do cargo de Pró-Reitora de Ensino, as competências a seguir elencadas, além de outras decorrentes das atribuições da função:

I - Abertura de concurso público e homologação de resultado de concurso público;

II - Abertura e homologação de processo seletivo para admissão de professores substituto e temporários;

III - Lotação e remoção de docentes efetivos e substitutos do Colégio Pedro II;

IV - Licenças e afastamentos, exceto a licença sem remuneração e o afastamento do País;

Art. 2º Não são objetos desta delegação:

I - Edição de atos de caráter normativo de competência do Magnífico Reitor;

II - Decisões de Recursos administrativos;

III - Matérias de competência exclusiva do Magnífico Reitor.

Art. 3º A presente delegação é extensiva aos substitutos eventuais, quando em efetivo exercício do cargo.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

OSCAR HALAC

PORTARIA Nº 278, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O REITOR pro tempore DO COLÉGIO PEDRO II, designado pela Portaria/MEC nº 1280 de 04 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 05 de outubro de 2017, Seção 2, página 12, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Delegar ao Vice-Reitor as competências a seguir elencadas, além de outras decorrentes das atribuições da função:

I - edição de atos de caráter normativo de competência do Magnífico Reitor;

II - decisões de recursos administrativos;

III - matérias de competência exclusiva do Magnífico Reitor.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

OSCAR HALAC

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA

SÚMULA DE PARECERES

(Complementar à Publicada no DOU de 4/4/2018, Seção 1, pp. 86 e 87)

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS DIAS 5, 6, 7 E 8 DO MÊS DE MARÇO/2018

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

e-MEC: 20070659 Parecer: CNE/CES 117/2018 Relator: Francisco Cesar de Sá Barreto Interessada: Sociedade Maranhense de Cultura Superior (SOMACS) - São Luís/MA Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior que, por meio do Despacho nº 161, de 19 de setembro de 2011, publicado no DOU de 21 de setembro de 2011, aplicou medida cautelar de sobrestamento do processo, além de suspensão integral e parcial de ingressos de novos alunos do Instituto de Estudos Superiores do Maranhão (IESMA), com sede no município de São Luís, estado do Maranhão Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos do Despacho SERES nº 161, de 19 de setembro de 2011, que determinou a aplicação de medida cautelar limitando a quantidade de novos ingressos de estudantes nos cursos superiores ofertados pelo Instituto de Estudos Superiores do Maranhão - IESMA, com sede na rua do Racho, nº 110, centro, no município de São Luís, no estado do Maranhão Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201405808 Parecer: CNE/CES 118/2018 Relator: Francisco Cesar de Sá Barreto Interessada: Ícone Instituto de Consultoria, Cursos e Educação Ltda. - Brasília/DF Assunto: Recurso contra decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 12, de 3 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 4 de janeiro de 2018, indeferiu o pedido de autorização do curso de Gestão Pública, tecnológico, da Faculdade de Tecnologia Ícone (FACTI), com sede em Brasília, no Distrito Federal Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SERES nº 12, de 3 de janeiro de 2018, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso de Gestão Pública, tecnológico, que seria ministrado pela Faculdade de Tecnologia Ícone (FACTI), com sede na EQNN 3-5, lotes nº 1-5, Ceilândia, em Brasília, do Distrito Federal Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201418278 Parecer: CNE/CES 119/2018 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessada: Fundação Presidente Antônio Carlos - Barbacena/MG Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio do Despacho SERES/MEC nº 283, de 18 de dezembro de 2014, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 19 de dezembro de 2014, aplicou medida cautelar de suspensão de prerrogativas de autonomia em relação ao curso superior de tecnologia em Gestão Ambiental, da Universidade Presidente Antônio Carlos, com sede no município de Barbacena, no estado de Minas Gerais Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa no Despacho SERES/MEC nº 283, de 18 de dezembro de 2014, para autorizar a renovação de reconhecimento do curso de Gestão Ambiental, tecnológico, ofertado pela Universidade Presidente Antônio Carlos, com sede no município de Barbacena, no estado de Minas Gerais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201608307 Parecer: CNE/CES 121/2018 Relator: José Loureiro Lopes Interessada: Faculdade Eficaz Maringá Ltda. - ME - Maringá/PR Assunto: Recurso contra decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria n° 1.255, de 7 de dezembro de 2017, indeferiu o pedido de autorização, em Bacharelado em Letras - Libras, da Faculdade Eficaz, com sede no município de Maringá, estado do Paraná Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria n° 1.255, de 7 de dezembro de 2017, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso de Letras - Libras, bacharelado, que seria ministrado pela Faculdade Eficaz, com sede na Avenida Duque de Caxias, nº 882, bairro Zona 07, no município de Maringá, estado do Paraná Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 20078360 Parecer: CNE/CES 123/2018 Relator: José Loureiro Lopes Interessada: Fundação Educacional Sorocabana Fac Direito de Sorocaba - Sorocaba/SP Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Direito de Sorocaba (FADI), com sede no município de Sorocaba, estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Direito de Sorocaba (FADI), com sede na rua Doutora Ursulina Lopes Torres, nº 123, bairro Vergueiro, no município de Sorocaba, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201510362 Parecer: CNE/CES 125/2018 Relator: Antonio de Araujo Freitas Junior Interessada: Universidade Federal de Pelotas - Pelotas/RS Assunto: Recredenciamento da Universidade Federal de Pelotas, com sede no município de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Universidade Federal de Pelotas, com sede na Rua Gomes Carneiro, nº 1, centro, no município de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, observando-se tanto o prazo de 8 (oito) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017. Fica estabelecida a concessão de autonomia ao Campus de Capão do Leão, localizado no Campus Universitário, s/nº, no município de Capão do Leão, no estado do Rio Grande do Sul Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201507412 Parecer: CNE/CES 129/2018 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessada: CEDIN Educacional Ltda. - ME - Belo Horizonte/MG Assunto: Credenciamento da Faculdade CEDIN - CEDIN, a ser instalada no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade CEDIN - CEDIN, a ser instalada na Alameda Ezequiel Dias, nº 275, Centro, no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir de oferta dos cursos superiores de Administração, bacharelado; e Gestão Pública, tecnológico, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201610524 Parecer: CNE/CES 135/2018 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: Centro de Ensino Superior Fabra - Serra/ES Assunto: Credenciamento da Escola de Ensino Superior Fabra - Fabra, a ser instalada no munícipio de Serra, no estado do Espírito Santo, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Escola de Ensino Superior Fabra - Fabra, com sede no município de Serra, no estado do Espírito Santo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede, nos seguintes polos de apoio presencial: Polo Serra, Rua Ipatinga, nº 82, Barcelona, no município de Serra, no estado do Espírito Santo; Polo Manaus, Avenida Djalma Batista, nº 2339, Chapada, no município de Manaus, no estado do Amazonas; Polo São Gonçalo, Avenida Júlio Lima, nº1054, Laranjal, no município de São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro, e nos eventuais polos a serem criados pela instituição, a partir da oferta dos cursos de Pedagogia, licenciatura; Marketing, tecnólogo; Gestão de Recursos Humanos, tecnólogo; e Teologia, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201601877 Parecer: CNE/CES 137/2018 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: Sociedade Universitária Mileto - Ltda. - EPP - Natal/RN Assunto: Recurso contra decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 15, de 8 de janeiro de 2018, publicada no DOU em 9 de janeiro de 2018, indeferiu o pedido de autorização do curso superior de bacharelado em Engenharia Mecânica, da Faculdade Uninassau Parnamirim, com sede no município de Parnamirim, no estado Rio Grande do Norte Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 15, de 8 de janeiro de 2018, para autorizar o funcionamento do curso de Engenharia Mecânica, bacharelado, a ser oferecido pela Faculdade Uninassau Parnamirim, com sede na rua Pedro Bezerra Filho, nº 35, bairro Santos Reis, no município de Parnamirim, no estado do Rio Grande do Norte, com 240 (duzentas e quarentas) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201608476 Parecer: CNE/CES 140/2018 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Sociedade Educacional Mater Christi Ltda. - Mossoró/RN Assunto: Recurso contra decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 1.254, de 7 de dezembro de 2017, publicada no DOU de 11 de dezembro de 2017, autorizou o curso de Engenharia Civil, bacharelado, da Faculdade Unirb - Mossoró, com sede em Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte, contudo determinou a redução no número de vagas solicitado de 200 (duzentos) para 100 (cem) vagas anuais Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SERES nº 1.254, de 7 de dezembro de 2017, que autorizou o curso de Engenharia Civil, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, da Faculdade Unirb - Mossoró, com sede na avenida Francisco Mota, nº 3310, bairro Presidente Costa e Silva, no município de Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201601636 Parecer: CNE/CES 143/2018 Relator: Francisco César de Sá Barreto Interessado: Ser Educacional S.A. - Recife/PE Assunto: Recurso contra decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 15, de 8 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 9 de janeiro de 2018, indeferiu o pedido de autorização do curso de Pedagogia, licenciatura, da Faculdade Uninassau Feira de Santana, com sede no município de Feira de Santana, estado da Bahia Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 15/2018, para autorizar o funcionamento do curso de Pedagogia, licenciatura, a ser oferecido pela Faculdade Uninassau Feira de Santana, com sede Rua Barão de Cotegipe, nº 917, de 557 a 1061 - lado ímpar, Centro, no município de Feira de Santana, no estado da Bahia, com 240 (duzentas e quarenta) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

e-MEC: 201507882 Parecer: CNE/CES 147/2018 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessada: União das Faculdades da Tríplice Fronteira - Foz do Iguaçu/PR Assunto: Credenciamento do Instituto de Aprendizagem Ativa - ATIV, a ser instalado no município de Foz do Iguaçu, no estado do Paraná Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento do Instituto de Aprendizagem Ativa - ATIV, a ser instalado na avenida das Cataratas, nº 1.118, bairro Vila Yolanda, no município de Foz do Iguaçu, no estado do Paraná, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, como a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta do curso superior de Administração, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201416233 Parecer: CNE/CES 148/2018 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessado: Programus Sociedade Aguabranquense de Educação Básica e Superior S/C Ltda. - ME - Água Branca/PI Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, que, por meio da Portaria nº 1.170, de 9 de novembro de 2017, publicada no DOU de 10 de novembro de 2017, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso de Educação Física, licenciatura, na modalidade a distância, da Faculdade Superior de Ensino Programus - Isepro, com sede no município de Água Branca, no estado do Piauí Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, expressa na Portaria SERES nº 1.170, de 9 de novembro de 2017, para autorizar o funcionamento do curso de Educação Física, licenciatura, na modalidade a distância, a ser oferecido pela Faculdade Superior de Ensino Programus - Isepro, com sede na Rua Moraes, nº 310, Centro, no município de Água Branca, no estado do Piauí, com 200 (duzentas) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

Processo: 23000.031676/2017-05 Parecer: CNE/CES 150/2018 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessado: Instituto Mantenedor de Ensino Superior da Bahia Ltda. - ME - Salvador/BA Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, que, por meio da Portaria nº 1.224, de 28 de novembro de 2017, publicada no DOU

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

em 29 de novembro de 2017, deferiu parcialmente o pedido de aumento de vagas para o curso de graduação em Medicina, bacharelado, ministrado pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC Salvador), com sede no município de Salvador, no estado da Bahia Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, expressa na Portaria SERES nº 1.224, de 28 de novembro de 2017, para autorizar o aumento de 130 (centro e trinta) vagas totais anuais no curso de Medicina, bacharelado, da Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC, com sede na Avenida Luís Viana Filho, nº 8.812 - Paralela, no município de Salvador, no estado da Bahia, passando o curso a ofertar 300 (trezentas) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

Processo: 23000.032987/2017-83 Parecer: CNE/CES 152/2018 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessada: Obras Sociais e Educacionais de Luz - São Paulo/SP Assunto: Recurso contra decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 1.258, de 8 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 11, de dezembro de 2017, deferiu parcialmente o pedido de aumento de vagas do curso de graduação em Medicina, bacharelado, da Universidade Santo Amaro (UNISA), com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo Voto da relatora: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 1.258, de 8 de dezembro de 2017, para autorizar aumento de 144 (cento e quarenta e quatro) vagas totais anuais para o curso de Medicina, bacharelado, ministrado pela Universidade Santo Amaro, com sede na Rua Enéas de Siqueira Neto, nº 340, bairro Jardim das Imbuias, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, passando a ofertar 304 (trezentas e quatro) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201607582 Parecer: CNE/CES 153/2018 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessado: Instituto de Educação e Cultura Águas Lindas S/C Ltda. - ME - Águas Lindas/GO Assunto: Credenciamento da Faculdade Águas Lindas, a ser instalada no município de Águas Lindas de Goiás, no estado do Goiás Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Águas Lindas, a ser instalada na quadra 71, lotes 26/31, avenida Tiradentes, bairro Jardim Pérola da Barragem II, no município de Águas Lindas de Goiás, no estado de Goiás, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, como a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta do curso superior de Administração, bacharelado, e Pedagogia, licenciatura, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Observação: De acordo com o Regimento Interno do CNE e a Lei nº 9.784/1999, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias para recursos, quando couber, a partir da data de publicação desta Súmula no Diário Oficial da União, ressalvados os processos em trâmite no Sistema e-MEC, cuja data de publicação, para efeito de contagem do prazo recursal, será efetuada a partir da publicação nesse Sistema, nos termos do artigo 1º, § 2º, da Portaria Normativa MEC nº 40/2007. Os Pareceres citados encontram-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e serão divulgados na página do CNE (http://portal.mec.gov.br/cne/).

Brasília, 13 de abril de 2018.
ANDRÉA MALAGUTTI
Secretária Executiva

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE

PORTARIAS DE 12 DE ABRIL DE 2018

A Reitora da Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto de 14/03/2017, publicado no DOU de 15/03/2017, resolve:

Nº 154 - Homologar e tornar público o resultado do Concurso Público para Provimento do Cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, denominação Adjunto A, do Departamento de Psicologia, instituído pelo Edital nº 02, de 02/01/2018, publicado no DOU de 03/01/2018 na área de conhecimento, regime de trabalho e número de vagas abaixo especificadas:
Área de conhecimento: Intervenção em Saúde e Psicoterapias Psicanalíticas
Regime de trabalho: 40 horas semanais
Nº de vagas: 01 (uma)
Classificação e Pontuação Final
1º - Michele Poletto - 9,27
2º - Rodrigo Gabbi Polli - 9,18
3º - Vítor Hugo Couto Triska - 8,13
As demais candidatas foram reprovadas ou desclassificadas

Nº 155 - Homologar e tornar público o resultado do Concurso Público para Provimento do Cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, denominação Adjunto A, do Departamento de Psicologia, instituído pelo Edital nº 57, de 27/12/2017, publicado no DOU de 27/12/2017 na área de conhecimento, regime de trabalho e número de vagas abaixo especificadas:
Área de conhecimento: Avaliação Psicológica com Ênfase em Avaliação Psicológica Clínica
Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva
Nº de vagas: 01 (uma)
Classificação e Pontuação Final
1º - Joana Corrêa de Magalhães Narvaez - 9,07
2º - Katiane Lilian da Silva - 8,24
3º - Micheline Roat Bastianello - 8,18
Os demais candidatos não obtiveram média mínima para classificação

Nº 156 - Homologar e tornar público o resultado do Concurso Público para Provimento do Cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, denominação Adjunto A, do Departamento de Farmacociências, instituído pelo Edital nº 03, de 02/01/2018, publicado no DOU de 03/01/2018 na área de conhecimento, regime de trabalho e número de vagas abaixo especificadas:
Área de conhecimento: Química Medicinal e Farmacêutica
Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva
Nº de vagas: 01 (uma)
Classificação e Pontuação Final
1º - Rodrigo Ligabue Braun - 8,51
2º - Dyeison Antonow - 8,37
3º - Helton José Wiggers - 7,44
4º - Luís Fernando Saraiva Macedo Timmers - 7,33
5º - José Fernado Ruggiero Bachega - 7,03
6º - Iara Almida Zimmermann - 6,14
Os demais candidatos foram reprovados ou desclassificados

Nº 157 - Homologar e tornar público o resultado do Concurso Público para Provimento do Cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, denominação Assistente A, do Departamento de Saúde Coletiva, instituído pelo Edital nº 57, de 27/12/2017, publicado no DOU de 27/12/2017 na área de conhecimento, regime de trabalho e número de vagas abaixo especificadas:
Área de conhecimento: Medicina de Família e Comunidade
Regime de trabalho: 40 horas semanais
Nº de vagas: 02 (duas)
Classificação e Pontuação Final
1º - Maria Amélia Medeiros Mano - 8,45
2º - Lucas Wollmann - 7,56
3º - André Luiz da Silva - 7,47
Os demais candidatos não obtiveram média mínima para classificação

LUCIA CAMPOS PELLANDA

PORTARIAS DE 13 DE ABRIL DE 2018

A Reitora da Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto de 14/03/2017, publicado no DOU de 15/03/2017, resolve:

Nº 158 - Homologar e tornar público o resultado do Concurso Público para Provimento do Cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, denominação Adjunto A, do Departamento de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, instituído pelo Edital nº 48, de 10/11/2017, publicado no DOU de 10/11/2017 na área de conhecimento, regime de trabalho e número de vagas abaixo especificadas:
Área de conhecimento: Física
Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva
Nº de vagas: 02 (duas)
Classificação e Pontuação Final
1º - João Vinícius Batista Valença - 7,44
2º - Maíra Tiemi Yoshizumi - 7,31
4º - Glauco Rogério Veneziani - 7,12
3º - Luciana Cardoso Matsushima - 7,01
Os demais candidatos foram reprovados ou desclassificados

Nº 159 - Homologar e tornar público o resultado do Concurso Público para Provimento do Cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, denominação Adjunto A, do Departamento de Enfermagem, instituído pelo Edital nº 03, de 02/01/2018, publicado no DOU de 03/01/2018 na área de conhecimento, regime de trabalho e número de vagas abaixo especificadas:
Área de conhecimento: Enfermagem
Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva
Nº de vagas: 01 (uma)
Classificação e Pontuação Final
1º - Luccas Melo de Souza - 8,54
2º - Michelli Cristina Silva de Assis - 8,26
3º - Elisiane Lorenzini - 8,09
4º - Patrícia Treviso - 8,03
5º - Rafaela Schaefer - 7,28
6º - Taline Bavaresco - 7,24
7º - Veridiana Tavares Costa - 6,69
8º - Silvani Herber - 6,55
9º - Aline Marques Acosta - 6,51
10º - Fernando Riegel - 6,43
Os demais candidatos foram reprovados ou desclassificados

LUCIA CAMPOS PELLANDA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

PORTARIA Nº 683, DE 6 DE ABRIL DE 2018

A Reitora da Universidade Federal de São Carlos, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

Alterar a Função Gratificada atribuída à Secretária da Secretaria Executiva da Prefeitura Universitária Campus Sorocaba através da Portaria GR nº 260/13, de 12 de junho de 2013, do nível 5 para o nível 6.

WANDA APARECIDA MACHADO HOFFMANN

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Autoriza a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, por intermédio das Unidades Executoras Próprias - UEx das escolas públicas municipais, estaduais e distritais, selecionadas no âmbito do Programa de Inovação Educação Conectada, para apoiá-las na inserção da tecnologia como ferramenta pedagógica de uso cotidiano.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Constituição Federal de 1988;
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009;
Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014;
Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017; e
Portaria MEC nº 1.602, de 28 de dezembro de 2017.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 14 do Anexo I do Decreto nº 9.007, de 20 de março de 2017, e os arts. 3º e 6º do Anexo da Resolução CD/FNDE nº 31, de 30 de setembro de 2003, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - CD/FNDE, e

CONSIDERANDO:

A estratégia 7.15 do Plano Nacional de Educação - PNE, instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que prevê a universalização do acesso à internet em alta velocidade nas escolas públicas brasileiras;

A 5ª competência geral da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, que estabelece a utilização de tecnologias digitais de comunicação e informação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética, inclusive nas práticas escolares, ao se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas;

A relevância de um planejamento integrado que defina visão e ações articuladas para a inserção efetiva da tecnologia e da inovação nas práticas pedagógicas nas escolas públicas; e

A instituição do Programa de Inovação Educação Conectada, que prevê o apoio do Governo Federal à universalização do acesso à internet em alta velocidade e o fomento do uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica, resolve, ad referendum:

CAPÍTULO I
DO OBJETIVO

Art. 1º Ficam destinados recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, por intermédio das Unidades Executoras Próprias - UEx das escolas públicas municipais, estaduais e distritais, selecionadas no âmbito do Programa de Inovação Educação Conectada, para apoiá-las na inserção da tecnologia como ferramenta pedagógica de uso cotidiano.

Parágrafo único. Os recursos financeiros de que trata o caput serão liberados em favor das UEx das unidades escolares indicadas pelas secretarias municipais, estaduais e distrital de educação, a partir daquelas pré-selecionadas pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação - SEB-MEC.

CAPÍTULO II
DA ADESÃO

Art. 2º A adesão das secretarias de educação municipais, estaduais e distrital ao Programa será feita no módulo Educação Conectada do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação - SIMEC-MEC.

§ 1º No ato da adesão, as secretarias deverão indicar pelo menos um Articulador Local, que será responsável por apoiar o processo de elaboração e implementação do Plano Local de Inovação no âmbito da secretaria de educação, nos termos dos arts. 7º e 11 da Portaria MEC nº 1.602, de 28 de dezembro de 2017.

§ 2º A quantidade exata de Articuladores Locais de que trata o § 1º depende da dimensão da rede de ensino e será definida e publicada pela SEB-MEC em documento orientador específico.

Art. 3º As secretarias de educação que tenham feito adesão deverão efetuar a seleção das escolas, a partir de listas de escolas pré-selecionadas pela SEB-MEC, para serem contempladas com os

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

recursos de que trata esta Resolução, por meio do módulo Educação Conectada do SIMEC.

§ 1º Serão abertos períodos específicos para a seleção de escolas pelas secretarias municipais, estaduais e distrital de educação.

§ 2º As secretarias de educação poderão, no momento da seleção de escolas, efetuar a substituição justificada de uma escola pré-selecionada pela SEB-MEC por outra escola de sua rede, que atenda aos critérios preestabelecidos em documento orientador específico.

Art. 4º As UEx das escolas selecionadas pelas secretarias de educação deverão formalizar a adesão no módulo Educação Conectada do Sistema PDDE Interativo mediante a elaboração e envio à SEB/MEC de plano de aplicação financeira, como condição necessária para que as escolas sejam contempladas com recursos financeiros.

§ 1º O plano de aplicação financeira é o instrumento de detalhamento da aplicação dos recursos previstos nesta Resolução, por meio do qual a UEx deverá indicar os itens de custeio e capital aos quais destinará os valores definidos no parágrafo único do art. 6º.

§ 2º Serão abertos períodos específicos para adesão das escolas selecionadas.

§ 3º A SEB-MEC poderá condicionar a adesão da UEx ao preenchimento de ferramenta de diagnóstico disponibilizada no PDDE Interativo.

CAPÍTULO III

DOS RECURSOS

Art. 5º A SEB-MEC encaminhará ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE a relação nominal das unidades escolares participantes do Programa de Inovação Educação Conectada, com a indicação dos valores a serem a elas destinados, calculados em conformidade com o estabelecido no art. 6º.

Art. 6º Os recursos destinados ao financiamento do Programa serão repassados às UEx representativas das unidades escolares beneficiadas para cobertura de despesas de custeio, capital ou ambos, devendo ser empregados:

I - na contratação de serviço de acesso à internet ofertada por via terrestre; e

II - na implantação, nas dependências da escola, de infraestrutura para distribuição interna do sinal da internet.

Parágrafo único. Os recursos especificados no caput corresponderão ao valor anual estimado, sendo calculado em função da faixa de matrículas registradas na educação básica no Censo Escolar do ano anterior ao da adesão da UEx, e com base nos valores abaixo:

Faixa de matrículas na educação básica	Velocidade média de referência	Valor de repasse anual
15 a 199	20 Mbps	R$ 2.451,00
200 a 499	50 Mbps	R$ 3.328,00
500 ou mais	100 Mbps	R$ 3.892,00

Art. 7º A transferência financeira, sob a égide desta Resolução, ocorrerá mediante depósito em conta bancária específica aberta pelo FNDE, na mesma agência bancária depositária dos recursos do PDDE.

Parágrafo único. Os valores previstos no caput serão transferidos às UEx representativas das unidades escolares beneficiárias em parcela única anual.

Art. 8º A assistência financeira de que trata esta Resolução correrá por conta de dotação orçamentária consignada anualmente ao FNDE e fica limitada aos valores autorizados na ação específica, observados os limites de movimentação, de empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira anual do Governo Federal, e condicionada aos regramentos estabelecidos na Lei Orçamentária Anual - LOA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e no Plano Plurianual - PPA do Governo Federal e à viabilidade operacional.

Art. 9º Eventuais rendimentos obtidos com aplicações financeiras deverão ser computados a crédito da conta específica e ser utilizados exclusivamente para a implementação das atividades do Programa de Inovação Educação Conectada, respeitadas as mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Parágrafo único. Os saldos de recursos financeiros, existentes em 31 de dezembro de cada exercício, originários das transferências para o atendimento às escolas beneficiárias de que trata esta Resolução, deverão ser reprogramados pela UEx, para aplicação no exercício seguinte, com estrita observância de seu emprego no objeto do Programa de Inovação Educação Conectada e de sua natureza de despesa - custeio ou capital -, no caso das escolas que darão continuidade ao Programa.

CAPÍTULO IV

DO MONITORAMENTO

Art. 10. As redes de ensino deverão instalar sistema de medição de velocidades da banda larga nas escolas que possuam conexão à internet e naquelas que venham a contratar a conexão no âmbito do Programa, a fim de permitir o acompanhamento da qualidade do serviço.

Art. 11. A SEB-MEC disponibilizará sistema de monitoramento e acompanhamento específico para o registro de informações das redes e das escolas participantes do Programa referentes à sua execução.

§ 1º O sistema de monitoramento das ações do Programa será definido e disponibilizado, sem prejuízo do uso integrado com as ferramentas e os protocolos instituídos pelos entes federados com a mesma finalidade.

§ 2º O registro das informações a que se refere o caput, nos prazos estabelecidos e divulgados pela SEB-MEC, é condição necessária para participação das unidades escolares no Programa em exercícios subsequentes.

Art. 12. O monitoramento global do Programa será de responsabilidade da SEB-MEC e do FNDE.

§ 1º O MEC, com apoio do o Comitê Consultivo do Programa de Inovação Educação Conectada, acompanhará a implementação do Programa.

§ 2º Ao FNDE caberá acompanhar a execução financeira do Programa, por meio de análises dos repasses dos recursos às entidades beneficiárias e de sua prestação de contas ao FNDE.

CAPÍTULO V

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 13. O FNDE, para operacionalizar os repasses previstos nesta Resolução, contará com as parcerias da SEB-MEC, das prefeituras municipais, das secretarias estaduais e distrital de educação - EEx e das UEx representativas de unidades escolares públicas, cabendo, entre outras atribuições, as previstas na Resolução do PDDE em vigor.

I - Compete à SEB-MEC:

a) ratificar as unidades escolares, nos termos do § 1º do art. 1º, e enviar ao FNDE, para fins de liberação dos recursos de que trata esta Resolução, a relação nominal das unidades escolares a serem atendidas e a indicação dos valores a elas destinados, em conformidade com o estabelecido no art. 6º;

b) prestar assistência técnica às UEx das unidades escolares referidas na alínea "a" e às EEx, fornecendo-lhes as orientações necessárias para o efetivo cumprimento dos objetivos do Programa de Inovação Educação Conectada;

c) coordenar o Programa e promover a articulação entre os agentes envolvidos, visando ao cumprimento do disposto nesta Resolução; e

d) monitorar o andamento e o resultado do Programa em conformidade com o estabelecido no art. 12;

II - Compete às EEx:

a) indicar, no módulo Educação Conectada do SIMEC, as unidades escolares integrantes de suas redes de ensino que estarão habilitadas a participar do Programa;

b) indicar o Articulador Local do Programa, no âmbito da secretaria municipal, estadual ou distrital de educação, que será responsável por apoiar o processo de aplicação de diagnóstico e de elaboração e implementação do Plano Local de Inovação;

c) acompanhar o processo de adesão das escolas selecionadas no módulo Educação Conectada do Sistema PDDE Interativo, a cada período de adesão;

d) acompanhar a elaboração do plano de aplicação financeira pelas escolas selecionadas, a cada período de adesão;

e) acompanhar o preenchimento de informações relativas à execução do Programa pelas escolas integrantes de suas redes de ensino no sistema de acompanhamento e monitoramento específico;

f) preencher, no sistema de acompanhamento e monitoramento, informações sobre a execução do Programa em sua rede;

g) incentivar as escolas de sua rede de ensino a constituírem Unidade Executora Própria, nos termos sugeridos no Manual de Orientações para Constituição de Unidade Executora, disponível no sítio www.fnde.gov.br;

h) garantir livre acesso às suas dependências a representantes da SEB-MEC, do FNDE, do Tribunal de Contas da União - TCU, do Sistema Interno do Poder Executivo Federal e do Ministério Público, prestando-lhes esclarecimentos e fornecendo-lhes documentos requeridos, quando em missão de acompanhamento, fiscalização e auditoria;

i) zelar pelo desenvolvimento das atividades no âmbito do Programa e outras atividades que contribuam para a inserção da tecnologia como ferramenta pedagógica de uso cotidiano das escolas de sua rede; e

j) zelar para que as UEx representativas das escolas integrantes de sua rede de ensino cumpram as disposições do inciso III;

III - Compete às UEx:

a) fazer a adesão no módulo Educação Conectada do Sistema PDDE Interativo, por meio da elaboração e do envio à SEB-MEC de plano de aplicação financeira;

b) prestar as informações relativas à execução do Programa no sistema de acompanhamento e monitoramento específico, atualizando essas informações sempre que necessário ou quando for solicitado pelas EEx ou pela SEB-MEC;

c) acompanhar e avaliar a execução das estratégias de implementação do Programa e, em caso de baixa inserção da tecnologia como ferramenta pedagógica de uso cotidiano, recomendar à equipe escolar responsável a revisão das ações;

d) proceder à execução e à prestação de contas dos recursos de que trata esta Resolução, nos moldes operacionais e regulamentares do PDDE;

e) zelar para que a prestação de contas referida na alínea anterior contenha os lançamentos e seja acompanhada dos comprovantes referentes à destinação dada aos recursos de que trata esta Resolução e a outros que, eventualmente, tenham sido repassados, nos moldes operacionais e regulamentares do PDDE, na mesma conta bancária específica, fazendo constar no campo "Programa/Ação" dos correspondentes formulários a expressão "PDDE Qualidade";

f) fazer constar dos documentos comprobatórios das despesas realizadas com os recursos de que trata esta Resolução (notas fiscais, faturas, recibos) a expressão "Pagos com recursos do FNDE/PDDE Qualidade"; e

g) garantir livre acesso às suas dependências a representantes da SEB-MEC, do FNDE, do TCU, do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Ministério Público, prestando-lhes esclarecimentos e fornecendo-lhes documentos requeridos, quando em missão de acompanhamento, fiscalização e auditoria.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. As orientações relativas à implementação do Programa serão divulgadas no Manual Operacional do Programa Educação Conectada a ser disponibilizado nos sítios www.mec.gov.br e www.fnde.gov.br.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 746-GR/IFAM, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O REITOR do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe conferem o Decreto Presidencial de 10/03/2015, publicado no DOU Nº 47, de 11/03/2015, Seção 2, pág. 2, resolve:

PRORROGAR, por 12 (doze) meses a partir de 19 de abril de 2018, o prazo de validade do Edital de Homologação nº 18, de 18 de abril de 2017, publicado no DOU nº 75, de 19.04.2017, seção 3, página 38, que trata do Resultado Final do Concurso Público de Provas, objeto do Edital nº 006, de 30/08/2016, destinado ao provimento de cargos Técnico-Administrativos em Educação.

ANTONIO VENANCIO CASTELO BRANCO

PORTARIA Nº 747-GR/IFAM, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O REITOR do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe conferem o Decreto Presidencial de 10/03/2015, publicado no DOU Nº 47, de 11/03/2015, Seção 2, pág. 2, resolve:

PRORROGAR, por 12 (doze) meses a partir de 19 de abril de 2018, o prazo de validade do Edital de Homologação nº 17, de 18 de abril de 2017, publicado no DOU nº 75, de 19.04.2017, seção 3, página 37, que trata do Resultado Final do Concurso Público de Provas e Títulos, objeto do Edital nº 005, de 30/08/2016, destinado ao provimento de Cargos Efetivos de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. - EBTT.

ANTONIO VENANCIO CASTELO BRANCO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 540, DE 12 DE ABRIL DE 2018

Delega competência aos diretores-gerais dos campi e aos diretores dos campi avançados para prática de atos de pessoal.

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições, conferidas Decreto Presidencial de 19/10/2016, publicado no Diário Oficial da União de 20/10/2016, e considerando:

- os art. 11 a 14 da Lei n.º 9.784, de 29/01/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

- os princípios fundamentais das atividades da Administração Pública Federal: planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência e controle, elencados no Decreto-Lei n.° 200, de 25/02/1967, que trata da organização da Administração Federal e dá outras providências;

- o constante no inciso XV do art. 16 do Regimento Interno dos Campi do IFNMG; resolve:

Art. 1º Delegar competência, nos termos do § 1º do art. 42 e inciso VIII do art. 43 do Regimento Geral do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, aos diretores-gerais dos campi e aos diretores dos campi avançados do IFNMG para, respeitados os dispositivos legais e regulamentares, especialmente os constantes no Manual do Servidor, empreenderem, no âmbito de suas unidades, todos os procedimentos necessários à efetivação dos seguintes atos de pessoal:

- Adicional Ocupacional; Adicional Noturno; Ajuda de Custo; Auxílio-natalidade; Auxílio Pré-Escolar; Concessões de Ausência ao Trabalho; Entrada em exercício de servidores efetivos nomeados; Férias: marcação, alteração e interrupção por necessidade do serviço; Incentivo à Qualificação - Técnicos Administrativos em Educação; Licença à Adotante; Licença à Gestante e respectiva prorrogação; Licença para Tratamento da

Própria Saúde; Licença Paternidade; Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família; Progressão por Mérito Profissional - Técnicos Administrativos em Educação; Progressão por Capacitação Profissional - Técnicos Administrativos em Educação; Progressão Funcional - Docentes; Promoção - Docentes; Aceleração da Promoção - Docentes; Retribuição por Titulação - Docentes; Substituição Remunerada; Realização de Processo Seletivo Simplificado de Professor Substituto, mediante autorização prévia do Reitor; Formalização de contrato de Professor Substituto; Concessão de horário especial de servidor estudante.

Art. 2° A aplicabilidade desta portaria fica adstrita à publicação de manuais, normativos, comunicados e instruções da Diretoria de Gestão de Pessoas.

Art. 3º A delegação de competência não envolve a perda, pelo delegante, dos correspondentes poderes, sendo-lhe facultado, quando entender conveniente, exercê-los mediante avocação do caso, sem prejuízo da validade da delegação.

Art. 4º Revoga-se a Portaria nº 609 - Reitor/2016, de 14 de junho de 2016, publicada no DOU de 17/06/2016, Seção 1.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO MARTINS DA SILVA

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 261, DE 12 DE ABRIL DE 2018

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam indeferidos os pedidos de autorização dos cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

(Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201609175	GEOGRAFIA (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE CATÓLICA DE ABAETETUBA	ASSOCIACAO OBRAS SOCIAIS DA DIOCESE DE ABAETETUBA	RUA PADRE LUIZ VARELA, 1636, CENTRO, ABAETETUBA/PA

PORTARIA Nº 262, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias MEC n°s 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, da Faculdade Positivo Londrina (FPL), com sede à Rua Prefeito Faria Lima, nº 400, Bairro Jardim Maringá, Município de Londrina, Estado do Paraná, mantida pelo CESA - Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas S/S Ltda - Me (CNPJ 04.961.394/0001-03).

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais dos cursos neste ato autorizados são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC, nos termos do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º A instituição deverá solicitar reconhecimento dos cursos, neste ato autorizados, nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO (Autorização de Cursos)

ORDEM	PROCESSO	CURSO (GRAU)	VAGAS
1	201305440	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (TECNOLÓGICO)	250 (DUZENTAS E CINQUENTA)
2	201305443	GESTÃO PÚBLICA (TECNOLÓGICO)	250 (DUZENTAS E CINQUENTA)
3	201305444	MARKETING (TECNOLÓGICO)	250 (DUZENTAS E CINQUENTA)
4	201305446	PROCESSOS GERENCIAIS (TECNOLÓGICO)	250 (DUZENTAS E CINQUENTA)

PORTARIA Nº 263, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e considerando os fundamentos constantes Nota Técnica nº 01/2018/DIRAP/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES, exarada no Processo de Supervisão CEBAS nº 23000.007176/2014-00, resolve:

Art. 1º. Julgar procedente a Representação nº 71010.003443/2006-85 da Secretaria da Receita Federal do Brasil, a qual deu origem a Supervisão administrativa nº 23000.007176/2014-00, instaurada pela Portaria SERES nº 228, de 10 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 11/04/2014, e CANCELAR o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Instituição Cultural, Educativa e de Assistência Social, CNPJ nº 09.110.115/0001-03, com sede em João Pessoa/PA pelo período de 12/05/2004 a 11/05/2007, deferido nos autos do Processo nº 44006.003983/2000-25, concedido pela Resolução nº 44, de 07 de maio de 2004 e publicada no DOU de 12/05/2004, em observância ao disposto no art. 3º, inciso VIII, do Decreto nº 2.536, de 1998.

Art. 2º Cientifique-se a Instituição Cultural, Educativa e de Assistência Social.

Art. 3º. Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil em João Pessoa/PA.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 264, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 11/2018 - DIRAP/CGCEBAS/DPR/SERES/MEC, exarada no Processo de Revisão Administrativa nº 23000.005528/2014-84, resolve:

Art. 1º. Manter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Associação de Ensino de Ribeirão Preto, CNPJ nº 55.983.670/0001-67, com sede em Ribeirão Preto/SP, deferido nos autos dos processos nº 71010.001497/2003-63, pela Resolução nº 3, de 23 de janeiro de 2009, publicada no DOU de 26 de janeiro de 2009, relativo aos períodos de 23/10/2003 a 22/10/2006, em estrita observância do artigo 54 da lei 9.784/1999.

Art. 2º Arquivar o processo de revisão administrativa instaurado pela Portaria nº 244, de 15 de abril de 2014, publicada no DOU de 16 de abril de 2014.

Art. 3º. Cientifique-se a Associação de Ensino de Ribeirão Preto.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 265, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 07/2018/DIRAPE/CGCEBAS//SERES/SERES, exarada no Processo de Representação Administrativa nº 71010.001163/2005-51, resolve:

Art. 1º. Anular o Despacho da Secretária Executiva do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, de 06 de fevereiro de 2009, proferido nos autos do processo 71010.001163/2005-51, em estrita observância ao determinado no Parecer nº 1576/2012/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação - CONJUR/MEC.

Art. 2º Manter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, relativo a Associação Educativa e Assistencial Maria Imaculada, CNPJ nº 60.991.262/0001-97, com sede em São Paulo/SP, consubstanciado no processo CEBAS nº 44006.003731/2000-32, deferido por meio da Resolução nº 46 de 07/05/2004, publicada no DOU, relativo ao período de 12/05/2002 a 13/05/2005 e processo nº 44006.001180/2003-13, deferido pela Resolução nº 07 de 03/02/2009, publicada no DOU de 04/02/2009, pelo período de 13/05/2005 a 12/05/2008, em estrita observância aos fundamentos constantes no Parecer nº 00909/2017/CONJUR-MEC/CGU/AGU.

Art. 3º Arquivar a Representação nº 71010.001163/2005-51, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 4º. Cientifique-se a Associação Educativa e Assistencial Maria Imaculada.

Art. 5º. Cientifique-se a a Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Paulo.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 266, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 13/2018/DIRAP/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES, exarada no Processo de Supervisão CEBAS nº 23000.001958/2014-27, resolve:

Art. 1º. Julgar improcedente a Representação Administrativa nº 23123.003622/2013-21 da Delegacia da Receita Federal do Brasil - Rio de Janeiro I, em face do Centro Educacional da Lagoa (CEL), CNPJ nº 30.500.334/0001-95, com sede no Rio de Janeiro - RJ, a qual deu origem a Supervisão administrativa nº 23000.001958/2014-27, instaurada pela Portaria nº 1, de 2 de janeiro de 2014, publicada do DOU de 03/01/2014, relativo ao período de certificação de 21/03/2010 a 20/03/2013, concedido pela Portaria n° 325 de 12/05/2011, publicada no DOU de 16/05/2011, processo nº 71000.103020/2009-26; e ARQUIVAR a Supervisão Administrativa instaurada pela Portaria nº 1, de 2 de janeiro de 2014, publicada do DOU de 03/01/2014, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 12.101/2009.

Art. 2º Cientifique-se o Centro Educacional da Lagoa (CEL).

Art. 3º Cientifique-se a Delegacia da Receita Federal do Brasil - Rio de Janeiro I

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 267, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Ficam INDEFERIDOS os pedidos de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo, por contrariarem requisitos legais constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, considerando os fundamentos contidos nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 2º Caso discorde da decisão de indeferimento, as entidades terão o prazo improrrogável de 30 dias, a contar da data de publicação da decisão, para apresentar recurso, tendo em vista assegurar as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, nos termos estabelecidos no art. 26 da Lei nº 12.101, de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica
1	50.527.316/0001-04	COMUNIDADE KOLPING DA ALDEIA DE CARAPICUIBA	Carapicuíba/SP	71000.098223/2014-51	1215/2017
2	23.617.301/0001-64	CLUBE DE MAES CARENTES DO BAIRRO DA LIBERDADE	São Luís/MA	71000.058877/2014-41	379/2018
3	01.035.187/0001-21	CENTRO EDUCACIONAL FRANCISCANO	Anápolis/GO	23000.009854/2012-07	408/2018
4	51.582.229/0001-12	COMUNIDADE ASSISTENCIAL RAINHA DOS APÓSTOLOS	São Paulo/SP	71000.053432/2013-94	2082/2017
5	15.147.481/0001-30	CASA NOSSA SENHORA DAS MERCES	Salvador /BA	23000.011712/2015-44	403/2018
6	61.398.574/0001-54	ASSOCIAÇÃO DOS OLIVETANOS	São Paulo/SP	23000.000144/2014-75	143/2018
7	23.063.118/0001-64	FUNDACAO GORCEIX	Ouro Preto/MG	71000.141752/2014-81	145/2018
8	07.040.234/0001-01	GAIA GRUPO DE ASSISTENCIA AO IDOSO A INFANCIA E A ADOLESCENCIA	São Paulo/SP	23000.013600/2017-90	1857/2017
9	17.878.554/0001-99	FUNDACAO DE ENSINO E TECNOLOGIA DE ALFENAS	Alfenas/MG	23000.013519/2017-18	1143/2017
10	33.623.885/0001-34	LICEU LITERARIO PORTUGUES	Rio de Janeiro/RJ	23000.010011/2012-45	346/2018
11	29.051.117/0001-86	ASSOCIACAO DE EDUCACAO E ASSISTENCIA SOCIAL SANTA CLARA	São Gonçalo/RJ	23000.003393/2017-65	928/2017
12	51.778.645/0001-90	INSTITUTO SANTA TERESA	Lorena/SP	23000.009930/2012-76	184/2018
13	80.297.971/0001-84	CENTRO DE EDUCACAO INFANTIL MENINO JESUS	Londrina/PR	23000.003024/2017-72	407/2018
14	00.118.208/0001-00	ORGANIZACAO SOCIAL CRISTA-ESPIRITA ANDRE LUIZ - OSCAL	Brasília/DF	23000.009934/2015-05	381/2018
15	95.431.284/0001-87	SOCIEDADE ESCOLAR DE SANTA CRUZ	Santa Cruz do Sul/RS	23000.008974/2012-89	446/2018
16	78.194.685/0001-41	ANPACIN-ASSOC NORTE PARANAENSE DE AUDIO COMUN INFANTIL	Maringá/PR	23000.013907/2012-86	340/2018
17	02.410.421/0001-16	ASSISTENCIA SOCIAL EBENEZER ASE	Palmeiras de Goiás/GO	71000.125677/2014-10	1694/2017
18	03.593.251/0001-15	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC-AR/AP	Macapá/AP	23000.050359/2016-07	441/2018
19	34.064.808/0001-54	OBRA SOCIAL DA PAROQUIA DE SANTA CRUZ DE COPACABANA	Rio de Janeiro / RJ	71000.003279/2015-16	1193/2017
20	04.532.104/0001-06	ORGANIZACAO ASSISTENCIAL POPULAR OAP	Barbacena/MG	71000.052724/2015-71	1235/2017
21	43.704.600/0001-43	CENTRO DE ASSISTENCIA SOCIAL DO JARDIM PERI	São Paulo/SP	71000.001453/2015-96	1322/2017
22	24.025.868/0001-04	GRUPO DE VOLUNTÁRIAS PRO COMUNIDADES PERPÉTUAS	Belo Horizonte/MG	23000.009790/2015-89	1407/2017
23	51.621.290/0001-21	OBRA SOCIAL CELIO LEMOS	São José dos Campos/SP	23000.013131/2015-47	1439/2017
24	33.917.261/0001-20	RECREIO PINDORAMA PARA CRIANCAS	Rio de Janeiro/RJ	23000.025803/2015-67	1477/2017
25	06.081.891/0001-34	INSTITUTO VITAL CORREIA	Osasco/SP	71000.052383/2015-34	1801/2017
26	04.787.939/0001-07	AÇÃO SOCIAL FAMÍLIA CAMILIANA	Pinhais/PR	71000.003270/2015-13	1802/2017
27	03.441.712/0001-34	CRECHE FILANTRÓPICA BOA VONTADE	Cuiabá/MT	23000.010441/2015-18	1823/2017
28	08.227.022/0001-09	ASSOCIACAO ANJOS DO SOL	São Paulo/SP	23000.004356/2015-11	1866/2017
29	08.905.382/0001-04	FUNDACAO DE ENSINO SUPERIOR DE OLINDA	Olinda/PE	23000.004517/2015-68	1927/2017
30	56.012.131/0001-43	COLEGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA	Ribeirão Preto/SP	23000.004439/2015-00	1958/2017
31	79.583.225/0001-78	ASSOCIACAO BENEFICIENTE CULTURAL E ASSIST SAO LEOPOLDO	Curitiba/PR	71000.070414/2015-39	1972/2017
32	11.422.064/0001-05	LAR DE ANTONIO TEREZA	Belo Horizonte/MG	23000.000909/2015-58	2030/2017
33	06.044.750/0001-41	ASSOCIACAO BENEFICENTE E ACAO SOCIAL DE SAO PAULO	São Paulo/SP	23000.019431/2015-30	88/2018
34	18.261.867/0001-66	INSTITUTO SER FELIZ	Contagem/MG	23000.000889/2017-87	171/2018
35	01.719.830/0001-36	LAR MAE DA DIVINA GRACA	Brasília/DF	23000.009533/2015-47	267/2018
36	26.746.511/0001-40	ASSOCIAÇÃO SAO DOMINGOS SAVIO	Goiânia/GO	23000.019784/2015-30	275/2018
37	04.963.975/0001-76	INSTITUTO SOCIAL O CAMINHO DA VIDA	Mogi das Cruzes/SP	71000.002852/2016-55	271/2018
38	20.935.771/0001-88	CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NOSSA SENHORA DOS MILAGRES	Monte Santo de Minas/MG	23000.009875/2015-67	276/2018
39	07.265.242/0001-56	COLEGIO SANTO INÁCIO	Fortaleza/CE	23000.039415/2016-44	360/2018
40	80.931.264/0001-06	COMUNIDADE EVANGELICA DE LIBERTACAO	Londrina/PR	23000.052132/2016-98	413/2018
41	60.485.935/0001-37	SOCIEDADE AGOSTINIANA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA	São Paulo/SP	23000.009901/2012-12	197/2018
42	61.813.333/0001-24	ASSOCIACAO DAS FRANCISCANAS FILHAS DA DIVINA PROVIDENCIA	São Paulo/SP	23000.009576/2012-80	430/2018
43	20.614.632/0001-52	INST PRESB DE SERV SOCIAL, EDUC, CULTURA E PESQUISA	Governador Valadares/MG	23000.006616/2017-46	451/2018
44	08.412.917/0001-05	INSTITUTO DE EDUCAÇAO OFELIA FONSECA	São Paulo/SP	23000.007131/2013-46	207/2018
45	10.847.747/0001-33	CONGREGACAO DE SANTA DOROTEIA DO BRASIL	Recife/PE	23000.010291/2012-91	125/2018
46	07.396.491/0001-80	CRDC - CENTRO DE RECREAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA ESPECIAL	São Paulo/SP	23000.052002/2016-55	332/2018
47	46.020.301/0001-88	SOCIEDADE CAMPINEIRA DE EDUCACAO E INSTRUCAO	Campinas/SP	23000.011244/2012-65	361/2018
48	04.379.811/0001-04	CENTRO EDUCACIONAL LAGOA PIAU	Belo Horizonte/MG	23000.009849/2015-39	1714/2017
49	96.746.441/0001-06	INSTITUIÇÃO SINODAL DE ASSISTÊNCIA EDUCAÇÃO E CULTURA	São Leopoldo/RS	23000.011086/2012-43	465/2018
50	17.637.773/0001-86	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA CRECHE MUNICIPAL JOSÉ LUNARDELLO E EMEB RECANTO DA ESPERANÇA	Santa Cruz da Esperança/SP	23000.018975/2016-65	211/2018
51	06.140.508/0001-71	CENTRO EDUCACIONAL DEUS CRIOU - CEDC	São Luís/MA	23000.010613/2015-45	1449/2017
52	33.987.843/0001-82	CRUZADA ESPIRITA PAULO DE TARSO	Rio de Janeiro/RJ	71000.139248/2014-11	194/2018
53	54.150.339/0001-01	ASSOCIAÇÃO NAZARENA ASSISTENCIAL BENEFICENTE -ANA	Campinas/SP	23000.008960/2015-16	469/2018
54	01.391.454/0001-01	ASSOCIACAO EDUCACIONAL E PROFISSIONALIZANTE ISIS	São Gonçalo/RJ	23000.011779/2017-41	475/2018
55	12.570.636/0001-58	ASSOC DE MORAD "DEUS SEJA LOUVADO" DO B S FRANCISCO	São Luís/MA	71000.107502/2013-31	497/2018
56	05.847.534/0001-71	INSTITUTO SANTA PAULA ELISABETE CERIOLI	Assaí/PR	23000.000574/2017-30	1873/2017
57	56.364.359/0001-00	ASSOCIACAO BENEFICENTE FONTE VIVA	Votuporanga/SP	23000.010380/2015-81	163/2018

PORTARIA Nº 268, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Ficam INDEFERIDOS os pedidos de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo, por contrariar requisitos legais constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, considerando os fundamentos contidos nas respectivas Notas Técnicas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º As instituições poderão apresentar proposta de celebração de Termo de Ajuste de Gratuidade - TAG, no prazo improrrogável de 30 dias a contar da data da presente publicação, conforme disposto no art. 17 da Lei nº 12.101, de 2009, e na Instrução Normativa MEC nº 02, publicada no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2013.

Art. 3º Alternativamente, caso discorde das motivações da decisão de indeferimento e não tenha interesse na firmatura do TAG, as entidades terão o prazo improrrogável de 30 dias, a contar da data de publicação da decisão, para apresentar recurso, tendo em vista assegurar as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, nos termos estabelecidos no art. 26 da Lei nº 12.101, de 2009.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica
1	46.048.039/0001-80	LAR ESCOLA NOSSA SENHORA DO CALVÁRIO	Campinas/SP	23000.015695/2017-86	76/2018
2	58.207.572/0001-26	FUNDACAO LUSIADA	Santos/SP	23000.010015/2012-23	458/2018
3	43.586.056/0001-82	INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO	Engenheiro Coelho/SP	23000.011252/2012-10	376/2018

PORTARIA Nº 269, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOr, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Ficam DEFERIDOS os requerimentos de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo I, conforme análise contida nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 2º Ficam DEFERIDOS, em grau recursal, os requerimentos de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo II, conforme análise contida nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 3º Serão arquivados os processos relacionados no Anexo III, nas hipóteses previstas no art. 59 do Decreto nº 8.242, de 2014, e/ou no art. 24, § 3º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 4º Sem prejuízo do prazo de validade da certificação, as entidades certificadas deverão apresentar ao Ministério da Educação o Relatório Anual previsto no art. 36 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, relativo aos serviços que houverem sido prestados à sociedade, contendo informações sobre as bolsas de estudo e respectivos demonstrativos contábeis e financeiros.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO I

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica	Tipo (Concessão/Renovação)	Período de Certificação
1	10.579.324/0001-80	ASSOCIACAO INSTRUTORA MISSIONARIA	Olinda/PE	23000.011143/2012-94	399/2018	Renovação	01/01/2013 a 31/12/2015
2	06.744.635/0001-80	CONGREGACAO DAS FILHAS DE SANTA TERESA DE JESUS	Crato/CE	23000.002697/2015-43	273/2018	Renovação	01/01/2015 a 31/12/2017
3	18.391.797/0001-60	BEM ESTAR DO MENOR	Sabinópolis/MG	23000.010892/2012-02	386/2018	Renovação	01/01/2013 a 31/12/2015
4	77.575.827/0001-58	ASSOCIACAO BENEFICENTE SANTA MADALENA SOFIA	Curitiba/PR	23000.012704/2015-15	210/2018	Renovação	10/11/2015 a 09/11/2018
5	51.778.447/0001-27	COLEGIO SAO JOAQUIM	Lorena /SP	23000.039261/2016-91	385/2018	Concessão	3(três) anos
6	60.981.073/0001-33	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE GRUPO DA CARIDADE	São Paulo/SP	23000.014884/2014-99	299/2018	Renovação	01/01/2015 a 31/12/2017
7	13.383.735/0001-93	ASSOCIACAO LUCIANE MARY PARIS	Colombo/PR	23000.007825/2015-45	172/2018	Concessão	3(três) anos
8	51.833.259/0001-54	CRECHE E C DE ORIENT FAM ANA MARIA JAVOUHEI DE LUCÉLIA	Lucélia/SP	23000.013990/2017-06	454/2018	Renovação	01/01/2015 a 31/12/2019
9	84.231.695/0001-02	COLÉGIO SÃO PAULO	Ascurra/SC	23000.014768/2014-70	411/2018	Renovação	09/10/2015 a 08/10/2018
10	16.554.008/0001-30	CONGREGAÇÃO DAS IRMAS DO SAGRADO CORACAO DE MARIA PROVINCIA BRASILEIRA	Belo Horizonte/ MG	23000.011232/2012-31	282/2018	Renovação	01/01/2013 a 31/12/2015
11	06.773.741/0001-91	PATRONATO MARIA NARCISO E COLEGIO IRMA MARIA EUGENIA	União/PI	23000.005574/2013-01	437/2018	Concessão	3 (três) anos
12	80.637.838/0001-20	ASSOCIACAO DA IMACULADA VIRGEM MARIA	Curitiba/PR	23000.010511/2012-87	232/2018	Renovação	01/01/2013 a 31/12/2015
13	22.442.503/0001-50	CRECHE MADRE MAZZARELLO	Belo Horizonte/MG	23000.000122/2015-96	43/2018	Concessão	3 (três) anos
14	04.550.719/0001-57	ASSOCIACAO CRECHE BERCARIO ROSA EID	Sabino/SP	23000.002735/2015-68	180/2018	Renovação	08/12/2014 a 07/12/2019
15	14.303.135/0001-30	INST PIAS MESTRAS VENERINI	Lagarto/SE	23000.024456/2015-55	1242/2017	Renovação	29/12/2015 a 28/12/2020
16	49.637.556/0001-82	LAR TERNURA	Campinas/SP	23000.005958/2015-87	487/2018	Renovação	16/03/2012 a 15/03/2017

ANEXO II

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica	Tipo (Concessão/Renovação)	Período de Certificação
1	34.054.148/0001-20	CASA DO POBRE DE NOSSA SENHORA DE COPACABANA	Rio de Janeiro/RJ	71000.104237/2009-53	269/2018	Renovação	01/01/2010 a 31/12/2014

ANEXO III

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do(s) Processo(s) Arquivado(s)	Nota Técnica
1	77.575.827/0001-58	ASSOCIACAO BENEFICENTE SANTA MADALENA SOFIA	Curitiba/PR	23000.021814/2016-59	210/2018
2	51.778.447/0001-27	COLEGIO SAO JOAQUIM	Lorena /SP	23000.004107/2013-55 e 23000.015730/2017-67	385/2018
3	34.054.148/0001-20	CASA DO POBRE DE NOSSA SENHORA DE COPACABANA	Rio de Janeiro/RJ	23000.008965/2012-98	269/2018
4	51.833.259/0001-54	CRECHE E C DE ORIENT FAM ANA MARIA JAVOUHEI DE LUCÉLIA	Lucélia/SP	23000.007125/2015-51	454/2018
5	06.773.741/0001-91	PATRONATO MARIA NARCISO E COLEGIO IRMA MARIA EUGENIA	União/PI	23000.025614/2016-75 e 23000.000971/2017-10	437/2018
6	22.442.503/0001-50	CRECHE MADRE MAZZARELLO	Belo Horizonte/MG	23000.036048/2017-16	43/2018
7	04.550.719/0001-57	ASSOCIACAO CRECHE BERCARIO ROSA EID	Sabino/SP	23000.005784/2016-33	180/2018

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 270, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 1108/2017/DIAN/CGCEBAS/DPR/SERES/MEC, exarada nos autos do Processo nº 71000.070544/2010-67, resolve

Art. 1º. REVOGAR a Portaria nº 881, de 18 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 20 de novembro de 2015, Seção 1, página 51, que indeferiu o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) da Associação Casa do Servo Sofredor, inscrita no CNPJ nº 02.300.137/0001-97, com sede em Curitiba/PR.

Art. 2º. Determinar a realização de nova análise de mérito do processo 71000.070544/2010-67.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 271, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE regulação e supervisão da Educação superior, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 369/2018/DIAN/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES, exarada nos autos do Processo nº 71000.036098/2010-61, resolve:

Art. 1º. REVOGAR o item 21 da Portaria nº 53, de 07 de março de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 08 de março de 2016, Seção 1, página 9, que indeferiu o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) da Associação de Promoção Humana Divina Providência, inscrita no CNPJ nº 00.981.069/0001-43, com sede em Belo Horizonte/MG.

Art. 2º. Determinar a restituição do Processo nº 71000.036098/2010-61 ao Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do §3º, do art. 10, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA N° 434, DE 13 DE ABRIL DE 2018

A Pró-Reitora de Desenvolvimento de Pessoas, no uso das atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência n° 448, de 17/05/2011, resolve:

Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para a classe de Professor da Carreira do Magistério Superior desta Universidade, conforme Edital n° 01/2017, publicado no DOU de 13/09/2017.

Campus: Salvador
Unidade: INSTITUTO DE LETRAS
Departamento: DEPTO. DE LETRAS VERNÁCULAS
Área de Conhecimento: Língua Brasileira de Sinais
Classe: AUXILIAR
Regime de Trabalho: 40 Horas
Processo: 23066.014981/18-41
Vagas Ampla Concorrência: 1
Ord Classif. Geral Nome
1º Bruno Pierin Ernsen

LORENE LOUISE SILVA PINTO

PORTARIA N° 435, DE 13 DE ABRIL DE 2018

A PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência nº 448, de 17/05/2011, resolve:

Prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 05/06/2018, o prazo legal do Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior, realizado por esta Universidade, objeto do Edital nº 01/2016, DOU de 25/02/2016, cuja homologação foi publicada, conforme Portaria nº 842, DOU de 05/06/2017.

INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
Área de Conhecimento: Contemporaneidade e Teorias de Relações Internacionais
Classe: ADJUNTO A Regime de Trabalho: DE

LORENE LOUISE SILVA PINTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 37, DE 21 DE MARÇO DE 2018

A Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12, e seus parágrafos, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Diretor da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) da UFMG, Professor Gustavo Pereira Côrtes, inscrição UFMG nº 145998, e a seu substituto eventual, para, no âmbito desse Órgão:

I-Arrecadar receitas e autorizar despesas observados os limites orçamentários;

II-Assinar termos de cessão de uso de espaço; e

III-Assinar acordos, convênios e ajustes previstos nos parágrafos 1º e 2º e nos incisos I, II e III do art. 4º e no art. 5º da Resolução 16/2012, de 30 de outubro de 2012, do Conselho Universitário.

Art. 2º Com base no dispositivo no Decreto nº 7.689 de março de 2012; na Portaria nº 249, de 13 de junho de 2012 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); e no inciso II art. 2º, combinado com o § 2º do art. 1º, ambos da Portaria nº 785, de 18 de julho de 2012, do Ministério da Educação (MEC), por este ato subdelegar competência para:

1.Celebrar novos contratos administrativos decorrentes de licitação, de sua dispensa ou de inexigibilidade ou prorrogar contratos em vigor relativos a atividades de custeio cujos valores sejam inferiores a R$500.000,00 (quinhentos mil reais); e

2.Autorizar a realização de despesas relativas a atividades de custeio cujos valores sejam inferiores a R$500.00,00 (quinhentos mil reais).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 21 de março de 2018.

SANDRA REGINA GOULART ALMEIDA

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

PORTARIA Nº 387, DE 12 DE ABRIL DE 2018

A VICE-REITORA, PRO TEMPORE, NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, e a Portaria nº 628, de 16 de maio de 2017, publicada no DOU de 17 de maio de 2017, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Instituir o Serviço de Avaliação Institucional, vinculado à Coordenação de Planejamento da Pró-Reitoria de Planejamento.

Art. 2º Transpor a função gratificada, código FG-03, do Serviço de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário para a unidade acima mencionada.

Art. 3º Extinguir o Serviço de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário, vinculado à Coordenação de Orçamento da Pró-Reitoria de Planejamento. (Processo nº 23282.003724/2018-96)

Art. 4º Esta portaria conta com seus efeitos a partir da sua publicação.

LORITA MARLENA FREITAG PAGLIUCA

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA N° 150, DE 12 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e considerando o disposto no art. 24, inciso VII, e no art. 27, inciso VII, da Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001, resolve:

Art. 1º. Os reajustes e/ou revisões de tarifas de serviços públicos regulados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ deverão ser previamente comunicados ao Ministério da Fazenda, para conhecimento, em conformidade com o disposto no Inciso VII do art. 24 e no Inciso VII do art. 27, da Lei nº. 10.233, de 5 de junho de 2001, respectivamente, no formato do Quadro constante do Anexo I desta Portaria.

Parágrafo único. Cabe à Secretaria de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência proceder ao acompanhamento das informações de que trata o caput.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 118, de 17 de maio de 2002, deste Ministério.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA

ANEXO I

Quadro-Síntese de Informações sobre Reajuste e/ou Revisão Tarifária

Número do Processo	
Concessionária/Permissionária/Delegatária/Autorizada	
Data do Último Reajuste/Revisão	
Data-Base do Contrato	
Pleito (Reajuste/Revisão Ordinária e/ou Extraordinária)	
Dispositivo Legal/Contratual que embasa o pleito	
Percentual de Reajuste	
Percentual de Revisão Ordinária (Especificar)	
Percentual Revisão Extraordinária (Especificar)	
Percentual Resultante a ser Concedido	
Data Estimada para Implementação do Reajuste/Revisão	

PORTARIA N° 151, DE 12 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 10 da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, no art. 44, inciso IV, da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, no art. 32, § 6º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, nos arts. 19 e 20 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e no Anexo I do Decreto nº 9.003, de 13 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Em relação a cada pleito de Estados, Distrito Federal e Municípios para realização de operação de crédito, a Secretaria do Tesouro Nacional ou a instituição financeira credora, em conformidade com o disposto no art. 10 da Lei Complementar nº 148, de 2014, efetuará a verificação dos limites e das condições de que trata o art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como a análise para a concessão de garantia pela União, as quais constarão de sua manifestação, para a qual serão atribuídos os seguintes prazos de validade:

I - 90 (noventa) dias: se o cálculo de qualquer dos limites a que se referem os incisos I, II e III do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, resultar em percentual de comprometimento igual ou superior a 90%;

II - 180 (cento e oitenta) dias: se, no cálculo a que se referem os incisos I, II e III do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, o maior limite apurado resultar em percentual de comprometimento entre 80% e 90%; e

III - 270 (duzentos e setenta) dias: se todos os limites a que se referem os incisos I, II e III do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, resultarem em percentual de comprometimento igual ou inferior a 80%.

§ 1º Nas operações de crédito excepcionadas dos limites de endividamento previstos nos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, a manifestação de que trata o caput terá prazo de validade de 270 (duzentos e setenta) dias.

§ 2º Para operações de crédito que contem com a garantia da União, encerrado o exercício financeiro em que foi emitida a manifestação da Secretaria do Tesouro Nacional de que trata o caput, caso o prazo de validade da referida manifestação esteja vigente, será realizada verificação complementar daquela Secretaria em relação ao atendimento das seguintes exigências, atreladas ao exercício financeiro:

I - inciso III do art. 167 da Constituição Federal;

II - existência de prévia e expressa autorização para contratação no texto da lei orçamentária ou em créditos adicionais, quando não se tratar de lei específica;

III - existência de dotação na lei orçamentária para o ingresso de recursos provenientes da operação, o aporte de contrapartida, assim como os encargos decorrentes da operação, de previsão no plano plurianual ou, no caso de empresas estatais, de inclusão do projeto no orçamento de investimento;

IV - limite referente ao montante das garantias concedidas pela União;

V - cumprimento dos limites constitucionais mínimos relativos aos gastos em educação e saúde; e

VI - limite referente às parcerias público-privadas contratadas.

§ 3º Para operações de crédito sem a garantia da União, encerrado o exercício financeiro em que foi emitida a manifestação de que trata o caput, caso o prazo de validade da referida manifestação esteja vigente, a verificação complementar das exigências atreladas ao exercício financeiro de que tratam os incisos I e II do § 2º, bem como do inciso II, § 1º, art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, será realizada:

I - diretamente pela instituição financeira credora, caso a verificação tenha sido realizada nos termos do ato normativo que regulamenta o art. 10 da Lei Complementar nº 148, de 2014; ou

II - pela Secretaria do Tesouro Nacional, nos demais casos.

§ 4º Os prazos de validade das verificações complementares de que tratam os §§ 2º e 3º fluirão pelo período de validade restante estabelecido nos termos do caput e do § 1º.

§ 5º Compete à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional:

I - o exame da legalidade das minutas dos contratos a serem firmados pela União;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - para assinatura dos contratos, a verificação da adimplência do ente federado pleiteante em relação:

a) ao pagamento de tributos, empréstimos e pagamentos devidos à União;

b) à prestação de contas de recursos anteriormente recebidos da União;

c) ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e

d) às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (CADIP), no caso das operações de crédito externas, com base em informação fornecida pela STN.

III - a verificação de atendimento dos seguintes requisitos:

a) cumprimento dos compromissos decorrentes de contratos de refinanciamento de dívidas ou programas de ajuste firmados com a União;

b) regularidade perante o Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - CADIN;

c) regularidade previdenciária demonstrada por meio do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, instituído pelo Decreto nº 3.788, de 11 de abril de 2001;

d) regularidade do ente em relação ao pagamento de precatórios judiciais, no caso das operações de crédito externas; e

e) cumprimento do disposto no artigo 6º da Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, por meio da verificação junto à Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda.

Art. 2º O art. 3º da Portaria MF nº 512, de 29 de novembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Os aditamentos de contratos de financiamento firmados com organismos internacionais multilaterais de que trata o § 7º do art. 11 da Lei Complementar nº 159, de 2017, deverão ser formalizados junto à STN deste Ministério acompanhados de:

I - resolução da COFIEX;

II - anuência do organismo multilateral financiador; e

III - manifestação do Conselho de Supervisão do respectivo RRF acerca do pleito, nos termos do art. 5º.

Parágrafo único. Caso as alterações contratuais pretendidas por meio do aditamento de que trata o caput deste artigo ensejem seu enquadramento no conceito de nova operação de crédito, sua celebração está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos exigidos pelo art. 1º e aos demais requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 159, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA

DESPACHO DE 12 DE ABRIL DE 2018

Processo nº 17944.000259/2017-50.

Interessado: Caixa Econômica Federal - CAIXA

Assunto: Vigésima Nona Assunção de Dívida do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, a ser celebrado entre a União e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, com a interveniência da Caixa Econômica Federal - CAIXA, nos termos da legislação em vigor, em especial do disposto no art. 15 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e no art. 44, da Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001, no valor total de R$ 83.407.565,49 (oitenta e três milhões, quatrocentos e sete mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e quarenta e nove centavos), posicionado em 1º de Maio de 2017.

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto ao cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, autorizo a contratação, observadas as normas e formalidades legais e regulamentares pertinentes.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA

DESPACHO DE 12 DE ABRIL DE 2018

Processo nº 17944.000070/2016-86.

Interessado: Empresa Gestora de Ativos - EMGEA.

Assunto: Décima Quinta Assunção de Dívida do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, a ser celebrado entre a União e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, representado por seu agente operador, Caixa Econômica Federal - CAIXA, com a interveniência da Empresa Gestora de Ativos - EMGEA, nos termos da legislação em vigor, em especial do disposto no art. 15 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e no art. 44, da Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001, no valor total de R$ 890.234,48 (oitocentos e noventa mil, duzentos e trinta e quatro reais e quarenta e oito centavos), posicionado em 1º de fevereiro de 2016, correspondente a 59 (cinquenta e nove) contratos oriundos da Caixa Econômica do Estado de Goiás.

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto ao cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, autorizo a contratação, observadas as normas e formalidades legais e regulamentares pertinentes.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA

DESPACHO DE 12 DE ABRIL DE 2018

Processo nº: 17944.000069/2016-51.

Interessado: Empresa Gestora de Ativos - EMGEA.

Assunto: Contrato da Décima Quarta Assunção de Dívida do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, a ser celebrado entre a União e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, representado por seu agente operador, Caixa Econômica Federal - CAIXA, com a interveniência da Empresa Gestora de Ativos - EMGEA, nos termos da legislação em vigor, em especial do disposto na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e na Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001, no valor total de R$ 35.359.721,40 (trinta e cinco milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, setecentos e vinte e um reais e quarenta centavos), posicionado em 1º/01/2016, correspondente a 946 (novecentos e quarenta e seis) contratos oriundos do Banco do Estado do Ceará - BEC.

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto ao cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, autorizo a contratação, observadas as normas e formalidades legais e regulamentares pertinentes.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA

DESPACHO DE 12 DE ABRIL DE 2018

Processo nº: 17944.000068/2016-15.

Interessado: Empresa Gestora de Ativos - EMGEA.

Assunto: Contrato da Décima Terceira Assunção de Dívida do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, a ser celebrado entre a União e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, representado por seu agente operador, Caixa Econômica Federal - CAIXA, com a interveniência da Empresa Gestora de Ativos - EMGEA, nos termos da legislação em vigor, em especial do disposto na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e na Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001, no valor total de R$ 34.314.041,23 (trinta e quatro milhões, trezentos e quatorze mil, quarenta e um reais e vinte e três centavos), posicionado em 1º de janeiro de 2016, correspondente a 540 (quinhentos e quarenta) contratos oriundos do Banco do Estado do Amazonas - BEA.

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto ao cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, autorizo a contratação, observadas as normas e formalidades legais e regulamentares pertinentes.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA

DESPACHO DE 12 DE ABRIL DE 2018

Processo nº: 17944.000067/2016-62.

Interessado: Empresa Gestora de Ativos - EMGEA.

Assunto: Contrato da Décima Segunda Assunção de Dívida do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, a ser celebrado entre a União e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, representado por seu agente operador, Caixa Econômica Federal - CAIXA, com a interveniência da Empresa Gestora de Ativos - EMGEA, nos termos da legislação em vigor, em especial do disposto na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e na Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001, no valor total de R$ 9.925.551,62 (nove milhões, novecentos e vinte e cinco mil, quinhentos e cinquenta e um reais e sessenta e dois centavos), posicionado em 1º de janeiro de 2016, correspondente a 363 (trezentos e sessenta e três) contratos oriundos do Banco do Estado da Bahia - BANEB.

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo a contratação, observadas as normas e formalidades legais e regulamentares pertinentes.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA

DESPACHO DE 12 DE ABRIL DE 2018

Processo nº: 17944.000976/2015-10.

Interessado: Empresa Gestora de Ativos - EMGEA.

Assunto: Décima Primeira Assunção de Dívida celebrado entre a União e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, representado por seu agente operador, a Caixa Econômica Federal - CEF, com a interveniência da Empresa Gestora de Ativos - EMGEA, no valor de R$ 13.340.939,83 (treze milhões, trezentos e quarenta mil, novecentos e trinta e nove reais e oitenta e três centavos), posicionado em 1º/11/2015. Fundamento no art. 15 da Lei nº 10.150, de 2000, e no art. 44 da Medida Provisória nº 2.181-45, de 2001.

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo a contratação, observadas as formalidades de praxe.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA

DESPACHO DE 12 DE ABRIL DE 2018

Processo nº: 17944.000258/2017-13.

Interessado: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA.

Assunto: Contrato da Vigésima Oitava Assunção pela União, de dívida com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, relativa a saldos apurados nos contratos detidos pela Caixa Econômica Federal - CAIXA, oriundos do Banco Econômico S.A. e do Banco Banorte S.A., nos termos da legislação em vigor, em especial do disposto na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e na Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001, no montante de R$ 209.835.688,50 (duzentos e nove milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, seiscentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos), posicionado em 1º/05/2017, correspondente a 8.623 (oito mil, seiscentos e vinte e três) contratos.

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto ao cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, autorizo a contratação, observadas as normas e formalidades legais e regulamentares pertinentes.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA

DESPACHO DE 12 DE ABRIL DE 2018

Processo SEI nº 17944.103474/2017-10.

Interessado: Estado de Minas Gerais.

Assunto: Décimo Primeiro Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas nº 004/98/STN/COAFI, celebrado entre a União e o Estado de Minas Gerais, com a interveniência do Banco do Brasil S/A, nos termos da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, com a redação dada pela Lei Complementar nº 151, de 5 de agosto de 2015, da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, e do Decreto nº 9.056, de 24 de maio de 2017.

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como o Parecer 4/2017/CONSUNIAO/CGU/AGU, aprovado pela Senhora Advogada-Geral da União, autorizo, nos termos dos arts. 3º e 5º da Lei Complementar nº 156, de 2016, a contratação, mediante o cumprimento das exigências legais.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA

DESPACHO DE 12 DE ABRIL DE 2018

Processo nº: 17944.000296/2017-68.

Interessados: FGTS e Caixa Econômica Federal.

Assunto: Contrato da Vigésima Sexta Assunção de Dívidas a ser celebrado entre a União e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, representado por seu agente operador, a Caixa Econômica Federal - CAIXA, com a interveniência da CAIXA, nos termos da legislação em vigor, em especial o art. 15 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e o art. 44 da Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001, no montante de R$ 23.868.174,17 (vinte e três milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, cento e setenta e quatro reais e dezessete centavos), posicionado em 1º de maio de 2017, correspondente a 602 (seiscentos e dois) contratos, cujo pagamento se fará por meio da emissão de 7.624 (sete mil, seiscentos e vinte quatro) ativos CVSB970101, em favor do FGTS, a serem escriturados na CETIP S/A - Mercados Organizados.

Despacho: Tendo em vista as manifestações favoráveis da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo a contratação mediante o cumprimento das exigências legais.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA

DESPACHO DE 12 DE ABRIL DE 2018

Processo nº: 17944.000297/2017-11.

Interessados: FGTS, por meio do agente operador Caixa Econômica Federal - CEF, e CEF.

Assunto: Contrato da Vigésima Sétima Assunção de Dívida, a ser celebrado entre a União e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, representado por seu agente operador, a Caixa Econômica Federal - CEF, com a interveniência da CEF, nos termos da legislação em vigor, em especial a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, art. 15, e a Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001, art. 44, no valor de R$ 1.180.564,40 (um milhão, cento e oitenta mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos), posicionado em 1º/5/2017, correspondente a 19 (dezenove) contratos, cujo pagamento se fará por meio da emissão de 377 (trezentos e setenta e sete) ativos CVSB970101, em favor do FGTS, a serem escriturados na CETIP S/A - Mercados Organizados.

Despacho: Tendo em vista as manifestações favoráveis da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo a contratação mediante o cumprimento das exigências legais.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

RETIFICAÇÃO

No § 1º da cláusula sexta do Ajuste SINIEF 02/18, de 3 de abril de 2018, publicado no DOU de 04 de abril de 2018, Seção 1, página 92, onde se lê: "... nos termos da alínea "a" do inciso II do § 1º da cláusula quinta, ...", leia-se: "... nos termos da alínea "a" do inciso II do § 2º da cláusula quinta, ...".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RETIFICAÇÃO

Na cláusula primeira do Convênio ICMS 30/18, de 03 de abril de 2018, publicado no DOU de 04 de abril de 2018, Seção 1, página 101, onde se lê: "...§ 1º Para os fins do disposto no inciso II, no momento..."; leia-se: "§ 1º Para os fins do disposto no inciso II do caput dessa cláusula, no momento...".

SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 14, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 38 de 29 de janeiro de 2018, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e no art. 31 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, resolve:

Art. 1º Estabelecer que, para o mês de abril de 2018, os fatores de atualização:

I - das contribuições vertidas de janeiro de 1967 a junho de 1975, para fins de cálculo do pecúlio (dupla cota) correspondente, serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,000000 - utilizando-se a Taxa Referencial-TR do mês de março de 2018;

II - das contribuições vertidas de julho de 1975 a julho de 1991, para fins de cálculo de pecúlio (simples), serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,003300 - utilizando-se a Taxa Referencial-TR do mês de março de 2018 mais juros;

III - das contribuições vertidas a partir de agosto de 1991, para fins de cálculo de pecúlio (novo), serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,000000 - utilizando-se a Taxa Referencial-TR do mês de março de 2018; e

IV - dos salários-de-contribuição, para fins de concessão de benefícios no âmbito de Acordos Internacionais, serão apurados mediante a aplicação do índice de 1,000700.

Art. 2º A atualização monetária dos salários-de-contribuição para a apuração do salário-de-benefício, de que trata o art. 33 do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e a atualização monetária das parcelas relativas aos benefícios pagos com atraso, de que trata o art. 175 do referido Regulamento, no mês de abril de 2018, será efetuada mediante a aplicação do índice de 1,000700.

Art. 3º A atualização de que tratam os §§ 2º a 5º do art. 154 do RPS, será efetuada com base no mesmo índice a que se refere o art. 2º.

Art. 4º Se após a atualização monetária dos valores de que tratam os §§ 2º a 5º do art. 154 e o art. 175 do RPS, os valores devidos forem inferiores ao valor original da dívida, deverão ser mantidos os valores originais.

Art. 5º As respectivas tabelas com os fatores de atualização, mês a mês, encontram-se na rede mundial de computadores, no sítio http://www.previdencia.gov.br, página "Legislação".

Art. 6º O Ministério da Fazenda, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV adotarão as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ABI-RAMIA CAETANO

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 12 DE ABRIL DE 2018

Autoriza exportação de cigarros do estabelecimento da empresa Philip Morris Brasil Indústria e Comércio Ltda., inscrito no CNPJ 04.041.933/0013-11.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 13 de maio de 2011, e tendo em vista o despacho exarado no Processo nº 10980.721484/2018-29, DECLARA:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa Philip Morris Brasíl Indústria e Comércio Ltda., inscrito no CNPJ nº 04.041.933/0013-11, autorizado a exportar cigarros, dispensadas as exigências de que tratam os arts. 3º e 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 2011, de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) Importador no Exterior	Philip Morris Products S.A., sediada em Quai Jeanrenaud 3, 2000, Neuchatel, Suíça
2) País de destino dos produtos	Paraguai
2.1) Empresa de destino dos produtos	Distribuidora Gloria S.A., sediada na Avenida Aviadores Del Chaco 2665, Assunção, Paraguai
3) Características dos produtos	Cigarros em embalagem Maço e Rígida
4) Marca Comercial	Código de Barras
Chesterfield Remix KS e PRY	78413658 (Rígida)
Chesterfield Original KS e PRY	78409002 (Rígida)
Philip Morris Caps KS e PRY	78410695 (Rígida)
Philip Morris KS e PRY	78407251 (Rígida)
Philip Morris (Red) KS	78410114 (Maço)
Philip Morris (Red) KS	78410091 (Rígida)
Marlboro Advance KS e PRY	78406827 (Rígida)
Marlboro KS e PRY	78406810 (Rígida)
Marlboro Filter Plus KS e PRY	78408005 (Rígida)
Marlboro Fusion Blast KS e PRY	78411906 (Rígida)
Marlboro Ice Blast KS e PRY	78410428 (Rígida)
Chesterfield Fresh KS e PRY	78412408 (Rígida)
Marlboro Mega KS e PRY	78412606 (Rígida)
5) Unidade da RFB para iniciar o processo do Despacho de Exportação	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santa Cruz do Sul/RS

Art. 2º A autorização de que trata o Art. 1º fica condicionada à comprovação referida no art. 5º, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 2011.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO VILELA CAMPOS

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO

COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

CENTRO DE CLASSIFICAÇÃO FISCAL DE MERCADORIAS

SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 98.002, DE 27 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Reforma de ofício a Solução de Consulta SRRF/9ªRF/Diana nº 193, de 12 de novembro de 2002.

Código NCM 8509.40.90 Mercadoria: Extrator de suco de citros, com motor elétrico incorporado, concebido tanto para uso doméstico quanto comercial (por exemplo, lanchonetes), sendo a extração do suco efetuada por extrator rotativo não centrífugo, apresentando as seguintes características técnicas: corpo de aço inoxidável, motor de potência de 186,42 W e peso de 5,45 kg, denominado comercialmente "Extrator de Suco" ou "Espremedor de Frutas"; DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 85.09), RGI 6 (texto da subposição 8509.40) e da RGC 1 (texto do item 8509.40.90) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

CLAUDIA ELENA FIGUEIRA CARDOSO NAVARRO
Presidente Do Comitê

ATO SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 98.003, DE 10 DE ABRIL DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Reforma de ofício a Solução de Consulta SRRF/7ªRF/Diana nº 213, de 07 de junho de 2004.

Código NCM 8517.62.49 Mercadoria: Roteador digital, para conectar uma rede local a uma rede de área estendida, contendo uma ou duas portas LAN 10/100, porta auxiliar, porta de console, interface serial síncrona/assíncrona com velocidade máxima de 4Mbps, duas portas SIC (Smart Interface Card) e uma porta MIM (Multifunctional Interface Modules).

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 85.17), RGI 6 (textos da subposição de 1º nível 8517.6 e de 2º nível 8517.62) e RGC 1 (textos do item 8517.62.4 e do subitem 8517.62.49) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 8.950, de 2016.

CLAUDIA ELENA FIGUEIRA CARDOSO NAVARRO
Presidente Do Comitê

SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 98.004, DE 10 DE ABRIL DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Reforma de ofício a Solução de Consulta SRRF/8ªRF/Diana nº 15, de 6 de março de 2009.

Código NCM: 8543.70.99 Mercadoria: Aparelho próprio para digitalizar e apagar imagens radiográficas latentes existentes em placas de imagem (IP - Imaging Plate) com camada de fósforo fotoestimulável.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 85.43), RGI 6 (texto da subposição 8543.70) e RGC 1 (textos do item 8543.70.9 e do subitem 8543.70.99) constantes da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 8.950, de 2016.

CLAUDIA ELENA FIGUEIRA CARDOSO NAVARRO
Presidente Do Comitê

SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 98.005, DE 10 DE ABRIL DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Reforma de ofício a Solução de Consulta SRRF/2ªRF/Diana nº 1, de 9 de maio de 2012.

Código NCM: 8525.80.19 Mercadoria: Módulo eletrônico para captura de imagem (câmera de televisão), contendo placa de circuito impresso, sensor de imagens tipo CMOS, memória tipo EEPROM, filtro infravermelho, lente plástica de múltiplos elementos, mecanismo de ajuste de foco e capacitores, destinado ao uso em telefones celulares, comercialmente denominado "módulo de câmera compacto" ou "compact camera module - CCM". O equipamento captura a imagem, cabendo a circuitos externos o seu armazenamento e visualização em tela.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (textos da Nota 2 a) da Sessão XVI e da posição 85.25), RGI 6 (texto da subposição 8525.80) e RGC 1 (textos do item 8525.80.1 e do subitem 8525.80.19) constantes da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 8.950, de 2016, e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

CLAUDIA ELENA FIGUEIRA CARDOSO NAVARRO
Presidente Do Comitê

SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 98.006, DE 11 DE ABRIL DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Reforma de ofício a Solução de Consulta SRRF/8ªRF/Diana nº 15, de 9 de abril de 2014.

Código NCM: 8525.80.19 Mercadoria: Módulo eletrônico para captura de imagem (câmera de televisão), contendo placa de circuito impresso, sensor de imagens tipo CMOS, lentes, filtro infravermelho e capacitores, destinado ao uso em telefones celulares, comercialmente denominado "módulo de câmera compacto" ou "compact camera module - CCM". O equipamento captura a imagem, cabendo a circuitos externos o seu armazenamento e visualização em tela.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (textos da Nota 2 a) da Sessão XVI e da posição 85.25), RGI 6 (texto da subposição 8525.80) e RGC 1 (textos do item 8525.80.1 e do subitem 8525.80.19) constantes da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 8.950, de 2016, e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

CLAUDIA ELENA FIGUEIRA CARDOSO NAVARRO
Presidente Do Comitê

SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 98.007, DE 11 DE ABRIL DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Reforma a Solução de Consulta SRRF/9ªRF/Diana nº 315, de 2 de dezembro de 2010.

Código NCM: 8473.30.99 Mercadoria: Conjunto de partes, acondicionado em embalagem única, para montagem de máquina automática de processamento de dados portátil (notebook), constituído por gabinete inferior com placa mãe instalada, microventilador, bateria de lítio, dissipador de calor e CD com software, ainda não possuindo as características essenciais da máquina completa.

Código NCM: 8504.40.21 Mercadoria: Fonte de alimentação portátil, com entrada de 100 a 240 Vca e saída de 19 Vcc, comercialmente denominada "carregador para notebook".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (textos da Nota 2 b) da Sessão XVI e das posições 84.73 e 85.04), RGI 6 (textos das subposições 8473.30 e 8504.40) e RGC 1 (textos dos itens 8473.30.9 e 8504.40.2 e dos subitens 8473.30.99 e 8504.40.21) constantes da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435/1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788/2018.

CLAUDIA ELENA FIGUEIRA CARDOSO NAVARRO
Presidente Do Comitê

SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 98.008, DE 11 DE ABRIL DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Reforma de ofício a Solução de Consulta SRRF/7ªRF/Diana nº 196, de 30 de maio de 2006.

Código NCM 8517.62.49 Mercadoria: Roteador digital, para conectar uma rede local a uma rede de área estendida, contendo duas portas Ethernet LAN 10/100 (RJ-45), uma interface serial síncrona/assíncrona (DB-25) com velocidade máxima de 2Mbps, uma porta de controle (CTP - Control Terminal Port) (RJ-45), memória SDRAM de 32MB, memória flash de 8MB, slot de expansão de memória ECC DIMM.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 85.17), RGI 6 (textos da subposição de 1º nível 8517.6 e de 2º nível 8517.62) e RGC 1 (textos do item 8517.62.4 e do subitem 8517.62.49) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 8.950, de 2016.

CLAUDIA ELENA FIGUEIRA CARDOSO NAVARRO
Presidente Do Comitê

CENTRO DE CLASSIFICAÇÃO FISCAL DE MERCADORIAS

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.061, DE 15 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 9027.80.99 Mercadoria: Aparelho portátil de plástico com display digital e com visor de resultado, contendo tira de teste, que possui anticorpos, tais como o monoclonal

anti-beta HCG (gonadotrofina coriônica humana), o monoclonal anti-beta TSH, o IgG de cabra anti-coelho e o IgG de coelho, para fins de realização de auto-teste de gravidez, utilizando uma amostra de urina.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 c/c RGI 3b (texto da posição 90.27), RGI 6 (texto da subposição 9027.80) e RGC 1 (texto do item e subitem 9027.80.99) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 8 de fevereiro de 2018.

ÁLVARO A. DE VASCONCELOS LEITE RIBEIRO
Presidente Da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.076, DE 23 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 9031.80.99 Mercadoria: Aparelho para medir a tensão aplicada à lâmina da serra de fita, com indicador de precisão que disponibiliza leitura direta em PSI, utilizado principalmente em ambientes industriais, com 14,605 cm de comprimento, 12,065 cm de largura e 6,35 cm de altura, denominado comercialmente "tensômetro".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 90.31), RGI 6 (texto da subposição 9031.80) e RGC 1 (textos do item 9031.80.9 e do subitem 9031.80.99) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto no 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente Da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.077, DE 29 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8704.21.90 Ex 01 da Tipi Mercadoria: Veículo automóvel para transporte de mercadorias, do tipo furgão, com motor de pistão de ignição por compressão (diesel), possuindo peso em carga máxima de circulação, especificado pelo fabricante, de 3.219 kg (peso bruto total).

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 87.04), RGI 6 (textos das subposições 8704.2 e 8704.21), RGC 1 (texto do item 8704.21.90) e RGC/Tipi 1 (texto do Ex 01) constantes da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992 e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente Da 2ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.080, DE 2 DE ABRIL DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8310.00.00 Mercadoria: Placa metálica de grande dimensão confeccionada em chapa galvanizada na qual é feita a aplicação de adesivo impresso contendo informações de publicidade e de proximidade de posto de combustível, com estrutura de sustentação em metalon, própria para ser instalada permanentemente em beira de estrada, denominada comercialmente "placa de aproximação".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (texto da posição 83.10), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente Da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.081, DE 2 DE ABRIL DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8443.99.33 Mercadoria: Cartucho de toner para impressão a laser, constituído por recipiente plástico com formato próprio para encaixe na máquina, de configuração alongada com ranhuras helicoidais em seu comprimento, repleto de pó de toner preto em seu interior.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (Nota 2 "b" da Seção XVI e texto da posição 84.43), RGI/SH 6 (textos das subposições 8443.9 e 8443.99) e RGC/NCM 1 (textos do item 8443.99.3 e subitem8443.99.33), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente Da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.082, DE 2 DE ABRIL DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8443.99.33 Mercadoria: Cartucho de toner para impressão a laser, constituído por recipiente plástico com formato próprio para encaixe na máquina, de configuração alongada com ranhuras helicoidais em seu comprimento, repleto de pó de toner preto em seu interior.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (Nota 2 "b" da Seção XVI e texto da posição 84.43), RGI/SH 6 (textos das subposições 8443.9 e 8443.99) e RGC/NCM 1 (textos do item 8443.99.3 e subitem8443.99.33), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente Da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.083, DE 2 DE ABRIL DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8443.99.33 Mercadoria: Cartucho de toner para impressão a laser, constituído por recipiente plástico com formato próprio para encaixe na máquina, de configuração retangular, repleto de pó de toner ciano em seu interior.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (Nota 2 "b" da Seção XVI e texto da posição 84.43), RGI/SH 6 (textos das subposições 8443.9 e 8443.99) e RGC/NCM 1 (textos do item 8443.99.3 e subitem8443.99.33), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente Da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.084, DE 2 DE ABRIL DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 0501.00.00 Mercadoria: Cabelo humano em bruto (lavado, desembaraçado e os fios estirados no mesmo sentido mas com as pontas e raízes ainda misturadas), utilizado para confecção de apliques (megahair).

Código NCM 6703.00.00 Mercadoria: Cabelo humano, lavado, desembaraçado e os fios estirados no mesmo sentido do cabelo natural, dispostos raiz com raiz e ponta com ponta, utilizado para confecção de apliques (megahair).

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (textos das posições 05.01 e 67.03) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente Da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.085, DE 2 DE ABRIL DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 4202.22.10 Mercadoria: Bolsa com superfície exterior de folha de plástico (PVC), de 18 cm x 10,5 cm x 1,5 cm, com alça de mão e fecho zíper.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (textos da posição 42.02), RGI 6 (textos da subposição de 1º nível 4202.2 e da subposição de 2º nível 4202.22) e RGC/NCM 1 (item 4202.22.10) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB n.º 1.788, de 2018.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente Da 4ª Turma

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/BSB Nº 31, DE 10 DE ABRIL DE 2018

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720211/2018-04, e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, DECLARA: face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência, o veículo marca BMW , modelo X1 SDrive 1.8i, ano 2012, cor preta, chassi WBAVL3108DVS29979, desembaraçada pela Declaração de Importação nº 13/0259550-6, de 07/02/2013, pela Alfândega no Porto de Santos, de propriedade do Sr. Kazuya Mizushima, CPF nº 708.128.541-44.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 12 DE ABRIL DE 2018

Declara BAIXADA DE OFICIO POR INEXISTÊNCIA DE FATO A INSCRIÇÃO NO CNPJ nº 18.001.970/0001-77 - VIGESCK GOMES DE SOUZA - ME

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE-MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF 430, de 09/10/2017, DOU 11/10/2017, e tendo em vista o disposto no art. 29, inciso II, e no art. 47,§ 3º,IV, da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1634, de 06 de maio de 2016, e considerando o que consta no processo administrativo nº 10140.720.743/2017-13, declara:

Art. 1º- BAIXADA DE OFÍCIO, a inscrição nº 18.001.970/0001-77 no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa VIGESCK GOMES DE SOUZA - ME, por inexistência de fato por :

I - não ser localizada no endereço constante do CNPJ e seu representante legal no CNPJ igualmente não ser localizado ou depois de intimado, não indicar seu novo domicílio tributário (art. 29, inciso II, b, 1 e 2 da IN RFB nº 1634, de 6 de maio de 2016) e,

II - ter realizado a emissão de documentos fiscais que relatem operações fictícias. (art. 29, inciso II, e, 1 da IN RFB nº 1634, de 6 de maio de 2016)

Art. 2º - Considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos emitidos desde, 01/09/2013, data da ocorrência dos fatos que deram causa à baixa de ofício.

EDSON ISHIKAWA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 12 DE ABRIL DE 2018

Declara BAIXADA DE OFICIO POR INEXISTÊNCIA DE FATO A INSCRIÇÃO NO CNPJ nº 04.849.137/0001-76 - MERCANTIL PARALELA LTDA - EPP

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE-MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF 430, de 09/10/2017, DOU 11/10/2017, e tendo em vista o disposto no art. 29, inciso II, e no art.47,§ 3º,IV, da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1634, de 06 de maio de 2016, e considerando o que consta no processo administrativo nº 10140.720.744/2017-50, declara:

Art. 1º- BAIXADA DE OFÍCIO, a inscrição nº 04.849.137/0001-76 no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa MERCANTIL PARALELA LTDA - EPP, por inexistência de fato por :

II - não ser localizada no endereço constante do CNPJ e seu representante legal no CNPJ igualmente não ser localizado ou depois de intimado, não indicar seu novo domicílio tributário.

EDSON ISHIKAWA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 41, DE 12 DE ABRIL DE 2018

Declara o restabelecimento da inscrição perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 340, VIII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, considerando o disposto no art. 31, § 4º, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e tendo em vista o que consta no e-processo nº 10183.722217/2018-64

DECLARA RESTABELECIDA a inscrição no CNPJ sob o nº 03.472.803/0001-37 em nome de Omega Energy Trading Ltda.

OLDESIO SILVA ANHESINI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Habilitação Definitiva ao Programa Mais Leite Saudável

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas, tendo em vista o disposto nos artigos 22 e 23 do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, no artigo 16 da Instrução Normativa RFB nº 1590, de 05 novembro de 2015, e considerando o que consta no dossiê digital nº 10100.008357/0318-80, resolve:

Art. 1º Conceder HABILITAÇÃO DEFINITVA a empresa TB LATICÍNIOS LTDA, CNPJ nº 17.824.923/0001-60, ao PROGRAMA MAIS LEITE SAUDÁVEL de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1590, de 05 de novembro de 2015.

Art. 2º Como corolário da presente concessão fica cessada a vigência da habilitação provisória e convalidados os seus efeitos.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ AURELIANO RIBEIRO DE MATOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOSSORÓ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Reconhecimento de co-habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF nº 758/2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOSSORÓ/RN, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 430, de 09 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no artigo 11, caput, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, e alterações, e considerando o que está contido no processo nº 13433.720286/2018-32, DECLARA:

Art. 1º CO-HABILITADA a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações, considerando para tal ter sido contratada, pela empresa titular do projeto - COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, CNPJ nº: 33.541.368/0001-16 - para prestar serviços de obras de construção civil, relacionados à execução do projeto aprovado pela Portaria (SPDEMME) nº195/2014, de 29 de julho de 2014, do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. nº 144, de 30 de julho de 2014, a qual, mencione-se, está habilitada no REIDI por intermédio do ADE nº 284, emitido pela DRF/REC/PE em 11 de dezembro de 2014 e publicado no D.O.U. nº 241, de 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Os benefícios do REIDI poderão ser usufruídos nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º c/c art. 4º, § único do Decreto nº 6.144/2007). Ressalte-se que os benefícios do REIDI só poderão ser usufruídos contados da data da habilitação/co-habilitação da pessoa jurídica pleiteante.

Art. 3º A presente co-habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WYLLO MARQUES FERREIRA JÚNIO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 78, DE 12 DE ABRIL DE 2018

Habilita pessoa jurídica no regime de suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados nas aquisições de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem por pessoa jurídica preponderantemente exportadora, instituído pelo inciso II do § 1º do art. 29 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso da competência prevista no inciso II do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e no art. 17 da Instrução Normativa RFB nº 948, de 15 de junho de 2009, tendo em vista o disposto no art. 29 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e na Instrução Normativa RFB nº 948, de 15 de junho de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 10675.722762/2017-38, resolve:

Art. 1º Habilitar no regime de suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados nas aquisições de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem por pessoa jurídica preponderantemente exportadora, instituído pelo inciso II do § 1º do art. 29 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a ABC - Indústria e Comércio S/A (ABC-INCO), CNPJ nº 17.835.042/0001-45, e seus estabelecimentos.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VALTAIR SOARES FERREIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO - Decex/RJO, no uso da competência prevista no art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), em razão de o dossiê digital de atendimento nº 10010.041276/0917-04, com fulcro nos artigos 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", 6º, 7º, 8º, caput, e 9º, todos da IN RFB nº 1.415/2013, a pessoa jurídica contratada para prestação de serviços NEWPARK DRILLING FLUIDS DO BRASIL TRATAMENTO DE FLUIDOS LTDA., CNPJ (matriz) nº 07.807.727/0002-05, até 11/12/2018, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é a PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, CNPJ (matriz) nº 33.000.167/0001-01.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro-Sped) a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR - Decex/RJO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, denominado Repetro-Sped, em razão de o dossiê digital de atendimento nº 10010.013465/0318-83, com fulcro nos artigos 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para prestação de serviços VENTURA PETRÓLEO S.A., CNPJ nº 01.785.706/0001-79, extensivo, também, para todas as filiais mencionadas em fl. 08/09 do referido dossiê, até 31/12/2040, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA., CNPJ nº 10.456.016/0001-67.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 9 DE ABRIL DE 2018

Altera a Razão Social do Recinto que menciona

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª. REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e com a competência estabelecida art. 26 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e à vista do que consta do processo nº 11128.724959/2013-47, declara:

Art. 1º. Fica alterado o item 1 do Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 38, de 15 de julho de 2013, publicado no D.O.U. de 30 de julho de 2013, que passa a viger com a seguinte redação:

"1. Fica licenciado, por opção do interessado exercida na forma do inc. II do §3º do artigo 15 da Medida Provisória nº 612/2013, para operar o regime de exploração de Centro Logístico e Industrial Aduaneiro - CLIA, instituído por esta mesma Medida Provisória, o recinto situado na Avenida Marginal da Via Anchieta, 571 - Alemoa - Santos/SP, com área total de 61.885,57 m², administrado por DEICMAR ARMAZENAGEM E DISTRIBUIÇÃO LTDA. e inscrito no CNPJ/MF sob o nº 58.188.756/0022-10, que até esta data operava como CLIA licenciado ao amparo do artigo 16 da Medida Provisória nº 320, de 24 de agosto de 2006."

Art. 2º. Permanecem inalteradas e em vigor as demais disposições contidas no Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 38, de 15 de julho de 2013, ora alterado.

Art. 3º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ GUILHERME ANTUNES DE VASCONCELOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 9 DE ABRIL DE 2018

Altera a Razão Social do Recinto que menciona

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª. REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e com a competência estabelecida no art. 26 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e nos termos e condições destas mesmas normas e à vista do que consta do processo nº 11128.724959/2013-47, declara:

Art. 1º. Fica alterado o item 1 do Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 39, de 15 de julho de 2013, publicado no D.O.U. de 30 de julho de 2013, que passa a viger com a seguinte redação:

"1. Fica alfandegado, a título permanente, o Centro Logístico e Industrial Aduaneiro - CLIA situado na Avenida Marginal da Via Anchieta, 571 - Alemoa - Santos/SP, com área total de 61.885,57 m², administrado por DEICMAR ARMAZENAGEM E DISTRIBUIÇÃO LTDA. e inscrito no CNPJ/MF sob o nº 58.188.756/0022-10, licenciado a operar como tal com base no inc. II do §3º do artigo 15 da Medida Provisória nº 612, de 02 de abril de 2013, nos termos do Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 38, de 15 de julho de 2013."

Art. 2º. Permanecem inalteradas e em vigor as demais disposições contidas no Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 39, de 15 de julho de 2013, ora alterado.

Art. 3º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ GUILHERME ANTUNES DE VASCONCELOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 12 DE ABRIL DE 2018

Concede à empresa que especifica a habilitação ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (RECAP) de que trata a Instrução Normativa SRF nº 605, de 04 de janeiro de 2006.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, combinado com o artigo 10 da Instrução Normativa SRF nº 605, de quatro de janeiro de 2006, e tendo em vista a documentação juntada ao processo administrativo nº 13882.720094/2018-38, DECLARA que:

Art. 1º A empresa LIEBHERR AEROSPACE BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS AERONÁUTICOS LTDA, CNPJ nº 07.419.960/0001-30, está habilitada para operar o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (RECAP) de que tratam os artigos 12 a 16 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e a Instrução Normativa SRF nº 605, de quatro de janeiro de 2006.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO VICENTE DE JORGE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 3 DE ABRIL 2018

Habilitar pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 (e alterações) e o constante do processo administrativo nº 18186.731.182/2017-55, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial: INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA TIBAGI S/A

Nº Inscrição no CNPJ: 27.967.152/0001-14

Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria Ministério das Minas e Energia nº 343, de 14 de novembro de 2017 (DOU: 17/11/2017)

Nome do projeto: Lote 5 do Leilão nº05/2016- ANEEL (Contrato de Concessão nº26/2017-ANEEL, celebrado em 11 de agosto de 2017)

Setor de infraestrutura favorecido: energia

Prazo estimado da obra: 11/08/2017 a 11/08/2021

Nº de matrícula CEI: 512.413.499.678

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 254, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Retificar Ato Declaratório Executivo (ADE) que habilitou pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 (e alterações) e o constante do processo administrativo nº 18186.723310/2017-97, resolve:

Art. 1º - Promover a seguinte alteração no ADE nº 96, de 27 de setembro de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 4 de outubro de 2017:

O item Nome Empresarial passa de FIBRIA-MS Celulose Sul Matogrossense Ltda, CNPJ 36.785.418/0001-07, para FIBRIA Celulose S/A, CNPJ 60.643.228/0001-21, em razão de ter sido a primeira incorporada pela segunda, sucedendo-a, portanto, na condição de beneficiária do REIDI.

Art. 2º - Quaisquer co-habilitações que por ventura tiverem sido concedidas em função da habilitação efetivada pelo ADE nº 96/2017 permanecem válidas.

Art. 3º - Todos os demais itens constantes do ADE 96/2017 permanecem inalterados.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 12 DE ABRIL DE 2018

Anula alteração cadastral no CNPJ

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO (SECAT) DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA PR, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 284 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430 de 09 de outubro de 2017 publicada no DOU de 11 de outubro de 2017 e tendo em vista o disposto no artigo 35, inciso II e §§, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016:

Artigo 1º. Declara nula no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) a alteração cadastral relativa aos eventos 202, 211, 220, 244 e admissão de sócio no quadro societário, transmitida através do Documento Básico de Entrada - DBE sob código 3663157181 para a entidade VENTO SUL COBRANÇAS LTDA. inscrição 04.727.872/0001-07, com data de evento 25/07/2013, uma vez que se constatou vício para esta alteração, conforme apurado no processo administrativo 11089.720102/2018-76, retornando o cadastro aos dados que constam da 12ª alteração contratual registrada na Junta Comercial do Paraná sob número 20125449330 em 15/08/2012.

MÁRCIO HUMBERTO GHELLER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 0007172572, para os produtos e quantidades abaixo indicados:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1.000ml, 40% idade até 8 anos.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 0007172569, para os produtos e quantidades abaixo indicados:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1.000ml, 40% idade até 8 anos.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 0007172568, para os produtos e quantidades abaixo indicados:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1.000ml, 40% idade até 8 anos.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 0007172564, para os produtos e quantidades abaixo indicados:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1.000ml, 40% idade até 8 anos.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 0007172563, para os produtos e quantidades abaixo indicados:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1.000ml, 40% idade até 8 anos.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 0007172562, para os produtos e quantidades abaixo indicados:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1.000ml, 40% idade até 8 anos.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 0007172561, para os produtos e quantidades abaixo indicados:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1.000ml, 40% idade até 8 anos.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 32.256 (trinta e dois mil, duzentos e cinquenta e seis) selos de controle Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 0007172560, para os produtos e quantidades abaixo indicados:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
32.256	1.344	Jack Daniel´s Black LB Square	Uísque americano, em caixas de 24 garrafas de 375ml, 40% idade até 8 anos.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 32.256 (trinta e dois mil, duzentos e cinquenta e seis) selos de controle Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 0007172494, para os produtos e quantidades abaixo indicados:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
32.256	1.344	Jack Daniel´s Black LB Square	Uísque americano, em caixas de 24 garrafas de 375ml, 40% idade até 8 anos.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA CRUZ DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 9 DE ABRIL DE 2018

Concede habilitação definitiva ao Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.566, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA CRUZ DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 16 da Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, e considerando o que consta no dossiê digital nº 10100.009178/0318-60, resolve:

Art. 1º Conceder a habilitação definitiva ao Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, à pessoa jurídica abaixo identificada:

Nome empresarial: COOPERTIVA DE SUINOCULTORES DE ENCANTADO LTDA.
CNPJ: 89.305.239/0001-83
Edital de aprovação de Projeto de Investimento emitido pela Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor e do Cooperativismo, subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no DOU nº 49, de 13/03/2018, seção 3, página 6, com período de execução de 30/05/2017 a 30/05/2019.

Art. 2º A empresa habilitada fica obrigada a cumprir todos requisitos estabelecidos na legislação que rege a matéria, sob pena de cancelamento da habilitação.

Art. 3º Esta habilitação será cancelada automaticamente na data de protocolização do relatório de conclusão do projeto de investimento aprovado por meio do processo nº 21042.005461/2017-17 independentemente da publicação de ato pela RFB.

Art. 4º O presente Ato Declaratório Executivo entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LEOMAR PADILHA

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 297, DE 9 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.000679/2018-11 e Juntada nº 0109918, e, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 3º da Instrução Previc nº 33, de 1º de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir da emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, o convênio de adesão celebrado entre a IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S/A., CNPJ nº 24.292.813/0001-60, na condição de patrocinadora do Plano Previdencial B, CNPB nº 2003.0019-56, e a Fundação de Previdência dos Servidores do Instituto de Resseguros do Brasil - PREVIRB.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 299, DE 10 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.000201/2018-91 e Juntada nº 0108708, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o estatuto da entidade EQTPREV - Equatorial Energia Fundação de Previdência, nos termos do supracitado processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 302, DE 11 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.008799/2017-85 e Juntada nº 0111191, resolve:

Art. 1º Aprovar o 2º termo aditivo a convênio de adesão da empresa Andritz Hydro S.A., CNPJ nº 02.216.876/0001-03, dentre outras, na condição de patrocinadoras do Plano de Aposentadoria Andritz, CNPB nº 2009.0018-18, e a entidade MultiBRA FUNDO DE PENSÃO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 304, DE 12 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.000022/2018-53 e Juntada nº 0111719, resolve:

Art. 1º Aprovar o convênio de adesão da empresa Lonza do Brasil Especialidades Químicas Ltda, CNPJ nº 03.988.220/0001-63, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Arch Química Brasil Ltda, CNPB nº 1995.0008-92, e a entidade MultiBRA FUNDO DE PENSÃO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 306, DE 12 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.008447/2017-20 e Juntadas nº 0116926 e 44011.001237/2018-91, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento do Plano Família Ceres, administrado pela Ceres - Fundação de Seguridade Social.

Art. 2º Inscrever sob o nº 2018.0003-65, no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios, o Plano Família Ceres.

Art. 3º Aprovar o convênio de adesão da Associação Nacional de Aposentados e Pensionistas da CERES - ANAPEC, CNPJ nº 37.100.617/0001-99, e da Associação Mineira dos Aposentados da Extensão Rural - AMAER, CNPJ nº 26.268.292/0001-31, na condição de instituidoras do Plano Família Ceres, CNPB nº 2018.0003-65:

Art. 4º Fixar o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para início de funcionamento do referido plano, devendo a ocorrência ser comunicada à Previc.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 308, DE 12 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.002928/2017-21 e Documento SEI nº 0108272, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios da PPG, CNPB nº 1999.0016-56, administrado pelo Icatu Fundo Multipatrocinado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 266, de 28/03/2018, publicada no DOU nº 68, de 10/04/2018, seção 1, pág. 23, art. 1º, onde se lê: "convênio de adesão", leia-se: "1º termo aditivo a convênio de adesão".

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

PORTARIA SDCI/MDIC Nº 18, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no § 1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, que trata da inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº 01250.011130/2018-26, e no processo MDIC nº 52001.100224/2018-41, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do §1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro 2006, a empresa EXATRON INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 90.191.529/0001-22, à fruição dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, mediante a inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor, quando da fabricação dos seguintes produtos e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Controle Remoto	LSCR5000
Carregador USB	LECO4036; LEMO4019

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 905, de 28 de dezembro de 2001.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais são exclusivamente os relacionados no art. 1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

PORTARIA SDCI/MDIC Nº 19, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no § 1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, que trata da inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº 01250.013148/2018-62, e no processo MDIC nº 52001.100256/2018-47, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do §1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro 2006, a empresa Flextronics International Tecnologia Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o n°74.404.229/0005-51, à fruição dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, mediante a inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor, quando da fabricação dos seguintes produtos e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Aparelho emissor com receptor incorporado, digital, de frequência superior ou igual a 15 GHz.	XMC-3 23G B; XMC-3 18G C; XMC-3 23G A.
Aparelho emissor com receptor incorporado, digital, de frequência inferior a 15 GHz.	XMC-3 8G C; XMC-3 8G B; XMC-3 7G C; XMC-3 7G B; XMC-3 7G A; XMC-3 8G A.

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCTI/MDIC/MF nº 073, de 30 de janeiro de 2002.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais são exclusivamente os relacionados no art. 1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

PORTARIA SDCI/MDIC Nº 20, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no § 1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, que trata da inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº 01250.013148/2018-62, e no processo MDIC nº 52001.100256/2018-47, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do §1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro 2006, a empresa Flextronics International Tecnologia Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o n° 74.404.229/0002-09, à fruição dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, mediante a inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor, quando da fabricação dos seguintes produtos e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Aparelho emissor com receptor incorporado, digital, de frequência superior ou igual a 15 GHz.	XMC-3 23G B; XMC-3 18G C; XMC-3 23G A.
Aparelho emissor com receptor incorporado, digital, de frequência inferior a 15 GHz.	XMC-3 8G C; XMC-3 8G B; XMC-3 7G C; XMC-3 7G B; XMC-3 7G A; XMC-3 8G A.

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCTI/MDIC/MF nº 7603, de 13 de dezembro de 2001.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais são exclusivamente os relacionados no art. 1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

PORTARIA SDCI/MDIC Nº 21, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no § 1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, que trata da inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº 01250.013644/2018-16 , e no processo MDIC nº 52001.100272/2018-30, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do §1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro 2006, a empresa SMART Modular Technologies do Brasil - Indústria e Comércio de Componentes Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 11.576.445/0001-30, à fruição dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, mediante a inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor, quando da fabricação do seguinte produto e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELO
Acumuladores Elétricos e seus separadores, mesmo de forma quadrada ou retangular	ON5X

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCTI/MDIC/MF nº 644, de 26 de agosto de 2010.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais são exclusivamente os relacionados no art. 1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

PORTARIA SDCI/MDIC Nº 22, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no § 1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, que trata da inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº 52001.100249/2018-45, e no processo MDIC nº 01250.012337/2018-18 , resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do §1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro 2006, a empresa F.TARIFA EIRELLI - EPP, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 11.273.485/0001-03, à fruição dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, mediante a inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor, quando da fabricação do seguinte produto e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELO
Módulo para alerta de farol automotivo, baseado em técnica digital	TAC 01

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCTI/MDIC/MF nº 2292, de 03 de maio de 2017.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais são exclusivamente os relacionados no art. 1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

PORTARIA SDCI/MDIC Nº 23, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº 01250.013144/2018-84, e no processo MDIC nº 52001.100255/2018-01, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro 2006, a empresa Ativitá Automação Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 07.737.403/0001-67, à fruição dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, quando da fabricação dos seguintes produtos e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Aparelho de massagem, baseado em técnica digital	ZEN; MAXI 2.0; SPA 2.0; TOUCH; RF; SPA; RELAX; MAXI; FLEX; DOWER; CONFORTO; PUSH BOTTOM; PREMIUM; SENSATION; POLTRONA NEXT; REVITALIZADOR; PILLOW TOP; KAPPA

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais são exclusivamente os relacionados no art. 1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

PORTARIA SDCI/MDIC Nº 24, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no § 1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, que trata da inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº 01250.012330/2018-04, e no processo MDIC nº 52001.100248/2018-09, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do §1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro 2006, a empresa F. TARIFA EIRELLI - EPP inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o n°11.273.485/0001-03, à fruição dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, mediante a inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor, quando da fabricação dos seguintes produtos e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Sensor de inclinação para alarme automotivo, baseado em técnica digital.	TSI.

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCTI/MDIC/MF nº 2292, de 02 de maio de 2017.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais são exclusivamente os relacionados no art. 1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 155, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Autoriza empenho e transferência de recursos ao Município de Cerrito/RS, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Cerrito/RS, no valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.001622/2018-20.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

PORTARIA Nº 156, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Autoriza empenho e transferência de recursos ao Município de São Mateus/ES, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de São Mateus/ES, no valor de R$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.001242/2017-12.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

PORTARIA Nº 157, DE ABRIL DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Itupiranga/PA, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Itupiranga/PA, no valor de R$ 1.912.510,43 (um milhão, novecentos e doze mil quinhentos e dez reais e quarenta e três centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.000633/2017-00.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000441, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em duas parcela nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 103, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
MT	Nova Maringá	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	008	12/03/18	59051.005208/2018-08
PA	Bom Jesus do Tocantins	Enxurradas - 1.2.2.0.0	007	26/03/18	59051.005301/2018-12
PR	Nova Cantu	Enxurradas - 1.2.2.0.0	1738	05/04/18	59051.005343/2018-45
RS	São Gabriel	Estiagem - 1.4.1.1.0	014	12/03/18	59051.005308/2018-26
TO	Recursolândia	Inundações - 1.2.1.0.0	59	23/03/18	59051.005304/2018-48

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

RESOLUÇÃO Nº 66, DE 2 DE ABRIL DE 2018

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, III e XVII, do anexo I do Decreto nº 8.275, de 27/06/2014, publicado no DOU de 30/06/2014 e com base no processo n° 59004/000569/2016-53;

Considerando o art.76, III, do Regimento Interno da SUDAM, aprovado pela Resolução n° 70, de 08/05/2017, resolve:

Art. 1º - Estabelecer os critérios e prioridades para aplicação dos recursos oriundos da arrecadação do 1% de cada parcela de recursos liberados para o Reinvestimento, de que trata o§1° e §2º do art. 31 da Portaria n° 283, de 04/07/2013, do Ministério da Integração Nacional e na forma especificada nesta Resolução.

Art. 2º - Os recursos de que trata o art. 1° serão destinados às seguintes despesas:

I - Aquisição de passagens aéreas e o pagamento de diárias referentes às análises e vistorias necessárias à aprovação por parte da SUDAM dos projetos técnico-econômicos referentes aos pleitos de reinvestimento e/ou isenção e redução do IRPJ;

II - Outras relacionadas às fiscalizações/vistorias periódicas a serem realizadas pela SUDAM nas análises dos pleitos referentes aos incentivos fiscais do reinvestimento e/ou isenção do IRPJ;

III - As direta e/ou indiretamente ligadas às análises e ao gerenciamento dos pleitos de reinvestimento e/ou redução e isenção do IRPJ;

IV - As relacionadas à realização de estudos para avaliação dos benefícios das reduções e isenções do IRPJ e dos reinvestimentos aprovados pela SUDAM.

Art. 3º - A Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros - CGINF, cabe prestar semestralmente, informações das estimativas de arrecadação do 1% (um por cento) do Reinvestimento à Coordenação de Planejamento e Programação Orçamentária - CPO, previamente ao contato desta com a Secretaria de Orçamento Federal - SOF.

Art. 4º - Na administração e controle orçamentário e financeiro dos recursos provenientes de 1% (um por cento) do total dos depósitos destinados a Reinvestimento deversão ser observadas as seguintes providências:

I - Para fins de Controle Interno, a Coordenação de Gestão Orçamentária e Financeira - COF deverá monitorar e identificar as entradas em conta dos recursos provenientes da dedução de 1% por ocasião da liberação de cada parcela de reinvestimento;

II - Ao fim de cada exercício financeiro deverá ser apresentado pela Coordenação de Gestão Orçamentária e Financeira à Diretoria Colegiada, relatório detalhado das aplicações dos recursos originados pela dedução do percentual de 1% das liberações de cada parcela de reinvestimento;

III - Somente após a confirmação do pagamento a ser realizado pelo Banco Depositário à SUDAM, referente ao percentual de 1% das liberações de cada parcela de reinvestimento, o correspondente processo do pleito de reinvestimento poderá ser encerrado;

IV - A SUDAM, por meio da Coordenação de Planejamento e Programação Orçamentária - CPO, informará à Secretaria de Orçamento Federal - SOF via Ministério da Integração Nacional, as receitas originárias para fins de atualização das disponibilidades orçamentárias, cabendo-lhe, ainda, a articulação para definição e formalização de pedido de possíveis créditos adicionais ao orçamento anual para utilização específica.

Art. 5º - Na operacionalização das deduções de 1% (um por cento) do total dos depósitos destinados a reinvestimento será solicitado pelo Gabinete do Superintendente ao Banco Depositário:

I - Resumo mensal dos depósitos e liberações a título de reinvestimento, remunerados pela Taxa Extra-Mercado do Banco Central do Brasil;

II - Extrato da empresa beneficiária onde fique demonstrada a composição do valor liberado, na ocasião da liberação de cada parcela de reinvestimento, especificando o montante de recursos próprios, Imposto de Renda e a remuneração decorrente do período;

III - Outras informações, contendo:

Quantidade de empresas que matêm depósitos de reinvestimento junto ao Banco;

Remuneração total destes depósitos;

Quantidade de liberações efetuadas (exclusive devoluções);

Valor total das liberações efetuadas (exclusive devoluções);

Valor total das deduções de 1% (um por cento) das liberações destinadas a reinvestimento, a título de custo de administração do projeto.

Parágrafo único: as informações recebidas elencadas no item III, subsidiarão as propostas do orçamento da SUDAM para o exercício seguinte.

Art. 6º - Fica aprovado o Procedimento Operacional Padrão do Controle Financeiro da Arrecadação do 1% do Reinvestimento, conforme anexo desta Resolução.

Art. 7º - Compete à Coordenação de Gestão Orçamentária e Financeira o controle e monitoramento da aplicação dos recursos oriundos da arrecadação do 1% de cada parcela de recursos liberados para reinvestimento.

Art. 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA
Superintendente

KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS
Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas

CARLOS EDILSON DE ALMEIDA MANESCHY
Diretor de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos

Ministério da Justiça

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PORTARIA Nº 73, DE 11 DE ABRIL DE 2018

A COORDENADORA GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS SUBSTITUTA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 69, de 04 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 05 de junho de 2014, e tendo em vista os artigos 67 e 73, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores resolve:

Art.1º.Determinar que, em conformidade com a instrução adotada no Processo nº.08008.000257-2016-79, bem como o disposto no Art. 86 e no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, seja aplicada a penalidade de impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública e descredenciamento no SICAF pelo prazo de 12 (doze) meses à empresa BRILHANTE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº CNPJ nº 12.441.717/0001-58.

Art. 2º - A penalidade determinada nesta Portaria deverá ser devidamente registradas no SICAF, em conformidade com o disposto na IN nº. 02/2010 da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 3º - Da penalidade determinadas nesta Portaria caberá o Recurso Administrativo disposto no art. 109, inciso I, alínea "f", da Lei nº 8.666/1993, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da ciência deste expediente decisório.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRA CHAVES VIDAL

PORTARIA Nº 74, DE 11 DE ABRIL DE 2018

A COORDENADORA GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS SUBSTITUTA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 69, de 04 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 05 de junho de 2014, e tendo em vista os artigos 67 e 73, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores resolve:

Art.1º. Determinar que, em conformidade com a instrução adotada no Processo nº.08008.000508/2017-04, bem como o disposto no Art. 86 e nos incisos II, do Art. 87, da Lei nº 8.666/1993, bem como art 7º, da Lei nº 10.520/2002, sejam aplicadas as seguintes penalidades à empresa MKS Comércio e Serviços Ltda. - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 03.617.851/0001-76:

I - Multa no valor de R$ 73.762,34 (setenta e três mil setecentos e sessenta e dois reais e trinta e quatro centavos), equivalente à 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, com fulcro no item 27.1 do Edital;

II - Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciamento no SICAF pelo prazo de 12 (doze) meses, com fulcro no item 27.1 do Edital.

Art. 2º - A multa estipulada no inciso I do Art 1º deverá ser recolhida aos cofres públicos por meio de Guia de Recolhimento da União no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste expediente decisório. O não pagamento implicará na inscrição

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal - CADIN e demais procedimentos para cobrança judicial.

Art. 3º - A penalidade determinada nesta Portaria deverá ser devidamente registradas no SICAF, em conformidade com o disposto na IN nº. 02/2010 da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRA CHAVES VIDAL

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DE 13 DE ABRIL DE 2018

Nº 460 - Ato de Concentração nº 08700.002259/2018-47. Requerentes: Energisa S.A. e Eletropaulo Metropolitana Eletricidade De São Paulo S.A. Advogados: Paulo Leonardo Casagrande, Ana Paula Paschoalin e Caroline Guyt França. Decido pela publicação, sem restrições.

Nº 466 - Ato de Concentração nº 08700.002197/2018-73. Requerentes: Brookfield Brasil Shopping Centers S.A., Jorge´s Imóveis e Administração Ltda., Grupo Rezek Participações S.A., EACAS - Participações Ltda. e Michel Michaluá Filho. Advogados: Joyce Midori Honda, Clovis Lores e outros. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 470 - Ato de Concentração nº 08700.002355/2018-95. Requerentes: Arcelormittal Brasil S.A. e SIMEC Internacional 7 S.A. de C.V.. Advogados: José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Ademir Antonio Pereira Júnior e Yan Villela Vieira. Decido pela aprovação, sem restrições.

KENYS MENEZES MACHADO
Superintendente-Geral
Substituto

DESPACHO Nº 8, DE 13 DE ABRIL DE 2018

SG INSTAURAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO
Processo nº 08700.002160/2018-45
Tipo de Processo: Processo Administrativo
Representante(s): Cade ex officio
Representado(s): SINDICATO DOS TRANSPORTADORES AUTÔNOMOS DE CONTÊINERES E CARGAS EM GERAL DE ITAJAÍ E REGIÃO (SINTRACON)

Acolho o Voto relativo à Consulta n° 08700.001540/2018-62 e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido, em face dos fundamentos apontados no Voto relativo à Consulta n° 08700.001540/2018-62 pela instauração de Processo Administrativo, nos termos dos arts. 13, V, e 69 e seguintes, da Lei nº 12.529/11 c/c. art. 186 e seguintes do Regimento Interno do Cade, em face do Representado Sindicato dos Transportadores Autônomos de Contêineres e Cargas em Geral de Itajaí e Região - SINTRACON, a fim de investigar as condutas passíveis de enquadramento no artigo 36, incisos I, II e IV, c/c §30, II, da Lei 12.529/11, na forma do artigo 69 e seguintes da Lei nº 12.529/2011. Notifique-se o Representado, nos termos do art. 70 do referido diploma legal, para que apresente defesa no prazo de 30 (trinta) dias. Neste mesmo prazo, o Representado deverá, sob pena de indeferimento, especificar e justificar as provas que pretendem sejam produzidas, que serão analisadas pela autoridade nos termos do art. 195 do Regimento Interno do Cade. Caso o Representado tenha interesse na produção de prova testemunhal, deverá indicar na peça de defesa a qualificação completa de até 3 (três) testemunhas, a serem ouvidas na sede do Cade, conforme previsto no art. 70 da Lei nº 12.529/2011 c.c. art. 195, §2º, do Regimento Interno do Cade. Ao Setor Processual.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS

DEFIRO os pedidos de Autorização de Residência por prazo indeterminado, a título de Reunião Familiar, nos termos do art. 153, do Decreto nº 9.199 de 20/11/2017. Outrossim, informo que os estrangeiros deverão ser notificados, considerando o disposto no art. 176, § 1º, do Decreto em referência, abaixo relacionados:

Processo nº 08460.014678/2017-11 - YANMING SU
Processo nº 08460.014676/2017-21 - MIAOQING LIU
Processo nº 08460.303047/2016-92 - ZHANG NIAN
Processo nº 08505.075395/2015-10 - ANTHONY UCHENNA OKAFOR

DEFIRO o pedido de Autorização de Residência por prazo indeterminado, a título de Reunião Familiar, nos termos do art. 153, do Decreto nº 9.199 de 20/11/2017.

Processo nº 08460.017994/2017-44 - JOAO PAULO MIRANDA

Determino o arquivamento do presente pedido, conforme previsto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o(a) requerente já obteve a permanência definitiva por meio do processo nº 46094.000348/2017-52.

Processo nº 08505.062133/2017-57 - MOR MBABANE

Determino o arquivamento do pedido de republicação com fundamento no art. 52, da Lei nº 9.784/99 e no art. 2º, §2º da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009, alterada pela Portaria SNJ nº 286, de 07 de dezembro de 2016, sem prejuízo do direito do requerente proceder o respectivo registro junto ao Departamento de Polícia Federal.

Processo nº 46094.003622/2013-11 - BYUNG KWON MIN

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, INDEFIRO o presente pedido tendo em vista que o requerente não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo.

Processo nº 08505.048037/2017-04 - EDISON IFEANYI EZE

INDEFIRO o presente pedido de permanência, tendo em vista o estrangeiro encontrar-se fora do país, inviabilizando a instrução processual, conforme informação da Polícia Federal incluída nos autos do processo, fl. 76.

Processo nº 08505.309320/2016-29 - XIAOYANG MAO

INDEFIRO os pedidos de autorização de residência para fins de reunião familiar, amparado no art. 153, II do Decreto nº 9.199/2017, abaixo relacionados; tendo em vista a constatação, pela Polícia Federal, de fraude na documentação apresentada.

Processo nº 08240.013554/2017-11 - DONATUS SUNNY UDEOZOR

Processo nº 08240.013623/2017-88 - PRINCE UBAKA NNAIFE

Processo nº 08270.019105/2011-25 - FABIANO PELASCHIAR

MARTHA PACHECO BRAZ
Chefe

DESPACHOS

Determino o arquivamento dos processos, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento das exigências formuladas por esta Divisão, abaixo relacionados:

Processo nº 08240.011641/2016-44 - JONATHAN ARIAS BECERRA

Processo nº 08389.018506/2017-26 - BENJAMIN CUEVAS

Processo nº 08460.017672/2017-03 - ANDREA ELIZABETH GUZMAN VALENZUELA

Processo nº 08354.006508/2017-70 - DAVID ALEJANDRO BADILLO MONTOYA

Processo nº 08451.006988/2017-71 - DIEGO FERNANDO AGUDELO RIVERA

INDEFIRO o presente processo, tendo em vista o não atendimento do previsto no Art. 4º, 1, c, do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Países Associados, promulgado pelo Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009.

Processo nº 08505.079824/2017-90 - ALVARO FIDEL ARO BELEN

INDEFIRO o presente processo, tendo em vista o não atendimento do prazo previsto no Art. 5º do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Países Associados, promulgado pelo Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009.

Processo nº 08505.006889/2018-05 -YANINA LEON USCAPI

ISMAEL SILVA MACEDO
Chefe
Substituto

DESPACHOS

DEFIRO os pedidos de renovação da autorização de residência, nos termos do art. 146 do Decreto 9.199/17, abaixo relacionados:

Processo nº 08460.017462/2017-15 - CARLA OREANA DE SOUSA NETO CATUMBILA, até 31/12/2018

Processo nº 08505.071239/2017-41 - ANTONIETH LUQUENIA DA SILVA MUGINGA, até 05/09/2018

DEFIRO o presente pedido de renovação da autorização de residência, até: 29/06/2018, nos termos do art. 146 do Decreto 9.199/17.

Outrossim, informo que o(a) estrangeiro(a) deverá ser notificado(a), considerando o disposto no art. 176, § 1°, do Decreto em referência. Processo nº 08460.017442/2017-36 - IANA KHARITONOVA

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
Chefe
p/Delegação de Competência.

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 54, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Título: MEGA MAN X LEGACY COLLECTION (Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): CAPCOM U.S.A., INC.
Distribuidor(es): SONY (PS STORE) / MICROSOFT(MS STORE) / NINTENDO (ESHOP) / BOA COMPRA (STEAM)
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: Plataforma
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4/Nintendo Switch
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000188/2018-56
Requerente: CAPCOM U.S.A., INC

Título: MEGA MAN X LEGACY COLLECTION 2 (Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): CAPCOM U.S.A., INC.
Distribuidor(es): SONY (PS STORE) / MICROSOFT(MS STORE) / NINTENDO (ESHOP) / BOA COMPRA (STEAM)
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: Plataforma
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4/Nintendo Switch
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000189/2018-09
Requerente: CAPCOM USA, INC.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

PORTARIA Nº 55, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Título: THE INDIE HACK
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: Fantasia Medieval
Plataforma: Livro
Tipo de Material Analisado: Livro
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000382/2018-31
Requerente: FÁBRICA EDITORA
A classificação da obra desta Portaria é baseada apenas no texto do respectivo livro .

Consequências adversas motivadas pela prática dos jogos de RPG são de responsabilidade exclusiva de seus autores e editores.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Saúde

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

RESOLUÇÃO REGIMENTAL - RR Nº 5, DE 11 DE ABRIL DE 2018

Altera o Anexo I da Resolução Regimental - RR nº 1, de 17 de março de 2017, que institui o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em vista do que dispõe o inciso IV do art. 9º, do Anexo I, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 3.327, de 5 de janeiro de 2000; o art. 14 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000; os incisos II e III do art. 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000; e a alínea "e" do inciso II do art. 30, da Resolução Regimental - RR nº 1, de 17 de março de 2017, em reunião realizada em 11 de abril de 2018, adotou a seguinte Resolução Regimental - RR e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

Art. 1º Esta Resolução Regimental - RR altera o Anexo I da RR nº 1, de 17 de março de 2017, que institui o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Art. 2º O Anexo I, no que se refere ao quadro demonstrativo de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos no âmbito da estrutura da Diretoria de Desenvolvimento Setorial - DIDES e da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO, da RR nº 1, de 2017, que passa a vigorar com a redação constante do Anexo desta RR.

Parágrafo único. O Anexo desta RR estará disponível para consulta e cópia no sítio institucional da ANS na internet - www.ans.gov.br.

Art. 3º Fica transformado, sem aumento de despesas, 1 (um) Cargo Assessoramento - símbolo CA III, da estrutura da Diretoria de Desenvolvimento Setorial - DIDES, em 1 (um) Cargo Comissionado Técnico - símbolo CCT V.

Art. 4º Ficam transformados, sem aumento de despesas, no âmbito da DIPRO, 1 (um) Cargo Comissionado Técnico - símbolo CCT V, pertencente à Assessoria de Projetos Estratégicos - ASPES; 1 (um) Cargo Comissionado Técnico - símbolo CCT IV, pertencente à Coordenadoria de Plano de Recuperação Assistencial - COPRASS, para 1 (um) Cargo Comissionado Assessor - CA III, para a ASPES e em um Cargo Comissionado Técnico, símbolo CCT III, para a COPRASS.

Art. 5º Esta Resolução Regimental entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA

"ANEXO I

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL

1. DIRETORIA ADJUNTA - DIRAD / DIDES	DIRETOR- ADJUNTO	CGE II	1
		CCT IV	1
		CCT IV	1
		CCT IV	1
		CCT IV	1
		CCT IV	1
1.1. ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DA DIDES - ASADM	ASSESSOR	CCT IV	1
1.2. ASSESSORIA DE INFORMAÇÃO DA DIDES - ASSINF	ASSESSOR	CCT IV	1
1.3. GERÊNCIA DE INTEGRAÇÃO E RESSARCIMENTO AO SUS - GEIRS	GERENTE	CGE III	1
1.3.1. COORDENADORIA TECNOLÓGICA DE RESSARCIMENTO AO SUS - COTEC	COORDENADOR	CCT IV	1
1.3.2. COORDENADORIA DE ANÁLISE DE IMPUGNAÇÕES - COAIM	COORDENADOR	CCT IV	1
1.3.3. COORDENADORIA DE ANÁLISE PRELIMINAR DE RECURSOS - COARE	COORDENADOR	CCT IV	1
1.3.4. COORDENADORIA DE ESTÍMULO À ADIMPLÊNCIA - COEAD	COORDENADOR	CCT IV	1
1.3.5. COORDENADORIA DE GESTÃO DOCUMENTAL - COGED	COORDENADOR	CCT IV	1
1.4. GERÊNCIA DE ASSESSORAMENTO NORMATIVO E CONTRATUALIZAÇÃO COM PRESTADORES - GASNT	GERENTE	CGE III	1
1.4.1. COORDENADORIA DE CONTRATUALIZAÇÃO - COCTT	COORDENADOR	CCT IV	1
1.4.2. COORDENADORIA DE ASSESSORAMENTO NORMATIVO - CASNT	COORDENADOR	CCT V	1
1.4.3. COORDENADORIA DE REPRESENTAÇÕES - COREP	COORDENADOR	CCT IV	1
1.5. GERÊNCIA DE ESTÍMULO À INOVAÇÃO E AVALIAÇÃO DA QUALIDADE SETORIAL - GEEIQ	GERENTE	CGE III	1
		CCT III	1
1.5.1. COORDENADORIA DE AVALIAÇÃO E ESTÍMULO À QUALIFICAÇÃO E ACREDITAÇÃO DE OPERADORAS - COAEO	COORDENADOR	CCT V	1
1.5.2. COORDENADORIA DE AVALIAÇÃO E ESTÍMULO À QUALIFICAÇÃO DE PRESTADORES - COAEP	COORDENADOR	CCT IV	1
1.5.3. COORDENADORIA DE INDUÇÃO À MELHORIA DA QUALIDADE SETORIAL - COIME	COORDENADOR	CCT IV	1
1.6. GERÊNCIA DE PADRONIZAÇÃO, INTEROPERABILIDADE E ANÁLISE DE INFORMAÇÃO - GEPIN	GERENTE	CGE III	1
1.6.1. COORDENADORIA DE DADOS - CODAD	COORDENADOR	CCT IV	1
1.6.2. COORDENADORIA DE ANÁLISE E INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS - COINE	COORDENADOR	CCT IV	1
1.6.3. COORDENADORIA DE ESTRUTURA DE DADOS E TERMINOLOGIAS - COEST	COORDENADOR	CGE IV	1
1.6.4. COORDENADORIA DE INTEROPERABILIDADE E MONITORAMENTO - COIMO	COORDENADOR	CCT IV	1
		CCT III	1

DIRETORIA DE NORMAS E HABILITAÇÃO DOS PRODUTOS - DIPRO

1. DIRETORIA ADJUNTA - DIRAD/DIPR	DIRETOR-ADJUNTO	CGE II	1
		CCT III	1
1.1. ASSESSORIA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS - ASPES	ASSESSOR	CA III	1
1.2. ASSESSORIA DE GESTÃO DA DIPRO - AGEST/DIPRO	ASSESSOR	CCT V	1
1.3. ASSESSORIA NORMATIVA DOS PRODUTOS -ASSNT/DIPRO	ASSESSOR	CCT V	1
		CCT III	1
1.4. GERÊNCIA-GERAL DE REGULAÇÃO DA ESTRUTURA DOS PRODUTOS - GGREP	GERENTE-GERAL	CGE II	1
		CCT III	1
1.4.1 GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO REGULATÓRIO DAS REDES ASSISTENCIAIS - GEARA	GERENTE	CGE III	1
1.4.1.1 COORDENADORIA DE MONITORAMENTO DAS REDES ASSISTENCIAIS - COMRA	COORDENADOR	CCT V	1
1.4.1.2 COORDENADORIA REGULATÓRIA DA ESTRUTURA DAS REDES ASSISTENCIAIS - COERA	COORDENADOR	CCT IV	1
1.4.2 GERÊNCIA DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DOS PRODUTOS - GEMOP	GERENTE	CGE III	1
1.4.2.1 COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO DO REGISTRO DOS PRODUTOS - COMAP	COORDENADOR	CCT IV	1
1.4.2.2 COORDENADORIA REGULATÓRIA DE ACESSO AOS PRODUTOS - CORAP	COORDENADOR	CCT IV	1
1.4.2.3 COORDENADORIA REGULATÓRIA DE MOBILIDADE ENTRE PRODUTOS - COMOP	COORDENADOR	CCT IV	1
1.4.3 GERÊNCIA ECONÔMICO-FINANCEIRA E ATUARIAL DOS PRODUTOS - GEFAP	GERENTE	CGE III	1
1.4.3.1 COORDENADORIA DE MONITORAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS PRODUTOS - COMEP	COORDENADOR	CCT V	1
1.4.3.2 COORDENADORIA ATUARIAL DE PRECIFICAÇÃO E FINANCIAMENTO DOS PRODUTOS - COAFP	COORDENADOR	CCT IV	1
1.4.3.3 COORDENADORIA REGULATÓRIA DO MODELO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS PRODUTOS - COREF	COORDENADOR	CCT IV	1
1.4.3.4 COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO DO FINANCIAMENTO DOS PRODUTOS - COFIP	COORDENADOR	CCT IV	1
1.5. GERÊNCIA-GERAL DE REGULAÇÃO ASSISTENCIAL - GGRAS	GERENTE-GERAL	CGE II	1
1.5.1. GERÊNCIA DE DIREÇÃO TÉCNICA - GEDIT	GERENTE	CGE III	1

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5.1.1 COORDENADORIA DE DIREÇÃO TÉCNICA - CODIT	COORDENADOR	CCT IV	1
1.5.1.2 COORDENADORIA DE PLANO DE RECUPERAÇÃO ASSISTENCIAL - COPRASS	COORDENADOR	CCT III	1
1.5.2. GERÊNCIA DE MONITORAMENTO ASSISTENCIAL - GMOA	GERENTE	CGE III	1
1.5.2.1 COORDENADORIA DE MONITORAMENTO ASSISTENCIAL - COMOA	COORDENADOR	CCT IV	1
1.5.2.2 COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES ASSITENCIAIS - COINF	COORDENADOR	CCT IV	1
1.5.3. GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE - GEAS	GERENTE	CGE III	1
1.5.3.1 COORDENADORIA DE GESTÃO DE TECNOLOGIAS EM SAÚDE - COGEST	COORDENADOR	CCT IV	1
1.5.3.2 COORDENADORIA DE MECANISMOS DE REGULAÇÃO E COBERTURA ASSISTENCIAL - COMEC	COORDENADOR	CCT IV	1

.....(NR)"

DECISÃO DE 13 DE ABRIL DE 2018

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 10, VI, § 1º e 11, IV da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, decidiu ad referendum da Diretoria Colegiada o seguinte:

Decisão: Aprovada a dilação do prazo para envio à ANS do Relatório Estatístico e Analítico do Atendimento das Ouvidorias - REA-OUVIDORIAS - relativo ao ano de 2017, das operadoras de planos privados de assistência à saúde, de que trata o § 1º do art. 4º, da Resolução Normativa nº 323, de 03/04/2013, regulamentado pelo art. 11 da Instrução Normativa nº 2, de 18 de dezembro de 2014, até o trigésimo primeiro dia do mês de maio de 2018.

LEANDRO FONSECA DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 1.101, DE 12 DE ABRIL DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 007/2018, realizada em 20/03/2018, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: Pharmakin Comércio de Cosméticos Ltda
CNPJ: 05.046.637/0001-32
Processo: 25351.075359/2008-47
Expediente: 0053953/18-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 035/2018 - CRCOS/CCOSM/GHCOS/Diare.

ARESTO Nº 1.102, DE 12 DE ABRIL DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 008/2018, realizada em 03/04/2018, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: Biopele Ind. Com. Ltda
CNPJ: 37.668.399/0001-93
Processo: 25351.329492/2012-14
Expediente:0852793/12-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 037/2018 - CRCOS/CCOSM/GHCOS/DIARE.

Recorrente: Essencialle Industria e Comercio de Cosmeticos Ltda
CNPJ: 07.604.482/0001-38
Processo: 25351.649264/2009-12
Expediente:0879454/13-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por Perda do Objeto, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 046/2018 - CRCOS/CCOSM/GHCOS/DIARE.

Recorrente: Instituto Pasteur de Cosmiatria Ltda
CNPJ: 87.727.277/0001-07
Processo: 25351.496204/2015-09
Expediente:2498696/16-7
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso por intempestividade, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 041/2018 - CRCOS/CCOSM/GHCOS/DIARE.

Recorrente: Ákua Indústria, Comércio, Importação e Export. de Cosméticos Ltda.
CNPJ: 07.295.591/0001-10
Processo: 25351.393789/2012-56
Expediente: 0893308/12-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 039/2018 - CRCOS/CCOSM/GHCOS/DIARE.

Recorrente: Intercience Comercial Ltda
CNPJ: 09.154.000/0001-10
Processo: 25351.232546/2016-68
Expediente: 404146/16-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 036/2018 - CRCOS/CCOSM/GHCOS/DIARE.

Recorrente: Alta Cosmética Indústria, Comércio, Importação e Export. Ltda - ME
CNPJ: 04.267.338/0001-65
Processo: 25351.774699/2008-30
Expediente: 0338320/14-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 028/2018 - CRCOS/CCOSM/GHCOS/DIARE.

Recorrente: Apoteka Indústria e Comercio Ltda - ME
CNPJ: 17.153.030/0001-30
Processo: 25351.951238/2016-70
Expediente: 2138673/16-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 078/2017 - CRCOS/CCOSM/GHCOS/DIARE.

Recorrente: Instituto Pasteur de Cosmiatria Ltda
CNPJ: 87.727.277/0001-07
Processo: 25351.496217/2015-08
Expediente: 2498765/16-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso por intempestividade, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 042/2018 - CRCOS/CCOSM/GHCOS/DIARE.

Recorrente: ITW Quimica Sustentavel Ltda
CNPJ: 03.567.490/0001-09
Processo:25351.025282/00-36
Expediente: 1199251/16-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 072/2017 - CRCOS/CCOSM/GHCOS/DIARE.

Recorrente: Forever Living Products Brasil Ltda
CNPJ: 74.036.112/0001-39
Processo: 25351.446531/2005-17
Expediente: 2107930/16-7
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por Perda do Objeto, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 038/2018 - CRCOS/CCOSM/GHCOS/DIARE.

Recorrente: Bonona Importadora e Comércio Ltda
CNPJ: 08.429.162/0001-51
Processo: 25351.277027/2012-81
Expediente: 160042/15-7
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso por intempestividade, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 022/2018 - CRCOS/CCOSM/GHCOS/DIARE.

Recorrente: Bonona Importadora e Comércio Ltda
CNPJ: 08.429.162/0001-51
Processo: 25351.632446/2013-71
Expediente: 160075/15-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso por intempestividade, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 021/2018 - CRCOS/CCOSM/GHCOS/DIARE.

Recorrente: Bonona Importadora e Comércio Ltda
CNPJ: 08.429.162/0001-51
Processo: 25351.368208/2011-35
Expediente: 160111/15-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso por intempestividade, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 020/2018 - CRCOS/CCOSM/GHCOS/DIARE.

Recorrente: Bonona Importadora e Comércio Ltda
CNPJ: 08.429.162/0001-51
Processo: 25351.514238/2013-91
Expediente: 160398/15-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso por intempestividade, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 024/2018 - CRCOS/CCOSM/GHCOS/DIARE.

Recorrente: Bonona Importadora e Comércio Ltda
CNPJ: 08.429.162/0001-51
Processo: 25351.488558/2013-89
Expediente: 160421/15-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso por intempestividade, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 018/2018 - CRCOS/CCOSM/GHCOS/DIARE.

Recorrente: Bonona Importadora e Comércio Ltda
CNPJ: 08.429.162/0001-51
Processo: 25351.431004/2013-18
Expediente: 160515/15-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso por intempestividade, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 019/2018 - CRCOS/CCOSM/GHCOS/DIARE.

Recorrente: Bonona Importadora e Comércio Ltda
CNPJ:08.429.162/0001-51
Processo: 25351.397529/2010-66
Expediente: 160608/15-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso por intempestividade, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 023/2018 - CRCOS/CCOSM/GHCOS/DIARE.

Recorrente: Bonona Importadora e Comércio Ltda
CNPJ: 08.429.162/0001-51
Processo: 25351.488581/2013-73
Expediente: 160634/15-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso por intempestividade, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 017/2018 - CRCOS/CCOSM/GHCOS/DIARE.

Recorrente: Bonona Importadora e Comércio Ltda
CNPJ: 08.429.162/0001-51
Processo: 25351.401152/2010-57
Expediente: 160652/15-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso por intempestividade, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 016/2018 - CRCOS/CCOSM/GHCOS/DIARE.

Recorrente: Bonona Importadora e Comércio Ltda
CNPJ: 08.429.162/0001-51
Processo: 25351.273500/2012-51
Expediente: 160895/15-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso por intempestividade, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 015/2018 - CRCOS/CCOSM/GHCOS/DIARE.

ARESTO Nº 1.103, DE 13 DE ABRIL DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 008, realizada em 03/04/2018, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: EMS S/A
CNPJ: 57.507.378/0003-65
Medicamento: Nociclin (levonorgestrel + etinilestradiol)
Processo: 25991.002921/78
Expediente: 0592304/13-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR provimento ao recurso, e retornar à Área Técnica para análise, acompanhando o voto da Diretora que retornou vistas do processo - Voto 002/2018 - DSNVS, que acompanha a posição do Relator.
Recorrente: EMS S/A
CNPJ: 57.507.378/0003-65
Medicamento: Nociclin (levonorgestrel + etinilestradiol)
Processo: 25991.002921/78
Expediente: 0595597/13-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR provimento ao recurso, e retornar à Área Técnica para análise, acompanhando o voto da Diretora que retornou vistas do processo - Voto 002/2018 - DSNVS, que acompanha a posição do Relator.
Recorrente: EMS S/A
CNPJ: 57.507.378/0003-65
Medicamento: Nociclin (levonorgestrel + etinilestradiol)
Processo: 25991.002921/78
Expediente: 0595642/13-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR provimento ao recurso, e retornar à Área Técnica para análise, acompanhando o voto da Diretora que retornou vistas do processo - Voto 002/2018 - DSNVS, que acompanha a posição do Relator.
Recorrente: EMS S/A
CNPJ: 57.507.378/0003-65
Medicamento: Nociclin (levonorgestrel + etinilestradiol)
Processo: 25991.002921/78
Expediente: 0595663/13-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR provimento ao recurso, e retornar à Área Técnica para análise, acompanhando o voto da Diretora que retornou vistas do processo - Voto 002/2018 - DSNVS, que acompanha a posição do Relator.
Recorrente: Blau Farmacêutica S.A.
CNPJ: 58.430.828/0001-60
Medicamento: Eritromax (alfaepoetina)
Processo: 25000.008043/98-79
Expediente: 2107845/17-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR provimento ao recurso, para que a área técnica reanalise o presente pedido de inclusão de nova via de administração em conjunto com a discussão de reavaliação do produto nos termos do voto do relator - Voto 019/2018 - Diges.
Recorrente: EMS S/A.
CNPJ: 57.507.378/0003-65
Medicamento: amoxicilina
Processo: 25351.204530/2002-46
Expediente: 2102854/17-1
A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR provimento ao recurso, com retorno à Área Técnica, nos termos do voto do relator - Voto 021/2018/Direg/Anvisa.
Recorrente: EMS Sigma Pharma Ltda.
CNPJ: 00.923.140/0001-31
Medicamento: Velamox BD (amoxicilina)
Processo: 25351.150963/2017-51
Expediente: 2104170/17-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR provimento ao recurso, com retorno à Área Técnica, nos termos do voto do relator - Voto 021/2018/Direg/Anvisa.
Recorrente: Germed Farmacêutica Ltda.
Medicamento: amoxicilina
CNPJ: 45.992.062/0001-65
Processo: 25351.077324/2017-33
Expediente: 2104214/17-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR provimento ao recurso, com retorno à Área Técnica, nos termos do voto do relator - Voto 021/2018/Direg/Anvisa.
Recorrente: Libbs Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 61.230.314/0001-75
Medicamento: Plamet (bromoprida)
Processo: 25991.014976/78
Expediente: 2269980/17-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 080/2018 - Corec/GGMED.
Recorrente: Laboratório Teuto Brasileiro S/A
CNPJ: 17.159.229/0001-76
Medicamento: Helmizol (metronidazol)
Processo: 25000.013839/88
Expediente: 2108713/17-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 087/2018 - Corec/GGMED.
Recorrente: Laboratório Saúde Ltda.
CNPJ: 91.671.792/0001-81
Medicamento: Bálsamo Allemão de Nohascheck® (essência de terebentina e enxofre precipitado)
Processo: 25351.034510/2013-30
Expediente: 0006930/14-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 447/2017 - Corec/GGMED.
Recorrente: Germed Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 45.992.062/0001-65
Medicamento: pentoxifilina
Processo: 25351.020934/2003-60
Expediente: 0116849/13-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência da recorrente, acompanhando a posição do relator.
Recorrente: Germed Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 45.992.062/0001-65
Medicamento: pentoxifilina
Processo: 25351.020934/2003-60
Expediente: 0817534/13-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência da recorrente, acompanhando a posição do relator.
Recorrente: Biolab Sanus Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 49.475.833/0001-06
Medicamento: Femodiol (estradiol)
Processo: 25351.018475/01-21
Expediente: 147648/17-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso por Exaurimento da Esfera Administrava, nos termos do voto do relator - Voto nº 020/2018 - Dimon/Anvisa.
Recorrente: BR-MAC Com. Importadora de Matérias Primas Químicas Farmacêuticas e Equip. Ltda.
CNPJ: 08.102.987/0001-67
Medicamento: lamivudina
Processo: 25351.715481/2011-47
Expediente: 1794556/17-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, mantendo a caducidade publicada por meio da Resolução - RE n° 1.970/2017, nos termos do voto do relator - Voto 019/2018 - Dimon/Anvisa.
Recorrente: Prati Donaduzzi & Cia Ltda.
CNPJ: 73.856.593/0001-66
Medicamento: maleato de enalapril
Processo: 25351.221455/2006-10
Expediente: 2168697/17-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 030/2018 -Corec/GGMED.
Recorrente Nativita Ind. Com. Ltda.
CNPJ: 65.271.900/0001-19
Medicamento: NAXIZIN (cloridrato de hidroxizina)
Processo: 25351.169513/2010-81
Expediente: 2275104/17-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 023/2018 - Corec/GGMED.
Recorrente: Nativita Ind. Com. Ltda.
CNPJ: 65.271.900/0001-19
Medicamento: PEPTAK (cloridrato de ranitidina)
Processo: 25351.410262/2010-17
Expediente: 2275107/17-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 022/2018 - Corec/GGMED.
Relator: William Dib
Recorrente: Nativita Ind. Com. Ltda.
CNPJ: 65.271.900/0001-19
Processo: 25351.121220/2011-92
Expediente: 2275122/17-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 021/2018 Corec/GGMED.
Recorrente: Reckitt Benckiser (Brasil) Ltda
CNPJ: 59.557.124/0001-15
Medicamento: Naldecon Pack (paracetamol + cloridrato de fenilefrina + maleato de carbinoxamina)
Processo: 25351.012251/2017-01
Expediente: 1895944/17-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando o voto do relator - Voto 038/2018/Diare/Anvisa, que acata o parecer 008/2018 -Corec/GGMED.
Recorrente: Recki Benckiser (Brasil) Ltda.
CNPJ: 59.557.124/0001-15
Medicamento: Naldecon Dia (paracetamol + cloridrato de fenilefrina)
Processo: 25351.012237/2017-01
Expediente: 1895972/17-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando o voto do relator - Voto 038/2018/Diare/Anvisa, que acata o parecer 007/2018 - Corec/GGMED.
Recorrente: Recki Benckiser (Brasil) Ltda.
CNPJ: 59.557.124/0001-15
Medicamento: Naldecon (paracetamol + cloridrato de fenilefrina + maleato de carbinoxamina)
Processo: 25351.012238/2017-08
Expediente: 1896719/17-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando o voto do relator - Voto 038/2018/Diare/Anvisa, que acata o parecer 009/2018 -Corec/GGMED.
Recorrente: Deleiev Indústria Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 05.341.648/0001-45
Medicamento: dipirona sódica
Processo: 25351.059233/2008-25
Expediente: 2016703/17-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso por intempestividade, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 066/2018 - Corec/GGMED.
Recorrente: Laboratórios Pfizer Ltda.
CNPJ: 46.070.868/0036-99
Medicamento: Benefix (alfanonacogue)
Processo: 25351.533437/2012-07
Expediente: 2124838/17-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 041/2018 - Corec/GGMED.
Recorrente: EMS S/A
CNPJ: 57.507.378/0003-65
Medicamento: succinato de metoprolol
Processo:25351.118716/2012-57
Expediente: 1035229/13-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por maioria, DAR PROVIMENTO ao recurso, com o retorno à área técnica para a análise dos itens de indeferimento faltantes, nos termos do Relatório n. 30/2018-DIARE.

DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS

GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 924, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 925, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 926, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir as petições de avaliação relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução-RE nº 2.897, de 1º de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 212, de 6 de novembro de 2017, na Seção 1 pág. 95, e em suplemento, pág. 13, referente ao processo 25351.050314/2017-61, da empresa MILTON MINORU KIMURA-EPP.,

onde se lê:

COGUMELO AGARICUS SYLVATICUS SHAEFFFER EM CAPSULAS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Leia-se:
COGUMELO AGARICUS SYLVATICUS SHAEFFFER EM COMPRIMIDOS
Na Resolução-RE nº 620, de 15 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 53, de 19 de março de 2018, na Seção 1 pág. 56, e em suplemento, pág. 3, referente ao processo 25351.050314/2017-61, da empresa MILTON MINORU KIMURA-EPP., onde se lê:
COGUMELO AGARICUS SYLVATICUS SHAEFFFER EM CAPSULAS
Leia-se:
COGUMELO AGARICUS SYLVATICUS SHAEFFFER EM COMPRIMIDOS

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 927, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 928, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e produtos biológicos, ou de apresentações, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 929, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 930, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão da Certificação em Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência de Medicamentos, ao (s) Centro (s), na forma do(s) ANEXO(s).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 931, DE 12 DE ABRIL DE 2018

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a Resolução - RE nº 2.814, de 20 de outubro de 2017, única e exclusivamente quanto ao cancelamento de registro da apresentação para o medicamento Xylestesin com Epinefrina, processo 25001.003276/83, referente à empresa Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda, publicada no Diário Oficial da União nº. 203, de 23 de outubro de 2017, Seção 1, página 173 e Suplemento página 28.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

RESOLUÇÃO-RE Nº 932, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Publicar o cancelamento de registro da apresentação a pedido dos medicamentos similares, genéricos e novos, sob o nº de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº. 9.784 de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 933, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido dos expedientes de medicamentos similares, genéricos, novos, específicos, dinamizados, fitoterápicos, biológicos e radiofármacos, sob o nº. de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do Art. 51 da Lei nº. 9.784 de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 934, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 950, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir as petições de registro de medicamento novo conforme relação anexa;

Art. 2º Mais informações devem ser consultadas no site da Anvisa -www.anvisa.gov.br;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE N°. 3.391, de 21 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União n°. 246, de 26 de dezembro de 2017, Seção 1 Pág. 895 e Suplemento Pág. 29, referente ao processo 25000.016037/88.

Onde se lê:
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.
44734671000151
LACTATO DE BIPERIDENO
CINETOL 25000.016037/88 02/2019
10170 SIMILAR - ALTERAÇÃO MODERADA DO PROCESSO
DE PRODUÇÃO 1883668/16-2
10136 SIMILAR - INCLUSÃO DE LOCAL DE EMBALAGEM
SECUNDÁRIA 0810392/15-5
10148 SIMILAR - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO
DO MEDICAMENTO DE LIBERAÇÃO CONVENCIONAL
0982420/13-1
10190 SIMILAR - INCLUSÃO DE EQUIPAMENTO COM
DIFERENTE DESENHO E PRINCÍPIO DE FUNCIONAMENTO
2158916/16-0
1.0298.0096.009-6 24 Meses
5 MG/ML SOL INJ IV/IM CX 36 AMP VD AMB X 1 ML
1.0298.0096.010-1 24 Meses
5 MG/ML SOL INJ IV/IM CX 50 AMP VD AMB X 1 ML
10136 SIMILAR - INCLUSÃO DE LOCAL DE EMBALAGEM
SECUNDÁRIA 0810392/15-5
10148 SIMILAR - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO
DO MEDICAMENTO DE LIBERAÇÃO CONVENCIONAL
0982420/13-1
10190 SIMILAR - INCLUSÃO DE EQUIPAMENTO COM
DIFERENTE DESENHO E PRINCÍPIO DE FUNCIONAMENTO
2158916/16-0
1.0298.0096.012-6 24 Meses
5 MG/ML SOL INJ IV/IM CX 25 AMP VD AMB X 1 ML
10170 SIMILAR - ALTERAÇÃO MODERADA DO PROCESSO
DE PRODUÇÃO 1883668/16-2
1.0298.0096.002-9 24 Meses
5 MG/ML SOL INJ IV/IM CX 50 AMP VD TRANS X 1 ML
1.0298.0096.008-8 24 Meses
5 MG/ML SOL INJ IV/IM CX 36 AMP VD TRANS X 1 ML

Leia-se:
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.
44734671000151
LACTATO DE BIPERIDENO
CINETOL 25000.016037/88 02/2019
10170 SIMILAR - ALTERAÇÃO MODERADA DO PROCESSO
DE PRODUÇÃO 1883668/16-2
10136 SIMILAR - INCLUSÃO DE LOCAL DE EMBALAGEM
SECUNDÁRIA 0810392/15-5
10148 SIMILAR - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO
DO MEDICAMENTO DE LIBERAÇÃO CONVENCIONAL
0982420/13-1
10190 SIMILAR - INCLUSÃO DE EQUIPAMENTO COM
DIFERENTE DESENHO E PRINCÍPIO DE FUNCIONAMENTO
2158916/16-0
1.0298.0096.009-6 24 Meses
5 MG/ML SOL INJ IV/IM CX 36 AMP VD AMB X 1 ML
1.0298.0096.010-1 24 Meses
5 MG/ML SOL INJ IV/IM CX 50 AMP VD AMB X 1 ML
1.0298.0096.012-6 24 Meses
5 MG/ML SOL INJ IV/IM CX 25 AMP VD AMB X 1 ML

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE N°. 487, de 23 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº. 41, de 1 de março de 2017, Seção 1 Pág. 63 e Suplemento Pág. 25, referente ao processo n° 25351.177449/2014-35.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Onde se lê:
(...)
GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA 33247743000110
dolutegravir sódico + SULFATO DE ABACAVIR + LAMIVUDINA
TRIUMEQ 25351.177449/2014-35 02/2022
1460 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE NOVA ASSOCIAÇÃO
NO PAÍS 0241180/14-6
1.0107.0326.001-7 24 Meses
50 MG + 600 MG + 300 MG COM REV CT FR PLAS OPC X 30
dolutegravir sódico + SULFATO DE ABACAVIR + LAMIVUDINA
(...)
Leia-se:
(...)
GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA 33247743000110
dolutegravir sódico + SULFATO DE ABACAVIR + LAMIVUDINA
TRIUMEQ 25351.177449/2014-35 03/2022
1460 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE NOVA ASSOCIAÇÃO
NO PAÍS 0241180/14-6
1.0107.0326.001-7 24 Meses
50 MG + 600 MG + 300 MG COM REV CT FR PLAS OPC X 30
dolutegravir sódico + SULFATO DE ABACAVIR + LAMIVUDINA
(...)

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE N°. 575, de 08 de Março de 2018, publicada no Diário Oficial da União n°. 48, de 12 de Março de 2018, Seção 1 Pág. 50 e Suplemento Pág. 34
Onde se lê:
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA SOLICITANTE/ CNPJ: GLENMARK FARMACÊUTICA LTDA - 44.363.661/0001-57
DENOMINAÇÃO DA EMPRESA INSPECIONADA/CERTIFICADA: Glenmark Research Center
EXPEDIENTE: 11613115/17-1 de 01/08/2017
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS EM BIODISPONIBILIDADE/BIOEQUIVALÊNCIA PARA AS ETAPAS: Clínica e Bioanalítica Clínica (Endereço: Plot nº D-508 TTC Industrial Area, Thane, Navi Mumbai - Índia) /Bioanalítica (Endereço: Plot nº A-607, TTC Industrial Area, MIDC, Mahape, Thane, Navi Mumbai - Índia)
VALIDADE: 17/08/2020
Leia-se:
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA SOLICITANTE/ CNPJ: GLENMARK FARMACÊUTICA LTDA - 44.363.661/0001-57
DENOMINAÇÃO DA EMPRESA INSPECIONADA/CERTIFICADA: Glenmark Research Center
EXPEDIENTE: 1613115/17-1 de 01/08/2017
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS EM BIODISPONIBILIDADE/BIOEQUIVALÊNCIA PARA AS ETAPAS: Clínica e Bioanalítica Clínica (Endereço: Plot nº D-508 TTC Industrial Area, Thane, Navi Mumbai - Índia) /Bioanalítica (Endereço: Plot nº A-607, TTC Industrial Area, MIDC, Mahape, Thane, Navi Mumbai - Índia)
VALIDADE: 17/02/2020

GERÊNCIA-GERAL DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS FUMÍGENOS DERIVADOS OU NÃO DO TABACO

RESOLUÇÃO-RE Nº 952, DE 13 DE ABRIL DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 384, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada nº 90, de 27 de dezembro de 2007, republicada no DOU de 28 de março de 2008, e suas alterações, resolve:

Art.1º Cancelar por caducidade os Registros de Produtos Fumígenos - Dados Cadastrais das marcas, conforme relação anexa, por não terem sido peticionadas as renovações de registro no prazo determinado na legislação sanitária em vigor.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FRANCISCO BRANCO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 953, DE 13 DE ABRIL DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 384, de 08 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada nº 90, de 27 de dezembro de 2007, republicada no DOU de 28 de março de 2008, e suas alterações, resolve:

Art.1º Indeferir as petições relativas a produtos fumígenos derivado do tabaco, conforme anexo.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FRANCISCO BRANCO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº 815, de 29 de março de 2018, publicada no DOU nº 67, de 09 de abril de 2018, Seção 1 pág. 95 e Suplemento, pág. 19,
Onde se lê:
FABRICA DE CHARUTOS LEITE E ALVES LTDA - ME
CNPJ: 07.362.838/0001-74
Marca: LEITE ALVES PETIT CORONA (Charuto - 124 x 57) mm - caixa com 25 unidades
Processo: 25351.295900/2017-11
Expediente: 1039253/17-0
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
Leia-se:
FABRICA DE CHARUTOS LEITE E ALVES LTDA - ME
CNPJ: 07.362.838/0001-74
Marca: LEITE ALVES PETIT CORONA (Charuto - 124 x 57) mm - caixa com 20 unidades
Processo: 25351.295900/2017-11
Expediente: 1039253/17-0
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº 880, de 06 de abril de 2018, publicada no DOU nº 67, de 09 de abril de 2018, Seção 1 pág. 96, Suplemento, pág. 20,
Onde se lê:
PACTUAL COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA - ME
CNPJ: 05.165.237/0001-46
Marca: ADALYA HOOKAH TOBACCO ICE BONBON
Processo: 25351.096735/2016-47
Vencimento: 30/01/2018
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
Marca: ADALYA HOOKAH TOBACCO LEMON PIE
Processo: 25351.096736/2016-91
Vencimento: 30/01/2018
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
Marca: ADALYA HOOKAH TOBACCO MANGO & TANGO
Processo: 25351.096738/2016-81
Vencimento: 30/01/2018
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
Leia-se:
PACTUAL COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA - ME
CNPJ: 05.165.237/0001-46
Marca: ADALYA PREMIUM HOOKAH TOBACCO ICE BONBON
Processo: 25351.096735/2016-47
Vencimento: 30/01/2018
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
Marca: ADALYA PREMIUM HOOKAH TOBACCO LEMON PIE
Processo: 25351.096736/2016-91
Vencimento: 30/01/2018
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
Marca: ADALYA PREMIUM HOOKAH TOBACCO MANGO & TANGO
Processo: 25351.096738/2016-81
Vencimento: 30/01/2018
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade

GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO-RE Nº 898, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 899, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 900, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 901, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Conceder a Transferência de Titularidade de Registro ou Cadastro e por consequente, cancelar o Registro ou Cadastro dos Produtos para Saúde na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias, após a sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 902, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Publicar a desistência a pedido dos expedientes de produtos para a saúde sob o número de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº 9.784 de 1999.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 922, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO-RE Nº 923, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Reprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA DE PRODUTOS DE HIGIENE, PERFUMES, COSMÉTICOS E SANEANTES

RESOLUÇÃO-RE Nº 896, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

O Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TAVARES NETO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 897, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

O Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TAVARES NETO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 904, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

O Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TAVARES NETO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 905, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

O Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TAVARES NETO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 906, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CECÍLIA FERREIRA DE ALMEIDA MARTINS DE MORAIS

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 907, DE 12 DE ABRIL DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando a necessidade de inclusão na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Incluir o insumo inotuzumabe ozogamicina (fermentação) na certificação da empresa Wyeth Biopharma Division of Wyeth Pharmaceuticals, Inc, a subsidiary of Pfizer Inc., solicitada pela empresa Laboratórios Pfizer Ltda., CNPJ n.º 46.070.868/0036-99, publicada pela Resolução RE nº. 91 de 13/01/2017, no Diário Oficial da União nº. 11 de 16/01/2017, Seção 1, página 27 e em suplemento da Seção 1, páginas 44 e 45, conforme expedientes nº 2188387/16-4 e 2320142/17-8.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CECÍLIA FERREIRA DE ALMEIDA MARTINS DE MORAIS

RESOLUÇÃO-RE Nº 908, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CECÍLIA FERREIRA DE ALMEIDA MARTINS DE MORAIS

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 909, DE 12 DE ABRIL DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando a necessidade de inclusão na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Incluir a forma farmacêutica suspensões parenterais de pequeno volume com preparação asséptica na certificação da empresa MSD International GMBH T/A MSD Ireland (Carlow), solicitada pela empresa Merck Sharp & Dohme Farmacêutica Ltda., CNPJ nº 45.987.013/0001-34, publicada pela Resolução RE nº 434, de 22 de fevereiro de 2018, no Diário Oficial da União nº 38, de 26 de fevereiro de 2018, Seção 1, pág. 81, e em suplemento da Seção 1, págs. 134 e 135, conforme expedientes nº 1736277/17-6 e 0109906/18-0.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CECÍLIA FERREIRA DE ALMEIDA MARTINS DE MORAIS

RESOLUÇÃO-RE Nº 910, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o(s) Pedido(s) de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos da(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CECÍLIA FERREIRA DE ALMEIDA MARTINS DE MORAIS

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 911, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CECÍLIA FERREIRA DE ALMEIDA MARTINS DE MORAIS

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 912, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CECÍLIA FERREIRA DE ALMEIDA MARTINS DE MORAIS

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 913, DE 12 DE ABRIL DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando a necessidade de atualização na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, prevista no art. 12, caput da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 102, de 24 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Baxalta US, publicada pela Resolução RE nº 1.317, de 20 de maio de 2016, no Diário Oficial da União nº 97, de 23 de maio de 2016, Seção 1, pág. 114, e em Suplemento, págs. 32 e 33, e alterada por meio da Resolução - RE nº 1.704, de 23 de junho de 2017, no Diário Oficial da União nº 120, de 26 de junho de 2017, Seção 1, página 39; DE Baxalta Brasil Biociência Ltda., CNPJ: 22.558.594/0001-93, Autorização de Funcionamento 1.15.628-9; PARA Shire Farmacêutica Brasil Ltda., CNPJ: 07.898.671/0001-60, Autorização de Funcionamento 1.06.979-1, conforme expedientes nº 0934415/15-2, 0710354/17-9 e 0167067/18-1.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CECÍLIA FERREIRA DE ALMEIDA MARTINS DE MORAIS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO-RE Nº 914, DE 12 DE ABRIL DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando a necessidade de atualização na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, prevista no art. 12, caput da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 102, de 24 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Baxter Pharmaceutical Solutions LLC, publicada pela Resolução RE nº 1.590, de 17 de junho de 2016, no Diário Oficial da União nº 116, de 20 de junho de 2016, Seção 1, pág. 73, e em Suplemento, pág. 40, e retificada no Diário Oficial da União nº 54, de 20 de março de 2017, Seção 1, página 69; DE Baxalta Brasil Biociência Ltda., CNPJ: 22.558.594/0001-93, Autorização de Funcionamento 1.15.628-9; PARA Shire Farmacêutica Brasil Ltda., CNPJ: 07.898.671/0001-60, Autorização de Funcionamento 1.06.979-1, conforme expedientes nº 1017873/14-2, 0099666/17-1 e 0166963/18-0.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CECÍLIA FERREIRA DE ALMEIDA MARTINS DE MORAIS

RESOLUÇÃO-RE Nº 915, DE 12 DE ABRIL DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando a necessidade de inclusão na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Incluir as formas farmacêuticas cápsulas e comprimidos na certificação da empresa Natco Pharma Limited, solicitada pela empresa Natcofarma do Brasil Ltda, CNPJ nº 08.157.293/0001-27, publicada pela Resolução RE nº 1.984, de 22 de julho de 2016, no Diário Oficial da União nº 141, de 25 de julho de 2016, Seção 1, pág. 430, e em suplemento da Seção 1, pág. 44, conforme expedientes nº 1184391/16-8 e 0529357/17-0.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CECÍLIA FERREIRA DE ALMEIDA MARTINS DE MORAIS

RESOLUÇÃO-RE Nº 916, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CECÍLIA FERREIRA DE ALMEIDA MARTINS DE MORAIS

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 917, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CECÍLIA FERREIRA DE ALMEIDA MARTINS DE MORAIS

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 918, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 8°, da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 183, de 17 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CECÍLIA FERREIRA DE ALMEIDA MARTINS DE MORAIS

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 919, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas Fabricação, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde da(s) empresa(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CECÍLIA FERREIRA DE ALMEIDA MARTINS DE MORAIS

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 920, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

considerando a Declaração de Cooperação firmada em 27 de novembro de 2012 entre as Autoridades Regulatórias participantes do Programa de Auditoria Única em Produtos para a Saúde (MDSAP - Medical Device Single Audit Program);

considerando o Art. 7° da Lei n°9.782, de 26 de janeiro de 1999 alterado pelo Art. 128 da Lei n°13.097, de 19 de janeiro de 2015;

considerando o Parágrafo Único do Art. 4º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, alterado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 217, de 20 de fevereiro de 2018;

considerando o Parágrafo primeiro do Art. 15 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 183, de 17 de outubro de 2017;

considerando o parecer da área técnica emitido com base em relatório válido de auditoria realizada por organismo auditor terceiro reconhecido pela Anvisa para realizar auditorias regulatórias em estabelecimentos fabris de Produtos para Saúde;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CECÍLIA FERREIRA DE ALMEIDA MARTINS DE MORAIS

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 921, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CECÍLIA FERREIRA DE ALMEIDA MARTINS DE MORAIS

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 935, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CECÍLIA FERREIRA DE ALMEIDA MARTINS DE MORAIS

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 936, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

ANA CECÍLIA FERREIRA DE ALMEIDA MARTINS DE MORAIS

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 937, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CECÍLIA FERREIRA DE ALMEIDA MARTINS DE MORAIS

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 938, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CECÍLIA FERREIRA DE ALMEIDA MARTINS DE MORAIS

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO-RE Nº 939, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CECÍLIA FERREIRA DE ALMEIDA MARTINS DE MORAIS

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 940, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CECÍLIA FERREIRA DE ALMEIDA MARTINS DE MORAIS

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 941, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

ANA CECÍLIA FERREIRA DE ALMEIDA MARTINS DE MORAIS

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 942, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a atividade/classe da Autorização de Funcionamento dos estabelecimentos Farmácias e Drogarias, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CECÍLIA FERREIRA DE ALMEIDA MARTINS DE MORAIS

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 943, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CECÍLIA FERREIRA DE ALMEIDA MARTINS DE MORAIS

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 944, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CECÍLIA FERREIRA DE ALMEIDA MARTINS DE MORAIS

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 945, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CECÍLIA FERREIRA DE ALMEIDA MARTINS DE MORAIS

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 946, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CECÍLIA FERREIRA DE ALMEIDA MARTINS DE MORAIS

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 947, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CECÍLIA FERREIRA DE ALMEIDA MARTINS DE MORAIS

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 948, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CECÍLIA FERREIRA DE ALMEIDA MARTINS DE MORAIS

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 949, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CECÍLIA FERREIRA DE ALMEIDA MARTINS DE MORAIS

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 951, DE 12 DE ABRIL DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando que a administração pública também obedecerá, dentre outros, os princípios da finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica e interesse público, conforme disposto no art. 2º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração, resolve:

Art. 1º Revogar a Resolução-RE nº 2.269, de 12 de março de 2015, publicada no DOU nº 154, de 13/08/2015, seção 1, pág. 51.

Art. 2º Revogar parcialmente a Resolução-RE nº 2.770, de 20 de outubro de 2017, publicada no DOU nº 202, de 20/10/2017, seção 1, pág. 160, deixando de determinar a inutilização de todos os medicamentos que se encontrem dentro do prazo de validade, disponíveis no mercado, fabricados pelo pelo Laboratório Belém Jardim Indústria e Comércio Ltda, CNPJ nº 17.299.140/0001-05.

Art. 3º Conceder, a partir de 12/04/2018, o esgotamento de estoque de todos os medicamentos que se encontrem dentro do prazo de validade, fabricados até 31/12/2016, pelo Laboratório Belém Jardim Indústria e Comércio Ltda, CNPJ nº 17.299.140/0001-05.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CECILIA FERREIRA DE ALMEIDA MARTINS DE MORAIS

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 903, DE 12 DE ABRIL DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DIRETORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL

GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DE INFRAÇÕES SANITÁRIAS

DESPACHO Nº 77, DE 12 DE ABRIL DE 2018

O Coordenador Administrativo de Infrações Sanitárias, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV, do art. 184, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 61 da ANVISA, de 03 de fevereiro de 2016, publicado na seção 1, do DOU n. 25, de 05 de fevereiro 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: ABIMADE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA CNPJ/CPF: 07.607.291/0001-20
25759.080796/2015-17 - AIS:0114979/15-2 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: CASA SANTA LUZIA IMPORTADORA LTDA CNPJ/CPF: 59.350.116/0002-84
25767.105430/2016-52 - AIS:1866151/16-3 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)
AUTUADO: CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A. CNPJ/CPF: 15.578.569/0001-06
25759.914085/2016-23 - AIS:1335936/16-3 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA CNPJ/CPF: 54.516.661/0027-32
25759.588816/2016-57 - AIS:2642060/16-1 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)
AUTUADO: MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 10.588.595/0007-97
25759.102074/2017-47 - AIS:0295835/17-0 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)
AUTUADO: MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 10.588.595/0007-97
25759.401653/2017-82 - AIS:1486460/17-6 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)
AUTUADO: MENACHEM MENDEL BEGUN CNPJ/CPF: 385.748.928-66
25759.313821/2015-73 - AIS:0450179/15-9 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: DANIELLE FARIA SOARES CNPJ/CPF: 846.037.551-04
25759.331380/2015-98 - AIS:0475551/15-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: RENAN CAVALCANTE RAMOS CNPJ/CPF: 020.407.671-42
25759.303972/2015-12 - AIS:0436297/15-7 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: GABRIEL JOSE SOUZA DE AQUINO CNPJ/CPF: 017.451.345-30
25759.304002/2015-06 - AIS:0436337/15-0 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: ROMULO CARLOS DE FREITAS CNPJ/CPF: 830.742.441-00
25759.347596/2015-87 - AIS:0500805/15-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: DAVID BUENO CNPJ/CPF: 193.422.568-13
25759.081041/2015-28 - AIS:0115345/15-5 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTENCIA
AUTUADO: RODOLFO SILVA CNPJ/CPF: 225.868.678-40
25759.080727/2015-13 - AIS:0114897/15-4 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: MARIANE MIDORI SHONO CNPJ/CPF: 277.945.468-77
25759.157682/2015-98 - AIS:0227791/15-3 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: EDSON COGO RIFFEL CNPJ/CPF: 501.570.009-15
25759.142563/2015-82 - AIS:0206035/15-3 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: RENATO FORTES BITTAR CNPJ/CPF: 013.104.976-30
25759.156655/2015-12 - AIS:0226047/15-6 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: EDGARD VAZ DA COSTA CNPJ/CPF: 011.063.381-46
25759.078793/2015-48 - AIS:0112254/15-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: CARLOS GUSTAVO LEITE VIEIRA CNPJ/CPF: 000.179.456-66
25759.156721/2015-65 - AIS:0226133/15-2 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

RODRIGO JOSÉ VIANA OTTONI
Coordenador

DESPACHO Nº 78, DE 12 DE ABRIL DE 2018

O Coordenador Administrativo de Infrações Sanitárias, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV, do art. 184, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 61 da ANVISA, de 03 de fevereiro de 2016, publicado na seção 1, do DOU n. 25, de 05 de fevereiro 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 60.318.797/0001-00
25351.137877/2014-85 - AIS:0186858/14-6 - GFIMP/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA.
AUTUADO: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A CNPJ/CPF: 27.865.757/0001-02
25351.500050/2014-31 - AIS:0696995/14-0 - GGFIS1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)
AUTUADO: INCOMEPE INDUSTRIA DE MATERIAIS CIRURGICOS LTDA CNPJ/CPF: 57.212.870/0001-41
25351.037212/2015-67 - AIS:0055618/15-1 - GGFIS1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
AUTUADO: INSTITUTO DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS DE ESTUDOS E PESQUISAS CNPJ/CPF: 04.951.747/0001-86
25351.747170/2013-48 - AIS:1075649/13-3 - GFIMP/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA.
AUTUADO: J.A. BITENCOURT & CIA LTDA CNPJ/CPF: 03.283.760/0001-41
25351.473967/2010-02 - AIS:622438/10-5 - GFIMP/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA.
AUTUADO: J.W. INDÚSTRIA E COMÉRCIO COSMÉTICOS LTDA CNPJ/CPF: 05.467.152/0001-12
25351.586362/2014-69 - AIS:0817948/14-4 - GGFIS1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: JP INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A CNPJ/CPF: 55.972.087/0001-50
25351.054626/2014-43 - AIS:0075081/14-6 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS)
AUTUADO: LABORATIL FARMACEUTICA LTDA CNPJ/CPF: 47.100.862/0001-50
25351.725001/2014-13 - AIS:1066914/14-1 - GGFIS1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
AUTUADO: LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A CNPJ/CPF: 17.159.229/0001-76
25351.471460/2014-46 - AIS:0656406/14-2 - GGFIS1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA.
AUTUADO: NATULAB LABORATÓRIO S.A CNPJ/CPF: 02.456.955/0001-83
25351.401468/2012-28 - AIS:0572671/12-9 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)
AUTUADO: ONCONORTE COMÉRCIO EIRELI CNPJ/CPF: 04.720.820/0001-09
25351.511132/2014-58 - AIS:0712458/14-9 - GGFIS1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: SKILL-BROTHERS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP CNPJ/CPF: 69.066.512/0001-57
25351.749798/2014-14 - AIS:1103228/14-6 - GGFIS1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)
AUTUADO: SUPPORT PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA CNPJ/CPF: 01.107.391/0001-00
25741.427292/2015-04 - AIS:0619319/15-6 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
AUTUADO: VITAL NATUS FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 05.915.310/0001-50
25351.644294/2010-59 - AIS:850001/10-1 - GFIMP/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA.
AUTUADO: MENEZES E COSTA LTDA CNPJ/CPF: 05.192.576/0001-11
25351.737441/2010-61 - AIS: 435373/10-1 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR IMPOSSIBILIDADE JURIDICA DE PROSSEGUIMENTO.

RODRIGO JOSÉ VIANA OTTONI
Coordenador

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 386, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Habilita o LABOCLIV - Santo Antônio de Jesus (BA), como Laboratório de Exame Citopatológico do Colo do Útero.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo V - Das diretrizes de cuidado e prevenção do câncer de colo de útero e do câncer de mama no âmbito da rede de atenção à saúde das pessoas com doenças crônicas, da Subseção X - Do Financiamento - da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia e a aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite nº 0019/2015; e

Considerando a avaliação da Coordenação Geral de Atenção Especializada do Departamento de Atenção Especializada e Temática da Secretaria de Atenção à Saúde - CGAE/DAET/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado, como Laboratório de Exame Citopatológico do Colo do Útero - Tipo I código de habilitação 32.02, o estabelecimento de saúde a seguir:

UF	Município	Gestão	Tipo de Habilitação	CNES	Laboratório
BA	Santo Antonio de Jesus	Municipal	I	6345832	LABOCLIV

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 387, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Habilita o Soliday Diagnóstico Ltda - Nossa Senhora da Glória (SE), como Laboratório de Exame Citopatológico do Colo do Útero.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo V - Das diretrizes de cuidado e prevenção do câncer de colo de útero e do câncer de mama no âmbito da rede de atenção à saúde das pessoas com doenças crônicas, da Subseção X - Do Financiamento - da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Saúde do Estado de Sergipe e a aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite, nº 013, de 29 de fevereiro de 2016; e

Considerando a avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Especializada do Departamento de Atenção Especializada e Temática da Secretaria de Atenção à Saúde - CGAE/DAET/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado, como Laboratório de Exame Citopatológico do Colo do Útero - Tipo I código de habilitação 32.02, o estabelecimento de saúde a seguir:

UF	Município	Gestão	Tipo de Habilitação	CNES	Laboratório
SSE	Nossa Senhora da Glória	Estadual	I	7371950	Soliday Diagnóstico Ltda

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 389, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação de Proteção à Saúde e à Infância de Cuiabá, com sede em Cuiabá (MT).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 98/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.162748/2015-11, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação de Proteção à Saúde e à Infância de Cuiabá, CNPJ nº 03.468.485/0001-30, com sede em Cuiabá (MT).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2016 à 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 2.122/SAS/MS, de 19 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 243, de 20 de dezembro de 2016, Seção 1, página 46.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 391, DE 6 DE ABRIL DE 2018

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Comunidade Terapêutica Recomeçar, com sede em Santa Cruz do Sul (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 261/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.000774/2018-07, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação de serviços ao SUS de atendimento e acolhimento a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa, em conformidade com o art. 7º-A da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, da Comunidade Terapêutica Recomeçar, CNPJ nº 10.785.859/0001-07, com sede em Santa Cruz do Sul (RS).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 3 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 392, DE 6 DE ABRIL DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Casa de Caridade Santa Rita, com sede em Barra do Piraí (RJ).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 258/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.496606/2017-16, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Casa de Caridade Santa Rita, CNPJ nº 28.572.311/0001-44, com sede em Barra do Piraí (RJ).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 399, DE 9 DE ABRIL DE 2018

Concede autorização e renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, e tudo que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

FÍGADO: 24.09
PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 02 99 PR 29
II - denominação: Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná
III - CNPJ: 75.095.679/0001-49
IV - CNES: 2384299
V - endereço: Rua General Carneiro, nº 181, Bairro: Centro, Curitiba/PR, CEP: 80.060-900.

Art. 2° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado à equipe de saúde a seguir identificada:

FÍGADO: 24.09
PARANÁ

I - Nº do SNT 1 02 99 PR 11
II - responsável técnico: Júlio César Uili Coelho, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 5072;
III - membro: Alexandre Coutinho Teixeira de Freitas, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 13545;
IV - membro: Júlio César Wiederkehr, cirurgião geral, CRM 8843;
V - membro: Marco Aurélio Raeder da Costa, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 16549;
VI - membro: Jorge Eduardo Fouto Matias, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 9155;
VII - membro: Mônica Beatriz Parolin, hepatologista, CRM 10581;
VIII - membro: Clementino Zeni Neto, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 9559;
IX - membro: José Luiz de Godoy, cirurgião pediátrico, CRM 10432;
X - membro: Eduardo Lopes Martins, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 12459;
XI - membro: Jose Geraldo Auerswald Calomeno, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 7452;
XII - membro: Maria Célia Barbosa Fabrício de Melo, anestesiologista, CRM 9881;
XIII - membro: Sérgio Bernardo Tenorio, anestesiologista , CRM 5044.

Art. 3° As autorizações e renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade de dois anos a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 4º, 5º, 6º, 7° e 8º do art. 11 do Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 400, DE 9 DE ABRIL DE 2018

Concede autorização e renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, e tudo que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 11 18 SP 03
II - denominação: Hospital das Clínicas Luzia de Pinho Melo
III - CNPJ: 46.374.500/0147-30
IV - CNES: 2080680
V - endereço: Rua Manoel de Oliveira, s/nº, Bairro: Mogilar, Mogi das Cruzes/SP, CEP: 08.773-130.

Art. 2° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

RIM: 24.08
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 01 03 SP 06
II - denominação: Hospital Nove de Julho
III - CNPJ: 60.884.855/0003-16
IV - CNES: 2079089
V - endereço: Rua Peixoto Gomide, nº 625, Bairro: Cerqueira César, São Paulo/SP, CEP: 01.409-902.

ALAGOAS

I - Nº do SNT: 2 01 99 AL 03
II - denominação: Santa Casa de Misericórdia de Maceió
III - CNPJ: 12.307.187/0001-50
IV - CNES: 2007037
V - endereço: Rua Barão de Maceió, nº 288, Bairro: Centro, Maceió/AL, CEP: 57.020-360.

Art. 3° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:
CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
CEARÁ

I - Nº do SNT: 2 11 07 CE 01
II - denominação: Centro Avançado de Retina e Catarata
III - CNPJ: 04.788.565/0001-36
IV - CNES: 3232891
V - endereço: Avenida Dom Luis, nº 1233, Bairro: Aldeota, Fortaleza/CE, CEP: 60.160-230.

I - Nº do SNT: 2 11 01 CE 02
II - denominação: Clínica Dr. José Nilson S/S Ltda - Oftalmoclínica
III - CNPJ: 12.209.664/0001-44
IV - CNES: 2482258
V - endereço: Avenida Treze de Maio, nº 1806, Bairro: Fátima, Fortaleza/CE, CEP: 60.040-531.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 11 00 SP 03
II - denominação: Santa Casa de Misericórdia de Presidente Prudente
III - CNPJ: 55.344.337/0001-08
IV - CNES: 2080532
V - endereço: Rua Wenceslau Braz, nº 05, Bairro: Vila Euclides, Presidente Prudente/SP, CEP: 19.014-030.

I - Nº do SNT: 2 11 09 SP 22
II - denominação: IORC - Intituto de Olhos de Rio Claro
III - CNPJ: 62.480.975/0001-11
IV - CNES: 2055813
V - endereço: Rua 15, nº 1881, Bairro: Jardim São Paulo, Rio Claro/SP, CEP: 13.503-000.

I - Nº do SNT: 2 11 01 SP 93
II - denominação: Hospital Padre Albino
III - CNPJ: 47.074.851/0008-19
IV - CNES: 2089327
V - endereço: Rua Belém, nº 519, Bairro: Centro, Catanduva/SP, CEP: 15.800-280.

Art. 4° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 12 14 SP 03
II - denominação: Hospital São Paulo - UNIFESP
III - CNPJ: 61.699.567/0001-92
IV - CNES: 2077485
V - endereço: Rua Napoleão de Barros, nº 715, Bairro: Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP: 04.024-002.

SANTA CATARINA

I - Nº do SNT: 2 12 07 SC 02
II - denominação: Imperial Hospital de Caridade
III - CNPJ: 83.884.999/0001-06
IV - CNES: 0019402
V - endereço: Rua Menino Deus, nº 376, Bairro: Centro, Florianópolis/SC, CEP: 88.020-210.

Art. 5° Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 11 18 SP 10
II - responsável técnico: Edison Lira, oftalmologista, CRM 50248;
III - membro: Rodrigo Ueno Takahagi, oftalmologista, CRM 100421;
IV - membro: Karine Koller, oftalmologista, CRM 101900.

Art. 6° Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico, alogênico aparentado e não aparentado à equipe de saúde a seguir identificada:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO NÃO APARENTADO: 24.03
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 1 21 18 SP 11
II - responsável técnico: Alessandra Araújo Gomes, hematologista pediátrica, CRM 121180;
III - membro: Ana Beatriz Bechara Mafra, hematologista e hemoterapeuta, CRM 135511;
IV - membro: Camila Peixoto França Pereira de Souza, Onco hematologista, CRM 122468.

I - Nº do SNT: 1 21 18 SP 12
II - responsável técnico: Danielle Cristina Ovigli Silva Lopes, hematologista e hemoterapeuta, CRM 102046.

Art. 7° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim às equipes de saúde a seguir identificadas:

RIM: 24.08
ALAGOAS

I - Nº do SNT 1 01 99 AL 03
II - responsável técnico: Arnon Farias Campos, nefrologista, CRM 1637;
III - membro: Alexandre Henrique Figueirõa Moura, urologista, CRM 3544;
IV - membro: Jubrant Petruceli, cirurgião vascular, CRM 5057;
V - membro: Marcos Santos Nobre, nefrologista, CRM 5061;
VI - membro: Mário Amorim de Barros Filho, cirurgião vascular, CRM 5296;
VII - membro: Osmar Monteiro da Silva, nefrologista, CRM 6099;
VIII - membro: Rodrigo Peixoto Campos, nefrologista, CRM 5460;
IX - membro: Ronaldo Nardão Mendes, cirurgião vascular, CRM 4561;
X - membro: Willian Rogério de Melo Monteiro, urologista, CRM 4186.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 01 02 SP 19
II - responsável técnico: Ênio Luiz Tenório Perrone, urologista, CRM 14761;
III - membro: Lorival de Matos Rodrigues, urologista, CRM 28439;
IV - membro: Ravísio Israel dos Santos Júnior, urologista, CRM 97639;
V - membro: Felipe de Almeida e Paula, urologista, CRM 107792;
VI - membro: Matheus Alessi Rodrigues, urologista, CRM 135089;
VII - membro: Milton Moacir Garcia, nefrologista, CRM 39074;
VIII - membro: José Simionato Neto, nefrologista, CRM 24648.

Art. 8° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de coração à equipe de saúde a seguir identificada:

CORAÇÃO: 24.11
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 03 00 SP 34
II - responsável técnico: João Roberto Breda, cirurgião cardiovascular, CRM 83668;
III - membro: Benedito Barbosa João, anestesiologista, CRM 79674;
IV - membro: Calos Alberto Teles, cirurgião torácico, CRM 43581;
V - membro: Diego Felipe Gaia dos Santos, cirurgião cardiovascular, CRM 107683;
VI - membro: Dirceu Rodrigues de Almeida, cardiologista clínico, CRM 53852;
VII - membro: Guilherme Flora Vargas, cirurgião torácico, CRM 48232;
VIII - membro: José Cícero Stocco Guilhen, cirurgião cardiovascular, CRM 117426;
IX - membro: José Honório de Almeida Palma da Fonseca, cirurgião cardiovascular, CRM 46329;
X - membro: Nelson Américo Hossne Júnior, cirurgião cardiovascular, CRM 97287;
XI - membro: Carolina Baeta Neves Duarte Ferreira, anestesiologista, CRM 119712;
XII - membro: Walace de Souza Pimentel, cardiologista, CRM 93188;
XIII - membro: Walter José Gomes, cirurgião cardiovascular, CRM 42946.

Art. 9° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
BAHIA

I - Nº do SNT 1 11 08 BA 02
II - responsável técnico: Marco Aurélio Oliveira Mendes, oftalmologista, CRM 6407.

I - Nº do SNT 1 11 12 BA 01
II - responsável técnico: Marco Aurélio Oliveira Mendes, oftalmologista, CRM 6407.

CEARÁ

I - Nº do SNT 1 11 07 CE 01
II - responsável técnico: Marília Cavalcante Araújo, oftalmologista, CRM 7784.

I - Nº do SNT 1 11 01 CE 01
II - responsável técnico: Francisco Airton de Vasconcelos, oftalmologista, CRM 2341;
III - membro: Jailton Vieira Silva, oftalmologista, CRM 5622;
IV - membro: Giuliano Veras Pinto Pires, oftalmologista, CRM 10034;
V - membro: Karine Feitosa Ximenes, oftalmologista, CRM 11533.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 11 16 SP 11
II - responsável técnico: Alexandre Cupello Souto, oftalmologista, CRM 72483;
III - membro: Silvana Vieira de Araujo, oftalmologista, CRM 63963.

I - Nº do SNT 1 11 14 SP 24
II - responsável técnico: Maria Cristina Zanatto Pinto Coelho, oftalmologista, CRM 83957.

I - Nº do SNT 1 11 02 SP 96
II - responsável técnico: Denise de Freitas, oftalmologista, CRM 47158;
III - membro: Wilson de Freitas, oftalmologista, CRM 42291.

I - Nº do SNT 1 11 09 SP 53
II - responsável técnico: Henrique Monteiro Balarin Silva, oftalmologista, CRM 92721.

I - Nº do SNT 1 11 05 SP 35
II - responsável técnico: Maurício Schirmer, oftalmologista, CRM 103207.

Art. 10 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético às equipes de saúde a seguir identificadas:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 12 14 SP 08
II - responsável técnico: Reynaldo Jesus Garcia Filho, ortopedista e traumatologista, CRM 37578;
III - membro: Alberto Bruner, ortopedista e traumatologista, CRM 87324;
IV - membro: Antônio Altenor Bessa de Queiroz, ortopedista e traumatologista, CRM 53081;
V - membro: Carlos Henrique Fenandes, ortopedista e traumatologista, CRM 59124;
VI - membro: Edmilson Takehiro Takata, ortopedista e traumatologista, CRM 54720;
VII - membro: Eduardo Barros Puertas, ortopedista e traumatologista, CRM 20927;
VIII - membro: Fernando Baldy dos Reis, ortopedista e traumatologista, CRM 45519;
IX - membro: Flávio Faloppa, ortopedista e traumatologista, CRM 37461;
X - membro: Geraldo Sérgio Mello Granata Junior, ortopedista e traumatologista CRM 82873;
XI - membro: Gustavo Trigueiro, ortopedista e traumatologista CRM 57641;
XII - membro: Helio Jorge Alvachian Fernandes, ortopedista e traumatologista, CRM 37242;
XIII - membro: João Baptista Gomes dos Santos, ortopedista e traumatologista CRM 54624;
XIV - membro: João Carlos Belloti, ortopedista e traumatologista, CRM 63289;
XV - membro: Marcelo de Toledo Petrilli, ortopedista e traumatologista, CRM 90984;
XVI - membro: Marcelo Hide Matsumoto, ortopedista e traumatologista, CRM 47914;
XVII - membro: Marcos Korukian, ortopedista e traumatologista, CRM 55800;
XVIII - membro: Marcus Vinicius Malheiros Luzo, ortopedista e traumatologista, CRM 63464;
XIX - membro: Mario Ferretti Filho, ortopedista e traumatologista, CRM 89990;
XX - membro: Moises Cohen, ortopedista e traumatologista, CRM 31863.

SANTA CATARINA

I - Nº do SNT 1 12 08 SC 04
II - responsável técnico: Richard Prazeres Canella, ortopedista e traumatologista, CRM 8375;
III - membro: Irineu Carlos Campiolo, ortopedista e traumatologista, CRM 3539;
IV - membro: Daniel Codonho, ortopedista e traumatologista, CRM 12141;
V - membro: Marcos Emílio Kuschnaroff Contreras, ortopedista e traumatologista, CRM 5382;
VI - membro: Mario Cesar de Araujo, ortopedista e traumatologista, CRM 2102;
VII - membro: Fernando Barone de Medeiros, ortopedista e traumatologista, CRM 17526.

Art. 11 As autorizações e renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade de quatro anos a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 4º, 5º, 6º, 7° e 8º do art. 11 do Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017.

Art. 12 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 402, DE 9 DE ABRIL DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Santa Casa de Misericórdia de Resende, com sede em Resende (RJ).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 268/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.496648/2017-57, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS, no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia de Resende, CNPJ nº 31.460.017/0001-55, com sede em Resende (RJ).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 403, DE 10 DE ABRIL DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, do Hospital de Miracema, com sede em Miracema (RJ).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 269/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.496016/2017-93, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital de Miracema, CNPJ nº 29.856.499/0001-15, com sede em Miracema (RJ).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 30 de dezembro de 2017 à 29 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 404, DE 10 DE ABRIL DE 2018

Redefine recurso do limite financeiro anual do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação-FAEC, destinado ao custeio da Nefrologia no Estado da Bahia.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 3.617/GM/MS, de 22 de dezembro de 2017, que estabelece recurso financeiro anual do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC e redefine os limites financeiros dos estados, Distrito Federal e municípios, destinados ao custeio da Nefrologia;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Ofício nº 30, de 2 de abril de 2018, da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia, e

Considerando a Resolução nº 76, de 2 de abril de 2018 da Comissão Intergestores Bipartite do Estado da Bahia, resolve:

Art. 1º Fica redefinido recurso do limite financeiro anual do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação-FAEC, do Estado da Bahia, destinado ao custeio da Nefrologia, conforme discriminado no quadro a seguir:

Código IBGE	Município/Estado	Valor anual (R$)
290070	Alagoinhas	5.256.819,72
290320	Barreiras	2.448.612,72
290460	Brumado	6.617.658,72
290570	Camaçari	7.026.149,04
291072	Eunápolis	7.091.026,92
291080	Feira de Santana	24.887.095,68
291170	Guanambi	7.163.703,48
291360	Ilhéus	6.334.443,36
291480	Itabuna	7.922.568,12
291750	Jacobina	3.619.758,00
291800	Jequié	9.328.233,96
291840	Juazeiro	10.228.393,20
292400	Paulo Afonso	8.309.939,16
292740	Salvador	37.335.984,84
292870	Santo Antônio de Jesus	6.648.226,08
293010	Senhor do Bonfim	6.593.145,60
293330	Vitória da Conquista	13.693.671,36
Total Gestão Municipal		170.505.429,96
290000	Gestão Estadual	31.101.275,88
Total Geral		201.606.705,84

Art. 2º A redefinição não acarretará impacto financeiro para o Ministério da Saúde.

Art.3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do valor mensal para o Fundo Estadual e Fundos Municipais de Saúde até o limite estabelecido, após a apuração da produção no Banco de dados do Sistema de Informação Ambulatorial.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência março de 2018.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 412, DE 10 DE ABRIL DE 2018

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação de Promoção à Saúde, Maternidade e Infância de Capitão Leônidas Marques Hospital Nossa Senhora Aparecida, com sede em Capitão Leônidas Marques (PR).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 272/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.082277/2017-20, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação de Promoção à Saúde, Maternidade e Infância de Capitão Leônidas Marques Hospital Nossa Senhora Aparecida, CNPJ nº 77.304.582/0001-24, com sede em Capitão Leônidas Marques (PR).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 3 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 415, DE 11 DE ABRIL DE 2018

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Santa Casa de Caridade de Bagé, com sede em Bagé (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 130/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.165490/2015-12, que concluiu na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Caridade de Bagé, CNPJ nº 87.408.845/0001-07, com sede em Bagé (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria 2.230/SAS/MS, 22 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 246, de 23 de dezembro de 2016, Seção 1, página 178.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

DESPACHOS DE 12 DE ABRIL DE 2018

Processo n.º 25000.048053/2018-70.
Interessado: SILVA, RIBEIRO & AFONSO MEDICAMENTOS LTDA - EPP E OUTROS.
Assunto: Descredenciamento (art. 12 da Portaria de Consolidação MS/GM nº 5 Anexo LXXVII de 28 de Setembro de 2017).

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 12 da Portaria de Consolidação MS/GM nº. 5, Anexo LXXVII de 28 de Setembro de 2017, DEFERE o descredenciamento das empresas relacionadas abaixo do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

	RAZÃO SOCIAL	MUNICÍPIO	UF	CNPJ	PROCESSO
1	SILVA, RIBEIRO & AFONSO MEDICAMENTOS LTDA- EPP	SERTAOZINHO	SP	02.581.021/0001-73	25000047394200791
2	DROGARIA VJ LTDA	RIO DAS OSTRAS	RJ	05.394.643/0001-80	25000047331200719
3	DROGARIA CENTRAL DO GUARUJA LTDA	GUARUJA	SP	05.798.150/0001-06	25000047147200779

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4	ADRIANO MILANI ME	CURITIBA	PR	03.202.954/0001-75	25000173183200614
5	AFONSO CESAR OLIVEIRA SILVA	ARACAJU	SE	32.836.009/0001-23	25000113813200693
6	AGNIEZSKA SOARES BARBOSA ARAGÃO ME	JABOATAO DOS GUARARAPES	PE	04.870.908/0002-98	25000132352200658
7	AGNIEZSKA SOARES BARBOSA ARAGÃO ME	RECIFE	PE	04.870.908/0001-07	25000132352200658
8	ALLAMPHARMA COM. DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - EPP	PARANAVAI	PR	95.394.821/0001-66	25000172978200605
9	ARP MED ATENDIMENTO RÁPIDO DE PRODUTO MÉDICO E HOSPITALAR LTDA	SOROCABA	SP	02.391.701/0002-05	25000066671200668
10	BONISSONI E SOMENSI LTDA	PONTA GROSSA	PR	00.776.405/0001-16	25000173192200605

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

Secretário

Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA CONJUNTA N° 2, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Define os procedimentos de troca de dados e informações entre a Corregedoria-Geral da União do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, para a apuração de casos envolvendo o suborno transnacional, de que trata o artigo 9º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

O MINISTRO DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO - CGU e o DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA, no uso das atribuições que lhe conferem, respectivamente, a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017 e a Portaria nº 677, de 10 de março de 2017, a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 8º, e no art. 9º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e no art. 14 do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015,

CONSIDERANDO o reconhecimento de que a corrupção é um fenômeno global e que deve ser combatida de forma eficaz por toda a comunidade internacional;

CONSIDERANDO a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto nº. 3.678, de 30/11/2000;

CONSIDERANDO que o Brasil compartilha com a comunidade internacional a responsabilidade pelo combate aos ilícios transnacionais, conforme estabelece a Lei nº 12.846, de 01/08/2013, que disciplina a responsabilização objetiva, civil e administrativa das pessoas jurídicas nacionais pela prática de atos contra a administração estrangeira;

CONSIDERANDO que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária tem a missão de proteger e promover a saúde da população, e busca se consolidar como protagonista no campo da regulação e do controle sanitário nacional e internacional;

CONSIDERANDO que competem exclusivamente ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU, por intermédio da Corregedoria-Geral da União - CRG, nos termos do parágrafo único do art. 5º da Portaria nº 910, de 07/04/2015, alterada pela Portaria nº 1.381, de 23 de junho de 2017, a apuração, o processo e o julgamento dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846/2013, praticados contra a administração pública estrangeira, resolvem:

Art. 1º. A troca de informações e documentos entre a Corregedoria-Geral da União - CRG e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no que tange à pratica, no exterior, de eventuais irregularidades por empresas brasileiras e estrangeiras que tenham sede, filial ou representação no País, de que trata o art. 9º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, regulamentada por meio do art. 14 do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, seguirão o disposto nesta Portaria.

Art. 2º. Para os fins desta Portaria, considera-se suborno transnacional, a oferta, promessa ou pagamento de benefício pecuniário ou qualquer outra vantagem indevida, efetuado diretamente ou por meio de intermediários, por parte de uma pessoa jurídica brasileira ou estrangeira com sede, representação ou filial no Brasil, a agente público estrangeiro para obtenção de um proveito que resulte em prejuízo à administração pública estrangeira.

Art. 3º. A ANVISA deverá comunicar à CRG a prática de suborno transnacional por empresa brasileira ou estrangeira com sede, filial ou representação no País, no ato da ciência do fato supostamente irregular, nos termos do art. 2º desta Portaria.

Art. 4º. Na apuração inicial de práticas de suborno transnacional, a CRG deverá comunicar a ANVISA acerca da existência de práticas que atentem contra a saúde da população brasileira, decorrentes da produção e do uso de produtos e serviços sujeitos à vigilância sanitária.

Art. 5º. Para os fins do disposto nos artigos 3º e 4º desta Portaria, a CRG e a ANVISA deverão resguardar o sigilo das informações e documentos compartilhados entre si, conforme a legislação que rege a matéria.

Art. 6º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO
Ministro de Estado da Transparência e Controladoria-Geral da União, Substituto

JARBAS BARBOSA
Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária

DECISÃO DE 3 DE ABRIL DE 2018

Processo nº 00190.101064/2018-74

No exercício das atribuições a mim conferidas pela Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017 e pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, adoto, como fundamento deste ato, o PARECER n. 00079/2018/CONJUR-CGU/CGU/AGU da Consultoria Jurídica deste Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, que considerou que a sindicância investigativa nº 00190.1010642018-74 foi conduzida de forma adequada e suficiente com vistas à completa elucidação dos fatos e, ao final, propôs a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, desde que atendidos os requisitos previstos na Instrução Normativa CGU nº 02, de 30 de maio de 2017. Determino a remessa do feito à Corregedoria-Geral da União, para o oferecimento da proposta de Termo de Ajustamento de Conduta.

WAGNER DE CAMPOS ROSARIO
Ministro de Estado
Substituto

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 269, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Divulga o resultado do primeiro turno do processo de seleção de propostas de Entes Apoiadores para participação no Programa Cartão Reforma no âmbito da Portaria nº 189, de 08 de março de 2018 - Edital 001/2018.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, o art. 25 da Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017 e o Decreto nº 8.927, de 8 de dezembro de 2016, e considerando a Lei n° 13.439, de 27 de abril de 2017, de 2017, e o disposto no art. 14 do Decreto n° 9.084, de 29 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Divulgar, na forma do Anexo I, as propostas aprovadas no primeiro turno do processo seletivo de que trata a Portaria nº 189, de 08 de março de 2018 - Edital 001/2018.

§1º As propostas não relacionadas no Anexo I foram consideradas reprovadas no primeiro turno do processo seletivo. A lista de propostas reprovadas, contendo o respectivo motivo da reprovação, está disponível para consulta no portal do Programa Cartão Reforma www.cartaoreforma.cidades.gov.br.

§2º A contratação das propostas aprovadas está condicionada à disponibilidade do limite orçamentário do Programa Cartão Reforma no exercício 2018 e ocorrerá conforme ordem de classificação obtida por Unidade Federativa.

Art. 2° Os interessados terão prazo de 48 horas, a partir da publicação desta portaria, para interposição de recurso.

§1º O recurso deverá ser elaborado no modelo constante no Anexo II e deverá ser encaminhado exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail: recursos-cartao@cidades.gov.br.

§2º Após análise dos recursos apresentados, o Ministério das Cidades publicará, se for o caso, novo resultado no portal do Programa Cartão Reforma www.cartaoreforma.cidades.gov.br e no Diário Oficial da União em até 7 (sete) dias úteis após a finalização do prazo para interposição de recursos.

Art. 3º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE BALDY

ANEXO 1

LISTA DE PROJETOS APROVADOS - 1° TURNO EDITAL 001/2018

UF	ENTE APOIADOR	NOME DA PROPOSTA	PONTUAÇÃO OBTIDA	N° ESTIMADO DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS	RECURSO APROVADO POR POLÍGONO (R$)	SUBVENÇÃO PARA CARTÕES (R$) / MUNICÍPIO	SUBVENÇÃO PARA AT (R$) / MUNICÍPIO	TOTAL (R$)/ MUNICÍPIO (R$)
AM	MANAUS	SETORES DA ZONA LESTE / MANAUS	365,04	1000	R$ 5.000.000	R$ 5.000.000	R$ 750.000	R$ 5.750.000
AP	MACAPÁ	MUCAJA II	424,10	365	R$ 1.825.000	R$ 1.825.000	R$ 273.750	R$ 2.098.750
BA	NOVA REDENÇÃO	VIVER MELHOR	345,25	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
BA	BARRA DO MENDES	SERRINHA	356,84	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
BA	CAMAÇARI	PHOC II	389,54	100	R$ 500.000	R$ 2.500.000	R$ 375.000	R$ 2.875.000
BA	CAMAÇARI	PARQUE SATÉLITE	389,54	50	R$ 250.000			
BA	CAMAÇARI	PHOC III	349,54	100	R$ 500.000			
BA	CAMAÇARI	NOVA VITÓRIA	349,54	150	R$ 750.000			
BA	CAMAÇARI	PHOC I	341,42	100	R$ 500.000			

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	CANDEIAS	AREAL - CAROBA	375,57	199	R$ 995.000	R$ 995.000	R$ 149.250	R$ 1.144.250
BA	COCOS	MORUMBI E ALTO PARAÍSO II	491,37	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
BA	CORRENTINA	SETOR DOURADO	413,28	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
BA	MAIQUINIQUE	POUSO ALEGRE	298,85	50	R$ 250.000	R$ 550.000	R$ 82.500	R$ 632.500
BA	MAIQUINIQUE	MORUMBI	283,85	60	R$ 300.000			
BA	MARAU	CARTÃO REFORMA MARAÚ	344,28	100	R$ 500.000	R$ 500.000	R$ 75.000	R$ 575.000
BA	RIACHO DE SANTANA	BAIRRO BELÉM	393,51	100	R$ 500.000	R$ 500.000	R$ 75.000	R$ 575.000
BA	SÃO FELIX DO CORIBE	SÃO FÉLIX DO CORIBE	476,61	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	CR - VILA AMERICA	281,10	100	R$ 500.000	R$ 2.500.000	R$ 375.000	R$ 2.875.000
BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	CR - RENATO MAGALHAES	281,10	100	R$ 500.000			
BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	CR - RECANTO DAS ÁGUAS	276,10	150	R$ 750.000			
BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	CR - HENRIQUETA PRATES	266,10	100	R$ 500.000			
BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	CR - NOVA CIDADE	264,57	50	R$ 250.000			
CE	FORTALEZA	CONJUNTO PALMEIRAS	296,75	100	R$ 500.000	R$ 3.050.000	R$ 457.500	R$ 3.507.500
CE	FORTALEZA	BARROSO - UNIDOS VENCEREMOS	276,75	160	R$ 800.000			
CE	FORTALEZA	COMUNIDADE VILA VELHA II	276,75	170	R$ 850.000			
CE	FORTALEZA	COMUNIDADE MORRO DA VITÓRIA	271,75	180	R$ 900.000			
CE	MARANGUAPE	NOVO MARANGUAPE	488,69	50	R$ 250.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
CE	MARANGUAPE	NOVO PARQUE IRACEMA	488,69	50	R$ 250.000			
CE	MARANGUAPE	SANTOS DUMONT	488,69	50	R$ 250.000			
ES	VITORIA	SÃO JOSÉ	314,39	248	R$ 1.240.000	R$ 2.190.000	R$ 328.500	R$ 2.518.500
ES	VITORIA	SANTO ANDRÉ	314,39	190	R$ 950.000			
GO	AMERICANO DO BRASIL	SETOR AEROPORTO	503,72	15	R$ 75.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
GO	AMERICANO DO BRASIL	SETOR ALMEIDA	503,72	75	R$ 375.000			
GO	AMERICANO DO BRASIL	SETOR CLUBE	503,72	60	R$ 300.000			
GO	ANAPOLIS	JARDIM PRIMAVERA II ETAPA	463,19	170	R$ 850.000	R$ 1.995.000	R$ 299.250	R$ 2.294.250
GO	ANAPOLIS	CONJUNTO HABITACIONAL FILOSTRO	463,19	69	R$ 345.000			
GO	ANAPOLIS	ST.INDUSTRIAL (MOUNIR CALIXTO)	453,19	70	R$ 350.000			
GO	ANAPOLIS	VILA UNIÃO	403,19	90	R$ 450.000			
GO	ANICUNS	SANTA LÚCIA	425,61	75	R$ 375.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
GO	ANICUNS	SAO DOMINGOS	425,61	75	R$ 375.000			
GO	ARACU	VILA JOÃO PEDRO	533,16	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
GO	BURITI DE GOIAS	CIDADE DE BURITI DE GOIAS	485,24	120	R$ 600.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
GO	BURITI DE GOIAS	DISTRITO DE CAMPO DAS PERDIZES	485,24	30	R$ 150.000			
GO	CACU	CARTÃO REFORMA CAÇU 001/18	457,60	100	R$ 500.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
GO	CACU	CARTÃO REFORMA VALE DO SOL	457,60	50	R$ 250.000			
GO	CALDAS NOVAS	LAGOA QUENTE	465,87	189	R$ 945.000	R$ 945.000	R$ 141.750	R$ 1.086.750
GO	CASTELANDIA	POLÍGONO 02	569,73	50	R$ 250.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 2.294.250
GO	CASTELANDIA	POLÍGONO 01	569,73	50	R$ 250.000			
GO	CASTELANDIA	POLÍGONO 03	539,73	50	R$ 250.000			
GO	CEZARINA	MUNIIPIO DE CEZARINA	395,39	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
GO	CIDADE OCIDENTAL	PARQUE ARAGUARI E PERIFÉRICOS	374,77	200	R$ 1.000.000	R$ 1.000.000	R$ 150.000	R$ 1.150.000
GO	COCALZINHO DE GOIAS	GIRASSOL E PRIMAR 2018	520,15	75	R$ 375.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
GO	COCALZINHO DE GOIAS	LOTEAMENTO VOTORANTIM	445,15	75	R$ 375.000			
GO	CORUMBAIBA	CARTÃO REFORMA - VILA NOVA	423,11	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
GO	CRISTALINA	ZONA SUL NOVA	468,34	200	R$ 1.000.000	R$ 1.000.000	R$ 150.000	R$ 1.150.000
GO	CUMARI	REFORMA CUMARI	502,30	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
GO	DOVERLANDIA	BAIRRO SUDOESTE	473,03	140	R$ 700.000	R$ 700.000	R$ 105.000	R$ 805.000
GO	EDEALINA	SETOR PARQUE DAS PRIMAVERAS	478,87	70	R$ 350.000	R$ 725.000	R$ 108.750	R$ 833.750
GO	EDEALINA	SETOR BELA VISTA	478,87	75	R$ 375.000			
GO	GOIANIA	JD. CURITIBA - REG. NOROESTE	374,17	400	R$ 2.000.000	R$ 4.500.000	R$ 675.000	R$ 5.175.000
GO	GOIANIA	BRO. SÃO CARLOS - REG.NOROESTE	374,17	150	R$ 750.000			
GO	GOIANIA	BRO. VITÓRIA - REG. NOROESTE	374,17	150	R$ 750.000			
GO	GOIANIA	BRO. FLORESTA - REG. NOROESTE	374,17	100	R$ 500.000			
GO	GOIANIA	BRO. SÃO DOMINGOS-REG.NOROESTE	374,17	100	R$ 500.000			
GO	GOIAS	GOIÁS II	429,88	100	R$ 500.000	R$ 500.000	R$ 75.000	R$ 575.000
GO	GOUVELANDIA	CARTÃO REFORMA DE GOUVELANDIA	498,91	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
GO	GUARAITA	CARTÃO REFORMA	498,83	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
GO	HEITORAI	REESTRUT. SETOR NOVO HORIZONTE	459,25	50	R$ 250.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
GO	HEITORAI	REESTRUTURAÇÃO V. ADÉLIA	454,25	50	R$ 250.000			
GO	HEITORAI	REESTR. VILA MUTIRÃO	444,25	50	R$ 250.000			
GO	HIDROLANDIA	POLÍGONO II NAZARE	439,76	50	R$ 250.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
GO	HIDROLANDIA	POLÍGONO III MUTIRÃO	439,76	25	R$ 125.000			
GO	HIDROLANDIA	POLÍGONO I VITA	409,76	75	R$ 375.000			
GO	ITAGUARI	SÃO SEBASTIÃO CENTRO	496,76	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
GO	ITAJA	MORADIA COM QUALIDADE	392,93	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
GO	ITAPACI	CARTÃO REFORMA VILA SANTANA	352,19	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
GO	JOVIANIA	ÁREA 1- MORADIA DIGNA	432,34	50	R$ 250.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
GO	JOVIANIA	ÁREA 03 - VIVER BEM	432,34	50	R$ 250.000			
GO	JOVIANIA	ÁREA 02 - DIGNIDADE PARA TODOS	432,34	50	R$ 250.000			

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	LUZIÂNIA	SETOR FUMAL	490,38	200	R$ 1.000.000	R$ 1.000.000	R$ 150.000	R$ 1.150.000
GO	MATRINCHA	NOVO HORIZONTE - SOLON AMARAL	533,98	50	R$ 250.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
GO	MATRINCHA	DISTRITO LUA NOVA	533,98	50	R$ 250.000			
GO	MATRINCHA	SEBASTIÃO CRENTE/ALTO PARAÍSO	523,98	50	R$ 250.000			
GO	MORRO AGUDO DE GOIAS	PREFEITURA MORRO AGUDO	426,18	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
GO	NAZARIO	NAZÁRIO II	463,52	70	R$ 350.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
GO	NAZARIO	DISTRITO DE CLAUDINÁPOLIS	463,52	50	R$ 250.000			
GO	NAZARIO	NAZÁRIO I	463,52	30	R$ 150.000			
GO	ORIZONA	ORIZONA - BAIRRO SANTA LUZIA	332,63	75	R$ 375.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
GO	ORIZONA	ORIZONA - CINEL. E Nª Sª DE Fª	332,63	75	R$ 375.000			
GO	PARANAIGUARA	CARTÃO REFORMA PARANAIGUARA	410,98	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
GO	PILAR DE GOIAS	PREFEITURA PILAR DE GOIÁS	511,61	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
GO	PIRACANJUBA	MUNICÍPIO DE PIRACANJUBA	344,91	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
GO	PORTEIRAO	MELHORIAS HABITACIONAIS - 01	520,98	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
GO	POSSE	REFORMA DE HABITAÇÕES	392,36	145	R$ 725.000	R$ 725.000	R$ 108.750	R$ 833.750
GO	RIANAPOLIS	SETOR CENTRAL	492,41	100	R$ 500.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
GO	RIANAPOLIS	SETOR CAMPO BELO	492,41	50	R$ 250.000			
GO	SANTA BARBARA DE GOIAS	SEBASTIÃO MARTINS DE DEUS	399,48	50	R$ 250.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
GO	SANTA BARBARA DE GOIAS	PROJETO MARIANO C/ NEVES	359,48	100	R$ 500.000			
GO	SANCLERLANDIA	UNIVERSITÁRIO SUL E BORBA	474,64	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
GO	SANTA FE DE GOIAS	SANTA FÉ DE GOIÁS I	445,76	100	R$ 500.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
GO	SANTA FE DE GOIAS	SANTA FÉ DE GOIÁS II	445,76	50	R$ 250.000			
GO	SANTA HELENA DE GOIAS	LAR E CIDADANIA	472,91	100	R$ 500.000	R$ 500.000	R$ 75.000	R$ 575.000
GO	SÃO FRANCISCO DE GOIAS	MELHORIAS DOMICILIARES	443,96	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
GO	SAO JOAO D ALIANÇA	REFORMA BAIRRO BOA ESPERANÇA	495,01	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
GO	SAO JOAO DA PARAUNA	GENUÍNO MESSIAS	475,65	50	R$ 250.000	R$ 500.000	R$ 75.000	R$ 575.000
GO	SAO JOAO DA PARAUNA	GERCINO MARQUES	475,65	50	R$ 250.000			
GO	SAO LUIS DE MONTES BELOS	SÃO LUIS DE MONTES BELOS I	437,34	100	R$ 500.000	R$ 500.000	R$ 75.000	R$ 575.000
GO	TRINDADE	ETAPA 03	509,78	50	R$ 250.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
GO	TRINDADE	ETAPA 04	509,78	50	R$ 250.000			
GO	TRINDADE	ETAPA 01	509,78	50	R$ 250.000			
GO	VALPARAISO DE GOIAS	PROPOSTA JARDIM CÉU AZUL -18	482,96	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
MA	BURITIRANA	CENTRO	349,34	149	R$ 745.000	R$ 745.000	R$ 111.750	R$ 856.750
MA	SAO LUIS	SANTA CRUZ/VERA CRUZ	338,09	800	R$ 4.000.000	R$ 4.000.000	R$ 600.000	R$ 4.600.000
MG	BURITIZEIRO	NOVO BURITIZEIRO	509,96	50	R$ 250.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
MG	BURITIZEIRO	JARDIM DOS BURITIS	484,96	50	R$ 250.000			
MG	BURITIZEIRO	ALTO SÃO FRANCISCO	469,96	50	R$ 250.000			
MG	CAPELINHA	POLÍGONO VISTA ALEGRE 2018	382,53	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
MG	CARBONITA	SETOR 2	373,22	50	R$ 250.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
MG	CARBONITA	SETOR 3	373,22	50	R$ 250.000			
MG	CARBONITA	SETOR 1	373,22	50	R$ 250.000			
MG	CASSIA	BAIRRO SANTA MARIA II	452,16	50	R$ 250.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
MG	CASSIA	BAIRRO VILA DR. GASPAR	432,16	100	R$ 500.000			
MG	COMENDADOR GOMES	CARTÃO REFORMA	401,77	149	R$ 745.000	R$ 745.000	R$ 111.750	R$ 856.750
MG	CORACAO DE JESUS	01/2018	308,36	120	R$ 600.000	R$ 600.000	R$ 90.000	R$ 690.000
MG	COUTO DE MAGALHAES DE MINAS	CARTÃO REFORMA COUTO	447,13	50	R$ 250.000	R$ 500.000	R$ 75.000	R$ 575.000
MG	COUTO DE MAGALHAES DE MINAS	CARTÃO REFORMA COUTO 2	417,13	50	R$ 250.000			
MG	ESMERALDAS	SANTA CECILIA	452,69	200	R$ 1.000.000	R$ 1.000.000	R$ 150.000	R$ 1.150.000
MG	FRANCISCO SA	MORADIA MELHOR II	417,11	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
MG	ITABIRA	MELHORIAHABITACIONALNO-VAVISTA	426,36	200	R$ 1.000.000	R$ 1.000.000	R$ 150.000	R$ 1.150.000
MG	ITAPAGIPE	MELHORIA HABITACION DO JFC II	420,44	100	R$ 500.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
MG	ITAPAGIPE	REFORMA HABIT JD Mª APARECIDA	420,44	50	R$ 250.000			
MG	ITUIUTABA	ITUIUTABA 1	377,08	100	R$ 500.000	R$ 700.000	R$ 105.000	R$ 805.000
MG	ITUIUTABA	ITUIUTABA 3	377,08	40	R$ 200.000			
MG	LIMEIRA DO OESTE	MELHORIAS HABITACIONAIS	299,64	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
MG	MENDES PIMENTEL	MELHORIAS HABITACIONAIS II	278,01	50	R$ 250.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	MENDES PIMENTEL	MELHORIAS HABITACIONAIS III	278,01	50	R$ 250.000			
MG	MENDES PIMENTEL	MELHORIAS HABITACIONAIS I	278,01	50	R$ 250.000			
MG	MONTES CLAROS	VILA TIRADENTES II	329,29	100	R$ 500.000	R$ 2.000.000	R$ 300.000	R$ 2.300.000
MG	MONTES CLAROS	CHIQUINHO GUIMARÃES	329,29	150	R$ 750.000			
MG	MONTES CLAROS	VILA TIRADENTES I	329,29	50	R$ 250.000			
MG	MONTES CLAROS	CIRO DOS ANJOS I	329,29	100	R$ 500.000			
MG	MONTES CLAROS	CIRO DOS ANJOS II	329,29	100	R$ 500.000			
MG	PONTE NOVA	CARTÃO REFORMA ANTÔNIO GIRUNDI	427,04	50	R$ 250.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
MG	PONTE NOVA	TRIÂNGULO NOVO	407,04	50	R$ 250.000			
MG	PONTE NOVA	CARTAO REFORMA B. SÃO PEDRO	277,04	50	R$ 250.000			
MG	PRATINHA	MARIA DO ROSARIO	301,70	50	R$ 250.000	R$ 500.000	R$ 75.000	R$ 575.000
MG	PRATINHA	ZACARIAS PEREIRA	271,70	50	R$ 250.000			
MG	RIO PARANAIBA	OLHOS D'ÁGUA S. CRUZ E PRADO	352,30	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
MG	VERISSIMO	CARTÃO REFORMA VERÍSSIMO	353,48	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
MG	VERMELHO NOVO	REFORMA LAR	379,00	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
MS	AMAMBAI	RECUPERAÇÃO DE MORADIA LIMEIRA	498,59	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
MT	CANARANA	MORAR BEM JARDIM UNIÃO II	496,43	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
MT	CUIABA	NOVO COLORADO	375,45	129	R$ 645.000	R$ 645.000	R$ 96.750	R$ 741.750
MT	JAURU	TRANSFORMA JAURU	357,60	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
MT	VILA RICA	SETOR LESTE	319,26	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
PA	GOIANESIA DO PARA	POLIGONO SANTA LUZIA	448,71	80	R$ 400.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
PA	GOIANESIA DO PARA	POLÍGONO RIO VERDE	448,71	30	R$ 150.000			
PA	GOIANESIA DO PARA	POLÍGONO SANTO AMARO	438,71	40	R$ 200.000			
PA	MARABÁ	JARDIM BELA VISTA	321,04	400	R$ 2.000.000	R$ 2.000.000	R$ 300.000	R$ 2.300.000
PB	ALAGOA GRANDE	CR ZUMBI - ALAGOA GRANDE	305,33	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
PB	BANANEIRAS	CR CONJ MAJOR AUGUSTO BEZARRA	313,35	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
PB	GUARABIRA	CR NOSSA SENHORA APARECIDA	290,12	200	R$ 1.000.000	R$ 1.000.000	R$ 150.000	R$ 1.150.000
PB	JACARAÚ	CR VIRGÍLIO RIBEIRO - JACARAÚ	497,54	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
PB	JOÃO PESSOA	LOTEAMENTO QUINTAS DE GRAMAME	407,31	200	R$ 1.000.000	R$ 1.100.000	R$ 165.000	R$ 1.265.000
PB	JOÃO PESSOA	COMUNIDADE VILA MANGUEIRA	393,72	20	R$ 100.000			
PB	POMBAL	CR NOVO HORIZONTE	285,39	100	R$ 500.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
PB	POMBAL	CR FRANCISCO PEREIRA VIEIRA	260,39	50	R$ 250.000			
PB	SAO BENTO	CR BELARMINO LÚCIO - SÃO BENTO	323,97	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
PB	SOLÂNEA	CR CENTRO/COMUNIDADE DO BAIXIO	421,15	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
PB	SOUSA	CR JARDIM BRASILIA - SOUSA/PB	394,78	100	R$ 500.000	R$ 500.000	R$ 75.000	R$ 575.000
PB	VISTA SERRANA	CR CENTRO - VISTA SERRANA	362,46	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
PE	AGRESTINA	LOT. MARIA RIBEIRO	350,13	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
PE	ÁGUAS BELAS	LAGOA DO BARRO 1	344,80	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
PE	CUMARU	POLIGONAL STA TEREZINHA CUMARU	410,15	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
PE	LAGOA GRANDE	LAGOA GRANDE NOVO LAR	441,30	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
PE	OURICURI	BAIRRO SANTA MARIA	386,93	200	R$ 1.000.000	R$ 1.000.000	R$ 150.000	R$ 1.150.000
PE	PANELAS	BAIRRO MARIA TEREZA 2018	293,20	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
PI	ÁGUA BRANCA	MELHORIA HABITACIONAL MUTIRÃO	454,19	75	R$ 375.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
PI	ÁGUA BRANCA	MELHORIA HABITACIONAL PORT	444,19	75	R$ 375.000			
PR	CORBELIA	JARDIM VERA LUCIA	453,96	50	R$ 250.000	R$ 500.000	R$ 75.000	R$ 575.000
PR	CORBELIA	VILA NOVA NAZARÉ	453,96	50	R$ 250.000			
PR	IBAITI	BOM PASTOR 2	374,09	107	R$ 535.000	R$ 535.000	R$ 80.250	R$ 615.250
PR	ITAIPULANDIA	MORAR BEM EM SÃO JOSÉ DO ITAVÓ	443,84	100	R$ 500.000	R$ 500.000	R$ 75.000	R$ 575.000
PR	JANDAIA DO SUL	PROJETO I	457,17	100	R$ 500.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
PR	JANDAIA DO SUL	JARDIM DAS FLORES	397,17	50	R$ 250.000			
PR	LIDIANOPOLIS	LIDIANOPOLIS 1	430,75	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
PR	MARILÂNDIA DO SUL	MANOEL OLEGARIO	434,66	100	R$ 500.000	R$ 500.000	R$ 75.000	R$ 575.000
PR	MATO RICO	CARTÃO REFORMA OURO VERDE MATO	440,72	50	R$ 250.000	R$ 500.000	R$ 75.000	R$ 575.000
PR	MATO RICO	CARTÃO REFORMA CRISTO REI	355,72	50	R$ 250.000			
PR	MAUÁ DA SERRA	CONJUNTO INACY SANTANA	440,85	50	R$ 250.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
PR	MAUÁ DA SERRA	BAIRRO 40 CASAS E CIDRAC	440,85	50	R$ 250.000			
PR	MAUÁ DA SERRA	VILA SANTA MARIA	425,85	50	R$ 250.000			
PR	RAMILANDIA	MORAR BEM - PERÍMETRO URBANO	422,63	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
PR	RONCADOR	DISTRITO ALTO SÃO JOÃO	546,88	50	R$ 250.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
PR	RONCADOR	CIDADE DE RONCADOR	521,88	100	R$ 500.000			
PR	SERTANEJA	CONJUNTO NOVA AURORA	498,29	80	R$ 400.000	R$ 650.000	R$ 97.500	R$ 747.500
PR	SERTANEJA	DISTRITO DE PARANAGI	448,29	50	R$ 250.000			
RJ	QUEIMADOS	PARQUE ELDORADO	466,79	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
RJ	RIO DE JANEIRO	FERNÃO CARDIM	297,85	230	R$ 1.150.000	R$ 1.150.000	R$ 172.500	R$ 1.322.500
RJ	VOLTA REDONDA	SANTA CRUZ II	383,82	80	R$ 400.000	R$ 1.895.000	R$ 284.250	R$ 2.179.250
RJ	VOLTA REDONDA	TRÊS POÇOS	383,82	120	R$ 600.000			

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RJ	VOLTA REDONDA	COROADOS	383,82	50	R$ 250.000			
RJ	VOLTA REDONDA	AÇUDE	383,82	129	R$ 645.000			
RN	ASSU	VERTENTES	495,91	50	R$ 250.000	R$ 650.000	R$ 97.500	R$ 747.500
RN	ASSU	PARATI 2000	465,91	80	R$ 400.000			
RN	GOIANINHA	ANTIGA SAPUCAIA	519,55	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
RN	GROSSOS	NÚCLEO URBANO SÃO JOSÉ	534,04	50	R$ 250.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
RN	GROSSOS	NÚCLEO URBANO CENTRAL	374,04	100	R$ 500.000			
RN	MACAIBA	PORTO FELIZ	469,89	50	R$ 250.000	R$ 1.000.000	R$ 150.000	R$ 1.150.000
RN	MACAIBA	ESPERANÇA II	469,89	50	R$ 250.000			
RN	MACAIBA	BELLA VISTA II	439,89	100	R$ 500.000			
RN	MESSIAS TARGINO	NÚCLEO URBANO DO JUNCO	446,45	100	R$ 500.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
RN	MESSIAS TARGINO	NÚCLEO URBANO ORNILDO TARGINO	446,45	50	R$ 250.000			
RS	CACHOEIRINHA	POLIGONAL SUL	325,77	40	R$ 200.000	R$ 1.000.000	R$ 150.000	R$ 1.150.000
RS	CACHOEIRINHA	POLIGONAL NORTE	305,77	160	R$ 800.000			
RS	CAMPINAS DO SUL	PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO	458,17	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
RS	COXILHA	PRA FRENTE COXILHA	441,46	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
RS	FREDERICO WESTPHALEN	COMUNIDADE SÃO FRANCISCO	450,22	50	R$ 250.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
RS	FREDERICO WESTPHALEN	COMUNIDADE SÃO JOSÉ	445,22	100	R$ 500.000			
RS	ITATIBA DO SUL	MINHA CASA MELHOR	441,03	100	R$ 500.000	R$ 500.000	R$ 75.000	R$ 575.000
RS	JAQUIRANA	LOTEAMENTO GUARANI	322,34	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
RS	RIO GRANDE	PROFILURB I	322,40	130	R$ 650.000	R$ 1.250.000	R$ 187.500	R$ 1.437.500
RS	RIO GRANDE	PROFILURB II - SANTA RITA	322,40	120	R$ 600.000			
RS	SÃO LEOPOLDO	LOTEAMENTO STEIGLEDER	329,61	198	R$ 990.000	R$ 990.000	R$ 148.500	R$ 1.138.500
RS	TAPEJARA	TREZE DE MAIO	386,90	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
SC	ITAJAI	CIDADE NOVA	450,16	500	R$ 2.500.000	R$ 2.500.000	R$ 375.000	R$ 2.875.000
SC	JOINVILLE	LOTEAMENTO ANA JÚLIA	375,52	65	R$ 325.000	R$ 625.000	R$ 93.750	R$ 718.750
SC	JOINVILLE	URBANIZAÇÃO ESTEVÃO DE MATOS	210,52	60	R$ 300.000			
SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	CONJUNTO JARDIM III	326,09	200	R$ 1.000.000	R$ 1.000.000	R$ 150.000	R$ 1.150.000
SP	CACONDE	SÃO JOSÉ	251,51	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
SP	CAMPINAS	GÊNESIS	384,80	120	R$ 600.000	R$ 4.550.000	R$ 682.500	R$ 5.232.500
SP	CAMPINAS	VILA ESPERANÇA	364,80	390	R$ 1.950.000			
SP	CAMPINAS	OLÍMPIA	334,80	180	R$ 900.000			
SP	CAMPINAS	ELDORADO DOS CARAJÁS	244,80	220	R$ 1.100.000			
SP	CAMPINAS	SETE DE SETEMBRO	244,80	90	R$ 450.000			
SP	CRAVINHOS	CARTÃO REFORMA JARDIM SANTANA	423,32	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
SP	IBIUNA	JEMIMA	340,19	50	R$ 250.000	R$ 1.000.000	R$ 150.000	R$ 1.150.000
SP	IBIUNA	LAVAL I E II V PITICO V LIMA	300,19	150	R$ 750.000			
SP	JAGUARIUNA	VILA GUILHERME	443,47	118	R$ 590.000	R$ 1.000.000	R$ 150.000	R$ 1.150.000
SP	JAGUARIUNA	VILA MIGUEL MARTINI	443,47	82	R$ 410.000			
SP	LIMEIRA	JOÃO OMETTO E NOVA CONQUISTA	399,91	160	R$ 800.000	R$ 2.500.000	R$ 375.000	R$ 2.875.000
SP	LIMEIRA	ODÉCIO DEGAN	395,17	190	R$ 950.000			
SP	LIMEIRA	JOSÉ CORTEZ	395,17	72	R$ 360.000			
SP	LIMEIRA	BARTOLOMEU GROTTA	395,17	78	R$ 390.000			
SP	MAUÁ	JARDIM ORATÓRIO	307,00	500	R$ 2.500.000	R$ 2.500.000	R$ 375.000	R$ 2.875.000
SP	PARAGUACU PAULISTA	JARDIM BELA VISTA	442,29	100	R$ 500.000	R$ 500.000	R$ 75.000	R$ 575.000
SP	POÁ	MADRE ANGELA	410,41	50	R$ 250.000	R$ 550.000	R$ 82.500	R$ 632.500
SP	POÁ	JARDIM NOVA POÁ	410,41	60	R$ 300.000			
SP	SALTO GRANDE	NÚCLEO HABITACIONAL MUTIRÃO	496,71	100	R$ 500.000	R$ 500.000	R$ 75.000	R$ 575.000
SP	VINHEDO	CARTÃO VINHEDO VISTA ALEGRE	452,72	30	R$ 150.000	R$ 575.000	R$ 86.250	R$ 661.250
SP	VINHEDO	CARTÃO VINHEDO PALMARES	437,72	85	R$ 425.000			
TO	ALIANCA DO TOCANTINS	001/2018	355,42	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
TO	APARECIDA DO RIO NEGRO	PROJETO SETOR BELA VISTA	387,64	50	R$ 250.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
TO	APARECIDA DO RIO NEGRO	PROJETO SETOR AEROPORTO	387,64	50	R$ 250.000			
TO	APARECIDA DO RIO NEGRO	PROJETO SÃO DOMINGOS	387,64	50	R$ 250.000			
TO	CASEARA	CASEARA	400,63	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
TO	CRISTALÂNDIA	AEROPORTO	413,24	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
TO	FATIMA	MUNICÍPIO DE FÁTIMA	392,74	50	R$ 250.000	R$ 500.000	R$ 75.000	R$ 575.000
TO	FATIMA	FÁTIMA TO	392,74	50	R$ 250.000			
TO	ITAPORA DO TOCANTINS	CASA MELHOR 02	472,08	50	R$ 250.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
TO	ITAPORA DO TOCANTINS	CASA MELHOR 01	472,08	50	R$ 250.000			
TO	ITAPORA DO TOCANTINS	CASA MELHOR 3	472,08	50	R$ 250.000			
TO	LAGOA DA CONFUSAO	1	489,56	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
TO	LIZARDA	LIZARDA	381,73	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
TO	MATEIROS	CIDADE DE MATEIROS	346,85	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
TO	MIRACEMA DO TOCANTINS	SUSSUAPARA I E II	486,12	150	R$ 750.000	R$ 750.000	R$ 112.500	R$ 862.500
TO	PUGMIL	SETOR BELA VISTA	421,71	50	R$ 250.000	R$ 500.000	R$ 75.000	R$ 575.000
TO	PUGMIL	SETOR OESTE	421,71	50	R$ 250.000			

ANEXO II

FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Eu,....., prefeito(a) municipal de ....., portador do documento de identidade nº....., responsável pelo projeto intitulado ....., cadastrado no SisReforma sob o nº....., apresento o presente recurso sobre a publicação do resultado final da seleção do Edital 001/2018.

A decisão objeto de contestação é: ..... (explicitar a decisão que está contestando).

Os argumentos com os quais contesto a referida decisão são:

.....

Para fundamentar essa contestação, encaminho anexos os seguintes documentos: .....

_____ ,____de_____de 2018.

(assinatura)

_____

Prefeito(a) Municipal de _____

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério das Relações Exteriores

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA DE 2 DE ABRIL DE 2018 (*)

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3º da Portaria nº 98, de 24 de janeiro de 2011, resolve:

Conceder passaporte diplomático, com base no art. 6º, § 3º, do Decreto nº 5.978, de 04 de dezembro de 2006, por entender que os militares brasileiros, ao portar passaporte diplomático, poderão desempenhar o seu múnus público de maneira mais eficiente, a:

Nome	Cargo/Função	Missão	Órgão	Validade do Passaporte
Matheus Fernandes Reis	Major	Segurança da Embaixada do Brasil em Kinshasa	Ministério da Defesa	13/01/2020
Danilo de Carvalho Mendes	Capitão	Segurança da Embaixada do Brasil em Kinshasa	Ministério da Defesa	13/01/2020
Fabricio Bertamoni Wachholz	Capitão	Segurança da Embaixada do Brasil em Kinshasa	Ministério da Defesa	13/01/2020
José Gilberto Alves de Sousa Filho	Capitão	Segurança da Embaixada do Brasil em Kinshasa	Ministério da Defesa	13/01/2020
Alessandro Jardim Pereira	Primeiro-Sargento	Segurança da Embaixada do Brasil em Kinshasa	Ministério da Defesa	13/01/2020
Rafael Henrique Kich	Primeiro-Sargento	Segurança da Embaixada do Brasil em Kinshasa	Ministério da Defesa	13/01/2020
Zacarias Francisco Pereira	Primeiro-Sargento	Segurança da Embaixada do Brasil em Kinshasa	Ministério da Defesa	13/01/2020
Cândido Colpo	Segundo-Sargento	Segurança da Embaixada do Brasil em Kinshasa	Ministério da Defesa	13/01/2020
Jeizon Felipe Lima Moraes	Segundo-Sargento	Segurança da Embaixada do Brasil em Kinshasa	Ministério da Defesa	13/01/2020

ALOYSIO NUNES FERREIRA

(*) Republicada por ter saído no DOU nº 63 de 03/04/2018, seção 1, p. 56, com incorreção no original.

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SUBSECRETARIA-GERAL DE COMUNIDADES BRASILEIRAS E DE ASSUNTOS CONSULARES E JURÍDICOS

DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS

DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

ACORDO SOBRE DOCUMENTOS DE VIAGEM E DE RETORNO DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai, a República Oriental do Uruguai e a República Bolivariana da Venezuela, na qualidade de Estados Partes do MERCOSUL, o Estado Plurinacional da Bolívia e a República do Equador na qualidade de Estado Associado, são Partes do presente Acordo.

CONSIDERANDO:

Que é o desejo dos Estados Partes e Associados do MERCOSUL aprofundar as relações entre si e avançar em medidas que permitam consolidar o processo de integração regional.

Que é conveniente aprimorar as normas do MERCOSUL relativas aos Documentos que habilitam o trânsito de pessoas no território dos Estados Partes e Associados do MERCOSUL com vistas a gerar as condições para a livre circulação das pessoas no âmbito regional.

Que é intenção dos Estados Partes e Associados facilitar, aos nacionais dos respectivos países, o regresso ao país de sua nacionalidade sem necessidade de visto consular no documento de retorno ou provisório que suas respectivas representações consulares ou diplomáticas emitem quando, por motivos de extravio ou furto não se encontram de posse do documento hábil de viagem.

ACORDAM:

ARTIGO 1
DOCUMENTOS DE VIAGEM

Reconhecer a validade dos documentos de identificação pessoal de cada Estado Parte e Associado do MERCOSUL estabelecidos no Anexo I do presente documento como Documento de Viagem hábil para o trânsito de nacionais e/ou residentes regulares dos Estados Partes e Associados do MERCOSUL em seus territórios.

Para efeitos deste artigo, entender-se-á como:

a) "Trânsito" o movimento de nacionais ou residentes regulares provenientes do território de algum dos Estados Partes ou Associados do MERCOSUL, com destino ao território de outro Estado Parte ou Associado do MERCOSUL, não sendo necessário que sua partida seja de seu país de origem ou residência.

b) "Residente regular" aquelas pessoas estrangeiras que obtiveram uma permanência ou residência permanente, temporária ou provisória conforme a legislação migratória correspondente do Estado Parte ou Associado do MERCOSUL do local onde a pessoa reside, desde que, como consequência disso, a legislação a habilite a ser titular de algum dos documentos de viagem enumerados no Anexo do presente.

O prazo de validade dos documentos do Anexo I será o neles estabelecido pelo Estado emissor. No caso de não possuir data de vencimento, entender-se-á que os documentos mantêm sua vigência por tempo indefinido.

Caso a fotografia ou os dados pessoais gerem dúvidas sobre a identidade do portador do documento, poderá ser solicitada outra documentação efetiva para sanar tal circunstância.

ARTIGO 2
VISTO CONSULAR

Os estrangeiros com residência regular em algum Estado Parte ou Associado do MERCOSUL poderão transitar com os documentos estabelecidos no Anexo I pelo território dos Estados Partes e Associados do MERCOSUL desde que, em razão de sua nacionalidade, o visto consular não constituir requisito para ingresso no outro Estado. Não sendo o caso, deverá utilizar o passaporte de sua nacionalidade e o visto correspondente.

ARTIGO 3
DOCUMENTOS DE RETORNO

Reconhecer a validade dos Documentos de Retorno emitidos pelas representações consulares dos Estados Partes ou Associados a seus nacionais por motivos de furto, perda ou extravio dos Documentos de Viagem enumerados no Anexo I do presente, a fim de transitar pelo território de outro(s) Estado(s) Parte(s) ou Associado(s) com o único propósito de que seu titular possa retornar ao país de sua nacionalidade, sem necessidade de visto consular prévio.

Os Documentos de Retorno a que se refere o parágrafo acima constam do Anexo II do presente.

O prazo de validade dos Documentos de Retorno será o neles estabelecido pelo Estado emissor no momento de sua expedição.

O prazo de permanência autorizado para realizar o trânsito será o que cada Estado Parte ou Associado determinar no momento de efetuar o ingresso ao país de trânsito, devendo as autoridades migratórias levar em conta a distância e o meio de transporte utilizado pelo titular do Documento de Retorno.

ARTIGO 4
MODIFICAÇÕES

As Partes se comprometem a informar sobre eventuais modificações dos documentos estabelecidos no Anexo I e II e a apresentar os respectivos modelos na reunião subsequente do Foro Especializado Migratório ou por meio do Estado Parte do MERCOSUL no exercício da Presidência *Pro Tempore,* quem colocará em conhecimento do Grupo Mercado Comum tais modificações.

ARTIGO 5
INTERPRETAÇÃO

As Partes poderão apresentar no Foro Especializado Migratório do MERCOSUL as consultas que possam surgir sobre a correta interpretação que deverá ser aplicada nos artigos do presente Acordo. O Foro poderá manifestar-se sobre a interpretação que deverá ser dada ao Acordo desde que haja consenso entre as Partes do presente Acordo, fazendo constar esse fato em documento a ser anexado à Ata da respectiva reunião do Foro Especializado Migratório.

ARTIGO 6
SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

As controvérsias que surjam sobre a interpretação, a aplicação, ou o não cumprimento das disposições contidas no presente Acordo entre os Estados Partes do MERCOSUL se resolverão pelo sistema de solução de controvérsias vigente no MERCOSUL.

As controvérsias que surjam pela interpretação, a aplicação ou não cumprimento das disposições contidas no presente Acordo entre um ou mais Estados Partes do MERCOSUL e um ou mais Estados Associados se resolverão pelo mecanismo vigente no momento em que o problema for apresentado e que houver sido consensuado entre as Partes.

As controvérsias que surjam pela interpretação, aplicação ou o não cumprimento das disposições contidas no presente Acordo entre dois ou mais Estados Associados se resolverão pelo mecanismo vigente no momento em que o problema for apresentado e que houver sido consensuado entre as Partes.

ARTIGO 7
NORMA MAIS FAVORÁVEL

O presente Acordo será aplicado sem prejuízo de normas ou disposições vigentes em cada Parte que sejam mais favoráveis para o trânsito dos nacionais e/ou residentes regulares.

ARTIGO 8
VIGOR

O presente Acordo entrará em vigor aos trinta (30) dias desde a data da sua assinatura.

ARTIGO 9
DEPÓSITO

A República do Paraguai será depositária do presente Acordo devendo encaminhar cópia devidamente autenticada do mesmo.

ARTIGO 10
DENÚNCIA

As Partes poderão em qualquer momento denunciar o presente Acordo mediante notificação escrita dirigida ao depositário, que notificará às demais Partes. A denúncia produzirá efeitos noventa (90) dias após a referida notificação.

ARTIGO 11
ADESÃO

O presente Acordo estará aberto à adesão dos Estados Associados do MERCOSUL.

O "Acordo sobre Documentos de Viagem dos Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados" e o "Segundo Acordo Modificativo do Anexo do Acordo sobre Documentos de Viagem dos Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados" ficarão sem feito uma vez que todos os Estados Signatários ou Aderentes a tais Acordos sejam Partes do presente Acordo.

Assinado em Assunção, República do Paraguai, no dia 21 de dezembro de 2015, em um original, nos idiomas espanhol e português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELA REPÚBLICA ARGENTINA

SUSANA MALCORRA
Ministra de Relações Exteriores e Culto

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MAURO VIEIRA
Ministro de Estado das Relações Exteriores

PELA REPÚBLICA DO PARAGUAI

ELADIO LOIZAGA
Ministro das Relações Exteriores

PELA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

RODOLFO NIN NOVOA
Ministro das Relações Exteriores

PELA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA

DELCY RODRÍGUEZ
Ministra das Relações Exteriores

PELO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

DAVID CHOQUEHUANCA CÉSPEDES
Ministro das Relações Exteriores

PELA REPÚBLICA DO EQUADOR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

República Argentina
Documento Nacional de Identidade (para nacionais e estrangeiros residentes).
Passaporte.
República Federativa do Brasil
Registro de Identidade Civil.
Cédula de Identidade expedida por cada Unidade da Federação com validade nacional.
Cédula de Identidade (para estrangeiros).
Passaporte.
República do Paraguai
Cédula de Identidade.
Passaporte.
República Oriental do Uruguai
Cédula de Identidade.
Passaporte.
República Bolivariana da Venezuela
Cédula de Identidade.
Passaporte.
Estado Plurinacional da Bolívia
Cédula de Identidade (para nacionais).
Cédula de Identidade (para estrangeiros).
Passaporte.
República do Chile
Cédula de Identidade.
Passaporte.
República da Colômbia
Cédula de Cidadania
Carteira de Identidade.
Cédula de Estrangeiro.
Passaporte.
República do Equador
Cédula de Cidadania
Cédula de Identidade (para estrangeiros).
Passaporte.
República do Peru
Documento Nacional de Identidade.
Carnê de Estrangeiro.
Passaporte.

ANEXO II

República Argentina
Passaporte Provisório (Série "A").
República Federativa do Brasil
Autorização de Retorno.
República do Paraguai
Passaporte Provisório (Salvo-conduto).
República Oriental do Uruguai
Documento Válido de Viagem.
República Bolivariana da Venezuela
Documento de Viagem.
Estado Plurinacional da Bolívia
Salvo-conduto.
República do Chile
Salvo-conduto.
República da Colômbia
Passaporte Isento.
Passaporte de Emergência.
República do Equador
Salvo-conduto.
República do Peru
Salvo-conduto.

ACORDO PARA A CRIAÇÃO DA REDE DE ESPECIALISTAS EM SEGURANÇA DOCUMENTAL MIGRATÓRIA DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS

A República Argentina, a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai, em qualidade de Estados Partes do MERCOSUL, o Estado Plurinacional da Bolívia, a República do Chile, a República da Colômbia, a República do Equador e a República Bolivariana da Venezuela, na qualidade de Estados Associados do MERCOSUL, Partes do presente Acordo.

CONSIDERANDO:

Que a criação de uma Rede de Especialistas em Segurança Documental Migratória (REDE SEGDOC), dedicada à análise de documentação controversa que assessore o pessoal lotado nos postos fronteiriços ou repartições migratórias e que ofereça capacitação especializada aos funcionários migratórios, contribuirá para prevenir e detectar aqueles delitos relacionados à alteração documental.

Que deve existir um mecanismo formal entre as entidades migratórias do MERCOSUL que permita a implementação de ferramentas conjuntas adequadas para o intercâmbio de informação sobre passaportes e documentos de viagem emitidos, anulados ou adulterados, necessárias para um controle migratório efetivo e eficaz que, além disso, evite a transnacionalização do crime de fraude documental entre os países da região.

Que a fraude documental migratória é uma das ferramentas que utiliza a delinquência transnacional organizada, o narcotráfico, o tráfico de migrantes, o tráfico de pessoas e outras formas de delito transnacional em suas atividades.

Que a transnacionalização do crime e a aplicação de modernas tecnologias na confecção de documentos falsificados, combinados com a necessidade de agilizar o trânsito fronteiriço no espaço regional, geram um desafio para a segurança das fronteiras dos países da região.

ACORDAM:

ARTIGO 1º
OBJETO

O presente Acordo tem por objeto criar a Rede de Especialistas em Segurança Documental Migratória do MERCOSUL e Estados Associados (REDE SEGDOC), dedicada à análise de documentação e à cooperação entre os funcionários que integrem a referida Rede, a fim de prevenir e evitar a fraude documental migratória na região.

ARTIGO 2º
FUNÇÕES DA REDE DE ESPECIALISTAS SEGDOC

A REDE SEGDOC, por meio de seus funcionários, terá as seguintes funções:

A. Notificar alertas e intercambiar informação sobre documentação migratória apócrifa, por meio de boletins de ALERTA EM DOCUMENTAÇÃO.

B. Notificar a criação de novas espécies de documentos hábeis de viagem, documentos que deixem de ser emitidos e aquelas medidas de segurança que se incorporem aos documentos de viagem, por meio de boletins de INFODOCUMENTAÇÃO.

C. A REDE SEGDOC deverá acordar e padronizar um formato uniforme dos boletins mencionados nas alíneas a) e b), sem prejuízo de que, enquanto não se concretizar a referida padronização, o intercâmbio de informação seja realizado com os meios disponíveis pelas Partes.

D. Avaliar a conveniência e factibilidade de desenvolver uma base de dados virtual ou uma compilação em suporte material de documentação vinculada com a alteração documental ou outro mecanismo que se considere adequado para os fins da REDE SEGDOC.

E. Apoiar a análise técnica de qualquer tipo de suporte documental, estrangeiro ou local, que se apresente às autoridades competentes com fins migratórios.

F. Oferecer assistência e colaboração aos demais integrantes da REDE SEGDOC.

G. Capacitar e treinar periodicamente o pessoal que realiza tarefas de controle documental migratório.

H. Estabelecer contatos com outros organismos nacionais e regionais do MERCOSUL e dos Estados Associados em temas de segurança documental.

ARTIGO 3º
PROCEDIMENTO E CONFIDENCIALIDADE

1. Os dados e informação intercambiados pelos integrantes da REDE SEGDOC terão caráter confidencial e somente poderão ser utilizados para os fins previstos no presente Acordo.

2. As Partes, por meio do Foro Especializado Migratório, doravante o Foro, designarão o/os funcionários que integrarão a REDE SEGDOC. O modelo de formulário para a relação e designação de funcionários da REDE SEGDOC consta como Anexo do presente Acordo.

3. Os funcionários que integram a REDE SEGDOC intercambiarão a informação estabelecida no artigo 2° mediante um procedimento ágil e seguro. Ademais, poderão realizar entre si todas as consultas necessárias a fim de prevenir, detectar e evitar a fraude documental.

4. Será responsabilidade de cada Estado Parte informar às autoridades do Foro qualquer mudança efetuada na relação dos funcionários designados para a Rede SEGDOC. O Foro informará por escrito, por meio da PPT, aos demais Estados Partes as mudanças e atualizações na relação de funcionários pertencentes à REDE SEGDOC.

5. Toda proposta dos funcionários da REDE SEGDOC deverá ser elevada para consideração do Foro, que se pronunciará sobre a conveniência de sua implementação.

ARTIGO 4º
INTERPRETAÇÃO E SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

As Partes poderão apresentar no Foro eventuais consultas sobre a correta interpretação que deverá ser dada ao Acordo. O Foro poderá pronunciar-se a respeito, sempre que houver consenso entre as Partes do presente Acordo, registrando o fato em documento a ser anexado à ata da reunião.

As controvérsias que surgirem sobre a interpretação, a aplicação ou descumprimento das disposições contidas no presente Acordo entre os Estados Partes do MERCOSUL serão solucionadas pelo sistema de solução de controvérsias vigente no MERCOSUL.

As controvérsias que surgirem sobre a interpretação, a aplicação ou descumprimento das disposições contidas no presente Acordo entre um ou mais Estados Partes do MERCOSUL e um ou mais Estados Associados, ou entre Estados Associados serão resolvidas de acordo com o mecanismo de solução de controvérsias vigente entre as Partes envolvidas na controvérsia.

ARTIGO 5º
DENÚNCIA

As Partes poderão em qualquer momento denunciar o presente Acordo mediante notificação escrita dirigida ao depositário, que notificará às demais Partes. A denúncia produzirá efeito noventa (90) dias depois da referida notificação.

ARTIGO 6º
DEPÓSITO

A Secretaria do MERCOSUL será depositária provisória do presente Acordo.

ARTIGO 7°
ADESÃO

O presente Acordo estará aberto à adesão dos Estados Associados do MERCOSUL.

ARTIGO 8º
ENTRADA EM VIGOR

O presente Acordo entrará em vigor no momento de sua assinatura.

FEITO na cidade de Mendoza, República Argentina, aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e doze, em um original, nos idiomas espanhol e português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELA REPÚBLICA ARGENTINA

HÉCTOR TIMERMAN
Ministro de Relações Exteriores e Culto

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANTONIO PATRIOTA
Ministro de Estado das Relações Exteriores

PELA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

LUIS ALMAGRO
Ministro das Relações Exteriores

PELO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA
Leonor Arauco
Ministra das Relações Exteriores

PELA REPÚBLICA DO CHILE

ALFREDO MORENO
Ministro das Relações Exteriores

PELA REPÚBLICA DA COLÔMBIA

MARIA ANGELA HOLGUIN
Ministra das Relações Exteriores

PELA REPÚBLICA DO EQUADOR

RICARDO PATIÑO
Ministro das Relações Exteriores

PELA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA

NICOLÁS MADURO
Ministro das Relações Exteriores

ANEXO
Lista de funcionários integrantes da Rede de Especialistas em Segurança Documental Migratória do MERCOSUL e Estados Associados

País	Organismo - Instituição	Cargo ou função	Titular e Alterno	Nome e sobrenome	Correio eletrônico	Telefone para contato
Argentina						
Brasil						
Paraguai						
Uruguai						
Bolívia						
Chile						
Colômbia						
Equador						
Venezuela						

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

PORTARIA Nº 5.030, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 16 do Anexo à Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, e conforme deliberação da Diretoria, considerando o disposto no art. 14 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências, e o constante nos autos do processo nº. 48500.005986/2005-23, resolve:

Art. 1º Fixar a distribuição dos quantitativos de cargos comissionados da ANEEL, conforme quadro abaixo:

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS COMISSIONADOS		
CARGO COMISSIONADO DE	CÓDIGO	QUANTITATIVO
DIREÇÃO	CD I CD II	01 04
GERÊNCIA EXECUTIVA	CGE I CGE II CGE III CGE IV	21 01 19 06
ASSESSORIA	CA I CA II CA III	15 03 18
ASSISTÊNCIA	CAS II	02
TÉCNICO	CCT V CCT IV CCT III CCT II CCT I	09 82 01 50 47

Art. 2º O custo total dos cargos comissionados, com as alterações, passa a ser de R$ 1.316.175,08 (um milhão, trezentos e dezesseis mil, cento e setenta e cinco reais e oito centavos), inferior ao valor de R$ 1.318.257,26 (um milhão, trezentos e dezoito mil, duzentos e cinquenta e sete reais e vinte e seis centavos) definido pela Lei nº 9.986/2000.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 782, DE 6 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004048/2017-39, resolve: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Companhia Luz e Força Santa Cruz - CPFL Santa Cruz, e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela CPFL Santa Cruz, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

CEDNET SERVIÇOS DE INTERNET LTDA	MDS INTERNET E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA - ME	FABIANA CRISTINA MOREIRA DA CONCEIÇÃO - ME
JEFERSON MADALENA - EPP	LEONARDO MOREIRA DANTAS - ME	

DESPACHO Nº 804, DE 11 DE ABRIL DE 2018

Processo nº: 48500.000881/2016-20. Interessadas: ELETRONORTE - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. Decisão: estabelecer o valor de R$ 153.316,00, com referência em março de 2017, devido à Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A pela elaboração do Relatório de Custos Fundiários, relativo ao estudo R1 EPE-DEE-RE-105/2015-rev1 "Estudo de Suprimento à Região Metropolitana de Manaus", de 31 de março de 2017, utilizados no Leilão de Transmissão. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RENATO BRAGA DE LIMA GUEDES
Superintendente Adjunto de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

DESPACHO Nº 820, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Processo nº: 48500.001380/2018-22. Interessados: Companhia Energética de Pernambuco. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 3.850.177,00 (três milhões, oitocentos e cinquenta mil, cento e setenta e sete reais), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-0043-0031/2011; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AILSON DE SOUZA BARBOSA
Superintendente de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

DESPACHO Nº 821, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Processo nº: 48500.001276/2018-38. Interessados: Companhia Energética de Pernambuco. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 988.041,14 (novecentos e oitenta e oito mil e quarenta e um reais e quatorze centavos), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-0043-0049/2013; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AILSON DE SOUZA BARBOSA
Superintendente de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 823, DE 12 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e de acordo com o que consta no Processo nº 48500.004592/2015-19, decide aprovar o Custo Variável Unitário - CVU no valor de R$ 940,70/MWh (novecentos e quarenta reais e setenta centavos), para aplicação no processo de contabilização do mês de março de 2018 na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, com vistas ao ressarcimento dos custos variáveis à Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte pela geração da UTE Araguaia (Código CEG: UTE.PE.MT.035090-7.01).

CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA

DESPACHO Nº 824, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de setembro de 2016, e tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.000619/2015-02, decide: (i) conhecer e, no mérito, dar provimento à solicitação da empresa Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. para revisão do Custo Variável Unitário - CVU da Usina Termelétrica - UTE Norte Fluminense (Código CEG: UTE.GN.RJ.001544-0.01), nos valores a seguir descritos, relativo ao mês de março de 2018; (ii) determinar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a aplicação dos valores do CVU de março de 2018 para os patamares 1, 2 e 3 a partir da primeira revisão do Programa Mensal de Operação - PMO após a publicação deste Despacho; e (iii) determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a utilização dos valores de CVU constantes da tabela abaixo para fins de contabilização da geração verificada na citada usina no respectivo mês.

CVU [R$/MWh]

Patamar da usina	Março/2018	Abril/2018
Norte Fluminense 1	60,60	-
Norte Fluminense 2	71,62	-
Norte Fluminense 3	135,76	-
Norte Fluminense 4	-	364,06

CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO Nº 726, DE 11 DE ABRIL DE 2018

(Publicada no DOU de 12 de abril de 2018)

ANEXO 1(*)

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

Nº {inserir número do contato de concessão}

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, autarquia especial vinculada ao Ministério de Minas e Energia, criada pela Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com sede na SGAN Quadra 603, Módulo 1, 31º andar, na cidade de Brasília, Distrito Federal, devidamente representada por seu Diretor-Geral, Sr. Décio Fabricio Oddone da Costa, portador da cédula de identidade n.º 4002694869 SSP - RS, e CPF n.º 449.112.110-91, nomeado pelo Decreto Presidencial, publicado no Diário Oficial de 23 de dezembro de 2016, doravante denominada "ANP"; e

{Nome do(s) Concessionário(s)}, sociedade empresária constituída e existente sob as leis do Brasil, com sede na {inserir endereço completo da empresa}, inscrita no CNPJ/MF sob o nº {inserir número do CNPJ}, doravante designada "CONCESSIONÁRIO", neste ato representada por seu {inserir cargo e nome do representante legal}, inscrita no CPF sob o nº {inserir nº do CPF}, portadora do documento de identidade nº {inserir nº}, expedido pela {inserir o órgão expedidor}, na forma de seu Estatuto Social; {qualificar todos concessionários};

CONSIDERANDO

Os avanços regulatórios relevantes na política de conteúdo local nas recentes rodadas de licitações, aprovados pelo Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural - PEDEFOR;

As discussões ocorridas no âmbito do processo de regulamentação dos mecanismos de Isenção, Ajuste e Transferência de Excedente de Conteúdo Local previstos nos Contratos de concessão da Sétima à Décima Terceira Rodadas, e nos Contratos de Cessão Onerosa e da Primeira Rodada de Licitação de Partilha;

Os artigos 36 e 37, da Resolução ANP 726/2018, que estabelecem a possibilidade de realização de aditamento da cláusula de Conteúdo Local dos referidos Contratos;

A Resolução CNPE nº 01, de 21 de março de 2018, que corroborou a possibilidade da ANP adotar exigências de conteúdo local distintas daquelas vigentes nos Contratos de Concessão assinados até a Décima Terceira Rodada, da Primeira e Segunda Rodadas de Partilha de Produção e da Cessão Onerosa.

Celebram as Partes o presente Termo Aditivo, nos termos abaixo descritos.

Cláusula Primeira

Objeto

1.1.As partes acordam alterar a Cláusula de Conteúdo Local do Contrato de Concessão em epígrafe, que passa a ser regida pelos dispositivos previstos neste instrumento, passando a vigorar, no que couber, as definições constantes dos Contratos de Concessão a partir da Décima Quarta Rodada de Licitações.

Cláusula Segunda

Compromisso de Conteúdo Local

1

2.1.O CONCESSIONÁRIO deverá cumprir os seguintes percentuais mínimos obrigatórios de Conteúdo Local:

2.1.1.Na Fase de Exploração para Blocos em terra: Conteúdo Local global de 50% (cinquenta por cento).

2.1.2.Na Fase de Exploração para Blocos em mar: Conteúdo Local global de 18% (dezoito por cento).

2.1.3.Na Etapa de Desenvolvimento ou para cada Módulo de Desenvolvimento, no caso de Desenvolvimento modular, para Campos em terra: Conteúdo Local global de 50% (cinquenta por cento).

2.1.4.Na Etapa de Desenvolvimento ou para cada Módulo de Desenvolvimento, no caso de Desenvolvimento modular, para Campos em mar, para os seguintes Macrogrupos:

a)Construção de Poço: 25% (vinte e cinco por cento).

b)Sistema de Coleta e Escoamento da Produção: 40% (quarenta por cento).

c)Unidade Estacionária de Produção: 40% (quarenta por cento) para Engenharia, 40% (quarenta por cento) para Máquinas e Equipamentos, 40% (quarenta por cento) para Construção, Integração e Montagem.

2.2.O CONCESSIONÁRIO deverá assegurar preferência à contratação de Fornecedores Brasileiros sempre que suas ofertas apresentem condições de preço, prazo e qualidade mais favoráveis ou equivalentes às de fornecedores não brasileiros.

2.3.Os procedimentos de contratação de bens e serviços direcionados ao atendimento do objeto deste Contrato deverão:

a)incluir Fornecedores Brasileiros entre os fornecedores convidados a apresentar propostas;

b)disponibilizar, em língua portuguesa ou inglesa, as mesmas especificações a todas as empresas convidadas a apresentar propostas. Caso solicitado por alguma empresa brasileira convidada, o CONCESSIONÁRIO deverá providenciar a tradução da documentação para a língua portuguesa;

c)aceitar especificações equivalentes de Fornecedores Brasileiros, desde que sejam atendidas as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2.3.1.A contratação de bens e serviços fornecidos por Afiliadas está igualmente sujeita às especificações do parágrafo 2.3, exceto nos casos de serviços que, de acordo com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo, sejam habitualmente realizados por Afiliadas.

2.4.O CONCESSIONÁRIO deverá apresentar à ANP, para acompanhamento, Relatórios de Conteúdo Local em Exploração e Desenvolvimento, nos termos da Legislação Aplicável.

Cláusula Terceira

Aferição do Conteúdo Local

3

3.1.O Conteúdo Local dos bens e serviços deverá ser comprovado à ANP por meio da apresentação dos respectivos certificados de Conteúdo Local ou de documento que venha a substituí-lo, nos termos da Legislação Aplicável.

3.1.1.Para fins de aferição, o Conteúdo Local dos bens e serviços deverá ser expresso percentualmente em relação ao valor do bem ou serviço contratado.

3.1.2.No caso de Contratos de Concessão anteriores à Sétima Rodada de Licitação, será exigida a certificação de conteúdo local, para fins de comprovação do compromisso, para as contratações ocorridas, ou no caso de execução continuada de contratações anteriores, a partir da assinatura deste Termo Aditivo.

3.2.Para a determinação do Conteúdo Local, os valores monetários correspondentes às contratações de bens e serviços serão atualizados para o mês e ano em que se efetivar a verificação do cumprimento do disposto nesta Cláusula, utilizando-se o IGP-DI ou outro índice que venha a substituí-lo.

3.3.Os marcos para aferição de Conteúdo Local pela ANP serão:

a)o encerramento da Fase de Exploração;

b)o encerramento de cada Módulo de Desenvolvimento; e

c)o encerramento da Etapa de Desenvolvimento em Campo que não contemple Desenvolvimento modular.

3.4.Para fins de aferição do Conteúdo Local, a Etapa de Desenvolvimento terá início na data da apresentação da Declaração de Comercialidade e se encerrará, para cada Módulo de Desenvolvimento, com a primeira entre as seguintes ocorrências:

a)decurso do prazo previsto no Contrato após a Extração do Primeiro Óleo. Inexistindo prazo previsto contratualmente, será observado o decurso do prazo de 10 (dez) anos, após a Extração do Primeiro Óleo;

b)desistência, pelo CONCESSIONÁRIO, do Desenvolvimento do Módulo de Desenvolvimento; ou

c)realização dos investimentos previstos no Plano de Desenvolvimento, exceto os relativos ao abandono do campo ou a ocorrência de quaisquer das hipóteses de extinção previstas no Contrato.

3.5.No caso de contratações previstas no parágrafo 2.1.4, alínea "c", não devem ser contabilizados para fins de apuração do Conteúdo Local os dispêndios relativos à taxa de operação da unidade.

Cláusula Quarta

Excedente de Conteúdo Local

4

4.1.Caso o CONCESSIONÁRIO supere o Conteúdo Local exigido, na Fase de Exploração ou em um Módulo de Desenvolvimento, o valor excedente, em moeda corrente nacional, poderá ser transferido para os Módulos de Desenvolvimento a serem implantados subsequentemente.

4.1.1.No caso de Campos em mar, o Operador deverá indicar o Macrogrupo para o qual o excedente da Fase de Exploração será direcionado.

4.1.2.Eventuais excedentes verificados nos Módulos de Desenvolvimento poderão ser transferidos apenas entre os mesmos Macrogrupos.

4.2.A solicitação de transferência de excedente deverá ser apresentada à ANP no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao recebimento, pelo Operador, do Relatório de Fiscalização de Conteúdo Local da Etapa de Desenvolvimento da Produção, ou de módulos subsequentes no caso de Desenvolvimento modular.

4.2.1.O valor monetário excedente será atualizado pelo IGP-DI ou outro índice que venha a substituí-lo.

Cláusula Quinta

Multa pelo Descumprimento do Conteúdo Local

5

5.1.O descumprimento do Conteúdo Local sujeitará o CONCESSIONÁRIO à aplicação de multa, que será calculada sobre o valor monetário descumprido, aplicando-se o seguinte percentual, conforme o caso:

a)caso o percentual de Conteúdo Local não realizado seja inferior a 65% (sessenta e cinco por cento) do Conteúdo Local mínimo, a multa será de 40% (quarenta por cento) sobre o valor do Conteúdo Local não realizado;

b)caso o percentual de Conteúdo Local não realizado seja igual ou superior a 65% (sessenta e cinco por cento), a multa será crescente a partir de 40% (quarenta por cento), atingindo 75% (setenta e cinco por cento) do valor de Conteúdo Local mínimo, no caso de 100% (cem por cento) de Conteúdo Local não realizado , de modo a obedecer à fórmula:

M (%) = NR (%) - 25%.

Onde,

M(%) é o percentual de multa a ser calculado sobre o valor monetário descumprido; e

NR (%) é o percentual de Conteúdo Local não realizado.

5.2.Caso haja o descumprimento simultâneo de mais de um compromisso para os Macrogrupos do parágrafo 20.1.4, o valor da multa corresponderá ao somatório das multas para cada Macrogrupo.

5.3.O valor da multa será atualizado pelo IGP-DI até a data em que for realizado o efetivo pagamento.

Cláusula Sexta

Disposições Gerais

6

6.1.Concordam as Partes que a celebração do presente aditivo terá eficácia a partir de sua assinatura, sendo os atos passados regidos pelas regras vigentes à época, inclusive quanto a eventuais multas nas quais a contratada já tenha incidido, mesmo que ainda não fiscalizadas.

6.2.O CONCESSIONÁRIO reconhece a validade do regime de conteúdo local anterior e renuncia a qualquer pleito que possa ter contra a ANP em função de multas já aplicadas por descumprimento da obrigação de Conteúdo Local.

6.3.A celebração deste aditivo contratual extingue a possibilidade de solicitação de Isenção de cumprimento e de Ajuste dos compromissos de Conteúdo Local da Fase de Exploração e da Etapa ou Módulo de Desenvolvimento, acarretando extinção automática e respectivo arquivamento dos pedidos formulados.

Cláusula Sétima

Dos Efeitos

7.1. O presente aditivo produzirá seus efeitos a partir da data de sua celebração, com extensão às Fases não encerradas do Contrato, respeitados os períodos de apuração da obrigação relativa ao Conteúdo Local.

Cláusula Oitava

Ratificação

8.1. As partes ratificam todas as demais disposições do Contrato que não tenham sido alteradas por este Termo Aditivo.

Cláusula Nona

Da Publicidade

9.1. A ANP fará publicar, no Diário Oficial da União, o texto integral ou extrato dos termos deste Termo Aditivo, para sua validade erga omnes.

Por estarem de acordo, as Partes assinam este Termo Aditivo em XX {inserir o número de vias igual ao número de concessionários mais um} vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Rio de Janeiro, [inserir data].

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP

DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA

Diretor-Geral

{inserir cargo e nome do representante legal de todos os Concessionários}

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

Diretor-Geral

Substituto

(*) Republicado por ter saído, no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, Seção 1, páginas 60 a 73, com incorreção no original.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução ANP nº 726, de 11/4/2018, publicado no DOU de 12/4/2018, seção 1, página 66, no Art. 2º item I, onde se lê: "...Conteúdo Local definido em contrato para determinado..."

Leia-se: "...Conteúdo Local definido em Contrato para determinado..."

No Art 23 onde se lê: "...Conteúdo Local estabelecido no contrato."

Leia-se: "...Conteúdo Local estabelecido no Contrato."

No Art. 27 onde se lê: "...previsto no contrato, autorizar a Transferência de Excedente..."

Leia-se: "...previsto no Contrato, autorizar a Transferência de Excedente..." e

No Art. 36 §4 onde se lê: "...Fases não encerradas do contrato, respeitados..."

Leia-se: "...Fases não encerradas do Contrato, respeitados..."

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO Nº 291, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.012602/2012-08, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da COOPERATIVA AGRÍCOLA DE PRODUTORES DE CANA DE CAMPO NOVO DOS PARECIS, CNPJ nº 15.043.391/0001-07, com capacidade de produção de 1.250 m³/dia de etanol hidratado e 700 m³/dia de etanol anidro, localizada na BR 364, s/nº, km 864, Zona Rural, Campo Novo do Parecis - MT, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica a empresa obrigada a atender ao prazo estabelecido na Resolução ANP nº 26/2012 ou outra que venha substituí-la, referente à apresentação das certidões negativas de débitos perante as fazendas federal, estadual e municipal, sob pena de cancelamento ou revogação desta autorização.

Art. 3º Fica revogada a Autorização ANP nº 580, de 19/12/2012, publicada no DOU de 20/12/2012.

Art. 4º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

THYAGO GROTTI VIEIRA

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO Nº 290, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 58, de 17 de outubro de 2014 e da Resolução ANP nº 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.009315/2014-74, autoriza a empresa PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A., CNPJ n.º 34.274.233/0012-57, a operar a base de armazenamento de combustíveis líquidos, localizada na ST IAS, Trecho I, Lote 505, ST DE INDUSTRIA, Brasília/DF, CEP: 70.310-500, [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -15:48:03.900, -47:58:20.700 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 32922,06 m³. Fica revogada a Autorização ANP Nº 185 de 25/04/2012.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 292, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 58, de 17 de outubro de 2014 e da Resolução ANP nº 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.012197/2017-24, autoriza a empresa RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A., CNPJ n.º 33.453.598/0451-43, a operar a base compartilhada de armazenamento de combustíveis líquidos, localizada na AVENIDA ALDO BORGES LEÃO, 5001, R ALDO BORGES LEÃO, C/002, MORADA NOVA, CEP 38.412-739, UBERLÂNDIA-MG., [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): 18:59:50.2600; -48:23:45.8700 (SIRGAS 2000)] A capacidade total de armazenamento é de 25015,42 m³. Integram a Base Compartilhada as seguintes empresas: RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A., CNPJ n.º 33.453.598/0451-43, IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A., CNPJ n.º33.337.122/0231-78, PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A., CNPJ n.º 34.274.233/0387-62. Ficam revogadas as Autorizações ANP n.º 587 de 14/09/2017 e 486 de 26/09/2016.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO N.º 293, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 30, de 26 de outubro de 2006, e da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.200155/2018-20,

autoriza a empresa TRR COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEL SUL BRASIL LTDA., CNPJ n.º 77.396.109/0001-14, a construir a ampliação da instalação de Transportador-Revendedor-Retalhista (TRR) localizadas na Rodovia PR 182 s/n.º, km 54, Jardim Progresso, Palotina/PR, 85.950-000 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -24:18:31,200; -53:50:00,600 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento será ampliada em 70,00 m³.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 294, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, e ANP nº 116, de 25 de maio de 2010, considerando as disposições da Resolução ANP nº 58, de 17 de outubro de 2014 e da Resolução ANP nº 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.200258/2018-90, autoriza a empresa DISTRIBUIDORA RIO BRANCO DE PETRÓLEO LTDA., CNPJ n.º 01.256.137/0006-89, a operar a base de armazenamento de combustíveis líquidos, localizada na Rodovia Fernão Dias, BR 381, km 483,8, Distrito Industrial Jardim Piemont, Betim, MG, CEP 32669-895, [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -19:57:37,610; -44:05:21,520 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 9.374,74 m³. Fica revogada a autorização ANP nº 445/2016, DOU de 08/09/2016.

Integram a base compartilhada "Base Compartilhada RBZ" as empresas: Distribuidora Rio Branco de Petróleo Ltda., CNPJ 01.256.137/0006-89; Zema Cia. de Petróleo, CNPJ 00.647.154/0006-84; Distribuidora de Combustíveis Torrão Ltda., CNPJ 01.902.563/0008-04; e SP Indústria e Distribuidora de Petróleo Ltda., CNPJ 01.387.400/0016-40.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 295, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, e ANP nº 116, de 25 de maio de 2010, considerando as disposições da Resolução ANP nº 58, de 17 de outubro de 2014 e da Resolução ANP nº 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.200749/2018-31, autoriza a empresa DIAMANTE DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA., CNPJ n.º 14.415.656/0001-80, a construir a base de armazenamento de combustíveis líquidos, localizada na Av. New Jersey, 570, Distrito Industrial, Arujá, SP, CEP 07411-670, [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -23:24:18,740; -46:21:17,110 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total da ampliação é de 2364,00 m³.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 296, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - A.N.P, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria A.N.P n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução A.N.P n.º 58, de 17 de outubro de 2014, e o que consta no processo n.º 48610.200890/2018-33, autoriza a filial da empresa Rumos Distribuidora de Petróleo Ltda, CNPJ 10.767.247/0005-15, a exercer a atividade de distribuição de combustíveis líquidos.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 297, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 49, de 30 de novembro de 2016, e o que consta do processo n.º 48610.200499/2018-39, autoriza a filial da empresa BAHIANA DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA., CNPJ n.º 46.395.687/0052-52, a exercer a atividade de distribuição de GLP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 298, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 30, de 26 de outubro de 2006, e da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.000927/2017-44, autoriza a empresa IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A., CNPJ n.º 33.337.122/0044-67, a operar as instalações de armazenamento e distribuição de combustíveis localizadas na RUA PAJURÁ, 01, VILA BURITI, MANAUS/AM, 69.072-065 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -3:08:59,400; -59:57:31,900 (SIRGAS 2000)]. A capacidade de armazenamento será ampliada em 1.510,00 m³. Fica revogada a Autorização ANP n.º 465 de 14/05/2013.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 299, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2014, e o que consta do processo n.º 48610.200704/2018-66, autoriza a filial da empresa CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA, CNPJ n.º 01.466.091/0026-76, a exercer a atividade de distribuição de combustíveis líquidos.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 479, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°51 de 30 de novembro de 2016, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea d, item 1, torna público o cancelamento das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/SP0205163	COMERCIO DE ÁGUA E GAS EJ LTDA ME	12.196.340/0001-19	48610.017193/2010-66
GLP/PA0204444	PARAGAS DISTRIBUIDORA LTDA.	05.840.319/0003-00	48610.018972/2010-89
001/GLP/PA0004497	PARAGAS DISTRIBUIDORA LTDA.	05.840.319/0010-30	48610.004595/2005-33
001/GLP/AP0006053	PARAGAS DISTRIBUIDORA LTDA.	05.840.319/0013-82	48610.007981/2005-87
GLP/PA0223440	PARAGAS DISTRIBUIDORA LTDA.	05.840.319/0017-06	48610.017263/2010-86
GLP/MA0176516	PARAGAS DISTRIBUIDORA LTDA.	05.840.319/0020-01	48610.000352/2009-50
001/GLP/PA0004509	PARAGAS DISTRIBUIDORA LTDA.	05.840.319/0022-73	48610.004592/2005-16
001/GLP/PA0004515	PARAGAS DISTRIBUIDORA LTDA.	05.840.319/0024-35	48610.004594/2005-99

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 480, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°51 de 30 de novembro de 2016, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, I, c, torna público o cancelamento, por requerimento, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/RJ0184331	BATALHA TOTAL COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA	11.237.643/0001-70	48610.002927/2010-11
GLP/MG0203737	COMERCIAL MEIRA E COUTINHO LTDA	12.064.489/0001-44	48610.015624/2010-50
GLP/PE0234937	EDILENE NUNES ROCHA SANTOS 04568947480	24.688.531/0001-87	48610.006884/2016-20
GLP/PR0206784	EVA DA LUZ LEVANDOSKI	81.076.275/0001-00	48610.004435/2011-32
GLP/SP0220414	FALVO GAS LTDA - ME	14.893.462/0001-90	48610.003597/2013-15
GLP/TO0209528	GUARAI - DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA - ME	08.690.550/0004-34	48610.010036/2011-19
GLP/BA0212341	HELENO CONCEIÇÃO SANTOS ME	13.607.209/0001-60	48610.015709/2011-19
001/GLP/BA0017747	LM REVENDEDORA DE GÁS ANDRADE LTDA	05.739.997/0003-81	48610.011618/2007-28
GLP/GO0175918	LUMA GÁS LTDA.	36.856.904/0005-94	48610.014126/2008-75
001/GLP/GO0003126	LUMA GÁS LTDA.	36.856.904/0007-56	48610.011049/2004-78
GLP/RO0188316	O. M. CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.	12.010.222/0001-74	48610.010850/2010-44
001/GLP/SP0009740	WALDEMAR DE JESUS FURLAN	45.553.831/0001-29	48610.011378/2006-81

CEZAR CARAM ISSACEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 481, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°51 de 30 de novembro de 2016, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea d, item 2, torna público o cancelamento das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
001/GLP/MG0009030	ANTONIO MUNIZ DE ALMEIDA	07.673.112/0001-52	48610.009806/2006-13
GLP/SC0173324	BELA VISTA COMÉRCIO DE GÁS LTDA. - ME.	08.432.677/0001-00	48610.010767/2008-51
GLP/RJ0203993	COUPE E BARROS COMERCIO DE GAS DE ITACURUCA LTDA ME.	12.122.375/0001-03	48610.018057/2010-93
GLP/PR0180604	EZIDIO RABELO - MERCEARIA	07.464.918/0001-30	48610.012684/2009-87
GLP/RJ0214282	LUTAN COMERCIO VAREJISTA DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO GLP LTDA ME	14.087.455/0001-09	48610.002055/2012-44
GLP/PE0208005	N&R DISTRIBUIDORA DE GÁS E AGUA LTDA - ME	12.954.173/0001-28	48610.005001/2011-50

CEZAR CARAM ISSA CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 482, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no Art. 7°, IV, da Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, torna público o cancelamento, POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/RS0084747	ABASTECEDORA ABM LTDA	89.470.462/0031-00	48610.009738/2010-61
PR/RS0188248	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS BONATTO LTDA	06.310.576/0002-12	48610.005195/2005-45
PR/RS0081302	ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS DO SUL LTDA.	10.236.962/0001-06	48610.003535/2010-61
PR/RS0025679	AUTO POSTO INCATOL LTDA	93.799.047/0001-48	48610.006713/2002-11
PR/RS0092006	AUTO POSTO LAGONENSE LTDA - EPP	12.903.276/0001-69	48610.001920/2011-54
PR/SP0000187	AUTO POSTO URSO POLAR LTDA	03.055.376/0001-91	48610.005128/2000-16
PR/RS0162548	COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS TRES FIGUEIRAS LTDA	93.706.729/0001-69	48610.007776/2003-51
PR/PR0228334	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS SIGA BEM LTDA	09.100.011/0001-18	48610.005039/2008-27
PR/PB0023091	POSTO DANIEL LTDA	09.048.885/0001-73	48610.003856/2002-55
PR/RS0074660	POSTO LAGOASUL LTDA.	10.904.565/0001-57	48610.009824/2009-30
PR/RS0008807	REHFELD & CIA LTDA - EPP	91.809.996/0001-36	48610.006683/2001-46
PR/PB0107924	REVENDA DE PETRÓLEO A. PEREIRA LTDA	11.506.044/0001-04	48610.001462/2012-34
PR/CE0021043	SILVA & NETO LTDA	07.709.074/0001-40	48610.001983/2002-11

CEZAR CARAM ISSA CEZAR CARAM ISSA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 483, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea d, item 2, torna público o cancelamento das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/RJ0173754	AUTO POSTO CHILAN 456 LTDA - EPP	06.293.494/0001-26	48610.006616/2004-74
PR/RJ0016703	AUTO POSTO PIABAS LTDA	01.837.493/0001-81	48610.016716/2001-66
PR/RS0203201	PATROCIN COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	08.250.720/0001-17	48610.011339/2006-83

CEZAR CARAM ISSACEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 484, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/MA0186415	A A LINHARES - AUTO POSTO	26.186.703/0001-40	48610.001661/2018-38
PR/CE0186451	ARENA COMBUSTIVEIS LTDA.	24.271.577/0001-04	48610.003564/2018-80
PR/BA0186497	ARTEMIA DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	26.961.303/0001-64	48610.003342/2018-67
PR/GO0186416	ATAIDES & MORAIS LTDA	29.478.436/0001-72	48610.003234/2018-94
PR/CE0186435	AUTO POSTO DOIS IRMAOS II LTDA	22.893.453/0001-27	48610.003560/2018-00
PR/SP0186432	AUTO POSTO FILA DUPLA LTDA	29.017.570/0001-76	48610.002121/2018-71
PR/BA0186515	AUTO POSTO J.R.M. LTDA	27.954.914/0001-48	48610.002290/2018-10
PR/SP0186452	AUTO POSTO MENDES EIRELI	29.711.154/0001-73	48610.003565/2018-24
PR/PA0186460	AUTO POSTO NORTE PARA EIRELI	17.827.292/0002-14	48610.003159/2018-61
PR/RS0186498	AUTO POSTO TRAFO LTDA	19.500.395/0001-10	48610.003733/2018-81
PR/DF0186436	BRASPETRO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	15.019.152/0002-94	48610.003561/2018-46
PR/SP0186454	CENTRO AUTOMOTIVO PIEMONTE LTDA	27.831.714/0001-06	48610.003631/2018-66
PR/PB0186417	COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS REMIGIO LTDA.	28.014.840/0001-22	48610.002947/2018-31
PR/RS0186499	COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS RG LTDA.	27.597.102/0001-92	48610.003734/2018-26
PR/RS0186513	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS CARBONERA LTDA	29.721.242/0001-56	48610.003740/2018-83
PR/RS0186412	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ROTA 030 LTDA	20.773.827/0001-45	48610.009366/2017-49
PR/RS0186512	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS TROVISCAL MARQUES LTDA.	29.752.323/0001-13	48610.003739/2018-59
PR/AM0186492	COMSERVICO LTDA	03.552.884/0003-47	48610.003118/2018-75
PR/BA0186458	DANIEL SANTANA DE OLIVEIRA EIRELI	16.383.100/0001-84	48610.003630/2018-11
PR/RS0186453	DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS SAVAR LTDA	07.045.622/0004-28	48610.002930/2018-83
PR/PA0186434	F1 COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	25.033.962/0001-78	48610.003557/2018-88
PR/PE0186455	J R DE OLIVEIRA JUNIOR	14.387.754/0001-50	48610.001808/2018-90
PR/MA0186514	J.M. MOREIRA COMBUSTIVEIS	11.515.214/0001-17	48610.003742/2018-72
PR/SP0186471	JOCILAINE MELHADO COUGO FERES	06.213.402/0001-50	48610.000363/2018-21
PR/PE0186491	JOSIVAN PEREIRA DA SILVA COMBUSTIVEIS EIRELI	27.915.146/0001-13	48610.003341/2018-12
PR/CE0186456	M D DE OLIVEIRA PAIVA	10.404.912/0005-06	48610.003343/2018-10
PR/PE0186459	MF MARINA CLUB LTDA	21.565.763/0001-50	48610.002611/2018-78
PR/RS0186511	MMC COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	09.131.909/0003-15	48610.003737/2018-60
PR/MT0186516	PETRO KF COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	16.800.691/0001-48	48610.003730/2018-48
PR/RS0186433	POSTO DE COMBUSTIVEIS 63 LTDA	28.941.553/0001-68	48610.003006/2018-14
PR/CE0186517	POSTO DUNAS LTDA	10.537.108/0001-71	48610.003367/2018-61
PR/MG0186494	POSTO PARQUE LTDA	29.333.352/0001-40	48610.003150/2018-51
PR/CE0186457	POSTO PENTECOSTE LTDA	29.376.374/0001-98	48610.003633/2018-55
PR/MG0186496	POSTO VIANOPOLIS LTDA	14.381.567/0001-60	48610.003316/2018-39
PR/GO0186413	REDE PETROCALDAS II LTDA	28.762.225/0001-02	48610.000603/2018-97
PR/PA0186431	S. & L. LTDA	18.450.168/0002-45	48610.002945/2018-41
PR/MG0186437	SANDOVAL SEBASTIAO DA SILVA	17.785.791/0001-05	48610.003562/2018-91
PR/SC0186493	SS ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEL LTDA	28.813.104/0001-34	48610.003149/2018-26
PR/MG0186495	T & G COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	19.851.806/0001-11	48610.003157/2018-72
PR/PA0186414	VIEIRA & PIZZOLI VIEIRA LTDA	10.737.595/0005-40	48610.003206/2018-77

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 485, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/PA0244832	A L BATISTA JUNIOR - ME	27.709.069/0002-26	48610.003173/2018-65
GLP/PA0244833	ADALTO DA SILVA PAES	28.353.155/0001-20	48610.003398/2018-11
GLP/MT0244834	ADERIDIO HONORIO DA SILVA	14.252.132/0001-15	48610.003257/2018-07
GLP/MA0244835	AGNALDO DA SILVA CALDAS - COMERCIO	07.598.223/0002-22	48610.002873/2018-32
GLP/CE0244836	ALESSANDRA LESSA DE VASCONCELOS LHEPPIU	29.236.977/0001-94	48610.003352/2018-01
GLP/SP0244837	ALEXANDRE V. CORDEIRO DE SOUZA - ME	29.210.691/0001-30	48610.003400/2018-52
GLP/BA0244838	AMC COMERCIO DE GAS EIRELI	29.856.269/0001-56	48610.003508/2018-45
GLP/RS0244839	ANDRÉ MAINARDO CARDOSO 65248147034	28.658.035/0001-31	48610.003165/2018-19
GLP/SP0244840	ANGELICA APARECIDA FREU	29.665.566/0001-14	48610.003384/2018-06
GLP/MG0244841	ANTONIO MODESTO NETO 13140981600	29.751.489/0001-15	48610.003360/2018-49
GLP/PR0244842	ANTONIO ROSVALDO DA CRUZ 03921946948	27.897.189/0001-13	48610.003389/2018-21
GLP/SP0244843	ART FESTA COMERCIO DE BEBIDAS CATIGUA LTDA	05.794.844/0001-75	48610.003378/2018-41
GLP/MT0244844	AUTO POSTO FERNANDO CORREA DA COSTA LTDA	15.782.755/0001-62	48610.003526/2018-27
GLP/SP0244845	AVANI MARIA DE JESUS QUEIROZ ME	28.758.727/0001-51	48610.014308/2017-37
GLP/ES0244846	BRANDAO DISTRIBUIDORA VAREJISTA LTDA EPP	26.457.339/0001-05	48610.005226/2017-00
GLP/MG0244847	BRUCY LEONARDO DA SILVA ALVES 10590268643	28.698.767/0001-55	48610.002904/2018-55
GLP/PI0244848	C B C DE ARAUJO	11.824.378/0001-26	48610.003381/2018-64
GLP/MG0244849	CAIRO ALVES DA SILVA 04444611677	21.213.480/0001-49	48610.003279/2018-69
GLP/SP0244850	CAPELA GAS COMERCIAL LTDA - ME	29.287.550/0001-15	48610.003397/2018-77
GLP/TO0244851	CARLITO SOARES DOS SANTOS	28.313.797/0001-04	48610.003249/2018-52
GLP/PR0244852	COMERCIO DE GAS NO PONTO LTDA ME	25.345.854/0001-30	48610.002459/2018-23
GLP/PR0244853	COMERCIO DE GAS NOVO MILENIO LTDA ME	26.555.369/0001-54	48610.001268/2018-44
GLP/RS0244854	CRISTIANE ANDREIA CARRASCO OLIVEIRA	06.055.101/0001-46	48610.003354/2018-91
GLP/RS0244855	D. CARVALHO DE OLIVEIRA DISTRIBUIDORA	28.961.312/0001-80	48610.003390/2018-55
GLP/PI0244856	D DA S SOUZA - ME	26.267.655/0002-03	48610.003358/2018-70
GLP/GO0244857	DIVINO PASCOAL DOS SANTOS SUPERMERCADO	37.324.399/0001-76	48610.001937/2018-88
GLP/AP0244858	E. SILVA ARAUJO	28.592.274/0002-17	48610.003388/2018-86
GLP/MG0244859	ELCIMAR LEANDRO BALDOINO SANTOS 05645326652	26.838.308/0001-02	48610.002763/2018-71
GLP/MA0244860	ELIELDO DE MATOS	29.685.547/0001-50	48610.003251/2018-21
GLP/PR0244861	ELIELTON INACIO - ME	27.286.586/0001-59	48610.003394/2018-33
GLP/ES0244862	ELIENE MARIA MOREIRA	28.970.892/0001-72	48610.002075/2018-19
GLP/BA0244863	EMERSON DE SOUZA CRISPIM COMERCIO DE GAS	29.736.461/0001-09	48610.002430/2018-41
GLP/SP0244864	ESTEVEZ & ESTEVEZ COMERCIO E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA	58.190.083/0001-09	48610.011939/2017-02
GLP/MT0244865	EVANDRO AZZOLINI EPP	03.949.194/0001-64	48610.003396/2018-22
GLP/RN0244866	F & F COMERCIO DE GAS LTDA	27.881.756/0001-43	48610.003707/2018-53
GLP/SP0244867	FABIANA NUNES FILADELFIO 36700407818	24.922.448/0001-20	48610.003380/2018-10
GLP/MG0244868	FABIO JUNIOR DE OLIVEIRA GAS E AGUA	28.549.826/0001-23	48610.001904/2018-38
GLP/ES0244869	G G BERTASSONI	29.701.179/0001-96	48610.003177/2018-43
GLP/ES0244870	GANHE GAS LTDA	29.491.890/0001-63	48610.003245/2018-74
GLP/RN0244871	GAS PUREZA LTDA - ME	07.229.931/0001-05	48610.003244/2018-20
GLP/GO0244872	GAS SÃO CRISTOVÃO REVENDA EIRELI - ME	23.591.981/0001-94	48610.001189/2018-33
GLP/GO0244873	GENOVEVA GAS - EIRELI	29.551.677/0001-08	48610.003277/2018-70
GLP/PR0244874	GILLAINE DOS SANTOS BUENO DE ANDRADE - ME	29.532.150/0001-28	48610.003365/2018-71
GLP/MS0244875	GILMAR PEREIRA NUNES - ME	20.915.603/0002-01	48610.003248/2018-16
GLP/AL0244876	H M DE MATOS - ME	28.589.338/0001-40	48610.003524/2018-38
GLP/MG0244877	HISCHELTON DOS SANTOS 09915663609	21.039.713/0001-39	48610.003395/2018-88
GLP/MG0244878	HONORINA MOTA GOMES DA SILVA	26.470.508/0001-47	48610.000871/2018-17
GLP/ES0244879	H2OLIVEIRA ¿S DISTRIBUIDORA DE AGUA E GAS LTDA	29.461.421/0001-00	48610.003258/2018-43
GLP/PE0244880	IGOR SILVA DE ANDRADE 12041880414	28.299.172/0001-27	48610.001616/2018-83
GLP/ES0244881	IRENI DOS SANTOS BOLDRINI SANDRE 10400961741	29.001.697/0001-05	48610.003179/2018-32
GLP/PA0244882	ISAQUE GUERREIRO MIRANDA 00898186285	29.222.431/0001-84	48610.003281/2018-38
GLP/PR0244883	IZABEL CRISTINA RIBEIRO - GAS - ME	28.102.178/0001-62	48610.000377/2018-44
GLP/MS0244884	JOAO CANDIA	28.630.653/0001-73	48610.002762/2018-26
GLP/SE0244885	JORGE ADOLPHO SILVEIRA MAIA - ME	28.941.536/0001-20	48610.003261/2018-67
GLP/SP0244886	JOSE ADEMIR VIEIRA DA SILVA 40347581803	29.118.826/0001-31	48610.000879/2018-75
GLP/PE0244887	JOSE FELIZARIO DA ROCHA FILHO	28.912.987/0001-30	48610.003353/2018-47
GLP/ES0244888	JUDASIO DE SOUSA PASSOS 97907278791	18.992.645/0001-13	48610.000320/2018-45
GLP/SP0244889	JULIANA CHOSSANI PINTO 02524448924	27.573.297/0001-30	48610.002095/2018-81
GLP/RR0244890	L. ALVES DAMASCENO	27.435.538/0001-85	48610.002976/2018-01
GLP/MG0244891	LAIS ALANE MOURA SANTOS 08638944616	28.981.557/0001-70	48610.001973/2018-41
GLP/ES0244892	LEONARDO DE JESUS ARRUDA 05770872748	26.211.471/0001-32	48610.003259/2018-98
GLP/MG0244893	LILIANA DA SILVA SANTOS - ME	13.352.004/0002-61	48610.003392/2018-44
GLP/SP0244894	L&L GAS LTDA - ME	28.788.681/0001-13	48610.003171/2018-76
GLP/MG0244895	LUCAS ADRIANO GOMES DIAS 02347168606	28.968.054/0001-64	48610.003250/2018-87
GLP/CE0244896	LUCIANO DE ASSUNCAO DOS SANTOS 06752645370	27.963.801/0001-09	48610.002085/2018-46
GLP/MG0244897	LUDMILA DA SILVA	28.819.724/0001-80	48610.003247/2018-63
GLP/MT0244898	LUIZ HENRIQUE ALVES DE ARRUDA 04503964100	28.505.908/0001-76	48610.003362/2018-38
GLP/BA0244899	L3 REVENDEDORA DE GAS LTDA	29.922.694/0001-04	48610.003517/2018-36
GLP/AM0244900	MACHADO COMÉRCIO DE GAS GLP LTDA	28.950.431/0001-38	48610.003166/2018-63
GLP/SP0244901	MARCELO GARCIA LEANDRO 07185703832	29.644.985/0001-70	48610.003266/2018-90
GLP/PR0244902	MARIA SANTINA TABORDA 04623929965	27.988.407/0001-25	48610.013526/2017-54
GLP/MG0244903	MARIZETE ANDRADE SANTOS ARAUJO 12119343659	29.563.126/0001-56	48610.003260/2018-12
GLP/SC0244904	MARLI TERESINHA SARMENTO MANFRON 64706079004	28.518.813/0001-97	48610.003280/2018-93
GLP/AM0244905	MARLON OLIVEIRA DE OLIVEIRA 57513759200	28.752.760/0001-74	48610.003284/2018-71
GLP/GO0244906	MAURI GAS E DISTRIBUIDORA LTDA	28.885.858/0001-08	48610.002400/2018-35
GLP/SP0244907	MDM COMERCIO DE GAS LTDA	27.340.098/0001-82	48610.003363/2018-82
GLP/MA0244908	MERCADINHO CARONE LTDA.	35.120.369/0012-75	48610.001094/2018-10
GLP/PB0244909	MERCADINHO MUNDO FELIZ LTDA EPP	06.371.844/0002-06	48610.003283/2018-27
GLP/RS0244910	MERCADO ECONOMICO LTDA - EPP	26.420.603/0001-36	48610.003377/2018-04
GLP/SP0244911	M.V COMERCIO DE GAS LTDA	29.577.614/0001-12	48610.003252/2018-76
GLP/PR0244912	NATASSIA CAZUZA 07781933907	28.443.030/0001-91	48610.003364/2018-27
GLP/RS0244913	NEUSA PACHECO ME	10.763.380/0001-70	48610.009575/2017-92
GLP/AM0244914	O F DE CASTRO	16.783.081/0002-64	48610.003278/2018-14
GLP/BA0244915	OSVALDO LIMA SANTOS DE TEOFILANDIA	21.098.551/0001-00	48610.014047/2017-55
GLP/MA0244916	P H DA VEIGA ALBINO	27.596.489/0001-62	48610.003135/2018-11
GLP/SP0244917	PLENO GAS E AGUA LTDA	25.048.742/0001-18	48610.003351/2018-58
GLP/RJ0244918	R. DE C. F. MACHADO DE CARVALHO COMERCIO DE GAS E BEBIDAS - ME	26.147.608/0001-37	48610.014377/2017-41
GLP/PR0244919	RAQUEL FERREIRA ZOMERFELD COMERCIO GAS	29.381.053/0001-81	48610.003387/2018-31
GLP/PI0244920	REGINA DA SILVA ARAUJO 96696850368	26.580.505/0001-66	48610.003379/2018-95
GLP/PE0244921	R.F. DE ARUDA COMERCIO DE GAS EIRELI - ME	28.290.158/0001-62	48610.003366/2018-16
GLP/PE0244922	RODRIGO SAMPAIO CAVALCANTI	28.869.523/0001-98	48610.003246/2018-19
GLP/SP0244923	ROSELENE DOS SANTOS ROCHA 20644452854	26.674.377/0001-10	48610.003185/2018-90
GLP/MT0244924	ROSEMEIRE DE ABREU 97564451149	28.141.203/0001-17	48610.003226/2018-48
GLP/MG0244925	RUBENS PRIMO DE SOUSA - ME	24.491.787/0001-08	48610.003393/2018-99
GLP/RO0244926	S A AGUIAR EIRELI	29.121.374/0001-47	48610.003254/2018-65
GLP/SP0244927	SILVEIRA RODRIGUES DA SILVA 39333122800	29.324.049/0001-81	48610.003275/2018-81
GLP/ES0244928	SOS COMERCIO DE BEBIDAS & CIA LTDA ME	26.891.761/0001-74	48610.001847/2018-97
GLP/MG0244929	SUELY APARECIDA SEIXAS 12243103656	28.375.835/0001-45	48610.003256/2018-54
GLP/MA0244930	TECC EMPREENDIMENTOS LTDA	07.308.422/0005-00	48610.014637/2017-88
GLP/SP0244931	TULIO HENRIQUE REDE DE PAULA 40973872861	26.857.598/0001-23	48610.003274/2018-36
GLP/BA0244932	URANDI COMERCIAL DE GAS LTDA	29.605.637/0001-93	48610.003383/2018-53
GLP/MG0244933	VALTENOR PEREIRA BORGES	01.756.834/0002-75	48610.003403/2018-96
GLP/PR0244934	VERA REGINA MACIEL TABORDA - ME	25.216.708/0001-05	48610.003357/2018-25
GLP/SP0244935	VR7 DISTRIBUIDORA DE GAS EIRELI - ME	23.039.021/0001-16	48610.003176/2018-07
GLP/PB0244936	WJS COMERCIAL DE GAS EIRELI	29.438.852/0001-47	48610.003359/2018-14
GLP/CE0244937	XAVIER GÁS LTDA ME	15.507.863/0002-08	48610.003167/2018-16

CEZAR CARAM ISSA CEZAR CARAM ISSA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 486, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/SP0186531	AUTO POSTO AVENIDA ITALIA LTDA	28.348.028/0001-33	48610.003201/2018-44
PR/SP0186595	AUTO POSTO JARDIM PAU BRASIL LTDA	27.149.241/0001-53	48610.003884/2018-30
PR/PA0186596	AUTO POSTO K&K LTDA	25.307.832/0001-86	48610.003885/2018-84
PR/PR0186551	AUTO POSTO PURUNA GRANDE PARADA LTDA	22.028.991/0001-53	48610.003883/2018-95
PR/GO0186598	DAVILLE COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	28.891.793/0001-03	48610.003891/2018-31
PR/CE0186533	JOSE BANDEIRA BEZERRA	23.872.857/0001-05	48610.003762/2018-43
PR/GO0186572	MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANONIMA	47.427.653/0095-03	48610.002710/2018-50
PR/GO0186597	MEGA POSTO AVENIDA LTDA	29.618.177/0001-38	48610.003887/2018-73
PR/SP0186593	ONGARATTO & OLIVEIRA LTDA.	20.963.194/0001-38	48610.003889/2018-62
PR/PR0186592	P C FERRAZ & CIA LTDA	78.704.921/0001-22	48610.002294/2018-90
PR/RJ0186594	PALLADIUM COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEL LTDA	13.412.918/0002-70	48610.003209/2018-19
PR/RS0186591	POSTO PETROTAVARES COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	26.966.453/0001-60	48610.015354/2017-53
PR/RN0186532	POSTO UMARI LTDA	22.903.950/0001-69	48610.003421/2018-78
PR/AL0186571	SANDIEGO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI	27.665.019/0001-03	48610.003882/2018-41

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 487, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/PA0244938	A S L FARIAS COMERCIO ME	29.289.876/0001-81	48610.002110/2018-91
GLP/AL0244939	ADEILTON NUNES CALADO GAS - ME	26.503.539/0001-57	48610.003439/2018-70
GLP/MT0244940	ADENILSON DA SILVA SANTOS & A A SILVA SANTOS LTDA ME	26.584.196/0001-00	48610.001946/2018-79
GLP/PR0244941	ADENIR SILVA DO CARMO 07318428985	27.506.208/0001-33	48610.015280/2017-55
GLP/RS0244942	ALESSANDRA MACHADO FERNANDES	15.657.006/0001-03	48610.003435/2018-91
GLP/MS0244943	ALEX CACERES RODRIGUES 01509930132	23.021.581/0001-43	48610.003431/2018-11
GLP/TO0244944	AMADEUS PEREIRA NUNES	28.672.942/0001-35	48610.003664/2018-14
GLP/SP0244945	AMANDA CAROLINE PEREIRA DE SOUZA - ME	28.086.481/0001-19	48610.012912/2017-29
GLP/PB0244946	ANTHONY BENTO BORGES 07758194419	13.220.726/0001-81	48610.003443/2018-38
GLP/PR0244947	CAROLINE DE FATIMA RIBEIRO DE RAMOS - ME	27.159.077/0001-65	48610.011636/2017-81
GLP/BA0244948	COMERCIO DE GAS DOIS AMIGOS LTDA - ME	28.012.260/0001-04	48610.002410/2018-71
GLP/PR0244949	CRISTIANO JOSE ALVES 04954497922	19.513.709/0001-19	48610.014385/2017-97
GLP/MS0244950	DARIO QUEIRZ FILHO	37.217.262/0001-12	48610.001929/2018-31
GLP/SP0244951	DEC - DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA	06.124.988/0005-00	48610.002766/2018-12
GLP/SP0244952	DEC - DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA	06.124.988/0006-91	48610.002765/2018-60
GLP/MG0244953	DISTRIBUIDORA DE GÁS VESPERMANN LTDA	06.951.302/0008-06	48610.006415/2017-91
GLP/MG0244954	EDIONES DA CUNHA 00636294617	29.074.494/0001-30	48610.003451/2018-84
GLP/ES0244955	E.D.P. GAS LTDA	29.473.181/0001-55	48610.003444/2018-82
GLP/SP0244956	EDSON PINHEIRO VILELA	28.522.139/0001-14	48610.003447/2018-16
GLP/BA0244957	FABIANO SANTOS CERQUEIRA ME	27.158.927/0001-00	48610.002441/2018-21
GLP/PE0244958	GENECI JUNIO BARBOSA FERREIRA 11720882410	28.913.737/0001-14	48610.003457/2018-51
GLP/CE0244959	GEORGE LINCOLN ORIA MAGALHAES 78557429304	29.338.428/0001-20	48610.001966/2018-40
GLP/MG0244960	GS DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA	14.551.406/0001-77	48610.003449/2018-13
GLP/MG0244961	IGOR ROOSEVELT FERREIRA CAMPOLINA 13405513650	26.749.635/0001-80	48610.007696/2017-08
GLP/AL0244962	J DOS SANTOS	29.217.804/0001-29	48610.003448/2018-61
GLP/MG0244963	JJ DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA - ME	29.160.812/0001-86	48610.001109/2018-40
GLP/PA0244964	JOEGENILSON DOS SANTOS E SILVA - ME	28.949.530/0001-08	48610.003430/2018-69
GLP/CE0244965	JONAS DE SOUZA - ME	08.862.842/0001-64	48610.001037/2018-31
GLP/MT0244966	JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA GÁS - ME	05.247.590/0001-75	48610.008909/2017-19
GLP/MG0244967	JOSE CARLOS DA SILVA 58949127687	20.917.793/0001-15	48610.000088/2018-45
GLP/RN0244968	JOSÉ FELIPE DA SILVA 48151920491	29.069.874/0001-87	48610.003458/2018-04
GLP/PA0244969	JOSICLEIA DE CARVALHO FRANÇA	27.031.375/0001-75	48610.011217/2017-40
GLP/PE0244970	JOZELIO DA SILVA SANTOS COMERCIO VAREJISTA DE GAS E AGUA - ME	27.573.405/0001-75	48610.000073/2018-87
GLP/AP0244971	J.V & RIBEIRO LTDA - ME	28.109.385/0001-49	48610.000205/2018-71
GLP/SC0244972	LEAL COMERCIO DE GLP E AGUA MINERAL LTDA	24.007.054/0001-47	48610.003446/2018-71
GLP/PI0244973	LIMA & COSTA COMERCIO VAREJISTA DE GÁS LTDA - ME	29.161.008/0001-11	48610.002445/2018-18
GLP/PE0244974	LUCIANO INACIO BERNADINO 04556409470	29.073.989/0001-45	48610.003442/2018-93
GLP/SC0244975	LUGANNO COMERCIO DE GAS LTDA	20.331.527/0002-97	48610.003432/2018-58
GLP/SC0244976	LUGANNO COMERCIO DE GAS LTDA	20.331.527/0003-78	48610.003441/2018-49
GLP/SC0244977	LUGANNO COMERCIO DE GAS LTDA	20.331.527/0004-59	48610.003440/2018-02
GLP/PE0244978	LUIS WASHINGTON CUNHA DA SILVA	29.298.054/0001-67	48610.003454/2018-18
GLP/RS0244979	LUIZ CARLOS DA ROSA PINTO 90927451034	28.745.582/0001-54	48610.001375/2018-72
GLP/PA0244980	M A DA S DE SOUZA EIRELI	29.639.206/0001-48	48610.003455/2018-62
GLP/MA0244981	M LUCIA DE SOUSA ME	27.048.301/0001-41	48610.002270/2018-31
GLP/RS0244982	M MORAES FERNANDES - ME	21.052.042/0001-46	48610.014479/2017-66
GLP/SP0244983	MARCIA APARECIDA PEREIRA 29113960814	29.516.836/0001-25	48610.001935/2018-99
GLP/SC0244984	MERCADO PROGRESSO LTDA	03.498.476/0001-92	48610.003445/2018-27
GLP/SP0244985	MGA COMERCIO VAREJISTA DE GAS EIRELI - ME	18.317.804/0001-84	48610.003456/2018-15
GLP/PB0244986	MORGES MARQUES DA SILVA 06300534480	27.454.897/0001-80	48610.001952/2018-26
GLP/PI0244987	OLIVIAN ALVES FERREIRA - ME	27.226.959/0001-04	48610.015322/2017-58
GLP/SP0244988	OSMAR HARUO SUZUKI BARRETOS - ME	02.161.841/0002-97	48610.001589/2018-49
GLP/SP0244989	PARREIRA & PARREIRA COMERCIAL LTDA - ME	22.758.381/0001-05	48610.015379/2017-57
GLP/SP0244990	PAULINOS COMÉRCIO DE AGUA LTDA - ME	28.057.829/0001-40	48610.000588/2018-87
GLP/PE0244991	PAULO VICTOR JOSE DA SILVA 12661161414	27.329.782/0001-63	48610.003450/2018-30
GLP/SP0244992	PEDRO JOSE DA SILVA 79945732404	27.822.986/0001-31	48610.001635/2018-18
GLP/PR0244993	PERSCEL E DOMINGUES LTDA	27.523.912/0001-02	48610.002246/2018-00
GLP/PR0244994	REDE GAS COMERCIO DE GAS II LTDA - ME	29.270.861/0001-71	48610.000204/2018-26
GLP/PI0244995	RITA MARIA DOS REIS SANTOS - ME	15.516.056/0001-70	48610.000080/2018-89
GLP/ES0244996	R.J.S. PEREIRA - ME	13.554.567/0001-51	48610.001641/2018-67
GLP/RS0244997	RODRIGO MUSTEFAGA	26.501.639/0002-25	48610.003434/2018-47
GLP/PB0244998	ROZANA MARIA DA SILVA COMERCIO ME	29.005.967/0001-48	48610.001515/2018-11
GLP/MT0244999	S GARCIA DE MATOS - ME	19.697.740/0001-57	48610.013123/2017-13
GLP/BA0245000	SUPERMART COMERCIAL LTDA	12.344.879/0001-78	48610.003453/2018-73
GLP/GO0245001	SUPERMERCADO SOUSA COSTA LTDA ME	15.763.171/0001-40	48610.001625/2018-74
GLP/MG0245002	THALES WILLIAM SANTOS - ME	29.093.673/0001-15	48610.000390/2018-01
GLP/RS0245003	VALERIA BELLIS DOMINGUES OLIVEIRA 02180755023	26.621.039/0001-10	48610.000206/2018-15

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 488, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no Art. 30, da Resolução ANP n°51 de 30 de novembro de 2016, torna público o cancelamento, POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
001/GLP/SP0013982	ANTONIO CARLOS TOMASINI - ME	00.798.747/0001-37	48610.005888/2006-19
GLP/MG0230416	ANTONIO MARTINS FERREIRA JUNIOR	22.437.488/0001-51	48610.007600/2015-31
GLP/TO0221155	ARAUJO E VIEIRA LTDA - ME	07.877.906/0001-38	48610.005696/2013-31
001/GLP/CE0016831	CLAUDIA NERI COELHO MACHADO	02.747.870/0001-54	48610.010304/2007-16
GLP/ES0231782	CLESIO SUIM 86280457753	23.322.568/0001-24	48610.011654/2015-00
GLP/TO0212896	EDINA ALVES ROCHA MARTINS	06.020.688/0001-58	48610.000369/2012-11
GLP/ES0173082	IRMÃOS PIANCA LTDA.	03.028.551/0001-51	48610.010256/2008-39
GLP/PR0212607	ITIKAWA E CIA LTDA	08.874.867/0001-88	48610.016306/2011-97
GLP/SP0236080	JOSE CARLOS GARBO 2867888689	20.165.207/0001-23	48610.009937/2016-64
GLP/MG0202850	LEONE JOSÉ DE ALMEIDA E CIA LTDA -ME	09.041.000/0001-04	48610.015660/2010-13
GLP/SP0204356	L.M. COMERCIO DE GÁS E AGUA RIO PRETO LTDA - ME	12.602.481/0001-94	48610.017484/2010-54
GLP/MG0184739	LOURDES CORREIA DE OLIVEIRA	04.464.105/0001-52	48610.003582/2010-12
GLP/PR0238149	LUCIMARA FATIMA DA SILVA VASSILEK 03189754918	20.636.548/0001-30	48610.000023/2017-19
001/GLP/PE0017649	M I BORBA LEMOS	08.246.237/0002-40	48610.010994/2007-11
GLP/MG0215353	MARCOS ANTONIO DE CAMARGOS ME	14.406.620/0001-30	48610.005956/2012-98
GLP/SP0224574	MARCOS FERNANDO BORGHI FILHO EIRELLI EPP	19.028.966/0002-46	48610.000544/2014-23
GLP/PE0209909	MARTINS & BANDEIRA COMERCIO LTDA.	11.686.842/0001-65	48610.009395/2011-15
GLP/SP0233771	MICHELI MILENA BUENO	23.267.455/0001-73	48610.002509/2016-19
GLP/RN0231349	M.P.N. COMERCIO VAREJISTA EIRELI - ME	22.171.140/0001-65	48610.006015/2015-14
GLP/GO0211197	OSVALDO BORGES NETO DISTRIBUIDOR	13.068.797/0001-00	48610.013381/2011-04
GLP/AL0205847	P L COMERCIAL LATDA.	12.130.699/0001-93	48610.001111/2011-42
001/GLP/MS0004847	PAULO ROGERIO MIRANDA	07.266.415/0001-50	48610.005233/2005-61
GLP/SP0222052	R. D. COMÉRCIO DE GÁS E ÁGUA LTDA - ME	11.203.595/0002-80	48610.007732/2013-00
GLP/MS0230398	SARA DIANY SERRAGLIO - ME	21.608.694/0001-14	48610.004308/2015-67

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 489, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto na alínea c, do inciso I, do Art. 19, da Resolução ANP nº 17/2009, e no que consta do processo n.º 48610.200976/2018-66, torna público o cancelamento da autorização 338/2010, a pedido da interessada, VALVOLINE DO BRASIL LUBRIFICANTES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 09.055.622/0001-91.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 490, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto na alínea c, do inciso I, do Art. 30, da Resolução ANP nº 18/2009, e no que consta do processo n.º 48610.200976/2018-66, torna público o cancelamento da autorização 96/2017, a pedido da interessada, VALVOLINE DO BRASIL LUBRIFICANTES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 09.055.622/0001-91.

CEZAR CARAM ISSA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A

BALANÇO PATRIMONIAL

continuação

Investimentos em Controladas em Conjunto e Coligadas

Nome	Objeto	Empresa	% Part.	Demais Acionistas	% Participa.	Valor do Investimento
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	Trasmissão	Furnas	24,50%	Copel State Grid	24,50% 51,00%	160.191
Central Eólica Famosa I	Geração - Parque Eólico Famosa I	Furnas	49,00%	PF Participações Ltda	51,00%	738
Central Eólica Pau Brasil	Geração - Parque Eólico Pau Brasil	Furnas	49,00%	PF Participações Ltda	51,00%	692
Central Eólica Rosada	Geração - Parque EOL Rosada	Furnas	49,00%	PF Participações Ltda	51,00%	1.115
Central Eólica de São Paulo	Geração - Parque EOL Rosada	Furnas	49,00%	PF Participações Ltda	51,00%	765
Vale do São Bartolomeu	Trasmissão	Furnas	39,00%	FIP Participações Caixa Milão CELG GT	51,00% 10,00%	123.131
Punaú I	Geração - EOL Punaú I	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão CGE Punaú I	50,99% 0,01%	1.744
Carnaúba I	Geração - EOL Carnaúba I	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão CGE Carnaúba I	50,99% 0,01%	1.985
Carnaúba II	Geração - EOL Carnaúba II	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão CGE Carnaúba II	50,99% 0,01%	1.972
Carnaúba III	Geração - EOL Carnaúba III	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão CGE Carnaúba III	50,99% 0,01%	1.375
Carnaúba V	Geração - EOL Carnaúba V	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão CGE Carnaúba V	50,99% 0,01%	2.283
Cervantes I	Geração - EOL Cervantes I	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão CGE Cervantes I	50,99% 0,01%	1.416
Cervantes II	Geração - EOL Cervantes II	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão CGE Cervantes II	50,99% 0,01%	991
Bom Jesus	Geração - EOL Bom Jesus	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão	51,00%	1.031
Cachoeira	Geração - EOL Cachoeira	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão	51,00%	1.050
Pitimbu	Geração - EOL Pitimbu	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão	51,00%	1.454
São Caetano I	Geração - EOL São Caetano I	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão	51,00%	1.058
São Caetano	Geração - EOL São Caetano	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão	51,00%	1.260
São Galvão	Geração - EOL São Galvão	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão	51,00%	1.211
Companhia Energética Sinop S.A.	Geração - UHE Sinop	Eletronorte Chesf	24,50% 24,50%	FIP Participações Caixa Milão	51,00%	716.939
Tijoa Participações e Investimentos	Geração - UHE Três Irmãos	Furnas	49,90%	Fundo de Investimento em Participações Constantinopla	50,10%	10.067
São Manoel	Geração - UHE São Manoel	Furnas	33,33%	CWEI (Brasil) Participações EDP Brasil	33,30% 33,40%	649.731
Transenergia São Paulo	Trasmissão	Furnas	49,00%	J.Malucelli	51,00%	93.433
Mata de Sta. Genebra Transmissora	Trasmissão	Furnas	49,90%	Copel	50,10%	459.169
Energia Olímpica	Trasmissão	Furnas	49,90%	Light S.A.	50,10%	1.244
Inambari Geração de Energia (Igesa)	UHE Inambari	Furnas Eletrobras	19,60% 29,40%	OAS	51,00%	5
Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	Trasmissão	Eletronorte Furnas	24,50% 24,50%	State Grid Brazil Holding (SGBH)	51,00%	1.638.460
CSE Energia	Geração	Furnas	49,90%	Juno Participações e Investimentos S.A.	50,10%	1.244

continua

continuação

Nome	Objeto	Empresa	Part. %	Demais Acionistas	Part. %	Situação do empreendimento	Valor do Investimento
Energética Águas da Pedra S.A.	Geração - UHE Dardanelos	Chesf Eletronorte	24,5% 24,5%	Neoenergia	51,00%	Em operação	224.668
Rouar S.A.	Geração - Parque EOL em Colônia	Eletrobras	50,0%	UTE	50,00%	Em operação	105.413
CEB - LAJEADO	Geração - UHE CEB Lajeado	Eletrobras	40,07%	CEB	59,93%	Em operação	49.153
Lajeado Energia	Geração e Comercialização	Eletrobras	40,07%	EDP - Energias do Brasil S.A. Governo do Estado do Tocantins	55,86% 4,07%	Em operação	64.103
Paulista Lajeado	Geração e Comercialização	Eletrobras	40,07%	Cia. Jaguari de Geração de Energia	59,93%	Em operação	30.436
AES Tiete	Geração	Eletrobras	7,94%	AES Corp BNDSPart Outros	24,28% 28,33% 39,45%	Em operação	398.161
Companhia Energética de Brasília - CEB	Geração - Transmissão - Distribuição	Eletrobras	2,10%	Distrito Federal - DF Outros	80,20% 17,70%	Em operação	8.339
Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE-D	Distribuição	Eletrobras	32,59%	CEE Participações Outros	65,92% 1,49%	Em operação	–
Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE-GT	Geração - Transmissão	Eletrobras	32,59%	CEE Participações Outros	65,92% 1,49%	Em operação	867.687
Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC	Distribuição	Eletrobras	10,75%	Estado de Santa Catarina Angra Volt FIA Poland Fia Outros	20,20% 14,46% 7,53% 47,06%	Em operação	112.396
Centrais Elétricas do Pará - CELPA	Distribuição	Eletrobras	0,99%	Equatorial Energia S.A. Outros	96,18% 2,83%	Em operação	38.556
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	Distribuição	Eletrobras	1,56%	Neoenergia Outros	89,65% 8,79%	Em operação	18.258
Companhia Energética do Maranhão São Luís - CEMAR	Distribuição	Eletrobras	33,55%	Equatorial Energia Outros	65,11% 1,34%	Em operação	821.010
Energisa MT	Distribuição	Eletrobras	22,01%	Rede Energia S.A. Energisa Outros	57,67% 8,90% 11,42%	Em operação	395.927
Companhia Energetica de São Paulo - CESP	Geração - Comercialização	Eletrobras	2,05%	Fazenda do Estado de São Paulo Outros	36,98% 60,97%	Em operação	133.709
Duke Energy Geração	Geração	Eletrobras	0,47%	Duke Energy Internat. Brasil Ltda Outros	94,28% 5,25%	Em operação	17.551
Companhia Energética do Ceara - COELCE	Distribuição	Eletrobras	7,06%	Enel Brasil Enersis Américas Outros	58,87% 15,18% 18,89%	Em operação	270.825
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	Geração - Transmissão	Eletrobras	0,56%	Estado do Paraná BNDESPAR Outros	31,07% 23,96% 44,41%	Em operação	32.759
CTEEP	Transmissão	Eletrobras	35,39%	ISA Capital do Brasil Outros	35,91% 28,70%	Em operação	3.485.985
EMAE	Geração	Eletrobras	39,02%	Fazenda do Estado de São Paulo Outros	38,99% 21,99%	Em operação	331.556
Energisa Holding	Geração - Transmissão - Distribuição	Eletrobras	2,31%	Gipar S/A GIF IV Fundo de Investimentos em Participações Outros	30,95% 14,54% 52,20%	Em operação	218.432
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	Distribuição	Eletropar	1,25%	BNDESPar Outros	18,73% 80,02%	Em operação	34.264
EDP Energias do Brasil S.A.	GT e Distribuição	Eletropar	0,31%	Grupo EDP Outros	51,00% 48,69%	Em operação	25.491
CPFL Energia S.A.	GT e Distribuição	Eletropar	0,18%	StateGrid Outros	54,60% 45,22%	Em operação	–
Mangue Seco II	Geração	Eletrobras	49,00%	Petrobras	51,00%	Em operação	18.594
					TOTAL		25.694.718

continua

continuação

15.6 - Aquisição de participações societárias

Ao longo dos últimos anos, as Empresas do Sistema Eletrobras firmaram investimentos em parcerias em projetos com a iniciativa privada, onde a Companhia figura como acionista não controlador. Estes empreendimentos têm como objeto a atuação na área de geração e transmissão de energia elétrica, cujos valores aportados estão classificados na rubrica de Investimentos.

No dia 30 de junho de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a transferência para a Eletrobras de determinadas participações acionárias detidas pelas controladas Chesf, Furnas, Eletronorte e Eletrosul, em sociedades de propósito específico (SPE).

Em 29 de dezembro de 2017, a Companhia adquiriu as controladas Chuí IX, Santa Vitoria do Palmar, Hermenegildo I, Hermenegildo II e Hermenegildo III através de instrumento de dação de pagamento como forma de abatimento de dívidas da controlada Eletrosul. O valor de dívida abatida foi de R$ 957.029.

15.7 - Ações em garantia

Tendo em vista que a Companhia possui diversas ações no âmbito do Poder Judiciário, onde figura como ré (Vide Nota 30), são oferecidos em garantia, nos recursos dessas ações judiciais, ativos que representam 10,02% em 31 de dezembro de 2017 (9,56% em 31 de dezembro 2016) do total da carteira de investimentos, conforme abaixo:

	CONTROLADORA		
	31/12/2017		
Participações Societárias	Valor do Investimento	Percentual de Bloqueio	Investimento Bloqueado
CTEEP	3.420.725	96,90%	3.314.682
EMAE	319.915	100%	319.915
CESP	133.709	98,96%	132.319
AES TIETE	398.161	99,66%	396.818
COELCE	270.825	93,35%	252.815
CGEEP	17.551	100%	17.551
ENERGISA MT	395.927	31,48%	124.639
CELPA	38.556	100%	38.556
CELPE	18.258	100%	18.258
CEEE - GT	867.687	100%	867.687
ENERGISA S.A.	218.432	82,72%	180.687
CELESC	112.396	99,11%	111.396
CEMAR	821.010	97,96%	804.261
CEB Lajeado	49.153	99,97%	49.137
TOTAL	7.082.305		6.628.721

NOTA 16 - IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura para geração de energia elétrica de concessões não prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/13.

Os bens que compõe o ativo imobilizado da Companhia, associados e identificados como ativos da concessão de serviço público, não podem ser vendidos nem dados em garantia a terceiros.

As Obrigações Especiais (obrigações vinculadas às concessões) correspondem a recursos recebidos de consumidores com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica e são alocadas aos empreendimentos correspondentes. Os ativos adquiridos com os correspondentes recursos são registrados no imobilizado da Companhia, conforme disposições estabelecidas pela ANEEL. Em virtude de sua natureza essas contribuições não representam obrigações financeiras efetivas, uma vez que não serão devolvidas aos consumidores.

	CONSOLIDADO				
	31/12/2017				
	Valor bruto	Depreciação acumulada	Obrigações vinculadas à Concessão	*Impairment* (*)	Valor líquido
Em serviço					
Geração	50.132.157	(24.120.639)	(607.383)	(13.804.579)	11.599.556
Administração	2.406.319	(1.537.139)	(8.413)	–	860.767
Distribuição	1.398.468	(557.042)	–	–	841.426
	53.936.944	(26.214.819)	(615.796)	(13.804.579)	13.301.749
Em curso					
Geração	13.827.544	–	–	–	13.827.544
Administração	836.544	–	–	–	836.544
	14.664.088	–	–	–	14.664.088
	68.601.032	(26.214.819)	(615.796)	(13.804.579)	27.965.837

	CONSOLIDADO				
	31/12/2016				
	Valor bruto	Depreciação acumulada	Obrigações vinculadas à Concessão	*Impairment* (*)	Valor líquido
Em serviço					
Geração	47.456.125	(23.064.664)	(538.375)	(12.141.003)	11.712.083
Administração	2.491.860	(1.514.448)	(9.292)	–	968.119
Distribuição	1.398.468	(499.344)	–	–	899.124
	51.346.453	(25.078.456)	(547.667)	(12.141.003)	13.579.326
Em curso					
Geração	12.353.688	–	–	–	12.353.688
Administração	879.911	–	–	–	879.911
	13.233.599	–	–	–	13.233.599
	64.580.052	(25.078.456)	(547.667)	(12.141.003)	26.812.925

(*) Vide nota 19.

Movimentação do Imobilizado

	CONSOLIDADO					
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Transferência	Baixas	Aquisição de Controladas (*)	Saldo em 31/12/2017
Geração / Comercialização						
Em serviço	47.456.125	198.582	(33.257)	(96.066)	2.606.773	50.132.157
Depreciação acumulada	(23.064.664)	(1.349.670)	194.497	99.198	–	(24.120.639)
Em curso	12.564.811	1.778.494	(378.979)	(15.734)	90.075	14.038.667
Provisão p/ valor recuperação ativos (*impairment*)	(12.141.003)	(2.459.063)	105.379	988.028	(297.920)	(13.804.579)
Achados da Investigação	(211.123)	–	–	–	–	(211.123)
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(538.375)	(28)	–	6.911	(75.891)	(607.383)
	24.065.771	(1.831.684)	(112.360)	982.337	2.323.037	25.427.101

	CONSOLIDADO					
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Transferência	Baixas	Aquisição de Controladas (*)	Saldo em 31/12/2017
Distribuição						
Arrendamento Mercantil	1.398.468	–	–	–	–	1.398.468
Depreciação acumulada	(499.344)	(57.698)	–	–	–	(557.042)
	899.124	(57.698)	–	–	–	841.426
Administração						
Em serviço	2.491.860	12.615	65.212	(163.482)	114	2.406.319
Depreciação acumulada	(1.514.448)	(136.531)	(7.139)	120.980	–	(1.537.139)
Em curso	879.911	82.000	(64.902)	(61.331)	866	836.544
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(9.292)	(27)	–	905	–	(8.414)
	1.848.030	(41.943)	(6.829)	(102.929)	980	1.697.310
TOTAL	26.812.925	(1.931.325)	(119.189)	879.408	2.324.017	27.965.837

(*) Transferência de SPEs da Eletrosul para a Eletrobras vide nota explicativa 15.6.

	CONSOLIDADO				
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Transferência	Baixas	Saldo em 31/12/2016
Geração / Comercialização					
Em serviço	46.003.180	184.468	1.287.960	(19.483)	47.456.125
Depreciação acumulada	(21.740.065)	(1.363.922)	27.098	12.225	(23.064.664)
Em curso	11.870.318	2.106.303	(1.355.214)	(56.596)	12.564.811
Provisão p/ valor recuperação ativos (*impairment*)	(8.684.088)	(3.876.375)	14.048	405.412	(12.141.003)
Achados da Investigação	–	–	–	(211.123)	(211.123)
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(633.602)	(2.540)	(6.951)	104.718	(538.375)
	26.815.743	(2.952.066)	(33.059)	235.153	24.065.771
Distribuição					
Arrendamento Mercantil	1.398.468	–	–	–	1.398.468
Depreciação acumulada	(441.647)	(57.697)	–	–	(499.344)
	956.821	(57.697)	–	–	899.124
Administração					
Em serviço	2.444.828	49.578	217.570	(220.116)	2.491.860
Depreciação Acumulada	(1.445.137)	(149.132)	(100.422)	180.243	(1.514.448)
Em curso	799.908	136.791	(56.719)	(69)	879.911
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(25.518)	–	–	16.226	(9.292)
	1.774.081	37.236	60.429	(23.716)	1.848.030
TOTAL	29.546.645	(2.972.527)	27.370	211.437	26.812.925

Taxa média de depreciação e depreciação acumulada:

	CONSOLIDADO			
	31/12/2017		31/12/2016	
	Taxa média de depreciação	Depreciação acumulada	Taxa média de depreciação	Depreciação acumulada
Geração				
Hidráulica	2,48%	16.938.117	2,53%	15.920.174
Nuclear	3,93%	4.842.938	3,93%	4.439.098
Térmica	3,26%	2.166.751	4,03%	2.542.610
Eólica	6,99%	164.395	6,89%	161.681
Comercialização	2,92%	8.438	3,15%	1.101
		24.120.639		23.064.664
Distribuição	3,00%	557.042	3,00%	499.344
		557.042		499.344
Administração	6,31%	1.537.139	6,00%	1.514.448
		1.537.139		1.514.448
Total		26.214.820		25.078.456

NOTA 17 - ATIVO (PASSIVO) FINANCEIRO - CONCESSÕES E ITAIPU

	CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
Concessões de Transmissão		
Ativo Financeiro Receita Anual Permitida (item II)	45.974.236	42.743.612
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis (item II)	3.887.272	3.630.829
	49.861.508	46.374.441
Concessões de Distribuição		
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis (item II)	2.532.115	4.935.236
Valores a receber Parcela A e outros itens financeiros (item III)	832.013	(9.254)
	3.364.128	4.925.982
Concessões de Geração		
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis (item II)	2.622.973	2.585.720
	55.848.609	53.886.143
Ativo Financeiro Itaipu (item I)	2.036.514	1.200.916
Total do ativo financeiro	57.885.123	55.087.059
Ativo Financeiro - Circulante	7.224.354	2.337.513
Ativo Financeiro - Não Circulante	50.660.769	52.749.546
Total do ativo financeiro	57.885.123	55.087.059

I - Ativo (Passivo) Financeiro de Itaipu

	CONTROLADORA	
	31/12/2017	31/12/2016
Contas a Receber	2.851.851	2.320.333
Direito de Ressarcimento	1.304.844	973.007
Fornecedores de Energia - Itaipu	(2.619.813)	(2.773.682)
Obrigações de ressarcimento	(2.320.540)	(1.731.675)
Total ativo (passivo) circulante	(783.658)	(1.212.017)
Contas a Receber	1.533.783	1.348.926
Direito de Ressarcimento	3.884.737	3.161.043
Obrigações de ressarcimento	(2.598.348)	(2.097.036)
Total ativo não circulante	2.820.172	2.412.933
Total ativo	2.036.514	1.200.916

continua

continuação

Os efeitos da constituição do ativo financeiro Itaipu estão inseridos acima e são detalhados a seguir:

I.I - Valores Decorrentes da Comercialização da Energia Elétrica de Itaipu Binacional

a) Fator de ajuste

O saldo decorrente do fator de ajuste de Itaipu Binacional, inserido na rubrica Ativo Financeiro, apresentado no Ativo Não Circulante, monta a R$ 3.884.737 em 31 de dezembro de 2017, equivalentes a US$ 1.174.346 (R$ 3.161.043 em 31 de dezembro de 2016, equivalentes a US$ 969.913), dos quais R$ 3.401.339 , equivalente a US$ 1.028.216, serão repassados ao Tesouro Nacional até 2023, como decorrência da operação de cessão de crédito realizada entre a Companhia e o Tesouro Nacional, em 1999.

Tais valores serão realizados mediante a sua inclusão na tarifa de repasse a ser praticada até 2023.

b) Comercialização de energia elétrica

No período findo em 31 de dezembro 2017 foi comercializado o equivalente a 82.227 GWh* (130.380 GWh* em dezembro 2016), sendo a tarifa de suprimento de energia (compra), praticada por Itaipu Binacional, de US$ 22,60/kW* e a tarifa de repasse (venda), US$ 28,73/kW* (US$ 20,60/kW* - suprimento; US$ 25,78/kM* - tarifa de repasse em dezembro 2016).

Essa operação de comercialização não impacta o resultado da Companhia, sendo que nos termos da atual regulamentação o resultado negativo representa um direito incondicional de recebimento e se positivo uma obrigação efetiva.

No exercício de 2017, a atividade foi superavitária em R$ 412.967 (deficitária em R$ 701.427 para o mesmo período em 2016), sendo a obrigação decorrente incluída como parte da rubrica de ativo financeiro.

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

II - Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis e Receita Anual Permitida

A rubrica ativo financeiro - concessões indenizáveis e receita anual permitida, no montante de R$ 55.016.596, sendo R$ 7.724.535 registrado no ativo circulante e R$ 47.292.061 registrado no ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2017 (R$ 53.895.397 em 31 de dezembro de 2016) refere-se ao ativo financeiro a realizar, detido pelas empresas do Sistema Eletrobras, sendo nas concessões de distribuição, apurado pela aplicação do modelo misto, e nas concessões de geração e transmissão pela aplicação do modelo financeiro, ambos previstos no ICPC 01 (IFRIC 12).

Em 20 de abril de 2016, o Ministério das Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 120 que regulamentou as condições de recebimento das remunerações relativas aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, denominados instalações da Rede Básica Sistema Existente - RBSE e demais Instalações de Transmissão - RPC, não depreciados e não amortizados, conforme parágrafo segundo do artigo 15 da Lei nº 12.783/2013.

Em 31 de dezembro de 2017, parte do montante de R$ 38.238.015 é referente a estimativa dos valores atualizados relativos aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000 registrado na rubrica de Ativo Financeiro - Receita Anual Permitida, sendo R$ 7.185.011 classificado como empréstimos e recebíveis no circulante e R$ 31.053.004 no não circulante (R$ 36.570.883 em 31 de dezembro de 2016) (vide Nota 2.1), mensurado ao custo amortizado.

A partir de julho de 2017, a Companhia passou a receber as remunerações relativas aos ativos de transmissão existentes em 31 de maio de 2000 através da Receita Anual Permitida conforme determina Portaria MME nº 120/16. Esse valor será amortizado pelo período de oito anos. O IRPJ e a CSLL diferidos contabilizados sobre o valor da remuneração e respectiva atualização monetária está sendo revertido proporcionalmente ao recebimento da indenização. Em 31 de dezembro, o montante recebido no exercício equivale a R$ 3.255.696.

III - Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, incorporando os saldos dos valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão. O referido evento demanda o reconhecimento do saldo de quaisquer diferenças de Parcela A e outros componentes financeiros ainda não recuperados ou liquidados.

a) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA

Os montantes registrados no circulante (ativo e passivo) referem-se aos valores já homologados pela ANEEL quando do reajuste tarifário concluído em 2017, e os montantes registrados no não circulante representam uma estimativa da formação da CVA a ser homologada no próximo reajuste tarifário em 2018.

	CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
Parcela "A"		
CVA		
CCC	1.219	1.219
CDE	2.805	13.538
Rede Básica	8.324	130
Custo de Aquisição de Energia Elétrica	267.230	46.103
Transporte Itaipu	–	(369)
PROINFA	(2.137)	30.663
ESS e EER	(177.382)	30.273
Neutralidade dos Encargos Setoriais	36.438	6.808
Sobrecontratação	397.111	(48.684)
Outros Componentes Financeiros	298.405	(88.935)
Total dos valores de parcela A e outros itens financeiros	832.013	(9.254)
Ativo circulante	569.016	436.596
Ativo não circulante	548.536	22.131
Passivo circulante	(285.539)	(461.180)
Passivo não circulante	–	(6.801)
Total	832.013	(9.254)

NOTA 18 - ATIVO INTANGÍVEL

	CONSOLIDADO				
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências Custo / Serviço	Saldo em 31/12/2017
Vinculados à Concessão - Geração	151.877	68.430	(44.150)	9.364	185.521
Em serviço	151.877	67.079	(43.909)	10.474	185.521
Ativo Intangível	263.719	95.565	(46.635)	11.092	325.741
Amortização acumulada	(112.000)	(29.250)	2.726	–	(138.524)
Obrigações especiais	286	764	–	(618)	432
Impairment	(128)	–	–	–	(128)
Em curso	–	1.351	(241)	(1.110)	–
Ativo Intangível	28.189	1.351	(241)	(10.061)	19.238
Obrigações especiais	(8.951)	–	–	8.951	–
Impairment	(19.238)	–	–	–	(19.238)
Vinculados à Concessão - Distribuição	106.249	(241.977)	227.103	(13.710)	77.665
Em serviço	12.332	(279.051)	226.802	116.947	77.030
Ativo Intangível	2.173.054	29.560	(22.797)	(1.052.860)	1.126.957
Amortização acumulada	(1.889.459)	(299.991)	9.399	1.153.337	(1.026.714)
Obrigações especiais	(34.207)	(8.620)	65.844	(46.229)	(23.212)
Impairment	(237.056)	–	174.356	62.699	(1)
Em curso	93.917	37.074	301	(130.657)	635
Ativo Intangível	112.898	38.258	–	(150.487)	669
Obrigações especiais	(18.981)	(1.184)	301	19.830	(34)
Vinculados à Concessão - Transmissão	83.837	–	–	–	83.837
Em serviço	82.536	–	–	–	82.536
Ativo Intangível	87.544	–	–	–	87.544
Amortização acumulada	(5.008)	–	–	–	(5.008)
Em curso	1.301	–	–	–	1.301
Ativo Intangível	1.301	–	–	–	1.301
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangíveis)	419.776	(10.637)	29.550	(35.950)	402.739
Administração					
Em serviço	850.572	216.122	(24)	(36.535)	1.030.135
Amortização acumulada	(540.859)	(57.491)	–	50.472	(547.878)
Impairment	(79.339)	(215.340)	30.426	–	(264.253)
Em curso	209.572	46.072	(852)	(54.577)	200.215
Outros	(20.170)	–	–	4.690	(15.480)
Total	761.739	(184.184)	212.503	(40.296)	749.762

	CONSOLIDADO				
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências Custo / Serviço	Saldo em 31/12/2016
Vinculados à Concessão - Geração	146.173	(3.581)	528	8.757	151.877
Em serviço	90.720	(6.574)	592	67.147	151.885
Ativo Intangível	188.433	11.604	–	63.682	263.719
Amortização acumulada	(97.287)	(18.178)	–	3.465	(112.000)
Obrigações especiais	(298)	–	592	–	294
Impairment	(128)	–	–	–	(128)
Em curso	55.453	2.993	(64)	(58.390)	(8)
Ativo Intangível	69.602	2.993	(64)	(44.342)	28.189
Obrigações especiais	(8.959)	–		–	(8.959)
Impairment	(5.190)	–	–	(14.048)	(19.238)
Vinculados à Concessão - Distribuição	248.518	(439.561)	64.240	233.052	106.249
Em serviço	136.482	(454.961)	61.477	269.334	12.332
Ativo Intangível	1.859.648	19.951	(23.186)	316.641	2.173.054
Amortização acumulada	(1.660.646)	(232.167)	4.846	(1.492)	(1.889.459)
Obrigações especiais	(62.520)	(5.689)	79.817	(45.815)	(34.207)
Impairment	–	(237.056)	–	–	(237.056)
Em curso	112.036	15.400	2.763	(36.282)	93.917
Ativo Intangível	131.709	18.122	2.124	(39.057)	112.898
Obrigações especiais	(19.673)	(2.722)	639	2.775	(18.981)
Vinculados à Concessão - Transmissão	88.392	(3.010)	–	(1.545)	83.837
Em serviço	87.091	(3.010)	–	(1.545)	82.536
Ativo Intangível	91.151	500	–	(4.107)	87.544
Amortização acumulada	(4.060)	(3.510)	–	2.562	(5.008)
Em curso	1.301	–	–	–	1.301
Ativo Intangível	1.301	–	–	–	1.301
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangíveis)	452.068	6.068	1.916	(40.276)	419.776
Administração					
Em serviço	831.315	22.682	64	(3.489)	850.572
Amortização acumulada	(478.484)	(52.861)	–	(9.514)	(540.859)
Impairment	(40.743)	(40.448)	1.852	–	(79.339)
Em curso	160.150	76.695	–	(27.273)	209.572
Outros	(20.170)	–	–	–	(20.170)
Total	935.151	(440.084)	66.684	199.988	761.739

Ativo intangível é substancialmente amortizado durante o prazo de concessão.

O prazo final das concessões das distribuidoras da Eletrobras expirou em 7 de julho de 2015. Conforme mencionado na Nota 2, as empresas de distribuição do Grupo Eletrobras procederam a rebifurcação da parcela do ativo financeiro na proporção correspondente, até 31 de julho de 2018, data limite para permanecer como responsável pela operação e manutenção dos serviços públicos das distribuidoras.

NOTA 19 - VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos das unidades geradoras de caixa. O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão. Quando identificada a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de ativos de longo prazo, esta provisão é reconhecida no resultado do período, na rubrica Provisões Operacionais.

As premissas utilizadas pela Administração na determinação dos fluxos de caixa futuros descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração podem ser afetadas por diversos eventos incertos, dentre eles destacam-se: a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, taxa de crescimento da atividade econômica no país e a disponibilidade de recursos hídricos.

Embora grande parte da receita das unidades geradoras de caixa esteja vinculada a contratos com cláusulas de reajuste considerando uma proteção da inflação, mudanças no modelo político e econômico podem resultar em alta na projeção do risco-país, ocasionando uma elevação nas taxas de desconto utilizadas nos testes.

Foram consideradas as principais premissas definidas a seguir:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto (após os impostos) específica para os segmentos testados: 6,12% para geração não renovadas, 5,88% para geração renovadas (exceto nuclear) e 5,88% para transmissão (6,33% para geração, 6,02% para transmissão em 2016) obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de renovação da concessão/autorização;
- Despesas segregadas por unidade geradora de caixa, projetadas com base no Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) para 5 anos e consistentes com o plano para os demais anos;
- A Companhia tratou como unidades geradoras de caixa independentes todos os seus empreendimentos.

Usina Termonuclear de Angra 3

Durante o segundo semestre de 2017, a Companhia alterou a expectativa de sua conclusão do empreendimento Angra 3, sendo a nova previsão de data de entrada em operação para 01 de janeiro de 2025. Em dezembro de 2016, esta previsão era de dezembro de 2022. Nesse mesmo período, o orçamento total do empreendimento foi atualizado para a base junho

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

de 2017, de modo a refletir o impacto das fortes oscilações nos índices inflacionários e cambiais, além da reprogramação de atividades devido o novo cronograma da obra.

A metodologia aplicada no teste de "*impairment*" do empreendimento considera como ativo recuperável os custos já realizados até a data destas Demonstrações Financeiras, comparando com um fluxo de caixa descontado estendido até o término da vida útil econômica da Usina que corresponde a 40 anos, partindo da nova data de entrada em operação, janeiro de 2025, considerando como vida útil econômica o prazo de licença de operação compatível com a Usina Angra como de projeto semelhante.

A taxa de desconto foi calculada pela metodologia WACC (*Weighted Average Cost of Capital* ou Custo Médio Ponderado de Capital), considerando os parâmetros tradicionais e usualmente utilizados no mercado.

A Companhia, levando em consideração este novo cenário, revisou as premissas do empreendimento Angra 3 e realizou um novo teste de recuperabilidade deste empreendimento em dezembro de 2017.

As principais premissas utilizadas no teste de recuperabilidade desse empreendimento estão descritas abaixo:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e reajustes tarifários contratuais de inflação;
- Em função das características peculiares de financiamento, a taxa de desconto foi calculada considerando a estrutura de capital específica do projeto, o que resultou na taxa de desconto para a base dezembro de 2017 de 5,39% (dezembro de 2016, de 5,47 %). Nesses cálculos foram considerados além dos parâmetros tradicionais, o beta calculado pela ANEEL, alavancando a estrutura de capital do projeto. A opção do beta utilizado pela ANEEL consiste no fato de que nenhuma empresa de geração de energia elétrica com capital aberto no Brasil possui ativos de geração de energia nuclear, ao contrário da amostra de empresas utilizada no cálculo do beta pela ANEEL, que considera empresas americanas com o mínimo de duas plantas nucleares de geração de energia.
- A tarifa contratual do empreendimento de Angra 3 é de R$ 148,65/MWh. Para o teste de *impairment*, na data base de 30 de dezembro de 2017, a tarifa utilizada foi ajustada pelos índices estabelecidos contratualmente, resultando no valor de R$ 244,51/MWh.

A base utilizada na ocasião para o cálculo dessa tarifa, não teve equivalência com o custo do serviço da usina, assim como, também, não foi compatível com a média praticada nos leilões de térmicas da ocasião, e, portanto, encontra-se em um patamar distinto e inferior ao seu seguimento e não proporcionando o equilíbrio econômico financeiro do empreendimento;

- As Usinas Angra 2 e Angra 3 são oriundas de projetos similares e, por isso, tem sido utilizado o parâmetro de custos de Angra 2 em Angra 3. Ocorre que, existirá um ganho de custo/produtividade na entrada de Angra 3 por não haver necessidade de duplicar todas as atividades geradoras de custo, pois áreas comuns estarão atendendo as duas usinas.

  A sinergia apurada para o projeto, considerando estudos internos, baseados na utilização da mão de obra da Companhia, apontou para um patamar de cerca de 25,4%, sendo esse percentual utilizado para estimativa do custo operacional de Pessoal, Materiais, Serviços de Terceiros e Outros (PMSO), da Usina Angra 3, no teste de *impairment*.

Apesar das alterações cronológicas do projeto, a Companhia vem assegurando a preservação e integridade dos serviços já executados, além disso, adotará providencias para a implementação de ações a um nível de desempenho com o intuito de tentar recuperar os possíveis impactos no cronograma da obra da Usina Angra 3.

A análise elaborada pela Companhia apurou um Valor Presente Líquido (VPL) negativo para o empreendimento de Angra 3 de R$ 11.289.195. Tal resultado determinou um registro negativo total no resultado de 2017 de R$ 989.562, compostos por baixa adicional por *impairment* no ativo imobilizado de Angra 3 de R$ 950.960 e complemento líquido do contrato oneroso de R$ 38.602 (vide Nota 33).

O valor acumulado referente à provisão de valor recuperável da Usina Nuclear Angra 3, em 31 de dezembro de 2017, corresponde a R$ 9.900.353 (R$ 8.949.393 em 31 de dezembro de 2016), limitando-se ao total do ativo realizado do empreendimento.

A Companhia continua monitorando as estimativas e os riscos associados na determinação do valor recuperável desse empreendimento e, na medida que novas negociações, novos estudos ou novas informações se concretizem e requeiram modificações no plano de negócio dos empreendimentos, as mesmas serão atualizadas para refletir tais alterações.

UTE Santa Cruz

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou um *impairment* no montante de R$ 693.560 na UTE Santa Cruz em função dos custos associados aos investimentos necessários ao fechamento do ciclo combinado do empreendimento.

Contrato de transmissão 061-2001

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou uma reversão de *impairment* no montante de R$ 961.144 no contrato de transmissão 061-2001 principalmente em decorrência da redução de despesa de pessoal observada com a realização do plano de aposentadoria extraordinária - PAE.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor acumulado da provisão de redução ao valor recuperável referente a todos os empreendimentos da Companhia corresponde a R$ 16.681.419 (R$ 16.146.801 em 31 de dezembro de 2016).

A. Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que apresentam provisão para *impairment*

A análise realizada pela Companhia em 31 de dezembro de 2017, determinou a necessidade de constituição/ (reversão) de provisão para perdas nos seguintes empreendimentos:

Geração

Unidade Geradora de Caixa	31/12/2016	Adições	Reversões	31/12/2017
UTN Angra 3	8.949.393	950.960	–	9.900.353
UHE Samuel	435.860	–	(127.014)	308.846
UHE Batalha	407.703	12.538	(34.972)	385.269
Candiota Fase B	356.065	10.233	–	366.298
Candiota Fase C	–	362.631	–	362.631
Casa Nova I	324.869	21.456	–	346.325
Complexo Eólico Pindaí	–	123.891	–	123.891
Complexo Eólico Pindaí II	–	54.531	–	54.531
Complexo Eólico Pindaí III	–	25.854		25.854
UTE Santa Cruz	–	693.560	–	693.560
UHE Simplício	342.328	57.790	(120.603)	279.515
UTE Camaçari	303.911	–	(23.342)	280.569
UHE Serra da Mesa	199.184	–	(199.184)	–
Eólica Hermenegildo III	145.319	–	(68.696)	76.623
Eólica Hermenegildo II	143.029	27.390	(72.839)	97.580
UHE Passo São João	130.292	–	(57.679)	72.613
Eólica Hermenegildo I	129.769	21.872	(58.892)	92.749
Livramento	–	129.869	–	129.869
UTE Coaracy Nunes	77.551	–	–	77.551
PCH João Borges	52.530	–	(5.437)	47.093
UHE São Domingos	44.252	–	(44.252)	–
PCH Rio Chapéu	41.755	–	(4.691)	37.064
Eólica Chuí IX	37.028	6.854	(16.723)	27.159
UTE Santana	27.840	–	–	27.840
UTE Mauá III	–	2.255	–	2.255
Outros	11.692	110.590	(114.375)	7.907
Total	12.160.370	2.612.274	(948.699)	13.823.945

Unidade Geradora de Caixa	31/12/2015	Adições	Reversões	31/12/2016
UTN Angra 3	6.063.454	2.885.939	–	8.949.393
UHE Samuel	417.632	18.228	–	435.860
UHE Batalha	559.345	–	(151.642)	407.703
Candiota Fase B	119.939	236.126	–	356.065
Casa Nova I	163.496	161.373	–	324.869
UHE Simplício	382.864	–	(40.536)	342.328
UTE Camaçari	343.765	–	(39.854)	303.911
UHE Serra da Mesa	–	199.184	–	199.184
Eólica Hermenegildo III	75.598	69.721	–	145.319
Eólica Hermenegildo II	65.815	77.214	–	143.029
UHE Passo São João	118.132	12.160	–	130.292
Eólica Hermenegildo I	56.301	73.468	–	129.769
UTE Coaracy Nunes	77.551	–	–	77.551
PCH João Borges	44.038	8.492	–	52.530
UHE São Domingos	44.703	–	(451)	44.252
PCH Rio Chapéu	37.279	4.476	–	41.755
Eólica Chuí IX	22.631	14.397	–	37.028
UTE Santana	27.840	–	–	27.840
UTE Mauá III	102.191	–	(102.191)	–
Outros	81.717	130.247	(200.272)	11.692
Total	8.804.291	3.891.025	(494.500)	12.160.370

Transmissão

Unidade Geradora de Caixa	31/12/2016	Adições	Reversões	31/12/2017
CC 061-2001	2.077.006	–	(961.144)	1.115.862
CT 006-2010 - LT Mascarenha/ Linhares (ES)	–	25.638	–	25.638
LT Jauru Porto Velho	311.545	–	(58.788)	252.757
CC 018-2012 Mossoró Ceará Mirim	100.497	–	–	100.497
CC 005-2012 Jardim NSra Socorro	89.830	–	–	89.830
CC 006-2009 Suape II e III	88.101	–	–	88.101
CC 014-2008 Eunápolis TFreitas	81.995	4.776	–	86.771
CC 020-2010 Igaporã BJLapa	69.268	–	–	69.268
LT Ribeiro Gonçalves - Balsas	65.000	–	(65.000)	–
CC 017-2009 Natal III Sta Rita	59.517	–	–	59.517
LT Funil-Itapebi	53.541	–	–	53.541
LT Camaçari IV - Sapeaçu	50.106	2.758	–	52.864
LT Pólo	–	9.044	–	9.044
Tucuruí/Miramar	16.069	2.591	–	18.660
CC 010-2011 Paraíso Lagoa Nova	44.800	–	–	44.800
SE Coletora Porto Velho	43.973	–	(40.787)	3.186
LT Recife II - Suape II	43.153	1.972	–	45.125
CC 010-2007 Ibicoara Brumado	40.611	–	–	40.611
CC 017-2012 Mirueira Jaboatão	31.184	–	–	31.184
CC 018-2009 Eunáp TFreitas C2	30.232	–	–	30.232
SE Caxias / Ijuí / N. Petrópolis / Lajeado	27.553	–	(27.553)	–
CC 019-2012 Igaporã Pindaí	21.506	–	–	21.506
LT Presidente Médice - Santa Cruz	20.611	–	(2.067)	18.544
CC 015-2012 Camaçari IV Pirajá	18.060	–	–	18.060
LT Campos Novos - Nova Santa Rita	16.847	350	–	17.197
Outros	269.033	263.728	(232.334)	300.427
	3.670.038	310.857	(1.387.673)	2.593.222

Unidade Geradora de Caixa	31/12/2015	Adições	Reversões	31/12/2016
CC 061-2001	174.389	1.902.617	–	2.077.006
LT Jauru Porto Velho	126.025	185.520	–	311.545
CC 018-2012 Mossoró Ceará Mirim	100.497	–	–	100.497
CC 005-2012 Jardim NSra Socorro	89.830	–	–	89.830
CC 006-2009 Suape II e III	88.101	–	–	88.101
CC 014-2008 Eunápolis TFreitas	64.773	17.222	–	81.995
CC 020-2010 Igaporã BJLapa	69.268	–	–	69.268
LT Ribeiro Gonçalves - Balsas	35.574	29.426	–	65.000
CC 017-2009 Natal III Sta Rita	59.517	–	–	59.517
LT Funil-Itapebi	54.597	–	(1.056)	53.541
LT Camaçari IV - Sapeaçu	39.552	10.554	–	50.106
CC 010-2011 Paraíso Lagoa Nova	44.800	–	–	44.800
SE Coletora Porto Velho	34.123	9.850	–	43.973
LT Recife II - Suape II	28.325	14.828	–	43.153
CC 010-2007 Ibicoara Brumado	40.611	–	–	40.611
CC 017-2012 Mirueira Jaboatão	31.184	–	–	31.184
CC 018-2009 Eunáp TFreitas C2	30.232	–	–	30.232
SE Caxias / Ijuí / N. Petrópolis / Lajeado	32.259	–	(4.706)	27.553
CC 019-2012 Igaporã Pindaí	21.506	–	–	21.506
LT Presidente Médice - Santa Cruz	27.339	–	(6.728)	20.611
CC 015-2012 Camaçari IV Pirajá	18.060	–	–	18.060
LT Campos Novos - Nova Santa Rita	30.822	–	(13.975)	16.847
Outros	65.098	322.187	(102.183)	285.102
	1.306.482	2.492.204	(128.648)	3.670.038

Distribuição

Concessão	31/12/2016	Adições	Reversões	31/12/2017
Amazonas D	63.610	–	(63.610)	–
Cepisa	90.885	–	(90.885)	–
Eletroacre	–	10.012	(10.012)	–
Ceron	35.247	–	(35.247)	–
Ceal	32.446	–	(32.446)	–
Boa Vista	14.868	–	(14.868)	–
Total	237.056	10.012	(247.068)	–

Concessão	31/12/2015	Adições	Reversões	31/12/2016
Amazonas D	–	63.610	–	63.610
Cepisa	290.247	–	(199.362)	90.885
Eletroacre	90.808	–	(90.808)	–
Ceron	59.885	35.245	(59.883)	35.247
Ceal	–	32.446	–	32.446
Boa Vista	17.281	–	(2.413)	14.868
Total	458.221	131.301	(352.466)	237.056

continua

continuação

Administração

Intangível - Administração	31/12/2016	Adições	Reversões	31/12/2017
Ágio de rentabilidade Futura (Livramento)	–	215.340	–	215.340
Brasilventos	27.201	–	(27.201)	–
Outros	52.138	–	(3.225)	48.913
Total	79.339	215.340	(30.426)	264.253

Intangível - Administração	31/12/2015	Adições	Reversões	31/12/2016
Ágio de rentabilidade Futura (Livramento)	–	–	–	–
Brasilventos	–	27.201	–	27.201
Outros	40.743	13.247	(1.852)	52.138
Total	40.743	40.448	(1.852)	79.339

Seguem abaixo as posições de *impairment* no período:

	31/12/2017				
	Geração	Transmissão	Distribuição	Administração	Total
Imobilizado	13.804.579	–	–	–	13.804.579
Intangível	19.366	–	–	264.253	283.619
Ativo Financeiro	–	2.593.222	–	–	2.593.222
Total	13.823.945	2.593.222	–	264.253	16.681.420

	31/12/2016				
	Geração	Transmissão	Distribuição	Administração	Total
Imobilizado	12.141.003	–	–	–	12.141.003
Intangível	19.366	–	237.056	79.339	335.761
Ativo Financeiro	–	3.670.038	–	–	3.670.038
Total	12.160.369	3.670.038	237.056	79.339	16.146.802

B. Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que não apresentam provisão para *impairment*

A maioria das UGCs que não sofreram *impairment* tem um valor recuperável superior ao valor contábil do ativo imobilizado. A tabela a seguir apresenta a porcentagem em que o valor recuperável ("VR") excede o valor contábil ("VC") dos ativos fixos, calculados da seguinte forma: (Valor recuperável / Valor contábil - 1). Além disso, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade aumentando a taxa de desconto em 5% e 10% demonstrada abaixo, para avaliação do risco de *impairment* para cada UGC. As UGCs que apresentaram risco de *impairment* foram: CC 008-2005 Milagres Curemas, LT Ribeiro Gonçalves - Balsas, LT - São Luiz II e São Luiz III, UHE S. DOMINGOS e CT 11/2010 e 02/2011.

UGC	Taxa de desconto	Provisão para *Impairment* em 2017	VR/VC-1	VR/VC-1 (5% var)	VR/VC-1 (10% var)	Risco de *Impairment*
UHE Balbina	6,12%	–	94,20%	91,90%	89,60%	–
UTE Aparecida Complexo	6,12%	–	47,10%	46,40%	45,70%	–
UTE Maua 3	6,62%	–	249,50%	239,60%	230,10%	–
Geração Boa Esperança	6,65%	–	443,50%	443,50%	443,40%	–
Geração Complexo PA - Moxotó	5,88%	–	569,50%	550,80%	533,00%	–
Geração Curemas	6,12%	–	79,50%	77,30%	75,00%	–
Geração Funil	5,88%	–	2.496,50%	2.426,50%	2.359,50%	–
Geração Pedra	5,88%	–	297,40%	286,50%	276,20%	–
Geração Sobradinho	5,88%	–	766,00%	749,90%	734,10%	–
Geração Xingó	5,88%	–	3.253,80%	3.160,80%	3.071,70%	–
UHE Itaparica	5,88%	–	1.221,60%	1.185,00%	1.149,90%	–
CC 007-2005 Milagres Tauá	5,88%	–	23,10%	21,10%	19,10%	–
CC 008-2005 Milagres Curemas	5,88%	–	3,30%	1,60%	-0,10%	56
CC 013-2010 Aparica III	5,88%	–	8,70%	6,30%	4,00%	–
UHE Curuá-Una	6,12%	–	4,40%	2,80%	1,20%	–
UHE Tucuruí	6,12%	–	314,90%	308,80%	302,80%	–
Contrato nº 058 Rede básica	5,88%	–	23,80%	22,10%	20,40%	–
Estação Retificadora/Inversora	5,88%	–	6,40%	4,20%	2,00%	–
LT - Jorge Teixeira - C1 e C2	5,88%	–	71,20%	67,10%	63,10%	–
LT - Porto Velho - Abuña - Rio Branco	5,88%	–	17,50%	14,70%	12,00%	–
LT - Ribeiro Gonçalves - Balsas	5,88%	–	4,80%	2,20%	-0,20%	254
LT - São Luiz II e São Luiz III	5,88%	–	0,30%	-2,00%	-4,30%	2.338
SE Miranda	5,88%	–	6,20%	3,80%	1,50%	–
Angra 1 e 2	5,88%	–	171,60%	166,20%	161,00%	–
EOL CERRO CHATO I*	6,12%	–	32,10%	28,70%	25,40%	–
EOL CERRO CHATO II*	6,12%	–	35,90%	32,30%	28,90%	–
EOL CERRO CHATO III*	6,12%	–	35,30%	31,70%	28,30%	–
UHE GOV. JAYME C. JÚNIOR	6,12%	–	30,70%	27,20%	23,90%	–
UHE S. DOMINGOS	6,12%	–	0,90%	-1,40%	-3,70%	15.092
CT 04/2004	5,88%	–	37,80%	35,30%	33,00%	–
CT 05/2009	5,88%	–	9,50%	6,70%	4,00%	–
CT 10/2005	5,88%	–	39,10%	36,20%	33,40%	–
CT 11/2010 e 02/2011	5,88%	–	2,90%	0,10%	-2,50%	3.530
CT 57/01 - Novos	5,88%	–	38,20%	33,30%	28,60%	–
CT 57/01 - Renovados	5,88%	–	37,10%	34,80%	32,60%	–
INTERLIGAÇÃO BRA-URU	5,88%	–	51,00%	48,80%	46,60%	–
UHE DE ITUMBIARA	6,12%	–	2.550,40%	2.533,20%	2.516,20%	–
UHE DE MANSO	6,12%	–	105,50%	99,20%	93,20%	–
UHE DE MASCAR. DE MORAES	6,12%	–	912,90%	897,40%	882,20%	–
UHE DE SERRA DA MESA	6,12%	–	124,40%	115,10%	106,20%	–

NOTA 20 - FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE				
Bens, Materiais e Serviços	52.246	107.582	7.652.713	5.768.345
Parcelamentos Petrobras (a)	–	–	1.376.265	2.305.083
Energia Comprada para Revenda	462.506	333.394	1.309.172	1.480.953
CCEE - Energia de curto prazo	–	–	105.602	104.920
	514.752	440.976	10.443.752	9.659.301
NÃO CIRCULANTE				
Bens, Materiais e Serviços	–	–	14.031	–
Parcelamentos Petrobras (a)	–	–	7.618.031	9.597.398
Energia Comprada para Revenda	–	–	163.283	185.422
	–	–	7.795.345	9.782.820
	514.752	440.976	18.239.097	19.442.121

No passivo de fornecedores estão registradas as transações com fornecimento de bens, materiais e serviços, destacando principalmente, no passivo circulante, a dívida corrente com a BR Distribuidora S.A. no montante de R$ 2.640.466 (2.275.768 em 31 de dezembro de 2016) e com a Companhia de Gás do Amazonas-Cigás no montante de R$ 5.286.531 (R$ 3.484.755 em 31 de dezembro de 2016), referente ao fornecimento de derivados de petróleo para produção energia elétrica.

O contrato entre a Petrobras e a Cigás, com a interveniência-anuência da Amazonas Distribuidora, cujo objeto é a venda, por parte da Petrobras, e a compra, por parte da CIGÁS, para fins de geração termoelétrica pela Amazonas Distribuidora de Energia S.A., ou para outro concessionário de geração de energia elétrica ou Produtor Independente de Energia Elétrica - PIE, dispõe, em cláusula específica, que os créditos que a Cigás possui contra a Amazonas Energia vencidos há mais de quarenta e cinco dias e que sejam objeto de repasse a Petrobras serão cedidos automaticamente a esta, independentemente de qualquer notificação. O valor acumulado destes créditos até 31 de dezembro de 2017 é de R$ 4.755.704.

O 2º CCD foi dividido em 3 instrumentos particulares de confissão de dívida e respectivos parcelamentos firmados com a Petrobras Distribuidora S/A, relativo ao fornecimento de produtos derivados de petróleo, assinados em 31/12/2014, sendo os mais relevantes nos respectivos montantes i) Contrato I no montante de R$ 3.257.366, cujo saldo devedor atualizado é de R$ 4.019.200; ii) Contrato II no montante de R$ 2.925.921, cujo saldo devedor atualizado é de R$ 3.616.581 e iii) Contrato III no montante de R$ 1.018.441, cujo saldo devedor atualizado é de R$ 1.258.843. Os instrumentos preveem amortização em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, pela variação pro rata dia, considerado desde a data da assinatura do contrato até a data do seu respectivo vencimento, sendo que o vencimento da primeira parcela foi em 20/02/2015 e a última parcela em 30/01/2025. Cabe destacar que a inadimplência com a Petrobras e Cigás é oriunda dos atrasos nos repasses dos recursos financeiros advindos da CDE/CCC.

Em virtude da Cisão parcial da BR Distribuidora, ocorrida em 31 de agosto de 2017, os créditos referentes aos contratos de confissão de dívidas II e III, foram objeto de Cisão e Cessão. Dessa forma, a Downstream Participações Ltda, empresa criada com a Cisão parcial da BR Distribuidora, passou a ser credora de 99,53476% das obrigações contratadas no âmbito dos contratos em questão, e a Petróleo Brasileiro, de 0,46524% em decorrência da cessão.

Nesse contexto, do montante atualizado dos contratos de confissão de dívidas II e III, R$ 4.852.742 é credora a Downstream Participações Ltda e R$ 22.682 é credora a Petróleo Brasileiro.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo reconhecido pela Companhia referente ao direito de reembolso junto à Petrobras no valor de R$ 4.755.704 referente a diferença do preço da parcela do transporte do gás. Maiores detalhes na Nota 11 item a.1.

NOTA 21 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE				
Venda antecipada de energia - ALBRAS	–	–	68.738	60.504
Venda antecipada de energia - BTG PACTUAL	–	–	10.153	–
Adiantamentos de clientes - PROINFA	575.962	560.277	575.962	560.277
	575.962	560.277	654.853	620.781
NÃO CIRCULANTE				
Venda antecipada de energia - ALBRAS	–	–	519.391	592.215
	–	–	519.391	592.215
TOTAL	575.962	560.277	1.174.244	1.212.996

I - ALBRAS

A controlada Eletronorte celebrou venda de energia elétrica com a ALBRAS, em 2004, para fornecimento por um período de 20 anos, sendo 750 MW* médios/mês, até dezembro de 2006 e 800 MW* médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, tendo como parâmetro a tarifa de equilíbrio da UHE Tucuruí, acrescida de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio na *London Metal Exchange* (LME) - Inglaterra. Essa constituição de preço se constitui em um derivativo embutido (Vide Nota 46).

Com base nessas condições, a ALBRAS efetuou a compra antecipada de créditos de energia elétrica, com pagamento antecipado de R$ 1.200.000, que se constituiu em crédito, em MW, de 43 MW* médios/mês, de junho de 2004 a dezembro de 2006 e 46 MW* médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, a ser amortizado durante o período de fornecimento, em parcelas mensais expressas nesses MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês de faturamento, conforme detalhado a seguir:

	Datas do contrato		
Cliente	Inicial	Final	Volume em Megawatts Médios (MW)
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 até 31/12/2006 e 800 a partir de 01/01/2007
Alcoa	01/07/2004	31/03/2014	de 304 a 328
BHP	01/07/2004	31/12/2024	de 353,08 a 492

A posição e movimentação desse passivo são demonstradas a seguir:

Saldo em 31/12/2016	Amortizações Efetuadas	Ganhos	Saldo em 31/12/2017	Circulante	Não Circulante
652.719	(82.977)	18.387	588.129	68.738	519.391
Saldo em 31/12/2015	**Amortizações Efetuadas**	**Ganhos**	**Saldo em 31/12/2016**	**Circulante**	**Não Circulante**
713.914	(66.867)	5.672	652.719	60.504	592.215

II - PROINFA

O PROINFA, instituído pela Lei nº 10.438/2002, e suas alterações, tem como objetivo a diversificação da matriz energética brasileira com a utilização de fontes renováveis de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis.

A Companhia assegura a compra da energia elétrica produzida, pelo período de 20 anos, contados a partir de 2006, e repassa esta energia às concessionárias de distribuição, consumidores livres e autoprodutores, excluídos os consumidores de baixa renda, na proporção de seus consumos.

As concessionárias de distribuição e de transmissão pagam à Companhia o valor de energia em quotas, equivalente ao custo correspondente à participação dos consumidores cativos, dos consumidores livres e dos autoprodutores conectados às suas instalações, em duodécimos, no mês anterior ao de competência do consumo da energia.

As operações relativas à compra e venda de energia no âmbito do PROINFA não afetam o resultado da Companhia.

NOTA 22 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

22.1 - Reserva Global de Reversão (RGR)

A Companhia era responsável pela gestão de recursos setoriais da Reserva Global de Reversão - RGR e outros. Em conformidade com a Lei nº 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto nº 9.022/2017, e com o Despacho da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 1.079, de 18 de abril de 2017, a responsabilidade pelo orçamento, gestão e movimentação desses Fundos Setoriais foi transferida para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, desde 1º de maio de 2017 (vide Nota 1).

A Companhia era autorizada a sacar recursos da RGR, para aplica-los na concessão de financiamentos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, melhoria do serviço e na realização dos programas do Governo Federal.

A Eletrobras remunera os recursos sacados da RGR e utilizados na concessão de financiamentos às empresas do setor elétrico brasileiro, com juros de 5% ao ano. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo dos recursos sacados junto ao fundo, totaliza R$ 7.420.021 (R$ 6.647.839 em 31 de dezembro de 2016), incluídos na rubrica Financiamentos e Empréstimos. Os recursos que compõem o Fundo RGR não fazem parte destas demonstrações, constituindo-se em entidade distinta da Companhia.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

22.2 - Composição dos empréstimos e financiamentos:

As dívidas são garantidas pela União e/ou pela Eletrobras, estão sujeitos a encargos, cuja taxa média em 2017 é de 7,94% a.a. (9,65% a.a. em 2016).

	31/12/2017							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	Tx. Média	Valor	Circulante	Não Circulante	Tx. Média	Valor	Circulante	Não Circulante
Instituições financeiras								
Moeda Estrangeira								
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	4,54%	329	30.774	–	4,98%	686	55.746	324.638
Corporación Andino de Fomento - CAF	3,95%	3.216	121.992	243.984	3,95%	3.216	121.992	243.984
Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KFW	2,47%	17	11.329	218.798	2,47%	17	11.329	218.798
Eximbank	2,00%	152	32.256	0	2,00%	152	32.256	0
BNP Paribas	2,53%	310	116.194	348.580	2,53%	310	116.194	348.580
BIRD 7884	2,35%	4.544	130.221	521.219	2,35%	4.543	130.219	521.219
		8.568	442.767	1.332.581		8.925	467.736	1.657.219
Bônus								
Vencimento 30/07/2019	6,88%	111.190	–	3.308.000	6,88%	111.190	–	3.308.000
Vencimento 27/10/2021	5,75%	68.687	–	5.789.000	5,75%	68.687	–	5.789.000
		179.877	–	9.097.000		179.877	–	9.097.000
Outros								
MORGAN		–	–	–		–	–	–
LLOYDS		–	–	–		–	–	1.573
		–	–	–		–	–	1.573
		188.445	442.767	10.429.581		188.801	467.736	10.755.792
Moeda Nacional								
Reserva Global de Reversão[1]		–	–	6.753.140	9,40%	–	–	7.420.021
FIDC		–	–	–	CDI + 2,0%	1.421	–	664.980
Banco do Brasil	8,82%	4.034	666.240	2.543.668	8,82%	25.560	1.644.455	3.514.081
Caixa Econômica Federal	8,82%	2.521	416.400	1.589.792	8,82%	116.653	1.693.531	7.510.100
BNDES	9,50%	240.929	374.998	–	9,50%	301.461	932.038	7.504.657
Banco da Amazônia		–	–	–	125% do CDI	11.124	127.271	427.643
Santander		–	–	–	CDI + 2,5%	109	25.590	124.410
State Grid		–	–	–	IPCA	14.203	–	687.857
Outras Instituições Financeiras		–	–	–		12.084	324.104	626.109
		247.484	1.457.638	10.886.600		482.615	4.746.989	28.479.858
		435.929	1.900.405	21.316.181		671.416	5.214.725	39.235.650

(1) Para dívida da controladora no montante de R$ 4.737.550 taxa de 5% a.a. e no valor de R$ 2.015.590 taxa SELIC.

	31/12/2016							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	Tx. Média	Valor	Circulante	Não Circulante	Tx. Média	Valor	Circulante	Não Circulante
Instituições financeiras								
Moeda Estrangeira								
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	4,54%	1.037	60.639	30.321	4,40%	1.382	85.242	374.763
Corporación Andino de Fomento - CAF	2,31%	4.607	469.378	360.566	2,31%	4.607	469.378	360.566
Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KFW	2,73%	15	4.349	199.347	2,73%	15	4.349	199.347
Eximbank	2,00%	433	61.287	30.633	2,00%	433	61.287	30.633
BNP Paribas	1,17%	362	114.476	457.904	1,17%	362	114.476	457.904
Outras		5.118	128.294	641.807		5.119	128.296	641.808
		11.573	838.423	1.720.577		11.918	863.028	2.065.021
Bônus								
Vencimento 30/07/2019	6,88%	109.546	–	3.259.100	6,87%	109.546	–	3.259.100
Vencimento 27/10/2021	5,75%	67.672	–	5.703.425	5,75%	67.672	–	5.703.425
		177.218	–	8.962.525		177.218	–	8.962.525
Outros								
		–	–	–		–	–	12.145
		188.790	838.423	10.683.102		189.136	863.028	11.039.691
Moeda Nacional								
Reserva Global de Reversão		–	–	6.647.839		–	–	6.647.839
Banco do Brasil		9.254	649.157	375.000		69.704	900.478	2.138.476
Caixa Econômica Federal		5.784	405.723	3.209.908		112.956	1.088.475	9.230.810
BNDES		550.353	750.000	2.006.192		595.993	1.160.612	8.890.627
Banco da Amazônia		–	–	–		16.289	226.500	404.998
Notas Promissórias		–	–	–		35.310	250.000	–
Santander		–	–	–		–	177.311	354.622
State Grid		–	–	–		–	–	318.471
Outras Instituições Financeiras		–	–	–		22.119	125.636	761.347
		565.392	1.804.880	12.238.939		852.371	3.929.012	28.747.190
		754.182	2.643.303	22.922.041		1.041.507	4.792.040	39.786.881

22.3 - Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	CONTROLADORA					
Empréstimos e Financiamentos	31/12/2016	Captação / Custo	Juros, Variações monetária e cambial incorridos	Juros Pagos	Amortização do Principal	31/12/2017
Moeda Estrangeira						
Instituições Financeiras						
BID	91.997	–	1.191	(3.382)	(58.702)	31.103
Corporación Andino de Fomento - CAF	834.550	–	34.871	(25.264)	(474.965)	369.192
Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KFW	203.712	–	37.537	(6.167)	(4.938)	230.144
Eximbank	92.353	–	3.540	(1.561)	(61.924)	32.408
BNP Paribas	572.741	–	19.493	(11.795)	(115.356)	465.084
Outras	775.220	–	19.830	(16.420)	(122.649)	655.981
Bônus						
Vencimento 30/07/2019	3.368.646	–	301.087	(250.544)	–	3.419.190
Vencimento 27/10/2021	5.771.097	–	449.300	(362.709)	–	5.857.687
	11.710.315	–	866.849	(677.842)	(838.534)	11.060.789
Moeda Nacional						
Instituições financeiras						
Reserva Global de Reversão	6.647.839	800.654	587.885	(185.152)	(1.098.083)	6.753.140
BNDES	1.675.353	–	128.352	(437.775)	(750.000)	615.930
Banco do Brasil	3.868.319	–	411.026	(416.247)	(649.157)	3.213.942
Caixa Econômica Federal	2.417.699	–	256.891	(260.154)	(405.723)	2.008.713
	14.609.211	800.654	1.384.154	(1.299.329)	(2.902.963)	12.591.725
TOTAL	26.319.526	800.654	2.251.003	(1.977.170)	(3.741.497)	23.652.514

continua

continuação

Empréstimos e Financiamentos	31/12/2016	Captação / Custo	Juros, Variações monetária e cambial incorridos	Custos incorridos e pagos	Juros Pagos	Amortização do Principal	Transferência	31/12/2017
			CONSOLIDADO					
Moeda Estrangeira								
Instituições Financeiras								
BID	461.387	–	14.168	–	(11.195)	(83.289)	–	381.070
Corporación Andino de Fomento - CAF	834.550	–	34.871	–	(25.264)	(474.965)	–	369.192
Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KFW	203.712	–	37.537	–	(6.167)	(4.938)	–	230.144
Eximbank	92.353	–	3.540	–	(1.561)	(61.924)	–	32.408
BNP Paribas	572.741	–	19.493	–	(11.795)	(115.356)	–	465.084
Outras	775.220	–	19.830	–	(16.420)	(122.649)	–	655.980
Bônus								
Vencimento 30/07/2019	3.368.646	–	301.087	–	(250.544)	–	–	3.419.190
Vencimento 27/10/2021	5.771.097	–	449.300	–	(362.709)	–	–	5.857.687
Outros								
MORGAN	10.846	(11.009)	163	–	–	–	–	–
LLOYDS	1.299	–	274	–	–	–	–	1.573
	12.091.850	(11.009)	880.263	–	(685.655)	(863.121)	–	11.412.328
Moeda Nacional								
Instituições financeiras								
Reserva Global de Reversão	6.647.839	1.429.485	625.935	–	(185.152)	(1.098.083)	–	7.420.023
BNDES	9.016.040	1.229.527	774.014	(41.346)	(1.131.942)	(1.189.144)	78.331	8.735.480
Banco do Brasil	5.943.566	85.000	628.275	–	(670.817)	(801.929)	–	5.184.096
Banco do Nordeste do Brasil	215.837	–	14.672	–	(13.677)	(45.759)	–	171.073
BRDE	180.826	124.902	17.590	(18.935)	(138.935)	(21.021)	9.115	153.542
Caixa Econômica Federal	9.228.525	812.500	954.561	–	(763.449)	(911.853)	–	9.320.284
Santander	–	150.000	9.324	–	(9.215)	–		150.109
BASA	647.787	–	43.346	–	(48.626)	(76.469)	–	566.038
FINEP	161.362	–	7.049	–	(6.138)	(23.367)	–	138.906
Banco ABC - 30MM	30.040	–	3.896	–	(3.904)	–	–	30.032
BBM	–	100.000	5.736	–	(5.663)	–	–	100.073
IBM	2.246	–	–	–	–	–	–	2.246
Outros								
Notas promissórias	285.310	690.000	4.441	(25.020)	(39.751)	(250.000)	–	664.980
FIDC	–	–	72.580	–	(71.159)	–	–	1.421
Cessão de Crédito - Santander	531.933	19.304	–	–	–	(182.137)	–	369.100
State Grid	637.266	30.314	34.480	–	–	–	–	702.060
	33.528.578	4.671.032	3.195.899	(85.301)	(3.088.429)	(4.599.762)	87.446	33.709.463
TOTAL	45.620.428	4.660.023	4.076.162	(85.301)	(3.774.083)	(5.462.883)	87.446	45.121.791

Controlada Eletronuclear

Em 28 de junho de 2013, foi assinado um contrato entre a Controlada Eletronuclear e a Caixa Econômica Federal (CEF) no montante de R$ 3.800.000, para financiamento de parte dos empreendimentos de Angra 3. O prazo do contrato é de 25 anos, a partir da data de assinatura, com a taxa de juros de 6,5% a.a. Em 21 de março de 2016, foi efetuado o segundo pedido de desembolso à CEF, no valor de R$ 478.000.

Em decisão da diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em 12 de julho de 2016, foi autorizada a renegociação da dívida do contrato nº 10.2.2032.1, assinado entre o BNDES e a controlada em 23 de fevereiro de 2011, com a suspensão do início do pagamento do principal da dívida e a suspensão parcial do pagamento dos juros apurados mensalmente. Com relação aos encargos da dívida, foi suspenso o pagamento de 70% dos juros durante o período de 15 de julho de 2016 até 15 de fevereiro de 2017. Durante este período, 30% do montante de juros apurado deveria ser liquidado financeiramente, enquanto que o restante seria capitalizado ao saldo devedor. A partir de 15 de março de 2017, a controlada passou a pagar a totalidade do valor dos encargos apurados mensalmente.

Em 8 de março de 2017, o BNDES autorizou nova renegociação da dívida referente ao Contrato de Financiamento nº 10.2.2032.1, destinado à construção do empreendimento de Angra 3. Nos termos aprovados, foi definido: I) a prorrogação, até 15.09.2017, da suspensão do pagamento do principal e de 70% dos juros apurados mensalmente, independente da celebração de aditivo contratual, mantendo a capitalização dos juros apurados não pagos; II) a manutenção da suspensão do pagamento do principal de 15.10.2017 até 15.01.2018, condicionada à comprovação ao BNDES, até 15.09.2017: a) do pronunciamento favorável do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE quanto à viabilidade da continuidade da implantação do projeto; b) da vigência do contrato de execução das obras civis com a Andrade Gutierrez ou da publicação do edital de licitação de serviços de obras civis para conclusão do projeto; e c) da publicação dos editais de licitação para serviços de montagem eletromecânica do projeto; e III) a incorporação, ao saldo devedor do Contrato Nº 10.2.2032.1, referente ao valor da Comissão de Renegociação, equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) incidente sobre o saldo devedor total renegociado, acrescido de IOF, na forma do Subcrédito D.

Em 16.10.2017, a ELETRONUCLEAR iniciou a amortização do principal e passou a realizar o pagamento de 100% dos encargos dos Subcréditos A e B relativos ao contrato Nº 10.2.2032.1, celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para investimentos no empreendimento de Angra 3.

Controlada Furnas

Durante o exercício de 2016, ocorreu a liberação dos 1º ao 4º desembolsos do contrato da controlada Furnas junto ao BNDES no valor total de R$ 232.799; liberação do 6º ao 14º desembolsos do Contrato de Mútuo com a State Grid Brazil Holding no valor total de R$ 158.872; liberação do financiamento da controlada Furnas junto a Caixa Econômica Federal (FINISA) no valor de R$ 1.130.000; e a repactuação das parcelas dos meses de abril, maio, junho e julho de 2016 de principal e encargos dos empréstimos e financiamentos junto a Eletrobras (ECF e ECR), em novembro de 2016, no valor de R$ 194.950.

Houve liberação de empréstimos junto ao Banco Santander no valor de R$ 150.000 e ao Banco BBM no valor de R$ 100.000; e acréscimo ao saldo devedor da Cessão de Crédito com o Banco Santander no valor de R$ 19.303 referente ao reajuste do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA aplicado no mês de maio e liberação de empréstimo realizado pela controlada Transenergia Goiás S.A com o Banco BBM no valor de R$ 11.000.

Controlada Eletronorte

A Administração da controlada Eletronorte aprovou, em 12 de janeiro de 2017, um empréstimo no valor de R$ 500.000 junto à Caixa Econômica Federal por meio de Cédula de Crédito Bancário - CCB, com aval da Eletrobras, com intuito de reforço financeiro ao fluxo de caixa da controlada. A linha de crédito será disponibilizada na medida em que se fizer necessária a captação.

Controlada Eletrosul

A controlada Eletrosul estruturou operação de crédito por meio de emissão de cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Transmissão Infinity DI (FIDC Infinity DI) no montante de R$ 690.000 lastreada em recebíveis do Contrato de Concessão de Transmissão ANEEL nº 057/2001, com o objetivo de captar recursos para destinação ao plano de investimento da Companhia, reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas aos seus projetos de investimentos, bem como o resgate antecipado da totalidade das Notas Promissórias da 2ª emissão da Eletrosul, com vencimento em 02 de março de 2017, no valor total de R$ 289.751. As condições da operação foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Eletrosul em 21 de junho de 2016 e a sua liquidação ocorreu em 24 de janeiro de 2017.

Detalhes do FIDC:

• Data de liberação: 24/01/2017;

• Prazo amortização: 60 meses;

• Carência do principal: 24 meses;

• Amortização do principal: customizada, a partir do 24º mês;

• Amortização dos juros: mensal.

Distribuidoras

Os empréstimos obtidos pelas controladas junto a Câmara de Comercialização de energia Elétrica - CCEE com recursos da RGR foram realizados em atendimento ao Despacho ANEEL nº 1.079, em razão da não prorrogação da concessão, com vistas a assegurar a prestação adequada dos serviços até que haja licitação e assunção por um novo concessionário, com carência de 12 (doze) meses e amortização em 36 parcelas mensais após o fim da carência, com taxa de administração de 0,5% ao ano "pro rata temporis" sobre o saldo devedor, vencíveis no dia 30 de cada mês e juros equivalentes a 111% (cento e onze por cento) da taxa SELIC, divulgada pelo BACEN, calculados "pro rata temporis" sobre o saldo devedor, incorporado durante o período de carência.

22.4 - Composição dos financiamentos e empréstimos (por tipo de moeda):

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2017		31/12/2016	
	Saldo em milhares de reais	%	Saldo em milhares de reais	%	Saldo em milhares de reais	%	Saldo em milhares de reais	%
Moeda estrangeira								
USD não indexado	9.307.980	39%	9.231.738	35%	9.307.980	21%	9.242.584	20%
USD com LIBOR	1.490.257	6%	2.182.512	8%	1.840.224	4%	2.551.902	6%
EURO	230.144	1%	203.712	1%	230.144	1%	203.712	0%
IENE	32.408	0%	92.353	0%	32.408	–	92.353	–
Outros	–	–	–	–	1.574	–	1.304	–
Subtotal	11.060.790	47%	11.710.315	44%	11.412.331	25%	12.091.855	27%
Moeda nacional								
CDI	5.222.655	22%	6.286.018	24%	12.159.697	27%	12.701.548	28%
IPCA	–	–	–	–	369.100	0%	531.933	1%
TJLP	–	–	–	–	6.809.224	15%	10.063.827	22%
SELIC	615.930	3%	1.675.353	6%	1.782.785	4%	1.675.353	4%
Outros	–	0%	–	–	4.154.293	9%	1.359.417	3%
Subtotal	5.838.585	25%	7.961.371	30%	25.275.099	56%	26.332.078	58%
Não Indexado	6.753.140	29%	6.647.840	25%	8.434.363	19%	7.196.495	16%
Total	23.652.515	100%	26.319.526	100%	45.121.793	100%	45.620.428	100%

continua

continuação

A parcela de longo prazo dos financiamentos e empréstimos tem seu vencimento assim programado:

	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
Controladora	190.853	5.613.611	2.077.668	7.646.059	1.044.826	4.743.163	21.316.181
Consolidado	4.546.527	8.234.480	4.191.258	9.194.882	3.165.340	9.903.162	39.235.650

22.5 - Operação de arrendamento mercantil financeiro:

O montante do arrendamento financeiro é constituído por operações da Amazonas Distribuidora que serão repassados para a Amazonas GT devido processo de desverticalização vide nota 2.

A conciliação entre o total dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento financeiro da Companhia e o seu valor presente, estão demonstradas no quadro abaixo:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
Menos de um ano	209.226	212.698
Mais de um ano e menos de cinco anos	836.902	836.902
Mais de cinco anos	505.629	714.854
Encargos de financiamentos futuros sobre os arrendamentos financeiros	(473.937)	(594.950)
Total de pagamentos mínimos de arrendamento financeiros	1.077.820	1.169.504
Menos de um ano	145.324	136.662
Mais de um ano e menos de cinco anos	581.295	558.094
Mais de cinco anos	351.201	474.748
Valor presente dos pagamentos	1.077.820	1.169.504

22.6 - Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento

	CONTROLADORA				
	Empréstimos e Financiamentos	Dividendos/ JCP a pagar	Debêntures	Outros passivos	Total
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(3.741.497)	–	–	–	(3.741.497)
Pagamento de remuneração aos acionistas	–	(369.905)	–	–	(369.905)
Recursos da RGR para repassar	–	–	–	800.654	800.654
Total das variações nos fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3.741.497)	(369.905)	–	800.654	(3.310.748)

	CONSOLIDADO				
	Empréstimos e Financiamentos	Dividendos/ JCP a pagar	Debêntures	Outros passivos	Total
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Empréstimos e financiamentos obtidos	2.496.843	–	–	–	2.496.843
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal	(5.640.574)	–	–	–	(5.640.574)
Pagamento de remuneração aos acionistas	–	(381.436)	–	–	(381.436)
Recursos da RGR para repasses	–	–	–	800.654	800.654
Outros	–	–	154.025	19.292	173.317
Total das variações nos fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3.143.731)	(381.436)	154.025	819.946	(2.551.195)

22.7 - Garantias

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora de diversos empreendimentos cujos montantes garantidos, projeções e valores já pagos estão demonstrados nos quadros seguintes:

Empresa	Empreendimento	Banco Financiador	Modalidade	Participação da Controlada	Valor do Financiamento	Saldo Devedor em 31/12/2017	Saldo Garantidor Eletrobras	Término da Garantia
Eletrobras	Norte Energia	BNDES	SPE	15,00%	2.025.000	2.400.896	24.009	15/01/2042
Eletrobras	Norte Energia	CEF	SPE	15,00%	1.050.000	1.312.337	13.123	15/01/2042
Eletrobras	Norte Energia	BTG Pactual	SPE	15,00%	300.000	374.953	3.750	15/01/2042
Eletrobras	Norte Energia	Garantia de Fiel Cumprimento de Contrato	SPE	15,00%	39.225	23.835	238	30/04/2019
Eletrobras	Rouar	CAF	SPE	50,00%	30.938	32.311	323	30/09/2018
Eletrobras	Mangue Seco 2	BNB	SPE	49,00%	40.951	34.769	348	14/10/2031
Eletrobras	Santa Vitória do Palmar Holding S.A.	BNDES	SPE	49,00%	197.950	201.411	2.014	16/06/2031
Eletrobras	Santa Vitória do Palmar Holding S.A.	BRDE	SPE	49,00%	98.000	101.351	1.014	16/06/2031
Eletrobras	Santa Vitória do Palmar Holding S.A.	Emissão de Debêntures	SPE	49,00%	44.100	57.757	578	15/06/2028
Eletrobras	Eólica Hermenegildo I S/A	BNDES	SPE	99,99%	109.566	104.995	1.050	15/06/2032
Eletrobras	Eólica Hermenegildo I S/A	BRDE	SPE	99,99%	47.764	46.013	460	15/06/2032
Eletrobras	Eólica Hermenegildo II S/A	BNDES	SPE	99,99%	109.590	105.018	1.050	15/06/2032
Eletrobras	Eólica Hermenegildo II S/A	BRDE	SPE	99,99%	47.775	46.023	460	15/06/2032
Eletrobras	Eólica Hermenegildo III S/A	BNDES	SPE	99,99%	93.367	89.472	895	15/06/2032
Eletrobras	Eólica Hermenegildo III S/A	BRDE	SPE	99,99%	40.703	39.210	392	15/06/2032
Eletrobras	Eólica Chuí IX S/A	BNDES	SPE	99,99%	31.561	30.244	302	15/06/2032
Eletrobras	Eólica Chuí IX S/A	BRDE	SPE	99,99%	13.758	13.254	133	15/06/2032
Eletrosul	ESBR	BNDES	SPE	20,00%	727.000	881.525	8.815	15/01/2034
Eletrosul	ESBR	BNDES	SPE	20,00%	232.500	238.775	2.388	15/01/2035
Eletrosul	ESBR	BNDES REPASSE	SPE	20,00%	717.000	864.743	8.647	15/01/2034
Eletrosul	ESBR	BNDES REPASSE	SPE	20,00%	232.500	236.695	2.367	15/01/2035
Eletrosul	Cerro Chato I, II e III	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	223.419	72.319	723	15/07/2020
Eletrosul	RS Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	126.221	42.621	426	15/06/2021
Eletrosul	Artemis Transmissora de Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	170.029	11.549	115	15/10/2018
Eletrosul	UHE Mauá	BNDES	Corporativo	100,00%	182.417	127.376	1.274	15/01/2028
Eletrosul	UHE Mauá	BNDES/Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	182.417	127.393	1.274	15/01/2028
Eletrosul	UHE Passo de São João	BNDES	Corporativo	100,00%	183.330	115.734	1.157	15/07/2026
Eletrosul	SC Energia	BNDES/Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	50.000	6.966	70	15/05/2019
Eletrosul	SC Energia	BNDES/BDRE	Corporativo	100,00%	50.000	6.948	69	15/05/2019
Eletrosul	SC Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	103.180	13.970	140	15/05/2019
Eletrosul	SC Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	67.017	19.007	190	15/03/2021
Eletrosul	UHE São Domingos	BNDES	Corporativo	100,00%	207.000	159.969	1.600	15/06/2028
Eletrosul	RS Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	41.898	28.576	286	15/03/2027
Eletrosul	RS Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	9.413	7.026	70	15/08/2027
Eletrosul	RS Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	12.000	7.274	73	15/08/2027
Eletrosul	UHE Passo de São João	BNDES	Corporativo	100,00%	14.750	9.565	96	15/07/2026
Eletrosul	Projetos Corporativos Eletrosul	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	250.000	167.123	1.671	15/11/2023
Eletrosul	Teles Pires	BNDES	SPE	24,72%	296.940	327.604	3.276	15/02/2036
Eletrosul	Teles Pires	BNDES/Banco do Brasil	SPE	24,72%	294.000	325.559	3.256	15/02/2036
Eletrosul	Teles Pires	Emissão de Debêntures	SPE	24,72%	160.680	182.006	1.820	30/05/2032
Eletrosul	Livramento Holding	BNDES	SPE	78,00%	29.255	20.782	208	15/06/2030
Eletrosul	Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	BNDES	SPE	80,00%	209.974	166.641	1.666	15/07/2028
Eletrosul	Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	Emissão de Debêntures	SPE	80,00%	62.040	88.393	884	15/09/2026
Eletrosul	Complexo São Bernardo	KfW	Corporativo	100,00%	29.854	52.766	528	30/12/2038
Eletrosul	Complexo São Bernardo	KfW	Corporativo	100,00%	136.064	177.361	1.774	30/12/2042
Eletrosul	Complexo Eólico Livramento - Entorno II	CEF	Corporativo	100,00%	200.000	207.595	2.076	07/02/2018
Eletrosul	Projetos Corporativos Eletrosul 3	FIDC DI	Corporativo	100,00%	690.000	691.421	6.914	20/01/2022
Eletronorte	São Luis II e III	BNDES	Corporativo	100,00%	13.653	6.968	70	15/11/2024
Eletronorte	Miranda II	BNDES	Corporativo	100,00%	47.531	16.383	164	15/11/2024
Eletronorte	Ribeiro Gonç./Balsas	BNB	Corporativo	100,00%	70.000	53.399	534	03/06/2031
Eletronorte	Lechuga/J. Teixeira	BASA	Corporativo	100,00%	25.720	18.237	182	10/01/2029
Eletronorte	Substação Nobres	BNDES	Corporativo	100,00%	10.000	5.837	58	15/03/2028
Eletronorte	Subestação Miramar/Tucuruí	BNDES	Corporativo	100,00%	31.000	19.497	195	15/08/2028
Eletronorte	Ampliação da Subestação Lechuga	BNDES	Corporativo	100,00%	35.011	22.512	225	15/10/2028
Eletronorte	Norte Brasil Transmissora	BNDES	SPE	49,00%	514.500	427.812	4.278	15/12/2029
Eletronorte	Norte Brasil Transmissora	Emissão de Debêntures	SPE	49,00%	98.000	143.150	1.431	15/09/2026
Eletronorte	Linha Verde Transmissora	BASA	Corporativo	100,00%	185.000	191.146	1.911	10/11/2032
Eletronorte	Manaus Transmissora	BNDES	SPE	30,00%	120.300	87.107	871	15/12/2026
Eletronorte	Estação Transmissora de Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	505.477	362.128	3.621	15/11/2028
Eletronorte	Estação Transmissora de Energia	BASA	Corporativo	100,00%	221.789	202.757	2.028	15/10/2031
Eletronorte	Estação Transmissora de Energia	BASA	Corporativo	100,00%	221.789	200.563	2.006	10/07/2031

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Empresa	Empreendimento	Banco Financiador	Modalidade	Participação da Controlada	Valor do Financiamento	Saldo Devedor em 31/12/2017	Saldo Garantidor Eletrobras	Término da Garantia
Eletronorte	Rio Branco Transmissora	BNDES	Corporativo	100,00%	138.000	100.142	1.001	15/03/2027
Eletronorte	Transmissora Matogrossense Energia	BASA	SPE	49,00%	39.200	33.937	339	01/02/2029
Eletronorte	Transmissora Matogrossense Energia	BNDES	SPE	49,00%	42.777	26.571	266	15/05/2026
Eletronorte	Brasventos Miassaba 3	BNDES	SPE	24,50%	30.984	25.105	251	15/10/2029
Eletronorte	Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	State Grid Brazil S.A.	Corporativo	100,00%	294.700	350.782	3.508	28.07.2029
Eletronorte	Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	BNDES	SPE	24,50%	412.825	429.894	4.299	15/08/2032
Eletronorte	Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	BNDES REPASSE	SPE	24,50%	214.375	226.383	2.264	15/08/2032
Eletronorte	Norte Energia	BNDES	SPE	19,98%	2.697.300	3.197.993	31.980	15/01/2042
Eletronorte	Norte Energia	CEF	SPE	19,98%	1.398.600	1.748.032	17.480	15/01/2042
Eletronorte	Norte Energia	BTG Pactual	SPE	19,98%	399.600	499.438	4.994	15/01/2042
Eletronorte	Implantação do PAR e PMIS	BNDES	Corporativo	100,00%	361.575	278.875	2.789	15/12/2023
Eletronorte	Porto Velho Transmissora de Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	283.411	229.148	2.291	15/08/2028
Eletronorte	Reforço à Estrutura de Capital de Giro	CEF	Corporativo	100,00%	400.000	229.154	2.292	30/04/2019
Eletronorte	UHE Sinop	BNDES	SPE	24,50%	256.270	227.483	2.275	15/06/2038
Eletronorte	Reforço à Estrutura de Capital de Giro 2	CEF	Corporativo	100,00%	500.000	479.420	4.794	30/03/2021
Eletronuclear	Angra III	BNDES	Corporativo	100,00%	6.181.048	3.650.440	36.504	15/06/2036
Chesf	ESBR	BNDES	SPE	20,00%	727.000	881.525	8.815	15/01/2034
Chesf	ESBR	BNDES	SPE	20,00%	232.500	238.775	2.388	15/01/2035
Chesf	ESBR	BNDES REPASSE	SPE	20,00%	717.000	864.743	8.647	15/01/2034
Chesf	ESBR	BNDES REPASSE	SPE	20,00%	232.500	236.695	2.367	15/01/2035
Chesf	Manaus Transmissora	BNDES	SPE	19,50%	78.195	56.619	566	15/12/2026
Chesf	Norte Energia	BNDES	SPE	15,00%	2.025.000	2.400.896	24.009	15/01/2042
Chesf	Norte Energia	CEF	SPE	15,00%	1.050.000	1.312.337	13.123	15/01/2042
Chesf	Norte Energia	BTG Pactual	SPE	15,00%	300.000	374.953	3.750	15/01/2042
Chesf	IE Madeira	BASA	SPE	24,50%	65.415	74.723	747	10/07/2032
Chesf	IE Madeira	BNDES	SPE	24,50%	455.504	338.220	3.382	15/02/2030
Chesf	IE Madeira	Emissão de Debêntures	SPE	24,50%	85.750	124.479	1.245	18/03/2025
Chesf	Projetos Corporativos Chesf 1	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	500.000	224.218	2.242	28/02/2020
Chesf	Projetos Corporativos Chesf 2	CEF	Corporativo	100,00%	400.000	151.105	1.511	27/02/2019
Chesf	IE Garanhuns S/A	BNDES	SPE	49,00%	175.146	139.120	1.391	15/12/2028
Chesf	Projetos Corporativos Chesf 3	BNDES	Corporativo	100,00%	727.560	361.908	3.619	15/06/2029
Chesf	Projetos Corporativos Chesf 4	BNDES	Corporativo	100,00%	475.454	209.493	2.095	15/06/2029
Chesf	UHE Sinop	BNDES	SPE	24,50%	256.270	227.483	2.275	15/06/2038
Chesf	Projetos Corporativos Chesf 5	CEF	Corporativo	100,00%	200.000	188.698	1.887	06/09/2021
Furnas	UHE Batalha	BNDES	Corporativo	100,00%	224.000	135.600	1.356	15/12/2025
Furnas	UHE Simplício	BNDES	Corporativo	100,00%	1.034.410	586.337	5.863	15/07/2026
Furnas	UHE Baguari	BNDES	Corporativo	100,00%	60.153	32.768	328	15/07/2026
Furnas	DIVERSOS	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	750.000	754.114	7.541	31/10/2018
Furnas	Rolagem BASA 2008	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	208.312	208.384	2.084	28/12/2020
Furnas	Projetos de Inovação	FINEP	Corporativo	100,00%	268.503	138.905	1.389	15/11/2023
Furnas	Financiamento corporativo	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	400.000	315.514	3.155	06/12/2023
Furnas	UHE Santo Antônio	BNDES	SPE	39,00%	1.594.159	1.951.042	19.510	15/03/2034
Furnas	UHE Santo Antônio	BNDES	SPE	39,00%	1.574.659	2.014.178	20.142	15/03/2034
Furnas	UHE Santo Antônio	BASA	SPE	39,00%	196.334	229.597	2.296	10/03/2034
Furnas	UHE Santo Antônio	Emissão de Debêntures	SPE	39,00%	163.800	212.214	2.122	27/12/2022
Furnas	UHE Santo Antônio	Emissão de Debêntures	SPE	39,00%	273.000	348.328	3.483	15/04/2024
Furnas	Centroeste de Minas	BNDES	SPE	49,00%	13.827	7.612	76	15/04/2023
Furnas	Brasventos Miassaba 3	BNDES	SPE	24,50%	30.984	25.105	251	15/10/2029
Furnas	IE Madeira	BASA	SPE	24,50%	65.415	74.723	747	10/07/2032
Furnas	IE Madeira	BNDES	SPE	24,50%	455.504	338.220	3.382	15/02/2030
Furnas	IE Madeira	Emissão de Debêntures	SPE	24,50%	85.750	124.479	1.245	18/03/2025
Furnas	Teles Pires	BNDES	SPE	24,72%	296.940	327.604	3.276	15/02/2036
Furnas	Teles Pires	BNDES/Banco do Brasil	SPE	24,72%	294.000	325.559	3.256	15/02/2036
Furnas	Teles Pires	Emissão de Debêntures	SPE	24,72%	160.680	182.006	1.820	30/05/2032
Furnas	Caldas Novas Transmissão	BNDES	SPE	49,90%	2.536	1.485	15	15/05/2023
Furnas	Caldas Novas Transmissão	BNDES	SPE	49,90%	5.536	4.287	43	15/03/2028
Furnas	Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	State Grid Brazil S.A.	Corporativo	100,00%	294.700	350.782	3.508	28/07/2029
Furnas	Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	BNDES	SPE	24,50%	412.825	429.894	4.299	15/08/2032
Furnas	Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	BNDES REPASSE	SPE	24,50%	214.375	226.383	2.264	15/08/2032
Furnas	Plano de Investimentos 2012-2014	BNDES	Corporativo	100,00%	441.296	208.420	2.084	15.06.2029
Furnas	Empresa de Energia São Manoel	BNDES	SPE	33,33%	437.996	450.594	4.506	12/12/2038
Furnas	Empresa de Energia São Manoel	Emissão de Debêntures	SPE	33,33%	93.332	112.163	1.122	15/12/2018
Furnas	Projetos Corporativos Furnas 1	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	50.000	50.018	500	28/12/2020
Furnas	Projetos Corporativos Furnas 2	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	35.000	35.013	350	28/12/2020
Amazonas	Amazonas	Confissão de Dívida - Petrobras/BR	Corporativo	100,00%	2.405.979	4.019.441	40.194	30/01/2025
Eletroacre	Eletroacre	Confissão de Dívida - Petrobras/BR	Corporativo	100,00%	91.774	78.391	784	30/01/2025
Boa Vista	Boa Vista	Confissão de Dívida - Petrobras/BR	Corporativo	100,00%	19.320	14.125	141	31/12/2024
Cepisa	Projeto Corporativo	CEF	Corporativo	100,00%	94.906	45.499	455	20/07/2026
Ceal	Projeto Corporativo Ceal	Banco IBM S/A	Corporativo	100,00%	10.736	4.066	41	11/12/2019
Total Controladora					47.425.617	46.658.261	466.583	

Empresa	Empreendimento	Banco Financiador	Modalidade	Participação da Controlada	Valor do Financiamento	Saldo Devedor em 31/12/2017	Saldo Garantidor	Término da Garantia
Chesf	Manaus Transmissora	BASA	SPE	19,50%	48.750	59.178	592	16/09/2031
Chesf	Manaus Transmissora	BASA	SPE	19,50%	29.250	33.032	330	16/02/2029
Chesf	TDG	BNB	SPE	49,00%	29.764	26.101	261	30/03/2031
Chesf	TDG	BNB	SPE	49,00%	58.346	52.692	527	01/08/2032
Chesf	Eólica Serra das Vacas	Itau BBA e Bradesco BBI	SPE	49,00%	132.009	132.517	1.325	2017
Chesf	Eólica Serra das Vacas	Itau BBA e Bradesco BBI	SPE	49,00%	33.320	33.918	339	2017
Eletronorte	Manaus Transmissora	BASA	SPE	30,00%	75.000	91.043	910	16/09/2031
Eletronorte	Manaus Transmissora	BASA	SPE	30,00%	45.000	50.818	508	16/02/2029
Eletronorte	Belo Monte Transmissora de Energia	Emissão de Debêntures	SPE	24,50%	142.100	142.865	1.429	15/12/2031
Eletronuclear	Angra III	CEF	Corporativo	100,00%	3.800.000	3.226.517	32.265	06/06/2038
Eletrosul	Ampliação do Sistema Sul de Transmissão	BNDES	Corporativo	100,00%	29.074	25.294	253	15/09/2029
Eletrosul	Interligação Brasil x Uruguai	BNDES	Corporativo	100,00%	21.827	18.988	190	15/09/2029
Eletrosul	Transmissora Sul Litorânea de Energia	BNDES	SPE	51,00%	252.108	225.345	2.253	15/02/2029
Furnas	Modernização da UHE Furnas e UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho	BID	Corporativo	100,00%	407.595	349.610	3.496	15/12/2031
Furnas	Belo Monte Transmissora de Energia	Emissão de Debêntures	SPE	24,50%	142.100	142.865	1.429	15/12/2031
Total Controladas					5.246.244	4.610.781	46.108	

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

NOTA 23 - DEBÊNTURES

23.1 - Composição das debêntures:

			CONSOLIDADO				
Controlada	**Emissora**	**Data de Emissão**	**Principais características**	**Tx. de juros**	**Vencimento**	**Saldo em 31/12/2017**	**Saldo em 31/12/2016**
Eletronorte	Emitidas pela ETE (incorporada pela Eletronorte em março de 2014)	06/2011	Subscrição particular de primeira Emissão da Controlada escrituradas em favor do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, e mantidas sob custódia do agente operador do contrato, o Banco da Amazônia S.A., com garantia real e fidejussória por fiança, em quatro séries, todas elas conversíveis em ações da SPE, com ou sem direito a voto.	Conversíveis em ações	TJLP + 1,65% a .a.	10/07/2031	202.757	201.375
CHESF	Emitidas pela Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	04/2017	Primeira emissão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, da espécie com garantia real, em série única. Foram emitidas o total de 168.000 com valor nominal de R$ 1.000,00 e distribuidas através da instituição financeira Banco Bradesco S.A.	Não conversíveis em ações	IPCA + 7,0291% a.a.	15/01/2029	153.094	–
Santa Vitória do palmar	Eólicas Geribatu I a X	08/2014	Emissão pública de debêntures simples em série única não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional real e fidejussória.	Não conversíveis em ações	IPCA + 7,94% a.a.	15/09/2027	114.928	–
							470.779	201.375
Total do Passivo Circulante							183.432	12.442
Total do Passivo Não Circulante							287.347	188.933

23.2 - Movimentação das debêntures:

		CONSOLIDADO						
		31/12/2016	**Captação**	**Encargos**	**Amortização do Principal**	**Transferência**	**Aquisição de Controlada (*)**	**31/12/2017**
	CIRCULANTE							
	Instituições Financeiras							
Eletronorte	BASA/FDA	12.442	–	19.006	(17.625)	8.835	–	22.658
Chesf	Bradesco	–	168.000	10.533	(15.509)	(9.930)	–	153.094
S. Vitória do Palmar	BNDES/BRDE	–	–	–	–	–	7.680	7.680
	TOTAL CIRCULANTE	12.442	168.000	29.539	(33.134)	(1.095)	7.680	183.432
	NÃO CIRCULANTE							
	Instituições Financeiras							
Eletronorte	BASA/FDA	188.933	–	–	–	(8.834)	–	180.099
Chesf	Bradesco	–	–	–	–	–	–	–
S. Vitória do Palmar	BNDES/BRDE	–	–	–	–	–	107.248	107.248
	TOTAL NÃO CIRCULANTE	188.933	–	–	–	(8.834)	107.248	287.347
	TOTAL DEBENTURES	201.375	168.000	29.539	(33.134)	(9.929)	114.928	470.779

(*) Transferência de SPEs da Eletrosul para a Eletrobras vide nota explicativa 15.6.

NOTA 24 - EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, instituído pela Lei nº 4.156/1962 com o objetivo de gerar recursos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, foi extinto pela Lei nº 7.181, de 20 de dezembro de 1983, que fixou a data de 31 de dezembro de 1993 como o prazo final de arrecadação.

Na primeira fase desse Empréstimo Compulsório, encerrada com o advento do Decreto-Lei nº 1.512/1976, a cobrança do tributo alcançou diversas classes de consumidores de energia, e os créditos dos contribuintes foram representados por Obrigações ao Portador emitidas pela Companhia.

No segundo momento, iniciado com as disposições contidas no referido Decreto-Lei, o Empréstimo Compulsório em questão passou a ser cobrado somente de indústrias com consumo mensal de energia superior a 2.000 kwh*, e os créditos dos contribuintes deixaram de ser representados por títulos, passando a ser simplesmente escriturados pela Companhia.

O saldo do Empréstimo Compulsório remanescente, após a 4ª conversão em ações, ocorrida em 30 de abril de 2008, relativa aos créditos constituídos de 1988 a 2004, estão registrados no passivo circulante e não circulante, vencíveis a partir de 2008, e remunerados à taxa de 6% ao ano, acrescidos de atualização monetária com base na variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial IPCA-E, e correspondem, em 31 de dezembro de 2017, a R$ 501.134 (R$ 509.133 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R$ 458.874 no não circulante (R$ 460.940 em 31 de dezembro de 2016).

As Obrigações ao Portador, emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório, não constituem títulos mobiliários, não são negociáveis em Bolsa de Valores, não têm cotação e são inexigíveis. Desta forma, a Administração da Companhia esclarece que a Companhia não possui debêntures em circulação.

A emissão desses títulos decorreu de uma imposição legal e não de uma decisão empresarial da Companhia. Do mesmo modo, sua tomada pelos obrigacionistas não emanou de um ato de vontade, mas de um dever legal, por força da Lei nº 4.156/1962.

A CVM, em decisão de seu Colegiado proferida no processo administrativo CVM RJ 2005/7230, movido por detentores das mencionadas obrigações, afirma textualmente que "as obrigações emitidas pela Companhia em decorrência da Lei nº 4.156/1962 não podem ser consideradas como valores mobiliários".

Entendeu ainda a CVM que não há qualquer irregularidade nos procedimentos adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras, no que se referem às citadas obrigações, tampouco na divulgação quanto à existência de ações judiciais.

A inexigibilidade dessas Obrigações ao Portador foi reforçada por decisões do Superior Tribunal de Justiça, que corroboram o entendimento de que esses títulos estão prescritos e que não se prestam para garantir execuções fiscais.

Portanto, as Obrigações ao Portador emitidas na primeira fase desse empréstimo compulsório, tal como decidido pela CVM, não se confundem com debêntures. Além disso, por força do disposto no artigo 4º, § 11 da Lei nº 4.156/1962 e no artigo 1º do Decreto 20.910/1932, são inexigíveis, condição confirmada no Informativo 344 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, de onde consta que essas Obrigações não podem ser utilizadas como garantia de execuções fiscais, por não terem liquidez e não serem debêntures.

Desta forma, o passivo relativo ao Empréstimo Compulsório refere-se aos créditos residuais, constituídos de 1988 a 1994, dos consumidores industriais com consumo superior a 2.000 kW/h*, referentes à segunda fase desse Empréstimo Compulsório, bem como aos juros não reclamados relativos a esses créditos, conforme demonstrado:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2017	**31/12/2016**
CIRCULANTE		
Juros a Pagar	42.260	48.193
NÃO CIRCULANTE		
Créditos arrecadados	458.874	460.940
TOTAL	501.134	509.133

NOTA 25 - CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL - CCC

A Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), criada pelo Decreto nº 73.102, de 7 de novembro de 1973, tem a finalidade aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoelétrica, especialmente na Região Norte do país.

A Conta de Consumo de Combustível apresentou um ativo total de R$ 202.885 em 31 de Dezembro de 2016 e um passivo não circulante no motante de R$ 482.179 para o mesmo período.

Em conformidade com a Lei nº 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto nº 9.022/2017, e com o Despacho da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 1.079, de 18 de abril de 2017, a responsabilidade pelo orçamento, gestão e movimentação da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC e da Reserva Global de Reversão - RGR, foi transferida para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, desde 1º de maio de 2017.

NOTA 26 - TRIBUTOS A RECOLHER E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

26.1- Tributos a recolher

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Passivo circulante:				
Tributos Retidos na Fonte (IRRF)	28.974	37.239	252.601	288.537
PASEP e COFINS	64.312	–	512.227	314.435
ICMS	–	–	127.901	214.385
PAES / REFIS	–	–	35.960	175.462
IR / CS parcelamento	–	–	–	37.679
INSS/FGTS	1.643	1.451	93.910	134.907
ISS	–	–	28.491	41.585
Outros	5.838	2.864	122.229	129.099
Total	100.767	41.554	1.173.319	1.336.089

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Passivo não circulante:				
PASEP e COFINS	–	–	33.087	204.284
PASEP e COFINS Diferidos	–	2.222	65.588	40.319
PAES / REFIS	–	–	210.850	589.200
IR / CS parcelamento	–	–	–	135.016
INSS/FGTS	–	–	–	32.847
Outros	–	–	17.002	58.214
Total	–	2.222	326.527	1.059.880

26.2- Imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Passivo circulante:				
Imposto de Renda corrente	752.465	357.503	1.075.786	447.236
Contribuição Social corrente	271.299	129.102	422.432	159.612
	1.023.764	486.605	1.498.218	606.848
Passivo não circulante:				
IRPJ / CSLL diferidos	394.958	320.560	8.901.931	8.305.606

continua

continuação

26.3 - Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA			
	31/12/2017		31/12/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(697.024)	(697.024)	3.452.678	3.452.678
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	174.256	62.732	(863.170)	(310.741)
Efeitos de adições e exclusões:				
Receita de Dividendos	9.838	3.542	25.378	9.136
Equivalência patrimonial	1.433.922	516.212	5.116.152	1.841.815
Passivo a descoberto em controladas	(1.542.698)	(518.937)	(3.038.777)	(1.093.960)
Compensação Prejuízo Fiscal	114.895	41.362	153.693	55.329
Provisão para Redução ao Valor de Mercado	–	–	–	–
Impostos diferidos não reconhecidos/baixados	(983.941)	(354.219)	(1.314.469)	(473.209)
Doações	(24.725)	(8.901)	(25.516)	(9.186)
Demais adições e exclusões	7.562	2.319	(72.686)	(26.568)
Total da despesa de IRPJ e CSLL	(810.891)	(255.890)	(19.395)	(7.384)
Alíquota efetiva	116,34%	36,71%	0,56%	0,21%

	CONSOLIDADO			
	31/12/2017		31/12/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(200.398)	(200.398)	12.024.095	12.024.095
Base de cálculo				
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	50.100	18.036	(3.006.024)	(1.082.169)
Efeitos de adições e exclusões:				
Receita de dividendos	10.012	3.604	25.838	9.301
Equivalência patrimonial	673.043	242.295	778.512	280.264
Compensação Prejuízo Fiscal	359.767	131.429	172.498	62.099
Constituição Créditos Tributários	389.892	26.415	500.021	180.007
Impostos diferidos reconhecidos de períodos anteriores	–	–	–	–
Impostos diferidos não reconhecidos/baixados	(2.937.852)	(1.179.571)	(4.044.525)	(1.465.668)
Incentivos Fiscais	412.143	–	185.217	–
Doações	(24.725)	(8.901)	(35.439)	(12.758)
Demais adições e exclusões	206.033	102.987	(798.670)	(259.323)
Total da despesa de IRPJ e CSLL	(861.587)	(663.706)	(6.222.572)	(2.288.246)
Alíquota efetiva	429,94%	331,19%	51,75%	19,03%

26.4 - Incentivos Fiscais - SUDENE

A Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura considerado, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimento em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

Sobre os contratos de concessões nº 006/2004 da geração e nº 061/2001 da transmissão (ambos assinados pela CHESF), o direito ao incentivo da redução de 75% do imposto de renda abrange os anos de 2008 a 2017. Para os contratos da transmissão nºs 008/2005 e 007/2005 o direito ao incentivo da redução foi concedido para o período de 2011 a 2020. Para os contratos com incentivo fiscal a alíquota do imposto de renda de 25% passa a ser de 6,25%.

26.5 - Parcelamento Especial - PAES

As controladas Furnas, Eletrosul, Eletroacre e Distribuição Alagoas optaram pelo refinanciamento de débitos tributários. O prazo de financiamento é limitado a 180 meses e o saldo devedor é corrigido pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e SELIC.

26.6 - Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) - Lei nº 12.865/2013

Furnas, em 30 de dezembro de 2013, optou pelo REFIS, referente aos processos de PASEP, COFINS e PASEP/COFINS.

O prazo de financiamento é limitado a 180 meses e o saldo devedor, corrigido pela SELIC, em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 180.203 (R$ 478.525 em 31 de dezembro de 2016).

26.7 - PASEP e COFINS Diferidos sobre Variação Cambial Ativa

Em 1º de abril de 2015 foi publicado o Decreto nº 8.426 que restabeleceu para 0,65% e 4%, respectivamente, as alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de incidência não cumulativa, com vigência a partir de 1º de julho de 2015.

Todavia, com o advento do Decreto nº 8.451, publicado em 19 de maio de 2015, o Governo Federal reestabeleceu para zero as alíquotas de PIS/PASEP e COFINS incidentes sobre as receitas financeiras decorrentes de variações monetárias, em função da taxa de câmbio, de: (i) operações de exportação de bens e serviços para o exterior; e (ii) obrigações contraídas pela pessoa jurídica, inclusive, empréstimos e financiamentos.

Uma vez que o Decreto nº 8.451 estabeleceu a manutenção da alíquota zero somente para as supramencionadas operações, a Controladora passou a recolher, quando da liquidação da correspondente transação, as contribuições do PIS/PASEP e COFINS incidentes sobre as variações monetárias decorrentes da oscilação da moeda estrangeira observada nos contratos de empréstimos concedidos pela Companhia.

26.8 - Programa de Regularização Tributária – PRT

Em 31 de maio de 2017, as subsidiárias da Eletrobras (Eletronorte, EDE Piauí, EDE, Alagoas, EDE Roraima, EDE Acre e EDE Rondônia) aderiram ao Programa de Regularização Tributária - PRT, instituído pelo Governo Federal por meio da Medida Provisória 766/2017. Tal programa permitiu, entre outras modalidades de pagamento e parcelamento, quitar débitos tributários federais utilizando-se de prejuízo fiscal para amortizar até 76% da dívida e o saldo remanescente parcelado em 24 meses. As empresas do Grupo Eletrobras já listadas inscreveram o montante R$ 891.249 mil, sendo utilizado R$ 677.349 de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (equivalente a 76% do débito consolidado) para pagamento à vista e o restante parcelado em 24 meses. Tal operação permitiu que se obtivesse um ganho de R$ 677.349 relativamente ao aproveitamento do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social.

NOTA 27 - ENCARGOS SETORIAIS

	CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
PASSIVO CIRCULANTE		
Quota RGR	83.641	56.083
Quota CDE	89.688	53.733
Quota PROINFA	9.159	14.152
Compensação pelo Uso de Recursos Hídricos	178.978	72.456
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	27.442	29.819
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	240.812	126.071
Programa de Eficiência Energética - PEE	65.802	258.590
Outros	32.658	36.297
	728.180	647.201
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Quota RGR	7.146	21.093
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	671.791	528.865
Programa de Eficiência Energética - PEE	19.486	65.295
	698.423	615.253
TOTAL	1.426.603	1.262.454

27.1 - Reserva global de Reversão - RGR

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das Empresas Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço das concessionárias.

As concessionárias recolhem suas quotas anuais ao Fundo, não controlado pela Companhia, em conta bancária vinculada, administrada pela Companhia, que movimenta a conta nos limites previstos na Lei nº 5.655/1971 e alterações posteriores, também não refletida nas Demonstrações Financeiras da Companhia, posto tratar-se de entidade autônoma em relação à Companhia.

Conforme art. 20 da Lei nº 12.431, de 2011, a vigência deste encargo, cuja extinção estava prevista para o final do exercício de 2010, foi prorrogada até 2035. Com a edição da Lei nº 12.783/2013, a partir de 1º de janeiro de 2013, foram desobrigadas ao recolhimento das quotas anuais da RGR:

a) As concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica;

b) As concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica licitadas a partir de 12 de setembro de 2012; e

c) As concessionárias de serviço público de transmissão e geração de energia elétrica prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013.

27.2 - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) é destinada a promover o desenvolvimento energético dos estados, a projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, ao programa subvenção aos consumidores de baixa renda e à expansão da malha de gás natural para o atendimento dos estados que ainda não possuem rede canalizada.

A CDE também é utilizada para garantir a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas (eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa) e do carvão mineral nacional.

A partir do exercício de 2013, como um dos instrumentos para viabilizar a redução na conta de energia, essa contribuição foi reduzida para 25% da taxa vigente.

27.3 - PROINFA

Programa do Governo Federal para o desenvolvimento de projetos para a diversificação da matriz energética brasileira e incentivo às fontes alternativas de energia elétrica, instituído pela Lei nº 10.438, de abril de 2002, é gerenciado pela companhia e busca soluções de cunho regional para o uso de fontes renováveis de energia.

O PROINFA prevê a operação de 144 usinas, totalizando 3.299,40 MW* de capacidade instalada. As usinas do programa respondem pela geração de aproximadamente 12.000 GWh/ano - quantidade capaz de abastecer cerca de 6,9 milhões de residências e equivalente a 3,2% do consumo total anual do país. Os 3.299,40 MW* contratados estão divididos em 1.191,24 MW* provenientes de 63 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), 1.422,92 MW* de 54 usinas eólicas, e 685,24 MW* de 27 usinas a base de biomassa. Essa energia tem garantia de contratação por 20 anos pela Companhia. As operações no âmbito do PROINFA não afetam o resultado da Companhia (sendo esta a responsável pelo pagamento).

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes

27.4 - Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos

A Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para fins de geração de energia elétrica foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. A ANEEL gerencia a arrecadação e a distribuição dos recursos entre os beneficiários: Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União.

Conforme estabelecido na Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, com modificações dadas pelas Leis nºs 9.433/1997, 9.984/2000 e 9.993/2000, são destinados 45% dos recursos aos Municípios atingidos pelos reservatórios das UHEs, enquanto que os Estados têm direito a outros 45%. A União fica com 10% do total. Geradoras caracterizadas como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), são dispensadas do pagamento da compensação financeira.

As concessionárias pagam 6,75% do valor da energia produzida a título de Compensação Financeira.

27.5 - Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica

A Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica foi criada, pela Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e regulamentada pelo Decreto nº 2.410, de 28 de novembro de 1997, com a finalidade de constituir a receita da Agência Nacional de Energia Elétrica cobertura das suas despesas administrativas e operacionais.

A TFSEE equivale a 0,5% do valor econômico agregado pelo concessionário, permissionário ou autorizado, inclusive no caso de produção independente e autoprodução, na exploração de serviços e instalações de energia elétrica.

A TFSEE é devida desde 1º de janeiro de 1997, sendo fixada anualmente pela ANEEL e paga em doze cotas mensais.

27.6 - Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Programa de Eficiência Energética - PEE

As concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida ajustada, em pesquisa e desenvolvimento e programa de eficiência energética do setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

Os recursos do P&D têm a finalidade de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos. Busca-se promover a cultura de inovação, criando novos equipamentos e aprimorando a prestação de serviço que contribuam para a segurança do fornecimento de energia elétrica, a modalidade tarifária, a diminuição do impacto ambiental do setor e da dependência tecnológica do país.

Os recursos de PEE têm a finalidade de promover o uso eficiente de energia em todos os setores da economia por meio de projetos que demonstrem a importância e a viabilidade econômica de melhoria de eficiência energética de equipamentos, processos e usos finais de energia. Busca-se maximizar os benefícios públicos de energia economizada e da demanda evitada, promovendo a transformação do mercado de eficiência energética, estimulando o desenvolvimento de novas tecnologias e a criação de hábitos e práticas racionais de uso da energia elétrica.

Atendendo determinação dos citados dispositivos legais, em contrapartida aos lançamentos registrados no passivo, as concessionárias contabilizam no resultado, em pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética, como dedução da receita operacional.

NOTA 28 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
Dividendos não reclamados	9.484	24.339	9.520	25.312
Dividendos retidos exercícios anteriores	–	–	–	1.837
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	–	433.963	8.819	435.742
	9.484	458.302	18.339	462.891

28.1 - Dividendos Não Reclamados

O saldo da remuneração aos acionistas, demonstrado no passivo circulante em 31 de dezembro de 2017, contém a parcela de R$ 9.520 (R$ 25.312 em 31 de dezembro de 2016) no consolidado, referente a remunerações não reclamadas dos exercícios de 2014, 2015 e 2016. A remuneração relativa ao exercício de 2011 e anteriores, está prescrita, nos termos do Estatuto da Companhia.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

28.2 - Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para as ações preferenciais das classes A e B, de 8% e 6%, respectivamente, do valor nominal do capital social relativo a essas espécies e classes de ações, prevendo a possibilidade de pagamento de juros sobre capital próprio. Os dividendos mínimos obrigatórios de R$ 466.984 relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, conforme parágrafo terceiro do artigo 205 da Lei nº 6.404/76 e aprovação na ata da 167ª Assembleia Geral Extraordinária e 57ª Assembleia Geral Ordinária em 28 de abril de 2017, foram pagos em 19 de dezembro de 2017.

NOTA 29 - BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

As empresas do Sistema Eletrobras patrocinam planos de previdência aos seus empregados, bem como planos de assistência médica e seguro de vida pós-emprego em determinados casos. Esses benefícios são classificados como benefícios definidos (BD) e de contribuição definida (CD).

Devido à estrutura descentralizada do Sistema Eletrobras, cada segmento patrocina seu próprio pacote de benefícios a empregados. De forma geral, o Grupo oferece aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde e seguro de vida pós-emprego, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tipos de benefícios pós-emprego patrocinados pelas empresas do Sistema Eletrobras					
	Planos de benefícios previdenciários			Outros benefícios pós-emprego	
Empresa	Plano BD	Plano Saldado	Plano CD	Seguro de Vida	Plano de Saúde
Eletrobras	X		X	X	X
Amazonas	X		X		
Boa Vista	X		X		X
Ceal	X		X		X
Cepisa	X		X		
Ceron			X		
CGTEE	X				
Chesf	X	X	X	X	
Eletroacre			X		
Eletronorte	X		X	X	X
Eletronuclear	X				X
Eletrosul	X		X		X
Furnas	X		X	X	X

O plano de benefício previdenciário normalmente expõe o Grupo a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

Risco de investimento	O valor presente do passivo do plano de benefício definido previdenciário é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em ações, instrumentos de dívida e imóveis. Devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, o conselho do fundo de pensão considera apropriado que uma parcela razoável dos ativos do plano deva ser investida em ações e imóveis para alavancar o retorno gerado pelo fundo.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.
Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Risco de salário	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido e do valor justo dos ativos com os valores registrados no balanço patrimonial para os benefícios previdenciários e para os demais benefícios pós-emprego. A seguir estão apresentados os resultados consolidados do grupo Eletrobras. A mais recente avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação dos benefícios definidos foi realizada em 31 de dezembro de 2017.

Obrigações de benefício pós emprego - valores reconhecidos no balanço patrimonial	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Planos de benefícios previdenciários	591.363	408.039	1.870.577	2.214.342
Planos de saúde e seguro de vida	16.133	15.628	315.428	253.212
Outras obrigações de benefícios pós-emprego	–	–	–	8.093
Total das obrigações de benefício pós emprego	607.496	423.667	2.186.005	2.475.647
Circulante	28.830	29.632	184.293	107.571
Não circulante	578.666	394.035	2.001.712	2.368.076

a) Conciliação dos passivos dos planos de previdência e outros benefícios

Planos de benefícios definidos previdenciários - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	2.185.266	1.988.849	23.084.912	21.682.893
Valor justo dos ativos do plano (–)	(1.593.903)	(1.586.720)	(23.153.018)	(22.025.946)
Passivo/(Ativo) líquido	591.363	402.129	(68.107)	(343.054)
Efeito de restrição sobre o ativo	–	–	1.797.066	2.077.026
Dívida atuarial contratada entre patrocinador e plano	69.588	74.649	1.380.914	1.397.984
Dívida financeira contratada entre patrocinador e plano	–	–	–	15.479
Outros benefícios previdenciários	–	5.913	26.683	171.525
Valor de passivo/(ativo) de benefícios pós-emprego	591.363	408.039	1.870.577	2.214.342
Custo de serviço corrente líquido	(1.518)	(1.300)	(50.269)	(71.682)
Custo de juros líquidos	41.975	21.824	180.742	103.593
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	40.457	20.524	130.473	31.911

Outros benefícios pós-emprego - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	16.133	15.628	315.428	253.212
Valor justo dos ativos do plano (–)	–	–	–	–
Passivo/(Ativo) líquido	16.133	15.628	315.428	253.212
Valor de passivo/(ativo) de outros benefícios pós-emprego	16.133	15.628	315.428	253.212
Custo de serviço corrente	1.544	1.265	10.479	13.711
Custo de juros líquidos	1.734	1.535	26.566	35.601
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	2.812	2.345	37.045	49.312

b) Divulgação de Benefícios Definidos Previdenciários

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários - conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido:

Planos de benefícios definidos previdenciários - Movimentação do valor presente das obrigações atuariais	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Valor das obrigações atuariais no início do ano	1.988.849	1.650.165	21.682.893	17.867.309
Controlada mantida para venda (*)	–	–	(339.490)	–
Custo de serviço corrente	3.570	3.546	102.752	75.475
Juros sobre a obrigação atuarial	211.943	207.224	2.273.454	2.262.079
Benefícios pagos no ano (–)	(243.320)	(201.599)	(1.821.569)	(1.576.185)
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	*224.225*	*329.513*	*1.186.871*	*3.054.215*
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	–	–	–	213.883
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	134.888	206.566	1.094.536	2.723.761
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	89.337	122.947	92.335	116.571
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	2.185.266	1.988.849	23.084.912	21.682.893

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários - conciliação do valor justo dos ativos dos planos:

Planos de benefícios definidos previdenciários - Movimentação e composição do valor justo dos ativos	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Valor justo dos ativos no início do ano	1.586.720	1.474.504	22.025.946	18.905.009
Controlada mantida para venda (*)	–	–	(311.680)	–
Benefícios pagos durante o exercício (-)	(243.320)	(201.599)	(1.821.537)	(1.576.185)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	5.087	4.846	153.884	147.157
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	31.007	45.349	328.526	281.376
Rendimento esperado dos ativos no ano	169.968	185.400	2.334.352	2.423.501
Ganho/(Perda) sobre os ativos do plano (excluindo as receitas de juros)	44.441	78.220	443.525	1.845.088
Valor justo dos ativos ao final do ano	1.593.903	1.586.720	23.153.018	22.025.946
Rendimento efetivo dos ativos no ano	214.409	263.620	2.777.878	4.268.589

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários - Montantes reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados Programa Previdenciário	448.917	262.758	3.641.454	3.482.507
	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício líquidos dos impostos diferidos - Programa Previdenciário	(186.160)	(180.974)	(158.947)	(1.160.545)

c) Divulgação de Outros Benefícios Pós-Emprego

Resultados consolidados de outros benefícios pós-emprego - conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido:

Outros benefícios pós-emprego - Movimentação do valor presente das obrigações atuariais	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Valor das obrigações atuariais no início do ano	15.628	9.933	253.212	272.296
Custo de serviço corrente	1.544	1.265	10.547	13.187
Juros sobre a obrigação atuarial	1.731	1.535	26.597	34.855
Benefícios pagos no ano	(19.951)	–	(211.441)	(30.013)
Custos de exercícios anteriores	–	1.618	–	–
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	*17.181*	*1.277*	*236.515*	*(37.113)*
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	–	–	10.753	(3.190)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	856	813	24.243	27.039
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	16.325	464	201.518	(62.580)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	16.133	15.628	315.429	253.212

Resultados consolidados de outros benefícios pós-emprego - Montantes reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados - Outros benefícios pós-emprego	(2.037)	(19.218)	236.515	9.213
	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício - Outros benefícios pós-emprego	(17.181)	(2.895)	(236.515)	37.113

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

d) Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais apresentadas abaixo foram utilizadas na determinação da obrigação de benefício definido e da despesa do exercício.

Hipóteses Econômicas		
	2017	**2016**
Taxa de juros de desconto atuarial anual (i)	9,38% a 9,73%	10,95% a 11,17%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	5,13% a 5,45%	5,70% a 5,91%
Projeção de aumento médio dos salários	4,06% a 6,59%	4,97% a 9,02%
Projeção de aumento médio dos benefícios	4,06%	4,97%
Taxa anual real de evolução custos médicos	–	0% a 4,43%
Taxa média de inflação anual	0,0%	4,97%
Expectativa de retorno dos ativos do plano (ii)	9,38% a 9,73%	10,95% a 11,17%
Hipóteses Demográficas		
	2017	**2016**
Taxa de rotatividade	0%; N/A; NUCLEOS - 215: Suavizada em 20%; T1 Service Table SUAV 20%	0%; GAMA - Exp. Rotatividade; T1 Service Table Suav. 20%; 80% T1 Service Table
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-83 Basic FEMALE; AT-83 Basic FEMALE; AT-2000 M&F SUAV 10%; AT-2000 BASIC M; AT-2000 BASIC DES 5% e Segregada por Sexo; AT-2000 BASIC (D30%) M&F; AT-2000 (UNISEX) DES 10%; AT-2000 (Suav. 10%) M&F; AT-2000 Basic M&F;	AT-2000 BASIC; AT-83 BASIC F; AT-2000 (D10%/D5%/D30%); AT-2000 (suavizada 10%);
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 DES; AT-49 DES 2 ANOS; AT-83 M&F SUAV 10%; MI-85 Segregada por Sexo; AT-83 M; AT-49 Segregada por Sexo; AT-49 M&F; AT-49 AGRAV 100% M&F, AT-83M (desagravada em 5%); RP 2000 DISABLED M&F; RRB - 1983	AT- 83; AT-83 (suav. 10%); AT-49 DES 2 anos; MI-85; AT-49 M; AT- 49 M&F; AT-49 (M&F) AGR 100%; RP - 2000 Disable; AT - 83M (desagravada em 5%); RP 2000 Disable M&F; RRB - 1983
Tábua de invalidez	Alvaro Vindas; Light Média	Light Fraca, Média e Forte; Alvaro Vindas
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

(i) Taxa de juros de longo prazo

(ii) Representa as taxas máximas e mínimas de retorno de ativos dos planos.

A definição dessa taxa considerou à prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*.

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano BD em 31 de dezembro de 2017 foi de R$ 214.409 (R$ 263.620 em 2016) na Controladora e R$ 2.777.878 (R$ 4.268.589 em 2016) no Consolidado.

e) Contribuições patronais

Em 31 de dezembro de 2017, as contribuições feitas pela Controladora, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R$ 25.505 (R$ 18.562 em 2016) e R$ 163.857 (R$ 214.783 em 2016) no Consolidado.

Em 31 de dezembro de 2017, as contribuições feitas pela Controladora, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano BD atingiram R$ 31.007 (R$ 45.349 em 2016) e R$ 328.526 (R$ 281.376 em 2016) no Consolidado.

A Controladora espera contribuir com R$ 32.589 com o plano de benefício definido durante o próximo exercício e R$ 50.384 no Consolidado.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido da Controladora é de 8,95 anos e a média do Consolidado ponderada pelas obrigações é de 10,87 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós-emprego para os próximos 10 anos:

Controladora

Programa Previdenciário	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Próximos 5 Anos	Total
Em 31 de dezembro de 2017	192.141	190.514	187.599	184.039	180.072	830.286	1.764.651

Consolidado

Programa Previdenciário	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Próximos 5 Anos	Total
Em 31 de dezembro de 2017	1.728.431	1.731.547	1.730.953	1.722.171	1.710.042	8.279.491	16.902.635

f) As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto, custo médico, aumento salarial esperado e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Controladora

- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R$ 45.514 (aumento de R$ 47.296).
- Se a expectativa de vida aumentasse (diminuísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R$ 58.529 (redução de R$ 59.210).

Consolidado

- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R$ 551.847 (aumento de R$ 579.980).
- Se os custos médicos fossem 0,25% mais altos (baixos), a obrigação de benefício definido teria uma redução de R$ 5.947 (redução de R$ 7.502).
- Se a expectativa de vida aumentasse (diminuísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R$ 490.696 (redução de R$ 497.409).

A análise de sensibilidade apresentada pode não ser representativa da mudança real na obrigação de benefício definido, uma vez que não é provável que a mudança ocorresse em premissas isoladas, considerando que algumas das premissas podem estar correlacionadas.

Além disso, na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial.

Não houve alteração em relação a exercícios anteriores nos métodos e nas premissas usados na preparação da análise de sensibilidade.

g) Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos

	Controladora		Consolidado	
Categoria de Ativo	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Valores Disponíveis Imediatos	4	83	797	10.361
Realizáveis	62.157	142.347	834.606	913.902
Crédito de Depósitos Privados	159.477	213.464	1.171.009	364.800
Investimentos em Renda Fixa	499.798	814.464	16.359.920	16.409.421
Investimentos em Renda Variável	119.962	162.490	2.088.593	2.545.552
Investimento em Fundos	617.532	190.278	1.853.234	1.231.716
Investimentos Imobiliários	128.457	131.019	793.797	823.129
Investimentos Estruturados	–	–	545.444	451.874
Empréstimos e Financiamentos	81.566	81.383	562.396	563.357
Outros	2.291	2.210	2.186	76.172
(–) Recursos a receber do patrocinador	(7.910)	(81.291)	(319.896)	(421.767)
(–) Exigíveis Operacionais	(3.660)	(5.906)	(130.987)	(111.563)
(–) Exigíveis Contingenciais	(12.367)	(9.891)	(305.669)	(503.233)
(–) Fundos de Investimentos	(5.588)	(5.172)	(82.271)	(117.356)
(–) Fundos Administrativos	(47.816)	(48.758)	(200.293)	(192.172)
(–) Fundos Previdenciais	–	–	(19.849)	(18.249)
Total dos ativos	1.593.903	1.586.720	23.153.018	22.025.946

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos de investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

NOTA 30 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de julgamento.

A Administração da Companhia adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda e da ocorrência de obrigação presente em função de evento passado, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como provável, além de atender a condição de obrigação presente vinculada a evento passado, são constituídas provisões;
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como possível, não é realizada provisão e suas informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas, quando relevantes, e
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como remoto, não é realizada provisão e somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações relevantes, que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações financeiras.

Portanto, para fazer face a eventuais perdas, são constituídas as provisões para contingências, conforme julgamento realizado pela administração da Companhia e de suas controladas, amparadas em seus consultores jurídicos, como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais.

Na data de encerramento destas demonstrações financeiras, a Companhia apresenta as seguintes provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais, por natureza, consideradas pela Administração da Companhia como sendo uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos:

a) Provisão para contingências:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
CIRCULANTE				
Trabalhistas	3.092	950	278.104	39.373
Tributárias	–	–	6.882	4.415
Cíveis	847.612	755.861	1.233.401	1.039.687
	850.704	756.811	1.518.387	1.083.475
NÃO CIRCULANTE				
Trabalhistas	1.187.019	457.097	2.358.354	1.369.292
Tributárias	–	–	625.879	586.429
Cíveis	15.759.489	13.216.976	20.049.730	17.690.233
	16.946.508	13.674.073	23.033.963	19.645.954
	17.797.212	14.430.884	24.552.350	20.729.429

Estas provisões tiveram, neste período, a seguinte evolução:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2016	14.430.884	20.729.429
Constituição de provisões	4.570.106	6.762.387
Reversão de provisões	(1.640.399)	(2.514.588)
Atualização Monetária	1.032.635	1.314.434
Baixas	–	(1.087.114)
Pagamentos	(596.014)	(652.198)
Saldo em 31/12/2017	17.797.212	24.552.350

A constituição e a reversão da provisão para contingências foram registradas no resultado do período como Provisões Operacionais (Nota 43).

a.1) Ações judiciais cíveis

Controladora

i. Reclamação de Correção Monetária sobre o Empréstimo Compulsório

Existe um contencioso judicial expressivo envolvendo a controladora, onde o maior número de ações nesse universo diz respeito às ações que têm por objeto a aplicação de critérios de atualização monetária sobre os créditos escriturais do Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica.

Tais demandas têm por objeto impugnar a sistemática de atualização monetária determinada pela legislação que rege o Empréstimo Compulsório e aplicada pela Companhia.

Os créditos do empréstimo compulsório foram pagos pela Companhia por intermédio de conversões realizadas em 1988, 1990 e 2005.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

A divergência foi levada ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), tendo a questão de mérito sido decidida por aquela Corte. A matéria, entretanto, é atualmente objeto de recursos ao Supremo Tribunal Federal (STF), os quais se encontram pendentes de julgamento.

A despeito da questão ter sido submetida ao STF, face ao precedente do STJ, decidido sob o rito do artigo 543-C do Código de Processo Civil de 1973, as demandas ajuizadas têm tido seu curso normal e, por conseguinte, vêm ocorrendo diversas condenações ao pagamento de diferenças de correção monetária relativas a esse período e em decorrência das mesmas a Eletrobras tem sido alvo de numerosas execuções, sendo que nessas execuções há dissenso entre a Eletrobras e os autores quanto à forma de apuração do valor devido.

A Companhia mantém provisão para estas contingências cíveis, na Controladora, no valor de R$ 16.596.267 em 31 de dezembro de 2017 (R$ 13.901.602 em 31 de dezembro de 2016) referente a esses processos.

ii. Amazonas GT e Eletrobras

Existem processos promovidos contra a Amazonas GT, nos quais a Eletrobras foi incluída no polo passivo, por ter se obrigado como fiadora e devedora principal da Amazonas GT em diversos contratos de fornecimento de energia.

Tais processos são decorrentes de pagamentos, multas e encargos por supostos atrasos e inadimplementos da Amazonas GT no cumprimento de obrigações referentes a tais contratos.

Em específico a esses contratos de fornecimento de energia no qual a Eletrobras se figura como fiadora, a Companhia mantém a provisão de R$ 545.928 (R$ 531.198 em 31 de dezembro de 2016) lastreada no ativo de mesmo montante junto à controlada Amazonas GT.

iii. Amazonas Distribuidora e Eletrobras

Processo que discute eventuais atrasos no pagamento pela Amazonas Distribuidora ao Produtores Independente de Energia (PIE) Companhia Energética Manauara S/A. Assim, como a Eletrobras foi incluída no polo passivo, por ter se obrigado como fiadora e devedora principal desse contrato de fornecimento de energia, em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresenta o montante de R$ 12.985 (R$ 12.635 em 31 de dezembro de 2016) provisionados em seu contingenciamento.

Consolidado

1) Amazonas Distribuidora

i. Atrasos de Pagamentos aos Produtores Independentes de Energia

A Companhia é parte em 18 processos movidos por Produtores Independentes de Energia (PIE), GERA - Geradora de Energia do Amazonas S/A, Breitener Jaraqui S/A, Companhia Energética Manauara S/A e Rio Amazonas Energia S.A., em que se discute os seguintes objetos: a) anulação de multa aplicada pela Companhia em virtude do atraso por parte do PIE na entrada em operação da usina; b) cobrança de diferenças de faturamento da parcela do preço da energia relativa ao fornecimento de combustível usado na operação da usina, trazendo questionamentos acerca da fórmula constante no anexo G; e c) cobrança de diferença de valores decorrentes da extinção da CPMF.

Decorrente de novas movimentações processuais, a Administração reavaliou o prognóstico dos processos em conjunto com assessores jurídicos em 2016. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresenta o montante atualizado de R$ 1.060.261 (R$ 965.517 em 31 de dezembro de 2016) provisionados em seu contigenciamento.

ii. Contingências tributárias passivas com risco possível

A Companhia possui riscos de natureza tributária relacionados ao PIS/COFINS sobre o reembolso CCC/CDE que não estão provisionados, pois envolve risco de perda classificado pela Administração e seus consultores jurídicos como possível.

A CCC/CDE é um encargo do setor elétrico brasileiro pago por todas as concessionárias de distribuição e de transmissão de energia elétrica, de forma a subsidiar os custos anuais de geração em áreas ainda não integradas ao Sistema Interligado Nacional - SIN, chamadas de Sistemas Isolados.

Neste contexto, a conta CCC/CDE tem a finalidade de custear as despesas da Amazonas Energia com a aquisição de insumos (combustível líquido e gasoso), aquisição de energia para revenda (Produtores Independentes), entre outros gastos usuais. O valor repassado pela CCC/CDE corresponde ao excedente apurado em relação ao Custo Total de Geração (CTG) e a quantidade gerada valorada pelo preço médio da potência e energia negociado no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), cujo montante apurado é reembolsado pela CCC/CDE e contabilizado como recuperação de despesa, não caracterizando-se como uma subvenção e, consequentemente, não é uma receita operacional, não sendo, portanto, base de cálculo do PIS/Pasep e da COFINS, no entendimento da Administração, com base em opinião emitida pelos consultores jurídicos da Companhia.

Embora nenhum passivo tenha sido reconhecido por não ser provável uma saída de recursos, caso as autoridades fiscais imputem a cobrança dos referidos tributos, a Administração da Companhia estima que o risco relativo aos últimos cinco exercícios fiscais totalize R$ 716.932, considerado apenas o principal, sem multas e outros encargos.

2) CGTEE

i. Processo 2-12 0 236/12

Postula o Banco KfW a cobrança das obrigações oriundas dos empréstimos em desfavor da CGTEE, a qual figurava como avalista do referido empréstimo, considerando as amortizações vencidas (contabilizadas as multas contratuais), juros de empréstimo vencidos, juros de mora sobre amortizações vencidas e indenização por danos. A CGTEE não reconhece os avais, havendo, inclusive, ação em trâmite com provas da falsidade dos avais. A CGTEE recebeu o Ofício nº 2677/2013/CGCI-DRCI-SNJ-MJ, de 12/04/2013, do Ministério da Justiça, que encaminha Carta Rogatória de notificação de ação de cobrança do KfW junto ao Tribunal Regional de Frankfurt. A Carta Rogatória tomou o nº 7988/DE (2013/0109413-6) junto ao STJ. Refere-se a cobrança da garantia de 4 (quatro) contratos da Usina Termelétrica Winimport S/A. Já foram realizadas 3 audiências na Alemanha. O Escritório NOER LLP comunicou a sentença condenatória de 20/05/2016 da Eletrobras CGTEE em favor de KfW no valor estimado de EUR 74.330. Apelação interposta em 23/06/2016. As razões da apelação foram apresentadas em 27/09/2016. A etapa seguinte será a manifestação do KfW acerca do recurso. De acordo com o Escritório NOER LLP, a probabilidade de perda é provável e o valor de R$ 314.469 foi provisionado em 31 de dezembro de 2017.

3) Chesf

i. Declaração de Nulidade

A Chesf é autora de uma ação na qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras - CBPO, CONSTRAN S.A. - Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A. (rés neste processo, e aqui doravante assim referidas), e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor de aproximadamente R$ 350.000 (valores da época, convertidos em reais), em dobro. As mesmas rés, além de contestarem o feito, ajuizaram, em paralelo, reconvenção pleiteando a condenação da Chesf a pagamentos vencidos decorrentes do mesmo aditivo contratual não tempestivamente liquidados pela Companhia (glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993, em obediência à Lei nº 8.030/1990, e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996).

Após longa tramitação processual nas instâncias ordinárias, incluindo controvérsia em torno do ramo judiciário competente para seu processamento e julgamento (a Chesf e a União, sua assistente no processo, entendem pela competência da Justiça Federal; o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à luz da Lei nº 8.197/1991, entendeu ser a competência da Justiça Estadual, entendimento este ratificado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco/TJPE - o Superior Tribunal de Justiça/STJ, instado a se pronunciar na matéria, não conheceu do correspondente recurso especial por razões exclusivamente processuais), a ação da Chesf foi julgada improcedente e a reconvenção das rés julgada procedente, ambas as decisões proferidas pelo TJPE.

A Chesf e a União, no curso do processo - por questões incidentais - e especialmente ao seu final nas instâncias ordinárias, apresentaram recursos especiais e extraordinários. A Chesf interpôs agravo regimental dessa decisão, rejeitado pela Corte Especial e pendente de publicação.

Em 02/12/2016 a Chesf protocolizou petição de Tutela Provisória Incidental nos autos do RESP nº 1.530.912/PE, a qual teve seu pedido deferido, atribuindo efeito suspensivo para sustar a eficácia do acórdão prolatado pelo TJPE, até julgamento definitivo do recurso especial.

Paralelamente, e desde a conclusão da tramitação do feito perante as instâncias ordinárias, as rés vem tomando, perante as instâncias ordinárias do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, diversas iniciativas no sentido de promover a execução do montante que pleitearam em reconvenção.

Assim, em novembro/1998 apresentaram pedido de execução provisória, mediante antecipação judicial da tutela pretendida, mas tal iniciativa foi suspensa por ordem do STJ.

Após, as mesmas rés formularam processo de liquidação da decisão provisória que detinham em seu favor, o qual, afinal - e não sem antes, no seu curso, haver sido declinado à Justiça Federal, decisão esta revertida pelo TJPE a pedido das rés -, foi extinto sem julgamento de mérito por decisão da primeira instância que, recorrida, foi revertida pelo TJPE, que deu provimento, em larga medida, à pretensão das rés (AI 205.097-7), homologando, com exclusões, o segundo laudo pericial final de arbitramento de valores apresentado no feito em primeira instância. Ainda neste mesmo caso, e após a sucessiva apreciação de diversos embargos de declaração articulados por todas as partes do processo, o mesmo TJPE acolheu pretensão da Chesf no sentido de excluir daquela anterior homologação de valores o indevido cômputo cumulado de juros moratórios contratuais e legais, reduzindo assim muito substancialmente o montante reconhecido em favor das rés.

Concluída a apreciação da matéria liquidatória nas instâncias ordinárias do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, todas as partes do processo apresentaram recursos às instâncias judiciárias superiores - no caso da Chesf, tanto recurso especial ao STJ (apontando diversas irregularidades processuais e manifestas reduções ainda legalmente necessárias no montante liquidatório inicialmente homologado pelo TJPE) quanto recurso extraordinário ao STF (apontando questões processuais relacionadas às garantias fundamentais constitucionais).

Cabe ainda registrar, neste mesmo feito - processo de liquidação –, que independentemente dos antes referidos recursos especiais e extraordinários ora pendentes de apreciação, encontra-se em curso perante o STJ o RESP 1.366.295, onde, já após a vigência da Lei nº 9.469/1997, controverte-se novamente a competência para processamento e julgamento daquela causa (a Chesf e a União, sua assistente no processo, entendem pela competência da Justiça Federal; as rés entendem pela competência do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco): neste recurso houve decisão denegatória da Segunda Turma do STJ, seguida de embargos declaratórios da CHESF. Em março de 2016 houve apreciação dos referidos embargos declaratórios com idêntico resultado sendo publicada tal decisão em 12/09/2016.

Em agosto de 2013 as rés, após a conclusão da tramitação deste feito liquidatório perante as instâncias ordinárias - e sem prejuízo das pendências dos recursos às instâncias judiciárias superiores antes referidos -, tomaram iniciativa perante a 12ª Vara Cível de Recife - PE no sentido de promover a execução provisória dos valores, que referenciados a abril/2015 totalizam um montante de R$ 1.035 milhões. Houve determinação de penhora on line, via Bacenjud, com várias iniciativas de incidência sobre ativos da CHESF. Até o dia 31/12/2015 os bloqueios somavam a importância de R$ 360 milhões. O consórcio peticionou requerendo que fosse penhorado 25% do faturamento da Chesf, bem como fosse liberado o valor até então bloqueado sem a apresentação de caução idônea, sendo tal pleito indeferido pelo MM. Juízo, decisão posteriormente confirmada pelo TJPE. Em 24/02/2016 nova decisão da 12ª Vara Cível da Comarca de Recife deferiu o pedido de penhora sobre títulos da dívida pública havidos pela Chesf, de forma a complementar, até o valor da condenação, o valor já bloqueado. Contra tal medida foi apresentado Agravo de Instrumento ao TJPE, pendente de julgamento. A Secretaria do Tesouro Nacional informou a impossibilidade de cumprimento de tal determinação e, por conseguinte, foram oficiados o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Em 31/05/2016, foi bloqueado pela Caixa Econômica Federal o valor de R$125 milhões, aplicados em fundos daquela instituição.

Apresentada Ação de Reclamação pela Chesf, em 31/05/2016, objetivando a suspensão da execução provisória e por via de consequência, as medidas de bloqueio foram deferidas liminares pelo Des. Substituto Roberto Maia em 06/06/2016 e revogada em 07/06/2016, restituindo a situação de bloqueio sem que houvesse, na prática, produzido seus efeitos. Novo pedido de reconsideração/agravo foi apresentado pela Chesf em 15/06/2016, recebido como agravo em 16/06/2016 tendo sido determinada a citação das agravadas. Ante a juntada de novos documentos pela Chesf, o Relator Des. Eduardo Augusto Paurá Peres despachou para o Consórcio se manifestar sobre os documentos novos, dê-se vista aos reclamados, na forma do art. 437, §1º, do CPC1.

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, atualizou a provisão em seu passivo não circulante, no montante de aproximadamente R$ 1.098.566 e outros adicionais de R$ 109.956 em 31 de dezembro de 2017, relativamente ao valor da condenação em honorários de sucumbência em favor dos patronos das partes adversas à Chesf (estes fixados à razão de 10% sobre o valor da condenação principal e mais R$ 100.000,00), tudo o acima referido tomando especialmente por referência, de um lado, a decisão manifestada pelo TJPE em ação de liquidação (proposta pelo Consórcio Xingó - CBPO/CONSTRAN/Mendes Junior), atualmente em curso perante o STJ sob o nº RESP 1.530.912, distribuído naquela corte e ainda ali aguardando processamento e julgamento com atribuição de efeito suspensivo no recurso (há, no mesmo processo, também Recurso Extraordinário com destino ao Supremo Tribunal Federal), e, de outro lado, os valores em torno dos quais (inclusive conforme suscitado no ora Recurso Especial acima referido) há a convicção de descabimento/inaplicação ao caso.

ii. Ação de Indenização

Ação de Indenização de 14.400 ha. de terra na Fazenda Aldeia, proposta na Comarca de Sento Sé (BA), pelo Espólio de Aderson Moura de Souza e esposa (distribuído e autuado à época sob o número 0085/1993, atualmente 0000023-22.1993.805.0242). A sentença foi julgada procedente no primeiro grau para condenar a Chesf no valor de R$ 50.000, (principal mais juros e correção monetária). Em 31/12/2008, a Chesf interpôs recurso para o Tribunal de Justiça da Bahia. Em 31/03/2009 o processo foi transferido para a Justiça Federal face intervenção da União Federal na qualidade de assistente (sendo autuado sob o número 0003437-77.2011.4.01.3305). Em 30/06/2011 foi julgado parcialmente procedente recurso de apelação interposto pela Chesf perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sendo negado provimento à apelação do autor. Em 30/09/2011 foi ajuizada Ação Rescisória (0054126-49.2011.4.01.0000) perante o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, tendo sido deferida liminar em 31/12/2011 determinando a suspensão da execução do processo principal, o que se perdura até este momento. A Companhia possui em seu passivo não circulante provisão para suportar eventual perda nesta Ação no valor de R$ 161.135. Em 31/12/2017, referida Ação Rescisória ainda encontra-se pendente de julgamento.

4) Eletronorte

i. Ação de desapropriação - UHE Balbina:

Desapropriações ajuizadas pela Companhia com a finalidade de indenizar os proprietários das áreas atingidas pela formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina (AM). Em sua maioria, os processos estão em fase de cumprimento de sentença. Há discussão acerca da legitimidade dos títulos apresentados pelos expropriados, tendo, inclusive, o Ministério Público Federal ajuizado Ação Civil Pública contestando esses títulos. A provisão constituída desta causa em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 288.043 (Em dezembro de 2016 foi R$ 283.428).

ii. Ação indenizatória - Sul America Companhia Nacional de Seguros

Trata-se do ressarcimento de valores a Sul América Companhia Nacional de Seguros devido ao pagamento feito a Albrás Alumínio Brasileiro S.A. pelo sinistro sofrido decorrente da interrupção do fornecimento de energia elétrica. O processo passou a ser provisionado no exercício de 2015 por conta da mudança de estimativa de perda, que passou de possível para provável. No exercício de 2016 o processo montava R$ 237.299. O saldo em 31 de dezembro de 2017 monta a R$ 240.709.

5) Ceal

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Alagoas, na qualidade de substituto processual, abonou reclamação trabalhista em favor dos empregados da Companhia, visando o recebimento de supostas diferenças salariais, ocorridas em virtude da implantação do denominado "Plano Bresser" (Decreto-Lei nº 2.335/87). O pedido teve amparo perante a Egrégia Segunda Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió-AL, decisão está confirmada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, estando a decisão transitado em julgado. Acrescente-se a isso o fato de a União ter ingressado no feito como assistente, o que reforça a defesa da Companhia na busca pela limitação à data-base, bem como a decisão datada de 15 de março de 2011, do TRT da 19ª Região, proc. 251900.68.5.19.1989.0002, da Companhia

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

de Abastecimento de Águas e Saneamento de Alagoas - CASAL, que houve a limitação à data-base. A Companhia tem constituída provisão para contingências em relação a esse assunto, no montante de R$ 356.000 em 31 de dezembro de 2017 (R$ 11.111 em 31 de dezembro de 2016).

b) Passivo Contingente:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas	2.331.258	2.273.211	3.813.708	3.901.704
Tributárias	329.851	810.130	12.213.802	10.431.673
Cíveis	9.313.102	6.745.488	38.689.568	43.942.534
	11.974.211	9.828.829	54.717.079	58.275.911

b.1) Cíveis

Controladora

i. Empréstimo Compulsório

As ações cíveis na Controladora têm por objeto a aplicação de critérios de atualização monetária sobre os créditos escriturais do Empréstimo Compulsório constituído a partir de 1978.

As demandas tem o objetivo de impugnar a sistemática de cálculo de atualização monetária determinada pela legislação que rege o Empréstimo Compulsório e aplicada pela Companhia. Os créditos foram integralmente pagos pela Companhia por intermédio de conversões em ações utilizando como base de atualização a legislação vigente.

ii. Reclamações de ação - *Class Action*

Em 22 de julho de 2015 e 15 de agosto de 2015, duas reclamações de ação de classe de títulos putativos foram protocoladas contra a Eletrobras e alguns de nossos empregados no Tribunal Distrital dos Estados Unidos no Distrito Sul de Nova York (SDNY). Em 2 de outubro de 2015, essas ações foram consolidadas e o Tribunal nomeou como requerentes principais, Dominique Lavoie e a Cidade de Providence. Os requerentes protocolaram uma reclamação aditada consolidada em 8 de dezembro de 2015 alegadamente em nome de investidores que compraram nossos títulos de negociação norte-americanos entre 17 de agosto de 2010 a 24 de junho de 2015, e protocolaram uma segunda reclamação aditada em 26 de fevereiro de 2016.

A segunda reclamação aditada alega, dentre outras coisas, que a Eletrobras e os réus individuais sabiam ou deveriam saber sobre a alegada fraude cometida contra a Companhia por um cartel de empreiteiras, bem como subornos e propinas alegadamente solicitados e recebidos pelos empregados da Eletrobras; que a Eletrobras e os réus individuais apresentaram declarações errôneas e omissões em relação à fraude alegada; e que o preço das ações da Eletrobras declinou quando a alegada fraude foi divulgada.

Os requerentes não especificaram um valor de indenização que estão buscando, tal valor, quando especificado, pode ser relevante para a Eletrobras. Em 15 de abril de 2016, a Eletrobras apresentou um pedido de extinção da segunda reclamação aditada, que foi plenamente abreviado e então apresentado ao Tribunal em 17 de junho de 2016.

Em 9 de março de 2017, foi realizada uma audiência sobre a defesa preliminar (Hearing on Motion to Dismiss) da Eletrobras na Class Action, franqueando-se tanto ao demandante quanto à Eletrobras oportunidade para apresentar argumentação oral perante a Corte, informando o escritório contratado, Davis Polk & Wardwell LLP, que o juiz John G. Koeltl concentrou esforços no questionamento às partes sobre a existência de materialidade nas infrações imputadas à Companhia e administradores.

Nesse contexto, a defesa oral da Eletrobras argumentou que não houve materialidade sob o ponto de vista quantitativo, eis que insignificantes são os impactos sobre as demonstrações financeiras da companhia. Ponderou, ainda, o escritório que apenas um administrador da holding foi citado nas denúncias (sendo que ainda não foi julgado no Brasil acerca de sua culpabilidade), o que é insignificante ante o porte da corporação e também o ajuste diminuto promovido em seu balanço societário.

Em 27 de março de 2017 foi divulgado o resultado da audiência de defesa preliminar (motion to dismiss), sendo que o Tribunal acatou parcialmente os argumentos da Eletrobras e parcialmente os argumentos dos reclamantes.

Em 28 de fevereiro de 2018, o Tribunal concedeu o pedido conjunto das partes para uma suspensão de 60 dias do litígio, enquanto as partes tentam resolver o assunto através da mediação. Se um acordo em relação à liquidação não for alcançado antes da expiração da permanência, o argumento oral sobre a moção dos credores para certificação de classe, previamente agendada para 12 de março de 2018, será reprogramado e a descoberta continuará até pelo menos setembro de 2018.

Dessa forma, não há obrigação presente (legal ou construtiva) com mensuração razoável que a Eletrobras tenha com relação ao processo coletivo.

Administração da Eletrobras acredita que as reclamações, em si, não criam uma obrigação presente para a Eletrobras em conformidade com o CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (*Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets*). Como o litígio ainda está em *its discovery and class certification stages*, o resultado do litígio está sujeito a uma incerteza considerável, não sendo possível, nesta fase, para a Administração da Eletrobras estimar com confiabilidade a perda potencial ou um intervalo de perda, se houver, que pode resultar da resolução final desses processos judiciais. Portanto, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras da Eletrobras. O resultado final desses processos judiciais poderá ter um efeito adverso relevante nas demonstrações financeiras da Eletrobras, nos resultados das operações e nos seus fluxos de caixa futuros.

iii. Aquisição de energia de Belo Monte destinada ao ACL

A Eletrobras e suas controladas CHESF e Eletronorte detém o total de 49,98% do capital social da SPE Norte Energia S.A. (NESA), esta última responsável pela construção da usina hidrelétrica de Belo Monte.

Houve divergência entre os sócios quanto à aplicação da cláusula 6.7 do Acordo de Acionistas, a qual versa sobre exercício de direito de preferência para celebrar contrato de compra pelo preço de R$ 130,00/MWh (em abril de 2010) para aquisição de 20% da energia média assegurada, por parte da Eletrobras da energia de Belo Monte destinada ao Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Alguns sócios da NESA alegam que a Eletrobras tem a obrigação de adquirir tal energia. A Eletrobras entende que inexiste tal obrigação e, sim, o direito de preferência. O Acordo de Acionistas prevê que os conflitos sejam resolvidos mediante arbitragem. Desta forma, a Assembleia de Acionistas da Norte Energia S.A. (NESA) deliberou em abril de 2016 pela instauração de tal procedimento.

Em 29 de junho de 2017, ocorreu audiência de exposição do caso em que foi determinado que (i) as partes juntem suas respectivas demonstrações financeiras auditadas, até 07 de agosto de 2017, indicando onde constam os lançamentos e referências ou notas explicativas relativas ao negócio do objeto arbitragem, (ii) que as partes apresentem pareceres técnicos, até 11 de setembro de 2017, analisando a estrutura de capital do projeto e (iii) que os demais pareceres técnicos sejam apresentados até 11 de setembro de 2017 e que as partes falem sobre os pareceres técnicos e juntem contra pareceres até 10 de novembro de 2017.

Em 07 de agosto de 2017, as partes apresentaram suas demonstrações financeiras, e em 11 de setembro de 2017 apresentaram seus pareceres técnicos.

Em março de 2018 ocorreu nova audiência para oitiva de testemunhas e foi solicitada ajuntada de documentos, pelos árbitros, o que deverá ocorrer até 28 de março de 2018.

No presente procedimento arbitral, a Eletrobras avalia como possível a probabilidade de que ela venha a perder tal litígio, de forma que nehuma provisão foi constituída para esse fim.

Adicionalmente, caso a Eletrobras não logre êxito no procedimento arbitral em curso, a Companhia estima o reconhecimento de uma provisão para perda de até R$ 1,9 bilhão na operação de compra e venda desta energia, considerando os valores em 31 de dezembro 2017. Para tal estimativa foi utilizada como base o custo de capital da Eletrobras, o preço do ACL atualizado pelo IPCA, o preço referência de venda de energia no longo prazo e o percentual de participação no investimento societário da Eletrobras e suas controladas em Belo Monte.

iv. Empréstimo Compulsório: conversão dos créditos pelo valor patrimonial

Trata-se de ação proposta pela Associação Brasileira de Consumidores de Água e Energia Elétrica, que tramita na 17ª Vara Federal de Brasília, sob o número 2005.34.00.036746-4, cujo objeto consiste em se obter a devolução do empréstimo compulsório com base no valor de mercado das ações, ao invés da sistemática hoje aplicada que utiliza o valor patrimonial das mesmas.

O valor da causa inicial em R$ 2.397.003. Em 31 de dezembro de 2017 o valor atualizado é de R$ 3.525.049.

A Companhia compreende que é cabível a conversão dos créditos em ações pelo valor patrimonial e não pelo valor de mercado, por expressa disposição legal (art. 4º da Lei nº 7.181/83) e por configurar-se critério mais objetivo, o qual depende de diversos fatores nem sempre diretamente ligados ao desempenho da empresa.

Atualmente, o processo está em fase de julgamento da apelação da autora, junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, haja vista que foi declarada como parte ilegítima para a propositura da ação pelo Juízo da 17ª Vara Federal do Distrito Federal. Ressalte-se que tal ação foi proposta em 09/07/2007 e que os acórdãos dos recursos repetitivos transitaram em julgado após 2009, motivo pelo qual o entendimento pacificado hoje é totalmente contrário à tese e pedido na inicial, motivo pelo qual, entendemos de forma conservadora que a previsão deve ser possível.

Consolidado

1) Distribuidoras

Demanda judicial movida pela Associação Nacional de Consumidores (ANDECO)

Trata-se de uma Ação Cível Pública, em trâmite na 18ª Vara Cível de Brasília, movida pela ANDECO em desfavor da Amazonas Distribuição de Energia e Distribuição Alagoas, tendo atribuído à causa envolvendo a Eletrobras e suas controladas o valor de R$ 13.523.334 na qual seu valor em contingência em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 17.620.288 (R$ 23.333.079 em 31 de dezembro de 2016), conforme quadro abaixo:

Empresa	Perdas	Dobra Legal	Contingência 31/12/2017
Eletrobras Amazonas Distribuição de Energia S.A.	4.813.561	9.627.122	12.670.272
Eletrobras Distribuição Alagoas S.A.	1.948.106	3.896.212	4.950.016
Total	6.761.667	13.523.334	17.620.288

A variação deve-se pelas demais distribuidoras serem classificadas em 31 de dezembro de 2017 como ativos mantidos para venda conforme nota explicativa 44.

A autora alega que, inobstante haver autorização da ANEEL, a cobrança rateada de valores de perdas não técnicas (fraudes, furtos, erros de medição, faturamento e fornecimento sem medição) é indevida e que, portanto, deverão as distribuidoras serem condenadas a ressarcir aos consumidores regulares, em dobro (dobra legal), os valores cobrados no período de 2010 a 2014, conforme seus respectivos balanços. Pleiteia, ainda, a anulação de todas as Resoluções da ANEEL que permitam a cobrança e inclusão nas faturas dos valores cobrados de perdas não técnicas.

A autora requereu o pedido liminar para suspender a cobrança, assim como as Resoluções da ANEEL que a permitem, totavia, o pedido foi indeferido. A Magistrada determinou a intimação da ANEEL quanto ao interesse para integrar a lide, a qual se manifestou positivamente, ensejando, por via de consequência, no declínio de competência e na redistribuição do efeito à Justiça Federal.

Em 08/08/2016, houve a redistribuição dos autos à 21ª Vara Federal de Brasília com despacho inicial mantendo os atos até então praticados na esfera cível e determinando a intimação da ANEEL e da União para apresentação de defesa, com posterior réplica autoral.

2) Amazonas Distribuidora

i. Contrato de Fornecimento de Gás - CIGÁS - Limitação do Volume do Gás

No que tange aos montantes de cobertura da Conta de Consumo de Combustível (CCC) referente aos custos de geração da controlada Amazonas Distribuidora de Energia, existe a possibilidade da não neutralidade do contrato de gás devido ao Despacho Aneel nº 314, de 02 de fevereiro de 2016 que fixou a quantidade de gás natural a ser reembolsada pela CCC em 2016 em patamar inferior à Quantidade Diária Contratada ("QDC") de 5.420.000 m3/dia conforme estabelecido no Contrato de Compra e Venda de Gás Natural entre a Amazonas Distribuidora e a CIGÁS/Petrobrás.

Em 2017 a ANEEL através da Resolução Homologatória nº 2.202, de 7 de março de 2017, que aprovou o orçamento anual da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para o ano de 2017, manteve a mesma limitação do reembolso referente ao volume de gás no patamar de 2016. A Companhia ingressou com Pedidos de Reconsideração junto à ANEEL em face das limitações orçamentárias impostas pela ANEEL que estão pendentes de apreciação.

No entanto, em relação à limitação do reembolso do volume, a Companhia avalia como baixo o risco de materialização do desembolso financeiro, pois entende que a ANEEL não pode criar dispositivo que limita a cobertura do reembolso dos custos com geração definidos pela Lei nº 12.111/2009 e reforçados pela Lei nº 13.299/2016. Adicionalmente existe decisão favorável proferida em Segunda Instância em caso análogo a qual garante a Companhia o integral reembolso dos custos de geração, afastando os efeitos das limitações impostas. Em última instância, a Companhia entende que na improvável hipótese de prevalecer a limitação imposta pela ANEEL no reembolso do Volume do Gás, haveria um desequilíbrio econômico-financeiro passível de revisão do contrato de gás em referência ou ainda revisão do Preço do Gás pela ANP de forma a compensar tal desequilíbrio.

O montante envolvido na limitação do reembolso referente ao volume de gás em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 626.478 (R$ 340.000 reais em 31 de dezembro de 2016).

ii. Reembolso Óleo - Resolução Homologatória ANEEL Nº 427/2011

Com o advento da Medida Provisória nº 466/2009, posteriormente convertida na Lei nº 12.111/2009, a legislação setorial passou a dispor que a CCC passaria a reembolsar não apenas o custo total do combustível, mas, ainda todo o custo da geração de energia nos sistemas isolados, deduzido do custo médio da energia apurado para o ambiente regulado. Ao regulamentar a Lei nº 12.111/2009, o Decreto nº 7.246/2010 novamente não impôs ou estabeleceu qualquer limitação quanto ao reembolso integral previsto.

Contudo, ao regulamentar a Lei nº 12.111, de 2009, e o Decreto nº 7.246, de 2010, a Resolução Normativa ANEEL nº 427, de 2011, estabeleceu limitações ao reembolso dos custos de aquisição com combustíveis estabelecendo um preço de referência.

A Companhia entende que é direito líquido e certo o reembolso integral da CCC, sem qualquer limitação, nesse sentido fez-se necessário impetrar um Mandado de Segurança, a fim de garantir o reembolso previsto na Lei nº 12.111/2009, sem qualquer limitação.

Mediante a referida ação judicial, foi proferida Decisão em Segunda Instância a qual garante a Companhia o integral reembolso dos custos de geração, afastando os efeitos da Resolução Homologatória ANEEL nº 427/2011. Com isso, vige atualmente decisão que concedeu a segurança pleiteada, no sentido de assegurar o reembolso integral dos custos referentes ao consumo de combustíveis sem qualquer limitação.Desta forma a Companhia permanece sendo reembolsada integralmente de seus custos de geração.

A Companhia entende que é baixo o risco de perda do litígio em virtude da Decisão já proferida, decisão esta reforçada pela Lei nº 13.299/2016 que trouxe o beneficio de prover recursos para o pagamento dos reembolsos das despesas de aquisição de combustível incorridas até 30 de abril de 2016 pelas concessionarias titulares das concessões que trata a Lei nº 12.111/2009, comprovadas, porém não reembolsadas por força das exigências de eficiência econômica e energética de que trata o § 12 do art. 3º da referida Lei.

Nesse sentido, têm-se, ainda a Nota Técnica ANEEL nº 331/2016, de 12 de setembro de 2016, que em seu item III. 2 - "Alterações na CCC", dispõe que há necessidade de adequações da Resolução Normativa 427/2011 em virtude da Lei nº 13.299/2016, vejamos:

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

ii.2 Alterações na CCC

a. Em virtude da publicação da Lei nº 13.299, de 21/6/2016, a qual alterou, dentre outros, dispositivos da Lei nº 12.111, de 9/12/2009, há que se adequar o ato normativo da ANEEL que disciplina a gestão e o processamento da CCC.

b. Assim, em vista à Resolução Normativa nº 427/2011, identifica-se a seguir os pontos a serem revistos. Em primeiro lugar e apresentando-se como item de maior impacto econômico e financeiro nas distribuidoras beneficiadas, cita-se o art. 3º da Lei nº 13.299/2016, o qual prevê o reembolso das despesas comprovadas, porém não reembolsadas por força das exigências de eficiência econômica e energética de que trata o § 12 do art. 3º da Lei nº 12.111/2010, incluindo atualizações monetárias, até 30/4/2016.

Sendo assim, e considerando que a Lei nº 13.299/2016 garante o reembolso integral do custo com combustíveis até 30 de abril de 2016, a Companhia registrou a provisão de R$ 100.081 referente ao valor estimado em litígio sobre a diferença do preço do óleo. Em 2017 o preço praticado estava abaixo do preço homologado, não gerando saldos a devolver.

Essas contingências são obrigações possíveis para as quais não há nenhuma provisão reconhecida por não ser provável que uma obrigação legal ou construtiva resultante de um evento passado tenha ocorrido ou ainda não é provável que ocorra saída de caixa; ou a perda não pode ser confiavelmente estimada.

As informações referentes às demais contingências prováveis e possíveis e a descrição das demandas judiciais relevantes para a Companhia e suas controladas encontram-se divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2017, não tendo ocorrido mudança relevante no período.

NOTA 31 - OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A Companhia reconhece obrigações para descomissionamento de usinas termonucleares, que se constituem em um programa de atividades exigidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, que permite desmantelar com segurança e mínimo impacto ao meio ambiente essas instalações nucleares, ao final do ciclo operacional.

a) Descomissionamento

No exercício de 2017, foi realizado um estudo para atualização da estimativa de custos necessária para execução das atividades de descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2. O estudo concluiu por aumentar a mencionada estimativa para R$ 4.190.415, sendo R$ 1.923.878 para a Usina Angra 1 e R$ 2.266.537 para a Usina Angra 2. O valor presente, correspondente, registrado no passivo é de R$ 1.910.420. Tal estudo foi aprovado pela Diretoria Executiva da Eletronuclear em 07.11.2017 e prevê atualização a cada cinco anos.

Conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25, a estimativa inicial dos custos de descomissionamento, referentes à desmontagem e remoção do item e de restauração dos locais nos quais as instalações estão localizadas, deve ser contabilizada como custo do empreendimento.

b) Constituição do Passivo para Rejeitos de Baixa e Média Atividade e Combustível Nuclear Usado

A Diretoria executiva da controlada aprovou, através da resolução datada de 12/08/2015, o Relatório do Grupo de Trabalho, com a revisão das estimativas de Custos de Gerenciamento de Rejeitos Radioativos Operacionais e dos Elementos de Combustível Nuclear Usados ao Final da vida útil das Usinas Angra 1 e Angra 2, para a data base julho 2015. Essa atualização atende ao estabelecido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear na Resolução CNEN nº 187, de 15/05/2015.

As estimativas de custos para gerenciamento, em longo prazo, dos rejeitos operacionais de baixo e médio nível de atividade e dos elementos combustíveis usados foram as seguintes:

b.1) Para transporte e disposição final dos rejeitos operacionais de baixa e média atividade, relativos ao volume acumulado até 2020, quando se considera que será iniciada sua transferência para o Repositório Nacional de Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Nível de Atividade (RBMN), a ser implantado pela CNEN, responsável legal pela guarda final desses rejeitos, será despendido o montante de R$ 54.555 milhões (base jul/2015).

b.2) Para armazenagem inicial dos elementos combustíveis, usados até o final da década de 2070, quando se estima ocorrer o término da vida útil de Angra 3 e, portanto, da própria Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA), a estimativa está representada pelo valor de R$ 610,127 milhões (base jul/2015), montante que será despendido para implantação da Instalação para Armazenamento dos Combustíveis Irradiados (UFC) e respectivo sistema de movimentação dos elementos combustíveis das usinas para essa instalação, cujo projeto encontra-se em andamento e cujo comissionamento deverá ocorrer até 2020.

Nos termos do Pronunciamento Técnico 27 e ICPC 12, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a controlada contabilizou no Ativo Imobilizado, em contrapartida ao Passivo Não Circulante, os valores das estimativas aprovadas.

O custo total estimado é descontado a valor presente, com base em taxa que represente o custo de capital da Eletronuclar e registrado no Imobilizado, em contrapartida a obrigação para desmobilização de ativos.

c) Ajuste a valor presente do Descomissionamento, Rejeitos de Baixa e Média Atividade e Combustível Nuclear Usado.

No cálculo do ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento é considerado o custo total estimado para o descomissionamento, descontado a uma taxa que represente o custo de capital da Companhia, desde o final da vida útil econômica de cada usina até a data do balanço.

O mesmo procedimento é efetuado para os rejeitos de baixa e média atividade e combustível nuclear usado, mas o período para o ajuste a valor presente é o início do comissionamento até a data do balanço.

A taxa de desconto atual aprovada para o sistema Eletrobras é de 5,88% ao ano.

O valor do ajuste a valor presente do descomissionamento, rejeitos de baixa e média atividade e combustível nuclear usado, reconhecido no resultado de 2017, é de R$ 89.051 (R$ 84.083 em dezembro de 2016).

d) O quadro abaixo resume a posição dos valores correspondentes ao passivo total de desmobilização de ativos:

Descomissionamento

	31/12/2017			31/12/2016
Usina	Estimativa Total de Custo	Ajuste a Valor Presente	Estimativa a Valor Presente	Valor Presente
Angra 1	1.923.878	(634.204)	1.289.674	587.735
Angra 2	2.266.537	(1.645.791)	620.746	288.641
Total	4.190.415	(2.279.995)	1.910.420	876.376

Rejeitos de Baixa e Média Atividade e Combustível Nuclear usado

	31/12/2017			31/12/2016
Usina	Estimativa Total de Custo	Ajuste a Valor Presente	Estimativa a Valor Presente	Valor Presente
Angra 1	248.137	(39.087)	209.050	196.400
Angra 2	416.545	(65.615)	350.930	329.694
Total	664.682	(104.702)	559.980	526.094

Total das Obrigações para Desmobilização de Ativos

	31/12/2017			31/12/2016
Usina	Estimativa Total de Custo	Ajuste a Valor Presente	Estimativa a Valor Presente	Valor Presente
Angra 1	2.172.015	(673.291)	1.498.724	784.135
Angra 2	2.683.082	(1.711.406)	971.676	618.335
Total	4.855.097	(2.384.697)	2.470.400	1.402.470

O saldo do passivo para descomissionamento a valor presente, incluídos os rejeitos de baixa e média atividade e combustível nuclear usado em 31 de dezembro de 2017, é de R$ 2.470.400 (R$ 1.402.470, em 31 de dezembro de 2016).

NOTA 32 - ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Os recursos são oriundos do Tesouro Nacional sendo destinados aos projetos abaixo:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
Aportes da União para Futuro Aumento de Capital	3.364.553	3.060.373
Aquisição de participação acionária CEEE / CGTEE	246.371	224.097
Linha de transmissão Banabuí - Fortaleza	4.159	3.783
UHE de Xingó	11.686	10.629
Linha de transmissão no Estado da Bahia	1.829	1.664
Fundo Federal de Eletrificação - Lei nº 5.073/66	10.843	9.863
	3.639.441	3.310.409

NOTA 33 - CONTRATOS ONEROSOS

	CONSOLIDADO			
	Saldo em 31/12/2016	Constituições	Reversões/ Compensação	Saldo em 31/12/2017
Transmissão				
LT Recife II - Suape II	41.463	8.734	–	50.197
LT Camaçari IV - Sapeaçu	114.501	9.603	–	124.104
Outros	10.521	–	(235)	10.286
	166.485	18.337	(235)	184.587
Geração				
Brasil Ventos S.A.	161.473	–	(161.473)	–
Funil	63.424	74.969	(11.532)	126.861
Coaracy Nunes	370.581	–	(138.529)	232.052
Marimbondo	235.806	–	(235.806)	–
Angra 3	1.350.241	562.862	(524.260)	1.388.843
Estreito	164.755	–	(164.755)	–
Outros	160.785	147.552	(161.453)	146.884
	2.507.065	785.383	(1.397.808)	1.894.640
Distribuição				
Ceal	7.809	–	(7.809)	–
Cepisa	65.382	–	(65.382)	–
Ceron	191.325	167.257	(358.582)	–
Boa Vista	2.223	2.876	(5.099)	–
Amazonas D	812.694	–	(812.694)	–
	1.079.433	170.133	(1.249.566)	–
	3.752.983	973.853	(2.647.609)	2.079.227
Total do Passivo Circulante	1.093.678	180.287	(1.261.917)	12.048
Total do Passivo Não Circulante	2.659.305	803.720	(1.395.846)	2.067.179
Total	3.752.983	984.007	(2.657.763)	2.079.227

Do montante da provisão para contratos onerosos mantida em 31 de dezembro de 2017, R$ 458.332 (R$ 952.728 em 31 de dezembro de 2016) decorrem de contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei nº 12.783/13, pelo fato da tarifa determinada apresentar um desequilíbrio em relação aos atuais custos de operação e manutenção. Diante disto, a obrigação presente de acordo com cada contrato foi reconhecida e mensurada como provisão podendo ser revertida em função de ajustes do programa de redução de custos e/ou revisão tarifária.

NOTA 34 - COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados, principalmente, a contratos de compra de energia elétrica e combustível são:

34.1 - Compra de energia

Empresas	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023
Amazonas D	765.072	805.526	843.492	885.666	930.113	1.333.694
CGTEE	224.822	224.822	220.696	220.696	220.695	–
Chesf	288.680	288.470	193.030	193.030	191.410	2.156.240
Chuí IX	1.039	1.039	1.039	1.039	1.039	27.011
Distribuidora Alagoas	746.742	849.345	924.376	902.648	944.759	944.759
Eletrosul	425.925	403.944	401.767	387.287	372.725	3.682.727
Furnas	760.663	814.827	811.459	802.999	686.728	3.785.479
Hermenegildo I	3.941	3.941	3.941	3.941	3.941	102.468
Hermenegildo II	3.435	3.435	3.435	3.435	3.435	89.300
Hermenegildo III	3.061	3.061	3.061	3.061	3.061	79.586
Total	3.223.380	3.398.410	3.406.296	3.403.802	3.357.906	12.201.265

34.2 - Fornecedores de combustíveis

Empresas	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023
Amazonas D	3.389.790	3.552.036	3.701.736	3.868.314	4.042.388	29.211.293
CGTEE	89.946	89.946	89.946	89.946	89.946	89.946
Eletronuclear	11.747	85.188	119.381	–	63.795	8.783.000
Total	3.491.483	3.727.170	3.911.063	3.958.260	4.196.129	38.084.239

A controlada Eletronuclear que possui contratos assinados com as Indústrias Nucleares Brasileiras - INB para aquisição de Combustível Nuclear para produção de energia elétrica, destinadas as recargas das usinas UTN Angra 1 e UTN Angra 2, bem como a carga inicial e futuras recargas de UTN Angra 3.

Na controlada Amazonas existe o compromisso de longo prazo referente à compra de gás natural para fins de geração de termoelétrica com a Companhia de Gás Natural do Amazonas - CIGÁS. O prazo final do contrato é 30/11/2030.

34.3 - Venda de Energia

Empresas	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023
Amazonas GT	602.736	480.105	342.028	342.028	342.028	1.083.246
CGTEE	474.699	474.699	474.699	474.699	474.699	474.699
Chesf	573.940	573.500	572.390	621.530	623.900	6.677.250
Chuí IX	10.803	10.803	10.803	10.803	10.803	280.888
Eletronorte	28.029	28.029	28.029	28.029	28.029	607.107
Eletronuclear	3.313.446	3.313.446	3.313.446	3.313.446	3.313.446	–
Eletrosul	498.378	406.392	404.157	402.985	402.028	6.189.205
Furnas	2.771.958	1.709.919	1.708.257	1.708.257	1.708.257	26.879.391
Hermenegildo I	36.841	36.841	36.841	36.841	36.841	957.874
Hermenegildo II	36.860	36.860	36.860	36.860	36.860	958.354
Hermenegildo III	30.741	30.741	30.741	30.741	30.741	799.267
Total	8.378.432	7.101.336	6.958.252	7.006.220	7.007.633	44.907.282

continua

continuação

34.4 - Compromissos socioambientais

Empresas	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023
Eletronorte	370	370	370	370	–	–
Eletronuclear	49.919	50.190	49.170	47.323	44.226	46.277
Total	50.289	50.560	49.540	47.693	44.226	46.277

Angra 3

Termos de compromissos assumidos com os Municípios de Angra dos Reis, Rio Claro e Paraty, nos quais, a Eletronuclear se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais vinculados a UTN Angra 3, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA.

Tucuruí

Em decorrência de exigências legais, relacionadas às obras de expansão da Usina Hidrelétrica Tucuruí e da elevação da cota do seu reservatório, de 72 para 74 metros, houve necessidade de se efetivar o processo de licenciamento desse empreendimento junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), do Estado do Pará, tendo sido definido por aquele órgão, como condicionante para liberação da Licença de Instalação (LI), que a Eletronorte implantasse diversos programas de mitigação e compensações socioambientais.

34.5 - Aquisição de Imobilizado e Intangível

Empresas	2019	2020	2021	2022
Chesf	658.464	–	–	–
Eletronuclear	485.235	144.192	2.138	–
Eletrosul	191.585	208.002	100.516	92.083
Total	1.335.284	352.194	102.654	92.083

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de equipamentos para substituição no ativo imobilizado, principalmente, das usinas Angra 1, Angra 2 e Angra 3, necessários à manutenção operacional desses ativos.

A Companhia continua avaliando a continuidade do projeto da Usina Nuclear Angra 3, o qual poderá impactar nos compromissos de aquisição de imobilizado e intangível.

34.6 - Aquisição de insumos

Empresas	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023
CGTEE	29.352	29.352	29.352	29.352	29.352	29.352
Total	29.352	29.352	29.352	29.352	29.352	29.352

A controlada CGTEE adquire cal para controle das emissões de resíduos das suas usinas.

34.7 - Compromissos - Empreendimentos controlados em conjunto

Os valores dos compromissos dos empreendimentos controlados em conjunto estão apresentados a seguir pela proporção das participações das companhias.

34.7.1 - Aquisição de imobilizado

A Companhia possui contratos de aquisição de bens do imobilizado junto a fornecedores relativo à participação acionária em Sociedades de Propósito Específico (SPE), conforme apresentado abaixo:

Empresas	2019
Eletronorte	
CCBM	19.560
ELM	36.613
CMBM	8.722
Total	64.895

34.7.2 - Uso do bem público

Empresas	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023
Norte Energia S.A	21.700	20.000	14.433	14.433	14.433	185.180
SINOP	1.692.485	1.558.888	1.435.837	1.322.499	1.322.499	12.289.699
Total	1.714.185	1.578.888	1.450.270	1.336.932	1.336.932	12.474.879

34.7.3 - Aporte de capital

A Companhia possui compromissos futuros firmados relativo à participação acionária em Sociedades de Propósito Específico (SPE), relativos a adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC, conforme apresentado abaixo:

Empresas	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023
Norte Energia S.A.	106.698	–	–	–	–	–
Complexo Famosa	–	62.010	64.516	66.999	–	–
Teles Pires	39.318	39.629	35.528	31.688	–	–
Novos Negócios	35.299	155.491	225.308	235.201	–	–
Complexo Eólico Baleia	–	71.030	73.900	76.745	–	–
Complexo Eólico Punaú	–	90.197	93.841	97.454	–	–
Holding Brasil Ventos	200.423	83.395	140.592	242.630	–	–
Complexo Eólico Itaguaçú da Bahia	105.181	126.940	241.416	377.970	–	–
Complexo Eólico Pindaí I	127.250	–	–	–	–	–
Complexo Eólico Pindaí II	38.114	–	–	–	–	–
Complexo Eólico Pindaí III	17.560	–	–	–	–	–
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	19.956	–	–	–	–	–
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	33.613	–	–	–	–	–
ESBR Participações S.A.	40.400	–	–	–	–	–
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	55.679	–	–	–	–	–
Companhia Energética SINOP S.A.	137.430	–	–	–	–	–
Paraíso	19.975	30.098	–	–	–	–
Leilão Transmissão 004/2014 - Lote A	220.641	–	–	–	–	–
Total	1.197.537	658.790	875.101	1.128.687	–	–

NOTA 35 - PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantém registrado um passivo a descoberto de R$ 21.656.617 (R$ 20.160.828 em 31 de dezembro de 2016). A movimentação das empresas que apresentam passivo a descoberto está demonstrada a seguir:

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2016	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2017
Mutação Provisão para Passivo Descoberto - Controladora					
ED Piauí	1.221.736	23.460	–	(1.245.196)	–
ED Roraima	609.313	120	–	(609.433)	–
Amazonas	9.334.631	995	–	2.600.909	11.936.535
ED Acre	264.769	148	–	(264.917)	–
ED Rondônia	1.295.918	(2.375)	–	(1.293.543)	–
CGTEE	2.352.887	(96)	–	1.170.338	3.523.129
Eletronuclear	4.507.800	92.655	–	542.452	5.142.907
ED Alagoas	573.774	17.661	–	462.611	1.054.046
Total Provisão para Passivo Descoberto	20.160.828	132.568	–	1.363.221	21.656.617

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2015	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2016
Mutação Provisão para Passivo Descoberto - Controladora					
ED Piauí	701.148	13.827	–	506.761	1.221.736
ED Roraima	337.643	1.682	–	269.988	609.313
Amazonas	4.363.597	3.221	–	4.967.813	9.334.631
ED Acre	125.416	160	–	139.194	264.769
ED Rondônia	456.558	4.337	(245)	835.268	1.295.918
CGTEE	1.210.508	69.277	–	1.073.102	2.352.887
Eletronuclear	351.271	84.521	–	4.072.008	4.507.800
ED Alagoas	247.657	12.884	(8.307)	321.540	573.774
Total Provisão para Passivo Descoberto	7.793.798	189.908	(8.552)	12.185.673	20.160.828

35.1 - Empresas de Distribuição:

a) Distribuição Alagoas - responsável pela operação e manutenção dos serviços públicos de distribuição de todos os municípios do Estado de Alagoas mediante o Contrato de Concessão 07/2001-ANEEL. Seu principal objetivo é projetar, construir e explorar o serviço público de distribuição aos consumidores finais de energia elétrica. A controlada, em 31 de dezembro de 2017, apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 295.439 (negativo de R$ 29.965 em 31 de dezembro de 2016), prejuízos acumulados de R$ 1.715.446 (R$ 1.252.835 em 31 de dezembro de 2016) e passivo a descoberto de R$ 1.054.046 (R$ 573.774 em 31 de dezembro de 2016) e depende do suporte financeiro da Companhia.

b) Amazonas Distribuidora - tem como atividades principais a geração, distribuição e comercialização de energia elétrica no Estado do Amazonas. A Amazonas Energia tem geração própria (2.203,9 MW*) e complementa a sua necessidade para atendimento aos consumidores comprando energia de produtores independentes. A controlada apresenta, em 31 de dezembro de 2017, capital circulante líquido negativo de R$ 5.854.170 (R$ 6.701.443 em 31 de dezembro de 2016), prejuízos acumulados de R$ 16.540.071 (R$ 13.939.161 em 31 de dezembro de 2016) e passivo a descoberto de R$ 11.936.535 (R$ 9.334.631 em 31 de dezembro de 2016). Em 1º de julho de 2015, a controlada iniciou o processo de desverticalização, no qual as atividades de geração e transmissão de energia elétrica foram segregadas de sua atividade de distribuição (vide Nota 1).

(*) informações não revisadas pelos auditores independentes.

35.2 - Empresas de Geração e Transmissão:

(a) Eletrobras Termonuclear S.A. - controlada integral da Companhia, tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, e a realização de serviços de engenharia correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. A Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 1.990 MW*, bem como construção da usina Angra 3. A partir de 1º de janeiro de 2013, a energia elétrica gerada pela controlada foi rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional - SIN, de acordo com a metodologia estabelecida na Resolução Normativa nº 530, editada em 21 de dezembro de 2012, pela ANEEL, para o cálculo das cotas-partes anuais referentes à energia das centrais de geração Angra 1 e Angra 2 e as condições para a comercialização dessa energia na forma do art.11, da Lei nº 12.111/2009. A controlada, em 31 de dezembro de 2017, apresenta um capital circulante líquido negativo de R$ 504.766 (R$ 627.954 em 31 de dezembro de 2016), prejuízos acumulados de R$ 11.495.803 (R$ 10.952.863 em 31 de dezembro de 2016) e passivo a descoberto de R$ 5.147.539 (patrimônio líquido de R$ 4.511.861 em 31 de dezembro de 2016) e depende do suporte financeiro da Companhia.

(b) Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE) - tem por principal objeto social realizar estudos, projetos, construções e operações das instalações dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica, estando essas atividades regulamentadas. A Companhia detém concessão de geração para as seguintes usinas termelétricas: Usina Presidente Médici, Fases A e B (que estão desativadas), localizada no município de Candiota; Usina de São Jerônimo, localizada no município de São Jerônimo; e Usina NUTEPA, localizada no Município de Porto Alegre, todas no Estado do Rio Grande do Sul. A investida apresenta em 31 de dezembro de 2017 um capital circulante líquido negativo de R$ 1.568.186 (R$ 799.982 negativo em 31 de dezembro de 2016).

A CGTEE apresentou em 31 de dezembro de 2017 um prejuízo acumulado de R$ 4.261.372, ante um prejuízo acumulado de R$ 3.090.917 em 31 de dezembro de 2016. O resultado determinou um passivo a descoberto na mesma data de R$ 3.523.481 (R$ 2.353.121 em 31 de dezembro de 2016).

NOTA 36 - OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
PASSIVO CIRCULANTE				
Folha de Pagamento	1.525	1.279	287.372	198.124
Provisão de férias	29.629	33.005	389.933	469.984
Encargos sobre férias	6.345	7.182	133.196	155.962
Provisão 13º salário	12.118	13.772	15.775	14.516
Encargos sobre 13º salário	4.594	4.778	43.459	5.320
Contribuição Previdenciária	46.952	35.408	48.128	35.408
PID / PREQ	6.799	10.674	101.539	69.624
Outros	–	781	172.558	239.211
	107.962	106.879	1.191.960	1.188.149
PASSIVO NÃO CIRCULANTE (*)				
Outros	–	–	258.614	147.651
	–	–	258.614	147.651
TOTAL	107.962	106.879	1.450.574	1.335.800

NOTA 37 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

37.1 - Capital Social

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2017, é de R$ 31.305.331(R$ 31.305.331 em 31 de dezembro de 2016) e suas ações não têm valor nominal. As ações preferenciais têm direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos, às taxas anuais de 8% para as ações de classe "A" (subscritas até 23 de junho de 1969) e 6% para as de classe "B" (subscritas a partir de 24 de junho de 1969), calculados sobre o capital correspondente a cada classe de ações.

O Capital Social está representado por 1.352.634.100 ações escriturais e está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, em 31 de dezembro de 2017, conforme a seguir:

	31/12/2017							
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS				CAPITAL TOTAL	
Acionista	Quantidade	%	Série A	%	Série B	%	Quantidade	%
União	554.395.652	51,00	–	–	1.544	0,00	554.397.196	40,99
BNDESPAR	141.757.951	13,04	–	–	18.691.102	7,04	160.449.053	11,86
BNDES	74.545.264	6,86	–	–	18.262.671	6,88	92.807.935	6,86
Banco Clássico	68.750.800	6,32	–	–	–	–	68.750.800	5,08
American Depositary Receipts - ADR's	27.781.555	2,56	–	–	14.470.255	5,45	42.251.810	3,12
Outros	219.819.075	20,22	146.920	100,00	214.011.311	80,63	433.977.306	32,08
	1.087.050.297	100,00	146.920	100,00	265.436.883	100,00	1.352.634.100	100,00

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

	31/12/2016							
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS				CAPITAL TOTAL	
Acionista	Quantidade	%	Série A	%	Série B	%	Quantidade	%
União	554.395.652	51,00	–	–	1.544	0,00	554.397.196	40,99
BNDESPAR	141.757.951	13,04	–	–	18.691.102	7,04	160.449.053	11,86
BNDES	74.545.264	6,86	–	–	18.262.671	6,88	92.807.935	6,86
Banco Clássico	68.750.900	6,32	–	–	–	–	68.750.900	5,08
American Depositary Receipts - ADR's	30.449.968	2,80	–	–	16.755.615	6,31	47.205.583	3,49
Outros	217.150.562	19,98	146.920	100,00	211.725.951	79,77	429.023.433	31,72
	1.087.050.297	100,00	146.920	100,00	265.436.883	100,00	1.352.634.100	100,00

Do total das 493.174.166 ações em poder dos minoritários, 256.655.099, ou seja, 52,04% são de propriedade de investidores não residentes, sendo 139.011.556 de ordinárias, 28 de preferenciais da classe "A" e 117.643.515 de preferenciais da classe "B".

Da participação total de acionistas domiciliados no exterior, 27.781.555 ações ordinárias e 14.470.255 ações preferenciais da classe "B" estão custodiadas, lastreando o Programa de *American Depositary Receipts - ADR's* e são negociadas na bolsa de valores de Nova Iorque (NYSE).

37.2 - Reservas de Capital

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
Compensação de insuficiência de remuneração - CRC	6.779.931	6.779.931
Ágio na emissão de ações	3.384.310	3.384.310
Especial - Decreto-Lei nº 54.936/1964	387.418	387.418
Correção monetária do balanço de abertura de 1978	309.655	309.655
Correção monetária do Empréstimo Compulsório - 1987	2.708.432	2.708.432
Doações e subvenções - FINOR, FINAM e outros	297.424	297.424
	13.867.170	13.867.170

37.3 - Absorção de prejuízos

Os montantes de cada reserva a serem absorvidas seguem demonstradas na tabela abaixo que representa a proposta da Administração sobre a destinação do resultado de 2017 a ser deliberada na Assembleia Geral Ordinária (AGO), a ser realizada em 28 de abril de 2018.

Absorção de prejuízos	
Prejuízos Acumulados antes da absorção do prejuízo	(1.763.805)
Absorção de reservas	
Saldo inicial das reservas de lucros	3.018.680
Realização de outros resultados abrangentes	(4.311)
Resultados de aquisição de investidas	(28.874)
Remuneração aos Acionistas não Reclamado - Prescrito	(22.967)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	(10.827)
Realização da reserva estatutária	(1.696.826)
Saldo de Prejuízos Acumulados após absorção das reservas	–

37.4 - Reservas de Lucros

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
Legal (art. 193 - Lei nº 6.404/1976)	171.295	171.295
Estatutárias (art. 194 - Lei nº 6.404/1976)	50.382	1.747.208
Lucros a Realizar (art. 197 - Lei nº 6.404/1976)	386.375	386.375
Retenção de Lucros (art. 196 - Lei nº 6.404/1976)	713.802	713.802
	1.321.854	3.018.680

37.5 - Política de distribuição de dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Eletrobras, sobre o lucro líquido do exercício:

(i) 5% (cinco por cento) será destinado, antes de qualquer outra destinação, para a reserva legal, até o limite máximo previsto na Lei das Sociedades por Ações, que atualmente é de 20% (vinte por cento) do capital social;

(ii) 1% (um por cento) poderá ser destinado à constituição de reserva para estudos e projetos de viabilidade técnica-econômica do setor de energia elétrica, cujo saldo acumulado não poderá exceder a 2% (dois por cento) do capital social integralizado;

(iii) 50% (cinquenta por cento) poderá ser destinado à reserva de investimentos das empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica, cujo saldo acumulado não poderá exceder a 75% (setenta e cinco por cento) do capital social integralizado; e

(iv) até 1% (um por cento) poderá ser destinado para atender a prestação de assistência social aos empregados da Companhia, observado o limite de 1% (um por cento) do capital social integralizado.

As ações preferenciais da classe "A" terão prioridade no recebimento dos dividendos distribuídos em cada exercício social, estes incidentes à razão de 8% (oito por cento) ao ano sobre o capital relativo a essa espécie e classe de ações, a serem entre elas rateados igualmente.

As ações preferenciais da classe "B", por sua vez, terão prioridade no recebimento dos dividendos distribuídos em cada exercício social, estes incidentes à razão de 6% (seis por cento) ao ano, sobre o capital relativo a essa espécie e classe de ações, a serem entre elas rateados igualmente.

As ações preferenciais participarão, em igualdade de condições, com as ações ordinárias na distribuição dos dividendos distribuídos em cada exercício social, depois de assegurado às ações ordinárias um dividendo cujo valor seja o menor daqueles atribuído às classes preferenciais. É garantido às ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendos distribuídos no exercício social, por cada ação, pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária no respectivo exercício.

NOTA 38 - RESULTADO POR AÇÃO

(a) Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. Ações preferenciais possuem prioridade na distribuição de dividendos mínimos. Entretanto, sua participação em direitos sobre lucro, uma vez que a distribuição dos dividendos mínimos foram realizados, é equivalente a ações ordinárias. Assim, o resultado por ação preferencial é calculado pelo método aplicado as ações ordinárias.

	31/12/2017			
Numerador	**Ordinárias**	**Preferencial A**	**Preferencial B**	**Total**
Prejuízo atribuível a cada classe de ações	(1.417.490)	(192)	(346.124)	(1.763.805)
Denominador	**Ordinárias**	**Preferencial A**	**Preferencial B**	**Total**
Média ponderada da quantidade de ações	1.087.050	147	265.437	1.352.634
% de ações em relação ao total	80,37%	0,01%	19,62%	100,00%
Resultado por ação básico (R$)	(1,30)	(1,30)	(1,30)	

	31/12/2016			
Numerador	**Ordinárias**	**Preferencial A**	**Preferencial B**	**Total**
Lucro atribuível a cada classe de ações	2.753.239	372	672.288	3.425.899
Denominador	**Ordinárias**	**Preferencial A**	**Preferencial B**	**Total**
Média ponderada da quantidade de ações	1.087.050	147	265.437	1.352.634
% de ações em relação ao total	80,37%	0,01%	19,62%	100,00%
Resultado por ação básico (R$)	2,53	2,53	2,53	

(b) Diluído

Para calcular o resultado diluído por ação, a Companhia deve presumir o exercício de opções, bônus de subscrição e semelhantes diluidores da companhia. Os valores presumidos provenientes desses instrumentos devem ser considerados como tendo sido recebidos da emissão de ações ordinárias ao preço médio de mercado das ações ordinárias durante o período. Em 31 de dezembro de 2017, as 16.009.941 ações ordinárias potenciais diluitivas, referentes ao Empréstimo Compulsório, foram incluídas no cálculo da média ponderada do número de ações preferenciais devido ao efeito dilutivo em 2016 e 2017, conforme apresentado abaixo. Ressaltamos que em 31 de dezembro de 2017 este efeito é anti-dilutivo.

	31/12/2016				
Numerador	**Ordinárias**	**Preferencial A**	**Preferenciais B Convertidas**	**Preferencial B**	**Total**
Lucro atribuível a cada classe de ações	2.721.888	368	39.010	664.633	3.425.899
Denominador	**Ordinárias**	**Preferencial A**	**Preferenciais B-Convertidas**	**Preferencial B**	**Total**
Média ponderada da quantidade de ações em mil	1.087.050	147	15.580	265.437	1.368.214
% de ações em relação ao total	79,45%	0,01%	1,14%	19,40%	100,00%
Resultado por ação diluído (R$)	2,50	2,50	2,50	2,50	–

NOTA 39 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
RECEITAS OPERACIONAIS				
Geração				
Suprimento de energia para companhias de distribuição	3.858.319	3.778.654	14.698.137	12.885.622
Suprimento de energia para consumidores finais	–	–	2.554.279	2.945.506
Energia Elétrica de Curto Prazo	–	–	1.006.114	927.183
Receita de Operação e Manutenção de Concessões Renovadas	–	–	2.198.347	2.178.699
Receita de Construção de Usinas Renovadas	–	–	52.836	41.316
Efeito Financeiro de Itaipu	626.135	(346.638)	626.135	(346.638)
	4.484.454	3.432.016	21.135.848	18.631.688
Transmissão				
Receita de Operação e Manutenção de Linhas Renovadas	–	–	3.132.349	2.735.999
Receita de Operação e Manutenção	–	–	265.471	239.691
Receita de Construção	–	–	917.447	1.174.703
Financeira - Retorno do Investimento	–	–	1.139.816	805.708
Financeira - Retorno do Investimento - RBSE	–	–	4.922.827	28.600.553
	–	–	10.377.910	33.556.654
Distribuição				
Fornecimento/Suprimento de Energia Elétrica	–	–	9.467.631	15.208.202
Energia Elétrica de Curto Prazo	–	–	724.961	314.833
Receita de Construção	–	–	782.068	1.165.611
CVA e outros itens financeiros	–	–	1.441.359	(339.405)
	–	–	12.416.019	16.349.241
Outras receitas	157.170	59.674	2.060.479	2.450.329
	4.641.624	3.491.690	45.990.256	70.987.912
(–) Deduções à Receita Operacional				
(–) ICMS	–	–	(2.249.541)	(4.000.750)
(–)PASEP e COFINS	(130.356)	(42.345)	(3.724.863)	(3.642.892)
(–) Encargos setoriais	–	–	(1.986.659)	(2.983.323)
(–)Outras Deduções (inclusive ISS)	–	–	(153.169)	(44.944)
	(130.356)	(42.345)	(8.114.232)	(10.671.909)
Receita operacional líquida	4.511.268	3.449.345	37.876.024	60.316.003

Em 2016, a ANEEL homologou a remuneração dos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, conforme regras da Resolução Normativa 589 (vide nota 2.1). Conforme a prática seguida pelas companhias de transmissão no Brasil desde a adoção do IFRS/CPCs, consistente com o parágrafo 23 do OCPC 05, a Companhia reconheceu na rubrica de Retorno do Investimento, em 31 de dezembro de 2016 o valor de R$ 28.600.553 e, em 31 de de dezembro de 2017, o valor referente a atualização da remuneração no valor de R$ 4.922.827.

NOTA 40 - RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Investimentos em controladas				
Equivalência patrimonial	4.859.823	18.042.028	–	–
Investimentos em coligadas				
Equivalência patrimonial	911.376	2.252.812	1.032.052	2.944.280
	911.376	2.252.812	1.032.052	2.944.280
Outros investimentos				
Juros sobre o capital próprio	21.304	1.026	21.304	1.026
Dividendos	39.380	101.510	39.380	101.510
Remuneração dos investimentos em parcerias	773	–	773	–
Rendimentos de capital - ITAIPU	73.453	84.768	73.453	84.768
Outros	–	(17.537)	–	(17.537)
	134.910	169.767	134.910	169.767
Alienação de Investimentos	1.525.209	–	1.525.209	–
	7.431.318	20.464.607	2.692.171	3.114.047

NOTA 41 - PESSOAL, MATERIAL E SERVIÇOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal	496.486	444.482	7.721.938	6.548.572
Material	2.096	2.556	324.082	329.599
Serviços	201.000	408.970	2.884.313	3.485.040
	699.582	856.008	10.930.333	10.363.211

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

A Companhia e algumas de suas controladas (CGTEE, Chesf, Eletronuclear, Eletronorte, Eletropar, Eletrosul e Furnas) implementaram o Plano de Aposentadoria Extraordinária ("PAE"), conforme iniciativa prevista no Plano Diretor de Negócios e Gestão ("PDNG") para o período de 2017 a 2021.

As adesões voluntárias ao PAE foram divididas em dois períodos, sendo o primeiro de 22 de maio a 14 de julho de 2017, e o segundo período entre 17 e 31 de julho de 2017. As adesões voluntárias nesses períodos totalizaram 2.097 colaboradores. Os desligamentos foram realizados entre junho e dezembro de 2017.

As despesas com o PAE a) incentivo indenizatório equivalente aos 40% do saldo para fins rescisórios do FGTS mais aviso prévio, e 50% sobre o somatório destes valores para adesões realizadas até 14.07.2017; b) incentivo indenizatório equivalente aos 40% do saldo para fins rescisórios do FGTS mais aviso prévio e 30% sobre o somatório destes valores para adesões realizadas de 17 a 31.07.2017, e c) manutenção da cobertura de assistência à saúde pelo período de 60 meses a contar da data do desligamento do empregado.

NOTA 42 - ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Energia comprada para revenda				
Suprimento	–	–	5.357.608	5.714.743
Comercialização na CCEE	435.386	711.399	2.629.653	2.425.240
Proinfa	3.072.874	3.084.640	3.140.816	3.106.129
Outros	403.112	17.980	456.848	17.931
	3.911.372	3.814.019	11.584.925	11.264.043

NOTA 43 - PROVISÕES (REVERSÕES) OPERACIONAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Garantias	18.444	29.913	18.444	29.913
Contingências	2.934.954	4.418.406	4.398.398	5.992.745
PCLD - Consumidores e Revendedores	–	–	520.369	334.383
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	10.582	17.290	10.582	17.290
Passivo a descoberto em Controladas	6.170.792	12.155.108	–	–
Contratos Onerosos	–	–	(1.493.469)	2.194.498
Provisão/(Reversão) para Perdas em Investimentos	(570.406)	(26.834)	(335.592)	1.479.088
Impairment	(1.852)	(1.852)	640.631	5.537.062
Provisão ANEEL - CCC	–	–	985.573	741.623
Ajuste a Valor de Mercado	(551)	41	(551)	41
TFRH	–	–	517.727	346.328
Risco Hidrológico	–	–	–	(451.340)
Outras	178.471	82.600	484.761	500.951
	8.740.434	16.674.672	5.746.873	16.722.582

Contratos Onerosos

No período findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia registrou uma reversão de contrato oneroso no valor de R$ 1.493.469. Este valor deve-se, principalmente, às reversões da Amazonas Distribuidora no valor de R$ 812.694 e demais distribuidoras no valor de R$ 86.452, referentes ao encerramento das prestação de serviços públicos das mesmas em julho de 2018.

Provisão ANEEL - CCC

No período findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou um incremento de provisão ANEEL - CCC de R$ 985.573. Este valor é referente, principalmente, a controlada Amazonas Distribuidora que reconheceu um valor de R$ 917.499 (vide nota 11, item b).

TFRH - Taxa de fiscalização de recusos hídricos

A controlada Eletronorte foi autuada no ano de 2015 referente ao não recolhimento da TFRH sobre os meses de abril a junho de 2015.

A partir do exercício de 2016, em atendimento a Lei nº 8.091/2014, que institui a TFRH, e por entender tratar-se de obrigação legal, a controlada provisiona a TFRH com base na vazão e volume turbinado das usinas hidrelétricas de Tucuruí e Curuá-Una. No período findo em 31 de dezembro de 2017, a controlada reconheceu um total de R$ 517.727 referente a atualização e constituição de novas provisões. O montante acumulado de R$ 1.183.584 (R$ 665.856 em 31 de dezembro de 2016) está reconhecido na rubrica "Outros" do passivo não circulante.

NOTA 44 - ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA E VENDA DE CONTROLADA

44.1 - Alienação de controle acionário de controladas

Em 08 de novembro de 2017 o Conselho do Programa de Parcerias de Investimento da Presidência da República (CPPI) aprovou a Resolução nº 20 contendo as condições mínimas e preços para alienação pela Eletrobras das ações representativas da sua participação acionária no capital social das empresas Companhia Energética de Alagoas, Companhia Energética do Piauí, Companhia de Eletricidade do Acre, Amazonas Distribuidora de Energia S.A., Boa Vista Energia S.A. e Centrais Elétricas de Rondônia S.A.

A Eletrobras considerou o Pronunciamento Técnico - CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda, e avaliou que, em 31 de dezembro de 2017, as distribuidoras Companhia Energética do Piauí, Companhia de Eletricidade do Acre, Boa Vista Energia S.A. e Centrais Elétricas de Rondônia S.A atingiram os critérios de classificação como mantidos para venda, entretanto para as distribuidoras Companhia Energética de Alagoas e Amazonas Distribuidora de Energia S.A. ainda existem condicionantes que ainda não permitem tal classificação.

Esta classificação de ativos mantidos para venda não foi considerada como operação descontinuada, pois a Companhia ainda tem atividades não classificadas como mantidas para venda no segmento de distribuição com as duas distribuidoras citadas acima.

A descrição dos ativos bem como os fatos e circunstâncias que conduziram à alienação esperada estão detalhadamente descritos na nota explicativa 2. A Companhia ressalta que está comprometida com um plano de venda das controladas e que um programa consistente de identificação de compradores já está sendo conduzido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Desta forma, a Companhia espera que a venda seja concluída até 31 de julho de 2018.

Os principais ativos e passivos das controladas classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2017 estão demonstrados a seguir:

	Eletrobras	Cepisa	Ceron	Eletroacre	Boa Vista	Não mantidos para venda e Eliminações	Total dos ativos e passivos mantidos para venda
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	–	11.547	18.532	10.401	5.358	–	45.838
Clientes	–	682.826	284.384	189.610	123.630	–	1.280.450
Financiamentos e empréstimos	1.482.907	–	–	–	–	–	1.482.907
Tributos e contribuições sociais	–	27.401	29.507	9.704	22.893	–	89.505
Direito de Ressarcimento	–	19.562	3.963.217	304.530	289.250	(4.421.820)	154.739
Ativo financeiro	–	854.482	1.198.009	429.813	217.846	–	2.700.150
Ativo Imobilizado	–	85.934	69.526	34.040	26.708	–	216.208
Ativo Intangível	–	49.066	23.390	14.392	5.712	–	92.560
Outros ativos	–	617.906	419.517	104.554	113.584	(1.492.039)	236.478
Total ativos da controlada classificados como mantidos para venda	1.482.907	2.348.724	6.006.082	1.097.044	804.981	(5.913.859)	5.825.879
Fornecedores	–	203.335	3.415.498	519.003	969.416	(548.881)	4.558.371
Empréstimos e financiamentos	–	2.322.825	1.365.157	508.244	312.254	(3.800.527)	707.953
Tributos e contribuições sociais	–	269.221	77.016	225.606	29.021	–	600.864
Provisão para passivo a descoberto em investidas	4.805.946	–	–	–	–	(4.805.946)	–
Provisões de contingências	–	169.613	261.876	122.060	61.252	–	614.801
Contrato Oneroso	–	–	167.257	–	2.876	–	170.133
AFAC	–	346.357	–	77.115	89.975	(513.447)	–
Outros passivos	–	434.648	2.878.215	129.564	121.317	(2.585.196)	978.548
Passivos da controlada associados a ativos classificados como mantidos para venda	4.805.946	3.745.999	8.165.019	1.581.592	1.586.111	(12.253.997)	7.630.670

44.2 - Venda de Controlada

0Em 14 de fevereiro de 2017, foi assinado, o contrato de compra e venda de Ações da CELG D entre Eletrobras, Companhia Celg de Participações - CELGPAR e ENEL BRASIL S/A, alienando a totalidade das ações da CELG D pertencentes a Eletrobras para a ENEL BRASIL S/A. A Eletrobras recebeu, nesta data, o valor de R$ 1.065.266 referente à referida alienação e reconheceu um ganho no resultado do exercício relativo a venda da controlada no montante de R$ 1.524.687.

NOTA 45 - COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Chuí Holding S/A

Em 28 de dezembro de 2017, a controlada Eletrosul concluiu a capitalização na Chuí Holding S/A do montante de R$ 431.913 aportados à titulo de adiantamento para futuro aumento de capital. A participação acionária passou de 49% para 86,57%, decorrente da diluição da participação do capital. Também na mesma data, a Companhia cedeu em permuta para a Acionista Brave Winds Geradora III S/A o montante de 50.228.188 ações ordinárias, ajustando a contraprestação efetivamente transferida para R$ 338.608, passando a deter, após a cessão, o controle com 78% do capital da Chuí Holding S/A. A mensuração do valor da participação minoritária se deu pela proporção de participação no valor justo da Companhia.

	28/12/2017
Contraprestação efetivamente transferida (caixa)	338.608
Valor justo da participação acionário mantida antes da combinação de negócios	192.315
	530.923
Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa e equivalentes de caixa	61.103
Contas a receber	10.892
Impostos a recuperar	595
Outras contas a receber	255
Fundos vinculados	17.062
Intangível	664.997
Imobilizado	17.380
Empréstimos e financiamentos	(327.528)
Contas a pagar de fornecedores	(1.946)
Obrigações fiscais	(2.868)
Outras contas a pagar	(47.463)
Total dos ativos identificáveis líquidos (78%)	392.479
Participação de minoritários (22%)	(86.345)
Ágio (*goodwill*)	224.789
	530.923

continua

continuação

Em 29 de dezembro de 2017, a Companhia integralizou as ações detidas no capital da Chuí Holding S/A no capital social de Santa Vitória do Palmar Holding S/A. A partir desse momento, Chuí Holding S/A passou a ser controlada por Santa Vitória do Palmar Holding S/A.

A combinação de negócios gerou um ágio de R$ 224.789, registrado no subgrupo investimentos. O ágio representa a diferença entre o valor do negócio (contraprestação transferida = integralização dos AFACs e permuta de ções) e o valor justo dos ativos identificáveis deduzido do valor justo dos passivos assumidos. O aumento da participação da Eletrosul é consequência do FIP não acompanhar os aportes de recursos necessários para a conclusão dos parques eólicos. A permuta de ações busca a uniformização das participações dos acionistas e preservar direitos acordados entre os mesmos.

Santa Vitória do Palmar Holding S/A

Em 28 de dezembro de 2017, a controlada Eletrosul concluiu a capitalização na Santa Vitória do Palmar Holding S/A do montante de R$ 37.945, aportados à titulo de adiantamento para futuro aumento de capital. Com a capitalização, a participação acionária passou de 49% para 53.63%, decorrente da diluição do capital. Também na mesma data, a Companhia recebeu em permuta da Acionista Brave Winds Geradora S/A, o montante de 101.925.081 ações ordinárias, ajustando a contraprestação efetivamente transferida para R$ 65.528, passando a deter após a cessão, o controle com 78% do capital da Santa Vitória do Palmar Holding S/A.

O aumento da participação da Eletrosul é consequência do FIP não acompanhar os aportes de recursos necessários para a conclusão dos parques eólicos. A permuta de ações busca a uniformização das participações dos acionistas e preservar direitos acordados entre os mesmos.

Em 29 de dezembro de 2017, com a capitalização das ações detidas pelas acionistas, a Chuí Holding passou a ser subsidiária integral de Santa Vitória do Palmar. A mensuração do valor da participação minoritária se deu pela proporção de participação no valor justo da Companhia.

	28/12/2017
Contraprestação efetivamente transferida (caixa)	65.528
Valor justo da participação acionária mantida antes da combinação de negócios	167.045
Compra vantajosa	33.335
	265.908
Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa e equivalentes de caixa	145.618
Contas a receber	31.515
Impostos a recuperar	1.780
Outras contas a receber	954
Fundos vinculados	61.634
Imobilizado	1.662.943
Intangível	51.970
Empréstimos e financiamentos	(943.751)
Debêntures	(114.928)
Contas a pagar de fornecedores	(35.708)
Obrigações fiscais	(8.043)
Outras contas a pagar	(116.931)
Total dos ativos identificáveis líquidos (78%)	737.053
Capitalização das ações detidas em Chuí após a combinação de negócios	(308.993)
Participação de minoritários (22%)	(162.152)
	265.908

A Companhia efetuará a avaliação final da aquisição e eventuais ajustes, se houver, serão contabilizados de forma retrospectiva, conforme prevê o CPC 15 - Combinação de Negócios.

Livramento Holding S/A

Em 28 de dezembro de 2017, a controlada Eletrosul concluiu a capitalização na Livramento Holding S/A do montante de R$ 221.465, aportados à titulo de adiantamento para futuro aumento de capital. Com a capitalização, a participação acionária passou de 59% para 73,84%, decorrente da diluição do capital. Também na mesma data, em decorrência do acordo de acionistas, a Companhia recebeu em permuta da Acionista Brasil Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participação (FIP), o montante de 20.481.425 ações ordinárias, ajustando a contraprestação efetivamente transferida para R$ 223.183, passando a deter após a cessão o controle, com 78% do capital da Livramento Holding S/A.

O aumento da participação da Eletrosul é consequência do FIP e ELOS não terem acompanhado os aportes de recursos necessários para a conclusão dos parques eólicos. A permuta de ações busca a uniformização das participações dos acionistas e preservar direitos acordados entre os mesmos. A mensuração do valor da participação minoritária se deu pela proporção de participação no valor justo da Companhia.

	28/12/2017
Contraprestação efetivamente transferida (caixa)	251.493
Valor justo da participação acionária mantida antes da combinação de negócios	(78.256)
	173.237
Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa e equivalentes de caixa	4.319
Contas a receber	1.809
Impostos a recuperar	2.974
Outras contas a receber	80
Fundos vinculados	3.028
Imobilizado	151.221
Empréstimos e financiamentos	(42.059)
Contas a pagar de fornecedores	(7.233)
Obrigações fiscais	(2.923)
Outras contas a pagar	(69.937)
Total dos ativos identificáveis líquidos (78%)	41.279
Participação de minoritários (22%)	(9.081)
Ágio (*goodwill*)	215.340
	247.538

A Companhia efetuará a avaliação final da aquisição e eventuais ajustes, se houver, serão contabilizados de forma retrospectiva, conforme prevê o CPC 15 - Combinação de Negócios.

NOTA 46- INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

46.1 - Gestão do Risco de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
Total dos empréstimos e financiamentos	45.121.791	45.620.428
(–) Caixa e Equivalente de Caixa e Títulos e valores mobiliários	8.048.472	6.424.881
Dívida Líquida	37.073.319	39.195.547
(+) Total do Patrimônio Líquido	42.752.532	44.064.927
Total do Capital	79.825.851	83.260.474
Índice de Alavancagem Financeira	46%	47%

46.2 - Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a hierarquia para mensurar o valor justo de seus instrumentos financeiros:

		CONTROLADORA	
	Mensuração	31/12/2017	31/12/2016
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)			
Empréstimos e Recebíveis		34.692.622	38.310.981
Caixa e equivalentes de caixa		161.326	10.293
Clientes	Custo Amortizado	532.812	431.472
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	31.178.312	35.381.756
Direitos de Ressarcimento	Custo Amortizado	–	74.527
Ativo Financeiro - Itaipu	Custo Amortizado	2.820.172	2.412.933
Mantidos Até o Vencimento		269.141	245.296
Títulos e Valores Mobiliários	Custo Amortizado	269.141	245.296
Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado		5.059.957	4.471.954
Títulos e Valores Mobiliários	Valor justo	5.059.957	4.471.954
Disponíveis para venda		1.261.234	1.168.935
Investimentos (Participações Societárias)	Valor justo	1.261.234	1.168.935
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)			
Mensurados pelo Custo Amortizado		26.297.584	29.665.828
Fornecedores	Custo Amortizado	514.752	440.976
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	23.652.514	26.319.526
Obrigações de ressarcimento	Custo Amortizado	1.346.660	1.693.309
Passivo Financeiro - Itaipu	Custo Amortizado	783.658	1.212.017
Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado		2.175	6.614
Instr. Fin. Derivativos - *Hedge*	Valor justo	2.175	6.614

		CONSOLIDADO	
	Mensuração	31/12/2017	31/12/2016
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)			
Empréstimos e Recebíveis		79.613.681	79.487.465
Caixa e equivalentes de caixa		792.252	495.855
Clientes	Custo Amortizado	5.124.744	6.481.303
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	10.266.851	13.184.244
Direitos de Ressarcimento	Custo Amortizado	8.076.826	9.164.986
Ativo Financeiro - Geração e Transmissão	Custo Amortizado	16.282.980	13.590.194
Ativo Financeiro - Transmissão (RBSE)	Custo Amortizado	38.238.015	36.570.883
Ativo Financeiro - Valores a receber Parcela A	Custo Amortizado	832.013	–
Mantidos Até o Vencimento		331.588	1.505
Títulos e Valores Mobiliários	Custo Amortizado	331.588	1.505
Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado		7.350.863	5.910.564
Títulos e Valores Mobiliários	Valor justo	6.924.632	5.681.791
Instrumentos Financeiros Derivativos	Valor justo	426.231	228.773
Disponíveis para venda		3.950.774	6.283.905
Investimentos (Participações Societárias)	Valor justo	1.418.659	1.357.923
Ativo Financeiro - Distribuição	Valor justo	2.532.115	4.925.982
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)			
Mensurados pelo Custo Amortizado		67.431.966	69.885.305
Fornecedores	Custo Amortizado	18.239.097	19.442.121
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	45.121.791	45.620.428
Debêntures	Custo Amortizado	268.022	201.375
Debêntures (Banco Amazônia)	Custo Amortizado	202.757	–
Obrigações de Ressarcimento	Custo Amortizado	2.455.176	3.384.398
Arrendamento Mercantil	Custo Amortizado	1.077.820	1.169.504
Concessões a Pagar UBP	Custo Amortizado	67.303	67.479
Passivo Financeiro - Geração e Transmissão	Custo Amortizado		
Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado		42.060	50.631
Instrumentos Financeiros Derivativos	Valor justo	39.885	44.017
Instr. Fin. Derivativos - *Hedge*	Valor justo	2.175	6.614

46.2.1 - Técnicas de avaliação e informações usadas

a) Títulos e valores mobiliários - Curto e Longo Prazo - usualmente mantidos para negociação em curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

b) Clientes: são registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização. Os créditos renegociados são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento, pelos seus valores prováveis de realização, similares aos valores justos.

c) Ativos financeiros da concessão: são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão. Os ativos financeiros de geração e transmissão e Valores a receber - parcela A são classificados como empréstimos e recebíveis, enquanto o ativo financeiro - Distribuidoras é classificado como mantido para venda.

d) Derivativos: são mensurados pelo valor justo e seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo do tipo de cada designação do derivativo em *hedge accounting*.

e) Direito de Ressarcimento: São ativos financeiros que representam o direito de reembolso da CCC, relativos aos custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados. São classificados como empréstimos e recebíveis.

f) Investimentos em Participações Societárias: refere-se a investimentos permanentes em outras sociedades.

g) Fornecedores: são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

h) Debêntures: são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetiva. A Companhia acredita que esses instrumentos aproximam-se dos seus valores justos.

i) Empréstimos e financiamentos: são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

j) Arrendamento mercantil: O valor nominal utilizado no cálculo dos passivos originados pelos referidos contratos foi encontrado tomando como referência o valor fixado para a contratação de potência mensal contratada, multiplicada pela capacidade instalada (60 a 65 MW) e pela quantidade de meses de vigência do contrato.

k) Obrigações de ressarcimento: referem-se aos valores de adiantamentos e tributos (ICMS, PIS e COFINS) a serem devolvidos ao Fundo CCC.

l) Demais instrumentos financeiros: os valores justos são similares aos seus valores contábeis, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/ pagamento médio inferior a 60 dias; e (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados a taxa de CDI.

46.2.1 - Estimativa de valor justo:

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

	CONTROLADORA 31/12/2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Empréstimos e Recebíveis	161.326	31.711.124	2.820.172	34.692.622
Caixa e equivalentes de caixa	161.326	–	–	161.326
Clientes	–	532.812	–	532.812
Empréstimos e financiamentos	–	31.178.312	–	31.178.312
Ativo Financeiro - Itaipu	–	–	2.820.172	2.820.172
Mantidos Até o Vencimento	–	269.141	–	269.141
Títulos e Valores Mobiliários	–	269.141	–	269.141
Disponível para venda	1.261.234	–	–	1.261.234
Investimentos (Participações Societárias)	1.261.234	–	–	1.261.234
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	–	5.059.957	–	5.059.957
Títulos e Valores Mobiliários	–	5.059.957	–	5.059.957
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados pelo Custo Amortizado	–	26.297.584	–	26.297.584
Fornecedores	–	514.752	–	514.752
Empréstimos e financiamentos	–	23.652.514	–	23.652.514
Obrigações de ressarcimento	–	1.346.660	–	1.346.660
Passivo Financeiro - Itaipu	–	783.658	–	783.658
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	–	2.175	–	2.175
Instrumentos Financeiros Derivativos	–	2.175	–	2.175

	CONTROLADORA 31/12/2016			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Empréstimos e Recebíveis	10.293	38.300.688	–	38.310.981
Caixa e equivalentes de caixa	10.293			10.293
Clientes		431.472		431.472
Empréstimos e financiamentos		35.381.756		35.381.756
Direitos de Ressarcimento		74.527		74.527
Ativo Financeiro - Itaipu		2.412.933		2.412.933
Mantidos Até o Vencimento	–	245.296	–	245.296
Títulos e Valores Mobiliários	–	245.296	–	245.296
Disponível para venda	1.168.935	–	–	1.168.935
Investimentos (Participações Societárias)	1.168.935	–	–	1.168.935
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	–	4.471.954	–	4.471.954
Títulos e Valores Mobiliários	–	4.471.954	–	4.471.954
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados pelo Custo Amortizado	–	28.965.246	–	28.965.246
Fornecedores	–	440.976	–	440.976
Empréstimos e financiamentos	–	26.319.526	–	26.319.526
Obrigações de ressarcimento	–	992.727	–	992.727
Passivo Financeiro - Itaipu	–	1.212.017	–	1.212.017
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	–	6.614	–	6.614
Instrumentos Financeiros Derivativos	–	6.614	–	6.614

	CONSOLIDADO 31/12/2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Empréstimos e Recebíveis	–	71.536.855	8.076.826	79.613.681
Caixa e equivalentes de caixa	–	792.252	–	792.252
Clientes	–	5.124.744	–	5.124.744
Empréstimos e financiamentos	–	10.266.851	–	10.266.851
Direitos de Ressarcimento	–	–	8.076.826	8.076.826
Ativo Financeiro - Geração e Transmissão	–	16.282.980	–	16.282.980
Ativo Financeiro - Transmissão (RBSE)	–	38.238.015	–	38.238.015
Ativo Financeiro - Valores a receber Parcela A	–	832.013	–	832.013
Mantidos Até o Vencimento	–	331.588	–	331.588
Títulos e Valores Mobiliários	–	331.588	–	331.588
Disponível para venda	1.418.659	2.532.115	–	3.950.774
Investimentos (Participações Societárias)	1.418.659	–	–	1.418.659
Ativo Financeiro - Concessões de distribuição	–	2.532.115	–	2.532.115
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	–	7.350.863	–	7.350.863
Títulos e Valores Mobiliários	–	6.924.632	–	6.924.632
Instrumentos Financeiros Derivativos	–	426.231	–	426.231
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Fornecedores	–	49.192.869	–	49.192.869
Empréstimos e financiamentos	–	45.121.791	–	45.121.791
Debêntures	–	268.022	–	268.022
Debêntures (Banco Amazônia)	–	202.757	–	202.757
Obrigações de Ressarcimento	–	2.455.176	–	2.455.176
Arrendamento Mercantil	–	1.077.820	–	1.077.820
Concessões a Pagar UBP	–	67.303	–	67.303
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	–	42.060	–	42.060
Instrumentos Financeiros Derivativos	–	39.885	–	39.885
Instr. Fin. Derivativos - *Hedge*	–	2.175	–	2.175

	CONSOLIDADO 31/12/2016			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Empréstimos e Recebíveis	679.668	69.826.624	9.164.986	79.671.278
Caixa e equivalentes de caixa	679.668	–	–	679.668
Clientes	–	6.481.303	–	6.481.303
Empréstimos e financiamentos	–	13.184.244	–	13.184.244
Direitos de Ressarcimento	–	–	9.164.986	9.164.986
Ativo Financeiro - Geração e Transmissão	–	13.590.194	–	13.590.194
Ativo Financeiro - Transmissão (RBSE)	–	36.570.883	–	36.570.883
Mantidos Até o Vencimento	–	246.801	–	246.801
Títulos e Valores Mobiliários	–	246.801	–	246.801
Disponível para venda	1.357.923	4.925.982	–	6.283.905
Investimentos (Participações Societárias)	1.357.923	–	–	1.357.923
Ativo Financeiro - Concessões de distribuição	–	4.925.982	–	4.925.982
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	–	5.727.185	–	5.727.185
Títulos e Valores Mobiliários	–	5.498.412	–	5.498.412
Instrumentos Financeiros Derivativos	–	228.773	–	228.773
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
	–	69.885.305	–	50.443.184
Fornecedores	–	19.442.121	–	19.442.121
Empréstimos e financiamentos	–	45.620.428	–	45.620.428
Debêntures (Banco Amazônia)	–	201.375	–	201.375
Obrigações de Ressarcimento	–	3.384.398	–	3.384.398
Arrendamento Mercantil	–	1.169.504	–	1.169.504
Concessões a Pagar UBP	–	67.479	–	67.479
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	–	50.631	–	50.631
Instrumentos Financeiros Derivativos	–	44.017	–	44.017
	–	6.614	–	6.614

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.

Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, que são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes, e o risco de crédito das contrapartes das operações de *swaps*.

46.3 - Gestão de Riscos Financeiros:

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

46.3.1 - Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade nos seus resultados bem como em seu fluxo de caixa. A Companhia apresenta relevante exposição entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano, proveniente principalmente dos contratos de financiamento com Itaipu Binacional.

Nesse contexto foi aprovada a Política de *hedge* Financeiro da Companhia. O objetivo da atual política é monitorar e mitigar a exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos da Companhia e de suas controladas, reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis destas variáveis em suas Demonstrações Financeiras.

Com isso, a referida política visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Junto com a política foi aprovada a criação do Comitê de *hedge* Financeiro no âmbito da Diretoria Financeira, que tem como função principal definir as estratégias e os instrumentos de *hedge* a serem apresentados à Diretoria Executiva da Companhia.

Levando-se em conta as diferentes formas de se realizar o *hedge* dos descasamentos apresentados pela Companhia, a política aprovada elenca uma escala de prioridades. Primeiramente, a solução estrutural, e, apenas nos casos residuais, seriam adotadas operações com instrumentos financeiros derivativos.

As operações com derivativos financeiros, quando realizadas seguem a política de *hedge* da companhia e não podem caracterizar alavancagem financeira ou operação de concessão de crédito a terceiros.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

(a) Composição dos saldos em moeda estrangeira e análise de sensibilidade:

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para 2016 e 2017 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e *Economic Outlook 86*, publicado pela OECD (*The Organisation Economic Co-operation and Development*).

Foram realizadas análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, que apresentam exposição à taxa de câmbio e que poderiam trazer perdas materiais à Companhia, em quatro diferentes cenários, tendo como base o cenário provável acima mencionado: dois considerando a apreciação das moedas e outros dois considerando a depreciação dessas das moedas.

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

(a.1) Risco de apreciação das taxas de câmbio:

		CONTROLADORA				
		Saldo em 31/12/2017		Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Moeda Estrangeira	Reais	Cenário I - Provável 2017[1]	Cenário II (25%)[1]	Cenário III (50%)[1]
USD	Empréstimos obtidos	3.264.872	10.798.237	154.755	(2.506.116)	(5.166.986)
	Empréstimos concedidos	2.715.075	8.981.468	(130.324)	2.082.463	4.295.249
	Ativo financeiro - ITAIPU	615.633	2.036.514	(29.550)	472.191	973.931
	Impacto no resultado - USD			(5.119)	48.537	102.194
EURO	Empréstimos obtidos	58.012	230.144	3.318	(53.388)	(110.095)
	Empréstimos concedidos	57.977	230.127	(3.438)	53.234	109.906
	Impacto no resultado - EURO			(120)	(154)	(188)
IENE	Empréstimos obtidos	1.102.326	32.408	441	(7.551)	(15.543)
	Empréstimos concedidos	4.969.558	146.105	(1.988)	34.041	70.071
	Impacto no resultado - IENE			(1.547)	26.491	54.528
Impacto no Resultado em caso de Apreciação das Taxas de Câmbio				(6.786)	74.874	156.534

		CONSOLIDADO				
		Saldo em 31/12/2017		Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Moeda Estrangeira	Reais	Cenário I - Provável 2017[1]	Cenário II -(25%)[1]	Cenário III (50%)[1]
USD	Empréstimos obtidos	3.370.685	11.148.204	159.770	(2.587.338)	(5.334.446)
	Empréstimos concedidos	2.616.372	8.654.957	(125.586)	2.006.757	4.139.100
	Ativo financeiro - ITAIPU	615.633	2.036.514	(29.550)	472.191	973.931
	Impacto no resultado - USD			4.634	(108.390)	(221.415)
EURO	Empréstimos obtidos	58.012	230.144	3.318	(53.388)	(110.095)
	Impacto no resultado - EURO			3.318	(53.388)	(110.095)
IENE	Empréstimos obtidos	1.102.326	32.408	441	(7.551)	(15.543)
	Impacto no resultado - IENE			441	(7.551)	(15.543)
Impacto no Resultado em caso de Apreciação das Taxas de Câmbio				8.393	(169.330)	(347.053)

[1] Premissas adotadas:	Provável	25%	50%
USD	3,260	4,075	4,890
EURO	3,910	4,888	5,865
IENE	0,029	0,036	0,044

(a.2) Risco de depreciação das taxas de câmbio:

		CONTROLADORA				
		Saldo em 31/12/2017		Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Moeda Estrangeira	Reais	Cenário I - Provável 2017[1]	Cenário II -(25%)[1]	Cenário III (50%)[1]
USD	Empréstimos obtidos	3.264.872	10.798.237	154.755	2.815.625	5.476.496
	Empréstimos concedidos	2.715.075	8.981.468	(130.324)	(2.343.110)	(4.555.896)
	Ativo financeiro - ITAIPU	615.633	2.036.514	(29.550)	(531.291)	(1.033.032)
	Impacto no resultado - USD			(5.119)	(58.776)	(112.432)
EURO	Empréstimos obtidos	58.012	230.144	3.318	60.025	116.731
	Empréstimos concedidos	57.977	230.127	(3.438)	(60.110)	(116.783)
	Impacto no resultado - EURO			(120)	(85)	(51)
IENE	Empréstimos obtidos	1.102.326	32.408	441	8.433	16.425
	Empréstimos concedidos	4.969.558	146.105	(1.988)	(38.017)	(74.046)
	Impacto no resultado - IENE			(1.547)	(29.584)	(57.622)
Impacto no Resultado em caso de Depreciação das Taxas de Câmbio				(6.786)	(88.445)	(170.105)

		CONSOLIDADO				
		Saldo em 31/12/2017		Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Moeda Estrangeira	Reais	Cenário I - Provável 2017[1]	Cenário II -(25%)[1]	Cenário III (50%)[1]
USD	Empréstimos obtidos	3.370.685	11.148.204	159.770	2.906.879	5.653.987
	Empréstimos concedidos	2.616.372	8.654.957	(125.586)	(2.257.929)	(4.390.271)
	Ativo financeiro - ITAIPU	615.633	2.036.514	(29.550)	(531.291)	(1.033.032)
	Impacto no resultado - USD			4.634	117.659	230.684
EURO	Empréstimos obtidos	58.012	230.144	3.318	60.025	116.731
	Impacto no resultado - EURO			3.318	60.025	116.731
IENE	Empréstimos obtidos	1.102.326	32.408	441	8.433	16.425
	Impacto no resultado - IENE			441	8.433	16.425
Impacto no Resultado em caso de Depreciação das Taxas de Câmbio				8.393	186.116	363.840

[1] Premissas adotadas:	Provável	-25%	-50%
USD	3,260	2,445	1,630
EURO	3,910	2,933	1,955
IENE	0,029	0,022	0,015

46.3.2 - Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia de contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa, principalmente referenciados à taxa Libor.

A Companhia monitora a sua exposição à taxa Libor e contrata operações de derivativos para minimizar esta exposição, conforme Política de *Hedge* Financeiro.

(a) Composição dos saldos por indexador e análise de sensibilidade

A composição da dívida por indexador, seja em moeda nacional ou em moeda estrangeira, está detalhada na nota 22, item a.

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para 2016 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e *Economic Outlook 86*, publicado pela OECD (*The Organisation Economic Co-operation and Development*).

Foram realizadas análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, e que poderiam trazer perdas materiais à Companhia, em quatro diferentes cenários, tendo como base o cenário provável acima mencionado: dois considerando a apreciação dos indexadores e outros dois considerando a depreciação desses indexadores.

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Em todos os cenários foi utilizada a cotação provável do dólar para converter para reais o efeito no resultado dos riscos atrelados à oscilação da LIBOR. Nesta análise de sensibilidade está sendo desconsiderado qualquer efeito cambial em decorrência de eventual apreciação ou depreciação do cenário provável da cotação do dólar. O impacto da apreciação e da depreciação do cenário provável da cotação do dólar estão apresentados no item (46.3.1 (a)) desta nota.

(a.1) LIBOR

• risco de apreciação das taxas de juros:

		CONTROLADORA				
		Saldo da dívida/Valor Nocional em 31/12/2017		Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Em USD	Em reais	Cenário I - Provável 2017[1]	Cenário II (+25%)[1]	Cenário III (+50%)[1]
LIBOR	Empréstimos obtidos	450.501	1.490.257	(2.746.343)	(3.432.929)	(4.119.515)
	Derivativo	275.000	909.700	1.676.455	2.095.569	2.514.683
	Total			(1.069.888)	(1.337.360)	(1.604.832)

		CONSOLIDADO				
		Saldo da dívida/Valor Nocional em 31/12/2017		Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Em USD	Em reais	Cenário I - Provável 2017[1]	Cenário II (+25%)[1]	Cenário III (+50%)[1]
LIBOR	Empréstimos obtidos	556.295	1.840.224	(3.391.285)	(4.239.107)	(5.086.928)
	Derivativo	275.000	909.700	1.676.455	2.095.569	2.514.683
	Total			(1.714.830)	(2.143.538)	(2.572.245)

(1) Premissas adotadas:	30/06/2017	Provável	25%	50%
USD	3,308	3,2600	4,0750	4,8900
LIBOR	n/a	1,8700	2,3375	2,8050

(a.2) Indexadores nacionais

• risco de apreciação das taxas de juros:

		CONTROLADORA			
			Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Saldo em 31/12/2017	Cenário I - Provável 2017[1]	Cenário II (+25%)[1]	Cenário III (+50%)[1]
CDI	Empréstimos obtidos	5.222.655	(348.351)	(435.439)	(522.527)
	Impacto no resultado - CDI		(348.351)	(435.439)	(522.527)
	Empréstimos concedidos	230.880	10.228	12.785	15.342
	Impacto no resultado - IGPM		10.228	12.785	15.342
IPCA	Empréstimos concedidos	6.394.769	238.525	298.156	357.787
	Impacto no resultado - IPCA		238.525	298.156	357.787
SELIC	Empréstimos obtidos	615.930	(41.083)	(51.353)	(61.624)
	Impacto no resultado - SELIC		(41.083)	(51.353)	(61.624)
Impacto no Resultado - Apreciação dos Índices			(140.681)	(175.851)	(211.021)

		CONSOLIDADO			
			Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Saldo em 31/12/2017	Cenário I - Provável 2017[1]	Cenário II (+25%)[1]	Cenário III (+50%)[1]
CDI	Empréstimos obtidos	12.159.697	(811.052)	(1.013.815)	(1.216.578)
	Impacto no resultado - CDI		(811.052)	(1.013.815)	(1.216.578)
TJLP	Empréstimos obtidos	6.809.224	(465.070)	(581.337)	(697.605)
	Debêntures emitidas	202.757	(13.848)	(17.310)	(20.772)
	Impacto no resultado - TJLP		(478.918)	(598.648)	(718.377)
IGPM	Arrendamento Mercantil	1.077.820	(47.747)	(59.684)	(71.621)
	Empréstimos concedidos	229.108	10.149	12.687	15.224
	Impacto no resultado - IGPM		(37.598)	(46.997)	(56.397)
SELIC	Empréstimos obtidos	1.782.785	(118.912)	(148.640)	(178.368)
	Impacto no resultado - SELIC		(118.912)	(148.640)	(178.368)
IPCA	Empréstimos obtidos	369.100	13.767	17.209	20.651
	Debêntures emitidas	268.022	9.997	12.497	14.996
	Impacto no resultado - IPCA		23.765	29.706	35.647
Impacto no Resultado - Apreciação dos Índices			(1.422.715)	(1.778.394)	(2.134.073)

(1) Premissas adotadas:	Provável	25%	50%
CDI	6,67%	8,34%	10,01%
IPCA	3,73%	4,66%	5,60%
TJLP	6,83%	8,54%	10,25%
IGPM	4,43%	5,54%	6,65%
SELIC	6,67%	8,34%	10,01%

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

• risco de depreciação das taxas de juros:

		CONTROLADORA			
			Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Saldo em 31/12/2017	Cenário I - Provável 2017[1]	Cenário II (-25%)[1]	Cenário III (-50%)[1]
CDI	Empréstimos obtidos	5.222.655	(348.351)	(261.263)	(174.176)
	Impacto no resultado - CDI		(348.351)	(261.263)	(174.176)
IPCA	Empréstimos concedidos	6.394.769	238.525	178.894	119.262
	Impacto no resultado - IPCA		238.525	178.894	119.262
IGPM	Empréstimos concedidos	230.880	10.228	7.671	5.114
	Impacto no resultado - IGPM		10.228	7.671	5.114
SELIC	Empréstimos obtidos	615.930	(41.083)	(30.812)	(20.541)
	Impacto no resultado - SELIC		(41.083)	(30.812)	(20.541)
Impacto no Resultado - Depreciação dos Índices			(140.681)	(105.511)	(70.340)

		CONSOLIDADO			
			Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Saldo em 31/12/2017	Cenário I - Provável 2017[1]	Cenário II (-25%)[1]	Cenário III (-50%)[1]
CDI	Empréstimos obtidos	12.159.697	(811.052)	(608.289)	(405.526)
	Impacto no resultado - CDI		(811.052)	(608.289)	(405.526)
TJLP	Empréstimos obtidos	6.809.224	(465.070)	(348.802)	(232.535)
	Debêntures emitidas	202.757	(13.848)	(10.386)	(6.924)
	Impacto no resultado - TJLP		(478.918)	(359.189)	(239.459)
IGPM	Arrendamento Mercantil	1.077.820	(47.747)	(35.811)	(23.874)
	Empréstimos concedidos	229.108	10.149	7.612	5.075
	Impacto no resultado - IGPM		(37.598)	(28.198)	(18.799)
SELIC	Empréstimos obtidos	1.782.785	(118.912)	(89.184)	(59.456)
	Impacto no resultado - SELIC		(118.912)	(89.184)	(59.456)
IPCA	Empréstimos obtidos	369.100	13.767	10.326	6.884
	Debêntures emitidas	268.022	18.306	13.729	9.153
	Impacto no resultado - IPCA		32.073	24.055	16.037
Impacto no Resultado - Depreciação dos Índices			(1.414.406)	(1.060.805)	(707.203)

[1] Premissas adotadas:	Provável	-25%	-50%
CDI	6,67%	5,00%	3,34%
IPCA	3,73%	2,80%	1,87%
TJLP	6,83%	5,12%	3,42%
IGPM	4,43%	3,32%	2,22%
SELIC	6,67%	5,00%	3,34%

Para reduzir o risco nas exposições do fluxo de caixa da dívida de taxa variável emitida, a Companhia contratou *swaps* de alteração nas taxas de juros e designou como *hedge accounting*. De acordo com os contratos de *swap* de taxa de juros, a Companhia concorda em trocar a diferença entre os valores de taxas de juros prefixadas e pós fixadas calculados a partir do valor nocional acordado, mitigando o risco de alteração nas taxas de juros sobre o valor justo da dívida emitida com taxas de juros fixa nas exposições do fluxo de caixa da dívida de taxa variável. O valor justo dos *swaps* de taxa de juros no encerramento do exercício é determinado pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, utilizando as curvas no encerramento do exercício e o risco de crédito inerente para esse tipo de contrato, e está demonstrado a seguir. A taxa de juros média está baseada nos saldos a pagar em aberto no encerramento do exercício.

A tabela a seguir demonstra o valor do principal e os prazos remanescentes dos contratos de *swap* de taxa de juros em aberto no fim do exercício do relatório:

					Valores Justos	
Tipo	Transação	Montantes contratados (notional)	Taxas utilizadas	Vencimento	31/12/2017	31/12/2016
Libor X Pre-tax	03/2011	50.000	3,2780%	10/08/2020	(1.238)	(2.642)
Libor X Pre-tax	04/2011	100.000	3,3240%	10/08/2020	(2.567)	(5.437)
Libor X Pre-tax	09/2012	25.000	1,6795%	27/11/2020	300	157
Libor X Pre-tax	10/2012	25.000	1,6295%	27/11/2020	332	211
Libor X Pre-tax	11/2012	75.000	1,6285%	27/11/2020	998	636
Libor X Pre-tax	12/2012	75.000	1,2195%	29/11/2017	–	82
Libor X Pre-tax	13/2012	75.000	1,2090%	29/11/2017	–	88
Libor X Pre-tax	14/2012	50.000	1,2245%	29/11/2017	–	53
Libor X Pre-tax	15/2012	50.000	1,1670%	29/11/2017	–	73
Libor X Pre-tax	16/2012	50.000	1,1910%	29/11/2017	–	65
Libor X Pre-tax	17/2012	50.000	1,2105%	29/11/2017	–	58
Libor X Pre-tax	18/2012	25.000	1,1380%	29/11/2017	–	42
	TOTAL	650.000			(2.175)	(6.614)

As operações classificadas como *hedge* de fluxo de caixa geraram no exercício um resultado abrangente negativo de R$ 6.250 (resultado abrangente positivo de R$ 11.684 em 31 de dezembro de 2016).

Com a designação dos *swaps* para contabilização de *hedge*, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu R$ 6.047 como despesas financeiras referentes aos *swaps* (R$ 14.160 em 31 de dezembro de 2016).

A relação entre as dívidas designadas em relações de *hedge* e os desembolsos futuros dos contratos indexados à libor, segue a seguinte distribuição no tempo:

	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Valor protegido / Desembolsos futuros (%)	31,11%	51,22%	33,11%	0%	0%	0%

46.3.3 - Risco de preços - *commodities*

A controlada Eletronorte celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para o fornecimento de energia elétrica para três de seus principais clientes. Parte da receita desses contratos de longo prazo está associada ao pagamento de um prêmio atrelado ao preço internacional do alumínio, cotado na *London Metal Exchange* (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais do prêmio.

O prêmio pode ser considerado como um componente de um contrato híbrido (combinado), que inclui um contrato não derivativo que o abriga, de forma que o fluxo de caixa do instrumento combinado, em algumas circunstâncias, varia como se fosse um derivativo isolado.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

	Datas do contrato		
Cliente	Inicial	Final	Volume em Megawatts Médios (MW)
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 MW até 31/12/2006 e 800 MW a partir de 01/01/2007
BHP	01/07/2004	31/12/2017	315 MW

Esses contratos incluem o conceito de *cap and floor band* relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço limite máximo e mínimo da LME está limitado a US$ 2.773,21/ton e US$ 1.450,00/ton, respectivamente.

Para atribuir o valor justo da parte híbrida do contrato é necessário identificar os principais componentes que quantificam o montante faturado mensalmente. As principais variáveis do contrato são: a quantidade de energia vendida (MWh), o preço atribuído à LME e o valor do câmbio do período faturado.

Considerando que o prêmio está associado ao preço da *commodity* do alumínio da LME, é possível atribuir o *fair value* destes contratos. O valor da LME fechou o mês de dezembro de 2017 cotado em US$ 2.087/ton, o que representou uma variação positiva de 21,2% em relação ao valor verificado em dezembro de 2016, quando o preço da *commodity* alcançou US$ 1.772/ton.

No mesmo exercício de análise, houve uma apreciação do real em relação ao dólar com a cotação passando de R$ 3,35 para R$ 3,15. A variação positiva no preço do alumínio contribuiu com um aumento na expectativa do valor justo para os derivativos compensando a desvalorização do dólar no período.

O ganho apurado nesta operação com derivativos no exercício de 2017 é de R$ 197.458 (ganho de R$ 182.462 em 31 de dezembro de 2016) e está apresentado no resultado financeiro.

(a) Análise de sensibilidade sobre os derivativos embutidos indexados ao preço do alumínio

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de fornecimento de energia dos consumidores eletrointensivos Albras e BHP, por possuírem cláusula contratual referente ao prêmio por variação do preço do alumínio no mercado internacional.

Desta forma, foi sensibilizada para tais contratos híbridos uma variação sobre o preço do prêmio auferido, conforme tabela abaixo. Os componentes de volatilidade do prêmio basicamente são: preço do alumínio primário na LME, câmbio e CDI. Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da Companhia.

Para o cenário II (redução de 50%) o preço esperado para a tonelada de alumínio ofertada na LME fica abaixo do preço mínimo para aferição de prêmio contratual (US$ 1.450), logo o valor tende a zero, impactando na marcação a mercado do derivativo embutido.

Quanto à variação obtida entre os cenários III e IV (aumento de 25% e 50%), a grande variação apresentada refere-se à aplicação dos referidos percentuais nos valores de câmbio, preço de alumínio e CDI.

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Saldo em 31/12/2017	Cenário I (+25%) Índices e preços	Cenário II (+50%) Índices e preços
228.773	928.181	1.095.362

46.3.4 - Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações. A Companhia, através de suas controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias. No segmento de distribuição, a Companhia, através de suas controladas, faz um acompanhamento dos níveis de inadimplência através da análise das especificidades dos seus clientes.

O risco de crédito relacionado aos recebíveis de clientes (vide nota 7) está concentrado nas atividades de distribuição, no montante de R$ 1.564.755 ou 28% (R$ 2.395.918 ou 38% em 31 de dezembro de 2016) do saldo em aberto ao final do exercício de 31 de dezembro de 2017, e tendo como principal característica o alto grau de pulverização por contemplar um volume de vendas significativo a consumidores da classe residencial.

Em relação aos recebíveis de empréstimos concedidos (vide nota 8), exceto pela operação financeira com a controlada em conjunto Itaipu, cujo risco de crédito é baixo em função da inclusão dos custos dos empréstimos na tarifa de comercialização de energia da controlada em conjunto, conforme definido nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai, a concentração de risco de crédito com qualquer outra contraparte individualmente não foi superior a 5% do saldo em aberto em nenhum período.

As disponibilidades excedentes de caixa são aplicadas em fundos extramercados exclusivos, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esse fundo é composto na sua totalidade por títulos públicos custodiados na Selic, havendo exposição a risco de crédito menor em relação aos demais instrumentos.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de *rating* e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

Operações com derivativos, quando realizadas no mercado de balcão, contêm riscos de contraparte que, diante dos problemas apresentados pelas instituições financeiras em 2008 e 2009, se mostram relevantes. Com o intuito de mitigar esse risco, a Companhia instituiu uma norma sobre credenciamento de instituições financeiras para fins de realização de operações com derivativos. Esta norma define critérios em relação a porte, *rating* e expertise no mercado de derivativos, para que sejam selecionadas as instituições que poderão realizar operações com a Companhia. Atualmente, a Companhia seleciona semestralmente as 20 melhores instituições financeiras baseadas nos critérios mencionados como instituições credenciadas a efetuarem operações de derivativos com a Companhia. Além disso, a empresa desenvolveu metodologia de controle de exposição às instituições credenciadas que define limites ao volume de operações a serem realizadas com cada uma delas.

A Companhia monitora o risco de crédito de suas operações de *swap*, segundo o CPC 46 (IFRS 13), mas não contabiliza este risco de descumprimento (*non-performance*) no saldo de valor justo de cada derivativo porque, com base na exposição líquida ao risco de crédito, a Companhia pode contabilizar o seu portfólio de *swaps* dado uma transação não forçada entre as partes na data de avaliação. A Companhia considera o risco de descumprimento apenas para a análise do teste retrospectivo para cada relação designada para Contabilidade de *Hedge*.

Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a Bancos pela Controladora. A exposição máxima da Companhia corresponde ao valor máximo que a Companhia terá de pagar caso a garantia seja executada.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

46.3.5 - Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia e suas controladas são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Sistema Eletrobras por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Sistema Eletrobras deve quitar as respectivas obrigações e inclui os respectivos juros contratuais relacionados, quando aplicável.

	CONTROLADORA 31/12/2017 Fluxo de pagamento				
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
Mensurados ao Custo Amortizado	5.016.378	7.177.889	12.163.365	4.965.353	29.322.984
Fornecedores	514.752	–	–	–	514.752
Empréstimos e financiamentos	3.154.966	7.177.889	12.163.365	4.965.353	27.461.572
Obrigações de Ressarcimento	1.346.660	–	–	–	1.346.660
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	2.175	–	–	–	2.175
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.175	–	–	–	2.175

	CONTROLADORA 31/12/2016 Fluxo de pagamento				
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
Mensurados ao Custo Amortizado	8.413.214	5.029.265	17.133.821	4.345.535	34.921.834
Fornecedores	440.976	–	–	–	440.976
Empréstimos e financiamentos	6.278.929	5.029.265	17.133.821	4.345.535	32.787.549
Obrigações de Ressarcimento	1.693.309	–	–	–	1.693.309
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	6.614	–	–	–	6.614
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.614	–	–	–	6.614

	CONSOLIDADO 31/12/2017 Fluxo de pagamento				
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
Mensurados ao Custo Amortizado	19.495.221	16.848.882	20.617.858	22.863.703	79.825.663
Fornecedores	10.443.752	2.681.872	2.504.559	2.608.914	18.239.097
Empréstimos e financiamentos	7.325.949	12.521.043	17.811.981	19.856.515	57.515.487
Debêntures	183.432	287.347	–	–	470.779
Obrigações de Ressarcimento	1.392.542	1.062.634	–	–	2.455.176
Arrendamento Mercantil	145.324	290.648	290.648	351.200	1.077.820
Concessões a Pagar UBP	4.222	5.338	10.670	47.074	67.304
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	2.466	39.594	–	–	42.060
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.466	39.594	–	–	42.060

	CONSOLIDADO 31/12/2016 Fluxo de pagamento				
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
Mensurados ao Custo Amortizado	20.420.991	19.541.472	25.956.948	13.625.853	79.545.263
Fornecedores	9.659.301	3.518.140	3.487.328	2.777.352	19.442.121
Empréstimos e financiamentos	9.440.941	15.718.925	21.822.739	8.297.782	55.280.386
Debêntures	12.442	10.300	41.200	137.433	201.375
Obrigações de Ressarcimento	1.167.503	152.339	146.051	1.918.505	3.384.398
Arrendamento Mercantil	136.662	139.524	418.571	474.748	1.169.504
Concessões a Pagar UBP	4.142	2.244	41.060	20.033	67.479
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	6.946	43.685	–	–	50.631
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.946	43.685	–	–	50.631

46.4 - Derivativos embutidos relacionados a debêntures conversíveis em ações

A controlada Eletronorte firmou contrato de emissão de debêntures, em junho de 2011, e liberação de recursos a partir de 2013, junto ao Banco da Amazônia S.A. (BASA), a qual administra os recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), com a finalidade de captação de recursos para implementação de projeto.

Nesse contrato, por possuir cláusula contratual referente à possibilidade da conversão destas debêntures em ações da Companhia, a critério da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, limitados a 50% das debêntures emitidas, é possível atribuir um valor ao montante que seria atribuído a SUDAM em caso desta conversão.

Para apuração do valor, foi realizado o cálculo do *valuation* da antiga investida, na apuração do valor da sua ação, e o cálculo do valor presente do contrato, assim utilizando métricas para determinação do valor do derivativo.

O ganho apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 4.131 (ganho de R$ 36.252 em 31 de dezembro de 2016) e está apresentado na demonstração do resultado do exercício.

46.4.1 - Análise de sensibilidade

Foram realizadas análises de sensibilidade do contrato de debêntures, por possuírem cláusula contratual referente à possibilidade da conversão destas debêntures em ações da controlada Eletronorte.

Na análise a seguir foram considerados cenários para a TJLP com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para 2016 e 2017 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório FOCUS, divulgado pelo Banco Central.

Foram realizadas análises de sensibilidade para a curva de pagamento do serviço da dívida contratada com o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), por possuírem cláusula contratual referente à opção de conversibilidade em 50% em ações da companhia na data da efetiva liquidação do papel.

De acordo com o CPC 38, os contratos híbridos que tenham a eles associados elementos voláteis, sejam eles índices de preços e/ou *commodities*, devem ser marcados a mercado. Com isso, as demonstrações financeiras passam a refletir o valor justo da operação em cada data avaliada.

Desta forma, foi sensibilizada para o contrato uma variação sobre a expectativa de realização da TJLP.

Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da Companhia.

	Saldo em 31 de dezembro	Cenário I (-25%) Índices e preços	Cenário II (-50%) Índices e preços	Cenário I (+25%) Índices e preços	Cenário II (+50%) Índices e preços
2017	39.885	19.564	16.231	26.180	29.277

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: dívida conversível (empréstimo compulsório). Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal.

NOTA 47 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

As informações por segmento de negócios, correspondentes a 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, são as seguintes:

	31/12/2017							
		Geração		Transmissão				
	Administração	Regime de Exploração	Regime de O&M	Regime de Exploração	Regime de O&M	Distribuição	Eliminações	Total
Receita Operacional Líquida	215.936	18.070.002	1.843.804	1.442.175	8.684.129	9.597.517	(1.977.539)	37.876.024
Custos e Despesas Operacionais	(7.772.986)	(11.932.046)	(2.015.008)	(1.288.450)	(3.721.060)	(10.778.137)	1.932.390	(35.575.297)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(7.557.050)	6.137.956	(171.204)	153.725	4.963.069	(1.180.620)	(45.149)	2.300.727
Resultado Financeiro	1.046.195	(1.497.218)	(242.721)	(405.681)	(636.691)	(3.502.329)	45.149	(5.193.296)
Resultado de Participações Societárias	2.692.171	–	–	–	–	–	–	2.692.171
Imposto de renda e contribuição social	(1.081.294)	(188.195)	(41.453)	(47.038)	(671.048)	503.735	–	(1.525.293)
Lucro Líquido (prejuízo) do período	(4.899.978)	4.452.543	(455.378)	(298.994)	3.655.330	(4.179.214)	–	(1.725.691)

	31/12/2016							
		Geração		Transmissão				
	Administração	Regime de Exploração	Regime de O&M	Regime de Exploração	Regime de O&M	Distribuição	Eliminações	Total
Receita Operacional Líquida	177.405	15.673.574	1.626.261	1.604.010	31.939.704	11.581.936	(2.286.887)	60.316.003
Custos e Despesas Operacionais	(6.207.466)	(18.142.949)	(2.558.582)	(2.516.547)	(4.830.830)	(15.562.154)	2.343.297	(47.475.231)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(6.030.061)	(2.469.375)	(932.321)	(912.537)	27.108.874	(3.980.218)	56.410	12.840.772
Resultado Financeiro	1.019.617	(1.743.807)	(619.292)	(179.444)	306.918	(2.658.306)	(56.410)	(3.930.724)
Resultado de Participações Societárias	3.114.047	–	–	–	–	–	–	3.114.047
Imposto de renda e contribuição social	(67.593)	532.531	165.617	(167.351)	(8.974.023)	–	–	(8.510.819)
Lucro Líquido (prejuízo) do período	(1.963.990)	(3.680.651)	(1.385.996)	(1.259.332)	18.441.769	(6.638.524)	–	3.513.276

(*) A Companhia procedeu, em 31 de dezembro de 2016, com a apresentação das linhas de Resultado de Participações Societárias e Custos e Despesas Operacionais, do segmento Administração, de forma líquida de eliminações de receita de equivalência patrimonial e despesa de passivo a descoberto (de subsdiárias nas DFs individuais), respectivamente, para melhor retratar os resultados consolidados da Companhia de acordo com o IFRS 8. O mesmo procedimento foi efetuado de forma consistente para o exercício de 31 de dezembro de 2017.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

A coluna de eliminação apresenta os ajustes ocorridos entre os segmentos Companhia, conciliando os saldos divulgados por cada segmento. Os valores acima apresentados estão substancialmente relacionados ao custo de energia comprada para revenda e ao custo de encargos sobre uso da rede elétrica. As eliminações referentes a receitas e despesas com juros são apresentadas na tabela abaixo. Não existem reconciliações provenientes de diferenças de prática contábil.

Receitas e Despesas de juros por segmento:

	31/12/2017					
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Eliminações	Total
Receita de Juros	3.406.499	17.797	22.642	–	(2.615.376)	831.562
Despesa de Juros	(2.218.699)	(1.746.362)	(1.195.069)	(3.289.556)	2.692.642	(5.757.044)
Total	1.187.800	(1.728.565)	(1.172.427)	(3.289.556)	77.266	(4.925.482)

	31/12/2016					
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Eliminações	Total
Receita de Juros	3.479.762	28.623	36.498	–	(2.390.873)	1.154.010
Despesa de Juros	(2.613.556)	(1.744.244)	(1.101.056)	(3.579.897)	2.662.917	(6.375.836)
Total	866.206	(1.715.621)	(1.064.558)	(3.579.897)	272.044	(5.221.826)

Receita de consumidores externos por segmento:

	31/12/2017			
	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Suprimento (venda) de Energia Elétrica	14.698.137	–	–	14.698.137
Fornecimento de Energia Elétrica	2.554.279	–	9.467.631	12.021.910
Energia Elétrica de Curto Prazo	1.006.114	–	724.961	1.731.075
CVA e outros itens financeiros	–	–	1.441.359	1.441.359
Efeito Financeiro de Itaipu	626.135	–	–	626.135
Receita de operação e manutenção	2.198.347	3.397.820	–	5.596.167
Receita de construção	52.836	917.447	782.068	1.752.351
Financeira - Retorno do Investimento	–	1.139.816	–	1.139.816
Financeira - Retorno do Investimento - RBSE	–	4.922.827	–	4.922.827
Total da receita bruta	21.135.848	10.377.910	12.416.019	43.929.777

	31/12/2016			
	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Suprimento (venda) de Energia Elétrica	12.885.622	–	–	12.885.622
Fornecimento de Energia Elétrica	2.945.506	–	15.208.202	18.153.708
Energia Elétrica de Curto Prazo	927.183	–	314.833	1.242.016
CVA e outros itens financeiros	–	–	(339.405)	(339.405)
Efeito Financeiro de Itaipu	(346.638)	–	–	(346.638)
Receita de operação e manutenção	2.178.699	2.975.690	–	5.154.389
Receita de construção	41.316	1.174.703	1.165.611	2.381.630
Financeira - Retorno do Investimento	–	805.708	–	805.708
Financeira - Retorno do Investimento - RBSE	–	28.600.553	–	28.600.553
Total da receita bruta	18.631.688	33.556.654	16.349.241	68.537.583

Receita Intersegmento:

	31/12/2017			
	Administração	Geração	Transmissão	Total
Suprimento (venda) de Energia Elétrica do segmento de distribuição	–	648.617	–	648.617
Suprimento (venda) de Energia Elétrica do segmento de geração	–	637.414	–	637.414
Receita de Transmissão - O&M do segmento de geração	–	–	407.879	407.879
Receita de Transmissão - O&M do segmento de distribuição	–	–	116.294	116.294
Receita de juros do segmento de geração	713.620	–	–	713.620
Receita de juros do segmento de transmissão	850.747	–	–	850.747
Receita de juros do segmento de distribuição	1.051.009	–	–	1.051.009
Total	2.615.376	1.286.031	524.173	4.425.580

	31/12/2016			
	Administração	Geração	Transmissão	Total
Suprimento (venda) de Energia Elétrica do segmento de distribuição	–	1.127.914	–	1.127.914
Suprimento (venda) de Energia Elétrica do segmento de geração	–	726.513	–	726.513
Receita de Transmissão - O&M do segmento de geração	–	–	286.936	286.936
Receita de Transmissão - O&M do segmento de distribuição	–	–	123.727	123.727
Receita de juros do segmento de geração	552.746	–	–	552.746
Receita de juros do segmento de transmissão	836.583	–	–	836.583
Receita de juros do segmento de distribuição	1.001.544	–	–	1.001.544
Total	2.390.873	1.854.427	410.663	4.655.963

Adição a ativos não circulantes por segmento:

	31/12/2017				
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Imobilizado	94.615	1.977.076	–	–	2.071.691
Intangível	262.194	96.916	–	67.818	426.928
Total	356.809	2.073.992	–	67.818	2.498.619

	31/12/2016				
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Imobilizado	186.369	2.290.771	–	–	2.477.140
Intangível	58.993	54.981	500	38.073	152.547
Total	245.362	2.345.752	500	38.073	2.629.687

Ativos não circulantes por segmento:

	31/12/2017				
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Ativos não circulantes					
Imobilizado	1.697.310	25.427.101	–	841.426	27.965.837
Intangível	402.739	185.521	83.837	77.665	749.762
Total	2.100.049	25.612.622	83.837	919.091	28.715.599

	31/12/2016				
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Ativos não circulantes					
Imobilizado	1.848.030	24.065.771	–	899.124	26.812.925
Intangível	419.775	151.877	83.837	106.249	761.738
Total	2.267.805	24.217.648	83.837	1.005.373	27.574.663

Itens não-caixa por segmento:

	31/12/2017				
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Depreciação e Amortização	194.022	1.470.334	–	86.948	1.751.303
Constituição (Reversão) de Contrato Oneroso	–	(612.425)	18.102	(899.146)	(1.493.469)
Provisão p/ valor recuperação ativos (*impairment*)	213.488	1.618.759	(1.107.481)	(84.135)	640.631
Total	407.510	2.476.668	(1.089.379)	(896.333)	898.465

	31/12/2016				
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Depreciação e Amortização	201.993	1.562.407	3.510	75.875	1.843.785
Constituição (Reversão) de Contrato Oneroso	–	1.904.749	(729.564)	1.019.313	2.194.498
Provisão p/ valor recuperação ativos (*impairment*)	(1.852)	3.396.523	2.363.556	(221.165)	5.537.062
Total	200.142	6.863.679	1.637.502	874.023	9.575.346

NOTA 48 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A controladora final da Companhia é a União que detém 51% das ações ordinárias da Companhia (Vide Nota 37).

As transações da Companhia com suas subsidiárias, controladas e sociedades de propósito específico são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, quando aplicável. Dentre as principais operações ocorridas com as partes relacionadas, destacamos os empréstimos e financiamentos concedidos estabelecidos nas condições citadas e/ou de acordo com a legislação específica sobre o assunto.

		CONTROLADORA					
		31/12/2017			31/12/2016		
	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Furnas	Empréstimos e financiamentos	3.420.567	–	–	3.873.939	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	54.727	–	–	49.772	–	–
	Dividendo a receber	298.680	–	–	298.680	–	–
	Direitos de Ressarcimento (RBNI)	–	–	–	293.670	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	399.474	–	–	517.516
		3.773.974	–	399.474	4.516.062	–	517.516
CHESF	Empréstimos e financiamentos	839.159	–	–	698.716	–	–
	Dividendo a receber	30.471	–	–	–	–	–
	Direitos de Ressarcimento (RBNI)	–	–	–	157.278	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	124.440	–	–	28.760
		869.630	–	124.440	855.995	–	28.760
Eletronorte	Empréstimos e financiamentos	2.233.824	–	–	2.758.547	–	–
	Dividendo a receber	1.099.896	–	–	18	–	–
	Outros Ativos	1.515.998	–	–	1.459.757	–	–
	Direitos de Ressarcimento (RBNI)	–	–	–	82.409	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	262.327	–	–	205.791
		4.849.718	–	262.327	4.300.731	–	205.791
Eletrosul	Empréstimos e financiamentos	933.787	–	–	2.295.669	–	–
	Dividendo a receber	81.408	–	–	89.755	–	–
	Direitos de Ressarcimento (RBNI)	–	–	–	92.697	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	273.358	–	–	257.685
		1.015.195	–	273.358	2.478.121	–	257.685

continua

continuação

		CONTROLADORA					
		31/12/2017			31/12/2016		
	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
CGTEE	Empréstimos e financiamentos	3.076.311	–	–	2.672.509	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	781.789	–	–	483.858	–	–
	Dividendo a receber	91.550	–	–	83.273	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	492.354	–	–	392.164
		3.949.650	–	492.354	3.239.639	–	392.164
Eletronuclear	Empréstimos e financiamentos	1.679.790	–	–	1.591.566	–	–
	Outros passivos	–	661.567	–	–	525.977	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	171.944	–	–	177.166
		1.679.790	661.567	171.944	1.591.566	525.977	177.166
ED Alagoas	Empréstimos e financiamentos	1.776.678	–	–	1.457.930	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	180.142	–	–	159.155	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	223.941	–	–	190.526
		1.956.820	–	223.941	1.617.085	–	190.526
ED Piauí	Empréstimos e financiamentos	2.016.396	–	–	1.639.734	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	346.357	–	–	295.402	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	275.884	–	–	213.157
		2.362.752	–	275.884	1.935.136	–	213.157
Amazonas D	Empréstimos e financiamentos	2.595.084	–	–	1.991.981	–	–
	Outros ativos	12.985	–	–	12.635	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	129.189	–	–	117.446	–	–
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	–	–	451.610	–	–	385.220
		2.737.259	–	451.610	2.122.062	–	385.220
Amazonas Energia - GT	Empréstimos e financiamentos	2.011.696	–	–	1.767.488	–	–
	Outros ativos	545.928	–	–	531.198	–	–
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	–	–	128.138	–	–	103.721
		2.557.624	–	128.138	2.298.686	–	103.721
ED Rondônia	Empréstimos e financiamentos	1.178.796	–	–	965.389	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	127.527	–	–	115.197
		1.178.796	–	127.527	965.389	–	115.197
Eletropar	Dividendo a receber	7.797	–	–	–	–	–
		7.797	–	–	–	–	–
Eletroacre	Empréstimos e financiamentos	442.788	–	–	370.511	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	77.115	–	–	69.462	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	50.243	–	–	47.385
		519.903	–	50.243	439.973	–	47.385
ED Roraima	Empréstimos e financiamentos	190.280	–	–	115.692	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	89.975	–	–	80.089	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	29.976	–	–	9.586
		280.255	–	29.976	195.781	–	9.586
Itaipu	Empréstimos e financiamentos	8.699.591	–	–	10.770.787	–	–
	Dividendo a receber	1.654	–	–	4.314	–	–
	Despesas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	(828.011)	–	–	(1.417.999)
		8.701.245	–	(828.011)	10.775.100	–	(1.417.999)
Poder Público Federal	Obrigações de Ressarcimento (RBNI)	–	–	–	–	700.582	–
		–	–	–	–	700.582	–
Poder Público Federal - BNDES	Empréstimos e Financimentos a Pagar	–	615.927	–	–	3.306.546	–
		–	615.927	–	–	3.306.546	–
Poder Público Federal - Banco do Brasil	Empréstimos e Financimentos a Pagar	–	3.213.942	–	–	1.033.411	–
		–	3.213.942	–	–	1.033.411	–
Poder Público Federal - Caixa Econômica federal	Empréstimos e Financimentos a Pagar	–	2.008.713	–	–	3.621.415	–
		–	2.008.713	–	–	3.621.415	–
Poder Público Federal - Reserva Global de Reversão	Empréstimos e Financimentos a Pagar	–	6.753.140	–	–	6.647.839	–
		–	6.753.140	–	–	6.647.839	–
Tesouro Nacional	Obrigações de ressarcimento - Itaipu	–	2.598.348	–	–	2.705.947	–
		–	2.598.348	–	–	2.705.947	–
Eletros	Contribuições a pagar - patrocinador	–	28.830	–	–	31.059	–
	Provisões	–	578.666	–	–	394.035	–
	Contribuições patrocinador	–	–	(34.265)	–	–	(33.156)
	Taxas	–	–	(3.462)	–	–	(2.644)
		–	607.496	(37.726)	–	425.094	(35.800)
CEEE-GT	Direitos de Ressarcimento (RBNI)	–	–	–	15.039	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	–	–	–	85
		–	–	–	15.039	–	85
Energisa MT	Empréstimos e financiamentos	–	–	–	264.723	–	–
	Dividendo a receber	3.039	–	–	396	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	10.333	–	–	29.002
		3.039	–	10.333	265.119	–	29.002

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

		CONTROLADORA					
		31/12/2017			31/12/2016		
	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
EMAE	Dividendo a receber	12.753	–	–	6.213	–	–
		12.753	–	–	6.213	–	–
CTEEP	Empréstimos e financiamentos	111	–	–	154	–	–
	Direitos de Ressarcimento (RBNI)	–	–	–	39.114	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	10	–	–	17
		111	–	10	39.268	–	17
CEMAR	Empréstimos e financiamentos	132.001	–	–	217.676	–	–
	Dividendo a receber	30.962	–	–	25.506	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	6.036	–	–	20.359
		162.963	–	6.036	243.182	–	20.359
Lajeado Energia	Dividendo a receber	55.896	–	–	9.692	–	–
		55.896	–	–	9.692	–	–
CEB Lajeado	Dividendo a receber	9.800	–	–	–	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	–	–	–	672
		9.800	–	–	–	–	672
Paulista Lajeado	Dividendo a receber	2.666	–	–	1.210	–	–
		2.666	–	–	1.210	–	–
CEEE-D	Empréstimos e financiamentos	20.222	–	–	24.368	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	1.521	–	–	1.854
		20.222	–	1.521	24.368	–	1.854

		CONSOLIDADO					
		31/12/2017			31/12/2016		
	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Poder Público Federal	Clientes	22.673	–	–	2.245	–	–
	Outros Ativos	3.300	–	–	1.991	–	–
	Fornecedores (BR Distribuidora)	–	5.108.628	–	–	5.937.476	–
	Obrigações de Ressarcimento (RBNI)	–	–	–	–	700.582	–
	Outras receitas	–	–	124.444	–	–	51.403
		25.973	5.108.628	124.444	4.236	6.638.058	51.403
Poder Público Federal - BNDES	Empréstimos e Financiamentos a Pagar	–	8.738.156	–	–	10.647.232	–
		–	8.738.156	–	–	10.647.232	–
Poder Público Federal - Banco da Amazônia	Empréstimos e Financiamentos a Pagar	–	566.038	–	–	647.787	–
		–	566.038	–	–	647.787	–
Poder Público Federal - Banco do Brasil	Empréstimos e Financiamentos a Pagar	–	5.184.096	–	–	3.108.658	–
		–	5.184.096	–	–	3.108.658	–
Poder Público Federal - Caixa Econômica federal	Empréstimos e Financiamentos a Pagar	–	9.320.284	–	–	10.432.241	–
		–	9.320.284	–	–	10.432.241	–
Poder Público Federal - FIDC	Empréstimos e Financiamentos a Pagar	–	666.401	–	–	–	–
		–	666.401	–	–	–	–
Poder Público Federal - Reserva Global de Reversão	Empréstimos e Financiamentos a Pagar	–	7.420.021	–	–	6.647.839	–
		–	7.420.021	–	–	6.647.839	–
Tesouro Nacional	Obrigações de ressarcimento - Itaipu	–	2.598.348	–	–	2.705.947	–
		–	2.598.348	–	–	2.705.947	–
Norte Brasil Transmissora	Clientes	–	–	–	203	–	–
	Outros ativos	122	–	–	–	–	–
	Outros passivos	–	992	–	–	1.538	–
	Receita de prestação de serviços	–	–	1.098	–	–	1.035
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(12.067)	–	–	(14.267)
		122	992	(10.969)	203	1.538	(13.232)
ETAU	Outras contas a receber	40	–	–	10	–	–
	JCP / Dividendos a receber	3.163	–	–	5.616	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	1.001	–	–	928
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(37)	–	–	(43)
		3.203	–	964	5.626	–	885
ESBR	Clientes	14.846	–	–	9.487	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	734.400	–	–	535.200	–	–
	Fornecedores	–	–	–	–	17.630	–
	Energia comprada para revenda	–	19.660	–	–	17.206	–
	Receita de prestação de serviço	–	–	54.824	–	–	–
	Despesa Energia comprada	–	–	(402.578)	–	–	(399.299)
	Receita de uso de Energia Elétrica	–	–	–	–	–	48.206
	Outras Receitas	–	–	3.677	–	–	7.369
	Outras Despesas	–	–	–	–	–	(15.484)
		749.246	19.660	(344.077)	544.687	34.836	(359.208)

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

		CONSOLIDADO					
		31/12/2017			31/12/2016		
	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Costa Oeste	Dividendos / JCP a receber	–	–	–	300	–	–
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(9)	–	–	(12)
		–	–	(9)	300	–	(12)
TSBE - Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	Receitas de prestação de serviços	–	–	3.626	–	–	2.736
	Outras receitas	–	–	90	–	–	83
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(67)	–	–	(82)
		–	–	3.649	–	–	2.737
Marumbi	Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	880	–	–
	Dividendos / JCP a receber	–	–	–	961	–	–
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(19)	–	–	(23)
		–	–	(19)	1.841	–	(23)
TDG	Contas a receber	231	–	–	225	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	101.000	–	–	101.000	–	–
	Fornecedores	–	–	–	–	115	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	2.715	–	–	2.688
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(1.155)	–	–	(1.432)
		101.231	–	1.560	101.225	115	1.256
Manaus Transmissão	Dividendos / JCP a receber	1.993	–	–	3.934	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	415	–	–	415	–	–
	Outros ativos	1.067	–	–	1.067	–	–
	Fornecedores	–	–	–	–	1.994	–
	Outros passivos	–	597	–	–	–	–
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(15.387)	–	–	(1.679)
		3.475	597	(15.387)	5.416	1.994	(1.679)
Madeira Energia	Outras contas a receber	358.084	–	–	359.959	–	–
	Receitas Financeiras	–	–	5.693	–	–	55.759
	Outras despesas	–	–	(220.105)	–	–	–
	Despesas Financeiras	–	–	(7.568)	–	–	–
		358.084	–	(221.980)	359.959	–	55.759
IE Madeira	Dividendos / JCP a receber	20.737	–	–	30.630	–	–
	Fornecedores	–	1.327	–	–	1.547	–
	Contas a pagar	–	411	–	–	335	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	513	–	–	199
	Outras despesas (receitas)	–	–	(3.621)	–	–	–
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(41.016)	–	–	(51.903)
		20.737	1.738	(44.124)	30.630	1.882	(51.704)
Manaus Construção	Dividendos / JCP a receber	9.229	–	–	9.178	–	–
		9.229	–	–	9.178	–	–
STN	Contas a receber	309	–	–	304	–	–
	Dividendos / JCP a receber	7.839	–	–	8.974	–	–
	Fornecedores	–	–	–	–	842	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	3.690	–	–	3.503
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(8.267)	–	–	(9.887)
		8.148	–	(4.577)	9.278	842	(6.384)
INTESA - Integração Transmissora de Energia S.A.	Dividendos / JCP a receber	1.241	–	–	1.172	–	–
	Clientes	–	–	–	548	–	–
	Outros ativos	371	–	–	–	–	–
	Fornecedores	–	–	–	–	1.577	–
	Outros passivos	–	397	–	–	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	4.916	–	–	–
	Outras receitas	–	–	–	–	–	4.154
	Outras despesas	–	–	–	–	–	(6.300)
	Despesa Energia comprada	–	–	(123.710)	–	–	–
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(11.501)	–	–	(7.719)
		1.612	397	(130.295)	1.720	1.577	(9.865)
EAPSA - Energética Águas da Pedra S.A.	Clientes	317	–	–	190	–	–
	Dividendos / JCP a receber	4.675	–	–	4.743	–	–
	Outros ativos	193	–	–	–	–	–
	Receita de uso da rede elétrica	–	–	2.124	–	–	197
		5.185	–	2.124	4.933	–	197
Sete Gameleiras	Clientes	15	–	–	9	–	–
	Dividendos / JCP a receber	1.290	–	–	293	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	66	–	–	–
		1.305	–	66	302	–	–
S. Pedro do Lago	Clientes	15	–	–	9	–	–
	Outras contas a receber	–	–	–	31	–	–
	Dividendos / JCP a receber	1.290	–	–	341	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	66	–	–	341
		1.305	–	66	381	–	341
Pedra Branca	Clientes	15	–	–	9	–	–
	Contas a Receber	33	–	–	–	–	–
	Dividendos / JCP a receber	2.035	–	–	757	–	–
		2.083	–	–	766	–	–

continua

continuação

		CONSOLIDADO					
		31/12/2017			31/12/2016		
	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Brasventos Miassaba	Clientes	177	–	–	89	–	–
	Dividendos / JCP a receber	1.312	–	–	–	–	–
	Outros ativos	93	–	–	75	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	17	–	–	–
	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	2.045	–	–	1.415
		1.582	–	2.062	164	–	1.415
Brasventos Eolo	Clientes	151	–	–	76	–	–
	Dividendos / JCP a receber	73	–	–	–	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	316	–	–
	Outros ativos	80	–	–	64	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	16	–	–	–
	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	1.747	–	–	666
	Outras receitas	–	–	–	–	–	540
		304	–	1.763	456	–	1.206
Enerpeixe	Clientes	590	–	–	285	–	–
	Dividendos / JCP a receber	15.878	–	–	26.446	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	27	–	–	379
	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	4.053	–	–	2.475
		16.468	–	4.080	26.731	–	2.854
Transleste	Dividendos / JCP a receber	1.250	–	–	282	–	–
	Fornecedores	–	122	–	–	179	–
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(1.376)	–	–	(1.544)
		1.250	122	(1.376)	282	179	(1.544)
Transudeste	Clientes	16	–	–	15	–	–
	Outras Contas a receber	15	–	–	14	–	–
	Dividendos / JCP a receber	979	–	–	1.256	–	–
	Fornecedores	–	75	–	–	111	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	180	–	–	169
	Outras Receitas	–	–	193	–	–	182
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(854)	–	–	(976)
		1.010	75	(481)	1.285	111	(625)
Transirape	Dividendos / JCP a receber	1.413	–	–	678	–	–
	Fornecedores	–	73	–	–	111	–
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(851)	–	–	(885)
		1.413	73	(851)	678	111	(885)
Centroeste	Outras Contas a Receber	66	–	–	62	–	–
	Dividendos / JCP a receber	1.154	–	–	59	–	–
	Fornecedores	–	40	–	–	58	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	855	–	–	894
	Outras receitas	–	–	103	–	–	97
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(578)	–	–	(672)
		1.220	40	380	121	58	319
Baguari	Clientes	50	–	–	23	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	315	–	–	316	–	–
	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	348	–	–	212
		365	–	348	339	–	212
Retiro Baixo	Dividendos / JCP a receber	2.535	–	–	2.107	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	1.225	–	–	1.225	–	–
		3.760	–	–	3.332	–	–
Serra Facão Energia	Outras contas a Receber	101	–	–	–	–	–
	Dividendos / JCP a receber	–	–	–	80	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	190	–	–	142
	Receita de venda de energia	–	–	2.901	–	–	–
	Outras despesas	–	–	–	–	–	(20)
		101	–	3.091	80	–	122
Chapecoense	Outras Contas a receber	740	–	–	740	–	–
	Dividendos / JCP a receber	25.674	–	–	24.625	–	–
		26.414	–	–	25.365	–	–
INAMBARI	Outras receitas (despesas)	–	–	41	–	–	34
		–	–	41	–	–	34
Transenergia Renovável	Dividendos / JCP a receber	6.851	–	–	14.762	–	–
	Fornecedores	–	45	–	–	64	–
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(644)	–	–	(723)
	Outras Despesas	–	–	(43.686)	–	–	(1)
		6.851	45	(44.330)	14.762	64	(724)
MGE Transmissão	Clientes	16	–	–	16	–	–
	Outras contas a receber	–	–	–	161	–	–
	Dividendos / JCP a receber	7.576	–	–	6.547	–	–
	Fornecedores	–	84	–	–	113	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	–	–	–	1.679
	Outras receitas	–	–	194	–	–	183
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(1.176)	–	–	(1.393)
	Outras Despesas	–	–	(161)	–	–	(6)
		7.592	84	(1.143)	6.724	113	463

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

		CONSOLIDADO					
		31/12/2017			31/12/2016		
	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Goiás Transmissão	Outras contas a receber	–	–	–	254	–	–
	Dividendos / JCP a receber	22.030	–	–	17.936	–	–
	Fornecedores	–	138	–	–	192	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	35	–	–	3.258
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(1.963)	–	–	(2.340)
	Outras despesas	–	–	(54.640)	–	–	(9)
		22.030	138	(56.568)	18.190	192	909
Trans. São Paulo	Dividendos / JCP a receber	848	–	–	2.557	–	–
	Fornecedores	–	37	–	–	39	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	40	–	–	1.701
	Outras receitas	–	–	–	–	–	198
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(305)	–	–	(336)
		848	37	(265)	2.557	39	1.563
Caldas Novas	Clientes	16	–	–	15	–	–
	Outras contas a receber	38	–	–	–	–	–
	Dividendos / JCP a receber	3.626	–	–	1.038	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	721	–	–	891
	Outras receitas	–	–	187	–	–	175
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(30)	–	–	(36)
		3.680	–	878	1.053	–	1.030
IE Garanhuns	Dividendos / JCP a receber	–	–	–	9.891	–	–
	Fornecedores	–	–	–	–	529	–
	Receita de prestação de serviços	–	–	482	–	–	445
		–	–	482	9.891	529	445
Luziânia Niquelândia Transmissora	Fornecedores	–	10	–	–	16	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	361	–	–	616
	Outras receitas	–	–	85	–	–	80
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(154)	–	–	(197)
		–	10	292	–	16	499
TLSE - Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	87.394	–	–
	Fornecedores	–	6	–	–	11	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	980	–	–	812
	Outras Receitas	–	–	33	–	–	41
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(106)	–	–	(131)
		–	6	907	87.394	11	722
Norte Energia (Belo Monte)	Clientes	5.326	–	–	3.965	–	–
	Outros ativos	8.959	–	–	–	–	–
	Dividendos / JCP a receber	3.954	–	–	–	–	–
	Outros Passivos	–	1.030	–	–	–	–
	Receita de Prestação de Serviços	–	–	69.073	–	–	–
	Outras Depesas	–	–	11.639	–	–	–
	Receita de uso da rede elétrica	–	–	25.796	–	–	–
	Outras receitas	–	–	–	–	–	57.119
		18.239	1.030	106.508	3.965	–	57.119
AETE	Outros ativos	190	–	–	191	–	–
	Fornecedores	–	–	–	–	175	–
	Outros passivos	–	109	–	–	–	–
	Receita de Prestação de Serviços	–	–	2.544	–	–	2.533
	Receita Financeira	–	–	325	–	–	–
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(1.793)	–	–	–
	Outras Despesas	–	–	–	–	–	2.124
		190	109	1.076	191	175	4.657
Brasnorte	Outros ativos	–	–	–	855	–	–
	Fornecedores	–	–	–	–	99	–
	Outros passivos	–	61	–	–	–	–
	Outras Despesas	–	–	–	–	–	(1.177)
	Receita de prestação de serviços	–	–	159	–	–	–
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(999)	–	–	–
		–	61	(840)	855	99	(1.177)
TME - Transmissora Matogrossense de Energia	Clientes	–	–	–	22	–	–
	Outros ativos	11	–	–	–	–	–
	Fornecedores	–	–	–	–	239	–
	Outros passivos	–	179	–	–	–	–
	Receita de prestação de serviços	–	–	794	–	–	–
	Outras Despesas	–	–	–	–	–	(21)
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(2.084)	–	–	–
		11	179	(1.290)	22	239	(21)
Transnorte	Clientes	–	–	–	66	–	–
	Outros ativos	57	–	–	–	–	–
	Fornecedores	–	–	–	–	36	–
	Receita de prestação de serviços	–	–	681	–	–	–
	Outras Despesas	–	–	–	–	–	(333)
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(241)	–	–	–
		57	–	440	66	36	(333)

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

		CONSOLIDADO					
		31/12/2017			31/12/2016		
	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
CTEEP	Empréstimos e financiamentos	111	–	–	154	–	–
	Dividendos / JCP a receber	–	–	–	1.630	–	–
	Outros ativos	–	–	–	641	–	–
	Direitos de Ressarcimento (RBNI)	–	–	–	39.114	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	10	–	–	17
		111	–	10	41.539	–	17
EMAE	Dividendos / JCP a receber	12.753	–	–	6.213	–	–
	Outras despesas	–	–	–	–	–	(227)
		12.753	–	–	6.213	–	(227)
Triângulo Mineiro Trans. S.A.	Outras contas a receber	11	–	–	11	–	–
	Fornecedores	–	(68)	–	–	–	–
	Outras contas a pagar	–	(27)	–	–	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	–	–	–	198
	Outras Despesas	–	–	(41.161)	–	–	–
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(1.422)	–	–	–
		11	(95)	(42.583)	11	–	198
CEPEL	Despesas Operacionais	–	–	(3.376)	–	–	(12.670)
		–	–	(3.376)	–	–	(12.670)
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	Dividendos / JCP a receber	7.093	–	–	–	–	–
	AFAC	2.082	–	–	–	–	–
	Fornecedores	–	405	–	–	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	–	–	–	667
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(3.479)	–	–	(527)
		9.175	405	(3.479)	–	–	140
Fronteira Oeste (FOTE)	Outras Contas a Receber	90	–	–	1.822	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	37.467	–	–	16.144	–	–
	Receitas de prestação de serviço	–	–	596	–	–	777
	Outras Receitas	–	–	51	–	–	15
		37.557	–	647	17.966	–	792
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	Clientes	95	–	–	12	–	–
	Outras contas a receber	337	–	–	389	–	–
	Fornecedores	–	28	–	–	7	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	1.322	–	–	760
	Outras receitas	–	–	307	–	–	515
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(236)	–	–	(53)
		432	28	1.393	401	7	1.222
MATA DE SANTA GENEBRA	Dividendos / JCP a receber	3.251	–	–	–	–	–
		3.251	–	–	–	–	–
Lagoa Azul Transmissora	Dividendos / JCP a receber	249	–	–	–	–	–
	Fornecedores	–	10	–	–	27	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	24	–	–	368
	Outras receitas	–	–	–	–	–	106
	Encargos de Uso da Rede	–	–	(153)	–	–	(53)
		249	10	(129)	–	27	421
Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis	Adiantamento para futuro aumento de capital	72.814	–	–	67.130	–	–
	Outras Provisões	–	633	–	–	–	–
		72.814	633	–	67.130	–	–
Belo Monte Transmissora SPE S.A.	Outras Contas a Receber	553	–	–	553	–	–
	Fornecedores	–	1.019	–	–	–	–
	Outros Ativos	–	–	–	584	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	2.882	–	–	–
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(1.019)	–	–	–
	Despesas Financeiras	–	–	(961)	–	–	(288)
		553	1.019	902	1.137	–	(288)
Itaipu	Empréstimos e financiamentos	8.699.591	–	–	10.770.787	–	–
	Dividendos / JCP a receber	1.654	–	–	4.314	–	1.952
	Despesas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	(828.011)	–	–	(1.417.999)
		8.701.245	–	(828.011)	10.775.100	–	(1.416.047)
Santo Antônio Energia	Clientes	33.525	–	–	12.289	–	–
	Outras contas a receber	682	–	–	748	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	17	–	–	3.240
	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	116.086	–	–	60.653
	Receitas financeiras	–	–	–	–	–	26.747
	Receita Venda de Energia Elétrica	–	–	76.373	–	–	72.051
	Outras Despesas	–	–	(211)	–	–	(723)
		34.207	–	192.265	13.037	–	161.968
Eletros	Contribuições a pagar - patrocinador	–	28.830	–	–	31.059	–
	Provisões	–	578.666	–	–	394.035	–
	Contribuições patrocinador	–	–	(34.265)	–	–	(33.156)
	Taxas	–	–	(3.462)	–	–	(2.644)
		–	607.496	(37.726)	–	425.094	(35.800)

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

		CONSOLIDADO					
		31/12/2017			31/12/2016		
	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
CEEE-GT	Direitos de Ressarcimento (RBNI)	–	–	–	15.039	–	–
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	–	–	–	–	–	85
		–	–	–	15.039	–	85
Energisa MT	Empréstimos e financiamentos	–	–	–	264.723	–	–
	Dividendos / JCP a receber	3.039	–	–	396	–	–
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	–	–	10.333	–	–	29.002
		3.039	–	10.333	265.119	–	29.002
CEMAR	Empréstimos e financiamentos	132.001	–	–	217.676	–	–
	Dividendos / JCP a receber	30.962	–	–	25.506	–	–
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	–	–	6.036	–	–	20.359
		162.963	–	6.036	243.182	–	20.359
Lajeado Energia	Dividendos / JCP a receber	55.896	–	–	9.692	–	–
		55.896	–	–	9.692	–	–
CEB Lajeado	Dividendos / JCP a receber	9.800	–	–	–	–	–
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	–	–	–	–	–	672
		9.800	–	–	–	–	672
Paulista Lajeado	Dividendos / JCP a receber	2.666	–	–	1.210	–	–
		2.666	–	–	1.210	–	–
CEEE-D	Empréstimos e financiamentos	20.222	–	–	24.368	–	–
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	–	–	1.521	–	–	1.854
		20.222	–	1.521	24.368	–	1.854
CELG Geração e Transmissão - CELG GT	Direitos de Ressarcimento (RBNI)	–	–	–	6.809	–	–
		–	–	–	6.809	–	–
Foz do Chapecó	Clientes	923	–	–	456	–	–
	Outras contas a receber	–	–	–	123	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	197	–	–	258
	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	8.473	–	–	5.209
		923	–	8.670	579	–	5.467
Tijoa Participações e Investimentos S.A.	Clientes	1.023	–	–	385	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	1.508	–	–	–
	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	8.036	–	–	4.319
	Outras receitas	–	–	104	–	–	–
		1.023	–	9.648	385	–	4.319
CSE Centro de Soluções Estratégicas S.A.	Outras contas a receber	144	–	–	–	–	–
	Outras receitas	–	–	144	–	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	272	–	–	–
		144	–	416	–	–	–
Empresa de Energia São Manoel S.A.	Outras contas a receber	15	–	–	–	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	3.052	–	–	5.874
	Outras despesas	–	–	(277.832)	–	–	–
		15	–	(274.780)	–	–	5.874
Energia Olímpica S.A.	Dividendos / JCP a receber	428	–	–	–	–	–
		428	–	–	–	–	–
Teles Pires Participações	Despesas Financeiras	–	–	–	–	–	(851)
	Outras Despesas	–	–	156.027	–	–	–
		–	–	156.027	–	–	(851)
Cia Hidrel Teles Pires	Clientes	6.972	–	–	4.560	–	–
	Fornecedores	–	11.422	–	–	(531)	–
	Contas a pagar	–	–	–	–	6.704	–
	Energia Comprada para Revenda	–	111.578	–	–	7.685	(128.858)
	Receita de venda de energia elétrica	–	–	5.205	–	–	–
	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	52.789	–	–	36.105
	Outras receitas	–	–	5.205	–	–	–
		6.972	123.000	63.199	4.560	13.858	(92.753)
Vamcruz Participações S.A.	Dividendos / JCP a receber	1.382	–	–	–	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	9.800	–	–	43.099	–	–
		11.182	–	–	43.099	–	–
Rei dos Ventos	Outros ativos	82	–	–	–	–	–
	Receita de prestação de serviços	–	–	16	–	–	–
	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	700	–	–	1
		82	–	716	–	–	1
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	Clientes	156	–	–	78	–	–
	Dividendos / JCP a receber	364	–	–	–	–	–
	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	1.096	–	–	685
		520	–	1.096	78	–	685
CHAPADA DO PIAUÍ I S.A.	Contas a receber	–	–	–	21	–	–
	Outros ativos	–	–	–	492	–	–
		–	–	–	513	–	–

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

		CONSOLIDADO					
		31/12/2017			31/12/2016		
	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	9.442	–	–
		–	–	–	9.442	–	–
Chapada do Piauí II Holding S.A.	Clientes	–	–	–	29	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	35.213	–	–
		–	–	–	35.242	–	–
BARAÚNAS I	Clientes	13	–	–	–	–	–
	Dividendos / JCP a receber	26	–	–	26	–	–
	Dividendos	–	–	–	–	–	–
		39	–	–	26	–	–
Baraúnas II	Clientes	–	–	–	–	–	–
	Energia comprada para revenda	–	–	(6.625)	–	–	–
		–	–	(6.625)	–	–	–
MUSSAMBÊ	Dividendos / JCP a receber	143	–	–	143	–	–
		143	–	–	143	–	–
MORRO BRANCO I	Dividendos / JCP a receber	62	–	–	62	–	–
		62	–	–	62	–	–
Brasil Ventos Energia S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	(4.797)	–	–	–	–	–
		(4.797)	–	–	–	–	–
Centrais Eólica Famosa I S.A.	Outras Despesas	–	582	–	–	–	–
	Outras Receitas	–	–	53	–	–	–
		–	582	53	–	–	–
Centrais Eólica Pau Brasil S.A.	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	328	–	–	–
	Outras Despesas	–	–	(226)	–	–	–
	Outras Receitas	–	–	388	–	–	–
		–	–	490	–	–	–
Centrais Eólica São Paulo S.A.	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	383	–	–	–
	Outras Despesas	–	–	(143)	–	–	–
	Outras Receitas	–	–	453	–	–	–
		–	–	693	–	–	–
Centrais Eólica Rosada S.A.	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	661	–	–	–
	Outras Despesas	–	–	(515)	–	–	–
	Outras Receitas	–	–	776	–	–	–
		–	–	922	–	–	–
Panaú I Eólica S.A.	Outras Despesas	–	–	(3.730)	–	–	–
	Outras Receitas	–	–	679	–	–	–
		–	–	(3.051)	–	–	–
Carnaúba I Eólica S.A.	Outras Despesas	–	–	(3.281)	–	–	–
	Outras Receitas	–	–	622	–	–	–
		–	–	(2.659)	–	–	–
Carnaúba II Eólica S.A.	Outras Despesas	–	–	(2.352)	–	–	–
	Outras Receitas	–	–	509	–	–	–
		–	–	(1.843)	–	–	–
Carnaúba III Eólica S.A.	Outras Despesas	–	–	(2.375)	–	–	–
	Outras Receitas	–	–	452	–	–	–
		–	–	(1.923)	–	–	–
Carnaúba V Eólica S.A.	Outras Provisões	–	–	–	–	–	–
	Outras Despesas	–	–	(3.232)	–	–	–
	Outras Receitas	–	–	679	–	–	–
		–	–	(2.553)	–	–	–
Cervantes I Eólica S.A.	Outras Despesas	–	–	(2.386)	–	–	–
	Outras Receitas	–	–	452	–	–	–
		–	–	(1.934)	–	–	–
Cervantes II Eólica S.A.	Outras Despesas	–	–	(1.837)			
	Outras Receitas	–	–	339	–	–	–
		–	–	(1.498)	–	–	–
Bom Jesus Eólica S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	49	–	–	–	–	–
	Outras Despesas	–	–	(143)	–	–	–
	Outras Receitas	–	–	509	–	–	–
		49	–	366	–	–	–
Cachoeira Eólica S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	49	–	–	–	–	–
	Outras Despesas	–	–	(469)	–	–	–
	Outras Receitas	–	–	340	–	–	–
		49	–	(129)	–	–	–

continua

continuação

		CONSOLIDADO					
		31/12/2017			31/12/2016		
	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Pitimbu Eólica S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	49	–	–			
	Outras Despesas	–	–	(889)	–	–	–
	Outras Receitas	–	–	509	–	–	–
		49	–	(380)	–	–	–
São Caetano Eólica S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	49	–	–			
	Outras Despesas	–	–	(227)	–	–	–
	Outras Receitas	–	–	713	–	–	–
		49	–	486	–	–	–
São Caetano I Eólica S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	49	–	–			
	Outras Despesas	–	–	(111)	–	–	–
	Outras Receitas	–	–	509	–	–	–
		49	–	398	–	–	–
São Galvão Eólica S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	74	–	–			
	Outras Despesas	–	–	(394)	–	–	–
	Outras Receitas	–	–	623	–	–	–
		74	–	229	–	–	–
Banda de Couro	Clientes	12	–	–	–	–	–
	Energia comprada para revenda	–	–	(8.102)	–	–	–
		12	–	(8.102)	–	–	–
Eólica Ibirapuitã S.A.	Outros ativos	25	–	–	–	–	–
		25	–	–	–	–	–
Energia dos Ventos V	Adiantamento para futuro aumento de capital	4.910	–	–	–	–	–
	Outras Provisões	–	12.996	–	–	–	–
		4.910	12.996	–	–	–	–
Energia dos Ventos VI	Adiantamento para futuro aumento de capital	7.249	–	–	–	–	–
	Outras Provisões	–	17.936	–	–	–	–
		7.249	17.936	–	–	–	–
Energia dos Ventos VII	Adiantamento para futuro aumento de capital	7.249	–	–	–	–	–
	Outras Provisões	–	18.201	–	–	–	–
		7.249	18.201	–	–	–	–
Energia dos Ventos VIII	Adiantamento para futuro aumento de capital	4.910	–	–	–	–	–
	Outras Provisões	–	12.680	–	–	–	–
		4.910	12.680	–	–	–	–
Energia dos Ventos IX	Adiantamento para futuro aumento de capital	4.910	–	–	–	–	–
	Outras Provisões	–	12.929	–	–	–	–
		4.910	12.929	–	–	–	–

NOTA 49 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE

A remuneração do pessoal chave da Companhia (diretores e conselheiros) é como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	5.445	6.282	37.692	40.228
Salários e encargos sociais	1.818	1.764	7.907	8.006
Outros	2.115	848	5.085	4.045
	9.378	8.893	50.685	52.279

As rescisões decorrentes do Plano de demissão voluntária de empregados que ocupam cargo na Diretoria Executiva foram registradas em despesa de pessoal (Vide nota 41).

NOTA 50 - EVENTOS SUBSEQUENTES

50.1 - Aportes de capital nas sociedades investidas da controlada Eletrosul

SPE	Evento	Valor
Fronteira Oeste	AFAC	2.550
Paraíso	AFAC	65
		2.615

50.2 - Resolução número 20 do Conselho do Programa de Parcerias de Investimento da Presidência da República (CPPI)

Em 08 de novembro de 2017 o Conselho do Programa de Parcerias de Investimento da Presidência da República (CPPI) aprovou a Resolução nº 20 que lista as condições mínimas e preços para alienação pela Eletrobras das ações representativas da sua participação acionária no capital social das empresas Companhia Energética de Alagoas, Companhia Energética do Piauí, Companhia de Eletricidade do Acre, Amazonas Distribuidora de Energia S.A., Boa Vista Energia S.A. e Centrais Elétricas de Rondônia S.A.

Em 8 de fevereiro de 2018 a 170ª Assembleia Geral Extraordinária avaliou a modelagem de privatização prevista na resolução nº 20 do CPPI e aprovou a venda das ações das distribuidoras e assunção dos direitos e obrigações pela Eletrobras da CCC e CDE. Maior detalhamento destas aprovações está demonstrado na nota explicativa 2.

50.3 - Alienação de parte das ações da coligada Energisa Mato Grosso S.A ("Energisa MT").

Em 15 de janeiro de 2018 o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou a alienação de parte das ações na coligada Energisa MT através da OPA - Oferta Pública voluntária para Aquisição de ações ordinárias e preferenciais.

A Eletrobras fará adesão à OPA para alienar o equivalente a cerca de 55,42% das ações ordinárias e 69,14% das ações preferenciais, permitindo o recebimento de R$ 276.181 pela venda.

Em 2 de fevereiro de 2018 a Eletrobras realizou outra alienação de parte de suas ações preferenciais na coligada Energisa MT permitindo que a Companhia receba R$ 88.503 pela venda.

50.4 - Despacho ANEEL 129

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") no uso de suas atribuições regimentais decidiu através do Despacho Nº 149, de 22 de Janeiro de 2018, dar provimento parcial ao pedido de efeito suspensivo interposto pela Eletrobras, em face do Despacho nº 2.504/2017, no sentido de suspender o item "i" do Despacho nº 2.504/2017, que determinou à Eletrobras o ressarcimento ao fundo da Conta de Consumo de Combustíveis ("CCC") do valor de R$ 2.906.095.463,51, no prazo de até 90 dias a partir da publicação do novo Despacho.

Desta forma, a Aneel avaliou ser adequada a concessão do efeito suspensivo requerido, até que a referida agência reguladora possa tomar a decisão final administrativa.

A avaliação é cabível somente no montante financeiro que a Eletrobras deve ressarcir ao fundo da Conta de Consumo de Combustíveis, posto que, a suspensão dos desembolsos dos Contratos de Confissão de Dívidas – CCD´s celebrados entre a Eletrobras e a Amazonas Energia teve efeito imediato pelo Despacho nº 2.504/2017.

50.5 - Acordo entre a Eletrobras e a Eletropaulo

Em 9 de março de 2018 o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou os termos e condições, bem como a celebração pela Companhia, de um acordo com a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Eletropaulo"), visando encerrar a disputa judicial (processo nº 001002119.1989.8.19.0001 – "Processo Judicial") mencionada na nota explicativa 8.1.

A Companhia esclarece ainda que entendia ser devido o valor de R$ 2.793.932 excluídos os valores referentes ao honorário de sucumbência, sendo R$ 350.399 já reconhecidos no Ativo, na rubrica empréstimos e financiamentos.

Desse montante, foram deduzidos os valores de R$ 553.000 referente à mora acumulada e R$ 583.000 referentes ao novo cálculo pericial, o qual atualizou o valor do laudo anterior segundo cláusulas contratuais (10% a.a. +1% a.a. de taxa de fiscalização - juros simples), obtendo um resultado parcial de R$ 1.658.000 pelo cálculo pericial.

Foi iniciado o processo de mediação junto à Câmara FGV de Mediação e Arbitragem na cidade do Rio de Janeiro, oportunidade na qual se estabeleceram as regras procedimentais do citado processo, dentre as quais ficou convencionado entre as partes a contratação de um assessor financeiro independente para calcular o valor do débito segundo os parâmetros financeiros e legais sustentados pelas partes no processo judicial (incluindo a perícia), bem como avaliar os custos de oportunidade para cada uma das empresas.

Nesse sentido, embasadas nos estudos realizados no âmbito do Acordo, as partes acordaram que a Eletropaulo se compromete a desembolsar R$ 1.400.000 em favor da Eletrobras, com a finalidade de quitar o débito oriundo do Processo Judicial, objeto da ação de cobrança, ora em fase de liquidação, da seguinte forma:

- Pagamento de R$ 250.000 a ser realizado após o trânsito em julgado da homologação judicial do Acordo;
- Pagamento de 3 parcelas anuais de R$ 300.000 cada, sendo a primeira parcela paga 12 meses após o trânsito em julgado da homologação judicial do Acordo;
- Pagamento de R$ 250.000 a ser realizado 48 meses após o trânsito em julgado da homologação judicial do Acordo;
- Todos os pagamentos serão atualizados por CDI + 1%, até a efetiva data do pagamento de cada parcela, contados a partir do dia 1 de fevereiro de 2018.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

A data base considerada para apuração dos valores foi 31 de janeiro de 2018.

A Eletropaulo compromete-se também a liquidar, o valor de R$ 100.000 em relação aos honorários de sucumbência aos advogados, também apurados com data base em 31 de janeiro de 2018, sendo:

- Pagamento de 50% a ser realizado após o trânsito em julgado da: (a) homologação judicial do Acordo; e (b) homologação judicial da transação com os advogados relativa à sucumbência; o que ocorrer por último;
- Pagamento do saldo remanescente ao final de 60 meses a contar do pagamento da primeira parcela acima, contados a partir do dia 1 de fevereiro de 2018.
- Os pagamentos serão atualizados por CDI + 1%, na efetiva data do pagamento de cada parcela.

Os efeitos supracitados se enquadram como evento subsequente não modificativos, ainda assim a Companhia, com a celebração do acordo irá contabilizar uma receita líquida no valor de R$ 643.528.

50.6 - Alienação de SPEs

Em 23 de fevereiro de 2018 o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou a alienação das participações societárias da Eletrobras em Sociedades de Propósito Específico ("SPEs") detidas pelas subsidiárias - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco ("Chesf"), Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte") e Eletrosul Centrais Elétricas S.A. ("Eletrosul") e da Eólica Mangue Seco 2 Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A detida pela Eletrobras Holding.

Esta operação se dará em formato de leilão previsto para ser realizado em 7 de junho de 2018, composto por 70 (setenta) SPEs, abaixo relacionada:

SPEs Geração Eólica	Participação
Eólica Serra das Vacas Holding S.A. (EOL Serra das Vacas I a IV)	49,00%
Chapada do Piauí I Holding S.A. (EOL Santa Joana IX a XVI)	49,00%
Chapada do Piauí II Holding S.A. (EOL Santa Joana I, III, IV, V, VII e Santo Augusto IV)	49,00%
Vam Cruz I Participações S.A. (EOL Caiçara I e II e Junco I e II)	49,00%
Pedra Branca S.A.	49,00%
São Pedro do Lago S.A.	49,00%
Sete Gameleiras S.A.	49,00%
Baraúnas I Energética S.A.	49,00%
Mussambê Energética S.A.	49,00%
Morro Branco I Energética S.A.	49,00%
Baraúnas II Energética S.A.	1,50%
Banda de Couro Energética S.A.	1,70%
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	49,00%
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	49,00%
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	49,00%
Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. (EOL Mangue Seco 2)	49,00%
Santa Vitória do Palmar Holding S.A. (EOL Verace I a X) e Chuí Holding S.A. (EOL Chuí I, II, IV e V e Minuano I e II)	78,00%
Eólica Hermenegildo I S.A.	99,99%
Eólica Hermenegildo II S.A.	99,99%
Eólica Hermenegildo III S.A.	99,99%
Eólica Chuí IX S.A.	99,99%

SPEs Transmissão	Participação
Amazônia-Eletronorte Transmissora de Energia S.A. (AETE)	49,00%
Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (BRASNORTE)	49,71%
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. (CENTROESTE)	49,00%
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A (ETAU)	27,42%
Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A. (LUZIÂNIA-NIQUELÂNDIA)	49,00%
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (TME)	49,00%
Companhia Transirapé de Transmissão (TRANSIRAPÉ)	24,50%
Companhia Transleste de Transmissão (TRANSLESTE)	24,00%
Companhia Transudeste de Transmissão (TRANSUDESTE)	25,00%
Uirapuru Transmissora de Energia S/A (UIRAPURU)	75,00%
Manaus Transmissora de Energia S.A. (MANAUS TR)	49,50%

A operação acima mencionada representa uma das etapas previstas no Plano Diretor de Negócios e Gestão ("PDNG") 2018/2022 da Companhia e tem por objetivo promover a quitação de dívidas destas subsidiárias junto à Eletrobras, permitindo a redução de sua alavancagem financeira e melhora no indicador Dívida Líquida/EBITDA.

50.7 - Desverticalização da Amazonas Distribuidora de Energia S.A - Resolução Autorizativa nº 6.883 da ANEEL

Em 27 de fevereiro de 2018, através da Resolução Autorizativa nº 6.883 a ANEEL alterou os §§ 1º e 2º do artigo 3º, e os artigos 4º, 8º e 9º da Resolução Autorizativa nº 4.244 de 16 de julho de 2013, que versa sobre a desverticalização da Amazonas Distribuidora de Energia S.A., mediante versões dos ativos e passivos das atividades de geração e transmissão para a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A., conforme abaixo:

1. A anuência à segregação de atividades da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. ("Amazonas Distribuidora") mediante contribuição dos ativos associados às atividades de geração e transmissão de energia elétrica ao capital da Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. ("Amazonas GT"), assim como as transferências de outorgas da Usina Balbina e das Usinas térmicas Aparecida, Mauá, Cidade Nova, Flores, São José e Electron passou a ter como data final para implementação da operação em 30 de abril de 2018.
2. As concessionárias e a controladora terão prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da implementação da segregação, para enviar à Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL, os documentos comprobatórios da formalização das operações de que trata o *caput* da Resolução Autorizativa nº 4.244.
3. A Amazonas Energia e a Amazonas GT deverão entregar à Aneel, em até 30 (trinta) dias, a contar da data da implementação da segregação, o diagrama societário do grupo econômico da empresa.
4. Deverá ser aprovado o Termo de Dação em Pagamento das ações da Amazonas GT, da Amazonas Distribuidora, a ser pactuado com a Eletrobras, para liquidação de dívidas da distribuidora com a Eletrobras.
5. O Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Geração de Energia Elétrica nº 001/2010 deverá ser aprovado e assinado pela Amazonas GT e a Eletrobras no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da data em que a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira ("SFF") entender cumpridas as obrigações estabelecidas nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 3º da referida Resolução.
6. Em decorrência da desverticalização a Amazonas Energia e a Amazonas GT deverão celebrar contratos de compra e venda de energia e/ou aditar contratos existentes de modo a preservar o atual nível de contratação da Amazonas Distribuidora de Energia S.A., e submetê-los à aprovação da ANEEL.

Em complemento, os colegiados da Amazonas GT, Amazonas Distribuidora e Eletrobras deliberaram, no dia 01 de março de 2018, pela desverticalização da Amazonas Energia, a qual está condicionada à finalização da negociação do contrato de gás junto à Petrobras Distribuidora S.A.

50.8 - Ativos mantidos para venda

Em março de 2018 a distribuidora Companhia Energética de Alagoas entrou em acordo com o Sindicato dos Urbanitários de Alagoas para o pagamento das diferenças salariais decorrentes do Plano Bresser (maiores detalhes na nota explicativa 30).

Considerando a deliberação acima no âmbito do CPC 31 – Ativos mantidos para venda, a Eletrobras avaliou que a Companhia Energética de Alagoas atingiu os critérios de classificação como mantido para venda em data posterior a data-base destas demonstrações financeiras e assim foi classificada como evento subsequente que não origina ajuste.

50.9 - Resolução número 30 do Conselho do Programa de Parcerias de Investimento da Presidência da República (CPPI)

Em 19 de março de 2018 o Conselho do Programa de Parcerias de Investimento da Presidência da República (CPPI) aprovou a Resolução nº 30 que trata do processo de desestatização da Eletrobras, recomendando à Presidência da República a determinação das responsabilidades e competências do BNDES, da Eletrobras e do MME neste processo. Esta resolução também altera a Resolução nº 13 de 23 de agosto de 2017.

WILSON FERREIRA JUNIOR
Presidente

ARMANDO CASADO DE ARAUJO
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

ANTÔNIO VAREJÃO DE GODOY
Diretor de Geração

LUCIA MARIA MARTINS CASASANTA
Diretora de Conformidade

JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES
Diretor de Transmissão

LUIZ HENRIQUE HAMANN
Diretor de Distribuição

RODRIGO VILELLA RUIZ
Contador - CRC-DF 088488/9 O

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia - KPMG, emitido sobre as Demonstrações Financeiras das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2018.

WILSON FERREIRA JUNIOR
Presidente

ARMANDO CASADO DE ARAUJO
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES
Diretor de Transmissão

ANTÔNIO VAREJÃO DE GODOY
Diretor de Geração

LUIZ HENRIQUE HAMANN
Diretor de Distribuição

LUCIA MARIA MARTINS CASASANTA
Diretora de Conformidade

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, no uso de suas atribuições estatutárias e de acordo com o preceituado na Lei das Sociedades Anônimas, examinou as Demonstrações Financeiras, com o parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, relativas ao Exercício findo em 31.12.2017 e, encontrando-se corretas e em ordem, DECIDE submeter a matéria à deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2018.

JOSÉ GUIMARÃES MONFORTE
Presidente

ARIOSTO ANTUNES CULAU
Conselheiro

CARLOS EDUARDO RODRIGUES PEREIRA
Conselheiro

EDIVALDO LUÍS RISSO
Conselheiro

JOSÉ PAIS RANGEL
Conselheiro

VICENTE FALCONI CAMPOS
Conselheiro

WILSON FERREIRA JUNIOR
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório da Administração e procedeu ao exame das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eletrobras, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração do valor adicionado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração dos Fluxos de Caixa e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, bem como se inteirou da proposta relativa à destinação do resultado do exercício.

Este Conselho Fiscal, considerando o trabalho de acompanhamento da Empresa controladora e consolidado, as informações prestadas pela Companhia ao longo do exercício, a análise da documentação apresentada e o Relatório dos Auditores Independentes - KPMG Auditores Independentes, entende que os referidos documentos, destacada a ênfase contida no Relatório dos Auditores Independentes, estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2018.

AGNES MARIA DE ARAGÃO DA COSTA
Presidente do Conselho

JOSÉ WANDERLEY UCHÔA BARRETO
Conselheiro

MÁRCIO LEÃO COELHO
Conselheiro

PATRÍCIA VALENTE STIERLI
Conselheira

RONALDO DIAS
Conselheiro

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO - EXERCÍCIO SOCIAL 2017
COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS DA ELETROBRAS

Aos Conselheiros de Administração da Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras.

1. Introdução

O presente relatório anual resumido encontra-se embasado na alínea 'j' do item 4.1 do Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Riscos da Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras, doravante simplesmente designado Regimento Interno, e tem como escopo relatar as principais atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações deste órgão de assessoramento para o exercício social findo em 2017, relacionados ao monitoramento dos seguintes temas:

- gerenciamento de riscos e controles internos;
- conformidade/integridade (*compliance*) e ética;
- código de conduta e canal de denúncias;
- trabalhos da auditoria interna;
- processo de elaboração das demonstrações financeiras;
- trabalhos da auditoria independente; e
- descrição de atividades esporádicas ou pontuais.

Este relatório tem ainda o objetivo de evidenciar o número de reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas no exercício social de 2017 pelo Comitê de Auditoria e Riscos da Eletrobras, doravante designado COAUD, além de esclarecer pontos relativos à composição, remuneração e às exigências traçadas pela Lei nº 13.303/2016, daqui em diante, denominada Lei das Estatais.

2. Contextualização

O Conselho de Administração da Eletrobras (CAE), em 778ª reunião realizada em 26 de maio de 2017, deliberou, com arrimo no art. 26, XXVII, do Estatuto Social vigente à época, pela criação do Comitê de Auditoria e Riscos da Eletrobras ocasião na qual se aprovou ainda seu Regimento Interno e a composição inicial de seus três membros, a saber: os Conselheiros José Pais Rangel (coordenador - independente); Ariosto Antunes Culau; e Esteves Pedro Colnago Junior.

O Comitê de Auditoria e Riscos, vinculado diretamente ao CAE, é composto por Conselheiros de Administração da Eletrobras e tem por finalidade assessorar o CAE no cumprimento de suas responsabilidades de orientação e direção superior da Companhia, compreendendo, mas não se limitando a, análise e emissão de recomendações sobre riscos e estratégias a serem adotadas pela Companhia, concernentes a controles internos, auditoria, gestão de riscos e gestão financeira, a fim de conferir maior eficiência e qualidade às decisões do CAE em relação aos assuntos relacionados à sua área de atuação.

Em 30 de novembro de 2017, foi realizada a 168ª Assembleia Geral Extraordinária da Eletrobras, ocasião na qual os acionistas aprovaram importante reforma no Estatuto Social da companhia, a qual contemplou uma série de medidas que visam à conformidade com o arcabouço normativo ao qual se submete a Companhia, além de representarem avanços importantes na adoção de boas práticas de governança corporativa.

Dentre as mudanças estatutárias aprovadas pelos acionistas, encontra-se a nova redação do art. 40, o qual prevê a constituição obrigatória do Comitê de Auditoria e Riscos que funcionará em caráter permanente e deterá as atribuições e deveres previstos nos arts. 24 e 25 da Lei das Estatais e na Instrução CVM nº 308/1999, com a redação conferida pela Instrução CVM nº 509/2011.

Será facultado ainda ao CAE estabelecer atuação unificada deste COAUD estatutário, com base no art. 40, §2º, do Estatuto Social c/c art. 24, inciso V, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, a fim de que abranja ainda as companhias controladas.

A seu turno, a instalação e o funcionamento deste órgão estatutário de assessoramento ocorrerá por deliberação do CAE, após o transcurso da Assembleia Geral que aprovar a remuneração dos membros do COAUD, em montante não inferior à remuneração dos conselheiros fiscais, nos termos do art. 40, §4º, do Estatuto Social.

Cabe observar ainda que o art. 69 do Estatuto Social da Eletrobras e o art. 64 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, fixaram o dia 30 de junho de 2018 como data limite para instalação e funcionamento do COAUD estatutário pelo CAE.

Em 29 de janeiro de 2018, o CAE aprovou à unanimidade a alteração da composição do COAUD, a fim de assegurar que a maioria de membros seja independente. Deste modo, a partir desta data, a composição do COAUD passou a contemplar os seguintes membros: Conselheiro José Pais Rangel (independente e coordenador); Conselheiro José Guimarães Monforte (independente); e Conselheiro Ariosto Antunes Culau.

Neste sentido, é importante ressaltar, que o COAUD atualmente instalado e em funcionamento ainda não se submete aos preceitos legais e ditames regulatórios citados acima, de modo que o presente Relatório Anual é emitido a título voluntário e com vistas à observância ao princípio básico da transparência.

3. Das reuniões

O Regimento Interno, item 5.1, estabelece que as reuniões ordinárias do Comitê serão realizadas, no mínimo, mensalmente, conforme o calendário anual aprovado e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação com 7 (sete) dias de antecedência.

A convocação observará o prazo do Regimento e conterá a pauta da reunião e o material de apoio, salvo hipóteses excepcionais autorizadas pelo Coordenador do Comitê em caráter de urgência (item 5.3 do Regimento Interno).

Durante o ano de 2017 foram realizadas sete reuniões ordinárias e uma extraordinária em razão da urgência da matéria.

Reuniões	Data	Classificação
Primeira	29/06/2017	Ordinária
Segunda	27/07/2017	Ordinária
Terceira	24/08/2017	Ordinária
Quarta	28/09/2017	Ordinária
Quinta	26/10/2017	Ordinária
Sexta	23/11/2017	Ordinária
Sétima	14/12/2017	Ordinária
Oitava	27/12/2017	Extraordinária

4. Da composição

O item 2.1 do Regimento Interno estabelece que o COAUD será composto por, no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros ("Membros"), escolhidos dentre os integrantes do Conselho de Administração da Eletrobras ("Conselheiros"), em sua maioria independentes, conforme critérios fixados na Política de Indicações das Empresas Eletrobras. O Conselho de Administração elegerá o Coordenador do Comitê dentre os seus membros independentes. No caso de ausência ou impedimento do Coordenador do Comitê, esse indicará seu substituto dentre os demais Membros.

O COAUD da Eletrobras é atualmente formado por 3 (três) integrantes, indicados abaixo:

- Conselheiro José Pais Rangel (coordenador - independente)
- Conselheiro José Guimarães Monforte (independente)
- Conselheiro Ariosto Antunes Culau

Ressalta-se que a composição do COAUD será revisitada pelo CAE quando da instalação do órgão estatutário.

5. Das atribuições

No exercício social de 2017, o COAUD deu enfoque ao monitoramento e acompanhamento de temas relacionados ao processo de gestão de riscos, controles internos, auditoria interna, conformidade e integridade, ética, canal de denúncias e outras questões importantes para a integridade da Companhia.

No que toca à gestão de riscos, verificou-se que foram abordados nas primeiras reuniões do Comitê temas relacionados à matriz dos principais riscos corporativos. Houve ainda a priorização pelo acompanhamento de temas como: liquidez e caixa da companhia; risco regulatório e ambiental.

Na ata da quarta reunião o Comitê decidiu que as áreas de gestão de riscos, Auditoria Interna e Ouvidoria (canal de denúncias) fariam reporte mensal periódico ao COAUD, o que restou observado nas atas seguintes.

Além disso, no que diz respeito aos controles internos, na ata da quinta reunião consta reporte dos gaps SOX e apresentação sobre certificação SOX 2017, com a participação da empresa Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

A área de Ouvidoria-Geral da Companhia realizou apresentação sobre o tema canal de denúncia, tendo explicado aos membros as etapas de apuração das denúncias, desde seu recebimento pelo canal de denúncias até sua triagem, classificação de riscos e encaminhamento ao Comitê do Sistema de Integridade - CSI (ata da quinta reunião).

A Diretoria de Conformidade e a Ouvidoria Geral têm feito reportes periódicos sobre a atualização das fases de andamento das apurações das denúncias e do processo de gestão e tratamento de denúncias (atas da quinta, sexta e sétima reuniões).

O COAUD vem atribuindo ainda atenção especial na condução da investigação independente em curso na Eletrobras conduzida pelo Escritório de Advocacia Hogan Lovells que vem sendo convidado a participar das reuniões para relatar os trabalhos de investigação em andamento.

Sobre o tema Auditoria Interna, o Comitê recebe mensalmente os relatórios dos trabalhos de Auditoria Interna realizados no período e seus respectivos resultados, relatórios de acompanhamento do plano de providências e implementação de ações corretivas, acompanhamento do plano anual de auditoria interna e documentos relativos ao acompanhamento das demandas dos Órgãos de Controles.

Outros temas de importância para a Eletrobras e tratados pelo COAUD estão relacionados ao programa de desinvestimento do Sistema Eletrobras, gestão de SPEs, situação contábil/amortização de ativos de empreendimentos do Sistema Eletrobras sobre a recuperação de créditos e assuntos relacionados aos trabalhos de implantação e funcionamento do COAUD Estatutário. Ainda, na ata da segunda reunião do Comitê foi registrada a importância de que o futuro COAUD estatutário mantenha a atribuição de gerir os riscos financeiros das empresas, notadamente, sob a ótica de caixa.

6. Da Comunicação do COAUD com o Conselho de Administração

O COAUD reporta mensalmente nas reuniões do Conselho de Administração os temas abordados em suas reuniões, suas opiniões, demandas e informações prestadas às/pelas diversas áreas da Eletrobras, bem como os resultados dos monitoramentos das atividades inerentes às suas atribuições, notadamente, dos Auditores Internos, Controles Internos, Governança, Gestão de Riscos, Canal de Denúncias e da Ouvidoria-Geral. Adicionalmente, o COAUD emite opiniões prévias sobre temas submetidos à deliberação do CAE e que são afetos às suas atribuições.

7. Do Monitoramento dos Trabalhos de Fechamento das Demonstrações Financeiras

A gestão da companhia, representada pelo Diretor Financeiro e de Relação com Investidores e sua equipe de contabilidade e controladoria, realizou, em atendimento à solicitação do COAUD, reportes periódicos sobre o andamento dos trabalhos de finalização das demonstrações financeiras, a fim de nivelar as informações e proporcionar adequada interação entre o COAUD e a gestão da companhia, notadamente, quanto ao fluxo de informações e ao atendimento a esclarecimentos, relacionados ao processo de fechamento contábil.

Foram realizados reportes ao COAUD sobre as demonstrações financeiras nos dias 12, 16, 21 e 22 de março de 2018.

Em 23 de março de 2018, o COAUD reuniu-se em caráter extraordinário para analisar as Demonstrações Financeiras e o Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

8. Conclusão

Os membros do COAUD, no exercício de suas atribuições, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2017"). Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo COAUD quanto ao fechamento das demonstrações financeiras, incluindo-se as informações prestadas pela gestão da Companhia e seus Auditores Independentes, os membros do Comitê de Auditoria e Riscos da Eletrobras julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras auditadas relativas a 31/12/2017, razão pela qual recomendam sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2018.

JOSÉ PAIS RANGEL
Conselheiro - Coordenador

JOSÉ GUIMARÃES MONFORTE
Conselheiro - Membro

ARIOSTO ANTUNES CULAU
Conselheiro - Membro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos acionistas e aos administradores da
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras ("Companhia" ou "Eletrobras"), Identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada. da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas. de acordo com os princfpios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Continuidade operacional de empresas controladas e controladas em conjunto

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15 às demonstrações financeiras individuas e consolidadas, as controladas de geração Eletrobras Termonuclear S.A. (Eletronuclear), Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE) e Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. apresentam perdas contínuas em suas operações, capital de giro negativo e/ou passivo a descoberto, e as investidas controladas em conjunto Madeira Energia S.A., Norte Energia S.A., e Teles Pires Participações S.A. apresentam capital de giro negativo relevante em 31 de dezembro de 2017.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, por decisão da 170ª Assembleia Geral Extraordinária - AGE da Eletrobras em 8 de fevereiro de 2018, foi aprovada a venda das ações de titularidade da Eletrobras das controladas distribuidoras de energia Companhia Energética do Piauí - CEPISA; Companhia Energética de Alagoas - CEAL; Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE; Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON; Boa Vista Energia S.A.; e Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmD, em leilão de desestatização associado à outorga de nova concessão pelo Poder Concedente, incluindo a assunção de dívidas dessas controladas e/ou conversão de dívidas em aumento de capital, pela Eletrobras, até 31 de julho de 2018, bem como o atendimento de certas condições precedentes em relação à CEAL e à AmD. A 170ª AGE deliberou ainda pela dissolução e liquidação da(s) respectiva(s) Distribuidora(s) em caso de não cumprimento das condicionantes previstas para a privatização até o prazo estabelecido pela citada AGE, o que também deverá ocorrer conforme a 169ª AGE da Eletrobras, caso não seja garantido pela ANEEL e/ou pelo Poder Concedente, o direito à prestação de serviços de distribuição, de forma temporária. até a efetiva transferência do controle acionário limitado a 31 de julho de 2018, mediante remuneração adequada.

A continuidade operacional das controladas e coligadas mencionadas acima depende da manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Companhia e/ou demais acionistas e/ou do sucesso em leilão de desestatização. Nossa opinião não está ressalvada em função desses assuntos.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto. não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Riscos relacionados à conformidade com reis e regulamentos - Lava Jato

Veja Nota Explicativa nº 4.X1 às Demonstrações Financeiras

Principal assunto de auditoria

Em conexão com os processos de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como " Lava Jato" e seus desdobramentos, a Companhia, por meio de uma investigação independente e considerando seu conhecimento e informação disponível, refletiu nas suas demonstrações financeiras os impactos estimados atribuídos a esse assunto. A apuração, reconhecimento, mensuração e divulgação desses impactos foi determinada pela Companhia com base nos resultados apresentados nos relatórios de investigação conduzidos por empresa independente especializada, supervisionada por uma comissão independente criada pela Companhia para este fim. sob a responsabilidade final do Conselho de Administração da Companhia.

Esse assunto foi tratado como significativo em nossa auditoria em função das limitações intrínsecas à investigação de um esquema dessa natureza (que é montado para ocultar informações), bem como as restrições circunstanciais, legais e jurisdicionais ao acesso às informações que poderiam propiciar a plena apuração dos aspectos objeto da investigação. Portanto houve necessidade de exercício de alto grau de julgamento na determinação e na conclusão quanto à propriedade do escopo da investigação. dos procedimentos e técnicas *forensic* empregadas, bem como na determinação das premissas que resultaram nas conclusões quanto aos impactos estimados do resultado da investigação nas demonstrações financeiras da Companhia. Dessas premissas, as mais significativas foram (i) a estimativa dos valores determinados pela investigação independente como decorrentes de atos ilícitos; (ii) a determinação de que tais valores estimados estavam embutidos nos custos dos projetos; e (iii) a conclusão quanto à impraticabilidade de determinar o momento de registro desses valores, razão pela qual foram reconhecidos no período em que se tornaram conhecidos e razoavelmente estimáveis.

Como o assunto foi conduzido na auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o acompanhamento do funcionamento e avaliação da modelagem definida pelo Conselho de Administração para conduzir e supervisionar a investigação, especialmente quanto à independência.

Nossos especialistas em *forensic* nos auxiliaram a avaliar o escopo, inclusive completude e abrangência da investigação independente, notadamente no que diz respeito aos projetos avaliados como de maior exposição ao risco de associação com atos ilícitos objeto da Lava Jato e também no julgamento quanto ao risco remanescente em função das limitações e restrições ao pleno acesso às informações que, de outra forma, poderiam propiciar uma apuração mais ampla dos aspectos objeto da investigação e na avaliação crítica dos procedimentos e metodologias utilizados pela investigação independente, inclusive quanto aos procedimentos de coleta e análise de documentos e/ou informações críticas, seleção de aspectos de maior criticidade para execução de procedimentos adicionais, entendimento da seleção e das abordagens de entrevistas, acompanhamento de informações relevantes pelos meios de comunicação, acompanhamento da interação com autoridades públicas e monitoramento e utilização de informações relevantes oriundas das atividades dessas autoridades.

Adicionalmente, acompanhamos e avaliamos aspectos qualitativos relevantes de decisões tomadas pelo Conselho de Administração e que não estão diretamente relacionados com ajustes nas demonstrações financeiras.

Finalmente, avaliamos e discutimos, em vista das evidências disponíveis, as estimativas e premissas utilizadas para se chegar nas conclusões da investigação em relação aos registros e divulgações sobre este assunto nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis o registro e a divulgação relacionados a esse assunto no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tomadas em conjunto.

Valor recuperável ("*impairment*" dos ativos não financeiros

Veja Notas Explicativas nº 3.12, 15, 19 e 33 às Demonstrações Financeiras

Principal assunto de auditoria

A Companhia possui nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2017 montantes significativos relativos aos ativos imobilizado, intangível, investimentos avaliados por equivalência patrimonial e contratos onerosos (quando há obrigação legal ou construtiva de arcar com perdas além do investimento), cuja realização foi testada, quando aplicável, com base em estimativas de valor recuperável consistentes com os planos de negócios das correspondentes (i) unidades geradoras de caixa ("UGCs"), para o caso de ativos imobilizado e intangível ou (ii) investidas, para

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

os investimentos avaliados por equivalência patrimonial. A Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável em relação as suas UGCs e investidas avaliadas por equivalência patrimonial e, onde aplicável. utilizou o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras de cada UGC/investida, para constituição e/ou reversão de *impairment* relacionado a esses ativos.

Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros, principalmente das premissas que afetam a determinação das taxas de desconto e do comportamento projetado dos volumes e preços das receitas e dos custos projetados utilizados na determinação do valor recuperável desses ativos, que requerem um grau significativo de julgamento por parte da Companhia associado a um ambiente regulatório, económico e político desafiador, que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido na auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram. dentre outros, a avaliação do desenho e efetividade dos controles internos chave associados à obtenção das informações relevantes, avaliação de riscos e indicadores de perda, mensuração, reconhecimento contábil e divulgação do reconhecimento ou reversão de *impairment*.

Nossos procedimentos incluíram também, a avaliação em base de testes, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade, consistência e aderência a práticas usuais das premissas e das metodologias utilizadas. Os principais aspectos que testamos estão relacionados com projeções de crescimento econômico, volumes e preços de venda de energia, dispêndios para manutenção dos equipamentos, insumos e custos associados. inflação de custos e taxas de desconto, que incluem, mas não se limitam à taxa de risco dos correspondentes empreendimentos. Sempre que julgamos aplicável e apropriado, comparamos essas variáveis com fontes de mercado disponíveis. Nossos procedimentos também incluíram análise de sensibilidade, testes de re-execução de cálculos e razoabilidade da determinação das UGCs. Avaliamos também as divulgações efetuadas pela Companhia.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e/ou divulgações de *impairments*, os quais não foram registrados ou divulgados pela administração, por terem sido considerados imateriais, bem como identificamos ajustes que foram acatados e registrados pela Companhia.

Com base nas evidências coletadas na execução dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o reconhecimento elou reversão de *impairment* relacionados aos ativos imobilizado, intangível, investimentos avaliados por equivalência patrimonial e contratos onerosos, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Provisões para contingências e passivos contingentes

Veja Notas Explicativas nº 3.19 e 30 às Demonstrações Financeiras

Principal assunto de auditoria

A Companhia possui nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2017 um montante de R$ 17.797.212 mil e R$ 24.552.350 mil, respectivamente, relativo a provisões para contingências, cujo reconhecimento e mensuração estão, notadamente em relação ao tema "empréstimo compulsório", estimados com base em premissas que envolvem elevado grau de julgamento e que são influenciados por teses e/ou julgamentos resultantes de interpretação quanto a aspectos legais complexos e por vezes controversos de matéria jurídica em variadas instâncias e diferentes cortes judiciais.

A Companhia possui ainda uma gama relevante de passivos contingentes divulgados. também sujeitos aos riscos associados às premissas, estimativas e julgamentos citados acima. Dentre esses passivos contingentes, existem duas ações judiciais coletivas iniciadas nos Estados Unidos da América, que alegam, entre outras coisas, que a Companhia e os réus individuais sabiam ou deveriam saber sobre a alegada fraude cometida contra a Companhia por um cartel de empreiteiras, bem como subornos e propinas supostamente solicitados e recebidos pelos empregados da Companhia; que a Companhia e os réus individuais apresentaram declarações errôneas e omissões em relação à alegada fraude; e que o preço das ações da Companhia declinou quando a suposta fraude foi divulgada. Embora nenhuma provisão tenha sido constituída nas demonstrações financeiras da Companhia, que entende no atual estágio processual não ser possível fazer uma mensuração razoável, o resultado final desses processos judiciais pode ter um efeito adverso relevante sobre a posição financeira, os resultados das operações e fluxos de caixa futuros da Companhia.

Devido à relevância, complexidade e grau de julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, reconhecimento e divulgações relacionadas às provisões para contingências e passivos contingentes e ao potencial impacto que eventuais alterações nas premissas e estimativas usadas possam vir a ter sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido na auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e efetividade dos controles internos chave, adotados pela Companhia assocados a captura dos processos, avaliação de risco, mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões para contingências e passivos contingentes.

Com apoio de nossos especialistas em aspectos legais, avaliamos as estimativas e julgamentos relevantes feitos pela Companhia e seus assessores. principalmente os que influenciaram a avaliação de risco processual e metodologia de cálculo dos valores estimados. Obtivemos confirmação do posicionamento dos consultores jurídicos internos e externos da Companhia, discutindo com os mesmos e com os responsáveis pelos registros contábeis fundamentos e aspectos relevantes que impactaram as demonstrações financeiras. Por amostragem, realizamos testes e procedimentos de auditoria sobre os valores de constituição. reversão, baixa e atualização das provisões no exercício, bem como avaliamos e aplicamos procedimentos de testes sobre o histórico de movimentação das provisões e passivos contingentes. Avaliamos também as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e/ou divulgação das contingências, os quais não foram registrados nem divulgados pela Companhia, por terem sido considerados imateriais, bem como identificamos ajustes que foram acatados e registrados pela Companhia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o saldo das provisões para contingências, bem como as divulgações das contingências e passivos contingentes, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas demonstrações individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuas e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras. a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e Internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando. individualmente ou em conjunto, possam influenciar. dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação. omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas. não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso. pela administração. da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião. se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o obietivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado. da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência. e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que. dessa maneira. constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Danilo Siman Simões
Contador CRC 1MG058180/O-2 T-SP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Wilson Ferreiar Junior
Presidente da Eletrobras

O ano de 2017 foi marcado por profundas mudanças na Eletrobras. Em 21 de agosto de 2017, o Ministério de Minas e Energia anunciou ao mercado a intenção de democratizar o capital da Eletrobras. Este fato foi o grande destaque de 2017 e, certamente, vai monopolizar a atenção de nossos públicos de interesse durante 2018, em especial acionistas, investidores, empregados e imprensa. A democratização do capital da empresa é o caminho natural para garantir que as transformações iniciadas no Plano Diretor de Negócios e Gestão 2017-2021 e reafirmadas no "Desafio 22: Excelência Sustentável", o PDNG 2018-2022, sejam, de fato, sustentáveis ao longo do tempo.

Norteado pelo Plano Estratégico 2015-2030 (PE 2015-2030), o PDNG 2018-2022 manteve três pilares estratégicos do PDNG anterior: Governança e Conformidade; Disciplina Financeira; e Excelência Operacional. A esses, foram adicionados mais dois pilares, acrescentados pela administração da empresa por serem considerados temas relevantes no momento de transformação por que passa a Eletrobras: Valorização das Pessoas e Atuação Sustentável. Este último surge como contribuição da Eletrobras para a implementação da Agenda 2030 no Brasil, por meio da priorização de alguns Objetivos do Desenvolvimento Sustentável ("ODS").

O acerto do PDNG 2017-2021, que justifica a sua continuação no Desafio 22, se traduz em números. A companhia saiu de uma relação Dívida Líquida/Ebitda ajustado de 6,7 em dezembro de 2016 para 3,7 em dezembro de 2017, e mantém a meta de reduzi-la para menos de três no fim de 2018. Destaca-se em 2017 a implementação do Plano de Aposentadoria Extraordinária e Plano de Demissão Voluntária Extraordinário da CGTEE a partir do qual desligamos 2.055 pessoas (84% da meta), representando uma economia anual esperada de 855 milhões (90% da meta). Também realizamos um corte de 758 funções gratificadas, o que trouxe mais de R$ 74 milhões de redução de custos associados em 2017.

Além da redução de custos, o PDNG atingiu importantes avanços em nossa governança, como a criação de um canal de denúncias externo, unificado e independente, que começou a operar em agosto de 2017, reforçando a conformidade da companhia.

Outro avanço a destacar foi a aprovação, pelo Conselho de Administração, do início da reestruturação societária entre as empresas Eletrosul e CGTEE, visando à obtenção de sinergia operacional, tributária, econômica e financeira.

Também prevista no PDNG 2018-2022, a privatização de nossas empresas distribuidoras de energia foi preparada. Em 2018, as empresas Eletrobras Distribuição Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia, Alagoas e Piauí serão privatizadas, permitindo à Eletrobras manter seu foco em geração e transmissão. A venda de participações em Sociedades de Propósito Específico (SPEs) também foi preparada, com a dação em pagamento de participações das subsidiárias à holding e expectativa de ocorrência do leilão de venda ainda no primeiro semestre de 2018.

Ao longo de 2017, o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica ("Procel") – do governo federal e executado pela Eletrobras – iniciou a execução do seu primeiro Plano de Aplicação de Recursos, que abrange os segmentos educacional, industrial, de edificações, iluminação pública, gestão energética municipal e saneamento ambiental, além de prever ações de divulgação de informações e desenvolvimento do Selo Procel de Economia de Energia.

Demos ainda um importante passo a fim de aprimorar nossas práticas de governança corporativa em atendimento à Lei nº 13.303/16, ("Lei de Responsabilidade das Estatais") e ao Decreto nº 8.945/16, ao promover uma reforma integral do estatuto social da Eletrobras, bem como o estabelecimento de política de alçada única, para todo o grupo.

Dezembro de 2017 marcou a entrada em operação do primeiro bipolo do sistema de transmissão de Belo Monte, com dois meses de antecedência frente ao prazo estipulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel"). Com 2,1 mil km de extensão, o empreendimento, responsabilidade da Belo Monte Transmissora de Energia S.A., é uma linha de ultra-alta tensão em corrente contínua, ligando a subestação de Xingu (PA) à subestação de Estreito (MG), e tem capacidade de transmitir até 4 mil MW.

A malha de linhas de transmissão da Eletrobras, em 31 de dezembro de 2017, agregou mais 1.475 km de linhas de transmissão corporativas e em parceria a seu parque transmissor.

No total de investimentos, a Eletrobras realizou R$ 1,6 bilhão, sendo R$ 1,0 bilhão em investimentos corporativos e R$ 0,6 bilhão através de participações em Sociedades de Propósito Específico (SPEs).

Já em geração, em 2017, a Eletrobras, por meio de investimentos corporativos ou através de SPEs, investiu R$ 2,5 bilhões, sendo R$ 1,5 bilhão relacionado a investimentos em SPEs.

Um dos destaques foi a entrada em operação da usina térmica Mauá 3, no Amazonas, cuja capacidade instalada é 591 MW.

Além disso, foram investidos R$ 167 milhões em pesquisa, infraestrutura e qualidade ambiental.

Em relação aos destaques nas ações socioambientais, podemos ressaltar a assinatura da Carta Aberta "Setor Privado Apoia a Precificação de Carbono no Brasil". Trata-se de documento de apoio do setor privado à precificação de carbono, elaborada pela Iniciativa Empresarial em Clima, com apoio da *Carbon Pricing Leadership Coalition* (CPLC), do Banco Mundial. Destacamos também a adesão ao "Posicionamento sobre mecanismos de precificação de carbono", documento lançado em 2016 pela Iniciativa Empresarial em Clima.

Os resultados obtidos foram reconhecidos no mercado. Em novembro, a Eletrobras obteve a Certificação do Indicador de Governança - IG-SEST Nível 1 (nível de excelência). O indicador é uma inovação desenvolvida pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais para trazer mais efetividade e transparência no acompanhamento das boas práticas de governança pelas empresas estatais.

Todos esses resultados e reconhecimentos alcançados foram possíveis graças ao comprometimento de nossos empregados, que se engajaram nesse processo de transformação da companhia. Além deles, nossos demais *stakeholders* acreditaram nos planos da administração e deram todo o apoio para que pudéssemos trabalhar e apresentar os dados que estão neste relatório. Ao tempo em que agradecemos esse apoio e esse engajamento, destacamos que eles são primordiais para a superação dos desafios que se apresentam em 2018.

José Guimarães Monforte
Presidente do Conselho de Administração

Em novembro de 2017, a Eletrobras obteve a Certificação do Indicador de Governança - IG-SEST Nivel 1 (nível de excelência), uma inovação desenvolvida pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais ("SEST"), para trazer mais efetividade e transparência no acompanhamento das boas práticas de governança pelas empresas estatais federais.

Em março de 2018, presenciamos a certificação da Eletrobras no Programa Destaque em Governança de Estatais da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. A certificação foi obtida após o atendimento às seis medidas obrigatórias – aprimoramentos ao conteúdo do Formulário de Referência; instalação de Área de Compliance, Controles Internos e Riscos; Auditoria Interna e Comitê de Auditoria Estatutário; Política de Transações com Partes Relacionadas; Requisitos Mínimos para Indicação de Administradores; Análise do Perfil do Titular da Área de Compliance e da Auditoria Interna – e obtenção de 50 em 60 pontos possíveis nas medidas opcionais.

Esses dois exemplos vigorosos, que fortalecem a governança da Eletrobras e protegem-na de práticas que possam colocar em dúvida a sua integridade, mostram que o trabalho que vem sendo realizado na empresa, tanto por parte dos colaboradores, quanto por parte da Diretoria Executiva e também do Conselho de Administração, tem sido feito com excelência e compromisso com o resultado.

As duas certificações, também, são parte de algo maior: o "Desafio 21: Excelência Sustentável", o Plano Diretor de Negócios e Gestão 2017-2021, e sua evolução natural, o "Desafio 22", PDNG que compreende o período 2018-2022.

De fato, a busca pelo fortalecimento da governança da companhia tem sido quase uma obsessão para este Conselho, que apoia ativamente a Diretoria Executiva da Eletrobras em seu trabalho de recuperação da companhia.

O reconhecimento do mercado é fundamental para o resgate de nossa credibilidade. Isso se reflete também no aumento de nosso valor de mercado, na redução de nosso endividamento, na redução de custos e na melhoria operacional da Eletrobras. Reflete-se, ainda, nas demais empresas controladas pela Holding, hoje trabalhando de forma integrada.

Todas as mudanças pelas quais a empresa passou no último ano prepararam-na, também, para enfrentar o grande desafio da desestatização, proposto por seu acionista majoritário, o governo federal, em agosto de 2017.

De fato, consideramos que o modelo proposto pelo governo é o único capaz de garantir que as mudanças implementadas na Eletrobras sejam sustentáveis no tempo. Mais que isso, é o único caminho possível para permitir que a Eletrobras volte a investir e não perca sua relevância no cenário nacional. Caso aprovada pelo Congresso Nacional, a desestatização vai transformar a Eletrobras numa grande corporação mundial, que permitirá aos brasileiros voltarem a sentir orgulho desta grande empresa.

Há muito trabalho pela frente, mas os desafios superados em 2017 provam que a companhia é capaz de responder com coragem, agilidade e eficiência às mudanças exigidas pelo espírito do tempo.

2. PERFIL DA ELETROBRAS

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras" ou "Companhia"), constituída pela Lei nº 3.890-A, datada de 11 de junho de 1962, sob a forma de sociedade por ações de capital misto, tem como atribuição a promoção de estudos, projetos de construção e operação de usinas de geração, linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração dos atos de comércio decorrentes dessas atividades, como a comercialização de energia elétrica, fazendo com que a Eletrobras passasse a contribuir decisivamente para a expansão da oferta de energia elétrica e o desenvolvimento do país.

Alinhada à "Lei de criação da Eletrobras" e na "Lei das Estatais" que define a função social das empresas públicas ou sociedades de economia mista, a companhia é responsável pela administração de programas de governo voltados para o desenvolvimento do setor elétrico, como o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica ("Procel"), o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica ("Luz para Todos") e o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("Proinfa").

Até abril de 2017, a Eletrobras também foi a responsável pela gestão dos fundos governamentais setoriais denominados Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Consumo de Combustíveis ("CCC") e Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), conforme Medida Provisória nº 735/16 convertida na Lei nº 13.360/16 a qual estabeleceu que, a partir de 1º de maio de 2017, os referidos fundos seriam transferidos para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

Além disso, a Eletrobras exerce importante papel na integração energética da América Latina, sendo o agente do governo responsável pelos projetos binacionais como Itaipu e interligações fronteiriças com Argentina (Estação Conversora de Uruguaiana) e Paraguai (estação Conversora de Rivera) além de promover um papel de apoio em pesquisas de interesse do setor elétrico, realizado através do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica ("Cepel").

A Eletrobras, em 31 de dezembro de 2017, atingiu a capacidade instalada de 48.134 MW em empreendimentos de geração, o que representa 31% dos 157.370 MW instalados no Brasil. Desse total, 66% é composto de empreendimentos de propriedade integral do sistema Eletrobras, 17% de empreendimentos realizados por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) e 17% de empreendimentos em propriedade compartilhada, incluindo aqui metade da capacidade de Itaipu Binacional (7.000 MW), que representa 15% do total.

Cerca de 95% da capacidade instalada da Eletrobras provém de fontes com baixa emissão de gases de efeito estufa ("GEE"), contribuindo de forma decisiva para que a matriz elétrica brasileira seja uma das mais limpas e renováveis do mundo. Do total de capacidade instalada alavancada em empreendimentos com baixa emissão de gases de efeito estufa em relação à capacidade do Brasil, em 31 de dezembro de 2017, 40% pertencem à Eletrobras.

Em Transmissão, a Eletrobras atingiu, em 31 de dezembro de 2017, em malha de linhas de transmissão das empresas Eletrobras o total aproximado de 71.684 km. Desse total, (i) 6.823 km são corporativas; (ii) 57.010 km são corporativas sob Regime de O&M; (iii) 7.851 km são correspondentes à proporção de suas participações acionárias em empreendimentos realizados pelas empresas Eletrobras por meio de Sociedades de Propósito Específico. Considerando apenas a rede básica do Sistema Interligado Nacional, ou seja, as tensões de ±800, 750, ±600, 525/500, 345 e 230 kV, a Eletrobras é responsável por 64.944 km de linhas de transmissão, o que representa cerca de 49% do total das linhas de transmissão do Brasil nas referidas tensões.

A Eletrobras é responsável ainda por 66 subestações corporativas com capacidade de transformação de 44.337 MVA, além de mais 233 subestações renovadas nos termos da Lei nº 12.783/13 com 197.326 MVA de capacidade de transformação e ainda 21.302 MVA via SPEs, totalizando 250.493 MVA total.

No que tange ao segmento de distribuição, recentemente, durante a Assembleia de Acionistas realizada em fevereiro de 2018, foi aprovada a venda das seis Distribuidoras e assunção dos direitos da Amazonas Energia, Eletroacre, Ceron, Boa Vista Energia referentes à Conta de Consumo de Combustíveis ("CCC") e a Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"). As empresas distribuidoras atenderam, em 31 de dezembro de 2017, 4,4 milhões de consumidores, 252,3 mil km de rede de distribuição e 476 municípios.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

No exterior, a empresa atua prioritariamente em projetos de integração regional e de geração de energia renovável no continente latino-americano.

Nossos Compromissos Voluntários

Em 2017, a empresa reafirmou o compromisso com os Direitos Humanos fazendo parte de outras iniciativas relacionadas com o tema, como o Pacto Global da ONU, o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres ("SNPM"), vinculada à Secretaria de Governo da Presidência da República, os Princípios de Empoderamento das Mulheres – iniciativa conjunta da ONU Mulheres e Pacto Global e o Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Além disso, a Eletrobras é participante do Programa Nacional de Voluntariado ("Viva Voluntário"), lançado pelo Governo Federal em 2017.

A partir dos compromissos voluntários assumidos, ações voltadas para a cidadania, direitos humanos, inclusão, empoderamento da mulher e diversidade se solidificam na estratégia da Empresa.

Em 2017 a Eletrobras participou do Núcleo de Articulação Intersetorial da Iniciativa Diálogo Empresas e Povos Indígenas, que produziu a Proposta de Diretrizes Brasileiras de Boas Práticas Corporativas com Povos Indígenas.

A Eletrobras, consciente do seu compromisso de apoiar as políticas públicas, endossa a adesão do Brasil aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ("ODS") – aprovados, em 2015, na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. Demanda resultante da Rio+20, os ODS devem orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional nos próximos quinze anos, sucedendo e atualizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio ("ODM").

A empresa se compromete a observar os 17 objetivos para desenvolvimento sustentável estabelecidos no documento "Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável". Além de serem referências nas políticas corporativas, a Eletrobras incorporou os ODS no seu Plano Diretor de Negócios e Gestão – PDNG 2018-2022, com o estabelecimento de ações e metas para todas as suas empresas.

No intuito de buscar uma priorização para as empresas Eletrobras no ciclo do PDNG 2018-2022, os ODS foram enquadrados em duas perspectivas: correlação com os projetos e programas existentes, e com o Plano Estratégico das Empresas Eletrobras - PE-2015/2030. Como resultado, foram selecionados 8 (oito) ODS que mostraram maior aderência com a atual estratégia da companhia, seja ela praticada por meio de projetos e programas existentes ou estabelecida no Plano Estratégico 2015/2030.

Importante salientar que foi utilizada a metodologia AHP – *"Analytic Hierarchy Process"*, para hierarquizar e priorizar os 5 (cinco) ODS mais representativos em importância para a Eletrobras dentre os 8 (oito) ODS selecionados anteriormente.

A seguir são listados os ODS hierarquizados conforme metodologia AHP:

Hierarquização	Priorização			
		16 Paz Justiça e Instituições Fortes	Paz, Justiça e Instituições Fortes	19,11%
		7 Energia Acessível e Limpa	Energia Acessível e Limpa	16,91%
		9 Indústria, Inovação e Infraestrutura	Indústria, Inovação e Infraestrutura	14,78%
		8 Trabalho Decente e Crescimento Econômico	Emprego Digno e Crescimento Econômico	11,53%
		13 Ação Contra a Mudança Global do Clima	Combate às Alterações Climáticas	11,43%
		3 Saúde e Bem-estar	Boa saúde e Bem-estar	10,90%
		10 Redução das Desigualdades	Redução das Desigualdades	8,60%
		12 Consumo e Produção Responsáveis	Consumo e Produção Sustentáveis	6,74%

Em 2017, reafirmamos nosso compromisso com os Direitos Humanos fazendo parte de outras iniciativas relacionadas com o tema, como o Pacto Global da ONU, o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça e Cidadania – SPM/MJC, os Princípios de Empoderamento das Mulheres – iniciativa conjunta da ONU Mulheres e Pacto Global e o Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

A Eletrobras busca incorporar o desafio da promoção da igualdade de oportunidades para todas as pessoas, através de ações práticas nas suas atividades internas, tais como treinamentos que visam ao esclarecimento de conceitos relacionados ao tema, promoção da equidade de gênero e raça nas campanhas publicitárias organizacionais e a manutenção do "Canal de Gênero", instrumento que viabiliza denúncias e reclamações a respeito do tema. Este é um compromisso também expresso no "Código de Ética e de Conduta das Empresas Eletrobras" e na "Política de Responsabilidade Social das Empresas Eletrobras".

2.1. Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico da Eletrobras foi desenvolvido visando identificar tendências, riscos e incertezas relacionados aos seus negócios. Os estudos que embasaram as estimativas e que orientaram esse planejamento consideraram expectativas atuais e referentes a eventos futuros, além de tendências financeiras e não financeiras para um horizonte temporal de 15 anos.

No ano de 2017, a Eletrobras manteve seu alinhamento ao Plano Estratégico 2015-2030. Visando o cumprimento de sua Missão e o alcance de sua Visão de Futuro, a Eletrobras manteve a orientação de sua atuação no portfólio de negócios através de 5 diretrizes estratégicas: Desempenho Econômico-Financeiro Superior, Expansão Sustentável, Eficiência Operacional, Excelência em Pessoas e Cultura de Excelência e Readequação do Modelo de Negócios, Governança e Gestão.



Missão: Atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável;

Visão 2030: Estar entre as 3 maiores empresas globais de energia limpa e entre as 10 maiores do mundo em energia elétrica, com rentabilidade comparável às melhores do setor e sendo reconhecida por todos os seus públicos de interesse;

Valores: Ética e transparência, foco em resultados; valorização e comprometimento das pessoas; empreendedorismo e inovação e sustentabilidade.

Como desdobramento do Plano Estratégico 2015-2030, é elaborado anualmente o Plano Diretor de Negócio e Gestão ("PDNG"). Com horizonte de cinco anos, este documento tem por objetivo apresentar uma proposta de enfrentamento aos desafios impostos pelo contexto atual do país e do setor elétrico.

Em 2017, a Eletrobras intensificou seus esforços visando à realização das metas previstas em seu PDNG 2017-2021, superou desafios e obteve resultados importantes relacionados aos 3 Pilares Estratégicos definidos como prioridade para o quinquênio 2017 - 2021: Governança e Conformidade, Excelência Operacional e Disciplina Financeira.

Em relação aos projetos definidos no PDNG 2017-2021, a Eletrobras obteve os seguintes resultados:

Governança e Conformidade – Realizações

- Implementação de canal de denúncias independente;
- Melhorias no Programa Eletrobras 5 Dimensões, abordado no item 4.9
- Estabelecimento de processo de *due dilligence* para fornecedores críticos;
- Criação de Comitê e área de Segurança da Informação;
- Implementação de gerenciamento e tratamento de denúncias de forma centralizada;
- Obtenção da certificação do indicador de governança – IG/SEST – Nível 1 (Excelência);
- Alterações no Estatuto social da Holding e subsidiárias conforme Lei nº 13.303/16;
- Política de alçadas para as empresas Eletrobras; e
- Aprovação da Política de Transações com Partes Relacionadas.

Excelência Operacional – Realizações

- Reestruturação organizacional - redução de 758 funções gratificadas, superando a meta em 29% e economia de R$ 74,3 milhões/ano, superando a meta em 10%;
- 2.055 adesões ao Plano de Aposentadoria Extraordinário ("PAE"), resultando numa economia anual estimada de R$ 826 milhões;
- Início da operação do Centro de Serviços Compartilhados ("CSC") em março/18;
- Implantação do PRO-ERP em duas ondas no ano de 2018;
- Ganhos acumulados com atuação na Comercialização de Energia de R$ 287,9 milhões; e
- Atuação integrada das empresas Eletrobras na discussão com a ANEEL acerca da revisão tarifária de Geração e Transmissão.

Disciplina Financeira – Realizações

- Redução da Dívida Líquida/Ebitda Gerencial de 6,7 em 2016 para 3,7 em 2017;
- Conclusão da modelagem para a venda da participação em 70 SPEs totalizando um montante de R$ 2,5 bilhões em valor contábil;
- Preparação para privatização das 6 empresas distribuidoras, as quais tiveram a venda aprovada na 170ª AGE realizada em fevereiro de 2018;
- Aprovação do Conselho de Administração para início dos estudos de reestruturação societária entre Eletrosul e CGTEE;
- Adesão ao novo REFIS - Programa de Recuperação Fiscal e aperfeiçoamento do processo de compensação de tributos federais geraram um benefício de R$ 1.831 milhões; e
- Aprovação da proposta de desestatização da Eletrobras pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos ("CPPI").

Plano Diretor de Negócios e Gestão 2018 a 2022

Em dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Eletrobras, em reunião realizada em 15 de dezembro de 2017, aprovou o novo Plano Diretor de Negócios e Gestão para o período de 2018 a 2022 ("PDNG 2018-2022"), o qual contempla metas e projetos para o alcance dos objetivos estratégicos, mantendo o alinhamento com a Identidade Empresarial da Eletrobras – Missão, Visão 2030 e Valores bem como apresenta algumas atualizações em relação ao PDNG 2017-2021.

O novo Plano Diretor de Negócios e Gestão para o período de 2018 a 2022 ("PDNG 2018-2022) prevê 5 macro estratégias desmembradas em 28 iniciativas com foco na Sustentabilidade Empresarial através da disciplina financeira, excelência operacional, governança e conformidade, valorização da pessoas e atuação sustentável.

Para o enfrentamento dos desafios que ainda persistem para o próximo quinquênio, o PDNG 2018-2022, à semelhança do seu antecessor, considera como prioritários os mesmos três pilares estratégicos: Governança e Conformidade, Disciplina Financeira e Excelência Operacional. Entretanto, em face do Programa de Aposentadoria Extraordinária ("PAE"), que promoveu o desligamento de empregados em 2017 e do início da implantação do Centro de Serviços Compartilhado e do Sistema de Gestão Integrado ("ERP") único, a Companhia entende como relevante a priorização de projetos relacionados à gestão de pessoas, o que resultou na inclusão do quarto pilar "Valorização das Pessoas" no PDNG 2018-2022.

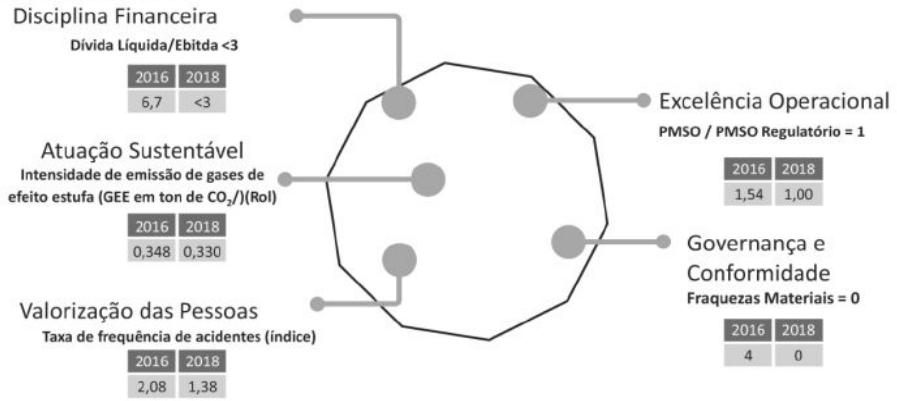
continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Além disso, em consonância com as diretrizes estratégicas de atuação estabelecidas no Planejamento Estratégico 2015-2030 e do alinhamento pretendido com a Agenda 2030 lançada pela ONU – Organização das Nações Unidas, adotada pelo Governo Brasileiro, a Companhia criou o quinto pilar "Atuação Sustentável" que deverá abrigar os projetos relacionados ao tema sustentabilidade.



1. Governança e Conformidade – iniciativas que visam melhorar o processo de tomada de decisões, aumentando a transparência perante o mercado e a confiança de investidores, através de alinhamento estratégico, transparência de informações, conformidade, aprimoramento de controles internos, gestão de riscos, equidade de tratamento aos acionistas e partes interessadas, prestação de contas e responsabilidade corporativa. Possui 4 iniciativas associadas:

1. Consolidação do Programa Eletrobras 5 Dimensões;
2. Melhoria Contínua do Ambiente de Controles Internos;
3. Implementar ações para listagem em Índices e obtenção de selos de Governança Corporativa; e
4. Preparação para Democratização de Capital da Eletrobras Holding. O Ministério de Minas e Energia ("MME") propôs ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República ("CPPI"), a desestatização da Eletrobras, através da denominada "democratização do capital", em agosto de 2017. De acordo com a recomendação do MME, no Projeto de Lei, divulgado em janeiro de 2018 a democratização do capital da Eletrobras deverá ocorrer, principalmente, por meio de aumento de capital por subscrição pública de ações ordinárias, sem que o Governo Federal (direta ou indiretamente por meio de empresa por ele controlada) subscreva novas ações nesse processo, diluindo sua participação acionária. Em complemento, foi aprovada, em março de 2018, a Resolução nº 30 do Conselho do Programa de Parcerias de Investimento da Presidência ("Resolução CPPI 30") de 19 de março de 2018, que trata da execução e do acompanhamento do processo de desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras.

2. Disciplina Financeira – iniciativas que visam diminuir dívida líquida e bruta da Eletrobras, por meio de privatizações, desmobilização de ativos operacionais e não operacionais, aprimoramento da gestão técnica e econômico-financeira dos empreendimentos com adequação da estrutura financeira da Empresa. Possui 9 estratégias associadas:

1. Privatização das Distribuidoras.
2. Venda de Imóveis Administrativos;
3. Venda de Participações em Sociedades de Propósito Específico ("SPEs");
4. Reestruturação Societária visando aproveitamento de crédito fiscal;
5. Otimização Tributária;
6. Empréstimo Compulsório;
7. Fundos de Previdência das Empresas Eletrobras;
8. Orçamento Base Zero; e
9. Estratégia para Carteira de Ações, detidas pela Eletrobras, em Coligadas.

3. Excelência Operacional – iniciativas que buscam, por intermédio do constante aperfeiçoamento dos processos da empresa, integrar e melhorar a tomada de decisão com adoção das melhores práticas, mais eficientes e, acima de tudo, alinhadas à remuneração regulatória aprovada para a companhia. Possui 8 estratégias associadas:

1. Reestruturação Organizacional;
2. Implantação do PRO-ERP;
3. Centro de Serviços Compartilhados ("CSC");
4. Redução de Custos de Pessoal;
5. Estratégia Regulatória para Geração e Transmissão;
6. Comitê de Comercialização de Energia Elétrica;
7. Plano de Retomada das Obras da Usina Nuclear de Angra 3; e
8. Modernização e Automação de Instalações de Geração e Transmissão.

4. Atuação Sustentável – iniciativas que mostram o alinhamento da companhia aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, lançado pela ONU em 2015, na Agenda 2030. Essas iniciativas apresentam uma proposta de atuação equilibrada, mesclando consciência e responsabilidade socioeconômica e ambiental em todas as etapas das atividades da empresa, procurando criar valor para todas as partes interessadas. Possui 4 estratégias associadas:

1. Compromisso com a Agenda 2030;
2. Prospectar Oportunidades via *"Green Bond"*;
3. Metodologia para medir resultado de projetos de P&D+I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação); e
4. Implementação de Relato Integrado;

5. Valorização das Pessoas – iniciativas que visam criar um ambiente de meritocracia, por meio do reconhecimento e da valorização da qualificação e da competência do colaborador e de mobilidade interna, que será necessário para a empresa obter melhor desempenho e resultados satisfatórios, num período de mudanças organizacionais relevantes tais como o Centro de Serviços Compartilhados e a implantação de um Sistema de Gestão Integrado único. Possui 3 estratégias associadas:

1. Dimensionamento quali-quantitativo de pessoal;
2. Aperfeiçoamento do Sistema de Gestão de Desempenho; e
3. Banco de Talentos e Oportunidades.

Sustentada por esses cinco pilares encontra-se a Ambição Estratégica do Sistema Eletrobras:

"Potencializar vantagens competitivas em Geração, Transmissão e Comercialização, atingindo sustentabilidade empresarial reconhecida por todas as partes interessadas."

Investimentos

O PDNG 2018-2022 prevê investimentos nos segmentos de geração, transmissão, distribuição e infraestrutura e outros que, no quinquênio, totalizam cerca de R$ 19,75 bilhões, dos quais R$ 14,2 bilhões representam investimentos corporativos e R$ 5,5 bilhões em SPE, conforme tabela a seguir. Os investimentos em distribuição são decorrentes do prazo previsto para conclusão do processo de privatização e/ou encerramento das atividades de distribuição.

Observa-se que, deste total, cerca de R$ 12,4 bilhões (63%) estão previstos para a expansão, ampliação e manutenção do parque de usinas e linhas de transmissão novos e já contratados de empreendimentos corporativos, e R$ 260 milhões (1,3%) para distribuição de energia.

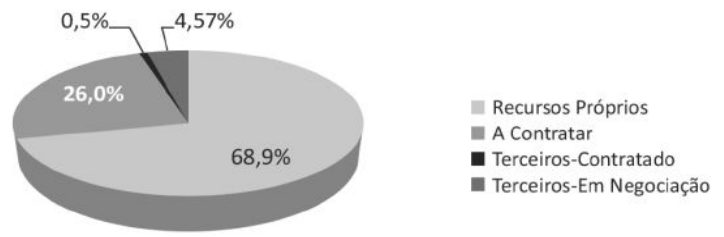
Para infra-estrutura serão investidos R$ 1,5 bilhão. No que se refere aos investimentos em SPEs, de cerca de R$ 5,5 bilhões serão investidos no período de 2018-2022, sendo cerca de R$ 4,8 bilhões direcionados ao segmento de geração.

O cenário aprovado para o quinquênio prevê majoritariamente investimentos em projetos existentes e/ou em contratação, com exceção apenas para negócios que foram considerados estratégicos para a Companhia.

R$ mil

		2018	2019	2020	2021	2022	2018-2022
Corporativo	**Total**	**4.381.824**	**3.093.866**	**2.490.297**	**2.205.130**	**2.067.960**	**14.239.077**
Geração	**Total Geração**	**1.321.200**	**968.469**	**1.055.100**	**938.026**	**874.251**	**5.157.046**
	Manutenção	745.079	705.075	677.592	601.472	605.386	3.334.604
	Construção	494.957	212.047	341.296	320.152	251.637	1.620.090
	Ampliação	81.163	51.346	36.212	16.402	17.228	202.352
Transmissão	**Total Transmissão**	**2.367.401**	**1.857.587**	**1.184.075**	**994.385**	**896.433**	**7.299.881**
	Manutenção	508.333	675.321	596.755	536.831	455.869	2.773.109
	Construção	238.844	376.288	23.713	–	–	638.846
	Ampliação	1.620.224	805.978	563.607	457.554	440.564	3.887.926
Infraestrutura e outros		433.690	267.810	251.121	272.718	297.277	1.522.617
Distribuição		259.533	–	–	–	–	259.533
SPE	**Total**	**1.825.827**	**688.084**	**677.392**	**898.108**	**1.427.784**	**5.517.195**
Geração	**Total Geração**	**1.489.884**	**389.110**	**639.353**	**890.725**	**1.427.784**	**4.836.855**
	Manutenção	142.122	–	–	–	–	142.122
	Construção	1.208.500	342.707	589.063	839.573	1.096.998	4.076.841
	Ampliação	139.262	46.403	50.290	51.151	330.786	617.892
Transmissão	**Total Transmissão**	**335.943**	**298.974**	**38.039**	**7.383**	**–**	**680.340**
	Manutenção	103.127	–	–	–	–	103.127
	Construção	174.145	58.359	7.941	7.383	–	247.828
	Ampliação	58.671	240.616	30.098	–	–	329.385
Total de investimentos Eletrobras		**6.207.651**	**3.781.950**	**3.167.689**	**3.103.238**	**3.495.744**	**19.756.272**

Fonte de Recursos 2018-2022



As fontes para financiamento dos investimentos em geração e transmissão corporativos e através de SPEs no período de 2018 a 2022, cujo montante é de R$ 17,9 bilhões, são compostas por 68,9% de Recursos Próprios, 26% de Recursos de Terceiros à contratar, 4,6% recursos de terceiros em negociação e 0,5% recurso de terceiro já contratado.

Em 2017, o Sistema Eletrobras realizou um total de R$ 5,2 bilhões, o que corresponde a 58% do orçamento de investimento orçado para o ano conforme PDNG 2018-2022, sendo R$ 3,05 bilhões corporativos distribuídos conforme tabela abaixo.

Como principais projetos, cita-se a Implantação de Angra III, em que houve frustração de 57,6% na realização em relação a 2016, principalmente pelo fato de a empresa continuar com dificuldades de revisão tarifária de Angra.

No tocante à Implantação Parques Eólicos de Geração de Energia Elétrica no Nordeste (Chesf), destaca-se um incremento de 244,9% de realização em relação a 2016, para a conclusão de parque eólico composto de 14 unidades geradoras, concluído em dezembro de 2017, com autorização para a comercialização de energia elétrica e previsão para janeiro de 2018.

Natureza dos Investimentos (R$ mil)	Orçado 2017	%	Realizado 2017	2016	2015	2014	2013
Investimentos Corporativos							
Geração	1.770.333	43,1%	762.395	1.092,34	2.162,98	2.182,88	2.630,91
Transmissão	1.331.329	58,1%	772.957	1.204,92	1.855,35	2.111,04	2.281,84
Distribuição	1.770.168	26,4%	467.296	861,15	791,2	577,46	741,17
Manutenção - Geração	493.484	42,1%	207.803	201,16	330,97	393,75	427,4
Manutenção - Transmissão	341.168	80,2%	273.508	315,62	405,51	477,95	472,21
Manutenção - Distribuição	397.942	100,0%	397.942	274,78	212,19	151,35	204,38
Outros*	411.192	40,8%	167.698	265,59	301,33	370,1	501,16
Subtotal	**6.515.617**	**46,80%**	**3.049.599**	**4.215,50**	**6.059,52**	**6.264,54**	**7.259,06**
Inversões Financeiras em SPEs							
Geração	1.801.660	85,6%	1.542.212	3.450,52	3.181,30	3.703,65	3.219,39
Transmissão	636.389	97,7%	621.801	1.044,92	1.153,99	1.437,14	745,32
Subtotal	2.438.049	88,76%	2.164.013	4.495,44	4.334,29	5.140,79	3.964,71
TOTAL GERAL	**8.953.666**	**58,23%**	**5.213.612**	**8.710,99**	**10.393,31**	**11.405,33**	**11.223,77**

* Pesquisa, Infraestrutura, Qualidade Ambiental.

Quanto aos investimentos em parcerias destacamos Implantação da UHE Belo Monte, num total de R$ 0,58 bilhão, equivalente a 26,7% do total investido em 2017; UHE Jirau no valor de R$ 0,20 bilhão ou 9,2% do realizado; UHE São Manoel no valor de R$ 0,23 bilhão ou 10,8% do realizado; e UHE Belo Monte – Belo Monte Transmissora de Energia S/A, cujo investimento foi de R$ 0,38 bilhão, representando 17,7% dos Investimentos em Parcerias em 2017.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Empresas Eletrobras	Valor do Investimento em SPEs (R$ mil)			
	2017		2016	
	Geração	Transmissão	Geração	Transmissão
Eletrobras	173.700	0	600.000	0
Eletronorte	392.382	197.225	890.193	392.039
Chesf	522.499	0	875.106	735
Furnas	313.393	423.196	678.713	649.741
Eletrosul	140.237	1.380	406.503	2.400
Total	**1.542.212**	**621.801**	**3.450.516**	**1.044.915**

2.2. Estrutura Societária

Atuamos como uma empresa Holding que controla grande parte dos sistemas de geração e transmissão de energia elétrica do Brasil por intermédio das subsidiárias CGTEE, Chesf, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul, Furnas e Amazonas GT. Além de principal acionista dessas empresas, a Eletrobras, em nome do governo brasileiro, detém metade do capital de Itaipu Binacional. A Holding também desenvolve projetos de P&D+I, realiza serviços tecnológicos e laboratoriais especializados por meio do Cepel e controla a Eletropar. Essa última tem como objetivo a busca constante pela eficiência operacional no desempenho de sua atividade e a manutenção de sua posição acionária nas empresas das quais participa. Além disso, atua na área de distribuição de energia por meio das empresas Amazonas Energia, Eletroacre, Boa Vista Energia, Ceron, Cepisa e Ceal.

Ao longo de 2017, os principais eventos societários que impactaram os investimentos da Companhia e suas controladas estão detalhados a seguir:

- A Eletrobras realizou diversos aportes na SPE Norte Energia, proporcional a sua participação acionária de 15%, os quais totalizaram R$ 173 milhões; e
- Em dezembro de 2017, a Eletrosul transferiu à Eletrobras, em caráter irrevogável e irretratável, a proporção de 99,99% das ações ordinárias das SPEs Eólica Chuí IX, Eólica Hermenegildo I, II e III. Na mesma data, a Eletrosul também transferiu à Eletrobras 605.788.000 ações ordinárias e 29.400.000 ações preferenciais da SPE Santa Vitória do Palmar Holding. Tal transferência se deu dentro do processo de dação em pagamento conforme estabelecido no antigo PDNG 2017-2021.

A tabela abaixo indica o valor de transferência das SPEs, que foi abatido do saldo de dívida que a Eletrosul possui junto à Eletrobras.

SPEs Transferidas em 29/12/2017	
Chui Holding	R$ 410.055.875,00
Santa Vitoria Holding	R$ 176.436.860,00
Hermenegildo I	R$ 121.704.368,00
Hermenegildo II	R$ 128.617.521,00
Hermenegildo III	R$ 88.429.231,00
Chui IX	R$ 31.785.297,00
Total	**R$ 957.029.152,00**

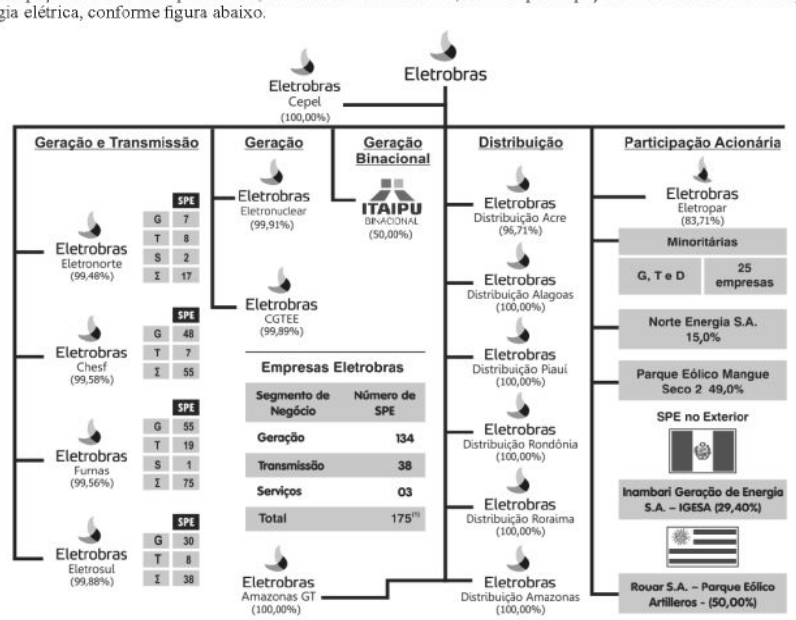
- Cabe mencionar que, em 31 de dezembro de 2017, estava ocorrendo o período de adesão à OPA da Energisa MT, e a Eletrobras decidiu aderir à operação. O Leilão da OPA foi realizado em 16/01/2018, ocasião em que a Eletrobras vendeu para a Energisa S.A. 1.168.717 ações ordinárias e 30.945.402 ações preferenciais da Energisa MT, ao preço de R$ 8,60 por cada tipo de ação, o que totalizou 32.114.119 ações, equivalentes a R$ 276.181.423,40.

Num segundo momento, conforme permitido pelo Edital, no Leilão da OPA da Energisa MT, realizado em fevereiro de 2018, a Eletrobras vendeu 10.255.310 ações preferenciais da Energisa MT, ao preço de R$ 8,63 (R$ 8,60 atualizado pela Taxa SELIC até essa data) por cada tipo de ação, totalizando R$ 88.503.325,30. A liquidação financeira ocorreu no dia 07 de fevereiro de 2018.

Após essa venda, a participação da Eletrobras passou a ser de 940.000 ações ordinárias e 3.559.000 ações preferenciais, equivalentes a, respectivamente, 1,28% e 2,55% do capital social de cada espécie, totalizando 4.499.000 ações, o que representa 2,11% do capital social total da Energisa MT.

A Eletropar participou do leilão de oferta pública de aquisição de ações ordinárias de emissão da CPFL Energia S.A. para alienação de sua participação. O leilão foi realizado em novembro de 2017, com a venda da totalidade de ações que a Eletropar possuía da CPFL, ou seja, 1.802.104, obtendo o montante de R$ 49,9 milhões.

A Companhia ainda possui participação em 175 SPEs no Brasil, sendo 134 de geração e 38 de transmissão, em sua maioria com participação até 49% do capital social, e mais 2 SPEs no exterior, além de participações minoritárias em 25 empresas de energia elétrica, conforme figura abaixo.



(1) O quantitativo de SPEs está levando em consideração as participações diretas e indiretas em SPE, e desconsiderando as Sociedades de Propósito Específico que participam em mais de uma Empresa Eletrobras, diferentemente dos quantitativos considerados nos quadros de cada empresa.
(2) Os empreendimentos de geração eólica Serra do Mel I, II e III foram desconsiderados da contagem de SPEs, visto que se tratam de consórcios.

Conforme o antigo PDNG 2017-2021, uma das metas em Disciplina Financeira é o desinvestimento em SPEs que tem por objetivo promover a quitação de dívidas dessas controladas com a Eletrobras, que poderá manter os ativos que vier a receber por quitação de dívidas para atingir a meta de diminuir a alavancagem consolidada. Nesse sentido, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 2018, a transferência para Eletrobras holding e alienação de 70 participações acionárias detidas pelas subsidiárias – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco ("Chesf"), Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte") e Eletrosul Centrais Elétricas S.A. ("Eletrosul"), em Sociedades de Propósito Específico ("SPEs").

A operação de alienação das participações societárias da Eletrobras em Sociedades de Propósito Específico ("SPEs") detidas pelas subsidiárias está em andamento e se dará em formato de leilão previsto para ser realizado no primeiro semestre de 2018.

3. PANORAMA ECONÔMICO-SETORIAL E REGULATÓRIO

3.1. Panorama Econômico-Setorial

Em 2017, o PIB fechou o ano de 2017 com crescimento de 1,0%, sua primeira alta após dois anos de retração. Segundo a ótica da oferta, o resultado foi influenciado pelos setores agropecuário, que cresceu 13% em relação ao ano anterior, com destaque para as safras de soja e milho; de serviços também apresentou crescimento de 0,3% no ano; e o setor da indústria ficou estagnado após a queda dos últimos anos. No âmbito da demanda, o crescimento de 1% do consumo interno das famílias em 2017 teve influência positiva no PIB, contribuindo para a recuperação da economia e estimulando o setor de serviços novamente.

A inflação medida pela variação do IPCA alcançou 2,95% em 2017 (contra 6,29% em 2016), permanecendo abaixo do piso da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no âmbito do regime de metas para a inflação. Contribuiu para a desvalorização do IPCA em 2017 a redução nos preços dos alimentos e bebidas. O Índice Geral de Preços IGP-DI, que se caracteriza pela maior volatilidade quando comparado ao IPCA, terminou o ano com deflação de 0,42% em 2017 (7,15% em 2016). Esta queda se deu, sobretudo, pelos preços dos produtos agropecuários no atacado e dos alimentos no varejo.

A balança comercial registrou superávit recorde de US$67,1 bilhões em 2017, ante US$ 47,7 bilhões do ano anterior. Apesar do aparente bom resultado, tanto exportações quanto importações apresentaram movimentos de crescimento em 2017. Segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, as exportações brasileiras em 2017 aumentaram 17% na comparação com 2016, quando somaram US$ 217,8 bilhões, em função, principalmente, do crescimento dos preços das *commodities*.

O setor de energia elétrica apresentou consumo total 463.948 GWh até dezembro de 2017, o que representa um aumento de 0,8% em comparação com 2016, segundo a Empresa de Pesquisa Energética ("EPE"). Segundo a EPE, o clima e ciclo de faturamento fizeram consumo da classe residencial crescer 0,3% no mês, a classe comercial apresentou alta de 1,4% com crescimento em todas as regiões. O Consumo industrial aumentou 4,4% em dezembro, com destaque para os setores metalúrgico com alta de 11,0%, fabricação de produtos de borracha e plástico, apresentou alta de 6,8% e automotivo, alta 6,6%. Em 2017, todas as classes apresentaram aumento no consumo de energia sendo: industrial +1,3%, residencial +0,8% e comercial +0,3%. Quanto à regiões geográfica, exceto pelo Nordeste, que apresentou queda de 0,1% no consumo de energia, a região norte apresentou aumento de 0,6%, o sudeste aumento de 0,3%, o centro-oeste aumento de 1,9% e o sul aumentou 3,0% em comparação com o ano de 2016.

3.2. Panorama Regulatório

Eletrobras

O destaque no ano de 2017 seu deu por conta da intensão do Ministério de Minas e Energia de desestatização da Eletrobras. A Decisão foi aprovada pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos ("CPPI"). Além disso, em janeiro de 2018 foi encaminhado ao Congresso Nacional, o Projeto de Lei que dispõe sobre a desestatização e modelagem de venda da Eletrobras, além de alterar as Leis nº 10.438 de 26 de abril de 2002, a Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000 e a Lei nº 5.899 de 5 de julho de 1973. O conteúdo do projeto de Lei na íntegra pode ser acessado no site do Ministério de Minas e Energia.

Em março de 2018, foi aprovada a Resolução nº 30 do Conselho do Programa de Parcerias de Investimento da Presidência ("Resolução CPPI 30") de 19 de março, que trata da execução e do acompanhamento do processo de desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras.

É importante destacar que, a efetivação da operação em referência ainda depende de outras autorizações governamentais, avaliação das autorizações legais e regulatórias que serão necessárias, avaliação do modelo a ser adotado e observância dos procedimentos específicos, por ser tratar de sociedade de economia mista, de capital aberto, com ações listadas na Bolsa de São Paulo (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão), de Nova York (NYSE) e Madri (Latibex), além da avaliação quanto às obrigações contratuais assumidas pela companhia.

- **Medida Provisória nº 814 de 28 de dezembro de 2017**, que altera a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, que dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados, e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("Proinfa") e a Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") e dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica. A referida medida revoga o artigo 31 da Lei nº 10.848/04, que excluía a Eletrobras e suas controladas – Furnas, Companhia Hidroelétrica do São Francisco ("Chesf"), Eletronorte, Eletrosul e a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica ("CGTEE") – do Programa Nacional de Desestatização.

Geração

- Em julho de 2017, o Ministério de Minas e Energia, através do Processo nº 48000.001405/2016-67 divulgou a Nota Técnica nº 05 a qual sugere uma série de medidas legais que viabilizem o futuro do setor elétrico com sustentabilidade no longo prazo. O novo marco regulatório traz aprimoramentos ao setor conforme abaixo:

1. Decisões que orientam a reforma a elementos de coesão: pacotes de medidas política perenes;
2. Flexibilidade do modelo do setor elétrico: permite destravamento do modelo e gerenciamento dinâmico dos riscos sistêmicos e comerciais;
3. Alocação adequada de custos entre agentes: correção e racionalização de subsídios; e
4. Medidas de Sustentabilidade: propostas de desjudicialização e distribuição de renda dos ativos do setor.

- Através da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.265/17, no âmbito do processo de reajuste anual, foram homologadas as receitas anuais de geração das usinas hidrelétricas cujas concessões forma renovadas em 2013 ("RAGs"), conforme Lei nº 12.783/13. Foi verificada uma variação média de 0,6%, para as usinas da Eletrobras, entre a RAG do ciclo 2016-2017 e a RAG do ciclo 2017-2018, conforme tabela a seguir:

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Empresa	Usina	RAG Ciclo 2016-2017* (R$)	RAG Ciclo 2017-2018** (R$)	Variação (%)
Chesf	Boa Esperança	50.423.649,95	48.803.465,48	-0,03
	Complexo Paulo Afonso	540.592.583,98	527.311.662,31	-0,03
	Funil - BA	6.140.599,05	8.912.943,13	0,45
	Itaparica (Luiz Gonzaga)	209.243.762,78	212.288.732,81	0,02
	Pedra	3.845.827,91	3.681.606,84	-0,04
	Xingó	398.752.712,87	405.546.778,14	0,02
Eletronorte	Coaracy Nunes	12.073.482,02	11.254.603,33	-0,07
Furnas	Corumbá I	59.886.985,42	60.753.170,19	0,01
	Estreito (L.C. Barreto)	133.063.582,42	148.407.001,86	0,12
	Funil - RJ	28.961.571,79	28.006.827,58	-0,03
	Furnas	227.449.454,35	212.604.018,19	-0,07
	Marimbondo	187.616.445,02	202.562.410,10	0,08
	Porto Colômbia	45.383.282,51	44.206.525,56	-0,03
Total Eletrobras		1.903.433.940,07	1.914.339.746	0,006

* Dados da Resolução Homologatória nº 2.107/16
** Dados da Resolução Homologatória nº 2.265/17

Transmissão

Ao longo do ano de 2017 ocorreram modificações importantes no ambiente regulatório que impactaram diretamente o negócio de transmissão, dentre as quais destacam-se:

A Resolução Homologatória nº 2.258/17 estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas - ("RAPs") para as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica para o ciclo 2017-2018 (01/07/2017 a 30/06/2018). Além da correção pela inflação, o aumento das ("RAPs") se deu por conta da entrada em operação de reforços e melhorias autorizados, e, sobretudo, devido ao início do pagamento das indenizações previstas na Resolução Normativa nº 762/17, dos ativos reversíveis ainda não amortizados previstos no art. 15º, § 2º, da Lei nº 12.783/13. Em 31/12/17, a RAP das empresas Eletrobras foi de aproximadamente R$ 11,2 bilhões, conforme tabela a seguir, representando um aumento de 174% em relação a 2016.

Empresa	RAP 2017 (R$ milhões)
Chesf	3.147,54
Eletronorte	1.946,65
Eletrosul	1.382,64
Furnas	4.720,11
Amazonas GT	46,86
Total	**11.243,81**

Em 2017, visando aumentar a atratividade necessária para investimentos no setor, a ANEEL estabeleceu novas condições para os leilões de transmissão. Houve mudanças nas condições de execução e devolução das garantias de fiel cumprimento. O prazo mínimo para a execução progressiva das garantias por atraso no cronograma do empreendimento passou de 60 para 90 dias. Além disso, foi extinta a execução por atraso nos marcos de apresentação do projeto básico, de obtenção das licenças ambientais e de aquisição e entrega de equipamento.

- Resolução Normativa nº 758/17 – Estabeleceu as condições gerais para a incorporação das Demais Instalações de Transmissão ("DIT") no Ativo Imobilizado das concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica. Com a transferência das referidas instalações estima-se para as empresas Eletrobras, uma perda de RAP de R$ 22 milhões e uma indenização a ser recebida da ordem de R$ 49 milhões.
- Resolução Normativa nº 762/17 – Definiu os procedimentos e critérios a serem utilizados no cálculo do custo de capital a ser adicionado à Receita Anual Permitida ("RAP") de cada concessionária de transmissão abrangida pela Lei nº 12.783/13, em consonância com a Portaria MME nº 120/16. Segundo o normativo, os ativos previstos no art. 15, § 2º, da Lei nº 12.783/13 (ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000), passam a compor a Base de Remuneração Regulatória ("BRR") das concessionárias de transmissão de energia elétrica. O custo de capital das transmissoras, composto por parcelas de remuneração e quota de reintegração regulatória, relativo à BRR mencionada, passou a compor as respectivas Receitas Anuais Permitidas ("RAP"), no ciclo tarifário iniciado em 1º de julho de 2017, tendo dois componentes: (i) econômico – o custo de capital dos ativos com vida útil residual em 1º de julho de 2017, a ser recebido pelo prazo remanescente de vida útil dos mesmos; e (ii) financeiro – o custo de capital não incorporado desde 1º de janeiro de 2013 até 30 de junho de 2017, a ser recebido no prazo de 08 ciclos tarifários.

Ocorre que em 10 de abril de 2017 foi proferida decisão de antecipação de tutela pelo juízo da 5ª Vara Federal do Distrito Federal, determinando que a ANEEL exclua a componente financeira da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Em razão dessa decisão, a ANEEL emitiu o Despacho nº 1.779/17, mediante o qual deu cumprimento à mesma, estendendo sua aplicação a todos os usuários do sistema de transmissão. Os efeitos da referida decisão liminar já foram aplicados ao processo de homologação do reajuste anual da RAP para o ciclo tarifário 2017-2018, e perdurarão para os ciclos tarifários futuros enquanto vigorar a decisão judicial.

- Despacho nº 3.577/17 – Aprova o Plano de Transferência apresentado pela Eletrosul como alternativa à extinção da concessão delegada pelo Contrato de Concessão nº 1/2015-ANEEL, observado o seguinte: (i) participação da Eletrosul como acionista da Sociedade de Propósito Específico - SPE a ser criada pela *Shanghai Electric Power Transmission & Distribuition Co. Ltd.* limitada ao montante investido até a transferência do controle após a constituição da SPE, sendo que tal limitação durará entre a celebração do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão e a emissão de todos os respectivos Termos de Liberação Definitivos ("TLDs") e liberação pela ANEEL da Garantia de Fiel Cumprimento.
- Despachos nºs 4.279/17, 4.280/17, 4.281/17 e 4.282/17 – Tais normativos encaminham ao Ministério de Minas e Energia ("MME") proposta de declaração de caducidade dos Contratos de Concessão nº 5/07, nº 15/12, nº 18/11 e nº 19/11, respectivamente, celebrados com a Chesf, nos termos do art. 38 da Lei nº 8.987/95, e determina a aplicação das sanções contratuais cabíveis.
- No ano de 2017 a ANEEL instaurou 08 Audiências Públicas e 03 Consultas Públicas ("CP") relativas ao segmento de transmissão de energia elétrica. Destacamos aqui a Audiência Pública ("AP") nº 41/17 e a Consulta Pública ("CP") nº 12/17, tendo em vista a relevância dos temas e potenciais impactos para as transmissoras Eletrobras.

Visto que em julho de 2018 deverá ser homologada a Revisão Tarifária das transmissoras de energia elétrica, cujos contratos de concessão foram prorrogados nos termos da Lei nº 12.783/13, foi instaurada a AP nº 41/17 que trata do aprimoramento da proposta de regulamentação da revisão periódica das Receitas Anuais Permitidas ("RAP") das instalações de transmissão de energia elétrica, especificamente em relação às regras para apuração da Base de Remuneração Regulatória ("BRR") e de Outras Receitas.

Importante destacar aqui a participação efetiva das empresas Eletrobras em todas as fases do debate com o envio de contribuições estruturadas e fundamentadas de modo a subsidiar a discussão de um modelo que melhor represente os serviços prestados pelas transmissoras de energia, uma vez que, o processo de revisão periódica é fundamental para o equilíbrio econômico e financeiro das concessionárias de transmissão de energia elétrica e constitui oportunidade para o estabelecimento de uma remuneração justa e adequada.

Assim, buscando uma representação adequada e justa para os seus serviços prestados, seu papel no Sistema Interligado Nacional ("SIN") e o ambiente em que atuam, as empresas Eletrobras, em contribuição conjunta, apresentaram propostas à consulta.

Quanto à CP nº 12/17, instaurada em 11 de outubro de 2017, a mesma trata do aprimoramento da regulamentação do serviço público de transmissão de energia elétrica associada às instalações de transmissão em corrente contínua, principalmente no que diz respeito à definição de Funções de Transmissão próprias ao sistema.

A regulamentação do tema é de grande relevância para a Eletrobras, dado o impacto financeiro observado devido à aplicação de descontos elevados de Parcela Variável ("PV") aos sistemas de transmissão em corrente contínua, visto que o mesmo não possui regulamentação própria e está sendo tratado por analogia com sistemas em corrente alternada.

A Eletrobras tem exercido papel ativo na busca da regulamentação adequada às peculiaridades técnicas e operacionais dos sistemas de corrente contínua, tendo encaminhado à ANEEL proposta de alteração das Resoluções Normativas nº 191/05, nº 669/16 e nº 729/16.

A regulamentação dos sistemas de transmissão em corrente contínua terá continuidade em 2018.

Distribuição

No segmento de distribuição, mereceu destaque o avanço dos estudos para que pudessem ser privatizadas as empresas distribuidoras - Companhia de Eletricidade do Acre – Eletroacre, Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – Ceron, Amazonas Distribuidora de Energia S.A. – Amazonas Energia, Boa Vista Energia S.A. - Boa Vista Energia, Companhia Energética de Alagoas - Ceal e Companhia Energética do Piauí – Cepisa, conforme decisão da 165ª Assembleia Geral Extraordinária ("AGE").

Em dezembro, foi publicada a Portaria nº 468 do Ministério de Minas e Energia ("MME"), de 4 de dezembro de 2017, que prorroga o prazo estabelecido pelas Portarias MME nº 420, nº 421, nº 422, nº 423, nº 424 e nº 425, de 3 de agosto de 2016, para a prestação de serviços temporários de distribuição, nos termos e condições estabelecidos na Portaria MME nº 388, de 26 de julho de 2016, pelas Distribuidoras para até a assunção de novo concessionário ou até 31 de julho de 2018, o que ocorrer primeiro.

Nesse sentido, a 169ª AGE, ocorrida no dia 28 de dezembro de 2017, aprovou a retificação do item 7.9 da decisão da 165ª AGE, e prorrogou o prazo para assinatura do contrato de transferência do controle acionário detido pela Eletrobras nas distribuidoras referidas acima, desde que ocorra até 31 de julho de 2018.

Através da Resolução nº 20 do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, a modelagem para o processo de venda das distribuidoras foi definida assim como regras e prazos estabelecidos. Todos os estudos referentes às distribuidoras estão disponíveis em nosso site.

- Em 28/09/2017 foi publicado no Diário Oficial da União ("DOU") a Resolução Homologatória da Aneel Nº 2.306 DE 26 DE SETEMBRO DE 2017, que homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2017, as Tarifas de Energia – TE e as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD referentes à Companhia Energética de Alagoas – CEAL.

O reajuste contemplou as flexibilizações previstas na Audiência Pública da ANEEL nº 32/2017, no entanto, o art. 6º da resolução supracitada homologou o valor de R$ 113.562.362,10 (cento e treze milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e dez centavos) referente ao diferimento dos valores de Parcela B e Perdas não Técnicas, o qual deverá ser considerado no processo tarifário seguinte, atualizado pela SELIC.

Índice de Reajuste Tarifário – IRT 2017	Eletroacre	Ceal	Amazonas Energia	Cepisa	Ceron	Boa Vista
IRT Econômico	7,40%	11,65%	18,31%	14,69%	2,07%	35,46%
Parcela A	-0,20%	7,62%	8,24%	11,58%	0,08%	13,94%
Parcela B	7,60%	4,03%	10,07%	3,11%	1,99%	21,53%
Componentes Financeiros	2,67%	9,95%	0%	13,11%	0,89%	-4,88%
IRT Total	10,07%	21,60%	18,31%	27,80%	2,96%	30,58%
Diferimento	0%	8,17%	-5,98%	-8,51%	0%	-18,59%
Efeito Médio Consumidor Cativo	1,51%	21,60%	17,13%	27,63%	8,27%	35,26%

- Em 31 de março de 2017, foi publicado no Diário Oficial da União, a Resolução Homologatória nº 2.214 de 28 de março de 2017, a qual republicou as tarifas das distribuidoras, de forma a prover a reversão da previsão do Encargo de Energia de Reserva ("EER") da central geradora UTN Almirante Álvaro Alberto – Unidade III (Angra III).
- Em 1º de setembro de 2017, foi publicada a Portaria MME nº 346/17, que a altera a Portaria MME nº 388/16, e prevê que no processo tarifário do ano de 2017, a ANEEL deverá flexibilizar, de forma transitória, os parâmetros regulatórios referentes aos custos operacionais e às perdas não técnicas, com o objetivo de permitir o equilíbrio econômico da Concessão a ser licitada nos termos do art. 8º da Lei nº 12.783/13. Conforme estabelecido pela Diretoria da ANEEL, no âmbito da Audiência Pública 32/2017, essa flexibilização adotou a média entre o valor regulatório dos custos operacionais no processo de 2016 e o custo real incorrido pelas Distribuidoras Designadas da Eletrobras no mesmo período, o que implicou no incremento de R$ 515.300.533,00, ao custo operacional presente na Parcela B.

Mais informações sobre regulação do setor elétrico podem ser encontradas no site da ANEEL.

4. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Ética, transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa são os princípios que norteiam as nossas práticas de governança corporativa.

Os requisitos e funções dos órgãos de governança estão estabelecidos no Estatuto Social da companhia e nos respectivos Regimentos Internos, além da observância da legislação aplicável.

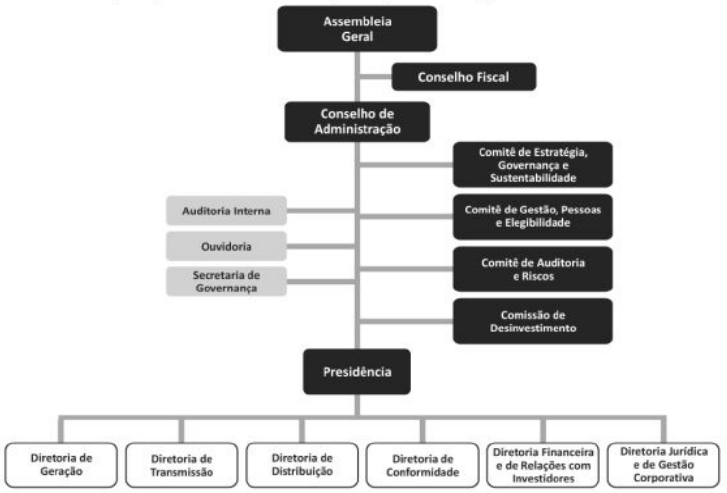
continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

O modelo de governança corporativa da Eletrobras conta com a Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração ("CAE"), Conselho Fiscal ("CF") e Diretoria Executiva ("DE"), conforme figura abaixo.



Em janeiro de 2017, foi criada a Comissão Interna Transitória de Elegibilidade ("CITE"), nos termos dos artigos 14 e 64, § 1º, do Decreto nº 8.945/16 para opinar de forma a auxiliar os acionistas na indicação de Administradores e Conselheiros Fiscais sobre o preenchimento dos requisitos e ausência de vedações para as respectivas eleições, com abrangência para a Eletrobras holding e todas as suas controladas.

Assim sendo, para toda indicação a cargos de conselheiros e diretores das empresas Eletrobras deve ser feita, previamente, uma avaliação pela área de integridade sobre a situação de conformidade dos indicados, assim como consultas à Ouvidoria das Empresas Eletrobras e ao Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade, que substituiu a CITE, em 26 de maio de 2017.

Em 2017, demos ainda um importante passo a fim de aprimorar nossas práticas de governança corporativa em atendimento à Lei nº 13.303/16, ("Lei das Estatais") e ao Decreto nº 8.945/16, ao promover uma reforma integral do estatuto social da Eletrobras, bem como outros instrumentos de governança – Manual do Conselheiro de Administração Representante, Manual do Conselheiro Fiscal Representante, Regimento Interno do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Comitês do CAE, além da divulgação da Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa, dentre outros.

Dentre os destaques das alterações do Estatuto Social destacamos:

- ✓ Adequação aos requisitos da "Lei das Estatais" e sua regulamentação;
- ✓ Institucionalização no estatuto de critérios e vedações objetivas para escolha de administradores - Política de Indicação das empresas Eletrobras;
- ✓ O Conselho de Administração contará com 30% de membros independentes em sua composição;
- ✓ Instalação e funcionamento do Comitê de Auditoria e Riscos;
- ✓ Comitê de Auditoria e Riscos e Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade, único, com escopo de atuação abrangendo as empresas controladas;
- ✓ Instituição de Política de Alçadas única para as empresas Eletrobras;
- ✓ Aumento de 1 conselheiro na composição do Conselho de Administração com indicação de 7 membros pelo MME dentre os quais dois deverão atender aos requisitos definidos para membros do Comitê de Auditoria, conforme Lei das Estatais e sua regulamentação;
- ✓ Requisitos para o Comitê de Auditoria: Independência da Administração e experiência profissional compatível com o cargo;
- ✓ Inclusão de atribuições do Conselho de Administração:
- ✓ Deliberar sobre os acordos de acionistas a serem firmados pela Eletrobras, suas subsidiárias ou controladas, antes de sua assinatura;
- ✓ Aprovar o regulamento de pessoal e estabelecer quantitativo de funções de confiança da Administração superior, bem como aprovar o quantitativo máximo de pessoal e a realização de concurso público, da Eletrobras e de suas controladas;
- ✓ Aprovar políticas corporativas, sendo as mesmas ratificadas pelos Conselhos de Administração de suas controladas.
- ✓ Avaliação de desempenho dos administradores, dos membros do Conselho Fiscal e dos membros dos Comitês conforme metodologia elaborada pela Eletrobras a ser aplicada também em suas empresas; e
- ✓ Institucionalização no estatuto de práticas de integridade, gestão de riscos e controles internos.

O Estatuto da Eletrobras dispõe sobre situações de conflito de interesse, segundo o qual é vedado ao administrador deliberar sobre matéria conflitante com seus interesses ou relativa a terceiros sob sua influência, nos termos do art. 156 da Lei nº 6.404, de 1976. Nessa hipótese, deverá registrar em ata a divergência e eximir-se de discutir o tema.

Para evitar possíveis conflitos e a utilização de informações confidenciais e estratégicas, o Presidente e os diretores não poderão exercer funções de direção, administração ou consultoria em empresas de economia privada, concessionárias de serviços públicos de energia elétrica ou em empresas de direito privado ligadas de qualquer forma ao setor elétrico, salvo nas subsidiárias, controladas, sociedades de propósito específico e empresas concessionárias sob controle dos Estados, em que a Eletrobras tenha participação acionária, onde poderão exercer cargos nos Conselhos de Administração e Fiscal, observadas as disposições da Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996, quanto ao recebimento de remuneração.

A Eletrobras desenvolve e atualiza continuamente instrumentos para o fortalecimento da governança corporativa, conforme abaixo, tendo como principal gestor destes instrumentos a área de Governança Corporativa, todos disponíveis no website da companhia.

- Estatuto Social
- Regimento Interno do CAE
- Regimento Interno do CF
- Regimento Interno dos Comitês
- Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa
- Código das Práticas de Governança Corporativa da Eletrobras
- Código de Ética
- Diretrizes Antitruste
- Política de Transação entre Partes Relacionadas
- Política de Indicações na *holding* e nas Controladas, Coligadas, Fundações e Associações das Empresas Eletrobrás
- Manual de Divulgação e Uso de Informações Relevantes e Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Eletrobras
- Manual do Conselheiro de Administração Representante das Empresas Eletrobras
- Manual do Conselheiro Fiscal Representante da Eletrobras
- Manual para Participação em Assembleias de Acionistas da Eletrobras
- Manual do Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras
- Plano Estratégico das Empresas Eletrobras
- Políticas das Empresas Eletrobras

Os administradores, conselheiros fiscais e membros dos comitês seguem os requisitos e vedações impostas pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 que a regulamentou, sem prejuízo do que a este respeito dispõe a legislação vigente e o Estatuto Social da companhia.

Avaliação de Desempenho da Administração

A Eletrobras realiza anualmente, desde 2013, a avaliação de desempenho individual e coletiva do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, como forma de garantir que os conselheiros e diretores exerçam suas atividades de forma alinhada à estratégia da companhia. A metodologia se tornou única para todas as empresas Eletrobras. Os resultados são pontuados e consolidados em um relatório e os respondentes participam de reunião de *feedback*. No início de cada ano é estabelecido o plano de trabalho da avaliação de desempenho mediante deliberação da Diretoria e do Conselho de Administração, que aprovam o cronograma da avaliação, no qual estão estipulados os prazos e as responsabilidades previstos para cada etapa do processo.

Os diretores e conselheiros realizam a sua autoavaliação e a avaliação de seu respectivo órgão. Os conselheiros avaliam também a Diretoria Executiva como órgão. Em 2017, foi realizada a primeira avaliação de desempenho do Conselho Fiscal, e está prevista para 2018 a avaliação de desempenho contemplando os Comitês do Conselho de Administração, o que evidencia a melhoria contínua das práticas de governança.

A Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 ("Lei das Estatais") e o seu decreto regulamentador, Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, trouxeram um novo perfil para os candidatos a cargos de administrador e conselheiro fiscal. Entre outras questões, foi estabelecido que os administradores e conselheiros fiscais das empresas estatais devem participar de treinamentos específicos sobre temas relevantes relacionados às suas atividades.

A partir dessa necessidade, a Eletrobras lançou, em 2017, o "Programa de Aprimoramento para Conselheiros e Diretores Eletrobras" que envolve várias ações educacionais para atender aos públicos da *Holding*, empresas controladas, coligadas e das SPEs, visando ao desenvolvimento dos conselheiros de administração, conselheiros fiscais e diretores de forma consistente e continuada. Esse programa trata de ciclos de palestras, congressos anuais, cursos presenciais e *on-line* e teve início com o curso "Conselho Fiscal na Prática", para conselheiros fiscais. Na sequência, foi realizada a palestra "Responsabilidades dos Conselheiros" para conselheiros de administração e fiscais representantes da Eletrobras em suas controladas e coligadas, durante o Encontro dos Conselheiros 2017.

Adicionalmente foi feito um treinamento voltado para os conselheiros de administração e fiscais representantes da Eletrobras em suas controladas e coligadas. O encontro abordou palestras sobre as responsabilidades dos conselheiros, instrumentos da governança, programa de treinamentos e desenvolvimento dos conselheiros.

4.1. Assembleias Gerais de Acionistas

Em 2017, realizou-se em conjunto 01 (uma) Assembleia Geral Ordinária e 01 (uma) Assembleia Geral Extraordinária que aprovaram: as Demonstrações Financeiras Completas referentes ao exercício social de 2016, a destinação do resultado do exercício; a eleição de 08 (oito) membros do Conselho de Administração e de 5 (cinco) membros e suplentes do Conselho Fiscal e respectivos suplentes; a remuneração global dos Administradores e dos membros efetivos do Conselho Fiscal; e a aprovação da alteração estatutária, com as modificações sugeridas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais ("SEST") e pela Secretaria do Tesouro Nacional ("STN").

Adicionalmente, em 2017, foram realizadas mais 02 (duas) Assembleias Gerais Extraordinárias que aprovaram, principalmente, os seguintes assuntos: aprovação da reforma do estatuto social da Eletrobras nos termos da Proposta da Administração, com as modificações sugeridas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais ("SEST") e pela Secretaria do Tesouro Nacional ("STN"); aprovação da retificação do item 7.9 da decisão da 165ª Assembleia Geral Extraordinária, de 22 de julho de 2016, para prorrogar o prazo para assinatura do contrato de transferência do controle acionário detido pela Eletrobras nas distribuidoras denominadas Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre, Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron, Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmD, Boa Vista Energia S.A. - Bovesa, Companhia Energética de Alagoas - Ceal e Companhia Energética do Piauí - Cepisa, desde que ocorra até 31 de julho de 2018.

4.2. Direito dos Acionistas

A Eletrobras, por meio da sua "Política de Distribuição de Dividendos", tem como propósito estabelecer as regras e os procedimentos relativos à matéria, de maneira transparente e de acordo com os dispositivos legais, estatutários e demais regulamentos internos. A decisão de distribuição de dividendos e demais proventos levará em consideração diversos fatores e variáveis, tais como os resultados da Companhia, sua condição financeira, necessidade de caixa, perspectivas futuras dos mercados de atuação atuais e potenciais, oportunidades de investimento existentes, manutenção e expansão da capacidade produtiva. Essa "Política de Distribuição de Dividendos" da Eletrobras busca garantir a perenidade e a sustentabilidade financeira de curto, médio e longo prazos da Companhia, tendo como premissas a necessidade de flexibilidade e solidez financeira para a manutenção de seus negócios.

De acordo com nosso Estatuto Social, em cada exercício, será obrigatória a distribuição de dividendo não inferior a vinte e cinco por cento do lucro líquido, ajustado nos termos da Lei, observada a referida Política de Distribuição de Dividendos da Eletrobras. Os valores dos dividendos e dos juros pagos ou creditados a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos aos acionistas, sofrerão incidência de encargos financeiros, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios, quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembleia Geral.

Em conformidade com a legislação vigente e com o Estatuto Social da Eletrobras, no dia 19 de dezembro de 2017, houve pagamento dos Juros Sobre o Capital Próprio ("JCP"), relativos ao exercício de 2016, às pessoas físicas e jurídicas registradas como proprietários ou usufrutuários de ações preferenciais classes "A" e "B" ("PNA" e "PNB", respectivamente) na data-base de 28 de abril de 2017, conforme abaixo:

JCP		
Classe	**Principal (R$)**	**Valor Atualizado (R$)**
	31.12.2016	**19.12.2017**
PNA	2,17825658673	2,38969340156
PNB	1,63369244005	1,79227005117

Os valores da tabela foram atualizados pela Taxa Referencial do Sistema de Liquidação e Custódia – Selic, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

4.3. Conselho de Administração

O **Conselho de Administração da Eletrobras** ("CAE") é um órgão de deliberação colegiada da Eletrobras e será integrado por 11 (onze) membros, eleitos pela Assembleia Geral, que designará dentre eles o Presidente, com prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas. O CAE é responsável pela fixação de diretrizes fundamentais da administração, por iniciativa dos seus membros, ou a ele propostas pela Diretoria Executiva para fins de exame e deliberação, bem como pelo controle superior da Eletrobras, pela fiscalização da observância das diretrizes por ele fixadas, acompanhamento da execução dos programas aprovados e verificação dos resultados obtidos. Ao Conselho de Administração cabe determinar as diretrizes que deverão ser seguidas pela Diretoria da empresa na execução de seu plano de negócios, sempre sob a supervisão do Conselho Fiscal.

continua

continuação

O colegiado compõe-se de sete conselheiros indicados pelo Ministro de Estado de Minas e Energia; um conselheiro indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; um membro indicado pelos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias; e outro, pelos acionistas minoritários, detentores de ações preferenciais, de emissão da Eletrobras que representem, no mínimo, dez por cento do capital social e um conselheiro eleito como representante dos empregados.

O Conselheiro representante dos empregados é eleito para um prazo de gestão de 2 (dois) anos, a contar da data da posse de acordo com o estatuto social da Empresa, e tem as mesmas funções dos demais Conselheiros de Administração, sendo-lhe legalmente vedado apenas participar de quaisquer discussões e/ou deliberações de natureza trabalhista, por se configurar conflito de interesse com o Tema.

Não participará das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesse, conforme o art. 2º, § 3º, da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010 e art. 8º da Portaria nº 026 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ("MPOG").

Conforme disposto no Estatuto Social, o Presidente da Eletrobras será escolhido dentre os membros do Conselho de Administração, não podendo a mesma pessoa ocupar os cargos de Presidente da companhia e Presidente do Conselho de Administração.

Para garantir o alinhamento dos entendimentos dos órgãos da administração da companhia, em 2017 foram realizadas 2 reuniões conjuntas entre o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal. Além disso, sempre que necessário, o Conselho Fiscal convoca a Diretoria para participar de suas reuniões, seja para prestar esclarecimentos, seja para o recebimento de instruções, que posteriormente são implementadas pela Diretoria em suas atividades cotidianas.

As regras para o funcionamento deste colegiado são definidas em Regimento Interno. Todos os conselheiros têm os mesmos deveres, não podendo, ainda que para a defesa dos interesses de quem os elegeu, faltar a esses deveres.

O Conselho de Administração conta com três comitês, que têm por finalidade assessorá-lo mediante análise, acompanhamento e recomendação sobre questões específicas de cada área: Comitê de Estratégia, Governança e Sustentabilidade; Comitê de Auditoria e Riscos; e Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade, que em 2017 realizaram, respectivamente, 2, 4 e 1 reuniões, sendo os dois últimos previstos pelo Estatuto Social da Eletrobras. Cada comitê possui três vagas para conselheiros de administração, tendo suas atribuições dispostas em regimento interno.

Comitês	Data da Criação	Membros*	Objetivos
Estratégia, Governança e Sustentabilidade	26.05.17	Edvaldo Luís Risso José Guimarães Monforte Carlos Eduardo Rodrigues Pereira	Assessorar o Conselho de Administração, compreendendo, mas não se limitando, à análise e emissão de recomendações sobre estratégias a serem adotadas pela Companhia sobre os negócios da Companhia, sobre a política de sustentabilidade que a empresa deve adotar e sobre as práticas de governança, a fim de conferir maior eficiência às decisões do Conselho.
Gestão, Pessoas e Elegibilidade	26.05.17	Carlos Eduardo Rodrigues Pereira Vicente Falconi Campos Esteves Pedro Colnago Jr.	Assessorar o Conselho de Administração, compreendendo, mas não se limitando, à análise e emissão de recomendações sobre riscos e estratégias a serem adotadas pela Companhia, concernentes à gestão de pessoas e à elegibilidade de membros da administração e conselheiros fiscais, a fim de conferir maior eficiência e qualidade às decisões do Conselho.
Auditoria e Riscos	26.05.17	Ariosto Antunes Culau José Guimarães Monforte José Pais Rangel	Assessorar o Conselho de Administração, compreendendo, mas não se limitando, à análise e emissão de recomendações sobre riscos e estratégias a serem adotadas pela Companhia, concernentes a controles internos, auditoria, gestão de riscos e gestão financeira, a fim de conferir maior eficiência às decisões do Conselho.

* membros em 31.12.2017

Além disso, foi criada a Comissão de Desinvestimento que tem o objetivo de apoiar o Conselho de Administração nas decisões de venda de suas participações em empresas e possui três conselheiros de administração e dois empregados. Em 2017, foram iniciados estudos para o processo de desinvestimento. Para 2018, portanto, pretende-se proceder à alienação da participação da Eletrobras em 70 Sociedades de Propósito Específico ("SPEs").

Os Conselhos de Administração das empresas controladas contam com 02 (dois) diretores da *Holding* dentre seus membros, sendo 01 (um) deles o Presidente do Conselho. Nas distribuidoras, o cargo de Presidente do Conselho é ocupado pelo Diretor de Distribuição da *Holding*.

O Manual dos Conselheiros de Administração Representantes das Empresas Eletrobras, assim como os demais instrumentos de gestão e governança, entregues aos conselheiros e disponíveis no *website* da Eletrobras, informam, entre outros, os deveres e responsabilidades dos conselheiros, observando sempre as atribuições que lhe são conferidas em lei, no Estatuto Social, no Regimento Interno do Conselho, quando houver, e nas demais normas internas da companhia.

Apresentamos a seguir a relação de conselheiros e respectivos mandato e participação de cada conselheiro em 2017:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	MANDATO	PARTICIPAÇÃO (%)*
Ariosto Antunes Culau	28.04.17 à AGO de 2019	100
Carlos Eduardo Rodrigues Pereira	25.07.16 à AGO de 2019	100
Edvaldo Luís Risso	28.04.17 à AGO de 2019	100
Esteves Pedro Colnago Júnior	28.04.17 à AGO de 2019	95
José Guimarães Monforte (Presidente)	28.04.17 à AGO de 2019	100
José Pais Rangel	28.04.17 à AGO de 2019	100
Vicente Falconi Campos	28.04.17 à AGO de 2019	95
Wilson Pinto Ferreira Jr.	28.04.17 à AGO de 2019	100

*Faltas são computadas nos casos de férias, licença ou ausências não justificadas.

4.4. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Eletrobras funciona de modo permanente e exerce a função de fiscalizar as ações dos administradores e opinar sobre as contas da companhia, sendo suas competências estabelecidas no Estatuto Social e regras para funcionamento definidas em Regimento Interno. O Conselho Fiscal está devidamente adequado às exigências da *Securities and Exchange Commission ("SEC")* para atuar como Comitê de Auditoria desde 2006, tendo entre os membros um especialista financeiro. Cabe ao Conselho Fiscal fiscalizar os atos de gestão dos administradores, especialmente em relação à gestão orçamentária, financeira e patrimonial da companhia.

Compõe-se por cinco membros e respectivos suplentes, eleitos por Assembleia Geral, com prazo de atuação de dois anos, permitidas, no máximo duas reconduções consecutivas, sendo: três indicados pelo acionista majoritário (sendo um indicado pelo Ministério da Fazenda, que representa o Tesouro Nacional); um membro indicado pelos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias; e outro, pelos acionistas minoritários, detentores de ações preferenciais.

O Conselho Fiscal realiza reuniões ordinárias, mensalmente, e extraordinárias, sempre que necessário. Em 2017, foram realizadas 14 reuniões e a frequência de cada conselheiro fiscal foi de 100%.

O Conselho Fiscal, sempre que necessário, convoca a Diretoria para participar de suas reuniões, seja para prestar esclarecimentos, seja para o recebimento de instruções, que posteriormente são implementadas pela Diretoria em suas atividades cotidianas. Da mesma forma, também participa de reuniões conjuntas com o Conselho de Administração, quando assim requisitado.

Apresentamos a seguir a relação de conselheiros e respectivos mandatos e participação de cada membro titular do Conselho Fiscal:

CONSELHO FISCAL	MANDATO	PARTICIPAÇÃO (%)
Agnes Maria de Aragão da Costa	28.04.17 à AGO de 2019	100
José Wanderley Uchôa Barreto	28.04.17 à AGO de 2019	100
Márcio Coelho Leão	06.10.17 à AGO de 2019	100
Patrícia Valente Stierli (Especialista Financeiro)	28.04.17 à AGO de 2019	100
Ronaldo Dias	28.04.17 à AGO de 2019	100

4.5. Diretoria Executiva

À Diretoria Executiva compete a gestão dos negócios da Eletrobras, seguindo as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Conselho de Administração, com funções definidas em seu Estatuto Social.

Composta por sete membros, incluindo o Presidente, possui suas funções estabelecidas no Estatuto Social da companhia. A Diretoria Executiva da Eletrobras é composta por sete diretorias: Presidência, Diretoria Jurídica e de Gestão Corporativa, Diretoria de Geração, Diretoria de Distribuição, Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, Diretoria de Transmissão e Diretoria de Conformidade.

Todos os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração, com prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas, sendo que o Diretor-Presidente é eleito dentre os membros do Conselho de Administração, excluído o Presidente do Conselho e não existe plano de sucessão. As reuniões semanais são dedicadas à condução dos negócios da Eletrobras e das demais empresas Eletrobras, com base nas orientações estratégicas do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva se reúne ordinariamente todas as semanas, ou quando for convocada pela maioria de seus diretores ou pelo Presidente, tendo sido realizadas 58 reuniões em 2017.

Desde 2016, a Eletrobras aprimorou a governança quanto à qualificação de seus conselheiros e diretores, sendo necessário que os candidatos aos cargos preencham os requisitos exigidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei nº 13.303/16, do Decreto nº 8.945/16, do Estatuto Social da companhia, além do atendimento a outros critérios legais e regulamentares aplicáveis, como a consulta ao banco de dados de sanções aplicadas pelas Comissões de Ética, conforme dispõe o art. 22 do Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, e aos sítios eletrônicos da CVM, TCU, TSE e TCE, bem como consulta aos bancos de dados das Ouvidorias Internas das empresas Eletrobras.

Assim sendo, para toda indicação a cargos de conselheiros e diretores das empresas Eletrobras deve ser feita, previamente, uma avaliação pela área de integridade sobre a situação de conformidade dos indicados, assim como consultas à Ouvidoria das Empresas Eletrobras e ao Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade.

O administrador deve abster-se de votar nas matérias em que tiver interesse particular (direto ou indireto) envolvido. Assim que identificado conflito de interesse em relação a um tema específico, a pessoa envolvida deve afastar-se, inclusive fisicamente, das discussões e deliberações, sem descuidar dos seus deveres legais como administrador. O afastamento temporário deve ser registrado em ata, bem como a razão de sua abstenção.

Conforme art. 156 da Lei n.º 6.404 é vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e, fazer consignar, em ata de reunião, a natureza e a extensão do seu interesse.

A Diretoria Executiva se reúne semanalmente, tendo sido realizadas 58 reuniões em 2017.

Apresentamos a seguir a composição da Diretoria Executiva da Eletrobras, prazos de seus mandatos e respectivas participações nas reuniões de diretoria:++

DIRETORIA EXECUTIVA	MANDATO	PARTICIPAÇÃO (%)
Alexandre Vaghi de Arruda Aniz*	25.07.16 à 23.02.2018	100
Antônio Varejão de Godoy	15.12.17 à AGO 19	100
Armando Casado de Araújo	25.07.16 à 24.07.19	97
José Antonio Muniz Lopes	25.07.16 à 24.07.19	97
Lucia Maria Martins Casasanta	01.08.16 à 31.07.19	97
Luiz Henrique Hamann	25.07.16 à 24.07.19	97
Wilson Pinto Ferreira Jr.	27.07.16 à 24.07.19	97

* Alexandre Vaghi de Arruda Aniz deixou o cargo de Diretor Jurídico e de Gestão Corporativa em 23/02/2018.

Durante o ano de 2017, a Eletrobras promoveu o Programa de Aprimoramento dos Conselheiros e Diretores da Eletrobras, uma iniciativa da Diretoria de Conformidade e da área de Governança Corporativa, que visa ao desenvolvimento de competências associadas à governança corporativa e à integridade, de acordo com as melhores práticas de mercado e que está melhor detalhado no item 7.

4.6. Remuneração dos Administradores e Conselheiros Fiscais

A prática de remuneração adotada pela Eletrobras tem como principal finalidade promover o alinhamento dos interesses dos administradores com os interesses dos acionistas da Companhia. Para tal, a remuneração dos administradores da Eletrobras é fixada utilizando como parâmetros os seguintes fatores: (a) a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional dos administradores, bem como (b) as práticas de remuneração aplicadas pelo mercado para empresas de porte semelhante ao da Eletrobras.

No Estatuto Social da Companhia, são definidos os papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, observando o que dispõe a legislação vigente.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Ademais, a Eletrobras dispõe de normas internas que tratam da delegação de poderes para autorização de gastos e assinatura de atos e contratos na Eletrobras, estabelecendo limites e respeitando as competências acima mencionadas.

❖ **Remuneração dos Administradores e Conselheiros Fiscais:**

Na tabela abaixo, podem ser verificados os valores pagos aos administradores da Holding em 2017, incluindo encargos sociais:

Remuneração (R$)	2017	2016	2015
Conselho de Administração	661.975,71	673.081,19	578.115,34
Conselho Fiscal	393.229,11	405.633,14	351.339,38
Diretoria Executiva	8.323.204,63	7.814.294,60	6.960.579,57

Valores baseados na Proposta de Administração 58ª AGO de 2018.

4.7. Gestão Integrada de Riscos e Conformidade

A gestão integrada de riscos nas empresas Eletrobras visa evitar a materialização de eventos que possam impactar negativamente seus objetivos estratégicos, em prol da geração e preservação de valor e do provimento de informações transparentes à Administração, a seus acionistas e ao mercado em geral.

O processo de gestão de riscos no grupo é regido por uma política de gestão de riscos corporativa única, aprovada e revista por seu Conselho de Administração e disponível no site da empresa. Este processo é coordenado pela *Holding*, o que garante visão sistêmica dos resultados e padronização entre todas as empresas. É conduzido pelas gerências de riscos e controles internos e pelos comitês de riscos presentes em cada uma das empresas Eletrobras. A orientação geral é dada pela Comissão de Riscos da Eletrobras e os resultados do processo são enviados à apreciação da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, através do Comitê de Auditoria e Riscos.

As bases metodológicas da gestão de riscos nas empresas Eletrobras são a Norma ISO 31000:2009 e os *frameworks* COSO ERM - *Enterprise Risk Management Framework* e COSO 2013 - *Internal Control Integrated Framework*. O modelo de gestão integrada de riscos parte da identificação e consolidação em uma matriz dos riscos estratégicos, operacionais, financeiros e de conformidade aos quais as empresas se encontram expostas, para posterior análise, tratamento e acompanhamento através de processos específicos desenvolvidos por seus respectivos proprietários. Dessa forma, o processo é divido em cinco etapas:

1. Identificação:

A identificação tem como objetivo reconhecer e descrever os riscos aos quais as empresas estão expostas, seus fatores geradores, impactos e responsáveis. Esta etapa é realizada com a participação de todos os envolvidos nos processos de negócios das empresas e gera a matriz de riscos corporativa da companhia. A partir da matriz, é realizada a priorização dos riscos para análise e tratamento. A matriz de riscos é aprovada pela Diretoria Executiva da holding, por recomendação de sua comissão de riscos, sendo válida e reconhecida por todas as empresas do grupo.

2. Avaliação:

A segunda etapa se caracteriza pela avaliação dos riscos identificados na primeira. Nesta etapa são realizadas análises qualitativas e quantitativas, visando a definição dos atributos de impacto e vulnerabilidade, utilizados na priorização dos riscos a serem tratados. Isto inclui o levantamento e a análise dos controles já existentes, apurando-se, assim, os riscos residuais.

3. Tratamento:

Nesta etapa se define o posicionamento da empresa perante a possível materialização de um determinado risco. Possíveis respostas consistem em:

- evitá-los;
- mitigá-los, pela definição de planos de ação e controles internos;
- compartilhá-los; e
- aceitá-los.

Esta decisão depende principalmente do grau de apetite ao risco da empresa, previamente homologado por seu Conselho de Administração.

4. Monitoramento:

A etapa de monitoramento se constitui no desempenho de atividades gerenciais contínuas e/ou avaliações independentes, que visam o acompanhamento dos indicadores gerenciais e a supervisão da implantação e manutenção dos planos de ação definidos.

5. Comunicação:

A etapa de comunicação é permanente e ocorre concomitantemente às demais. Deve atingir todas as partes interessadas, em particular a Administração da empresa, sendo realizada de maneira clara e objetiva, respeitando as boas práticas de governança exigidas pelo mercado e as exigências dos órgãos reguladores como CVM, SEC e TCU.

De forma a dar suporte ao processo de gestão de riscos, a área de controles internos apoia os gestores na construção de controles e na elaboração e acompanhamento dos planos de remediação de deficiências. Considerando que somos uma empresa com ações listadas na Bolsa de Nova York ("NYSE") através de ADRS *(American Depository Receipts)*, seu ambiente de controles internos deve estar aderente à lei Sarbanes-Oxley ("SOX"), sendo submetido à avaliação independente de seus auditores externos. Além disso, é elaborado anualmente o Formulário 20-F, que é a demonstração financeira consolidada e anual entregue à SEC, contendo a avaliação da Administração a respeito dos fatores de riscos e do ambiente de controles internos do conjunto de empresas Eletrobras entendidas como materiais.

Internamente, o monitoramento de todas as ações necessárias ao arquivamento do Formulário 20-F, bem como da adequada execução dos planos de ação, é de responsabilidade do Conselho Fiscal da Eletrobras, o qual, conforme facultado pela legislação norte-americana, teve suas atribuições ampliadas para funcionar como comitê de auditoria. Mensalmente são feitos relatos ao Conselho Fiscal pelos auditores independentes, a Auditoria Interna e a gerência de controles internos acerca do status dos trabalhos da Certificação SOX.

Do processo de gestão de riscos participa também a área de integridade, à qual cabe avaliar as atividades de controle de conformidade, incluindo questões de desvios de conduta ética e a identificação e redução de riscos de fraude e de corrupção, entre outras ações, disseminando uma cultura de conformidade por todos os níveis da empresa, principalmente pela implementação e coordenação do Programa de Compliance da Eletrobras.

Adicionalmente, o Conselho de Administração da Eletrobras possui comitê específico de apoio e assessoramento, formado exclusivamente por conselheiros e cujo objetivo é conferir maior eficiência e qualidade às suas decisões, conforme descrito no item 4.3.

O modelo de gestão integrada de riscos adotado pelo grupo Eletrobras parte da identificação e consolidação em uma matriz dos riscos estratégicos, operacionais, financeiros e de conformidade aos quais as empresas se encontram expostas, para posterior análise, tratamento e acompanhamento através de processos específicos desenvolvidos por seus respectivos proprietários.

A identificação de riscos é realizada com a participação de todos os envolvidos nos processos de negócios das empresas, nos seus diferentes níveis, e possui como resultado a matriz de riscos corporativa. Deste processo também participam todas as empresas do sistema. Pelos normativos que regulam a gestão de riscos, a matriz deve ser revisada anualmente. A partir dela, é realizada a priorização dos riscos para análise e tratamento. A matriz de riscos é aprovada pela Diretoria Executiva da *holding*, por recomendação de sua comissão de riscos, sendo válida e reconhecida por todas as empresas do grupo, conforme abaixo:

Matriz de Riscos 2017 (versão sintética)



Após o processo de identificação de riscos, do qual também participam as demais empresas Eletrobras e cujo resultado final foi a elaboração da matriz de riscos corporativa do grupo, foram mapeados os seguintes riscos de ordem socioambiental.

Em 2017, os riscos de Fluxo de Caixa, Novos Negócios, Marco Regulatório, Gestão do Negócio de SPEs, Gestão de Negócios Corporativos, Gestão Ambiental de Empreendimentos, Licenciamento Ambiental, Formação e Gestão do Contencioso, Fundos de Pensão, Administração de Pessoal, Demonstrações Contábeis e Financeiras e Compliance FCPA/LACBRA, considerados pela Administração como mais relevantes, foram analisados e seus planos de ação continuam sob acompanhamento constante da gerência de riscos junto aos gestores responsáveis.

Os riscos são amplamente descritos, analisados e atualizados anualmente em nosso Formulário 20-F, entregue à NYSE, SEC e CVM e Formulário de Referência, entregue à CVM .

Tratamento das Fraquezas Materiais

A fim de eliminar as fraquezas materiais reportadas ao mercado através do Form 20-F (EUA/SEC) e no Formulário de Referência (Brasil/CVM), a Eletrobras vem fortalecendo, juntamente com as suas subsidiárias, a importância de nomear profissionais para atuarem na supervisão do ambiente de controles internos em todas as suas diferentes áreas de negócios, e também vem estabelecendo metas para os gestores dessas áreas. Além disso, com o objetivo de reduzir as deficiências existentes, as empresas Eletrobras estão promovendo ações de governança corporativa, gestão de riscos e gestão de áreas de controles internos.

Foram identificados, tanto pelo auditor externo, quanto pelos testes da administração, deficiências nas 7 empresas escopo da certificação, que compunham as 4 fraquezas materiais apontadas no relatório 20-F. Com o apoio de uma consultoria, foram elaborados planos de ação para cada uma das deficiências apontadas, a fim de remediar todas as fraquezas materiais para o Formulário 20-F referente à data-base 31.12.2017.

Todas as atividades ligadas ao aprimoramento contínuo dos controles internos da empresa são acompanhadas e monitoradas pela área de gestão de controles internos, ligada à diretoria de conformidade.

As áreas de negócio da empresa são responsáveis pela execução e documentação dos seus respectivos controles internos.

As atividades de aprimoramento contínuo dos controles internos, no pilar de fortalecimento da governança corporativa, são acompanhadas pelo presidente, diretores e conselho fiscal da empresa.

4.8. Política de *Hedge* Financeiro

A Política de *Hedge* Financeiro da Eletrobras possui como objetivo perseguir a mitigação da exposição às variáveis de mercado que impactem seus ativos e passivos assim como de suas Controladas. Com isso, a referida política visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

De acordo com a Política os desequilíbrios entre ativos e passivos que apresentem alguma forma de indexação deverão ser compensados, preferencialmente, com ações de cunho estrutural, que contemplem o balanceamento natural das posições expostas. Para exposições residuais poderão ser efetuadas operações com instrumentos financeiros derivativos, respeitadas determinadas diretrizes, com o intuito exclusivo de proteger aqueles ativos e passivos indexados da Eletrobras e de suas controladas que apresentem algum descasamento, não podendo caracterizar alavancagem financeira ou operação de concessão de crédito a terceiros.

Em 31 de dezembro de 2017, aproximadamente 25,2% da dívida total consolidada da Eletrobras, de R$ 45,1 bilhões, eram estipulados em moedas estrangeiras. Deste total, R$ 11,1 bilhões, ou 24,7% do total da dívida total consolidada da Eletrobras, eram estipulados em dólares americanos.

Para uma análise de sensibilidade do impacto das taxas de juros sobre o endividamento total da Companhia, vide nota explicativa n.º 22 das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

4.9. *Compliance* e Práticas Anticorrupção

Em continuidade ao processo de implantação de práticas de integridade no ambiente corporativo no qual a Eletrobras e suas empresas estão inseridas, a empresa aperfeiçoou seu Programa de Compliance, por meio da criação, em outubro de 2016, do "Programa de Compliance Eletrobras 5 dimensões".

O aprimoramento do referido programa, além de trazer mais robustez às ações de integridade da companhia e representar um avanço no nível de maturidade da empresa, faz parte do rol de atividades que a Eletrobras precisa cumprir para atender as leis norte-americanas Sarbanes-Oxley Act de 2002 e *Foreign Corrupt Practices* Act de 1977 ("FCPA"), a Lei Brasileira Anticorrupção (Lei nº 12.846/13) e as regras e orientações publicadas pela *Securities and Exchange Commission* ("SEC"), Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), Instituto Brasileiro de Governança Corporativa ("IBGC") e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE"), entre outros.

O Programa Eletrobras 5 Dimensões baseia-se nas diretrizes propostas pelo Guia de Implantação de Programa de Integridade nas Empresas Estatais da CGU e no COSO *(Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission)*.

Conforme divulgado anteriormente, a estrutura do Programa Eletrobras 5 Dimensões prevê cinco diretrizes que constituem os pilares para o desenvolvimento da cultura e de uma política de gestão da integridade dentro da empresa, conforme mostrado na figura a seguir:



Dentre as iniciativas desenvolvidas em 2017, inclui-se o estabelecimento de diligências apropriadas para a contratação e supervisão dos nossos fornecedores. As empresas Eletrobras realizaram, dentre a cadeia existente de fornecedores, a identificação daqueles que devem ser monitorados devido à sua criticidade quanto ao aspecto de integridade. Para este grupo crítico de fornecedores, foi estabelecido contato para solicitar o preenchimento de um formulário de *due diligence*, assim como a assinatura de uma declaração de integridade.

Ainda com o objetivo de prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios intermediado por terceiros, a Eletrobras aprovou o "Regulamento de Licitações e Contratos" que adequa as regras de contratação das empresas Eletrobras de acordo com o estabelecido na Lei nº 13.303/16 ("Lei das Estatais") e que prevê a avaliação da integridade corporativa do fornecedor desde o processo de contratação até seu monitoramento durante a execução do contrato. Ainda em 2017 foi feita uma revisão da Política de Logística de Suprimentos e do Guia de Conduta para Fornecedores das empresas Eletrobras com a inclusão do tema Ética e Integridade Corporativa.

As atividades voltadas para o relacionamento com fornecedores foram desenvolvidas em conjunto com as empresas Eletrobras, inclusive com as áreas de Suprimentos, *Compliance* e demais partes interessadas. Destacam-se, a utilização da Comissão Diretiva de *Compliance* como fórum de discussão, além da realização de eventos como o *Workshop* de Suprimentos e o Encontro Anual com Fornecedores para disseminar e consolidar as atividades para contratação e supervisão de terceiros.

O "Regulamento de Licitações e Contratos da Eletrobras" foi elaborado em atendimento à Lei nº 13.303/16 que estabelece novas regras para contratação nas empresas estatais. A título de melhorias podemos destacar:

- ✓ Rito mais simplificado para contratação de obras e serviços de engenharia especializados, reduzindo a média de 200 dias para 70 dias;
- ✓ Maior celeridade através da padronização de contratos e editais;
- ✓ Diminuição de gastos com publicação em jornais de grande circulação;
- ✓ Estabelece matriz de risco (obrigando melhor orçamentação por parte dos concorrentes, evitando aditivos ao longo das obras e divide os riscos do empreendimento com a futura contratada);
- ✓ Permite critérios de integridade para orientar a contratação de licitantes, aderente ao programa "Cinco Dimensões"; e
- ✓ Amplia a realização de compras sustentáveis.

Outro importante destaque para o ano de 2017 e seguindo as melhores práticas do mercado, a Eletrobras contratou uma empresa externa e independente para atuar no recebimento centralizado das denúncias, o qual será amplamente abordado no item 4.12.

Adicionalmente, em 2017, a Eletrobras criou o Comitê do Sistema de Integridade ("CSI"), coordenado pela Diretora de Conformidade da Holding e com representatividade das empresas Eletrobras, com o objetivo de atuar como coordenador do processo de Gestão e Tratamento de Denúncias. Para sua operacionalização, a Eletrobras criou alguns documentos normativos, dentre os quais se destaca a Política de Consequências, cujo objetivo é estabelecer compromissos corporativos de combate à corrupção, às práticas anticoncorrenciais, aos conflitos de interesses e outras infrações e orientar a aplicação de consequências às ações e condutas em desacordo com o Código de Ética e de Conduta das empresas Eletrobras, o Programa de Integridade da Eletrobras e as normas internas e legais.

4.10. Processo de Investigação Independente

Conforme amplamente abordado ao mercado, em resposta às investigações no âmbito da "Operação Lava Jato" sobre irregularidades envolvendo funcionários, empreiteiros e fornecedores da Eletrobras e de sociedades de propósito específico ("SPE") nas quais a Eletrobras detém participações acionárias minoritárias, o Conselho de Administração da empresa ("CAE") decidiu por iniciar um processo investigativo em 2015, em face do risco de que tais irregularidades apontadas pudessem afetar alguns dos principais investimentos da Eletrobras.

Para conduzir a investigação foi contratado escritório de advocacia norte-americano, Hogan Lovells US LLP, com notória especialização em ações investigativas, e instaurada a Comissão Independente de Gestão da Investigação ("CIGI"), composta de especialistas notórios e independentes, contratados para exercerem a supervisão do processo de investigação.

Entretanto, ainda que tenha havido a conclusão da etapa da investigação independente com vistas ao reconhecimento contábil de atos ilícitos já divulgados ao mercado, procedimentos adicionais relacionados ao processo investigatório continuaram em andamento, especialmente para atendimento aos requisitos das comissões de *Enforcement* da SEC e DOJ.

Em 2017 o processo de investigação iniciado pela Companhia continuou em curso, para acompanhar os eventuais desdobramentos no âmbito da "Operação Lava Jato", conduzida pela Polícia Federal e Ministério Público Federal. Para essa fase do processo investigatório independente, foi celebrado pela Companhia um novo contrato com o escritório americano Hogan Lovells. Os trabalhos do referido escritório continuaram sendo supervisionados pela CIGI ou "Comissão Independente". Em virtude do escopo dos procedimentos de compliance que foram executados nesta nova fase, a CIGI teve sua composição alterada. O engenheiro, Sr. Manoel Jeremias Leite Caldas, foi substituído pelo Sr. Julio Sergio Cardozo, especialista em governança e contabilidade. A ministra aposentada do Supremo Tribunal Federal, Dra. Ellen Gracie Northfleet, e o ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), Sr. Durval José Soledade Santos, continuaram como membros da CIGI.

Em dezembro de 2017, foi celebrado um novo contrato com o escritório norte-americano Hogan Lovells, visando o encerramento das ações de investigação independente e a resolução do tema perante as autoridades norte-americanas *Departament of Justice* ("DOJ") e *Securities Exchange Commission* ("SEC"), por um prazo máximo de 08 (oito) meses. O escopo contratual, previamente discutido com a Comissão Independente de Gestão da Investigação ("CIGI"), SEC e DOJ, contemplou a finalização de procedimentos de investigação que foram iniciados e à época não estavam concluídos, o acompanhamento das medidas de remediação, especialmente a implementação do programa de compliance, bem como as interações necessárias, com autoridades brasileiras e americanas, com vistas à resolução de ações de investigação em curso.

A Eletrobras, o Hogan Lovells e a Comissão Independente têm acompanhado rigorosamente as investigações e cooperado com as autoridades brasileiras e norte-americanas, incluindo, a Justiça Federal, o Ministério Público Federal ("MPF"), a CVM, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), Tribunal de Contas ("TCU") e Controladoria Geral da União ("CGU"), o DoJ e a SEC, dentre outros, e têm respondido às solicitações de informação e documentos dessas autoridades. Nas instâncias onde a investigação independente identificou contratos onde irregularidades pudessem ter ocorrido, os mesmos foram devidamente avaliados e as respectivas medidas corretivas adotadas, sejam de suspensão ou anulação. Também foram tomadas medidas administrativas em relação aos empregados e diretores envolvidos nas atividades identificadas pela investigação independente, adotando, quando aplicável, o respectivo procedimento sancionador.

Após o encerramento da ação investigativa independente, todos os novos assuntos relacionados ao tema que porventura venham a surgir serão conduzidos internamente, pela própria Eletrobras, por intermédio de sua Diretoria de Conformidade, que já está adotando as medidas necessárias para viabilização desta estrutura, como a contratação de um canal de denúncias, capacitação de seus empregados e criação de um Comitê voltado especificamente para questões voltadas às denúncias de corrupção.

4.11. Auditoria Interna

A Auditoria (CAI) é uma superintendência vinculada ao Conselho de Administração da Eletrobras e tem suas atividades monitoradas e supervisionadas pelo Comitê de Auditoria e Riscos ("COAUD"), formalmente instituído como órgão de assessoramento do Conselho de Administração da Eletrobras para essa finalidade.

A Auditoria Interna da Eletrobras tem o papel fundamental de apoiar a Alta Administração para uma avaliação objetiva e percepção sobre eficácia e eficiência da governança, gestão de riscos e processos internos de controle, monitorando, avaliando e realizando recomendações para aperfeiçoar os controles e normativos internos, bem como os procedimentos estabelecidos pelos administradores.

No exercício de 2017, foram produzidos 24 (vinte quatro) Relatórios de Auditoria, dentre os quais destacam-se como mais relevantes os seguintes, no Pilar Estratégico: Comunicação Institucional e de Crises; no Pilar Financeiro: Empréstimos e Financiamentos, Gestão de Fundos de Pensão e Gestão do Fluxo Financeiro; no Pilar Operacional: Formação e Gestão do Contencioso, Gestão de Processos Regulatórios e Administração e Relacionamento de Pessoal; e no Pilar Conformidade: Projeto Sox-Testes da Administração nos Controles Internos e Integridade e Conformidade.

Todos os Relatórios de Auditoria foram enviados às respectivas Diretorias das áreas auditadas, para as devidas providências e, periodicamente, foram verificadas, pela Auditoria, as ações adotadas para fins de atendimento às recomendações constantes nos citados Relatórios.

Foi também realizado, de forma contínua, o atendimento às demandas de Órgãos de Controle - Controladoria Geral da União ("CGU") e Tribunal de Contas da União ("TCU") -, tais como auditorias, fiscalizações, solicitações de informação, recomendações e determinações, entre outras.

Os resultados dos trabalhos da auditoria são apresentados à Controladoria Geral da União ("CGU"), por meio do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna ("RAINT"), em conformidade a Instrução Normativa Nº 24, de 17/11/15, expedida por aquele Órgão. De acordo com essa nova Instrução Normativa, o RAINT passou a ser publicado no site da Eletrobras.

Para melhor adequabilidade na análise de riscos das recomendações de auditoria, os trabalhos relacionados no Plano Anual de Auditoria Interna ("PAINT") são executados em função dos eventos de riscos identificados pela área de Gestão de Riscos Corporativos nos processos de negócios, para que seja possível associar o nível de exposição do evento de risco ao da atividade auditada.

A Auditoria Interna da Eletrobras possui seus principais focos de atuação destacados abaixo:

Avaliação dos processos de negócio	• Relatório de Auditoria • Recomendações e Planos de Ação
Testes da Administração nos controles internos	• Certificação SOX • Eliminação das Fraquezas Materiais e Deficiências Significativas
Apuração de Denúncias	• Avaliação dos fatos relatados • Emissão de relatório com os resultados apurados
Atendimento aos Órgãos de Controle	• Auditoria Anual de Contas (CGU) • Prestação Anual de Contas (TCU) • Trabalhos de Auditoria e Respostas aos Ofícios

Nesse contexto, como resultado da execução de todas as atividades previstas em seu planejamento anual ou extraordinário, a Auditoria traz como resultado mais imediato: a garantia de uma maior eficiência dos processos internos da companhia; a mitigação das possíveis ocorrências de fraudes financeiras, considerando sua participação na execução dos testes da administração para fins de certificação SOX; avaliação se a empresa, através do processo de gerenciamento de riscos, conhece e administra seus principais riscos e se o sistema de controle interno é suficiente para mitigar ameaças operacionais, incluindo os riscos de conformidade; o atendimento eficaz às demandas dos órgãos de controle; e a aderência das operações empresariais às normas internas e regulamentações do mercado.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Outro destaque na melhoria nos procedimentos em 2017, está associado ao planejamento das atividades de auditoria interna nas Empresas Eletrobras, notadamente na elaboração do "PAINT" 2018, objetivando o alinhamento de metodologias entre as unidades de auditoria interna tendo como base a análise dos riscos corporativos mapeados pela companhia.

4.12. Ouvidoria

Em 2017, a Ouvidoria-Geral passou a ser subordinada ao Conselho de Administração da Eletrobras. Desde então, conforme orientação do colegiado, a Ouvidoria-Geral apresenta mensalmente as informações sobre denúncias e outros tipos de manifestações que possam gerar riscos ou oportunidades de melhorias em processos ao Comitê de Auditoria e Riscos (comitê de apoio ao CAE).

As apresentações resultaram em melhorias no processo de gestão e tratamento de denúncias, especialmente quanto a atendimento a prazos e qualidade nas respostas, assim como no desenvolvimento de novas soluções para a gestão na holding e nas empresas.

A Ouvidoria-Geral define como 'manifestação' todo tipo de comunicação recebida. As manifestações são tipificadas como: Reclamação, Elogio, Solicitação, Sugestão e Denúncia, conforme Instrução Normativa nº 1/2014, da Controladoria Geral da União ("CGU") e orientações para implementação de ouvidorias da CGU e pode ser contatada pelos telefones (21) 2514-4526/5895 ou por meio de carta para Av. Presidente Vargas, 409/17º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20071-003. O contato também pode ser feito pessoalmente, no mesmo endereço.

Canais de Ouvidoria da Eletrobras

- Sistema de Ouvidoria – SOU (registro pelo site www.eletrobras.com.br e nos sites das empresas Eletrobras inclusive pela intranet, atendimento presencial, carta ou pelo e-mail ouvidoria@eletrobras.com);
- Canal Denúncia (sites de todas as Empresas Eletrobras na internet);
- Sistema de Informação ao Cidadão - SIC (site na internet - acompanhamento/gestão da tramitação diretamente pela Controladoria Geral da União - CGU).

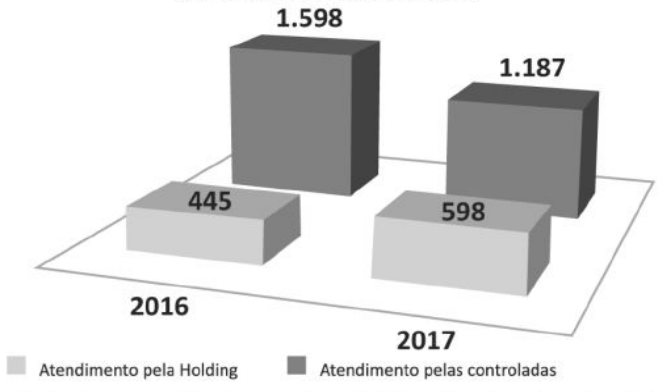
Em todos esses acessos – com exceção do e-SIC, onde a identificação do solicitante é obrigatória, de acordo com a "Lei de Acesso à Informação" – é garantindo ao solicitante, tanto interno quanto externo, o sigilo das informações e não é necessária sua identificação. O processo de atendimento é totalmente informatizado por meio do Sistema de Gestão da Ouvidoria (SOU).

A norma interna da Ouvidoria, em atendimento às orientações da Controladoria-Geral da União, estabelece o prazo de atendimento e resposta ao manifestante de até 20 dias corridos.

As Ouvidorias das Empresas Eletrobras têm como responsabilidade, expressa em seus instrumentos normativos, a manutenção/guarda do sigilo do conteúdo e dos dados de identificação do manifestante/denunciante. Todas as denúncias, independentemente de identificação de denunciante ou origem, que tiverem elementos suficientes para sua apuração são avaliadas e encaminhadas para as áreas competentes, para verificação de sua veracidade e tomada de providências.

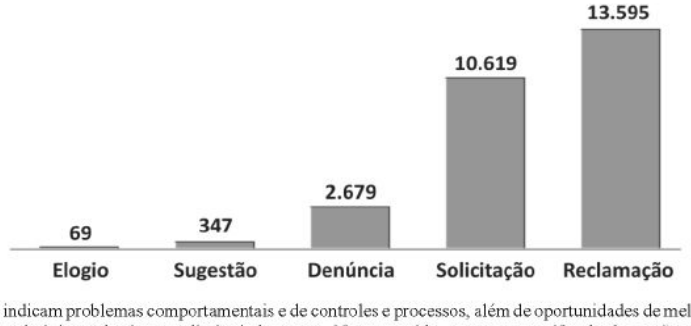
Abaixo são apresentados o total de manifestações recebidas pela Holding, porém subdivididas naquelas que cabiam à Eletrobras holding e aquelas que foram direcionadas para as Controladas, nos anos de 2017 e 2016.

Manifestações recebidas pela Holding



Em 2017, as Ouvidorias das empresas Eletrobras receberam 27.309 manifestações, das quais 25.790 (95,1%) foram concluídas e 1.519 (4,9%) estavam em andamento, em 31 de dezembro de 2017. Em relação às manifestações de 2016 relativas a todas as empresas, excluindo as empresas distribuidoras e Itaipu, apenas 0,4% permaneciam em andamento.

Manifestações por Tipo no Sistema Eletrobras



As denúncias indicam problemas comportamentais e de controles e processos, além de oportunidades de melhoria na gestão das empresas, administrando riscos e diminuindo custos. Nesse sentido, o processo unificado de gestão e tratamento de denúncias, implementado no segundo semestre de 2017, a partir do início do funcionamento do Canal de Denúncias externo, que será abordado adiante, possibilitou a centralização e a padronização do tratamento de denúncias, a identificação e a recomendação de melhorias em controles na holding e nas empresas, a interrupção de atividades irregulares e o afastamento de profissionais e gestores cuja atuação comprometia os resultados das empresas.

No exercício de 2017, o número de denúncias internas e externas relativas ao Código de Conduta ou Integridade recebido pelo Sistema Eletrobras totalizaram em 2.679 das quais 717 (26,8%) referem-se a Holding e 1.962 (73,8%) se referem as controladas.

A norma de gestão e tratamento de denúncias, que orienta a atuação no processo e que foi aprovada pelo Conselho de Administração da Eletrobras, indica objetivamente o tratamento de eventual retaliação a denunciantes, com o encaminhamento do caso como nova denúncia, em que o denunciado, comprovada a infração ao Código de Ética e Conduta das empresas Eletrobras, é submetido aos mesmos trâmites e responsabilização. A Política de Consequências das empresas Eletrobras, também aprovada pelo Conselho de Administração, orienta igualmente quanto aos efeitos de eventual retaliação a denunciante cometida por colaborador.

A ouvidoria também revisou sua norma interna, para atualização quanto às mudanças trazidas pela centralização do processo de gestão e tratamento de denúncias e pela Lei nº 13.460/17. Iniciou, ainda, os estudos para capacitação contínua dos ouvidores das empresas Eletrobras, tendo como primeiro desafio a atuação na mediação de conflitos.

Além disso, a Ouvidoria também remediou os gaps SOX relacionados ao sistema de Ouvidoria (SOU), implementando melhorias no sentido da rastreabilidade das ações no sistema.

Iniciou o projeto de integração de processos das Ouvidorias, incluindo funções já realizadas – como gestão de manifestações e prestação de contas e *reports* – e novas funções, como o diagnóstico de riscos e a mediação de conflitos – com a realização de um primeiro *workshop* com os ouvidores das empresas em dezembro/2017 e a elaboração de um plano de ação que será desenvolvido durante o primeiro semestre de 2018.

Em 2018, o processo de apuração/investigação de denúncias será aperfeiçoado, para ganhar mais agilidade e confiabilidade, e os processos de responsabilização em todas as empresas Eletrobras estão sendo revisados, no sentido de prover mais transparência e uniformidade para os indicadores de desempenho relacionados ao tratamento de denúncias.

Canal de Denúncias Externo

Seguindo as melhores práticas do mercado, a Eletrobras decidiu, em 2017, pela contratação de uma empresa externa e independente para atuar no recebimento centralizado das denúncias. A terceirização do canal de denúncias, uma das ações previstas no novo processo de gestão e tratamento das denúncias, teve por objetivo trazer melhoria no monitoramento das denúncias recebidas, evitar e tratar os casos de influência ilegal, de fraude ou corrupção e aumentar a consciência de todos os colaboradores sobre esses temas.

Já para a operacionalização do processo de gestão e tratamento de denúncias e centralização do tratamento, foram elaborados e aprovados documentos internos de normatização e procedimentos. O Comitê do Sistema de Integridade ("CSI"), coordenado pela Diretoria de Conformidade e formado por representantes das empresas Eletrobras, passou a acompanhar, de forma padronizada, todas as denúncias recebidas pelo canal, após classificação dessas por assunto e criticidade.

O novo processo prevê, além da padronização da apuração e investigação, da responsabilização e das recomendações de remediação, sob a responsabilidade do CSI, em parceria com as diretorias das empresas, o diagnóstico preciso e consolidado sobre os riscos à gestão identificados pelo tratamento das denúncias recebidas pela Ouvidoria-Geral. Além disso, é assegurada a garantia de sigilo da identidade dos denunciantes, por legislação e normas internas, assim como permitido o registro de denúncias anônimas, que recebem o mesmo tratamento das denúncias identificadas, quando possuem elementos suficientes para apuração e resposta.

O Canal de Denúncias centralizado das empresas Eletrobras possui uma série de mecanismos que não só garantem o anonimato (se desejado) por parte do denunciante, como também a rastreabilidade das ações e consultas realizadas pelos responsáveis envolvidos no tratamento das denúncias.

O total de denúncias apuradas pelo Canal de Denúncias externo desde sua criação até o fim de dezembro de 2017 foi de 364 casos, contudo 164 foram finalizadas como fora do escopo e das 200 denúncias consideradas válidas, apenas 22 das denúncias foram concluídas ate o final de dezembro de 17, dado que uma denúncia só pode ser encerrada após passar pelas etapas de decisão quanto à responsabilização e remediação.

Canal de Denúncias das Empresas Eletrobras
Site: www.canaldedenuncias.com.br/eletrobras
Telefone: 0800 377 8037 – 24 horas nos 7 dias da semana
Atendimento em português, inglês e espanhol.

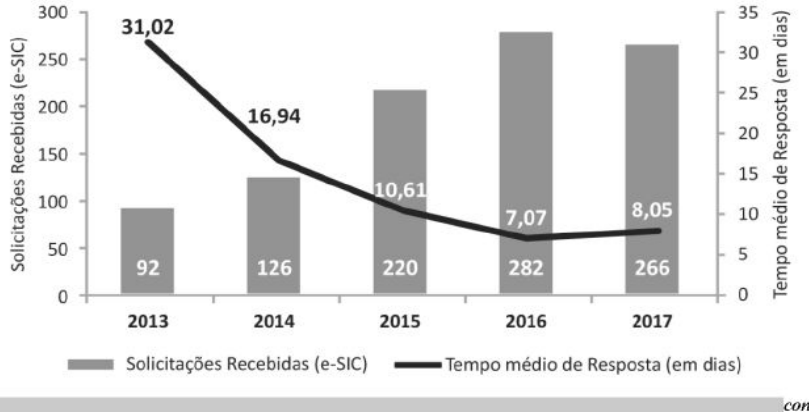
SIC - Serviço de Informação ao Cidadão – Lei de Acesso à Informação

Em atendimento à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527), a Eletrobras deve disponibilizar dados referentes à sua gestão para consultas e solicitações dos órgãos públicos e da sociedade em geral, independentemente da origem da manifestação.

No ano de 2017, as empresas Eletrobras receberam o total de 898 pedidos de informações. Dessas, 889 (99%) foram respondidas e 9 (1%) encontravam-se em tramitação para resposta.

Entre as empresas Eletrobras, a holding foi a que mais recebeu solicitações pelo e-SIC em 2017: foram 266 (29,6% do total de manifestações recebidas por todas as empresas), das quais todas foram respondidas até 31/12/2017. O tempo médio de respostas da holding foi de 8,05 dias.

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)



continua

continuação

4.13 Ética

A Eletrobras tem expresso em seu Código de Ética e de Conduta, no que tange aos compromissos das empresas Eletrobras no exercício da governança corporativa, o compromisso de "Basear sua relação com os seus públicos de relacionamento na proatividade da comunicação, de forma precisa, correta, transparente e oportuna, disponibilizando informações tempestivamente ao mercado de modo a minimizar rumores e especulações".

Soma-se a esse, o compromisso de "atuar, e exigir que seus terceiros atuem, de modo impessoal, com lisura e responsabilidade, na utilização das informações estratégicas, pautando a sua conduta pelo sigilo profissional no interesse público de salvaguardar direitos de seus investidores e demais públicos de relacionamento".

A Política de Comunicação e Engajamento com Públicos de Interesse das Empresas Eletrobras, por sua vez, tendo como base as diretrizes do Plano Estratégico, do Código de Ética e demais orientadores, aborda a divulgação de informações que espelhem a atuação sustentável da empresa, favorecendo o diálogo e o envolvimento dos públicos de interesse.

Para isso, define como premissa o equilíbrio entre os interesses da instituição e as expectativas de cada um dos públicos de interesse da empresa: acionistas, investidores, analistas de mercado, força de trabalho, familiares, comunidades, sociedade, imprensa, formadores de opinião, parceiros, patrocinados, fornecedores, governos, órgãos reguladores, clientes, consumidores entre outros.

Em 2017, as empresas Eletrobras aprovaram a Política de Consequências, que estabelece compromissos corporativos de combate à corrupção, às práticas anticoncorrenciais, aos conflitos de interesses e outras infrações e orientar a aplicação de consequências às ações e condutas em desacordo com o Código de Ética e de Conduta das empresas Eletrobras, o Programa de Integridade da Eletrobras e as normas internas e legais.

5. O NOSSO NEGÓCIO NO BRASIL E NO EXTERIOR

5.1. Segmento Geração

A Eletrobras, em 31/12/2017, atingiu a capacidade instalada de 48.134 MW em empreendimentos de geração, o que representa 31% dos 157.370 MW instalados no Brasil. Desse total, 66% é composto de empreendimentos de propriedade integral do sistema Eletrobras, 17% de empreendimentos realizados por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPE) e 17% de empreendimentos em propriedade compartilhada, incluindo aqui metade da capacidade de Itaipu Binacional (7.000 MW), que representa 15% do total. De forma alavancada, ou seja, considerando a capacidade instalada total dos empreendimentos em parceria além dos corporativos, a Eletrobras contribui com 66.036 MW, o que corresponde a 42% da capacidade instaladas na matriz brasileira.

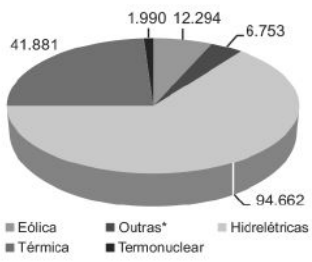
Seguem abaixo as usinas das Empresas Eletrobras que estavam em operação em dezembro de 2017.



Capacidade Instalada

Cerca de 95% da capacidade instalada da Eletrobras provém de fontes com baixa emissão de gases de efeito estufa ("GEE"), contribuindo de forma decisiva para que a matriz elétrica brasileira seja uma das mais limpas e renováveis do mundo. Do total de capacidade instalada alavancada em empreendimentos com baixa emissão de gases de efeito estufa em relação à capacidade do Brasil, em 31/12/2017, 40% pertencem à Eletrobras.

Capacidade Instalada do Brasil por Fonte (MW)



Do total da capacidade instalada no Brasil de 157.580 MW, cerca de 60% correspondem à fonte por hidrelétricas, 26,6% por fontes térmicas, 7,8% por fontes eólicas, 1,3% por fonte nuclear e 4,3% por outras fontes entre fotovoltaicas, pequenas centrais hidrelétricas e centrais geradoras hidrelétricas.

*Outras: Fotovoltaicas, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), Central Geradora Hidráulica (CGH).

Capacidade Instalada por Empresa Eletrobras e por Fonte

A capacidade instalada da Eletrobras, localizada no Brasil, pode ser dividida de acordo com o regime de exploração e participação acionária em: (i) Usinas Corporativas; (ii) Usinas Corporativas Sob Regime de O&M (Lei nº 12.783/13); (iii) Usinas Corporativas Renovadas pela Lei nº 13.182/15; (iv) Usinas de Propriedade Compartilhada; (v) Sociedades de Propósito Específico ("SPEs"); e (vi) Sociedades de Propósito Específico sob regime de O&M, conforme abaixo demonstrado.

Regime de Operação	Hidráulica		Térmica		Nuclear		Eólica		Solar		Total	
	MW	MW Alavancado	MW	MW Alavancado	MW	MW Alavancado	MW	MW Alavancado	MW	MW Alavancado	MW	MW Alavancado
Usinas Corporativas												
Amazonas D	–	–	406	406	–	–	–	–	–	–	406	406
Amazonas GT	250	250	771	771	–	–	–	–	–	–	1.020	1.020
CGTEE	–	–	413	413	–	–	–	–	–	–	413	413
Chesf	817	817	–	–	–	–	33	33	–	–	850	850
Eletronorte	8.782	8.782	503	503	–	–	–	–	–	–	9.285	9.285
Eletronuclear	–	–	–	–	1.990	1.990	–	–	–	–	1.990	1.990
Eletrosul	159	159	–	–	–	–	138	138	1	1	298	298
Furnas	834	834	530	530	–	–	–	–	–	–	1.364	1.364
Subtotal	**10.842**	**10.842**	**2.263**	**2.263**	**1.990**	**1.990**	**171**	**171**	**1**	**1**	**15.627**	**15.627**
Usinas Corporativas sob Regime de O&M												
Chesf	8.399	8.399	–	–	–	–	–	–	–	–	8.399	8.399
Eletronorte	78	78	–	–	–	–	–	–	–	–	78	78
Furnas	4.617	4.617	–	–	–	–	–	–	–	–	4.617	4.617
Subtotal	**13.094**	**13.094**	–	–	–	–	–	–	–	–	**13.094**	**13.094**
Usinas Corporativas Renovadas pela Lei nº 13.182/15												
Chesf	1.050	1.050	–	–	–	–	–	–	–	–	1.050	1.050
Furnas	2.082	2.082	–	–	–	–	–	–	–	–	2.082	2.082
Subtotal	3.132	3.132	–	–	–	–	–	–	–	–	3.132	3.132
Usinas de Propriedade Compartilhada												
Eletrosul	178	363	–	–	–	–	–	–	–	–	178	363
Furnas	765	1.485	–	–	–	–	–	–	–	–	765	1.485
Itaipu	7.000	14.000	–	–	–	–	–	–	–	–	7.000	14.000
Subtotal	**7.943**	**15.848**	–	–	–	–	–	–	–	–	**7.943**	**15.848**
Sociedades de Propósito Específico (SPEs)												
Chesf	1.491	3.509	–	–	–	–	368	809	–	–	1.859	4.318
Eletrobras	677	1.504	–	–	–	–	507	609	–	–	1.184	2.112
Eletronorte	965	1.634	11	23	–	–	46	94	–	–	1.022	1.751
Eletrosul	1.200	2.785	–	–	–	–	20	25	–	–	1.220	2.810
Furnas	2.604	6.442	–	–	–	–	46	94	–	–	2.650	6.536
Subtotal	**6.936**	**15.874**	**11**	**23**	–	–	**987**	**1.630**	–	–	**7.934**	**17.527**
Sociedades de Propósito Específico em regime de O&M												
Furnas	403	808	–	–	–	–	–	–	–	–	403	808
Subtotal SPE	**7.339**	**16.681**	**11**	**23**	–	–	**987**	**1.630**	–	–	**8.337**	**18.334**
Total Geral	**42.350**	**59.598**	**2.634**	**2.646**	**1.990**	**1.990**	**1.158**	**1.801**	**1**	**1**	**48.134**	**66.036**

Notas:

(1) A coluna "MW" refere-se à soma da Capacidade Instalada Disponível Eletrobras em 31/12/2017 (MW), levando em consideração a participação das empresas Eletrobras em cada empreendimento;

(2) A coluna "Usinas" refere-se ao número de usinas de cada empresa. Os empreendimentos com participação de mais de uma empresa Eletrobras foram contabilizados apenas uma vez, da seguinte forma:
- Chesf e Eletronorte tem participação, cada uma, de 24,5% na UHE Dardanelos. Contabilizado na Chesf;
- Chesf e Eletrosul tem participação, cada uma, de 20% na UHE Jirau. Contabilizado na Chesf;
- Furnas e Eletrosul tem participação, cada uma, de 24,5% e 24,72%, respectivamente na UHE Teles Pires. Contabilizado em Furnas;
- Chesf e Eletrobras tem participação, cada uma, de 15% e Eletronorte, de 19,98% na UHE Belo Monte. Contabilizado na Eletronorte; e
- Furnas e Eletronorte tem participação, cada uma, de 24,5% nas Eólicas Miassaba 3, Rei dos Ventos 1 e Rei dos Ventos 3. Contabilizado em Furnas.

(3) Os valores de capacidade instalada das SPEs participantes no processo de Dação entre Eletrosul e Eletrobras Holding foram contemplados na tabela acima. Vale destacar que o percentual de participação acionária considerado foi o mesmo do informe 4T17 da Eletrosul.

A capacidade instalada dos empreendimentos que contam com a participação das empresas Eletrobras totaliza 66.036 MW, que correspondem a 43% do SIN.

Tipo	Hidráulica		Térmica		Nuclear		Eólica		Solar		Total	
	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas
Corporativos não renovados	10.842	12	2.623	111	1.990	2	171	7	1	1	15.627	133
Corporativos renovados pela Lei nº 13.182/15	3.132	2	–	–	–	–	–	–	–		3.132	2
Corporativos sob regime de O&M	13.094	18	–	–	–	–	–	–	–		13.094	18
Propriedade Compartilhada	15.848	4	–	–	–	–	–	–	–		15.848	4
SPE	15.874	11	23	1	–	–	1.630	63	–		17.527	75
SPE em regime O&M	808	1	–	–	–	–	–	–	–		808	1
Total Geral	**59.598**	**48**	**2.646**	**112**	**1.990**	**2**	**1.801**	**70**	**1**	**1**	**66.036**	**233**

continua

continuação

Agregação física no Sistema

Destaca-se em 2017 a entrada em operação comercial da UHE São Manoel, do parque eólico Casa Nova II e da primeira unidade geradora da UTE Mauá III. Vale destacar também a entrada em operação de novas unidades geradoras das UHE Belo Monte e Santo Antônio. Em contrapartida, foram desativadas as UTEs São José, no Amazonas e Santarém, no Pará. No cômputo geral, no ano de 2017 houve acréscimo na capacidade instalada do Sistema Eletrobras de 1.278 MW.

Empresa	Corporativo (a)	Corporativo sob Regime de O&M (b)	SPE (c)	SPE sob Regime de O&M (d)	Agregação Física 2017	Total (a+b+c+d)
Eletrobras	–	–	1.184	–	873	1.184
Eletronorte	9.285	78	1.022	–	489	10.386
Chesf	1.901	8.399	1.859	–	64	12.158
Furnas	4.211	4.617	2.650	403	220	11.881
Eletronuclear	1.990	–	–	–	0	1.990
Eletrosul	476	–	1.220	–	-372	1.696
CGTEE	413	–	–	–	-320	413
Itaipu	7.000	–	–	–	0	7.000
Amazonas G&T	1.020	–	–	–	325	1.020
Empresas	406	–	–	–	-1	406
Total	**26.702**	**13.094**	**7.934**	**403**	**1.278**	**48.134**

Energia Gerada e Vendida

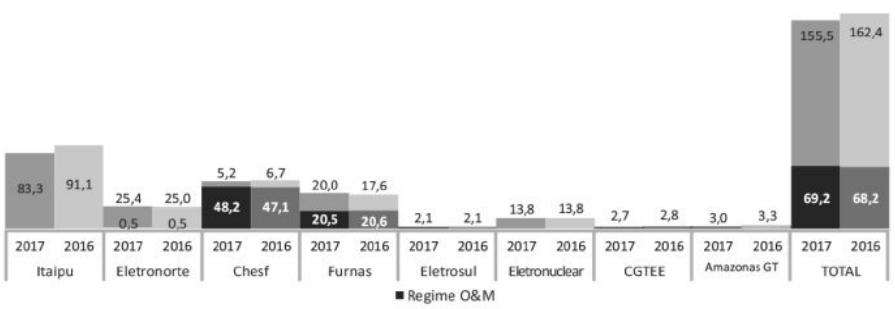
As empresas Eletrobras geraram, em 2017, o total de 182.116 GWh, considerando a proporção da sua participação no capital investido, o que representou um aumento de 7% em relação a 2016. As variações positivas mais significativas foram observadas nas empresas Eletrobras, Eletronorte, Eletrosul e Amazonas G&T. Com relação às empresas Eletrobras e Eletronorte, o elevado crescimento deve-se principalmente a geração da UHE Belo Monte. No que diz respeito à Eletrosul, destaca-se o aumento da geração verificada nas UHE Jirau e Teles Pires. Já na Amazonas G&T, este aumento foi ocasionado pela elevada geração da UHE Balbina e a entrada em operação comercial da 1ª unidade geradora da UTE Mauá 3.

Em contrapartida, a variação negativa mais acentuada da geração de energia foi verificada na empresa CGTEE, em função principalmente da suspensão da operação comercial da fase B da UTE Presidente Médici, a partir do 2º semestre, conforme verificado na tabela a seguir:

Energia Gerada (GWh)			
Empresas Eletrobras	**2017**	**2016**	**Crescimento**
Eletrobras	4.362,51	1.164,80	274,5
Itaipu Binacional	48.193,68	51.549,18	-6,5
Eletronorte	35.792,22	28.725,33	24,6
Chesf	24.354,25	25.382,42	-4,1
Furnas	38.870,43	36.379,97	6,8
Eletronuclear	15.741,21	15.864,29	-0,8
Eletrosul	8.551,82	5.661,92	51,0
CGTEE	1.589,47	2.280,71	-30,3
Amazonas GT	3.089,39	2.299,00	34,4
Amazonas D	1.570,74	1.608,94	-2,4
Total Eletrobras	**182.115,71**	**170.916,56**	**11.199,15**
Total Crescimento (%)			**7%**

Informamos abaixo o volume de energia vendida pelas Empresas Eletrobras em 2017, excluída a comercialização de energia de curto prazo e a comercialização de Itaipu para o mercado paraguaio. Em termos de evolução do mercado de energia, as Empresas Eletrobras, em 2017, venderam 156 TWh de energia, contra 162 TWh negociados no ano anterior, o que representa uma queda de 4,2%. Se considerarmos a energia vendida das usinas renovadas pela Lei nº 12.783/13, o volume total de energia vendida passou de 230,6 TWh em 2016[1] para 224,6 TWh em 2017.

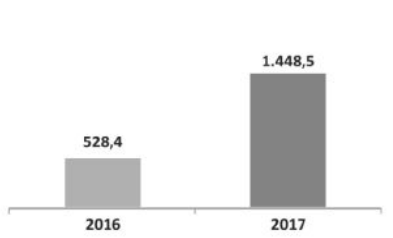
O principal destaque é para a usina de Itaipu, pois em 2017 a geração foi 6,5% menor quando comparada ao ano de 2016, ano do recorde histórico. Além disso, a ANDE utilizou 20% mais energia que em 2016, sendo a energia restante destinada a Eletrobras. Considerando essas variáveis é natural a diminuição da quantidade de energia adquirida pela Eletrobras.



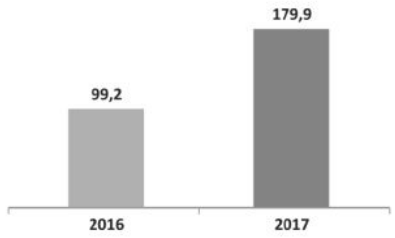
(1) A Companhia atua como agente de comercialização de energia elétrica de Itaipu. As receitas de energia vendida apresentadas acima não fazem parte das receitas de vendas da Eletrobras mencionadas nas Demonstrações financeiras.

Em continuidade ao PDNG 2018-2022, em 2017, o Comitê de Comercialização foi 100% concluído, permitindo que melhores transações fossem realizadas entre as empresas Eletrobras, tendo como um dos maiores destaques um aumento de 55% do volume 2017/2016 nos ambientes ACL e ACR e aumento de 81,2% nos preços no ambiente ACL em comparação a 2016 de preços 2017/2016 no ambiente ACL.

Quantidade Bilaterais ACL Eletrobras (MW médio)



Preço Médio Ponderado ACL Eletrobras (RS/MWh)



Disponibilidade Operacional das nossas Usinas de Geração

As duas tabelas a seguir apresentam a Disponibilidade Média de Geração (%) por empresas Eletrobras e por regime de exploração e participação acionária. Os valores de disponibilidade média de geração foram obtidos através da média ponderada entre a capacidade instalada proporcional à participação societária e os fatores de disponibilidade das usinas Próprias, Propriedade Compartilhada, Itaipu Binacional e SPEs.

Disponibilidade Operacional na Geração (%) – Usinas Corporativas, Propriedade Compartilhada e Itaipu Binacional			
Empresas Eletrobras	**2017**	**2016**	**2015**
Amazonas Energia 1	70,87	81,23	91,91
CGTEE	49,77	52,02	50,43
Chesf	97,54	84,44	78,50
Eletronorte 2	88,22	–	91,75
Eletronuclear	91,96	90,00	84,61
Eletrosul	94,03	92,91	92,15
Furnas	96,64	91,89	90,24
Itaipu	97,10	96,30	96,06

Notas:

(1) O valor de Disponibilidade Operacional das usinas da Amazonas Energia foi calculado considerando as disponibilidades da Amazonas D e Amazonas GT, ponderadas pelas capacidades instaladas das suas usinas . Até o momento a Amazonas D não disponibilizou os fatores de disponibilidade das suas usinas. Desta forma, os referidos cálculos não contemplaram esses valores; e

(2) Em 2016, os Fatores de disponibilidade encaminhados pela Eletronorte para subsidiar o cálculo da Disponibilidade Operacional na Geração, segundo informações desta, foram obtidos com base na metodologia do indicador FID (Fator de Disponibilidade de Geração - conforme a REN nº 614 da ANEEL), a qual difere da metodologia adotada por este relatório. Desta forma, o valor não foi utilizado para efeito de comparação.

O Fator de Disponibilidade é o indicador que está associado ao tempo que uma usina fica disponível para gerar energia com maior confiabilidade e continuidade, ou seja, menor número de paradas e duração para as manutenções planejadas e forçadas.

A tabela a seguir apresenta o Fator de Disponibilidade (%) por fonte primária e sua evolução nos anos de 2015, 2016 e 2017.

Fator de Disponibilidade - Usinas Corporativas, Propriedade Compartilhada e Itaipu Binacional (%)			
Fonte de Energia Primária	**2017**	**2016**	**2015**
Carvão	49,77	52,02	50,43
Eólica	96,85	98,13	98,70
Gás	73,50	84,82	85,90
Hídrica	94,93	94,18	88,44
Óleo	56,12	76,18	90,61
Solar	98,88	99,22	–
Urânio	91,96	90,00	84,61

Para as SPES, o fator de disponibilidade por fonte eólica e hídrica foi, em 2017, respectivamente 95,84% e 96,77%.

Expansão em Geração

Em busca de novas oportunidades de negócios, as Empresas Eletrobras participam de estudos e projetos de usinas hidrelétricas, diretamente ou em parceria, que somam 20.670 MW de capacidade instalada de geração.

Dentre os principais estudos e projetos, destacam-se:

Empreendimentos em Estudo de Viabilidade					
Empreendedor	**Tipo**	**Etapa**	**Empreendimento**	**UF**	**MW**
Eletronorte, Eletrobras e outros	AHE	Est. Viab.	São Luiz do Tapajós	PA	8.040,00
Eletronorte, Eletrobras e outros	AHE	Est. Viab.	Jatobá	PA	1.650
Eletronorte e outros	AHE	Est. Viab.	Marabá	PA	1.850,00
Eletronorte e outros	AHE	Est. Viab.	Serra Quebrada	MA/TO	1.328,00
Eletrobras e Ebisa (Argentina)	AHE	Est. Viab.	Garabi	Bra/Arg	1.152,00
Eletrobras e Ebisa (Argentina)	AHE	Est. Viab.	Panambi	Bra/Arg	1.048,00
Eletronorte, Eletrobras e outros	AHE	Est. Viab.	Jamanxim	PA	881
Eletronorte, Eletrobras e outros	AHE	Est. Viab.	Cachoeira do Caí	PA	802
Eletronorte, Eletrobras e outros	AHE	Est. Viab.	Cachoeira dos Patos	PA	528
Eletronorte	AHE	Est. Viab.	Ipueiras	TO	480
Eletronorte, Furnas e outros	AHE	Est. Viab.	Água Limpa	MT	360
Eletronorte, Furnas e outros	AHE	Est. Viab.	Tabajara	RO	400
Furnas	AHE	Est. Viab.	Porteiras	GO	86
Furnas	AHE	Est. Viab.	Buriti Queimado	GO	142
Furnas	AHE	Est. Viab.	Maranhão	GO	125
Furnas	AHE	Est. Viab.	Mirador	GO	106
Eletronorte	AHE	Est. Viab.	Santa Isabel	TO/PA	1.087,00
Eletronorte	AHE	Est. Viab.	Couto Magalhães	MT/GO	150
Eletronorte	AHE	Est. Viab.	Alta Floresta	MT	127,8
Total					**20.342,80**

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Empreendimentos em Projeto Básico					
Empreendedor	**Tipo**	**Etapa**	**Empreendimento**	**UF**	**MW**
Eletronorte e outros	AHE	Proj. Bás.	Juruena	MT	46
Eletronorte e outros	AHE	Proj. Bás.	Verde 11 Alto	GO	48,3
Total					**94,3**

Empreendimentos em Projeto Básico de Ampliação					
Empreendedor	**Tipo**	**Etapa**	**Empreendimento**	**UF**	**MW**
Eletronorte	AHE	Proj. Bás. Ampl.	Coaracy Nunes	AP	220
Eletronorte	AHE	Proj. Bás. Ampl.	Curuá-Una	PA	12,5
Total					**233**

Expansão Estratégica em Geração

A Companhia vem expandindo, nos 3 últimos anos, uma média de 1.326 MW por ano, em termos de capacidade instalada, especialmente via SPEs.

Tipo de Empreendimento	2017	2016	2015
Corporativos, incluindo sob regime O&M (a)	39.796	40.122	40.938
SPE (b)	8.338	6.734	4.453
Total (a+b)	**48.134**	**46.856**	**45.391**
Agregação Física	1.278	1.465	1.236

Nota:
(b) Considera a participação acionária proporcional das Empresas Eletrobras nas SPEs.

Comercialização em Itaipu

A Lei nº 10.438, de 26/4/02, determinou que a Eletrobras fosse o Agente Comercializador de Energia de Itaipu. Nessa condição, a empresa, no ano de 2017, repassou para as concessionárias das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste 75.441 GWh de energia vinculada à potência contratada, o que correspondeu a um faturamento de aproximadamente US$ 3,7 bilhões. A energia suprida acima daquela vinculada à potência contratada e adquirida pela Eletrobras foi de 14.943 GWh. O Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015 atribui os riscos hidrológicos associados à geração de Itaipu às concessionárias de distribuição na proporção do montante de energia elétrica alocado a cada concessionária na Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias. Dessa forma, a Conta de Comercialização de Itaipu, administrada pela Eletrobras, a partir de janeiro de 2015, passou a liquidar na CCEE, somente valores referentes a Encargos, Excedente Financeiro, Recontabilizações, Rateio da Inadimplência, Ações, Liminares e outros ajustes financeiros. A partir da liquidação de fevereiro de 2015, a CCEE, em cumprimento a Resolução Aneel nº 649/2015, isentou à Eletrobras dos valores referentes ao risco hidrológico da UHE Itaipu.

5.2. Segmento Transmissão

Em 31 de dezembro de 2017, a malha de linhas de transmissão das empresas Eletrobras atingiu um total aproximado de 71.684 km. Desse total, (i) 6.823 km são corporativas; (ii) 57.010 km são corporativas Sob Regime de O&M; (iii) 7.851 km são correspondentes à proporção de suas participações acionárias em empreendimentos realizados pelas empresas Eletrobras por meio de Sociedades de Propósito Específico. Considerando apenas a rede básica do Sistema Interligado Nacional, ou seja, as tensões de ±800, 750, ±600, 525/500, 345 e 230 kV, a Eletrobras é responsável por 64.944 km de linhas de transmissão, o que representa cerca de 49% do total das linhas de transmissão do Brasil nas referidas tensões.

Empresas Eletrobras	Linhas de Transmissão em 2017 (km)					
	Corporativas (a)	Corporativas sob regime O&M (b)	SPE - Participação Eletrobras (c)	Total (a+b+c)	Alavancado pela Eletrobras (d)	Total Alavancado (a+b+d)
Amazonas GT	390	–	–	390	–	390
Chesf	1.620	18.912	1.653	22.185	3.075	23.607
Eletronorte	1.735	9.783	2.584	14.102	5.265	16.783
Eletrosul	1.564	9.513	1.092	12.169	1.746	12.824
Furnas	1.514	18.802	2.522	22.838	5.688	26.004
Total Eletrobras	**6.823**	**57.010**	**7.851**	**71.684**	**15.774**	**79.607**

Notas:
(c) Refere-se à participação proporcional ao capital investido pelas Empresas Eletrobras no empreendimento.
(d) Refere-se à extensão total das linhas de transmissão dos empreendimentos em parceria.

Subestações

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia detinha, através de suas subestações corporativas uma capacidade de transformação de 229.192 MVA, SPEs com capacidade da transformação de 21.302 MVA, totalizando 250.493 MVA de capacidade de transformação. De forma alavancada a Eletrobras contribuiu com 270.435 MVA de capacidade de transformação.

Empresas Eletrobras	Capacidade de Transformação (MVA) em 2017						
	Corporativo (a)	Corporativo sob Regime de O&M (b)	Total (c)	SPEs - Participação Eletrobras (d)	Total (c+d)	SPEs - Alavancado pela Eletrobras (e)	Total Alavancado (c+e)
Amazonas GT	1.365	–	1.365	–	1.365	–	1.365
Chesf	12.257	45.522	57.767	9.117	66.883	14.538	72.305
Eletronorte	12.019	20.592	32.611	3.075	35.685	6.257	38.868
Eletrosul	4.257	22.471	26.728	962	27.690	2.351	29.079
Furnas	14.440	108.741	123.181	8.149	131.329	18.105	141.285
Total Eletrobras	**44.337**	**197.326**	**229.192**	**21.302**	**250.493**	**41.251**	**270.435**

Nota:
(e) Total alavancado significa o total de MVA dos empreendimentos que contam com participação das empresas do Sistema Eletrobras.

Eficiência do Serviço de Transmissão

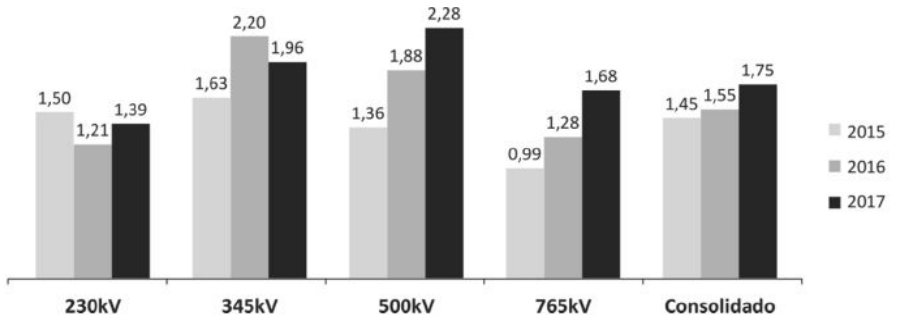
• Disponibilidade

O quadro a seguir apresenta o Índice de Disponibilidade de Linhas de Transmissão das empresas Eletrobras. Este indicador representa o percentual de horas, no ano, que as linhas permaneceram disponíveis para o sistema de transmissão.

Índice de Disponibilidade de Linhas de Transmissão (%)			
Empresas Eletrobras	**2017**	**2016**	**2015**
Amazonas GT	99,97	n/d	n/d
Chesf	99,78	99,92	99,82
Eletronorte	99,87	99,93	99,91
Eletrosul	99,82	99,69	99,78
Furnas	99,19	99,21	99,84
Total	**99,81**	**99,69**	**99,84**

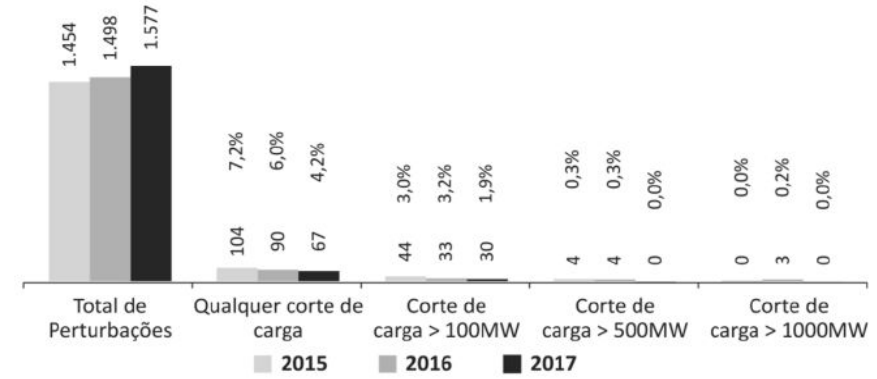
• Desligamentos por 100 km de linha de Transmissão das linhas de transmissão corporativas.

O indicador Desligamentos por 100km de Linhas de Transmissão complementa a disponibilidade de linha de transmissão com informações que capturam a frequência da indisponibilidade para operação.



• Perturbações Rede de Transmissão

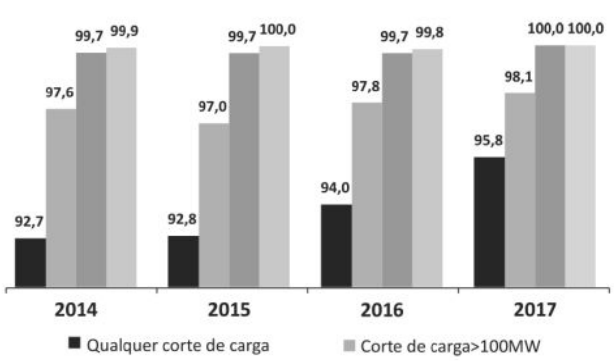
O gráfico a seguir apresenta o número de perturbações que tiveram origem na rede básica de transmissão das empresas Eletrobras nos anos de 2015, 2016 e 2017, bem como os cortes de carga envolvidos nessas perturbações. Ressalta-se que apesar do aumento do número total de perturbações no ano de 2017, o mesmo não se refletiu em aumento do número de perturbações com corte de carga, e não houve ocorrências de corte de carga superior a 500 MW. As principais causas de perturbações em 2017 foram meio ambiente (queimadas), fenômenos naturais (descargas atmosféricas), equipamentos e os relacionados à proteção.



• Índice de Robustez (%)

O indicador de robustez avalia a capacidade da Rede Básica em suportar contingências sem interrupção do fornecimento de energia elétrica aos consumidores, considerando somente as perturbações com origem na rede de transmissão das Empresas Eletrobras. O Sistema Eletrobras vem mantendo o mesmo desempenho dos últimos anos, com destaque para a robustez para qualquer corte de carga que teve um aumento considerável, tendo em vista o menor número de perturbações que causaram corte de carga no ano de 2017.

Indicador de Robustex do Sistema Eletrobras (%)



• Perdas na Transmissão

No que tange às perdas na transmissão, a Eletrobras utiliza uma metodologia unificada para estimativa das perdas elétricas na transmissão das Empresas Eletrobras, baseada em cálculos elétricos, utilizando casos de fluxo de potência. Considerando que as perdas elétricas são decorrentes da topologia de rede e do ponto operativo do sistema, ambas as situações fora do controle das empresas transmissoras, possíveis aumentos ou reduções das perdas representam alterações no perfil da otimização da operação eletro-energética do SIN. Por esta razão, no atual modelo regulatório brasileiro, o custo das perdas é dividido entre consumidores e geradores, sem qualquer encargo à empresa transmissora.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

A tabela a seguir apresenta o referido indicador para cada uma das empresas de transmissão de energia da Eletrobras:

Perdas Técnicas por Transmissão (%)		
Empresas Eletrobras	**2017**	**2016**
Amazonas GT	0,17%	n/d
Chesf	2,44%	2,70%
Eletronorte	1,10%	1,09%
Eletrosul	1,37%	1,42%
Furnas	2,00%	2,31%
Total	**1,78%**	**2,02%**

Expansão em Transmissão

No ano de 2017, foi dado andamento à implantação de empreendimentos detalhados neste relatório, cujas parcerias foram estabelecidas em anos anteriores. Destaca-se em 2017, o acréscimo total de 1.201 km de linhas de transmissão em parceria.

As principais causas que afetaram negativamente o desempenho das empresas Eletrobras estão relacionadas ao não cumprimento dos prazos de conclusão dos empreendimentos, provocado especialmente por atrasos no processo de licenciamento ambiental, por desequilíbrio em contratos de fornecimento, pelo descumprimento de prazos por parte de alguns contratados e, finalmente, por aspectos fundiários relacionados ao atingimento de propriedades particulares ou terras indígenas.

Empresas Eletrobras	Total de Linhas e Agregação física de Transmissão em 2017 (Km)				
	Corporativo (a)	Corporativo sob Regime de O&M (b)	SPEs - Participação Eletrobras (c)	Total de Agregação Física Eletrobras* (a+b+c)	Agregação Física Alavancada**
Amazonas GT	–	–	–	–	–
Chesf	274	–	–	274	274
Eletronorte	–	–	513	513	1.046
Eletrosul	–	–	–	–	–
Furnas	–	–	689	689	1.439
Total	**274**	**–**	**1.201**	**1.475**	**2.759**

Notas:
* Participação proporcional ao capital investido pelas Empresas Eletrobras no empreendimento
** Total de linha da SPE considerando a parte do parceiro.

Empresas Eletrobras	Extensão das linhas de Transmissão (Km) >=230kV	
	Em 2017	Acréscimo em 2017 (Km)
Amazonas GT	390	–
Chesf	21.468	274
Eletronorte	12.939	513
Eletrosul	10.181	–
Furnas	19.967	689
Total	**64.945**	**1.475**

Empresas Eletrobras	Acréscimo - Subestações em 2017 (Km) >=230kV					
	Nº SE	Capacidade de Transformação (MVA) (a)	SPEs - Participação Eletrobras (MVA) (b)*	Total (MVA) (a+b)	Alavancado SPEs - Total (MVA) (c) **	Alavancado pela Eletrobras (a+c)
Chesf	1	80,00	1.923,00	2.003,00	3.925,00	4.005,00
Eletronorte	5	980,00	–	980,00	–	980,00
Eletrosul	1	–	1.923,00	1.923,00	3.925,00	3.925,00
Furnas	–	75,00	–	75,00	–	75,00
Total	**7**	**1.135,00**	**3.847,00**	**4.982,00**	**7.850,00**	**8.985,00**

Notas:
* Participação proporcional ao capital investido pelas Empresas Eletrobras no empreendimento.
** Total de MVA da SPE considerando a parte do parceiro.

Expansão Estratégica em Transmissão

A Companhia vem expandindo, nos 3 últimos anos, em média 1.360 km por ano, em termos de linhas de transmissão, especialmente via SPEs, o que demonstra que a Companhia está perseguindo a diretriz estratégica de atuar de forma relevante no setor de transmissão, mantendo sua liderança.

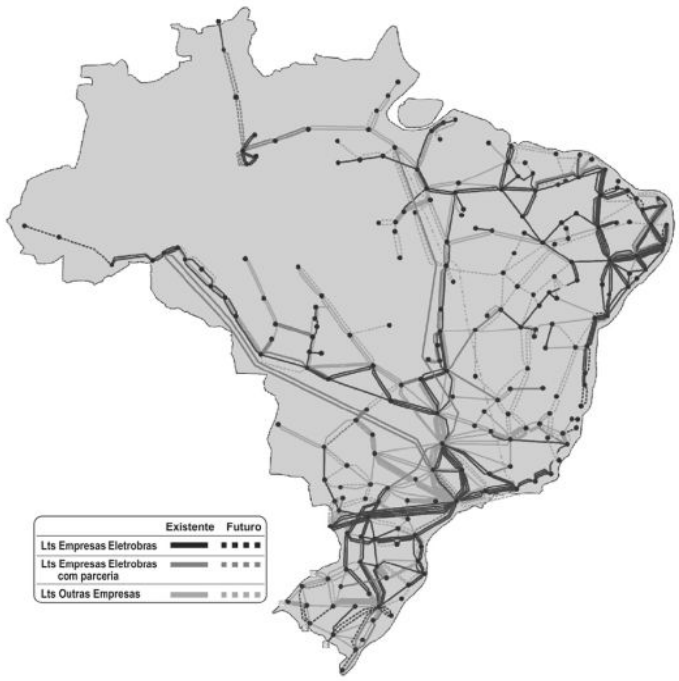
Tipo de Empreendimento	2017	2016	2015
Corporativo (a)	63.833	63.572	62.409
SPE (b)	7.851	6.621	6.028
Total (a+b)	**71.684**	**70.193**	**68.437**
Agregação Física (km)	1.475	1.758	853

Nota:
(b) Considera a participação acionária proporcional das Empresas Eletrobras nas SPEs.
Obs: Agregação física considera ajustes feitos em 2015 onde foram excluídas as linhas de transmissão da Amazonas D, ajuste no total de linhas da Amazonas GT de 439 km para 403 km, alteração nos dados da Eletronorte em função de linhas da Linha Verde Transmissora terem entrado em operação em 2015 e correções nas extensões das empresas Amazonas GT, Eletrosul, Furnas, Chesf e Eletronorte em 2017. Para o ano de 2016, houve redução de 8km no total de linhas de transmissão das SPEs devido a correções de extensões e participações.

Os destaques mais importantes para as empresas Eletrobras e para o Brasil foram:

- Conclusão das obras de construção da maior linha de transmissão de corrente contínua da América Latina e duas subestações conversoras (Xingu/PA e Estreito/MG), sob a responsabilidade da SPE Belo Monte Transmissora de Energia, constituída pelas empresas Eletronorte (24,5%) e Furnas (24,5%), com a State Grid (51%). Com 2.092 km e tecnologia inédita no Brasil (ultra-alta tensão de 800 kV-CC), a LT permite o transporte de até 4.000 MW de potência para as cargas localizadas nos submercados do Sudeste e do Centro-Oeste;
- A obra da Belo Monte Transmissora, com investimento global previsto de R$ 4,5 bilhões, foi estabelecida no planejamento setorial e integra o Programa de Aceleração do Crescimento e Avançar. O empreendimento entrou em operação com dois meses de antecedência (dezembro/2017), em relação ao previsto no contrato de concessão assinado com a Aneel;
- Na região Nordeste, conclusão da LT 230 kV Touros / Ceará Mirim II, com 61,2 km de extensão, LT Teresina II / Teresina III, com 26 km de extensão, LT Mossoró II / Mossoró IV, com 40 km de extensão, LT Morro do Chapéu II / Irecê, com 65 km de extensão e das SE Igaporã III 230/69 kV – 1.500 MVA e SE Morro do Chapéu 230/69 kV – 150 MVA; e
- Nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, conclusão das obras da LT 500 kV Barreiras II / Rio das Éguas, com 239 km de extensão, LT 230 kV Brasília Sul / Brasília Geral, com 13,5 km de extensão e LT 230 kV Serra da Mesa / Niquelândia, com 100 km de extensão.

O mapa a seguir apresenta as principais linhas de transmissão do sistema elétrico brasileiro, existentes ou já licitadas até 2017, destacando os empreendimentos pertencentes às empresas Eletrobras e com a participação destas em parceria.



Para conhecer todas as linhas de transmissão das Empresas Eletrobras e em parcerias, acesse o Anexo do nosso Informe aos Investidores do 4T17.

Consta do PDNG 2018-2022, no âmbito da estratégia Excelência Operacional, a iniciativa "Modernização e automação de instalações", cujo objetivo é implantar recursos de teleassistência nas instalações das empresas Eletrobras com o intuito de reduzir custos operacionais e aumentar a eficiência e confiabilidade operacional, através da operação remota das instalações.

O projeto prevê a implantação da teleassistência de forma gradual, o que permite preservar a excelência da operação das instalações, garantindo elevados índices de desempenho.

No que tange aos investimentos próprios, destaca-se a Expansão da transmissão para escoamento de energia eólica e atendimento de energia elétrica na região Sul. Trata-se da execução da implantação, pela Eletrosul, de 1.933 km de linhas de transmissão em 525 kV e 735 km em 230 kV, e ainda a construção de oito novas subestações e ampliações, com investimento previsto total de R$ 3 bilhões. Outro destaque foi a Expansão da transmissão para interligação do extremo oeste do estado do Acre através da construção da LT 230 kV Rio Branco I / Feijó / Cruzeiro do Sul, com 635 km de extensão e investimento previsto de R$ 415 milhões.

No que se refere às SPE, houve a Expansão da transmissão para reforço do sistema na região Sudeste, através da construção da LT 500 kV Itatiba / Bateias / Araraquara 2 / Fernão Dias, com 847 km de extensão e investimento de R$ 1.570,8 milhões. Sob a responsabilidade da SPE Mata de Santa Genebra (49,9% Furnas e 50,1% Copel), o empreendimento possui previsão de energização para novembro/2018. Outro acontecimento foi a conclusão das obras da LT 500 kV Barreiras II / Rio das Éguas, em janeiro de 2017, com 239 km de extensão. A energização desta LT, completou a implantação de um total de 967 km de extensão e investimento de R$ 917,58 milhões. Sob a responsabilidade da SPE Paranaíba Transmissora (24,5% Furnas, 24,5% Copel e 51% State Grid), o sistema tem com o objetivo reforçar a rede de transmissão das regiões Centro-Oeste e Sudeste do Brasil. Vale, ainda, destacar a conclusão da construção da maior linha de transmissão de corrente contínua da América Latina e duas subestações conversoras (Xingu/PA e Estreito/MG), sob a responsabilidade da SPE Belo Monte Transmissora de Energia, constituída pelas empresas Eletronorte (24,5%) e Furnas (24,5%), com a State Grid (51%). Com 2.092 km e tecnologia inédita no Brasil (ultra-alta tensão de 800 kV-CC), a LT permite o transporte de até 4.000 MW de potência para as cargas localizadas nos submercados do Sudeste e do Centro-Oeste. Outrossim, a obra da Belo Monte Transmissora, com investimento global previsto de R$ 4,5 bilhões, foi estabelecida no planejamento setorial e integra o Programa de Aceleração do Crescimento e Avançar. O empreendimento entrou em operação com dois meses de antecedência (dezembro/2017), em relação ao previsto no contrato de concessão assinado com a Aneel.

5.3. Segmento Distribuição

As empresas de Distribuição de Energia Elétrica da Eletrobras ("EDE"), atuam em 02 (dois) estados da Região Nordeste e 04 (quatro) estados da Região Norte, atendendo mais de 4 milhões de consumidores. Em dezembro de 2017, estas empresas utilizavam uma rede de distribuição de energia de baixa, média e alta tensão, com 252.329 km de extensão e um total de 229 subestações, compreendendo 476 municípios.

Dados Físicos do Sistema – 2017							
Descrição	**Eletroacre**	**Ceal**	**Amazonas Energia**	**Cepisa**	**Ceron**	**Boa Vista**	**Total**
Linhas/Redes de Distribuição (Km)	20.331	42.744	31.634	93.086	60.850	3.684	252.329
Nº de subestações	13	40	26	87	60	3	229
Nº de Clientes	263.113	1.117.108	976.874	1.266.470	631.783	161.712	4.417.060
Nº de Municípios	22	102	61	224	52	15	476

Operação e Comercialização

As Empresas de Distribuição da Eletrobras ("EDEs") ressaltam adversidades impostas, tais como: elevação do despacho de usinas térmicas, que provocaram uma elevação do PLD – Preço de Liquidação das Diferenças, em alguns momentos sem a cobertura por transferências de recursos via CDE; falta de regularidade nas transferências de recursos da CDE e, para as empresas do norte, recursos da CCC; Entretanto, mesmo com esse cenário, avanços foram registrados.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Com a privatização da Celg Distribuição S.A. ("Celg D") ocorrida em 30 de novembro de 2016, o contrato de compra e venda de Ações da Celg D entre Eletrobras, Companhia Celg de Participações ("CELGPAR") e ENEL BRASIL S.A. ("Adjudicatária") foi assinado em 14 de fevereiro de 2017. A Eletrobras recebeu, pela venda da totalidade de sua participação acionária, o montante aproximado de R$ 1,07 bilhão da Enel e na 1ª oferta cerca de R$ 0,5 milhão, dos empregados da Celg-D que decidiram exercer o direito de compra de participação acionária da Celg-D.

O consumo nacional de energia na rede elétrica apresentou no ano de 2017 um crescimento de 0,8% sobre 2016, pelos dados divulgados pela Empresa de Pesquisa Energética ("EPE"), enquanto que as Empresas de Distribuição da Eletrobras ("EDE") em 2017 contabilizaram, -5,6% no Mercado Cativo, fornecendo 16.117,8 GWh para 4.411.889 unidades consumidoras. Em 2017, foram incorporadas 146.809 novas unidades, um crescimento de 3,4% em relação a 2016, atendendo a 463 municípios dos Estados do Amazonas, Acre, Alagoas, Piauí, Rondônia e do Município de Boa Vista.

Privatização das Distribuidoras

A primeira iniciativa do pilar de Disciplina Financeira do PDNG 2018-2022 contempla a privatização das empresas distribuidoras. A saída da Companhia do segmento de distribuição, como controladora das distribuidoras, poderá contribuir para a melhora do Ebitda da Eletrobras e também evitará desembolso de recursos pela Eletrobras para financiar déficit de caixa e investimentos dessas distribuidoras, contribuindo para o atingimento da estratégia de redução do indicador dívida líquida/Ebitda.

A 169ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ocorrida em dezembro de 2017 retificou a decisão da 165ª Assembleia Geral Extraordinária, de 22 de julho de 2016, ao prorrogar o prazo para assinatura do contrato de transferência do controle acionário detido pela Eletrobras nas distribuidoras, desde que ocorra até 31 de julho de 2018, sob pena de manutenção da decisão da 165ª Assembleia Geral Extraordinária a qual determinou o encerramento dos serviços temporários de distribuição, bem como a liquidação das referidas distribuidoras, o que também deverá ocorrer caso não seja garantido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e/ou pelo Poder Concedente, o direito à prestação de serviços de distribuição, de forma temporária, até a efetiva transferência do controle acionário, mediante remuneração adequada.

O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos ("CPPI") é o órgão colegiado que avalia e recomenda ao Presidente da República os projetos que integrarão o PPI (Programa de Parcerias de Investimentos), decidindo, ainda, sobre temas relacionados à execução dos contratos de parcerias e desestatizações.

Dessa forma, o CPPI publicou a Resolução nº 20, de 08 de novembro de 2017, alterada pela Resolução nº 28, de 22 de novembro de 2017, definindo as condições de venda, assim como o preço mínimo da Distribuidoras.

A Assembleia Geral 170ª, ocorrida em 8 fevereiro de 2018, aprovou a venda das seis Distribuidoras, por meio de assunção de dívida no valor de R$ 11,2 bilhões, conforme Resolução CPPI nº 20 e que está exposto na tabela abaixo e aprovou que a Eletrobras assuma direitos da Amazonas Energia, Eletroacre, Ceron, Boa Vista Energia referentes à Conta de Consumo de Combustíveis ("CCC") e a Conta de Desenvolvimento Energético (" CDE"), no valor de R$ 8,4 bilhões e dívida em igual valor. A aprovação foi uma decisão dos acionistas os quais foram amparados pelos estudos com modelo de privatização das distribuidoras, entregues pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), banco gestor do Fundo Nacional de Desestatização ("FND") e do processo de privatização das distribuidoras.

Empresas	Ajustes (R$)
Amazonas Energia	8.911.866.558,94
Boa Vista	342.120.486,20
Ceal	50.000,00
Cepisa	50.000,00
Ceron	1.872.522.463,42
Eletroacre	113.779.871,99
Total	**11.240.389.380,55**

Apresentamos a seguir um resumo dos impactos descritos acima para facilitar a visualização dos efeitos, os quais podem ser encontrados nas Notas Explicativas nº 2 das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2017:

31/12/2017	ELETROACRE	CERON	Boavista Energia	Amazonas Energia	CEPISA	CEAL
Passivo a descoberto	(510.735)	(2.009.359)	(810.961)	(11.936.537)	(1.482.099)	(1.054.044)
Valor de venda	50	50	50	50	50	50
Conversão de dívida/ Aumento de Capital de até	113.780	1.872.522	342.120	(*) 8.911.866	50	50
Assunção créditos CCC/ CDE de até	296.167	3.847.293	278.360	4.055.549	–	–

Nota:
(*) Esse valor terá um abatimento no montante referente a dação em pagamento das ações da Amazonas GT que a Amazonas Distribuidora realizará com a Eletrobras

A modelagem proposta para privatização consiste na realização de leilão conjunto da outorga da nova concessão e da alienação do controle societário da empresa distribuidora, a ocorrer no primeiro semestre de 2018.

Os referidos estudos podem ser encontrados no site de RI da Eletrobras, assim como o sumário das decisões e Ata da 170ª AGE e outros comunicados ao mercado divulgados sobre o assunto.

Comercialização de Energia Elétrica das Empresas Distribuidoras

As Distribuidoras da Eletrobras faturaram um volume de energia no Mercado Cativo com suprimento de 16.118 GWh, uma redução de -6% em 2017 quando comparado ao ano de 2016, esta redução foi influenciada principalmente pela desaceleração da economia, onde pode ser verificada nas classes industrial e comercial com reduções da ordem -32,8% e -6,7% em relação ao ano anterior.

Classes de Consumos	Energia Vendida (MWh)		
	2016	2017	(%)
Residencial	7.080.356	7.185.000	1,48%
Industrial	2.555.741	1.718.713	-32,75%
Comercial	3.754.061	3.500.794	-6,75%
Rural	773.598	802.018	3,67%
Poder Público	1.427.283	1.419.756	-0,53%
Iluminação Pública	782.716	900.266	15,02%
Serviço Público	638.367	560.802	-12,15%
Consumo Próprio	70.632	30.426	-56,92%
Total de Cativos	17.082.754	16.117.776	-5,65%
Suprimento*	388.789	394.963	1,59%
TOTAL Energia Vendida	**17.471.543**	**16.512.739**	**-5,49%**

Nota:
*Valor de 2016 foi alterado por considerar também o Suprimento de Alagoas, Piauí e Rondônia.

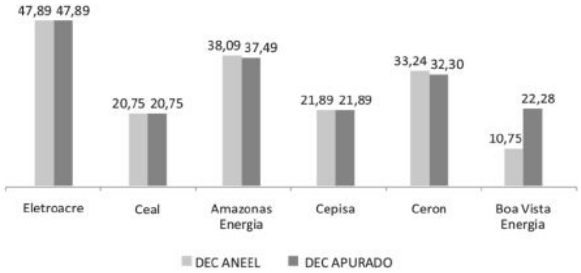
Classes de Consumo	Energia Vendida (MWh) - 2017						
	Eletroacre	Ceal	Amazonas Energia	Cepisa	Ceron	Boa Vista	Total
Residencial	466.159	1.392.173	2.002.570	1.679.633	1.225.446	419.019	**7.185.000**
Industrial	38.421	402.410	749.070	191.532	320.771	16.510	**1.718.713**
Comercial	201.432	698.435	1.044.522	729.002	629.835	187.675	**3.490.900**
Rural	49.545	168.163	76.105	168.865	325.764	13.576	**802.018**
Poder Público	129.770	162.635	572.469	246.662	225.066	83.154	**1.419.756**
Iluminação Pública	53.185	282.244	170.489	224.272	135.687	34.389	**900.266**
Serviço Público	53.897	197.700	68.838	166.701	52.352	21.315	**560.802**
Consumo Próprio	986	3.378	15.610	3.905	5.352	1.196	**30.426**
Total	**1.003.287**	**3.307.138**	**4.699.671**	**3.410.574**	**2.920.272**	**776.834**	**16.117.776**
Suprimento	9.894	20.179	0	135.152	2.874	226.865	**394.963**
Total c/ Suprimento	**1.013.181**	**3.327.317**	**4.699.671**	**3.545.726**	**2.923.145**	**1.003.699**	**16.512.739**
Cons. Livre/ Especial	35.496	299.787	1.152.767	63.946	134.774	0	**1.686.770**

Qualidade dos Serviços e Inadimplência

No exercício de 2017, as Empresas de Distribuição da Eletrobras obtiveram uma evolução positiva, de forma consolidada, no indicador de continuidade DEC em -3,8 horas quando comparado com o realizado no ano anterior, passando de 31,7 em 2016 para 27,9 horas em 2017. Com relação ao indicador FEC, houve um decréscimo consolidado de -3,4 interrupção neste mesmo período, passando de 22,8 em 2016 para 19,4 em 2017.

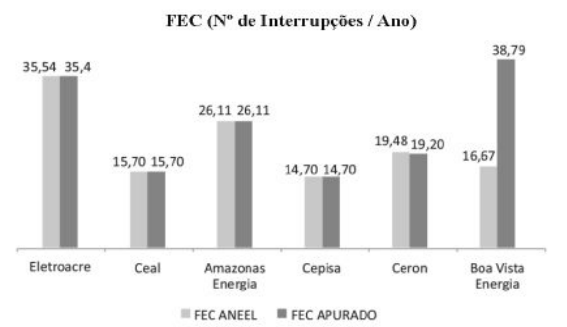
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) – Hora/Ano							
Ano	Eletroacre	Ceal	Amazonas Energia	Cepisa	Ceron	Boa Vista	Consolidado Eletrobras
2013	71,97	30,74	57,35	29,78	38,87	12,93	39,53
2014	63,87	36,50	55,02	32,96	29,00	14,70	39,53
2015	56,39	29,61	46,81	26,22	40,83	22,53	35,51
2016	58,93	21,47	47,30	23,39	32,18	34,46	31,70
2017	47,89	20,75	37,49	21,89	32,30	22,28	27,93
Variação 2017 x 2016 (%)	**-18,7%**	**-3,3%**	**-20,7%**	**-6,4%**	**0,4%**	**-35,4%**	**-11,9%**

DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO – DEC



Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) – Nº de Interrupções/Ano							
Ano	Eletroacre	Ceal	Amazonas Energia	Cepisa	Ceron	Boa Vista	Consolidado Eletrobras
2013	47,5	16,0	39,4	23,4	32,5	21,5	27,7
2014	40,9	22,8	37,5	20,6	24,5	19,8	26,6
2015	40,7	20,7	29,4	19,9	30,3	35,7	25,4
2016	43,5	16,8	29,9	16,4	21,6	50,5	22,8
2017	35,5	15,7	26,1	14,7	19,2	38,8	19,4
Variação 2017x2016 (%)	**-18,4%**	**-6,7%**	**-12,7%**	**-10,4%**	**-11,0%**	**-23,2%**	**-14,7%**

FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO – FEC



Perdas de Energia

APURADO 2017		
Empresas	DEC - Duração das paralisações (h)	FEC - Frequência de paralisações
Eletroacre	47,89	35,54
Ceal	20,75	15,70
Amazonas Energia	37,49	26,09
Cepisa	21,89	14,71
Ceron	32,30	19,20
Boa Vista	22,28	38,79

continua

continuação

METODOLOGIA ANEEL 2017					
Empresas	DEC - Duração das paralisações (h)	FEC – Frequência de paralisações	TMA - Tempo médio de atendimento (min)	Perdas (%)	
				Técnica	Comercial
Eletroacre	47,89	35,54	376,44	9,85%	11,95%
Ceal	20,75	15,70	334,23	10,34%	12,60%
Amazonas Energia	38,09	26,11	396,77	7,60%	36,07%
Cepisa	21,89	14,70	426,92	12,17%	15,84%
Ceron	33,24	19,48	356,60	11,15%	17,16%
Boa Vista	10,75	16,67	126,63	7,04%	6,45%

Inadimplência

Consolidação das Distribuidoras	Inadimplência		Faturamento		INAD		
Classe	2017 (R$ mil)	2016 (R$ mil)	2017 (R$ mil)	2016 (R$ mil)	2017	2016	Diferença 2017x2016 (%)
Residencial	610.120	486.223	4.802.071	4.374.676	12,7%	11,1%	**9,8%**
Industrial	126.310	98.070	881.653	1.128.779	14,3%	8,7%	**-21,9%**
Comercial	221.833	180.856	2.309.737	2.464.242	9,6%	7,3%	**-6,3%**
Rural	48.210	41.921	326.426	300.090	14,8%	14,0%	**8,8%**
Poder Público Municipal	113.480	96.866	334.470	301.247	33,9%	32,2%	**11,0%**
Poder Público Estadual	100.218	60.421	347.049	324.579	28,9%	18,6%	**6,9%**
Poder Público Federal	14.398	20.822	198.475	180.807	7,3%	11,5%	**9,8%**
Serviço Público	111.395	58.197	261.362	288.800	42,6%	20,2%	**-9,5%**
Iluminação Pública	59.220	52.375	354.640	285.378	16,7%	18,4%	**24,3%**
Outros	22.626	18.215	262.415	106.233	8,6%	17,1%	**147,0%**
Total	**1.427.810**	**1.113.965**	**10.078.298**	**9.754.831**	**14,2%**	**11,4%**	**3,3%**

5.4. Operações Internacionais

Em 2017, a Eletrobras buscou atuar, prioritariamente, em projetos de integração regional e de geração de energia renovável no continente latino-americano. A empresa também tem buscado fortalecer as relações com agentes locais e com organismos multilaterais de fomento para o desenvolvimento de seus projetos internacionais.

Atualmente, a companhia tem como foco os projetos de integração regional e de geração de energia renovável no continente latino-americano. Atuando com base em suas vantagens competitivas, como a expertise em grandes projetos hidrelétricos e integração regional, porte e posicionamento geopolítico favorável, a empresa vem avaliando uma carteira de projetos no exterior, privilegiando parcerias locais, com foco na criação de valor, garantindo retorno adequado aos investimentos internacionais.

Destaca-se, neste período, o avanço nas negociações entre a Eletrobras e a estatal argentina EBISA *(Emprendimientos Energéticos Binacionales Sociedad Anónima)* objetivando a retomada dos estudos de viabilidade para instalação de aproveitamentos hidrelétricos no rio Uruguai, na fronteira entre o Brasil e a Argentina.

Da mesma forma, evoluíram significativamente as tratativas junto à estatal boliviana ENDE *(Empresa Nacional de Electricidad)* relacionadas à exploração do potencial energético na fronteira entre Brasil e Bolívia.

Adicionalmente, a Eletrobras manteve sua parceria estratégica com a estatal uruguaia UTE *(Administración Nacional de Usinas y Trasmisiones Eléctricas)*, com o objetivo de promover a geração de energia de fontes renováveis, exemplificada no desenvolvimento e operação conjunta no Parque Eólico Artilleros (65 MW).

Em dezembro de 2017, a Eletrobras possuía uma Carteira de Projetos Internacionais composta por 8 projetos, com cerca de 4,7 GW em projetos de geração e 900 km em projetos de transmissão. Dois projetos eólicos no Uruguai foram agrupados em um único por questões estratégicas. O mapa abaixo demonstra as áreas internacionais de atuação do Sistema Eletrobras.

É importante destacar que a Eletrobras exerce o papel de agente executivo do Comitê Brasileiro da Comissão de Integração Energética Regional ("BRACIER"), que congrega cerca de 40 empresas do setor elétrico brasileiro. O BRACIER é um dos 11 comitês nacionais da Comissão de Integração Energética Regional ("CIER"), que como associadas cerca de 270 organizações atuantes no setor elétrico da América Latina. A participação ativa da Eletrobras na gestão do BRACIER proporcionou à empresa acesso a informações técnicas atuais referentes ao setor elétrico de quase toda a América Latina e contatos nas empresas e entidades da região.



Outra atuação de destaque que a Eletrobras manteve foi junto a *World Energy Council* ("WEC"), apoiando o desenvolvimento dos estudos relativos aos cenários energéticos globais. O WEC é uma associação que reúne os principais líderes e entidades do setor de energia mundial, buscando promover "um sistema de energia elétrica estável, acessível e ambientalmente sustentável" e também nos mantivemos como membro-fundador da *Global Energy Interconnection Development and Cooperation Organization* ("GEIDCO"), uma organização que tem como objetivo a promoção de um sistema global de interconexão elétrica para suprimento da demanda de energia com fontes limpas e renováveis, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável da humanidade.

Como perspectivas futuras, a Eletrobras e estatal boliviana ENDE (Empresa Nacional de Electricidad) também vem avaliando conjuntamente a possibilidade de desenvolvimento de interconexões elétricas entre Brasil e Bolívia. Com esse objetivo, as empresas iniciaram, em 2017, negociações com agência multilateral de fomento para apoio à realização de um estudo de interconexão elétrica entre os dois países.

Atualmente, a empresa é o agente responsável pela importação de energia da República Oriental do Uruguai e, em 2017, comercializou mais de 980 GWh de energia da estatal uruguaia UTE *(Administración Nacional de Usinas y Trasmisiones Eléctricas)* no mercado brasileiro.

Interligações Fronteiriças

A Eletrobras opera interligações internacionais de médio e grande porte com Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

Brasil - Argentina

- Estação Conversora de Frequência de Uruguaiana (Brasil), com capacidade de 50 MW, e uma linha de transmissão em 132 kV, que interliga a conversora a *Paso de los Libres* (Argentina).

Brasil - Paraguai

- Quatro linhas de transmissão em 500 kV que interligam a usina hidrelétrica binacional de Itaipu à subestação Margem Direita (Paraguai) e à subestação Foz do Iguaçu (Brasil).

Brasil – Uruguai

- Estação conversora de frequência de Rivera (Uruguai), com capacidade de 70 MW, e uma linha de transmissão em 230 kV, que interliga a conversora à subestação Livramento (Brasil),
- Conexão entre a SE Presidente Médici (Brasil) e a SE San Carlos (Uruguai), com capacidade de 500MW.

Brasil - Venezuela

- Linha de transmissão em 230 kV, com capacidade de 200 MW, que interliga Boa Vista (RR) à cidade de Santa Elena (Venezuela).

Adicionalmente, na região amazônica, a ELETROBRAS permanece apoiando a realização dos Estudos de avaliação do Projeto Arco Norte, um sistema de transmissão de aproximadamente 1.900 km de extensão que visa a transferência da energia a ser gerada por novos empreendimentos de geração, entre Brasil, Guiana, Suriname e Guiana Francesa.

Em continuidade às ações integração regional está prevista também a realização de estudo, com apoio de agência multilateral de fomento, com objetivo de avaliar alternativas de interconexão elétrica entre Brasil e Bolívia.

6. PESQUISA, DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

6.1. Cepel e Investimentos em P&D+I

Criado em 1974, por iniciativa da Eletrobras, o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica ("Cepel") vem contribuindo para a manutenção de uma infraestrutura tecnológica avançada de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação ("P&D+I") em equipamentos e sistemas elétricos, de forma a atender às características singulares do setor elétrico brasileiro.

Tendo como seus Associados Fundadores a Eletrobras e suas controladas Chesf, Furnas, Eletronorte e Eletrosul, o Centro exerce a Secretaria Executiva de P&D+I e Tecnologia, da Comissão de Política Tecnológica das Empresas Eletrobras. É seu executor central de linhas de pesquisa, programas e projetos, e provê consultoria e assessoramento na avaliação de resultados, na gestão do conhecimento tecnológico e sua aplicação.

Por sua abrangência, os beneficiários da atuação do Cepel transcendem o Sistema Eletrobras. Incluem os ministérios de Minas e Energia ("MME") e da Ciência, Tecnologia e Inovação ("MCTI"), e entidades setoriais, como a Empresa de Pesquisa Energética ("EPE"), o Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"), a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") e a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), além de concessionárias e fabricantes de equipamentos.

Suas atividades de P&D+I estão consolidadas em sete grandes áreas de atuação: Otimização Energética e Meio Ambiente; Redes Elétricas; Automação de Sistemas; Linhas e Estações; Tecnologia de Distribuição; Materiais, Fontes Alternativas e Eficiência Energética; e Infraestrutura Laboratorial e de Pesquisa Experimental.

Com forte apoio das Empresas Eletrobras e parceria com a academia, o CEPEL desenvolve e mantém, no estado da arte, um acervo próprio de metodologias e cadeia de modelos computacionais, essencial para a gestão do sistema eletroenergético interligado, dentro de rígidos critérios de segurança.

Como um dos mais importantes investimentos de sua história recente, o Laboratório de Ultra Alta Tensão ao Tempo ("Lab UAT Externo") encontra-se operacional desde novembro de 2016, com capacidade para realizar pesquisas experimentais, desenvolvimentos e ensaios em configurações de linhas de transmissão e equipamentos associados, até as classes de tensão de ± 1000 kV CC e 1200 kV CA, podendo assim dar suporte às empresas do Sistema ELETROBRAS, ao Setor Elétrico e fabricantes, em parceria com a academia e centros de pesquisas nacionais e internacionais, para o desenvolvimento e otimização de projetos desta nova fronteira de tensão operacional. Ao longo de 2017 foi montado um arranjo que reproduz um trecho do sistema de transmissão de Belo Monte, que permitirá a condução dos primeiros projetos experimentais sobre seu comportamento já em 2018.

Em 2017, o aporte de contribuições institucionais das Empresas Eletrobras, no atendimento de sua obrigação estatutária para suporte e desenvolvimento do Cepel, somou R$ 188 milhões. Considerando o total de participação da Eletrobras, agência de fomento e outros sócios do setor, o total de investimento foi conforme detalhamento abaixo: em 2017 foi:

Investimentos com Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação e Pesquisa Experimental	R$ (mil)		
	2017	2016	Variação (%)
Automação de Sistemas	28.176	26.224	7,44%
Otimização Energética e Meio Ambiente	38.798	27.204	42,62%
Linhas e Estações	38.236	44.329	-13,74%
Redes Elétricas	23.560	23.655	-0,40%
Tecnologias da Distribuição	14.572	10.682	36,41%
Materiais, Eficiência Energética e Geração Complementar	26.407	22.483	17,45%
Pesquisa Experimental	53.264	54.912	-3,00%
Total	**223.014**	**209.488**	**6,46%**

continua

continuação

Portfólio de Projetos de P&D+I do sistema ELETROBRAS:

O Levantamento anual dos projetos de P&D+I do sistema Eletrobras, incluindo os projetos da Carteira Institucional do Cepel, realizado em 2017 pela Secretaria Executiva da Comissão de Política Tecnológica ("CPT"), identificou 230 projetos, sendo 142 das empresas Eletrobras e 88 da Carteira Institucional. A distribuição destes projetos pelos Temas Prioritários do Plano de Ação em P&D+I 2014-2018 da ("CPT") mostra que o tema Geração concentra o maior número de projetos (19%), seguido pelos temas Tecnologia de Equipamentos (15%) e Operação (14%).

Especificamente no que se refere à evolução tecnológica do sistema elétrico brasileiro, assistimos à rápida disseminação de fontes distribuídas e intermitentes de energia, eólica e solar, principalmente. O resultante crescimento da participação deste tipo de fontes na nossa matriz elétrica traz diferentes desafios para o modelo de planejamento da expansão, operação do sistema e no próprio domínio tecnológico dos equipamentos envolvidos. O Cepel se prepara para estes desafios investindo na evolução de ferramentas como o Newave (de forma a incorporar estas novas fontes), a homologação do DESSEM, para atendimento de evolução regulatória prevista para 2019.

No final de 2017 foi aprovado o novo Estatuto do Cepel, cuja principal motivação foi ampliar e tornar mais claros os benefícios concedidos aos Associados do Centro, visando ampliar o quadro de associados (Associados Especiais) e dar maior transparência à utilização dos recursos aportados. Como resultado imediato e importante desta política, a Petrobras ingressou no quadro associativo do Cepel, em uma condição especial que já prevê investimentos significativos em infraestrutura laboratorial e parcerias em projetos de pesquisa de interesse comum.

Para o ano de 2018, prevê-se uma priorização de investimentos voltados para as pesquisas em Redes Elétricas Inteligentes - concentrando-se na implantação do Laboratório de Smart Grid - e pesquisas em Geração Complementar, implementando-se infraestrutura laboratorial para possibilitar estudos relacionados ao desempenho de painéis fotovoltaicos.

6.2. Gestão da Inovação e Melhoria de Processos

O Programa de Inovação Corporativa da Holding é uma iniciativa implementada para aprimorar a cultura interna de inovação. Desenvolvido com o objetivo de dar voz aos colaboradores, o Programa permite o cadastro de ideias para resolver os problemas empresariais, de acordo com os temas estabelecidos a cada ciclo. Melhoria de Processos, Aumento de Receita, Redução de Material, Serviços e outros e Outras Ideias foram os temas definidos para capturar valor, a partir dos *insights* dos colaboradores, no ciclo 2017. Todo colaborador da empresa pode participar do processo de criação de ideias.

As ideias implementadas e com resultados são certificadas e concorrem automaticamente ao "Prêmio Boas Ideias". A premiação é anual e visa reconhecer os melhores resultados. No ciclo 2017 foram cadastradas 13 (treze) ideias, sendo 5 (cinco) liberadas para implementação. Elas não foram finalizadas em 2017, mas buscam gerar soluções a baixo custo, que contribuam significativamente para o aumento da produtividade, diminuição de custos, sem obrigatoriamente necessitar de elevados investimentos iniciais.

Os projetos de melhoria enfatizam o trabalho em equipe e autodisciplina a partir da análise e reflexão de gerentes e técnicos, com o intuito de aumentar a produtividade, reduzir os desperdícios e otimizar os processos. Dentro da metodologia, os trabalhos de melhoria estão segmentados em virtude do grau de complexidade que apresentam.

Ao longo de 2017, foram realizados 16 projetos de melhoria em parceria com as áreas de negócios sobre os mais variados temas de processos, como por exemplo: SPE, Gestão de denúncias, Governança corporativa, Comercialização de energia, Contas a pagar e receber, Patrocínios e Ouvidoria.

Adicionalmente, foi realizado o terceiro ciclo do Programa de Melhoria de Processos Eletrobras – PMPE (Baixa complexidade), instituído em 2015. O PMPE tem como objetivo contribuir para a formação de uma cultura de melhoria contínua na Eletrobras, a partir do treinamento e da orientação de empregados participantes na aplicação das técnicas de melhoria de processos.

No ano de 2017, foram submetidos cinco projetos de melhoria. Ao longo da execução dos projetos, gestores e empregados foram acompanhados por coaches internos buscando maximizar o desenvolvimento de competências e o alcance das metas estabelecidas para cada projeto, os quais têm previsão de conclusão em 2018.

6.3. Governança de Tecnologia de Informação

Em 2017, a Diretoria Executiva aprovou a criação da área de Gestão e Segurança da Informação vinculada à Diretoria de Conformidade ("DC"). A nova unidade organizacional tem a responsabilidade de coordenar as práticas de gestão e proteção de documentos e informações corporativas em níveis aceitáveis de risco. A mesma resolução também criou o Comitê de Segurança da Informação da Eletrobras, que deverá monitorar e patrocinar todas as ações necessárias para a segurança corporativa.

No mesmo ano, foi elaborada a Política de Segurança da Informação das empresas Eletrobras, que orienta estrategicamente as questões relacionadas à segurança da informação, definindo diretrizes para armazenamento, custódia, processamento, transmissão e descarte de informação no ambiente convencional ou de tecnologia das empresas Eletrobras.

Para apoiar e alinhar estrategicamente suas ações às necessidades estratégicas corporativas definidas no Plano Diretor de Negócio e Gestão (PDNG 2017-2021), a Superintendência da Tecnologia da Informação e de Telecomunicação ("DJT") elaborou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Telecomunicação 2017-2018 ("PDTIC"), sendo esse um importante instrumento e guia de suas principais ações estratégicas.

Com base no PDTIC citado, as ações mais relevantes ocorridas em 2017, estão separadas pelos pilares estratégicos definidos no PDNG.

A Eletrobras obteve o nível máximo de capacidade na avaliação iGovTI realizada pelo Tribunal de Contas da União ("TCU") ao aprimorar os processos de governança de TIC. Considerando ainda o pilar de Governança e Conformidade, ações relacionadas à Segurança da Informação também foram implementadas:

- Elaboração do Plano de Segurança de Tecnologia da Informação e Telecomunicação 2017-2018 (PSTIC);
- Aprimoramento da segurança cibernética, tais como:
  - definição de *firewall* de última geração;
  - contratação de ferramenta de proteção contra perda e vazamento de dados;
  - definição do processo de tratamento de incidentes e de perfis de acesso á internet;
  - evolução do processo de inventário de equipamentos; e
- Aquisições e atualizações de infraestrutura de segurança, com foco na evolução dos controles de vulnerabilidades e incidentes, visando à maior proteção das informações corporativas digitais.

Além destas ações, a Diretoria Executiva da Eletrobras aprovou, a criação da área de Gestão e Segurança da Informação ("DCAS"), vinculada à Diretoria de Conformidade ("DC"). A nova unidade organizacional tem a responsabilidade de coordenar as práticas de gestão e proteção de documentos e informações corporativas em níveis aceitáveis de risco. Foi criado o Comitê de Segurança da Informação da Eletrobras, que deverá monitorar e patrocinar todas as ações necessárias para a segurança corporativa.

Para 2018 está previsto um plano de capacitação em segurança da informação para diversos públicos, em conjunto com a Universidade do Sistema Eletrobras ("Unise") e tem como objetivo nivelar conceitos sobre o tema, promover a cultura de manter protegidas as informações corporativas, além da implantação de diversos sistemas de segurança em conjunto com a área de Tecnologia da Informação e Telecomunicações, notadamente o de prevenção de vazamento de informações, destacado acima, que deverá fortalecer os projetos de classificação da informação em diversas áreas da empresa.

Programa de Implantação do Padrão SAP ("ProERP")

Em continuidade às metas estabelecidas no PDNG 2018-2022, a implantação do ProERP, um sistema de Informação unificado que agilizará a tomada de decisão e a melhoria do processo de divulgação de informações, encontra-se em fase de testes unitários. A previsão é a de que seja implantado o Go Live previsto em abril de 2018 nas empresas Eletrobras, Furnas, Cepel de Eletropar.

Em 2017 foram criadas as 10 (dez) *company codes* e o SAP - Sistema integrado de gestão empresarial - de Furnas foi ajustado para ser um acelerador da instância única. Os dados destas 10 empresas serão armazenados na *holding*, que permanece como instância única. Após o primeiro Go Live, a preparação das demais empresas será iniciada para que todas elas possam ter sua base de dados disponibilizadas no sistema. Desta forma, estima-se que a governança de TI pela Eletrobras, na figura de *holding*, será muito mais eficiente.

O ProERP tem um custo de implantação total estimado em R$ 185 milhões de reais até 2021, valor superior aos R$ 130 milhões informado em outras publicações, devido à contratação de uma solução fiscal e outra para gestão de ativos imobilizados que não estavam provisonadas.

Com a implantação do ProERP, o retorno está estimado em benefícios para as empresas Eletrobras, até 2021, em vários projetos, especialmente com a implantação do "Centro de Serviços Compartilhados". Em termos de custos, os grandes destaques são:

Economia potencial de R$ 141 milhões por ano, sendo R$ 26 milhões em 2018	Aprimoramento tributário R$ 1 bilhão	Economia com TI (*Hardware* e *software*): 44 milhões

7. SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

7.1. Desempenho Empresarial

Os Contratos de Metas de Desempenho Empresarial ("CMDE"), firmados pela Eletrobras e suas empresas controladas desde 2010, têm abrangência quinquenal e possibilidade de revisão anual, sendo um instrumento do processo de planejamento e gestão das empresas Eletrobras. Os indicadores e as metas anuais que compõem o painel do CMDE são definidos a partir de diretrizes estabelecidas pela Diretoria Executiva da Eletrobras ("DEE") e pelo Conselho de Administração da Eletrobras ("CAE"), em conformidade com os resultados e objetivos estratégicos a serem alcançados.

A Eletrobras utiliza índices ambientais e sociais pactuados no Contrato de Metas e Desempenho Empresarial ("CMDE") para análise dos resultados e seus impactos na sustentabilidade da companhia. O CMDE contém indicadores corporativos nas dimensões econômico-financeira, operacional, social e ambiental. Ao final de cada exercício é apurado, para cada empresa, o Índice Ponderado de Cumprimento de Metas ("IPCM"), que indica o grau de adimplência global às metas estabelecidas para o período.

Também monitoramos os projetos estabelecidos no Plano Diretor de Negócios e Gestão da Eletrobras ("PDNG"), indicando o avanço das atividades definidas nos cronogramas e as pendências que sinalizam riscos para o sucesso desses projetos. Nesse contexto, estão incluídos todos os projetos em andamento, corporativos ou em parcerias por meio de Sociedades de Propósito Específico ("SPE"), relacionados à expansão dos segmentos de geração, transmissão e distribuição.

Cabe ao Escritório de Gestão de Projetos Corporativo da Eletrobras ("EGP") monitorar, analisar e informar à alta administração o andamento dos projetos e programas relevantes das empresas Eletrobras, por meio de ferramentas integradas de gestão.

7.2. Responsabilidade Social

O compromisso social da Eletrobras com todos os seus públicos de interesse é determinante para a sustentabilidade e a evolução de seus negócios. Para isso, buscamos atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável e apoiamos projetos que sejam relevantes para o desenvolvimento da sociedade brasileira em diversos segmentos.

Em 2017, por meio do Comitê de Gênero, Raça e Diversidade, a Eletrobras deu continuidade à execução do seu plano de ação proposto para a 6ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres ("SNPM"), vinculada a Secretaria de Governo da Presidência da República. Dentre as ações, que objetivam contribuir para a eliminação das discriminações e desigualdades no ambiente de trabalho, teve como destaque em 2017 a ampliação da licença paternidade de 5 para 20 dias, como decorrência de sua adesão ao Programa Empresa Cidadã do Governo Federal.

A Eletrobras manteve assento no Comitê Permanente para Questões de Gênero do Ministério de Minas e Energia e Entidades Vinculadas e, em 2017, atuou na coordenação colegiada desse comitê como representante das empresas do setor elétrico.

Tendo aderido ao Pacto Global e Metas do Milênio, a Empresa comprometeu-se com princípios básicos de defesa dos direitos humanos, direitos do trabalho, proteção do meio ambiente e combate à corrupção. Desde 2014, a empresa aderiu a Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, cujos compromissos são ampliar a pauta de responsabilidade social, desenvolver de forma sistemática ações concretas e efetivas de sensibilização de seu público interno e de sua cadeia produtiva sobre o tema. Ao assumir estes compromissos a Empresa manifesta o seu comprometimento com o desenvolvimento sustentável.

Em atendimento ao Decreto nº 5.940/06 e à Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305/10, a Eletrobras realiza a coleta seletiva solidária na empresa, destinando os resíduos recicláveis gerados e separados nos escritórios do Rio de Janeiro às cinco associações e cooperativas de catadores habilitadas por edital. Em 2017, foram doadas mais de 31 toneladas de materiais recicláveis. Publicado em 2016, o edital habilitou cinco instituições que atenderão a Eletrobras até janeiro de 2019.

A Comissão da Coleta Seletiva Solidária deu continuidade à elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Eletrobras, proposta acolhida pelo Sistema de Gestão de Ideias da empresa, que está previsto para ser concluído e implantado em 2018.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Em 2017, a Eletrobras participou da retomada do Comitê Interministerial para a Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis ("CIISC"), que tem a finalidade de apoiar ações de inclusão, articular políticas setoriais, acompanhar a implantação de ações voltadas a catadores, estimular a participação do setor privado em ações de inclusão social e econômica desse público, dentre outras. Participam do Comitê representantes da Administração Pública Direta e Indireta, incluindo Eletrobras e Itaipu, bem como representações dos movimentos de catadores.

Com o objetivo de incentivar e apoiar os colaboradores da empresa para o exercício da cidadania, em 2017, o Programa Eletrobras de Voluntariado realizou 41 ações que mobilizaram voluntários e colaboradores em benefício de mais de 1.500 pessoas em comunidades do entorno da empresa com o investimento total de R$ 68.934,97.

Em consonância com a Política de Responsabilidade Social das Empresas Eletrobras e em decorrência dos compromissos assumidos no processo de licenciamento da usina hidrelétrica de Belo Monte, deu-se continuidade aos projetos com as comunidades Kayapó do médio Xingu, no sul do Pará. Os principais resultados dessas experiências são: o fortalecimento institucional das entidades que representam os Kayapó e executam os projetos; a fiscalização e a proteção das terras indígenas; o fomento a atividades econômicas sustentáveis; a valorização cultural da etnia, com, por exemplo, o apoio à produção e comercialização do artesanato. Os projetos são financiados pela Norte Energia, mas o acompanhamento e a gestão do relacionamento são realizados pela Eletrobras.

Os resultados desses projetos representam um impacto positivo para os interesses estratégicos da Eletrobras na preservação ambiental e no bom relacionamento com essas comunidades indígenas da região do rio Xingu. Afinal, enquanto a bacia do Xingu se encontra apenas 50% preservada, as terras indígenas Kayapó, situadas no coração daquela bacia, estão 93% preservadas, contribuindo para a conservação dos recursos hídricos que alimentarão a usina hidrelétrica de Belo Monte.

Abaixo, encontram-se os convênios de responsabilidade social celebrados pela Eletrobras holding, em 2017.

Termo de Cooperação	Projeto Social	Localidade	Linha de atuação	Beneficiados	Valor repassado (R$)
*TC-DS-C-0095/2013	Projeto de apoio e assistência aos Kayapó do Oeste	Terras indígenas Baú e Menkgragnoti/PA	Geração de Trabalho e Renda e desenvolvimento territorial	1.500	4.500.000,00*
*TC-DS-C-0313/2015	Plano de Apoio a Autonomia dos Kayapó do Leste	Terras indígenas Badjônkôre, Kayapó e Las Casas, sul do Pará	Atividades econômicas sustentáveis, gestão territorial e ambiental, fortalecimento Institucional, fortalecimento cultural	4.500	5.255.520,00*
Total				**6.000**	**9.755.520,00**

* Os projetos em referência são realizados em parcerias firmadas por meio de Termo de Compromisso entre a Eletrobras, Norte Energia, as instituições que representam os índios Kayapó e a Funai, sendo de responsabilidade da Norte Energia o aporte de recursos financeiros e, da Eletrobras a supervisão e acompanhamento da execução dos projetos.

Em relação aos seus patrocínios, o trabalho conjunto das empresas Eletrobras promoveu a atualização da Política de Patrocínios das Empresas Eletrobras, instrumento de regramento das ações comuns das companhias. Em 2017 houve também a publicação, por parte da Eletrobras holding, da Norma de Patrocínios da Eletrobras que permitiu o estabelecimento de diretrizes para a seleção, avaliação técnica e regramentos gerais para a celebração de contratos de patrocínio. A Norma de Patrocínios é aplicável às áreas da Eletrobras envolvidas na seleção, celebração, gestão e fiscalização de contratos de patrocínio.

Na Eletrobras holding, a seleção dos projetos e a alocação dos recursos consideram a aderência aos princípios e diretrizes constantes na Política de Patrocínios das Empresas Eletrobras e na Norma de Patrocínios da Eletrobras. A avaliação do mérito e da adequação financeira de um projeto igualmente levam em conta a relação custo-benefício e o resultado alcançado por um patrocínio, com base na Metodologia de Avaliação de Patrocínios utilizada na empresa.

A seguir, encontra-se a relação dos patrocínios (culturais e não incentivados) contratados no ano de 2017:

Projetos Culturais Incentivados Contratados em 2017				
Contrato	**Tipo de Projeto**	**Nome do Projeto**	**Beneficiário (a)**	**Valor Contratado (R$)**
0005/2017	Escolha direta	Apresentação dos Bois Garantido e Caprichoso em Parintins 2017	Maná produções, comunicação e eventos Ltda	350.000,00
0008/2017	Escolha direta	Temporada 2017 de Concertos e Óperas de Câmara em Concerto – Theatro Municipal do Rio de Janeiro	Associação dos Amigos do Teatro Municipal do RJ	400.000,00
0010/2017	Escolha direta	Gudin, Mario, Bulhões Pedreira – Trilogia de 100 Anos da Integração da Economia brasileira	Insight Engenharia de Comunicação & Marketing Ltda	40.000,00
0018/2017	Escolha direta	Festa Nacional da Música 2017	VF Promoções e Publicidade Ltda	150.000,00
0027/2017	Escolha direta	Anthropoceno	Storm Comunicação e Tecnologia Ltda	80.000,00
Total dos projetos incentivados contratados em 2017				**1.020.000,00**

Projetos Não Incentivados Contratados em 2017				
Contrato	**Tipo de Projeto**	**Nome do Projeto**	**Beneficiário (a)**	**Valor Contratado (R$)**
0001/2017	Edital de Eventos 2016	Solarinvest – 8º Congresso para o Desenvolvimento da Energia Solar No Brasil	Córtex Américas Organização de Feiras e Eventos Ltda	30.000,00
0002/2017	Escolha direta	Energia Renovável e Inovações Interconectadas: Mercados Sustentáveis do Século XXI	Viva Comunicação e Promoção Ltda ME	50.000,00
0003/2017	Escolha direta	Questões Climáticas e os Impactos nos Negócios de Energia	Fundação Getúlio Vargas – FGV	29.000,00
0004/2017	Escolha direta	XXIX Fórum Nacional	Instituto Nacional de Altos Estudos - INAE	50.000,00
0006/2017	Edital de Eventos 2017	Brasil Solar Power – Conferência e Exposição	Canal Energia Internet Ltda	30.000,00
0007/2017	Edital de Eventos 2017	7º Seminário Nacional De Auditoria Interna Das Empresas Do Setor Elétrico - 7º Audite	Fundação Comitê de Gestão Empresarial - Fundação COGE	36.000,00
0009/2017	Edital de Eventos 2017	Seminário Internacional de Políticas, Incentivos, Tecnologia e Regulação de Redes Inteligentes	Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica - Cigré-Brasil	50.000,00

Projetos Não Incentivados Contratados em 2017				
Contrato	**Tipo de Projeto**	**Nome do Projeto**	**Beneficiário (a)**	**Valor Contratado (R$)**
0011/2017	Edital de Eventos 2017	Sustentar - 10º Fórum Internacional pelo Desenvolvimento Sustentável	Instituto Sustentar de Responsabilidade Socioambiental	50.000,00
0012/2017	Edital de Eventos 2017	Brazil Windpower 2017 - Conference and Exhibition	Canal Energia Internet Ltda	40.000,00
0013/2017	Edital de Eventos 2017	COBEE 14º Congresso Brasileiro de Eficiência Energética e ExpoEficiência	Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia – ABESCO	80.000,00
0014/2017	Edital de Eventos 2017	XXIV SNPTEE – Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica	Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica - Cigré-Brasil	150.000,00
0015/2017	Edital de Eventos 2017	2º Encontro Energia & Cenários	Córtex Américas Organização de Feiras e Eventos Ltda	20.000,00
0016/2017	Edital de Eventos 2017	8º LASE - Congresso de Licenciamento e Gestão Socioambiental para o Setor Elétrico	Córtex Américas O.F. Eventos Ltda	35.000,00
0017/2017	Edital de Eventos 2017	6º Energy Risk Management Conference – ERM 2017	Córtex Américas O.F. Eventos Ltda	25.000,00
0019/2017	Edital de Eventos 2017	10th Seminar on Power Electronics and Control - SEPOC 2017	Associação Grupo de Eletrônica de potência e Controle (AGEPOC)	40.000,00
0020/2017	Edital de Eventos 2017	XXII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos	Associação Brasileira de Recursos Hídricos - ABRHidricos	50.000,00
0021/2017	Edital de Eventos 2017	Seminário sobre Inovação e Tecnologia	Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais - APIMEC RIO	15.000,00
0023/2017	Edital de Eventos 2017	XIX SEPEF - Seminário de Planejamento Econômico-Financeiro das Empresas do Setor Energético	Fundação Comitê de Gestão Empresarial - Fundação COGE	29.000,00
0024/2017	Edital de Eventos 2017	XVII Congresso Brasileiro de Energia	Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos (COPPETEC)	50.000,00
Total dos projetos não incentivados contratados em 2017				**R$ 859.000,00**

O quadro a seguir apresenta, para o exercício de 2017, os principais dispêndios da Eletrobras holding, nas diversas categorias de projetos e ações sociais:

Indicadores Sociais Externos: Valores Repassados em 2017		Holding (R$)	
		2017	2016
1	Projetos e Ações Sociais		
1.1	Educação	–	–
1.2	Saúde e Segurança Alimentar	–	–
1.3	Infraestrutura	–	–
1.4	Geração de Trabalho e Renda	–	–
1.5	Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	–	–
1.6	Meio Ambiente	–	–
1.7	Cultura	–	–
1.8	Esporte e Lazer	–	–
1.9	Promoção da cidadania	–	–
1.10	Desenvolvimento Territorial e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040/07)	–	–
Subtotal Categoria Projetos e Ações Sociais		**–**	**–**
2	Doações de Recursos Financeiros		
2.1	Doação ao Programa Nacional de Apoio à Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas) Lei nº 12.715/12	–	–
2.2	Doação ao Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) Lei nº 12.715/12		
2.3	Doação ao Fundo para a Infância e Adolescência	–	–
2.4	Doação para situação emergencial ou de calamidade pública	–	–
2.5	Doação filantrópica	–	–
2.6	Doação para o Fundo do idoso (Lei nº 12.213/10)	–	–
3	Doação de bens e serviços	–	–
4	Doações de bens inservíveis para a empresa	–	–
Subtotal Doações		**–**	**–**
5.1	Investimento na mobilização de voluntários	1.143,20	–
5.2	Investimentos no apoio a atividades do voluntariado	45.231,60	–
5.3	Tempo do empregado investido no voluntariado	22.560,17	12.837,77
Subtotal Voluntariado		**68.934,97**	**12.837,77**
6.1	Patrocínios Esportivos Não incentivados	–	–
6.2	Patrocínios Esportivos Incentivados (Lei de Incentivo ao Esporte)	–	191.000,00
Subtotal Patrocínios Esportivos		**–**	**191.000,00**
7.1	Patrocínios Culturais Incentivados (Lei Rouanet/Lei do Audiovisual)	1.105.500,00	1.085.350,00
7.2	Patrocínios Institucionais (Não Incentivados)	693.702,00	1.021.688,00
Subtotal Patrocínios Incentivados e Não Incentivados		**1.799.202,00**	**2.107.038,00**
Total de investimentos		**1.868.136,97**	**2.310.875,77**

A tabela a seguir informa valores despendidos, em 2017, com Publicidade Institucional da Eletrobras, Comunicação Institucional, incluindo Comunicação Interna, e ações do "Projeto Energia +". Está apresentado também o valor total das ações de Publicidade Legal executadas pela Eletrobras, decorrentes de obrigações exigidas por lei, como, por exemplo, a publicação das demonstrações financeiras da empresa.

Produto	2017 (R$)	2016 (R$)
Publicidade Institucional Eletrobras	–	1.097.729,98*
Publicidade Oficial (Legal)	5.996.200,92	5.582.804,38
(Comunicação Institucional – incluindo Comunicação interna)	–	–
Total	**5.996.200,92**	**6.680.534,36**

* Inclui as despesas de Publicidade Institucional referentes ao "Projeto Energia +".

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

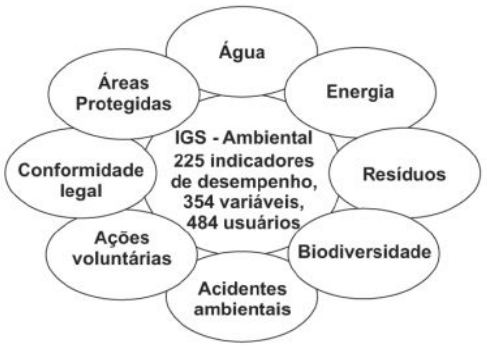
7.3. Gestão Ambiental

Por meio do nosso sistema de gestão ambiental, realizamos o monitoramento de todas as nossas ações relacionadas ao meio ambiente. Ele se baseia em três elementos principais: Política Ambiental, o Comitê de Meio Ambiente ("SCMA") e o Sistema de Indicadores de Gestão da Sustentabilidade Empresarial ("Sistema IGS"). A coordenação e desenvolvimento desses elementos é atribuição da área de Meio Ambiente da Eletrobras Holding que também presta suporte técnico e institucional às atividades-fim desenvolvidas pela empresa, além de manter a Política Ambiental das empresas Eletrobras aderente às melhores práticas empresarias. As atividades da área ambiental estão alinhadas aos objetivos estratégicos e às metas corporativas, conforme PDNG 2018-2022.

A Política Ambiental das Empresas Eletrobras, tem o objetivo de orientar o tratamento das questões socioambientais associadas aos nossos empreendimentos de energia elétrica. O documento, disponível em nosso site, reforça o nosso compromisso com o respeito ao meio ambiente e com o desenvolvimento sustentável do país.

O Comitê de Meio Ambiente da Eletrobras ("SCMA"), composto por líderes das áreas de meio ambiente das empresas Eletrobras e especialistas são organizados em treze grupos de trabalho temáticos e uma comissão temporária incumbida da proposição de diretrizes para o relacionamento das empresas Eletrobras com povos indígenas.

Em 2017, o Comitê de Meio Ambiente das Empresas Eletrobras realizou o primeiro workshop "Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos na Gestão Empresarial" que teve como tema central a relação entre o negócio de grandes empresas e a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos, temas de vital importância para a utilização racional dos recursos naturais. O conhecimento do estado da arte sobre esta relação e a melhor forma de gestão dentro das empresas foi um dos objetivos do evento, através da troca de experiência sobre projetos que têm tido êxito na proteção dos ecossistemas e dos serviços fundamentais que eles prestam à sociedade.



Já o Sistema IGS compila informações sobre o desempenho das empresas em temas como energia, água, biodiversidade, resíduos, conformidade legal e outros, que devem ser aderente aos princípios e diretrizes da Política Ambiental das empresas Eletrobras. Os protocolos das variáveis são permanentemente discutidos e atualizados no âmbito dos grupos de trabalho do SCMA. Além do IGS, as empresas Eletrobras mantiveram em 2017 suas certificações pela ISO 14.001 nas seguintes operações: UHE Tucuruí, UHE Samuel, UHE Coaracy Nunes e linhas de transmissão associadas em 138kv, circuitos I e II e subestações Central e Santana, da Eletrobras Eletronorte, e as Subestações Foz do Iguaçu e Ibiúnas da Eletrobras Furnas. A Eletrobras Chesf possui certificação ISO 14.001 do serviço de manutenção de subestações de Paulo Afonso. Nas usinas termelétricas da Eletrobras Furnas e na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto ("CNAAA"), da Eletrobras Eletronuclear, localizadas no Estado do Rio de Janeiro, foram realizadas auditorias externas para atendimento à Lei estadual nº 1.898/91.

Em 2017, a Eletrobras aderiu ao "Posicionamento sobre mecanismos de precificação de carbono", documento lançado em 2016 pela Iniciativa Empresarial em Clima, e assinou a Carta Aberta "Setor Privado Apoia a Precificação de Carbono no Brasil. A carta de apoio do setor privado à precificação", elaborada pela Iniciativa Empresarial em Clima com apoio da Carbon Pricing Leadership Coalition ("CPLC"), iniciativa do Banco Mundial.

No âmbito do SCMA, em 2017, o grupo de trabalho "Estratégia Climática" deu continuidade ao estudo para estimar as emissões e remoções decorrentes de atividades das empresas Eletrobras que provocam mudanças no uso do solo e ao estudo sobre adaptação às mudanças climáticas. O grupo de trabalho "Recursos Aquáticos e Biodiversidade" finalizou a etapa de identificação de impactos e dependências do estudo sobre riscos e oportunidades relacionados à biodiversidade e serviços ecossistêmicos.

As empresas Eletrobras desenvolvem ações de recuperação e proteção da biodiversidade em concordância com os princípios e diretrizes da Política Ambiental da Eletrobras. Visando explorar racionalmente os recursos energéticos, mantendo o equilíbrio com o meio ambiente, os aspectos de engenharia e os aspectos socioambientais são considerados em todas as fases dos empreendimentos, sempre atendendo aos princípios da sustentabilidade. Preconiza-se a manutenção de um processo sistemático e contínuo de melhoria nas práticas de gestão, pautado na conformidade com as políticas públicas e com os acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

As empresas Eletrobras realizaram em 2017 um total de R$ 26,4 milhões de investimentos em ações de preservação e conservação ambiental.

Relacionamento com os *Stakeholders*

Com relação aos impactos ambientais sobre as comunidades locais, a Política Ambiental das empresas Eletrobras possui diretrizes para o remanejamento de populações atingidas por empreendimentos hidrelétricos. As empresas Eletrobras procuram desenvolver projetos com menor impacto sobre as comunidades locais, procurando diminuir o contingente de população a ser deslocado fisicamente. Os estudos realizados identificam a população atingida por meio da aplicação de cadastros socioeconômicos (Lei nº 7.342/10 e Portaria Interministerial nº 340/12) e imobiliários, realizam ações de interação e comunicação social, sobretudo nas etapas de identificação de impactos socioambientais e de proposição de medidas socioambientais.

Para tanto, a estratégia de alinhar práticas para garantir atuação sustentável baseia-se em três principais projetos:

- ✓ Promover estudo para avaliar o impacto das mudanças climáticas nas operações e resultados das empresas Eletrobras;
- ✓ Implantar painel de indicadores para medir desempenho socioambiental; e
- ✓ Implementar iniciativas de uso eficiente de recursos (energia, combustível, água, etc.).

As diretrizes para remanejamento de populações atingidas por empreendimentos hidrelétricos das empresas Eletrobras preconizam que as informações sobre os projetos, seus impactos, medidas de compensação e reparação, critérios de avaliação, formas de indenização e direitos da população atingida devem ser disponibilizados de forma permanente e transparente, em linguagem e canais dedicados ao projeto, sendo adequados e acessíveis aos envolvidos. As empresas Eletrobras devem promover um amplo processo de interação com os grupos sociais envolvidos com base nos princípios do diálogo, da participação social e da transparência e a participação das diversas instâncias de representação – formais ou informais – indicadas pela própria população.

No âmbito do Comitê de Meio Ambiente das empresas Eletrobras, o grupo de trabalho Educação Ambiental realizou diálogos presenciais sobre a metodologia de Educação Ambiental para o Licenciamento Ambiental nas empresas. Como parte do processo de elaboração das diretrizes para relacionamento com as comunidades indígenas, a Comissão de Comunidades Indígenas elaborou artigo reunindo as boas práticas das empresas Eletrobras com povos indígenas.

Como exemplo de melhores práticas, podemos citar:

- ✓ as ações vinculadas ao empreendimento Interligação Elétrica Brasil-Uruguai, onde foram desenvolvidas ações de desenvolvimento sustentável com as comunidades, viabilizando projetos de melhoria social e ambiental.
- ✓ os trabalhos de indenização fundiária e assentamentos afetados pelos empreendimentos de transmissão, onde o processo indenizatório precede de uma completa e justa avaliação, resultando em baixos níveis de ajuizamentos.
- ✓ relevante trabalho das empresas Eletrobras junto às populações indígenas e quilombolas.

Em consonância com o alinhamento estratégico, a dimensão ambiental deixou de ser apenas operacional, onde buscava somente a melhoria do desempenho e atendimento à legislação, sendo hoje considerada estratégica para sucesso dos seus negócios de geração, transmissão e distribuição de energia, como um dos pilares da sustentabilidade. Tal compromisso está evidenciado na sua Política Ambiental vigente.

7.4. Gestão da Marca, Reputação e Imagem

Como em anos anteriores, em 2017, a Eletrobras foi eleita a empresa de maior prestígio do setor de energia pelo prêmio "MarCo", da revista Época Negócios, no qual figura como líder desde 2009. O referido ranking é consolidado a partir de avaliações de consumidores de diferentes idades, regiões e classes de renda, considerando nove atributos: qualidade, compromisso social/ambiental, propósito, confiança, tradição, inovação, popularidade, admiração e reconhecimento na mídia.

No nosso portfólio marcário, há em vigência um total de 85 registros de marca no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual ("INPI"), sendo 12 registros referentes à logomarca antiga, 16 referentes à logomarca nova, e 8 referentes à marca nominativa. Outros 49 registros de marca estão associados ao Procel. Todo o portfólio marcário encontra-se concedido, sendo que, ao longo do ano de 2017, 19 registros de marca tiveram sua vigência prorrogada por 10 anos.

O processo de alto renome da marca Eletrobras, proposto ao INPI em 2013, está em fase final e devemos receber, em 2018, o resultado da avaliação das exigências.

Prêmios e Reconhecimentos

Em linha com o pilar de Governança e Conformidade do PDNG 2018-2022, a Eletrobras busca a implantação de ações para listagem em índices e obtenção de selos de governança corporativa.

Em 2017, a companhia obteve a certificação do Indicador de Governança - IG-SEST Nível 1 (nível de excelência). Este foi o primeiro ano do indicador, desenvolvido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) para trazer mais efetividade e transparência no acompanhamento das boas práticas de governança pelas empresas estatais federais de controle direto.

Além disso, fizemos o pedido de certificação junto à B3 S.A. – Bolsa, Bolsa Balcão ("B3") para sua adesão ao Programa Destaque em Governança de Estatais ("Programa"), o qual foi conquistado em março de 2018. A iniciativa de adesão ao Programa Destaque em Governança de Estatais da B3 reafirma o compromisso da Eletrobras com a contínua melhoria de sua governança, bem como seu alinhamento às melhores práticas do mercado.

Também conquistamos em 2017, pela primeira vez, o nível máximo (aprimorado) na avaliação do índice de governança de TI ("iGovTI"), concedido pelo Tribunal de Contas da União ("TCU"), obtido por apenas 12% das 368 organizações da administração pública federal avaliadas. Entre as empresas de energia, a Eletrobras passou de 8ª colocada no ciclo anterior para a 3ª posição.

Na categoria Gestão Corporativa, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, foi eleito na premiação dos 100 Mais Influentes da Energia. O evento, realizado pela revista "Full Energy" e pelo Grupo Mídia, reuniu as personalidades que mais se destacaram em diferentes elos da cadeia energética brasileira em 2017.

Wilson Ferreira Junior também representou a Eletrobras no *World Company Award 2017*, evento que integrou o Fórum Econômico Brasil-Portugal e homenageou destaques no fortalecimento das relações empresariais, econômicas e sociais entre os dois países. O presidente da Eletrobras recebeu o Diploma de Honra ao Mérito Empresarial – Empresa Pública.

7.5. Gestão de Pessoas

Quadro Funcional

Em 2017, o total de empregados das Empresas Eletrobras (incluindo a margem brasileira de Itaipu) foi de 22.920 colaboradores em seu quadro efetivo (vide observação). Em comparação aos 24.539 empregados no ano de 2016, houve redução de 6,6%. Esta redução deve-se, principalmente, ao PAE (Plano de Aposentadoria Extraordinária), a outros planos de desligamento e à redução nas admissões.

Empresa	Região Norte		Região Nordeste		Região Centro-Oeste		Região Sudeste		Região Sul		Total
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Eletrobras	0	0	0	0	16	6	515	279	0	0	**816**
Cepel	0	0	0	0	0	0	279	93	0	0	**372**
CGTEE	0	0	0	0	0	0	0	0	332	73	**405**
Chesf	0	0	3.310	811	0	1	0	0	0	0	**4.122**
Eletronorte	1.124	155	299	37	845	346	31	2	0	0	**2.839**
Eletronuclear	0	0	0	0	0	0	1.436	344	0	0	**1.780**
Eletropar	0	0	0	0	0	0	1	3	0	0	**4**
Eletrosul	0	0	0	0	41	3	0	0	990	195	**1.229**
Furnas	7	0	0	0	340	45	2.181	513	98	4	**3.188**
Eletroacre	240	52	0	0	2	0	0	0	0	0	**294**
Ceal	0	0	1.050	133	0	0	0	0	0	0	**1.183**
Amazonas GT	389	71	0	0	0	0	0	0	0	0	**460**
Amazonas Energia	1.426	275	0	0	3	1	0	0	0	0	**1.705**
Cepisa	0	0	1.767	280	0	0	2	0	0	0	**2.049**
Ceron	573	144	0	0	0	0	0	0	0	0	**717**
Boa Vista Energia	308	88	0	0	1	0	2	1	0	0	**400**
Total Eletrobras sem Itaipu	**4.067**	**785**	**6.426**	**1.261**	**1.248**	**402**	**4.447**	**1.235**	**1.420**	**272**	**21.563**
Itaipu (margem brasileira)	0	0	0	0	0	0	0	0	1.091	266	**1.357**

*Obs.: Este quantitativo é referente ao **quadro efetivo** das Empresas Eletrobras, e contempla os colaboradores que estão nas empresas. O quadro efetivo é composto pelos seguintes vínculos: **empregados próprios na empresa, cargos comissionados (Art. 37 da Constituição Federal de 1988), requisitados e anistiados na empresa**. Não estão incluídos os empregados cedidos. Itaipu é mostrada em separado por não ser empresa consolidada.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Também no ano de 2017, houve 441 admissões de empregados concursados (incluindo Itaipu Binacional) e 18 empregados retornaram às empresas por anistia (Lei nº 8.878/94) ou decisão judicial. Em comparação com o ano de 2016, houve notável redução de 67 % nas admissões das empresas do sistema. O destaque para a considerável redução na admissão e redução do número de empregados foi impactada pela realização, em 2017, do Plano de Aposentadoria Extraordinário realizado nas empregas de geração e transmissão e pelo qual foram desligados 1969 empregados.

Empresas	Concursado - Empregados Próprios	Anistiado / Reintegrado
Eletrobras	0	3
Cepel	0	1
CGTEE	0	2
Chesf	7	0
Eletronorte	1	0
Eletronuclear	4	0
Eletrosul	3	5
Furnas	20	1
Amazonas GT	0	0
Eletroacre	48	1
Ceal	94	1
Amazonas Energia	1	1
Cepisa	161	3
Ceron	26	0
Boa Vista Energia	0	0
Total Empresas Eletrobras	**365**	**18**
Itaipu	76	0

Na separação por segmento, nossos colaboradores são distribuídos conforme abaixo:

Empregados por Segmento de Negócio (quadro efetivo)	
Administrativo	1.192
Geração e Transmissão	14.023
Distribuição	6.348
Total	**21.563**
Itaipu	1.357

Em relação ao quantitativo de Mão-de-Obra Contratada ("MOC"), houve aumento no montante total basicamente devido à Amazonas Energia, pois a forma de levantamento e controle destes dados era baseada nas unidades de prestação de serviço. Desta forma, o controle era muito precário. Após consenso, o levantamento dos mesmos tem sido feito de forma habitual.

Empresa	Total
Eletrobras	0
Cepel	0
CGTEE	0
Chesf	0
Eletronorte	0
Eletronuclear	0
Eletropar	0
Eletrosul	0
Furnas	1.063
Eletroacre	402
Ceal	371
Amazonas GT	15
Amazonas Energia	2.004
Cepisa	972
Ceron	1.216
Boa Vista Energia	170
MOC - Mão de Obra Contratada	**6.213**
Itaipu	0

Serviços como limpeza, segurança, motorista, dentre outros, excetuando-se obras, estão abaixo descritos como **Prestadores de Serviços**:

Empresa	Prestadores de Serviço Atividade Meio 2017	Prestadores de Serviço Atividade Meio 2016
Eletrobras	426	555
Cepel	212	237
CGTEE	239	243
Chesf	2.001	2.103
Eletronorte	1.366	1.821
Eletronuclear	1.557	1.676
Eletropar	0	6
Eletrosul	452	396
Furnas	247	2.612
Eletroacre	60	56
Ceal	164	443
Amazonas Energia	823	823
Amazonas GT	271	164
Cepisa	213	208
Ceron	389	435
Boa Vista Energia	243	105
Total	**10.886**	**11.883**
Itaipu	561	765

Rotatividade

Desconsiderando os planos de desligamento, o *turnover* nas Empresas Eletrobras foi de 1,33% (excetuando-se Itaipu).

Turnover sem Planos de Desligamento e com Anistiados/Reintegrados			
Empresas	**2017**	**2016 (**)**	**2015 (**)**
Eletrobras	0,60%	0,70%	1,10%
Cepel	0,60%	1,90%	6,10%
CGTEE	2,30%	0,60%	0,70%
Chesf	0,30%	0,60%	0,40%
Eletronorte	0,30%	0,40%	0,30%
Eletronuclear	0,30%	1,30%	0,60%
Eletrosul	0,60%	2,20%	1,20%
Furnas	0,70%	4,20%	0,80%
Amazonas GT (*)	0,50%	0,20%	-
Eletroacre	9,30%	1,80%	1,40%
Ceal	5,10%	3,40%	4,80%
Amazonas Energia	0,60%	0,40%	3,50%
Cepisa	5,10%	18,00%	6,60%
Ceron	2,00%	2,40%	0,40%
Boa Vista Energia	0,60%	9,80%	1,50%
Total Empresas Eletrobras	**1,33%**	**3,04%**	**1,55%**
Itaipu	3,30%	7,40%	3,50%

(*) Em 2015 os dados de Amazonas GT foram informados junto com ED. Amazonas
(**) A diferença de *turnover* nos relatórios passados deve-se à separação de Itaipu das demais empresas dos sistemas.

Plano de Aposentadoria Extraordinário ("PAE")

Em novembro de 2016, havia sido aprovado pelo CAE o PDNG, que à época, contemplava o período de 2017-2021. Em seu conjunto, o plano teve por objetivo fazer os ajustes necessários para que a empresa superasse alguns problemas estruturais atuais e pudesse retomar seu ritmo de crescimento, focalizando a governança, conformidade, disciplina financeira e excelência operacional. Nesse sentido, ao longo de 2017, houve a realização de um Plano de Aposentadoria Extraordinária (PAE) para que adequássemos a quantidade de empregados da Eletrobras de acordo com nossas necessidades.

O plano, que foi implantado simultaneamente na Holding e nas empresas Eletrobras CGTEE, Cepel, Chesf, Eletronuclear, Eletronorte, Eletropar, Eletrosul e Furnas, é uma das iniciativas que estão previstas no PDNG. As condições foram aprovadas previamente pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais ("SEST") e o total de elegíveis foram 4.607 empregados com idade igual ou superior a 55 anos e com pelo menos dez anos de vínculo empregatício com a empresa, no momento do desligamento.

A seguir, a tabela demonstra o impacto, sobretudo financeiro, para as empresas do sistema com a realização do PAE:

Empresas Eletrobras	Inscritos no PAE (**)	Desligados no PAE (**)	Custo do PAE (R$) (*)	Economia em 2017 (R$)	Economia anual estimada a partir de 2018 (R$)
Cepel	34	33	8.629.350,26	881.168,56	12.480.337,80
CGTEE	136	127	24.937.529,37	4.805.954,68	26.697.660,12
Chesf	470	464	117.723.682,33	21.586.180,41	134.091.877,92
Eletronorte	248	245	103.678.366,80	17.739.970,18	174.510.803,64
Eletronuclear	194	185	52.100.874,02	4.173.393,42	67.050.894,60
Eletrosul	198	190	45.757.649,89	3.807.027,24	67.430.089,80
Furnas	628	628	179.360.906,15	25.594.210,80	316.207.089,36
Eletrobras	100	97	30.354.264,64	4.973.668,38	44.022.554,99
Consolidado	**2008**	**1.969**	**562.542.623,46**	**83.561.573,67**	**842.761.308,23**

(*) Custo do PAE = custo das indenizações pagas aos empregados desligados. Não considera dados do PDVE da CGTEE.
(**) A diferença entre a quantidade de inscritos e a quantidade de desligados no PAE se deve a casos de empregados em licença médica ou que não conseguiram comprovar a aposentadoria em tempo hábil.

Plano de Demissão Voluntário Extraordinário ("PDVE")

Em 2017, a subsidiária CGTEE passou pelo processo de encerramento das atividades das fases A e B da usina de Candiota, permanecendo em operação somente a fase C. Nesse sentido, considerando as diretrizes do PDNG 2017-2021 vigente à época e visando a redução de custos para buscar a excelência operacional, foi lançado em maio de 2017, o Plano de Demissão Voluntário Extraordinário ("PDVE") que é destinado especificamente aos empregados da referida subsidiária. A adesão foi voluntária e ocorreu entre junho de 2017 e janeiro de 2018.

A tabela abaixo consolida os resultados do PAE e do PDVE:

Plano de Aposentadoria	Desligamentos	Economia 2017 (R$)	Economia anual estimada a partir de 2018 (R$)
PAE	1.969	R$ 83.561.573,67	R$ 842.761.308,23
PDVE	86	R$ 1.659.279,63	R$ 12.504.849,48
Total	**2.055**	**R$ 85.220.853,30**	**R$ 855.266.157,71**

Considerando a realização do PAE, o *turnover* das empresas Eletrobras se configurou como abaixo:

Turnover com Programas de Desligamento (PAE e outros)	
Empresas	**2017**
Eletrobras	6,00%
Cepel	4,90%
CGTEE (*)	23,10%
Chesf	5,80%
Eletronorte	4,20%
Eletronuclear	5,50%
Eletrosul	7,00%
Furnas	10,60%
Amazonas GT	0,50%
Eletroacre	9,30%
Ceal	5,10%
Amazonas Energia	0,60%
Cepisa	5,10%
Ceron	2,00%
Boa Vista Energia	0,60%
Total Empresas Eletrobras	**5,85%**
Itaipu (**)	5,80%

(*) CGTEE – Foram considerados os desligamentos do PAE e do PDVE - Plano de Demissão Voluntário Extraordinário.
(**) Itaipu – Foram considerados os desligamentos do PPDV – Programa Permanente de Desligamento Voluntário.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Perfil dos nossos Colaboradores

A tabela a seguir mostra a composição de empregados das empresas do sistema pelo nível de sua formação:

Empresa	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	MBA	Pós-Graduação	Mestrado	Doutorado
Eletrobras	8	67	386	92	138	112	13
Cepel	13	105	77	6	26	96	49
CGTEE	16	252	125	0	0	8	4
Chesf	415	1.852	1.550	0	217	83	5
Eletronorte	194	1.196	1.147	0	213	87	2
Eletronuclear	24	902	592	0	178	71	13
Eletropar	0	0	0	2	2	0	0
Eletrosul	6	678	514	0	23	8	0
Furnas	100	1.214	1.049	0	669	140	16
Eletroacre	44	154	71	2	23	0	0
Ceal	242	699	203	0	35	4	0
Amazonas Energia	432	786	426	0	56	5	0
Amazonas GT	13	265	162	0	15	5	0
Cepisa	239	1.281	529	0	0	0	0
Ceron	44	337	237	0	92	6	1
Boa Vista Energia	70	271	59	0	0	0	0
Total	**1.860**	**10.059**	**7.127**	**102**	**1.687**	**625**	**103**
Itaipu	9	396	500	49	303	88	12

Em relação ao quadro próprio da Holding, que totalizou 816 empregados no ano de 2017, temos a seguinte distribuição por raça, tempo de serviço, nível hierárquico e o grau de escolaridade:

Descrição	Nível Superior			Nível Médio		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Raça						
Branco	244	155	399	41	25	66
Pardo	47	25	72	19	10	29
Negro	12	6	18	6	0	6
Amarelo	1	0	1	1	0	1
Indígena	0	1	1	0	0	0
Não informado	117	39	156	43	24	67
Total	**421**	**226**	**647**	**110**	**59**	**169**
Tempo de Serviço (anos)						
0 a 5 anos	10	8	18	3	1	4
6 a 10 anos	201	134	335	45	26	71
11 a 15 anos	167	57	224	8	3	11
16 a 20 anos	7	10	17	1	0	1
21 a 25 anos	2	4	6	2	0	2
26 a 30 anos	25	8	33	42	27	69
31 a 35 anos	3	4	7	7	0	7
acima de 35 anos	6	1	7	2	2	4
Total	**421**	**226**	**629**	**110**	**59**	**169**
Nível Hierárquico						
NH-A	48	20	68	3	1	4
NH-S	15	5	20	0	1	1
Empregados sem função gratificada	358	201	559	107	57	164
Total	**421**	**226**	**647**	**110**	**59**	**169**
Escolaridade						
Fundamental	-	-	-	8	0	8
Médio	-	-	-	47	20	67
Superior	205	110	315	38	33	71
Pós-Graduação	131	78	209	15	6	21
Mestrado	77	33	110	2	0	2
Doutorado	8	5	13	-	-	-
Total	**421**	**226**	**647**	**110**	**59**	**169**
Pessoas com Deficiência	**3**		**8**			

Inclusão

A Eletrobras Holding possui ações de inclusão de Pessoas com Deficiências ("PCD") através de avaliação médica periódica, e ações de segurança do trabalho, para as questões de acessibilidade.

A empresa contratou, junto ao Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência ("IBDD"), avaliação e relatório com análise das áreas ocupadas pela empresa com a finalidade de apresentar, conforme a legislação que trata do tema, as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência, sobretudo com relação a pessoas com deficiência visual, em cadeira de rodas e para os demais tipos de deficiências com limitações de acesso e locomoção nas instalações da empresa. Em decorrência da avaliação realizada, medidas e ações corretivas foram adotadas para garantir a proteção e segurança das pessoas com deficiência visual e de locomoção.

As empresas Chesf e Eletrosul possuem PAPD (Programa de Atendimento à Pessoa com Deficiência).

O quantitativo de empregados PCD nas empresas Eletrobras é de 387 colaboradores. Se incluirmos Itaipu, o número aumenta para 425 pessoas. Em relação ao ano de 2016, o aumento percentual foi de 6,61%.

Empresa	Empregados PCD 2017	Empregados PCD 2016	Empregados PCD 2015
Eletrobras	9	9	9
Cepel	3	3	4
CGTEE	1	1	1
Chesf	162	166	169
Eletronorte	51	33	45
Eletronuclear	16	15	15
Eletropar	0	0	0
Eletrosul	33	30	21
Furnas	26	27	24
Eletroacre	13	14	11
Ceal	15	10	11
Amazonas Energia	2	2	3
Amazonas GT	1	1	-
Cepisa	38	38	33
Ceron	12	9	9
Boa Vista Energia	5	5	5
Total	**387**	**363**	**360**
Itaipu	38	38	35

Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas

Mantivemos o modelo de educação Corporativa das Empresas Eletrobras desde 2009, composto pela Universidade das Empresas Eletrobras ("Unise") e pelas 15 (quinze) Unidades de Educação Corporativa. Através dele é possível atuar de forma integrada e cooperativa entre todas as empresas do sistema, agindo em sintonia com os propósitos estratégicos da Eletrobras.

Pela **Unise**, em 2017, foram realizadas 81 ações educacionais, incluindo ações previstas no Plano Educacional Corporativo ("PEC") e seminários patrocinados pela Eletrobras totalizando 1.325 participações, conforme quadro a seguir:

Unise 2017				
Escola	**Investimento (R$)**	**Qtde de Ações**	**Participações**	**Carga Horária**
Excelência Operacional	4.525.916,12	53	787	30.468
Estratégias de Mercado	0	1	21	63
Gestão	1.519.900,75	19	389	19.002
Liderança	458.069,00	7	73	2.114
Responsabilidade Social Corporativa	15.000,00	1	55	440
Total	**R$ 6.518.886,00**	**81**	**1.325**	**52.087**
Horas Treinadas por participação				**39,31**
Investimento por participação				**R$ 5.165,52**

Considerando o Sistema Eletrobras, todas as ações educacionais da Unise com as demais Unidades de Educação totalizaram o investimento de R$ 23,7 milhões.

Unise + Unidades de Educação 2017					
Ações	**Investimento (R$ milhões)**	**Qtde de Ações**	**Participantes**	**Participações**	**Carga Horária**
Pós - Graduação Stricto Sensu	74.195,76	33	34	34	7.449
Pós - Graduação Lato Sensu	1.557.575,46	76	218	218	34.244
Demais Ações Educacionais	13.259.086,67	3.613	16.352	48.149	674.838
Congressos e Seminários	990.372,52	363	2.551	2.892	32.762
Cursos de Idiomas	889.760,42	181	380	404	28.206
Viagens e Deslocamentos	7.011.633,65	–	–	–	–
Total	**23.782.624,48**	**4.266**	**19.535**	**51.697**	**777.499**
Horas Treinadas por participação					**39,80**
Investimento por participante					**R$ 1.217,44**

O Programa Empregado Educador, lançado no final de 2012, continua em vigor e espera-se para 2018, incrementá-lo com ações envolvendo os empregados com titulação acadêmica reconhecida e experiência profissional nas áreas de negócio da empresa para atuarem em Gestão de Projetos, Setor Elétrico e Gestão de Ativos.

Em continuidade ao treinamento online "Integridade e Ética – *Compliance*" realizado em 2016, houve nova oferta para todos os empregados das empresas Eletrobras, sendo disponibilizado em 2 oportunidades no período de 1 ano, desde o lançamento do Código de Ética e de Conduta, em dezembro de 2016. A ação educacional, composta por cinco módulos, teve duração total aproximada de duas horas e abordou os conceitos-chave de *compliance*. Ao final de 2017, o curso online alcançou a marca de 19.182 colaboradores participantes.

Por fim, no âmbito das contratações e supervisão de terceiros, além da utilização da Comissão Diretiva de *Compliance* ("CDC") como fórum de discussão, foram realizados eventos em 2017 como o *Workshop de Suprimentos e o Encontro Anual com Fornecedores.*

No ano de 2017, em relação às competências críticas mapeadas pela Unise, foram ofertadas ações em:

- ✓ Congressos e Seminários por Escolas/Pilares e Macroprocessos;
- ✓ Atualização em Previdência Complementar;
- ✓ Liderança - Programa de Gestão Avançada;
- ✓ Programa de Aprimoramento para Conselheiros e Diretores Eletrobras; e
- ✓ Programa de Capacitação do ProERP.

Com o intuito de capacitar os membros dos conselhos de administração, fiscal, e Diretores das empresas Eletrobras, coligadas e controladas em temas relevantes para a gestão das participações, aperfeiçoando o modelo atual de Governança, houve a realização do Curso Governança, Integridade e Mercado de Capitais, com conteúdo e Ementas abrangendo os

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

tópicos da Lei das Estatais nº 13.303/16 e o Decreto nº 8.945/16. Assim, o curso foi elaborado buscando aliar parceiro de renome, abordando assim temas interligados e que impactam no sucesso da gestão, tais como:

- ✓ Conselho Fiscal na Prática;
- ✓ Curso Governança, Integridade e Mercado de Capitais;
- ✓ 18º Congresso IBGC - Governança consciente;
- ✓ Encontro para Conselheiros;
- ✓ Palestras de Legislação, Riscos e *Compliance*; e
- ✓ Palestras de Governança, Conjuntura e Tendências.

Ao todo houve 209 participações. Cabe frisar que referido curso tem duração de 32 horas/aula contemplando também temáticas como legislação, controles internos e melhores práticas.

Remuneração e Benefícios

No Sistema Eletrobras, as pessoas são agentes e beneficiárias do fortalecimento organizacional, contribuindo para a competitividade, rentabilidade e sustentabilidade empresarial. A gestão de pessoas deve estar direcionada a soluções que proporcionem condições adequadas ao desenvolvimento, valorização e retenção de pessoas. Dessa forma, nossa política de remuneração segue as mesmas diretrizes do Plano de Carreira e Remuneração ("PCR"). Como prática de remuneração variável, a empresa permanece com o Programa de Participação nos Lucros ou Resultados, desde que os indicadores corporativos amparem seu pagamento.

O PCR passa por aprovações internas, além de ser aprovado pelas Entidades Sindicais por meio de aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, pelo Ministério de Minas e Energia, e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais ("SEST"), que por sua vez é vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Para remuneração variável, existe o Programa de Participação nos Lucros ou Resultados, a qual está pautada em indicadores corporativos.

Como parte da política de valorização e retenção de seus empregados, a Eletrobras agrega aos benefícios e vantagens a que está obrigada por lei e aos que concede por força de Acordo Coletivo de Trabalho, outros, de forma espontânea, com base nas premissas da sua política de recursos humanos, como: Programa cuidador, auxílio funeral, licença maternidade e paternidade e extensão da licença, assistência médica/plano de saúde, plano de previdência complementar, auxílio creche/pré-escola, auxílio refeição/alimentação, gratificação de férias, assistência odontológica, vale transporte, assistência psicopedagógica proporcionada aos empregados e/ou dependentes portadores de necessidades especiais, dentre outros.

Avaliação de Desempenho

O ano de 2017 foi fortemente impactado pelo processo de reestruturação organizacional ocorrido em 2016, onde houve redução de níveis hierárquicos e redefinição das lideranças, da estrutura, dos processos e prioridades.

Em virtude das mudanças no ambiente corporativo, tecnológico, cultural, institucional e concorrencial, a alta administração solicitou uma revisão no modelo de desempenho de avaliação vigente, com previsão de conclusão em 2018, conforme iniciativa do PDNG 2018-2022.

Planejamento de Sucessão – Projeto "De Olho no Futuro"

A reestruturação organizacional, a realização de um Plano de Aposentadoria Extraordinária ("PAE"), a implantação de um Centro de Serviços Compartilhados e as iniciativas estratégicas suscitaram a necessidade da empresa em realizar planos de sucessão de forma mais qualificada.

O PDNG 2018-22 que, além das prioridades elencadas no planejamento anterior, incorpora a estratégia de valorização de pessoas, contendo as iniciativas de dimensionamento quali-quantitativo do pessoal, aperfeiçoamento do Sistema de Gestão de Desempenho e Banco de Talentos e Oportunidades. O assessment ajuda a Companhia a atualizar suas métricas de gestão de desempenho, pactuação de metas, expectativa de atuação e assertividade dos *feedbacks*.

O projeto piloto "De Olho no Futuro", no qual foi realizada a avaliação de potencial de 300 profissionais, constitui uma inovadora iniciativa de Gestão de Pessoas na Eletrobras holding. O êxito do programa fomentou a decisão de levar a iniciativa para as demais empresas Eletrobras, aperfeiçoar os procedimentos internos para nomeação gerencial além de trazer elementos significativos para os planos de desenvolvimento individuais e corporativo.

O primeiro passo nesta direção foi fazer uma profunda avaliação, com a ajuda de empresa especializada em gestão de pessoas, da integralidade dos profissionais ocupantes de funções gerenciais e de um grande número de potenciais líderes. Posteriormente, etapas de análises de "cases", dinâmicas e apresentações também foram realizadas.

O programa permitiu o seguinte diagnóstico:

- ✓ verificar adequabilidade dos gerentes atuais nas respectivas posições;
- ✓ identificar líderes potenciais;
- ✓ estabelecer mapas de sucessão das diversas posições (com destaque nas áreas em que os gerentes eram elegíveis ao plano de aposentadoria extraordinário); e
- ✓ fornecer subsídios para o aperfeiçoamento do Sistema de Gestão de Desempenho, assim como, a revisão dos procedimentos relativos à sucessão gerencial.

Em complemento a este programa, a Unise elencou uma série de ações de aprendizagem para capacitar lideranças e formar sucessores nas diversas competências necessárias ao negócio.

Planos de Previdência

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de pensão para seus colaboradores, os quais são geralmente financiados por pagamentos as seguradoras ou fundos fiduciários, determinados por cálculos atuariais periódicos. A Eletrobras Holding possui planos de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD) conforme apresentado na tabela abaixo:

Fundos de Seguridade e Outros Planos Sociais	Beneficiários (em unidades)				
	2017	2016	2015	2014	2013
Plano de previdência na modalidade de Benefício Definido (BD)	108	112	112	114	179
Plano de previdência na modalidade de Contribuição Definida (CD)	730	775	781	789	897
Apólice de Seguro de Vida em Grupo para os empregados e assistidos	1.064	1.163	1.215	703	693
Convênio com o INSS para concessão e manutenção dos benefícios de previdência social	0(*)	986	986	990	988
Plano de saúde de autogestão	1.217	1.252	1.262	1.285	1.288
Plano de Garantia de 90% da Renda Mensal Inicial (INSS + Eletros)	171	185	204	106	109

(*) Convênio em fase de renovação.

Observações 2017:

1. O número de beneficiários da Apólice do Seguro de Vida contempla os empregados ativos e os aposentados (Assistidos pela Fundação Eletros);

Saúde, Bem-estar e Segurança no Trabalho

A *Holding*, em 2017, manteve as campanhas e ações já iniciadas em 2016, como o Programa Eletrobras Saudável, além de:

- vacinação contra o vírus da gripe (contemplando 1.155 pessoas);
- participação na Semana Mundial de Aleitamento Materno;
- Campanha de Doação de Sangue - ação coordenada em parceria com a ONG Viva Rio e o Instituto Nacional do Câncer (Inca);
- Setembro Amarelo – visando à divulgação de informações sobre saúde mental e de prevenção e combate ao suicídio;
- Outubro Rosa – com palestra sobre o tema na UNISE;
- Novembro Azul – através da conscientização sobre a saúde integral do homem e prevenção do câncer de próstata.

Em Segurança do Trabalho, foram mantidos os atendimentos das Normas de Riscos Ambientais, Periculosidade, bem como a realização de acompanhamento dos empregados que realizam atividades externas e de Inspeções Físicas de Obras, Empreendimentos e/ou Serviços de Projetos; a continuidade do comitê de ergonomia, a manutenção do Portal Unificado de Segurança do Trabalho; extensão dos Programas de Segurança do Trabalho e Ergonomia para o Escritório Brasília.

Em relação às demais empresas do sistema, merecem destaque as seguintes ações:

ELETROSUL

Grupo de apoio à maternidade: recebeu reconhecimento de menção honrosa em Congresso Nacional – CONASS. Os objetivos são: proporcionar na Empresa uma acolhida das mães no seu retorno ao trabalho.

ELETRONORTE

Implementou em 2017, o módulo SAP EH&S *(Environment, Health and Safety)*. Tal medida permitiu a integração dos dados de Saúde ocupacional e Segurança do Trabalho.

ITAIPU

Realizou em 2017 o primeiro simulado de acidente com múltiplas vítimas na IB, a fim de verificar a existência de lacunas na coordenação do processo de socorro da empresa. Além disso, implementaram o Sistema de Gestão do Trabalho Seguro (SGTS), que busca a redução e controle de riscos que podem levar a acidentes graves e fatalidades na área de manutenção da usina.

CEPEL

Face às práticas prevencionistas no âmbito da Segurança do Trabalho, o Cepel obteve o desconto máximo de 50% sobre o índice de 2% do total da folha de pagamento das Unidades Fundão e Adrianópolis e que, pela legislação previdenciária, é recolhido mensalmente para aquele Instituto.

Abaixo, encontram-se, as estatísticas de acidentes de trabalho, comparadas com o exercício social anterior para todas as empresas Eletrobras:

Empresa	Óbitos Empregados		Taxa de Frequência*		Taxa de Gravidade **	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Eletrobras	0	0	0	0,52	0	47
Cepel	0	0	0	0	0	0
CGTEE	0	0	0,88	9,42	0,88	59,36
Chesf	0	0	2,33	1,49	169	9
Eletronorte	0	0	2,06	1,08	33	11
Eletronuclear	0	0	0,97	1,03	12	17
Eletrosul	0	1	3,24	6,68	213	3.032
Furnas	0	0	2,81	2,64	133	22
Eletroacre	0	0	118,07	226,39	661	1.584,73
Ceal	0	0	4,09	2,01	403	135
Amazonas Energia	0	0	1,46	0,58	17	2
Amazonas GT	0	0	1,06	2,17	16	94,68
Cepisa	1	0	5,68	11,8	2.215	776
Ceron	0	0	0,75	3,58	1	1
Boa Vista Energia	0	0	22,56	6,68	338	51,25
Itaipu Binacional	0	0	2,73	3	45	121

(*) Taxa de Frequência: Número de acidentes típicos com afastamento por milhão de horas-homem de exposição ao risco relativo a empregados pertencentes ao Quadro Próprio em uma empresa.
(**) Taxa de Gravidade: Tempo computado por milhão de horas-homem de exposição ao risco relativo a empregados pertencentes ao Quadro Próprio em uma empresa.

Relações Trabalhistas e Sindicais

As negociações do Acordo Coletivo de Trabalho ("ACT") são efetuadas a nível nacional com os mesmos representantes já mencionados no RA 2016.

O ACT em 2016 foi efetuado de forma bienal – 2016/2018, com mediação da Vice-Presidência do Tribunal Superior do Trabalho ("TST"), com abrangência de todos os empregados das empresas Eletrobras, com renovação das cláusulas existentes nos Acordos anteriores.

Em 2017 foram efetuadas somente reuniões com os sindicatos referentes ao acompanhamento do ACT, conforme previsto em cláusula, não existindo a necessidade de negociação, pois os termos existentes possuem sua abrangência até 30.04.2018. Os benefícios e vantagens tiveram suas devidas correções conforme previsto, sendo atualizadas em 4,08%.

No ano de 2017 não ocorreram paralisações referentes ao processo negocial trabalhista.

8. FUNÇÕES DE GOVERNO

8.1. Gestão de Fundos Setoriais

Com a publicação do Decreto nº 9.022/2017, que regulamentou a Lei nº 13.360/2016, o orçamento, a gestão e a movimentação da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), da Conta de Consumo de Combustíveis ("CCC") e da Reserva Global de Reversão ("RGR") seriam de responsabilidade da ELETROBRAS até 30 de abril de 2017 ou até a decisão da ANEEL de atestar a transferência dessas responsabilidades para a CCEE. Com a publicação do Despacho nº 1.079 de 18 de abril de 2017, a ANEEL em seu item (i) determinou a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") que efetuassem a transição da CDE, da RGR e da CCC (Fundos Setoriais), conforme cronograma estabelecido no anexo I do referido Despacho, que determinou entre outras etapas, a transferência entre contas dos valores dos fundos CDE e RGR (da Eletrobras para a CCEE) até 03/05/2017, concretizando assim a transferência dos referidos Fundos Setoriais para a CCEE.

Diante do exposto, e conforme descrito no voto do referido despacho, a CCEE, a partir de 1º de maio de 2017, passou a ser a gestora administrativa e financeira dos Fundos Setoriais CDE, CCC e RGR.

Nesse sentido, os valores aqui expostos referem-se apenas ao período que os Fundos Setoriais RGR, CDE e CCC estiveram sob a gestão da Eletrobras em 2017, e não ao exercício fiscal de 2017.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

❖ **Reserva Global de Reversão ("RGR"):**

A RGR, criado pela Lei nº 5.655/1971, e teve seu prazo de duração fixado pela Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, para o final do exercício de 2035, tem como finalidade prover recursos para a reversão, a encampação, a expansão e a melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, para o custeio de estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, e os de inventário e de viabilidade necessários aos aproveitamentos dos potenciais hidroelétricos, para os empréstimos destinados a custeio ou investimento a serem realizados por empresa controlada direta ou indiretamente pela União, que tenha sido designada para a prestação de serviço nos termos do § 1º, ou por empresa autorizada conforme § 7º, ambos do art. 9º da Lei nº 12.783, de 2013 e para a CDE.

Foram arrecadados R$ 651 milhões em 2017, até a data que os Fundos Setoriais estiveram sob gestão da Eletrobras, dos quais 45,9% oriundos das Amortizações Efetuadas pela Eletrobras, 44,9% referente à Arrecadação de Quotas e o restante de Rendimentos das Aplicações Financeiras, Parcelamentos, Outras Fontes e Juros de Reversão.

Foram aplicados em 2017, até a data que os Fundos Setoriais estiveram sob gestão da Eletrobras, o montante de R$ 840 milhões com destaque para as aplicações em Empréstimos as Distribuidoras Designadas (Portaria MME nº 388/2016), com R$ 801 milhões (95,3%), Outras Aplicações com R$ 30 milhões (3,6%), Repasse de Verba MME com R$ 7 milhões (0,9%) e as Indenizações referentes às prorrogações das concessões (Lei nº 12.783/13) apenas com R$ 2 milhões (0,3%), conforme abaixo:

RGR - Ingressos e Aplicações em 2017*

Movimentação	(R$ milhões)
Ingressos:	**651**
Arrecadação de Quotas	292
Juros de Reversão	4
Parcelamentos	13
Amortização de Empréstimos	299
Rendimentos de Aplicações Financeiras	38
Outros	5
Aplicações:	**840**
Financiamentos	0
Empréstimos Distribuidoras Designadas	801
Transferência para o Fundo CDE	0
Verba MME	7
Indenizações das Concessões	2
Outras	30

* Até a data que os Fundos Setoriais estiveram sob gestão da Eletrobras.

A região Norte foi a que recebeu maior parcela das aplicações, 60,1% dos recursos, seguida das regiões Nordeste e Sudeste, com 39,6% e 0,3%, respectivamente.

RGR - Aplicações por Macro-Regiões em 2017*

Recursos Aplicados em 2017 (R$ Milhões)						
Aplicações	Macro-Regiões					Total
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Financiamentos	0	0	0	0	0	**0**
Luz Para Todos	0	0	0	0	0	**0**
RELUZ	0	0	0	0	0	**0**
Geração de Energia	0	0	0	0	0	**0**
Transmissão de Energia	0	0	0	0	0	**0**
Distribuição de Energia	0	0	0	0	0	**0**
Rec. Parques Térmicos	0	0	0	0	0	**0**
Repotencialização	0	0	0	0	0	**0**
Empréstimo Distrib. Designadas	483	318	0	0	0	**801**
Indenizações das Concessões (Lei nº 12.783)	0	0	2	0	0	**2**
Total	**483**	**318**	**2**	**0**	**0**	**803**

* Até a data que os Fundos Setoriais estiveram sob gestão da Eletrobras.

❖ **Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"):**

O Fundo Setorial Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") foi criado pela Lei nº 10.438/2002 com o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados e promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional.

Posteriormente, diversas alterações foram introduzidas nas legislações do Fundo Setorial CDE, principalmente a partir da publicação da MP 579/12, convertida na Lei 12.783/13 e da MP 605/13, ambas regulamentadas pelo Decreto nº 7.891/13, e do Decreto nº 7.945/13. Com a publicação da Lei 13.299/16 e da Lei nº 13.360/16, regulamentada pelo Decreto nº 9.022/17, determinou-se que o orçamento, a gestão e movimentação da CDE, da CCC e da RGR, seriam de responsabilidade da Eletrobras até 30 de abril de 2017 ou até a decisão da ANEEL que atestar a transferência dessas responsabilidades para a CCEE. Adicionalmente, a ANEEL publicou o Despacho nº 1.079 de 18 de abril de 2017 com as determinações sobre o referido assunto, conforme já citado anteriormente.

Foram recolhidos R$ 4.239 milhões em 2017, até a data que os Fundos Setoriais estiveram sob gestão da Eletrobras, com destaque para a Arrecadação de Quotas que representam 90,2% desse montante, a Quotas da UBP com 3,9% e as Multas da ANEEL com 3,4%.

Em 2017 foram liberados R$ 4.928 milhões, com destaque para as aplicações: Subsídios Tarifários e Transferências de Recursos para o Fundo Setorial CCC, ambas com R$ 1.833 milhões (37,2%) cada. Destacam-se também os subsídios para as concessionárias de energia elétrica de todo o país, como compensação pela redução de receitas oriundas do atendimento aos consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda, R$ 871 milhões (17,7%) e os repasses para os agentes geradores proprietários de termelétricas participantes da CDE que utilizam o carvão mineral de origem nacional, que equivalem a R$ 142 milhões (2,9%), conforme abaixo:

CDE - Ingressos e Aplicações em 2017*:

Movimentação	(R$ milhões)
Ingressos:	**4.239**
Arrecadação de Quotas CDE	3.824
Quotas UBP	168
Multa ANEEL	143
Parcelamentos	83
Transferência do Fundo RGR	0
Crédito Transferido do Tesouro Nacional	0
Crédito Transf. MME – Obras Olímpicas	0
Rendimento de Aplicações Financeiras	19
Outros	2
Aplicações:	**4.928**
Subvenção Baixa Renda	871
Carvão Mineral	142
Subvenção para Programa Luz para Todos	76
Subvenção Equalização da Redução Tarifária	117
Subsídios Tarifários	1.833
Kit de Instalação	1
Subvenção Obras Olímpicas	20
CAFT CCEE	8
Transferência de Recursos para o Fundo CCC	1.833
Transferência de Recursos para o Fundo RGR	0
Outras Aplicações	27

* Até a data que os Fundos Setoriais estiveram sob gestão da Eletrobras.

Com relação à aplicação dos recursos, a mesma foi maior na Região Sudeste, com 34,8% dos recursos, vindo, em seguida, as Regiões Nordeste e Sul, com 29,3% e 17,4%, respectivamente. Juntas, as demais perfizeram 18,5% do total aplicado.

CDE - Aplicações por Macro-Regiões em 2017*:

Recursos Aplicados em 2017 (R$ Milhões)						
Aplicações	Macro-Regiões					Total
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Subvenção Baixa Renda	91,3	484	226,5	42,3	27,2	871,3
Carvão Mineral	0	0	0	141,9	0	141,9
Subvenção Luz para Todos	74,9	0	1	0	0	75,9
Subvenção Equalização da Redução Tarifária	114,3	2	1	0	0	117,3
Subsídios Tarifários	101	412,7	810,9	348,2	160,4	1.833,20
Kit de Instalação	0	0,1	0	0,7	0	0,8
Subvenção Obras Olímpicas	0	0	20,3	0	0	20,3
CAFT CCEE	0	0	8,1	0	0	8,1
Total	**381,5**	**898,8**	**1.067,80**	**533,1**	**187,6**	**3.068,80**

* Até a data que os Fundos Setoriais estiveram sob gestão da Eletrobras

O montante recolhido das empresas transmissoras, distribuidoras e permissionárias, assim como o montante dos repasses dos recursos aos agentes geradores e distribuidores, estão detalhados no site da Eletrobras.

❖ **Conta de Consumo de Combustíveis ("CCC"):**

A Conta de Consumo de Combustíveis ("CCC"), criada por meio do Decreto nº 73.102, de 7 de novembro de 1973, instituiu o mecanismo de cobertura de parte das despesas com a aquisição de combustíveis nos Sistemas Interligados, procedimento que perdurou até 2005. Os subsídios correspondem a uma parcela do Custo Total de Geração, composto por todos os insumos da cadeia de produção e compra de energia elétrica para o atendimento ao mercado de cada Agente.

A partir de 1992 o mecanismo da CCC foi estendido para os Sistemas Isolados, que são àqueles não integrados ao Sistema Interligado Nacional, localizados na sua imensa maioria na Região Norte do Brasil.

De sua criação até o advento da Lei nº 12.783, em 11 de janeiro de 2013, a CCC possuía receita própria, formada pelo recolhimento de Quotas Mensais pelas empresas Distribuidoras, Geradoras e Transmissoras de Energia Elétrica. A partir daí, a CCC passou a ser suprida por recursos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), tendo ocorrido nos anos 2013 e 2014 aportes do Tesouro Nacional. No horizonte 2016 a CCC foi suprida pela CDE e por valores de pequena monta resultantes de aplicações financeiras e de recuperação de débitos anteriores.

Em 7 de fevereiro de 2017, a ANEEL aprovou o orçamento anual da Conta de Desenvolvimento Energético. As distribuidoras da Eletrobras: Amazonas Distribuidora de Energia S.A., Boa Vista Energia S.A., Centrais Elétricas de Rondônia S.A. e Companhia de Eletricidade do Acre apresentaram Pedido de Reconsideração à Agência, com solicitação de efeito suspensivo em face da Resolução Homologatória nº 2.202/17, por esta não incluir em seu orçamento obrigações mensais referentes aos Contratos de Confissão de Dívida firmados entre a Eletrobras, enquanto gestora do Fundo Setorial CCC, e as distribuidoras da Eletrobras firmados por meio da Portaria Interministerial nº 652, de 10 de dezembro de 2014.

Em 3 de março de 2017 foi publicada no Diário Oficial da União – D.O.U a Portaria nº 81, de 2 de março de 2017, do Ministério de Minas e Energia ("MME"), a qual resolveu prever na programação da utilização de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), para o ano de 2017, parcela equivalente às prestações mensais a serem pagas entre as competências janeiro e dezembro de 2017, relativas aos Contratos de Confissão de Dívidas firmados até 31 de dezembro de 2016 entre a Eletrobras, enquanto Gestora do Fundo CDE, e as distribuidoras da Eletrobras. Com a Resolução Homologatória nº 2.204, de 7 de março de 2017, a ANEEL altera a Resolução Homologatória nº 2.202 inserindo no orçamento anual as obrigações mensais relativas aos Contratos de Confissão de Dívida no valor de R$ 1.105.501.033,75 (um bilhão, cento e cinco milhões, quinhentos e um mil e trinta e três reais e setenta e cinco centavos).

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

As receitas apresentaram realização de R$ 2.237 milhões para o exercício, até a data que os Fundos Setoriais estiveram sob gestão da Eletrobras. A principal fonte de receita da CCC foi a Transferência de Recursos do Fundo CDE, com participação de 81,90% dos recursos realizados chegando ao montante de R$ 1.832 milhão. As demais fontes que compreendem Parcelamentos e Rendimentos de Aplicações Financeiras concentram uma arrecadação de R$ 5 milhões. Ademais, com relação a Outras Fontes, houve um ingresso de R$ 399 milhões oriundo da conta remanescente da CCC - Sistema Interligado para o reembolso de despesas nos sistemas isolados, conforme previsto no Orçamento da CCC/2017 e conforme Ofício nº 067/2017-SRG/ANEEL, de 04 de abril de 2017.

CCC - Ingressos e Aplicações em 2017*:

Movimentação	(R$ milhões)
Ingressos:	**2.237**
Transferência de Recursos da CDE	1.832
Parcelamentos	5
Aplicações Financeiras	0
Outras Fontes	399
Aplicações:	**2.201**
Custo Total de Geração	2.175
Subrogações	20
Outras Aplicações	6

* Até a data que os Fundos Setoriais estiveram sob gestão da Eletrobras.

Até o mês de Abril de 2017 foram liberados R$ 2.201 milhões, com destaque para as aplicações Custo Total da Geração com R$ 2.175 milhões (98,8%) e Sub-rogação em cerca de R$ 20 milhões (0,9%).

Em 2017, os recursos da CCC foram aplicados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste para o reembolso do Custo Total de Geração, e nas regiões Norte e Centro-Oeste, para o reembolso dos empreendimentos Sub-rogados ao Fundo. A região Norte foi a que recebeu maior parcela das aplicações com 99,2% dos recursos, seguida das Regiões Centro-Oeste e Nordeste, com 0,5% e 0,3%, respectivamente.

CCC – Aplicações de Recursos nas Macro-Regiões em 2017*:

Aplicação de Recursos	Macro - Regiões					Total (R$ milhões)
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Custo Total de Geração	2.165	7	0	0	9	2.181
Subrogação	19	0	0	0	1	20
Total de Aplicações	**2.184**	**7**	**0**	**0**	**10**	**2.201**

* Até a data que os Fundos Setoriais estiveram sob gestão da Eletrobras.

8.2. Gestão de Programas de Governo

❖ Luz para Todos:

A Eletrobras Holding atua como operacionalizadora do Programa Luz para Todos, tendo sido responsável pela gestão dos recursos setoriais disponibilizados aos Agentes Executores até 30/04/2017. A partir de 01/05/2017, como determinado pela Lei nº 13.360/2016, esta responsabilidade foi transferida para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

O Programa Luz para Todos visa propiciar, até o ano de 2018, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") e operacionalizado pela Eletrobras, que realiza a gestão dos contratos e o acompanhamento da execução dos conjuntos de obras de eletrificação rural associadas ao Programa.

Por não atuar como executora no Programa, a Eletrobras Holding não apresenta metas de universalização.

No que se refere ao atendimento ao art. 15º do Programa Destaque em Governança de Estatais, informamos que para operacionalização do Programa Luz para Todos foram implementados controles internos, com o mapeamento dos processos e atividades desenvolvidas na Eletrobras Holding e que, periodicamente, são realizadas auditorias internas pela área responsável da empresa. Também são realizadas auditorias externas por órgãos de controle, como a Controladoria Geral da União, além de serem atendidas diversas demandas por informações da ANEEL, MME, Ministérios Públicos, Polícia Federal etc, buscando dessa forma prover transparência aos processos sob gestão da Eletrobras Holding.

Os recursos necessários ao desenvolvimento do Programa vêm do Governo Federal a título de subvenção, por meio da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e a título de financiamento, por meio da Reserva Global de Reversão ("RGR") ou da Caixa Econômica Federal, além de recursos dos governos estaduais envolvidos e dos Agentes Executores. Até o final do ano de 2017, esses recursos totalizaram R$ 25,16 bilhões, sendo R$ 18,26 bilhões (73%) referentes aos recursos setoriais (CDE e RGR).

No ano de 2017, foram realizadas 57.310 ligações no âmbito do Programa, acumulando um montante de 3.389.037 ligações efetuadas desde 2004, o que corresponde a mais de 16,2 milhões de pessoas beneficiadas no meio rural brasileiro. Com relação às metas assumidas para o final de 2017, foi superada a meta global de 3.373.118 ligações, computados os compromissos dos executores com a Eletrobras e com os governos estaduais.

Considerando apenas os compromissos com a Eletrobras, foram cadastrados no Sistema de Gerenciamento de Projetos do Programa Luz para Todos 7.776 projetos no ano de 2017, totalizando 535.504 projetos desde 2004. Este total de obras resultou no atendimento de 2.923.843 ligações, o que corresponde a 93% do total de ligações contratadas entre os Agentes Executores e a Eletrobras.

Ainda no âmbito do Programa, a Eletrobras, no período 2010 a 2012, firmou com os Agentes Executores 18 contratos relacionados a Projetos Especiais, com base na Portaria Nº 60, de 12/02/2009, do MME, com recursos originados da CDE, no montante de R$ 7,61 milhões, visando ao atendimento de 377 unidades consumidoras em localidades de extremo isolamento utilizando Fontes Renováveis de Energia. Deste montante, até o final do ano de 2017, foi comprovada a ligação de 328 unidades consumidoras, por meio de inspeções físicas.

Em 2017, foi liberado R$ 0,73 bilhão originado de recursos da CDE. Desde 2004, já foi liberado um montante de R$ 15,01 bilhões (recursos da CDE e RGR), de um total contratado de R$ 18,26 bilhões, ou seja, 82% do total de recursos contratados.

A seguir, são apresentados os montantes de recursos contratados e liberados de 2004 a 2017, distribuídos por região:

Região	Recursos Setoriais até 31/12/2017 (R$ milhões)					
	Contratados			Liberados (*)		
	CDE	RGR	CDE+RGR	CDE	RGR	CDE+RGR
Norte	5.079,04	318,29	5.397,33	3.888,43	284,3	4.172,73
Nordeste	7.349,49	941,94	8.291,43	6.358,11	837,42	7.195,53
Centro-Oeste	1.089,13	589,77	1.678,90	758,64	526,96	1.285,60
Sudeste	858,13	1.174,51	2.032,64	740,82	942,98	1.683,80
Sul	346,24	511,9	858,14	280,18	387,26	667,44
Brasil	**14.722,03**	**3.536,41**	**18.258,44**	**12.026,18**	**2.978,92**	**15.005,10**

(*) Até 30/04/2017, a Eletrobras era responsável pela administração dos recursos setoriais, após essa data, a responsabilidade foi transferida para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") (Lei nº 13.360/16).

A seguir, são apresentadas as quantidades de ligações contratadas e cadastradas no Sistema de Gerenciamento de Projetos do Programa Luz para Todos (Programas de Obras) acrescidas das ligações de Projetos Especiais comprovadas fisicamente pela Eletrobras até 31/12/2017, distribuídas por região:

Região	Números de Ligações até 31/12/2017	
	Contratadas entre os Agentes Executores(*) e a Eletrobras	Cadastradas no Sistema LPT + comprovadas fisicamente nos Projetos Especiais
Norte	715.145	604.579
Nordeste	1.575.963	1.501.701
Centro-Oeste	229.833	207.357
Sudeste	429.048	425.241
Sul	184.783	185.293
Brasil	**3.134.772**	**2.924.171**

(*) Os Agentes Executores são as concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica e as cooperativas de eletrificação rural.

❖ Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("PROINFA"):

O PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, criado em 2002 pela Lei nº 10.438, e regulamentado através do Decreto nº 5.025/04, iniciando o processo de sua implantação em 2004 tem cumprido seu objetivo de promover a diversificação da matriz energética brasileira a partir do aumento da participação de empreendimentos com base nas fontes Eólica, Pequena Central Hidrelétrica ("PCH") e Biomassa. À Eletrobras foi assegurado o direito à compra e comercialização da energia contratada das usinas do PROINFA pelo período de 20 anos a partir da data de entrada em operação comercial dos empreendimentos.

A realização do programa contribuiu para a diversificação da matriz energética do país por meio do aproveitamento de fontes energéticas locais, além de contribuir para a geração de cerca de 150.000 empregos diretos e indiretos em todo o país, proporcionando grandes demandas industriais e internalização de tecnologia de ponta.

O PROINFA adicionou ao Sistema Interligado Nacional um total de 131 novos empreendimentos, divididos em 60 PCHs (1.159,24 MW), 52 eólicas (1.282,52 MW) e 19 térmicas a biomassa (533,34 MW), totalizando uma capacidade instalada de 2.975,10 MW. Desde a entrada em operação do primeiro empreendimento em fevereiro de 2006 até o final de 2017, a contribuição do PROINFA para o sistema em termos de volume de energia gerada foi de aproximadamente 87,6 milhões MWh. Em 2017, o programa gerou 8,6 milhões de MWh com um custeio de R$ 3,32 bilhões.

A contratação de energia de empreendimentos encerrou-se em 31 de dezembro de 2011.

Com relação ao ano de 2018, para fins de estabelecimento das quotas anuais de energia elétrica referentes às concessionárias de distribuição e de transmissão, a Resolução Homologatória 2.365, de 21 de dezembro de 2017 definiu que o montante a ser rateado no ano é de 11.202.147 MWh com um custo previsto de R$ 3,48 bilhões.

Fontes	Total de empreendimentos em operação no ano de 2017		Empreendimentos em operação no ano de 2016	
	Empreendimentos	Potência (MW)	Empreendimentos	Potência (MW)
PCH	60	533,34	60	533,34
Eólica	52	1.282,52	52	1.282,52
Biomassa	19	1.159,24	19	1.159,24
Outras Fontes	–	–	–	
Total	**131**	**2.975,10**	**131**	**2.975,10**

❖ Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica ("Procel"):

Destinado a promover o uso eficiente da energia elétrica no país combatendo o desperdício e reduzindo os custos setoriais, o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica ("Procel") é o programa do Governo Federal atuante em todo Brasil através de programas setoriais nas áreas de educação e disseminação de informação, edificações, saneamento ambiental, gestão energética municipal, iluminação pública e indústria.

O repasse desses recursos ao Procel e sua utilização estão condicionados à apresentação e aprovação do Plano de Aplicação de Recursos Anual ("PAR") e da prestação de contas do ano anterior. O Grupo Coordenador de Conservação de Energia ("GCCE") é o responsável pela elaboração do Plano e de relatório com prestação de contas, enquanto que o Comitê Gestor de Eficiência Energética ("CGEE") é responsável pela avaliação e aprovação tanto do Plano quanto da prestação de contas.

Os benefícios gerados pelo Programa podem ser contabilizados tanto pela economia de energia quanto pelos investimentos postergados na expansão do setor, que se revertem em benefícios para a sociedade.

É esperado que em 2017, o Procel tenha contribuído, principalmente através do Selo Procel, para uma economia de aproximadamente 17 milhões de megawatts-hora (MWh), equivalente ao consumo anual de cerca de 9 milhões de residências. Além disso, a expectativa é que tenha-se evitado a emissão de 1,4 milhão tCO2 equivalentes. Estima-se que a Eletrobras despendeu no Programa, no último ano, recursos da ordem de R$ 15,74 milhões previstos no PAR. Os resultados finais de economia de energia do Procel estarão disponíveis em abril.

O Selo Procel de Economia de Energia, ou simplesmente Selo Procel, permite ao consumidor conhecer, entre os equipamentos e eletrodomésticos à disposição no mercado, os mais eficientes no consumo de energia elétrica e amigáveis ao meio ambiente. Atualmente o Selo Procel contempla 40 categorias de equipamentos concorrentes ao Selo, abrangendo cerca de 3.700 modelos de aproximadamente 200 fabricantes.

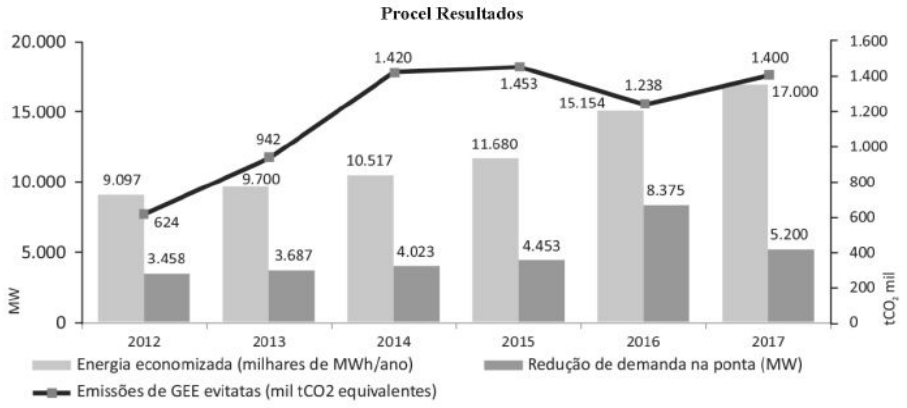
continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Em 2017, foram lançadas as regras para concessão do Selo Procel para televisores em modo ativo e para luminárias de iluminação pública a LED. Esta última será um fator relevante no novo Procel Reluz, uma vez que bonificará as propostas que utilizarem luminárias detentoras do Selo Procel. Ainda em 2017, foram atualizados os critérios do Selo Procel para refrigeradores e assemelhados que passaram a ser mais exigentes no quesito consumo de energia elétrica.



Obs: Dados do ano de 2017 são estimados. Mais informações podem ser verificadas no website da Eletrobras.

9. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

9.1. Destaque do Resultado Consolidado

A Eletrobras apresentou, em 2017, um Prejuízo líquido de R$ 1.726 milhões, inferior ao Lucro de R$ 3.513 milhões obtido em 2016. O Resultado de 2017 foi influenciado, principalmente, pelas provisões operacionais no montante R$ 5.747 (sendo R$ 1.101 milhões as provisões operacionais do segmento de distribuição) e pelo prejuízo do segmento de distribuição no montante de R$ 4.179 milhões. Já o resultado de 2016 foi influenciado, principalmente, pela Contabilização da Remuneração relativa aos créditos da Rede Básica do Sistema Existente ("RBSE"). Os destaques de 2017 são apresentados abaixo:

- ✓ Dívida Líquida/EBITDA Gerencial (últimos 12 meses) = 3,7
- ✓ Receita Operacional Líquida de R$ 37.876 milhões;
- ✓ Contabilização da Remuneração relativa aos créditos da Rede Básica do Sistema Existente ("RBSE") referente às linhas de transmissão renovadas conforme Lei nº 12.783/2013, conforme Portaria nº 120, de 20 de abril de 2016, do Ministério de Minas e Energia, que estabeleceu as condições de pagamento, com efeito de R$ 4.923 milhões em 2017.
- ✓ Repasse de Itaipu no montante de R$ 626 milhões;
- ✓ CVA positivo no montante de R$ 1.441 milhões;
- ✓ Impacto no resultado de R$ 853 milhões relativos a provisão para o Plano de Aposentadoria Extraordinária ("PAE");
- ✓ Provisões para Contingências no montante de R$ 4.398 milhões, com destaque para a provisão relativa ao empréstimo compulsório de R$ 2.337 milhões;
- ✓ Provisões Aneel - CCC no montante de R$ 986 milhões, para fazer face aos custos de glosas pela Aneel no âmbito do processo de fiscalização do Fundo Setorial CCC devido as distribuidoras, nos termos da Lei nº 12.111/2009;
- ✓ Reversão de Provisões para contratos onerosos de R$ 1.493 milhões, principalmente em decorrência da redução de despesa de pessoal observada com a realização do plano de aposentadoria extraordinária – PAE;
- ✓ Provisões de *impairment* de R$ 641 milhões;
- ✓ Resultado Financeiro Líquido negativo de R$ 5.194 milhões;
- ✓ Resultado do segmento de Distribuição negativo no montante líquido de R$ 4.179 milhões, com destaque para o prejuízo de R$ 2.313 milhões da Amazonas Distribuição; e
- ✓ EBITDA no montante de R$ 6.744 milhões e EBITDA Gerencial no montante de R$ 5.554 milhões em 2017;

9.2. Resultado 2017 X 2016

O Resultado de 2017 registra uma redução de 149% em relação ao ano de 2016, tendo sido apurado um prejuízo líquido de R$ 1.726 milhões em 2017, contra um lucro líquido de R$ 3.513 milhões em 2016.

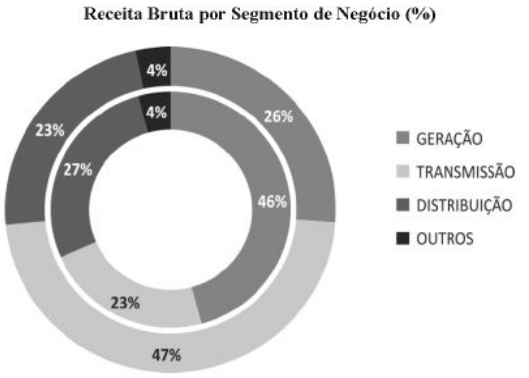
O lucro líquido gerencial obtido em 2017 foi de R$ 178 milhões, 22% inferior ao lucro gerencial de R$ 229 milhões de 2016.





9.3. Receita Operacional

A Receita Operacional Líquida, no montante de R$ 37.876 milhões apresentou, em 2017, uma redução de 37% em relação aos 2016, quando foi registrado o montante de R$ 60.316 milhões. Excluindo a receita da RBSE e as receitas da Celg-D, a Receita Operacional Líquida apresentaria um crescimento de 17%, passando de R$ 27.930 milhões em 2016 para R$ 32.639 milhões em 2017, Na análise de segmentos, reportada em IFRS, apresentamos os seguintes destaques:



Consolidado	2017	2016
Geração - Suprimento	14.698	12.886
Geração - Fornecimento	2.554	2.946
Geração - CCEE (curto prazo)	1.006	927
Geração - Receita de Operação e Manutenção	2.198	2.179
Geração - Receita de Construção	53	41
Geração - Repasse Itaipu (vide II.3.a)	626	-347
Transmissão - Receita de Operação e Manutenção	3.398	2.976
Transmissão - Receita de Construção	917	1.175
Transmissão - Atualizações da Taxa de Retorno	6.063	29.406
Distribuição - Fornecimento e Suprimento	9.468	15.208
Distribuição - Receita de Curto Prazo	725	315
Distribuição - Receita de Construção	782	1.166
Distribuição - CVA e outros Componentes Financeiros	1.441	-339
Outras Receitas	2.060	2.450
Receita Bruta	**45.990**	**70.988**
Deduções da Receita	-8.114	-10.672
Receita Operacional Líquida	**37.876**	**60.316**

As Receitas de Geração apresentaram um crescimento de 13,4%, passando de R$ 18.632 milhões em 2016 para R$ 21.136 milhões em 2017. A receita de suprimento também apresentou crescimento, passando de R$ 12.886 milhões em 2016 para R$ 14.698 milhões em 2017, devido, principalmente, as variações nas seguintes controladas: (i) Na controlada Furnas, novos Contratos no Ambiente de Contratação Livre com variação no preço médio devido às conjunturas de mercado e atualização de preços dos contratos pelo IPCA e término de contratos de cerca de 238,8 MW med e devoluções de Energia contratada de CCEAR's dos produtos de Energia Existente, no âmbito do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits ("MCSD"), devido a migração de consumidores livres e MCSD 4. (ii) Na Eletrosul, ocorreu reajustes dos contratos pelo IPCA, variação de preços no ACL -Ambiente de Contratação Livre, referente a energia gerada por PCHs - Pequenas Centrais Hidroelétricas, por eólicas e energia comprada por meio de PPAs - Contratos de Compra e Venda de Energia, que é revendida no ACL, em contratos de curto prazo; novo contrato, a partir de abril de 2017, firmado com a SPE Teles Pires; e a partir de abril/17 as SPEs Hermenegildo I, II, III e Chuí IX efetuaram descontratação dos ACRs por meio do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova, sendo a energia descontratada adquirida pela Eletrosul e revendida no ACL - Ambiente de Contratação Livre e/ou liquidada a PLD; (iii) Na Eletronuclear, atualização da receita contratada conforme Resolução Homologatória Aneel 2.193/16 que estabeleceu a receita fixa para o ano de 2017.

A venda de energia no mercado de curto prazo passou de R$ 927 milhões em 2016 para R$ 1.006 milhões em 2017, refletindo, principalmente, o maior Preço da Liquidação das Diferenças ("PLD") em 2017.

A receita de Operação e Manutenção das Usinas renovadas pela Lei nº 12.783/2013 passou de R$ 2.179 milhões em 2016 para R$ 2.198 milhões em 2017, influenciada, principalmente, pelo reajuste anual da RAG, ocorrido em julho de 2017. A Receita de construção passou de R$ 41 milhões, em 2016, para R$ 53 milhões em 2017, mas sem efeito para o resultado uma vez que tem valor equivalente contabilizado ao custo de construção. O Repasse de Itaipu passou de um montante negativo de R$ 347 milhões em 2016 para um montante positivo de R$ 642 milhões em 2017, influenciado pelos efeitos da variação do dólar sobre a atualização monetária calculada com base nos índices de preços americanos *Commercial Price e Industrial goods*. Houve redução apenas na receita de fornecimento, que passou de R$ 2.946 milhões em 2016 para R$ 2.554 milhões em 2017 em razão, principalmente, da variação de preço nos contratos de longo prazo na controlada eletrosul e da migração dos consumidores livres na controlada Amazonas Energia.

As Receitas de Transmissão apresentaram uma redução de 69%, passando de R$ 33.557 milhões em 2016 para R$ 10.378 milhões em 2017, influenciadas, principalmente, pelo efeito da Portaria nº 120, de 20 de abril de 2017, do Ministério de Minas e Energia, que estabeleceu as condições de pagamento e remuneração relativa à Rede Básica do Sistema Existente ("RBSE"), permitindo o registro contábil do crédito, em 2016, com impacto na receita de transmissão, na conta de atualização das taxas de retorno de Transmissão de R$ 28.601 milhões. As Receitas de Transmissão, desconsiderando os efeitos da contabilização da RBSE, teriam apresentado um crescimento de 10%, influenciadas, principalmente, ao crescimento da receita de retorno do investimento em transmissão que apresentaram crescimento de 42%, passando de R$ 806 milhões em 2016 para 1.140 milhões em 2017. As Receitas de Operação e Manutenção das linhas de transmissão renovadas e não renovadas passaram de R$ 2.976 milhões em 2016 para R$ 3.398 milhões em 2017, influenciadas, principalmente, pela revisão anual da RAP. Devido ao menor volume de investimentos no período, a receita de construção passou de R$ 1.175 milhões em 2016 para R$ 917 milhões em 2017, mas sem efeito para o resultado, uma vez que possui valor equivalente contabilizado como custo de construção

As Receitas do Segmento de Distribuição apresentaram uma redução de 24,1%, passando de R$ 16.349 milhões em 2016 para R$ 12.416 milhões em 2017. Essa redução se deve, fundamentalmente, a redução das receitas de Fornecimento, que passou de R$ 15.208 milhões em 2016 para R$ 9.468 milhões em 2017, se deve, fundamentalmente, a venda da Celg-D.

A conta de CVA e outros componentes financeiro passou de um montante negativo R$ 339 milhões em 2016, para um montante positivo de R$ 1.441 milhões em 2017, em virtude, principalmente, do cálculo da parcela de constituição, afetada pela diferença entre o preço considerado para o ACR médio nas tarifas e o preço médios dos contratos de compra de energia

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

durante o ano de 2017, com destaque para as controladas, Amazonas Energia, Cepisa e Ceal. A Receita de construção passou de R$ 1.166 milhões, em 2016, para R$ 782 milhões em 2017, mas sem efeito para o resultado uma vez que tem valor equivalente contabilizado como custo de construção.

(R$ milhões)

CVA e Outros componentes Financeiros	2017	2016
Eletroacre	-25	18
Ceal	311	-153
Amazonas Distribuição de Energia S.A.	695	-129
Cepisa	279	67
Ceron	126	162
Boa Vista	67	-9
Celg-D	-11	-296
TOTAL CVA e Outros componentes Financeiros	**1.441**	**-339**

Outras Receitas apresentaram uma redução de 15,9%, passando de R$ 2.450 milhões em 2016 para R$ 2.060 milhões em 2017, devido, principalmente, a exclusão do resultado das receitas da CELG-D a partir da desconsolidação efetuada a partir de fevereiro de 2018.

9.4. Custos Operacionais

Os custos operacionais apresentaram uma redução de 5,2%, passando de um montante de R$ 16.211 milhões em 2016 para um montante de R$ 15.374 milhões em 2017.

A Energia Elétrica Comprada para Revenda apresentou um crescimento de 2,8%, passando de R$ 11.264 milhões em 2016 para R$ 11.585 milhões em 2017, influenciada, principalmente, pelo maior volume de energia comprada pelas controladas Eletronorte e Amazonas GT (em função do corte no fornecimento de gás na usina de Aparecida no período de janeiro a março de 2017 e da geração das usinas térmicas abaixo da energia contratada por problemas de manutenção).

Na conta de Uso da Rede Elétrica foi apurada uma redução de 10,7%. Em 2016, foi registrada uma despesa de R$ 1.805 milhões e, em 2017, foi registrada uma despesa de R$ 1.611 milhões.

Na conta de Combustível para produção de energia elétrica foi apurada uma redução de 44%. Em 2016, foi registrada uma despesa de R$ 760 milhões, enquanto, em 2017, foi registrada uma de despesa de R$ 425 milhões. Essa variação é explicada, principalmente, pela (i) diminuição do ACR médio em 2017, impactando na recuperação de Despesas da CCC; (ii) mudança no contrato de geração de energia para o sistema isolado, pois em 2016, a companhia comprava combustível para produzir energia, e em 2017 essa responsabilidade é do PIE - Produtor Independente de Energia. Como consequência, reduziu combustível, mas aumentou a despesa com energia elétrica comprada para revenda

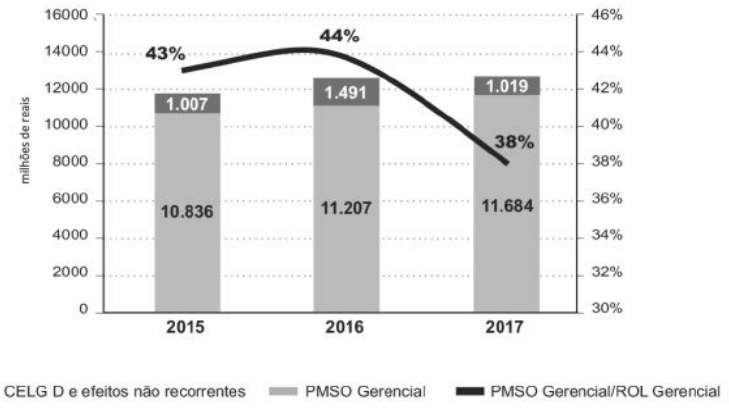
9.5 Despesas Operacionais

As Despesas operacionais apresentaram redução de 35,4%, passando de R$ 31.234 milhões em 2016 para R$ 20.202 milhões em 2017.

Em 2017, a soma das contas de Pessoal, Material, Serviços e Outros ("PMSO") apresentou um crescimento de 0,04%, passando de R$ 12.698 milhões em 2016 para R$ 12.703 milhões em 2017. A conta de Pessoal apresentou crescimento de 17,9%, passando de R$ 6.549 milhões em 2016 para R$ 7.722 milhões em 2017, influenciada pelo Plano de Aposentadoria Extraordinária ("PAE"), que onerou essa conta no montante de R$ 853 milhões. Excluindo as despesas com o PAE e Celg-D, a conta de pessoal apresentaria um crescimento de 10,2%, que se deve, principalmente, ao (i) reajuste decorrente do ACT 2016-2018, com efeito de 9% a partir do último trimestre de 2016 referente ao período de 2016-2017, em razão de dissídio coletivo, e reajuste de 4% para o período de 2017-2018 a partir de maio de 2017; e (ii) Na controlada Eletronorte, inclusão na folha de pagamento da Companhia, a partir de setembro de 2016, de efeitos feitos no âmbito de acordo para encerramento de dois processos de periculosidade e turno ininterrupto.

A conta de Serviços apresentou redução de 17,2%, passando de R$ 3.485 milhões em 2016 para R$ 2.884 milhões em 2017. Excluindo a Celg-D, a conta de Serviços apresentaria uma redução de 5,2%, devido, principalmente, às despesas com contratação para investigação independente no montante de R$ 291 milhões em 2016, que se reduziram para R$ 71 milhões em 2017. A conta de material apresentou uma redução de 1,7%, passando de R$ 330 milhões em 2016 para R$ 324 milhões em 2017. A conta de Outras Despesas teve redução de 24,1%, passando de R$ 2.335 milhões em 2016 para R$ 1.773 milhões em 2017, tendo sido impactada em 2016 pela contabilização dos "achados da investigação" no montante de R$ 211 milhões em 2016.

PMSO gerencial e PMSO/ROL



As Provisões Operacionais passaram de R$ 16.723 milhões em 2016 para R$ 5.747 milhões em 2017, apresentando uma redução de 65,6%. Em 2017, as provisões operacionais foram influenciadas, principalmente, pelas provisões para contingência, no montante de R$ 4.398 milhões, com destaque para a reversão de provisões relativas a contratos oneroso, no montante de R$ 1.493 milhões em 2017, que se deve, principalmente, ao lançamento do Plano de aposentadoria Extraordinária ("PAE").

(R$ milhões)

Consolidado	2017	2016
Garantias	18	30
Contingências	4.398	5.993
PCLD - Consumidores e Revendedores	520	334
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	11	17
Passivo a descoberto em Controladas	0	0
Contratos Onerosos	-1.493	2.194
Provisão/(Reversão) para Perdas em Investimentos	-336	1.479
Impairment	641	5.537
Provisão ANEEL CCC	986	742
Ajuste a Valor de Mercado	-1	0
TFRH	518	346
Risco Hidrológico	0	-451
Outras	485	501
Total Provisões	**5.747**	**16.723**

Nota: Os valores negativos da tabela acima indicam reversões de provisões.

9.6 Participação Societária

A Participação Societária registrou uma redução de 14% resultante da contabilização de um montante de R$ 3.114 milhões em 2016 e de um montante de R$ 2.692 milhões em 2017, com destaque para a contabilização da alienação da CELG D em 2017 no montante de R$ 1.525 milhões e para o reconhecimento da RBSE pela coligada CTEEP em 2016, com um impacto no resultado de equivalência da Eletrobras de R$ 1.603 milhões, parcialmente compensada pela baixa decorrente dos achados da investigação na SPE Belo Monte (R$ 91 milhões).

9.7. Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro líquido passou de uma despesa líquida de R$ 3.931 milhões em 2016 para uma despesa líquida de R$ 5.193 milhões em 2017. Essa variação deve-se, principalmente, a variação do câmbio no período incidente sobre contratos de financiamento e com fornecedores. Contribuíram também para o resultado financeiro as atualizações monetárias, influenciadas, principalmente, redução das taxas dos principais indexadores (inflação e SELIC) incidentes sobre créditos como recebíveis da CCC/CDE da Amazonas atualizado; (ii) diminuição da atualização dos créditos de energia renegociados, derivados da Lei nº 8727/93 e também do pagamento do crédito pela União em agosto de 2017..

9.8 Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para IR e CSLL passou de uma despesa de R$ 8.511 milhões em 2016 para uma despesa de R$ 1.525 milhões em 2017, influenciada pelos tributos diferidos, principalmente, pelo efeito da contabilização da Rede Básica do Sistema Existente ("RBSE"). A provisão referente a RBSE foi de R$ 9.724 milhões em 2016 e de R$ 1.674 milhões em 2017.

(R$ milhões)

Consolidado	2017	2016
IR e CSLL Corrente	-1.593	-619
IR e CSLL Diferido	68	-7.892

9.9. Resultado Consolidado

(R$ milhões)

Consolidado	2017	2016
Receita Operacional Líquida	**37.876**	**60.316**
Energia comprada para revenda	-11.585	-11.264
Encargos sobre uso da rede elétrica	-1.611	-1.805
Combustível para produção de energia elétrica	-425	-760
Construção	-1.752	-2.382
Resultado Bruto	**22.502**	**44.105**
Pessoal, Material, Serviços e Outros	-12.703	-12.698
Depreciação e amortização	-1.751	-1.844
Provisões/Reversões operacionais	-5.747	-16.723
Resultado Operacional antes de Participações Societárias	**2.301**	**12.841**
Participações Societárias	2.692	3.114
Resultado antes do Resultado Financeiro	**4.993**	**15.955**
Receita de Juros e Aplicações Financeiras	1.809	2.241
Atualização Monetária líquida	0	399
Variação Cambial líquida	-119	138
Encargos da Dívida	-5.757	-6.376
Encargos de Recursos de Acionistas	-388	-201
Outros resultados financeiros	-745	-131
Resultado antes de IR e CSLL	**-200**	**12.024**
Imposto de Renda e Contribuição Social	-1.525	-8.511
Lucro/Prejuízo Líquido do período	**1.726**	**3.513**

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

(R$ milhões)

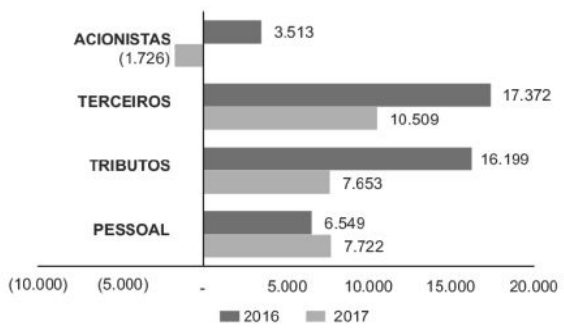
EBITDA	2017	2016	%
Resultado do Exercício	-1.726	3.513	-149%
+ Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	1.525	8.511	-82%
+ Resultado Financeiro	5.193	3.931	32%
+ Amortização e Depreciação	1.751	1.844	-5%
= EBITDA	**6.744**	**17.799**	**-62%**
AJUSTES			
Celg D - Alienação e EBITDA	-1.554	-184	744%
Efeitos Rede Básica do Sistema Existente (RBSE)	-4.923	-28.601	-83%
Plano de Aposentadoria Extraordinário	853	0	
Despesas Investigação independente	71	291	-76%
Achados da Investigação	0	211	-100%
Contingências	4.398	5.993	-27%
Contratos Onerosos	-1.493	2.194	-168%
Provisão/(Reversão) para Perdas em Investimentos	-336	1.479	-123%
Impairment	641	5.537	-88%
Provisão ANEEL - CCC	986	742	33%
Ajuste a Valor de Mercado	-1	0	-1.444%
TFRH (Taxa Pará)	518	346	49%
GSF	0	-451	-100%
Participações societárias (RBSE CTEEP e Investigação SPE)	-349	-1.512	-77%
= EBITDA GERENCIAL	**5.554**	**3.845**	**44%**

9.10. Resultado por Segmento de Negócio

31/12/2017 (R$ milhões)								
DRE por Segmento	Administração	Geração		Transmissão		Distribuição	Eliminações	Total
		Regime de Exploração	Regime de O&M	Regime de Exploração	Regime de O&M			
Receita Operacional Líquida	216	18.070	1.844	1.442	8.684	9.598	(1.978)	37.876
Custos e Despesas Operacionais	(7.773)	(11.932)	(2.015)	(1.288)	(3.721)	(10.778)	1.932	(35.575)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(7.557)	6.138	(171)	154	4.963	(1.181)	(45)	2.301
Resultado Financeiro	1.046	(1.497)	(243)	(406)	(637)	(3.502)	45	(5.193)
Resultado de Participações Societárias	2.692	–	–	–	–	–	–	2.692
Imposto de renda e contribuição social	(1.081)	(188)	(41)	(47)	(671)	504	–	(1.525)
Lucro Líquido (prejuízo) do período	**(4.900)**	**4.453**	**(455)**	**(299)**	**3.655**	**(4.179)**	**–**	**(1.726)**

31/12/2016 (R$ milhões)								
DRE por Segmento	Administração	Geração		Transmissão		Distribuição	Eliminações	Total
		Regime de Exploração	Regime de O&M	Regime de Exploração	Regime de O&M			
Receita Operacional Líquida	177	15.674	1.626	1.604	31.940	11.582	-2.287	60.316
Custos e Despesas Operacionais	-4.209	-18.143	-2.559	-2.517	-4.831	-15.562	2.343	(47.475)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	-4.031	-2.469	-932	-913	27.109	-3.980	56	12.841
Resultado Financeiro	-979	-1.744	-619	-179	307	-2.658	-56	(3.931)
Resultado de Participações Societárias	3.114	–	–	–	–	–	–	3.114
Imposto de renda e contribuição social	-68	533	166	-167	8.974	–	–	(8.511)
Lucro Líquido (prejuízo) do período	**-1.964**	**-3.681**	**-1.386**	**-1.259**	**18.442**	**-6.639**	**–**	**3.513**

9.11. Demonstração de Valor Adicionado (DVA) – R$ milhões



Em 2017, observa-se variação negativa de R$ 5.239 milhões no valor adicionado para os acionistas, que passou de um montante positivo de R$ 3.513 milhões em 2016 para um montante negativo de R$ 1.726 milhões em 2017.

A redução de R$ 6.863 milhões nos valores para terceiros, reflete, principalmente: (i) o impacto do câmbio nas dívidas em moeda estrangeira, com reflexo na conta "variações cambiais".

A redução de R$ 8.547 milhões nos tributos é reflexo do aumento dos tributos sobre a receita, pelo efeito da Portaria nº 120, de 20 de abril de 2016, do Ministério de Minas e Energia, que estabeleceu as condições de pagamento e remuneração relativa à Rede Básica do Sistema Existente ("RBSE"), permitindo o registro contábil do crédito, no ano de 2016, com impacto na receita de transmissão, na conta de atualização das taxas de retorno de Transmissão de R$ 28.601 milhões.

A variação de 18% na conta de pessoal, que passou de R$ 6.549 milhões em 2016 para R$ 7.722 milhões em 2017, influenciada pelo Plano de aposentadoria Extraordinária ("PAE"), que onerou essa conta no montante de R$ 853 milhões.

Dessa forma, a variação de R$ 19.475 milhões na Demonstração de Valor Adicionado da Eletrobras é explicada, principalmente, em 2017, pela provisão relativa aos empréstimos compulsórios e pelo prejuízo das distribuidoras e, em 2016, pelo reconhecimento da receita da RBSE em 2016, em contrapartida a uma receita menor da RBSE em 2017, referente apenas a atualização monetária do saldo.

9.12. Análise do Resultado da Controladora

A Eletrobras apresentou, no resultado de 2017, prejuízo líquido de R$ 1.764 milhões, em comparação ao lucro líquido de R$ 3.426 milhões registrado em 2016.

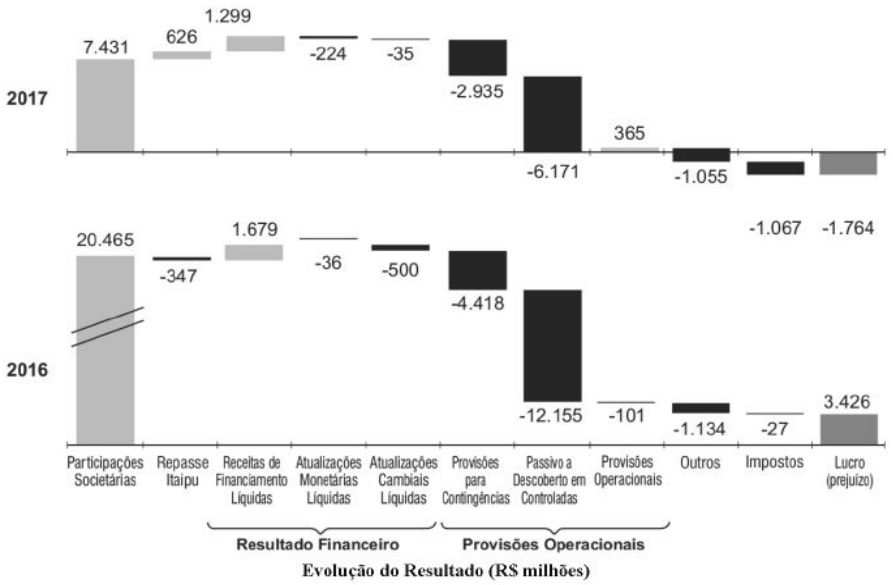
Esse resultado de 2017 foi decisivamente influenciado por:

(i) Resultado de Participações Societárias, de R$ 7.431 milhões, influenciado, principalmente, pelo efeito da Portaria nº 120, de 20 de abril de 2016, do Ministério de Minas e Energia, que estabeleceu as condições de pagamento e remuneração relativa à Rede Básica do Sistema Existente (RBSE);

(ii) Passivo a descoberto em controladas no montante de R$ 6.171 milhões, impacto, principalmente, pelas controladas Amazonas Energia Distribuição (R$ 2.601 milhões), Eletronuclear (R$ 542 milhões), CGTEE (R$ 1.170 milhões) e Ceal (R$ 463 milhões);

(iii) Provisões para contingências judiciais, no montante de R$ 2.935 milhões, decorrente, principalmente, das provisões relativas aos processos judiciais de empréstimo compulsório (Vide Nota explicativa número 43 das Demonstrações Financeiras de 2017); e

(iv) Encargos de dívidas no montante líquido negativo de R$ 5.757 milhões, fortemente influenciada pela atualização da provisão para empréstimos compulsório. O gráfico a seguir apresenta um comparativo do resultado da Eletrobras holding entre 2017 e 2016.



Evolução do Resultado (R$ milhões)

Em 2017, o resultado de Participações Societárias impactou de forma positiva o resultado da Companhia em R$ 7.431 milhões, decorrente da avaliação dos investimentos societários, devido, principalmente, ao resultado da Equivalência Patrimonial das empresas controladas, influenciado, principalmente, pelo efeito da Portaria nº 120, de 20 de abril de 2016, do Ministério de Minas e Energia, que estabeleceu as condições de pagamento e remuneração relativa à Rede Básica do Sistema Existente ("RBSE").

(R$ milhões)

Controladora	2017	2016
Investimentos em controladas		
Equivalência patrimonial	4.859	18.042
Investimentos em coligadas		
Juros sobre o capital próprio		
Equivalência patrimonial	911	2.253
	911	**2.253**
Outros investimentos		
Juros sobre o capital próprio	21	1
Dividendos	39	102
Remuneração dos investimentos em parcerias	1	–
Rendimentos de capital – ITAIPU	73	85
Outros	–	-18
	135	**170**
Alienação de Investimentos	**1.525**	**–**
Total	**7.431**	**20.465**

Em 2017, o Resultado Financeiro impactou de forma positiva o resultado da Controladora em R$ 1.040 milhões em relação aos R$ 1.143 milhões reportados em 2016. Essa variação é explicada, principalmente, pelo menor resultado da variação cambial aplicável ao financiamento a receber de Itaipu em dólar, conforme a seguir:

continua

continuação

(R$ milhões)

	Resultado Financeiro	
	2017	2016
Receitas Financeiras		
Receitas de juros, comissões e taxas	3.406	3.480
Receita de aplicações financeiras	722	744
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	19	35
Atualizações monetárias ativas	-224	-36
Variações cambiais ativas	-35	-500
Outras receitas financeiras	134	157
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas	-2.091	-2.306
Encargos de arrendamento mercantil	0	0
Encargos sobre recursos de acionistas	-371	-185
Outras despesas financeiras	-520	-245
Total	**1.040**	**1.143**

Em 2017, as Provisões Operacionais impactaram de forma negativa o resultado da Controladora em R$ 8.740 milhões, frente a R$ 14.676 milhões em 2016. Essa variação é explicada, principalmente, pelo crescimento do Passivo a descoberto em Controladas no montante de R$ 6.171 milhões.

(R$ milhões)

Provisões Operacionais	Controladora	
	2017	2016
Garantias	18	30
Contingências	2.935	4.418
PCLD - Consumidores e Revendedores	0	0
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	11	17
Passivo a descoberto em Controladas	6.171	12.155
Contratos Onerosos	0	0
Perdas em Investimentos	-570	-27
Impairment	-2	-2
Ajuste a Valor de Mercado	-1	0
Outras	178	83
Total	**8.740**	**16.675**

9.13. Estrutura de Capital e Endividamento Consolidado

Dívida Líquida	**2017**	**2016**
Financiamentos a pagar sem RGR **(1)**	42.982	42.590
(–) (Caixa e Equivalente de caixa + Títulos e Valores Mobiliários)	8.048	6.425
(–) Financiamentos a Receber sem RGR **(2)**	12.848	11.299
(–) Saldo líquido do Ativo Financeiro de Itaipu	1.788	1.428
Dívida Líquida	**20.297**	**23.438**

Notas:
(1) Foram excluídos da dívida bruta os financiamentos, concedidos com recursos da RGR, devidos por empresa fora do grupo Eletrobras (R$ 1.219 milhões) e os créditos referentes à federalização das Distribuidoras, conforme Artigo 21-A e 21-B da Lei 12.783/2013 (R$ 1.391 milhões).
(2) Foram excluídos os recebíveis devidos por empresa fora do grupo Eletrobras à conta da RGR (1.219 milhões) e ajustado pelos recebíveis da Empresas Distribuidoras mantidas para venda (R$3.801 milhões).

No ano de 2017, a Eletrobras Holding optou por não acessar o mercado de capitais local ou externo. Ainda, também optou a Holding por não contrair dívidas no mercado bancário local ou externo. A opção de não captação de recursos no ano de 2017 tanto no mercado interno quanto externo deveu-se basicamente à conjuntura atual.

Quanto às empresas do Sistema Eletrobras, a Chesf captou R$ 158,4 milhões junto ao Banco BNB ao custo de 8,62% a.a. por 168 meses (incluindo 36 meses de carência).

A Eletrosul captou recursos no valor de 690 milhões através de uma distribuição de cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC") tendo o BTG Pactual como coordenador e CEF como administradora dos fundos.

A Eletronorte captou recursos junto a Caixa Econômica Federal no valor de 500 milhões. Ainda, Furnas captou R$ 85 milhões junto ao Banco do Brasil, por meio de duas Cédulas de Crédito Bancário.

Empresas Eletrobras	Recursos Recebidos em 2017 (R$ milhões)				Recursos Recebidos em 2016 (R$ milhões)			
	Aumento de Capital	AFAC	Financia-mentos	Total	Aumento de Capital	AFAC	Financia-mentos	Total
Eletrobras Holding	0	0	0	0	0	2.906,1	0	2.906,1
CGTEE	0	159,11	8,58	167,69	0	337,7	161,6	499,3
Chesf	0	0	726,52	726,52	0	0	884,15	884,15
Eletronorte	0	0	0	0	0	0	591,66	591,66
Eletronuclear	0	0	219	219	0	0	133	133
Eletrosul	0	0	0	0	0	0	0	0
Eletropar	0	0	0	0	0	0	0	0
Furnas	0	0	0	0	0	0	419,07	419,07
Itaipu Binacional	0	0	0	0	0	0	0	0
Eletroacre	0	0	102,33	102,33	0	56,67	60,27	116,94
Ceal	0	0	333,68	333,68	0	159,16	176,97	336,13
Amazonas Energia	0	0	862,38	862,38	0	117,45	729,52	846,97
Cepisa	0	13,58	484,09	497,67	0	295,4	202,26	497,66
Ceron	0	0	301,88	301,88	0	0	167,48	167,48
Boa Vista Energia	0	0	176,27	176,27	0	80,09	58,35	138,44
Celg-D	0	0	0	0	0	0	80	80
Total Liberado	**0**	**172,69**	**3.214,73**	**3.387,42**	**0**	**1.046,47**	**3.664,33**	**4.710,80**

Empresas Eletrobras	Financiamentos recebidos em 2017 (R$ milhões)					Financiamentos recebidos em 2016 (R$ milhões)				
	RGR	CDE	RO	Outras Insti-tuições	Total	RGR	CDE	RO	Outras Insti-tuições	Total
CGTEE	0	0	8,58	0	8,58	N/A	N/A	161,61	N/A	161,61
Chesf	0	0	726,52	0	726,52	N/A	N/A	681,53	202,62	884,15
Eletronorte	0	0	0	0	0	N/A	N/A	200	391,66	591,66
Eletronuclear	0	0	219	0	219	N/A	N/A	133	N/A	133
Eletrosul	0	0	0	0	0	N/A	N/A	N/A	N/A	0
Eletropar	0	0	0	0	0	N/A	N/A	N/A	N/A	0
Furnas	0	0	0	0	0	N/A	N/A	194,95	224,12	419,07
Itaipu Binacional	0	0	0	0	0	N/A	N/A	N/A	N/A	0
Eletroacre	94,83	0	7,5	0	102,33	48,05	N/A	12,22	N/A	60,27
Ceal	294,84	0	38,84	0	333,68	133,04	10,92	26,26	6,74	176,96
Amazonas Energia	803,31	0	59,07	0	862,38	467,94	39,06	222,51	N/A	729,51
Cepisa	462,42	0	21,67	0	484,09	165,06	N/A	37,2	N/A	202,26
Ceron	262,02	0	39,86	0	301,88	141,6	N/A	25,89	N/A	167,49
Boa Vista Energia	171,91	0	4,36	0	176,27	51,42	N/A	6,93	N/A	58,35
Celg-D	0	0	0	0	0	N/A	N/A	80	N/A	80
Total Liberado	**2.089,33**	**0**	**1.125,40**	**0**	**3.214,73**	**1.007,11**	**49,98**	**1.782,10**	**825,14**	**3.664,33**

Os valores liberados a título de RO para as empresas de distribuição do grupo Eletrobras referem-se a recursos específico para as distribuidoras no âmbito do do projeto Energia+ financiado pelo Banco Mundial através de contrato BIRD 7884-BR.

Não houve realização de estudos ou implementação de programas ou políticas referentes ao tema "Recursos Financiamentos e Empréstimos concedidos às Controladas" no ano de 2017.

10. MERCADO DE CAPITAIS

O capital social da Eletrobras, em 31 de dezembro de 2017, totalizava R$ 31.305 milhões, representado por 1.352.634.100 ações, sendo 1.087.050.297 ações ordinárias e 265.583.803 ações preferenciais, conforme o quadro abaixo:

Acionistas	Ordinárias	(%)	Pref. "A"	(%)	Pref."B"	(%)	Total	(%)
Acionista Controlador								
União Federal	554.395.652	51	–	–	1.544	0	554.397.196	40,99
BNDESpar	141.757.951	13,04	–	–	18.691.102	7,04	160.449.053	11,86
BNDES	74.545.264	6,86	–	–	18.262.671	6,88	92.807.935	6,86
FND	45.621.589	4,2	–	–	–	–	45.621.589	3,37
FGHAB	1.000.000	0,09	–	–	–	–	1.000.000	0,07
Outros	269.729.841	24,81	146.920	100	228.481.566	86,08	498.358.327	36,85
Acionista não controlador								
Cust. CBLC								
Residente	128.017.007	11,78	82.290	56,01	91.354.162	34,42	219.453.459	16,23
Não Residente	111.229.755	10,23	1	0	103.173.047	38,87	214.402.803	15,85
Prog. ADR	27.781.555	2,56	–	–	14.470.255	5,45	42.251.810	3,12
Demais								
Residente	2.701.278	0,25	64.602	43,97	19.483.889	7,34	22.249.769	1,64
Não Residente	246	0	27	0,02	213	0	486	0
Total	**1.087.050.297**	**100**	**146.920**	**100**	**265.436.883**	**100**	**1.352.634.100**	**100**

Não houve alteração materialmente relevante na composição do capital social da Companhia, incluindo: aumento, desdobramento, grupamento, bonificação ou redução no capital social da Eletrobras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Entretanto, em 31 de dezembro de 2017, a Eletrobras possuía um saldo de R$ 3.639 milhões referente a adiantamento para futuro aumento de capital, saldo este que é atualizado pela SELIC, conforme decreto 2.673/1998.

O Capital social da Eletrobras era representado em 31 de dezembro de 2017 pelos seguintes continentes:

Continente	Ordinárias	(%)	PNA	(%)	PNB	(%)
Oceania	2.050.239	0,19%	–	0,00%	772.414	0,29%
Europa	24.153.892	2,22%	28	0,02%	32.280.050	12,16%
América do Norte	92.546.297	8,51%	–	0,00%	68.884.286	25,95%
América do Sul	948.690.906	87,27%	146.892	99,98%	147.879.793	55,71%
Ásia	19.601.263	1,80%	–	0,00%	15.612.640	5,88%
África	7.700	0,00%	–	0,00%	7.700	0,00%
Total	**1.087.050.297**	**100%**	**146.920**	**100%**	**265.436.883**	**100%**

10.1 Desempenho das nossas ações

As ações ordinárias da Eletrobras são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, antiga Bolsa de Valores de São Paulo sob o código "ELET3" e as ações preferenciais classe "B" e classe "A" são negociadas na B3 S.A. sob os tickers "ELET6" e "ELET5", respectivamente. Na Bolsa de Valores de Nova York – NYSE, as ações são negociadas através do Programa de ADR nível II, sob os tickers "EBR" e "EBR-B". Na Bolsa de Valores de Madri – Latibex, as ações são negociadas através do Programa Latibex, sob os tickers "XELTO" e "XELTB".

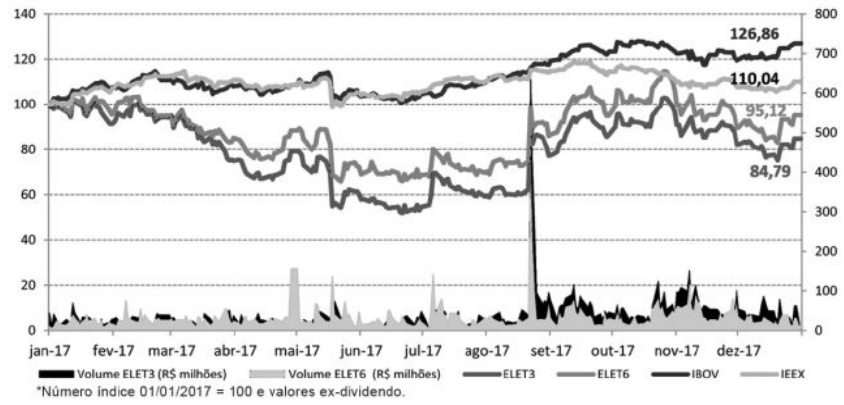
01/01/2017 a 31/12/2017	B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (R$)	
	Classes de Ações	
	ON	PNB
Máximo	23,47	27,35
Mínimo	11,85	15,75
Média	18,12	21,13

continua

continuação

O ano de 2017 foi marcado por consideráveis mudanças no cenário político e na diretriz econômica do Brasil, tendo principais destaques as notícias relativas à "Operação Lava Jato" e às denúncias que afetaram todos os setores de infra-estrutura do Brasil, empresários e classe política do Brasil. Destacam-se ainda notícias referentes ao processo de desestatização da Eletrobras e a possível "Reforma da Previdência". Não obstante, o índice Bovespa, principal indicador da bolsa, avançou 26,9% em 2017, considerando a pontuação de fechamento do dia 28 de dezembro de 2017. As ações ordinárias da Eletrobras (ELET3) apresentaram uma desvalorização de 15,2% em 2017, fechando o ano a R$ 19,34. A ação ordinária da Eletrobras alcançou sua máxima do ano em 26 de outubro de 2017, com cotação de fechamento em R$23,47. A cotação mínima ocorreu em 21 de junho de 2017, fechando o dia a R$ 11,85. Já as ações preferenciais da Eletrobras (ELET6) apresentaram uma desvalorização de 6,4% em 2017, fechando o ano a R$ 22,70. A ação preferencial da Eletrobras alcançou sua máxima do ano em 26 de outubro de 2017, fechando o dia a R$ 27,35. A cotação mínima ocorreu em 22 de maio de 2017, quando fechou o dia a R$ 15,75.A Companhia acredita que a desvalorização de suas ações no ano de 2017 reflete a instabilidade política, confirmada pela alta volatilidade do mercado no ano, assim como as incertezas relacionadas às perspectivas de recuperação da economia.

Programa Nível 1 B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (ELET3 e ELET6)

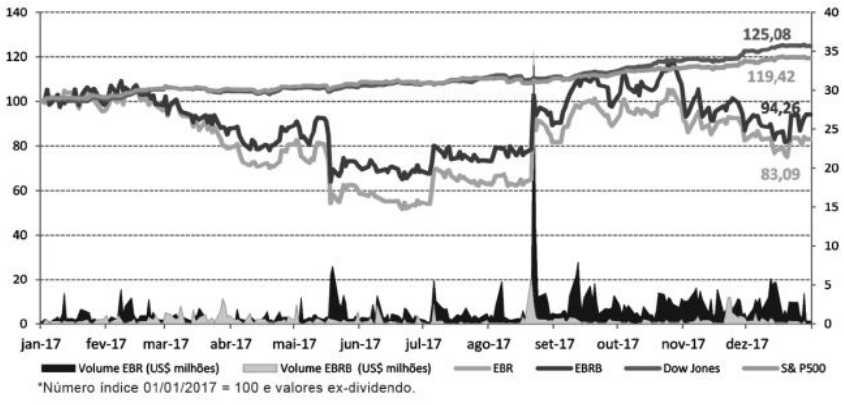


Obs: A forte alteração no volume ocorrida em Agosto de 2017, se refere à expectativa quanto à privatização da Eletrobras.
Fonte: Bloomberg Professional®.

Programa de ADR Nível II – Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE) (EBR e EBR-B)

No ano de 2017, os ADRs representativos de ações ordinárias desvalorizaram em 16,9% em relação ao exercício de 2016, enquanto que os ADRs representativos de ações preferenciais desvalorizaram em 5,7%.

NYSE (USD)		
01/01/2017 a 31/12/2017	Classes de Ações	
	ON	PNB
Máximo	7,22	8,53
Mínimo	3,54	4,61
Média	5,66	6,55

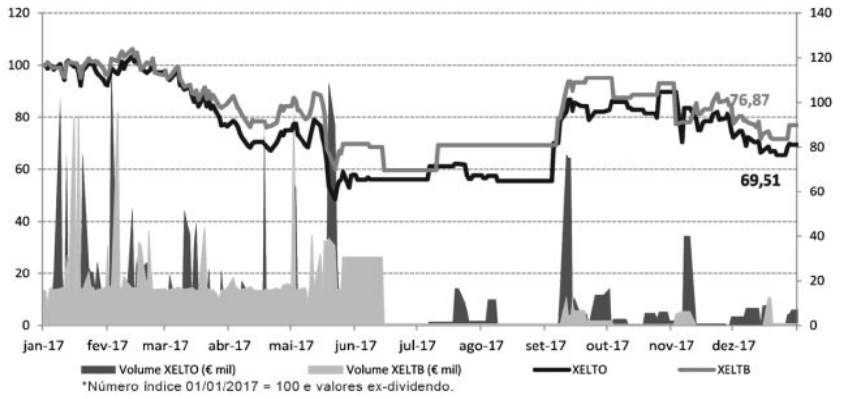


Fonte: Bloomberg Professional®.

Programa Latibex – Bolsa de Valores de Madrid (XELTO e XELTB)

Latibex (EUR)		
01/01/2017 a 31/12/2017	Classes de Ações	
	ON	PNB
Máximo	6,94	7,48
Mínimo	3,24	4,20
Média	5,06	5,78

As ações ordinárias do programa Latibex apresentaram uma desvalorização de 30%, fechando o ano a € 4,65. Já as ações preferenciais do Programa Latibex apresentaram uma desvalorização de 23%, fechando o ano a € 5,42.



Fonte: Bloomberg Professional®.

10.2. Remuneração aos Acionistas

A Eletrobras, por meio da sua Política de Distribuição de Dividendos, tem como propósito estabelecer as regras e os procedimentos de maneira transparente e de acordo com os dispositivos legais, estatutários e demais regulamentos internos. A decisão de distribuição de dividendos e demais proventos levará em consideração diversos fatores e variáveis, tais como os resultados da Companhia, sua condição financeira, necessidade de caixa, perspectivas futuras dos mercados de atuação atuais e potenciais, oportunidades de investimento existentes, manutenção e expansão da capacidade produtiva.

Essa Política de Distribuição de Dividendos da Eletrobras busca garantir a perenidade e a sustentabilidade financeira de curto, médio e longo prazos da Companhia, tendo como premissas a necessidade de flexibilidade e solidez financeira para a manutenção de seus negócios.

A tabela a seguir demonstra os dividendos que foram declarados referentes aos resultados de cada exercício, conforme previsto em seu Estatuto Social e na Lei Federal nº 6.404/76:

Tipo de Ação	2017	2016	2015	2014	2013
Ações ordinárias	–	–	–	–	434
Ações preferenciais classe A	–	0,3	–	0,01	0,3
Ações preferenciais classe B	–	433,6	–	27,59	433,6
Total	**–**	**433,9**	**–**	**27,6**	**867,9**

Nos termos do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, até 04 (quatro) meses após o término do exercício social, os acionistas das companhias por ela regidas deverão reunir para deliberar sobre a destinação do resultado e a distribuição do lucro líquido referente ao exercício social anterior e a distribuição de dividendos aos acionistas.

Neste sentido, considerando que conforme apurado nas Demonstrações Financeiras Anuais, completas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apurou prejuízo de R$(2.059) milhões, o que representa, considerando o resultado consolidado um prejuízo de R$(2.021) milhões, e, por consequência, que não haverá lucro a distribuir.

A proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício de 2017, encontra-se descrita na tabela a seguir:

Distribuição do resultado **(R$ mil)**

Lucro Líquido (prejuízo) do exercício:	2017
Prejuízos acumulados antes da absorção do prejuízo	**(1.763.805)**
Absorção de reservas	
Saldo inicial das reservas de lucros	**3.018.680**
Realização de outros resultados abrangentes	(4.311)
Resultados de aquisição de investidas	(28.874)
Remuneração aos Acionistas não Reclamado - Prescrito	(22.967)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	(10.827)
Realização da reserva estatutária	(1.696.826)
Saldo final de prejuízo acumulados após absorção de reservas	

Para maiores informações observar a Proposta da Administração da 58ª AGO arquivada e disponível no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), através do website, assim como no site da Eletrobras.

10.3. Rating (Classificação de Risco)

De acordo com as agências de classificação de risco responsáveis pela avaliação da Eletrobras, os *ratings* da Companhia refletem a perspectiva do *rating* soberano do Brasil e também a expectativa de que a Eletrobras continuará desempenhando um papel essencial no setor elétrico brasileiro e, portanto, continuará recebendo suporte do governo. Consequentemente, qualquer ação de *rating* da empresa continua espelhando o *rating* soberano do país.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Agência	Classificação Nacional/Perspectiva	Último Relatório
Moody's Issuer Rating	["Ba3": / Estável]	04/12/2017
Moody's Senior Unsecured Debt	["Ba3": /Estável]	04/12/2017
Fitch LT National Currency Issuer	["B+": / RR4]	27/02/2018
Fitch LT Foreign Currency Issuer	["B+": / Estável]	27/02/2018
S&P LT Local Currency	["BB" / Negativa]	15/12/2017
S&P LT Foreign Currency	["BB" / Negativa]	15/12/2017

* Capacidade média de recuperação em caso de inadimplência: emissões classificadas em RR4 têm características compatíveis com títulos que historicamente apresentam recuperação entre 31% e 50% do principal e juros.

10.4. Empréstimo Compulsório

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, instituído pela Lei nº 4.156/62 com o objetivo de gerar recursos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, foi extinto pela Lei nº 7.181, de 20 de dezembro de 1983, que fixou a data de 31 de dezembro de 1993 como o prazo final de arrecadação.

Na primeira fase desse Empréstimo Compulsório, encerrada com o advento do Decreto-Lei nº 1.512/76, a cobrança do tributo alcançou diversas classes de consumidores de energia, e os créditos dos contribuintes foram representados por Obrigações ao Portador emitidas pela Companhia. As Obrigações ao Portador, emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório, não constituem títulos mobiliários, não são negociáveis em Bolsa de Valores, não têm cotação e são inexigíveis. Desta forma, a Administração da Companhia esclarece que a Companhia não possui debêntures em circulação.

No segundo momento, iniciado com as disposições contidas no referido Decreto-Lei, o Empréstimo Compulsório em questão passou a ser cobrado somente de indústrias com consumo mensal de energia superior a 2.000 kwh, e os créditos dos contribuintes deixaram de ser representados por títulos, passando a ser simplesmente escriturados pela Companhia. Os valores do principal desses créditos podem ser pagos com ação preferencial classe B, conforme autoriza a legislação aplicável.

Em 2017, foram implantadas no sistema escritural do Bradesco, o montante de 319.418 ações preferenciais classe B, que correspondiam, em 30 de dezembro de 2017, avaliadas a valor de mercado, a R$ 7,2 milhões, e enviou às empresas de distribuição de energia elétrica, para repasse aos consumidores industriais, o montante de R$ 2,8 milhões, referente aos juros do créditos do empréstimo compulsório que ainda não foram convertido em ações.

Informações detalhadas sobre o empréstimo compulsório podem ser obtidas através do email institucional emprestimo-compulsorio@eletrobras.com.

Existem processos judiciais ajuizadas pelos industriais que cobram da Eletrobras especialmente a aplicação de juros diferente daquele prevista na legislação que criou e regulamentou o empréstimo compulsório. A Eletrobras vem apresentando vigorosa em todos esses processos.

Quanto ao montante da provisão de processos judiciais envolvendo empréstimo compulsório, verificar tabela a seguir:

Saldo inicial (31 de dezembro de 2016) em R$ mil	**13.901.603**
Constituição de provisão	3.423.045
Atualização monetária	1.182.607
Reversão de provisão	1.314.196
Pagamentos efetuados	596.792
Saldo final (31 de Dezembro de 2017) em R$ mil	**16.596.267**
Variação no período	**2.694.665**

* Além dos valores acima referentes ao empréstimo compulsório, existem valores da ordem de 67.994 mil referentes a obrigações ao portador que estão classificadas como causas cíveis.

10.5. Relacionamento com Acionistas e Investidores

Em conformidade com sua política de prestação de informações ao mercado e às regras do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, a Companhia realizou, em 2017, reuniões com analistas e investidores da Associação dos Analistas e profissionais de Investimento no Mercado de Capitais – Apimec – nas principais praças do país: Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.

Para apresentar a Companhia a investidores estrangeiros, foi realizado um *roadshow* nos Estados Unidos (Mineápolis, Chicago, Boston e Nova Iorque) e na cidade canadense de Toronto.

Dentre as 03 conferências que a Eletrobras participou no ano de 2017, apenas 01 foi no exterior (Nova Iorque); as demais foram em São Paulo.

No mês de outubro, a empresa realizou o "Eletrobras' Day" com a presença do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

Em 2017, a Eletrobras realizou 04 teleconferências públicas para o mercado com tradução simultânea em tempo real e acesso à ferramenta *webcast*.

Ombudsman de RI

O Ombudsman de RI da Eletrobras é um dos mais importantes instrumentos de atendimento da Companhia e conta com diversos canais de contato para recebimento e encaminhamento de sugestões, reclamações, elogios e solicitações, visando a melhoria dos processos internos de Relações com Investidores, o fortalecimento da Governança Corporativa, assim como a melhoria da reputação e da transparência da Eletrobras no que se refere ao mercado de capitais. Na busca pela excelência no atendimento ao agente de mercado, o Ombudsman de RI assume um papel ímpar, pois, mais do que o cumprimento dos dispositivos legais, absorve as melhores práticas no âmbito de Ouvidorias e, principalmente, de Ouvidorias de RI.

Em 2017, o Ombudsman de RI recebeu 617 manifestações através de 376 manifestantes, sendo 113 estrangeiros. Os manifestantes foram classificados como agentes autônomos, investidores institucionais, de empresas e pessoas físicas, agências de ratings órgãos reguladores e outros agentes de mercado.

Das 617 manifestações, 614 foram relacionadas a consultas sobre assuntos relacionados à privatização, realização de assembleias de acionistas, informações financeiras e PDNG. Além disso, houve 2 elogios e 1 reclamação.

Informações completas sobre os Relatórios do Ombudsman de RI para o ano de 2017 estão disponibilizadas no nosso site de RI.

O Ombudsman de RI oferece os seguintes canais de contato aos agentes de mercado:

Internet:
www.eletrobras.com/ri

E-mail:
ombudsman-rj@eletrobras.com

Endereço:
Avenida Presidente Vargas, 409 - 9º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ CEP 20071-003

Telefones:
+ 55 21 2514-6333 / 2514-4627

Visita agendada:
das 9:00h às 18:00h

Ressaltamos que manifestações sobre corrupção, fraudes contábeis e financeiras, e ações que possam afetar os controles internos das empresas Eletrobras devem ser realizadas por meio do Canal de Denúncias em nosso site.

Comunicação com o Mercado

Em 2017, foram divulgados 82 Comunicados ao Mercado, 13 Fatos Relevantes e 10 Avisos aos Acionistas, em conformidade com a Instrução CVM nº 358/02. Todos estes documentos podem ser acessados no site do órgão fiscalizador. Desse total, 24 foram em virtude de solicitação pela CVM ou pela B3 S.A., 1 por solicitação do MME enquanto que 57 foram divulgados voluntariamente.

11. AUDITORES INDEPENDENTES

11.1. Serviços de Auditoria Externa

Em 2017, todas as Empresas Eletrobras tiveram como Auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes. Itaipu Binacional teve como auditor independente a PricewaterhouseCoopers. O contrato com a KPMG Auditores Independentes foi assinado em 2014, com vigência de 36 meses e foi renovado em outubro 2017 por mais 24 meses.

Remuneração (Honorários e Serviços) Relacionada aos Serviços de Auditoria Externa (em R$)			
Auditor Independente	**2017**	**2016**	**2015**
PricewaterhouseCoopers (R$)	-	-	299.780,00
KPMG Assessores LTDA	7.486.083,29	29.310.891,00	4.010.874,00
KPMG Auditores Independentes (R$)	11.947.781,11	16.989.274,58	11.764.219,86
Total	**19.433.864,40**	**46.300.165,58**	**16.074.873,86**
Auditor Independente - Itaipu Binacional	**2017**	**2016**	**2015**
PricewaterhouseCoopers (R$)	479.910,00	214.500,00	-
KPMG Auditores Independentes (R$)		234.148,64	82.092,70
Total	**479.910,00**	**448.648,64**	**82.092,70**

A Eletrobras não consolida Itaipu em suas demonstrações financeiras consolidadas.

Realizamos alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes. Nos termos da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, é obrigatória a substituição dos Auditores Independentes responsáveis pela Eletrobras, no máximo, a cada cinco anos, sendo que os mesmos auditores não podem ser recontratados por um período de três anos. Em 2013, efetuamos a substituição de nossos auditores independentes em atendimento ao disposto na referida regulamentação. Ainda, nos termos do Estatuto Social da Eletrobras, no artigo 36, cabe ao Conselho de Administração a escolha e destituição dos Auditores Independentes. Por fim, com o objetivo de uniformizar as demonstrações financeiras das empresas Eletrobras, o mesmo auditor é responsável pela auditoria de todas as empresas, exceto Itaipu.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

12. BALANÇO SOCIAL

Informações de Natureza Social e Ambiental				
(valores expressos em milhares de reais)	Controladora		Consolidado	
I. Recursos Humanos				
a. Remuneração	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	R$ 265.695	R$ 244.115	R$ 6.112.598	R$ 5.904.794
- Empregados	R$ 258.738	R$ 239.524	R$ 6.069.747	R$ 5.862.563
- Administradores	R$ 4.166	R$ 4.591	R$ 40.060	R$ 42.231
Relação entre a maior e a menor remuneração:				
- Empregados	14,62	13,59	–	–
- Administradores	1,16	1,05	–	–
b. Benefícios Concedidos	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Encargos Sociais	R$ 74.655	R$ 78.904	R$ 1.480.097	R$ 1.491.320
Alimentação	R$ 16.621	R$ 18.869	R$ 373.128	R$ 404.011
Transporte	R$ 632	R$ 629	R$ 31.361	R$ 27.821
Previdência Privada	R$ 49.869	R$ 58.933	R$ 366.886	R$ 463.923
Saúde	R$ 25.934	R$ 23.603	R$ 618.742	R$ 572.458
Segurança e Medicina do Trabalho	R$ 1.645	R$ 5.853	R$ 40.284	R$ 41.573
Educação ou Auxílio-creche	R$ 2.652	R$ 2.896	R$ 62.794	R$ 67.464
Cultura	R$ -	R$ -	R$ 2.155	R$ 2.046
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	R$ 774	R$ 1.159	R$ 33.360	R$ 41.603
Outros	R$ 67.959	R$ 40.828	R$ 928.983	R$ 373.067
Total	**R$ 240.740**	**R$ 231.675**	**R$ 3.937.789**	**R$ 3.485.286**
c. Composição do Corpo Funcional	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Nº de empregados no final do exercício	816	982	21.235	24.701
Nº de admissões	3	5	399	1268
Nº de demissões	104	8	2.034	226
Nº de estagiários no final do exercício	154	244	1.385	2.444
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício	9	10	607	681
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	426	555	6.618	14.472
Nº de empregados por sexo:				
- Masculino	531	636	17.368	20.206
- Feminino	285	346	3.867	4.495
Nº de empregados por faixa etária:				
- Menores de 18 anos	0	0	0	0
- De 18 a 35 anos	116	172	4.044	4.932
- De 36 a 60 anos	648	706	14.852	17.187
- Acima de 60 anos	52	104	2.339	2.582
Nº de empregados por nível de escolaridade:				
- Analfabetos	0	0	0	0
- Com ensino fundamental	8	31	1.776	2.172
- Com ensino médio	67	194	4.435	5.328
- Com ensino técnico	0	0	5.405	6.347
- Com ensino superior	386	385	7.104	8.249
- Pós-graduados	355	372	2.515	2.605
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:				
- Masculino	71%	73%	-	-
- Feminino	29%	27%	-	-
d. Contingências e Passivos Trabalhistas	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	1.562	1.488	11.191	14.112
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	231	5	1.972	2.504
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	217	454	2.597	1.581
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	R$ 6.879	R$ 5.784	R$ 168.679	R$ 220.424
II. Interação da Entidade com o Ambiente Externo				
2.1. Relacionamento com a Comunidade	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Totais dos investimentos em:				
Educação	R$ -	R$ -	R$ 10.139	R$ 6.716
Cultura	R$ 1.106	R$ 1.085	R$ 13.257	R$ 9.533
Saúde e Infraestrutura	R$ -	R$ -	R$ 85.639	R$ 102.244
Esporte e Lazer	R$ -	R$ -	R$ 1.947	R$ 2.153
Alimentação	R$ -	R$ -	R$ 339	R$ 303
Geração de Trabalho e Renda	R$ -	R$ -	R$ 2.001	R$ 3.677
Reassentamento de Famílias	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Outros	R$ -	R$ -	R$ 36.609	R$ 32.897
Total dos investimentos	**R$ 1.106**	**R$ 1.085**	**R$ 149.931**	**R$ 157.523**
Tributos (excluídos encargos sociais)	R$ -	R$ -	R$ 5.553.372	R$ 17.210.181
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	R$ -	R$ -	R$ 285.730	R$ 366.903
Total de Relacionamento com a Comunidade	**R$ 1.106**	**R$ 1.085**	**R$ 5.989.033**	**R$ 17.734.607**

2.2. Interação com os Fornecedores

Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores:

Em todos os editais de licitação, a empresa proponente apresentam as seguintes declarações:

DECLARA, sob as penas da lei que:

1.1. Para fins do disposto no inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

1.2. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV, do artigo 1º, e no inciso III, do artigo 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

1.3. Não está sob os efeitos de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605/98 – Lei de Crimes Ambientais.

2. DECLARA, outrossim, conhecer e comprometer-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética das Empresas ELETROBRAS. Não permitindo principalmente, a prática ou a manutenção de discriminação limitativa ao acesso na relação de emprego, ou negativa com relação a sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico;

Quando da apresentação da proposta, o proponente deverá apresentar também: prova de regularidade com a Seguridade Social (CND), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("CRF") e com a Justiça do Trabalho ("CNDT").

Caso o proponente deixe de apresentar quaisquer dos documentos mencionados acima, sua proposta é desclassificada.

O fornecedor é fiscalizado quanto ao cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, tendo de demonstrar situação regular no cumprimento dos encargos sociais e trabalhistas instituídos por lei, por meio da apresentação das provas de regularidade fiscal e trabalhista, relativas à Seguridade Social, Justiça do Trabalho e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FGTS"), nos atos da habilitação, da adjudicação e durante a vigência do referido instrumento contratual.

Algumas companhias inseriram em seus contratos cláusulas de responsabilidade socioambiental com o intuito de compartilhar o compromisso com o desenvolvimento sustentável do país.

Ressaltamos ainda que, de acordo com a Norma ABNT NBR 16001:2012, um dos dispositivos que moldaram o escopo do "Balanço Social", respeitamos em nosso critério todos os onze temas da boa prática de responsabilidade social:

- boas práticas de governança;
- combate à pirataria, sonegação, fraude e corrupção;
- práticas leais de concorrência;
- direitos da criança e do adolescente, incluindo o combate ao trabalho infantil;
- direitos do trabalhador, incluindo o de livre associação, de negociação, a remuneração justa e benefícios básicos, bem como o combate ao trabalho forçado;
- promoção da diversidade e combate à discriminação (por exemplo: cultural, de gênero, de raça/etnia, idade, pessoa com deficiência);
- compromisso com o desenvolvimento profissional;
- promoção da saúde e segurança;
- promoção de padrões sustentáveis de desenvolvimento, produção, distribuição e consumo, contemplando fornecedores, prestadores de serviço, entre outros;
- proteção ao meio ambiente e aos direitos das gerações futuras; e
- ações sociais de interesse público.

III. Interação com o Meio Ambiente

3.1. Investimentos	2017	2016	2017	2016
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	R$ -	R$ -	R$ 217.855	R$ 205.309
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	R$ -	R$ -	R$ 58.069	R$ 96.148
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	R$ 2	R$ 35	R$ 475	R$ 400
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	R$ -	R$ -	R$ 5.088	R$ 3.703
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	R$ 1.491	R$ 1.129	R$ 170.040	R$ 12.208
Total dos investimentos	**1.494**	**1.164**	**451.528**	**317.767**
3.2. Passivo Ambiental	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	R$ -	R$ -	R$ 9.972	R$ 98.769
Passivos e contingências ambientais	R$ -	R$ -	R$ 40.591	R$ 316
Total dos passivos ambientais	**0**	**0**	**50.563**	**99.085**
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	16	17	475	1.304
IV. Outras Informações				
4.1 - Informações financeiras	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Receita Operacional Líquida (ROL)	**R$ 4.511.268**	**R$ 3.449.345**	**R$ 37.476.700**	**R$ 60.748.465**
Resultado Operacional (RO)	**-R$ 697.024**	**R$ 3.452.678**	**-R$ 247.521**	**R$ 11.987.427**

continua

continuação

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(em milhares de Reais)

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
ATIVO	**NOTA**	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
CIRCULANTE					
Caixa e equivalente de caixa	5	161.326	10.293	792.252	495.855
Caixa restrito	5	1.329.876	1.681.346	1.329.876	1.681.346
Títulos e valores mobiliários	6	5.059.957	4.471.954	6.924.358	5.681.791
Clientes	7	502.236	355.031	4.662.368	4.402.278
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	17	–	–	7.224.354	2.337.513
Financiamentos e empréstimos	8	8.288.875	6.783.913	2.471.960	3.025.938
Conta de Consumo de Combustível - CCC	25	–	195.966	–	195.966
Remuneração de participações societárias	9	1.726.958	618.566	245.577	318.455
Tributos a recuperar	10	623.299	674.241	1.066.207	1.085.520
Imposto de renda e contribuição social	10	1.436.175	769.541	1.874.475	1.086.367
Direito de ressarcimento	11	–	74.527	1.567.794	1.657.962
Almoxarifado		212	280	479.243	540.895
Estoque de combustível nuclear	12	–	–	465.152	455.737
Instrumentos financeiros derivativos	46	–	–	209.327	127.808
Risco Hidrológico	14	–	–	104.530	109.535
Ativos mantidos para venda	44	1.482.907	–	5.825.879	4.406.213
Outros		802.501	1.136.336	2.115.375	1.663.473
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		**21.414.322**	**16.771.994**	**37.358.727**	**29.272.652**
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Direito de ressarcimento	11	–	–	6.509.032	7.507.024
Financiamentos e empréstimos	8	22.889.437	28.597.843	7.794.891	10.158.306
Clientes	7	30.576	76.441	462.376	2.079.025
Títulos e valores mobiliários	6	269.141	245.296	331.862	247.235
Estoque de combustível nuclear	12	–	–	831.008	675.269
Tributos a recuperar	10	–	–	1.635.142	1.705.414
Imposto de renda e contribuição social correntes	10	471.568	1.488.158	471.568	1.488.158
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	–		1.010.810	839.708
Cauções e depósitos vinculados		3.052.505	2.896.676	5.874.708	6.259.272
Conta de Consumo de Combustível – CCC	25	–	6.919	–	6.919
Ativo financeiro – Concessões e Itaipu	17	2.820.172	2.412.933	50.660.769	52.749.546
Instrumentos financeiros derivativos	46	–	–	216.904	100.965
Adiantamentos para futuro aumento de capital	13	1.701.275	1.255.184	959.838	1.617.916
Risco Hidrológico	14	–	–	325.132	457.677
Outros		2.278.845	2.071.256	1.108.629	1.228.143
		33.513.519	**39.050.706**	**78.192.669**	**87.120.577**
INVESTIMENTOS					
Avaliados por equivalência patrimonial	15	64.898.109	59.421.842	27.289.705	25.173.611
Mantidos a valor justo	15	1.261.234	1.168.935	1.418.659	1.357.923
		66.159.343	**60.590.777**	**28.708.364**	**26.531.534**
IMOBILIZADO	16	197.418	194.402	27.965.837	26.812.925
INTANGÍVEL	18	–	–	749.762	761.739
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		**99.870.280**	**99.835.885**	**135.616.632**	**141.226.775**
TOTAL DO ATIVO		**121.284.602**	**116.607.879**	**172.975.359**	**170.499.427**

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**NOTA**	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
CIRCULANTE					
Financiamentos e empréstimos	22	2.336.333	3.397.485	5.886.141	5.833.547
Debêntures	23	–	–	183.432	12.442
Empréstimo compulsório	24	42.260	48.193	42.260	48.193
Fornecedores	20	514.752	440.976	10.443.752	9.659.301
Adiantamento de clientes	21	575.962	560.277	654.853	620.781
Tributos a recolher	26	100.767	41.554	1.173.319	1.336.089
Imposto de renda e contribuição social	26	1.023.764	486.605	1.498.218	606.848
Contratos onerosos	33	–	–	12.048	1.093.678
Remuneração aos acionistas	28	9.484	458.302	18.339	462.891
Passivo financeiro - Concessões e Itaipu	17	783.658	1.212.017	–	–
Obrigações estimadas	36	107.962	106.879	1.204.222	1.188.149
Obrigações de ressarcimento	11	1.346.660	1.693.309	1.392.542	1.868.085
Benefício pós-emprego	29	28.830	29.632	193.847	107.571
Provisões para contingências	30	850.704	756.811	1.518.387	1.083.475
Encargos setoriais	27	–	–	728.180	647.201
Arrendamento mercantil	22	–	–	145.324	136.662
Instrumentos financeiros derivativos	46	2.175	6.614	2.466	6.946
Passivos associados a ativos mantidos para venda	44	4.805.946	391.550	7.630.670	5.175.013
Outros		314.847	100.145	1.458.952	1.251.638
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		**12.844.104**	**9.730.349**	**34.186.952**	**31.138.510**
NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos e empréstimos	22	21.316.181	22.922.041	39.235.650	39.786.881
Fornecedores	20	–	–	7.795.345	9.782.820
Debêntures	23	–	–	287.347	188.933
Adiantamento de clientes	21	–	–	519.391	592.215
Empréstimo compulsório	24	458.874	460.940	458.874	460.940
Obrigação para desmobilização de ativos	31	–	–	2.470.400	1.402.470
Conta de Consumo de Combustível - CCC	25	–	482.179	–	482.179
Provisões para contingências	30	16.946.508	13.674.073	23.033.963	19.645.954
Benefício pós-emprego	29	578.666	394.035	2.001.715	2.368.077
Provisão para passivo a descoberto	35	21.656.617	20.160.828	–	311.010
Contratos onerosos	33	–	–	2.067.179	2.659.305
Obrigações de ressarcimento	11	–	–	1.062.634	1.516.313
Arrendamento mercantil	22	–	–	932.496	1.032.842
Concessões a pagar - Uso do bem Público		–	–	63.082	63.337
Adiantamentos para futuro aumento de capital	32	3.639.441	3.310.409	3.639.441	3.310.409
Instrumentos financeiros derivativos	46	–	–	39.594	43.685
Encargos setoriais	27	–	–	698.423	615.253
Tributos a recolher	26	–	2.222	326.527	1.059.880
Imposto de renda e contribuição social	26	394.958	320.560	8.901.931	8.305.606
Outros		1.109.876	946.775	2.501.883	1.667.883
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**66.101.121**	**62.674.062**	**96.035.875**	**95.295.992**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	37	31.305.331	31.305.331	31.305.331	31.305.331
Reservas de capital	37	13.867.170	13.867.170	13.867.170	13.867.170
Reservas de lucros	37	1.321.854	3.018.680	1.321.854	3.018.680
Ajustes de avaliação patrimonial		22.434	33.261	22.434	33.261
Lucros (Prejuízos) acumulados		–	–	–	–
Outros resultados abrangentes acumulados		(4.127.362)	(4.004.625)	(4.127.362)	(4.004.625)
Valores reconhecidos em ORA classificados como mantidos para venda		(50.050)	(16.349)	(50.050)	(16.349)
Participação de acionistas não controladores		–	–	413.155	(138.543)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**42.339.377**	**44.203.468**	**42.752.532**	**44.064.925**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**121.284.602**	**116.607.879**	**172.975.359**	**170.499.427**

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(em milhares de Reais)

	NOTA	CONTROLADORA 31/12/2017	CONTROLADORA 31/12/2016	CONSOLIDADO 31/12/2017	CONSOLIDADO 31/12/2016
RECEITAS OPERACIONAIS					
Geração					
Suprimento		3.858.319	3.778.654	14.698.137	12.885.622
Fornecimento		–	–	2.554.279	2.945.506
CCEE		–	–	1.006.114	927.183
Receita de operação e manutenção		–	–	2.198.347	2.178.699
Receita de construção de Usinas		–	–	52.836	41.316
Atualizações da taxa de retorno – Geração		–	–	–	–
Repasse Itaipu		626.135	(346.638)	626.135	(346.638)
Transmissão					
Receita de operação e manutenção – Linhas Renovadas		–	–	3.132.349	2.735.999
Receita de operação e manutenção		–	–	265.471	239.691
Receita de construção		–	–	917.447	1.174.703
Atualizações da taxa de retorno – Transmissão		–	–	1.139.816	805.708
Financeira – Retorno do Investimento – RBSE		–	–	4.922.827	28.600.553
Distribuição					
Fornecimento		–	–	9.467.631	15.208.202
CCEE		–	–	724.961	314.833
Receita de construção		–	–	782.068	1.165.611
CVA e outros componentes financeiros		–	–	1.441.359	(339.405)
Outras receitas		157.170	59.674	2.060.479	2.450.329
Deduções					
(–) Encargos setoriais		–	–	(1.986.659)	(2.983.323)
(–) ICMS		–	–	(2.249.541)	(4.000.750)
(–) PASEP e COFINS		(130.356)	(42.345)	(3.724.863)	(3.642.892)
(–) Outras Deduções		–	–	(153.169)	(44.944)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	39	**4.511.268**	**3.449.345**	**37.876.024**	**60.316.003**
CUSTOS OPERACIONAIS					
Energia comprada para revenda	42	(3.911.372)	(3.814.019)	(11.584.925)	(11.264.044)
Encargos sobre uso da rede elétrica		–	–	(1.611.398)	(1.805.434)
Combustível para produção de energia elétrica		–	–	(424.964)	(759.826)
Construção		–	–	(1.752.351)	(2.381.630)
		(3.911.372)	**(3.814.019)**	**(15.373.638)**	**(16.210.934)**
RESULTADO BRUTO		**599.896**	**(364.674)**	**22.502.386**	**44.105.069**
DESPESAS OPERACIONAIS					
Pessoal, Material e Serviços	41	(699.582)	(856.008)	(10.930.333)	(10.363.211)
Depreciação		(4.616)	(5.132)	(1.511.260)	(1.558.387)
Amortização		–	–	(240.043)	(285.398)
Doações e contribuições		(102.314)	(158.453)	(164.372)	(219.417)
Provisões/Reversões operacionais	43	(8.740.434)	(16.674.672)	(5.746.873)	(16.722.582)
Achados da Investigação		–	–	–	(211.123)
Outras		(221.764)	(96.328)	(1.608.778)	(1.904.179)
		(9.768.710)	**(17.790.593)**	**(20.201.659)**	**(31.264.297)**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**(9.168.814)**	**(18.155.267)**	**2.300.727**	**12.840.772**
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas Financeiras					
Receitas de juros, comissões e taxas		3.406.499	3.479.762	831.562	1.154.010
Receita de aplicações financeiras		722.278	744.320	977.851	1.086.578
Acréscimo moratório sobre energia elétrica		19.252	35.148	374.977	320.836
Atualizações monetárias ativas		811.680	1.048.177	1.290.644	2.549.308
Variações cambiais ativas		978.566	4.698.251	946.364	4.985.602
Atualização de ativo regulatório		–	–	43.123	231.107
Ganhos com derivativos		–	–	237.386	218.714
Outras receitas financeiras		133.519	156.551	449.468	677.235
Despesas Financeiras					
Encargos de dívidas		(2.090.745)	(2.306.205)	(5.757.044)	(6.375.836)
Encargos de arrendamento mercantil		–	–	(320.060)	(303.381)
Encargos sobre recursos de acionistas		(371.156)	(184.935)	(388.408)	(200.857)
Atualizações monetárias passivas		(1.035.352)	(1.084.504)	(1.290.488)	(2.150.636)
Variações cambiais passivas		(1.013.617)	(5.197.846)	(1.065.337)	(4.848.040)
Atualização de passivo regulatório		–	–	(25.728)	(174.485)
Perdas com derivativos		–	–	(35.797)	–
Outras despesas financeiras		(520.452)	(245.381)	(1.461.809)	(1.100.879)
		1.040.472	**1.143.338**	**(5.193.296)**	**(3.930.724)**
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		**(8.128.342)**	**(17.011.929)**	**(2.892.569)**	**8.910.048**
RESULTADO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	40	7.431.318	20.464.607	2.692.171	3.114.047
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS		**(697.024)**	**3.452.678**	**(200.398)**	**12.024.095**
Imposto de renda e contribuição social correntes	26	(1.023.764)	(486.605)	(1.593.473)	(619.044)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	(43.017)	459.826	68.180	(7.891.775)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(1.763.805)**	**3.425.899**	**(1.725.691)**	**3.513.276**
PARCELA ATRIBUIDA AOS CONTROLADORES		(1.763.805)	3.425.899	(1.763.805)	3.425.899
PARCELA ATRIBUIDA AOS NÃO CONTROLADORES		–	–	38.114	87.377
RESULTADO POR AÇÃO					
Resultado por ação – básico	38	(R$ 1,30)	R$ 2,53	(R$ 1,30)	R$ 2,53
Resultado por ação – diluído	38	(R$ 1,30)	R$ 2,50	(R$ 1,30)	R$ 2,50

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA 31/12/2017	CONTROLADORA 31/12/2016	CONSOLIDADO 31/12/2017	CONSOLIDADO 31/12/2016
Participação no resultado abrangente das subsidiárias				
Prejuízo do exercício	**(1.763.805)**	**3.425.899**	**(1.725.691)**	**3.513.276**
Outros componentes do resultado abrangente				
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Ajuste ganhos e perdas atuariais	(193.024)	(178.854)	(114.214)	(1.143.119)
	(193.024)	(178.854)	(114.214)	(1.143.119)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado				
Ajustes acumulados de conversão	2.445	(32.286)	2.475	(32.284)
Ajuste de *hedge* de fluxo de caixa	6.250	11.683	6.250	11.683
Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	92.299	138.520	107.072	165.863
IR / CSLL diferidos	(31.382)	(47.097)	(36.404)	(56.393)
Participação no resultado abrangente das subsidiárias, coligadas e sociedades de controle compartilhado	10.775	(783.110)	67.681	280.682
IR / CSLL diferidos	–	–	5.023	9.296
	80.387	(712.290)	152.097	378.847
Outros componentes do resultado abrangente do período	**(112.637)**	**(891.144)**	**37.883**	**(764.272)**
Total do resultado abrangente do período	**(1.876.442)**	**2.534.755**	**(1.687.808)**	**2.749.004**
Parcela atribuída aos controladores			**(1.876.442)**	**2.534.755**
Parcela atribuída aos não controladores			**188.634**	**214.249**
			(1.687.808)	**2.749.004**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA 2017	CONTROLADORA 2016	CONSOLIDADO 2017	CONSOLIDADO 2016
1 - RECEITAS (DESPESAS)				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	4.641.624	3.491.690	44.237.905	68.606.282
Receita de construção	–	–	1.752.351	2.381.630
PCLD - Consumidores e Revendedores	–	–	(520.369)	(334.383)
	4.641.624	3.491.690	45.469.887	70.653.529
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Materiais, serviços e outros	(377.320)	(463.792)	(7.817.913)	(10.197.506)
Encargos setoriais	–	–	(1.986.659)	(2.550.473)
Energia comprada para revenda	(3.911.372)	(3.814.019)	(11.584.925)	(11.264.044)
Combustível para produção de energia elétrica	–	–	(424.964)	(759.826)
Provisões/Reversões operacionais	(8.740.434)	(14.676.085)	(5.226.504)	(14.389.612)
	(13.029.126)	(18.953.896)	(27.040.965)	(39.161.461)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO	(8.387.502)	(15.462.206)	18.428.922	31.492.068
4 - RETENÇÕES				
Depreciação, amortização e exaustão	(4.616)	(5.132)	(1.751.303)	(1.843.785)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(8.392.118)	(15.467.338)	16.677.619	29.648.283
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Participações societárias	7.431.318	20.464.607	2.692.171	3.114.047
Receitas financeiras	6.071.794	10.162.209	5.151.375	11.223.390
	13.503.112	30.626.816	7.843.546	14.337.437
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	5.110.994	15.159.478	24.521.165	43.985.720
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL				
. Pessoal, encargos e honorários	421.125	423.317	7.466.142	6.371.711
. Plano de aposentadoria e pensão	75.361	21.165	255.796	176.861
	496.486	444.482	7.721.938	6.548.572
TRIBUTOS				
. Federal	1.197.137	69.124	5.250.156	12.153.711
. Estadual	–	–	2.249.541	4.000.750
. Municipal	–	–	153.169	44.944
	1.197.137	69.124	7.652.866	16.199.405
TERCEIROS				
. Juros	5.031.322	11.017.458	10.344.671	17.152.701
. Aluguéis	47.540	44.062	363.009	352.349
. Outras	102.314	158.453	164.372	219.417
	5.181.176	11.219.973	10.872.052	17.724.467
ACIONISTAS				
. Participação de acionistas não controladores	–	–	38.114	87.377
. Lucros retidos ou prejuízo do exercício	(1.763.805)	3.425.899	(1.763.805)	3.425.899
	(1.763.805)	3.425.899	(1.725.691)	3.513.276
	5.110.994	15.159.478	24.521.165	43.985.720

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(em milhares de Reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS - LEGAL	RESERVAS DE LUCROS - RETENÇÃO DE LUCROS	RESERVAS DE LUCROS - LUCROS A REALIZAR	RESERVAS DE LUCROS - ESTATUTÁRIAS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL REFLEXO	LUCRO / PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORA	PATRIMÔNIO LÍQUIDO NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
Em 31 de dezembro de 2016	**31.305.331**	**13.867.170**	**171.295**	**713.802**	**386.375**	**1.747.208**	**33.261**	**–**	**(4.020.974)**	**44.203.468**	**(138.543)**	**44.064.925**
Alienação de Investimentos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	363.064	363.064
Absorção de prejuízos	–	–	–	–	–	(1.696.826)	–	1.696.826	–	–	–	–
Ajustes acumulados de conversão	–	–	–	–	–	–	–	–	2.445	2.445	–	2.445
Ajuste Beneficio pós-emprego	–	–	–	–	–	–	–	–	(193.024)	(193.024)	–	(193.024)
Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	–	–	–	–	–	–	–	–	92.299	92.299	–	92.299
IR/CS diferido sobre outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	–	–	–	(31.382)	(31.382)	–	(31.382)
Ajuste de Controladas / Coligadas	–	–	–	–	–	–	–	4.311	10.775	15.086	150.520	(165.606)
Resultado da aquisição de investidas								28.874	(43.801)	(14.927)		(14.927)
Instrumentos Financeiros - *Hedge*	–	–	–	–	–	–	–	–	6.250	6.250	–	6.250
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	(10.827)	10.827		–	–	–
Remuneração aos Acionistas não Reclamado - Prescrito	–	–	–	–	–	–	–	22.967	–	22.967	–	22.967
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	–	–	(1.763.805)	–	(1.763.805)	38.114	(1.725.691)
Em 31 de dezembro de 2017	**31.305.331**	**13.867.170**	**171.295**	**713.802**	**386.375**	**50.382**	**22.434**	**–**	**(4.177.412)**	**42.339.377**	**(413.155)**	**42.752.532**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(em milhares de Reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS - LEGAL	RESERVAS DE LUCROS - RETENÇÃO DE LUCROS	RESERVAS DE LUCROS - LUCROS A REALIZAR	RESERVAS DE LUCROS - ESTATUTÁRIAS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL REFLEXO	LUCRO / PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORA	PATRIMÔNIO LÍQUIDO NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
Em 31 de dezembro de 2015	**31.305.331**	**26.048.342**	**–**	**–**	**–**	**–**	**39.452**	**(12.181.172)**	**(3.119.939)**	**42.092.014**	**(352.792)**	**41.739.222**
Absorção de prejuízos	–	(12.181.172)	–	–	–	–	–	12.181.172	–	–	–	–
ORA relacionado a ativos mantidos para venda	–	–	–	–	–	–	–	–	(9.891)	(9.891)	–	(9.891)
Ajustes acumulados de conversão	–	–	–	–	–	–	–	–	(32.286)	(32.286)	–	(32.286)
Ajuste Beneficio pós-emprego	–	–	–	–	–	–	–	–	(178.854)	(178.854)	–	(178.854)
Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	–	–	–	–	–	–	–	–	138.520	138.520	–	138.520
IR/CS diferido sobre outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	–	–	–	(47.097)	(47.097)	–	(47.097)
Ajuste de Controladas / Coligadas	–	–	–	–	–	–	–	–	(783.110)	(783.110)	126.872	(656.238)
Instrumentos Financeiros - *Hedge*	–	–	–	–	–	–	–	–	11.683	11.683	–	11.683
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	(6.191)	10.442	–	4.251	–	4.251
Remuneração aos Acionistas não Reclamado - Prescrito	–	–	–	–	–	–	–	16.303	–	16.303	–	16.303
Lucro líquido do período	–	–	–	–	–	–	–	3.425.899	–	3.425.899	87.377	3.513.276
Constituição de reservas	–	–	171.295	713.803	386.375	1.747.209	–	(3.018.682)	–	–	–	
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	–	–	(433.962)	–	(433.962)	–	(433.962)
Em 31 de dezembro de 2016	**31.305.331**	**13.867.170**	**171.295**	**713.803**	**386.375**	**1.747.209**	**33.261**	**–**	**(4.020.974)**	**44.203.470**	**(138.543)**	**44.064.927**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	NOTA	CONTROLADORA 31/12/2017	CONTROLADORA 31/12/2016	CONSOLIDADO 31/12/2017	CONSOLIDADO 31/12/2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**(697.024)**	**3.452.678**	**(200.397)**	**12.024.095**
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:					
Depreciação e amortização		4.616	5.132	1.751.303	1.843.785
Variações monetárias líquidas		223.672	36.328	(156)	(398.672)
Variações cambiais líquidas		35.051	499.594	118.973	(137.562)
Encargos financeiros		(1.903.639)	(1.393.977)	4.657.657	5.525.207
Receita de ativo financeiro	39	–	–	(6.062.642)	(29.406.261)
Resultado da equivalência patrimonial	40	(7.431.318)	(20.464.607)	(2.692.171)	(3.114.047)
Provisão (reversão) para passivo a descoberto	43	6.170.792	12.155.108	–	–
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	43	10.582	17.290	530.951	351.673
Provisão (reversão) para contingências	43	2.934.954	4.418.406	4.398.398	5.992.745
Provisão (reversão) para redução ao valor recuperável de ativos	43	(1.852)	(1.852)	640.629	5.537.060
Provisão (reversão) contrato oneroso	43	–	–	(1.493.469)	2.194.498
Provisão (reversão) para perda com investimentos	43	(570.406)	(26.834)	(335.592)	1.479.088
Provisão (reversão) risco hidrológico – GSF	43	–	–	–	(451.340)
Provisão ANEEL – CCC	43	–	–	985.573	741.623
Taxa de fiscalização sobre recursos hídricos - TFRH	43	–	–	517.727	346.328
Encargos da reserva global de reversão		587.885	220.420	587.885	220.420
Ajuste a valor presente / valor de mercado		(26.217)	(57.664)	64.854	28.864
Participação minoritária no resultado		–	–	(74.994)	(132.389)
Encargos sobre recursos de acionistas		371.156	184.935	388.408	200.857
Instrumentos financeiros – derivativos		–	–	(201.589)	(218.714)
Outras		(58.455)	302.214	430.735	597.024
		346.821	(4.105.507)	4.212.479	(8.799.813)
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais					
Clientes		–	–	1.457.899	(583.469)
Títulos e valores mobiliários		(588.003)	(1.070.961)	(1.303.349)	1.108.738
Direito de ressarcimento	11	186.478	(700.581)	1.088.160	1.338.396
Almoxarifado		68	80	61.652	90.774
Estoque de combustível nuclear	12	–	–	(165.154)	(150.128)
Ativo financeiro – Concessões e Itaipu		21.120	1.036.633	21.120	1.036.633
Ativos mantidos para venda		–	–	(2.902.573)	217.572
Risco Hidrológico		–	–	137.550	226.779
Outros		39.269	20.551	(242.059)	215.588
		(341.068)	(714.278)	(1.846.754)	3.500.883
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais					
Fornecedores		(9.787)	4.363	(1.286.587)	(156.294)
Adiantamento de clientes	21	–	–	(54.437)	(61.195)
Arrendamento mercantil		–	–	(91.684)	(82.651)
Obrigações estimadas		1.083	(2.618)	127.036	80.116
Obrigações de ressarcimento	11	–	700.582	(582.573)	(888.864)
Encargos setoriais	27	–	–	164.149	104.859
Passivos associados a ativos mantidos para venda		–	(20.675)	2.455.657	(399.996)
Outros		351.623	(12.470)	752.298	71.559
		342.919	669.182	1.483.859	(1.332.466)
Pagamento de encargos financeiros		(1.174.960)	(2.056.052)	(3.705.501)	(3.766.612)
Pagamento de encargos da reserva global de reversão		(185.152)	(138.869)	(185.152)	(138.869)
Recebimento de receita anual permitida (ativo financeiro)		–	–	4.137.804	1.226.501
Recebimento de encargos financeiros		1.865.117	1.898.916	722.090	1.122.490
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(316.080)	(302.441)	(1.886.815)	(1.229.862)
Pagamento de refinanciamento de impostos e contribuições - principal		–	–	(162.582)	(132.879)
Recebimento de remuneração de investimentos em partipações societárias		972.039	372.836	1.038.498	694.003
Pagamento de previdência complementar		(28.158)	(37.381)	(477.166)	(229.766)
Pagamento de contingências judiciais	30	(596.014)	(509.488)	(726.265)	(739.361)
Depósitos judiciais		(306.848)	(221.924)	(18.528)	(626.298)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais		**(658.408)**	**(1.692.328)**	**2.385.569**	**1.572.046**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos e financiamentos obtidos		–	169.670	3.120.690	3.638.561
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal		(3.741.497)	(2.619.108)	(5.646.953)	(4.543.612)
Pagamento de remuneração aos acionistas		(369.905)	(1.792)	(381.436)	(5.790)
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		–	2.906.180	–	2.906.180
Recursos da reserva global de reversão para repasse		800.654	1.007.112	800.654	1.007.112
Outros		–	–	165.664	1.191
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financimento		**(3.310.748)**	**1.462.062**	**(1.941.381)**	**3.003.642**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Concessão de empréstimos e financiamentos		(1.887.102)	(2.594.270)	–	(242.154)
Recebimento de empréstimos e financiamentos		5.171.426	3.679.863	3.662.208	2.398.790
Aquisição de ativo imobilizado		(5.794)	(4.869)	(1.230.181)	(1.691.089)
Aquisição de ativo intangível		–	–	(70.317)	(79.076)
Aquisição de ativos de concessão		–	–	(1.691.177)	(1.910.773)
Aquisição/aporte de capital em participações societárias		(173.700)	(581.294)	(1.792.592)	(3.272.685)
Concessão de adiantamento para futuro aumento de capital		(63.279)	(950.590)	(110.124)	(622.688)
Alienação de investimentos em participações societárias		1.078.638	–	1.082.002	–
Fluxo de caixa liquido na aquisição de investidas		–	–	(67.645)	–
Outros		–	–	70.035	(54.131)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento		**4.120.189**	**(451.160)**	**(147.791)**	**(5.473.806)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		**151.033**	**(681.426)**	**296.397**	**(898.118)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	10.293	691.719	495.855	1.393.973
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	161.326	10.293	792.252	495.855
		151.033	**(681.426)**	**296.397**	**(898.118)**

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras ou Companhia) é uma companhia de capital aberto, com sede em Brasília - DF - Setor Comercial Norte, Quadra 6, Conjunto A, Bloco Asa Norte, registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e na *Securities and Exchange Commission* - SEC, com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (BOVESPA) - Brasil, Madri (LATIBEX) - Espanha e Nova York (NYSE) - Estados Unidos da América. A Companhia é uma sociedade de economia mista controlada pela União Federal. Tem como objeto social realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas geradoras, de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades. Tem como objeto, também, conceder financiamentos, prestar garantias, no País e no exterior, a empresas do serviço público de energia elétrica e que estejam sob seu controle acionário e em favor de entidades técnico-científicas de pesquisa; promover e apoiar a pesquisa de interesse do setor de energia elétrica, em especial ligadas às atividades de geração, transmissão e distribuição, bem como realizar estudos de aproveitamento de bacias hidrográficas para fins múltiplos; contribuir na formação do pessoal técnico necessário ao setor elétrico brasileiro, bem como na preparação de operários qualificados, mediante cursos especializados, podendo, também, conceder auxílio aos estabelecimentos de ensino do País ou bolsas de estudo no exterior e firmar convênios com entidades que colaborem na formação de pessoal técnico especializado; colaborar, técnica e administrativamente, com as empresas das quais participa acionariamente e com o Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia exerce a função de *holding*, gerindo investimentos em participações societárias, detendo o controle acionário direto em dez empresas de geração e/ou transmissão de energia elétrica, abaixo relacionadas:

- Furnas Centrais Elétricas S.A. - FURNAS;
- Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE;
- Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF;
- ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.;
- Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR;
- Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE;
- Eólica Hermenegildo I S.A. - Hermenegildo I;
- Eólica Hermenegildo II S.A. - Hermenegildo II;
- Eólica Hermenegildo III S.A. - Hermenegildo III;e
- Santa Vitória do Palmar Holding S.A. - Santa Vitória do Palmar.

Além do controle de empresas de geração e/ou transmissão de energia elétrica, acima listadas, a Companhia detém o controle acionário direto de seis empresas distribuidoras de energia elétrica:

- Boa Vista Energia S.A. - Boa Vista (*);
- Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre (*);
- Centrais Elétricas de Rondônia - Ceron (*);
- Companhia Energética de Alagoas - Ceal;
- Companhia Energética do Piauí - Cepisa (*); e
- Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - Amazonas Distribuidora.

(*) Distribuidoras classificadas como Ativo Mantido para Venda vide nota 44.

Em 1º de julho de 2015, a controlada Amazonas Energia iniciou o processo de desverticalização, no qual as atividades de geração e transmissão de energia elétrica ora exercida pela Amazonas Distribuidora foram segregadas de sua atividade de distribuição. Dessa forma, constitui-se uma nova empresa no âmbito do Sistema Eletrobras, com o nome de Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. ("Amazonas GT"). Em 27 de fevereiro de 2018, a ANEEL anuiu o processo desverticalização aqui apresentado através da resolução autorizativa nº 6.883.

Em 22 de julho de 2016, a 165ª Assembleia Geral Extraordinária deliberou a não prorrogação das concessões das controladas distribuidoras de energia do grupo Eletrobras. Na referida Assembleia Geral Extraordinária foi deliberada a transferência do controle acionário, até 31 de dezembro de 2017, das distribuidoras de energia da Eletrobras, desde que, até a transferência da distribuidora para o novo controlador, a distribuidora receba diretamente, da União Federal ou através de tarifa, todos os recursos e remuneração necessários para operar, manter e fazer investimentos que forem relacionados aos serviços públicos da respectiva distribuidora. Em 28 de dezembro de 2017, a 169ª Assembleia Geral Extraordinária aprovou a prorrogação do prazo de assinatura do contrato de transferência do controle acionário das distribuidoras do grupo Eletrobras até 31 de julho de 2018. (Vide Nota 2)

Em 14 fevereiro de 2017, foi alienada a totalidade da participação societária da Eletrobras na Companhia Celg Distribuição - CELG-D para a ENEL BRASIL S/A.

Em 29 de setembro de 2017, o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou o início do processo de reestruturação societária entre as controladas Eletrosul e a CGTEE, visando obtenção de sinergia operacional, tributária, econômico-financeira e societária. Até a presente data este processo não foi finalizado.

A Companhia ainda detém o controle acionário da Eletrobras Participações S.A. - Eletropar. Adicionalmente, detém participação acionária da Itaipu Binacional - Itaipu (em regime de controle conjunto nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai), da Inambari Geração de Energia S.A. e da Rouar S.A. (em regime de controle conjunto com a estatal uruguaia *Usinas y Transmissiones Elétricas de Uruguay* - UTE).

A Companhia é controladora indireta ou participa de forma minoritária direta ou indiretamente em diversas outras sociedades nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica (vide Nota 15).

A Companhia é autorizada, diretamente ou por meio de suas subsidiárias ou controladas, a associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão ou distribuição de energia elétrica.

A Companhia era responsável pela gestão de recursos setoriais da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC e da Reserva Global de Reversão - RGR. Em conformidade com a Lei nº 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto nº 9.022/2017, e com o Despacho da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 1.079, de 18 de abril de 2017, a responsabilidade pelo orçamento, gestão e movimentação desses Fundos Setoriais foi transferida para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, desde 1º de maio de 2017.

A Companhia atua, também, como agente de comercialização de energia elétrica da Itaipu Binacional e dos agentes participantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.
A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 26 de março de 2018.

NOTA 2 - CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Eletrobras, por meio das suas empresas controladas e parceiros, possui 48,134 GW* de capacidade instalada em empreendimentos de geração, 71,684 mil km* de linhas de transmissão e seis distribuidoras de energia que atendem cerca de 4,4 milhões* de consumidores.

A Companhia, por intermédio de empresas controladas, detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimento estão listados a seguir:

I - Concessões em Regime de O&M - renovadas - Lei nº 12.783/13

• Geração de Energia Elétrica

Concessões em Regime de O&M - GERAÇÃO

Concessões/Permissões	Localização	Capacidade Instalada (MW) (*)	Vencimento
UHE Paulo Afonso I	BA	180	31/12/2042
UHE Paulo Afonso II	BA	443	31/12/2042
UHE Paulo Afonso III	BA	794	31/12/2042
UHE Paulo Afonso IV	BA	2.462	31/12/2042
UHE Apolônio Sales	BA	400	31/12/2042
UHE Luiz Gonzaga (Itaparica)	BA	1.480	31/12/2042
UHE Xingó	SE	3.162	31/12/2042
UHE Furnas	MG	1.216	07/07/2045
UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho	SP / MG	1.050	07/07/2045
UHE Marimbondo	SP / MG	1.440	07/03/2047
UHE Porto Colômbia	SP / MG	320	16/03/2047
UHE Funil	MG	216	07/07/2045
UHE Corumbá I	GO	375	31/12/2044
UHE Serra da Mesa	GO	1.275	12/11/2039
UHE Funil	BA	30	31/12/2042
UHE Pedra	BA	20	31/12/2042
UHE Boa Esperança	PI	237	31/12/2042
UHE Coaracy Nunes	AP	78	31/12/2042

(*) Não examinado pelos auditores independentes.

• Transmissão de Energia Elétrica

Concessões em Regime de O&M - TRANSMISSÃO

Nome	Contrato	Titular	Prazo (anos)	Vencimento
Sistema de Transmissão Nordeste - STN	057/2001	Eletrosul	30	31/12/2042
	058/2001	Eletronorte	30	31/12/2042
	061/2001	Chesf	30	31/12/2042
	062/2001	Furnas	30	31/12/2042

II - Principais Concessões em Regime de Exploração

• Geração de Energia Elétrica e Autorização

Concessões em Regime de Exploração GERAÇÃO

Concessões/Permissões	Localização	Capacidade Instalada (MW) (*)	Ano de Vencimento
UHE Sobradinho	BA	1050	2022
UTE Camaçari (7)	BA	347	2027
UHE Belo Monte (12)	PA	11233	2045
UHE Tucuruí	PA	8535	2024
UHE Samuel	RO	217	2029
UTE Rio Madeira	RO	119	2018
UTE Santana	AP	178	2024
UTE Santarém	PA	19	2044
UTE Electron (7)	AM	121	2020
UHE Dardanelos	MT	261	2042
UTE Mauá	PR	178	2042
UHE Jirau (1)	RO	3750	2043
UTE Presidente Médici - Candiota I e II (2)	RS	446	2015
UTE Candiota III	RS	350	2041
UTE Tabatinga (13)	AM	316	2016
UTE Belem de Simões (13)	AM	316	2016
UHE Balbina	AM	250	2027
UHE Aparecida	AM	283	2020
UTE Mauá (5)	AM	260	2020
UTE Santa Cruz (6)	RJ	500	2015
UHE Mascarenhas de Moraes	MG	476	2023
UHE Itumbiara	MG / GO	2082	2020
UHE Manso	MT	210	2035
UHE Simplício/Anta	RJ / MG	334	2041
UHE Peixe Angical	TO	499	2036
UHE Baguari (11)	MG	140	2041
UHE Foz do Chapecó	Uruguai	855	2036
UTN Angra I	RJ	640	2024
UTN Angra II	RJ	1350	2041
UTN Angra III	RJ	1405	40 anos
UHE Araras (7)	CE	4	2015
UHE Curemas	PB	4	2024
EOL São Pedro do Lago	BA	30	2046
EOL Pedra Branca	BA	30	2046
EOL Sete Gameleiras	BA	30	2046
EOL Caiçara I	RN	27	2047
EOL Junco I	RN	24	2047
EOL Junco II	RN	24	2047
EOL Caiçara II	RN	18	2047
EOL Casa Nova I	BA	180	2043
EOL Casa Nova II	BA	28	2049
EOL Casa Nova III	BA	24	2049
EOL Baraúnas I	BA	33	2049
EOL Morro Branco I	BA	33	2049
EOL Mussambê	BA	33	2049
EOL Santa Joana XI	PI	30	2049
EOL Santa Joana XVI	PI	29	2049
EOL Santa Joana X	PI	30	2049
EOL Santa Joana XIII	PI	30	2049

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Concessões em Regime de Exploração GERAÇÃO

Concessões/Permissões	Localização	Capacidade Instalada (MW) (*)	Ano de Vencimento
EOL Santa Joana XII	PI	29	2049
EOL Santa Joana XV	PI	29	2049
EOL Santa Joana IX	PI	30	2049
EOL Acauã Energia	BA	6	2049
EOL Arapapá Energia	BA	4	2049
EOL Angical 2	BA	10	2049
EOL Teiú 2	BA	8	2049
EOL Caititú 2	BA	10	2049
EOL Carcará	BA	10	2049
EOL Corrupião 3	BA	10	2049
EOL Caititú 3	BA	10	2049
EOL Papagaio	BA	10	2049
EOL Coqueirinho 2	BA	16	2049
EOL Santa Joana IV	PI	27	2049
EOL Serra das Vacas I	PE	24	2049
EOL Santa Joana V	PI	29	2049
EOL Serra das Vacas II	PE	22	2049
EOL Serra das Vacas III	PE	22	2049
EOL Serra das Vacas IV	PE	22	2049
EOL Santa Joana III	PI	30	2049
EOL Santa Joana I	PI	29	2049
EOL Santo Augusto IV	PI	29	2049
EOL Santa Joana VII	PI	29	2049
EOL Tamanduá Mirim 2	BA	16	2049
EOL Banda de Couro	BA	33	2049
EOL Baraúnas II	BA	26	2049
UHE Curuá-Una	PA	30	2028
UTE Rio Acre	AC	45	2025
UTE Rio Branco I	AC	19	2020
UTE Rio Branco II	AC	33	2020
UTE Senador Arnon Afonso Farias	RR	86	2024
UTE Serra do Navio	SE	23	2037
EOL Miassaba 3	RN	68	2045
EOL Rei dos Ventos 3	RN	60	2045
UHE Passo São João	RS	77	2041
UHE São Domingos	MS	48	2037
PCH Barra do Rio Chapéu	SC	16	2034
PCH João Borges	SC	19	2035
PCH Coxilha Rica (4)	SC	18	2042
PCH Santo Cristo (3)	SC	20	2042
EOL Capão do Inglês	RS	10	2049
EOL Coxilha Seca	RS	30	2049
EOL Galpões	RS	8	2049
EOL Chuí I	RS	24	2047
EOL Chuí II	RS	22	2047
EOL Chuí IV	RS	22	2047
EOL Chuí V	RS	30	2047
EOL Chuí VI	RS	22	2047
EOL Chuí VII	RS	24	2047
EOL Chuí 09	RS	18	2049
EOL Cerro Chato IV (10)	RS	10	2047
EOL Cerro Chato V (10)	RS	12	2047
EOL Cerro Chato VI (10)	RS	24	2047
EOL Cerro dos trindades (10)	RS	8	2047
EOL Ibirapuitã	RS	25	2047
EOL Verace 24	RS	20	2049
EOL Verace 25	RS	7	2049
EOL Verace 26	RS	14	2049
EOL Verace 27	RS	16	2049
EOL Verace 28	RS	13	2049
EOL Verace 29	RS	18	2049
EOL Verace 30	RS	18	2049
EOL Verace 31	RS	9	2049
EOL Verace 34	RS	14	2049
EOL Verace 35	RS	13	2049
EOL Verace 36	RS	22	2049
EOL Geribatu I	RS	20	2047
EOL Geribatu II	RS	20	2047
EOL Geribatu III	RS	26	2047
EOL Geribatu IV	RS	30	2047
EOL Geribatu V	RS	30	2047
EOL Geribatu VI	RS	18	2047
EOL Geribatu VII	RS	30	2047
EOL Geribatu VIII	RS	26	2047
EOL Geribatu IX	RS	30	2047
EOL Geribatu X	RS	28	2047
Megawatt Solar	SC	1	–
EOL Cerro Chato I	RS	30	2045
EOL Cerro Chato II	RS	30	2045
EOL Cerro Chato III	RS	30	2045
UTE São Jerônimo (7)	RS	20	2015
UTE Nutepa (7)	RS	24	2015
UTE Cidade Nova (7)	AM	30	2015
UTE Iranduba	AM	50	2020
UTE Distrito (7)	AM	125	2015
UTE São José	AM	50	2017
UTE Flores	AM	95	2017
UTE Roberto Silveira	RJ	30	2027
UHE Batalha	MG / GO	53	2041
UHE Retiro Baixo	MG	82	2041
Três Irmãos	Tietê	808	2044
Serra do Facão	GO	213	2036

Concessões em Regime de Exploração GERAÇÃO

Concessões/Permissões	Localização	Capacidade Instalada (MW) (*)	Ano de Vencimento
EOL Rei dos Ventos 1	RN	58	2045
EOL Famosa I	RN	23	2047
EOL Pau Brasil	CE	15	2047
EOL Rosada	RN	30	2048
EOL São Paulo	CE	18	2047
EOL Bom Jesus	CE	18	2049
EOL Cachoeira	CE	12	2049
EOL Pitimbu	CE	18	2049
EOL Jandaia	CE	29	2047
EOL Jandaia I	CE	19	2047
EOL São Caetano	CE	25	2049
EOL São Caetano I	CE	18	2049
EOL São Clemente	CE	19	2047
EOL São Galvão	CE	18	2049
EOL Carnaúba I	RN	22	2049
EOL Carnaúba II	RN	18	2049
EOL Carnaúba III	RN	16	2049
EOL Carnaúba V	RN	24	2049
EOL Cervantes I	RN	16	2049
EOL Cervantes II	RN	12	2049
EOL Punaú I	RN	24	2049
EOL Arara Azul	RN	28	2049
EOL Bentevi	RN	15	2049
EOL Ouro Verde I	RN	28	2049
EOL Ouro Verde II	RN	30	2049
EOL Ouro Verde III	RN	25	2049
EOL Santa Rosa	CE	20	2049
EOL Uirapuru	CE	28	2049
EOL Ventos de Angelim	CE	24	2049
EOL Serra do Mel I	RN	28	2049
EOL Serra do Mel II	RN	28	2049
EOL Serra do Mel III	RN	28	2049
EOL Itaguaçu da Bahia	BA	28	2049
EOL Ventos de Santa Luiza	BA	28	2049
EOL Ventos de Santa Madalena	BA	28	2049
EOL Ventos de Santa Marcella	BA	28	2049
EOL Ventos de Santa Vera	BA	28	2049
UHE Santo Antônio (11)	BA	28	2049
UHE Santo Antônio Mesa (8)	BA	3568	2043
EOL Ventos de Santo Antônio	BA	28	2049
EOL Ventos de São Bento	BA	28	2049
EOL Ventos de São Cirilo	BA	28	2049
EOL Ventos de São João	BA	28	2049
EOL Ventos de São Rafael	BA	28	2049
EOL São Januário	CE	19	2047
EOL Nsa Sra de Fátima	CE	29	2047
UHE Sinop	MT	408	2049
UHE São Manoel	PA	700	2049
EOL Brasventos Eolo	RN	58	2045
UHE Teles Pires (9)	MT	1820	2046
UTE Araguaia	MT	23	2019

(1) Em 22 de novembro de 2016, houve a liberação das últimas Unidades Geradoras. Em 16 de dezembro de 2016, foi inaugurada a UHE Jirau com capacidade total instalada.

(2) Os contratos de venda de energia vinculados a Usina Presidente Médici finalizaram em 31 de dezembro de 2016. A CGTEE procedeu o desligamento da Fase B da Usina supracitada a partir de 01/03/17. A Fase A deverá ser desativada em dezembro de 2017.

(3) Em fase de licença de Instalação, início da operação 22 meses após emissão da Licença de Instalação.

(4) Início de construção e operação indefinido em função de parecer negativo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

(5) Os Blocos 1 e 2 encontram-se desativados.

(6) Usina ainda não prorrogada.

(7) Usina encontra-se desativada.

(8) Em 31/12/2016 havia 44 geradoras em operação comercial de um total de 50 usinas.

(9) Foi concluída, em Agosto/2016, a implantação da UHE Teles Pires, em regime de SPE, com a entrada em operação comercial das últimas três unidades geradoras, totalizando 1.819,80 MW (*) de potência instalada.

(10) A suspensão da operação dos parques eólicos está em discussão judicial, em virtude de sinistro ocorrido em 12/2014.

(11) Empreendimentos ainda em implantação.

(12) Usina em operação parcial.

(13) Portaria nº 25, de 11 de fevereiro de 2016, do Ministério de Minas e Energia, autorizando a locação para atendimento de localidades dos sistemas isolados atendidos pela Amazonas D.

(*) SPE/Consórcio. Os valores expressos na tabela referem-se a capacidade instalada total dos empreendimentos, não representa a participação da companhia em tais empreendimentos.

(**) Não examinado pelos auditores independentes.

(***) Licença de operação concedida por 40 anos após entrada em operação.

O contrato de concessão nº 067/2000, das UTE's Presidente Médici (Fases A e B), São Jerônimo e Nutepa da controlada CGTEE se encerrou em 07 de julho de 2015.

Conforme estabelecido no contrato de concessão e na legislação atinente ao assunto, a controlada CGTEE formalizou, no tempo devido, o interesse na renovação da concessão das usinas.

Até o presente momento não há posição final do Poder Concedente sobre a manifestação da controlada, e, portanto, até que o processo esteja encerrado, a controlada CGTEE permanece explorando estas unidades nas bases atuais da referida concessão. O Poder Concedente não manifestou estimativa de prazo para conclusão do processo.

A decisão sobre a renovação da concessão deverá ser objeto de análise pela Controlada CGTEE, após apresentação da posição do Poder Concedente.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

III - Transmissão de Energia Elétrica

Concessões em Regime de Exploração - TRANSMISSÃO

Contrato	Nome	%	Km	SE	Localidade	Prazo (anos)	Vencimento
002/2006	INTESA - Integração Transmissora de Energia S.A.	12%	695	–	TO, GO	30	2036
004/2010	TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A .	49%	156	–	MA /CE	30	2040
005/2004	STN - Sistema de Transmissão Nordeste	49%	546	–	PI, CE	30	2034
005/2007	LT Funil - Itapebi, C3	100%	223	–	BA	30	2037
005/2008	LT Jardim - Penedo - 230 kv , C1	100%	110	–	SE, AL	30	2038
005/2012	LT Jardim - Nossa Senhora do Socorro - 230 Kv; LT Messias - Maceió II - 230 kV; SE Nossa Senhora do Socorro 230/69 kV; SE Maceió II,	100%	21	–	SE/AL/BA	30	2042
006/2004	SE Elev. Usina de Curemas; SE Elev . Usina Term. Camaçari; SE Elev. Usina de Sobradinho	100%	–	1	PB/BA	30	2027
006/2009	LT Pirapama II - Suape II - 230 kv , C1, C2; LT Suape III - Suape II - 230 kv , C1, C2; SE Suape II - 500/230 kV (600 MVA), SE Suape III - 230/69 kV	100%	49	–	PE	30	2039
007/2005	LT Milagres - Tauá - 230 kv , C1; SE Tauá II - 230 kV	100%	208	1	CE	30	2035
007/2010	SE Camaçari IV - 500/230 kV	100%	–	1	BA	30	2040
008/2005	LT Milagres - Coremas - 230 kv , C2	100%	120	–	CE, PB	30	2035
008/2011	Extremoz Transmissora do Nordeste –	100%	285	–	RN/PB	30	2041
009/2011	LT Morro do Chapéu II - Irecê - 230 kV; SE Morro do Chapéu II 230 kV	100%	64	1	BA	30	2041
010/2007	LT Ibicoara - Brumado - 230 kv , C1	100%	95	–	BA	30	2037
010/2008	Manaus Transmissora de Energia S.A .	20%	559	–	PA, AM	30	2038
010/2011	LT Paraíso - Lagoa Nova II - 230 kV; SE Lagoa Nova II 230 kV; SE Ibiapina II 230 kV	100%	65	2	RN/CE	30	2041
012/2007	LT Paraíso - Açu II - 230 kv , C2; LT Picos - Tauá II - 230 kv , C1	100%	316	–	PI, CE, RN	30	2037
013/2010	SE Arapiraca III - 230/69 kv	100%	–	1	AL	30	2040
014/2008	LT 230 kV Eunápolis - Teixeira de Freitas II, C1; SE Teixeira de Freitas II - 230/138 kv	100%	145	1	BA	30	2038
014/2010	SE Pólo 230/69 kV	100%	–	1	BA	30	2040
015/2009	Interligação Elétrica do Madeira S.A .	25%	2375	–	RO, SP	30	2039
015/2012	LT Camaçari IV - Pirajá - 230 kV; LT Pituaçu - Pirajá - 230 kV; SE Pirajá 230/69 KV	100%	50	1	BA	30	2042
017/2009	LT Paulo Afonso III - Zebu II - 230 kv, C1, C2; LT Pau Ferro - Santa Rita II - 230kV; SE Santa Rita II - 230/69kV; SE Zebu - 230/69kV; SE Natal III –	100%	108	3	PE, PB, AL, RN	30	2039
017/2011	LT Teresina II - Teresina III - 230 kV; SE Teresina III em 230/69 kV	100%	46	1	PI	30	2041
017/2012	SE Mirueira II 230/69 Kv; SE Jaboatão II 230/69 kV	100%	–	2	PE	30	2042
018/2009	LT Eunápolis - Teixeira de Freitas II - 230 kV , C2	100%	152	–	BA	30	2039
018/2011	LT Recife II - Suape II - 500 kV - C2	100%	44	–	PE	30	2041
018/2012	LT Mossoró II - Mossoró IV - 230 kV; LT Ceará-Mirim II - Touros II - 230 kV; LT Russas II - Banabuiu C2- 230 kV; SE Touros II, 230 kV; SE Mossoró IV , 230 kV.	100%	210	2	RN	30	2042
019/2010	LT C. Mirim II - João Camara II - 230 kv, C1; LT Extremoz II - C. Mirim - 230 kv , C1; LT Paraíso - Açu II - 230 kV , C3; LT Paraiso - Açu II - 230 kV , C3; LT Açu II - Mossoró II - 230 kV , C2; SE Extremoz II - 230 kv; SE João Câmara - 230 kv	100%	299	2	RN	30	2040
019/2011	LT Camaçari IV - Sapeaçu - 500 kV; LT Sapeaçu - Sto. Antonio de Jesus - 230 kV	100%	136	–	RN	30	2041
225/2014	LT Casa Nova II - Sobradinho - C1	100%	67	–	BA	35	2049
019/2012	LT Igaporã II - Igaporã III - 230 KV, C1, C2; LT Igaporã III - Pindaí II - 230 kV; SE Igaporã III 500/230 KV; SE Pindaí II 230 KV	100%	60	2	BA	30	2042
020/2010	LT Bom Jesus da Lapa II - Igaporã II - 230 kv; SE Igaporã - 230 kv	100%	115	1	BA	30	2040
021/2010	LT Sobral III - Acaraú II, - 230 kV; SE Acaraú II - 230 kv	100%	91	1	CE	30	2040
022/2011	Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49%	666	–	AL/PE/PB	30	2041
061/2001	Diversos Empreendimentos	100%	18912	–	PE, CE, SE, BA , AL, PI, MA, PB, RN	30	2042
034/2001	Expansão da Interligação Sul - Sudeste	100%	664	–	PR/ SP	30	2031
001/2009	LT 230 kv - SE Ribeiro Gonçalves / SE Balsas	100%	–	–	PI / MA	30	2039
007/2008	LT 230 kv - SE São Luis II / São Luis III	100%	–	–	MA	30	2038
057/2001	Diversos Empreendimentos	100%	9457	–	–	30	2042
005/2009	SE Missões - 230/69 kV (150 MVA)	100%	150	1	–	30	2039
008/2014	SE 230/138 kV Ivinhema 2, 2 x 150 MVA	100%	300	7	–	30	2044
012/2010	LT Monte Claro - Garibaldi	100%	33	–	RS	30	2040
004/2008	LT P. Médici - Santa Cruz 1 230kV	100%	237	–	RS	30	2038
009/2010	LT 500 kv - LT Jorge Texeira / Lechuga, Circuito Duplo	100%	–	–	AM	30	2040
002/2009	LT 500 kv - LT Presidente Dutra-São Luis II /SE Miranda II	100%	–	–	MA	30	2039
010/2005	LT Campos Novos - Blumenau C2	100%	358	–	SC	30	2035
005/2006	LT Campos Novos - Pólo 525kV	100%	929	–	SC, RS	30	2036
004/2004	LT Salto Santiago - Ivaiporã - Cascavel Oeste	100%	372	–	PR	30	2034
003/2009	LT Bom Despacho 3 - Ouro Preto 2	100%	180	1	MG	30	2039
006/2005	LT Macaé - Campos 3	100%	90	–	RJ	30	2035
006/2010	LT Mascarenhas - Linhares; SE Linhares	100%	99	1	ES	30	2040
007/2006	LT Tijuco Preto - Itapeti - Nordeste	100%	100	–	SP	30	2036
004/2005	Centroeste Minas	49%	63	–	MG	30	2035
002/2010	Goiás Transmissão	49%	259	1	GO	30	2040
013/2009	IE Madeira	25%	2375	–	RO	30	2039
028/2009	Transenergia Goiás	99%	180	–	GO	30	2039
009/2009	Transenergia Renovável	49%	763	5	MS/GO	30	2039
024/2009	Transenergia São Paulo	49%	–	1	SP	30	2039
012/2005	Transirapé	25%	65	2	MG	30	2035
005/2005	Transudeste	25%	140	–	MG	30	2035
003/2011	Caldas Novas Transmissão S.A.	50%	–	1	GO	30	2041

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Concessões em Regime de Exploração - TRANSMISSÃO

Contrato	Nome	%	Km	SE	Localidade	Prazo (anos)	Vencimento
010/2012	Luziana - Niquelândia Transmissora S.A.	49%	–	2	GO	30	2042
007/2013	Paranaíba Transmissora	25%	967	–	BA/MG/GO	30	2043
004/2013	Triângulo Mineiro	49%	297	–	SP/MG	30	2043
014/2013	Vale do S. Bartolomeu	39%	95	1	DF	30	2043
001/2014	Mata de Sta. Genebra Transmissora	50%	847	3	SP/PR	30	2044
003/2014	Lago Azul	50%	69	–	GO	30	2044
014/2014	Belo Monte	25%	2093	4	PA/TO/GO/MT	30	2044
014/2011	LT Xavantes-Pirineus	100%	90	–	GO	30	2041
011/2010	SE Ijuí 2 SE Nova Petrópolis 2 SE Lajeado Grande SE Caxias 6	100%	729	1	RS	30	2040
002/2011	SE Foz do Chapecó	100%	231	1	SC	30	2041
016/2012	SE Zona Oeste	100%	–	1	RJ	30	2012
082/2002	SPE Etau	27%	188	–	SC/RS	30	2032
002/2005	SPE Uirapuru	75%	120	–	PR	30	2035
016/2009	SPE Norte Brasil	49%	2375	–	RO/SP	30	2039
001/2012	Costa Oeste Transmissora de Energia	49%	152	–	PR	30	2042
008/2012	Marumbi Transmissora de Energia S.A.	20%	29	–	PR	30	2042
007/2014	Fronteira Oeste	51%	273	–	–	30	2044
004/2012	TSBE - Transmissora Sul Brasileira de Energia S/A	80%	788	–	RS	30	2042
020/2012	TSBE - Transmissora Sul Litorânea de Energia S/A	51%	468	–	RS	30	2042
058/2001	Transmissão Rede Básica	100%	–	–	PA/MA/PI/TO/MT	30	2042
013/2011	SE Nobres 230/138 kv	100%	–	–	MG	30	2041
012/2011	SE Miramar 230/69 kv	100%	–	–	Amazonas e Roraima	30	2041
004/2011	SE Lucas do Rio Verde 230/138 kv	100%	–	–	Mato Grosso	30	2031
014/2012	LT Lechuga - Jorge Teixeira, C3, 230 kv, 3x150 MVA	100%	–	–	Amazonas	30	2043
015/2009	Estação Retificadora nº 01 CA/CC, 800/+-600kv 310MW Estação Inversora nº 01 CC/CA +-600/500 kv -2950 MW	100%	–	–	RO/SP	30	2039
009/2014	LT 230 kv Rio Branco 1 - Feijó/ LT 230kv Feijó - Cruzeiro do Sul	100%	–	–	AC	30	2034
008/2004	Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia	49%	193	–	MT	30	2034
003/2008	Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	50%	402	–	MT	30	2038
002/2006	Integração Transmissora de Energia	37%	695	–	TO/GO	30	2036
023/2009	Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	49%	348	–	MT	30	2039
010/2008	LT Oriximiná - Silves - Lechuga (AM), em 500 Kv; SE Silves (ex-Itacoatiara) 500/138 kV	20%	559	–	PA/AM	30	2038
022/2009	Norte Brasil Transmissora de Energia	–	2375	–	RO/SP	30	2039
021/2009	Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	100%	987	–	RO/MT	30	2039
014/2014	Rio Branco Transmissora de Energia	25%	2093	–	PA/TO/GO/MG	30	2044
003/2012	Transnorte Energia S.A	49%	715	–	AM/RR	30	2032
554/2010	Interconexão Brasil-Uruguai	100%	63	–	–	30	2040
023/2014	1 Conversora de Frequência e Linhas de Transmissão de 132 kv	100%	13	–	–	30	2044
002/2015	Paraíso - Paraíso Transmissora de Energia S.A	100%	283	–	PR	30	2045
001/2015	LT Gravataí - subterrânea LT Porto Alegre	100%	1802	–	RS	30	2045
062/2001	Diversos Empreendimentos	100%	19063	62	RJ/SP/PR/MG/GO/ TO/DF/ES/MT	30	2043
008/2010	MGE Transmissão	49%	258	1	MG/ES	30	2040
Energia Olímpica	Energia Olímpica	50%	95	1	Regime Especial		Regime Especial
010/2008	Manaus Transmissora de Energia S.A.	30%	586	–	AM	30	2038
009/2004	Transleste	24%	138	–	MG	30	2034

• Distribuição de Energia

Em 28 de dezembro de 2017 a 169ª Assembleia Geral Extraordinária aprovou a prorrogação do prazo para assinatura do contrato de transferência do controle acionário detido pela Eletrobras, anteriormente definido na 165ª AGE em 22 de julho de 2016 até 31 de dezembro de 2017, nas referidas distribuidoras desde que ocorra até 31 de julho de 2018, sob pena de manutenção da decisão da 165ª Assembleia Geral Extraordinária que determinou o encerramento dos serviços temporários de distribuição, bem como a liquidação das referidas distribuidoras, o que também deverá ocorrer caso não seja garantido pela ANEEL e/ou pelo Poder Concedente, o direito à prestação de serviços de distribuição, de forma temporária, até a efetiva transferência do controle acionário, mediante remuneração adequada.

Os acionistas da Companhia avaliaram a modelagem de privatização proposta pelas Resoluções acima citadas, de acordo com suas condições financeiras e orçamentárias, e em 8 de fevereiro de 2018, por meio da realização da 170ª Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram os seguintes tópicos:

- Venda da integralidade das ações da Eletroacre, menos uma ação ordinária, de titularidade da Eletrobras, em leilão de desestatização pelo preço de R$ 50 (cinquenta mil reais), associada à outorga de nova concessão pelo Poder Concedente, incluindo a assunção de dívidas da Eletroacre e/ou conversão de dívidas em aumento de capital, pela Eletrobras, no valor de até R$ 113.779 (cento e treze milhões, setecentos e setenta e nove mil) prazo de até 31 de julho de 2018 conforme estabelecido pela 169ª AGE.
- Assunção pela Eletrobras de direitos da Eletroacre, referentes à conta de Consumo de Combustíveis - CCC e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da distribuidora na data base dos estudos considerando os ajustes até 30 de junho de 2017 no valor de até R$ 296.167 (duzentos e noventa e seis milhões, cento e sessenta e sete mil), devendo a Eletrobras assumir, em contrapartida, obrigações em valores equivalentes, conforme estabelecido na Resolução do Conselho de Parceria de Investimentos - CPPI número 20 com as alterações das Resoluções números 28 e 29.
- Venda da integralidade das ações da Ceron, menos uma ação ordinária, de titularidade da Eletrobras, em leilão de desestatização pelo preço de R$ 50 (cinquenta mil reais) à outorga de nova concessão pelo Poder Concedente, incluindo a assunção de dívidas da Ceron e/ou conversão de dívidas em aumento de capital, pela Eletrobras, no valor de até R$ 1.872.522 (um bilhão, oitocentos e setenta e dois milhões, quinhentos e vinte e dois mil) no prazo de até 31 de julho de 2018 conforme estabelecido pela 169ª AGE.
- Assunção pela Eletrobras de direitos da Ceron, referentes à conta de Consumo de Combustíveis - CCC e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da distribuidora na data base dos estudos considerando os ajustes até 30 de junho de 2017 no valor de até R$ 3.847.293 (três bilhões, oitocentos e quarenta e sete milhões, duzentos e noventa e três mil) devendo a Eletrobras assumir, em contrapartida, obrigações em valores equivalentes, conforme estabelecido na Resolução do Conselho de Parceria de Investimentos - CPPI número 20 com as alterações das Resoluções números 28 e 29.
- Venda da integralidade das ações da Boa Vista Energia, menos uma ação ordinária, de titularidade da Eletrobras, em leilão de desestatização pelo preço de R$ 50 (cinquenta mil reais) associada à outorga de nova concessão pelo Poder Concedente, incluindo a assunção de dívidas da Ceron e/ou conversão de dívidas em aumento de capital, pela Eletrobras, no valor de até R$ 342.120 (trezentos e quarenta milhões, cento e vinte mil) no prazo de até 31 de julho de 2018 conforme estabelecido pela 169ª AGE.
- Assunção pela Eletrobras de direitos da Boa Vista Energia, referentes à conta de Consumo de Combustíveis - CCC e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da distribuidora na data base dos estudos considerando os ajustes até 30 de junho de 2017 no valor de até R$ 278.360 (duzentos e setenta e oito milhões, trezentos e sessenta mil), devendo a Eletrobras assumir, em contrapartida, obrigações em valores equivalentes, conforme estabelecido na Resolução do Conselho de Parceria de Investimentos - CPPI número 20 com as alterações das Resoluções números 28 e 29.
- Venda da integralidade das ações da Amazonas Energia, menos uma ação ordinária, de titularidade da Eletrobras, em leilão de desestatização pelo preço de R$ 50 (cinquenta mil reais) associada à outorga de nova concessão pelo Poder Concedente, incluindo a assunção de dívidas da Amazonas Energia e/ou conversão de dívidas em aumento de capital, pela Eletrobras, no valor de até R$ 8.911.866 (oito bilhões, novecentos e onze milhões, oitocentos e sessenta mil) no prazo de até 31 de julho de 2018 conforme estabelecido pela 169ª AGE. A Amazonas Energia deverá atender as condições de realizar a desverticalização completa da Amazonas Geração e Transmissão S.A. - Amazonas GT até 02 de março de 2018 e que a mesma transfira a integralidade das ações emitidas pela Amazonas GT para Eletrobras e/ou terceiros, visando à quitação parcial de suas dívidas e cujo valor será deduzido do montante de ajuste mencionando acima.
- Assunção pela Eletrobras de direitos da Amazonas Energia, referentes à conta de Consumo de Combustíveis - CCC e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da distribuidora na data

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

base dos estudos considerando os ajustes até 30 de junho de 2017 no valor de R$ 4.055.549 (quatro bilhões, cinquenta e cinco milhões e quinhentos e quarenta e nove mil), devendo a Eletrobras assumir, em contrapartida, obrigações em valores equivalentes, conforme estabelecido na Resolução do Conselho de Parceria de Investimentos - CPPI número 20 com as alterações da número 28 e 29.

- Venda da integralidade das ações da Cepisa, menos uma ação ordinária, de titularidade da Eletrobras, em leilão de desestatização pelo preço de R$ 50 (cinquenta mil reais) associada à outorga de nova concessão pelo Poder Concedente, incluindo a assunção de dívidas da Cepisa e/ou conversão de dívidas em aumento de capital, pela Eletrobras, no valor de até cinquenta mil reais no prazo de até 31 de julho de 2018 conforme estabelecido pela 169ª AGE.
- Venda da integralidade das ações da Ceal, menos uma ação ordinária, de titularidade da Eletrobras, em leilão de desestatização pelo preço de R$ 50 (cinquenta mil reais) associada à outorga de nova concessão pelo Poder Concedente, incluindo a assunção de dívidas da Ceal e/ou conversão de dívidas em aumento de capital, pela Eletrobras, no valor de até cinquenta mil reais no prazo de até 31 de julho de 2018 conforme estabelecido pela 169ª AGE, desde que ocorra a celebração da homologação judicial de acordo relativo ao pagamento de diferenças salariais decorrentes do Plano Bresser.
- Dissolução e liquidação das respectivas distribuidoras cuja transferência do controle acionário foi aprovada nos itens acima, em caso de não cumprimento das condicionantes previstas para a Amazonas Energia e Ceal ou, do prazo estabelecido pela 169ª Assembleia Geral Extraordinária (31 de julho de 2018) para a assinatura do contrato de transferência do controle acionário detido pela Eletrobras nas Distribuidoras.
- A cessão gratuita, pela Eletrobras, do direito de preferência de subscrever novas ações a serem emitidas pelas distribuidoras cujas transferências do controle acionário forem aprovadas nos termos acima, no âmbito do aumento de capital a ser feito pelo(s) novo(s) controlador(es), vencedor(es) dos Leilões de Desestatização, para empregados e aposentados das respectivas distribuidoras;
- A delegação de poderes ao Conselho de Administração da Eletrobras para deliberar sobre o exercício de opção da Eletrobras de aumentar a sua participação, em até 30%, no capital social das distribuidoras cujas transferências do controle acionário forem aprovadas nos termos dos itens acima, no prazo de até 6 meses, contados da data de assinatura do respectivo contrato de transferência de controle acionário. O aporte para cada distribuidora, caso ocorra deverá respeitar os seguintes montantes, que serão atualizados monetariamente até a data efetiva do eventual aporte pelos índices das respectivas dívidas associadas:

Distribuidoras	Aporte Eletrobras (30%)
Amazonas Energia	210.587
Boa Vista Energia	75.428
CEAL	233.902
CEPISA	308.964
CERON	103.329
ELETROACRE	102.345
Total	1.034.555

(em milhares de reais)

Em 27 de fevereiro de 2018, a ANEEL editou a Resolução Autorizativa 6.883/18, que alterou a data da implementação da desverticalização da Amazonas Energia para 30 de abril de 2018.

Apresentamos a seguir um resumo dos impactos descritos acima para facilitar a visualização dos efeitos:

31/06/2017	ELETROACRE	CERON	Boavista Energia	Amazonas Energia	CEPISA	CEAL
Passivo a descoberto	(407.371)	(1.599.224)	(710.094)	(10.103.344)	(1.270.323)	(695.833)
Valor de venda	50	50	50	50	50	50
Conversão de dívida/Aumento de Capital de até	113.780	1.872.522	342.120	(*) 8.911.866	50	50
Assunção créditos CCC/CDE de até	296.167	3.847.293	278.360	4.055.549	–	–

(*) Esse valor terá um abatimento no montante referente a dação em pagamento das ações da Amazonas GT que a Amazonas Distribuidora realizará com a Eletrobras (em reais mil).

Diante dessa definição as empresas de distribuição da Eletrobras procederam a rebifurcação da parcela do ativo financeiro na proporção correspondente, até 31 de julho de 2018, data limite autorizada pela AGE 170 para permanecer como responsável pela operação e manutenção dos serviços públicos das distribuidoras.

Os valores do direito de ressarcimento da CCC referente as distribuidoras que fazem parte do sistema isolado de energia são evidenciados no quadro abaixo:

	Eletroacre	Amazonas D	Ceron	Boa Vista
Adições no Período	941.804	30.233.292	6.382.055	981.893
Reembolso sobre Combustível - Res. 347/09	–	(304.690)	99.178	(389.122)
Reembolso PIS/COFINS CCC - ISOL - Lei nº 12.111/09 e Lei nº 13.299/16	121.817	784.692	16.110	98.372
Valor recebido da CCC - ISOL	(26.821)	(23.946.647)	(3.893.964)	(575.741)
Adiantamentos Recebidos	(828.942)	–	–	–
Atualização monetária	39.332	1.986.043	1.609.805	173.848
ICMS Recuperado	39.701	(618.558)	–	–
Provisão recebíveis CCC (PCLD)	–	(1.462.152)	(264.347)	–
Revisão do faturamento do Gás - parcela do transporte do gás	–	(2.988.797)	–	–
Diferença do preço do óleo - Resol ANEEL 427/2011	–	(100.081)	–	–
	286.891	3.583.102	3.948.837	289.250

A Companhia, baseada no laudo de avaliação complementar datado de 20 de fevereiro de 2018 (data-base de 30 setembro de 2017), demonstra a seguir os impactos da desverticalização da Amazonas Distribuidora em 31 de dezembro de 2017, cujo acervo líquido a ser vertido para a Amazonas GT é formado basicamente pelos ativos e passivos referentes aos Produtores Independentes de Energia Elétrica (PIEs) atualmente reconhecidos na Amazonas Distribuidora:

Desverticalização da Amazonas Energia - Impactos na Amazonas Distribuidora	31/12/2017	Valores a serem vertidos	31/12/2017 após desverticalização
Ativo Financeiro	2.998.495	(45.455)	2.953.040
Imobilizado	1.185.412	(1.050.489)	134.923
Intangível	73.103	(720)	72.383
Ativos não afetados	7.248.136	–	7.248.136
Ativo Total	**11.505.146**	**(1.096.664)**	**10.408.482**
Arrendamento Mercantil	1.077.820	(1.077.820)	–
Provisão para Passivo a Descoberto em Controladas	362.792	(18.844)	343.948
Passivos não afetados	21.064.069	–	21.064.069
Passivo Total	**22.504.681**	**(1.096.664)**	**21.408.017**
Patrimônio Líquido Total	**(10.999.535)**	**–**	**(10.999.535)**

Desverticalização da Amazonas Energia - Impactos na Amazonas GT	31/12/2017	Valores a serem vertidos	31/12/2017 após desverticalização
Imobilizado	1.943.631	1.096.664	3.040.295
Ativos não afetados	997.197	–	997.197
Ativo Total	**2.940.828**	**1.096.664**	**4.037.492**
Arrendamento Mercantil	–	1.077.820	1.077.820
Passivos não afetados	3.387.367	–	3.387.367
Passivo Total	**3.387.367**	**1.077.820**	**4.465.187**
Prejuízos Acumulados	(881.063)	18.844	(862.219)
Patrimônio Líquido não afetado	434.524	–	434.524
Patrimônio Líquido Total	**(446.539)**	**18.844**	**(427.695)**

Diante do exposto acima a Eletrobras considerou o Pronunciamento Técnico - CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda, e avaliou que, em 31 de dezembro de 2017, as distribuidoras Companhia Energética do Piauí, Companhia de Eletricidade do Acre, Boa Vista Energia S.A. e Centrais Elétricas de Rondônia S.A. atingiram os critérios de classificação como mantidos para venda, maiores detalhes na nota explicativa 44.1.

Para as distribuidoras Companhia Energética de Alagoas e Amazonas Distribuidora de Energia S.A., a Eletrobras avaliou que os critérios definidos acima, que tratam, respectivamente: (i) da celebração da homologação judicial de acordo relativo ao pagamento de diferenças salariais decorrentes do Plano Bresser e, (ii) da realização da desverticalização completa da Amazonas Geração e Transmissão S.A. - Amazonas GT e transferência integral das ações da mesma para a Eletrobras não foram atendidos na data-base de 31 de dezembro de 2017. Assim sendo, considerando que ambos os fatores eram condicionantes relevantes para a conclusão do processo de avaliação da Administração, ambas as distribuidoras não atingiram, principalmente o conceito de venda altamente provável e não foram classificadas como Ativos mantidos para venda.

A Companhia Energética de Alagoas atingiu o critério definido acima após a data destas demonstrações financeiras, conforme divulgado na nota explicativa 50.8.

Nova Estrutura da Operação de Transferência de ações

A Amazonas Distribuidora e a Amazonas GT interpuseram proposta alternativa para a transferência das ações da Amazoanas GT para a Eletrobras na ANEEL. A modelagem proposta para a reestruturação societária teve como diretrizes os termos das Resoluções CPPI nº 20 e 28/2017.

Em 27 de fevereiro de 2018, conforme Resolução Autorizativa nº 6.883 da ANEEL, Optou-se pela transferência de controle acionário da Amazonas GT da Amazonas Distribuidora para a Eletrobras por meio de Dação em Pagamento como proposta mais vantajosa tendo em conta a sua facilidade de implementação, adequação ao modelo proposto pelas Resoluções CPPI 20 e 28/2017 e a solidez nos argumentos técnicos para sustentação da opção pelo modelo. É importante destacar que a operação de Dação em Pagamento é neutra sob a perspectiva contábil para as empresas envolvidas, uma vez que as transações são realizadas entre empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico, não resultando em ganho ou perda contábil na operação.

Nesse sentido, foi alterada a Resolução Autorizativa nº 4.244, de 2013, de modo a prever, dentre outras possibilidades, a possibilidade de dação das ações da Amazonas GT, detidas pela Amazonas Distribuidora, em pagamento à Eletrobras, em substituição à modelagem de emissão de debêntures conversíveis em ações, constante da versão vigente da resolução.

Cenário de Dissolução e Liquidação das Distribuidoras

Conforme divulgado na nota explicativa 44.1, a Companhia está comprometida com o plano de venda das Distribuidoras e espera concluí-lo até 31 de julho de 2018. Entretanto, atendendo a conceitos de divulgação requeridos pelo CPC 25, a Companhia apresenta no quadro abaixo os valores estimados de custo incremental de liquidação para cada uma das controladas de distribuição em questão para um eventual cenário de liquidação, que a Companhia considera como cenário remoto, uma vez que trata-se de uma das diretrizes previstas na proposta da Administração da 170ª AGE:

Custo Liquidação - Em 31/12/2017	
AmE D	13.415.119
Ceron	3.512.707
Eletroacre	665.599
Boa Vista	834.343
CEAL	1.380.945
CEPISA	1.744.357
Total	21.553.070

Para a estimativa acima referida, foram consideradas as seguintes premissas:

• Custo de desligamento de pessoal:

Para o exercício do custo de liquidação foi considerada multa de 50% do FGTS estimado para cada distribuidora adicionado de 2 vezes da folha projetada a título de aviso prévio resultando no montante de R$ 1,17 bilhão.

• Ativo financeiro da concessão - em curso:

O ativo financeiro da concessão foi tratado como ativo indenizável no cálculo da liquidação. Contudo, foi adotada como premissa uma glosa de 10% do valor do ativo financeiro em curso da posição de dezembro de 2017. Essa premissa foi estabelecida partindo-se do princípio que, em média, 5% desses ativos não são unitizados na média das distribuidoras do Brasil. Como as distribuidoras da Eletrobras possuem um histórico de desempenho inferior às demais, optou-se por considerar o dobro dessa glosa, resultando no montante de R$ 156 milhões.

• Clientes:

Para efeitos do cálculo de liquidação, a conta Clientes já líquida de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) foi tratada como a realizar. Contudo, foram feitos ajustes uma vez que de acordo com o quanto de tempo as faturas estão vencidas, a probabilidade de realização desses ativos são menores. Desse modo, foram adotadas as seguintes premissas para a conta clientes já descontada a PCLD:

a) Vincendos - não foram realizados ajustes por se considerar faturas de recebimento corrente da distribuidora, ainda não virou dívida vencida;

b) Vencidos até 90 dias - glosa de 20%;

c) Vencidos a mais de 90 dias - glosa de 50%;

d) Créditos renegociados - glosa de 50%.

Nesse cenário o impacto estimado é de R$ 739 milhões.

• Contingências possíveis

Conforme normativo contábil, 100% das provisões de perdas originadas de obrigação presente resultante de evento passado e com provável desembolso de caixa para liquidação da obrigação devem ser registradas. Assim, não são registradas no passivo as provisões consideradas possíveis e remotas, apesar de estarem discriminadas nas notas explicativas das empresas. Dessa forma, além das provisões já registradas, foi adotada como premissa que 30% das provisões classificadas como possíveis serão incluídas no cálculo do custo de liquidação, como tentativa de quantificar eventuais mudanças de prognósticos em função de movimentações relevantes nos trâmites processuais.

2.1 - Prorrogação das concessões de serviço público de energia elétrica

No dia 12 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579/2012 (MP 579) que regulamentou a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, outorgadas antes da publicação da Lei nº 8.987, de 1995, e alcançadas pela Lei nº 9.074 de 1995. Em 14 de setembro de 2012, foi publicado o Decreto 7.805/2012 que regulamentou a MP 579.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

De acordo com a MP 579, as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia, vencidas ou vincendas nos 60 meses subsequentes à publicação da referida MP, tinham a opção de ter o vencimento antecipado para dezembro de 2012, com prorrogação, a critério do Poder Concedente uma única vez pelo prazo de até 30 anos, entretanto, para a atividade de transmissão, a prorrogação dependeria da aceitação expressa, dentre outras, das seguintes principais condições: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela ANEEL; ii) valores estabelecidos pela remuneração dos ativos; e iii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL.

Por meio das Resoluções Normativas 589 e 596, de dezembro de 2013, a ANEEL, para fins de remuneração, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) para os ativos de transmissão existentes em 31 de maio de 2000 ainda não depreciados (RBSE) e os critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, de aproveitamentos hidrelétricos, cujas concessões foram prorrogadas ou não, nos termos da então MP 579, convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei nº 12.783/13.

• Ativos de Geração de Energia

Em 11 de dezembro de 2014, a controlada Chesf apresentou à ANEEL, documentação comprobatória, dos investimentos vinculados aos bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, dos aproveitamentos hidroelétricos Xingó, Paulo Afonso I, II, III e IV, Apolônio Sales (Moxotó), Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança, Pedra e Funil, com potência total instalada de 9.208,5 MW, cujas concessões foram renovadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, para fins do processo de requerimento de remuneração complementar de geração. A documentação apresentada indica o valor de R$ 4.802.300 como valor base para a citada remuneração complementar, sendo que o valor contábil residual dos referidos bens, em 11 de dezembro de 2014, era de R$ 487.822.

Em 2 de outubro de 2015, a controlada Furnas apresentou documentação comprobatória dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, das usinas hidrelétricas Corumbá, Funil, Furnas, Luiz Carlos de Barreto de Carvalho, Marimbondo e Porto Colômbia, com potência total instalada de 4.617 MW, cujas concessões foram renovadas à luz da Lei nº 12.783/2013, para fins do processo de requerimento de remuneração complementar de geração. A documentação apresentada indica o valor de R$ 1.311.900 como valor base para a citada remuneração complementar, sendo que o valor contábil residual dos referidos bens, em 2 de outubro de 2015, era de R$ 995.718.

Permanecem sem definição quanto a atualização e sem homologação pelo Poder Concedente as remunerações relacionadas a certos ativos das concessões prorrogadas nos seguintes montantes, razão pela qual são apresentadas com base no custo histórico:

	31/12/2017			
Descritivo	Chesf	Furnas	CGTEE	Total
Geração				
Modernizações e melhorias	487.822	995.718	–	1.483.540
Geração térmica	–	454.064	356.937	811.001
	487.822	1.449.782	356.937	2.294.541

	31/12/2016			
Descritivo	Chesf	Furnas	CGTEE	Total
Geração				
Modernizações e melhorias	487.822	995.718	–	1.483.540
Geração térmica	–	704.792	356.937	1.061.729
	487.822	1.700.510	356.937	2.545.269

• Ativos de Transmissão de Energia

De acordo com a Resolução Normativa 589, de 10 de dezembro de 2013, as controladas abaixo apresentaram à ANEEL, seus laudos de avaliação dos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000 ("Laudo de Avaliação"), para fins do processo de remuneração das instalações da denominada Rede Básica do Sistema Existente - RBSE prevista no Artigo 15, §2º da Lei nº 12.783/13.

Laudo de Avaliação

Companhia	Data	R$
Eletrosul	14/07/2015	1.060.632
Chesf	06/03/2015	5.627.200
Furnas	21/05/2015	10.699.000
Eletronorte	03/09/2015	2.926.000

A ANEEL apresentou, por meio de despachos, a homologação das remunerações dos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000 das controladas Eletrosul, Chesf, Furnas e Eletronorte conforme as regras da Resolução Normativa 589, na data base 31 de dezembro de 2012, conforme abaixo:

Homologação ANEEL

Controlada	Data	R$
Eletrosul	14/07/2015	1.007.043
Chesf	03/08/2016	5.092.384
Furnas	15/12/2105	8.999.520
Eletronorte	18/10/2016	2.579.312

Em 20 de abril de 2016, o Ministério das Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 120 que regulamentou as condições de recebimento das remunerações relativas aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, denominados instalações da Rede Básica Sistema Existente - RBSE e demais Instalações de Transmissão - RPC, não depreciados e não amortizados, conforme parágrafo segundo do artigo 15 da Lei nº 12.783/2013.

A referida Portaria cita que os valores devidos vão compor a base de remuneração regulatória das empresas, ou seja, serão repassados às tarifas de energia dos consumidores e que isso será iniciado a partir do processo tarifário de 2017. Além de remunerar os ativos, a Portaria também estabelece que o custo de capital incorrido pelas empresas possa ser incluído nos referidos valores.

Em 14 de outubro de 2016, a ANEEL submeteu à Audiência Pública nº 068/2016, a Nota Técnica nº 336/2016 de 06 de outubro de 2016 que estabeleceu os procedimentos a serem utilizados no cálculo do custo de capital a ser adicionado à Receita Anual Permitida (RAP) de cada concessionária de transmissão abrangida pela Lei nº 12.783/2013, em consonância com a Portaria MME nº 120/2016.

A remuneração desses ativos, de acordo com a Portaria nº 120 e a Nota Técnica nº 336/2016, é da seguinte forma:

(i) pelo custo do capital correspondente aos ativos, composto por remuneração e depreciação acrescidos dos devidos tributos a partir do processo tarifário de 2017; sendo a remuneração através do Custo Médio Ponderado de Capital e a depreciação será paga em função da vida útil de cada ativo incorporado a Base de Remuneração Regulatória;

(ii) o custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário sendo atualizado e remunerado pelo custo de capital próprio; a partir do processo tarifário de 2017 o custo de capital sendo remunerado pelo Custo Médio Ponderado de Capital pelo prazo de oito anos.

Em 31 de dezembro de 2017, a estimativa dos valores atualizados dos gastos relacionados a investimentos, ampliações e/ou melhorias em certos ativos das concessões de transmissão prorrogadas, é conforme demonstrado a seguir:

Transmissão	31/12/2017				
	Chesf	Eletronorte	Eletrosul	Furnas	Total
Rede básica - RBSE - Saldo histórico	1.187.029	1.732.910	520.332	4.530.060	7.970.331
Atualização VNR - IPCA e remuneração	10.656.553	4.294.043	1.867.332	16.705.452	33.523.380
Recebimento do ativo financeiro	(975.039)	(482.186)	(242.624)	(1.555.847)	(3.255.696)
Valor total do ativo Financeiro atualizado	10.868.543	5.544.767	2.145.040	19.679.665	38.238.015
Efeito Resultado - 01/01/2017 a 31/12/2017					
Receita operacional	1.278.835	698.370	271.205	2.674.417	4.922.827
Provisão de IRPJ/CSLL	(434.804)	(237.446)	(92.210)	(909.302)	(1.673.762)
Efeito líquido	844.031	460.924	178.995	1.765.115	3.249.065

A contabilização foi realizada com base nas premissas acima definidas, considerando a interpretação no que se refere à Portaria MME 120/2016 e a Nota Técnica 336/2016.

Em virtude do repasse dos custos da RBSE para os consumidores, a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) ingressou com ação na Justiça, com pedido de liminar, contra a ANEEL e a União Federal, questionando as indenizações às transmissoras que renovaram antecipadamente as concessões em 2013.

Em 10 de abril de 2017, foi proferida liminar, sem julgamento de mérito, a favor da ABRACE no âmbito do citado processo judicial atendendo parcialmente ao pleito da ABRACE determinando que "a ANEEL exclua a parcela dita de "remuneração" da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST, calculada sobre os bens reversíveis, ainda não amortizados e nem depreciados, prevista no art. 15, § 2º, da Lei nº 12.783/2013, devendo incidir sobre o montante apenas a atualização".

Assim, em cumprimento à decisão liminar a ANEEL recalculou uma nova RAP para o ciclo tarifário 2017-2018, entre 1º de julho de 2017 e 30 de junho de 2018. No entanto, a exclusão da parcela objeto da liminar (a remuneração excedente à inflação) foi estendida a todos os usuários do sistema de transmissão e não apenas aos reclamantes, em razão da impraticabilidade alegada pela ANEEL de segregação dos componentes tarifários e da irreversibilidade dos efeitos provocados, segundo o Despacho nº 1.779 da ANEEL de 20 de junho de 2017.

Diante do exposto e em atendimento à citada liminar, com base nos valores homologados pela ANEEL, dos ativos reversíveis não amortizados previstos no art. 15 § 2º, da Lei nº 12.783/2013, nos critérios estabelecidos pela Resolução Normativa nº 762, de 2017 e no Despacho nº 1.779, de 2017, foi calculado o custo de capital de que trata a Portaria MME nº 120, de 2016, que passará a compor a RAP das concessionárias de transmissão abrangidas pela Lei nº 12.783, de 2013, a partir do ciclo 2017-2018. Tais valores estão demonstrados na Nota Técnica nº 183/2017 da ANEEL de 22 de junho de 2017.

Baseado na opinião legal dos advogados externos, a Companhia entende que as decisões tomadas até o momento não interferem no direito de receber a remuneração dos ativos estabelecida pela Lei nº 12.973/2013 e pela Portaria MME nº 120/2016, que concedeu o direito de receber tais montantes. Assim, a Companhia entende que não existe evidência objetiva para reconhecimento de *impairment* em relação a esses ativos reconhecidos.

NOTA 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios e períodos apresentados.

3.1 - Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia, no processo de aplicação das políticas contábeis do Sistema Eletrobras. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, coligadas e controladas em conjunto. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRSs não requerem apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelo IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

O *International Accounting Standards Board* - IASB publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes (a companhia não adotará antecipadamente):

IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9/CPC 48 aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que este pronunciamento traz são:

i. Novos critérios de classificação de ativos financeiros;

ii. Novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, com base em perdas esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e

iii. Alteração das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

• Ativos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 possui uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

continua

continuação

Instrumentos mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem tais fluxos referentes exclusivamente a pagamentos do principal e juros são geralmente mensurados ao custo amortizado.

Já aqueles mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e possuírem termos contratuais que estabelecem unicamente pagamentos de principal e juros sobre o principal remanescente, são geralmente mensurados a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" (FVTOCI).

Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes.

A Companhia está avaliando e documentando os modelos de negócios para os seus ativos financeiros, divulgados na nota 46, e não concluiu ainda a sua avaliação. Portanto, a Companhia ainda não quantificou o impacto na contabilização de seus ativos financeiros.

Ativo financeiro oriundos dos Contratos de Concessão:

De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas de concessão não são reconhecidas pelo concessionário como ativo imobilizado, uma vez que se considera que o operador não controla tais ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um de dois modelos contábeis (ativo intangível e/ou ativo financeiro), dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo poder concedente no âmbito do contrato.

No segmento de transmissão a Companhia considera que não se encontra exposta a riscos de demanda e que a receita é auferida com base na disponibilidade da linha de transmissão, e, portanto, toda infraestrutura foi registrada como ativo financeiro.

Para todos os segmentos da Companhia, o ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A Companhia ainda não concluiu sua avaliação relacionada aos ativos financeiros oriundos dos referidos contratos de concessão e, por conseguinte, não quantificou o possível impacto nas contabilizações a serem efetuadas.

• Redução no valor recuperável (*impairment*) - Ativos Financeiros

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, a IFRS 9/CPC 48 requer o modelo de perda esperada dos ativos financeiros, ao contrário do modelo de perda incorrida estabelecido na IAS 39/CPC 38. O modelo de perda esperada requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

O novo modelo de perda esperada se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao FVTOCI, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

– Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data-base; e

– Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Este é um dos modelos a serem seguidos no caso de instrumentos financeiros que não contenham um componente significativo de financiamento, como é o caso dos ativos financeiros da Companhia.

A Companhia prevê que a aplicação do modelo referente a perdas de crédito esperadas contido na IFRS 9/CPC 48 resultará em reconhecimento antecipado de certas perdas de crédito, assim como requer que a Companhia revise suas atuais políticas de provisionamento. Todavia, até este momento, a Companhia ainda não concluiu a mensuração do eventual impacto desta alteração.

• Passivos financeiros

A Companhia não espera designar passivos financeiros como valor justo através do resultado. Porém, até este momento, a Companhia ainda não concluiu a mensuração do eventual impacto desta alteração.

• Contabilidade de *hedge*

Os novos requerimentos gerais para contabilidade de *hedge* mantiveram os três tipos de mecanismos de contabilização presentes do IAS 39/CPC 38 (*hedge* de fluxo de caixa, *hedge* de valor justo e *hedge* de investimento líquido no exterior). A IFRS 9/CPC48 traz maior flexibilidade para quais tipos de transação são elegíveis para a contabilidade de *hedge*, especialmente expandindo dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumento de *hedge* e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis para a contabilidade de *hedge*. Adicionalmente, o teste de efetividade foi revisado, não sendo mais requerida sua avaliação retrospectiva, e substituído pelo princípio da "relação econômica", assim como foi eliminada necessidade de avaliação de uma efetividade no intervalo de 80% a 125%. Ainda, foram introduzidas melhorias nos requerimentos de divulgação da administração dos riscos da Companhia.

A Companhia não terminou sua análise dos possíveis impactos nas transações atualmente designadas como *hedge accounting*, divulgadas na nota 46 e, assim, não quantificou quaisquer efeitos. A Companhia pretende manter a política contábil atual de *hedge*, conforme permitido pela IFRS 9/CPC 48.

• Divulgações

A IFRS 9 requer novas divulgações, notadamente acerca do risco de crédito e perdas de crédito esperadas, contabilidade de *hedge* e mensuração de ativos e passivos financeiros. A Companhia está realizando uma análise para identificar possíveis alterações nos processos atuais em decorrência destas novas normas e trabalhará na implementação de mudanças em seus sistemas e controles para atender as mesmas nas demonstrações financeiras a partir do período da sua adoção.

• Transição

A Companhia adotará a isenção que permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9/CPC 48, serão reconhecidas no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15/CPC 47 - Receitas de contratos com clientes

A IFRS 15/CPC 47 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente na IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva.

Os princípios fundamentais da IFRS 15/CPC 47 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual valor espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

1. Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.

2. Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.

3. Determinar o preço da transação.

4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.

5. Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

Com a IFRS 15/CPC 47, a entidade reconhece a receita quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.

A Companhia aufere receitas provenientes principalmente das seguintes fontes:

a) Suprimento e fornecimento de energia elétrica (geração e distribuição)

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que a energia é fornecida, mediante a multiplicação do consumo faturado medido pela tarifa vigente, além de reconhecer a receita não faturada através de estimativa, correspondente ao do consumo de energia medido na data da última leitura e o encerramento do período das demonstrações financeiras.

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, deve-se considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor. Assim, contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso, poderão deixar de ter as respectivas receitas reconhecidas no momento do faturamento (por não ser provável o recebimento da contrapartida) e sim no momento do efetivo recebimento. A Companhia está avaliando se algum cliente seu se encontra nessa situação e espera que os eventuais impactos, se houver, e por isso não procedeu ainda com a mensuração dos impactos em suas demonstrações financeiras.

Quanto à receita de fornecimento do segmento de distribuição, a ANEEL avalia a qualidade do serviço oferecido aos consumidores. A qualidade dos serviços prestados compreende a avaliação da duração e da frequência da interrupções no fornecimento de energia elétrica. Destacam-se no aspecto da qualidade do serviço os indicadores de continuidade coletivos, DEC e FEC, e os indicadores de continuidade individuais DIC, FIC e DMIC. Uma vez descumpridos os indicadores individuais, a Companhia é obrigada a ressarcir os clientes, através de desconto na fatura mensal de consumo de energia. Atualmente, essas penalidades são contabilizadas como despesa operacional. Desta forma, a Companhia procederá a reclassificação dos valores ressarcidos pelo descumprimento dos indicadores individuais para suas receitas com fornecimento em torno de R$ 15,5 milhões baseado nos valores de 2017, reduzindo os valores líquidos das receitas divulgadas nas demonstrações financeiras, devido a sua natureza de desconto. Quanto aos indicadores coletivos, por possuírem uma natureza de multa a ser recolhida pela Companhia, estes continuarão a ser tratados como uma despesa operacional.

b) Venda na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida para o sistema pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). A Companhia não finalizou a sua avaliação, ainda em andamento, e, portanto, não quantificou os impactos em suas demonstrações financeiras relacionados sobre a receita em questão.

c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

Essa receita é constituída pelo serviço de disponibilização da rede de distribuição e remunera a Companhia pela prestação do serviço ao consumidor final, que compreende consumidores cativos e livres, com base na cobrança de uma tarifa homologada pela ANEEL. A Companhia não finalizou a avaliação de mensuração dos impactos, mas dada a natureza da receita em questão não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto nesta categoria de receitas em suas demonstrações financeiras.

d) Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros

Corresponde as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas. A Companhia não finalizou a sua avaliação, ainda em andamento, e, portanto, não quantificou os impactos em suas demonstrações financeiras relacionados sobre a receita em questão.

e) Receita de construção da infraestrutura da concessão

Essa receita é constituída por investimentos em infraestrutura, com o objetivo de manutenção da operação até o término do contrato de concessão. A Companhia é remunerada principalmente por aprimoramento da infraestrutura para prestação dos serviços de transmissão e distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é igual à zero, pois toda receita de construção está relacionada com construção de infraestrutura, para que na exploração desta obtenha-se as receitas da atividade fim. A Companhia não finalizou a sua avaliação, ainda em andamento, e, portanto, não quantificou os impactos em suas demonstrações financeiras relacionados sobre a receita em questão.

f) Receita de operação e manutenção

Corresponde a um percentual do faturamento da receita anual permitida - RAP, que é informado mensalmente pelo ONS e destinado para a remuneração dos serviços de operação e manutenção, a fim de evitar a interrupção da disponibilidade das instalações. A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o faturamento da RAP é informado. A Companhia não finalizou a sua avaliação, ainda em andamento, e, portanto, não quantificou os impactos em suas demonstrações financeiras relacionados sobre a receita em questão.

g) Outras receitas

A Companhia possui outras fontes de receita de atividades relacionadas com a concessão de serviço público, que podem ser inerentes aos seus segmentos ou receitas de atividades acessórias, conforme descrito na nota 39. A Companhia não finalizou a sua avaliação, ainda em andamento, e, portanto, não quantificou os impactos em suas demonstrações financeiras relacionados sobre a receita em questão.

• Transição

A Companhia adotará a IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos da IFRS 15/CPC 47 ao período comparativo apresentado.

Outras Alterações

As demais normas e interpretações que sofreram alterações, mas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia, são as seguintes:

IFRS 16/CPC 06 - *Leases* (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma supracitada distingue contratos de arrendamento e contratos de serviços considerando se um ativo identificado é controlado por um cliente.

Introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia possui contratos que se enquadrariam no escopo dessa nova norma e a análise dos impactos da adoção desse pronunciamento quanto ao método de transição para o reconhecimento do direito de uso dos ativos em contrapartida de uma obrigação ainda não foi concluída, devido à complexidade do novo pronunciamento e o número de contratos que possivelmente se enquadrariam no escopo dessa norma. Dessa forma, não foi possível estimar os impactos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

• Transição

Como arrendatário, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma: (i) abordagem retrospectiva; ou (ii) abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a segunda abordagem. Sendo assim, o arrendatário pode eleger, para cada contrato de arrendamento, se aplicará uma série de expedientes práticos na transição. A Eletrobras está avaliando o impacto potencial dos referidos expedientes.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Revisão IFRS 10/CPC 36 (R3) e IAS 28/CPC 18 (R2)

Esclarece que em uma transação entre investidor e associado ou *joint venture*, o reconhecimento do ganho ou perda depende se os bens vendidos ou contribuídos constituem um negócio. A atualização do IASB é apenas para deixar claro que essa escolha deverá ser realizada separadamente, para cada coligada ou *joint ventures* ao valor justo, por meio do resultado. Aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Alterações IFRS 2

Esclarece que os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações. Aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Alterações IAS 40/CPC 28

Esclarece os requisitos relativos às transferências de ou propriedades de investimentos, refletindo situações em que ocorre uma venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture*. Aplicável para períodos anuais iniciados em ou após a 1º de julho de 2018.

Alterações ICPC 01/IFRIC 22

Essa interpretação auxilia na determinação da data de transação quando ela ocorre em moeda estrangeira. Abordando como deve ser definida a "data de transação" com o objetivo de determinar a taxa de cambio ao reconhecimento inicial de um ativo, despesa ou receita quando a contraprestação daquele item tiver sido paga ou recebida antecipadamente em moeda estrangeira, resultando no registro de ativos ou passivos não monetários. Aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Alterações IFRIC 23

Essa interpretação aborda a determinação do lucro tributável (prejuízo fiscal), bases tributárias, prejuízos fiscais e créditos tributários não utilizados e taxas quando sobre os tratamentos fiscais de acordo com o IAS 12 - *Income Taxes*. Considera especificamente: (i) se os tratamentos fiscais devem ser considerados coletivamente; (ii) pressuposto de que as autoridades fiscais têm o direito de examinar qualquer montante reportado; (iii) determinação do lucro tributável (prejuízo fiscal), bases tributárias, prejuízos fiscais e créditos tributários não utilizados e taxas; e (iv) efeito das mudanças nos fatos e circunstâncias. Aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

Alterações à IFRS 1 e à IAS 28

Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014 -2016. Aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

3.2- Bases de consolidação e investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas que incluem as participações societárias da Companhia e suas controladas.

Nas demonstrações financeiras individuais as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto, assim como das coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidas pelo seu valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas, controladas em conjunto e coligadas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Companhia.

As controladas, controladas em conjunto e coligadas estão substancialmente domiciliadas no Brasil.

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Sistema Eletrobras detém o controle. O Sistema Eletrobras controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia adota as seguintes principais práticas de consolidação:

1 - Eliminação dos investimentos da investidora nas empresas investidas, em contrapartida à sua participação nos respectivos patrimônios líquidos;

2 - Eliminação de saldos a receber e a pagar intercompany;

3 - Eliminação das receitas e despesas intercompany;

4 - Destaque da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e na demonstração do resultado das empresas investidas consolidadas.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral, conforme descrito no quadro abaixo.

A participação é dada sobre o capital total da controlada.

	31/12/2017		31/12/2016	
	Participação		Participação	
Controladas	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Amazonas Distribuidora	100,00%	–	100,00%	–
Amazonas GT	–	100,00%	–	100,00%
Boa Vista Energia	100,00%	–	100,00%	–
Ceal	100,00%	–	100,00%	–
CELG- D (1)	–	–	51,00%	–
Cepisa	100,00%	–	100,00%	–
Ceron	100,00%	–	100,00%	–
CGTEE	99,99%	–	99,99%	–
Chesf	99,58%	–	99,58%	–
Eletroacre	96,71%	–	96,71%	–
Eletronorte	99,48%	–	99,48%	–
Eletronuclear	99,91%	–	99,91%	–
Eletropar	83,71%	–	83,71%	–
Eletrosul	99,88%	–	99,88%	–
Furnas	99,56%	–	99,56%	–
Chuí IX (3)	99,99%	–	–	99,99%
Santa Vitoria do Palmar (3)	78,00%	–	–	–
Hermenegildo I (3)	99,99%	–	–	99,99%
Hermenegildo II (3)	99,99%	–	–	99,99%
Hermenegildo III (3)	99,99%	–	–	99,99%
Chuí Holding (3)	–	100,00%	–	–
Geribatu I (3)	–	100,00%	–	–
Geribatu II (3)	–	100,00%	–	–
Geribatu III (3)	–	100,00%	–	–
Geribatu IV (3)	–	100,00%	–	–
Geribatu V (3)	–	100,00%	–	–
Geribatu VI (3)	–	100,00%	–	–
Geribatu VII (3)	–	100,00%	–	–
Geribatu VIII (3)	–	100,00%	–	–
Geribatu IX (3)	–	100,00%	–	–
Geribatu X (3)	–	100,00%	–	–
Livramento	–	78,00%	–	–
Paraíso	–	100,00%	–	100,00%
Energia dos Ventos V	–	99,99%	–	99,99%
Energia dos Ventos VI	–	99,99%	–	99,99%
Energia dos Ventos VII	–	99,99%	–	99,99%
Energia dos Ventos VIII	–	99,99%	–	99,99%
Energia dos Ventos IX	–	99,99%	–	99,99%
Extremoz Transmissora do Nordeste S.A.	–	100,00%	–	100,00%
Transenergia Goiás S.A.	–	99,99%	–	99,99%
Brasil Ventos Energia S.A. (2)	–	100,00%	–	–
Complexo Eólico Pindaí I				
Acauã Energia S.A.	–	99,93%	–	99,93%
Angical 2 Energia S.A.	–	99,96%	–	99,96%
Arapapá Energia S.A.	–	99,90%	–	99,90%
Caititu 2 Energia S.A.	–	99,96%	–	99,96%
Caititu 3 Energia S.A.	–	99,96%	–	99,96%
Carcará Energia S.A.	–	99,96%	–	99,96%
Corrupião 3 Energia S.A.	–	99,96%	–	99,96%
Teiú 2 Energia S.A.	–	99,95%	–	99,95%
Complexo Eólico Pindaí II				
Coqueirinho 2 Energia S.A.	–	99,98%	–	99,98%
Papagaio Energia S.A.	–	99,96%	–	99,96%
Complexo Eólico Pindaí III				
Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.	–	83,01%	–	83,01%

(1) Controlada vendida em fevereiro de 2017

(2) A Brasil Ventos Energia S.A. é uma subsidiária integral de Furnas e foi constituída para atuar como *holding*, tendo como objetivo principal, conforme Estatuto Social, as seguintes atividades: (i) participação em sociedades de geração de energia de fonte renovável, tais como eólica, solar e de biomassa, investimento nas sociedades titulares dos direitos de exploração dos empreendimentos eólicos que compõem os Complexo Eólico Acaraú e Complexo Eólico Famosa III, comercialização da energia elétrica gerada em seus empreendimentos e nas sociedades investidas.

(3) Transferência de SPEs da Eletrosul para a Eletrobras vide nota explicativa 15.6.

(a.1) Mudanças nas participações do Grupo em controladas existentes

Nas demonstrações financeiras, as mudanças nas participações da Companhia em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda é reconhecido na demonstração do resultado e é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras, se houver. Todos os valores reconhecidos anteriormente em "Outros resultados abrangentes" relacionados à controlada são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos ou passivos da controlada (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido, conforme requerido ou permitido pelas IFRSs aplicáveis). O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada na data da perda de controle é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente pela IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou *joint venture*.

(b) Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configura como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

Qualquer montante que exceda o custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da coligada na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

Quando a parcela da Companhia no prejuízo de uma coligada excede a participação naquela coligada (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido na coligada), a Companhia deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tiver efetuado pagamentos em nome da coligada.

(c) Participações em empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*)

Uma *joint venture* é um acordo contratual através do qual a Companhia e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da *joint venture* requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Quando a Companhia ou uma de suas controladas exerce diretamente suas atividades por meio *joint venture*, a participação da Companhia nos ativos controlados em conjunto e/ou quaisquer passivos incorridos em conjunto com os demais controladores é reconhecida nas Demonstrações Financeiras da respectiva controlada e classificada de acordo com sua natureza.

3.3 - Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.4- Clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes (consumidores e revendedores) são compostas por créditos provenientes do fornecimento e suprimento de energia elétrica faturado e não faturado, este por estimativa, incluídos aqueles decorrentes de energia transacionada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE contabilizado com base no regime de competência, e são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O saldo inclui ainda o fornecimento de energia ainda não faturado, originado substancialmente da atividade de distribuição e que é mensurado com base em estimativas, tendo como base o histórico de consumo de MW/h.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

As contas a receber são normalmente liquidadas em um período de até 45 dias, motivo pelo qual os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas de encerramento contábil.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante (Nota 7).

3.5 - Cauções e Depósitos Vinculados

Os montantes registrados destinam-se ao atendimento legal e/ou contratual. Estão avaliados pelo custo de aquisição acrescido de juros e correção monetária com base nos dispositivos legais e ajustados por provisão para perda na realização quando aplicável. O resgate dos mesmos encontra-se condicionado a finalização dos processos judiciais a que esses depósitos se encontram vinculados.

3.6 - Estoque de Almoxarifado e Combustível - CCC

Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição, líquido de provisões para perdas, quando aplicável, e não excedem ao custo de reposição ou ao valor líquido de realização. O valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

Os materiais em estoque de almoxarifado e de combustível - CCC são classificados no ativo circulante e está registrado ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado líquido de realização.

3.7 - Estoque de combustível nuclear

Composto pelo concentrado de urânio em estoque, os serviços correspondentes e os elementos de combustível nuclear utilizados nas usinas termonucleares Angra I e Angra II, e são registrados pelo custo de aquisição.

Na sua etapa inicial de formação, são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários à sua fabricação, classificados contabilmente no ativo não circulante - realizável a longo prazo, apresentado na rubrica Estoque de Combustível Nuclear. Depois de concluído o processo de fabricação, a parcela relativa à previsão do consumo para os 12 meses subsequentes é classificada no ativo circulante.

O consumo dos elementos de combustível nuclear é apropriado ao resultado do exercício de forma proporcional, considerando a energia mensal efetivamente gerada em relação à energia total prevista para cada elemento do combustível. Periodicamente são realizados inventários e avaliações dos elementos de combustível nuclear que passaram pelo processo de geração de energia elétrica e encontram-se armazenados no depósito de combustível usado.

3.8 - Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuídos à aquisição dos ativos, e também inclui, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A Companhia considera que a vida útil estimada de cada ativo é semelhante às taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, as quais são tidas pelo mercado como aceitáveis por expressar adequadamente o tempo de vida útil dos bens. Adicionalmente, em conexão com o entendimento da Companhia sobre o atual arcabouço regulatório de concessões, inclusive a Lei nº 12.783/2013, foi considerada a indenização ao fim da concessão com base no menor valor entre o VNR ou o valor residual contábil, sendo esse fator considerado na mensuração do ativo imobilizado (Vide detalhes na Nota 16).

Ativos mantidos por meio de arrendamento mercantil financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício.

3.8.1 - Custos de empréstimos

Mensalmente são agregados ao custo de aquisição do imobilizado em formação os juros e quando aplicável, à variação cambial incorrida sobre os empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização:

a) O período de capitalização ocorre quando o ativo qualificável encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização de juros quando o item encontra-se disponível para utilização;

b) Os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos e financiamentos vigentes na data da capitalização ou, para aqueles ativos nos quais foram obtidos empréstimos específicos, as taxas destes empréstimos específicos;

c) Os juros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização;

d) Os juros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil estimada determinados para o item ao qual foram incorporados.

Os ganhos sobre investimentos, decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos e financiamentos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável, são deduzidos dos custos com empréstimos e financiamentos elegíveis para capitalização, quando o efeito é material.

Todos os demais custos com empréstimos e financiamentos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

3.8.2 - Descomissionamento

O descomissionamento pode ser entendido como um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito.

O descomissionamento é feito em função da operação das usinas nucleares e referem-se à obrigação para desmobilização dos ativos dessas usinas para fazer face aos custos a serem incorridos ao final da vida útil econômica das mesmas.

É premissa fundamental para a formação desse passivo para o descomissionamento, que o valor estimado para a sua realização deva ser atualizado ao longo da vida útil econômica das usinas, considerando os avanços tecnológicos, com o objetivo de alocar ao respectivo período de competência da operação, os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional das usinas.

3.9 - Contratos de concessão e autorizações

A Companhia possui contratos de concessão e autorizações nos segmentos de geração, transmissão e distribuição, firmados com o Poder Concedente (Governo Federal Brasileiro), por períodos que variam entre 20 anos e 35 anos, sendo todos os contratos, por segmento, bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. Os prazos das principais concessões estão descritos na Nota 2.

Aplicação do ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão de Serviços, aplicável aos contratos de concessão público-privados (feito por analogia aos contratos de concessão público-público) nos quais a entidade pública:

a) Controla ou regula o tipo de serviços que podem ser fornecidos com recurso às infraestruturas subjacentes;

b) Controla ou regula o preço ao qual os serviços são fornecidos;

c) Controla/detém um interesse significativo na infraestrutura no final da concessão.

Uma concessão público-privada apresenta, tipicamente, as seguintes características:

a) Uma infraestrutura subjacente à concessão a qual é utilizada para prestar serviços;

b) Um acordo/contrato entre o poder concedente e o operador;

c) O operador presta um conjunto de serviços durante a concessão;

d) O operador recebe uma remuneração ao longo de todo o contrato de concessão, quer diretamente do poder concedente, quer dos utilizadores da infraestrutura, ou de ambos;

e) As infraestruturas são transferidas para o poder concedente no final da concessão, tipicamente de forma gratuita ou também de forma onerosa.

De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas de concessão enquadradas na norma não são reconhecidas pelo concessionário como ativo imobilizado, uma vez que se considera que o operador não controla tais ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo poder concedente no âmbito do contrato:

• Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual foi classificado como empréstimos e recebíveis (geração e transmissão) ou disponível para venda (distribuição).

• Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização das infraestruturas (risco de demanda) em relação à concessão e resulta no registro de um ativo intangível.

• Modelo Misto

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo poder concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia e nos requerimentos da norma, os seguintes ativos são reconhecidos sobre o negócio de distribuição elétrica:

a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) será classificada como um ativo intangível em virtude de sua recuperação estar sujeita à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

a) Parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia e potência consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e

b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

As concessões de distribuição de energia elétrica de suas controladas não são onerosas. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

Para a atividade de transmissão de energia elétrica a Receita Anual Permitida - RAP é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (II) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema - ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro.

Considerando que a Companhia não se expõe a risco de demanda e que a receita é auferida com base na disponibilidade da linha de transmissão, toda infraestrutura foi registrada como ativo financeiro.

O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

3.9.1 - Sistema de Tarifação

a) O sistema de tarifação da distribuição de energia elétrica é controlado pela ANEEL e tais tarifas são reajustadas anualmente e revisadas a cada período de quatro anos, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessionária, considerando os investimentos prudentes efetuados e a estrutura de custos e despesas da empresa de referência. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente aos usuários, tendo como base o volume de energia consumido e a tarifa autorizada (Vide Nota 17).

b) O sistema de tarifação da transmissão de energia elétrica é regulado pela ANEEL e são efetuadas revisões tarifárias periódicas, sendo estabelecida uma Receita Anual Permitida - RAP, atualizada anualmente por um índice de inflação e, sujeita a revisões periódicas para cobertura de novos investimentos e eventuais aspectos de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

c) O sistema de tarifação da geração de energia elétrica foi baseado, de forma geral, em tarifa regulada até 2004 e, após essa data, em conexão com as mudanças na regulamentação do setor, foi alterado, parcialmente, de base tarifária para um sistema de preços, sendo que as geradoras de energia elétrica podem ter a liberdade de participar em leilões de energia elétrica destinados ao mercado regulado, havendo nesse caso um preço-base, sendo o preço final determinado através de competição entre os participantes do leilão. Adicionalmente as geradoras de energia elétrica podem efetuar contratos bilaterais de venda com os consumidores que se enquadrem na categoria de consumidores livres (definição com base na potência demandada em MW).

3.9.2 - Concessões de Transmissão e Distribuição

Os contratos de concessão regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição e de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

• Transmissão de energia elétrica

a) A tarifa é regulada e denominada Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora de energia elétrica não pode negociar com usuários. Para alguns contratos, a RAP é fixa e atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano. Para os demais contratos, a RAP é atualizada monetariamente por índice de preços uma vez ao ano e revisada a cada cinco anos. Geralmente, a RAP de qualquer empresa de transmissão de energia elétrica está sujeita a revisão anual devido ao aumento do ativo e de despesas operacionais decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações.

b) Os bens são reversíveis no final da concessão, com direito a recebimento de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados, determinado pelo valor novo de reposição - VNR. Ainda há ativos de concessões renovadas, pendentes de homologação da ANEEL, e, consequentemente, pendente de indenização (vide Nota 2.1).

3.9.3 - Concessões e autorizações de Geração

a) Geração hidráulica e térmica - as concessões, não atingidas diretamente pela Lei nº 12.783/2013, não estão no escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), tendo em vista as características de preço e não de tarifa regulada. A partir de 1º de janeiro de 2013, as concessões atingidas diretamente pela Lei nº 12.783/2013, até então fora do escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), passam a fazer parte do escopo de tais normativos, considerando a alteração no regime de preço, passando a ser tarifa regulada para essas concessões.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

b) Geração nuclear - Possui um sistema de tarifação definido, porém difere dos demais contratos de geração, por ser uma autorização e não uma concessão. Não há prazo definido para o fim da autorização bem como as características de controle significativo dos bens por parte do poder concedente ao final do período de autorização.

3.9.4 - Itaipu Binacional

a) Itaipu Binacional é regida por um Tratado Binacional de 1973 em que foram estabelecidas as condições tarifárias, sendo a base de formação da tarifa determinada exclusivamente para cobrir as despesas e o serviço da dívida dessa Companhia;

b) A base tarifária e os termos de comercialização estarão vigentes até 2023, o que corresponde à parte significativa da vida-útil da planta, quando então a base tarifária e os termos de comercialização deverão ser revistos;

c) A base tarifária de Itaipu foi estabelecida de forma preponderante a permitir o pagamento do serviço da dívida, que tem vencimento final em 2023, e a manter os seus gastos de operação e manutenção;

d) A comercialização de energia de Itaipu foi sub-rogada a Companhia, porém foi originada de contratos previamente assinados com as distribuidoras em que foram previamente definidas as condições de pagamento.

e) Através da Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002 foram sub-rogados à Companhia os compromissos de aquisição e repasse às concessionárias de distribuição dos serviços de eletricidade de Itaipu Binacional firmados até então por Furnas e Eletrosul, subsidiárias da Companhia, com as concessionárias de distribuição de energia elétrica. Dívidas oriundas de comercialização de energia de Itaipu Binacional foram renegociadas junto à Companhia dando origem a contratos de financiamento. Tais contratos foram inicialmente registrados a valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

f) Os termos do tratado garantem o reembolso a Companhia mesmo nos casos de falta de capacidade de geração de energia ou problemas operacionais com a planta.

3.9.5 - Ativo financeiro - Concessões de Serviço Público.

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (ou de quem o poder concedente tenha outorgado) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base na parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão. Os ativos de distribuição são remunerados com base na remuneração Weighted Average Cost of Capital - WACC (custo médio ponderado de capital) regulatório, sendo esse fator incluído na base tarifária e os de transmissão e os de geração são remunerados com base na taxa interna de retorno do empreendimento. No caso de geração, somente os ativos vinculados às concessões diretamente afetadas pela Lei nº 12.783/2013 e formados a partir da mencionada Lei, são considerados ativos financeiro que serão remunerados nos mesmos moldes das transmissoras, desde que a aquisição de tais ativos seja homologada pelo MME e ANEEL.

Estas contas a receber são classificadas entre circulante e não circulante considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

3.10 - Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia elétrica (para a geração a infraestrutura da Amazonas Energia, que possui vínculo exclusivo com a atividade de distribuição dessa mesma Companhia, também é classificada como intangível). O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

O ativo é apresentado liquido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica, considerando que os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A amortização é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

A Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade dos seus ativos utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos, considerando que não há mercado ativo para os ativos vinculados à concessão, avaliando se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo. (Vide Nota 19).

Os ativos intangíveis compreendem basicamente os direitos de uso da concessão, mas incluem, também, ágio na aquisição de investimentos e gastos específicos associados à aquisição de direitos, acrescidos dos respectivos custos de implantação, quando aplicável.

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

3.10.1 - Concessões Onerosas (Uso do Bem Público - UBP)

A Companhia e algumas controladas possuem contratos de concessão onerosa com a União para a utilização dos potenciais hidráulicos, bem público, para a geração de energia elétrica em determinadas usinas.

Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Companhia e essas controladas ajustaram a valor presente esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

A atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária, definida no contrato de concessão, é capitalizada no ativo, durante a construção das Usinas e, a partir da data da entrada em operação comercial, é reconhecida diretamente no resultado.

Esses ativos estão registrados no ativo intangível em contrapartida do passivo não circulante.

3.10.2 - Gastos com Estudos e Projetos

Os gastos efetuados com estudos e projetos, inclusive de viabilidade e inventários de aproveitamento hidroelétricos e de linhas de transmissão, são reconhecidos como despesa operacional, quando incorridos, e até que se tenha a comprovação efetiva da viabilidade econômica de sua exploração ou a outorga da concessão ou autorização. A partir da concessão e/ou autorização para exploração do serviço público de energia elétrica ou, da comprovação da viabilidade econômica do projeto, os gastos incorridos passam a ser capitalizados como custo do desenvolvimento do projeto. Atualmente, a Companhia não possui valores capitalizados referentes a gastos com estudos e projetos.

3.11 - Reconhecimento dos valores a receber e obrigações de Parcela A e outros itens financeiros

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica - OCPC08 que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão, representou um elemento novo que assegura, a partir da data de sua assinatura, o direito ou impõe a obrigação de o concessionário receber ou pagar os ativos e passivos junto à contraparte - Poder Concedente. Esse novo evento altera, a partir dessa data, o ambiente e as condições contratuais anteriormente existentes e extingue as incertezas quanto à capacidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo. São condições, assim, que diferem em essência das que ocorriam anteriormente.

Os efeitos do aditamento dos contratos de concessão e permissão não têm natureza de mudança de política contábil, mas, sim, a de uma nova situação e, consequentemente, sua aplicação foi prospectiva. Portanto, o registro dos valores a receber (obrigações) foi efetuado em contas de ativo (ou passivo financeiro), conforme o caso, em contrapartida ao resultado do exercício (receita de venda de bens e serviços).

3.12 - Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, excluindo o ágio

Ao fim de cada exercício, a Companhia avalia se há alguma indicação de que seus ativos não financeiros sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não é possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por uma taxa de desconto, que reflita uma avaliação atual de mercado: do valor da moeda no tempo e dos riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros foi efetuada.

Se o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa), em função da estimativa revisada de seu valor recuperável. Tal aumento não pode exceder o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.13 - Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se aplicável.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

Considerando que as operações de investimento da Companhia estão atreladas a operações que possuem contratos de concessão, o resultado decorrente da aquisição de tais entidades representa o direito de concessão com vida útil definida, sendo reconhecido como ativo intangível da concessão, e a amortização efetuada de acordo com o prazo de concessão.

3.14 - Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a perda de controle de uma controlada, quando atendidos os critérios descritos no parágrafo anterior, todos os ativos e passivos dessa controlada são classificados como mantidos para venda nas demonstrações financeiras consolidadas, mesmo se após a venda a Companhia ainda retenha participação na empresa.

Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda. Os ativos e passivos relacionados são apresentados de forma segregada no balanço patrimonial.

3.15 - Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Tal valor justo é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos pela Companhia, na data de aquisição, com os antigos controladores e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por:

- ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados que são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre a Renda e IAS 19 - Benefícios aos Empregados (equivalentes aos CPC 32 e CPC 33), respectivamente;
- passivos ou instrumentos de patrimônio, relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações de Grupo, celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da adquirida que são mensurados de acordo com a IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações (equivalentes ao CPC 10(R1)) na data de aquisição; e
- ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas (equivalente ao CPC 31) que são mensurados conforme essa Norma.

O ágio é mensurado como o excesso da soma: (1) da contrapartida transferida; (2) do valor das participações não controladoras na adquirida e; (3) do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos, na data de aquisição, dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma: (1) da contrapartida transferida; (2) do valor das participações não controladoras na adquirida e; (3) do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver), o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

As participações não controladoras, que correspondam a participações atuais e, conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade, no caso de liquidação, poderão ser, inicialmente, mensuradas pelo valor justo. Poderão também ser mensuradas com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. Outros tipos de participações não controladoras são mensurados pelo valor justo ou, quando aplicável, conforme descrito em outra IFRS e CPC.

Quando a contrapartida transferida pela Companhia, em uma combinação de negócios, inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo, na data de aquisição. As variações no valor justo da contrapartida contingente, classificadas como ajustes do período de mensuração, são ajustadas

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

retroativamente, com os correspondentes ajustes no ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o "período de mensuração" e relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição. O período de mensuração não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição.

A contabilização subsequente das variações no valor justo da contrapartida contingente, não classificadas como ajustes do período de mensuração, depende da forma de classificação da contrapartida contingente. A contrapartida contingente classificada como patrimônio não é reavaliada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes e sua correspondente liquidação é contabilizada no patrimônio. A contrapartida contingente classificada como ativo ou passivo é reavaliada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes, de acordo com a IAS 39 (equivalente ao CPC 38), ou a IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25), conforme aplicável, sendo o correspondente ganho ou perda reconhecido no resultado.

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na adquirida é reavaliada pelo valor justo na data de aquisição (ou seja, na data em que a Companhia adquire o controle) e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na adquirida, antes da data de aquisição, que foram anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" são reclassificados no resultado, na medida em que tal tratamento seja adequado caso essa participação seja alienada.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (vide acima), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

3.16 - Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos tributos correntes e diferidos. Adicionalmente, a opção de apuração dos impostos sobre o resultado da Companhia é pelo método do lucro real.

3.16.1 - Tributos correntes

A provisão para imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas tributáveis ou despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa da Companhia com base nas alíquotas vigentes ao final do exercício.

3.16.2 - Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, no final de cada período de relatório, sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e nas bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, sendo observado também o histórico de lucratividade.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em outros resultados abrangentes, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os tributos correntes e diferidos são originados da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

3.17 - Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade da Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.17.1 - Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

1) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

a) For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou

b) No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados, que o Sistema Eletrobras administra em conjunto e, possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou

c) For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "*hedge*" efetivo.

d) Um ativo financeiro, além dos mantidos para negociação, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

e) Tal designação eliminar ou reduzir, significativamente, uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou

f) O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e

g) Seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou

h) Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação com o propósito de venda no curto prazo ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica outras receitas e despesas financeiras, na demonstração do resultado.

2) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

3) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda e não classificados como:

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado,

b) Investimentos mantidos até o vencimento, ou

c) Empréstimos e recebíveis.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas a variações nas taxas de câmbio, as receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos e os dividendos sobre investimentos em ações disponíveis para venda são reconhecidos no resultado. As variações no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes. Quando o investimento é alienado ou apresenta redução do valor recuperável, o ganho ou a perda acumulado anteriormente reconhecido na conta de outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

4) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras, caixa e equivalentes de caixa, valores a receber de Parcela A e outros) são inicialmente registrados pelo seu valor de aquisição, que é o valor justo do preço pago, incluindo as despesas de transação. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva.

3.17.2 - Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título, abaixo de seu custo, também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se, qualquer evidência desse tipo, existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Tal prejuízo cumulativo é medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por perda por valor recuperável, sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado. As perdas por valor recuperável reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos patrimoniais não são revertidas. Por sua vez,se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por valor recuperável ter sido reconhecido no resultado, a perda por valor recuperável é revertida por meio de demonstração do resultado.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos são avaliados coletivamente, mesmo se não apresentarem evidências de que estão registrados por valor superior ao recuperável, quando avaliados de forma individual. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir: a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso, após o período médio de recebimento, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao custo amortizado, o montante da redução ao valor recuperável registrado corresponde: à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente provisionados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

3.17.3 - Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou são transferidos juntamente com os riscos e benefícios da propriedade. Se a Companhia não transferir nem retiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se retiver substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo.

Na baixa de um ativo financeiro, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o eventual ganho ou a perda acumulado que foi reconhecido em Outros resultados abrangentes e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado.

3.17.4 - Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos por uma entidade do Sistema Eletrobras são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio. Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pelo Sistema Eletrobras são reconhecidos quando os recursos são recebidos ou recebíveis, líquidos dos custos diretos de emissão.

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros.

Os outros passivos financeiros, que incluem os empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e prêmios pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600139

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

3.17.5 - Baixa de passivos financeiros

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando expiram. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.17.6 - Contratos de garantia financeira

Contrato de garantia financeira consiste em contrato que requer que o emitente efetue pagamentos especificados a fim de reembolsar o detentor por perda que incorrer devido ao fato de o devedor especificado não efetuar o pagamento na data prevista, de acordo com as condições iniciais ou alteradas de instrumento de dívida.

Garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações financeiras pelo valor justo na data de emissão da garantia. Subsequentemente as obrigações em relação a garantias são mensuradas pelo maior entre o valor inicial menos a amortização reconhecida, e a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a garantia.

Essas estimativas são definidas com base na experiência de transações similares e no histórico de perdas passadas e no julgamento da administração da Companhia. As taxas recebidas são reconhecidas com base no método linear ao longo da vida da garantia. Qualquer aumento de obrigações em relação às garantias são apresentadas quando ocorridas nas despesas operacionais (Vide Nota 22).

3.17.7 - Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos *swaps* de taxa de juros. A Nota 46 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data de contratação, e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *hedge*; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge* (Vide item 3.17.9).

3.17.8 - Derivativos embutidos

Os derivativos embutidos, em contratos principais não derivativos, são tratados como um derivativo, separadamente, quando seus riscos e suas características não forem estreitamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

3.17.9 - Contabilização de *hedge*

A Companhia possui política de contabilização de *hedge* e os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge* atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

Para os fins de contabilidade de *hedge*, a Companhia utiliza as seguintes classificações:

a) *Hedges* de valor justo

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. As mudanças no valor justo dos instrumentos de *hedge* e no item objeto de *hedge*, atribuível ao risco de *hedge*, são reconhecidas na demonstração do resultado.

A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou exercido, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir dessa data.

b) *Hedges* de fluxo de caixa

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos, que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa, é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte não efetiva são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado.

A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou exercido, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio, naquela data, permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para sua gestão de riscos financeiros, conforme descrito na Nota 46. Com data inicial em 1º de outubro de 2013, a Companhia adotou procedimentos de contabilidade de *hedge* conforme as disposições do CPC 38 (IAS 39) objetivando a redução da volatilidade nas demonstrações financeiras gerada pela marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos e maior transparência das atividades da Gestão de Risco da Companhia.

Na data inicial, a Companhia designou os seus *hedges* de taxas de juros como *Hedge* de Fluxo de Caixa, portanto, a variação efetiva do valor justo dos instrumentos de *hedge* será represada na conta de Outros resultados abrangentes. Conforme a dívida protegida é reconhecida no resultado financeiro, a variação de valor justo represada em Outros resultados abrangentes do *hedge* é reconhecida no resultado financeiro com base na taxa de juros efetiva. A cada trimestre são realizados testes de efetividade para avaliar se os instrumentos derivativos protegeram e se devem continuar protegendo efetivamente a dívida atrelada. Se durante o teste de efetividade houver parcela ineficaz, este valor será reconhecido imediatamente no resultado financeiro.

Cada relação de *hedge* é documentada de forma que seja identificada a dívida protegida, o derivativo designado, o objetivo, a estratégia da gestão de risco, os termos contratuais designados para Contabilidade de *Hedge* e a metodologia de aferição da eficácia prospectiva e retrospectiva.

3.18 - Benefícios pós-emprego

3.18.1 - Obrigações de aposentadoria

A Companhia e suas controladas patrocinam vários planos de pensão, os quais são geralmente financiados por pagamentos a estes fundos de pensão, determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida e variável. Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Nesse tipo de plano, a Companhia tem a obrigação de honrar com o compromisso assumido, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

O passivo reconhecido no Balanço Patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência, nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no período de ocorrência de uma alteração do plano.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

3.18.2 - Outras obrigações pós-emprego

Algumas empresas da Companhia oferecem benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, além de seguro de vida para ativos e inativos. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou a invalidez do mesmo enquanto funcionário ativo.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

3.18.3 - Benefícios de Rescisão

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o vínculo empregatício é encerrado pelo Sistema Eletrobras antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que um empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. O Sistema Eletrobras reconhece os benefícios de rescisão na primeira das seguintes datas: (i) quando o Sistema Eletrobras não mais puder retirar a oferta desses benefícios; e (ii) quando a entidade reconhecer custos de reestruturação que estejam no escopo do CPC 25/IAS 37 e envolvam o pagamento de benefícios de rescisão. No caso de uma oferta efetuada para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são mensurados com base no número de empregados que, segundo se espera, aceitarão a oferta. Os benefícios que vencerem após 12 meses da data do balanço são descontados a valor presente.

3.19 - Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimar os valores de forma confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos, requeridos para a liquidação de uma provisão, podem ser recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.19.1 - Provisão para desmobilização de ativos

Conforme previsto no pronunciamento IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25), é constituída provisão ao longo do tempo de vida útil econômica de usinas termonucleares. O objetivo de tal provisão é alocar ao respectivo período de operação os custos a serem incorridos com sua desativação técnico-operacional, ao término da sua vida útil, estimada em quarenta anos.

Os valores são apropriados ao resultado do exercício a valor presente, com base em quotas anuais, a razão de 1/40 dos gastos estimados e registrados imediatamente (vide Nota 31).

3.19.2 - Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

As provisões para contingências judiciais são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. Nesse caso, tal contingência ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

3.19.3 - Contratos onerosos

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.

3.20 - Adiantamento para futuro aumento de capital

Adiantamentos de recursos recebidos do acionista controlador e destinados a aporte de capital são concedidos em caráter irrevogável. São classificados como passivo não circulante quando a quantidade de ações a serem emitidas não é conhecida e reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente atualizados pelo indexador estabelecido contratualmente.

3.21 - Capital social

As ações ordinárias e as ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais, diretamente atribuíveis à emissão de novas ações, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando a Companhia compra suas próprias ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia.

3.22 - Juros sobre o capital próprio e dividendos

Alinhados com o Estatuto Social a política assegura a seus Acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores e não autoriza que a reserva de capital possa ser usada para pagamentos de dividendos.

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei ou outro instrumento legal, ainda não aprovado em Assembleia Geral, são apresentados no Patrimônio Líquido, em conta específica denominada dividendos adicionais propostos.

Os juros sobre o capital próprio são imputados aos dividendos do exercício, sendo calculados tendo como limite uma porcentagem sobre o patrimônio liquido, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP estabelecida pelo Governo Brasileiro, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% das reservas de lucro, antes de incluir o lucro do próprio exercício, o que for maior.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

3.23 - Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado. Os componentes dos outros resultados abrangentes incluem:

a) Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido;

b) Ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior;

c) Ajuste de avaliação patrimonial relativo aos ganhos e perdas na remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda; e

d) Ajuste de avaliação patrimonial relativo à efetiva parcela de ganhos ou perdas de instrumentos de *hedge* em *hedge* de fluxo de caixa.

3.24 - Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e outras deduções similares.

3.24.1 - Venda de energia e serviços

a) Geração e Distribuição

As receitas de distribuição são classificadas como: i) Suprimento (venda) de Energia Elétrica a distribuidoras; ii) Fornecimento de Energia Elétrica para o consumidor, e; iii) Energia Elétrica no mercado de Curto Prazo. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma. A receita de venda de energia e serviços é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia; o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida. Inclui também a receita de construção vinculada ao segmento de distribuição de energia elétrica e de parte da geração abrangida no escopo do ICPC 01/IFRIC 12.

Para as concessões de geração renovadas à luz da Lei 12.783/2013, houve a alteração do regime de preço para tarifa, com revisão tarifária periódica nos mesmos moldes já aplicados à atividade de transmissão até então. A tarifa é calculada com base nos custos de operação e manutenção, acrescidos da taxa de 10%, sendo contabilizada a receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção com base no custo incorrido.

b) Transmissão

1) Receita financeira decorrente da remuneração do ativo financeiro, até o final do período da concessão, auferida de modo pró-rata e que leva em consideração a taxa média de retorno dos investimentos.

2) Receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção com base no custo incorrido.

3) A receita de desenvolvimento da infraestrutura é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra, de acordo com o que dita o pronunciamento técnico CPC 17 (R1) (equivalente a IAS 11) e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que:

(i) A atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica;

(ii) Toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a transmissão de energia elétrica.

(iii) A Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas.

3.24.2 - Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos proveniente de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido e desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita proveniente de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear, com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.25 - Arrendamento Mercantil

Conforme orientações do Pronunciamento CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil e da Interpretação Técnica ICPC 03- Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, devem ser registrados no Ativo Imobilizado os direitos que a Companhia detenha sobre bens corpóreos destinados à manutenção de suas atividades, decorrentes de arrendamento mercantil financeiro que transfiram ao arrendatário os benefícios, riscos e controle sobre os bens. No início do arrendamento financeiro, estes bens são capitalizados pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Os arrendamentos financeiros são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo, no momento da aquisição, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte no passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo.

Os juros e outras despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamento mercantil financeiro (a) está classificado no Ativo Não Circulante sendo amortizado durante a sua vida útil (Nota 22.5).

3.26 - Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais são reconhecidas, sistematicamente, no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. As subvenções governamentais recebíveis como compensação por despesas já incorridas, com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato à Companhia, sem custos futuros correspondentes, são reconhecidas no resultado do período em que forem recebidas e apropriadas à reserva de lucros e não são destinadas a distribuição de dividendos.

3.27 - Paradas programadas

Os custos incorridos antes e durante as paradas programadas de usinas e linhas de transmissão são apropriados ao resultado no período em que forem incorridos.

3.28 - Lucro básico e lucro diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação (total de ações menos as ações em tesouraria). O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas, de acordo com o CPC 41 (IAS 33).

3.29 - Apresentação de relatórios por segmentos de negócio

Segmentos operacionais de uma Companhia são definidos como componentes que:

a) exerce atividades das quais podem obter receitas e incorrer em despesas;

b) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração, para tomar decisões sobre os recursos a serem alocados aos segmentos e avaliar seu desempenho; e

c) para os quais existem informações financeiras.

A Companhia determinou os seguintes segmentos operacionais:

I. Geração, cujas atividades consistem na geração de energia elétrica e a venda de energia para empresas de distribuição e para os consumidores livres, e comercialização;

II. Transmissão, cujas atividades consistem na transmissão de energia elétrica;

III. Distribuição, cujas atividades consistem na distribuição de energia elétrica para o consumidor final;

IV. Administração, cujas atividades representam principalmente a gestão de caixa de todo o Grupo Eletrobras, o gerenciamento do empréstimo compulsório e a gestão de negócios em SPEs, cujo monitoramento e gestão é feito de forma distinta dos investimentos corporativos;

Eliminações, cujas atividades representam as transações entre partes relacionadas eliminadas para fins de consolidação.

Transações entre estes segmentos operacionais são determinados por preços e condições definidas entre as partes, que levam em consideração os termos aplicados às transações com partes não relacionadas.

3.30 - Demonstração do valor adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição, durante determinado período. É apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada:

- Pelas receitas - receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas, inclusive de construção, e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Pelos insumos adquiridos de terceiros - custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização; e
- Pelo valor adicionado recebido de terceiros - resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas.

A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios

NOTA 4 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas, na data base das demonstrações financeiras, para os quais não são facilmente obtidos através de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos é inerentemente incerta, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Companhia pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em períodos futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa.

A seguir, são apresentadas as principais premissas das estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos períodos:

I. Ativo e passivo fiscal diferidos

As estimativas de lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e no plano estratégico, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido (Vide Nota 10).

II. Provisão para redução do valor recuperável de ativos de longa duração

A Administração da Companhia considerou premissas e dados técnicos para elaboração do teste de determinação de recuperação de ativos, a fim de verificar se seus ativos imobilizado ou intangível não estão registrados contabilmente por valor superior ao passível de ser recuperável no futuro, situação na qual foi reconhecido *impairment*, a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas. Nesta prática são aplicadas premissas, baseadas na experiência histórica na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, e práticas de avaliação comumente utilizadas no mercado. Tais premissas podem, eventualmente, não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada. Atualmente, a vida útil adotada pela Companhia está de acordo com as práticas determinadas pela ANEEL, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Adicionalmente, a vida útil é limitada ao prazo de concessão.

Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela Administração da Companhia e de suas controladas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos. Dentre estes eventos destacam-se: a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica; taxa de crescimento da atividade econômica no país; e disponibilidade de recursos hídricos; além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada a premissa de que a indenização está contratualmente prevista, quando aplicável, pelo valor novo de reposição (VNR), para geração e transmissão. Esses são os valores esperados de indenização ao final do prazo das concessões de geração e transmissão de energia elétrica (vide prática contábil na Nota 3.12 e movimentação das provisões efetuadas no exercício na Nota 19). A variável mais relevante foi a taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa, com a definição de uma taxa específica para o segmento de geração, 6,33%. A taxa utilizada para a Angra 3 levou em conta características peculiares do segmento nuclear, bem como premissas de financiamento, estrutura de capital específica do projeto e beta alavancado calculado com premissas da ANEEL. A taxa utilizada foi de 5,44%.

III. Base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões

A Lei nº 12.783/2013, promulgada em 11 de janeiro de 2013, definiu o valor novo de reposição (VNR) como a base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço público. A Companhia adotou, para as concessões ainda não prorrogadas, a premissa de que os bens são reversíveis no final dos contratos de concessão. Seguindo essa premissa, para as concessões já prorrogadas, foram mantidos valores a receber do poder concedente, relacionados à Rede Básica do Sistema Existente - RBSE, aos investimentos realizados após o projeto básico das usinas e linhas de transmissão (modernização e melhorias) e aos ativos de geração térmica. Tais valores são objeto de homologação pela ANEEL conforme divulgado na Nota 2.1. A Companhia adotou o valor novo de reposição (VNR), como forma de mensuração do valor a ser

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

indenizado pelo Poder Concedente, da parcela dos ativos de geração e transmissão não totalmente depreciada até o final da concessão. Para os ativos de distribuição foi definida a Base de Remuneração Regulatória - BRR para tal mensuração.

IV. Vida útil dos bens do imobilizado

A Administração da Companhia utiliza os critérios definidos na resolução ANEEL 367, de 02 de junho de 2009, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, limitado ao prazo de concessão, por entender que elas representam adequadamente a referida vida útil (Vide Nota 16).

V. Provisão para desmobilização de ativos

A Companhia reconhece provisão para obrigações com a desativação de ativos relativos às suas usinas termonucleares. Para determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo estimado para a desativação e remoção de toda a usina do local e à época esperada dos referidos custos (Vide Nota 31). A estimativa dos custos é baseada nos requerimentos legais e ambientais para a desativação e remoção de toda a usina assim como os preços de produtos e serviços a serem utilizados no final da vida útil.

VI. Obrigações atuariais

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante (tábua AT-2000), idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente (Vide Nota 29).

VII. Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

As provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, quando há obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimar os valores de forma confiável,com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis. (Vide Nota 30).

VIII. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A Companhia registra provisão sobre contas a receber, empréstimos concedidos e direitos de ressarcimento da CCC que a Administração entende haver incerteza quanto ao recebimento.

A PCLD dos clientes é constituída com base nos critérios da ANEEL constante no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, em resumo são provisionados os valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera, também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas e também na existência de garantias reais.

A PCLD de ressarcimento da CCC e de empréstimos concedidos é constituída com base nos valores a receber vencidos. A reversão desta PCLD é realizada uma vez que a dívida é quitada ou repactuada.

IX. Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na Nota 46, a Administração da Companhia utiliza técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A Nota 46 apresenta as informações sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração da Companhia e suas controladas acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

X. Contratos onerosos

A Companhia e as controladas utilizam-se de premissas relacionadas ao custos e benefícios econômicos de cada contrato para a determinação da existência ou não de um contrato oneroso. No caso de compromissos de longo prazo como compra e venda de energia, uma das estimativas críticas na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) médio histórico aprovado pela Administração da Companhia como premissa para o cálculo da provisão do contrato oneroso, exclusivamente para fins contábeis, assim como a taxa de desconto utilizada para os fluxos de caixa. Os valores reais do PLD e/ou dos elementos considerados dentro da taxa de desconto ao longo dos anos podem ser superiores ou inferiores aos das premissas utilizadas pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia pode ter contratos onerosos em concessões onde o atual custo esperado para a operação e manutenção não é coberto integralmente pelas receitas (Vide Nota 33).

XI. Riscos relacionados ao cumprimento ("*compliance*") de leis e regulamentos

a) Lava Jato

Em 2015, em resposta às investigações no âmbito da "Operação Lava Jato" sobre irregularidades envolvendo funcionários, empreiteiros e fornecedores da Eletrobras e das sociedades de propósito específico (SPE) em que detém participações acionárias minoritárias, o Conselho de Administração da Empresa (CAE) decidiu por iniciar procedimento investigativo em face do risco de tais irregularidades apontadas na referida "Operação" poderem afetar alguns dos seus principais investimentos.

Para conduzir a investigação foi contratado escritório de advocacia norte-americano Hogan Lovells US LLP, com reconhecida especialização em ações investigativas e também instaurada a Comissão Independente de Gestão da Investigação (CIGI), composta por especialistas notórios e independentes, com a função de supervisionar o processo de investigação.

O procedimento investigatório seguiu os princípios adotados pela Securities and Exchange Commission (SEC) e pelo Department of Justice (DoJ) norte-amerianos para procedimentos desta natureza, em vista de que, após 2008, quando a Eletrobras passou a ser listada na Bolsa de Valores de Nova York por meio de ADR's - American Depositary Receipts, tornou-se sujeita às leis norte-americanas que regulam o mercado de capitais, em especial, a toda a regulamentação fixada pelo U.S. Securities and Exchange Act em que se inclui a Foreign Corrupt Practices Act - FCPA que, em síntese, criminaliza os atos de corrupção, tais como o pagamento a funcionários de governos estrangeiros, partidos políticos, candidatos a cargos políticos estrangeiros em troca de vantagens comerciais ou econômicas.

No decorrer de 2015 e 2016, no âmbito da "Operação Lava Jato", as operações Radioatividade e Pripyat resultaram no indiciamento de seis ex-executivos da Eletronuclear, bem como de outros envolvidos. Muito embora os processos ainda se encontrem em andamento, já foram proferidas sentenças condenatórias contra quatro desses ex-funcionários, ainda não transitadas em julgado. A Eletrobras vem cooperando com as autoridades no compartilhamento de informações levantadas pela investigação independente, participando, inclusive, como assistente de acusação contra os réus nestes processos criminais.

Visando facilitar e garantir o andamento das investigações, a administração da Companhia vem adotando as medidas de governança requeridas e/ou recomendadas pelo Hogan Lovells e pela Comissão Independente. Desde o início da investigação a Eletrobras substituiu inteiramente o Conselho de Administração, contratou novo CEO e vem reforçando sua estrutura de *compliance*. Em meados de 2016, foi criada a Diretoria de Conformidade, responsável pela coordenação do programa de *compliance* e pelo gerenciamento de riscos na Companhia e das suas subsidiárias.

No mesmo sentido a Eletrobras revisou contratos específicos em que as investigações identificaram possíveis irregularidades. Quando as suspeitas se confirmaram os contratos foram imediatamente suspensos.

Em relação aos empregados e diretores envolvidos em questões éticas identificadas na investigação, a Eletrobras tomou medidas punitivas na esfera administrativa, incluindo a suspensão do contrato de trabalho e o desligamento dos envolvidos. Atualmente, estão sendo estudadas as possibilidades jurídicas de responsabilização e ressarcimento de potenciais prejuízos causados à Companhia, frente aos ex-executivos e fornecedores acusados de corrupção, na esfera cível, tendo sido protocolado pela Eletronuclear - a quem cabe adotar as medidas judiciais de ressarcimento de prejuízos - protesto judicial para interrupção da prescrição, em relação às empresas integrantes do Consórcio Angramon (Construtora Norberto Odebrecht S/A, UTC Engenharia S/A, Techint Engenharia e Construção S/A, Construtora Andrade Gutierrez S/A, Empresa Brasileira de Engenharia S/A - EBE, Construtora Queiroz Galvão S/A e Construções e Comércio Camargo Correa S/A), para preservação de direitos.

Em outubro de 2016, a investigação independente completou a etapa que tinha como objetivo identificar atos ilícitos que pudessem causar eventuais distorções significativas nas demonstrações contábeis da Companhia, levando em consideração fatos e circunstâncias conhecidos até aquele momento. Nessa etapa foram considerados certos valores estimados como relacionados a ilícitos oriundos da prática de cartel e propinas que teriam sido pagas, desde 2008, por certos empreiteiros e fornecedores contratados por subsidiárias e por algumas das SPEs em que a Eletrobras não é controlador majoritário.

A Eletrobras registrou como baixa de custos capitalizados no ativo imobilizado o total de R$ 211.123 representando valores estimados pagos indevidamente em períodos anteriores. Desse montante R$ 143.957 já havia sido reconhecido como *impairment* em períodos anteriores, ocasionando a reversão dessa provisão. Houve também o reconhecimento de uma perda de R$ 91.464 no resultado de investimento na Norte Energia S.A., SPE não controlada pela Eletrobras e avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

Achados da Investigação por empreendimento (subsidiárias Eletrobras)	Consolidado 31/12/2016
Angra 3	(141.313)
Mauá 3	(67.166)
Simplício	(2.644)
	(211.123)

O resumo desses ajustes no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é o seguinte:

Balanço Patrimonial	Controladora 31/12/2016	Consolidado 31/12/2016
Ativo Imobilizado		
Custos	–	(211.123)
Provisão de Impairment	–	143.957
Investimentos pelo Método de Equivalência	(91.464)	(91.464)
Ativo Não Circulante	(91.464)	(158.630)
Provisão para passivo a descoberto	(67.166)	–
Passivo Não Circulante	(67.166)	–

Demonstração de resultado do período	Controladora 31/12/2016	Consolidado 31/12/2016
Achados da Investigação	–	(211.123)
Provisão de *impairment* (Provisões Operacionais)	–	143.957
Provisão para passivo a descoberto (Provisões Operacionais)	(67.166)	–
Resultados de investimentos pelo método de equivalência	(91.464)	(91.464)
	(158.630)	(158.630)

Em abril de 2017, em decorrência dos acordos de delação celebrados entre os executivos do principal grupo de construção do Brasil, Odebrecht, o Supremo Tribunal Federal - STF determinou que fossem iniciadas investigações sobre a conduta dos políticos citados nesses acordos. Essas investigações referem-se tão somente aos indivíduos com foro privilegiado sobre os quais o STF tem jurisdição exclusiva. Além disso outras investigações oficiais podem ser iniciadas contra indivíduos que estão sujeitos à jurisdição dos tribunais comuns.

Certas alegações de potenciais atos ilegais praticados por executivos da Odebrecht no âmbito do projeto Santo Antônio (Madeira Energia S.A.) se tornaram públicas. A Eletrobras, por intermédio da controlada Furnas, participa com 39,0% nesse projeto. O efeito total estimado dos pagamentos considerados como ilícitos, conforme compilado pelo processo de investigação independente da Companhia acima citado, monta em R$ 314.978 e, considerando o percentual de participação societária da controlada Furnas de 39%, o impacto nas demonstrações contábeis representaria uma baixa contábil no investimento avaliado por equivalência patrimonial de R$ 122.841, uma vez que pagamentos dessa natureza não atendem aos critérios contábeis para registro nos ativos conforme CPC 27/IAS 16. Entretanto, conforme demonstrado no quadro abaixo, tal baixa contábil não impactou o resultado e nem o patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 uma vez que foi inferior ao montante de *impairment* de R$ 314.038 registrado conforme o CPC 01/IAS 36.

Achados da Investigação - Santo Antônio	31/12/2017
Madeira Energia S.A	122.841
Balanço Patrimonial	
Provisão de *Impairment* registrado - total	(314.038)
Reversão de *Impairment*	122.841
Baixa de Investimentos - Madeira Energia S.A	(122.841)
Demonstração de resultado do período	
Reversão de Provisão de *Impairment* (Provisões Operacionais)	(122.841)
Perda em Investimentos - Madeira Energia S.A	122.841

Como não havia informações suficientes que permitissem à Companhia determinar com razoável precisão os períodos específicos em que teriam ocorrido os pagamentos indevidos estimados, a Companhia entendeu que, após ter envidado esforços, foi impraticável determinar os efeitos por períodos específicos anteriores relativos a tais pagamentos em suas demonstrações contábeis, tendo registrado o ajuste desses pagamentos indevidos e, portanto, incorretamente capitalizados, nos períodos em que tais informações relevantes chegaram ao conhecimento da Companhia.

As investigações da "Operação Lava Jato" ainda não foram concluídas e o Ministério Público Federal poderá levar tempo considerável para concluir todos os procedimentos de apuração e divulgação dos fatos. Dessa forma, novas informações relevantes podem ser reveladas no futuro, o que poderá levar a Eletrobras a reconhecer ajustes adicionais nas suas demonstrações contábeis.

A Eletrobras permanece com contrato em vigor com o escritório norte-americano Hogan Lovells visando o encerramento das ações de investigação independente em curso e consequente resolução do caso perante às autoridades norte-americanas.

Adicionalmente, o atual contrato com o escritório Hogan Lovells também prevê o acompanhamento das medidas de remediação, especialmente a implementação do programa de compliance, bem como as interações necessárias, com autoridades brasileiras e norte-americanas.

b) Processos judiciais envolvendo a Empresa - Class Action

Em 22 de julho de 2015 e 15 de agosto de 2015, duas ações coletivas de títulos putativos foram protocoladas contra a Eletrobras e alguns de seus dirigentes no Tribunal Distrital dos Estados Unidos, no Distrito Sul de Nova York (SDNY) (Vide nota 30), alegando, basicamente, que os atos de corrupção e fraude envolvendo empresas nas quais a Eletrobras participa, teriam ocasionado um relevante prejuízo em relação aos títulos adquiridos, já que não haviam sido informados nos registros públicos da companhia.

Atualmente o processo encontra-se em fase de instrução, "Discovery" e até meados do ano de 2018 a Companhia estima que deverá haver uma decisão acerca das ações coletivas incluídas na demanda, o que se denominada "class certification" (Vide Nota 30).

c) Processo de resolution com a SEC e DoJ

A Companhia entende que o processo de resolution junto as autoridades americanas ainda está em estágio preliminar. No momento, não há qualquer obrigação pecuniária para a Eletrobras relacionada a estas investigações, muito embora a Companhia siga buscando uma solução o menos gravosa possível, não é possível estimar, no momento, se haverá qualquer montante potencial de perda relacionada a esta questão.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

NOTA 5 - CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E CAIXA RESTRITO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
I - Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Caixa e Bancos	161.312	10.290	422.819	295.549
Aplicações Financeiras	14	3	369.433	200.306
	161.326	10.293	792.252	495.855
II - Caixa Restrito:				
Recursos da CCC	–	393.520	–	393.520
Comercialização - Itaipu	2.665	256.192	2.665	256.192
Comercialização - PROINFA	1.162.561	998.380	1.162.561	998.380
Recursos da RGR	50.132	33.254	50.132	33.254
PROCEL	114.518	–	114.518	–
	1.329.876	1.681.346	1.329.876	1.681.346
	1.491.202	1.691.639	2.122.128	2.177.201

I - As disponibilidades financeiras são mantidas no Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle do Governo Federal, emanada do Decreto-Lei nº 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução 4.034, de 30 de novembro de 2011, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa referencial média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

Os saldos considerados como equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e são destinados ao atendimento da gestão de caixa da Companhia. Nenhum título público encontra-se classificado como caixa e equivalentes de caixa.

II - Caixa restrito - São os recursos arrecadados pelos respectivos fundos que são utilizados exclusivamente para atender às disposições regulamentares dos mesmos, não estando disponíveis para a Companhia.

NOTA 6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Por meio da Resolução nº 3.284 do Banco Central do Brasil, de 25 de maio de 2005, foi estabelecido que as aplicações das disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente podem ser efetuadas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A., logo a Companhia e suas controladas aplicam seus recursos nos Fundos extramercados lastreados em títulos públicos substancialmente de vencimento de longo prazo, cuja utilização contempla tanto o programa de investimento corporativo no curto prazo e, ainda, a manutenção do caixa operacional da Companhia.

O detalhamento dos títulos e valores mobiliários se dá como se segue:

CONTROLADORA

CIRCULANTE

Títulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	31/12/2017	31/12/2016
LFT	Banco do Brasil	Após 90 dias	Pré-fixado	–	292.043
LTN	Banco do Brasil	Após 90 dias	Pré-fixado	4.495.472	3.891.239
LTN	CEF	Após 90 dias	Pré-fixado	62.670	50.507
NTN- B	Banco do Brasil	Após 90 dias	IPCA	–	18.774
NTN- B	CEF	Após 90 dias	IPCA	–	14.325
NTN- F	Banco do Brasil	Após 90 dias	Pré-fixado	18.356	187.770
NTN- F	CEF	Após 90 dias	Pré-fixado	18.552	17.296
Op. Compromissadas	Banco do Brasil	–	–	458.408	–
Op. Compromissadas	CEF	–	–	6.499	–
TOTAL CIRCULANTE				5.059.957	4.471.954

NÃO CIRCULANTE

Títulos	31/12/2017	31/12/2016
FINOR/FINAM (b)	1.426	876
PARTES BENEFICIÁRIAS (a)	267.715	244.420
TOTAL NÃO CIRCULANTE	269.141	245.296

CONSOLIDADO

CIRCULANTE

Títulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	31/12/2017	31/12/2016
LFT	Banco do Brasil	Após 90 dias	SELIC	–	292.043
LTN	Banco do Brasil	Após 90 dias	Pré-fixado	5.153.684	4.967.563
LTN	CEF	Após 90 dias	Pré-fixado	62.670	50.507
NTN- B	Banco do Brasil	Após 90 dias	IPCA	–	18.803
NTN- B	CEF	Após 90 dias	IPCA	–	14.325
NTN- F	Banco do Brasil	Após 90 dias	Pré-fixado	100.313	247.449
NTN- F	CEF	Após 90 dias	Pré-fixado	18.583	17.296
TÍTULOS DE RENDA FIXA	Banco do Brasil	–	–	449.701	–
TÍTULOS DE RENDA FIXA	CEF	–	–	168.586	–
Op. Compromissadas	Banco do Brasil	–	–	458.408	2.298
Op. Compromissadas	CEF	–	–	284.450	58.356
OUTROS	–	–	–	227.963	13.151
TOTAL CIRCULANTE				6.924.358	5.681.791

NÃO CIRCULANTE

Títulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	31/12/2017	31/12/2016
NTN- B	Banco do Brasil	01/01/2030	Pré-fixado	274	434
FINOR/FINAM (b)	–	–	–	1.426	876
PARTES BENEFICIÁRIAS (a)	–	–	–	267.715	244.420
REFERENCIADO - DI	BNDES	–	–	61.634	–
OUTROS	–	–	–	813	1.505
TOTAL NÃO CIRCULANTE				331.862	247.235

(a) PARTES BENEFICIÁRIAS - Títulos adquiridos em decorrência da reestruturação do investimento da Companhia na controlada INVESTCO S.A. Estes ativos garantem rendimentos anuais equivalentes a 10% do lucro das empresas citadas abaixo, pagos juntamente com os dividendos, e serão resgatados no vencimento previsto para outubro de 2032, mediante sua conversão em ações preferenciais do capital social das referidas empresas, esses títulos são ajustados a valor presente e estão demonstrados a seguir:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
Lajeado Energia	451.375	451.375
Paulista Lajeado	49.975	49.975
Ceb Lajeado	151.225	151.225
Valor de face	652.575	652.575
Ajuste a valor presente	(384.860)	(408.155)
Valor presente	267.715	244.420

(b) Os certificados de investimentos decorrentes de incentivos fiscais do Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR e do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, estão ajustados por provisões para perdas na sua realização e, portanto, apresentados líquidos.

NOTA 7 - CLIENTES

	CONSOLIDADO					
	31/12/2017					31/12/2016
CIRCULANTE	A vencer	Vencidos até 90 dias	+ de 90 dias	Créditos Renegociados (b)	Total	Total
AES ELETROPAULO	28.265	1.134	2	–	29.401	30.576
AES SUL	2.434	–	–	–	2.434	28.326
AMPLA	23.541	2.545	–	–	26.086	24.817
CEA	1.015	384	–	49.547	50.946	301.028
CEB	6.578	557	–	–	7.135	5.216
CEEE	15.832	242	–	–	16.074	27.147
CELESC	42.980	1.250	–	–	44.230	44.187
CELPA	29.079	698	8.478	603	38.858	63.804
CELPE	25.678	608	56	–	26.342	20.403
CEMAR	20.316	338	–	–	20.654	22.837
CEMIG	65.371	1.128	480	–	66.979	34.691
CESP	2.583	–	–	–	2.583	1.656
COELBA	40.434	946	58	–	41.438	32.619
COELCE	30.649	446	–	–	31.095	30.834
COPEL	46.166	1.064	–	–	47.230	79.278
CPFL	21.595	–	348	–	21.943	18.371
EBE	11.165	–	–	–	11.165	9.614
ELEKTRO	35.461	381	–	–	35.842	41.123
ENERGISA	36.437	2.347	84.239	–	123.023	110.045
ENERSUL	11.122	–	–	–	11.122	11.416
ESCELSA	9.589	–	–	–	9.589	18.843
LIGHT	51.529	1.697	123	–	53.349	52.072
PIRATININGA	7.821	253	–	–	8.074	2.505
RGE	24.144	407	7	–	24.558	27.633
Rolagem da Dívida (b)	–	–	–	–	–	23.601
Comercialização CCEE	359.288	27.771	3.851	–	390.910	499.735
Uso da Rede Elétrica	526.135	16.360	46.576	–	589.071	263.806
PROINFA (a)	287.728	28.007	–	186.500	502.236	355.030
Consumidor Residencial	208.568	215.867	89.469	139.638	653.542	984.551
Consumidor Industrial	288.301	35.366	265.960	120.576	710.203	587.683
Consumidor Rural	13.514	7.233	7.563	6.572	34.882	70.440
Comércio, serviços e outras atividades	138.882	63.627	49.450	58.327	310.286	435.284
Poder público	70.907	96.996	140.020	66.003	373.926	450.505
Outros	1.295.865	12.175	107.851	6.163	1.422.054	1.154.451
(–) PCLD (c)	(61.703)	(85.844)	(738.398)	(188.947)	(1.074.892)	(1.461.849)
	3.717.269	433.983	66.133	444.982	4.662.368	4.402.278
NÃO CIRCULANTE						
CEB	–	–	9.548	–	9.548	14.111
CELPA	–	–	–	–	–	368
CEA	–	–	–	207.403	207.403	–
Comercialização na CCEE	–	–	293.560	–	293.560	293.560
Uso da Rede Elétrica	–	–	4.347	–	4.347	6.276
PROINFA (a)	–	–	–	30.576	30.576	76.441
Rolagem da Dívida (b)	–	–	–	–	–	568.635
Poder público	–	–	–	127.428	127.428	582.501
Consumidor Residencial	–	–	–	61.100	61.100	79.251
Consumidor Industrial	–	–	–	45.072	45.072	48.039
Consumidor Rural	–	–	–	2.510	2.510	5.921
Comércio, serviços e outras atividades	–	–	–	281.184	281.184	88.649
Outros	13.397	–	–	154	13.551	749.090
(–) PCLD (c)	–	–	(307.455)	(306.448)	(613.903)	(433.817)
	13.397	–	–	448.979	462.376	2.079.025
	3.730.666	433.983	66.133	893.961	5.124.744	6.481.303

(a) Comercialização de energia elétrica - PROINFA

As operações de comercialização de energia elétrica no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA geraram um saldo líquido positivo de R$ 353.933 no exercício de 2017 (um saldo líquido positivo de R$ 693.094 em 31 de dezembro de 2016), não produzindo efeito no resultado líquido do exercício da Companhia, sendo este valor incluído na rubrica Obrigações de Ressarcimento. No saldo de consumidores revendedores está registrado o valor de R$ 532.812 do PROINFA referente à controladora (R$ 431.471 em 31 de dezembro de 2016).

(b) Rolagem da dívida

Os créditos de rolagem da dívida são referentes a um contrato de cessão de crédito entre a União e as controladas Furnas e Eletrosul, em conformidade com o Programa de Saneamento das Finanças do Setor Público (Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993). A União assumiu, refinanciou e reescalonou a dívida em 240 parcelas, vencíveis a partir de abril de 1994. Vencido o prazo de 20 anos e remanescendo saldo a pagar, uma vez que a União repassa somente os recursos recebidos dos estados que, por sua vez, está limitado por lei em níveis de comprometimento de receitas, o parcelamento será estendido por mais 120 meses.

Com base no art. 14 da Lei Complementar nº 156, de 2016, houve negociação relativa a tais créditos, que resultou em quitação da dívida pelo Tesouro Nacional, no montante atualizado de R$ 1.388.762, em 1º de agosto de 2017.

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

As Controladas constituem e mantêm provisões, a partir de análise dos valores constantes das contas a receber vencidas e do histórico de perdas, cujo montante é considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

O saldo da PCLD é composto como segue:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
Consumidores	401.891	569.269
Revendedores	759.483	765.620
CEA (c.1)	233.861	267.217
CCEE - Energia de Curto Prazo (c.2)	293.560	293.560
	1.688.795	1.895.666

(c.1) Em 2015, constituiu-se uma provisão de créditos duvidosos relativa à terceira parcela de uma renegociação de dívidas com a CEA (parcela vencida em janeiro de 2015). O montante vem sendo corrigido mensalmente, e em 31 de dezembro de 2017 corresponde a R$ 233.861 (R$ 267.217 em 31 de dezembro de 2016).
(c.2) A controlada Furnas mantém registrada uma provisão, constituída em 2007, no montante de R$ 293.560 (R$ 293.560 em 31 de dezembro de 2016). Esta provisão representa valores históricos relativos à comercialização de energia no âmbito

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

do extinto Mercado Atacadista de Energia - MAE, referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cuja liquidação financeira está suspensa, em função da concessão de liminares em ações judiciais propostas por concessionárias de distribuição de energia elétrica, contra a ANEEL e o MAE, hoje CCEE.

As movimentações na PCLD de contas de clientes de energia elétrica no consolidado são as seguintes:

	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.719.648
(+) Constituição	657.952
(–) Reversão	(337.719)
(–) Baixa	(144.215)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.895.666
(+) Constituição	782.289
(–) Reversão	(261.920)
(–) Baixa	(727.240)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.688.795

A constituição e a reversão da PCLD foram registradas no resultado do período como Provisões Operacionais (Nota 43). Os valores reconhecidos como PCLD são reconhecidos como perda definitiva quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos.

NOTA 8 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

	31/12/2017							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	Tx. Média	Valor	Circulante	Não Circulante	Tx. Média	Valor	Circulante	Não Circulante
FURNAS	7,23	23.038	688.392	2.709.137	–	–	–	–
CHESF	14,35	10.177	707.392	121.590	–	–	–	–
ELETROSUL	6,87	160	102.232	831.395	–	–	–	–
ELETRONORTE	5,88	23.914	387.360	1.822.550	–	–	–	–
ELETRONUCLEAR	8,68	13.168	382.597	1.284.025	–	–	–	–
CGTEE	8,29	290.315	731.131	2.054.865	–	–	–	–
CEAL	8,97	1.030	479.434	1.296.214	–	–	–	–
AMAZONAS	10,64	48.983	1.077.457	3.480.341	–	–	–	–
CEPISA (*)	8,21	123.803	630.875	1.261.668	–	–	–	–
ELETROACRE (*)	8,58	266	95.559	233.183	–	–	–	–
		534.854	5.282.429	15.094.968	–	–	–	–
ITAIPU	7,10	21.101	1.888.426	6.790.064	7,10	21.101	1.888.426	6.790.064
CEMIG	5,17	262	16.357	33.171	5,17	262	16.357	33.171
CEEE	5,00	116	4.465	15.642	5,00	116	4.465	15.642
AES ELETROPAULO	10,00	340.493	10.561	–	10,00	340.493	10.561	–
ENERGISA - TO	6,31	359	30.047	31.742	6,31	359	30.047	31.742
CELPA	5,93	252	7.467	628.313	5,93	252	7.467	628.313
CEMAR	0,43	462	27.679	103.860	0,43	462	27.679	103.860
CESP	5,10	57	5.569	4.752	5,10	57	5.569	4.752
COELCE	5,00	149	9.265	20.591	5,00	149	9.265	20.591
COELBA	5,00	185	7.340	29.620	5,00	185	7.340	29.620
ESCELSA	5,00	97	8.316	11.144	5,00	97	8.316	11.144
GLOBAL	–	118.544	44.100	–	0,00	118.544	44.100	–
CELESC DISTRIB.	5,00	180	17.577	14.959	5,00	180	17.577	14.959
OUTRAS		88.205	92.880	110.611		88.207	93.247	111.034
(–) PCLD		(205.676)	(63.244)	–		(205.676)	(63.244)	–
		364.786	2.106.805	7.794.469		364.788	2.107.172	7.794.892
		899.640	7.389.235	22.889.437		364.788	2.107.172	7.794.892

	31/12/2016							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	Tx. Média	Valor	Circulante	Não Circulante	Tx. Média	Valor	Circu-lante	Não Circulante
FURNAS	8,40	30.226	716.663	3.127.050	–	–	–	–
CHESF	18,88	–	564.151	134.569	–	–	–	–
ELETROSUL	10,08	126.003	90.930	2.078.736	–	–	–	–
ELETRONORTE	6,86	28.025	571.404	2.159.118	–	–	–	–
ELETRONUCLEAR	10,06	17.705	315.350	1.259.511	–	–	–	–
CGTEE	13,37	7.691	373.149	2.291.668	–	–	–	–
CEAL	14,43	1.312	35.068	1.421.549	–	–	–	–
CERON	13,82	1.106	24.841	939.442	–	–	–	–
CEPISA	13,07	98.494	218.384	1.322.857	–	–	–	–
ELETROACRE	14,04	394	9.463	360.653	–	–	–	–
BOA VISTA	13,78	173	6.556	108.962	–	–	–	–
AMAZONAS	15,79	28.149	495.138	3.236.182	–	–	–	–
		339.279	3.420.097	18.440.298	–	–	–	–
ITAIPU	7,13	–	1.693.328	9.086.250	7,13	–	1.693.328	9.086.250
CEMIG	5,19	359	19.537	48.147	5,19	359	19.537	48.147
COPEL	5,03	255	14.187	36.398	5,03	255	14.187	36.398
CEEE	5,00	140	4.465	19.763	5,00	140	4.465	19.763
AES ELETROPAULO	5,00	339.278	10.561	–	5,00	339.278	10.561	–
ENERGISA - MT	9,62	2.255	94.468	168.000	9,62	2.255	94.468	168.000
ENERGISA - TO	11,31	879	30.047	59.486	11,31	879	30.047	59.486
ENERGISA - MS	5,22	161	11.341	18.510	5,22	161	11.341	18.510
CELPA	5,00	70.777	291.809	266.757	5,00	70.777	291.809	266.757
CEMAR	1,74	843	53.531	163.303	1,74	843	53.531	163.303
CESP	5,09	92	5.569	9.904	5,09	92	5.569	9.904
COELCE	5,00	191	9.860	28.337	5,00	191	9.860	28.337
COSERN	5,00	13	1.874	769	5,00	13	1.874	769
COELBA	5,00	423	22.788	61.749	5,00	423	22.788	61.749
ESCELSA	5,00	147	10.833	18.626	5,00	147	10.833	18.626
GLOBAL	5,00	106.275	44.100	–	5,00	106.275	44.100	–
CELESC DISTRIB.	5,00	327	27.435	30.973	5,00	327	27.435	30.973
OUTRAS		83.337	331.391	140.572		83.340	332.788	141.334
(–) PCLD		(184.080)	(74.258)	–		(184.080)	(74.258)	–
		421.671	2.602.866	10.157.544		421.675	2.604.263	10.158.306
		760.950	6.022.963	28.597.843		421.675	2.604.263	10.158.306

Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios da Companhia, além de recursos setoriais e de recursos externos captados através de agências internacionais de desenvolvimento, instituições financeiras e decorrentes do lançamento de títulos no mercado financeiro internacional.

Da totalidade dos empréstimos concedidos pela Eletrobras, em 31 de dezembro de 2017, R$ 4.848.676 (R$ 4.908.816 em 31 de dezembro de 2016) referem-se a repasses do fundo setorial RGR, incluídos na rubrica Financiamentos e Empréstimos.

Todos os financiamentos e empréstimos concedidos estão respaldados por contratos formais firmados com as mutuarias. Os recebimentos destes valores, em sua maioria, estão previstos em parcelas mensais, amortizáveis em um prazo médio de 10 anos, sendo a taxa média de juros, ponderada pelo saldo da carteira, de 8,04% ao ano.

Os financiamentos e empréstimos concedidos na controladora, com cláusula de atualização cambial, representam cerca de 28% do total da carteira (32% em 31 de dezembro de 2016). Já os que preveem atualização com base em índices que representam o nível de preços internos no Brasil atingem a 72% do saldo da carteira (68% em 31 de dezembro de 2016).

Os valores de mercado desses ativos são próximos aos seus valores contábeis, visto serem operações específicas do setor e formadas, em parte, através de recursos de Fundos Setoriais e que não encontram condições semelhantes como parâmetro de avaliação ao valor de mercado.

As parcelas de longo prazo dos financiamentos e empréstimos concedidos, baseados nos fluxos de caixa previstos contratualmente, vencem em parcelas variáveis, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
Controladora	5.349.016	5.233.868	5.111.967	2.127.991	1.546.042	3.520.552	22.889.437
Consolidado	1.365.931	2.853.010	1.834.559	416.118	770.073	555.201	7.794.891

Mais informações sobre o detalhamento dos saldos acima apresentados estão evidenciadas na nota explicativa 48, partes relacionadas.

8.1 - AES Eletropaulo/CTEEP - Ação Judicial

A Companhia possui recebíveis junto à Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. vinculados a um processo judicial em andamento entre a AES Eletropaulo e CTEEP.

Em 18 de setembro de 2015, foi publicado laudo parcial no âmbito do processo que move em face da Companhia Eletropaulo, informando que a Eletropaulo é a responsável pelo pagamento dos valores devidos decorrentes de financiamentos não honrados nos seus respectivos vencimentos junto à Eletrobras e não a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP").

Com isso, a Companhia passa a ter um crédito de R$ 1.400.000 em 31 de dezembro de 2017 (R$ 2.656.542 em 31 de dezembro de 2016), sendo R$ 351.054 (R$ 349.839 em 31 de dezembro de 2016) já reconhecidos em seu ativo, na rubrica empréstimos e financiamentos, correspondente à parte considerada como incontroversa pela Companhia.

Em 04 de outubro de 2017 a Eletrobras e a Eletropaulo celebraram um memorando de entendimento visando estabelecer os critérios para a instauração de procedimento de mediação para negociar as bases de um eventual acordo visando encerrar a disputa judicial. No âmbito deste memorando, a Eletrobras e a Eletropaulo solicitaram a suspensão do processo judicial pelo prazo de 60 dias, com o objetivo de concluírem, durante este período, o processo de mediação.

Em 9 de março de 2018 o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou os termos e condições, bem como a celebração pela Companhia, de um acordo com a Eletropaulo, visando encerrar a disputa judicial, vide nota 50.5.

8.2 - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A Companhia reconhece provisões para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R$ 268.920 (R$ 258.338 em 31 de dezembro de 2016) correspondente ao principal e ao serviço da dívida de devedores em inadimplência.

Tal volume de provisão é julgado suficiente pela administração da Companhia para fazer face a eventuais perdas nestes ativos, com base em análise do comportamento da carteira.

As movimentações na PCLD dos financiamentos e empréstimos concedidos da Companhia são as seguintes:

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2015	241.047
(+) Complemento	20.521
(–) Reversões	(3.230)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	258.338
(+) Complemento	36.024
(–) Reversões	(25.442)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	268.920

A constituição e a reversão da PCLD foram registradas no resultado do exercício como Provisões Operacionais (Vide Nota 43). Os valores reconhecidos como PCLD são levados às perdas definitivas (baixados) quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos.

NOTA 9 - REMUNERAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte, quando aplicável, decorrentes de investimentos de caráter permanente mantidos pela Companhia.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE				
Furnas	298.680	298.680	–	–
Eletronorte	1.099.896	18	–	–
CGTEE	91.550	83.273	–	–
Eletrosul	81.408	89.755	–	–
Eletropar	7.797	7.085	–	–
Lajeado Energia	55.896	50.009	55.896	50.009
CEMAR	30.963	25.506	30.963	25.506
CTEEP	–	48.634	–	48.634
EMAE	12.753	6.213	12.753	6.213
Goiás Transmissão	–	–	22.030	17.936
STN - Sist. de Transm. Nordeste S.A.	–	–	7.839	8.974
Transenergia Renovável	–	–	6.851	14.762
MGE Transmissão	–	–	7.576	6.547
Manaus Construtora	–	–	9.229	9.178
Manaus Transmissora	–	–	1.993	3.934
Transenergia São Paulo	–	–	848	2.557
Retiro Baixo Energético S.A.	–	–	2.535	2.107
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. - ETAU	–	–	3.163	5.616
Uirapuru	–	–	2.657	2.507
IE Madeira	–	–	20.737	30.630
IE Garanhuns	–	–	–	9.891
Caldas Novas Transmissão S.A.	–	–	3.626	1.038
Enerpeixe	–	–	15.878	26.446
Chapecoense	–	–	25.674	24.625
EAPSA	–	–	4.675	4.743
Outros	17.544	9.393	10.654	16.602
	1.726.958	618.566	245.577	318.455

continua

continuação

NOTA 10 - TRIBUTOS A RECUPERAR E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

10.1 - Tributos a recuperar

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante:				
Imposto de renda - fonte	620.782	603.648	931.847	886.598
PIS/PASEP/COFINS compensáveis	2.517	70.593	78.470	119.057
ICMS a recuperar	–	–	13.263	48.368
Outros	–	–	42.627	31.497
	623.299	674.241	1.066.207	1.085.520
Ativo não circulante:				
ICMS a recuperar (a)	–	–	1.068.450	1.217.268
PIS/COFINS a recuperar (a)	–	–	547.205	469.764
Outros	–	–	19.487	18.382
	–	–	1.635.142	1.705.414

(a) ICMS, PIS/PASEP e COFINS a recuperar

A Companhia mantém registrado no ativo não circulante um montante de R$ 1.615.655 em 31 de dezembro de 2017 (R$ 1.687.032 em 31 de dezembro de 2016) referente à PIS, COFINS e ICMS a recuperar. Desse montante, R$ 1.062.634 (R$ 1.157.083 em 31 de dezembro de 2016) se refere a impostos e contribuições sobre aquisição de combustível da controlada Amazonas.

De acordo com o § 8º da Lei nº 12.111/2009, os referidos impostos e contribuições que fazem parte do custo de aquisição de combustíveis reembolsados pelo fundo da CCC, deverão ser ressarcidos ao fundo quando realizados, deste modo é mantido um passivo de mesmo valor na rubrica Obrigações de Ressarcimento (vide Nota 11).

(a.1) Inconstitucionalidade do PIS/PASEP e COFINS

O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS e deu, naquela época, novo conceito ao faturamento. Tal conceito passou a abranger a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

Com base no Código Tributário Nacional - CTN, as empresas do Sistema Eletrobras buscam o reconhecimento de seu direito ao crédito e a restituição do valor pago a maior em decorrência da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições. Até a conclusão destas demonstrações financeiras, não havia decisão final sobre a questão.

As empresas do Sistema Eletrobras possuem, portanto, créditos fiscais em potencial de PIS/PASEP e de COFINS, que estão em fase de determinação e, portanto, não reconhecidos nestas demonstrações financeiras, em virtude da ausência da apuração de forma definitiva, até que se promova judicialmente a liquidação da sentença.

10.2 - Imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante:				
Antecipações/ Saldo Negativo de IRPJ e CSLL	1.436.175	769.541	1.874.475	1.086.367
Ativo não circulante:				
Saldo Negativo de IRPJ e CSLL	471.568	1.488.158	471.568	1.488.158
IRPJ/CSLL Diferidos	–	–	1.010.810	839.708
	471.568	1.488.158	1.482.378	2.327.866
Passivo não circulante:				
IRPJ/CSLL Diferidos	394.958	320.560	8.901.931	8.305.606

10.3 - Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2017			31/12/2016		
	Ativo	Passivo	Efeito Líquido ativo (passivo)	Ativo	Passivo	Efeito Líquido ativo (passivo)
Eletronorte	2.278.753	(1.400.319)	878.434	2.203.754	(1.364.046)	839.708
Hermenegildo I	40.254	–	40.254	–	–	–
Hermenegildo II	43.118	–	43.118	–	–	–
Hermenegildo III	37.509	–	37.509	–	–	–
Chuí IX	11.495	–	11.495	–	–	–
	2.411.129	(1.400.319)	1.010.810	2.203.754	(1.364.046)	839.708
Eletrosul	362.655	(829.665)	(467.010)	649.997	(963.106)	(313.109)
Eletrobras	–	(394.958)	(394.958)	–	(320.560)	(320.560)
Furnas	611.808	(5.463.470)	(4.851.662)	680.613	(5.284.897)	(4.604.284)
Chesf	180.823	(3.331.821)	(3.150.998)	202.252	(3.254.553)	(3.052.301)
Eletropar	–	(4.408)	(4.408)	–	(15.352)	(15.352)
Amazonas GT	–	(32.895)	(32.895)	–	–	–
	1.155.286	(10.057.217)	(8.901.931)	1.532.862	(9.838.468)	(8.305.606)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Impostos diferidos ativos:				
Provisão para Contingências	–	–	122.061	128.391
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	–	–	108.657	119.327
Provisões Operacionais	–	–	294.722	429.504
Ajuste da Lei nº 11.638/2007- RTT (IFRS)	–	–	222.762	239.679
Provisão para não realização de créditos tributários	–	–	228.822	205.239
Créd. Tributário s/ Prejuízo Fiscal e Base Negativa	–	–	2.503.633	2.394.400
Outros	–	–	85.758	220.076
Total Ativo	–	–	3.566.415	3.736.616
Impostos diferidos passivos:				
Instrumentos Financeiros Disponíveis para venda	394.958	320.560	394.958	320.560
Depreciação acelerada	–	–	350.531	113.793
Receita de atual. créditos energia renegociados	–	–	–	259.183
Ajuste da Lei nº 11.638/2007- RTT (IFRS)	–	–	51.964	205.285
Débito tributário	–	–	410.698	–
Remuneração de Rede Básica de Sistemas Existentes	–	–	9.888.318	9.726.549
Outros	–	–	361.067	577.144
Total Passivo	394.958	320.560	11.457.536	11.202.514

10.4 - Imposto de renda e contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Impostos diferidos				
Decorrente de receitas e despesas reconhecidas em outros resultados abrangentes:				
Remensuração do valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	(31.382)	(47.097)	(36.404)	(56.393)
Remensuração de planos de benefícios definidos				
Participação no resultado abrangente das subsidiárias, coligadas e sociedades de controle compartilhado	–	–	5.023	9.296
Total do imposto de renda e da contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes	(31.382)	(47.097)	(31.381)	(47.097)

A controlada Eletronorte preparou suas projeções de lucro tributável que apontam resultado tributável futuro os quais se realizam no prazo de 10 anos. O montante reconhecido reflete a melhor estimativa quanto sua realização no período mencionado e fundamenta-se em diferenças tributáveis e prejuízo fiscal de cada entidade.

NOTA 11 - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DE RESSARCIMENTO

	CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
Direitos de ressarcimento		
ATIVO CIRCULANTE		
CCC (a)	2.626.727	1.977.183
Provisão CCC -PECLD (b)	(1.439.090)	(741.624)
Reembolso CDE (c)	39.191	347.876
Remuneração setor elétrico	–	74.527
CCC - Ativo Mantido para Venda (*)	340.966	–
	1.567.794	1.657.962
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
CCC (a)	5.416.975	9.871.342
Parcela do Transporte do Gás (a.1)	(2.988.797)	(2.364.318)
CCC - Ativo Mantido para Venda (*)	4.080.854	–
	6.509.032	7.507.024
Obrigações de ressarcimento		
PASSIVO CIRCULANTE		
CCC (a)	–	129.403
PROINFA	1.346.660	992.728
Reembolso CDE (c)	45.882	45.373
Remuneração setor elétrico	–	700.581
	1.392.542	1.868.085
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
CCC (a)	1.062.634	1.516.313
	1.062.634	1.516.313

(*) Valores que serão assumidos pela Companhia referente ao direito de ressarcimento da CCC das distribuidoras mantido para venda (vide nota 2).

a) Conta de consumo de combustível (CCC)

A conta de consumo de combustível refere-se aos valores a receber e a pagar nos respectivos períodos. A Companhia, em 31 de dezembro de 2017, apresenta um valor a receber de (R$ 12.465.522 ((R$ 11.848.525 em 31 de dezembro de 2016) e um passivo de (R$ 1.062.634 ((R$ 1.645.716 em 31 de dezembro de 2016) de obrigações de ressarcimento.

Após a promulgação da Lei nº 12.783, a Eletrobras não tem mais a obrigação de fazer contribuições à Conta CCC. Apesar disso, a Conta CCC não foi extinta. Os saldos disponíveis continuarão sendo distribuídos às empresas de geração e distribuição que incorram em despesas adicionais em razão do uso de usinas termelétricas em caso de condições hidrológicas desfavoráveis. De modo a assegurar a viabilidade da Conta CCC, a Lei nº 12.783 permite que sejam feitas transferências entre a Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") e a Conta CCC.

a.1) Contrato de Fornecimento de Gás (CIGÁS Amazonas Distribuidora) - Diferença de Preço da Parcela do Transporte do Gás

O Contrato de Fornecimento de Gás prevê para a parcela de transporte a modalidade "*open book*". Esse tipo de contrato, como nome diz: "livro aberto", caracteriza-se pelo reembolso dos custos diretos e indiretos da contratada e a remuneração pelo investimento se dá através de uma taxa fixa a ser aplicada sobre o total dos custos comprovadamente incorridos.

Nesse contexto, após a consolidação de todos os investimentos, os gastos com a construção do gasoduto Urucu-Coari-Manaus deveriam ser apurados pelo Comitê de Revisão da Parcela de Transporte e repassado para a parcela de transporte. As variáveis que compunham o preço da parcela de transporte não estavam devidamente consolidadas entre as partes do Comitê, dentre as quais estão incluídos a comprovação de todos os investimentos na construção do gasoduto, taxa de retorno do investimento e aluguel do GLP-Duto Urucu. Diante disso praticava-se um valor médio entre os dois valores apresentados por cada empresa que compunham o Comitê para a parcela de transporte.

Diante da controvérsia, a ANEEL por sua vez, em função do repasse dos custos do contrato de gás ao fundo CCC, passou a deliberar sobre essa questão no processo nº 48500.000289/2014-66.

Em 15 de dezembro de 2015, mediante a Resolução Homologatória nº 2.005/2015, a ANEEL homologou o preço da parcela do transporte referente ao gás natural, no valor de (R$ 11,4867/MMBtu* (base dez/2009), a decisão, no entanto recebeu recurso da Petrobras e da ABRACE.

A Agência Nacional de Petróleo - ANP em 14 de junho de 2016, mediante o Despacho nº 643, retificou a tarifa anteriormente calculada, aprovou e homologou a tarifa aplicável no valor de (R$ 12,0371/MMBtu* (base dez/2009) a qual permite a remuneração de todos os investimentos, custos e despesas atribuíveis à prestação do serviço de transporte duto viário de gás.

Assim, a questão de definição de uma tarifa para o transporte de gás ficou regulada em 18 de outubro de 2016, mediante a Resolução Homologatória nº 2.159/2016, a ANEEL, que fixou o limite, para fins de reembolso pela CCC da parcela transporte do contrato de gás natural entre a Amazonas Distribuidora e a Cigás, em R$ 12,0371/MMBtu* (base dez/2009 e sem impostos), o qual deverá ser aplicado, com as devidas correções, desde o início do faturamento do referido contrato.

A Resolução Homologatória nº 2.159/2016, ao retroagir ao início do fornecimento do contrato com a nova tarifa de transporte aprovada, determina à Eletrobras, na função de administradora da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, que faça a contabilização dos valores reembolsados acima do preço definido e informe o resultado à ANEEL, no prazo de 60 dias, findos em dezembro de 2016. O contrato na cláusula 8.1.2.1.9.2 "b" e cláusula 10.8 trata da possibilidade de caso o valor praticado provisoriamente for superior ao definido final, a Cigás deverá devolver para a Amazonas Distribuidora o valor pago a maior devidamente acrescido dos encargos moratórios.

A Companhia, amparada com parecer jurídico emitido pelos seus consultores jurídicos externos, entende que em contrapartida ao direito de ressarcimento junto ao fundo CCC de (R$ 2.988.797 haverá o direito de reembolso junto à Petrobras em igual valor reconhecido na rubrica de fornecedores (Nota 20).

continua

continuação

b) Provisão CCC - PECLD

As distribuidoras são credoras da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) - especialmente após 2009, segundo o regime da Lei nº 12.111, de 09 de dezembro de 2009, uma vez que são responsáveis pelo atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica no Sistema Isolado.

A partir da Lei nº 12.783/2013, a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) ficou responsável por prover recursos para os dispêndios da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC). Entretanto, deixaram de ser repassados para as distribuidoras recursos suficientes para a cobertura dos subsídios previstos na Lei nº 12.111/2009. Como consequência, as distribuidoras não tiveram condições de efetuar os pagamentos aos seus fornecedores, em especial aqueles responsáveis pelo fornecimento de combustível para a geração de energia do Sistema Isolado.

Para equacionar as dívidas que a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) possuía com as distribuidoras, foram adotadas providências normativas e estruturais, como a edição do Decreto nº 8.370 (por meio do qual se alterou o art. 36, §§ 1º a 4º do Decreto nº 4.541, de 23.12.2002) e das Portarias Interministeriais do Ministério de Minas e Energia e Ministério da Fazenda nºs 652, de 10 de dezembro de 2014 e 372, de 04 de agosto de 2015, para permitir que fossem repactuados os referidos créditos devidos às distribuidoras, de forma parcelada e compatível com as condições orçamentárias da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Parte desses créditos servem de lastro para o pagamento das dívidas com fornecedores de combustível que foram repactuadas pelas distribuidoras, em 2014 e 2015, observando o fluxo de pagamento das Portarias Interministeriais MME/MF acima mencionadas.

Em 7 de fevereiro de 2017, a ANEEL emitiu a Resolução Homologatória nº 2.202 que aprovou o orçamento para o ano de 2017 da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e, assim fazendo, suspendeu o repasse de valores que foram previstos nas repactuações estabelecidas pelas Portarias Interministeriais MME/MF nºs 652/2014 e 372/2015 (denominados "1º e 2º CCD") entre as distribuidoras Amazonas Distribuidora, Ceron, Eletroacre e Boa Vista (denominadas "distribuidoras") e a Petrobras Distribuidora S.A., tendo como garantias os recebíveis da CCC, e garantia fidejussória de sua controladora, a Eletrobras.

As distribuidoras afetadas ingressaram com pedido de reconsideração, com efeito suspensivo, contra a Resolução Homologatória nº 2.202/2017.

Em 2 de março de 2017, o Ministério de Estado de Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 81, adicionando ao orçamento aprovado para o ano 2017 os valores referentes aos Contratos de Confissão de Dívidas firmados até 31 de dezembro de 2016 entre o fundo CDE e os beneficiários da CCC. Diante da publicação da portaria supracitada a ANEEL editou a Resolução Homologatória nº 2.204 de março de 2017 estabelecendo as diretrizes adotadas na referida portaria.

Considerando a Decisão exarada no Despacho ANEEL nº 2.504/17 de 16 de agosto de 2017, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE suspendeu os desembolsos aos CCDs celebrados entre o CDE/CCC e a Amazonas Energia.

Com base nas suspensões de pagamentos acima descritos, as Distribuidoras participantes do Sistema Isolado provisionaram a título de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD o valor de R$ 1.439.090 em Dezembro de 2017 (R$ 741.624 em dezembro de 2016).

A provisão foi realizada com base nos valores não incluídos no orçamento dos referidos CCDs, contemplando as parcelas dos recursos do 1º e 2º CCDs vencidas até a data de 31 de dezembro de 2017, bem como os valores a vencer até 31 de julho de 2018, prazo final da prestação de serviços das distribuidoras designadas. Além destes, para a Amazonas Distribuidora foram provisionados também os valores reconhecidos como direitos de ressarcimento no ano de 2017 não homologados pelo CCEE.

No âmbito do processo de fiscalização e reprocessamento mensal dos benefícios da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, pagos à Amazonas Distribuidora dentre o período de 30 de julho de 2009 e 20 de junho 2016, em 28 de março de 2017, a ANEEL divulgou a Nota Técnica nº 52/2017, na qual demonstrou a metodologia e o resultado atinente à respectiva fiscalização. A apuração da Nota Técnica Nº 52/2017 apontou uma diferença de R$ 3.699.228 a ser devolvida ao Fundo Setorial CCC.

Em 29 de maio de 2017, a ANEEL divulgou a Nota Técnica nº 90/2017, na qual demonstrou a metodologia e o resultado atinente à fiscalização pagos à controlada Eletroacre do período de 30 de julho de 2009 e 20 de junho 2016. A apuração da Nota Técnica nº 90/2017 apontou uma diferença de R$ 275.257 a ser devolvida ao Fundo Setorial CCC.

Em 14 de julho de 2017, a ANEEL divulgou a Nota Técnica nº 110/2017 na qual demonstrou a metodologia e o resultado atinente à fiscalização pagos à controlada Ceron do período de agosto de 2009 a junho de 2016. Tal apuração gerou um valor a devolver em R$ 733.257 de valores a devolver ao Fundo Setorial da CCC.

As controladas Amazonas Distribuidora, Ceron e Eletroacre apresentaram sua manifestação requerendo a revisão das premissas e metodologias adotadas na referidas Notas Técnicas buscando, no reprocessamento, levar em consideração os argumentos da Companhia já levantados em outras notas técnicas, bem como o reconhecimento da legitimidade dos CCDs firmados e requerendo a recomendação da revisão da Resolução Homologatória nº 2.204.

Adicionalmente, com relação a controlada Ceron, foi promulgada sentença pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no qual julgou procedente o pedido da condenação da ANEEL determinando o reembolso integral referente aos custos de geração no sistema isolado.

Em 16 de agosto de 2017, a ANEEL publicou a Nota Técnica nº 141/2017, na qual evoluiu favoravelmente em algumas questões que foram contestadas pela Amazonas Distribuidora quando da sua primeira conclusão contida na Nota Técnica nº 52/2017, reduzindo, dessa forma, o montante divergente para um total de R$ 2.998.848, atualizados até de 30 de junho de 2017. Entretanto, na visão da Eletrobras, o atual entendimento da ANEEL, ainda contrariam posições anteriormente praticadas pela mesma Agência, em anos anteriores, bem como de decisões judiciais favoráveis à Amazonas Distribuidora, por contrariar um direito de reembolso garantido por lei.

Em 28 de agosto de 2017 a Companhia ingressou com recurso administrativo com o pedido de efeito suspensivo das recomendações exaradas no despacho nº 2.504, de 16 de agosto de 2017.

Cabe ainda ressaltar que já foi protocolado no Mandado de Segurança nº 0026107-81.2012.4.01.3400 em curso, mais de uma petição comunicando o descumprimento por parte da ANEEL das decisões judiciais prolatadas, a fim de intimar à abstenção da prática de atos que visem limitar os reembolsos efetuados a título de CCC, sob pena de multa diária em valor expressivo e/ou prisão da autoridade coatora por descumprimento de ordem judicial.

Em 27 de outubro de 2017, nos autos do Mandado de Segurança nº 0026107-81.2012.4.01.3400, foi proferido decisão determinando à ANEEL o cumprimento do acórdão proferido em 18 de maio de 2015, no qual foi decidido que não é possível limitar o ressarcimento dos valores de combustíveis, composto a partir de parâmetros que não consideram o custo da infraestrutura necessária à condução e entrega de combustível em localidades distantes, e que o direito de reembolso vindicado está amparado em dispositivo de lei, e qualquer norma administrativa que se oponha ou reduza a sua aplicação, extrapolará de sua finalidade regulatória. Através da Nota Técnica da ANEEL nº 188/2017 emitida na mesma data, foi retificado o montante divergente disposto pela Nota Técnica nº 141/2017 para um total de R$ 2.906.095, atualizado até junho de 2017.

Conforme despacho nº 149 de 22 de janeiro de 2018, a ANEEL suspendeu o item (i) do despacho 2.504/17, o qual determinou a Companhia o ressarcimento ao fundo CCC do valor de R$ 2.906.095, no prazo de até 90 dias a partir da publicação do referido despacho.

c) Reembolso CDE

A Lei nº 12.783/13, o Decreto nº 7.945/13 alterado pelo Decreto nº 8.203/14 e posterior Decreto nº 8.221/14, promoveram algumas alterações sobre a contratação de energia e os objetivos do encargo setorial, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, e também instituíram (i) o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição de custos relacionados a risco hidrológico, exposição involuntária, ESS - Segurança Energética e CVA ESS e Energia para o período de 2013 e janeiro de 2014, e (ii) o repasse através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE às concessionárias de distribuição de custos relacionados à exposição involuntária e despacho das usinas termelétricas a partir de fevereiro de 2014.

Os efeitos destes itens foram registrados como redução de custo com energia elétrica comprada para revenda (Nota 42) em contrapartida a direitos de ressarcimento - Reembolso CDE/CCEE, de acordo com o CPC 07 (R1) / IAS 20 - Subvenção e Assistência Governamentais.

NOTA 12 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

Abaixo, está apresentada a composição do estoque de longo prazo de combustível nuclear destinado à operação da UTN Angra 1 e UTN Angra 2:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		
Elementos prontos	465.152	455.737
	465.152	455.737
NÃO CIRCULANTE		
Elementos prontos	318.229	523.501
Concentrado de urânio	194.047	50.965
Em curso - combustível nuclear	318.732	100.803
	831.008	675.269
	1.296.160	1.131.006

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, segregado da seguinte forma:

a) Concentrado de urânio e serviços em curso (para a transformação do concentrado de urânio em elementos de combustível nuclear) estão registrados pelos seus custos de aquisição;

b) Elementos de combustível nuclear - estão disponíveis no núcleo do reator e no estoque da Piscina de Combustível Usado - PCU, sendo apropriado ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia elétrica.

NOTA 13 - ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A Companhia e suas controladas apresentam, no ativo não circulante, valores correspondentes a adiantamentos para futuro aumento de capital nas seguintes investidas:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Controladas:				
Furnas	54.727	49.772	–	–
CGTEE	781.790	483.858	–	–
Hermenegildo I	11.681	–	–	–
Hermenegildo II	19.082	–	–	–
Hermenegildo III	8.494	–	–	–
CHUÍ IX	2.723	–	–	–
ED Alagoas	180.142	159.155	–	–
ED Roraima	89.975	80.089	–	–
ED Piauí	346.357	295.402	–	–
ED Acre	77.115	69.462	–	–
Amazonas D	129.189	117.446	–	–
SPEs:				
Energia Sustentável do Brasil	–	–	734.400	535.200
Chuí Holding S.A. - Eólicas do Sul	–	–	–	431.913
Livramento Holding S.A. - Eólicas do Sul	–	–	–	220.027
TDG Transmissora Delmiro Gouveia	–	–	101.000	101.000
TSLE - Transmissora Sul Litorânea de Energia	–	–	–	87.394
Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A.	–	–	72.814	67.130
Santa Vitória do Palmar Holding S.A. - Eólicas do Sul	–	–	–	37.946
Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A.	–	–	37.467	16.144
Vamcruz I Participações S.A.	–	–	9.800	43.099
Chapada do Piauí II Holding S.A.	–	–	–	35.213
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	–	–	–	9.442
	1.701.275	1.255.184	955.481	1.584.508
Outros investimentos	–	–	4.357	33.408
	1.701.275	1.255.184	959.838	1.617.916

NOTA 14 - RISCO HIDROLÓGICO

Nos anos de 2014 e 2015 o país enfrentou condições hidrológicas adversas, fato que desencadeou uma série de consequências para o setor elétrico. Especificamente para as geradoras participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, a baixa geração de energia das usinas hidráulicas em patamares abaixo da Garantia Física do MRE ocasionou a redução do fator de ajuste do MRE ou *Generation Scaling Factor* - GSF.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Essa redução interferiu diretamente na entrega de energia para cumprimento dos contratos de fornecimento, pois devido à insuficiência de energia, as geradoras ficam expostas ao Preço de Liquidação de Diferenças - PLD no Mercado de Curto Prazo, onde a energia de reposição representa valores muito acima daqueles praticados em seus contratos de longo prazo, para conseguirem honrar com seus contratos, incorrendo efeitos econômico-financeiros negativos, devido ao custo elevado.

A Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015, dentre outras questões estabelece as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica aos agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. De acordo com o disposto no art. 1º da norma, o risco hidrológico pode ser repactuado, desde que haja anuência da ANEEL, e com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2015, mediante contrapartida dos agentes de geração de energia elétrica.

A ANEEL, em função do disposto na Lei, por meio da Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, estabeleceu os critérios e as demais condições para a repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. As Companhias Eletronorte, Eletrosul, Furnas e Amazonas GT aderiram à repactuação.

A composição dos valores contabilizados em decorrência da repactuação do risco hidrológico, referente aos contratos firmados no Ambiente de Contratação Regulado - ACR são os seguintes:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
UHE Tucuruí	162.602	195.840
UHE Serra da Mesa	119.530	154.449
UHE Mascarenhas de Moraes	47.296	63.186
UHE Itumbiara	17.873	42.680
UHE Simplício	30.206	42.289
UHE Batalha	17.106	20.175
UHE Balbina	7.490	13.262
UHE Mauá	12.709	13.839
UHE Manso	4.979	10.743
UHE Passo São João	5.024	5.471
UHE São Domingos	4.846	5.277
	429.662	567.212
Total do Ativo Circulante	104.530	109.535
Total do Ativo Não Circulante	325.132	457.677
TOTAL	429.662	567.212

NOTA 15 - INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Avaliados por Equivalência Patrimonial				
a) Controladas				
Furnas	19.949.366	19.165.618	–	–
Chesf	13.781.383	12.529.022	–	–
Eletrosul	5.824.553	5.394.615	–	–
Eletronorte	16.268.119	15.351.617	–	–
Eletropar	168.291	157.900	–	–
Chuí IX	26.051	–	–	–
Santa Vitória do Palmar	574.902	–	–	–
Hermenegildo I	98.858	–	–	–
Hermenegildo II	92.576	–	–	–
Hermenegildo III	78.860	–	–	–
	56.862.959	52.598.772	–	–
b) Coligadas				
CTEEP	3.420.726	2.543.906	3.485.985	2.592.701
Lajeado Energia	64.103	218.262	64.103	218.262
CEB Lajeado	49.153	72.989	49.153	72.989
Paulista Lajeado	30.436	26.143	30.436	26.143
Energética Águas da Pedra S.A.	–	–	224.668	216.294
EMAE	319.915	282.091	331.556	292.355
CEMAR	821.010	729.888	821.010	729.888
Outros	1.263.614	1.071.106	1.263.614	1.071.106
	5.968.957	4.944.385	6.270.525	5.219.738
c) Controlada em conjunto				
Mangue Seco II	18.594	17.934	18.594	17.934
Norte Energia (Belo Monte)	1.776.786	1.600.637	5.868.703	5.358.861
Rouar	105.413	97.157	105.413	97.157
Madeira Energia S.A. (MESA)	–	–	2.077.575	2.503.260
ESBR Participações S.A.	–	–	3.297.141	3.331.923
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IE Madeira)	–	–	1.314.514	1.090.107
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	–	–	1.046.172	975.886
Manaus Transmissora de Energia S.A.	–	–	691.021	650.961
Enerpeixe S.A.	–	–	292.002	375.174
Teles Pires Participações	–	–	764.559	799.926
Chapecoense Geração S.A. (Chapecoense)	–	–	389.981	493.555
Belo Monte Transmissora de Energia	–	–	1.478.019	1.069.359
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	–	–	356.302	360.072
Mata de Santa Genebra	–	–	459.169	230.685
Goiás Transmissão S.A.	–	–	181.481	170.313
Companhia Energética Sinop S.A.	–	–	539.498	430.751
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	–	–	216.741	202.898
Intesa - Integração Transmissora de Energia S.A.	–	–	210.592	201.033
Transnorte Energia S.A.	–	–	148.453	148.748
Chapada Piauí II Holding S.A.	–	–	137.715	117.701
MGE Transmissão S.A.	–	–	115.039	111.344
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. (TSBE)	–	–	257.441	277.474
Transenergia Renovável S.A. (Transenergia)	–	–	154.498	153.390
Retiro Baixo Energética S.A. (Retiro Baixo)	–	–	124.386	127.229
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	–	–	123.527	127.338
Chapada Piauí I Holding S.A.	–	–	126.385	104.060
Empresa de Energia São Manoel	–	–	649.731	418.460
Paranaíba Transmissora	–	–	160.191	147.656
Vale do São Bartolomeu	–	–	123.131	72.755
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	–	–	123.182	106.480
Triângulo Mineiro Transmissora	–	–	163.637	128.765
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.	–	–	198.174	140.280
Serra do Facão Energia S.A.	–	–	26.212	23.670
Transenergia São Paulo S.A.	–	–	93.433	92.138
Vamcruz I Participações S.A.	–	–	131.635	92.452
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	–	–	96.172	94.614
Outros	165.449	163.013	890.785	1.006.681
	2.066.242	1.878.741	23.151.204	21.851.090
SUBTOTAL	64.898.158	59.421.898	29.421.729	27.070.828
Provisão para perdas em investimentos	(49)	(56)	(2.132.024)	(1.897.217)
TOTAL	64.898.109	59.421.842	27.289.705	25.173.611

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Investimentos mantidos a valor justo				
AES Tietê	398.161	437.197	398.161	437.197
Coelce	270.825	251.938	270.825	251.938
Energisa S.A.	218.432	148.661	218.432	148.661
Cesp	133.709	129.096	133.709	129.096
Celpa	38.556	48.895	38.556	48.895
Celesc	112.396	65.920	112.396	65.920
CELPE	18.258	21.688	18.258	21.688
COPEL	32.759	29.207	32.759	29.207
CGEEP	17.551	15.895	17.551	15.895
CEB	8.339	8.305	8.339	8.305
AES Eletropaulo	–	–	34.264	23.660
Energias do Brasil	–	–	25.491	26.229
CPFL Energia	–	–	–	45.431
Outros	12.248	12.133	109.918	105.801
	1.261.234	1.168.935	1.418.659	1.357.923

15.1 - Provisões para perdas em investimentos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Belo Monte Transmissora de Energia	–	–	381.719	362.939
Empresa de Energia São Manoel	–	–	349.748	71.916
Madeira Energia S.A. (*)	–	–	314.037	93.932
Norte Brasil Transmissora S.A.	–	–	294.580	323.202
Manaus Transmissora de Energia S.A.	–	–	239.742	334.580
ESBR Participações S.A.	–	–	223.656	–
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	–	–	88.878	–
Goiás Transmissão	–	–	54.640	–
Transenergia Renovável S.A. (Transenergia)	–	–	43.686	–
Triângulo Mineiro Transmissora	–	–	41.161	–
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	–	–	24.965	–
Companhia Energética Sinop	–	–	17.166	324.250
Teles Pires Participações	–	–	13.333	325.388
Vamcruz I Participações S.A.	–	–	7.028	–
Inambari	49	56	54	101
Outros	–	–	37.631	60.909
	49	56	2.132.024	1.897.217

(*) Vide efeito da investigação independente na nota 4.XI.

15.2 - Ajustes de políticas contábeis em coligadas

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
CTEEP	464.334	1.034.733
CEEE-GT	–	34.695
	464.334	1.069.428

A Companhia efetuou ajustes nos resultados das empresas investidas, a fim de padronizar as políticas contábeis dessas empresas com as adotadas pela Companhia para a elaboração de suas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia optou por não realizar parte do ajuste contábil da CTEEP em razão de acórdão favorável à mesma do TJ/SP proferido em agosto/2017, onde o pagamento da obrigação construtiva atuarial (razão que constituía o ajuste) foi suspenso no período de setembro a novembro de 2017.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

15.3 - Mutação dos investimentos

Segue abaixo a movimentação dos investimentos mais relevantes da Companhia:

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2016	Aquisição de SPEs (*)	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Ajustes de exercícios anteriores	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2017
MUTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - CONTROLADORA								
Furnas	19.165.618	–	(316.169)	–	–	(298.680)	1.398.597	19.949.366
Chesf	12.529.022	–	243.051	–	–	(30.471)	1.039.781	13.781.383
Eletrosul	5.394.615	–	133.465	–	–	(81.408)	377.882	5.824.553
Eletronorte	15.351.617	–	(23.229)	–	–	(1.099.877)	2.039.608	16.268.119
Eletropar	157.900	–	(14.642)	–	–	(7.797)	32.830	168.291
Chuí IX	–	26.051	–	–	–	–	–	26.051
Santa Vitória do Palmar	–	574.902	–	–	–	–	–	574.902
Hermenegildo I	–	98.858	–	–	–	–	–	98.858
Hermenegildo II	–	92.576	–	–	–	–	–	92.576
Hermenegildo III	–	78.860	–	–	–	–	–	78.860
Mangue Seco II	17.934	–	–	–	–	(959)	1.619	18.594
Norte Energia (Belo Monte)	1.600.637	–	–	173.700	–	–	2.449	1.776.786
Rouar	97.157	–	1.679	–	–	–	6.577	105.413
CTEEP	2.543.906	–	–	–	–	(176.991)	1.053.811	3.420.726
Lajeado Energia	218.262	–	5	–	(24.431)	(179.631)	49.899	64.103
CEB Lajeado	72.989	–	3	(13.372)	(6.025)	(22.745)	18.302	49.153
Paulista Lajeado	26.143	–	–	–	–	(6.168)	10.460	30.436
EMAE	282.091	–	4.320	–	–	(12.986)	46.491	319.915
CEMAR	729.888	–	–	–	–	(73.144)	164.267	821.010
Outros	1.234.118	–	105.269	–	4.648	(45.127)	130.156	1.429.063
TOTAL DE INVESTIMENTOS	59.421.897	871.247	133.751	160.328	(25.808)	(2.035.985)	6.372.729	64.898.158

(*) Transferência de SPEs da Eletrosul para a Eletrobras vide nota explicativa 15.6.

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2016	Integralização de capital/Baixa	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Ganho/Perda de Capital	Ajustes de exercícios anteriores	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2017
MUTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - CONSOLIDADO									
Mangue Seco II	17.934	–	–	–	–	–	(959)	1.619	18.594
Norte Energia (Belo Monte)	5.358.861	405.068	–	173.700	–	–	–	(68.926)	5.868.703
CTEEP	2.592.701	–	–	–	–	–	(180.287)	1.073.571	3.485.985
Lajeado Energia	218.262	–	5	–	–	(24.431)	(179.631)	49.899	64.103
CEB Lajeado	72.989	–	3	(13.372)	–	(6.025)	(22.745)	18.302	49.153
Paulista Lajeado	26.143	–	–	–	–	–	(6.168)	10.460	30.436
Rouar	97.157	–	1.679	–	–	–	–	6.577	105.413
EMAE	292.355	157	4.320	–	–	–	(13.388)	48.112	331.556
CEMAR	729.888	–	–	–	–	–	(73.144)	164.267	821.010
Madeira Energia S.A. (MESA)	2.503.260	–	–	–	–	–	–	(425.685)	2.077.575
ESBR Participações S.A.	3.331.923	–	–	–	–	–	–	(34.782)	3.297.141
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IE Madeira)	1.090.107	–	–	–	–	–	30.629	193.778	1.314.514
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	975.886	–	–	–	–	–	–	70.286	1.046.172
Manaus Transmissora de Energia S.A.	650.961	–	–	–	–	–	1.389	38.671	691.021
Enerpeixe S.A.	375.174	(100.000)	–	–	–	–	(40.680)	57.508	292.002
Teles Pires Participações	799.926	78.396	–	–	–	–	–	(113.763)	764.559
Chapecoense Geração S.A. (Chapecoense)	493.555	–	–	–	–	–	(211.674)	108.100	389.981
Belo Monte Transmissora de Energia	1.069.359	382.689	–	–	–	–	(3.955)	29.926	1.478.019
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	360.072	–	–	–	–	–	9.891	(13.661)	356.302
Mata de Santa Genebra	230.685	180.079	–	30.000	–	–	(3.251)	21.656	459.169
Energética Águas da Pedra S.A.	216.294	–	–	–	–	–	(35.215)	43.589	224.668
Goiás Transmissão S.A.	170.313	–	–	–	–	–	(6.054)	17.222	181.481
Empresa de Energia São Manoel	418.460	233.330	–	–	–	–	–	(2.059)	649.731
Companhia Energética Sinop S.A.	430.751	322.028	–	–	–	–	–	(213.281)	539.498
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	202.898	–	–	–	–	–	(21.430)	35.273	216.741
Intesa - Integração Transmissora de Energia S.A.	201.033	–	–	–	–	–	(19.214)	28.773	210.592
Transnorte Energia S.A.	148.748	–	–	–	–	–	–	(295)	148.453
Chapada Piauí II Holding S.A.	117.701	26.919	–	–	–	–	–	(6.905)	137.715
MGE Transmissão S.A.	111.344	–	–	–	–	–	(3.971)	7.666	115.039
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. (TSBE)	277.474	–	–	–	–	–	–	(20.033)	257.441
Transenergia Renovável S.A. (Transenergia)	153.390	–	–	–	–	–	1.541	(433)	154.498
Retiro Baixo Energética S.A. (Retiro Baixo)	127.229	–	–	–	–	–	(13.515)	10.672	124.386
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	127.338	–	–	–	–	–	(7.805)	3.994	123.527
Chapada Piauí I Holding S.A.	104.060	–	–	34.534	–	–	–	(12.209)	126.385
Paranaíba Transmissora	147.656	–	–	–	–	–	(7.093)	19.628	160.191
Vale do São Bartolomeu	72.755	38.999	–	–	–	–	–	11.377	123.131
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	106.480	5.880	–	–	–	–	(1.961)	12.783	123.182
Triângulo Mineiro Transmissora	128.765	10.689	–	–	–	–	–	24.183	163.637
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.	140.280	–	–	50.929	–	–	(1.385)	8.350	198.174
Serra do Facão Energia S.A.	23.670	–	–	–	–	–	–	2.542	26.212
Transenergia São Paulo S.A.	92.138	–	–				(5)	1.300	93.433
Vamcruz I Participações S.A.	92.452	–	33.299	–	–	–	(2.130)	8.014	131.635
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	94.614	–	6.581	–	–	–	–	(5.023)	96.172
Outros	2.077.787	(1.078.841)	(172.645)	708.665	380.322	37.983	(138.058)	339.187	2.154.399
TOTAL DE INVESTIMENTOS	27.070.828	505.393	(166.639)	1.024.336	380.322	7.527	(950.267)	1.550.229	29.421.729

continua

continuação

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2015	Integralização de capital/Baixa	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Ganho/Perda de Capital	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Alienação *	Saldo em 31/12/2016
MUTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - CONTROLADORA									
Furnas	10.171.122	–	(134.156)	–	–	–	9.128.652	–	19.165.618
Chesf	8.811.169	–	(250.684)	–	–	–	3.968.537	–	12.529.022
Eletrosul	4.385.308	–	(55.287)	–	–	(45.686)	1.110.280	–	5.394.615
Eletronorte	11.912.412	–	3.512	–	–	(70.122)	3.505.815	–	15.351.617
Eletropar	120.338	–	17.950	–	–	(10.451)	30.063	–	157.900
Mangue Seco II	16.889	–	–	–	–	(191)	1.236	–	17.934
CHC *	98.513	–	(8.713)	–	–	–	(1.969)	(87.831)	–
Norte Energia (Belo Monte)	1.039.632	–	–	600.000	–	–	(38.995)	–	1.600.637
Inambari	115	–	–	–	–	–	(59)	–	56
CEEE-GT	448.274	–	(73.004)	–	–	–	301.062	–	676.332
EMAE	296.828	–	(29.977)	–	–	3.438	11.802	–	282.091
CTEEP	924.185	–	–	56.854	(22.413)	(87.541)	1.672.821	–	2.543.906
CEMAR	653.419	–	–	–	–	(57.661)	134.130	–	729.888
Lajeado Energia	219.173	(1)	–	–	–	(59.291)	58.381	–	218.262
CEB Lajeado	80.353	–	(2)	–	–	(21.501)	14.139	–	72.989
Paulista Lajeado	23.507	–	–	–	–	(1.739)	4.375	–	26.143
Rouar	111.775	–	(18.751)	–	–	–	4.133	–	97.157
Energisa MT	385.318	–	(1.146)	–	(17.536)	(4.555)	32.694	–	394.774
Outros	195.241	–	(32.285)	–	–	–	–	–	162.956
TOTAL DE INVESTIMENTOS	39.893.571	(1)	(582.543)	656.854	(39.950)	(355.300)	19.937.096	(87.831)	59.421.897

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2015	Integralização de capital/Baixa	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Ganho/Perda de Capital	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Alienação *	Saldo em 31/12/2016
MUTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - CONSOLIDADO									
Mangue Seco II	16.889	–	–	–	–	(191)	1.236	–	17.934
CHC *	98.513	–	(8.713)	–	–	–	(1.969)	(87.831)	–
Norte Energia (Belo Monte)	3.469.789	1.399.201	–	600.000	–	–	(110.129)	–	5.358.861
Inambari	115	–	–	–	–	–	(14)	–	101
CEEE-GT	448.274	–	(73.004)	–	–	–	301.062	–	676.332
EMAE	307.195	–	(31.068)	–	–	3.211	13.017	–	292.355
CTEEP	942.732	1.116	–	56.854	(22.888)	(89.171)	1.704.057	–	2.592.701
CEMAR	653.419	–	–	–	–	(57.661)	134.130	–	729.888
Lajeado Energia	219.173	(1)	–	–	–	(59.291)	58.381	–	218.262
CEB Lajeado	80.353	–	(2)	–	–	(21.501)	14.139	–	72.989
Paulista Lajeado	23.507	–	–	–	–	(1.739)	4.375	–	26.143
Rouar	111.775	–	(18.751)	–	–	–	4.133	–	97.157
Energisa MT	385.318	–	(1.146)	–	(17.536)	(4.555)	32.694	–	394.774
Madeira Energia S.A. (MESA)	2.896.068	152.100	–	–	(304.200)	–	(240.708)	–	2.503.260
ESBR Participações S.A.	2.807.626	–	–	–	–	–	524.297	–	3.331.923
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	912.098	–	–	–	–	(31.069)	209.078	–	1.090.107
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	887.528	–	–	–	–	–	88.358	–	975.886
Manaus Transmissora de Energia S.A.	621.873	–	–	–	–	(3.885)	32.973	–	650.961
Enerpeixe S.A.	561.282	–	–	–	(140.000)	(96.630)	50.522	–	375.174
Teles Pires Participações	662.564	196.982	–	–	–	–	(59.620)	–	799.926
Chapecoense Geração S.A. (Chapecoense)	415.501	–	–	–	–	(24.625)	102.679	–	493.555
Belo Monte Transmissora de Energia	391.058	667.869	–	–	–	–	10.432	–	1.069.359
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	318.972	735	–	–	–	(4.111)	44.476	–	360.072
Mata de Santa Genebra	30.336	207.084	–	–	–	–	(6.735)	–	230.685
Energética Águas da Pedra S.A.	208.795	–	–	–	–	(47.313)	54.812	–	216.294
Goiás Transmissão S.A.	190.245	–	–	–	–	–	(19.932)	–	170.313
Empresa de Energia São Manoel	103.314	418.987	–	–	–	–	(103.841)	–	418.460
Companhia Energética Sinop S.A.	179.052	127.489	–	127.488	–	–	(3.278)	–	430.751
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	176.941	–	–	–	–	(50.837)	76.794	–	202.898
Integração Transmissora de Energia S.A.	175.572	–	–	–	–	(6.263)	31.724	–	201.033
Transnorte Energia S.A.	148.373	–	–	–	–	–	375	–	148.748
Chapada Piauí II Holding S.A.	142.187	–	–	–	–	–	(24.486)	–	117.701
MGE Transmissão S.A.	136.755	–	–	–	–	–	(25.411)	–	111.344
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	270.252	–	–	–	–	–	7.222	–	277.474
Transenergia Renovável S.A. (Transenergia)	128.418	–	–	–	–	(4.703)	29.675	–	153.390
Retiro Baixo Energética S.A. (Retiro Baixo)	121.774	–	–	–	–	(2.107)	7.562	–	127.229
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	120.873	–	–	–	–	(4.225)	10.690	–	127.338
Chapada Piauí I Holding S.A.	109.497	–	–	14.040	–	–	(19.477)	–	104.060
Paranaíba	100.726	24.441	–	12.250	–	–	10.239	–	147.656
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	97.374	–	–	4.551	–	–	(7.311)	–	94.614
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	97.154	–	–	–	–	–	9.326	–	106.480
Triângulo Mineiro Transmissora	82.555	29.253	–	–	–	–	16.957	–	128.765
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.	134.739	–	–	–	–	–	5.541	–	140.280
Outros	1.280.582	20.689	19.903	24.386	(55.474)	(49.731)	47.240	–	1.287.595
TOTAL DE INVESTIMENTOS	21.267.136	3.245.945	(112.781)	839.569	(540.098)	(556.397)	3.015.285	(87.831)	27.070.828

15.4 - Informações do valor de mercado das investidas

Empresas de capital aberto	Método de Avaliação	Participação	Valor de Mercado (*) 31/12/2017	Valor de Mercado (*) 31/12/2016
CTEEP	Equivalência Patrimonial	36,05%	3.848.829	3.744.704
CEMAR	Equivalência Patrimonial	33,55%	1.377.138	1.363.366
AES Tiete	Valor de mercado	7,94%	398.161	437.197
ENERGISA MT	Equivalência Patrimonial	22,01%	418.862	397.129
COELCE	Valor de mercado	7,06%	270.825	251.938
ENERGISA S.A	Valor de mercado	2,31%	218.432	148.661
CESP	Valor de mercado	2,05%	133.709	129.096
CEEE-GT	Equivalência Patrimonial	32,59%	516.139	259.193
CEEE-D	Equivalência Patrimonial	32,59%	94.872	93.076
EMAE	Equivalência Patrimonial	40,44%	131.189	123.692
CELPA	Valor de mercado	0,99%	38.556	48.895
CELESC	Valor de mercado	10,75%	112.396	65.920
AES Eletropaulo	Valor de mercado	1,25%	34.264	23.660
CPFL Energia	Valor de mercado	0,00%	–	45.431
CELPE	Valor de mercado	1,56%	18.258	21.688
COPEL	Valor de mercado	0,56%	32.759	29.207
Energias do Brasil	Valor de mercado	0,31%	25.491	26.229
CGEEP - DUKE	Valor de mercado	0,47%	17.551	15.895
CEB	Valor de mercado	2,10%	8.339	8.305
CELGPAR	Valor de mercado	0,07%	321	207

(*) Baseado na cotação das ações na data-base.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

15.5 - Resumo das informações dos principais empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

I - Ativo e Passivo

		31/12/2017										
		ATIVO					PASSIVO					
		Circulante		Não Circulante			Circulante		Não Circulante			
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	Participação	Caixa e equivalente de caixa	Outros ativos	Ativo financeiro, intangível e imobilizado	Outros ativos	Total Ativo	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Patrimônio líquido	Total Passivo
Norte Energia S.A	49,98%	6.662	758.559	39.112.347	1.198.015	41.075.583	1.707.983	1.616.848	25.546.587	651.068	11.553.097	41.075.583
Madeira Energia S.A. (MESA)	39,00%	54.517	502.221	21.610.727	1.983.133	24.150.598	700.368	1.329.966	14.351.964	2.441.185	5.327.115	24.150.598
ESBR Participações	40,00%	34.942	853.131	21.112.677	609.424	22.610.174	366.460	575.246	10.696.889	2.728.727	8.242.852	22.610.174
Teles Pires Participações	49,44%	16.073	163.415	5.130.567	253.434	5.563.489	195.417	200.595	3.213.780	389.116	1.564.581	5.563.489
Belo Monte Transmissora de Energia	49,00%	405	661.310	–	5.964.864	6.626.579	112.149	102.184	2.539.617	856.262	3.016.367	6.626.579
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IE Madeira)	49,00%	313	173.300	5.659.537	107.676	5.940.826	220.000	88.492	1.973.559	976.093	2.682.682	5.940.826
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	49,00%	98.638	314.214	–	3.615.305	4.028.157	75.597	133.354	797.490	913.135	2.108.581	4.028.157
Chapecoense Geração S.A. (Chapecoense)	40,00%	116.427	213.292	2.810.636	153.695	3.294.050	138.788	287.902	1.172.181	720.226	974.953	3.294.050
Empresa de Energia São Manoel	33,33%	190.995	9.296	3.240.312	317.981	3.758.584	22.569	70.849	1.651.347	64.607	1.949.212	3.758.584
Manaus Transmissora de Energia S.A.	49,50%	61.494	173.981	–	2.386.043	2.621.518	74.449	95.821	688.775	374.384	1.388.089	2.621.518
Serra do Facão Energia S.A.	49,47%	2	102.870	1.849.919	145.906	2.098.697	49.633	165.764	327.914	1.502.405	52.981	2.098.697
Companhia Energética Sinop	49,00%	216.130	10.709	–	1.908.867	2.135.706	22.292	101.362	887.364	23.673	1.101.015	2.135.706
Enerpeixe S.A.	40,00%	188.574	262.377	1.520.658	170.111	2.141.720	178.570	487.881	492.997	252.267	730.005	2.141.720
Paranaíba Transmissora	24,50%	14.677	22.608	1.558.028	54.330	1.649.643	53.318	43.298	638.779	260.406	653.842	1.649.643
Mata de Santa Genebra	49,90%	9.877	12.089	1.501.117	66.825	1.589.908	554.688	25.218	–	83.311	926.691	1.589.908
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00%	47.547	96.294	1.064.527	15.612	1.223.980	33.443	37.042	249.996	176.353	727.146	1.223.980
Santa Vitória do Palmar	49,00%	145.618	34.224	1.776.548	25	1.956.415	56.866	76.985	1.000.913	144.597	677.055	1.956.415
Transmissora Sul Litorânea de Energia (TSLE)	51,00%	6.723	121.200	848.967	42.018	1.018.908	41.838	36.960	528.565	22.968	388.577	1.018.908
Chapada Piauí I Holding S.A.	49,00%	17.896	23.310	839.914	21.543	902.663	39.237	41.743	503.967	7.331	310.385	902.663
Energética Águas da Pedra S.A.	49,00%	32.155	50.486	–	741.313	823.954	35.400	55.976	277.707	13.333	441.538	823.954
Chapada Piauí II Holding S.A.	49,00%	19.376	19.779	761.511	24.153	824.819	24.239	22.141	543.917	93.801	140.721	824.819
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	15.414	210.299	505.402	30.803	761.918	21.377	47.282	101.172	149.760	442.327	761.918
Chuí	49,00%	61.103	11.743	682.376	17.062	772.284	27.097	26.938	300.431	25.340	392.478	772.284
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. (TSBE)	80,00%	27.050	29.554	570.103	32.757	659.464	212.619	8.226	106.174	10.644	321.801	659.464
Goiás Transmissão S.A.	49,00%	10.099	6.607	650.360	13.456	680.522	17.240	54.636	184.702	53.574	370.370	680.522
Intesa - Integração Transmissora de Energia S.A.	49,00%	32.554	168.610	417.904	11.432	630.500	31.763	22.742	60.294	88.707	426.994	630.500
Triângulo Mineiro Transmissora	49,00%	2.586	4.671	462.875	–	470.132	23.109	3.663	106.680	2.726	333.954	470.132
Vamcruz I	49,00%	52.902	31.929	472.194	–	557.025	16.679	42.355	206.984	22.361	268.646	557.025
Serra das Vacas Holding	49,00%	7.013	8.989	488.798	14.743	519.543	19.216	7.706	250.101	61.897	180.623	519.543
Transenergia Renovável S.A. (Transenergia)	49,00%	14.620	6.226	447.099	5.664	473.609	12.363	18.071	95.063	32.811	315.301	473.609
Vale do São Bartolomeu	39,00%	1.052	2.176	459.597	–	462.825	20.068	27.431	104.182	425	310.719	462.825
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	49,00%	6.831	72.110	–	336.922	415.863	13.273	41.239	109.784	37.302	214.265	415.863
Lajeado Energia	40,07%	106.662	104.197	1.571.997	99.808	1.882.664	160.517	243.212	527.096	100.277	851.562	1.882.664
CTEEP	36,05%	6.585	2.637.124	60.241	14.548.223	17.252.173	451.440	337.664	1.491.548	3.771.865	11.199.656	17.252.173
Transnorte Energia S.A.	49,00%	8.168	7.502	–	291.903	307.573	–	1.388	–	3.367	302.818	307.573
MGE Transmissão S.A.	49,00%	5.843	4.037	352.728	8.176	370.784	9.282	19.336	75.028	32.366	234.772	370.784
Retiro Baixo Energética S.A. (Retiro Baixo)	49,00%	14.256	9.619	353.676	11.886	389.437	13.564	13.618	94.943	13.462	253.850	389.437
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	49,71%	122	29.634	–	290.151	319.907	–	8.926	–	62.486	248.495	319.907
Rouar	50,00%	87.655	4.972	286.181	2.499	381.307	9.812	1.102	155.945	3.660	210.787	381.306
Paulista Lajeado	40,07%	24.086	23.951	13	120.664	168.714	36.453	6.072	–	258	125.931	168.714
Mangue Seco II	49,00%	20.321	1.906	89.227	3.124	114.578	3.147	1.988	67.800	3.688	37.955	114.578
CEB Lajeado	2,10%	5.448	30.394	88.402	192.830	317.074	–	43.182	–	–	273.892	317.074
CEMAR	33,55%	1.742.518	1.135.366	3.253.642	421.814	6.553.340	683.850	768.721	2.305.917	347.053	2.447.799	6.553.340
EMAE	40,44%	71.319	148.013	169.982	740.777	1.130.091	6.994	85.975	83.380	223.316	730.426	1.130.091

		31/12/2016										
		ATIVO					PASSIVO					
		Circulante		Não Circulante			Circulante		Não Circulante			
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	Participação	Caixa e equivalente de caixa	Outros ativo	Ativo financeiro, intangível e imobilizado	Outros ativos	Total ativo	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Patrimônio líquido	Total Passivo
Norte Energia S.A.	49,98%	205.796	577.981	36.345.981	409.376	37.539.134	630.932	989.348	24.984.318	435.958	10.498.578	37.539.134
Madeira Energia S.A. (MESA)	39,00%	57.974	1.461.991	22.440.401	1.116.717	25.077.083	602.359	2.528.667	14.466	15.512.974	6.418.617	25.077.083
ESBR Participações S.A.	40,00%	74.219	560.964	22.175.679	886.818	23.697.680	340.189	906.710	10.904.779	3.216.193	8.329.809	23.697.680
Teles Pires Participações	49,44%	27.907	143.105	5.145.968	441.642	5.758.622	357.288	196.203	3.175.138	412.000	1.617.993	5.758.622
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	49,00%	188.838	536.105	4.948.367	75.684	5.748.994	199.759	188.943	1.660.706	1.394.465	2.305.121	5.748.994
Belo Monte Transmissora	49,00%	216.126	11.936	4.012.330	–	4.240.392	1.730.241	297.513	–	82.518	2.130.120	4.240.392
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	49,00%	52.759	302.936	3.704.987	–	4.060.682	81.504	162.467	1.133.913	691.192	1.991.606	4.060.682
Chapecoense Geração S.A. (Chapecoense)	40,00%	280.082	297.214	2.895.327	185.466	3.658.089	137.753	253.650	1.292.239	732.750	1.241.697	3.658.089
Manaus Transmissora de Energia S.A.	49,50%	38.909	171.939	42.199	2.607.266	2.860.313	73.426	168.352	741.918	556.510	1.320.107	2.860.313
Empresa de Energia São Manoel	33,33%	38.221	510	2.383.308	259.447	2.681.486	3.928	64.665	1.014.509	342.992	1.255.392	2.681.486
Serra do Facão Energia S.A.	49,47%	31.248	44.680	1.950.905	149.492	2.176.325	46.135	181.816	366.117	1.534.414	47.843	2.176.325
Enerpeixe S.A.	40,00%	81.402	54.031	1.571.686	55.652	1.762.771	2.299	212.062	348.332	262.143	937.935	1.762.771
Companhia Energética SINOP S.A.	49,00%	119.037	5.742	1.377.142	5.449	1.507.370	–	66.050	540.128	21.153	880.039	1.507.370
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00%	23.631	95.674	1.190.415	26.622	1.336.342	33.209	69.845	282.910	215.537	734.841	1.336.342
Chapada Piauí I Holding S.A.	49,00%	27.445	18.502	883.960	392.127	1.322.034	34.224	159.296	462.236	470.946	195.332	1.322.034

continua

continuação

31/12/2016

		ATIVO					PASSIVO					
		Circulante		Não Circulante			Circulante		Não Circulante			
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	Participação	Caixa e equivalente de caixa	Outros ativo	Ativo financeiro, intangível e imobilizado	Outros ativos	Total ativo	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Patrimônio líquido	Total Passivo
Chapada Piauí II Holding S.A.	49,00%	15.640	20.228	788.559	492.512	1.316.939	22.354	19.646	559.680	549.622	165.637	1.316.939
Paranaíba	24,50%	6.107	20.870	1.228.931	42.042	1.297.950	45.624	8.235	564.667	76.745	602.679	1.297.950
Santa Vitória do Palmar	49,00%	8.830	15.903	1.071.713	31.878	1.128.324	23.903	47.291	719.797	159.335	177.998	1.128.324
TSLE	51,00%	6.208	52.774	2.389	915.427	976.798	37.231	54.633	417.621	192.255	275.058	976.798
Mata de Santa Genebra	49,90%	13.567	11.326	859.203	36.111	920.207	481.894	25.772	–	30.246	382.295	920.207
Energética Águas da Pedra S.A.	49,00%	49.380	52.713	733.188	30.765	866.046	34.944	79.854	311.061	13.046	427.141	866.046
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	15.357	207.636	527.763	14.959	765.715	20.327	63.515	122.497	145.298	414.078	765.715
TSBE	80,00%	23.295	28.669	57	644.361	696.382	25.153	8.796	308.860	6.730	346.843	696.382
Goiás Transmissão S.A.	49,00%	10.190	5.900	632.207	9.794	658.091	16.787	42.929	196.031	54.767	347.577	658.091
Integração Transmissora de Energia S.A.	49,00%	35.157	121.899	460.389	11.739	629.184	31.514	19.563	90.735	88.147	399.225	629.184
Chuí	49,00%	29.813	13.843	552.147	15.780	611.583	24.094	28.560	324.800	448.533	(214.404)	611.583
Vamcruz I Participações S.A.	0,00%	59.333	21.630	502.591	–	583.554	18.784	11.065	241.956	123.069	188.680	583.554
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	0,00%	12.695	7.599	511.454	–	531.748	16.069	60.117	224.145	53.972	177.445	531.748
Triângulo Mineiro Transmissora	49,00%	615	904	496.575	4.853	502.947	17.942	9.651	138.349	79.219	257.786	502.947
Transenergia Renovável S.A. (Transenergia)	49,00%	15.542	7.127	469.052	4	491.725	12.089	27.037	106.116	33.443	313.040	491.725
Retiro Baixo Energética S.A. (Retiro Baixo)	49,00%	19.222	10.998	363.575	13.073	406.868	13.418	11.325	107.348	11.097	263.680	406.868
CTEEP	36,05%	4.524	1.675.820	67.300	12.168.997	13.916.641	71.679	526.292	432.472	5.514.529	7.371.669	13.916.641
Lajeado Energia	47,07%	184.658	102.337	1.643.236	108.816	2.039.047	11.228	312.652	76.219	370.633	1.268.315	2.039.047

II - Resultado

31/12/2017

Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	Receita operacional líquida	Receita financeira	Despesa financeira	Impostos sobre o lucro	Lucro líquido (prejuízo)	Depreciação e amortização
Norte Energia S.A	2.598.916	98.227	(754.831)	(17.520)	16.326	(417.645)
Madeira Energia S.A. (MESA)	2.971.019	114.973	(1.551.186)	48.676	(1.091.502)	(838.814)
ESBR Participações	2.846.855	40.182	(1.260.501)	40.718	(86.957)	(791.802)
Teles Pires Participações	828.490	34.545	(371.793)	79.749	(231.419)	(177.517)
Belo Monte Transmissora de Energia	2.236.720	13.712	(347.477)	(198.322)	67.960	(167)
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IE Madeira)	623.807	26.088	(201.868)	(83.763)	230.932	(7.122)
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	313.543	10.787	(118.060)	(63.522)	111.421	(870)
Chapecoense Geração S.A. (Chapecoense)	839.787	27.510	(183.248)	(135.394)	270.251	(86.112)
Empresa de Energia São Manoel	–	500	(187)	3.183	(6.179)	–
Manaus Transmissora de Energia S.A.	164.073	7.526	(73.557)	(33.385)	54.957	–
Serra do Facão Energia S.A.	301.185	4.859	(134.189)	1.361	8.697	(100.551)
Companhia Energética Sinop	–	8.420	(382)	223.251	(434.311)	(418)
Enerpeixe S.A.	363.669	59.720	(104.306)	(17.663)	143.770	(53.003)
Paranaíba Transmissora	238.629	5.644	(64.775)	(40.717)	69.469	(38)
Mata de Santa Genebra	548.568	3.806	(78.621)	(21.648)	42.140	(58)
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	123.187	5.543	(25.340)	40.298	(27.880)	(2.766)
Santa Vitória do Palmar	215.767	5.156	(72.910)	(7.762)	64.964	(50.965)
Transmissora Sul Litorânea de Energia (TSLE)	116.254	6.602	(64.654)	(2.073)	16.372	(105)
Chapada Piauí I Holding S.A.	97.363	2.531	(67.400)	(3.872)	(24.916)	–
Energética Águas da Pedra S.A.	240.155	8.176	(31.682)	(16.679)	88.386	(22.411)
Chapada Piauí II Holding S.A.	112.278	3.299	(69.195)	(4.676)	(14.092)	–
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	142.180	2.686	(20.627)	(31.602)	71.986	(1.558)
Chuí	110.402	4.847	(36.633)	(4.595)	174.969	(34.713)
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. (TSBE)	53.374	3.724	(30.718)	12.329	(25.042)	(11)
Goiás Transmissão S.A.	74.153	1.783	(18.614)	(3.034)	35.149	(70)
Intesa - Integração Transmissora de Energia S.A.	129.146	3.839	(11.406)	(13.267)	59.609	(1.619)
Triângulo Mineiro Transmissora	100.122	1.692	(7.263)	(23.860)	48.569	(24)
Vamcruz I	95.972	611	(28.705)	(3.170)	16.355	(13.076)
Serra das Vacas Holding	80.159	1.724	(46.089)	(2.911)	(10.253)	(2.843)
Transenergia Renovável S.A. (Transenergia)	42.641	1.683	(10.440)	(1.998)	6.900	(26)
Vale do São Bartolomeu	194.411	1.297	(4.546)	(38.234)	27.923	(24)
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	70.564	1.624	(12.429)	(7.993)	32.032	–
CTEEP	2.701.193	123.673	(189.889)	(595.645)	1.385.460	(9.627)
Transnorte Energia S.A.	2.992	715	(16)	209	(455)	–
MGE Transmissão S.A.	45.981	1.375	(7.942)	(1.960)	15.643	(25)
Retiro Baixo Energética S.A. (Retiro Baixo)	67.205	2.816	(12.344)	(2.527)	21.782	(10.459)
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	25.087	541	(164)	(4.148)	13.548	(1)
Rouar	20.608	23	10.507	4.764	13.591	(16.784)
Paulista Lajeado	38.278	2.461	(4.050)	(2.911)	29.006	–
Mangue Seco II	18.962	2.747	(5.467)	(1.516)	3.305	(5.305)
CEB Lajeado	171.891	4.139	(599)	(19.729)	45.676	(5.906)
CEMAR	3.370.836	250.941	(275.911)	(101.942)	489.617	(168.564)
EMAE	50.682	17.126	(2.342)	(3.141)	7.487	(1.090)

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	31/12/2016 Receita operacional liquida	Receita financeira	Despesa financeira	Impostos sobre o lucro	Lucro líquido (prejuízo)	Depreciação e amortização
Norte Energia S.A.	654.543	25.268	(175.959)	18.640	(76.967)	(88.813)
Madeira Energia S.A. (MESA)	2.802.554	146.200	(1.551.719)	(23.636)	(617.200)	(674.767)
ESBR Participações S.A.	2.386.172	73.078	(1.134.269)	(722.295)	1.310.746	(663.663)
Teles Pires Participações	713.680	36.607	(321.778)	87.812	(121.799)	(181.471)
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	830.043	28.693	(233.143)	(173.345)	404.887	(5.065)
Belo Monte Transmissora	–	233.318	(136.430)	(70.868)	17.748	(144)
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	461.368	10.771	(131.351)	(143.807)	161.966	(1.157)
Chapecoense Geração S.A. (Chapecoense)	799.516	43.111	(246.887)	(122.060)	242.143	(86.449)
Manaus Transmissora de Energia S.A.	266.126	–	–	(52.455)	83.876	(853)
Empresa de Energia São Manoel	–	19.705	(20.069)	160.159	(310.897)	–
Serra do Facão Energia S.A.	282.673	4.402	(210.833)	28.620	(43.176)	(100.578)
Enerpeixe S.A.	309.696	6.446	(47.824)	(4.223)	126.307	(50.171)
Companhia Energética SINOP S.A.	–	–	–	2.958	(5.735)	(6.387)
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	230.909	5.310	(29.010)	(60.567)	90.768	(53)
Chapada Piauí I Holding S.A.	112.103	2.089	(98.497)	(4.129)	(39.749)	(30.785)
Chapada Piauí II Holding S.A.	98.876	2.646	(94.495)	(3.695)	(49.971)	(28.621)
Paranaíba	141.956	3.456	(57.397)	(21.544)	41.792	(19.456)
Santa Vitória do Palmar	101.857	4.216	(68.349)	(4.139)	75.503	(51.020)
TSLE	103.330	3.222	(68.980)	(18.041)	10.861	(52)
Mata de Santa Genebra	69.788	13.358	(86.721)	3.365	(6.403)	(35)
Energética Águas da Pedra S.A.	220.698	–	–	(20.038)	107.265	(25.950)
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	160.739	3.001	(29.561)	43.921	156.718	(47)
TSBE	56.552	4.314	(36.988)	(2.809)	9.028	(11)
Goiás Transmissão S.A.	(35.469)	2.754	(19.761)	164	(40.679)	(254)
Integração Transmissora de Energia S.A.	100.314	4.504	(13.971)	(7.035)	61.070	(25)
Chuí	56.486	6.006	(39.276)	(3.279)	(57.043)	(34.658)
Vamcruz I Participações S.A.	65.723	2.988	(23.057)	(2.788)	6.070	(19.058)
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	62.690	(13)	(38.262)	(1.961)	(14.919)	(20.839)
Triângulo Mineiro Transmissora	31.551	79.398	(10.050)	(26.781)	34.605	–
Transenergia Renovável S.A. (Transenergia)	65.994	2.086	(11.966)	(2.931)	60.560	(31)
Retiro Baixo Energética S.A. (Retiro Baixo)	63.181	1.922	(14.802)	(2.680)	17.200	(10.460)
CTEEP	7.789.240	76.684	(186.613)	(2.333.912)	4.949.334	(9.061)
Lajeado Energia	589.060	23.940	(140.539)	(63.690)	177.292	(72.837)

15.5.1 - Empresas de Distribuição:

(a) Celg Distribuição - CELG-D - Em 26 de setembro de 2014, a Companhia adquiriu 51% das ações ordinárias representativas do capital social da CELG D, tornando-se controladora da CELG D. A CELG D, é uma sociedade anônima de capital fechado, é concessionária de serviço público de energia elétrica no seguimento de distribuição e foi constituída em 23 de março de 2007.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia classificou a referida controlada como ativo mantido para venda, uma vez que a Companhia estava comprometida com a alienação do controle acionário da referida controlada, que se concretizou no leilão de Desestatização ocorrido em 30 de novembro de 2016.

Em 14 de fevereiro de 2017, foi assinado, o contrato de compra e venda de Ações da CELG D entre Eletrobras, Companhia Celg de Participações - CELGPAR e ENEL BRASIL S/A, alienando a totalidade das ações da CELG D pertencentes a Eletrobras para a ENEL BRASIL S/A.

A Eletrobras recebeu, nesta data, o valor de R$ 1.065.266 referente à alienação da CELG D e reconheceu um ganho no resultado do período findo em 31 de março de 2017 relativo a venda da controlada no montante de R$ 1.524.687.

Para as demais empresas de distribuição, ver Nota 35.

15.5.2 - Empresas de Geração e Transmissão:

(a) Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - tem como objetivo principal a transmissão e a geração de energia elétrica diretamente ou através da participação em Sociedades de Propósito Específicos. A Companhia realiza estudos, projetos, construção, operação e manutenção das instalações dos sistemas de transmissão e de geração de energia elétrica, estando essas atividades regulamentadas. O seu sistema de geração é formado por 5 usinas hidrelétricas, 2 PCH´s, 35 parques eólicos e uma unidade solar fotovoltaica perfazendo uma potência instalada de 6.708 MW*, e na atividade de transmissão o sistema é composto por 2.487,1 km* de linhas de alta tensão.

(b) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) - concessionária de serviço público de energia elétrica que tem por finalidade gerar, transmitir e comercializar energia elétrica. O seu sistema de geração é hidrotérmico, com predominância de usinas hidrelétricas, responsáveis por percentual superior a 97% da produção total. As operações da CHESF na atividade de geração de energia contam com 13 usinas hidrelétricas e 1 usina termelétrica, perfazendo uma potência instalada de 10.613 MW*, e na atividade de transmissão o sistema é composto por 119 subestações e 20.313,3 Km* de linhas de alta tensão.

(c) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte) - concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada pela Companhia, com atuação predominante nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. As operações da Companhia com a geração de energia elétrica contam com 4 usinas hidrelétricas, com capacidade instalada de 8.860,05 MW* e 8 usinas termelétricas, com capacidade de 521,82 MW*, perfazendo uma capacidade instalada de 9.381,87 MW*. A transmissão de energia é efetuada por um sistema composto de 11.617,12 Km* de linhas de transmissão, 56 subestações no Sistema Interligado Nacional - SIN, 190,20 Km* de linhas de transmissão, 11 subestações no sistema isolado, perfazendo um total de 11.807,32 Km* de linhas de transmissão e 57 subestações.

(d) Furnas Centrais Elétricas S.A. (FURNAS) - controlada pela Companhia, atua na geração, transmissão e comercialização predominantemente na região abrangida pelo Distrito Federal e os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia, além de participar de Sociedades de Propósito Específico. O sistema de produção de energia elétrica operado por Furnas é composto por 10 usinas hidrelétricas de propriedade exclusiva, 2 em parceria com a iniciativa privada e 8 em regime de sociedade de propósito específica (SPE), com uma potência instalada de 16.586,26 MW*, e 2 usinas termelétricas com 530 MW* de potência instalada total.

15.5.3 - Demais Empresas

a) Companhia Energética do Maranhão (CEMAR) - concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica.

A Companhia detém a concessão para a distribuição de energia elétrica em 217 municípios do Estado do Maranhão, regulada pelo Contrato de Concessão nº 60, de 28 de agosto de 2000, celebrado com a ANEEL, o qual permanece com o seu termo de vigência até agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos.

b) Eletrobras Participações S.A. (Eletropar) - controlada pela Companhia, e tem por objeto social a participação no capital social de outras sociedades.

Em 15 de dezembro de 2015, a Assembleia Geral de Credores da Eletronet S.A., a qual a Eletropar é agente de Furnas, Chesf e Eletronorte, deliberou pela quitação das obrigações da Eletronet, tendo sido requerida a declaração judicial de extinção de obrigações e o encerramento da falência, com a retomada do exercício ordinário de suas atividades e a produção dos demais efeitos pertinentes.

Em 27 de novembro de 2015, foi celebrado o memorando de entendimento (MOU), assinado entre a Eletrobras, Eletropar e LT Bandeirantes (acionista majoritária da Eletronet), em que estabeleceu o direito de receber da Eletronet, e o dever de repassar integralmente às Cedentes Chesf, Eletronorte, Eletrosul e Furnas, o montante de R$ 15 milhões.

A Controlada Furnas emitiu cobranças contra a Controlada Eletropar, referente ao período de janeiro de 2016 até setembro de 2017. Entretanto, a Controlada Eletropar entende que há uma divergência entre a cobrança e os valores acordados no MOU.

c) Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) - sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações (CEEE-Par), empresa detentora de 65,92% do seu capital total. A Concessionária tem por objeto explorar sistemas de produção e transmissão de energia elétrica.

d) Companhia Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP) - sociedade de capital aberto, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de transmissão de energia elétrica.

e) Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA) - sociedade de capital aberto, sob o controle acionário da Equatorial Energia S.A. (Equatorial), que atua na distribuição e geração de energia elétrica no Estado do Pará, atendendo consumidores em 143 municípios, conforme Contrato de Concessão 182/1998, assinado em 28 de julho de 1998, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028. Além do contrato de distribuição, a CELPA possui Contrato de Concessão de Geração 181/98 de 34 Usinas Termelétricas, sendo 11 próprias e 23 terceirizadas, para a exploração de geração de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, renovável por igual período. A investida apresentava em 31 de dezembro de 2017 um capital circulante líquido de R$ 1.118.596 (capital circulante líquido de R$ 950.562 em 31 de dezembro de 2016), o resultado determinou um patrimônio líquido de R$ 2.582.714 (R$ 2.118.012 em 31 de dezembro de 2016) e lucros de R$ 613.531 (lucros de R$ 351.556 em 31 de dezembro de 2016).

Todos os créditos existentes contra a investida até a data do ajuizamento do seu pedido de recuperação judicial, ainda que não vencidos, ressalvadas as exceções legais, deverão ser pagos nos termos do plano de recuperação judicial, aprovado em 01 de setembro de 2012 em assembleia geral de credores.

f) Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE) - a concessionária de um complexo hidroenergético localizado no Alto Tietê, centrado na Usina Hidroelétrica Henry Borden. A EMAE dispõe, ainda, da UHE Rasgão e a UHE Porto Góes, ambas no Rio Tietê. No Vale do Paraíba, município de Pindamonhangaba, está instalada a UHE Isabel, atualmente fora de operação. A investida apresentava em 31 de dezembro de 2017 um capital circulante líquido de R$ 177.472 (capital circulante líquido em 31 de dezembro de 2016 de R$ 127.875).

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

g) Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. (Energisa MT) - sociedade por ações de capital aberto, sob o controle acionário da Energisa S.A., atuando na área de distribuição de energia elétrica, além da geração própria através de usinas térmicas para o atendimento a sistemas isolados em sua área de concessão que abrange o Estado de Mato Grosso, atendendo consumidores em 141 municípios. Conforme Contrato de Concessão de 03/1997, assinado em 11 de dezembro de 1997, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 11 de dezembro de 2027, renovável por igual período. Além do contrato de distribuição, a Companhia possui Contrato de Concessão de Geração 04/1997, de 3 Usinas Termelétricas com suas respectivas subestações associadas, com vencimento em 10 de dezembro de 2027.

h) Norte Energia S.A. - sociedade de propósito específico, de capital fechado, com propósito de conduzir todas as atividades necessárias à implantação, operação, manutenção e exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), no rio Xingu, localizada no Estado do Pará e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora. A Companhia detém 49,98% do capital social da Norte Energia dos quais quais 34,98% estão divididos entre as subsidiárias Chesf (15%) e Eletronorte (19,98%). Essa investida vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A investida necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e de terceiros em montante significativo, para a conclusão de sua Usina Hidrelétrica. Em 31 de dezembro de 2017, a investida apresentava um capital circulante líquido negativo de R$ 2.559.610 (R$ 836.503 negativo em 31 de dezembro de 2016).

i) Madeira Energia S.A. - sociedade anônima de capital fechado, constituída em 27 de agosto de 2007, e tem por objetivo a construção e exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio localizada em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, e do seu Sistema de Transmissão Associado. A Companhia detém 39% do capital social da Madeira Energia. A investida está incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento de projeto para construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações.

Em 31 de dezembro de 2017, a investida Madeira Energia S.A. (MESA), da qual Furnas tem participação de 39% apresentava excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante negativo de R$ 2.143.477 (R$ 1.611.061 negativo em 31 de dezembro de 2016). Para equalização da situação do capital circulante negativo, a investida conta com os aportes de recursos de seus acionistas.

Parte da situação financeira da MESA é afetada pelo reconhecimento de provisão para perdas sobre parte do valor esperado de recebimento de dispêndios reembolsáveis junto ao Consórcio Construtor Santo Antônio (CCSA).

I. Direito de Ressarcimento CCSA

Tal recebível teve sua origem por ocasião da assinatura do 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão com a ANEEL, embasado pela apresentação de um cronograma de entrada em operação comercial pelo CCSA, antecipando, pela segunda vez, o início de entrada em operação das unidades geradoras do empreendimento, sendo firmado então, no Contrato para Implantação da UHE Santo Antônio e em "Termos e Condições", o referido compromisso. No entanto, este cronograma não foi plenamente atendido, fazendo com que o resultado líquido desta apuração gerasse para a MESA um direito de ressarcimento junto ao CCSA.

Para a aferição do cálculo desse dispêndio reembolsável, o CCSA requereu a aplicação da cláusula 31.1.2.1.1 do contrato EPC, que apresenta o limitador contratual de R$ 122,00/MWh* para o repasse do custo pela compra de volume de energia. Diante desta consideração, a Administração da MESA efetuou, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, análises adicionais, incluindo aspectos legais, e mudou sua estimativa quanto ao valor de realização do ativo (o acima citado direito de ressarcimento junto ao CCSA). Assim, sob o valor total do dispêndio reembolsável de R$ 1.566.298, foi reconhecida uma provisão para perda cujo valor em 31 de dezembro de 2017 foi de R$ 678.551, o que reflete o valor líquido esperado de recebimento de R$ 887.747 em dezembro de 2017 (R$ 891.105 em 31 de dezembro de 2016).

Para dirimir dúvidas quanto à utilização do limitador contratual considerado no cálculo de parte do resultado líquido da antecipação do cronograma de entrada em operação comercial da usina, prevista no 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), que originou o referido *impairment*, a Controlada requereu, perante a International Chamber of Commerce ("ICC"), a instauração de processo arbitral face ao CCSA, sendo que o mesmo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento de Arbitragem da ICC. O Tribunal Arbitral foi instaurado em janeiro de 2017.

Adicionalmente, SAAG Investimentos S.A. ("SAAG") e CEMIG Geração e Transmissão S.A. ("CEMIG") requereram perante a Câmara de Arbitragem do Mercado ("CAM"), instauração de procedimento arbitral em face da Madeira Energia S.A. - CAM 63/15, em razão da constituição do *impairment*, o qual foi julgado em 07 de junho de 2017, deferindo os pedidos dos requerentes e determinando a reversão do *impairment* citado acima. A sentença arbitral foi tempestivamente cumprida pela MESA e sua subsidiária integral, com a respectiva reversão do *impairment* no balancete contábil encerrado em julho de 2017.

Entretanto, a Companhia reconhece uma provisão para perda no valor de R$ 678.551 em 31 de dezembro de 2017 conforme supracitado.

II. Devolução de capital

Por meio de outro procedimento de arbitragem sigiloso iniciado em 2014 em face da MESA e junto à Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM nº 048/2014), os sócios SAAG Investimentos S.A. (SAAG) e Cemig Geração e Transmissão S.A. questionaram, substancialmente, parte do aumento de capital aprovado na MESA destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio ("CCSA"), no valor de aproximadamente R$ 780 milhões com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos pelo CCSA e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos.

Em atendimento à Sentença Arbitral proferida pela Câmara de Arbitragem do Mercado - CAM 48/14, procedeu-se a anulação parcial do aumento de capital ocorrido na Assembleia Geral Extraordinária de 21.10.2014, que gerou o cancelamento de 605.280.000 (seiscentos e cinco milhões e duzentas e oitenta mil) ações, subscritas e integralizadas, sendo pertencente a Furnas o montante de 304.200.000 (trezentos e quatro milhões e duzentos mil) ações.

Em 31 de dezembro de 2017 os efeitos da anulação parcial do aumento de capital retroagem ao exercício de 2014 estão atualizados monetariamente pela aplicação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), cujo montante é de R$ 358.084. A devolução dos recursos aos acionistas depende de Assembleia Geral, a qual definirá a data e os critérios de atualização monetária, sendo que a estimativa da Administração é de que sejam corrigidos pelo IGPM e, caso a Companhia não efetue a devolução na data estabelecida pelos acionistas em Assembleia Geral a ser realizada sobre o tema, serão acrescidos juros de 1% ao mês.

j) ESBR Participações S.A. (ESBRP) - sociedade anônima de capital fechado, tem por objeto social exclusivo a participação no capital social da Sociedade de Propósito Específico (SPE) denominada Energia Sustentável do Brasil S.A. ("ESBR"), detentora da concessão de uso do bem público para exploração da Usina Hidrelétrica Jirau, concluído em dezembro de 2015 no Rio Madeira, no Estado de Rondônia. A Companhia detém 40% do capital ESBRP. Em 31 de dezembro de 2017, a investida apresentava capital circulante líquido negativo de R$ 53.633 (R$ 611.716 negativo em 31 de dezembro de 2016), prejuízos acumulados de R$ 888.859 (R$ 801.902 em 31 de dezembro de 2016) e patrimônio líquido de R$ 8.242.852 (R$ 8.329.809 em 31 de dezembro de 2016).

k) Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IEMadeira) - constituída em 18 de dezembro de 2008 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos Lotes D e F do Leilão nº 007/2008 da ANEEL. A linha de transmissão Porto Velho - Araraquara entrou em operação comercial em 01 de agosto de 2013. As estações Inversora e Retificadora entraram em operação comercial em 12 de maio de 2014. A companhia detém 49% do capital do IE Madeira. Em 30 de junho de 2017, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Eletrobras, a transferência das participações acionárias da IEMadeira detidas pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) e Furnas Centrais Elétricas S.A. para Eletrobras Holding. A efetiva transferência das participações acionárias depende de autorização regulatória e ou de agentes financiadores.

l) Manaus Transmissora de Energia S.A. - sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de abril de 2008 com o propósito específico de explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, operação, manutenção e construção de instalações de transmissão da rede básica do sistema elétrico brasileiro interligado, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor.

A SPE detém a concessão, para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de Linha de Transmissão 500 kV* Oriximiná/Cariri CD, SE Itacoatiara 500/138 kV* e SE Cariri 500/230kV*.

O contrato de concessão foi assinado em 16 de outubro de 2008, pelo prazo de trinta anos, as atividades operacionais iniciaram em 2013.

A Companhia detém 49,50% do capital da Manaus Transmissora de Energia S.A.

m) Teles Pires Participações S.A. - tem por objeto o investimento na Companhia Hidrelétrica Teles para a implantação da Usina Hidrelétrica Teles Pires. A Companhia detém 49,44% do capital da Teles Pires Participações S.A.. Em 31 de dezembro de 2017, a investida apresentava capital circulante líquido negativo de R$ 216.524 (R$ 382.479 em 31 de dezembro de 2016) e patrimônio líquido de R$ 1.564.581 (R$ 1.167.993 em 31 de dezembro de 2016).

n) Mata de Santa Genebra Transmissora S.A. - sociedade de propósito específico, de capital fechado, com propósito de conduzir todas as atividades necessárias à implantação, operação, manutenção e exploração do Sistema de Transmissão Mata de Santa Genebra, constituído por três linhas de transmissão que atravessam municípios dos Estados de São Paulo e Paraná. A Companhia detém 49,9% da Mata de Santa Genebra Transmissora S.A. Em 31 de dezembro de 2017, a investida apresentava capital circulante líquido negativo de R$ R$557.940 (R$ 482.773 negativo em 31 de dezembro de 2016) e patrimônio líquido de R$ 926.691 (R$ 382.295 em 31 de dezembro de 2016).

o) Belo Monte Transmissora de Energia S.A. - sociedade de propósito específico com propósito de conduzir todas as atividades necessárias à implantação, operação, manutenção e exploração a Linha de Transmissão CC Xingu/Estreito e instalações associadas que atravessam municípios dos Estados de Pará, Tocantins, Goiás e Minas Gerais. A Companhia detém 49% da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. Em 31 de dezembro de 2017, a investida apresentava capital circulante líquido de R$ 447.382 (R$ 1.799.692 - negativo em 31 de dezembro de 2016) e patrimônio líquido de R$ 3.016.367 (R$ 2.130.120 em 31 de dezembro de 2016).

p) Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) - sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações (CEEE-Par), empresa detentora de 65,92% do seu capital total. A Concessionária tem por objeto a distribuição de energia elétrica em 72 municípios do Rio Grande do Sul, atendendo aproximadamente 4 milhões de unidades consumidoras. A investida apresentave em 31 de dezembro de 2017 capital circulante líquido negativo R$ 1.007.314 (R$ 1.040.749 negativo em 31 de dezembro de 2016), o resultado determinou um passivo a descoberto de R$ 1.100.956 (R$ 1.236.010 em 31 de dezembro de 2016) e prejuízos acumulados de R$ 2.502.546 (R$ 2.416.289 em 31 de dezembro de 2016).

(*) informações não revisadas pelos auditores independentes.

15.5.4 - Sociedades sob Gestão

Companhia Energética de Roraima (CERR) - a Companhia assinou, em 26 de novembro de 2012, um protocolo de intenções, visando à participação no processo de saneamento financeiro da empresa Companhia Energética de Roraima. Este processo prevê que a Companhia poderá assumir o controle da CERR, por meio da aquisição do controle acionário da companhia.

A Companhia e o Governo do Estado de Roraima celebraram, inicialmente, um Acordo de Acionistas e um Acordo de Gestão, respeitadas as autorizações necessárias, visando à recuperação econômico-financeira da empresa CERR que, após implementação de todos os seus termos, oferece uma opção de compra pela Companhia, do controle acionário daquela empresa. Para isto, a Companhia assume a gestão executiva da CERR, por meio da sua representação majoritária no Conselho de Administração e indicação dos membros da Diretoria Executiva da CERR, os quais serão posteriormente substituídos por profissionais contratados no mercado.

Neste processo o Governo do Estado de Roraima obteve financiamento, com a finalidade de quitação das dívidas da CERR junto ao Sistema Eletrobras e outros fornecedores, além de preparar um Plano de Contingências que será encaminhado à aprovação da ANEEL.

Conforme Despacho do Ministério de Minas e Energia - MME, de 03 de agosto de 2016, a Companhia Energética de Roraima ("CERR"), empresa sob controle do Estado de Roraima, teve indeferido seu pedido de renovação da concessão dos serviços de distribuição de energia elétrica, a ela outorgada por meio da Portaria MME 920, de 5 de novembro de 2016.

Desta forma, conforme dispõe o artigo 9º, parágrafo primeiro, da Lei nº 12.783/2013, o Ministério de Minas e Energia designou a subsidiária da Eletrobras Boa Vista Energia S.A. ("Boa Vista"), como responsável pela prestação do serviço de público de distribuição de energia elétrica da área referente a então concessão da CERR, no interior do Estado de Roraima, até que haja assunção de nova concessionária em relicitação a ser realizada ou até 31 de dezembro de 2017, o que ocorrer primeiro.

Devido a não renovação da concessão da Companhia Energética de Roraima - CERR, o acordo de acionistas celebrado entre a Eletrobras e o Estado de Roraima, em 12 de setembro de 2013, para gestão compartilhada da CERR, perdeu sua vigência, em conformidade com o disposto no referido instrumento.

As obrigações contraídas pela Boa Vista na prestação temporária do serviço serão assumidas pelo novo concessionário, nos termos do edital de licitação a ser lançado pelo Poder Concedente, não cabendo à Eletrobras ou à Boa Vista, durante o período de prestação de serviços temporária, fazer qualquer aporte de recursos na CERR, mesmo que para manutenção ou operação dos serviços de distribuição.

15.5.5 - Sociedades de Propósito Específico

Ao longo dos últimos anos, as Empresas do Sistema Eletrobras firmaram investimentos em parcerias em projetos com a iniciativa privada, onde a Companhia figura como acionista não controlador. Estes empreendimentos têm como objeto a atuação na área de geração e transmissão de energia elétrica, cujos valores aportados estão classificados na rubrica de Investimentos.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600153

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Os demais investimentos com participação relevante da companhia suas controladas, controladas em conjunto e coligadas são as seguintes:

Investimentos em Controladas em Conjunto e Coligadas

Nome	Objeto	Empresa	% Part.	Demais Acionistas	% Participa.	Valor do Investimento
Sistema de Transmissão Nordeste - STN	Trasmissão	Chesf	49,00%	Alusa	51,00%	216.741
Manaus Construtora Ltda.	Construção - Transmissão	Chesf Eletronorte	19,50% 30,00%	Abengoa	50,50%	33.272
Energia Sustentável do Brasil - ESBR	Geração - UHE Jirau	Chesf Eletrosul	20,00% 20,00%	GDF Suez Energy Latin America Ltda. Mizha Participações S.A.	40,00% 20,00%	3.297.140
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	Trasmissão	Chesf	49,00%	ATP Engenharia Ltda	51,00%	27.309
Norte Energia S.A.	Geração - UHE Belo Monte	Chesf Eletronorte Eletrobras	15,00% 19,98% 15,00%	Petros Outros	10,00% 40,02%	4.091.913
Enerpeixe S.A.	Geração - UHE Peixei Angical	Furnas	40,00%	EDP	60,00%	292.002
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	Trasmissão	Eletronorte	49,00%	Abengoa	51,00%	1.046.172
Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A.	Trasmissão	Eletrosul	51,00%	CEEE-GT	49,00%	10.573
Amapari Energia S.A.	Geração - UTE Serra do Navio	Eletronorte	49,00%	MPX Energia S.A.	51,00%	–
Chapecoense	Geração - UHE Foz do Chapecó	Furnas	40,00%	CPFL CEEE-GT	51,00% 9,00%	389.981
Serra do Facão Energia	Geração - UHE Serra do Facão	Furnas	49,47%	Alcoa Alumínio DME Energética Camargo Corrêa	34,97% 10,08% 5,48%	26.212
Retiro Baixo	Geração - Retiro Baixo	Furnas	49,00%	Orteng Arcadis Logos	25,50% 25,50%	124.386
Baguari Energia	Geração - UHE Baguari	Furnas	30,61%	Cemig	69,39%	65.289
Transenergia Renovável S.A.	Trasmissão	Furnas	49,00%	GEBRAS Participações Ltda.	51,00%	154.498
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	Trasmissão	Chesf	49,00%	CTEEP	51,00%	356.302
Livramento	Geração - Cerro Chato IV, V, VI, Ibirapuitã	Eletrosul	59,00%	Rio Bravo	41,00%	–
TSBE - Transmissora Sul Brasileira de Energia S/A	Trasmissão	Eletrosul	80,00%	Copel	20,00%	257.441
TSLE - Transmissora Sul Litorânia de Energia S.A.	Trasmissão	Eletrosul	51,00%	CEEE-GT	49,00%	198.174
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	Trasmissão	Eletrosul	20,00%	Copel	80,00%	21.335
Costa Oeste Transmissora de Energia	Trasmissão	Eletrosul	49,00%	Copel	51,00%	32.327
Teles Pires Participações S.A.	Geração - UHE Teles Pires	Eletrosul Furnas	24,72% 24,72%	Neoenergia	50,56%	764.559
Construtora Integração	Trasmissão	Eletronorte	49,00%	Abengoa	51,00%	23.860
Transnorte Energia S.A.	Trasmissão	Eletronorte	49,00%	Alupar	51,00%	148.453
Goiás Transmissão S.A.	Trasmissão	Furnas	49,00%	Bogotá	51,00%	181.481
Madeira Energia S.A.	Geração - UHE Santo Antônio	Furnas	39,00%	Odebrecht Energia SAAG Investimentos S.A. Cemig Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia	18,60% 12,40% 10,00% 20,00%	2.077.575
MGE - Transmissão	Trasmissão	Furnas	49,00%	Gebbras Participações Ltda	51,00%	115.039
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	Trasmissão	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão	51,00%	163.637

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S/A

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO 2017
VISÃO
- Ser uma empresa sustentável, com equilíbrio econômico e financeiro, gerando, transmitindo e comercializando energia elétrica com alta confiabilidade, contribuindo para o desenvolvimento do País.
MISSÃO
- Atuar no mercado de energia com inovações tecnológicas, excelência e competitividade, agregando valor para a sociedade.
VALORES
- Segurança e Qualidade de Vida
- Empreendedorismo e Inovação
- Ética e Transparência
- Valorização e Comprometimento da Força de Trabalho
- Sustentabilidade e Superação
1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Este ciclo registra na história da Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. (Amazonas GT) o momento onde se pavimenta um caminho construído com muita dedicação e esforço das equipes da Amazonas GT, da Amazonas Distribuidora de Energia S.A (Amazonas Distribuidora) e da Eletrobras, ciclo que será concluído com a implementação da fase final da desverticalização da Amazonas Distribuidora.

Em decorrência disso, após a transferência do controle acionário da Amazonas GT para a Eletrobras, que ocorrerá no ano de 2018, a nossa empresa se tornará a mais nova empresa do Sistema Eletrobras ligada diretamente à Holding, tendo a responsabilidade de conduzir as atividades de Geração, Transmissão e Comercialização de Energia Elétrica, inicialmente na área de concessão no estado do Amazonas, que foi integrada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), mas podendo atuar em qualquer ponto desse Sistema no território nacional.

Dentro desse contexto, as competências básicas da Amazonas GT são:

a) Disponibilização de capacidade de geração de energia elétrica para o atendimento aos Contratos de Venda de Energia Elétrica no Ambiente Regulado e ao Mercado Livre;

b) Disponibilização das funções do Sistema de Transmissão para o atendimento a outorgas ou designações do Poder Concedente; e

c) Comercialização de Energia excedente no Mercado a preços competitivos.

O maior ponto crítico da Amazonas GT está relacionado à conclusão do processo de desverticalização da Amazonas Distribuidora, o qual deve ser concluído no máximo até o dia 30 de abril de 2018 (prazo máximo legal - Lei n. 12.111/2009). E, os principais desafios para finalizar esse processo, são os segintes:

A transferência parcial do contrato de gás natural firmado entre a Amazonas Distribuidora e a Cigás para fornecimento do gás natural para a UTE Mauá 3, para a UTE Aparecida e Produtores Independentes de Energia, a partir de 2025;

A manutenção da continuidade operacional da UTE Aparecida após o ano de 2020, quando ocorrerá o término do Contrato de Compra e Venda de Energia (CCVEE) com a Amazonas Distribuidora;

A manutenção da continuidade operacional dos Produtores Independentes de Energia (PIEs) após o ano de 2025, quando ocorre o término do Contrato de Compra e Venda de Energia com a Amazonas Distribuidora, e ocorre a reversão dos ativos dos PIEs para a Amazonas GT, em razão do encerramento dos contratos celebrados com particulares em regime de leasing; e

A garantia do fornecimento do gás natural para a UTE Mauá 3, quando do término do contrato de gás existente (2030), para o período de 2030 a 2043 por meio da realização de uma Licitação Internacional, que proporcionará o fornecimento de gás natural para a UTE Mauá 3, de forma a honrar o compromisso do contrato de energia do Leilão A-5, realizado no ano de 2014.

Os problemas à manutenção da continuidade operacional da UTE Aparecida e dos Produtores Independentes de Energia, decorrem de um novo conceito determinado pela ANEEL, no âmbito da Superintendência de Regulação da Geração (SRG), a partir de dezembro de 2015, de que o disposto no § 3o do Art. 11 do Decreto n. 7.246, de 28.07.2010, cujo texto é abaixo transcrito, e define que o reembolso das despesas de reserva de capacidade de transporte dutoviário, também conhecida como "ship-or-pay", e de reserva de consumo mínimo, ou seja, condição de "take-or-pay", não se aplicam caso não exista a capacidade instalada de usinas termelétricas para consumir a quantidade diária contratada de gás natural por força do Contrato OC-1902/2006.

§ 3o Desde que não incluídos no preço e no custo de que tratam, respectivamente, os incisos I e II do § 2o, serão também reconhecidos para efeito de reembolso da CCC os custos relativos ao preço dos combustíveis para geração de energia elétrica própria ou de terceiros, incluindo, quando for o caso, as despesas de transporte, de reserva de capacidade de transporte dutoviário e de reserva de consumo mínima. (Decreto n. 7.246/2010, art 11).

Sem resolver esses problemas, a passagem parcial do contrato do gás para Amazonas GT, seria onerosa, haja vista que a interrupção operacional das UTE Aparecida (2020) e dos Produtores Independentes de Energia (2025) provocaria um descompasso entre o consumo e a obrigação do pagamento do gás natural que inviabilizaria a continuidade operacional da Amazonas GT.

Dessa forma, para superar a situação e, inclusive dar suporte à continuidade e cristalização do "novo conceito" criado no âmbito interno à ANEEL, foi editada uma Medida Provisória, justificada no interesse público, no que concerne à reserva de capacidade de transporte dutoviário, ou seja, às condições de "ship-or-pay" do Contrato de Gás OC-1902/2016, bem como para equacionar a incerteza quanto ao preço de um novo fornecimento de gás natural para a UTE Mauá 3 para o período de 2030 a 2043.

Nesse sentido, foi publicada a Medida Provisória n. 814 (MPV 814/2017), de 28 de dezembro de 2017, que altera a Lei n. 12.111, de 9 de dezembro de 2009, na qual ocorreu a concatenação dos prazos de encerramento da entrega de energia elétrica dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR relacionados aos empreendimentos termoelétricos da Amazonas GT, que contam com o reembolso da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, ao prazo final da outorga da prestação de serviço da infraestrutura de transporte dutoviário de gás natural.

Os termos da MPV n. 814/2017 proporcionam a retirada da onerosidade do Contrato OC 1902/2006 (Contrato do Gás).

Para o ano de 2018, visando à conclusão do processo de desverticalização da Amazonas Distribuidora, muitas ações deverão ser processadas junto à ANEEL, onde se destaca que a Agência Reguladora autorize a Amazonas GT e a Amazonas Distribuidora a firmarem contratos de compra e venda de energias provenientes das usinas que utilizam o gás natural, subsidiado pela CCC, bem como autorize o aditamento dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica - CCVEEs já firmados, para transferir a responsabilidade de fornecimento do combustível, para a Amazonas GT.

A MPV n. 814/2017, trouxe um ponto de alta relevância quanto à antecipação do compromisso de entrega de energia da UTE Mauá 3, a qual poderá ser utilizada em todas as usinas da Amazonas GT disponíveis para produção da energia, que estejam descontratadas ou em concomitância à sua descontratação e que estejam conectadas à mesma infraestrutura de transporte dutoviário da UTE Mauá 3, incluindo os Produtores Independentes de Energia (PIEs). Portanto, a MPV n. 814/2017 permitirá a operação das usinas após o encerramento dos contratos que possuem a cobertura da CCC (que eram improrrogáveis pela Lei n. 12.111/2009), e trouxe uma solução dupla, a saber:

a) Compatibilizou, sem ocasionar onerosidade contratual, o período de suprimento de gás com o compromisso de entrega de energia do Leilão A-5/2014, visto que a UTE Mauá 3 somente tinha o fornecimento de combustível assegurado até 2030, ao permitir a antecipação da entrega de energia do período compreendido entre dez/2030 a dez/2043, através das usinas que ficariam ociosas (descontratadas ou em descontratação); e

b) Resolveu o problema da ociosidade do gasoduto após o encerramento dos compromissos atuais da UTE Aparecida e PIEs.

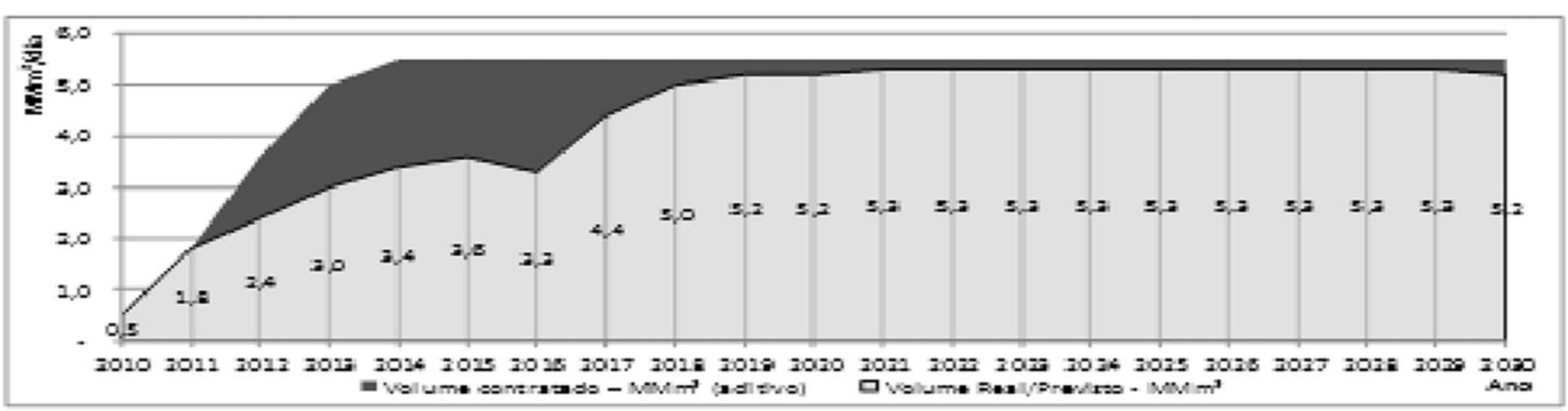
Dessa forma, poderão ser utilizadas, para fins de antecipação da entrega da energia comercializada no Leilão A-5/2014, a usina descontratada UTE Aparecida - a partir de julho de 2020 - e os cinco Produtores Independentes de Energia - a partir de maio de 2025, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1. Entrega da Energia Comercializada no Leilão A-5/2014

Usinas		Autorização atual	Prazo do compromisso atual	CCEAR leilão (MP 814/2017)
UTEs próprias (Capital)	Mauá Bloco III	CCVEE (RES ANEEL n. 4.836/2014)	Mar/2018	não participa
	Aparecida		Jul/2020	Jul/20
	Mauá 3	ESS (Portaria MME n. 387/2017)	Dez/2018	Jan/19
Produtores Independentes (Capital)	Cristiano Rocha Tambaqui Jaraqui Manauara Ponta Negra	CCVEE (despacho ANEEL n. 3.758/2009)	Mai/2025	Mai/2025

É importante ressaltar que a Amazonas GT, ao analisar essa situação, seguindo o comando da MPV n. 814/2017, ratificou a mudança de cenário do comportamento do consumo de gás, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1. Comparativo gás natural contratado vs consumido/previsto de consumo (2010-2030)



[AmGT.PR.RelAdm.2017.v1.2.4 IN.PB.figura01.Gas.eps]- largura 12 cm

Dessa forma, não haverá gás ocioso a ser glosado pela CCC. Nesse sentido, pode-se projetar os valores econômicos na Tabela 2.

Tabela 2. Consumo previsto de gás natural - contrato OC 1902/2006

Ponto de entrega	Volume de Gás Contratado (QDC)	Consumo das Usinas (QDC)	Onerosidade por falta de consumo	Valor Contratual (R$/mês)
Mauá	2.300.000	2.300.000	0	104.224.500
Aparecida	1.005.000	1.005.000	0	45.541.575
Cristiano Rocha	400.000	400.000	0	18.987.600
Tambaqui	378.750	378.750	0	17.978.884
Jaraqui	378.750	378.750	0	17.978.884
Manauara	378.750	378.750	0	17.978.884
Ponta Negra	378.750	378.750	0	17.978.884
TOTAL	5.220.000	5.220.000	0	240.669.211

Com isso, ratifica-se que não haverá onerosidade do contrato do gás, por falta de capacidade instalada, tão logo inicie a operação comercial da UTE Mauá 3, prevista para ocorrer em abril de 2018, permanecendo inalterada essa situação até o fim do contrato do gás, previsto para ocorrer em 2030.

Resta a superar a questão da tarifa de transporte do gás natural que ainda está em fase de negociação com a Petrobras/Cigás, mas por tratar-se de imposição regulatória, da Agência Nacional do Petróleo (ANP), conforme o Despacho ANP n. 643/2016 e Resolução Homologatória ANEEL n. 2159/2016. Essa questão poderá ser objeto de ação judicial para que a Petrobras cumpra a decisão das Agências Reguladoras, visto tratar-se de tarifa específica para o gasoduto Ucuru-Coari-Manaus, referente ao Contrato OC 1902/2006.

Ultrapassada a questão da cessão do Contrato do Gás e consequente solução de onerosidade, apontamos que a partir de 25 de setembro de 2017, a Amazonas GT iniciou a operação comercial de 01 (uma) Turbina Geradora (TG-01) da UTE Mauá 3, passando a obtendo obter uma receita adicional, por Encargo de Serviços de Sistema (ESS) até dezembro de 2018.

Independente das ações no processo de desverticalização, em 2017, a ANEEL autorizou a Amazonas GT a explorar a Usina Termelétrica de Mauá 3 (583MW), em ciclo combinado. Em setembro de 2017, entrou em operação comercial a TG1 da UTE Mauá 3, fornecendo 180 MW, para atender como Encargo de Serviço do Sistema (ESS).

Também é importante mencionar que, como a garantia física da UTE Mauá 3 é de 507,2 MW, e haverá um lastro de 22,8 MW, a ser comercializado no Mercado Livre.

Quanto às atividades de Transmissão, apontamos que no dia 16 de dezembro de 2016, a Amazonas GT obteve a concessão do Sistema de Transmissão, através da Portaria do Ministério de Minas e Energia n. 706/2016, a qual designa a Amazonas GT como responsável pela Prestação do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica.

Nesse contexto, a Amazonas GT assinou o Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST) com o Operador Nacional do Sistema (ONS), em 21 de julho de 2017, e passou a ter as seguintes receitas adicionais:

a) Receita Anual Permitida (RAP) de seus ativos de Transmissão; e

b) Receita do passivo da RAP, tendo como referência novembro de 2013, que começou a ser adimplido a partir de jul/2017, e será quitado em 12 parcelas.

Foi diante de um cenário desafiador, que foram traçados objetivos e metas que compõem este Plano de Negócio para o horizonte de 2017 até 2021, o que nos leva a afirmar que a Amazonas GT tem todas as condições para ser uma das empresas do grupo Eletrobras com alta potencialidade de honrar com todos os seus compromissos, gerando lucros e dividendos aos seus acionistas a partir do ano de 2021.

2. A EMPRESA

2.1 Histórico

A Amazonas GT foi criada para operacionalizar o processo de segregação das atividades de Distribuição das atividades de Geração e Transmissão da Amazonas Distribuidora de Energia S.A., conforme determinado pela Lei n. 9.074/1995, que impede as empresas concessionárias, permissionárias e/ou autorizadas de serviço público de Distribuição de energia elétrica que atuem no Sistema Interligado Nacional (SIN) de exercer direta ou indiretamente atividades de Geração e/ou Transmissão. Os moldes desse processo de desverticalização também foi ao encontro da Lei n. 12.111, de 09 de dezembro de 2009.

Nesse contexto, em 04.04.2013, por meio de Assembleia Geral Extraordinária da Amazonas Distribuidora de Energia S/A, foi aprovada a criação de uma subsidiária integral, a Amazonas GT, constituída para a assunção dos ativos e operações de geração e transmissão. O passo seguinte seria a permuta de totalidade das ações da Amazonas GT à Eletrobras, concluindo o processo de desverticalização, e tornando a Amazonas GT em uma empresa autônoma do Grupo Eletrobras.

O marco da instituição da Amazonas GT veio através da publicação da Resolução Autorizativa ANEEL n. 4.836, de 16.09.2014, onde, no artigo 3º, a ANEEL deu a sua anuência para a segregação de atividades da Amazonas Distribuidora de Energia S/A mediante transferência dos ativos e passivos associados às atividades de Geração e Transmissão de energia elétrica ao capital da Amazonas GT, assim como as transferências de outorgas das Unidades Geradoras de Energia da UHE Balbina e das UTEs Aparecida, Mauá, Cidade Nova, Flores, São José e Eléctron.

Durante as diversas ações para executar o processo de desverticalização, foram celebrados, entre a da Amazonas Distribuidora de Energia S/A e Amazonas GT, Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVEEs) para a UTE Aparecida, UTE Mauá Bloco 3 e UHE Balbina, os quais garantiriam as devidas receitas para a Amazonas GT, bem como a continuidade do suprimento de energia elétrica para Manaus.

No dia 19.11.2013 ocorreu interligação do Sistema Elétrico Manaus ao Sistema Interligado Nacional (SIN), ficando na modalidade de teste operacional até o dia 01.05.2015, em que, através do Despacho da ANEEL n. 1.365, de 05.05.2015, o Sistema Elétrico de Manaus foi declarado plenamente Interligado ao SIN e liberado para operação comercial.

Em 28.11.2014, a Amazonas GT, ainda que nesse momento não estivesse operacional, participou do Leilão n. 006/2014-ANEEL (A-5), para a comercialização da energia que será gerada pela UTE Mauá 3, o que resultou na celebração de 38 (trinta e oito) contratos de compra e venda de energia no ambiente regulado (CCEAR), com início do período de suprimento em 01.01.2019.

Após a interligação plena, do Sistema Elétrico de Manaus, ocorrida em 05.05.2015, a Amazonas GT iniciou suas atividades operacionais em 01.07.2015, após aprovação na 162ª Assembleia Geral Extraordinária da Eletrobras, em 22.06.2015, da segregação dos ativos de Distribuição, dos ativos de Geração e Transmissão, e com a posse de sua primeira Diretoria Executiva.

No campo de gestão, a Amazonas GT tem direcionamentos Metodológicos interagindo, continuamente, com o Plano Estratégico da Empresa visando:

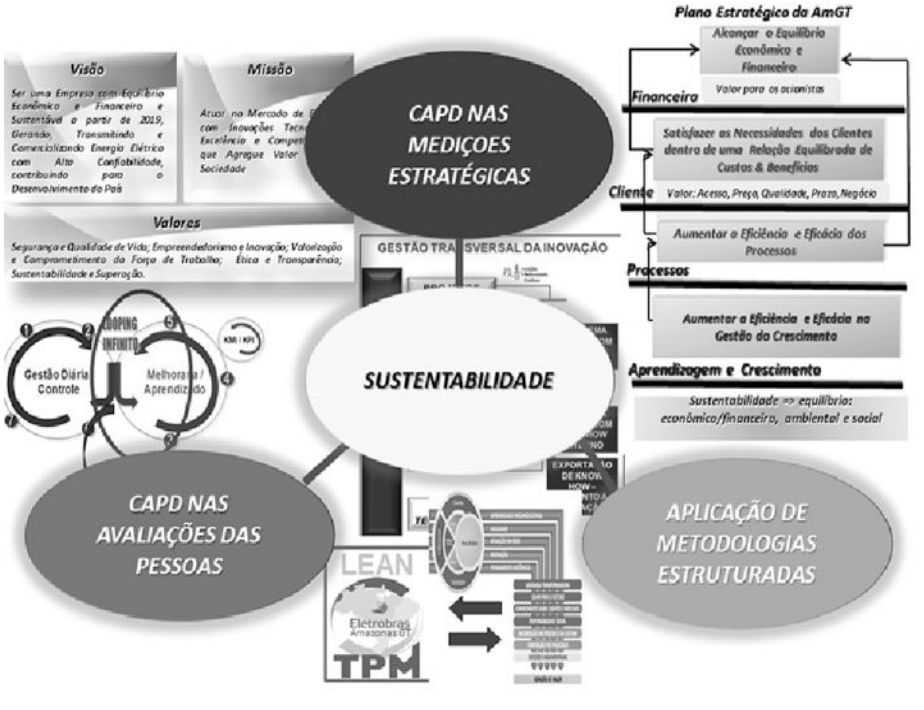
a) Aumento de produtividade (ex.: incremento contínuo da disponibilidade das unidades geradoras que tenham receitas pelo Serviço de Encargo do Sistema Elétrico);

b) Novas tecnologias de produção (ex.: instalação de sistemas de monitoramento do sistema produtivo) para evitar perdas intempestivas;

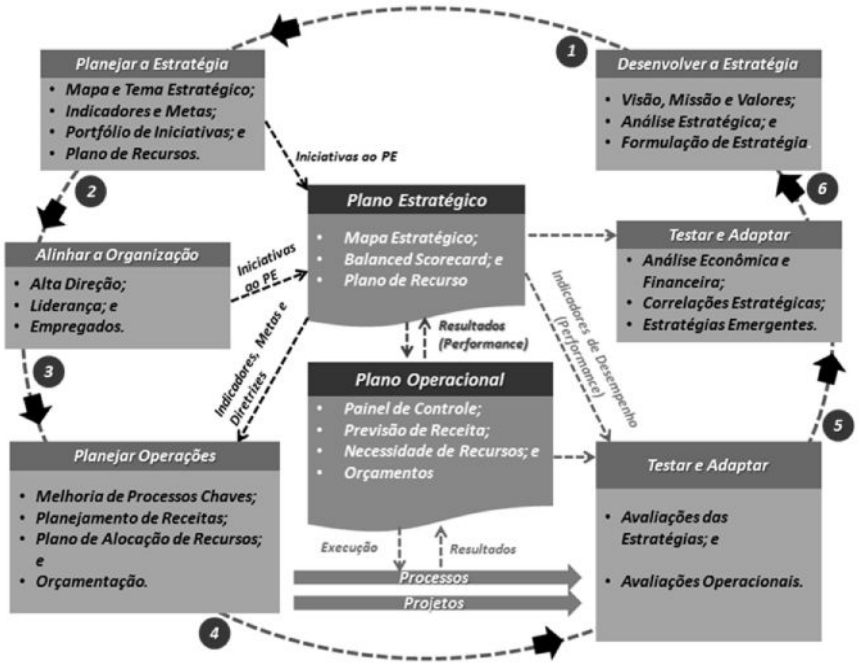
c) Modernização do Sistema de Gestão (ex.: Sistema de Gestão Integrada MEG (FNQ) + TPM (JIPM) + LEAN), como demonstrado na figura 2, equipes matriciais multifuncionais com projeto para atuação de forma sistêmica, visando alcançar novas receitas; e

d) Capacitação continua e programa de comprometimento da Força de Trabalho.

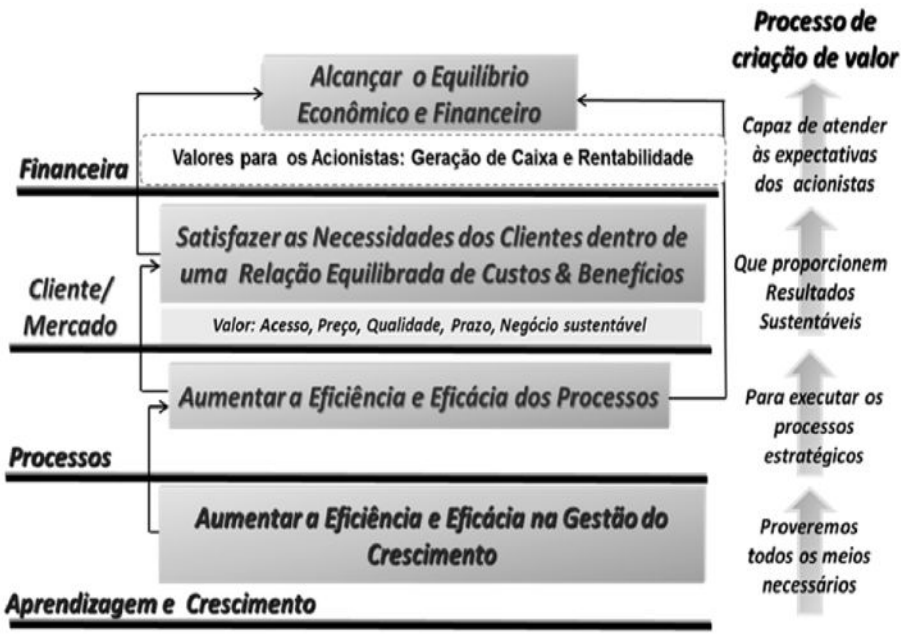
Figura 2. Resumo do Sistema de Gestão Integrada



[AmGT.PR.RelAdm.2017.v1.2.4 IN.PB.figura02.SGI.eps]- largura 12 cm
De forma corporativa, o processo de planejamento estratégico da Amazonas GT ainda está no início de um processo para sistematização. O Plano Estratégico da Amazonas GT está em pleno andamento no seu primeiro ciclo.
Para a elaboração do primeiro Plano Estratégico da Amazonas GT, foi utilizada a Metodologia da Execução Premium da Estratégia, Figura 3, que mostra as principais etapas da elaboração do PE/Amazonas GT, ciclo 2017-2021, que teve como base o alinhamento do Credo (Missão, Visão e Valores) e do Mapa Estratégico da Amazonas GT aos estabelecidos pela Eletrobras.
Figura 3. Execução Premium da Estratégia



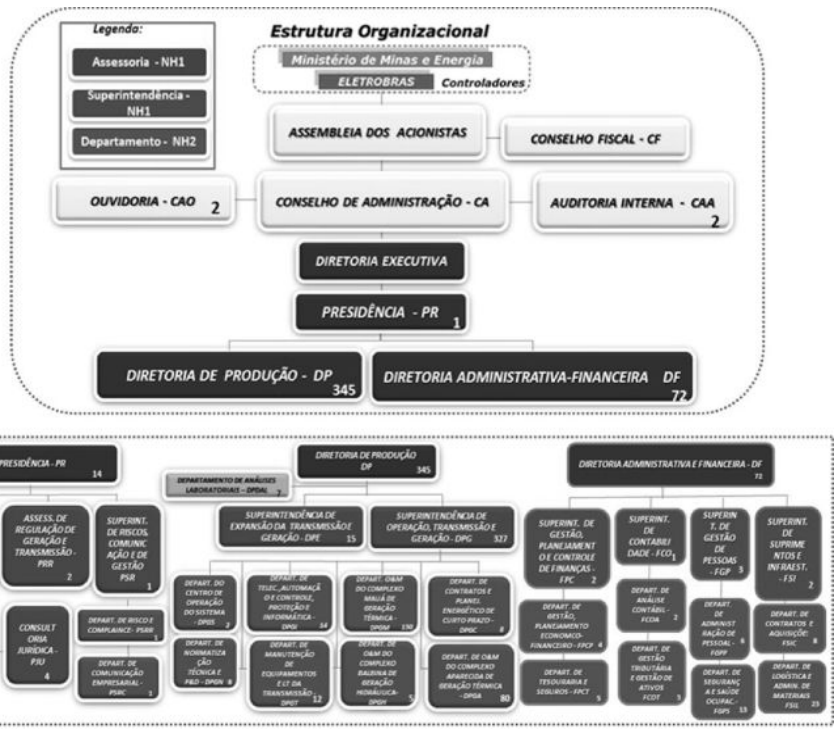
[AmGT.PR.RelAdm.2017.v1.2.4 IN.PB.figura03.Estrategia.eps]- largura 12 cm
A celeridade para processar os passos da Execução Premium exige que os líderes repitam várias vezes os passos de 1 a 4 em cada Unidade Produtiva, pois a estratégia de envolver todas as pessoas em suas próprias bases produtivas é que dará corpo para promover, simultaneamente, a execução dos passos desejados. Tudo isso é alicerçado pelo Plano Estratégico, o qual foi implantado com o envolvimento de todas as pessoas, bem como aprovado por todos. Na Sede, os passos da Execução Premium foram realizados em uma única oportunidade, ocorrida no dia 20 de maio de 2016.
O Plano Estratégico, disseminado e aprovado por todos, está apresentado na Figura 4.
Figura 4. Plano Estratégico da Amazonas GT



[AmGT.PR.RelAdm.2017.v1.2.4 IN.PB.figura04.Plano Estrategia.eps]- largura 12 cm
Em face da Amazonas GT ainda não se encontrar equilibrada na parte Financeira e Econômica, foi criada a Visão de busca desse equilíbrio. Desta forma, foram criados credos para a Amazonas GT ainda no ano de 2016.
O Credo da Amazonas GT vai ao encontro do Credo da Eletrobras. Nesse sentido, a Figura 5, a seguir, mostra o Credo disseminado no dia 13 de julho de 2016:
Figura 5. Credo da Amazonas GT



[AmGT.PR.RelAdm.2017.v1.2.4 IN.PB.figura05.Credo.eps]- largura 12 cm
2.1 Estrutura organizacional
A Estrutura Organizacional da Amazonas GT foi alterada em 01.07.2017 - com a redução de quatro para três Diretorias, e a concentração do gerenciamento dos processos produtivos sob uma única Superintendência - para adequação ao modelo de negócio proposto, e para obter sinergia entre as áreas afins, conforme aprovação do Conselho de Administração na Deliberação n. 021/2017, de 27.04.2017, além de reorganizar o número de Superintendências (cargo gerencial Nível Hierárquico 1 - NH 1) e de Departamentos (cargo gerencial Nível Hierárquico 2 - NH 2), conforme demonstrado na Figura 6.
Figura 6. Estrutura Organizacional da Amazonas GT



[AmGT.PR.RelAdm.2017.v1.2.4 IN.PB.figura06.Organograma.eps]- largura 12 cm
3. PRINCIPAIS NEGÓCIOS
As competências básicas da Amazonas GT são:
a) Disponibilização das funções do Sistema de Transmissão;
b) Disponibilização de capacidade de geração de energia elétrica para o atendimento aos Contratos de Vendas de Energia Elétrica, bilaterais ou em ambiente regulado, ao atendimento às restrições eletro-energético do sistema (Encargo de Serviço de Sistema) e ao Mercado Livre; e
c) Comercialização de energia excedente no Mercado a preços competitivos.
3.1 Transmissão de energia elétrica
Em 15.12.2016, o Ministério de Minas e Energia emitiu a Portaria n. 706, designando a Amazonas GT como responsável pela Prestação do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica até então sob a responsabilidade da Amazonas Distribuidora, com vistas a garantir a continuidade do serviço, dentro das normas e regulamentos pertinentes, e com jus à Remuneração Anual Permitida (RAP) estabelecida pela ANEEL. A Portaria n. 706/2016-MME define que a prestação de serviço será realizada até a assunção de novo concessionário resultado de processo licitatório de que trata o art. 8º da Lei n. 12.783/2013.
Em 27.06.2017 a ANEEL publicou a Resolução Homologatória n. 2258 que estabelece as Receitas Anuais Permitidas, com vigência a partir de 01.07.2017. Nesta Resolução Homologatória n. 2258/2017, há a definição da RAP referente o período 01.07.2017 a 30.06.2018 da Amazonas GT, bem como a RAP não percebida pela Amazonas GT no período de 01.11.2013 a 30.06.2017 (Parcelas de Ajuste), para percepção no período de vigência desta Resolução Homologatória.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600157

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Em 21.07.2017 a Amazonas GT celebrou o Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST) n. 025/2017 junto ao Operador Nacional do Sistema (ONS), com efeitos retroativos a 16.12.2016, cumprindo os requisitos necessários à percepção das parcelas mensais da RAP determinada aos ativos de geração sob-responsabilidade da Amazonas GT.

O Sistema de Transmissão sob a responsabilidade da Amazonas GT é composto de linhas de transmissão e subestações de fronteira da Rede Básica, com níveis de tensão 230/138/69 kV, que atendem ao suprimento da rede da Amazonas Distribuidora de Energia, de forma eficiente e confiável.

Para manter e operar o Sistema, a Amazonas GT conta com um centro de operações e equipes de manutenção, compostas de técnicos especializados que atuam nos equipamentos, linhas de transmissão, laboratório, telecomunicações, proteção e automação.

As instalações relacionadas à Transmissão de Energia, conforme dispõe a Resolução Normativa ANEEL n. 067/2004, compreendem as demonstradas nas tabelas 3 e 4.

Tabela 3. Subestações

Subestações	Pot. (MVA)
Cristiano Rocha*	-
Presidente Figueiredo	15
Manaus	450
UHE Balbina	-
Jorge Teixeira	300
Lechuga (barramento de saída)	-
Mauá 3	600
TOTAL	1365

* Instalação do PIE RAESA, a ser transferido à Amazonas GT em acordo com a Resolução Normativa n. 447/2011-ANEEL, e Ofício n. 825/2013-SFF/ANEEL.

Tabela 4. Linhas de Transmissão

Subestações	(km)
LT 230 kV Balbina - Lechuga	129,29
LT 230 kV Lechuga - Manaus C1	19,73
LT 230 kV Lechuga - Manaus C2	19,70
LT 230 kV Balbina - Cristiano Rocha	154,89
LT 230 kV Cristiano Rocha - Lechuga	5,44
LT TAP 230 kV Presidente Figueiredo - LT 230 kV Balbina - Cristiano Rocha	0,12
LT 230 kV Jorge Teixeira Mauá 3 C1	13,73
LT 230 kV Jorge Teixeira Mauá 3 C2	13,73
TOTAL	386,62

Valores ajustados à emissão de laudo para autorização de Receita Anual Permitida (RAP), na Resolução Homologatória n. 2258/2017 - ANEEL.

3.2 Geração de energia elétrica

A Amazonas GT possui autorização para geração nos Complexos Termelétricos de Aparecida (potência instalada 240 MW), Mauá (potência instalada 607,4 MW), além da concessão da Usina Hidrelétrica de Balbina (potência instalada 250MW).

No Complexo Termelétrico de Mauá foram desativadas, em razão do retorno financeiro incompatível à remuneração de operação e manutenção, as unidades referentes ao Bloco I (149,5 MW), Bloco II (50,4 MW) e UTE Electron (121,1 MW), reduzindo sua potência instalada a 286,4 MW. A UTE Mauá 3 foi acrescentada ao Complexo Termelétrico Mauá, ampliando sua potência instalada à medida que as unidades geradoras forem sendo autorizadas para operação comercial. Até 31.12.2017, houve o acréscimo de 189,6 MW, referente à primeira unidade geradora, perfazendo potência instalada de 476,0MW no Complexo Termelétrico de Mauá. Quando todas as unidades da UTE Mauá 3 estiverem em operação comercial, ao longo de 2018, será alcançada a marca de 856,8 MW de potência instalada.

Compete também a Amazonas GT, a administração dos contratos das usinas termelétricas alugadas (usinas de terceiros) para atendimento da Portaria MME n. 179/2016 - UTE Flores (80MW), UTE São José (50MW) e UTE Iranduba (25MW) - e, posteriormente, a Portaria MME n. 492/2017 - UTE Flores (80MW) e UTE Iranduba (25MW).

Em 28.11.2014, a Amazonas GT participou do Leilão n. 006/2014-ANEEL (A-5), com a oferta da UTE Mauá 3 - com capacidade instalada de 570,4 MW e Garantia Física de 507 MW - onde foram celebrados 38 (trinta e oito) contratos em um total de 484,4 MW médios, com início de suprimento em 01.01.2019.

Em setembro de 2017, a Amazonas GT iniciou a operação comercial da primeira unidade da UTE Mauá 3, uma turbina a gás, e a operação total da UTE Mauá 3, está prevista para iniciar ainda no primeiro semestre de 2018.

É importante ressaltar que o inicio da operação comercial de uma turbina da UTE Mauá, já representou um significativo avanço econômico e ambiental, vez que substituiu a geração de energia elétrica proveniente da UTE São José, que utilizava combustível líquido como insumo para a geração de energia.

Já o Complexo Termelétrico de Aparecida registrou um ano bastante difícil, posto que, em determinado período de 2017, ficou com três, de suas quatro unidades geradoras, em manutenção corretiva simultaneamente. No entanto, após um grande esforço, onde a Amazonas GT mobilizou mão de obra própria e de terceiros, ao final do ano 2017, a situação operacional do complexo já estava normalizada para três unidades, sendo a quarta encaminhada para manutenção corretiva em oficina especializada, com retorno previsto para ocorrer até o início do segundo trimestre de 2018.

A Usina Hidrelétrica de Balbina operou conforme a sazonalização do volume de água, sem apresentar ocorrências além das planejadas em sua programação de operação e cronograma de manutenção.

3.3 Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVEE)

Os Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVEEs) são contratos bilaterais celebrados entre a Amazonas GT e Amazonas Distribuidora após a implantação da primeira fase do processo de desverticalização. Sendo assim, os contratos OC 87495/2013, OC 87499/2013 e OC 87497/2013 estabeleceram a relação comercial entre as empresas envolvidas contemplando, respectivamente, a UHE Balbina, UTE Mauá Bloco III e UTE Aparecida, conforme tabela 5. Os referidos contratos foram sendo homologados pela ANEEL através da Resolução Autorizativa n. 4.836, de 16.09.2014.

Tabela 5. CCVEEs vigentes

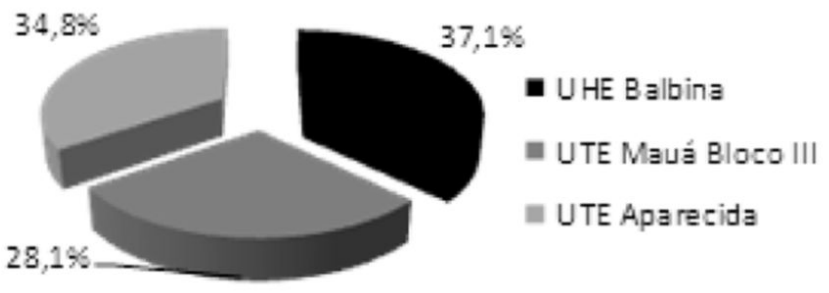
CCVEE	Usina	Vendedor	Comprador	Montantes de Energia Negociados MWh	Preço Médio R$/MWh 2017	Vigência do Contrato
OC 87495/2013	UHE BALBINA	Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A.	Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	13.895.802	304,33	01/03/2027
OC 87497/2013	UTE APARECIDA	Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A.	Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	7.037.194	123,44	10/07/2020
OC 87499/2013	UTE MAUÁ BLOCO 3	Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A.	Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	4.775.880	103,46	10/07/2020

Em 2017 a Amazonas GT comercializou o montante de energia de 3.023.487,06 MWh por meio dos Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVEEs), que abrange a UHE Balbina, além das UTEs Aparecida e Mauá Bloco III. A Tabela 6 e a Figura 7 apresentam a participação de cada usina no volume de energia faturado.

Tabela 6. Energia faturada em 2017 por meio de CCVEE

Usina	CCVEE	2017 MWh
UHE Balbina	OC 87495/13	1.121.975,00
UTE Mauá Bloco III	OC 87499/13	850.419,93
UTE Aparecida	OC 87497/13	1.051.092,13
TOTAL		3.023.487,06

Figura 7. Proporção de energia faturada em 2017 por meio de CCVEE



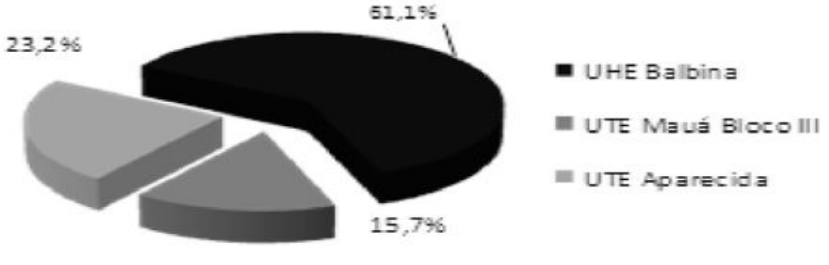
[AmGT.PR.RelAdm.2017.v1.2.4 IN.PB.figura07.MWh.eps]- largura 8 cm

O montante de energia elétrica faturado em 2017 resultou na receita bruta de R$ 559.187.762,69, com destaque ao volume negociado com o empreendimento UHE Balbina, que corresponde a 61,1% do valor total a partir de 37,1% da energia fornecida. Na Tabela 7 é apresentada a estratificação da receita bruta em razão de cada CCVEE.

Tabela 7. Receita Bruta em 2017 por meio de CCVEE

Usina	CCVEE	2017 R$
UHE Balbina	OC 87495/13	341.449.003,60
UTE Mauá Bloco III	OC 87499/13	87.988.075,46
UTE Aparecida	OC 87497/13	129.750.683,62
TOTAL		559.187.762,69

Figura 8. Proporção de energia faturada em 2017 por meio de CCVEE



[AmGT.PR.RelAdm.2017.v1.2.4 IN.PB.figura08.Real.eps]- largura 8 cm

Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica (MCP)

A Amazonas GT ingressou nas operações de contabilização e liquidação financeira concernente ao Mercado de Curto Prazo (MCP) a partir de outubro de 2015, momento em que foi consolidado seu processo de adesão junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O destaque nessas operações foi o recebimento dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS) no valor de R$ 844.363.938,07, líquido de PIS/COFINS, no período de janeiro a dezembro de 2017, decorrentes do ressarcimento dos custos incorridos com a operação do parque de usinas termoelétricas no sistema elétrico de Manaus, consoante com as Portarias n. 179, de 11.05.2016, n. 387, de 03.10.2017, e n. 492, de 19.12.2017, todas publicadas pelo Ministério das Minas e Energia.

Contudo, a Amazonas GT, em razão da necessidade de aquisição de energia no mercado de curto prazo, devido à suspensão do fornecimento de gás pela Amazonas Distribuidora e pela indisponibilidade parcial do complexo de Aparecida, teve como resultado o valor contrário de R$ 171.894.755,44. A tabela 8 demonstra o resultado das operações de MCP concernentes à Amazonas GT no ano de 2017.

Tabela 8. Resultado das operações de liquidação do MCP em 2017

Operações do MCP	Resultado (R$)
Compra/Venda de Energia	(171.894.755,44)
Encargo do Serviço do Sistema - ESS	844.363.938,07.
Outras despesas (CNPE, ANEEL etc).	(231.052,56)
TOTAL	672.238.130,07

Leilão de energia nova - Contratos CCEAR

Por meio da Resolução Autorizativa n. 4.950, de 27.11.2014, a ANEEL autorizou a Amazonas GT a explorar, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica (PIE), a Usina Termelétrica Mauá 3, a qual se encontra em fase final de construção. Esta mesma Resolução assegura o benefício da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), exclusivamente na parcela de transporte, pelo prazo até o término da vigência do Contrato de Gás Natural entre a Amazonas Distribuidora e a Companhia de Gás do Amazonas (Cigás), previsto para ocorrer no final de 2030, desde que a venda da energia gerada se dê exclusivamente em leilões regulados.

Assim, a Amazonas Distribuidora participou do Leilão n. 06/2014-Aneel (A-5), vencendo o certame com o preço proposto de R$ 203,50/MWh, comercializando o montante de 484,4 MW médio a serem produzidos pela UTE Mauá 3, garantindo receita fixa de R$ 760.390.094,40 por ano, possibilitando a celebração de 38 (trinta e oito) Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado (CCEAR), alcançando o período de suprimento de janeiro de 2019 a dezembro de 2043, cujo certame foi habitado, já em nome da Amazonas GT, por meio do Despacho Aneel n. 827, de 27.03.2015. Do total de 38 contratos, 37 estão assinados por todas as partes, enquanto um está assinado pela Amazonas GT, mas há questionamentos da parte compradora, em análise pela ANEEL.

A publicação da Medida Provisória n. 814, em 28.12.2017, permitirá a antecipação do compromisso de entrega de energia da UTE Mauá 3, nas condições estabelecidas nos CCEAR da UTE Mauá 3, a todas as usinas da Amazonas GT que forem abastecidas através do Gasoduto Urucu-Coari-Manaus, e que estiverem descontratadas ou a descontratar até 2030, apontando solução de compatibilização entre o período de suprimento de gás, com o compromisso de entrega de energia do Leilão A-5/2014 - visto que a UTE Mauá 3, somente tinha o combustível assegurado até 2030 - bem como de ociosidade do volume transportável pelo gasoduto.

Dentro desta solução, e incluída na última proposta de desverticalização, a versão das UTEs do interior do Amazonas e dos PIEs que atendem à Manaus para a Amazonas GT passa a ser parte de solução estruturante para o Sistema Elétrico.

4. CAPITAL HUMANO

4.1 Formação do quadro de pessoal da Amazonas GT

A Amazonas GT está continuamente buscando o aprimoramento de suas estruturas de trabalho, e de suporte ao desenvolvimento e retenção de seu capital humano. Neste sentido, está estruturando a organização do trabalho baseada em Grupos de Trabalho com equipes e comitês multidisciplinares, temporários ou permanentes, que possuem autonomia para propor soluções, gerir projetos e aperfeiçoar processos, de maneira a alcançar metas, assimilar a tecnologia e multiplicá-la em toda a cadeia estrutural.

A metodologia considera na definição e aprovação pela Diretoria Executiva - por meio de Resolução de Diretoria ou Portaria - de demandas específicas, para serem conduzidas por equipes com gerenciamento autônomo de ações, projetos e programas.

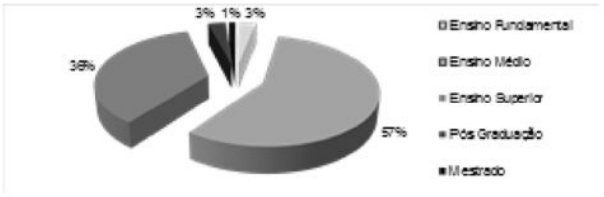
Esta prática visa integração de diversas especialidades, estimulando o alto desempenho, o aprendizado e a inovação. A formação de Grupos de Trabalho, Equipes e Comitês Corporativos Multidisciplinares também contribui para assegurar a cooperação e o comprometimento das pessoas, pois facilita a comunicação, estabelece objetivos comuns e permite maior participação no processo de tomada de decisão.

Outra forma de integração e aprimoramento de uso de recursos humanos e materiais é a implantação do Centro de Serviços Compartilhados (CSC), projeto corporativo da Holding, com a formatação de quatro polos nacionais, para atendimento em vários processos, tais como gestão de pessoas e aquisições.

A Amazonas GT possui um quadro de 465 empregados, cujo regime jurídico de vínculo empregatício dos empregados é a CLT.

Os níveis de escolaridade dos colaboradores próprios estão demonstrados na Figura 9.

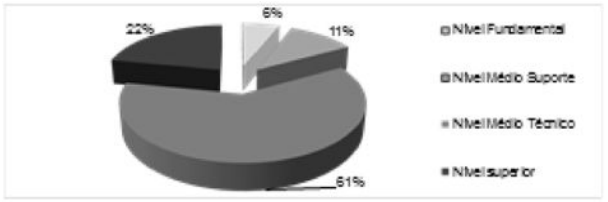
Figura 9. Nível de escolaridade dos empregados



[AmGT.PR.RelAdm.2017.v1.2.4 IN.PB.figura09.Escolaridade.eps]- largura 8 cm

A Figura 10, por sua vez, indica a distribuição de requisito de formação acadêmica, no qual foram admitidos os colaboradores.

Figura 10. Nível de atuação por cargo dos empregados do quadro



[AmGT.PR.RelAdm.2017.v1.2.4 IN.PB.figura10.Atuacao.eps]- largura 8 cm

A cada dois anos são processadas as Pesquisas de Clima Organizacional, patrocinada pela Eletrobras Holding, para todas as empresas do grupo. A Amazonas GT, por ser a empresa mais nova do grupo, vai ter sua primeira rodada dessa pesquisa no ano de 2018, ainda não tendo nenhum plano de consequência para tratar o resultado dessa pesquisa na organização.

Está em desenvolvimento o processo de mobilidade interna para preenchimento de vagas do quadro próprio em áreas que necessitam serem recomposta, com previsão de aplicação de Instrução Normativa no ano de 2018, onde serão estabelecidas as regras e as etapas do processo, os prazos e as responsabilidades, de forma assegurar transparência e igualdade de oportunidades para todos os empregados. Este processo é coordenado corporativamente pela área de pessoal da empresa e pode resultar na progressão funcional horizontal ou vertical do empregado selecionado.

A Amazonas GT também possui implantado o Sistema de Gestão do Desempenho (SGD), instrumento corporativo pelo qual, além de se fazer a avaliação das competências gerais de cada empregado, se indica um plano de desenvolvimento de cada um dos colaboradores. No entanto, ficou evidenciado que o processo necessita de melhorias quanto ao acompanhamento e avaliação do desempenho das equipes e do individuo, ou seja, já foi observado que o SGD necessita de melhoramentos e de definição de novas diretrizes mais práticas para as avaliações, as quais serão implementadas a partir do ano de 2018, em alinhamento às revisões das Diretrizes de Gestão de Pessoas das Empresas Eletrobras.

4.2 Ações educacionais

Em 2017, a Amazonas GT implementou 25 ações educacionais, gerando 641 participações, o que corresponde a um quantitativo de 368 empregados treinados e um total de 15.451 horas/aula.

Destaque para a ação educacional intitulada Curso Como Fiscalizar Contratos de Compras e Serviços na Administração Pública - Paralelo entre a Lei n. 8.666/93 e a Lei n. 13.303/16, promovida a 40 empregados de várias áreas da empresa, envolvidos diretamente aos processos, em face da transição entre os regimes de Lei.

Destaque, ainda, para o Treinamento E-Social, promovido a 14 empregados de várias áreas da empresa, no intuito de familiarizá-los com o ambiente e procedimentos relativos ao sistema de reporte de informações implantado pelo governo federal, visando dar cumprimento às obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias.

Além das ações implementadas pela Amazonas GT, foram promovidas pela UNISE (Universidade das Empresas Eletrobras), várias ações relacionadas ao processo de implantação do Sistema SAP nas empresas Eletrobras, com o objetivo de capacitar os empregados. Com destaque para os cursos relacionados à 3ª Etapa do Programa de Capacitação do ProERP, realizados entre os meses de março e novembro de 2017, com as participações de 36 empregados de várias áreas da Amazonas GT.

A Tabela 9 enfatiza o resultado da aplicação dos recursos relativamente às participações nas respectivas ações educacionais do ano de 2017.

Tabela 9. Resultado da aplicação das ações educacionais de 2017

Principais informações de Capacitação e Desenvolvimento					
Tipo de Ação	Investimento (R$)	Quantidade de Ações	Participantes	Participações	Carga Horária (horas-aula)
Pós - Graduação Stricto Sensu	0	0	0	0	0
Pós - Graduação Lato Sensu	6.587,28	2	2	2	220
Demais Ações Educacionais	226.346,81	20	362	635	15.101
Congressos e Seminários	11.850,00	3	4	4	130
Cursos de Idiomas	0	0	0	0	0
Viagens e Deslocamentos	54.351,29	---	---	---	----
TOTAL	299.135,38	25	368	641	15.451

Para entendimento, os tipos de ações educacionais são definidos:

- Pós-graduação stricto sensu: Compreende programas de mestrado ou doutorado, com obtenção de diploma, reconhecido pelo MEC, ao final do curso. Abertos a candidatos diplomados em cursos superiores de graduação.

- Pós-graduação lato sensu: Compreende programas de especialização destinados a candidatos diplomados em cursos superiores. Incluem os cursos designados como MBA ou especialização e possuem a duração mínima de 360 horas. Ao final do curso, o aluno obterá certificado, e não diploma.

- Demais Ações Educacionais: Ações educacionais realizadas que não se enquadram nas definições acima.

- Congressos: Eventos de grandes proporções, abertos ao mercado, de âmbito regional, nacional ou internacional. Possuem, em geral, duração de 3 a 7 dias e reúnem participantes de uma comunidade científica ou profissional ampla e nos quais a Eletrobras normalmente apenas contrata inscrições.

- Seminários: Eventos de âmbito menor do que o congresso, relativamente à duração (horas ou 1 ou 2 dias) e ao número de participantes, abertos ao mercado, que abordam campos de conhecimento mais especializados e nos quais a Eletrobras normalmente apenas contrata inscrições. Incluem-se nessa classificação eventos de médio porte, tais como encontros, simpósios, jornadas, colóquios, fóruns, reuniões e mesas-redondas.

- Idiomas: Cursos disponibilizados para o aprendizado de idiomas estrangeiros.

- Despesas com viagens e hospedagens: Passagens, hotéis, diárias dos empregados, traslados (táxi e carro alugado), inclusive das ações de treinamento referentes à capacitação de colaboradores em assuntos referentes a UTE Mauá 3.

A partir do ano de 2018, a Amazonas GT irá operacionalizar o PDE - Plano Diretor de Educação e do PAEC - Plano de Ações Educacionais Corporativas buscando aplicar os processos indicados nas tabelas 10 e 11.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600159

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tabela 10. Identificação de capacitação

Mecanismos de Diagnóstico	Tipo de Informação / Principal Aplicação
Análises das Ações desenvolvidas para atendimento do Plano Estratégico (PE)	Necessidades voltadas às novas: habilidades percebidas para o negócio - modelo do setor elétrico; habilidade gerencial alinhadas ao PE e expansão do negócio energia elétrica; ações para promoção da cultura da excelência / PDE Corporativo alinhado ao PE/Amazonas GT, que a partir de 2016 passou a ter uma versão que acompanha o ciclo de planejamento estratégico e define diretrizes para capacitação e aprimoramento de competências do corpo gerencial e funcional.
Análise do PAEC do ano anterior	Ações planejadas e não realizadas ou em continuidade / Inclusão da Ação no PAEC do ano em curso.
Análise das Orientações da ELB e/ou UNISE	Priorização de competências essenciais para o setor e definição de novos projetos ou melhoria de processos / Definição de novas ações Educacionais para o PAEC do ano em curso.
Identificação de demandas de capacitação e desenvolvimento	Necessidades de Capacitação (na elaboração, atualização anual e utilização do plano de desenvolvimento oriundo de uma necessidade específica, instrumento que relaciona todas as habilidades necessárias a FT para o pleno exercício das suas atividades: gerenciais técnico-operacionais e administrativas) e lacunas de competências / Plano de Capacitação específico da Unidade, podendo, ou não, ir para o PAEC. Necessidades de Capacitação identificadas no Sistema de Avaliação de Desempenho - SGD / Plano de Capacitação específico da Unidade, podendo, ou não, ir para o PAEC.
Identificação de demandas de capacitação contratual	Necessidades de Capacitação não previstas, emergenciais e enquadradas em uma visão de Macroprocesso / Inclusão da Ação no PAEC Operacional ou Estratégico, do ano em curso. Demandas de capacitação como consequência de um processo de aquisição (novos equipamentos, Software, processo) / Composição do Conjunto de Ações Educacionais com caráter contratual.

Tabela 11. Programa Específico ao PAEC

Tipo de PAEC	Composição	Definição das Ações
Básico	Contempla ações: Contratadas, transferidas ou com continuidade do ano anterior / Vinculadas a obrigações legais / Desencadeadas pela Unise / À distância / Vinculadas a programas específicos definidos pela Eletrobras.	No início do ano
Operacional	Ações que promovam a consolidação de competências necessárias à operacionalização dos processos empresariais.	Definido ao longo do ano
Estratégico	Contempla ações de: Ferramentas de gestão / Sustentabilidade / Alinhamento gerencial / Pós-graduação / Eventos externos / Capacitação equipe dos Projetos de ruptura.	Definido ações no início do ano e complementado ao longo do ano

4.3 Programa de Qualidade de Vida

A Amazonas GT possui programas e ações para a melhoria da qualidade de vida de seus colaboradores (as). A Tabela 12 mostra os Planos relacionados ao programa de Qualidade de Vida.

Tabela 12. Planos e Benefícios

Serviços e Benefícios	Descrição
PPRS - Plano de Proteção e Recuperação da Saúde - Apartir de 2017 o e-VIDA	Em consonância com a assinatura do Termo de Aditamento ao Contrato de Trabalho, visando preservar os direitos trabalhistas decorrentes, foi mantido o Plano de Saúde e Odontológico (Plano de Prevenção e Recuperação da Saúde - PPRS), administrado pela Amazonas Energia, até a implantação do plano que será administrado pela Caixa de Assistência do Setor Elétrico (e-Vida), operadora de saúde com a finalidade de garantir melhor gestão do Plano de Saúde, dentro dos preceitos normativos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), proporcionando segurança e tranquilidade aos empregados e à Amazonas GT.
Vacinas	Campanhas multivacinação tais como: influenza, febre amarela, HPV e hepatite B.
Auxílio Educação	Cobre 90% do valor da mensalidade com cursos de Nível Superior, até R$ 1.138,15.
Transporte Gratuito / Auxílio Transporte	Deslocamentos entre Residência e Local de Trabalho.
Auxilio Creche	Auxílio financeiro escalonado aos colaboradores com filhos de até 83 meses de idade.
Auxílio Funeral	Auxiliar despesas (funeral) de colaboradores e dependentes reconhecidos pelo PPRS.
Auxílio-Educacional (Ensino Fundamental,Médio e Técnico)	Reembolso para cobertura de despesas com ensino fundamental , médio e técnico dos dependentes, até 17 anos, reconhecidos no PPRS dos colaboradores, limitado a R$ 449,29.
Auxílio Alimentação	A Amazonas GT participa do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), criado pela Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, que faculta às pessoas jurídicas a dedução das despesas com a alimentação dos próprios trabalhadores em até 4% do Imposto de Renda (IR) devido e está regulamentado pelo Decreto nº 05, de 14 de janeiro de 1991, e pela Portaria nº 03, de 1º de março de 2002.
Seguro de Vida em Grupo	É concedido aos colaboradores a título de Cobertura Securitária com garantias básicas e adicionais (valores dobrados conforme causa da morte e cobertura ao cônjuge).
Previnorte	A Previnorte é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, criada em 1988, com o objetivo de assegurar aos seus participantes a complementação de aposentadorias e pensões proporcionadas pela previdência social. Em consequência do processo de desverticalização, estão havendo tratativas para efetivar a segregação dos Convênios de Adesão dos Planos de Benefícios da Fundação de Previdência Complementar (Previnorte), onde os empregados da Amazonas GT continuam participantes, tendo em vista a preservação de todos os direitos trabalhistas adquiridos à época da transferência, por sucessão trabalhista, da Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Amazonas Energia para a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S/A - Amazonas GT.
Auxílio Doença / Acidente do Trabalho	Benefício concedido aos colaboradores a título de complementação do Auxílio Doença / Acidente do Trabalho do INSS.

5. INVESTIMENTOS

A Amazonas GT investiu o montante de R$ 153.839.968, representando 90,91% do investimento previsto para o ano de 2017, divididos em Geração, Transmissão e Demais Investimentos.

5.1 Geração

A única expansão que a Amazonas GT possui na geração é a implantação da Usina Termelétrica de Mauá 3 (UTE Mauá 3), com capacidade instalada de 590,7 MW de potência. Essa usina iniciou sua operação, como Encargo de Serviço do Sistema (ESS), no segundo semestre de 2017, conforme autorizado pela Portaria MME n. 387/2017, com uma turbina a gás, e deve estar completamente operacional até segundo trimestre de 2018. A operação como ESS está autorizada até dezembro de 2018. A partir de janeiro de 2019, a UTE Mauá 3 estará atendendo a 38 (trinta e oito) Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCVAR), com o reembolso da parcela de transporte do insumo gás natural.

Em dezembro de 2017 há avanço de 99,65% na fase de construção e montagem, e 93,18% na de comissionamento, com realização do montante de R$ 141.583.263,00. Em outubro de 2017 ambas as unidades a turbina a gás natural estavam prontas para operação - uma com autorização para autorização comercial, uma com autorização para testes - restando apenas a unidade a vapor, que tem previsão de entrega no segundo trimestre de 2018.

Os demais investimentos em geração, destinadas ao aprimoramento das atividades de operação e manutenção, somaram o montante de R$ 1.419.522,00 no exercício 2017.

5.2 Transmissão

Somente a partir do dia 16 de dezembro de 2016, a Amazonas GT obteve a concessão do Sistema de Transmissão, através da Portaria do Ministério de Minas e Energia n. 706/2016, de 15.12.2016. Em 21.07.2017 a Amazonas GT celebrou o Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST) n. 025/2017 junto ao Operador Nacional do Sistema (ONS).

A ANEEL, mediante expedição de Resoluções Autorizativas (REA), designou à Amazonas GT a execução dos reforços apresentados na tabela 13.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tabela 13. Reforços de instalação de transmissão autorizados em 2017 pela ANEEL

REA	Data	Descrição	Prazo (meses)	Incremento RAP (R$)
6.188	07.02. 2017	3º autotransformador SE Jorge Teixeira 4º autotransformador SE Jorge Teixeira	24	3.703.094,19
6.232	14.03. 2017	4º banco de transformadores SE Manaus	24	2.693.093,29
6.444	20.06. 2017	Autotransformador provisório, em caráter emergencial, na SE Presidente Figueiredo (62,5 MVA)	6	275.625,18
6.699	24.10. 2017	SE Cristiano Rocha SE Balbina	18	789.163,10

O reforço autorizado pela REA n. 6.444/2017 foi concluído em novembro de 2017. Os demais reforços estão em diversas fases, entre elaboração de projetos executivos, aquisições e obras, com investimento máximo previsto de R$ 55.515.036,55, e havendo a realização de R$ 5.919.286,00 no exercício 2017.

Os investimentos em transmissão, destinados ao aprimoramento das atividades de operação e manutenção, somaram o valor de R$ 674.345,00 no exercício 2017.

5.3 Demais investimentos

Os investimentos destinados aos processos de suporte de manutenção e adequação de bens imóveis, de manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos, e de manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento, somaram o montante de R$ 4.243.552,00 no exercício 2017.

6. PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

6.1 Programa de monitoramento e destinação final de resíduos

A Amazonas GT, mantém o descarte e destinação ambientalmente adequada aos resíduos gerados pelas Usinas Termoelétricas e Subestações, nos moldes estabelecidos na Lei n. 12.035/2010, NBR 10004 - Resíduos Sólidos Perigosos, e demais instrumentos legais aplicáveis, abrangendo o controle nas atividades de coleta, transporte, destinação final e atendimento a emergências ambientais.

Em 2017 os resíduos efluentes oleosos - que incluem óleo lubrificante usado ou contaminado, água contaminada com óleo, borra oleosa, resíduos provenientes do sistema separador de água - e ainda os resíduos sólidos contaminados com resíduos oleosos e outros contaminantes, como filtros de óleo, filtros de ar, estopas e outros resíduos gerados nas usinas térmicas e subestações foram coletados por empresas credenciadas junto aos órgãos ambientais, sendo emitidos os correspondentes Manifestos para Transporte de Resíduos Perigosos (MTRs) e seus respectivos Certificados de Destinação Final, os quais são apresentados ao órgão ambiental para renovação da Licença Ambiental dos empreendimentos da concessionária.

6.2 Projeto "Soltura dos Quelônios"

O Centro de Preservação e Pesquisa de Mamíferos e Quelônios Aquáticos (CPPMQA) é responsável pela reabilitação, manejo e reprodução de répteis, com ênfase nos quelônios da Amazônia, tendo por objetivo a realização estudos com os quelônios afetados pelo barramento do Rio Uatumã (barragem da UHE Balbina), monitoramento da reprodução nas praias artificiais e desenvolvimento de pesquisas com os animais mantidos no criadouro científico.

Em abril de 2017, a equipe do CPPMQA foi até as comunidades Maracarana, Livramento, e Carabar, na RDS Uatumã, para realizar a 19ª Soltura de Quelônios realizando diversas atividades, e encerrando o evento na área de soltura, onde cerca de quatro mil filhotes de tartaruga e tracajá foram soltos, na comunidade Maracarana.

6.3 Outras ações ambientais

O CPPMQA foi criado como medida mitigadora do impacto ambiental causado pela formação do reservatório da UHE Balbina, em atendimento à legislação ambiental vigente e como condicionante da Licença de Operação, sendo registrado como Criadouro Científico de Fauna Silvestre para fins de Conservação pelo IBAMA.

A conservação da fauna, principalmente de mamíferos aquáticos amazônicos sintetiza a missão do CPPMQA, com a proposta de reabilitação e soltura dos animais aptos, e manutenção em cativeiro dos demais com finalidade educativa. O CPPMQA abriga atualmente 52 peixes-boi-da-amazônia (Trichechus inunguis), uma ariranha (Pteronura brasiliensis) e 5 antas (Tapirus terrestris). As aves mantidas no CPPMQA são da ordem das psitaciformes (18 araras, 23 papagaios, 01 curica, 01 anacã) e uma coruja. Apesar de ser realizada a reabilitação de qualquer ave amazônica, no entorno da UHE Balbina também há uma população residente flutuante de aves livres como araras, papagaios e canários-da-terra que se alimentam neste Centro.

Quanto aos quelônios o CPPMQA conta com 198 matrizes além de outras espécies de quelônios terrestres (20 jabutis), semiaquáticos (8 aperemas) e aquáticas (2 tigres dágua).

O CPPMQA também desenvolve atividades de educação ambiental com os comunitários na área de influência da hidrelétrica de Balbina e em comunidades à beira do rio Uatumã, tais como:

- Carnaval dos Bichos, evento que visa proporcionar às crianças e adolescentes da Vila de Balbina atividade cultural, lúdica e educativa envolvendo animais silvestres e domésticos. No ano de 2017 o evento foi realizado em fevereiro atingindo um publico de aproximadamente 150 crianças que desenvolveram atividades programadas para a semana do carnaval tais como oficina de máscaras de animais, ensaio das músicas dos blocos, danças, oficina de camisetas e bonecos, visita monitorada ao CPPMQA e contato direto com os animais e com a natureza.
- Semana do Meio Ambiente, evento que, no ano de 2017, promoveu atividades com a participação de professores e comunidade local através de visitas ao viveiro de plantas e ao CPPMQA, trilha ecológica para cachoeira Sussuarana, e gincana do "Lixo que Luxo" como encerramento da Semana do Meio Ambiente com exposição dos artigos feitos com material reciclado dentre outros.

7. INFORMAÇÕES E CONHECIMENTO

7.1 Informação da Organização

As principais práticas para identificação das necessidades de informações e de seu tratamento para apoiar as operações diárias, acompanhar o progresso dos planos de ação e subsidiar a tomada de decisão em todos os níveis da Amazonas GT estão apresentadas na Tabela 14, e levam em consideração:

a) Necessidade de informações para construir indicadores associados aos objetivos estratégicos;
b) Análise crítica do desempenho da Empresa;
c) Aprendizado em visitas de benchmarking;
d) Necessidades dos Comitês internos e do Sistema Eletrobras;
e) Análise de recomendações de auditorias internas e externas (TCU, CGU, SOX, ISO) e de natureza regulatória (ANEEL, ONS); e
f) análise do desempenho de organizações do setor.

Estas práticas são de responsabilidade dos gerentes formais, lideranças e equipes matriciais multifuncionais. O tratamento das informações inclui ações como armazenamento e disponibilização em sistemas informatizados e/ou físicos, análise em reuniões e fóruns específicos, realizados pelos responsáveis pelas práticas descritas na Tabela 14.

Tabela 14. Principais práticas para identificação das necessidades de informações e de seu tratamento

Práticas	Responsável / Periodicidade / Desde	Exemplos de necessidades de informação identificadas com a prática
Elaboração e acompanhamento anual do PE/Amazonas GT.	PPS, Diretores, Asses. de Gestão Anual	Conhecimento sobre o PE/Amazonas GT, Plano de Negócios ELB, CMDE, Desempenho técnico-operacional, econômico-financeiro da ELB-Amazonas GT, demandas da sociedade, tratamento de informações comparativas e do ativo intangível.
Desdobramento e Acompanhamento anual do PE/Amazonas GT.	Diretoria, Corpo Gerencial, Equipes da Sede e Unidades Produtivas Anual	Conhecimento sobre o PE/Amazonas GT, os Pactos de Resultados e Contratos de Gestão; Resultados e indicadores do PE.
Análises Críticas da Gestão	Diretoria, Corpo Gerencial, Equipes da Sede e Unidades Produtivas Anual	Estratificação das ações, priorizações e falhas, avaliação dos resultados, avaliação dos níveis de serviços; definição da necessidade de implantação de novas frentes de trabalho, conforme PE/Amazonas GT,visando disponibilização de melhorias, atendimento as demandas com qualidade e disponibilização de novas tecnologias.
Análise dos resultados da pesquisa de clima organizacional.	Nível Gerencial 1 Anual	Melhor entendimento dos fatores de satisfação da FT com os temas "Ambiente Relacional, Estresse, Gerenciamento, Segurança do Trabalho, Desenvolvimento e Educação, Comunicação, Valorização Interna e Empresarial, Relações Sindicais, Estratégia Empresarial, Equidade", elaboração do plano de consequência.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Análise das pesquisas de satisfação dos clientes internos de TIC.	Nível Gerencial 1 Anual	Melhoria do processo de *feedback* para os clientes, sobre os serviços de oferta, continuidade e disponibilização de informações em meio digital (HW, SW e Serviços), assim como a Rede Corporativa de Dados, Voz e Imagem da Eletronorte
Análise das informações necessárias ao processo licitatório	GSS/ Órgãos da Sede e Unidades Produtivas Contínua	Preços de Mercado atualizados, especificação técnica do objeto de contratação, orçamentos disponíveis, legislação, SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais do MPOGe Cadastro de Fornecedores atualizado.
Análise dos padrões trabalho.	Todos (as) empregados Contínuo	Atualização de Informações: legislação ambiental, trabalhista, fiscal e técnica.

7.2 Contratos

Dos contratos mais vultosos da Amazonas GT, destacam-se as contratações firmadas para execução e suporte à fiscalização do empreendimento UTE Mauá 3, as contratações de fornecedores especializados na prestação de serviços de locação de grupos geradores, para atendimento das determinações das Portarias MME n. 179, de 11.05.2016 e n. 492, de 19.12.2017 e a locação de turbina a gás para a UTE Aparecida.

Ao longo de 2017 foram firmados, entre contratos e atas de registro de preço, 156 processos, dos quais 140 se referem a pregões eletrônicos e atas registros de preço (próprios e aderidos), o que representa cerca de 90% dos processos, reforçando o compromisso da Amazonas GT em manter a transparência e publicidade de suas atividades de aquisição, bem como com a otimização dos custos de aquisição, em toda sua cadeia de processo, bem como com a redução da quantidade de materiais a serem estocados.

Para tanto, a Amazonas GT adota, em seus processos de compras de materiais e serviços, os ritos e critérios de escolhas determinados, principalmente, pelas Leis n. 8.666/93 e 10.520/2002, e pelos Decretos n. 5.450/2005 e 7892/2013, além das Instruções Normativas n. 02/2008-MPOG e n. 004/2014-SLTI. Ainda no ano de 2018 a Amazonas GT irá aderir ao Regimento Interno de Licitações e Contratos das Empresas do Grupo Eletrobras, conforme demanda do art. 40 da Lei n. 13.303/2016, de forma a uniformizar o regulamento de todas as empresas do grupo econômico.

A Amazonas GT também é aderente às legislações periféricas, destinadas ao incentivo de determinados bens e portes empresariais, a exemplo da concessão de margem de preferência nas licitações destinadas às aquisições de definidos fármacos e medicamentos (Decreto Federal n. 7.713, de 03/04/2012), e as licitações com participação exclusivas de ME/EPP, quando as licitações não ultrapassam o valor estimado de R$ 80.000,00 - vide Art. 48, inciso I, da Lei n. 123/2006.

Cabe destaque para o percentual de utilização de licitações em sua forma eletrônica, por meio de Pregão Eletrônico, que foi na ordem de 99,99%, com uso extensivo da plataforma de Compras do Governo Federal (Comprasnet).

Quanto à erradicação do trabalho infantil, apontamos que a Amazonas GT cumpre o disposto no art.7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal (CF), exigindo dos seus fornecedores declaração formal de que não empregam menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como, menores entre quatorze e dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz.

Já com intuito de mitigar e até mesmo alertar as empresas contratadas pela Amazonas GT, via procedimento Licitatório, quanto à necessidade de preservar os aspectos sociais, estão incorporadas cláusulas padrão, onde estão inseridas determinadas responsabilidades sociais a serem observadas pelos fornecedores, bem como proteger e preservar o meio ambiente, prevenir e erradicar práticas que lhe sejam danosas, exercendo suas atividades em observância aos atos legais, normativos e administrativos relativos às áreas de meio ambiente e correlatas, emanadas das esferas Federal, Estaduais e Municipais, incluindo, mas não se limitando, ao cumprimento da Lei Federal n. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) e da Lei n. 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), implementando ainda esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores.

A Amazonas GT também se pode considerar aderente à legislação voltada para o combate à corrupção, tanto que em seus contratos, bem como em sua Instrução de Procedimento de Cadastro de Fornecedores (IP n. 03), para fins de cadastro de fornecedores, há existência de cláusulas, regras, responsabilidades e condicionantes, a fim de atender à Lei n. 12.846/13 (Lei Anticorrupção do Brasil), além do Programa de Integridade (Compliance) do Grupo Eletrobras, o qual está atrelado à Foreigner Corrupt Practices Act - FPCA, Lei Federal Americana contra atos de corrupção entre agentes de Governo e parceiros comerciais.

No contexto do combate à corrupção, a Amazonas GT destaca mais um avanço, pois na expectativa de adotar ferramentas de controle e combate a práticas de corrupção, foi aprovada por meio da Portaria 010/DF/2016, de 14.06.2016, a prática de se exigir, nas Contratações por meio de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação, a apresentação por parte do fornecedor, do formulário de Due Diligence devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da empresa a ser Contratada.

Por fim, vale ainda reforçar que em 2017 foi tomada a decisão corporativa de aderir aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas, e que em suas aplicações propõe a formação de consciência de sustentabilidade em nossos fornecedores.

8. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

8.1 Prejuízo do exercício

A Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. apresentou em seu balanço societário, no exercício de 2017, um prejuízo de R$ 288.147 mil. Este resultado deve-se principalmente ao registro de algumas Despesas Operacionais, especificamente nas rubricas de Energia Elétrica Comprada para Revenda, no montante de R$ 283.597 mil e pelo Encargo de Dívida com a Holding Eletrobras, no montante de R$ 248.431 mil.

As variações mais significativas estão explanadas no item 8.4 - Custos e Despesas Operacionais.

8.2 Receita Operacional

A Receita Operacional Bruta - ROB no exercício de 2017 foi de R$ 784.376 mil. Essa receita foi oriunda dos contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica - CCVEEs celebrados entre a Amazonas GT e a Amazonas Distribuidora de Energia S.A e a Receita Anual Permitida-RAP a partir de junho/2017.

8.3 Deduções à Receita Operacional

As Deduções à Receita Operacional de 2017 estão demonstradas na tabela 15.

Tabela 15. Deduções à Receita Operacional

R$ mil

Descrição	2017	2016	2017 (%)
ICMS	(139.797)	(151.295)	-7,60%
PIS/PASEP	(12.859)	(12.973)	37,27%
COFINS	(59.231)	(43.148)	37,27%
ENCARGOS SETORIAIS	(17.995)	(9.368)	38,71%
TOTAL	(229.882)	(216.784)	6,04%

8.4 Custos e Despesas Operacionais

Os Custos e Despesas Operacionais em 2017 estão demonstrados na tabela 16.

Tabela 16. Custos e Despesas Operacionais

R$ mil

Descrição	2017	2016	2017 (%)
Custos e Despesas Não Controláveis			
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(35.450)	(9.098)	289,65%
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.	-	(2.966)	-100,00%
Energia Comprada para Revenda	(283.597)	(39.243)	622,67%
Custos e Despesas Controláveis			
Pessoal	(133.636)	(130.267)	2,59%
Material	(31.654)	(8.377)	277,87%
Serviço de Terceiros	(55.023)	(32.393)	69,86%
Combustível para Produção de Energia Elétrica	(140.077)	(132.238)	5,93%
Recuperação de Despesa - ESS	844.364	391.386	115,74%
Despesa de construção	(6.826)	-	0,00%
Recuperação da Despesa - MCP	7.656	85.508	-91,05%
Depreciação e Amortização	(56.995)	(63.246)	-9,88%
Provisões Operacionais	12.222	(9.531)	-228,23%
Provisão desvalorização do Imobilizado	58.103	85.809	-32,29%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Provisão com risco de compliance	-	(67.166)	-100,00%
Aluguéis	(684.342)	(414.641)	65,04%
Outros Custos/ Despesas	(32.186)	(3.228)	897,09%
TOTAL	(537.441)	(349.691)	53,69%

Do montante de R$ 537.441 mil, destaca-se:

a) Do montante de R$ 35.450 mil, R$ 24.204 mil refere-se à faturas de Encargos de Uso do Sistema de Distribuição - EUSD, dos exercícios de 2015 à 2017.

b) R$ 283.597 mil referente à Energia Eletrica Comprada para Revenda no Mercado de Curto Prazo, em função do corte no fornecimento do gás nas usinas de Aparecida e Mauá Bloco 3 nos meses de janeiro a março/2017, como também a necessidade de complementação da energia contratada face as manutenções das usinas neste exercicio.

c) O montante de R$ 31.654 mil, foi afetado, principalmente, pelas manutenções ocorridas nas UTEs Aparecida e Mauá Bloco 3.

d) Em 2017, o montante de R$ 12.222 mil, de Provisões Operacionais ficou positivo em função da reversão de provisão passiva de causas cíveis, devido à mudança de grau de risco de provável para possível.

e) No exercício de 2017, conforme aplicação dos testes de recuperabilidade houve necessidade de ajuste por perda de valor recuperável (impairment), no montante de R$ 47.276 mil. Entretanto, em 2016, a Companhia já havia registrado um impairment de R$ 105.379 mil, dessa forma, o impacto líquido positivo no resultado da Companhia foi de R$ 58.103 mil.

8.5 Indicadores Empresariais

Tabela 17. Indicadores Empresariais

R$ mil

Descrição	2017	2016	2017 (%)
Dados Econômico-Financeiros			
Receita Operacional Bruta	784.376	567.736	38,16
Receita Operacional Líquida	554.494	350.952	58,00
EBITDA (LAJIDA)	74.048	64.507	14,79
Resultado do Serviço	17.053	1.261	1.252,34
Resultado Financeiro	(267.615)	(281.019)	-4,77
Resultado Operacional antes dos Impostos	(250.562)	(279.758)	-10,44
Provisão para IR e CSSL Correntes	(4.690)	(37.858)	-87,61
Provisão para IR e CSSL Diferidos	(32.895)	-	0,00
Lucro (Prejuízo) Líquido	(288.147)	(317.616)	-9,28
Ativo Total	2.940.828	2.406.507	22,20
Dívida Bruta	3.387.367	2.564.543	32,08
Dívida Líquida *	3.351.493	2.463.228	36,06
Patrimônio Líquido	(446.539)	(158.036)	182,56
Indicadores Econômico-Financeiros			
Margem EBITDA	0,13	0,18	-5,03 pp**
Margem Líquida	(0,52)	(0,91)	38,54 pp**
Índice de Endividamento	1,15	1,07	8,62 pp**

* Dívida líquida de disponibilidades e aplicações financeiras

** pp - pontos percentuais

O EBITDA (sigla em inglês) ou LAJIDA corresponde ao Lucro Operacional antes da dedução das despesas de depreciação e amortização. O LAJIDA da Companhia está demonstrado na tabela 18.

Tabela 18. EBITDA/LAJIDA apurado

R$ mil

Descrição	2017	2016	2017 (%)
Lucro (Prejuízo) Bruto	554.494	350.952	58,00
(-) Despesas Operacionais (exceto Depreciação)	(480.446)	(286.445)	67,73
(=) LAJIDA	74.048	64.507	14,79
(-) Depreciação e Amortização	(56.995)	(63.246)	-9,88
(=) Lucro (Prejuízo) antes dos Juros e Imposto de Renda	17.053	1.261	1.252,34
(+/-) Resultado Financeiro	(267.615)	(281.019)	-4,77
Provisão para IR e CSSL Correntes	(4.690)	(37.858)	-87,61
Provisão para IR e CSSL Diferidos	(32.895)	-	0,00
(=) Lucro (Prejuízo) Líquido	(288.147)	(317.616)	-9,28

8.6 Resultado Financeiro

Tabela 19. Resultado Financeiro

R$ mil

Descrição	2017	2016	2017 (%)
Rendas s/ Aplicações Financeiras	3.652	15.485	-76,42%
Atualização Monetária Líquida (a)	(2.866)	(33.591)	-91,47%
Encargos de Dívidas (b)	(248.431)	(247.829)	0,24%
Outras	(19.970)	(15.084)	32,39%
TOTAL	(267.615)	(281.019)	-4,77%

Houve uma significativa redução na rubrica de Atualização Monetária Líquida, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, em função da diminuição do índice utilizado para a atualização (IPCA acumulado 2016 = 6,28%; acumulado 2017 = 2,94%) referente aos processos da El Paso Rio Negro e El Paso Amazonas impetrados contra a Holding Eletrobras por esta ser a garantidora destes contratos.

O montante de R$ 248.431 mil refere-se aos encargos financeiros decorrentes das dívidas dos empréstimos contraídos com a Holding Eletrobras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9. BALANÇO SOCIAL

Tabela 20. Balanço Social Anual

Balanço Social Anual / 2016

Empresa: Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A.

1 - Base de Cálculo	2017 Valor (Mil reais)			2016 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	554.494			350.952		
Resultado operacional (RO)	-288.147			-317.616		
Folha de pagamento bruta (FPB)	76.126			75.315		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	7.607	9,99%	1,37%	6.028	8,00%	1,72%
Encargos sociais compulsórios	33.138	43,53%	5,98%	31.070	41,25%	8,85%
Previdência privada	3.416	4,49%	0,62%	3.047	4,05%	0,87%
Saúde	7.584	9,96%	1,37%	10.720	14,23%	3,05%
Segurança e saúde no trabalho	1.033	1,36%	0,19%	914	1,21%	0,26%
Educação	336	0,44%	0,06%	122	0,16%	0,03%
Cultura	431	0,57%	0,08%	403	0,54%	0,11%
Capacitação e desenvolvimento profissional	2.959	3,89%	0,53%	1.692	2,25%	0,48%
Creches ou auxílio-creche	1.005	1,32%	0,18%	955	1,27%	0,27%
Participação nos lucros ou resultados	57.509	75,54%	10,37%	54.951	72,96%	15,66%
Outros	7.607	9,99%	1,37%	6.028	8,00%	1,72%
Total - Indicadores sociais internos	33.138	43,53%	5,98%	31.070	41,25%	8,85%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	0	0,00%	0,00%	10	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	0	0,00%	0,00%	10	0,00%	0,00%
Tributos (excluídos encargos sociais)	211.887	-73,53%	38,21%	203.811	-64,17%	58,07%
Total - Indicadores sociais externos	211.887	-73,53%	38,21%	203.821	-64,17%	58,08%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	2.190	-0,76%	0,39%	3.010	-0,95%	0,86%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	2.190	-0,76%	0,39%	3.010	-0,95%	0,86%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	( ) não possui metas (X) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%			( ) não possui metas (X) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2017			2016		
Nº de empregados(as) ao final do período	465			470		
Nº de admissões durante o período	0			0		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	15			15		
Nº de estagiários(as)	0			0		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	267			270		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	74			74		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	42,85%			37,78%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	267			268		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	64,28%			55,56%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	1			1		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2017 Valor (Mil reais)			Metas 2018		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	22,4			0		
Número total de acidentes de trabalho	2			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos empregados	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos empregados
Os pradrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos empregados	(X) todos + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos empregados	(X) todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos empregados	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos empregados
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos empregados	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	(X) são sugeridos	( ) são exigidos	( ) não são considerados	(X) são sugeridos	( ) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(X) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( ) apóia	(X) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa:	no Procon:	na Justiça:	na empresa	no Procon:	na Justiça:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa %	no Procon %	na Justiça %	na empresa %	no Procon %	na Justiça %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	Em 2017 : R$ 1.095.836			Em 2016: R$ 854.752		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	25,79% governo 9,17 % colaboradores 0% acionistas 91,33 % terceiros (26,29)% retido			31,91% governo 11,61 % colaboradores 0% acionistas 93,64 % terceiros (37,16) % retido		

7 - Outras Informações

10. ENCERRAMENTO

O presente Relatório da Administração da Amazonas GT traz a público, de maneira organizada e clara, as atividades realizadas pela Empresa no exercício de 2017, assim como os desafios e os esforços realizados na busca de resultados e melhorias dos seus padrões de qualidade e de produtividade.

Destaca-se o empenho dos colaboradores, dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal pelas contribuições e orientações na condução das atividades empresariais da Empresa, bem como a disposição em superar os desafios do ano de 2018.

WADY CHARONE JÚNIOR
Diretor-Presidente

ADRIANO MARCOS YIDA
Diretor Administrativo-Financeiro

VLADIMIR FREITAS PAIXÃO E SILVA
Diretor de Produção

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	2017	2016
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa		10.560	23.622
Títulos e valores mobiliários	9	25.314	77.693
Clientes	10	481.200	200.006
Repactuação do risco hidrológico - GSF	11	7.490	12.495
Impostos a recuperar		5.649	417
Cauções e depósitos judiciais	21	48.334	2.470
Estoques	12	9.669	6.415
Outras contas a receber	13	7.059	6.781
Ativo financeiro	14	138.292	-
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		733.567	329.899
NÃO CIRCULANTE			
Repactuação do risco hidrológico - GSF	11	-	767
Cauções e depósitos judiciais	21	103.061	78.600
Outras contas a receber	13	9.071	9.071
Ativo financeiro	14	145.630	-
Imobilizado	15	1.943.631	1.982.813
Intangível		5.868	5.357
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.207.261	2.076.608
TOTAL DO ATIVO		2.940.828	2.406.507

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	Nota	2017	2016
CIRCULANTE			
Fornecedores	17	382.775	33.292
Empréstimos	18	836.996	397.970
Impostos a recolher	19	271.540	143.836
Obrigações estimadas		26.375	22.764
Encargos setoriais		15.101	6.218
Obrigações com partes relacionadas	20	49.965	32.525
Outras contas a pagar		3.058	1.170
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		1.585.810	637.775
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos	18	1.174.740	1.336.505
Impostos diferidos passivos	14	32.895	-
Benefício pós-emprego		438	477

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600165

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Provisões para causas judiciais	21	49.298	58.588
Obrigações com partes relacionadas	20	544.186	531.198
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.801.557	1.926.768
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
(PASSIVO A DESCOBERTO)			
Capital social	22	436.750	436.750
Ajuste de avaliação patrimonial		(1.686)	(1.330)
Prejuízos acumulados		(881.603)	(593.456)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(446.539)	(158.036)
(PASSIVO A DESCOBERTO)			
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.940.828	2.406.507
(PASSIVO A DESCOBERTO)			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	Nota	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23	554.494	350.952
CUSTO OPERACIONAL			
Custo com energia elétrica			
Encargos do uso da rede elétrica		(35.450)	(9.098)
Energia comprada para revenda		(283.597)	(39.243)
Custo de operação			
Pessoal, material e serviços de terceiros	24	(178.473)	(130.626)
Depreciação e amortização		(56.472)	(62.580)
Utilização de recursos hídricos		-	(2.966)
Combustível para produção de energia elétrica	25	(140.077)	(132.238)
Recuperação de despesas - ESS	26	844.364	391.386
Recuperação de despesas - MCP		7.656	85.508
Arrendamentos e aluguéis	27	(682.375)	(412.980)
Outras receitas (custos), líquidos	28	(31.576)	14.328
RESULTADO BRUTO		(1.506)	52.443
Despesas gerais e administrativas	29	(32.713)	(69.813)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30	58.098	85.797
Despesa de construção		(6.826)	-
Provisão com risco de compliance		-	(67.166)
RESULTADO OPERACIONAL		17.053	1.261
Resultado financeiro líquido	31	(267.615)	(281.019)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(250.562)	(279.758)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	32	(4.690)	(37.858)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	14	(32.895)	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(288.147)	(317.616)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2017	2016
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(288.147)	(317.616)
Outros resultados abrangentes	(356)	(453)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	(288.503)	(318.069)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(PASSIVO A DESCOBERTO)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	436.750	(877)	(275.840)	160.033
Outros resultados abrangentes	-	(453)	-	(453)
Prejuízo do exercício	-	-	(317.616)	(317.616)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	436.750	(1.330)	(593.456)	(158.036)
Outros resultados abrangentes	-	(356)	-	(356)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600166

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Prejuízo do exercício	-	-	(288.147)	(288.147)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	436.750	(1.686)	(881.603)	(446.539)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do período		(288.147)	(317.616)
Ajustes para:			
Depreciação	15	56.995	63.246
Encargos financeiros sobre empréstimos	31	248.431	247.829
Ajustes a valor presente - Avaliação atuarial		(395)	(71)
Atualização monetária processo El Paso Rio Negro e Amazonas		12.988	37.687
Atualização monetária dos processos judiciais		5.050	6.422
Atualização monetária de cauções e depósitos judiciais		(9.524)	(13.008)
Atualização monetária GSF		(6.564)	-
Atualização monetária dos encargos setoriais		678	399
Atualização monetária do contas a receber		(32)	-
Provisão com risco de compliance		-	67.166
Baixa de depósitos judiciais		133.134	-
Baixa de imobilizado	15	2.116	-
Baixa de ativo financeiro	14	122.411	-
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	37.858
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14		-
Provisões para perdas em processos judiciais		(14.340)	3.906
Provisão (reversão) para impairment sobre o imobilizado	15	2.255	(85.809)
Reversão da provisão para impairment sobre o ativo financeiro	14	(60.358)	-
Remuneração sobre o ativo financeiro	14	(23.855)	-
(Aumento) redução dos ativos			
Títulos e valores mobiliários		52.379	148.428
Clientes		(281.162)	220.906
Repactuação do risco hidrológico - GSF		12.336	11.666
Impostos a recuperar		(5.232)	15.080
Estoques		(3.254)	82.711
Outras contas a receber		(278)	1.685
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		342.825	(31.450)
Impostos a recolher		160.599	59.678
Obrigações trabalhistas		3.611	12.405
Encargos setoriais		8.205	5.819
Obrigações com partes relacionadas		(12.885)	(466.168)
Outras contas a pagar		1.888	(11.163)
Provisões para perdas em processos judiciais		-	(14.886)
Pagamento de encargos financeiros	18	(93.612)	(96.806)
Cauções e depósitos judiciais		(193.935)	(5.949)
Caixa líquido proveniente das (usados nas) atividades operacionais		172.328	(20.035)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	15	(138.176)	(174.827)
Aquisição de ativo financeiro - concessão		(199.981)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(338.157)	(174.827)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos obtidos	18	152.767	180.334
Pagamento de empréstimos		-	(20)
Caixa líquido proveniente das atividade de financiamento		152.767	180.314
Redução em caixa e equivalentes de caixa		(13.062)	(14.548)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		23.622	38.170
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		10.560	23.622
Variação em caixa e equivalentes de caixa		(13.062)	(14.548)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600167

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NOTA	2017	2016
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		784.376	567.736
Receitas de vendas de energia e serviços	23	559.188	567.736
Receita anual permitida - RAP		225.188	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		323.192	262.369
Encargos de uso da rede elétrica		(35.450)	(9.098)
Energia comprada para revenda		(283.597)	(39.243)
Material		(31.654)	(8.377)
Serviços de terceiros		(55.023)	(32.393)
Combustíveis para produção de energia elétrica	25	(140.077)	(132.238)
Recuperação de despesa - ESS	26	844.364	391.386
Recuperação de despesa - MCP		7.656	85.508
Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos	16	58.103	85.809
Provisão com risco de compliance		-	(67.166)
Provisões diversas		-	(2.948)
Provisão depreciação		(2.118)	(2.677)
Outros		(39.012)	(6.194)
VALOR ADICIONADO BRUTO		1.107.568	830.105
RETENÇÕES		(42.655)	(67.152)
Depreciação e amortização		(56.995)	(63.246)
Provisões (reversão) de provisões		14.340	(3.906)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		1.064.913	762.953
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		30.923	91.800
Receitas financeiras	31	30.923	91.800
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		1.095.836	854.753
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Remuneração do trabalho		100.498	99.196
Governos (impostos e contribuições)		282.610	272.740
Contribuições sociais INSS e FGTS		33.138	31.071
ICMS	23	139.797	151.295
COFINS e PIS/PASEP	23	72.090	52.516
IRPJ e CSLL Correntes	32	4.690	37.858
IRPJ e CSLL Diferidos		32.895	-
Financiadores		982.880	787.460
Encargos de dívidas, variação monetária e outros	31	298.538	372.819
Aluguéis		684.342	414.641
Encargos setoriais	23	17.995	12.973
Prejuízo do exercício		(288.147)	(317.616)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		1.095.836	854.753

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)
NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS
A Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - ("Companhia" ou "AmGT") é uma companhia de sociedade de economia mista, de direito privado, subsidiária integral da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. ("Amazonas Energia" ou "AmD"), criada em 1º de julho de 2015, com o capital inicial de R$ 10, com atuação no estado do Amazonas, tendo como atividades principais a geração e transmissão de energia elétrica. A sede da Companhia está localizada na Rua Tito Bittencourt, nº 142, São Francisco, cidade de Manaus, estado do Amazonas.
A controladora Amazonas Energia ainda opera em sistemas isolados da região norte do Brasil, contudo, tendo em vista a interligação ao Sistema Interligado Nacional ("SIN"). Nos termos do disposto no artigo 4º, parágrafo 2º, da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009.
A ANEEL prorrogou o prazo nos termos do § 1°, conforme o Despacho nº 2.828, de 25 de outro de 2016, cujo prazo legal para a operação de desverticalização encerra-se em 30 de abril de 2018. Nesse sentido, as atividades de geração e transmissão de energia elétrica anteriormente exercidas pela Amazonas Energia foram segregadas de sua atividade de distribuição ("Desverticalização").
Tendo em vista tal circunstância, o Conselho de Administração das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, considerou prudente que o processo de desverticalização da Amazonas Energia fosse realizado e concluído anteriormente à sua interligação ao SIN, antecipando-se às exigências legais acima mencionadas. Assim, determinou a adoção das providências necessárias à efetivação do processo de desverticalização da Amazonas Energia. Apesar da segregação das atividades de geração e transmissão ter ocorrido em 1° de julho de 2015, com a entrada em operação comercial da AmGT, o processo de desverticalização ainda não superou a segunda fase, que é a transferência do controle acionário da AmGT para a Eletrobras (controladora indireta). A AmD solicitou à ANEEL a prorrogação do prazo para concluir o processo de transferência do controle acionário, devido à complexidade de precificar os ativos segregados, pois o contrato do gás natural a ser cedido deve impactar na avaliação da Companhia, variável antes não avaliada. A ANEEL emitiu a Nota Técnica n° 182/2016 em outubro de 2016, a qual a Diretoria da Agência acatou o pedido por meio do Despacho ANEEL n° 2828/2016 de outubro de 2016, considerando as variáveis complexas levantadas pela AmD. Dessa forma, o prazo para conclusão da transferência do controle acionário foi prorrogado, podendo acontecer em até 18 meses, a contar de 1º de novembro de 2016.
NOTA 1.1 - CONTINUIDADE OPERACIONAL DA COMPANHIA
Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apurou prejuízos em suas operações e apresentou prejuízo do exercício de R$ 288.147, prejuízo acumulado de R$ 881.603, passivo a descoberto de R$ 446.539 e excesso de passivo circulante em relação ao ativo circulante em R$ 852.243, necessitando, assim, de recursos para fazer frente à sua dívida de curto prazo. A Companhia possui dependência financeira com a controladora indireta Eletrobras e efetuou contratos de empréstimos para cobertura de déficit operacional. O total da dívida da Companhia está divulgada na nota 33. A Administração vem adotando medidas visando o equilíbrio econômico-financeiro e a redução de seu endividamento. No tocante ao seu endividamento, há 3 contratos, que possuem condição de amortização total em parcela única, da ordem de R$ 647,4 milhões. Esses contratos, além de mais dois, estão sendo repactuados com carência até 28.02.2020 e amortização do principal em 72 parcelas, vencendo a primeira em 30 de março de 2020.
Em relação aos seus recebíveis, em outubro de 2017 a UTE Mauá 3 iniciou de fato a sua operação comercial, entretanto, com capacidade de geração parcial. Já em 2018, com a conclusão da UTE Mauá 3, a Amazonas GT terá um incremento potencial dessa nova unidade geradora de caixa, a qual será ressarcida por Encargo de Serviço do Sistema - ESS. Já a partir de 2019 até 2043 a UTE Mauá 3 terá receita operacional por meio de contratos CCEAR com 38 empresas distribuidoras: em 2019 estima-se que receberá receita de R$ 1,2 bilhão, e para o período de 2019 a 2043 é estimada uma receita de R$ 54 bilhões, aproximadamente.
A partir de janeiro de 2019, haverá o início do atendimento ao Leilão A-5 de 2014 pela UTE Mauá 3. Como consequência, a Amazonas GT terá oportunidade de auferir um aumento significativo de receita, em decorrência dos Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) provenientes desse Leilão. Desta forma, projeta-se um lucro líquido da ordem de R$ 374.000 no exercício de 2019;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nos exercícios de 2020, 2021 e 2022, a Companhia tem expectativa de novo aumento de receita proveniente da venda de energia antecipada pela UTE Aparecida, a partir de julho 2020, quando termina o contrato de CCVEE com a Amazonas Energia, que somada com a receita da UTE Mauá 3 e da operação de Transmissão, projeta-se lucros da ordem de R$ 394.000, R$ 375.000 e R$ 478.000, respectivamente.

A premissa utilizada para a consecução dos fluxos de caixa projetados, a partir de 2019, está condicionada à conclusão do processo de desverticalização da Amazonas Energia, prevista para ocorrer até 30 de abril de 2018.

As demonstrações financeiras, foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional dos negócios da Amazonas GT, de acordo com o CPC 26 (R1), no entanto a Companhia depende de recursos de terceiros e/ou Acionista para continuidade de suas operações no curto prazo.

NOTA 2 - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia detém as seguintes concessões e autorizações junto ao órgão regulador do serviço público de energia elétrica:

2.1 Geração de energia elétrica

Concessões/ Autorizações		Ato autorizativo	Vencimento	Capacidade instalada*** (MW)	Capacidade utilizada*** (MW)
UHE Balbina (Rio Uatumã)		Decreto n° 79.321/1977 - Portaria do MME nº. 371, datada de 28.12.2007, prorrogada por vinte anos a concessão, a partir de 1º. de março de 2007. A Resolução Autorizativa ANEEL n° 4.244, de 16 de julho de 2013 transferiu a Outorga da Amazonas Energia para a AmGT.	01/03/2027	249,75	249,75
UTE Aparecida		A Resolução Autorizativa ANEEL n° 4.244, de 16 de julho de 2013, estabelece que as outorgas de autorização da UTE Mauá e da UTE Aparecida vigorarão pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar da data de publicação da Portaria nº 156, de 06 de julho de 1990.	06/07/2020	282,50	200,00
UTE Mauá	Bloco 1*	A Resolução Autorizativa ANEEL n° 4.244, de 16 de julho de 2013, estabelece que as outorgas de autorização da UTE Mauá e da UTE Aparecida vigorarão pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar da data de publicação da Portaria nº 156, de 06 de julho de 1990.	06/07/2020	149,50	-
	Bloco 2*			-	-
	Bloco 3			110,00	110,00
	Bloco 4			150,00	60,00
UTE Electron*		Portaria MME n° 156/1990 c/c Resolução Autorizativa ANEEL n° 4.244/2013.	06/07/2020	121,12	-
UTE Flores		Resolução Autorizativa nº 1.424, de 17/06/2008 c/c o Despacho nº 3.209, de 25/08/2009 e a Resolução Autorizativa - REA nº 4.244, de 16/07/2013. Resolução Autorizativa ANEEL 5.558/2015.	19/03/2019	95,40	80,00
UTE Iranduba**		Despacho ANEEL nº 1.596, de 07.06.2010, c/c Resolução Autorizativa n° 1206/2008 c/c Resolução Autorizativa REA n° 4.244/2013.	06/07/2020	50,00	25,00
UTE São José		Resolução Autorizativa nº 1.424, de 17/06/2008 c/c o Despacho nº 3.209, de 25/08/2009 e a Resolução Autorizativa - REA nº 4.244, de 16/07/2013. Resolução Autorizativa ANEEL 5.559/2015.	Extinta	-	-
UTE Mauá 3		Resolução Autorizativa n° 4.950, de 27 de novembro de 2014.	27/11/2044	590,75	189,00
Total				1.799,02	913,75

(*) Desativado.

(**) Utilização de parte da outorga da UTE Mauá.

(***) Informações não auditadas.

A Resolução Autorizativa 6.883, de 27 de fevereiro de 2018, alterou os §§ 1º e 2º do artigo 3º, e os artigos 4º, 8º e 9º da Resolução Autorizativa nº 4.244 de 16 de julho de 2013, que versa sobre a desverticalização da Amazonas Distribuidora de Energia S.A., mediante versões dos ativos e passivos das atividades de geração e transmissão para a Companhia.

A anuência à segregação de atividades da Amazonas Energia mediante contribuição dos ativos associados às atividades de geração e transmissão de energia elétrica ao capital da Companhia, assim como as transferências de outorgas da Usina Balbina e das Usinas térmicas Aparecida, Mauá, Cidade Nova, Flores, São José e Electron passou a ter como data final para implementação da operação em 30 de abril de 2018.

Conforme Resolução Autorizativa nº 4.834, de 16 de setembro de 2014, foram homologadas as condições para assinatura dos Contratos de Compra e Venda de Energia - CCVE, entre AmD e AmGT, conforme segue:

Contrato	Assinatura	Usina	Vigên-cia	Início de supri-mento	Fim de supri-mento	Energia MWmédio	Preço R$/MWh
OC 87495/13	13/05/13	UHE Balbina	01/03/27	01/07/15	01/03/27	130,3	279,89
OC 87497/13	13/05/13	UTE Aparecida	10/07/20	01/07/15	10/07/20	145,3	116,56
OC 87499/13	13/05/13	UTE Mauá Bloco 3	10/07/20	01/07/15	10/07/20	98,6	100,66

Os preços dos contratos acima são reajustados anualmente com base no IPCA em outubro de cada ano.

2.2 Transmissão de energia elétrica

O Ministério de Minas e Energia - MME emitiu a Portaria n. 706, em 15.12.2016, designando a Amazonas GT como responsável pela Prestação do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica até então sob a responsabilidade da Amazonas Distribuidora, com vistas a garantir a continuidade do serviço, dentro das normas e regulamentos pertinentes, e com jus à Remuneração Anual Permitida - RAP estabelecida pela ANEEL. A Portaria n. 706/2016-MME define que a prestação de serviço será realizada até a assunção de novo concessionário resultado de processo licitatório de que trata o art. 8º da Lei n. 12.783/2013.

A ANEEL publicou a Resolução Homologatória n. 2.258, em 27.06.2017, com vigência a partir de 01.07.2017, na qual define a RAP Corrente referente ao período de 01.07.2017 a 30.06.2018 da Amazonas GT, bem como a RAP Retroativa, não percebida pela Companhia no período de 01.11.2013 a 30.06.2017.

Em 21.07.2017 a Amazonas GT celebrou o Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST n. 025/2017 junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, com efeitos retroativos a 16.12.2016, cumprindo os requisitos necessários à percepção das parcelas mensais da RAP determinada aos ativos de geração sob responsabilidade da Companhia.

O Sistema de Transmissão é composto de linhas de transmissão e subestações de fronteira da Rede Básica, com níveis de tensão 230/138/69 kV, que atendem ao suprimento da rede da Amazonas Energia.

NOTA 3 - BASE DE PREPARAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 21 de março de 2018.

Detalhes sobre as políticas contábeis estão apresentadas na nota explicativa nº 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

NOTA 4 - MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

NOTA 5 - BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo, e o ativo ou passivo líquido de benefício definido reconhecido como o valor justo dos ativos dos planos de previdência complementar, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600169

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NOTA 6 - USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da Administração da Companhia quando da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado da Companhia. As estimativas contábeis tornam-se críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras e na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, e, portanto, consideradas críticas, são descritas a seguir:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia adota variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para cálculo do valor recuperável de ativos e reconhecimento de impairment, quando necessário.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento até o final do prazo de concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

c) Vida útil dos bens e taxas de depreciação utilizadas

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Resolução Normativa n° 367, de 2 de junho de 2009. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa a Resolução ANEEL nº. 474, de 07 de fevereiro de 2012.

d) Obrigações atuariais

As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes e os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas demonstrações financeiras podem ser distintos sobre variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento.

NOTA 7 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo, e foram aplicadas de modo consistente ao exercício anterior, salvo disposição em contrário.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem saldos de caixa e depósitos bancários à vista.

b) Títulos e valores mobiliários

A Companhia aplica recursos em fundo de investimento com prazo de duração indeterminado, carteira de ativos diversificada e modalidades operacionais disponíveis no mercado financeiro. Sua classificação no ativo circulante considera o fato dos títulos possuírem liquidez imediata. Tais instrumentos são ajustados ao valor provável de realização, quando aplicável (Nota 9).

c) Clientes

As contas a receber de clientes são compostas por créditos provenientes do suprimento de energia elétrica incluídos aqueles decorrentes de energia transacionada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE contabilizado com base no regime de competência, e são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que não há perspectiva de realização dos valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante (Nota 10).

d) Estoques

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia (Nota 12).

e) Ativo financeiro

Refere-se às contas a receber da Companhia no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica (Nota 14).

O Contrato de concessão regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O preço é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida - RAP. A RAP é reajustada anualmente por índice de preços e a ANEEL procederá, a cada cinco anos, a Revisão Periódica. No caso da Companhia, a primeira Revisão Periódica está prevista para 1º de julho de 2019, e poderá ser antecipada pela ANEEL conforme a necessidade. A Companhia não pode negociar preços com usuários;

- Os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados.

De acordo com a interpretação ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão e a orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão, as concessionárias de transmissão de energia elétrica no ambiente regulatório brasileiro adotam o modelo do ativo financeiro, conforme estabelecido pelo parágrafo 93 da referida orientação. Desta forma, a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão é classificada como um ativo financeiro (e não como ativo imobilizado) por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

O ativo é apresentado líquido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O ativo financeiro está distribuído entre circulante e não circulante.

A Companhia efetua, anualmente, o teste de recuperabilidade dos seus ativos, utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos respectivos ativos.

f) Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, das obrigações especiais, e, quando aplicável, da perda por redução ao valor recuperável (Nota 15).

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, calculada pelo método linear, de acordo com as taxas fixadas pela ANEEL, que representam uma base razoável de vida útil dos respectivos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

A Administração considera que os ativos das atividades de geração e transmissão devem ficar classificados contabilmente na rubrica de ativo imobilizado até que os novos contratos de concessão de Geração e de Transmissão de Energia Elétrica sejam celebrados.

g) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os gastos com servidão permanente que estão registrados pelo custo de aquisição. Esta rubrica do Intangível não é amortizável, conforme Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, Resolução nº 474/11, Tabela XVI - Taxas de Depreciação - tipo UC 205.05.

h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para redução de ativo não financeiro, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o valor em uso.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital no tempo e os riscos específicos para o setor em que opera a unidade geradora de caixa (Nota 16).

i) Cauções e Depósitos Judiciais

Os montantes registrados destinam-se ao atendimento legal e/ou contratual. Estão avaliados pelo custo de aquisição acrescido de juros e correção monetária com base nos dispositivos legais e ajustados por provisão para perda na realização quando aplicável. O seu resgate está condicionado à finalização dos processos judiciais a que esses depósitos se encontram vinculados (Nota 21).

j) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações provenientes da aquisição de bens ou serviços no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano da data do balanço.

As contas a pagar a fornecedores não possuem caráter de financiamento e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, se aplicável (Nota 17).

k) Empréstimos

São instrumentos financeiros registrados pelo valor líquido dos custos incorridos nas transações e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ou seja, custo inicial, acrescido das variações monetárias e dos juros incorridos até a data do balanço patrimonial, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos (Nota 18).

l) Receitas e despesas financeiras

Compostas principalmente por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos concedidos/obtidos e operações com instrumentos financeiros (Nota 31).

m) Provisões para causas judiciais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Dessa forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionadas (Nota 21).

O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

n) Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros (Nota 33).

Ativos financeiros não derivativos

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

(a) For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600170

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(b) No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados, que é administrado em conjunto e, possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
Um ativo financeiro, além dos mantidos para negociação, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:
(a) Tal designação eliminar ou reduzir, significativamente, uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou
(b) O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e;
(c) Seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
(d) Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.
Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação com o propósito de venda no curto prazo ou designados pelo valor justo por meio do resultado.
Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica outras receitas e despesas financeiras, na demonstração do resultado.
Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (incluindo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, clientes e outros ativos) são inicialmente registrados pelo seu valor de aquisição, que é o valor justo do preço pago, incluindo as despesas de transação. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.
A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva.
Passivos financeiros
Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros que incluem os empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.
a. Reconhecimento de receita - Venda de energia
A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, deduzindo os encargos sobre vendas (Nota 23).
A receita proveniente da venda de geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.
b. Benefício pós-emprego
A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida. Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Nesse tipo de plano, a Companhia tem a obrigação de honrar com o compromisso assumido, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.
O passivo reconhecido no Balanço Patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.
Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência, nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.
Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no período de ocorrência de uma alteração do plano.
Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.
c. Tributação
Imposto de renda e contribuição social correntes
A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda - IR e a Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL corrente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, e consideram a compensação de prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro real do exercício.
O lucro tributável difere do prejuízo apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis e adiciona despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis e adiciona itens não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no exercício.
Imposto de renda e contribuição social diferidos
As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social diferidos.
O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado com base no resultado ajustado ao lucro real, pelas adições e exclusões previstas na legislação, à alíquota vigente de 15% e adicional de 10%, para os lucros que excederem R$ 240 no período de 12 meses. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado antes do imposto de renda, ajustada nos termos da legislação vigente.
O CPC 32 estabelece condições para o registro contábil de ativos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A Administração decidiu não contabilizar os ativos fiscais diferidos, por não ter expectativa de realização.
O passivo do IRPJ e da CSLL diferido é integralmente reconhecido.
d. Subvenções governamentais
A Companhia, por ter patente de empresa industrial e estar situada na abrangência da Zona Franca de Manaus, se beneficia dos incentivos do Decreto-Lei nº 288/1967, relativos a II, IPI, além de redução a zero da alíquota de PIS e COFINS sobre compras de mercadorias por meio da Lei n.º 10.996, de 2004.
e. Moeda estrangeira
Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional da Companhia, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado, no período em que ocorrerem.
f. Apuração do resultado do exercício
O resultado da Companhia é apurado através do confronto das receitas e despesas operacionais, assim como também das receitas e despesas financeiras, em consonância com o regime contábil de competência dos exercícios.
g. Compromissos com o meio ambiente
A capitalização de gastos referentes a demandas ambientais está consubstanciada nas premissas e critérios definidos pela administração, nos termos do CPC - 25 (Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes) e CPC - 04 R1 (Ativo Intangível), em atendimento às exigências dos Órgãos Públicos competentes para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos.
Na hipótese dos gastos decorrerem de questões ambientais, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.
O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avençados entre as partes.
h. Riscos relacionados ao cumprimento ("compliance") de leis e regulamentos
Operação lava jato
Em resposta a investigações no âmbito da "Operação Lava Jato" sobre irregularidades envolvendo funcionários, empreiteiros e fornecedores da Eletrobras e de sociedades de propósito específico (SPE) nas quais a Eletrobras detém participações acionárias minoritárias, em 2015, o Conselho de Administração da Empresa (CAE) decidiu por iniciar um procedimento investigativo, em face do risco de tais irregularidades apontadas poderem afetar alguns dos principais investimentos da Eletrobras.
Para conduzir a investigação foi contratado escritório de advocacia norte-americano, Hogan Lovells US LLP, com notória especialização em ações investigativas e instaurada a Comissão Independente de Gestão da Investigação (CIGI), composta de especialistas notórios e independentes, contratados para exercerem a supervisão do processo de investigação.
O procedimento investigatório seguiu os princípios adotados pela Securities and Exchange Commission (SEC) e Department of Justice (DOJ), para procedimentos desta natureza, em vista de que, após 2008, quando a Eletrobras passou a ser listada na Bolsa de Valores de Nova York por meio de ADRs - American Deposit Receipts, tornou-se sujeita às leis norteamericanas que regulam o mercado de capitais, em especial, a toda a regulamentação fixada pelo U.S. Securities and Exchange Act, dentre ela a Foreign Corrupt Practices Act - FCPA que, em síntese, criminaliza os atos de corrupção, tais como o pagamento a funcionários de governos estrangeiros, partidos políticos, candidatos a cargos políticos estrangeiros em troca de vantagens comerciais ou econômicas.
No decorrer de 2015 e 2016, no âmbito da operação Lava Jato, as operações Radioatividade e Pripyat resultaram no indiciamento de 06 ex-executivos da Eletronuclear, bem como de outros envolvidos. Muito embora os processos ainda se encontrem em andamento, já foram proferidas sentenças condenatórias contra quatro desses ex-funcionários, ainda não transitadas em julgado. A Eletrobras vem cooperando com as autoridades no compartilhamento de informações levantadas pela investigação independente, participando, inclusive, como assistente de acusação contra os réus nestes processos criminais.
Visando facilitar e garantir o andamento das investigações, a administração da Eletrobras vem adotando as medidas de governança requeridas e/ou recomendadas pelo Hogan Lovells e pela Comissão Independente. Desde o início da investigação, a Eletrobras substituiu todo o seu Conselho de Administração, contratou um novo CEO e vem reforçando sua estrutura de compliance. Em meados de 2016, foi criada a Diretoria de Conformidade, responsável pela coordenação do programa de compliance e pelo gerenciamento de riscos na Eletrobras e nas suas subsidiárias.
No mesmo sentido, a Eletrobras revisou contratos específicos nos quais as investigações identificaram possíveis irregularidades tendo sido os mesmos suspensos, quando tais suspeitas se confirmaram.
Em relação aos empregados e diretores envolvidos nas situações identificadas pela investigação, a Eletrobras tomou medidas punitivas na esfera administrativa, incluindo a suspensão do contrato de trabalho e o desligamento dos envolvidos. Atualmente estão sendo estudadas as possibilidades jurídicas de responsabilização e ressarcimento da Eletrobras, frente aos ex-executivos e fornecedores acusados de corrupção, na esfera cível, tendo sido protocolado pela Eletronuclear, protesto judicial para interrupção da prescrição, em relação às empresas integrantes do Consórcio Angramon (Construtora Norberto Odebrecht S/A, UTC Engenharia S/A, Techint Engenharia e Construção S/A, Construtora Andrade Gutierrez S/A, Empresa Brasileira de Engenharia S/A - EBE, Construtora Queiroz Galvão S/A e Construções e Comércio Camargo Correa S/A), a fim de preservar o direito de ressarcimento, face aos potenciais prejuízos causados em decorrência de denúncias e investigações oriundas da "Operação Lava Jato".
Em outubro de 2016, a investigação independente completou uma etapa que tinha como objetivo identificar atos ilícitos que pudessem causar eventuais distorções significativas nas demonstrações financeiras da Companhia Nesta etapa foram considerados certos valores estimados como relacionados a ilícitos atribuídos pela investigação independente como oriundos da prática de cartel e propinas que teriam sido pagas, desde 2008, por certos empreiteiros e fornecedores contratados por

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600171

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

subsidiárias e por algumas das SPE nas quais a Eletrobras não é controladora majoritária.
O resumo dos ajustes no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é o seguinte:

Achados da investigação	R$
Projeto Mauá 3	67.166
Balanço	
Provisão com risco de compliance (redutora do imobilizado - nota 12)	67.166
Demonstração de resultado	
Provisão com risco de compliance	67.166

Em abril de 2017, em decorrência dos acordos de delação celebrados entre os executivos do principal grupo de construção do Brasil, Odebrecht, o Supremo Tribunal Federal solicitou que fossem iniciadas investigações sobre a conduta dos políticos que participaram desses acordos. Essas investigações referem-se exclusivamente aos indivíduos sobre os quais o Supremo Tribunal Federal tem jurisdição exclusiva. Além disso, outras investigações oficiais podem ser iniciadas contra indivíduos que estão sujeitos à jurisdição dos tribunais comuns.
Como não havia informações suficientes que permitissem à Companhia determinar com razoável precisão os períodos específicos em que teriam ocorrido os pagamentos indevidos estimados, a Companhia entendeu que, após ter envidado esforços razoáveis, foi impraticável determinar os efeitos por períodos específicos anteriores relativos a tais pagamentos em suas demonstrações financeiras, tendo registrado o ajuste desses pagamentos indevidos e, portanto, incorretamente capitalizados, nos períodos em que tais informações relevantes chegaram ao conhecimento da Companhia.
Além de avaliar as possibilidades de ressarcimento face aos danos sofridos em razão de condutas ilícitas, praticadas tanto pelos empregados que contribuíram para o ilícito, quanto pelas empreiteiras contratadas, a Eletrobras vem implementando diversas ações de governança e remediações.
As investigações da "Operação Lava Jato" ainda não foram concluídas e o Ministério Público Federal poderá levar tempo considerável para concluir todos os procedimentos de apuração e divulgação dos fatos. Dessa forma, novas informações relevantes podem ser reveladas no futuro, o que poderá levar a Eletrobras a reconhecer ajustes adicionais nas suas demonstrações financeiras.
A Eletrobras permanece com o contrato em vigor junto ao escritório norte-americano Hogan Lovells visando o encerramento das ações de investigação independente em curso com a consequente resolução do caso perante às autoridades norte-americanas, adicionalmente, o atual contrato, também prevê o acompanhamento das medidas de remediação, especialmente a implementação do programa de compliance, bem como as interações necessárias, com autoridades brasileiras e americanas, com vistas à resolução de ações de investigação.
NOTA 8 - NOVOS PRONUNCIAMENTOS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS
Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.
IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros
A IFRS 9/CPC 48 aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que este pronunciamento traz são:
a) Novos critérios de classificação de ativos financeiros;
b) Novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e
c) Flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.
- Ativos financeiros
A IFRS 9/CPC 48 possui uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.
Instrumentos mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem tais fluxos referentes exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o esse valor devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao final dos períodos contábeis subsequentes.
Já aqueles mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e possuírem termos contratuais que estabelecem datas para fluxos de caixa unicamente de pagamentos de principal e juros sobre o principal remanescente, são geralmente mensurados a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" (FVTOCI).
Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes.
A Companhia está avaliando e documentando os modelos de negócios para os seus ativos financeiros, divulgados na Nota 33. Com base na sua avaliação preliminar, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de seus ativos financeiros.
- Ativo financeiro oriundos dos Contratos de Concessão:
De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas de concessão não são reconhecidas pelo concessionário como ativo imobilizado, uma vez que se considera que o operador não controla tais ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo poder concedente no âmbito do contrato.
A Companhia também considera que não se encontra exposta a riscos de crédito e demanda e que a receita é auferida com base na disponibilidade da linha de transmissão, e, portanto, toda infraestrutura foi registrada como ativo financeiro.
O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.
Com a IFRS 9/CPC 48 a companhia avaliou que o ativo financeiro proveniente da receita oriunda do direito incondicional de receber caixa, atualmente classificado como empréstimos e recebíveis, continuará a ser avaliado pelo custo amortizado.
A Companhia está avaliando alterar a forma de mensuração da parcela do ativo financeiro que se realizará através de indenização para valor justo por meio do resultado. Não foi possível para a Companhia mensurar os impactos advindos desta mudança de forma confiável.
- Redução no valor recuperável (impairment) - Ativos Financeiros
Em relação ao impairment de ativos financeiros, a IFRS 9/CPC 48 requer o modelo de perda esperada dos ativos financeiros, ao contrário do modelo de perda incorrida estabelecido na IAS 39/CPC 38. O modelo de perda esperada requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.
O novo modelo de perda esperada se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao FVTOCI, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.
De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:
- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Este é o modelo obrigatório no caso de instrumentos financeiros que não contenham um componente significativo de financiamento, como é o caso dos ativos financeiros da Companhia.
A Companhia prevê que a aplicação do modelo referente a perdas de crédito esperadas contido na IFRS 9/CPC 48 resultará em reconhecimento antecipado de certas perdas de crédito, assim como requer que a Companhia revise suas atuais políticas de provisionamento. Todavia, até este momento, a Companhia ainda não concluiu a mensuração do eventual impacto desta alteração.
- Passivos financeiros
A IFRS 9/CPC 48 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39/CPC 38 para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com a IAS 39/CPC 38, todas as variações de valor justo dos passivos designados como valor justo através do resultado são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9/CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:
- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentados em ORA; e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.
Adicionalmente, caso um contrato contenha um ou mais derivativos embutidos e o contrato principal não seja um ativo financeiro conforme IFRS 9/CPC 48, a Companhia poderá designar o contrato híbrido inteiro ao VJR. No entanto, isso não se aplica se o derivativo embutido for insignificante, ou se for óbvio que a separação do derivativo embutido seria proibida.
A Companhia não espera designar passivos financeiros como valor justo através do resultado. Desta forma, não são esperados impactos materiais relacionados à classificação dos passivos financeiros quando da adoção da IFRS 9/CPC 48.
- Contabilidade de hedge
Os novos requerimentos gerais para contabilidade de Hedge mantiveram os três tipos de mecanismos de contabilização presentes do IAS 39/CPC 38 (hedge de fluxo de caixa, hedge de valor justo e hedge de investimento líquido no exterior). A IFRS 9/CPC48 traz maior flexibilidade para quais tipos de transação são elegíveis para a contabilidade de hedge, especialmente expandindo dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumento de hedge e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis para a contabilidade de hedge. Adicionalmente, o teste de efetividade foi revisado, não sendo mais requerida sua avaliação retrospectiva, e substituído pelo princípio da "relação econômica", assim como foi eliminada necessidade de avaliação de uma efetividade no intervalo de 80% a 125%. Ainda, foram introduzidas melhorias nos requerimentos de divulgação da administração dos riscos da Companhia.
A Companhia não possui transações atualmente designadas como hedge accounting.
- Divulgações
A IFRS 9 requer novas divulgações, notadamente acerca do risco de crédito e perdas de crédito esperadas, contabilidade de hedge e mensuração de ativos e passivos financeiros. A Companhia está realizando uma análise para identificar possíveis alterações nos processos atuais em decorrência destas novas normas e trabalhará na implementação de mudanças em seus sistemas e controles para atender as mesmas nas demonstrações financeiras a partir do período da sua adoção.
- Transição
A Companhia adotará a isenção que permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).
As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9/CPC 48, serão reconhecidas no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2018.
IFRS 15/CPC 47 - Receitas de contratos com clientes
A IFRS 15/CPC 47 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente na IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva.
Os princípios fundamentais da IFRS 15/CPC 47 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual valor espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:
1. Identificar os contratos com os clientes.
2. Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
3. Determinar o preço da transação.
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
5. Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.
Com a IFRS 15/CPC 47, a entidade reconhece a receita quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.
A Companhia aufere receitas provenientes principalmente das seguintes fontes:
a) Suprimento de energia elétrica (geração)
De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, deve-se considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor. Assim, contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência, poderão deixar de ter as respectivas receitas reconhecidas no momento do faturamento (por não ser provável o recebimento da contrapartida) e sim no momento do efetivo recebimento.
b) Receita de construção da infraestrutura da concessão
Essa receita é constituída por investimentos em infraestrutura, com o objetivo de manutenção da operação até o término do contrato de concessão. A Companhia é remunerada por aprimoramento da infraestrutura para prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é igual à zero, pois há a contrapartida em custos pelo mesmo valor, para permitir posteriormente a Companhia a explorar esta infraestrutura e obter suas demais receitas.
A receita de construção é reconhecida ao longo da execução da obra,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600172

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

juntamente com o custo. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo sobre estas receitas em suas demonstrações financeiras.

c) Receita de operação e manutenção

Corresponde a um percentual do faturamento da receita anual permitida - RAP, que é informado mensalmente pelo ONS e destinado para a remuneração dos serviços de operação e manutenção, a fim de evitar a interrupção da disponibilidade das instalações. A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o faturamento da RAP é informado. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo sobre estas receitas em suas demonstrações financeiras.

- Transição

A Companhia adotará a IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos da IFRS 15/CPC 47 ao período comparativo apresentado.

IFRS 16 / CPC 06(R2) - Arrendamentos

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A Companhia está avaliando os efeitos dessa norma, e até o presente momento, o impacto identificado é que a Companhia reconhecerá novos ativos e passivos após finalizado o processo de desverticalização e a assunção pela Companhia de todos os contratos que caracterizem arrendamentos, tais como:

Formalização de 05 contratos de compra e venda de energia, entre a AmD e a AmGT, visando regular a operação de venda da energia produzida nos contratos de suprimento de energia elétrica para a capital dos Produtores Independentes - PIE, com os seus respectivos direitos e obrigações futuros; e

Formalização dos contratos de compra e venda de energia das 4 usinas de geração própria que operam em sistema isolado (UTE Anamã, Anori, Caapiranga e Codajás) com a Amazonas Distribuidora.

NOTA 9 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Companhia aplica suas disponibilidades no tipo de investimento denominado "Extra Mercado". Essa aplicação é um fundo de investimento em renda fixa de liquidez imediata, constituído sob a forma de condomínio aberto e com prazo de duração indeterminado, que tem por objetivo proporcionar a rentabilidade de suas cotas, através da diversificação dos ativos que compõem sua carteira em ativos e modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo é de R$ 25.314 (R$ 77.693 em 31 de dezembro de 2016).

NOTA 10 - CLIENTES

Os créditos decorrentes da venda de energia elétrica apresentam o seguinte perfil:

	2017				2016
	Vincendos	Vencidos		Total	Total
	Até 90 dias	Há mais de 91 dias			
Revendedores - AmD (a) (Nota 35)	89.708	71.031	653	161.392	74.218
Comercialização CCEE - AmD (b) (Nota 35)	-	-	93.164	93.164	85.508
Receita Anual Permitida - RAP	20.631	7.246	533	28.410	-
Comercialização CCEE (c)	198.234	-	-	198.234	40.280
	308.573	78.277	94.350	481.200	200.006

a) O montante de R$ 161.392 a receber da Amazonas Energia refere-se ao faturamento dos contratos de compra e venda de energia - CCVE (nota 35).

b) O montante de R$ 93.164 a receber da Amazonas Energia refere-se à aquisição de energia que a Companhia efetuou no mercado de curto prazo, nos períodos de abril a dezembro/2016 e janeiro a março/2017, em função do corte no fornecimento de gás natural na usina de Aparecida. Com a disponibilidade no ponto de entrega da energia contratada, a Amazonas Energia tem a obrigação contratual de efetuar o pagamento do preço de venda.

c) Refere-se à contabilização apresentada no mercado de curto prazo, apurada em conformidade com os valores do Relatório Sumário (Relatório SUM), disponibilizado pela CCEE. Deste montante, R$ 181.618 refere-se aos valores apurados no SUM de novembro e dezembro/17.

NOTA 11 - REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO - GSF

A Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, estabelece as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica aos agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. A referida Lei prevê que o risco hidrológico pode ser repactuado, desde que haja anuência da ANEEL, e com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2015.

A ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, estabeleceu os critérios e as demais condições para a repactuação.

As regras da repactuação estabelecem opções de escolha do nível de risco hidrológico a ser assumido pelos geradores que, em contrapartida, assumem o compromisso de pagar um prêmio de risco definido pela ANEEL ao longo do prazo do contrato de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulado - ACR. Com base no novo patamar de risco definido nos termos da repactuação, o GSF correspondente ao ano de 2015 foi recalculado, resultando em um montante que será compensando com os prêmios de risco calculados pela Companhia.

Por conseguinte, conforme determinado na legislação, a Companhia renunciou ao direito de discutir na via administrativa, arbitral e judicial a isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos, exceto no que tange a cobranças por parte da CCEE de valores relativos às decisões judiciais concedidas em ações das quais a Companhia não faça parte.

A Companhia celebrou o Termo de Repactuação do Risco Hidrológico no ACR nº 132/2016, com base na anuência da ANEEL por meio do Despacho nº 240/2016, referente à UHE Balbina, optando pelo produto SP100, no montante de 126,36214 MW médios. Importante ressaltar que a UHE Balbina ingressou no MRE a partir do dia 1º de maio de 2015, perfazendo 8 meses de operação durante o ano de 2015. Nessa condição, a Companhia faz jus a 2/3 do total repactuado (126,36214 MWmed), resultando no montante de 84,24143 MW médios, sendo este o valor base para efeito de ressarcimento do ativo constituído em 2015.

Tabela 1 - Montante de energia a ser elegível

USINA	Rateio de Perdas	GF	Montante solicitado	F_PDI_GF	RB	Montante Autorizado	Montante Ressarcimento de 2015
Balbina	sim	130,3	130,3155	0,97780325	0,9768	126,36214	84,24143

GF = Garantia Física

F_PDI_GF = Perdas Internas

RB = Rede Básica

A mensuração dos valores contabilizados em 2015 foi em decorrência da repactuação do risco hidrológico, referente aos contratos firmados no Ambiente de Contratação Regulado - ACR.

Considerando o montante de 84,24143 MWmed que equivale à 737.954,93 MWh, multiplicado pelo valor de R$ 33,55 estabelecido no Anexo II da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, a Companhia obterá o montante de R$ 24.928, sendo esse o valor do ativo constituído em 2015 pela Companhia passível de ressarcimento em conformidade com o Termo de Repactuação do Risco Hidrológico no ACR nº 108/2016.

De acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 e após o Despacho ANEEL nº 719/2016, o valor será utilizado por meio da postergação de pagamento de prêmio, amortizando o ativo constituído com a aplicação da taxa de desconto. O saldo de R$ 24.928 registrado em 31 de dezembro de 2015 será compensado em 2 anos e 10 meses (até outubro de 2018), com taxa de desconto de 9,63% estabelecido pelo Regulador. Como o prazo do contrato (CCVEE) referente à UHE Balbina finda em 1º de março de 2027, este empreendimento não incorre na prorrogação do prazo de concessão.

O GSF apresenta o montante de R$ 7.490 em 31 de dezembro de 2017 (R$ 12.495 no ativo circulante e R$ 767 no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2016).

NOTA 12 - ESTOQUES

	2017	2016
Materiais de manutenção e de uso e consumo	5.005	2.094
Combustível	1.732	1.793
Compras em curso	1.106	1.503

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600173

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Destinados a alienação	801	-
Adiantamentos a fornecedores	1.025	1.025
	9.669	6.415

NOTA 13 - OUTRAS CONTAS A RECEBER

	2017	2016
Circulante		
Empregados	2.438	1.101
Serviços, alienações e dispêndios a reembolsar e em curso	3.485	2.794
Outros devedores	108	577
Despesas pagas antecipadamente	1.028	2.309
	7.059	6.781
Não circulante		
El Paso Rio Negro (a)	9.071	9.071
	9.071	9.071

(a) Refere-se à cobrança da El Paso Rio Negro Energia, transferido via acervo líquido da Amazonas Energia, e que será liquidado quando da execução do processo contra a Eletrobras.

NOTA 14 - ATIVO FINANCEIRO

A partir de junho de 2017 a Companhia registrou os valores da Receita Anual Permitida - RAP e, por conseguinte, houve a transferência dos valores de transmissão (antes registrados como Imobilizado) para a rubrica do ativo financeiro.

Abaixo segue o quadro com a movimentação no exercício:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 01/01/2017	-	-
Adições (a)	193.499	6.482
Transferências (b)	67.204	160.314
Atualizações (c)	-	23.855
Baixas (d)	(122.411)	-
Impairment (e)	-	(45.021)
Saldo em 31/12/2017	138.292	145.630

a) Conforme Nota técnica n° 188/2017 da Superintendência de Gestão Tarifária - SGT, de 23 de junho de 2017, foram apurados valores retroativos a partir de novembro de 2013, no montante de R$ 193.499, o qual será recebido em doze parcelas, portanto, foi registrado no ativo financeiro no ativo circulante.

b) Na apuração da RAP Ciclo 2017-2018, conforme a Nota Técnica ANEEL n° 183/2017-SGT, de 22 de junho de 2017, foi considerado o montante de R$ 227.175. Com a movimentação de junho a dezembro, de R$ 343, o saldo em 31 de dezembro passou para R$ 227.518, sendo R$ 67.204 classificado no ativo circulante, por ser a RAP corrente que será recebida em doze parcelas, e o restante, no montante de R$ 160.314, foi classificado no ativo não circulante.

c) Deve-se a remuneração do ativo financeiro, lançada em contrapartida com a receita operacional.

d) Refere-se à amortização da RAP. Parte da amortização é referente à RAP retroativa, conforme já mencionado no item "a" acima. À medida que o faturamento mensal é realizado, a Companhia amortiza 1/12 avos do montante de R$ 193.499, que resulta em um valor fixo mensal de R$ 16.125. A outra parte da amortização refere-se à RAP corrente, a qual é calculada conforme orientações do OCPC05 - Contratos de Concessão, separando-se a receita financeira e de O&M (fluxo de caixa), considerando as adições e baixas do período, valor residual e o prazo do contrato de concessão da transmissão.

e) O montante de R$ 45.021 refere-se ao saldo da provisão para redução ao valor recuperável (impairment) constituída em 31 de dezembro de 2016. Em 30 de setembro de 2017, a Companhia efetuou a revisão das premissas do cálculo do fluxo de caixa futuro e apurou uma reversão de R$ 60.358.

Impostos diferidos passivos

Decorrente do registro da RAP retroativa, a Companhia registrou, em 30 de junho de 2017, impostos diferidos passivos no montante de R$ 65.790, sendo sua contrapartida registrada no resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia compensou R$ 32.895, correspondente ao período de seis meses, conforme demonstrado na tabela abaixo.

	IR diferido	CSLL diferida	Total
Saldo em 30/06/2017	48.375	17.415	65.790
Compensação	(24.188)	(8.707)	(32.895)
Saldo em 31/12/2017	24.187	8.708	32.895

NOTA 15 - IMOBILIZADO

	2017			2016	Taxas de depreciação (% a.a)
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	
EM SERVIÇO					
Reservatórios, barragens e adutoras	741.385	(511.680)	229.705	245.378	2,11%
Edificações, obras civis e benfeitorias	496.732	(454.479)	42.253	54.205	2,77%
Máquinas e equipamentos	875.744	(564.112)	311.632	384.771	3,36%
Veículos	3.160	(3.105)	55	128	14,18%
Móveis e utensílios	5.776	(5.045)	731	813	6,25%
Terrenos	41.592	-	41.592	41.592	
(-) Obrigações especiais	(97.897)	11.565	(86.332)	(88.767)	3,10%
(-) Provisão com risco de compliance	(67.166)	-	(67.166)	(67.166)	
(-) Provisão para impairment	(2.255)	-	(2.255)	(105.379)	
	1.997.071	(1.526.856)	470.215	465.575	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600174

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EM CURSO				
Edificações, obras civis e benfeitorias	17.463	-	17.463	106.620
Máquinas e equipamentos	1.290.689	-	1.290.689	1.218.266
Móveis e utensílios	1.049	-	1.049	278
Terrenos	-	-	-	14.232
Outros	167.561	-	167.561	181.188
(-) Obrigações especiais	(3.346)	-	(3.346)	(3.346)
	1.473.416	-	1.473.416	1.517.238
TOTAL	3.470.487	(1.526.856)	1.943.631	1.982.813

A movimentação do grupo de imobilizado está demonstrada abaixo:

		Adições				
	Saldo em 01/01/2017	Sem efeito caixa	Com efeito caixa	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 31/12/2017
Geração/Transmissão						
Em serviço	2.376.080	-	-	-	(231.637)	2.144.443
Depreciação acumulada	(1.652.188)	(58.906)	-	-	190.146	(1.520.948)
Em curso	1.519.434	4.189	136.684	(2.116)	(185.598)	1.472.593
Impairment (b)	(105.379)	(2.255)	-	-	105.379	(2.255)
Provisão com risco de compliance (Nota 34)	(67.166)	-	-	-	-	(67.166)
Obrigações especiais (a)	(95.765)	-	-	-	(5.478)	(101.243)
Depreciação acumulada (Obrigações especiais)	3.653	2.434	-	-	5.478	11.565
	1.978.669	(54.538)	136.684	(2.116)	(121.710)	1.936.989
Administração						
Em serviço	19.945	-	-	-	-	19.945
Depreciação acumulada	(16.951)	(532)	-	-	-	(17.474)
Em curso	1.150	1.958	1.492	-	(429)	4.171
	4.144	1.435	1.492	-	(429)	6.642
	1.982.813	(53.103)	138.176	(2.116)	(122.139)	1.943.631

		Adições				
	Saldo em 01/01/2017	Sem efeito caixa	Com efeito caixa	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2017
Geração/Transmissão						
Em serviço	2.376.080	-	-	-	-	2.376.080
Depreciação acumulada	(1.587.173)	(65.015)	-	-	-	(1.652.188)
Em curso	1.334.381	185.053	-	-	-	1.519.434
Impairment	(191.188)	85.809	-	-	-	(105.379)
Provisão com risco de compliance	-	(67.166)	-	-	-	(67.166)
Obrigações especiais	(95.765)	-	-	-	-	(95.765)
Depreciação acumulada (Obrigações especiais)	1.218	2.435	-	-	-	3.653
	1.837.553	141.116	-	-	-	1.978.669
Administração						
Em serviço	19.945	-	-	-	-	19.945
Depreciação acumulada	(16.285)	(666)	-	-	-	(16.951)
Em curso	910	240	-	-	-	1.150
	4.570	(426)	-	-	-	4.144
	1.842.123	140.690	-	-	-	1.982.813

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600175

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Transferências - Ativo financeiro e imobilizado

O saldo de transferências relaciona-se com o Imobilizado para o Ativo financeiro. Em 30 de junho de 2017, quando visualizadas no conjunto dos grupos (Ativo financeiro e Imobilizado), conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Em serviço				Em curso	
	Valor histórico	Depreciação	Provisão para impairment	Valor líquido	Valor histórico	Total
Ativo financeiro	231.637	(190.146)	(105.379)	(63.888)	186.027	122.139
Imobilizado	(231.637)	190.146	105.379	63.888	(186.027)	(122.139)

Obrigações especiais - Vinculadas à concessão do serviço público

O montante líquido de R$ 89.678, representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

NOTA 16 - ANÁLISE DO VALOR DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS NÃO FINANCEIRO

Em 2017, considerando a necessidade de otimizar os recursos disponíveis nas Usinas, a Administração estabeleceu como Unidade Geradora de Caixa - UGC para efeito de teste de impairment, cada uma das seguintes unidades:

- UHE - Balbina;
- UTE - Aparecida Complexo: Plantas com contrato de CCVE (Blocos 7, 8, 9 e 10 e Unidades a Óleo 5 e 6 auxiliando a usina como Black Start - dispositivo de retorno do sistema, utilizado para o caso de interrupções de energia na unidade);
- UTE - Mauá Complexo: Planta com contrato de CCVE (Bloco 3 e Demais Blocos 1, 4 e Electron); e
- STE - Sistema de Transmissão.

Optou-se por tratar as unidades no conceito de complexos, na busca de melhor desempenho e mobilidade dos custos a eles associados. Portanto, as Unidades Geradoras de Caixa - UGC testadas em 2017 foram as mesmas do exercício anterior. A Companhia também efetuou o teste de impairment para o ativo referente à Nova UTE Mauá 3, a exemplo do ano de 2016.

Com base nos testes realizados, os valores dos resultados apurados demonstram que o fluxo de caixa descontado acumulado (VP dos Ativos) da AmGT, supera o valor do Ativo testado em todas as usinas, com exceção de:

Atividade de transmissão, necessidade de ajuste por perda de valor recuperável (impairment), de R$ 45.021; e

UTE Mauá Complexo, há indicativo de impairment, no valor de R$ 2.255 em função da interrupção do contrato de CCVE da UTE Mauá Bloco 3.

No exercício de 2016, a Companhia registrou um impairment de R$ 105.379 da atividade de transmissão; portanto, houve uma reversão de R$ 58.103, sendo este impacto positivo no resultado de 2017:

	Saldo em 01/01/2017	(Constituição)/ Reversão	Saldo em 31/12/2017
Transmissão (Ativo financeiro)	(105.379)	60.358	(45.021)
UTE Mauá Complexo (Imobilizado)	-	(2.255)	(2.255)
	(105.379)	58.103	(47.276)

As principais premissas utilizadas na elaboração do teste de recuperabilidade foram:

I. DRE / BALANÇO: Base de 30 de setembro de 2017;

II. Período:

a) UTE Complexo Mauá: outubro de 2017 a março 2018;

b) UHE Balbina: janeiro de 2017 a fevereiro 2027;

c) UTE Complexo Aparecida: outubro de 2017 a junho 2020;

d) STE - Sistema de Transmissão: outubro de 2017 a fevereiro 2027;

e) UTE Mauá 3: outubro de 2017 a dezembro 2043.

III. Valores Reais e Taxa de Desconto: Não se considerou o efeito inflacionário nas projeções. A Taxa de Desconto utilizado foi o WACC atualizado pela Eletrobras, conforme Nota Técnica 004/2017 de 27 de setembro de 2017;

IV. Preço de Venda de Energia - Usinas (Blocos) com CCVEE - Conforme contrato entre a AmD e a AmGT, cujas condições foram homologadas por meio da Resolução Autorizativa nº 4.836/2014, de 16/09/2014;

V. Vendas Brutas: A receita foi obtida através da aplicação do valor do contrato de CCVEE de cada usina (Bloco), multiplicado pela respectiva energia. Para os ativos de Transmissão considerou-se a RAP, inclusive a parte retroativa;

VI. Demais Receitas: Considerou-se a receita do ESS conforme PNG 2017-2021;

VII. Energia Contratada: UHE Balbina - 132,30 MW; UTE Aparecida - 150 MW e UTE Mauá - 100 MW;

VIII. Preço de Venda de Energia: UHE Balbina - 300,88 R$/MWh; UTE Aparecida - 125,14 R$/MWh e UTE Mauá Bloco 3 - 108,07 R$/MWh (Data base de dezembro de 2016);

IX. Deduções da Receita: Considerou-se uma taxa de 35,25% constante nos contratos CCVEE, sendo ICMS (25%), COFINS (7,6%), PIS (1,65%) e do P&D (1%);

X. Combustível: O gás utilizado nas usinas do Complexo Aparecida e Mauá é de responsabilidade da AmD, mas foi considerado o combustível gasoso a ser utilizado pela UTE Mauá 3;

XI. PMSO: Foi considerado o valor contábil de cada Unidade Geradora de Caixa - UGC realizado até setembro 2017. Para o ano de 2017 considerou-se a média do valor realizado até setembro de 2017. O pessoal das plantas desativadas foram direcionados para a nova UTE - Complexo Mauá.

XII. Rateio do Pessoal das Plantas Desativadas: Para o rateio do pessoal das plantas desativadas, considerou-se a capacidade de absorção das usinas, bem como as atividades correlatas, de forma a evitar possíveis desvios de função. Assim, o pessoal da UTE - Mauá Bloco 1 e Electron foram direcionados para a Nova UTE - Mauá 3. Em 2020, com a desativação da UTE Complexo Aparecida e da UTE Complexo Mauá o pessoal foi direcionado para a nova UTE - Complexo Mauá, sendo a mesma metodologia aplicada em fevereiro de 2027 quando sai a UHE - Balbina e o pessoal do Sistema de Transmissão;

XIII. Programa de Aposentadoria Extraordinária - PAE: Está prevista a adesão da AmGT ao PAE, para adequação do quadro de pessoal, no entanto, os custos e os benefícios esperados não foram inseridos;

XIV. Programa de Incentivo à Demissão - PID: No PNG 2018-2022 foi previsto que a AmGT aderisse ao PID, referente à adequação do quadro de pessoal. Nesse teste, os custos e os benefícios esperados não foram absorvidos;

XV. Encargos: Foram considerados os encargos registrados na contabilidade;

XVI. Ativos Testados: Testou-se todos os ativos de geração e transmissão com base em 30 de setembro de 2017;

XVII. Recuperação de Despesas: Foram capturadas no histórico do custo de geração;

XVIII. Depreciação: Considerou-se a depreciação na data de 30 de setembro de 2017;

XIX. Provisões e Reversões: Não foram consideradas para o cálculo;

XX. Resultado financeiro: Por se tratar de rubricas que não contribuem para o cálculo do impairment estas foram desconsideradas;

XXI. Valor residual: Os testes consideraram os valores não depreciados ao final do fluxo como um valor residual para as usinas testadas sendo que na transmissão considerou-se o investimento em reforço não depreciado; e

XXII. Repactuação do Risco Hidrológico: Considerou-se o impacto de R$ 88,8 milhões, a partir de outubro 2018 até 2027, conforme Nota Técnica PCE 01/2016 - Repactuação do Risco Hidrológico pelos agentes participantes do MRE - UHE Balbina, de 05.01.2016.

XXIII. Nova Usina UTE Mauá 3

A AmGT detém o projeto da construção da Nova UTE Mauá 3, vencedora do 20º Leilão de Energia Nova (A-5), ocorrido em 28 de novembro de 2014. Essa usina ainda está com a turbina à vapor em fase de construção, o que dificulta a elaboração dos testes de impairment dentro das condições habituais recomendadas pelas normas de contabilidade. Diante da relevância do ativo e das dificuldades encontradas, optou-se por apresentar as premissas da Nova UTE Mauá 3 separadas dos demais ativos da Companhia. Sendo assim, as principais premissas foram:

a. Potência Instalada: 583 MW, garantia física de 507,2 MW médios e utiliza o gás natural como combustível;

b. Período de suprimento início em outubro de 2017 a dezembro de 2018, no regime de encargo de serviço de sistema - ESS. A partir de 1º janeiro 2019 a dezembro 2043 nas condições do Leilão;

c. Geração de Energia: A energia considerada em 2017 e 2018 foi de 557.280 kWh e de 3.751.680 kWh, respectivamente (428 MWmédio). Em 2019 a usina começa a gerar a potência contratada no leilão, sendo 484 MWmédio;

d. Receita de Venda: Receita de ESS e leilão conforme definido no PNG 2017-2021;

e. Deduções da receita: Nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR não incide o ICMS, assim, considerou-se apenas a incidência de COFINS (7,6%), PIS (1,65%) e do P&D (1%);

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600176

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

f. Combustível: Para o período de 2017 e 2018, considerou-se o custo do combustível com a parcela de transporte, enquanto que de 2019 em diante expurgou-se a parcela de transporte, conforme preço leilão;

g. PMSO: A partir de 2018 o valor do pessoal das usinas desativadas vai sendo absorvido no Complexo de UTE Mauá. Após a entrada em leilão as rubricas Material, Serviços e Outros se mantêm constantes durante todo o período. Entretanto, os custos com overhaul foram destacados e considerados conforme as programações de manutenção;

h. Encargos: Foram considerados conforme metodologia ANEEL; e

i. Ativo testado: Testou-se o ativo em curso registrado na contabilidade até 30 de setembro de 2017, sendo que os investimentos remanescentes a serem realizados em 2017 e 2018 considerados no fluxo.

NOTA 17 - FORNECEDORES

	2017	2016
Fornecedores de materiais e serviços nacionais (a)	365.458	16.265
Fornecedores de energia elétrica	652	28
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (b)	16.665	16.999
	382.775	33.292

(a) Deste, R$ 277.348 refere-se às locadoras de energia elétrica, principalmente Aggreko e Transbraz; e R$ 48.980 refere-se à Cigás.

(b) Refere-se ao montante devido à CCEE pela compra de energia no Mercado de Curto Prazo - MCP.

NOTA 18 - EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos obtidos da controladora indireta Eletrobras são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação, e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescidos de encargos, juros e variações monetárias incorridos. A garantia dos empréstimos é a vinculação da receita própria da Companhia. As obrigações com empréstimos estão demonstradas a seguir:

Contrato	Encargos financeiros (% a.a.)	2017				2016			
		Circulante	Não circulante		Total	Circulante	Não circulante		Total
		Encargos	Principal		Encargos	Principal			
ECF-2644/07	7,00 + CRC[1]	233	1.883	3.655	5.771	-	1.329	4.985	6.314
ECF-2645/07	7,00 + CRC[1]	120	967	1.877	2.964	-	682	2.559	3.241
ECF-2766/09	7,00 + CRC[1]	1.352	14.173	-	15.525	-	21.259	5.315	26.574
ECF-2777/09	7,00 + CRC[1]	38	222	-	260	-	1.779	-	1.779
ECF-2782/09	7,00 + CRC[1]	-	-	-	-	-	7.871	-	7.871
ECF-2783/09	7,00 + CRC[1]	-	-	-	-	-	762	-	762
ECF-2862/10	7,00 + CRC[1]	121	796	2.247	3.164	-	562	2.809	3.371
ECF-2875/10	7,00 + CRC[1]	77	470	1.492	2.039	-	332	1.824	2.156
ECF-2887/10	7,00 + CRC[1]	31	191	606	828	-	135	741	876
ECF-2891/10	7,00 + CRC[1]	40	243	773	1.056	-	172	945	1.117
ECF-2925/11	7,00 + CRC[1]	19	120	366	505	-	84	450	534
ECF-3023/12	Selic + Spread	-	153.417	-	153.417	-	-	138.442	138.442
ECF-3025/12	Selic + Spread	-	70.172	228.059	298.231	-	-	269.120	269.120
ECF-3060/13	Selic + Spread	-	204.466	-	204.466	-	-	184.508	184.508
ECF-3120/14	Selic + Spread	-	271.502	-	271.502		-	245.001	245.001
ECF-3249/15	CDI	8.231	-	155.918	164.149	13	155.918		155.931
ECF-3251/15	CDI	9.490	-	257.851	267.341	1	11.202	204.132	215.335
ECF-3253/15	CDI	411	-	11.203	11.614	21	53.719	-	53.740
RES-0561/14	CDI	340	25.924	129.622	155.886	-		133.993	133.993
ECF-3265/15	CDI	4.597	-	125.000	129.597	8	100.000	-	100.008
ECF-3293/16	CDI	9.462	-	256.071	265.533	-	42.121	141.681	183.802
ECF-3349/17	9,9 + IPCA	2.388	55.500	-	57.888	-	-	-	-
		36.950	800.046	1.174.740	2.011.736	43	397.927	1.336.505	1.734.475

[1] Comissão de reserva de crédito 1% (um por cento) ao ano, calculada sobre o saldo não desembolsado do crédito.

A composição do principal dos empréstimos no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2017 tem seus vencimentos assim programados.

Vencimentos das parcelas do passivo não circulante

	2017	2016
2018	-	772.629
2019	211.342	199.364
2020	233.733	199.364
2021	233.230	103.021
2022	179.092	39.447
2023	160.612	22.680
Após 2023	156.731	-
	1.174.740	1.336.505

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600177

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Movimentação do saldo de empréstimos

	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Saldo inicial	397.970	1.336.505	817.825	656.220
Empréstimos obtidos	152.767	-	180.334	-
Incorporação de encargos	-	-	(19.136)	19.136
Transferências	543.128	(543.128)	(661.149)	661.149
Repactuação	(381.363)	381.363	-	-
Encargos financeiros provisionados (Nota 31)	248.431	-	247.829	-
Encargos financeiros pagos - AmGT	(93.612)	-	(96.806)	-
Encargos financeiros pagos - AmD (a)	(5.812)	-	(16.422)	-
Amortização de empréstimos - AmD (a)	(24.513)	-	(54.485)	-
Amortização de empréstimos	-	-	(20)	-
Saldo final	836.996	1.174.740	397.970	1.336.505

(a) O total de encargos financeiros e empréstimos amortizados foram pagos pela controladora AmD.
A Companhia realizou repactuação dos empréstimos conforme o resumo demonstrado no quadro abaixo:

	Data de	Amortização(n. parcelas)		Carência		Saldo
Contrato	Repactuação	de	para	de	para	repactuado
ECF 3249/15	31/03/2017	12	72	31/12/2016	28/02/2019	155.918
ECF 3251/15	31/03/2017	48	72	28/02/2017	28/02/2019	257.851
ECF 3253/15	31/03/2017	12	72	31/12/2016	28/02/2019	11.202
ECF 3265/15	31/03/2017	12	72	21/12/2016	28/02/2019	100.000
ECF 3293/16	31/03/2017	48	72	31/01/2017	28/02/2019	183.803

Cláusulas contratuais restritivas
Os contratos de empréstimos da Companhia possuem cláusulas que requerem comprovação integral dos recursos de qualquer parcela no prazo de até 6 (seis) meses, contados a partir da data da liberação do recurso, ou a verificação, pela Eletrobras, da sua aplicação indevida, desde que, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contados da simples comunicação feita pela Eletrobras a Companhia não tenha adotado providência cabível para regularização/normalização da situação. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar na rescisão do contrato e consequente vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2017 não há inadimplência da Companhia em relação a essa cláusula.

NOTA 19 - IMPOSTOS A RECOLHER

	2017	2016
IRPJ a pagar	14.656	18.552
CSLL a pagar	-	2.245
ICMS	13.400	12.771
ISS	975	1.097
PIS/PASEP (a)	44.222	18.374
COFINS (a)	185.897	84.734
Outros	8.171	6.063
	271.540	143.836

(a) O aumento em 2017 refere-se, principalmente, a PIS e COFINS incidentes sobre o registro da RAP Retroativa e Corrente, a partir de junho deste exercício.

NOTA 20 - OBRIGAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Amazonas Energia (a) - Nota 35	49.961	-	29.226	-
Eletronorte	-	-	3.295	-
Eletrobras	4	-	4	-
Provisão EL PASO Rio Negro (b) - Nota 35	-	404.801	-	395.140
Provisão EL PASO Amazonas (b) - Nota 35	-	139.385	-	136.058
	49.965	544.186	32.525	531.198

(a) Em 28 de agosto de 2015 foi firmado o contrato nº 104/OC/2015 referente à prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicações, pelo prazo de 18 meses, sendo prorrogado por mais doze meses, cujo prazo encerra-se em 28 de fevereiro de 2018. O saldo de R$ 49.961, refere-se à dívida da Companhia com a AmD pelas Ordens de Reembolso - ODR, dos exercícios de 2016 e 2017 referente a diversos gastos operacionais, incluindo este contrato de serviços de tecnologia da informação e comunicações.
(b) O montante de R$ 544.186 refere-se aos processos da EL PASO Rio Negro e Amazonas impetrados contra a Eletrobras por ser a garantidora dos contratos firmados entre AmD e EL Paso. Ambos os processos são atualizados monetariamente com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo - Especial (IPCA-E).

NOTA 21 - PROVISÕES PARA CAUSAS JUDICIAIS, CAUÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2017			2016		
	Depósitos judiciais		Provisão para causas judiciais	Depósitos judiciais		Provisão para causas judiciais
	Circulante	Não Circulante		Circulante	Não Circulante	
Trabalhista	-	60.850	17.282	-	39.473	12.646

Cíveis (a)	42.398	4.130	2.833	-	3.895	17.690
Tributária	3.466	-	11.268	-	-	11.268
Multas ANEEL (b)	-	38.081	17.915	-	35.232	16.984
Outras	2.470	-	-	2.470	-	-
	48.334	103.061	49.298	2.470	78.600	58.588

(a) O montante de R$ 42.398, classificado no ativo circulante, refere-se aos depósitos judiciais, efetuados para garantia de fornecimento de gás pela Cigás, sendo o saldo baixado a medida em que a Cigás venha a fornecer o gás a Companhia.
(b) O montante de R$ 38.081, classificado no ativo não circulante, refere-se a dois depósitos recursais feitos pela Companhia relativos a multas impetradas pela ANEEL.
Movimentação dos saldos da provisão para causas judiciais

	Saldo em 01.01.2017	Adições	Reversões	Atualizações	Saldo em 31.12.2017
Trabalhistas	12.646	7.843	(4.973)	1.766	17.282
Cíveis	17.690	-	(17.210)	2.353	2.833
Tributária	11.268	-	-	-	11.268
Multas ANEEL	16.984	-	-	931	17.915
	58.588	7.843	(22.183)	5.050	49.298

Outras informações
A Companhia apresenta, a seguir, os processos trabalhistas, cíveis e tributários, cuja avaliação de risco de perda avaliada pelos assessores jurídicos é possível ou remota:

	2017	2016
Trabalhistas (a)	79.320	67.624
Cíveis (b)	195.991	120.362
Tributárias (c)	160.327	202.210
	435.638	390.196

(a) Do montante das causas trabalhistas de risco possível no montante de R$ 79.320, destacam-se: R$ 19.888 referente a vários processos solicitando equiparação salarial; R$ 15.449 referente a processos movidos para pagamento de hora extra e hora intra e inter jornada; R$ 8.893 referente a processos movidos para pagamento de periculosidade e insalubridade; R$ 9.429 referente a vários processos solicitando progressão salarial baseado em Portaria Administrativa; R$ 6.383 referente a vários processos de colaboradores terceirizados relacionados a supostos descumprimentos de obrigações patronais.
(b) Do montante das causas cíveis de risco possível no montante de R$ 195.991, destacam-se: R$ 88.495 referente à ação indenizatória em função das terras alagadas pelo lago da hidrelétrica de Balbina; R$ 52.609 referente à discussão de cláusulas contratuais com construtora referente a elaboração do projeto de implantação da UTE Mauá 3; R$ 22.332, R$ 11.649 e R$ 8.214 referente à ação anulatória para desconstituir a penalidade aplicada respectivamente nos Autos de Infração nº 111/2012, 1009/2011 e 013/2013.
(c) Refere-se a processos de tributos federais e estaduais que se encontram na esfera judicial. Do montante das causas tributárias de risco possível no montante de R$ 160.327 destaca-se o processo 0207794-88.2009.8.04.0001 no valor de R$ 158.180 impetrado contra a Companhia pela El Paso Amazonas Energia Ltda. referente à execução fiscal proposta para cobrança dos créditos tributários objetos dos autos de infração nº 502.330, 502.344, 502.345 e 502.346, lavrados para cobrança de ICMS sobre o suposto fornecimento de energia elétrica no período de outubro de 1999 a junho de 2001, pago por meio de recibos, a título de disponibilidade contratual de equipamentos.
NOTA 22 - CAPITAL SOCIAL
O capital social, em 31 de dezembro de 2017, totalmente integralizado, está distribuído conforme demonstrativo abaixo:

Acionista	2017	Quantidade	%
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	436.750	436.750.000	100,00%

Todas as ações são ordinárias nominativas, sem valor nominal.
NOTA 23 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2017	2016
Receita operacional bruta		
Geração		
Suprimento de energia elétrica	559.188	567.736
Transmissão		
Receita de operação e manutenção	524	-
Receita de construção	6.826	-
Remuneração do ativo financeiro (a)	217.838	-
	784.376	567.736
Deduções		
ICMS	(139.797)	(151.295)
PIS	(12.859)	(9.368)
COFINS	(59.231)	(43.148)
Encargos setoriais	(17.995)	(12.973)
	(229.882)	(216.784)
Receita operacional líquida	554.494	350.952

(a) Refere-se ao somatório da RAP retroativa de R$ 193.499, somada à RAP corrente acumulada até o 4º trimestre de 2017, no montante de R$ 24.339. A Companhia tem direito ao recebimento da RAP desde 1° de novembro de 2013, dessa forma, o valor da RAP retroativa, a preços de junho de 2017, referente ao período de 1º de novembro de 2013 a 14 de dezembro de 2016 foi incluído na parcela de ajuste e o valor que a transmissora faz jus referente ao período de 15/12/2016 a 31/05/2017 foi considerado no cálculo da parcela de ajuste (apuração). Tal embasamento para o registro neste exercício está de acordo com as Notas Técnicas ANEEL n° 183/2017-SGT, de 22 de junho de 2017 e n° 188/2017-SGT, de 23 de junho de /2017, sendo apurados valores retroativos a partir de novembro de 2013, direitos de remunerar os ativos, que desde novembro de 2013 não recebiam remuneração.
NOTA 24 - PESSOAL, MATERIAL E SERVIÇOS DE TERCEIROS

	2017	2016
Pessoal	(105.380)	(106.177)
Material	(31.066)	(8.296)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600179

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Serviços de terceiros	(42.027)	(16.153)
	(178.473)	(130.626)

NOTA 25 - COMBUSTÍVEL PARA PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

O saldo de R$ 140.077 refere-se ao consumo de combustível gás natural do período de setembro à dezembro de 2017, da usina de Mauá 3.

NOTA 26 - RECUPERAÇÃO DE DESPESAS - ESS

Referente ao ressarcimento do Encargo de Serviço do Sistema - ESS, realizado de acordo com o calendário da Liquidação Financeira da CCEE. O saldo em 2017, de R$ 844.364, está maior que o exercício anterior (R$ 391.386 em 2016), pois não teve movimentação no 4º trimestre de 2016, uma vez que não houve faturamento pelas locadoras, devido aos contratos estarem encerrados, não havendo assim, valores a serem reembolsados via ESS.

NOTA 27 - ARRENDAMENTOS E ALUGUÉIS

	2017	2016
Grupos geradores (a)	(697.694)	(420.921)
Outros bens	(58)	(234)
PIS Lei nº 10.833/03	1.677	1.413
COFINS Lei nº 10.833/03	13.700	6.762
	(682.375)	(412.980)

(a) Referente as despesas de locação de acordo com os contratos firmados com os geradores Aggreko e Transbraz, conforme disposto na Portaria MME nº 015/2016.

NOTA 28 - OUTRAS RECEITAS (CUSTOS), LÍQUIDOS

	2017	2016
Seguros	(17.198)	(13.442)
Tributos	(2.767)	(1.022)
Recuperação de despesas (a)	490	49.122
Indenizações judiciais trabalhistas	(8.219)	(11.489)
Outros custos	(3.882)	(8.841)
	(31.576)	14.328

Em 2016, o montante de R$ 49.122 se referia à baixa de ODR dos valores registrados em despesa e não reconhecidos pela Companhia, após o acerto do encontro de contas com a AmD. Em 2017, isto não ocorreu.

NOTA 29 - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2017	2016
Pessoal	(27.424)	(23.792)
Administradores	(831)	(297)
Material	(588)	(82)
Serviço de terceiros	(12.996)	(16.240)
Depreciação	(523)	(666)
Aluguéis	(1.967)	(1.661)
Taxa de fiscalização	-	(28)
Provisão (reversão) para contingências	14.340	(3.906)
Provisões diversas	-	(2.948)
Ajustes de inventário nos estoque	-	(17.196)
Outros	(2.724)	(2.997)
	(32.713)	(69.813)

NOTA 30 - OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	2017	2016
Estorno da provisão para impairment (nota 15)	58.103	85.809
Outras despesas	(5)	(12)
	58.098	85.797

NOTA 31 - RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2017	2016
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.652	15.485
Juros e multas	8.805	7.981
Ganhos de avaliação atuarial	754	294
Atualização monetária (a)	16.121	13.008
Atualização monetária - encontro de contas	-	56.046
Diversas receitas financeiras	2.464	31
PIS e COFINS sobre as receitas financeiras	(873)	(1.045)
	30.923	91.800
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas (b)	(248.431)	(247.829)
Juros e Multas	(28.250)	(24.074)
Atualização monetária (c)	(18.987)	(46.599)
Atualização monetária - encontro de contas	-	(54.085)
Perdas de avaliação atuarial	(359)	(222)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600180

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Diversas despesas financeiras	(2.511)	(10)
	(298.538)	(372.819)
	(267.615)	(281.019)

(a) Do montante acumulado em 31 de dezembro de 2017, R$ 9.525 refere-se à atualização monetária dos depósitos judiciais e R$ 6.564 refere-se à atualização monetária do GSF.
(b) Refere-se a encargos de dívidas dos empréstimos, face a novos contratos realizados e liberações ocorridas em 2017, vide Nota 18.
(c) Do montante acumulado em 31 de dezembro de 2017, R$ 12.989 refere-se à atualização monetária do processo da EL PASO Rio Negro e EL PASO Amazonas. Houve redução, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, em função da diminuição do índice utilizado para a atualização (IPCA acumulado 2016 = 6,28%; acumulado 2017 = 2,94%).

NOTA 32 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2017	2016
IRPJ	(3.475)	(27.766)
CSLL	(1.215)	(10.092)
	(4.690)	(37.858)

NOTA 33 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

GESTÃO DO RISCO DE CAPITAL

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.
A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo atividades de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a hierarquia para mensurar o valor justo de seus instrumentos financeiros, conforme segue:

	Nota	2017 Valor contábil/ Valor justo	2016 Valor contábil/ Valor justo
Ativos financeiros			
Empréstimos e recebíveis			
Clientes	10	208.760	40.280
Contas a receber de partes relacionadas	10	275.384	162.319
Ativo financeiro	14	283.922	-
Outras contas a receber		4.114	4.187
Mensurados ao valor justo por meio do resultado			
Títulos e valores mobiliários	9	25.314	77.693
Passivos financeiros			
Mensurados ao custo amortizado			
Empréstimos com partes relacionadas	18	2.011.736	1.734.475
Fornecedores	17	382.775	33.292
Obrigações com partes relacionadas	20	594.151	563.723

Ativos financeiros

Estão classificados na categoria empréstimos e recebíveis:
Clientes - São registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização. Os créditos renegociados são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento, pelos seus valores prováveis de realização, similares aos valores justos.
Outras contas a receber - São registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização. Correspondem aos valores de dispêndios a reembolsar em curso, despesas pagas antecipadamente e diversas contas a receber.

Passivos financeiros

Estão classificados na categoria mensurados ao custo amortizado:
Fornecedores - São mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.
Empréstimos - O principal objetivo deste instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os investimentos em projetos de expansão da Companhia, assim como também gerenciar as necessidades de seu fluxo de caixa, promovendo, desta forma, a eficiência operacional e o ajuste econômico-financeiro da concessionária. A Companhia possui contratos de empréstimos captados diretamente da Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras, registrados pelos seus valores contratuais e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis, registrados no passivo circulante e não circulante por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas, com custos subsidiados, em sua maioria atrelados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, ou com taxas pré-fixadas.
Obrigações com partes relacionadas - São mensuradas pelos valores nominais, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo. Corresponde à dívida da Companhia registrados no passivo circulante e não circulante com a AmD referente ao reembolso de despesas registradas por meio de notas de débito e as provisões dos processos El Paso Rio Negro e Amazonas impetrados contra a Eletrobras.

GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.
Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:
Risco de taxa de juros: Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a empréstimos. Este risco é mitigado pelo fato da Companhia concentrar a captação de seus empréstimos com a Eletrobras, a taxas de juros fixas.
Risco de liquidez: É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descompasso de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais. Os eventuais saldos de caixa auferidos pela Companhia, além dos programados para administração do capital circulante, são transferidos para contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos dentro das limitações legais que requer a concessão, com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.
Abaixo, divulgação do quadro que são os fluxos de caixa não descontados contratados:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600181

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	2017			
Passivos financeiros	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos
Mensurados ao custo amortizado				
Empréstimos com partes relacionadas*	836.996	445.075	572.934	156.731
Fornecedores	382.775	-	-	-
Obrigações com partes relacionadas	49.965	-	544.186	-

	2016			
Passivos financeiros	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos
Mensurados ao custo amortizado				
Empréstimos com partes relacionadas*	397.970	772.629	501.749	62.127
Fornecedores	33.292	-	-	-
Obrigações com partes relacionadas	32.525	-	531.198	-

*Dívida divulgada vide nota 1.1 sobre a continuidade operacional da Companhia.

ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Pressupõe-se que os saldos de clientes, e contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	2017	
	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros		
Empréstimos e recebíveis		
Clientes	208.760	-
Contas a receber de partes relacionadas	275.384	-
Ativo financeiro (circulante e não circulante)	-	283.922
Outras contas a receber	4.114	-
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	10.560	-
Títulos e valores mobiliários	25.314	-
Passivos financeiros		
Mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos com partes relacionadas	2.011.736	-
Fornecedores	382.775	-
Obrigações com partes relacionadas	594.151	-

	2016	
	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros		
Empréstimos e recebíveis		
Clientes	40.280	-
Contas a receber de partes relacionadas	162.319	-
Outras contas a receber	4.187	-
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	23.622	-
Títulos e valores mobiliários	77.693	-
Passivos financeiros		
Mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos com partes relacionadas	1.734.475	-
Fornecedores	33.292	-
Obrigações com partes relacionadas	563.723	-

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; e

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

NOTA 34 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

	2017		
	Geração	Transmissão	Total
Receita operacional bruta			
Geração/Transmissão			
Suprimento de energia elétrica	559.188	-	559.188
Receita anual permitida - RAP	-	217.838	217.838
Receita de construção		6.826	6.826
Receita de operação e manutenção	-	524	524
	559.188	225.188	784.376

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600182

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Deduções			
ICMS	(139.797)	-	(139.797)
PIS / PASEP / COFINS	(51.724)	(20.366)	(72.090)
Encargos setoriais	(16.886)	(1.109)	(17.995)
	(191.521)	(20.366)	(211.887)
Receita operacional líquida	350.781	203.713	554.494
Despesas operacionais			
Pessoal	(98.805)	(34.831)	(133.636)
Material	(31.385)	(269)	(31.654)
Serviços de terceiros	(48.708)	(6.315)	(55.023)
Energia comprada para revenda	(283.597)	-	(283.597)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(35.450)	-	(35.450)
Despesa de construção	-	(6.826)	(6.826)
Combustível para produção de EE	(140.077)	-	(140.077)
(-) Recuperação de despesa - ESS	844.364	-	844.364
Depreciação	(53.808)	(3.187)	(56.995)
Provisões operacionais	10.529	59.796	70.325
Aluguéis	(683.888)	(454)	(684.342)
Outras despesas operacionais	(22.066)	(2.464)	(24.530)
	(542.891)	5.450	(537.441)
Resultado operacional	(192.110)	209.163	17.053
Renda de aplicações financeiras	2.557	1.095	3.652
Encargos de dívidas	(194.336)	(54.095)	(248.431)
Atualização monetária líquidas	(10.240)	7.374	(2.866)
Outras receitas financeiras	10.935	215	11.150
Outras despesas financeiras	(25.681)	(5.439)	(31.120)
Resultado financeiro líquido	(216.765)	(50.850)	(267.615)
Resultado antes dos impostos	(408.875)	158.313	(250.562)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(4.690)	-	(4.690)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	-	(32.895)	(32.895)
Resultado do exercício	(413.565)	125.418	(288.147)

	2016		
	Geração	Transmissão	Total
Receita operacional bruta			
Geração/Transmissão			
Suprimento de energia elétrica	567.736	-	567.736
	567.736	-	567.736
Deduções			
ICMS	(151.295)		(151.295)
PIS / PASEP / COFINS	(52.516)		(52.516)
Encargos setoriais	(12.973)		(12.973)
	(203.811)	-	(203.811)
Receita operacional líquida	350.952	-	350.952
Despesas operacionais			
Pessoal	(92.968)	(37.299)	(130.267)
Material	(8.333)	(44)	(8.377)
Serviços de terceiros	(25.818)	(6.575)	(32.393)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(39.243)	-	(39.243)
Despesa de construção	(9.098)	-	(9.098)
Combustível para produção de EE	(132.238)	-	(132.238)
(-) Recuperação de despesa - ESS	391.386	-	391.386
Compensação financeira para utilização de recursos hídricos	(2.966)	-	(2.966)
Depreciação	(56.862)	(6.384)	(63.246)
Provisões operacionais	145.174	(68.896)	76.278
Provisão com riscos de compliance	(67.166)	-	(67.166)
Outras despesas operacionais	(344.221)	11.860	(332.361)
	(242.353)	(107.338)	(349.691)
Resultado operacional	108.599	(107.338)	1.261
Renda de aplicações financeiras	10.839	4.646	15.485
Encargos de dívidas	(247.829)	-	(247.829)
Atualização monetária líquidas	(30.406)	(1.224)	(31.630)
Outras receitas financeiras	7.176	85	7.261
Outras despesas financeiras	(18.762)	(5.544)	(24.306)
Resultado financeiro líquido	(278.982)	(2.037)	(281.019)
Resultado antes dos impostos	(170.383)	(109.375)	(279.758)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600183

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Imposto de renda e contribuição social	(37.858)	-	(37.858)
Resultado do exercício	(208.241)	(109.375)	(317.616)

NOTA 35 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONAIS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo operações de empréstimos, que são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas.

			2017			2016		
Nome da parte relacionada	Natureza da operação	Nota	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Eletrobras	Empréstimos	18	-	2.011.736	(248.431)	-	1.734.475	(247.829)
Eletrobras	Provisão - EL PASO Rio Negro	20	-	404.801	(9.661)	-	395.140	(28.034)
Eletrobras	Provisão - EL PASO Amazonas	20	-	139.385	(3.327)	-	136.058	(9.653)
Eletrobras	Reembolso de Despesas	20	-	4	-	-	4	-
Eletrobras	Empregados cedidos		48	-	-	48	-	-
Eletrobras	RAP	10	22	-	-	-	-	-
Eletronorte	Reembolso de Despesas		-	-	-	-	3.295	-
Eletronorte	Empregados cedidos		59	-	-	5	-	-
Eletronorte	RAP	10	329	-	-	-	-	-
CHESF	Empregados cedidos		114	-	-	69	-	-
CHESF	RAP	10	406	-	-	-	-	-
CEAL	Empregados cedidos		-	-	-	197	-	-
FURNAS	Empregados cedidos		40	-	-	-	-	-
FURNAS	RAP	10	420	-	-	-	-	-
ELETROSUL	RAP	10	16	-	-	-	-	-
CERON	RAP	10	34	-	-	-	-	-
CEPISA	RAP	10	97	-	-	-	-	-
ELETRONUCLEAR	RAP	10	84	-	-	-	-	-
AmD	Reembolso CCEE	10	93.164	-	-	85.508	-	-
AmD	Contratos CCVE	10	161.392	-	559.188	74.217	-	567.736
AmD	Outras contas a receber		2.683	-	-	2.275	-	-
AmD	RAP	10	16.476	-	-	-	-	-
AmD	Reembolso de Despesas	20	-	49.961	-	-	29.226	-
			275.384	2.605.887	297.769	162.319	2.298.198	282.220

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros de Administração e Fiscal e Diretores Executivos. O gasto total com a remuneração no exercício está demonstrado a seguir:

	2017	2016
Remuneração - diretores e conselheiros	(582)	(383)
Encargos sociais	(175)	(127)
Benefícios	(12)	(5)
Outros	(63)	(92)
	(832)	(607)

Maior e Menor Remuneração

De acordo com artigo 1º, "e", da Resolução nº 3, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de 31 de dezembro de 2010, a Companhia divulga no quadro abaixo as informações relativas a maior e menor remuneração, em Reais (R$):

	2017	2016
Menor Remuneração	2.057,28	2.190,99
Maior Remuneração	46.158,32	49,069,71
Média de Remuneração	10.869,14	11.601,94

NOTA 36 - COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Ano		UHE Balbina	UTE Aparecida	UTE Mauá Bloco 3	Total
2019	Volume MWh	1.103.033	1.272.832	863.824	3.239.689
	Preço MWh	0,31	0,13	0,11	0,18
	Total	342.028	164.374	96.334	602.736
2020	Volume MWh	1.106.055	669.545	454.395	2.229.994
	Preço MWh	0,31	0,13	0,11	0,18
	Total	342.966	86.465	50.674	480.105
2021	Volume MWh	1.103.033	-	-	1.103.033
	Preço MWh	0,31	-	-	0,10
	Total	342.028	-	-	342.028
2022	Volume MWh	1.103.033	-	-	1.103.033
	Preço MWh	0,31	-	-	0,10
	Total	342.028	-	-	342.028
2023	Volume MWh	1.103.033	-	-	1.103.033
	Preço MWh	0,31	-	-	0,10

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600184

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	Total	342.028	-	-	342.028
Após 2023	Volume MWh	3.493.441	-	-	3.493.441
	Preço MWh	0,31	-	-	0,10
	Total	1.083.246	-	-	1.083.246
Previsão para encerramento do contrato		01/03/2027	10/07/2020	10/07/2020	

Os contratos de compra e venda de energia são decorrentes do processo de desverticalização da AmD, cujos ativos de geração foram transferidos para a sucessora Companhia. Sendo assim, os contratos OC 87495/13, OC 87499/13 e OC 87497/13 estabeleceram a relação comercial entre as empresas envolvidas contemplando, respectivamente, a UHE Balbina, a UTE Mauá Bloco 3 e UTE Aparecida.

NOTA 37 - BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A Companhia mantém um programa de benefícios complementares aos concedidos Regime Geral da Previdência Social, administrado pela Fundação de Previdência Complementar - PREVINORTE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída e patrocinada pela Companhia e por outras empresas do Sistema Eletrobras, conforme exigências da legislação brasileira.

A Companhia suporta dois diferentes planos, um do tipo Plano BD - Benefício Definido e outro do tipo Plano CD - Contribuição Definida.

Os ativos dos planos CD e BD são mantidos separadamente daqueles da Companhia e são contabilizados e controlados pela PREVINORTE.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente.

a) Plano de Contribuição Definida (CD) - Plano 02-B

Plano individual de poupança previdenciária, no qual o benefício depende do valor das contribuições, do resultado dos investimentos administrados pela PREVINORTE e do tempo de contribuição do Participante. Suas contribuições são provenientes da Companhia e do empregado, descontados da folha de salários. Este plano os seguintes benefícios: complemento da aposentadoria, auxílio no caso de incapacidade para o trabalho e pensão por morte.

Plano em sistema de capitalização, para transformação futura em renda pós-emprego de caráter reversivo. Dessa forma, o benefício a ser concedido será representado pela reversão da poupança acumulada em renda, segundo parâmetros atuariais definidos. Considerada a característica desse plano, o regime é mantido em permanente equilíbrio, com cotizações individuais balizadas pelo valor dos ativos financeiros, não gerando a obrigação pós-emprego.

Em 31 de dezembro de 2017, não houve contribuições feitas pela Companhia, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD. Em 31 de dezembro de 2016 essas contribuições atingiram R$ R$ 2.759.

b) Plano de Benefício Definido (BD) - Plano 02- A

Plano com características de Benefício Definido sob o regime financeiro de capitalização, que tem como fonte de suas contribuições a Companhia e o empregado, sendo tais contribuições calculadas sobre a folha de salários, em conformidade com plano anual de custeio definido pelo atuário responsável.

Este plano está em extinção desde 1º de janeiro de 2000 e, a partir dessa data, não pode receber novos participantes. Adicionalmente, compreende os seguintes benefícios: complementação da aposentadoria, da pensão por morte, do abono anual e garantia de manutenção de direito à renda vitalícia futura para aqueles que se desligarem antes das respectivas aposentadorias, desde que tenham, pelo menos, três anos de efetiva contribuição ao plano.

O perfil populacional dos participantes dos Planos BD está abaixo demonstrado:

DADOS POPULACIONAIS	2017	2016
1. Participantes ativos		
1.1. Participantes - nº	12	12
1.2. Idade Média	56,18	55,18
1.3. Salário Médio em R$	12.670,05	12.272,53
População Total	12	12

37.2. Efeitos dos Plano BD

37.2.1. Hipóteses Atuariais e Econômicas

Hipóteses Econômicas		
	2017	2016
Taxa de juros de desconto atuarial anual (i)	9,71%	10,99%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	5,43%	5,74%
Projeção de aumento médio dos salários	6,14%	7,07%
Projeção de aumento médio dos benefícios	4,06%	4,97%
Taxa média de inflação anual	4,06%	4,97%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	9,71%	10,99%
Hipóteses Demográficas		
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-83 BASIC F	AT-83 BASIC F
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 DES	AT-49 DES 2 anos
Tábua de invalidez	Light Fraca	Light Fraca
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do Plano BD foi de R$ 421 (2016 - R$ 2.173).

(i) Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou à prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de Duration.

37.2.2. Planos de benefícios em 31 de dezembro

O plano de benefício normalmente expõem a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

Risco de investimento	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em títulos públicos crédito de depósitos privados e fundo de investimentos, considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução n° 3.792 do Conselho Monetário Nacional e as suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.
Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Risco de salário	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600185

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A conciliação dos passivos dos planos de benefícios está apresentada a seguir:

Planos de benefícios definidos - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício	2017	2016
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	12.546	11.443
Valor justo dos ativos do plano (-)	(12.444)	(11.201)
Passivo (Ativo) Líquido	102	242
Efeito da restrição sobre o ativo	-	-
Dívida atuarial contratada entre patrocinador e plano	-	-
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	102	242
Custo do serviço corrente líquido	293	293
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	-	-
Despesa/ (Receita) atuarial reconhecida no exercício	293	175

A movimentação do valor presente das obrigações e do valor presente do ativo dos planos de benefícios no exercício corrente estão apresentadas a seguir:

	Plano BD	Plano BD
Descritivo	2017	2016
Alterações nas obrigações		
Valor das obrigações atuariais em no início do exercício	11.443	7.690
Custo de serviços corrente	355	239
Custo de juros	1.236	997
(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração	(487)	2.517
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças premissas demográficas	-	352
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças premissas financeiras	464	1.938
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(951)	227
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	12.546	11.443
Alterações dos ativos financeiros	2017	2016
Valor justo dos ativos no início do exercício	11.201	8.670
Receita de Juros	1.230	1.148
Contribuições patronais	755	294
Contribuições de participantes do plano	67	64
Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração	(808)	1.025
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receita de juros)	(808)	1.025
Valor justo dos ativos no fim do exercício	12.444	11.201

As principais categorias de ativos do plano no final do período de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

Categoria de Ativo	2017	2016
Disponível	0	1
Realizável	329	308
Investimentos em Títulos Públicos	7.936	7.834
Créditos de Depósitos Privados	413	577
Fundos de Investimentos	3.557	1.424
Investimentos em Renda Variável	-	810
Investimentos Imobiliários	160	201
Empréstimos e Financiamentos	321	294
Outros	0	(2)
(-) Exigível Operacional	(25)	(18)
(-) Exigível Contingencial	(0)	-
(-) Exigíveis de Investimentos	-	(227)
(-) Fundo Administrativo	(246)	-
Total dos Ativos Garantidos	12.444	11.202
	30,03%	30,060%

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

37.2.3. Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados	31/12/2017	31/12/2016
Receita (Despesa) do Programa Previdenciário	(627)	(306)

Descritivo	2017	2016
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos no ORA no exercício		
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudancas de premissas demográficas		(352)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudancas de premissas financeiras	(464)	(1.938)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudancas de premissas experiências	951	(227)
Retorno sobre ativos do plano	(808)	1.025
Ajustes a restrições ao ativo de bernefício definido	-	1.131

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600186

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em outros resultados abrangentes	(321)	(361)

37.3. Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

A Companhia espera contribuir com R$ 801 com os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido é de 12,47 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido e benefícios de saúde pós-emprego:

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2017 Programa Previdenciário	442	534	2.189	4.624	7.789
Em 31 de dezembro de 2016 Programa Previdenciário	397	499	2.070	23.387	26.353

37.4. Efeitos da variação de um ponto percentual nas premissas atuariais significativas

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

(a) Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R$ 376 (aumento de R$ 394).

(b) Se a expectativa de vida aumentasse (diminuísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R$ 201 (redução de R$ 209).

NOTA 38 - EVENTOS SUBSEQUENTES

PROCESSO DE DESVERTICALIZAÇÃO

A alternativa encontrada, sob a perspectiva operacional, para concluir o processo de desverticalização dentro do prazo, que termina em 30.04.2018, consiste na Cessão Integral do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural (Contrato OC 1.902/2006) da AmD para a Amazonas GT, situação que cria um rearranjo no modelo de Desverticalização inicialmente proposto, permitindo a alocação do insumo principal para geração de energia, o gás natural, na empresa de geração (AmGT).

Essa decisão de fazer a cessão integral do Contrato de Gás Natural para a Amazonas GT representa fator relevante para o cumprimento de transferir o controle acionário da empresa para a Eletrobras Holding, com o objetivo de concluir o processo de Desverticalização, consequentemente a necessidade de transferir para Amazonas GT:

(i) Os contratos de suprimento de energia n.º OC 1815/2005 (Breitener Tambaqui S.A), OC 1816/2005 (Breitener Jaraqui S.A), OC 1819/2005 (Rio Amazonas Energia S.A), OC 1820/2005 (Companhia Energética Manauara) e OC 1821/2005 (Geradora de Energia do Amazonas S.A), firmados com Produtores Independentes de Energia - PIE, com os seus respectivos direitos e obrigações futuros; e

(ii) As usinas de Codajás, Anori, Anamã e Caapiranga que operam a gás natural do interior do Estado do Amazonas, seus respectivos direitos e obrigações futuros.

A concretização dos itens (i) e (ii) deve acontecer simultaneamente com o seguintes passo:

(a) Formalização de 05 contratos de compra e venda de energia, entre a AmD e a AmGT, visando regular a operação de venda da energia produzida nos contratos de suprimento de energia elétrica para a capital dos PIE;

(b) Adequação dos contratos de compra e venda de energia, já firmados entre a AmD e a AmGT, transferindo a responsabilidade do fornecimento do combustível gás natural para a AmGT.

(c) Formalização dos contratos de compra e venda de energia das 4 usinas de geração própria que operam em sistema isolado (UTE Anamã, Anori, Caapiranga e Codajás) com a Amazonas Distribuidora.

(d) Assunção do compromisso de fornecimento de gás para o PIE Coari, nos termos a serem definidos pela ANEEL.

O prazo de fornecimento de gás natural encerra em novembro de 2030, sendo mantido o subsídio CCC até o seu encerramento.

Com a publicação da Medida Provisória n. 814, de 28 de dezembro de 2017 (MP 814/2017), que altera a Lei n. 12.111, de 09 de dezembro de 2009, houve a concatenação dos prazos de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR relacionados aos empreendimentos termoelétricos da AmGT, que contam com o reembolso da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC aos prazos de outorga da infraestrutura de transporte dutoviário de gás natural.

Ressalta-se que a MP 814/2017 contempla medidas que retiram a onerosidade do contrato do gás, o qual será na sua integridade da AmGT. A retirada da onerosidade do Contrato de Gás (Contrato OC 1.902/2006), bem como o fato da Eletrobras não ter optado em renovar a concessão de distribuição do Contrato n° 020/2001, da AmD, potencializou a ocorrência de dificuldades na negociação com Petrobrás e Cigás, para que houvesse a cessão parcial do Contrato de Gás para a AmGT. Para contornar essas dificuldades, a melhor alternativa encontrada, sob a perspectiva operacional, foi fazer a cessão total do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural (Contrato OC 1.902/2006) da AmD para a AmGT, situação que criou um rearranjo no modelo de desverticalização inicialmente proposto, permitindo a alocação do principal insumo para geração de energia, o gás natural, na empresa de geração (AmGT).

Com a decisão da Eletrobras de desestatizar a AmD, nos termos aprovados pela Resolução do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República CPPI n. 020/2017, e as deliberações da 170ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de acionistas da Eletrobras, realizada no dia 08 de fevereiro de 2018, foi dada a permissão de que as dívidas da AmD fossem assumidas pela Eletrobras. Portanto, a concretização do processo de desverticalização, também, passou a ser um fator fundamental para permitir o sucesso do processo de desestatização da AmD.

O processo de transferência da integralidade das ações da AmGT para a Eletrobras permitiu o abatimento das dívidas da AmD. Para tanto, a AmD procedeu à celebração de um Instrumento Particular de Dação em Pagamento e Outras Avenças, por meio do qual a AmD entregou para a Eletrobras a totalidade das ações detidas na AmGT em pagamento de débitos detidos junto à Eletrobras, ficando a AmGT com a cessão integral dos compromissos financeiros futuros do contrato de gás, sem carregar quaisquer passivos do referido Contrato de Gás.

Administração da Companhia

WADY CHARONE JÚNIOR
Diretor-Presidente

ADRIANO MARCOS YIDA
Diretor Administrativo-Financeiro

VLADIMIR FREITAS PAIXÃO E SILVA
Diretor de Produção

MARIA SUELY DA SILVA OLIVEIRA
Contadora - CRC - AM 009492/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A.
Manaus - AM

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante sobre a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa n° 1.1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia vem apresentando prejuízos recorrentes e, em 31 de dezembro de 2017, apresenta patrimônio líquido (passivo a

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600187

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

descoberto) no montante de R$ 446.539 mil, prejuízos acumulados no montante de R$ 881.603 mil e excesso de passivo circulante em relação ao ativo circulante em R$ 852.243 mil. Conforme descrito na nota explicativa nº 1.1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase - Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos - Laja jato

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 7.v às demonstrações financeiras, para o fato de que o valor correspondente relativo ao prejuízo da Companhia em 31 de dezembro de 2016 foi aumentado em R$ 67.166 mil, como resultado da baixa de custos previamente capitalizados em excesso em exercícios anteriores, representando os valores estimados relacionados com atividades ilícitas que a Companhia capitalizou em excesso na aquisição de imobilizado. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às sociedades anônimas de capital fechado, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Manaus (AM), 21 de março de 2018

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES
CRC SP-014428/O-6 F-AM

LUCIANO MEDEIROS
Contador CRC SP-138148/O-3 T-AM

DANILO SIMAN SIMÕES
Contador CRC 1MG058180/O-2 T-SP

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - Amazonas GT, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras, complementadas pelas Notas Explicativas, e tomou conhecimento do Relatório de Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2017. Com base na avaliação efetuada, considerando as práticas contábeis adotadas pela companhia, assim como o Parecer da KPMG Auditores Independentes, de 21/03/2018, o Conselho Fiscal opina que os documentos apresentados estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Brasília (DF), 23 de março de 2018.

MANOEL LUIZ DOS SANTOS FERNANDES
Presidente do Conselho Fiscal

DARIO SPEGIORIN SILVEIRA
Membro Titular do Conselho Fiscal

ANDRÉ LUIZ AMARAL DOS SANTOS
Membro Titular do Conselho Fiscal

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR GERAL
RELAÇÃO Nº 21/2018/MT

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

2755/2018-866.713/2016-JOSE MURA JUNIOR-
2756/2018-866.772/2016-COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO MINERAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO LTDA-
2757/2018-866.742/2017-NELSON JOSE BOTON-
2758/2018-867.021/2017-AGNO DANTAS CAMPOS-
2759/2018-867.062/2017-ELIONEL LEMES DE MORAES-
2760/2018-867.069/2017-JOSÉ SAMPAIO LEITE-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

2761/2018-866.707/2016-MINERAÇÃO APOENA S A-
2762/2018-866.711/2016-MINERAÇÃO APOENA S A-
2763/2018-866.769/2016-COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO MINERAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO LTDA-
2764/2018-866.351/2017-MINERAÇÃO APOENA S A-
2765/2018-866.352/2017-MINERAÇÃO APOENA S A-
2766/2018-866.353/2017-MINERAÇÃO APOENA S A-
2767/2018-866.446/2017-ANTONIO AGNALDO DO NASCIMENTO-
2768/2018-866.788/2017-MINAS MATO GROSSO CONSTRUTORA LTDA ME-
2769/2018-867.022/2017-B.P.BATTAGLINI MINERAÇÃO EIRELI-
2770/2018-867.023/2017-B.P.BATTAGLINI MINERAÇÃO EIRELI-
2771/2018-867.060/2017-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE-
2772/2018-867.078/2017-DAVOS COMERCIAL E EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA-
2773/2018-867.085/2017-MONT BLANC MINERAÇÃO LTDA-
2774/2018-867.090/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
2775/2018-867.093/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
2776/2018-867.094/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
2777/2018-867.095/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
2778/2018-867.096/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
2779/2018-867.097/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
2780/2018-867.098/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
2781/2018-867.099/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
2782/2018-867.100/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
2783/2018-867.102/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
2784/2018-867.103/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
2785/2018-867.104/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
2786/2018-867.105/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
2787/2018-867.106/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
2788/2018-867.107/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
2789/2018-867.108/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
2790/2018-867.182/2017-A R WEBER ME-
2791/2018-867.183/2017-GDMBRASIL GEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA-
2792/2018-867.362/2017-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE-
2793/2018-867.363/2017-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE-
2794/2018-867.364/2017-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE-
2795/2018-867.365/2017-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE-
2796/2018-867.366/2017-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE-
2797/2018-867.367/2017-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE-
2798/2018-867.368/2017-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR GERAL
RELAÇÃO Nº45/2018/TO

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

2799/2018-864.334/2015-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA-
2800/2018-864.103/2016-JOAQUIM FLORÊNCIO VIANA-
2801/2018-864.181/2017-TRAÇADAL AGROPECUARIA LTDA.-
2802/2018-864.182/2017-TRAÇADAL AGROPECUARIA LTDA.-
2803/2018-864.257/2017-AREIAS TOCANTINS LTDA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

2804/2018-864.218/2015-SÔNIA MENELIK DA COSTA-
2805/2018-864.053/2017-ROGÉRIO BARBOSA DOS REIS-
2806/2018-864.102/2017-JOÃO HENRIQUE AGUIAR DA SILVEIRA MENDES-
2807/2018-864.113/2017-MARCOS CORREIA DA SILVA-
2808/2018-864.149/2017-GRANIMARBELLE BRAZIL LTDA ME-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600188

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2809/2018-864.151/2017-GRANITOS RETIRO LTDA ME.-
2810/2018-864.152/2017-GRANITOS RETIRO LTDA ME.-
2811/2018-864.243/2017-COLORGEMS LTDA-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 41/2018/MA

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (2.25)
Mineração João Vaz Sobrinho LTDA. - 806170/14

ARNALDO MARTINHO COSTA DA COSTA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 43/2018

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Gessomar Industria de Gesso do Maranhão Ltda - 806093/14 - Not.25/2018 - R$ 46.516,79
Loguiminas Serviços e Mineração Ltda - 806200/13 - Not.26/2018 - R$ 170,76

ARNALDO MARTINHO COSTA DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 36/2018/PB

Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
846.148/2010-VOTORANTIM METAIS S.A

FREDERICO EINSTEIN DE MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 25/2018

Ficam os abaixo relacionados cientes da não apresentação de recurso administrativo; restando-lhes pagar ou parcelar o débito apurado da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de Cobrança nº 978.080/2017 Notificado: Pedreira MM Ltda. CNPJ/CPF: 10.271.995/0001-89 NFLDP nº 77/2017 Valor: R$ 55.821,85
Processo de Cobrança nº 978.081/2017 Notificado: Pedreira MM Ltda. CNPJ/CPF: 10.271.995/0001-89 NFLDP nº 76/2017 Valor: R$ 41.860,29

GEORGE EUSTÁQUIO SILVA

DIRETORIA DE GESTÃO DE TÍTULOS MINERÁRIOS

DESPACHO DO DIRETOR DA DGTM
RELAÇÃO Nº 82/2018/DF

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
826.777/2010-COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL-OF. N°39/DGTM/DNPM-2018
868.345/2012-CALCÁRIO BELA VISTA LTDA-OF. N°05/DGTM/DNPM-2018
811.013/2014-PEDREIRA DA TAPERA LTDA ME-OF. N°04/DGTM/DNPM-2018
826.672/2015-GRALHA AZUL, EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF. N°12/DGTM/DNPM-2018
826.023/2016-GRALHA AZUL, EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF. N°12/DGTM/DNPM-2018
826.052/2016-GRALHA AZUL, EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF. N°12/DGTM/DNPM-2018
826.416/2016-LUMA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA-OF. N°11/DGTM/DNPM-2018
826.771/2016-EMPRESA DE MINERAÇÃO TRIANGULO DE XERÉM LTDA-OF. N°38/DGTM/DNPM-2018
826.772/2016-EMPRESA DE MINERAÇÃO TRIANGULO DE XERÉM LTDA-OF. N°38/DGTM/DNPM-2018
866.154/2016-PLANICIE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°07/DGTM/DNPM-2018
866.183/2016-ORGANIZAÇOES JML EIRELI ME-OF. N°10/DGTM/DNPM-2018
866.184/2016-ORGANIZAÇOES JML EIRELI ME-OF. N°10/DGTM/DNPM-2018
866.185/2016-ORGANIZAÇOES JML EIRELI ME-OF. N°10/DGTM/DNPM-2018
866.226/2016-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE METAIS E PEDRAS PRECIOSAS DE PONTES E LACERDA MT-OF. N°09/DGTM/DNPM-2018
866.283/2016-ORGANIZAÇOES JML EIRELI ME-OF. N°10/DGTM/DNPM-2018
866.601/2016-WHITE SOLDER METALURGIA E MINERAÇÃO LTDA-OF. N°06/DGTM/DNPM-2018
866.490/2017-MINERADORA TAPAJOS LTDA.-OF. N°08/DGTM/DNPM-2018
866.491/2017-MINERADORA TAPAJOS LTDA.-OF. N°08/DGTM/DNPM-2018
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
826.778/2014-PAULO CAVALCANTI TRAVEN-OF. N°13/DGTM/DNPM-2018
826.780/2014-PAULO CAVALCANTI TRAVEN-OF. N°13/DGTM/DNPM-2018
826.913/2014-PAULO CAVALCANTI TRAVEN-OF. N°13/DGTM/DNPM-2018

ALOISIO SOUZA DE JESUS E CRUZ

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA N° 90, DE 12 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:
Processo nº 48340.001659/2018-96. Interessada: Arteon Z3 Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.594.202/0001-28. Objeto: Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o Projeto de Transmissão de Energia Elétrica, correspondente ao Lote 9 do Leilão nº 02/2017-ANEEL (Contrato de Concessão nº 09/2018-ANEEL, de 8 de março de 2018), de titularidade da Interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios/2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético

PORTARIA N° 91, DE 12 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º, da Portaria MME nº 310, de 12 de setembro de 2013, resolve:
Processo nº 48500.006086/2017-26. Interessada: Faxinal Geração de Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.325.258/0001-38. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do Projeto de Geração de Energia Elétrica, correspondente a Licença de Instalação nº 483, de 27 de setembro de 2017, emitida pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM, da Central Geradora Hidrelétrica denominada Faxinal, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec/portaria-2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético

PORTARIA N° 92, DE 12 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, resolve:
Processo nº 48500.001475/2018-46. Interessada: BRE Implantação de Sistemas de Transmissão Elétrica Sociedade de Propósito Específico Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.774.616/0001-00. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do Projeto de Transmissão de Energia Elétrica, correspondente ao Lote 10 do Leilão nº 02/2017-ANEEL (Contrato de Concessão nº 10/2018-ANEEL, celebrado em 8 de março de 2018), de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec/portaria-2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético

PORTARIA N° 93, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º, da Portaria MME nº 310, de 12 de setembro de 2013, resolve:
Processo nº 48500.000239/2018-11. Interessada: Hidrelétrica Marombas II SPE Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.141.628/0001-63. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do Projeto de Geração de Energia Elétrica, correspondente a Licença Ambiental de Instalação nº 10.101, de 14 de dezembro de 2017, emitida pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA, da Central Geradora Hidrelétrica denominada Marombas II, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: CGH.PH.SC.038154-3.01, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec/portaria-2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético

PORTARIA N° 94, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º, da Portaria MME nº 310, de 12 de setembro de 2013, resolve:
Processo nº 48500.000238/2018-68. Interessada: Hidrelétrica Marombas I SPE Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.141.627/0001-19. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do Projeto de Geração de Energia Elétrica, correspondente a Licença Ambiental de Instalação nº 10.091, de 14 de dezembro de 2017, emitida pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA, da Central Geradora Hidrelétrica denominada Marombas I, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: CGH.PH.SC.038153-5.01, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec/portaria-2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético

PORTARIA N° 95, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º, da Portaria MME nº 310, de 12 de setembro de 2013, resolve:
Processo nº 48500.000900/2018-80. Interessada: Sol Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.568.780/0001-45. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do Projeto de Geração de Energia Elétrica, correspondente a Licença Ambiental de Instalação nº 10388, de 21 de dezembro de 2017, emitida pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA, da Central Geradora Hidrelétrica denominada Arabutã, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: CGH.PH.SC.038363-5.01, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec/portaria-2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético

PORTARIA N° 96, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:
Processo nº 48340.001772/2018-71. Interessada: CLWP Eólica Parque V S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.757.107/0001-19. Objeto: Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Campo Largo V, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG - EOL.CV.BA.033630-0.01, objeto da Portaria MME nº 339, de 3 de agosto de 2015, de titularidade da Interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios/2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600189

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 97, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.001769/2018-58. Interessada: CLWP Eólica Parque I S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.756.565/0001-33. Objeto: Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Campo Largo I, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG - EOL.CV.BA.034613-6.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.320, de 2 de maio de 2017, de titularidade da Interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios/2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético

PORTARIA Nº 98, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.001765/2018-70. Interessada: Central Eólica Cacimbas S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.389.543/0001-94. Objeto: Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Cacimbas 1, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG - EOL.CV.CE.032011-0.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.040, de 27 de janeiro de 2015, de titularidade da Interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios/2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético

PORTARIA Nº 99, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.001776/2018-50. Interessada: Central Eólica Estrela S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.265.464/0001-02. Objeto: Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Estrela, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG - EOL.CV.CE.032010-2.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.041, de 27 de janeiro de 2015, de titularidade da Interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios/2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético

PORTARIA Nº 100, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.001763/2018-81. Interessada: CLWP Eólica Parque VI S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.756.943/0001-89. Objeto: Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Campo Largo VI, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG - EOL.CV.BA.033631-9.01, objeto da Portaria MME nº 326, de 2 de julho de 2015, de titularidade da Interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios/2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético

PORTARIA Nº 101, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.001761/2018-91. Interessada: CLWP Eólica Parque VII S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.757.011/0001-50. Objeto: Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Campo Largo VII, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG - EOL.CV.BA.033632-7.01, objeto da Portaria MME nº 327, de 2 de julho de 2015, de titularidade da Interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios/2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético

PORTARIA Nº 102, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.001777/2018-02. Interessada: CLWP Eólica Parque III S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.755.810/0001-98. Objeto: Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Campo Largo III, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG - EOL.CV.BA.033628-9.01, objeto da Portaria MME nº 324, de 2 de julho de 2015, de titularidade da Interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios/2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético

PORTARIA Nº 103, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.001767/2018-69. Interessada: CLWP Eólica Parque IV S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.756.341/0001-21. Objeto: Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Campo Largo IV, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG - EOL.CV.BA.033629-7.01, objeto da Portaria MME nº 325, de 2 de julho de 2015, de titularidade da Interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios/2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético

PORTARIA Nº 104, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.001762/2018-36. Interessada: CLWP Eólica Parque XV S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.928.199/0001-15. Objeto: Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Campo Largo XV, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG - EOL.CV.BA.034636-5.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.323, de 2 de maio de 2017, de titularidade da Interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios/2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético

PORTARIA Nº 105, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.001768/2018-11. Interessada: CLWP Eólica Parque II S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.913.777/0001-87. Objeto: Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Campo Largo II, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG - EOL.CV.BA.034633-0.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.319, de 2 de maio de 2017, de titularidade da Interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios/2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético

PORTARIA Nº 106, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, resolve:

Processo nº 48500.000787/2018-32. Interessada: Energybras Energias Renováveis Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.019.497/0001-02. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do Projeto de Geração de Energia Elétrica, correspondente a Portaria MME nº 28, de 29 de janeiro de 2018, da Central Geradora Fotovoltaica denominada Fazenda Esmeralda, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.PE.034305-6.01, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec/portaria-2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético

PORTARIA Nº 107, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e na Portaria MME nº 463, de 3 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo nº 48000.001315/2016-76, resolve:

Art. 1º Definir em 2,26 MW médios o montante de garantia física de energia da Central Geradora Hidrelétrica denominada CGH Lambari, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG: CGH.PH.SC.035120-2.01, com potência instalada de 4,50 MW, de titularidade da empresa Mauê S.A. Geradora e Fornecedora , inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.004.149/0001-98, localizada no rio Pesqueiro, no Município de Sul Brasil, no Estado de Santa Catarina.

§ 1º O montante de garantia física de energia da CGH Lambari refere-se ao Ponto de Conexão da Usina.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do Ponto de Conexão até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas do montante de garantia física de energia definido nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, o montante de garantia física de energia da CGH Lambari poderá ser revisado com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético

DESPACHO DECISÓRIO Nº 11, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 310, de 12 de setembro de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.000815/2017-31, resolve:

Conhecer e negar provimento ao Pedido de Reconsideração interposto pela empresa Focchezan Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.826.636/0001-07, em face do Despacho Decisório SPE/MME nº 3, de 2 de março de 2018, nos termos da Nota Técnica nº 82/2018-DOC/SPE e do Parecer nº 232/2018/CONJUR-MME/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho nº 491/2018/CONJUR-MME/CGU/AGU, que adoto como fundamentos desta Decisão.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético

RETIFICAÇÃO

No art. 2º da Portaria SPE/MME nº 49, de 14 de fevereiro de 2018, constante do Processo nº 48500.005977/2017-65, onde se lê: "As estimativas dos investimentos têm por base o mês de outubro e são de exclusiva responsabilidade da Energética PCH Beleza Ltda...", leia-se: "As estimativas dos investimentos têm por base o mês de outubro de 2017 e são de exclusiva responsabilidade da Energética PCH Beleza Ltda...".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600190

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 4.104, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 43, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e

Considerando a possibilidade de otimizar a utilização de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, referente às fontes de recursos 312 - Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e 332 - Recursos destinados ao FUNDAF, em programações de pagamento de pessoal ativo e/ou inativo e pensionistas no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e a consequente redução das fontes 100 - Recursos Ordinários, 156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público e 169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público;

Considerando a não convalidação das fontes condicionadas 956 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público e 969 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público, haja vista a suspensão dos efeitos da Medida Provisória nº 805, de 30 de outubro de 2017, pelo Supremo Tribunal Federal, e o posterior encerramento de seu prazo de vigência, no dia 8 de abril de 2018, de acordo com o Ato nº 19, de 9 de abril de 2018, da Mesa do Congresso Nacional, e a possibilidade de utilização de parte dos recursos das fontes 100, 156 e 169, proveniente de programações da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, referente às fontes 332 e 350 - Recursos Próprios Não Financeiros, para a execução de despesas com pessoal inativo e pensionistas, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Departamento de Polícia Federal, do Fundo Nacional de Saúde, do Instituto Nacional do Seguro Social, e do Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF; e

Considerando a possibilidade de redução da emissão de títulos públicos de que trata a fonte 144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações, que ora financia despesas com pessoal ativo e/ou inativo e pensionistas a cargo da Administração direta do Ministério da Fazenda; da Secretaria da Receita Federal do Brasil; da Administração direta do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; da Administração direta do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; do Comando do Exército; e da Advocacia-Geral da União, mediante a utilização da outra parte dos recursos das fontes 100, 156 e 169, proveniente de programações da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e de superávit financeiro da fonte 332, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, no que concerne aos Ministérios da Fazenda; da Educação; da Justiça e Segurança Pública; da Saúde; dos Transportes, Portos e Aviação Civil; do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; da Defesa; do Desenvolvimento Social; à Advocacia-Geral da União e a Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE SOARES

ANEXO

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda - Administração Direta
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							655.174.551
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							655.174.551
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							655.174.551
			S	1	1	90	0	156	655.174.551
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									655.174.551
TOTAL - GERAL									655.174.551

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.517.813.378
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.517.813.378
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							4.517.813.378
			S	1	1	90	0	332	4.517.813.378
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							2.006.698.782
		Atividades							
04 122	2110 20TP	Ativos Civis da União							2.006.698.782
04 122	2110 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							2.006.698.782
			F	1	1	90	0	332	2.006.698.782
TOTAL - FISCAL									2.006.698.782
TOTAL - SEGURIDADE									4.517.813.378
TOTAL - GERAL									6.524.512.160

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							170.915.047
		Atividades							
04 122	2110 20TP	Ativos Civis da União							170.915.047
04 122	2110 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							170.915.047
			F	1	1	90	0	332	170.915.047
TOTAL - FISCAL									170.915.047
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									170.915.047

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600191

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							42.683.892
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							42.683.892
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							42.683.892
			S	1	1	90	0	100	42.683.892
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									42.683.892
TOTAL - GERAL									42.683.892

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.413.936.294
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Ativos Civis da União							2.413.936.294
12 302	2109 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							2.413.936.294
			S	1	1	90	8	312	2.413.936.294
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.413.936.294
TOTAL - GERAL									2.413.936.294

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							80.010.787
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							80.010.787
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							80.010.787
			S	1	1	90	0	169	80.010.787
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									80.010.787
TOTAL - GERAL									80.010.787

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							461.259.210
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							461.259.210
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							461.259.210
			S	1	1	90	0	156	461.259.210
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									461.259.210
TOTAL - GERAL									461.259.210

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - Administração Direta
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.000.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.000.000.000
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							1.000.000.000
			S	1	1	90	0	156	1.000.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.000.000.000
TOTAL - GERAL									1.000.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600192

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Administração Direta
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							79.523.926
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							79.523.926
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							79.523.926
			S	1	1	90	0	156	79.523.926
	2125	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão							500.000.000
		Atividades							
04 122	2125 20TP	Ativos Civis da União							500.000.000
04 122	2125 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							500.000.000
			F	1	1	90	0	100	500.000.000
TOTAL - FISCAL									500.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									79.523.926
TOTAL - GERAL									579.523.926

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							2.857.569.108
		Atividades							
05 122	2108 214H	Inativos Militares das Forças Armadas							2.857.569.108
05 122	2108 214H 0001	Inativos Militares das Forças Armadas - Nacional							2.857.569.108
			F	1	1	90	0	100	1.042.167.449
			F	1	1	90	0	169	1.815.401.659
TOTAL - FISCAL									2.857.569.108
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.857.569.108

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social
UNIDADE: 55201 - Instituto Nacional do Seguro Social
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							231.594.391
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							231.594.391
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							231.594.391
			S	1	1	90	0	350	231.594.391
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									231.594.391
TOTAL - GERAL									231.594.391

ÓRGÃO: 63000 - Advocacia-Geral da União
UNIDADE: 63101 - Advocacia-Geral da União
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2130	Programa de Gestão e Manutenção da Advocacia-Geral da União							1.000.000.000
		Atividades							
04 122	2130 20TP	Ativos Civis da União							1.000.000.000
04 122	2130 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							1.000.000.000
			F	1	1	90	0	100	1.000.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000.000

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios
UNIDADE: 73901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0903	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica							39.066.101
		Operações Especiais							
09 845	0903 00QN	Inativos e Pensionistas da Polícia Civil do Distrito Federal							39.066.101
09 845	0903 00QN 0053	Inativos e Pensionistas da Polícia Civil do Distrito Federal - No Distrito Federal							39.066.101
			S	1	1	90	0	156	39.066.101
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									39.066.101
TOTAL - GERAL									39.066.101

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600193

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda - Administração Direta
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							655.174.551
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							655.174.551
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							655.174.551
			S	1	1	90	0	144	655.174.551
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									655.174.551
TOTAL - GERAL									655.174.551

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.517.813.378
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.517.813.378
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							4.517.813.378
			S	1	1	90	0	156	2.235.023.788
			S	1	1	90	0	169	1.895.412.446
			S	1	1	90	0	969	387.377.144
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							2.006.698.782
		Atividades							
04 122	2110 20TP	Ativos Civis da União							2.006.698.782
04 122	2110 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							2.006.698.782
			F	1	1	90	0	144	2.006.698.782
TOTAL - FISCAL									2.006.698.782
TOTAL - SEGURIDADE									4.517.813.378
TOTAL - GERAL									6.524.512.160

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							170.915.047
		Atividades							
04 122	2110 20TP	Ativos Civis da União							170.915.047
04 122	2110 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							170.915.047
			F	1	1	90	0	100	170.915.047
TOTAL - FISCAL									170.915.047
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									170.915.047

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							42.683.892
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							42.683.892
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							42.683.892
			S	1	1	90	0	956	39.480.587
			S	1	1	90	0	969	3.203.305
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									42.683.892
TOTAL - GERAL									42.683.892

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.413.936.294
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Ativos Civis da União							2.413.936.294
12 302	2109 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							2.413.936.294
			S	1	1	90	8	100	2.413.936.294
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.413.936.294
TOTAL - GERAL									2.413.936.294

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600194

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							80.010.787
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							80.010.787
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							80.010.787
			S	1	1	90	0	969	80.010.787
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									80.010.787
TOTAL - GERAL									80.010.787

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							461.259.210
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							461.259.210
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							461.259.210
			S	1	1	90	0	956	313.094.886
			S	1	1	90	0	969	148.164.324
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									461.259.210
TOTAL - GERAL									461.259.210

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - Administração Direta
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.000.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.000.000.000
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							1.000.000.000
			S	1	1	90	0	144	1.000.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.000.000.000
TOTAL - GERAL									1.000.000.000

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Administração Direta
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							79.523.926
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							79.523.926
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							79.523.926
			S	1	1	90	0	956	51.655.124
			S	1	1	90	0	969	27.868.802
	2125	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão							500.000.000
		Atividades							
04 122	2125 20TP	Ativos Civis da União							500.000.000
04 122	2125 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							500.000.000
			F	1	1	90	0	144	500.000.000
TOTAL - FISCAL									500.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									79.523.926
TOTAL - GERAL									579.523.926

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							2.857.569.108
		Atividades							
05 122	2108 214H	Inativos Militares das Forças Armadas							2.857.569.108
05 122	2108 214H 0001	Inativos Militares das Forças Armadas - Nacional							2.857.569.108
			F	1	1	90	0	144	2.857.569.108
TOTAL - FISCAL									2.857.569.108
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.857.569.108

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600195

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social
UNIDADE: 55201 - Instituto Nacional do Seguro Social
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							231.594.391
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							231.594.391
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							231.594.391
			S	1	1	90	0	956	106.577.537
			S	1	1	90	0	969	125.016.854
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									231.594.391
TOTAL - GERAL									231.594.391

ÓRGÃO: 63000 - Advocacia-Geral da União
UNIDADE: 63101 - Advocacia-Geral da União
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2130	Programa de Gestão e Manutenção da Advocacia-Geral da União							1.000.000.000
		Atividades							
04 122	2130 20TP	Ativos Civis da União							1.000.000.000
04 122	2130 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							1.000.000.000
			F	1	1	90	0	144	1.000.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000.000

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios
UNIDADE: 73901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0903	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica							39.066.101
		Operações Especiais							
09 845	0903 00QN	Inativos e Pensionistas da Polícia Civil do Distrito Federal							39.066.101
09 845	0903 00QN 0053	Inativos e Pensionistas da Polícia Civil do Distrito Federal - No Distrito Federal							39.066.101
			S	1	1	90	0	956	19.992.762
			S	1	1	90	0	969	19.073.339
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									39.066.101
TOTAL - GERAL									39.066.101

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e considerando a Nota Técnica CGAT/AESAM n.° 58/2018 e a Informação CGR n.° 06/2018, resolve:

Negar o pedido de avocação do processo n.° 46010.000081/2018-67, interposto por CONSTRUTORA CHAVES MIRANDA LTDA.

HELTON YOMURA

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

PORTARIA Nº 712, DE 12 DE ABRIL DE 2018

Disponibiliza para consulta pública o texto técnico básico para criação do Anexo III - Escadas - da Norma Regulamentadora n.º 35.

A SECRETÁRIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 18 do Decreto n.º 8.894, 03 de dezembro de 2016 e em face do disposto nos arts. 155 e 200 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 e no art. 4º da Portaria MTE n.º 1.127, de 02 de outubro de 2003, resolve:

Art. 1º Disponibilizar para consulta pública o texto técnico básico para criação do Anexo III - Escadas - da Norma Regulamentadora n.º 35 - Trabalho em Altura, disponível no sitio: http://trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/consultas-publicas.

Art. 2º Fixar o prazo de sessenta dias para o recebimento de sugestões ao texto, que deverão ser encaminhadas via Sistema de Consultas Públicas do Ministério do Trabalho, acessível no endereço eletrônico informado no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA TERESA PACHECO JENSEN

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 13 DE ABRIL DE 2018

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46200.000004/2014-46	202611850	Martins e Gomes Ltda	AC
2	46200.000005/2014-91	202611841	Martins e Gomes Ltda	AC
3	46200.000007/2014-80	202614786	Martins e Gomes Ltda	AC
4	47904.007550/2013-62	200696904	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
5	47904.007590/2013-12	200696912	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
6	47904.007591/2013-59	200696921	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
7	47904.007592/2013-01	200535226	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
8	47904.007593/2013-48	200535234	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
9	47904.007594/2013-92	200535307	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
10	47904.007855/2013-74	200730614	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
11	47904.007856/2013-19	200730657	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
12	47904.007858/2013-16	200730720	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
13	47904.007859/2013-52	200730754	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
14	47904.007860/2013-87	200730762	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
15	47904.007861/2013-21	200730789	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
16	47904.007862/2013-76	200730801	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
17	47904.007863/2013-11	200730819	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
18	47904.007864/2013-65	200730835	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
19	47904.007865/2013-18	200730886	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
20	47904.007866/2013-54	200730932	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
21	47904.007867/2013-07	200730967	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
22	47904.007870/2013-12	200696980	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
23	47904.008442/2013-15	200555669	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
24	47904.008443/2013-51	200555677	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
25	47904.008573/2013-94	200747061	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
26	47904.008574/2013-39	200747070	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
27	47904.008575/2013-83	200747088	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
28	47904.008578/2013-17	200763351	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
29	47904.008583/2013-20	200763369	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
30	47904.008584/2013-74	200763377	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
31	47904.008592/2013-11	200763407	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
32	47904.008595/2013-54	200763423	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
33	47904.008596/2013-07	200763431	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
34	47904.008597/2013-43	200763440	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
35	47904.008598/2013-98	200763458	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
36	47904.008599/2013-32	200763466	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
37	47904.008601/2013-73	200763474	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
38	47904.008604/2013-15	200763482	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
39	47904.008606/2013-04	200763491	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
40	47904.008608/2013-95	200763504	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
41	47904.008612/2013-53	200763512	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
42	47904.008615/2013-97	200763521	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600196

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

43	47904.008648/2013-37	200763580	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
44	47904.008649/2013-81	200763598	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
45	47904.008744/2013-85	200555642	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
46	47904.012274/2013-54	201187736	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
47	47904.012275/2013-07	201187710	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
48	47904.012276/2013-43	201187698	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
49	47904.005614/2012-18	22796894	T & A Construcao Pre-Fabricada Ltda	BA
50	47904.005638/2012-69	22779850	T & A Construcao Pre-Fabricada Ltda	BA
51	47904.007113/2012-68	22779981	T & A Construcao Pre-Fabricada S/A	BA
52	46208.000046/2015-98	205646611	Metrobus Transporte Coletivo S/A	GO
53	46208.000047/2015-32	205646557	Metrobus Transporte Coletivo S/A	GO
54	46208.000048/2015-87	205646760	Metrobus Transporte Coletivo S/A	GO
55	46208.000049/2015-21	205646662	Metrobus Transporte Coletivo S/A	GO
56	46208.000050/2015-56	205646646	Metrobus Transporte Coletivo S/A	GO
57	46208.000053/2015-90	205647316	Metrobus Transporte Coletivo S/A	GO
58	46208.000054/2015-34	205646778	Metrobus Transporte Coletivo S/A	GO
59	46208.000056/2015-23	205646701	Metrobus Transporte Coletivo S/A	GO
60	46208.000066/2015-69	205651593	Metrobus Transporte Coletivo S/A	GO
61	46208.014033/2014-15	204814065	Terra Forte Construtora Ltda	GO
62	47747.005225/2015-87	206630701	Auto Omnibus Nova Suissa Ltda	MG
63	47747.005226/2015-21	206650850	Auto Omnibus Nova Suissa Ltda	MG
64	47747.005227/2015-76	206650884	Auto Omnibus Nova Suissa Ltda	MG
65	46504.000243/2015-62	205776418	Ceramica Rezende Ltda - ME	MG
66	46504.000248/2015-95	205802290	Ceramica Rezende Ltda - ME	MG
67	46504.000036/2015-16	205666531	Ceramica Rezende Ltda - ME	MG
68	46504.000220/2015-58	205773613	Ceramica Rezende Ltda - ME	MG
69	46504.000221/2015-01	205773729	Ceramica Rezende Ltda - ME	MG
70	46504.000222/2015-47	205773753	Ceramica Rezende Ltda - ME	MG
71	46504.000223/2015-91	205773940	Ceramica Rezende Ltda - ME	MG
72	46504.000224/2015-36	205773974	Ceramica Rezende Ltda - ME	MG
73	46504.000225/2015-81	205774032	Ceramica Rezende Ltda - ME	MG
74	46504.000226/2015-25	205774075	Ceramica Rezende Ltda - ME	MG
75	46504.000227/2015-70	205784372	Ceramica Rezende Ltda - ME	MG
76	46504.000228/2015-14	205784691	Ceramica Rezende Ltda - ME	MG
77	46504.000229/2015-69	205784925	Ceramica Rezende Ltda - ME	MG
78	46504.000230/2015-93	205773389	Ceramica Rezende Ltda - ME	MG
79	46504.000238/2015-50	205773184	Ceramica Rezende Ltda - ME	MG
80	46504.000239/2015-02	205773257	Ceramica Rezende Ltda - ME	MG
81	46504.000240/2015-29	205773320	Ceramica Rezende Ltda - ME	MG
82	46504.000241/2015-73	205773362	Ceramica Rezende Ltda - ME	MG
83	46504.000242/2015-18	205776329	Ceramica Rezende Ltda - ME	MG
84	46504.000244/2015-15	205776442	Ceramica Rezende Ltda - ME	MG
85	46504.000246/2015-04	205800106	Ceramica Rezende Ltda - ME	MG
86	46504.000247/2015-41	205801463	Ceramica Rezende Ltda - ME	MG
87	47747.007067/2014-19	204479665	Direcional Engenharia S/A	MG
88	47747.007068/2014-63	204480281	Direcional Engenharia S/A	MG
89	46504.001722/2013-34	200875582	Icomvep Comércio no Ramo de Calçados Ltda. - EPP	MG

Nº	**PROCESSO**	**NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS**	**EMPRESA**	**UF**
1	46200.000006/2014-35	200.219.570 - TRet nº 200.664.964	Martins e Gomes Ltda.	AC
2	46200.000010/2014-01	200.219.588	Martins e Gomes Ltda.	AC
3	46504.001717/2013-21	200.123.483	Icomvep Comércio no Ramo de Calçados Ltda. - EPP	MG
4	46259.004322/2013-20	200.101.650 - TRet nº 200.351.397	Supricel Logistica Ltda.	SP

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.007857/2013-63	200730690	Mrv Engenharia E Participacoes Ltda.	BA
2	47904.005619/2012-32	22779809	T & A Construcao Pre-Fabricada Ltda	BA
3	47904.005620/2012-67	22779817	T & A Construcao Pre-Fabricada Ltda	BA
4	47904.005621/2012-10	22796932	T & A Construcao Pre-Fabricada Ltda	BA
5	47904.005625/2012-90	22796975	T & A Construcao Pre-Fabricada Ltda	BA
6	47904.005626/2012-34	22796983	T & A Construcao Pre-Fabricada Ltda	BA
7	47904.005627/2012-89	22796991	T & A Construcao Pre-Fabricada Ltda	BA
8	47904.005639/2012-11	22779868	T & A Construcao Pre-Fabricada Ltda	BA
9	47904.005640/2012-38	22779876	T & A Construcao Pre-Fabricada Ltda	BA
10	47904.005642/2012-27	22779892	T & A Construcao Pre-Fabricada Ltda	BA
11	47904.005648/2012-02	22779957	T & A Construcao Pre-Fabricada Ltda	BA
12	47904.005649/2012-49	22779965	T & A Construcao Pre-Fabricada Ltda	BA
13	47904.005651/2012-18	22779973	T & A Construcao Pre-Fabricada Ltda	BA
14	47904.007114/2012-11	22779990	T & A Construcao Pre-Fabricada Ltda	BA
15	47904.007115/2012-57	22780009	T & A Construcao Pre-Fabricada Ltda	BA
16	47904.007117/2012-46	22750347	T & A Construcao Pre-Fabricada Ltda	BA
17	46208.000055/2015-89	205646786	Metrobus Transporte Coletivo S/A	GO
18	46216.003537/2014-19	204317274	Eletrix Incorporações Construções e Serviço Ltda. - ME	RO

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46551.002444/2011-13	022424601	V&M Florestal Ltda.	MG
2	46216.003535/2014-11	204316944	Eletrix Incorporações Construções e Serviço Ltda. - ME	RO

1.4 -Tornar nula a publicação no DOU de 13/04/2018, pág. 88. do seguinte processo:

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46259.004322/2013-20	200.101.650	Supricel Logistica Ltda.	SP

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46201.001014/2014-99	26480689	Industrial Porto Rico S A	AL
2	46207.003982/2013-07	200832492	Vale S/A	ES
3	46208.000052/2015-45	205646816	Metrobus Transporte Coletivo S/A	GO
4	46208.000062/2015-81	205647952	Metrobus Transporte Coletivo S/A	GO
5	46208.000063/2015-25	205648304	Metrobus Transporte Coletivo S/A	GO
6	47747.013815/2015-83	208611347	Alesat Combustiveis S.A.	MG
7	46247.000442/2015-59	207366110	Distribuidora Alianca Ltda	MG
8	46319.000260/2016-78	208654097	Art & Capricho Decoracoes Ltda - ME	PR
9	46277.001411/2015-68	208607412	Aes Sul Distribuidora Gaucha de Energia S/A	RS
10	46218.012671/2016-44	210080086	Mansoni e Nogueira Ltda. ME	RS
11	47191.000254/2016-67	209122277	Rafael Augusto Bornes - EPP	RS
12	47195.000097/2016-50	209293012	Serpo-Servicos de Portaria Ltda	RS
13	46258.005382/2015-31	208537368	Agroindustrial Irmãos Dalla Costa Ltda.	SP

2.2 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.007258/2014-21	203612361	Novo Posto Verão Comércio de Combustíveis Ltda. - ME	BA
2	47533.018597/2015-89	208572996	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba	PR
3	47533.018760/2015-11	208662839	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba	PR
4	47533.018771/2015-93	208664416	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba	PR
5	46225.000269/2015-47	205835040	Município de Boa Vista	RR

2.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46208.000065/2015-14	205652735	Metrobus Transporte Coletivo S/A	GO
2	46208.000064/2015-70	205647448	Metrobus Transporte Coletivo S/A	GO
3	46208.000068/2015-58	205651739	Metrobus Transporte Coletivo S/A	GO
4	46208.000051/2015-09	205647677	Metrobus Transporte Coletivo S/A	GO
5	46208.000067/2015-11	205653332	Metrobus Transporte Coletivo S/A	GO

2.4 Conhecendo e negando provimento ao recurso, mantendo a decisão de arquivamento dos autos pela ocorrência de anistia, com base no art. 9º da lei 9.872/99.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46204.008088/95-10	04391114	A A Replak Ind e Com de Placas e Letreiros Ltda	BA
2	46204.014140/96-95	006408121	Aesv Segurança e Vigilancia Ltda	BA
3	46204.008799/95-40	0084940054	Agildasio Carvalho dos Santos	BA
4	46204.006015/96-48	0273910004	Agua de Cheiro Com. e Rep. Ltda	BA
5	46204.008334/97-88	0320770028	Alencar Construções e Projetos Ltda	BA
6	24153.000382/96-48	0183410080	Alexandro Alvino de Souza	BA
7	46204.010022/94-55	10868009	Alubasa Box Serviços Ltda	BA
8	46204.003078/96-55	11320123	Alvaro Ventin e Cia Ltda	BA
9	24152.000580/97-84	0273910083	Ana Barros Silva (Casarao 466)	BA
10	46204.005154/95-28	011045070	Ancard Clinica Cardiologica Ltda	BA
11	46204.004019/96-28	02623925	Ancora Confecçõesltda	BA
12	46204.004920/95-37	00840014	Anderson França Pimentel	BA
13	46204.007368/96-83	0002462755	Antonia Loyola Paixao Santana	BA
14	46204.011796/96-19	0225000070	Antonio Henrique Palma da Silva	BA
15	46204.014964/97-09	0249530244	Antonio Henrique Palma da Silva	BA
16	24151.000814/96-02	02494512	Antonio Maria da Silva	BA
17	46204.002042/94-15	109050018	Armazem Parque Central	BA
18	46204.010500/95-26	001376514	Arnaldo Carvalho dos Santos - Auto Peças	BA
19	46204.000278/99-05	002985993	Asb Neto e Cia Ltda (Panificadora Flor Avenida)	BA
20	46204.013065/96-36	0262120022	Associação dos Lojistas Edf. Avenida	BA
21	24151.001317/97-86	0027367043	Asv Alerta Seg. e Vigilancia Ltda	BA
22	46204.009897/95-02	00121089	Atraente Com de Moveis Ltda	BA
23	46204.005510/96-11	6408098	Auristela Batista Chaves Souza - Rei do Premio	BA
24	46204.006098/96-75	02623944	Auto Escola Sumare Ltda	BA
25	24156.000008/95-03	10839309	Auto Viação Tiradentes Ltda	BA
26	46204.009970/95-92	012157126	Autovia Com. Loc. e Serv. Ltda	BA
27	24151.001985/97-32	0027367093	Banco do Brasil	BA
28	46204.002848/94-50	10841008	Banco Nacional da Bahia	BA
29	46204.004515/95-19	00121037	Bar e Lanchonete Colibri Ltda	BA
30	46204.007274/96-31	0084940093	Bar e Rest. Boca Livre Ltda	BA
31	24150.006957/89-37	11180012	Caixa Economica Federal	BA
32	46204.006045/95-28	11320067	Caribe Corretota de Seguros Ltda	BA
33	24151.000500/96-56	9602740510	Carla Regina Gomes Lima	BA
34	46780.000604/97-87	0273320071	Carmacon Com de Materiais para Construção	BA
35	46204.014415/98-43	002958520	Carvalho Alimentos Ltda	BA
36	46204.004069/96-04	0110450124/96	Catramby e Catramby Ltda	BA
37	46204.011829/97-49	170940059	Cau - Centro de Arquitetura Urb e Ativ. Cult. Ltda	BA
38	46204.010368/95-71	40014505	Cei - Clinica de Emergencia Infantil Ltda	BA
39	24151.000971/96-82	02252748	Celso Pereira	BA
40	46204.008641/96-04	004448364	Cemasa S.A.	BA

41	35766.003089/92-62	108620032	Center Master Serviços Auxiliares Ltda	BA
42	46783.000055/98-56	0319250051	Centro Educacional Marcos Andre	BA
43	24164.000046/97-30	0112900030	Cesar Correia Blank	BA
44	46204.005520/94-11	10804412	Chagas e Fonseca Ltda	BA
45	46204.001893/93-98	10896060	Cimal Consorcio de Imoveis e Admin. Ltda	BA
46	46204.005889/98-77	0248800203	Cimental Materiais para Construção Ltda	BA
47	46204.007831/95-15	01678853	Cipeja Material de Constr. Ltda	BA
48	24153.000047/96-11	0155475933	Claudionor Silva Araujo	BA
49	46204.002134/94-23	10904003	Clinica de Assistencia Odont. Unidonto Ltda	BA
50	24156.000009/92-15	10839056	Clovis Helvecio Birne de Olinda	BA
51	24150.002035/90-85	11180030	Clube de Campo Caiçara	BA
52	24150.002347/90-06	11180032	Clube de Campo Caiçara	BA
53	46204.001383/96-54	001376567	Cobmont Constr. Montagens Ltda	BA
54	46791.000114/99-87	003014096	Collorpress Emp Graf e Edit de Jornais e Revistas Ltda	BA
55	46204.007382/96-12	0018562058	Com de Borrachas Peças Automotivas Ltda	BA
56	24152.000167/97-38	0139940073	Com. de Prod. Farm. Bezerra Duarte Ltda	BA
57	24153.000366/92-68	108272737	Comercial Bastos Chaves de Generos Alimenticios Ltda	BA
58	46204.007506/96-15	02302744	Comercial de Alimentos e Bebidas Janalu Ltda	BA
59	46204.003036/96-10	004448355	Comercial de Alimentos Supermini Ltda	BA
60	24153.000124/95-71	1082710050	Comercial Martinelli Ltda	BA
61	46204.008142/94-74	10851746	Cond Edf. Crescenciano dos Santos	BA
62	46204.001846/96-51	04421295	Cond Edf. Pedra do Arpoador	BA
63	46204.011629/96-19	0002462793	Cond. Centro Com. Baixa dos Sapateiros	BA
64	46204.007769/96-24	02249722	Cond. Edificio Katherine	BA
65	46204.000254/96-76	02198904	Conerg Construçoes e Engenharia Ltda	BA
66	46204.007991/96-72	001376802	Congraphic Rep e Assessoria Mecanografica Ltda	BA
67	46204.002012/93-65	10824021	Construtora e Instaladora Macedo	BA
68	46791.000742/98-17	003014355	Coograp - Coop Grapiuna de Agro. Ltda	BA
69	46204.007615/96-51	0002330232	Costa Verde Tennis Clube	BA
70	24150.004379/90-65	07470012	Coviba - Cia de Vigilancia da Bahia Ltda	BA
71	24150.004381/90-15	07770003	Coviba - Cia de Vigilancia da Bahia Ltda	BA
72	24152.000384/95-84	013994135	Criativa Material Escolar Ltda	BA
73	46204.013217/96-82	0273910034	D.D. Araujo (Madeireira Tamburi)	BA
74	46204.003711/96-01	004448361	D.G. de Sa Calçados e Confecções	BA
75	24151.000408/96-13	004405841	Data Control Com. e Serv. de Informatica Ltda	BA
76	46204.004235/95-92	01241637	D'eça Ramos e Cia Ltda	BA
77	46204.008872/96-19	0018562064	Decart Decorações e Artes Ltda	BA
78	46204.005515/96-35	0272510004	Depozzito Modas Ltda	BA
79	46204.006277/97-75	03200770021	Despachante Zanin Ltda	BA
80	24154.000022/96-91	04896030309	Disel Distribuidora de Embalagens Ltda	BA
81	46204.005373/96-42	004448369	Display Comercio e Instalaçoes Ltda	BA
82	46204.004945/96-49	02623938	Divanise Farias do Sacramento Me	BA
83	24153.000292/97-38	4032710850	Diversa Difusao de Modas Ltda	BA
84	46204.005338/95-61	1122306	Djalma Andrade Nunes	BA
85	46204.002602/99-74	003007235	Drogaria e Farmacia São Tomaz Ltda	BA
86	46204.004192/96-62	00121017	Drogaria e Farmacia São Tomaz Ltda	BA
87	46204.006826/95-40	6408007	Drogaria e Farmacia São Tomaz Ltda	BA
88	46204.009901/96-51	0002330245	Drogaria e Farmacia São Tomaz Ltda	BA
89	46204.008674/97-36	015238026	E I Perez Nunes	BA
90	46204.008446/99-73	002951266	Ecomoveis Comercio Ind e Serv Ltda	BA
91	24152.000246/95-41	013994057	Edvaldo Souto da Silva	BA
92	46204.018579/98-12	002952211	Ello Eng. e Arq. Ltda	BA
93	35766.010698/92-41	108190037	Embrasel Serv. de Vig. e Seg. Ltda	BA
94	46204.000451/97 (46204.005080/00-22)	0262200108	Empara Empreendimentos Hoteleiros	BA
95	46782.000526/98-72	002991349	Empara Empreendimentos Hoteleiros	BA
96	46204.000779/91-68	10875029	Empreiteira J. P Julio da Silva Pinhp	BA
97	24151.003901/97-31	0272860067	Empresa Editora A Tarde S.A.	BA
98	46204.007966/94-63	10878121	Empresa Hoteis Icarai Ltda	BA
99	46204.007014/96-11	0110450146/96	Escola de Artes Marciais da Bahia	BA
100	46204.007365/98-57	002999986	Escola Tatinha Ltda	BA
101	24151.000734/96-67	9602740517	Farmacia Matriz Ltda	BA
102	24156.000018/95-59	008338319	Farmacia Pepi Ltda	BA
103	46204.003124/99-10	002960494	Farmacia São Tomaz Ltda	BA
104	24151.000747/96-17	0273080022	Farmacia Visconde do Rio Branco	BA
105	46204.004071/96-48	1122308	Fernandez e Soto e Cia Ltda	BA
106	46204.013444/97-25	409100068	Fernandez Empreed. e Const. Ltda	BA
107	24157.000043/94-23	108110037	Fidelis Nascimento e Cia Ltda	BA
108	46772.000018/98-12	0045700014	Fidelis Nascimento e Cia Ltda	BA
109	46204.009291/94-60	108710265	Fiel Nordeste Segurança e Transporte Ltda	BA
110	46204.004207/95-57	01510505	Fortecar Com. de Auto Peças Ltda	BA
111	24150.006720/89-38	07020064	Francisco Bastos Lima Cia Ltda	BA
112	46204.017195/98-55	003005275	Frigorifico Pioneiro Com. e Ind. Ltda	BA
113	35766.009691/92-02	10896024	Gagliano S.A. Com. e Ind Cimex	BA
114	46204.004569/95-48	01741806	Gagliano S.A. Com. e Ind Cimex	BA
115	46204.004947/96-14	02623936	Galeria e Alfaiaiataria Estrela Ind e Com Ltda	BA
116	46204.008104/95-66	17698110	Garibaldi Estac Loc Recp. e Com de Veic Ltda	BA
117	46204.007372/96-51	022489048	Geart Decoração Com e Representação Ltda	BA
118	46204.003331/96-21	02619032	Giba Com. de Confecções Ltda	BA
119	46204.010926/96-89	01241659	Gildete Souza Sampaio de Salvador	BA
120	46204.008060/96-73	0005240291	Gilson Pereira de Jesus	BA
121	46204.009967/95-88	20021228	Ginasio Comercial Santa Eulalia	BA
122	35766.008139/92-16	10904060	Globo Corretora de Seguros Ltda	BA
123	46778.000233/98-54	002970139	Grupo Center Ind Com Serv e Rep Ltda	BA
124	35766.002661/92-85	10890011	Hercilia Alves Franco	BA
125	46204.009269/96-72	0002253581	Hit Video Shop Ltda	BA
126	46204.009972/95-18	012157128	Hotel do Bilhar	BA
127	46204.007648/96-18	0247590102	Hotel Praia Porto da Barra Ltda	BA
128	46204.008492/97-29	0004421382	Hotel Praia Porto da Barra Ltda	BA
129	46204.004266/97-88	0219890242	Hydro San. e Manut. Hidraulica e Sanitaria Ltda	BA
130	46204.002957/96-57	00121005	Iglesias Hotel Pousada e Turismo	BA
131	46780.000613/97-78	0273910090	Ilheus Escapamentos Serv. e Peças Veiculos Ltda	BA
132	46204.007569/94-73	108190077	Impacto Mineração Com e Ind Ltda	BA
133	46204.007965/95-81	01763964	Inbel Industrial Belanisa Ltda	BA
134	46204.010470/96-48	012292189	Industria de Madeiras Porvir Ltda	BA
135	24150.002036/90-48	11180031	Industria e Com. de Confecções Degraus Ltda	BA
136	46204.004018/95-84	10909034	Interseg Sistema de Segurança Ltda	BA
137	24151.000668/91-20	08780110	Ipole Ind d Com de Armarios Ltda	BA
138	24152.000207/95-99	013994039	Iraildes Novais de Melo/Casa da Michelin	BA
139	46204.007187/96-39	0273160015	Isabel Cristina Guimaraes Santos	BA
140	46204.007615/95-70	01763961	Isidoro Magalhaes Tavares	BA
141	46204.004211/96-13	11320132	Itaipu Ind e Com de Cosmeticos Ltda	BA
142	46204.002918/95-14	10804043	Italian Pizza e Restaurante Ltda	BA
143	46204.003962/97-11	0002302788	J Moreira e Cia Ltda	BA
144	46204.006870/98-84	002956535	J Moreira e Cia Ltda	BA
145	24153.000314/96	0155470070	J.C. Almeida da Silva e Cia Ltda	BA
146	24152.000322/95-27	013994098	J.R.V. Representações e Com. Ltda	BA
147	24151.001947/97-14	0111500058	Jacto Feira Ltda	BA
148	46204.006575/95-11	012157109	Jans Com. Representação Exp. e Import. Ltda	BA
149	46204.002906/96-16	20021202	Jesus J Silva Ltda	BA
150	24152.000216/95-80	13950026	Jose Carlos da Cruz Santos	BA
151	24151.000569/95-71	01145052	Jose dos Santos Rubem (Supermercado São Roque)	BA
152	46204.005664/95-12	00455303	Jurandi Oliveira Martins	BA
153	24155.000058/96-46	02495331	Katia Alves da Silva - Stilus Oticas	BA
154	46204.008631/96-42	001376821	Km Materiais de Cons. Moveis d Eletrodomesticos Ltda	BA
155	24151.000232/96-17	010944010	L. Ernandes Bastos Supermercados Ltda	BA
156	24151.000382/96-21	01094415	L. Ernandes Bastos Supermercados Ltda	BA
157	24151.000383/96-94	01094414	L. Ernandes Bastos Supermercados Ltda	BA
158	46204.011802/96-10	0247590136	Ladim e Silva Ltda	BA
159	24155.000164/96-93	0249530075	Laguna Com de Alimentos Ltda	BA
160	46204.000475/98-05	0026247123	Ler Empreendimentos Educacionais Ltda	BA
161	46204.001634/98-44	0026379066	Ler Empreendimentos Educacionais Ltda	BA
162	46204.006909/94-94	109050059	Limperge - Limpeza Prestação de Serviços Gerais Ltda	BA
163	46204.003549/98-48	0002623912	Limptudo Serviços de Limpeza e Conservação Ltda	BA
164	46204.004835/99-93	002962560	Lopes Gentile Miudezas e Confecções Ltda	BA
165	46204.005153/95-65	011045069	Lourival Reis Santos	BA
166	46204.008506/95-70	04391116	Lucicar Veiculos Ltda	BA
167	46204.007562/95-13	01241656	Lued Com de Alimentos Ltda	BA
168	46204.010023/95-07	01709436	Luiz Carlos Ribeiro Lemos - Nutrifrango	BA
169	46204.003127/-65	02494503	M.A Souza Retificadora Ltda	BA
170	35766.000333/92-35	10838052	M.P. Assesoria Serv. e Loc. de Mao de Obra Ltda	BA
171	46204.003642/96-81	02253523	Maria Lucia S. de Souza de Salvador	BA
172	46204.005643/94-53	40011002	Maricultura da Bahia Ltda	BA
173	46204.002405/95-40	10865030	Marques e Candeias Ltda	BA
174	24151.005781/97-24	3029597059	Marte Center Magazine Ltda	BA
175	46204.009306/96-05	02249726	Master Vigilancia	BA
176	24154.000011/96-74	01696030309	Medeiros Silva Ind. Graf. Ltda	BA
177	24158.000306/89-81	08110008	Medrado e Mendes Ltda	BA
178	46204.004740/96-36	01100450127/96	Mercantil Quarantinie Serv. em Eletro. Ltda	BA
179	46204.007363/96-60	0002462750	Mineirinha Tecidos e Confeccoes Ltda	BA
180	24152.000381/96-77	01878308	ML Editora Sul Baiana de Jornais e Revistas Ltda	BA
181	46204.009340/95-54	55090030	MM e Rossi Projetos Construcoes e Incorporacoes	BA
182	46204.005749/95-65	00121044	Moveis e Decoracao Impar Ltda.	BA
183	46204.011901/96-93	022489071	Neli Jussara de Lima	BA
184	46204.007584/95-48	20015035	Nelrio Ribeiro dos Santos	BA
185	24154.000012/96-37	01596030309	Normalice Queiroz da Silva	BA
186	46779.000830/98-41	002975815	Nova Alianca S/A	BA
187	46779.000832/98-77	002975823	Nova Alianca S/A	BA
188	46204.001015/96-61	004464135	Nutriverde Com. de Alimentos Ltda	BA
189	46204.002468/96-41	02619018	O&M Organizacao e Metodos Engenharia Ltda	BA
190	46204.009359/96-63	02247057	Ocram Materiais de Construção Ltda	BA
191	46204.009302/96-46	02739118	Oestecar Com. de Peças Veic. e Serv. Ltda	BA
192	46204.002097/97-41	0263790003	Ofice Engenharia Ltda	BA
193	24155.000055/97-39	0002494523	Oktoline Com. Imp. e Rep. Ltda	BA
194	46204.003846/96-21	00840020	Oliveira e Prado Ltda	BA
195	46204.000301/96-54	02247003	Oms Construtora Ltda	BA
196	46204.006603/95-55	0084940038	Opcional Servicos de Conservação Ltda	BA
197	46204.007706/96-12	02619054	Opticas Monterrey Ltda	BA
198	46204.010987/96-73	0002623978	Org.Bahia Serv. Limp, e Loc. de Mao de Obra Ltda	BA
199	24152.000350/96-43	0013994118	Osvaldo Lima Filho	BA
200	46204.004703/96-18	04391165	Oticas Cristal Ltda	BA
201	46204.006154/95-63	01678845	Oticas Nacional	BA
202	46204.007012/95-12	00121057	Oticas Nacional Ltda	BA
203	24151.001167/96-84	272860020	Oticas Popular Ltda	BA
204	46204.004235/96-73	02620411	Oticas Popular Ltda	BA
205	46204.006545/95-51	01741821	Oticas Popular Ltda	BA
206	46204.014963/97-38	249530242	Oticas Popular Ltda	BA
207	46204.007081/96-16	01241627	Oticas Wanderely Teixeira Ltda	BA
208	24151.000042/95-92	10817665	Oyama Figueiredo Construcao e Emp. Ltda	BA
209	46204.006320/95-31	6408005	Panificadora Tonys Ltda	BA
210	46780.000233/98-88	002981785	Panificadora Zona Sul	BA
211	46204.000707/95-38	10882610	Papão Ind. e Comercio Ltda	BA
212	46204.003892/94-87	10870012	Papelaria Atlas Ltda	BA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600198

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

213	46204.001563/94-74	109050007	Patrimonial Silverira Castro Ltda	BA
214	46204.000880/93-19	10904066	Paulo Araujo dos Anjos-Livraria Sr do Bonfim	BA
215	46204.012367/95-89	01763995	Paulo Sergio Bispo dos Santos	BA
216	46204.006185/97-59	004421367	Pedra Com. e Serv. Ltda	BA
217	24151.000378/94-40	10817556	Pedreira e Silva Supermercado Ltda	BA
218	24151.000713/94-25	10817612	Pedreira e Silva Supermercado Ltda	BA
219	35766.011104/92-18	10831096	Pinho Contabilidade e Procuradoria Ltda	BA
220	24155.000216/92-61	108560101	Plasticos Aratu do Nordestes S.A	BA
221	46204.006836/95-01	01420679	Pop Comercial de Tintas e Auto Peças Ltda	BA
222	46204.005194/96-23	04391165	Praia e Campo Moveis e Decor. de Exterios Ltda	BA
223	46204.010001/94-85	10809067	PSJ Estacionamento de Veiculos e Serv. Ltda	BA
224	46204.008934/95-93	01376493	Q Tintas Com. de Tintas e Recup.Imoveis Ltda	BA
225	24152.000194/95-49	013994034	Quarup Empreendimentos Hoteleiros Ltda	BA
226	46204.007640/98-60	003000231	R. Oliveira Contabilidade Ltda	BA
227	46779.000289/98-17	3001440012	R.S. Silva Trasnportes e Turismo Ltda	BA
228	46204.005352/95-91	15978110	Raimundo Santana	BA
229	46204.009528/93-86	10890017	Raimundo Santana	BA
230	46204.010847/94-42	10909059	Raivalda Olga da Cruz	BA
231	46204.005544/96-33	01241620	RB Livraria e Papelaria Ltda	BA
232	46204.005038/96-16	022500027	RCS Comercio de Calçados	BA
233	46204.000004/96-17	004448343	Regina Lucia Cruz Costa	BA
234	46204.004302/97-40	0320770010	Reginaldo Ivo Marinho Cesar-Oticas Lider	BA
235	46204.007265/95-60	20034021	Renovadora de Pneus Brasil Ltda	BA
236	46204.004206/96-75	02462729	Rio Grande Combustiveis Ltda	BA
237	24155.000090/89-20	08160029	Rodosal Equipamentos Rodoviarios Ltda	BA
238	46204.008587/95-71	01743407	Rubenito Freire Dos Santos (Casa Das Tintas)	BA
239	46204.004111/95-80	10891083	Santa Rosa Serralheira	BA
240	46204.007790/95-30	00121060	Santos e Anastacio Ltda	BA
241	35766.005942/92-81	00170803	Sevig Segurança e Vigilancia Em Geral Ltda	BA
242	46204.015227/97-98	0245530275	Sinara Materiais de Const. Ltda	BA
243	46204.006044/95-65	11320066	Sol Brihante Proc e Serv Ltda	BA
244	46766.000093/99-52	003060560	Sotem Engenharia Ltda	BA
245	46204.011591/97-89	0249530123	Status Contabilidade de Informatica	BA
246	24151.000150/96-46	01094406	Supermecado Central Ltda	BA

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DE 12 DE ABRIL DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento à decisão judicial exarada nos autos do Processo n.º 1015308-83.2017.4.01.3400, em trâmite na 22ª Vara Cível da SJDF com respaldo no art. 27 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46205.002648/2017-71
Entidade	Sindicato dos Professores da Rede Municipal de Acopiara - SINDIPREMA
CNPJ	07.509.924/0001-67
Fundamento	NT 333/2018/CGRS/SRT/MTb

MARCUS VINICIUS LAIRA

DESPACHO DE 12 DE ABRIL DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013, na Lei 9.784/1999 e na Nota Técnica 338/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve adotar as seguintes medidas nos autos do Processo 46217.000872/2016-17: TORNAR SEM EFEITO a NT 1123/2017/CGRS/SRT/MTb, publicada no DOU de 18/09/2017, Seção 1, Pág. 77, n.º 179; inclusive a audiência de mediação realizada, nos termos dos arts. 53 e 54, da Lei 9.784/1999. E, em ato contínuo, DETERMINAR A NOTIFICAÇÃO o Sindicato Estadual dos Trabalhadores de Empresas Públicas de Serviços Hospitalares do Estado do Rio Grande do Norte - SINDSERH RN, CNPJ 23.559.213/0001-53, nos termos do art. 25, parágrafo único, da Portaria 326/2013, para o devido prosseguimento ao feito.

MARCUS VINICIUS LAIRA

DESPACHO DE 12 DE ABRIL DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto, em cumprimento a Decisão Judicial, Processo n.º 0000446-64.2017.5.10.0014, procedente da 14ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, que determinou a apreciação e conclusão do processo no prazo máximo de 90 (noventa) dias, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria n.º 326/2013 e na NOTA TÉCNICA 336/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve INDEFERIR o processo n.º46222.010538/2015-11 (SC17381), de interesse do SINBIESPA - Sindicato Profissional dos Biomédicos do Estado do Pará, CNPJ: 08.900.653/0001-39, nos termos do art. 25, parágrafo único, da Portaria n.º 326/2013.

MARCUS VINICIUS LAIRA

DESPACHOS DE 12 DE ABRIL DE 2018

O Secretário Substituto de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 26, § 4º, da Lei n.º 9.784/1999, notifica o (a) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Missão Velha - CE, CNPJ n.º 07.674.492/0001-40, do inteiro teor do OFÍCIO N.º 44/2018/CGRS/SRT/MTb encaminhado à entidade em 29/01/2018. Motivo da devolução conforme o aviso de recebimento n.º AR010443096BI: "não procurado". Portanto, se dentro do prazo de 90 (noventa) dias a entidade não apresentar o documento solicitado, o processo de pedido de alteração estatutária n.º 46205.015094/2014-20 (SA02163) será ARQUIVADO nos termos do art. 27, inciso IV da Portaria n.º 326/2013.

O Secretário Substituto de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, faz saber aos que a presente notificação virem ou dela tiverem conhecimento que, notifica o (a) representante do SINDPESCA - Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Município de Nossa Senhora dos Remédios - PI, processo de pedido de registro sindical n.º 46214.009613/2014-10 (SC16731), CNPJ n.º 18.714.778/0001-28, do inteiro teor do OFÍCIO N.º 65/2018/CGRS/SRT/MTb, encaminhado à entidade em 30/01/2018, que restou devolvido em virtude de "ausência", conforme o Aviso de Recebimento n.º AR010443025BI. Portanto, se dentro do prazo de 20 (vinte) dias a entidade não atender a solicitação do respectivo ofício, o processo de pedido de registro sindical será arquivado nos termos do art. 27, inciso I da Portaria n.º 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho - Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013, bem como, no artigo 26, § 4.º, da Lei n.º 9.784/1999, faz saber aos que a presente notificação virem ou dela tiverem conhecimento que, notifica o Senhor Representante Legal do Sindicato Empresarial do Comércio Atacadista de Tecidos, Vestuário, Confecções, Armarinhos, Ardono e Acessórios de Cianorte e Região - SINDMODA, CNPJ 22.004.506/0001-01, Processo 46212.006382/2015-85, do inteiro teor do Ofício n.º 1.356/2017/APOIO/CGRS/SRT/MTb, o qual restou devolvido conforme Aviso de Recebimento n.º AR977185827JO, que terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente notificação, para apresentar a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do citado pedido, nos termos do art. 25, parágrafo único, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho - Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 337/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: CONHECER do Recurso Administrativo 46222.002950/2015-50 interposto pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Limpeza Urbana do Estado do Pará - SINDLIMP (CNPJ 12.656.588/0001-15) nos autos do Processo 46222.008832/2010-4 para ANULAR a Nota Técnica 378/2015/CGRS/SRT/MTb, publicada em 13/04/2015 (DOU, Seção 1, nº 69, pág. 104), com respaldo no art. 53 da Lei 9.784/99 e nas Súmulas 346 e 473 do STF e ainda; NOTIFICAR o sindicato supramencionado para realizar a Assembléia Geral de Ratificação de Fundação de que trata o art. 19 da Portaria 326/2013 visando o prosseguimento da análise do seu pedido de registro sindical (Processo 46222.008832/2010-41). Ressalta-se que a entidade terá o prazo improrrogável de cento e vinte dias, a contar desta notificação (sob pena de arquivamento dos autos nos termos do art. 27, inciso III), para apresentar a documentação prevista no art. 19 c/c Art. 41 e 42 da portaria supracitada (informar nos editais de convocação o interesse de dissociação e a razão social e o CNPJ de todas as entidades atingidas). Desta forma, torna-se pública a presente notificação à entidade requerente bem como à impugnante (Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Asseio, Conservação, Higiene, Limpeza e Similares do Estado do Pará - SINELPA, CNPJ 05.046.362/0001-37, Processo 46000.001206/2003-17).

MARCUS VINICIUS LAIRA

DESPACHO DE 12 DE ABRIL DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46000.008668/2014-18
Entidade	Sindicato das Empresas de Atacado e Varejo de Gás Liquefeito de Petróleo-SINEGÁS
CNPJ	19.236.726/0001-56
Abrangência	Intermunicipal
Categoria Econômica	Empresas que comercializem, no atacado e/ou varejo, gás liquefeito de petróleo.
Fundamento	NT 342/2018/CGRS/SRT/MTb

Base Territorial: *Paraná*:Altamira do Paraná, Alto Paraíso, Alto Paraná, Alto Piquiri, Altônia, Alvorada do Sul, Amaporã, Anahy, Ângulo, Apucarana, Arapongas, Arapuã, Araruna, Ariranha do Ivaí, Assaí, Assis Chateaubriand, Astorga, Atalaia, Barbosa Ferraz, Bela Vista do Paraíso, Boa Esperança, Boa Vista da Aparecida, Bom Sucesso, Borrazópolis, Braganey, Brasilândia do Sul, Cafeara, Cafelândia, Cafezal do Sul, Califórnia, Cambé, Cambira, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Centenário do Sul, Céu Azul, Cianorte, Cidade Gaúcha, Colorado, Corbélia, Corumbataí do Sul, Cruzeiro do Oeste, Cruzeiro do Sul, Cruzmaltina, Diamante do Norte, Diamante D'Oeste, Douradina, Doutor Camargo, Engenheiro Beltrão, Entre Rios do Oeste, Esperança Nova, Farol, Faxinal, Fênix, Floraí, Floresta, Florestópolis, Flórida, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Francisco Alves, Godoy Moreira, Goioerê, Grandes Rios, Guaíra, Guairaçá, Guaporema, Guaraci, Ibiporã, Icaraíma, Iguaraçu, Iguatu, Inajá, Indianópolis, Iporã, Iracema do Oeste, Iretama, Itaguajé, Itaipulândia, Itambé, Itaúna do Sul, Ivaiporã, Ivaté, Ivatuba, Jaguapitã, Jandaia do Sul, Janiópolis, Japurá, Jardim Alegre, Jardim Olinda, Jataizinho, Jesuítas, Juranda, Jussara, Kaloré, Leópolis, Lidianópolis, Lindoeste, Loanda, Lobato, Londrina, Luiziana, Lunardelli, Lupionópolis, Mamborê, Mandaguaçu, Mandaguari, Manoel Ribas, Marechal Cândido Rondon, Maria Helena, Marialva, Marilândia do Sul, Marilena, Mariluz, Maringá, Maripá, Marumbi, Matelândia, Mauá da Serra, Medianeira, Mercedes, Mirador, Miraselva, Missal, Moreira Sales, Munhoz de Melo, Nossa Senhora das Graças, Nova Aliança do Ivaí, Nova América da Colina, Nova Aurora, Nova Cantu, Nova Esperança, Nova Londrina, Nova Olímpia, Nova Santa Bárbara, Nova Santa Rosa, Nova Tebas, Novo Itacolomi, Ortigueira, Ourizona, Ouro Verde do Oeste, Paiçandu, Palotina, Paraíso do Norte, Paranacity, Paranapoema, Paranavaí, Pato Bragado, Peabiru, Perobal, Pérola, Pitangueiras, Planaltina do Paraná, Porecatu, Porto Rico, Prado Ferreira, Presidente Castelo Branco, Primeiro de Maio, Quarto Centenário, Quatro Pontes, Querência do Norte, Quinta do Sol, Ramilândia, Rancho Alegre D'Oeste, Rancho Alegre, Rio Bom, Rio Branco do Ivaí, Rolândia, Roncador, Rondon, Rosário do Ivaí, Sabáudia, Santa Cecília do Pavão, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Fé, Santa Helena, Santa Inês, Santa Isabel do Ivaí, Santa Lúcia, Santa Mônica, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, Santo Antônio do Caiuá, Santo Antônio do Paraíso, Santo Inácio, São Carlos do Ivaí, São Jerônimo da Serra, São João do Caiuá, São João do Ivaí, São Jorge do Ivaí, São Jorge do Patrocínio, São José das Palmeiras, São Manoel do Paraná, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, São Pedro do Ivaí, São Pedro do Paraná, São Sebastião da Amoreira, São Tomé, Sarandi, Serranópolis do Iguaçu, Sertaneja, Sertanópolis, Tamarana, Tamboara, Tapejara, Tapira, Terra Boa, Terra Rica, Terra Roxa, Toledo, Tuneiras do Oeste, Tupãssi, Ubiratã, Umuarama, Uniflor, Uraí, Vera Cruz Do Oeste, Vila Alta e Xambrê.

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, em cumprimento à decisão judicial prolatada nos autos do Processo n.º 0001104-24.2017.5.10.0003, procedente da 3ª Vara do Trabalho de Brasília - DF, que determinou análise e conclusão da solicitação de pedido de registro sindical do impetrante no prazo de 60 (sessenta) dias, no uso de suas atribuições legais,

considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46257.000338/2017-15
Entidade	SEAAC - Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e de Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Serviços Contábeis de Osasco e Região
CNPJ	26.307.723/0001-21
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	*São Paulo*: Barueri, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Franco Da Rocha, Itapecerica Da Serra, Itapevi, Jandira, Juquitiba, Osasco, Pirapora Do Bom Jesus, Santana De Parnaíba, São Lourenço Da Serra e Vargem Grande Paulista.
Fundamento	NT 341/2018/CGRS/SRT/MTb

Categoria: Profissional dos empregados de agentes autônomos do comércio, de assessoramento, perícias, informações e pesquisas e serviços contábeis, engoblando os trabalhadores em empresas de Administradores de Consórcios; Arquitetura e Engenharia Consultiva; Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas englobando Auditoria, Reflorestamento, Administração, Participação e Controle de Empresas (Holding), Organização e Métodos, Consultoria em Geral, Economistas, Associações de Classes não Sindicais, Clube de Lojistas, Associações Comerciais e Industriais, Informações (SPC), Bolsa de Valores, Mercadoras, Mercantil, Futuros e de Cereais, Perícias (Judiciais, Sinistros ou de Seguros), Engenharia de Seguros, Assessoria Técnica, Promocional na Venda e Mercado, Análise de Materiais e Equipamentos, Promoção e Administração de Eventos e Lançamentos, Feiras e Exposições, Assessoria em Geral (Técnica, Contábil, Gerencial, Econômica e Burocrática), Sociedades que realizam Pesquisas, Marcas e Patentes, Peritos, Despachantes Aduaneiros, Tradutor, Treinamento e Preparação de Pessoas, Leilão e Leiloeiro; Cobrança e Recuperação de Crédito; Comissários e Consignatários: Locadoras de Bens Móveis (Roupas, Máquinas em Geral, Empilhadeiras, Equipamentos de Guindastes, Container), Casas Lotéricas; Comissárias de Despachos, Agentes de Carga; Escritórios de Contabilidade e de Contadores e Contabilistas Autônomos; Sociedades de Fomento Mercantil (Factoring); Locadoras de Filmes; Locadoras de Máquinas e Equipamentos de Terraplenagem; Representantes Comerciais e Empresas de Representação Comercial; Sociedades de Advogados e Advogados Autônomos.

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, em cumprimento à decisão judicial, Processo n. 0000154-94.2017.5.10.0009, procedente da 9ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, que determinou a conclusão da análise do processo administrativo no prazo de 90 (noventa) dias, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46302.000794/2015-01
Entidade	Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Serras Verdes - MG
CNPJ	22.156.706/0001-80
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	*Minas Gerais*: Bom Repouso, Bueno Brandão, Camanducaia, Cambuí, Careaçu, Congonhal, Consolação, Córrego do Bom Jesus, Extrema, Heliodora, Jacutinga, Inconfidentes, Itapeva, Monte Sião, Munhoz, Natércia, Ouro Fino, São Sebastião da Bela Vista, São João da Mata, Senador Amaral, Silvianópolis, Tocos do Moji, Toledo e Turvolândia.
Fundamento	NT 335/2018/CGRS/SRT/MTb

Categoria Econômica: Categoria econômica de hotéis, restaurantes, bares e similares entendendo-se por similares de hotéis, restaurantes e bares todos os motéis, pousadas, pensionatos, pensões, hospedagem, hospedaria, hostels, lanchonetes, pizzarias, churrascarias, delicatesses, casas de café, cafeterias, casas de chá, botequins, trailers, economatos, estalagens, albergues, cafés, bufês, cantinas, casas noturnas, fast-foods, leiterias, quiosque, hotéis fazenda, fornecedores a varejo de alimentação preparada e bebidas, pastelarias, salsicharias, sorveterias e catering.

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento a Decisão Judicial prolatada nos autos do Processo Judicial n.º 0000999-60.2016.5.10.0010, procedente da 10ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, e, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46234.001870/2015-48
Entidade	Sindicato Empresarial de Hospedagem e Alimentação de Varginha - SEHAV
CNPJ	21.481.572/0001-00
Abrangência	Municipal
Base Territorial	*Minas Gerais*: Varginha
Fundamento	NT 334/2018/CGRS/SRT/MTb

Categoria Econômica: Econômica de Hotéis, Restaurantes, Bares, Pensões, Cafeterias, Leiterias, Alojamentos, Acampamentos, Albergues, Boates, Botequins, Bistrôs, Buffet, Bombonieres, Cantinas, Casa de Sucos e Vitaminas, Choperias, Cervejarias, Comida a Quilo, Colônias de Férias, Churrascarias, Creperias, Discotecas, Drive-in, Doçarias, Fast-food, Hospedagens, Hotel Fazenda, Lanchonetes, Motéis, Pastelarias, Pensionatos, Pizzarias, Pousadas, Serviços Ambulantes de Alimentação e Bebidas e Trailers de Lanches.

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento a Decisão Judicial exarada nos autos do Processo n.º 1014494-71.2017.4.01.3400, procedente da 3ª Vara Federal Cível da SJDF, Seção Judiciária do Distrito Federal e considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46223.004645/2016-73
Entidade	SINTASPM-CM - Sindicato dos Trabalhadores da Administração e dos Servidores Públicos do Município de Cândido Mendes.
CNPJ	07.801.789/0001-29
Abrangência	Municipal.
Base Territorial	*Maranhão*: Cândido Mendes.
Categoria Profissional	Trabalhadores da Administração e dos Servidores Públicos.
Fundamento	NT 332/2018/CGRS/SRT/MTb

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, em cumprimento à decisão judicial prolatada nos autos do Processo n.º 0000042-82.2018.5.10.0012, procedente da 12ª Vara do Trabalho de Brasília - DF, que determinou o seguimento da solicitação de pedido de registro sindical do impetrante no prazo de 60 (sessenta) dias, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46202.006246/2016-95
Entidade	SINDAGENTE/MA - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM CONTROLE E COMBATE DE ENDEMIAS NO ESTADO DO AMAZONAS
CNPJ	15.662.524/0001-15
Abrangência	Estadual
Base Territorial	Amazonas
Categoria	Categoria profissional estadual e municipal dos agentes de combates Às endemias. Servidores efetivos, ativos, aposentados e pensionistas da Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas - FVS/AM
Fundamento	NT 331/2018/CGRS/SRT/MTb

MARCUS VINICIUS LAIRA

DESPACHO DE 12 DE ABRIL DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, em continuidade da decisão judicial prolatada no processo n° 0000739-34.2017.5.10.0014, procedente da 14ª Vara do Trabalho de Brasília - DF, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RAE 330/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: DEFERIR o Registro de Alteração Estatutária ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Rodoviários ônibus Urbano, Turismo e Fretamento, Cargas Líquidas, Super Pesadas, Entregadores de Gás, Entregadores de Mercadorias, Diferenciados e Cargas Secas e Molhadas de Mogi das Cruzes, Suzano, Salesópolis, Biritiba-Mirim e Guararema- SP, CNPJ 58.485.616/0001-80, Processo 46219.020144/2014-31, para representar a Categoria Profissional dos trabalhadores em empresas de transportes rodoviários de ônibus urbano, turismo e fretamento, cargas liquidas, super pesadas, entregadores de gás, entregadores de mercadorias, diferenciados e cargas secas e molhadas, com abrangência intermunicipal, base territorial nos municípios de Biritiba-Mirim, Guararema, Mogi Das Cruzes, Salesópolis e Suzano, no estado de São Paulo, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013.

MARCUS VINICIUS LAIRA

DESPACHO DE 12 DE ABRIL DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, em continuidade ao cumprimento à Decisão Judicial prolatada no Processo n.º 5002794-95.2017.4.04.7005, procedente da 2ª Vara Federal de Cascavel, Tribunal Regional Federal da 4ª Região, e, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RES 340/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o registro sindical ao SINDISALU - Sindicato dos Servidores e Funcionário Públicos Municipais de Santa Lucia - PR, CNPJ 23.797.702/0001-43, Processo 46212.006488/2016-60, para representar a Categoria dos Servidores e funcionários públicos municipais do quadro geral, incluindo também aqueles que atuam na área da saúde, da educação e inclusive do magistério municipal do ensino fundamental, emprego público, assim como os que trabalham nas autarquias e no Poder Legislativo Municipal, com abrangência Municipal e base territorial no município Santa Lúcia, Estado do Paraná, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo 24000.004348/89-11; excluindo a Categoria Profissional dos Servidores e funcionários públicos municipais do quadro geral, incluindo também aqueles que atuam na área da saúde, da educação e inclusive do magistério municipal do ensino fundamental, emprego público, assim como os que trabalham nas autarquias e no Poder Legislativo Municipal, no município Santa Lúcia, Estado do Paraná, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

MARCUS VINICIUS LAIRA

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

DECISÃO Nº 36, DE 11 DE ABRIL DE 2018

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.007373/2018-83, deliberado e aprovado na 7ª Reunião Deliberativa Eletrônica da Diretoria, realizada nos dias 9 e 10 de abril de 2018, decide:

MARCUS VINICIUS LAIRA

Art. 1º Autorizar o funcionamento no Brasil da empresa estrangeira CRISTALUX SOCIEDAD ANONIMA (AMASZONAS URUGUAY), empresa do Uruguai, com capital destacado de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), que pretende funcionar em território nacional como empresa autorizada a comercializar bilhetes de passagem ou de carga (off-line)

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ
Diretor-Presidente

DECISÕES DE 11 DE ABRIL DE 2018

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.543505/2017-55, deliberado e aprovado na 7ª Reunião Deliberativa Eletrônica da Diretoria, realizada nos dias 9 e 10 de abril de 2018, decide:

Nº 34 - Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária FTA - FLY TÁXI AÉREO LTDA., CNPJ nº 24.853.050/0001-80, com sede social em Belo Horizonte (MG), a explorar serviço de transporte aéreo público não regular na modalidade táxi-aéreo; e

Nº 35 - Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária AEROSAMA AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA., CNPJ nº 20.353.437/0001-16, com sede social em Jataí (GO), a explorar serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola.

Estas decisões entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Decisões acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIRO
Diretor-Presidente

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 664, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e considerando o que consta do Processo nº 00058.005414/2018-05, resolve:

Alterar e renova a inscrição do aeródromo público de Castro Alves (SSRF), em Castro Alves-BA no cadastro de aeródromos. A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Fica revogada a Portaria DAC nº 390/SIE, de 19 de fevereiro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 23 de fevereiro de 2001, Seção 1, página 24.

Esta Portaria entra em vigor na data da publicação. O inteiro teor da Portaria acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 1.076, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, considerando o que consta do processo nº 00065.014184/2018-78, resolve:

Alterar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Balada (MG) (código OACI: SSBB) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade até 6 de Julho de 2026. Fica revogada a Portaria nº 1686/SIA, de 5 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União 06 de Julho de 2016, Seção 1, Página 53.

Esta Portaria entra em vigor na data da publicação. O inteiro teor da Portaria acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

PORTARIAS DE 4 DE ABRIL DE 2018

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 1.089 - Inscrever o heliponto privado Mina Brucutu (MG) (código OACI: SWYB) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.506100/2017-47. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Nº 1.090 - Inscrever o heliponto privado Minas de Conceição (MG) (código OACI: SSNC) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.506097/2017-61. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Nº 1.092 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Promissão (MT) (código OACI: SJPS) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.014743/2018-40. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Nº 1.093 - Inscrever o aeródromo privado Sitio Aeroportuário Esteirinha (PR) (código OACI: SIAI) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.014313/2018-28. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Nº 1.094 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Centro Oeste (MT) (código OACI: SSCW) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.014590/2018-31. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.
Nº 1095 - Inscrever o aeródromo privado Pagrisa (PA) (código OACI: SJVX) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.014328/2018-96. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

PORTARIAS DE 9 DE ABRIL DE 2018

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751/SIA, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, resolve:

Nº 1.117 - Homologar o heliponto privado a bordo da unidade WEST SATURN (9PWS). Processo nº 00065.013956/2018-54. A homologação tem validade até 16 de março de 2021.

Nº 1.119 - Homologar o heliponto privado a bordo da unidade TOP ESTRELA DO MAR (9PJD). Processo nº 00065.013574/2018-21. A homologação tem validade até 16 de janeiro de 2021.

Nº 1.123 - Homologar o heliponto privado a bordo da unidade SKANDI SANTOS (9PBF). Processo nº 00065.014532/2018-15. A homologação tem validade até 27 de fevereiro de 2021.

Nº 1.126 - Homologar o heliponto privado a bordo da unidade PETROBRAS 67 P-67 (9PRX). Processo nº 00065.011293/2018-33. A homologação tem validade até 26 de fevereiro de 2021.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

PORTARIAS DE 10 DE ABRIL DE 2018

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751/SIA, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, resolve:

Nº 1.133 - Homologar o heliponto privado a bordo da unidade UMS OLYMPIA I (9PII). Processo nº 00065.016828/2018-62. A homologação tem validade até 28 de março de 2020. Fica revogada a Portaria Nº 2219/SIA, de 30 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2017, Seção 1, Página 163, retificada no Diário Oficial da União de 14 de julho de 2017, Seção 1, página 64.

Nº 1.138 - Homologar o heliponto privado a bordo da unidade FPSO CIDADE DE MANGARATIBA MV-24, (9PIV). Processo nº 00065.013948/2018-16. A homologação tem validade até 5 de outubro de 2020. Fica revogada a Portaria Nº 3736/SIA, de 9 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 22 de novembro de 2017, Seção 1, Página 94.

Nº 1.139 - Homologar o heliponto privado a bordo da unidade PETROBRAS 43 P-43 (9PPD). Processo nº 00065.012078/2018-50. A homologação tem validade até 9 de janeiro de 2021.
Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 913, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.556958/2017-52, resolve:

Art. 1º Autorizar a "Bell Helicopter Textron Inc.", com sede principal situada em 9601 East Trinity Blvd, Fort Worth, Texas - USA, a conduzir treinamentos e respectivos exames teóricos e práticos que tenham a finalidade de emissão de habilitação pela ANAC. Esta Autorização tem validade de 2 anos, a partir da data da publicação desta autorização.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL

GERÊNCIA TÉCNICA DE FATORES HUMANOS

PORTARIA Nº 1.195, DE 11 DE ABRIL DE 2018

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.5.2.2(a)(iv) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426/SPO, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.003050/2018-21, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 3 (três) anos, a clínica HOSPITAL CENTRAL ARISTARCHO PESSOA - HOSPITAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ 40.228.587/0001-05, CLC 48, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Avenida Paulo de Frontin, nº 876, Rio Comprido, Rio de Janeiro (RJ), para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 1ª, 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67).

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º A Clínica Hospital Central Aristarcho Pessoa - CBMERJ, deverá manter, na pessoa de seu Diretor Técnico Médico, todos os requisitos da certificação previstos no RBAC nº 67.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERT COSTA REBELLO

GERÊNCIA-GERAL DE AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 1.205, DE 11 DE ABRIL DE 2018

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3426 de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 137 (RBAC nº 137), na Lei 9784, de 29 de janeiro de 199 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.002394/2018-11, resolve:

Art. 1º Suspender de forma cautelar o Certificado de Operador Aéreo (COA) nº 2010-08-5IAK-01-01, emitido em favor da sociedade empresária AEROAGRÍCOLA SANTANENSE LTDA, a partir do dia 11 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

SUPERINTENDÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS AÉREOS

GERÊNCIA DE ACESSO AO MERCADO

PORTARIA Nº 1.038, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O GERENTE DE ACESSO AO MERCADO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, da Portaria SAS nº 2.155, de 24 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto na Resolução ANAC nº. 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.537260/2017-27, resolve:

Art. 1º Aprovar a mudança do nome empresarial da sociedade empresária RITTER AERO AGRÍCOLA LTDA - ME., CNPJ nº.07.629.863/0001-71, com sede social em Acreúna (GO), autorizada a explorar serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola pela Decisão nº. 47, de 11 de maio de 2015, para XINGU AERO AGRÍCOLA LTDA - ME., nos termos constantes da 3ª Alteração do Contrato Social, datada de 3 de outubro de 2017, submetido à anuência desta Agência Reguladora.

Art. 2° Permanecem em vigor todas as disposições contidas na Decisão nº. 47, de 11 de maio de 2015.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROQUE FELIZARDO DA SILVA NETO

Ministério Extraordinário da Segurança Pública

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 1.664, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/15833 - DPF/UDI/MG, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GENTLEMAN SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 04.032.981/0004-52, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 601/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.724, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/15013 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve: CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0136-28, sediada no Maranhão, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

78 (setenta e oito) Munições no calibre 12 (doze) com projéteis de borracha ou plástico

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.761, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/17186 - DPF/CAS/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa CONDOMINIO SHOPPING CENTER IGUATEMI CAMPINAS , CNPJ nº 52.363.629/0001-08, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

100 (cem) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.824, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/15653 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PETRO AMAZON - PETROLEO DA AMAZONIA LTDA, CNPJ nº 84.634.682/0006-99 para atuar no Pará.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 1.850, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/21485 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa VIGBAN EMPRESA DE VIGILÂNCIA BANCÁRIA COMÉRCIAL E INDÚSTRIAL LTDA, CNPJ nº 33.746.207/0001-69, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4370 (quatro mil e trezentas e setenta) Munições calibre 38

740 (setecentas e quarenta) Munições calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 1.884, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/21678 - DPF/JZO/BA, resolve: CONCEDER autorização à empresa GUARDSECURE SEGURANCA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ nº 42.035.097/0002-07, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2088 (duas mil e oitenta e oito) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 1.968, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/20674 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO DO SHOPPING FREI CANECA, CNPJ nº 11.384.227/0001-02 para atuar em São Paulo.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 2.013, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/20148 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve: CONCEDER autorização à empresa SERVIS SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.945.678/0003-58, sediada no Amazonas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1462 (uma mil e quatrocentas e sessenta e duas) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 2.023, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/23716 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve: CONCEDER autorização à empresa ONDREPSB RS- SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 10.853.830/0001-15, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1250 (uma mil e duzentas e cinquenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 2.048, DE 6 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/2995 - DPF/PFO/RS, resolve: CONCEDER autorização à empresa HELP EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 03.309.155/0001-00, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 2.110, DE 10 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/11556 - DPF/STS/SP, resolve: AUTORIZAR a empresa FALCÃO CENTRO DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO DE SEGURANÇA S/S LTDA, CNPJ Nº 60.012.499/0001-89, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser FALCÃO CENTRO DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO DE SEGURANÇA EIRELI

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 2.111, DE 10 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/12152 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RUDDER SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 87.060.331/0002-86, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 814/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 2.117, DE 10 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/15978 - DPF/PCA/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa SJT SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 15.712.329/0001-52, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

6 (seis) Revólveres calibre 38

78 (setenta e oito) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PAUTA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2018

Hora: 13:00h
Local: Sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho - SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, Edifício CNC, 16º Andar, Asa Norte, Brasília, DF.
1ª Parte - Expediente.
a) - Comunicados e Assuntos Gerais:
1 - Coordenador(a) da CCR.
2 - Membros da CCR.
2ª Parte - Ordem do Dia.
I - Recursos administrativos
Processo IC-000087.2017.01.008/7 - Assunto: 6.COORD IGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO), INQUIRIDO: MAGNA VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA - EPP, NOTICIANTE: MÔNICA CRISTINA BRANDÃO DOS SANTOS LIMA - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.
Processo IC-000309.2015.12.000/4 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INQUIRIDO: BISTEK - SUPERMERCADOS LTDA, NOTICIANTE: LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA, NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA) - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes.
Processo IC-002946.2016.02.000/5 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), INQUIRIDO: O BURGUER BAR E RESTAURANTE LTDA ME - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes.
Processo IC-002483.2016.10.000/7 - Assunto: 4.CONAP, 8.CONALIS, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - CRECI/DF, NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: SINDECOF - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM CONSELHOS E ORDENS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL E ENTIDADES COLIGADAS E AFINS DO DF - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes.
Processo PP-001850.2016.21.000/1 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INVESTIGADO: REAL SEGURANÇA LTDA. - ME - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes.
Processo IC-000230.2016.22.001/3 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ASSOCIAÇÃO PICOENSE DOS AGENTES COMUNITÁRIS DE SAÚDE, INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE PICOS - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes.
Processo IC-000438.2017.19.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: SENAC - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL, NOTICIANTE: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM ALAGOAS - SRTE/AL - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes.
Processo NF-000230.2017.23.003/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: PENHA CONSTRUTORA LTDA - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes.
Processo NF-000035.2018.05.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: ISAS - INSTITUTO DE SAUDE E ACAO SOCIAL , NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes.
Processo NF-000040.2018.15.002/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: HOSPITAL SÃO LUCAS DE TAUBATE SOCIEDADE CIVIL LTDA, NOTICIANTE: SINDICATO DOS ENFERMEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes.
Processo PP-000800.2017.15.002/2 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INVESTIGADO: COMERCIAL ZARAGOZA IMPORTACAO E EXPORTAC , NOTICIANTE: DENUNCIANTE SOB SIGILO - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira.
Processo NF-000150.2018.03.000/7 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIADO: CARLOS EDUARDO MOREIRA GONÇALVES, NOTICIADO: CONSTRUTORA SERCEL LTDA, NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, NOTICIADO: JOSÉ GUILHERME GONÇALVES, NOTICIADO: LUIZ CARLOS MOREIRA JABOUR - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira.
Processo NF-000017.2018.10.001/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: CNJ - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, NOTICIADO: FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE NOTÁRIOS E REGISTRADORES , NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PRT 10ª REGIÃO/ PTM PALMAS/TO, NOTICIADO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS - TJ/TO - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600202

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - Declínios de atribuições

Processo NF-001234.2018.02.000/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: EXCELLENCE RECURSOS HUMANOS, NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO) - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes.

Processo NF-003609.2017.04.000/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO (TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO) - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira.

Processo NF-000410.2017.04.001/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: CAMILA THREMEL DA SILVA NONEMACHER - ME , NOTICIANTE: SIGILOSO - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira.

Processo NF-000111.2018.01.005/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: MUNICÍPIO DE MACAÉ - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira.

Processo NF-000237.2018.03.002/7 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIADO: TRANSPORTADORA BCL LTDA, NOTICIANTE: VARA DO TRABALHO DE UBÁ - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira.

Processo NF-000418.2018.05.000/7 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, NOTICIADO: MUNICÍPIO DE CAMAÇARI (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMACARI) - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira.

Processo NF-000191.2018.15.001/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO DE MARÍLIA, NOTICIADO: ZONER & SONER LTDA - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira.

Processo NF-000082.2018.16.000/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: 4ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS, NOTICIADO: UFMA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira.

III - Demais Procedimentos para análise revisional

PRT 1ª Região-RJ - IC-001471.2011.01.000/2, IC-000115.2011.01.003/0, IC-002469.2014.01.000/3, IC-002988.2014.01.000/7, IC-003844.2014.01.000/0, IC-000562.2014.01.001/6, IC-000153.2014.01.002/3, IC-000320.2014.01.004/0, IC-001144.2015.01.000/5, IC-000424.2015.01.001/4, IC-000399.2016.01.000/0, IC-001391.2016.01.000/7, IC-004009.2016.01.000/6, IC-005507.2016.01.000/0, IC-000368.2016.01.001/3, IC-000747.2017.01.000/7, IC-001451.2017.01.000/0, IC-002363.2017.01.000/9, NF-005212.2017.01.000/9, IC-005302.2017.01.000/0, NF-006741.2017.01.000/7, IC-000190.2017.01.002/1, IC-000344.2017.01.003/8, NF-000114.2018.01.006/5, NF-000195.2018.01.006/0, IC-004761.2011.01.000/2, IC-000306.2013.01.001/9, IC-003566.2014.01.000/2, IC-005294.2015.01.000/7, IC-000157.2015.01.002/1, IC-000317.2015.01.003/0, IC-000332.2015.01.003/2, IC-000224.2015.01.007/3, IC-004353.2016.01.000/7, IC-005055.2016.01.000/4, IC-006012.2016.01.000/0, IC-000337.2016.01.001/5, IC-000568.2016.01.004/2, IC-000399.2016.01.005/5, IC-001367.2017.01.000/2, IC-003800.2017.01.000/9, IC-000016.2017.01.002/1, IC-000212.2017.01.002/4, IC-000727.2017.01.004/6, PP-000779.2017.01.005/6, IC-000513.2017.01.006/9, NF-001341.2018.01.000/9, IC-000765.2008.01.000/8, NF-001463.2010.01.000/5, IC-004120.2012.01.000/0, IC-000093.2012.01.007/6, IC-003677.2014.01.000/1, IC-000399.2014.01.004/9, IC-000814.2015.01.000/9, IC-004737.2015.01.000/3, IC-000163.2015.01.004/5, IC-000139.2015.01.006/3, IC-000375.2016.01.000/0, IC-001887.2016.01.000/0, IC-002446.2016.01.000/8, IC-005797.2016.01.000/1, IC-006574.2016.01.000/6, IC-000156.2016.01.002/8, IC-000317.2016.01.003/2, IC-000505.2016.01.003/9, IC-000204.2016.01.004/9, IC-000359.2016.01.004/5, IC-000565.2016.01.005/4, IC-000721.2016.01.006/7, IC-000013.2016.01.007/5, PP-001307.2017.01.000/4, PP-004194.2017.01.000/5, IC-000127.2017.01.001/4, IC-000146.2017.01.005/6, IC-000562.2017.01.005/8, NF-000104.2018.01.006/8, IC-001179.2006.01.000/0 - PRT 2ª Região-SP - IC-004785.2012.02.000/0, IC-001064.2013.02.000/8, IC-003895.2014.02.000/9, IC-000270.2014.02.002/9, PP-001350.2016.02.000/7, IC-006451.2016.02.000/0, IC-007809.2016.02.000/0, IC-000539.2016.02.005/0, IC-000497.2017.02.000/0, IC-005229.2017.02.000/4, PP-008071.2017.02.000/2, NF-009724.2017.02.000/6, IC-000955.2017.02.001/0, PP-000646.2017.02.003/7, IC-000118.2017.02.005/9, PP-000148.2018.02.000/9, NF-000333.2018.02.000/6, NF-000865.2018.02.000/1, NF-000276.2018.02.001/7, NF-000048.2018.02.002/7, NF-000074.2018.02.002/2, NF-000106.2018.02.002/9, NF-000125.2018.02.002/7, IC-000888.2011.02.000/6, IC-003694.2011.02.000/3, IC-000139.2014.02.000/7, IC-000036.2014.02.004/3, IC-000887.2015.02.000/0, IC-002041.2015.02.000/0, IC-002201.2015.02.000/0, IC-004226.2015.02.000/6, IC-006513.2015.02.000/1, IC-000311.2015.02.001/1, IC-007596.2016.02.000/9, IC-007865.2016.02.000/6, IC-008933.2016.02.000/1, IC-000599.2016.02.002/0, PP-001052.2017.02.000/8, IC-002560.2017.02.000/8, IC-004071.2017.02.000/0, IC-006402.2017.02.000/6, IC-007893.2017.02.000/6, PP-008270.2017.02.000/1, PP-008382.2017.02.000/6, PP-009217.2017.02.000/0, NF-009480.2017.02.000/0, IC-000019.2017.02.002/6, IC-000330.2017.02.003/7, NF-000846.2018.02.000/3, NF-000937.2018.02.000/0, NF-001335.2018.02.000/5, NF-001460.2018.02.000/4, NF-000073.2018.02.002/5, IC-001737.2013.02.000/6, IC-002559.2014.02.000/5, IC-000133.2014.02.003/1, IC-003452.2015.02.000/0, IC-008714.2016.02.000/0, IC-000659.2016.02.002/0, NF-003112.2017.02.000/6, PP-008685.2017.02.000/4, PP-009426.2017.02.000/5, NF-009738.2017.02.000/4, IC-000735.2017.02.001/0, IC-001103.2017.02.001/7, IC-000071.2017.02.002/7, NF-001166.2017.02.002/0, PP-000465.2017.02.003/9, IC-000125.2017.02.005/7, NF-000812.2018.02.000/6, NF-000988.2018.02.000/3, NF-000031.2018.02.002/8 - PRT 3ª Região-MG - IC-000419.2013.03.009/4, IC-000194.2014.03.010/1, IC-000318.2015.03.005/1, IC-000037.2015.03.010/1, IC-000419.2015.03.010/2, IC-000240.2016.03.000/2, IC-001043.2017.03.000/8, IC-001379.2017.03.000/1, IC-001867.2017.03.000/0, IC-002633.2017.03.000/3, IC-000467.2017.03.001/1, PP-000122.2017.03.004/9, IC-000456.2017.03.007/3, NF-000702.2017.03.007/6, IC-000712.2017.03.007/3, IC-000260.2017.03.009/8, IC-000017.2013.03.002/0, IC-000264.2013.03.010/5, IC-000837.2014.03.000/3, IC-002327.2014.03.000/1, IC-000407.2014.03.010/0, IC-000459.2016.03.007/0, IC-003389.2017.03.000/4, IC-003797.2017.03.000/9, IC-004786.2017.03.000/5, IC-000397.2017.03.001/5, IC-000214.2017.03.003/1, IC-000138.2017.03.004/4, IC-000172.2017.03.004/5, IC-000019.2017.03.008/0, IC-000357.2018.03.000/8, IC-000435.2013.03.010/6, IC-003790.2014.03.000/5, IC-002597.2015.03.000/2, IC-003648.2016.03.000/3, IC-004562.2016.03.000/4, IC-000844.2016.03.001/8, IC-000300.2016.03.005/6, IC-000843.2017.03.000/3, IC-000482.2017.03.002/5, IC-000232.2017.03.005/5, IC-000109.2017.03.007/1, IC-000571.2017.03.007/4, IC-000079.2017.03.008/9, NF-000113.2018.03.000/7, NF-000072.2018.03.001/9, IC-000287.2013.03.005/2 - PRT 4ª Região-RS - IC-000425.2014.04.001/5, IC-001696.2015.04.000/7, IC-000166.2015.04.007/0, IC-004577.2016.04.000/8, IC-000696.2016.04.006/7, IC-000261.2017.04.000/4, IC-000503.2017.04.000/8, IC-000766.2017.04.000/7, IC-000783.2017.04.000/2, IC-000911.2017.04.000/5, IC-002435.2017.04.000/0, IC-002989.2017.04.000/0, NF-004251.2017.04.000/3, NF-004670.2017.04.000/9, IC-000046.2017.04.001/8, IC-000470.2017.04.004/4, IC-000086.2017.04.005/4, IC-000326.2017.04.007/5, NF-000090.2018.04.007/4, IC-001439.2013.04.000/7, IC-000204.2014.04.000/1, IC-002810.2014.04.000/3, IC-000167.2015.04.006/7, IC-000297.2016.04.000/1, IC-002624.2016.04.000/0, IC-002680.2016.04.000/7, IC-002876.2016.04.000/8, IC-004337.2016.04.000/8, IC-005018.2016.04.000/7, IC-000214.2016.04.004/0, IC-000710.2016.04.006/8, IC-000260.2016.04.007/2, IC-001316.2017.04.000/7, IC-002246.2017.04.000/7, IC-003124.2017.04.000/4, IC-003373.2017.04.000/5, IC-003972.2017.04.000/3, IC-004024.2017.04.000/5, IC-004166.2017.04.000/9, NF-005182.2017.04.000/9, NF-000927.2018.04.000/3, IC-000124.2010.04.005/5, IC-002509.2013.04.000/2, IC-003240.2014.04.000/7, IC-000450.2015.04.000/1, IC-003419.2015.04.000/3, IC-000126.2015.04.005/4, IC-000295.2016.04.000/9, IC-004589.2016.04.000/6, IC-000432.2017.04.000/5, IC-000591.2017.04.000/0, IC-000850.2017.04.000/0, IC-001177.2017.04.000/6, IC-001991.2017.04.000/4, PP-002959.2017.04.000/0, PP-004433.2017.04.000/5, IC-004529.2017.04.000/9, NF-004549.2017.04.000/1, PP-004785.2017.04.000/0, IC-004979.2017.04.000/0, PP-000081.2017.04.003/6, IC-000116.2017.04.005/2, IC-000477.2017.04.007/3, IC-000057.2017.04.008/0, IC-000508.2017.04.008/5, IC-000240.2018.04.000/0, NF-000785.2018.04.000/8, IC-004405.2017.04.000/7 - PRT 5ª Região-BA - IC-002552.2012.05.000/6, IC-000331.2015.05.004/4, IC-000428.2016.05.006/4, IC-000044.2017.05.000/9, IC-001511.2017.05.000/6, PP-002490.2017.05.000/2, IC-000296.2017.05.006/9, NF-000209.2018.05.000/0, NF-000265.2018.05.000/8, NF-000403.2018.05.000/8, IC-000056.2010.05.002/0, IC-000505.2012.05.004/6, IC-002070.2015.05.000/7, IC-000034.2016.05.000/7, IC-003215.2016.05.000/0, IC-000448.2017.05.000/6, IC-000743.2017.05.000/9, IC-001740.2017.05.000/4, IC-002851.2017.05.000/1, NF-003466.2017.05.000/4, IC-000115.2017.05.002/2, IC-000049.2017.05.003/0, IC-000051.2017.05.003/0, NF-000319.2017.05.003/5, PP-000330.2017.05.004/3, NF-000064.2018.05.000/9, NF-000253.2018.05.000/8, NF-000256.2018.05.000/7, NF-000290.2018.05.000/8, IC-000013.2018.05.002/4, NF-000004.2018.05.003/6, IC-000035.2015.05.007/3, IC-000219.2016.05.002/3, IC-000117.2016.05.003/3, IC-000056.2017.05.000/1, IC-000669.2017.05.000/3, NF-000700.2017.05.000/0, IC-001872.2017.05.000/1, NF-003381.2017.05.000/2, NF-003591.2017.05.000/3, IC-000057.2017.05.004/6 - PRT 6ª Região-PE - IC-000299.2016.06.000/1, IC-002681.2016.06.000/5, IC-000459.2016.06.002/0, IC-003184.2017.06.000/5, IC-000135.2017.06.001/8, NF-000128.2018.06.000/1, IC-000682.2011.06.000/9, IC-002674.2015.06.000/3, IC-000483.2016.06.000/2, IC-002206.2016.06.000/2, IC-002442.2016.06.000/0, PP-003770.2017.06.000/0, NF-004044.2017.06.000/0, IC-000023.2017.06.002/1, NF-000842.2017.06.002/4, NF-000091.2018.06.002/8, IC-000501.2014.06.002/6, IC-000017.2015.06.000/1, IC-000124.2015.06.002/0, IC-000178.2015.06.002/1, IC-001409.2017.06.000/7, IC-001802.2017.06.000/8, IC-002979.2017.06.000/6, PP-003296.2017.06.000/0, IC-003531.2017.06.000/6, IC-000487.2017.06.002/2, NF-000800.2017.06.002/2, NF-000827.2017.06.002/1 - PRT 7ª Região-CE - IC-000926.2010.07.000/4, IC-000104.2014.07.002/4, IC-000224.2015.07.000/1, IC-000702.2015.07.000/5, IC-001062.2015.07.000/6, IC-001502.2016.07.000/6, IC-000324.2017.07.000/1, IC-000205.2013.07.002/6, IC-000708.2015.07.000/3, IC-000761.2015.07.000/2, IC-001287.2015.07.000/0, IC-001966.2015.07.000/3, IC-000112.2016.07.000/6, IC-000625.2016.07.000/3, IC-001716.2016.07.000/9, IC-001909.2016.07.000/3, IC-000007.2016.07.003/0, PP-000766.2017.07.000/0, PP-001862.2017.07.000/8, PP-002043.2017.07.000/0, PP-002500.2017.07.000/5, NF-000268.2017.07.002/8, IC-000467.2012.07.000/4, IC-000635.2013.07.000/9, IC-001247.2015.07.000/5, PP-001454.2017.07.000/3, IC-000141.2017.07.001/2, PP-000060.2018.07.000/9, NF-000403.2018.07.000/5, IC-000052.2012.07.002/3 - PRT 8ª Região-PA - IC-000232.2014.08.002/0, IC-000143.2014.08.003/0, IC-000169.2014.08.003/1, IC-000224.2014.08.003/4, IC-000282.2015.08.003/2, IC-000065.2016.08.000/7, IC-001194.2016.08.000/5, IC-001297.2016.08.000/7, IC-001351.2016.08.000/6, IC-001886.2016.08.000/0, IC-000657.2017.08.000/9, IC-000667.2017.08.000/9, IC-000686.2017.08.000/4, IC-000703.2017.08.000/5, IC-000805.2017.08.000/9, IC-000888.2017.08.000/3, IC-001861.2017.08.000/0, IC-000357.2013.08.001/4, IC-000340.2013.08.003/9, IC-000740.2014.08.000/7, IC-000088.2014.08.002/2, IC-000215.2014.08.002/5, IC-000763.2015.08.000/3, IC-001129.2015.08.000/6, IC-000310.2015.08.001/2, IC-000135.2015.08.003/2, IC-000272.2015.08.003/5, IC-000293.2016.08.000/7, IC-000512.2016.08.000/7, IC-000709.2016.08.000/0, IC-001902.2016.08.000/3, IC-000874.2017.08.000/0, IC-000884.2017.08.000/8, PP-000957.2017.08.000/3, IC-000975.2017.08.000/5, PP-001553.2017.08.000/5, IC-001839.2017.08.000/5, IC-000033.2017.08.002/5, IC-000288.2013.08.002/2, IC-000248.2013.08.003/1, IC-000621.2015.08.000/3, IC-000531.2016.08.000/5, IC-000735.2017.08.000/0, IC-000741.2017.08.000/1, IC-000799.2017.08.000/9, PP-001151.2017.08.000/5, IC-001860.2017.08.000/5, IC-000012.2017.08.003/3, NF-000434.2018.08.000/1 - PRT 9ª Região-PR - IC-001776.2015.09.000/6, IC-000528.2015.09.003/4, IC-003944.2016.09.000/9, IC-000278.2016.09.001/7, IC-000557.2016.09.001/0, IC-000632.2016.09.003/4, IC-000156.2016.09.010/1, IC-000095.2017.09.000/8, IC-000451.2017.09.000/6, IC-002725.2017.09.000/0, NF-003907.2017.09.000/1, IC-000240.2017.09.005/0, IC-000392.2017.09.008/0, NF-000038.2018.09.006/5, IC-000483.2014.09.001/3, IC-002799.2015.09.000/3, IC-000309.2015.09.001/8, IC-000478.2015.09.001/0, IC-000477.2016.09.000/6, IC-001981.2016.09.000/1, IC-002629.2016.09.000/3, IC-004104.2016.09.000/3, IC-000161.2016.09.001/7, IC-000359.2016.09.001/7, IC-000510.2016.09.003/9, IC-000302.2016.09.006/0, IC-001638.2017.09.000/8, IC-002410.2017.09.000/5, PP-002462.2017.09.000/8, PP-002499.2017.09.000/5, IC-002598.2017.09.000/7, IC-003567.2017.09.000/0, PP-003594.2017.09.000/3, IC-003755.2017.09.000/8, IC-000016.2017.09.003/5, IC-000214.2017.09.007/6, IC-000360.2017.09.007/5, IC-000247.2017.09.009/9, NF-000019.2018.09.000/5, NF-000103.2018.09.000/0, NF-000076.2018.09.004/0, IC-000005.2018.09.006/7, IC-000708.2013.09.003/0, IC-002857.2015.09.000/4, IC-000016.2015.09.005/1, IC-000138.2015.09.007/2, IC-000506.2016.09.003/0, IC-000261.2016.09.009/2, IC-000433.2017.09.000/4, IC-000457.2017.09.000/4, IC-000465.2017.09.000/9, IC-002211.2017.09.000/6, IC-002479.2017.09.000/2, PP-002521.2017.09.000/4, IC-002671.2017.09.000/3, IC-000022.2017.09.001/0, IC-000307.2017.09.001/0, IC-000220.2017.09.007/8, IC-000035.2017.09.010/0, NF-000170.2018.09.000/2, NF-000020.2018.09.010/0, IC-000033.2018.09.010/0 - PRT 10ª Região-DF - IC-000103.2014.10.000/5, IC-001771.2014.10.000/0, IC-002281.2016.10.000/1, PP-002592.2017.10.000/7, NF-000108.2018.10.000/8, IC-001311.2016.10.000/6, IC-000154.2016.10.001/1, IC-000532.2017.10.000/1, IC-001625.2017.10.000/8, IC-001685.2017.10.000/6, IC-002528.2017.10.000/5, PP-002922.2017.10.000/1, PP-002973.2017.10.000/9, IC-000080.2018.10.000/5, NF-000037.2018.10.001/6, IC-001489.2017.10.000/3, IC-001694.2017.10.000/7, IC-002360.2017.10.000/2, PP-002621.2017.10.000/4, PP-002907.2017.10.000/6, IC-000110.2017.10.001/0, IC-000120.2017.10.002/5, IC-000134.2017.10.002/8, NF-000375.2018.10.000/6 - PRT 11ª Região-AM - IC-000783.2013.11.000/0, IC-000129.2014.11.001/7, IC-000424.2015.11.000/4, IC-000339.2011.11.000/4, IC-000329.2013.11.000/2, IC-000086.2015.11.000/0, IC-000617.2015.11.000/2, IC-000132.2015.11.001/2, IC-000101.2017.11.000/1, IC-002160.2008.11.000/5, IC-000450.2011.11.000/0, IC-001150.2014.11.000/6, IC-000688.2015.11.000/0, IC-001503.2015.11.000/1, IC-000801.2016.11.000/6, NF-000927.2017.11.000/0, IC-000037.2017.11.001/4 - PRT 12ª Região-SC - IC-

000114.2009.12.000/0, IC-000064.2010.12.004/6, IC-000748.2012.12.000/1, IC-000149.2012.12.003/3, IC-000348.2015.12.005/9, IC-000017.2016.12.004/9, IC-000580.2017.12.000/7, PP-001598.2017.12.000/8, IC-000384.2006.12.000/0, IC-000016.2014.12.000/0, IC-000045.2014.12.004/1, IC-000125.2015.12.001/5, IC-000202.2015.12.004/4, IC-000989.2016.12.000/4, NF-000340.2016.12.005/0, IC-000003.2016.12.006/0, IC-000097.2017.12.000/4, IC-000118.2017.12.000/4, IC-000108.2017.12.001/5, IC-000104.2017.12.002/8, IC-000177.2017.12.004/4, IC-000323.2010.12.000/7, IC-001019.2012.12.000/7, IC-000027.2013.12.000/2, IC-000175.2015.12.004/6, IC-000746.2016.12.000/0, IC-000132.2016.12.004/0, IC-000758.2017.12.000/2, IC-001247.2017.12.000/9, IC-001509.2017.12.000/6, IC-000720.2017.12.001/8, IC-000318.2017.12.004/3 - PRT 13ª Região-PB - IC-001310.2013.13.000/0, IC-000258.2014.13.000/4, IC-000414.2013.13.000/3, IC-001374.2013.13.000/0, IC-001106.2014.13.000/3, IC-000855.2015.13.000/7, IC-000099.2015.13.002/5, IC-000144.2016.13.000/9, IC-000089.2017.13.002/4, IC-001654.2013.13.000/9, IC-000736.2015.13.000/0, IC-000298.2015.13.002/2, IC-001872.2016.13.000/0, NF-001918.2017.13.000/4 - PRT 14ª Região-RO - IC-000076.2016.14.002/2, IC-000104.2016.14.002/7, IC-000325.2014.14.002/9, IC-000695.2015.14.000/0, NF-000033.2018.14.000/3, IC-000062.2018.14.002/2, NF-000578.2017.14.000/2 - PRT 15ª Região-Campinas - IC-000072.2014.15.004/0, IC-000124.2016.15.000/6, IC-002420.2016.15.000/3, IC-004221.2016.15.000/0, IC-000169.2017.15.000/0, IC-000665.2017.15.000/5, IC-001483.2017.15.000/1, PP-001033.2017.15.001/8, IC-000460.2017.15.003/1, PP-000402.2017.15.005/7, IC-000450.2017.15.008/5, PP-000328.2018.15.000/3, NF-000088.2018.15.005/7, IC-002995.2015.15.000/0, IC-000050.2016.15.000/2, IC-000412.2016.15.000/0, IC-003004.2016.15.000/1, IC-003889.2016.15.000/8, IC-000063.2016.15.001/3, IC-000467.2016.15.002/5, IC-000546.2016.15.007/3, IC-000504.2016.15.008/0, PP-002090.2017.15.000/0, NF-002454.2017.15.000/6, IC-002458.2017.15.000/8, IC-002511.2017.15.000/1, IC-000407.2017.15.001/6, IC-000121.2017.15.004/2, IC-000096.2017.15.005/7, IC-000114.2017.15.005/2, PP-000357.2017.15.006/5, IC-000874.2017.15.006/1, IC-000405.2017.15.008/0, NF-000449.2018.15.000/2, PP-000029.2018.15.003/3, NF-000099.2018.15.005/2, IC-002190.2015.15.000/4, IC-000999.2015.15.001/0, IC-000448.2016.15.008/6, IC-004095.2017.15.000/4, PP-004335.2017.15.000/8, PP-000438.2017.15.001/4, IC-000277.2017.15.002/9, PP-000489.2017.15.003/3, IC-000286.2017.15.005/4, IC-000351.2017.15.005/9, IC-000804.2017.15.008/7, NF-000049.2018.15.000/7, NF-000081.2018.15.005/6 - PRT 16ª Região-MA - IC-001103.2016.16.000/5, NF-000683.2017.16.000/8, IC-001240.2017.16.000/3, IC-000044.2017.16.001/0, NF-000087.2018.16.000/7, IC-000109.2011.16.000/0, IC-000915.2013.16.000/3, IC-000792.2014.16.000/9, IC-001222.2015.16.000/8, NF-000375.2017.16.000/9, NF-001106.2017.16.000/3, IC-001148.2017.16.000/0, NF-001151.2017.16.000/8, NF-001236.2017.16.000/0, NF-000001.2018.16.000/5, NF-000027.2018.16.002/0, NF-000048.2006.16.003/2, IC-000121.2011.16.000/4, IC-000935.2014.16.000/0, IC-000425.2016.16.000/8, NF-000618.2017.16.000/9, NF-000718.2017.16.000/7, NF-000878.2017.16.000/9, NF-000936.2017.16.000/5, NF-001126.2017.16.000/6, NF-001139.2017.16.000/9, NF-000090.2018.16.000/4, NF-000123.2018.16.000/6, NF-000025.2018.16.002/5 - PRT 17ª Região-ES - IC-000603.2015.17.000/5, IC-000220.2015.17.002/4, IC-000048.2016.17.000/6, PP-001016.2017.17.000/0, IC-000160.2017.17.002/0, IC-000817.2014.17.000/1, IC-001050.2016.17.000/1, IC-001453.2016.17.000/7, IC-001580.2016.17.000/7, PP-000751.2017.17.000/2, IC-000932.2017.17.000/0, PP-001025.2017.17.000/1, PP-001691.2017.17.000/8, IC-000247.2017.17.001/0, IC-000011.2017.17.002/6, PP-000089.2017.17.003/2, IC-000132.2017.17.003/0, IC-000883.2016.17.000/2, IC-001499.2016.17.000/5, IC-000304.2017.17.000/2, NF-001661.2017.17.000/9, IC-000064.2017.17.002/9, IC-000118.2017.17.002/5, IC-000101.2017.17.003/1, NF-000046.2018.17.000/9, NF-000022.2018.17.001/4 - PRT 18ª Região-GO - IC-000104.2012.18.000/3, IC-001430.2015.18.000/4, IC-000259.2015.18.002/4, IC-001404.2016.18.000/9, IC-000220.2017.18.000/4, IC-000321.2017.18.000/9, NF-001954.2017.18.000/9, IC-000310.2017.18.002/1, IC-000072.2012.18.001/5, IC-000239.2014.18.001/9, IC-000916.2015.18.000/7, IC-000998.2016.18.000/0, IC-000264.2016.18.001/4, IC-001158.2017.18.000/2, NF-001825.2017.18.000/8, IC-001899.2017.18.000/4, NF-002158.2017.18.000/0, IC-000091.2017.18.001/2, IC-000262.2017.18.002/2, IC-000344.2017.18.002/9, IC-000437.2017.18.003/7, NF-000147.2018.18.000/8, IC-000200.2018.18.000/2, NF-000288.2018.18.000/1, IC-000180.2014.18.003/6, IC-000287.2016.18.000/0, IC-000296.2016.18.003/5, PP-001594.2017.18.000/5, IC-001615.2017.18.000/7, IC-001716.2017.18.000/0, NF-001971.2017.18.000/5, IC-000083.2017.18.001/9, IC-000085.2017.18.003/5 - PRT 19ª Região-AL - IC-000200.2017.19.001/9, PP-000277.2017.19.001/4 - PRT 20ª Região-SE - IC-002720.2016.20.000/5, IC-000112.2010.20.000/7, IC-000998.2012.20.000/4, IC-000010.2012.20.001/0, IC-000655.2014.20.000/7, IC-001332.2016.20.000/5, IC-002229.2016.20.000/8, IC-001803.2017.20.000/0, NF-000436.2018.20.000/3, IC-000249.2016.20.000/8, IC-001294.2016.20.000/7, IC-001652.2016.20.000/0, PP-000835.2017.20.000/7, IC-002231.2017.20.000/2, NF-000079.2018.20.000/5 - PRT 21ª Região-RN - IC-000134.2015.21.001/7, IC-001116.2016.21.000/8, PP-000716.2017.21.000/1, IC-000146.2017.21.001/2, IC-000838.2017.21.000/7, IC-001204.2017.21.000/0, IC-000037.2017.21.001/7, IC-000311.2017.21.001/5, IC-000950.2016.21.000/6, IC-001003.2016.21.000/8, IC-001572.2016.21.000/3, IC-001780.2016.21.000/3, IC-000446.2017.21.000/9, IC-000503.2017.21.000/9, IC-000222.2017.21.002/9 - PRT 22ª Região-PI - IC-000111.2015.22.001/4, IC-001137.2016.22.000/4, IC-002017.2016.22.000/2, IC-000044.2017.22.000/4, IC-000171.2017.22.000/5, IC-000192.2017.22.000/6, PP-001333.2017.22.000/9, IC-000043.2017.22.002/9, IC-000784.2013.22.000/0, IC-001014.2013.22.000/2, IC-000286.2015.22.001/5, IC-000546.2016.22.000/5, IC-000099.2017.22.000/1, PP-001642.2017.22.000/1, IC-001829.2017.22.000/1, IC-000341.2014.22.001/0, IC-001829.2016.22.000/0, IC-001309.2017.22.000/2, IC-001529.2017.22.000/0, IC-001612.2017.22.000/2, PP-001721.2017.22.000/0 - PRT 23ª Região-MT - IC-000644.2016.23.000/1, IC-000704.2016.23.000/0, IC-000880.2016.23.000/1, IC-000104.2016.23.004/4, IC-000925.2017.23.000/0, IC-001213.2017.23.000/7, NF-000115.2018.23.001/9, IC-000232.2013.23.004/3, IC-000412.2016.23.001/9, IC-000121.2016.23.004/0, IC-000124.2016.23.004/9, IC-000014.2017.23.000/1, IC-000191.2017.23.000/0, IC-001168.2017.23.000/9, IC-001370.2017.23.000/6, IC-000260.2017.23.001/9, IC-000617.2017.23.001/0, IC-000327.2017.23.003/9, IC-000101.2017.23.004/8, NF-000013.2018.23.003/0, IC-000436.2013.23.004/5, IC-000390.2016.23.000/8, IC-000324.2016.23.001/0, IC-000020.2016.23.003/0, IC-000254.2017.23.000/9, IC-000413.2017.23.000/0, IC-001471.2017.23.000/9, IC-000623.2017.23.001/1, IC-000690.2017.23.001/3, IC-000306.2017.23.004/6, IC-000222.2015.23.001/5, IC-000241.2017.23.001/0 - PRT 24ª Região-MS - IC-000042.2017.24.000/3, PP-000348.2017.24.001/4, IC-000328.2017.24.000/1, IC-001005.2017.24.000/5, PP-000042.2018.24.000/7, PP-000805.2015.24.000/3, IC-000130.2015.24.001/4, IC-000164.2016.24.002/2, IC-000255.2017.24.001/4.

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados nesta Sessão ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

ELIANE ARAQUE DOS SANTOS
SUBPROCURADORA GERAL DO TRABALHO
Coordenadora da 2ª Subcâmara

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 7, DE 4 DE ABRIL DE 2018 (SESSÃO EXTRAORDINÁRIA RESERVADA DO PLENÁRIO)

Presidência: Ministro Raimundo Carreiro
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral, em exercício, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Secretário das Sessões: AUFC Marcio André Santos de Albuquerque
Subsecretária do Plenário: AUFC Lorena Medeiros Bastos Corrêa

Às 18 horas e 29 minutos, o Presidente Raimundo Carreiro declarou aberta a sessão extraordinária reservada do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro José Múcio Monteiro), Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Vital do Rêgo), André Luís de Carvalho (convocado para substituir a Ministra Ana Arraes) e Weder de Oliveira, bem como do Procurador-Geral, em exercício, Subprocurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União Lucas Rocha Furtado.

Ausentes os Ministros José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo, em férias, e os Ministros Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Bruno Dantas, com causa justificada.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata 6, referente à sessão extraordinária realizada em 21 de março de 2018 (Regimento Interno, artigo 101).

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-016.585/2006-5, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

TC-004.935/2018-7, TC-012.688/2015-0 e TC-031.692/2017-6, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

TC-025.542/2017-6, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro;

TC-003.236/2018-8, TC-004.195/2018-3 e TC-032.599/2017-0, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas; e

TC-008.449/2015-5, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 735 a 737.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária, o Plenário deliberou sobre os processos listados a seguir e aprovou os seguintes acórdãos:

MINISTRO BENJAMIN ZYMLER

TC-011.701/2015-3 - Acórdão 738

MINISTRO-SUBSTITUTO AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-007.382/2013-8 - Acórdão 739

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 270 do Regimento Interno, o Tribunal deliberou primeiramente sobre a gravidade da infração, para, então, aplicar a sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública. A proposta do relator foi aprovada por unanimidade.

TC-012.078/2012-3 - Acórdão 740

MINISTRO-SUBSTITUTO MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-008.127/2016-6 - Acórdão 741

MINISTRO-SUBSTITUTO ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-034.761/2011-0 - Acórdão 742

LEVANTAMENTO DE SIGILO DE PROCESSOS

Em razão do levantamento de sigilo dos respectivos processos, tornaram-se públicos os acórdãos de nºs 735 a 738, 741 e 742.

ACÓRDÃOS PROFERIDOS

Os acórdãos de nºs 735 a 737, apreciados por relação, estão transcritos a seguir. Da mesma forma, seguem transcritos os acórdãos de nº 738, 741 e 742, apreciados de forma unitária, que constam também do Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram. O referido anexo, de acordo com a Resolução nº 184/2005, está publicado na página do Tribunal de Contas da União na internet.

RELAÇÃO Nº 11/2018 - Plenário
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 735/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão extraordinária reservada de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 235 do Regimento Interno do TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, em não conhecer da presente denúncia, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no caput do referido art. 235, e, nos termos do art. 55, *caput*, da Lei 8.443/1992, levantar o sigilo dos autos, exceto no que se refere à identidade do denunciante; dar ciência desta deliberação e da instrução de peça 5 ao denunciante, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com o parecer da Secex/RS:

1. Processo TC-005.053/2018-8 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992)
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992)
1.3. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 736/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão extraordinária reservada de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 235 do Regimento Interno do TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, em não conhecer da presente denúncia, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no *caput* do referido art. 235, e, nos termos do art. 55, *caput*, da Lei 8.443/1992, levantar o sigilo dos autos, exceto no que se refere à identidade do denunciante; dar ciência desta deliberação e da instrução de peça 5 ao denunciante, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com o parecer da Sefip:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600204

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-005.606/2017-9 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992)
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992)
1.3. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 9/2018 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 737/2018 - TCU - Plenário

Considerando que os presentes autos tratam de denúncia autuada originalmente para verificar a existência de possíveis irregularidades na execução do Convênio 506/2010 (Siafi 743296/2010) e do Convênio 263/2012 (Siafi 776477/2012), tendo os aludidos ajustes sido celebrados entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp (então Ministério da Justiça e Cidadania) e o Município de São Lourenço da Mata - PE;

Considerando que, após a autuação do presente processo em 18/12/2015, foram autuados o TC 035.789/2015-8, o TC 000.055/2016-6, o TC 021.430/2016-0, o TC 021.436/2016-9, o TC 021.625/2016-6 e o TC 023.659/2016-5, tratando de denúncias apresentadas pelo mesmo autor sobre as aquisições supostamente irregulares no aludido município, com recursos federais, durante a mesma gestão municipal;

Considerando que, tendo em vista a relação de conexão entre o presente processo e o TC 035.789/2015-8, o TC 000.055/2016-6, o TC 021.430/2016-0, o TC 021.436/2016-9, o TC 021.625/2016-6 e o TC 023.659/2016-5, o Ministro Relator verificou que o presente TC 034.335/2015-0 teria sido o primeiro processo autuado e, assim, determinou, por meio do despacho acostado à Peça nº 20, o apensamento de todos os demais processos a esta denúncia, com fundamento nos princípios da racionalidade administrativa e da economia processual, nos termos do art. 36 da Resolução TCU nº 259, de 2014;

Considerando, então, que, além do suposto superfaturamento com desvio de objeto na execução do Convênio 506/2010 e do Convênio 263/2012 (TC 035.334/2015-0 e TC 035.789/2015-8), a presente denúncia passou a englobar: (i) irregularidades na execução dos programas sociais: PETI, EJA, Pré-escola e Pro-Jovem, no Ministério do Desenvolvimento Social (TC 000.055/2016-6); (ii) irregularidades no Convênio 671899/2012 e no Termo de Compromisso 0363430-67 firmados com o Ministério da Cultura (TC 021.430/2016-0); (iii) irregularidades no Convênio 792159/2013 firmado com o Ministério do Turismo (TC 021.436/2016-9); (iiii) irregularidades no Convênio 760530/2011 e no Contrato de Repasse 0388546-69 firmados com o Ministério dos Esportes (TC 021.625/2016-6); e (iiiii) irregularidades no Convênio 782218/2012 e no Contrato de Repasse 1003495-74 firmados com o Ministério das Cidades (TC 023.659/2016-5);

Considerando que a unidade técnica anotou que todos os referidos órgãos concedentes estariam nas seguintes condições: (i) com as prestações de contas das suas respectivas transferências ao Município de São Lourenço da Mata - PE em andamento, aguardando complementações ou, ainda, sem a expiração do prazo para a devida prestação de contas; e (ii) com a adoção das medidas pertinentes para a apuração de eventuais irregularidades;

Considerando, dessa forma, que, como a jurisprudência do TCU está firmada no sentido de que cabe ao órgão ou ente concedente a responsabilidade primária pela fiscalização da correta aplicação dos recursos federais transferidos a estados e municípios e não estão evidenciadas as eventuais razões para o TCU se antecipar ao aludido concedente na averiguação das eventuais falhas nos referidos ajustes, resta prejudicada, no presente momento, a apreciação de mérito deste feito;

Considerando, contudo, que se mostra indicado o envio de cópia dos pertinentes processos aos correspondentes ministérios com vistas a lhes fornecer os subsídios para a análise das prestações de contas, salientando que, no caso da ocorrência de dano ao erário, eles devem identificar os responsáveis, quantificar os danos e buscar o ressarcimento do erário, seja pela instauração das competentes tomadas de contas especiais, seja pela adoção de outras medidas administrativas;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária Reservada de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, 235, 237, inciso III e parágrafo único, e 250, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em conhecer da presente representação para, no mérito, considera-la prejudicada, e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.334/2015-0 (DENÚNCIA)
1.1. Apensos: TC-023.659/2016-5 (DENÚNCIA); TC-021.436/2016-9 (DENÚNCIA); TC-021.625/2016-6 (DENÚNCIA); TC-000.055/2016-6 (DENÚNCIA); TC-035.789/2015-8 (DENÚNCIA) e TC0-021.430/2016-0 (DENÚNCIA).
1.2. Interessado: Identidade preservada.
1.3. Entidade: Município de São Lourenço da Mata - PE.
1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex-PE).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar, nos termos do art. 157 do RITCU, que, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da ciência deste Acórdão, o então Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério da Cultura, o Ministério do Turismo, o Ministério do Esporte e o Ministério das Cidades analisem a respectiva prestação de contas inerente aos recursos federais transferidos ao Município de São Lourenço da Mata - PE, ao passo que, no caso de ajustes ainda vigentes ou no caso de ajustes com prestações de contas ainda a serem entregues, o referido prazo deve ser fixado em 120 (cento e vinte) dias contados da data fixada em cada ajuste para o recebimento das respectivas prestações de contas, devendo os aludidos órgãos concedentes, ao final do prazo ora concedido, informar o TCU sobre o resultado dessas análises, com a devida apresentação das correspondentes manifestações conclusivas sobre cada ajuste, sem prejuízo de informar que o descumprimento de decisão do TCU pode resultar na pronta aplicação da multa prevista no art. 58, § 1º, da Lei n.º 8.443, de 1992.
1.9. Determinar que a Secex-PE adote as seguintes medidas:
1.9.1. envie a cópia deste Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, ao então Ministério da Justiça e Segurança Pública, ao Ministério do Desenvolvimento Social, ao Ministério da Cultura, ao Ministério do Turismo, ao Ministério do Esporte e ao Ministério das Cidades;
1.9.2. envie as cópias dos TC-035.334/2015-0 e TC-035.789/2015-8 para o então Ministério da Justiça e Segurança Pública, do TC-000.055/2016-6 para o Ministério do Desenvolvimento Social, do TC-021.430/2016-0 para o Ministério da Cultura, do TC-021.436/2016-9 para o Ministério do Turismo, do TC-021.625/2016-6 para o Ministério do Esporte e do TC-023.659/2016-5 para o Ministério das Cidades, com vistas a subsidiar a análise das correspondentes prestações de contas dos aludidos recursos federais transferidos ao Município de São Lourenço da Mata - PE; e
1.9.3. arquive os presentes autos, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação prolatada pelo item 1.8 deste Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 738/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.701/2015-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Denúncia.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, **caput**, da Lei n. 8.443/1992)
3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, **caput**, da Lei n. 8.443/1992).
4. Órgão/Entidade: Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Acre.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (Secex-AC).
8. Representação legal:
8.1. Carlos Venicius Ferreira Ribeiro Junior (3851/OAB-AC) e outros, representando Marixen Pinheiro da Silva.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia sobre possíveis irregularidades ocorridas na Superintendência do Patrimônio da União no Acre (SPU/AC), relacionadas ao registro de ocupação de imóvel da União em desacordo com as prescrições da Lei 9.636/1998;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão reservada do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente denúncia, uma vez satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno deste Tribunal;
9.2. determinar a Secex/AC que encaminhe cópia desta deliberação e das peças não sigilosas do processo à Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Acre (SPU/AC) e à Controladoria Regional da União no Estado do Acre, para ciência e eventuais providências;
9.3. com base no art. 106, §5º, da Resolução TCU nº 259/2014, determinar à SPU/AC que informe nas próximas contas as providências adotadas em relação aos fatos noticiados nesta denúncia;
9.4. dar ciência desta deliberação ao denunciante;
9.5. retirar a chancela de sigilo sobre o presente processo; e
9.6. arquivar os autos.

10. Ata n° 7/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 4/4/2018 - Extraordinária de Caráter Reservado.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0738-07/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues e Benjamin Zymler (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 741/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC 008.127/2016-6. [Apensos: TC 008.030/2017-0; 019.310/2017-0; e 013.129/2017-1].
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Levantamento de Auditoria.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Órgãos/Entidades: Diversas unidades jurisdicionadas em todos os Poderes.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).
8. Representação legal:
8.1. Alexandre Eliahou Andrade Dancour (OAB/RJ 126.187) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.;
8.2. Sofia Alice Spano (OAB/RJ 186.683) e outros, representando Casa da Moeda do Brasil; Andrea Vieira Andreis (OAB/DF 25.357), representando Empresa de Planejamento e Logística S.A.,
8.3. Mariana Félix Gonçalves de Mateus e outros, representando Agência Nacional de Telecomunicações;
8.4. Rita de Cassia Rocha Amorim, representando Instituto Nacional da Propriedade Industrial;
8.5. Haroldo Maia Junior e outros, representando Banco do Nordeste do Brasil S.A.;
8.6. Carlos Fernando Correia da Costa e outros, representando Indústrias Nucleares do Brasil S.A.;
8.7. Silvia Regina Schmitt (OAB/DF 38.717) e outros, representando Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de levantamento de auditoria realizado pela Secretaria de Tecnologia da Informação (Sefti), objetivando a realização de acompanhamento bienal da situação da Governança de Tecnologia da Informação na Administração Pública Federal, ciclo 2016.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 238, 241, e 250, do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação que, no tocante ao Levantamento de Governança de TI - ciclo 2016, disponibilize para acesso público, no portal do TCU:
9.1.1. o Painel de Informação "Governança de TI na Administração Pública Federal", contemplando os dados coletados no Levantamento e o índice de governança de TI (iGovTI) relativos às organizações cujas respostas foram, tácita ou explicitamente, classificadas como públicas na origem;
9.1.2. os Apêndices I, III e IV do relatório da fiscalização;
9.1.3. lista com o nome de cada organização participante com respostas válidas e, caso as respostas tenham sido, tácita ou explicitamente, classificadas como públicas na origem, o respectivo índice de governança de TI (iGovTI);
9.2. apor a chancela de sigilo às peças que contenham a identificação e o respectivo índice de governança de TI das 29 organizações que, em cumprimento ao subitem 9.3 o Acórdão 882/2017 - Plenário, manifestaram-se acerca da manutenção do sigilo de suas respostas, consoante as seguintes especificações:
9.2.1. grau de confidencialidade: reservado;
9.2.2. fundamento da classificação: art. 22 e art. 23, incisos VI e VII, da Lei 12.527/2011;
9.2.3. identificação do gestor da informação e responsável pela classificação: Secretário da Sefti;
9.2.4. acesso direto à base de dados ou a informações consolidadas na forma de relatórios pré-formatados: somente a autoridades e servidores do TCU, desde que possuam perfil específico para a consulta, concedido pelo gestor da informação ou pessoa por ele designada;
9.2.5. assunto sobre o qual versa a informação: Levantamento de Governança de TI 2016 (Acórdão 882/2017 - Plenário);
9.2.6. data de término final de restrição de acesso: 1º de maio de 2022
9.3. arquivar este processo, com fulcro no art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 7/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 4/4/2018 - Extraordinária de Caráter Reservado.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0741-07/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues e Benjamin Zymler.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600205

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 742/2018 - TCU - PLENÁRIO

1. Processo nº TC 034.761/2011-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Denúncia.
3. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, **caput**, da Lei nº 8.443, de 1992)
3.1. Responsáveis: José Inácio Sodré Rodrigues (CPF 475.545.093-49), Luiz Alfredo Soares da Fonseca (CPF 094.241.053-04), Raimundo Monteiro dos Santos (CPF 124.865.073-53), Benedito Ferreira Pires Terceiro (CPF 012.221.983-04), Jowberth Frank Alves da Silva (CPF 021.502.374-90), Davyson Franklin de Souza (CPF 614.110.942-04), Lívio Jonas Mendonça Correa (CPF 418.309.543-34), George de Melo Aragão (CPF 202.304.783-87).
4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Maranhão - SR/12-Incra/MA.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex-MA).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia sobre irregularidades na gestão de títulos da dívida agrária (TDA) pela Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Maranhão - SR/12-Incra/MA;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária Reservada do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar procedente a presente denúncia já anteriormente conhecida pelo TCU por intermédio do item 9.1 do Acórdão 943/2015-Plenário;
9.2. determinar, nos termos do art. 43, I, da Lei n.º 8.443, de 1992, que a Superintendência Regional do Incra no Estado do Maranhão passe a informar, nos processos judiciais de desapropriação, todas as medidas administrativas adotadas em cada etapa do processo instaurado, justificando os eventuais óbices para o atendimento de decisões judiciais dentro do prazo fixado, com o intuito de evitar a subsequente aplicação de multa pelo descumprimento da ordem judicial;
9.3. determinar, nos termos do art. 43, I, da Lei n.º 8.443, de 1992, que a Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Maranhão adote as seguintes medidas:
9.3.1. promova o detalhado acompanhamento sobre o andamento e o deslinde das execuções judiciais conduzidas em desfavor da Fazenda Pública a partir das multas judiciais fixadas nos processos de desapropriação pelo Incra em tramitação na Seção Judiciária da Justiça Federal no Maranhão, atentando, especialmente, para o desfecho dos Processos 00027253-91.2016.4.01.3700, 0025030-68.2016.4.01.3700 e 0031783-41.2016.4.01.3700, com o eventual pagamento das aludidas multas judiciais;
9.3.2. promova, se for o caso, a devida instauração do subjacente processo de tomada de contas especial (TCE) no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do superveniente pagamento das multas judiciais fixadas nos processos de desapropriação pelo Incra em tramitação na Seção Judiciária da Justiça Federal no Maranhão, em sintonia com o item 9.3.1 deste Acórdão, a partir, especialmente, do subsequente desfecho desfavorável nos Processos 00027253-91.2016.4.01.3700, 0025030-68.2016.4.01.3700 e 0031783-41.2016.4.01.3700, entre outros processos, com o eventual pagamento das aludidas multas judiciais, nos termos do art. 8º da Lei n.º 8.443, de 1992, devendo informar o TCU, no mesmo prazo de 30 (trinta) dias contados do aludido superveniente pagamento das multas judiciais, se entender que não seria o caso de promover a referida instauração do subjacente processo de TCE, apresentando a devida justificativa para esse eventual entendimento;
9.4. determinar, nos termos do art. 43, I, da Lei n.º 8.443, de 1992, que, no âmbito das sucessivas prestações de contas anuais, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra-Sede) informe o TCU sobre o contínuo andamento e o eventual deslinde das execuções judiciais conduzidas em desfavor da Fazenda Pública a partir das multas judiciais fixadas nos processos de desapropriação pelo Incra em tramitação na Seção Judiciária da Justiça Federal no Maranhão, com atenção, especialmente, para o andamento e o desfecho dos Processos 00027253-91.2016.4.01.3700, 0025030-68.2016.4.01.3700 e 0031783-41.2016.4.01.3700, entre outros processos, devendo adotar essa mesma medida em relação a todos os demais processos autuados perante o Poder Judiciário com essa mesma finalidade em desfavor de todas as demais superintendências regionais do Incra no País;
9.5. retirar a chancela de sigilo inerente ao presente processo, mantendo-a apenas em relação à eventual documentação sigilosa;
9.6. determinar que a Secex-MA adote as seguintes medidas:
9.6.1. envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, além da cópia do correspondente relatório de inspeção, à Secex-Ambiental junto ao TCU, para ciência e adoção das providências cabíveis em relação à necessidade de cumprimento pelo Incra da determinação prolatada pelo item 9.4 deste Acórdão;
9.6.2. envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, além da cópia do correspondente relatório de inspeção, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra-Sede) e à Superintendência Regional do Incra no Estado do Maranhão (SR/12-Incra/MA), para ciência e providências em cumprimento aos itens 9.2, 9.3 e 9.4 deste Acórdão;
9.6.3. envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, além da cópia do correspondente relatório de inspeção, ao denunciante, ao Exmo. Sr. Juiz Federal da 8ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão, à Procuradoria-Geral Federal da Advocacia-Geral da União e à Controladoria Regional da União perante a CGU no Maranhão, para ciência e eventuais providências em relação aos itens 9.2, 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e
9.6.4. arquive o presente processo, nos termos do art. 169, V, do RITCU.

10. Ata n° 7/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 4/4/2018 - Extraordinária de Caráter Reservado.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0742-07/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues e Benjamin Zymler.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

SIGILO DE PROCESSOS

Foi mantido o sigilo dos acórdãos proferidos nos seguintes processos:

Acórdão nº 739, adotado no processo TC-007.382/2013-8, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
Acórdão nº 740, adotado no processo TC-012.078/2012-3, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

Os acórdãos de nº 739 e 740 constam do Anexo II desta Ata, que será arquivado na Secretaria das Sessões.

ENCERRAMENTO

A Presidência convocou sessão extraordinária de caráter reservado para o dia 18 de abril, a ser realizada após o encerramento da sessão ordinária, e, às 18 horas e 36 minutos, encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

(Assinado Eletronicamente)
DANIELA DUARTE DO NASCIMENTO
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 11 de abril de 2018.

(Assinado Eletronicamente)

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

SECRETARIA DAS SESSÕES

EXTRATO DE PAUTA SESSÃO ORDINÁRIA DE PLENÁRIO, DE 18/04/2018, ÀS 14H30

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro AROLDO CEDRAZ
009.030/2010-7
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Responsáveis: Antonio Augusto Muniz de Carvalho; Cleisson Amorim Rodrigues; Eduardo Roberto de Souza Trindade; José Simões Chacon; Julio Atila Batista de Azevedo; Sigma Dataserv Informática S/A
Interessado: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação - Sefti
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Representação legal: Rafael Porto Lovato (OAB/PR 63597) e outros, representando Sigma Dataserv Informática S/A

009.666/2004-9
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2003
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Saúde
Responsáveis: Adalberto Fulgêncio dos Santos Júnior; Ademir Menezes de Farias; Aderbalde Medeiros da Silva; Ailton Francisco da Silva; Alberto Sales Barbosa; Alda Candida Nerys Candido; Aldo Alves Pereira; Alfredo de Oliveira Junior; Alzira Farias Camelo; Amabilia da Silva Cardoso; Ana Lucia Pereira de Lacerda; Ana Maria Pereira; Ana Paula Cavalcanti de Pontes; Angela Cristina Carvalho Ribeiro; Angela Figueiredo; Angela Regina de Figueiredo Ribeiro; Antonio Dilson Lemos Fernandes Sobrinho; Antonio Jose de Ribamar Monteiro; Aparecida Ferre Conde; Argemiro dos Santos; Arnaldo Simões Filho; Aroldo Ferreira Galvão; Augusto Tunes Placa; Bruno Conceição da Luz; Camalibe de Freitas Cajazeiras; Carlos Antunes da Silva; Carlos Henrique de Melo; Carlos do Patrocinio Silveira; Carlson Queiroz Barbosa de Paiva; Carlucio Goncalves Lara; Celso Antonio Carvalho Piorski; Celso Tadeu de Azevedo Silveira; Ciro da Silva Borges; Claudio Jose Tinoco Farache; Cleide Veiga de Lima; Clovis Alberto Macioszek; Cícero Alves Feitosa Neto; Decimo Primeiro Filho; Deise Medeiros Nunes Oliveira; Dejones Nascimento da Silva; Democrito Aurelio Schramm Ribeiro; Diniz Batista da Silva; Dirce Moura de Amorim; Edgar Lessa Crusoe; Edilene dos Santos Lima; Edison Rebelo de Carvalho Filho; Edmilton Nunes da Silva; Edson Laurindo Schwenck; Edson Ricardo Pertile; Edvaldo Carlos Brito Loureiro; Edvaldo Rodrigues de Castro; Elton de Oliveira Tavares; Elza Borges; Emmanuel de Souza Patrício; Enilza Maria Tavares Lins; Ernando Araujo Braga; Esdras Machado de Souza; Eunice Castro; Evanice Camargo Cardoso; Everson Casagrande; Fernando Antonio da Silva; Flavio Pereira Leitao; Flora Barbosa Teles; Francisco Eduardo Saraiva de Farias; Francisco Ernesto da Silva Primo; Francisco Ferreira Freitas Neto; Francisco Nazareno Félix de Lima; Francisco Soares Pereira; Francisco de Assis Paiva Filho; Frederico Carlos de Carvalho Soares; Gaspar Francisco Hickmann; Gazineu Azevedo Teixeira; Gelcimar Mota da Cruz; Gerluce Alves Pontes da Silva; Gicelma Teixeira Santos; Gilvan de Andrade Miranda; Gilvan de Jesus Santos; Giomario Alves Vasconcelos; Giovani Savio de Andrada Oliveira; Giovanni Correa Queiroz; Grimaldo Rodrigues da Silva; Haroiso Ferreira de Oliveira; Haroldo Vicente de Paula; Helio Joao Martins e Silva; Helvio Francer de Moraes; Henrique Campos dos Santos; Hudinilza Queiroz Franco; Iedo Flavio de Andrade; Ipojucan Carneiro da Costa; Ivar Crescencio Stangherlin; Jackson de Araújo Lucena; Joao Carlos Neves Nogueira; Joao Leonel Batista Estery; Joao Medeiros e Silva (falecido); Joao Pereira da Silva; Jordania Brito de Lima Barbosa; Jorge Alves Coelho; Jorge Antonio Soares da Silva; Jorge Elias da Silva; Jorge Gonçalves da Silva; Josafá Piauhy Marreiro; Jose Augusto Miranda Cardoso; Jose Dilton Uchoa da Silva Menezes; Jose Henrique Lima e Silva; Jose Jandui Dantas; Jose Lenir Alves Cavalcante; Jose Welington Landim; Josinea Barbosa Alves; Jossy Soares Santos da Silva; José Alberto Monteiro da Rocha Lopes; José Claudemir Alencar do Nascimento; José Henrique Leite; José Joácio de Araújo Morais; José Leonel da Cruz; José Mario Alencar Santos; José Ramalho do Prado; José de Souza Lima; João Ismael Ortulane Nardoto; João Pires Moreira; João Teofilo da Silva; João do Nascimento Rodrigues; Julio Cesar Eutropio Siqueira de Souza; Katia Andrade de Souza; Lauro Gonçalves Bezerra; Lazaro Sarmento Rocha; Leoni Francisco Gomes; Lourdes Goretti de Oliveira Reis; Lourinilce Tadeu Barros Ferreira; Luci Ana Teixeira; Lucia Regina Antony; Luciana de Almeida Schneider Tabisz; Lucio Gemaques Fiqueira; Luis Carlos Tavares da Silva; Luis Eduardo Martin; Luiz Carlos Borges de Moraes; Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha; Luiz Carlos Ferreira; Luiz Gustavo Coelho Costa; Luiz Henrique Coelho Barreto; Luiz do Carmo Araujo Belem; Luiza Rosa Luz Surica; Marcal Aymore Pitta; Marcelo David Ribeiro de Amorim; Marcia Souza da Rocha Silva; Marcionita Dias Teixeira Azevedo; Marcos Alberto Pinto Carvalho; Marcos Batista de Resende; Marcos Esner Musafir; Maria Arlete da Gama Baldez; Maria Izabel Cordeiro de Almeida; Maria Jose Procopio Ribeiro de Oliveira; Maria Lina Coutinho Pereira; Maria Lucia do Carmo Tonassi Falcao; Maria Lucimar Sacramento de Lima Machado; Maria Rita Gomes da Silva; Maria Rosa Brandao Vilela de Castro; Maria Salete Marquesi Genovez; Maria Yury Travassos Ichihara; Maria da Conceicao Aires Santana Vieira; Maria das Dores Duarte Melo; Maria das Graças Rodrigues Silva; Marinesio Pereira Braz; Mauro Ricardo Machado Costa; Miguel Aiub Hijjar; Milles Zaniolo Bertagnoli; Milton Tadashi Shiratori; Milton de Sousa Franca; Monica Wardi Cruz Ferreira Leite; Natali Sayuri Nishi Dias; Nazare Santos da Cruz; Neide Piassaroli; Nilton Goncalves de Miranda; Oscar de Castro Veloso Filho; Paulo Cesar Barros Ferreira; Paulo Espindola de Souza; Paulo Félix Castro de Almeida; Paulo Gilberto Mabilia; Paulo Renato da Silva Abbad; Paulo Roberto da Silva Pereira; Pedro Gonzaga do Nascimento; Priscila Saraiva Nunes; Raimundo Israel Tavares Martins; Regina Celia de Cicco Nascimento; Ricardo Jose Moroni Valenca; Rildo Silva; Roberto Facanha Magalhaes; Roberto Pereira Ferreira; Romolo de Lima Ferreira; Ronaldo Cerqueira Lima; Rosa Maria Gonzaga Santos; Roseli Paulina de Avila; Rosymary Neves Teixeira; Ruy Gomide Barreira; Samira Elias Sassim; Sebastiao Francisco de Sousa; Sergio Henrique Allemand Motta; Sergio Leite Fernandes; Sergio Medeiros de Albuquerque; Severino Lopes da Silva; Sidner Kafler; Sidney Orfano; Sinclair Ferreira do Nascimento; Sonia Maria Silva Lima; Terezinha Martins da Silva; Tito Cesar dos Santos Nery; Valdi Camarcio Bezerra; Valdyr Alves de Sa; Valmiro Alves Ferreira Beathm; Vanderlei Faioli; Vera Lucia Feitosa de Paiva; Vicente Paulo Martins; Vilma Marli Depetris; Walkimar Marcal Barbosa; Walter Botelho da Luz; Weliton Luiz Maia das Virgens; Wilmar Alves Martins; Zelia Maria da Costa Lisboa; Zelia da Silveira Santos Olenik; Zenildo Oliveira dos Santos
Representação legal: Keila Cristina Eustáquio (OAB/GO 20369) e outros, representando Valdi Camarcio Bezerra; Nile William Fernandes Hamdy (OAB/GO 32189), representando Wilmar Alves Martins; Edilberto de Castro Dias (OAB/GO 13748) e outros, representando Haroiso Ferreira de Oliveira

015.373/2017-7
Natureza: Representação
Representante: Abmael de Sousa Lacerda
Responsável: Yasnaia Pollyanna Werton Dutra
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Pombal/PB
Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

010.875/2018-2
Natureza: Representação
Representante: Neo Consultoria e Administração de Benefícios Eireli ME

Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo (Samf/SP)
Representação legal: João Luis de Castro (OAB/SP 248.871)

016.634/2016-0
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Social
Representação legal: não há

029.438/2017-9
Natureza: Embargos de Declaração
Embargante: RCS Tecnologia Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: Willyam de Oliveira Grilo (OAB/DF 16.117/E); Gabriela Coelho Michetti e outros

035.078/2017-0
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério de Minas e Energia
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

007.210/2013-2
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Ido Luiz Michels
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Mato Grosso do Sul
Responsáveis: André Simões; Cleuza Maria Alves da Fonseca; Fundação Cândido Rondon; Ido Luiz Michels; Laurindo Faria Petelinkar; Manoel Catarino Paes; Rose Ane Vieira
Representação legal: Breno Luiz M Braga de Figueiredo (OAB/DF 26.291); Fernando Peró Correa Paes (OAB/MS 9.651); Fernando Ortega (OAB/MS 13.701) e outros

020.378/2017-3
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União
Entidade/Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia; Ministério da Saúde
Responsáveis: Laura Barreto Carneiro; Marco Antônio de Araújo Fireman; Oswaldo Cordeiro de Paschoal Castilho
Interessado: Shire Farmaceutica Brasil Ltda.
Representação legal: Antônio Perilo de Sousa Teixeira Netto (OAB/DF 21.359) e outros

032.020/2011-2
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Francisco José Teixeira
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Icapuí/CE
Responsável: Francisco José Teixeira
Representação legal: Manoel Undino Gomes da Fonseca Neto (OAB/CE 20.584)

625.194/1996-9
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrentes: Cláudio Vallandro; Sergio Alberto Vallandro
Órgão/Entidade/Unidade: Administração Regional do Sesc no Estado do Rio Grande do Sul
Responsáveis: Administração Regional do Sesc no Estado do Rio Grande do Sul; Anuar Jacquer Jorge; Bequita Behar Vallandro; Cláudio Vallandro; Gilberto Rocha Alberton; Hans Georg Schreiber; João José Vallandro; Mary Sandra Guerra Ashton; Renato Tadeu Seghesio; Roy Warncke Ashton; Sergio Alberto Vallandro
Representação legal: Thomás Soares Zucchetti (OAB/RS 107.037), Almiro do Couto e Silva (OAB/RS 2.117), Uiraçaba Machado (OAB/RS 40.159), Cláudio Eduardo Zuccarelli Luzzi (62309/OAB-RS), Giana Sausen de Almeida (OAB/RS 59.816), Paulo Roberto da Silva Vanin (OAB/RS 39.485), Joao Pedro Rodrigues Reis (OAB/RS 5.755) e outros.

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

017.388/2017-1
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Psicologia 1ª Região (DF)
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Ministro RAIMUNDO CARREIRO

019.364/2010-5
Recursos de reconsideração interpostos contra decisão que julgou contas irregulares, condenou os recorrentes em débito e ao pagamento de multa e os inabilitou para o exercício de cargo em comissão ou de função de confiança no âmbito da Administração Pública em razão de irregularidades na execução de convênio celebrado com vistas à implantação de unidades demonstrativas e produtoras de ostras e algas marinhas no estado de Alagoas.
Recorrentes: Andréa Cristina Künzler Nogueira da Costa; Daniel Lima Costa; Everilda Brandão Guilhermino; Instituto Ibradim
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Pesca e Aquicultura
Representação legal: Augusto Cesar Bomfim Santos Filho (OAB/AL 6.838); Delson Lyra da Fonseca (OAB/AL 7.390); Alex Purger Richa (OAB/RJ 87.147); Lara Reder Richa (OAB/RJ 112.825)
Revisor: Ministro Walton Alencar Rodrigues (43/2016)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

001.391/2018-6
Auditoria no Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira (Proprevine), relativo ao exercício de 2017.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria - Geral da União
Representação legal: não há

003.232/2017-4
Monitoramento de determinação proferida em decisão que apreciou auditoria realizada na Presidência da República para averiguar possível desvio ou desaparecimento de bens pertencentes à União, incluindo análises dos inventários anteriores e posteriores à última transmissão de mandato presidencial, avaliação da gestão mobiliária aplicada aos Palácios do Planalto e da Alvorada, bem como análise da política, normas e procedimentos de recebimento de presentes para o Chefe do Executivo.
Órgão/Entidade/Unidade: Presidência da República
Responsáveis: Anaide Vilasboas de Andrade; Antonio Carlos Paiva Futuro; Gabriel Cedeño Vernaza; Gilton Saback Maltez; Ivani dos Santos; Lucia Helena de Godoy; Luiz Antonio Alves de Azevedo; Norberto Temoteo de Queiroz; Renata Cristina Santos Câmara; Valdomiro Luis de Sousa; Álvaro Henrique Baggio
Representação legal: não há

014.828/2017-0
Auditoria com o objetivo de avaliar a auditoria interna dos órgãos do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União e as respectivas competências e capacidades para realizar auditorias financeiras.
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados
Representação legal:

017.117/2014-3
Tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades na aplicação de recursos de convênio que tinha por objeto apoiar o evento "Festival 100% Fagama".
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo
Interessado: Ministério do Turismo
Responsáveis: Claudia Gomes de Melo; Cleone Luiz Gomes; Instituto Caminho das Artes; Isaias Alves Alexandre; LBS Transportes e Eventos Ltda. ME; Premium Avança Brasil
Representação legal: Huilder Magno de Souza (OAB/DF 18444); Walber Brom Vieira (OAB/GO 12481); Wender Romes Teixeira (OAB/GO 26.228)

018.557/2014-7
Tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades na aplicação de recursos de convênio que tinha por objeto apoiar o evento "Réveillon Recreio dos Bandeirantes/RJ".
Órgão/Entidade/Unidade: Premium Avança Brasil
Interessado: Ministério do Turismo
Responsáveis: Claudia Gomes de Melo; Conhecer Consultoria e Marketing Ltda.; Luiz Henrique Peixoto de Almeida; Premium Avança Brasil
Representação legal: Huilder Magno de Souza (OAB/DF 18444)

026.032/2017-1
Auditoria de conformidade realizada junto à Fundação Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) e à Fundação Educativa Rádio e Televisão Ouro Preto (Feop), no âmbito da Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) sobre a execução do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).
Órgão/Entidade/Unidade: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; Fundação Educativa de Rádio e Televisão Ouro Preto; Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
Responsáveis: Claudia Aparecida Marliere de Lima; Eduardo Curtiss dos Santos; João Luiz Martins; Marcone Jamilson Freitas Souza; Rogerio Alexandre Morais
Representação legal: não há

Ministro AUGUSTO NARDES

003.316/2018-1
Representação de empresa, com pedido de medida cautelar, acerca de irregularidades em edital, cujo objeto foi a contratação de empresa especializada na locação de veículos, incluindo serviços de manutenção.
Representante: Kaele Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Especial de Saúde Indígena (Distrito Sanitário Especial Leste - DSEIL-RR)
Representação legal: não há

Ministro AROLDO CEDRAZ

003.403/2018-1
Processo de desestatização com vistas a acompanhar a quarta rodada de licitações no regime de partilha de produção, com vistas à outorga de bloco para exploração e produção de petróleo e gás natural em áreas do pré-sal.
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; Ministério das Minas e Energia
Representação legal: não há

009.773/2001-4
Recurso de Reconsideração interposto contra decisão que julgou irregulares as contas do ora recorrente e aplicou-lhe multa em processo de prestação de contas relativa ao exercício 2000.
Recorrente: Antonio Moyses da Silva Netto;
Interessado: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Representação legal: Ricardo Augusto Figueiredo Moyses (OAB/MA 7319), representando Antonio Moyses da Silva Netto

010.279/2017-2
Representação de empresa, com pedido de medida cautelar, sobre supostas irregularidades na condução da licitação objeto de Carta Convite Eletrônica que visa à contratação da prestação dos serviços de vigilância armada na Base de Manaus e no Depósito de Lubrificantes.
Representante: Amazon Security Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: BR - Petrobras Distribuidora S.A.
Representação legal: André Luiz Miranda Cavalcante (OAB/RJ 198.005), Daniel Marinho de Oliveira (OAB/RJ 113.745), Guilherme Rodrigues Dias (OAB/RJ 58.476) e Fernanda Prado Paiva (OAB/RJ 101.669)

020.596/2017-0
Processo administrativo com proposta de nova resolução que dispõe sobre a classificação da informação no âmbito do TCU.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

003.371/2015-8
Processo administrativo com proposta de nova resolução que altera a Resolução TCU 154/2002 quanto às restrições de acesso às funções de confiança nas unidades desta Corte de Contas que não desempenham atividades privativas de controle externo.
Interessada: União Nacional dos Servidores do Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

013.982/2014-1
Monitoramento para verificar o recolhimento do débito imputado em tomada de contas especial que julgou irregulares as contas dos responsáveis e imputou-lhes débito, em razão de irregularidades em pagamentos com recursos federais, em valores que excederam a tabela do Sistema Único de Saúde (SUS).
Responsáveis: Distrito Federal e Arnaldo Bernardino Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Distrito Federal
Representação legal: não há

023.387/2017-3
Auditoria realizada com o objetivo de analisar a regularidade do usufruto da isenção de contribuição para a seguridade social das entidades beneficentes de assistência social, com atuação preponderante na área de Educação.
Responsável: Henrique Sartori de Almeida Prado
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Educação
Representação legal: não há

023.415/2017-7
Auditoria de conformidade integrante de Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) para verificação da regularidade do processo de concessão de renúncias tributárias relacionadas à área social e de desenvolvimento.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Social
Responsável: Maria do Carmo Brant de Carvalho
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

004.293/2018-5
Consulta acerca da possibilidade de utilização de superávit financeiro existente na fonte de recursos 78 - Fistel.
Consulente: Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

009.569/2003-7
Recurso de revisão interposto contra deliberação que examinou a prestação de contas relativa ao exercício de 2002.
Recorrente: Ministério Público junto ao TCU, representado pelo Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Órgão/Entidade/Unidade: Administração Regional do Senac no Estado de São Paulo

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600207

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Exercício: 2002
Representação legal: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546), Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22.885), Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes (OAB/DF 41.796) e Cristiana Muraro Tarsia (OAB/DF 48.254)

013.387/2017-0
Pedidos de reexame interpostos contra deliberação que declarou a inidoneidade da empresa recorrente para participar, por três anos, de licitação na Administração Pública Federal, em decorrência da participação de fraude em licitações da Petrobrás.
Recorrentes: MPE Montagens e Projetos Especiais S/A e Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: Andréa Pitthan Françolin (OAB/SP 226.421), Renato José Cury (OAB/SP 154.351) e outros

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

023.211/2015-6
Auditoria de conformidade nas obras de construção da Rodovia BR-235/PI.
Órgãos/Entidades/Unidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e Secretaria Estadual de Transportes do Piauí
Interessado: Congresso Nacional
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

000.643/2018-1
Representação, com pedido de cautelar suspensiva, sobre possíveis irregularidades em RDC Eletrônico destinado à contratação de empresa para a construção do Bloco 4 do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia - ICSEZ/UFAM, no Município de Parintins - AM.
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas
Representação legal: não há

003.706/2018-4
Solicitação de informação por meio do qual se requer esclarecimentos sobre nota de empenho proveniente de emenda parlamentar, cujo objetivo seria a realização do Festival de Cultura Porto Pop, no município de Parnaíba - PI.

Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Cultura
Representação legal: não há

007.331/2016-9
Embargos de declaração em face de decisão que determinou a conversão de processos de levantamento em tomadas de contas especiais, acerca das obras de modernização da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar).
Embargantes: Skanska Brasil Ltda. e Consórcio Skanska-Engevix
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S/A
Representação legal: Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108) e outros, representando a Skanska Brasil Ltda. e o Consórcio Skanska-Engevix

008.869/2015-4
Representação formulada por vereadores do Município de Abreulândia - TO acerca de supostas irregularidades na aplicação de recursos federais repassados ao aludido ente federado.
Representantes: Ednaura Alves Costa, Maria Laurinda Inácio de Sousa, Jair Gabino Lopes de Abreu e José Elenilson Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Abreulândia/TO
Responsáveis: Araújo e Nogueira Ltda. - ME; Arlindo Souza Pinheiro; DSC Construtora Ltda. - ME; Edivan Maciel da Silva-EPP; Elieze Venâncio da Silva; Euzeny Venâncio da Silva; Jailene de Aquino Cavalcante Cruz; Maria de Lourdes Pereira Conceição e Osmar Montelo Amaral
Representação legal: Defensoria Pública da União, representando Euzeny Venâncio da Silva; Ricardo Francisco Ribeiro de Deus (OAB/TO 7.705-A), representando Jailene de Aquino Cavalcante Cruz; Thulyo César Severino Barros (OAB/TO 6.057), representando DSC Construtora Ltda. - ME; Sérgio Rodrigues de Mendonça Cosson, representando Arlindo Souza Pinheiro e Osmar Montelo Amaral; e Marcio Oliveira Junior (OAB/TO 5.314), representando Araújo e Nogueira Ltda. - ME

023.301/2015-5
Agravos opostos em face da cautelar de indisponibilidade de bens decretada diante dos indícios de dano ao erário em contrato para a execução das unidades e sistemas off-sites nas carteiras de gasolina, coque e HDT da Refinaria Presidente Getúlio Vargas no Estado do Paraná (Repar).
Agravantes: SOG Óleo e Gás S.A.; Alberto Jesus Padilla Lizondo e Carlos Alberto Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Responsáveis: Adalberto Braga; Alan Kardec Pinto; Alberto Elisio Vilaca Gomes; Alberto Jesus Padilla Lizondo; Alexandre Werner; Angelo Alves Mendes; Augusto Ribeiro de Mendonca Neto; Carlos Alberto Rodrigues; Cocis Alexandre dos Santos Balbino; Consórcio Interpar; Debora Braga Barros Ferreira; Gildasio Fernandes Dantas; Jesus de Oliveira Ferreira Filho; Jose Humberto Cruvinel Resende; Jose Luiz Arantes de Moura; José Carlos Cosenza; José Paulo Assis; José Sérgio Gabrielli de Azevedo; Luiz Claudio Araujo de Souza Santoro; Marcos Rodrigues dos Santos; Mendes Junior Trading e Engenharia S.A.; MPE Montagens e Projetos Especiais S/A; Paulo Roberto Costa; Pedro José Barusco Filho; Renato de Souza Duque; Sandoval Dias Aragão; Sog - Oleo e Gas S/A; Sérgio Cunha Mendes e Sérgio dos Santos Arantes
Representação legal: Giuseppe Giamundo Neto (OAB/SP 234.412) e outros, representando Angelo Alves Mendes, Sérgio Cunha Mendes, Mendes Junior Trading e Engenharia S A, Alberto Elisio Vilaca Gomes e Jose Humberto Cruvinel Resende; Fernando Villela de Andrade Vianna (OAB/RJ 134.601) e outros, representando Sandoval Dias Aragão, Sérgio dos Santos Arantes e José Carlos Cosenza; Eduardo Boccuzzi (OAB/SP 105.300) e outros, representando Carlos Alberto Rodrigues e Sog - Oleo e Gas S/A; José Roberto Manesco (OAB/SP 61.471) e outros, representando Consórcio Interpar; Carlos Roberto de Siqueira Castro (OAB/DF 20.015) e outros, representando José Carlos Cosenza, Alan Kardec Pinto, Sérgio dos Santos Arantes, Marco Tullio Jennings, Marco Tullio Jennings, Sérgio dos Santos Arantes, Sérgio de Araújo Costa, José Sérgio Gabrielli de Azevedo, Sandoval Dias Aragão e José Paulo Assis; Rogerio Pires da Silva (OAB/SP 111.399), representando Augusto Ribeiro de Mendonca Neto, Sog - Oleo e Gas S/A, Alberto Jesus Padilla Lizondo e Carlos Alberto Rodrigues; José Eduardo Coelho Branco Junqueira Ferraz (OAB/RJ 106.810) e outros, representando Jesus de Oliveira Ferreira Filho e Luiz Claudio Araujo de Souza Santoro; Maria Abreu do Valle (OAB/RJ 145.508), representando MPE Montagens e Projetos Especiais S/A; Antonio Augusto Lopes Figueiredo Basto (OAB/PR 16.950) e outros, representando Pedro José Barusco Filho e Pedro José Barusco Filho; Tatiana Zuma Pereira (OAB/RJ 120.831) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.a.; Rodrigo Alexander Calazans Macedo (OAB/RJ 123.041) e outros, representando Sérgio dos Santos Arantes, José Carlos Cosenza, Alan Kardec Pinto, Sérgio de Araújo Costa, José Sérgio Gabrielli de Azevedo, Sandoval Dias Aragão, José Paulo Assis, Fernando Almeida Biato, Emerson de Souza Telles, Waldemir Correa Terra Júnior, James Hahnemann, Nayef Jamil El Borni Zeina e Rosa Akie Stankewitz

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

023.468/2017-3
Auditoria realizada no âmbito da Fiscalização de Orientação Centralizada - FOC, que tem como objetivo avaliar a regularidade das despesas e outros aspectos da gestão dos conselhos de fiscalização profissional.
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Federal de Psicologia
Responsáveis: Mariza Monteiro Borges; Rogerio Giannini
Representação legal: não há

Em 13 de abril de 2018.
DANIELA DUARTE DO NASCIMENTO
Subsecretária do Plenário

EXTRATO DE PAUTA
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA RESERVADA DE PLENÁRIO, DE 18/04/2018, ÀS 14H30

Convocada com fundamento nos arts. 55, caput , e 108, § 1º, da Lei 8.443, de 1992, com o objetivo de apreciar processos em que é necessária a preservação de direitos individuais ou do interesse público.

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro AROLDO CEDRAZ

004.935/2018-7
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

030.224/2017-9
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

031.692/2017-6
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

000.881/2018-0
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

003.238/2018-0
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

009.099/2017-4
Natureza: Denúncia
Representação legal: Adriano de Almeida Marques (OAB/MS 9.990) e outros

011.037/2018-0
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

011.057/2018-1
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

021.199/2017-5
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

029.568/2017-0
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

004.720/2018-0
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

006.880/2018-5
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

008.449/2015-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Representação legal: Rodrigo Roca (OAB/RJ 92.632); Renata Alves de Azevedo Fernandes da Cruz (OAB/RJ 155.595), Luciana Barbosa Pires (OAB/RJ 130.715); Daniel Filipe Siqueira (OAB/RJ 170.588); Maicon Oliveira de Souza (OAB/RJ 203.352-E); Gilmar Menezes da Silva Júnior, Defensor Público Federal; George Alexandre de Almeida Macêdo (OAB/CE 18.113); Livea Cardoso Manrique de Andrade, Defensora Pública Federal; Leandro Dalbosco Machado (OAB/RS 82.122); Raphael Ramos D' Aiuto (OAB/RS 94.485A); Gean Felinto de Sousa (OAB/DF 49.500); Elias Campos Gonçalves (OAB/RJ 102.003), Rodolpho Capilupi de Oliveira (OAB/RJ 201.309) e Altair Leal Miranda (OAB/RJ 165.189)

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

027.731/2017-0
Natureza: Denúncia
Representação legal: Carlos Luiz Bandeira Stampa Filho (OAB/RJ 27.775) e outros

Em 13 de abril de 2018.
MARCIO ANDRÉ SANTOS DE ALBUQUERQUE
Secretário das Sessões

Poder Legislativo

SENADO FEDERAL

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES

PORTARIA Nº 16, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR-EXECUTIVO DE CONTRATAÇÕES DO SENADO FEDERAL, no exercício da competência estabelecida no Regulamento Administrativo do Senado Federal, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no Item 18.3 do Edital do Pregão Eletrônico nº 136/2017 e pelos fundamentos expostos nos autos do Processo nº 00200.028470/2017-38, aplica à empresa ONA SERVIÇOS E SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.786.796/0001-76, com endereço SCS Quadra 2, Bloco C, Lote 41, n° 405, Edifício Anhanguera - Asa Sul, Brasília/DF, CEP: 70.315-900, penalidade de MULTA no valor de R$ 6.453,50 (seis mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos), cumulada com a pena de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR por 30 (trinta) dias no âmbito da UNIÃO, por adotar comportamento inidôneo no curso da sessão do Pregão Eletrônico, em descumprimento ao que estabelecem os itens 2.3 e 2.3.3 do Edital do referido certame.

WANDERLEY RABELO DA SILVA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA

RESOLUÇÃO N° 197, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre o processo Fiscalizatório dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB) a pessoas físicas e jurídicas, penalidades aplicáveis e demais providências.

O Conselho Federal de Biblioteconomia, no uso das atribuições a ele conferidas pela Lei n° 4.084/1962, Decreto n° 56. 725/1965 e a Lei n° 9.674/1998, e em observância ao que dispõe a Lei nº 12.244/2010 e a Lei nº 13.146/2015, decide dispor sobre o processo Fiscalizatório dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600208

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

a pessoas físicas e jurídicas, bem como as penalidades aplicáveis e dar outras providências, conforme disposto nesta Resolução:

Art. 1º É considerado exercício ilegal da profissão, sem prejuízo do disposto na Resolução CFB N° 399/1993, publicada no Diário Oficial da União de 12.03.1993, páginas 2997-3000, Seção I, e nas disposições da Lei n° 9.674/1998, o desempenho de atividades e atribuições privativas do Bacharel em Biblioteconomia por pessoa sem a devida qualificação profissional e/ou respectivo registro no CRB do local da infração.

Capítulo I

Das Infrações à Legislação Federal vigente

Art. 2º São consideradas infrações às Leis n° 4.084/1962 e n° 9.674/1998 e ao Decreto n° 56.725/1965, para os fins desta Resolução, as seguintes condutas, sujeitando-se os infratores às penalidades aqui previstas:

I - O exercício da profissão de bibliotecário, sem o devido bacharelado em Biblioteconomia e/ou sem registro no Conselho Regional de Biblioteconomia;

II - A inexistência de profissional bibliotecário em bibliotecas ou qualquer outra unidade de informação que execute atividades inerentes à área de Biblioteconomia, mantidas por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

III - A inexistência de profissional bibliotecário como responsável técnico junto a pessoas jurídicas prestadoras de serviços na área da Biblioteconomia;

IV - Contratação, admissão, nomeação ou posse de pessoa física ou jurídica que não possua o devido registro de bibliotecário no CRB da região; para o exercício e desempenho de qualquer atividade técnica de Biblioteconomia por tempo superior a 90 (noventa) dias;

V - Toda e qualquer conduta que venha obstruir e/ou dificultar o trabalho de fiscalização do CRB.

Art. 3º Para os fins desta Resolução, estão incluídas no grupo dos serviços técnicos do Bibliotecário as atividades seguintes:

a) as políticas, o planejamento, a organização, a direção, o controle e a execução dos processos dirigidos à estruturação e ao funcionamento de bibliotecas, sejam elas únicas ou organizadas em forma de sistemas ou redes e centros de documentação;

b) a seleção, a aquisição e a avaliação de documentos para formação e desenvolvimento de coleções dos acervos de bibliotecas e centros de documentação;

c) a representação descritiva e temática dos documentos selecionados e incorporados ao acervo de bibliotecas e centros de documentação em quaisquer ambientes;

d) o estudo de uso e usuários da informação em bibliotecas e centros de documentação;

e) o atendimento direto e indireto aos usuários de bibliotecas e centros de documentação.

Capítulo II

Do procedimento Fiscalizatório

Art. 4º O processo administrativo fiscalizatório, realizado pelo CRB, terá início com a lavratura do auto de infração, mediante relatório circunstanciado da infração, se possível assinado pelo infrator, salvo os processos de natureza ética, que seguem o rito da Resolução específica para o processamento ético-disciplinar.

Parágrafo único. O auto de infração poderá ser lavrado em formulário impresso ou eletrônico e deverá conter as assinaturas do bibliotecário fiscal, do autuado e das testemunhas, se houver.

Art. 5º O auto por infração à legislação federal vigente, inclusive resoluções expedidas pelo Conselho Federal no seu âmbito de competência, lavrado em três vias pela fiscalização do CRB, dá início ao processo administrativo para apuração dos fatos e aplicação da(s) penalidade(s) cabível(is).

Art. 6º A falta de assinatura do autuado no respectivo auto de infração não implicará na invalidação do mesmo, devendo o fiscal consignar a negativa do autuado e, enviar, pelo correio, por meio de carta registrada, cópia reprográfica do mesmo ao autuado, anexando o Aviso de Recebimento (AR) ao processo administrativo.

Parágrafo único. O mesmo procedimento será adotado quando o autuado se negar a receber a sua cópia do auto de infração.

Art. 7º Finda a diligência, o autuado receberá a segunda via do auto de infração, que deverá conter:

a) resumo dos fatos descrevendo a(s) infração(ões);

b) fundamentação legal;

c) indicação do prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento do auto, para comprovação de ter sido sanada a infração ou apresentação de defesa escrita, documentos e lista de testemunhas junto ao CRB, sob pena de revelia.

§ 1º Se o infrator não oferecer defesa, será declarado revel.

§ 2º A primeira via do auto de infração permanecerá no bloco da fiscalização, sendo a segunda via entregue ao infrator e a terceira ao Coordenador da Comissão de Fiscalização, para imediata formalização dos autos do processo, registrando-se e autuando-se.

Art. 8º Não ocorrendo a comprovação de ter sido sanada a infração nem apresentada defesa, serão os autos enviados, por distribuição, a um dos membros da Comissão de Fiscalização, que apresentará seu relatório fundamentado, em Reunião Plenária, bem como seu voto, que poderá ou não ser acatado pelos demais Conselheiros.

§ 1º No impedimento dos membros da Comissão Permanente de Fiscalização ou excesso de processos em tramitação, poderá a Presidência do Conselho designar relatores entre os demais conselheiros.

§ 2º Caso o autuado apresente defesa e lista de testemunhas, será marcada audiência para oitiva das mesmas, notificando-se o autuado e testemunhas, por meio de correspondência com AR, para comparecerem em dia, hora e local designados pelo CRB.

§ 3º Após a oitiva de testemunhas o processo terá a tramitação prevista no "caput" deste artigo.

§ 4º Caso julgue necessário, o relator poderá solicitar novas diligências à Comissão Permanente de Fiscalização, bem como pareceres técnicos de outras comissões do CRB e de suas assessorias, ficando o prazo estipulado no §2º suspenso até a sua conclusão.

Art. 9º O autuado será intimado, por meio de carta com AR, com 5 (cinco) dias de antecedência para comparecer ou não à Reunião Plenária de Julgamento, inclusive, acompanhado do seu procurador.

§ lº Após a exposição e voto do Conselheiro Relator do Processo, o autuado, por si ou seu procurador, poderá produzir defesa oral, por 15 (quinze) minutos improrrogáveis.

§ 2º Finda a defesa, procederá a votação pelos Conselheiros.

Art. 10 As infrações cometidas por bibliotecários serão apuradas mediante processo disciplinar, na forma da Resolução que regulamenta o procedimento ético-disciplinar.

Art. 11 Da decisão do Plenário, será o autuado notificado por carta registrada, com AR, caso não esteja ele presente nem seu procurador na sessão plenária de julgamento, constando desta o prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do AR ao processo, podendo recorrer ao CFB.

Parágrafo único. Caso esteja o autuado presente ou se faça representar, será considerado notificado na própria sessão de julgamento, daí correndo seu prazo de 30 (trinta) dias para recurso ao CFB.

Art. 12 Caso não tenha havido recurso por parte do autuado, ou se o Recurso for julgado improcedente pelo CFB, o CRB certificará o encerramento do procedimento administrativo e procederá a cobrança da multa, enviando o respectivo boleto bancário ao autuado, com prazo de 15 (quinze) dias para o pagamento, sob pena de protesto extrajudicial e execução fiscal do débito.

Parágrafo único. Sendo julgado procedente o Recurso do autuado pelo Conselho Federal, os autos serão remetidos ao Conselho Regional de origem para cancelamento da penalidade e arquivamento do processo.

Capítulo III

Das multas

Art. 13 São consideradas infrações às leis nº 4.084/1962, nº 9.674/1998 e nº 12.244/2010, ao Decreto nº 56.725/1965 e a Resolução nº 119/2011 para os fins desta Resolução, as condutas aqui indicadas, sujeitando os infratores ao pagamento de multa, em moeda corrente nacional, que podem variar de 1 (uma) a 50 (cinquenta) anuidades vigentes à época da infração, devidamente corrigidas, de acordo com as seguintes faixas de tempo e valores:

I - Até 12 (doze) meses de irregularidade: 5 (cinco) anuidades;

II - De 13 (treze) a 24 (vinte e quatro) meses de irregularidades: 10 (dez) anuidades;

III - De 25 (vinte e cinco) a 36 (trinta e seis) meses de irregularidades: 15 (quinze) anuidades;

IV - De 37 (trinta e sete) a 48 (quarenta e oito) meses de irregularidades: 20 (vinte) anuidades;

V - De 49 (quarenta e nove) a 60 (sessenta) meses de irregularidades: 25 (vinte e cinco) anuidades.

§ 1º A reincidência implicará cobrança dobrada dos valores correspondentes às anuidades, até o limite de 50 (cinquenta) anuidades.

§ 2º Aos valores das multas serão acrescidos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pela variação do INPC, até a data do efetivo pagamento, ou outro índice que vier a substituí-lo.

§ 3º Os processos envolvendo pessoas leigas serão encaminhados ao Ministério Público, e/ou autoridade policial competente, para as providências cabíveis, nos termos da Lei das Contravenções Penais e disposição do artigo 46 da Lei n° 9.674/1998.

§ 4º As penalidades de que trata este artigo serão aplicadas:

I - a pessoa física que exercer a profissão de Bibliotecário, sem o devido bacharelado em Biblioteconomia;

II - ao bacharel em Biblioteconomia que exercer a profissão de bibliotecário, sem o devido registro no Conselho Regional da jurisdição;

III - a quem contratar, admitir, nomear ou dar posse a pessoas física ou jurídica que não possuam o devido registro no Conselho Regional da jurisdição;

IV - a quem exercer a profissão quando impedido de fazê-lo ou facilitar, por qualquer modo, o seu exercício a não registrados;

V - a quem praticar, no exercício profissional, ato que a Lei defina como crime ou contravenção penal;

VI - a quem não cumprir, no prazo estipulado, determinação emanada do Conselho Regional em matéria de competência deste, após regularmente notificado;

VII - a quem deixar de pagar ao Conselho Regional, nos prazos previstos, as anuidades a que está obrigado;

VIII - a quem faltar a qualquer dever profissional previsto na legislação vigente e nesta Resolução;

IX - a quem transgredir preceitos do Código de Ética Profissional;

X - a quem presta serviços na área de Biblioteconomia (pessoa jurídica de direito privado) sem contar com um Bibliotecário legalmente habilitado como responsável técnico.

Art.14 A mesma penalidade prevista no artigo 14 será aplicada a quem descumpra o disposto no artigo 11 do Decreto n° 56.725/1965, e a quem cometa as infrações previstas nos incisos II e IV do artigo 2º desta Resolução.

Art.15 Findo o prazo sem a interposição de recurso e encerrado o processo administrativo, a decisão da Plenária do CRB se tornará definitiva e, dar-se-á a reincidência se o infrator praticar novamente o ato pelo qual foi condenado.

Parágrafo único. A reincidência implicará na aplicação de multa, correspondente ao dobro da penalidade anteriormente aplicada até o limite de 50 (cinquenta) anuidades.

Art. 16 A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU), revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Resolução CFB n° 33/2001, publicada no Diário Oficial da União de 28/03/2001, Seção I, p. 17.

RAIMUNDO MARTINS DE LIMA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

ACÓRDÃO DE 26 DE JANEIRO DE 2018

035820. Processo nº 003668/2017. Nº Originário:45/2015. Recorrente: Orlando Ferreira da Cunha. Recorrido: CRF-MG. Relator: JOSUÉ SCHOSTACK. Ementa: Constitui infração ética manter farmácia ou drogaria sem observar as normas sanitárias e farmacêuticas. Violação aos preceitos de ordem ética. Conclusão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, em Conhecer do Recurso para no mérito negar-lhe provimento, considerando que o recorrente não apresentou razões plausíveis capazes de modificar o entendimento do Plenário, mantendo-se a penalidade aplicada pelo CRF/MG por seus próprios e jurídicos fundamentos, nos termos do voto do Relator, que faz parte integrante da Ata da Sessão deste julgado.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS DE 26 DE JANEIRO DE 2018

035821. Processo nº 003587/2017. Nº Originário:24119. Recorrente:MUNICÍPIO DE IPATINGA. Recorrido: CRF-MG. Relator: ALTAMIRO JOSÉ DOS SANTOS. Ementa: Falta de assistência farmacêutica integral. Inteligência do artigo 15 da Lei n.º 5.991/73 e dos artigos 6º e 8º da Lei nº 13.021/2014. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, decide o Plenário do Conselho Federal de Farmácia pelo CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO do recurso, mantendo-se a decisão do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Minas Gerais, por estar revestida de plena legalidade, nos termos do voto da Relatora, que faz parte integrante deste julgado.

Nos processos abaixo relacionados, decide o Plenário do Conselho Federal de Farmácia proferir, por unanimidade de votos, idêntico julgado ao acórdão nº 035821 por tratar-se da mesma matéria, consoante acórdãos:

035822. Processo nº 003588/2017. Nº Originário:12974. Recorrente: Sta. Casa e Mater. N. Sra. de Fátima - Fh. Recorrido: CRF-MG. Relator: ALTAMIRO JOSÉ DOS SANTOS.

035823. Processo nº 003585/2017. Nº Originário:24120. Recorrente: Município de Ipatinga - Fp Bom Jardim I. Recorrido: CRF-MG. Relator: CARLOS ANDRÉ OEIRAS SENA.

035824. Processo nº 003586/2017. Nº Originário:14579. Recorrente: Sta. Casa de Miser. de São Gonçalo do Sapucaí - Fh. Recorrido: CRF-MG. Relator: CARLOS ANDRÉ OEIRAS SENA.

035825. Processo nº 003666/2017. Nº Originário:5725/2015. Recorrente:KARIMI CAVALCANTE DE ATHAYDE. Recorrido: CRF-ES. Relator: VANILDA OLIVEIRA AGUIAR. Ementa: Aplicação de multa pela ausência de voto no Pleito Eleitoral 2015. Pedido de reconsideração da decisão. Inteligência do § 2º do artigo 7º do Regulamento Eleitoral. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, decide o Plenário do Conselho Federal de Farmácia, pelo CONHECIMENTO e IMPROVIMENTO do Recurso, mantendo-se a penalidade aplicada pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado do Espírito Santo, nos termos do voto da Relatora, que faz parte integrante deste julgado.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACÓRDÃOS

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 7397/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Processo nº 172/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 65 e 66 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator ad hoc.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600209

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Brasília, 21 de fevereiro de 2018. (data do julgamento) LEONARDO SÉRVIO LUZ, Presidente da Sessão; RUY YUKIMATSU TANIGAWA, Relator ad hoc.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 13334/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 2106/2012). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 21 de fevereiro de 2018. (data do julgamento) JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE, Presidente da Sessão; LEONARDO SÉRVIO LUZ, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 5495/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Processo nº 2494/2015). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração aos artigos 111, 112 e 114 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 21 de fevereiro de 2018. (data do julgamento) JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE, Presidente da Sessão; DILZA TERESINHA AMBROS RIBEIRO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 6108/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 0028/2013). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração ao artigo 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009) e descaracterizando infração ao artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 21 de fevereiro de 2018. (data do julgamento) LEONARDO SÉRVIO LUZ, Presidente da Sessão; DILZA TERESINHA AMBROS RIBEIRO, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 109/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (Sindicância nº 234/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de setembro de 2017. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; WILMAR DE ATHAYDE GERENT, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 2281/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 53014/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo(a) apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de setembro de 2017. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LUIS EDUARDO BARBALHO DE MELLO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 2283/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 157.015/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de setembro de 2017. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LUÍS HENRIQUE MASCARENHAS MOREIRA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 2300/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 127988/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de setembro de 2017. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LUIS EDUARDO BARBALHO DE MELLO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 3506/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Sindicância nº 396/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de setembro de 2017. PAULO ANTONIO DE MATTOS GOUVEA, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 3760/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 207901/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo(a) apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de setembro de 2017. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; PAULO ANTONIO DE MATTOS GOUVEA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 4120/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Sindicância nº 143/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de setembro de 2017. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LUIS EDUARDO BARBALHO DE MELLO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 6640/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 199.863/2015). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de setembro de 2017. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LUIS EDUARDO BARBALHO DE MELLO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 8566/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (Sindicância nº 357/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 29 de novembro de 2017. JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Presidente da Sessão; LIA CRUZ VAZ DA COSTA DAMASIO, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 8728/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 182.089/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 29 de novembro de 2017. JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Presidente da Sessão; ALEXANDRE DE MENEZES RODRIGUES, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 4119/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Sindicância nº 96/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 29 de novembro de 2017. JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Presidente da Sessão; ALEXANDRE DE MENEZES RODRIGUES, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 4803/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 66.990/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 29 de novembro de 2017. JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Presidente da Sessão; ALEXANDRE DE MENEZES RODRIGUES, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 4954/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 208.185/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de novembro de 2017. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; OTÁVIO MARAMBAIA DOS SANTOS, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 5435/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Sindicância nº 170/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 29 de novembro de 2017. ALCEU JOSE PEIXOTO PIMENTEL, Presidente da Sessão; JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 6257/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 175.760/2015). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de novembro de 2017. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; OTÁVIO MARAMBAIA DOS SANTOS, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 6829/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 38.692/2015). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de novembro de 2017. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; OTÁVIO MARAMBAIA DOS SANTOS, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 7216/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará (Sindicância nº 132/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 29 de novembro de 2017. JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Presidente da Sessão; LIA CRUZ VAZ DA COSTA DAMÁSIO, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 7777/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas (Sindicância nº 35/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelos apelantes, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de novembro de 2017. NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 8540/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo (Sindicância nº 21/2016). Vistos, relatados e discutidos os presentes

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600210

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 29 de novembro de 2017. JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Presidente da Sessão; LIA CRUZ VAZ DA COSTA DAMASIO, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 8615/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Mato Grosso (Sindicância nº 170/2016). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 29 de novembro de 2017. ALCEU JOSE PEIXOTO PIMENTEL, Presidente da Sessão; Presidente da Sessão; JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 8716/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 184884/2015). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 29 de novembro de 2017. JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Presidente da Sessão; LIA CRUZ VAZ DA COSTA DAMASIO, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 9039/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Sindicância nº 11737/2017). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de novembro de 2017. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; OTÁVIO MARAMBAIA DOS SANTOS, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 7665/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 136.677/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor dos apelados, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de março de 2018. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 3022/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (Sindicância nº 252/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de março de 2018. NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 3260/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Sindicância nº 10597/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de março de 2018. NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 5043/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (Sindicância nº 279/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor dos apelados, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de março de 2018. OTÁVIO MARAMBAIA DOS SANTOS, Presidente da Sessão; ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 5429/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Sindicância nº 335/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de março de 2018. ROSA AMELIA ANDRADE DANTAS, Presidente da Sessão; JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 5432/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Sindicância nº 317/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de março de 2018. ROSA AMELIA ANDRADE DANTAS, Presidente da Sessão; JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 5434/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Sindicância nº 136/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de março de 2018. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LUIS EDUARDO BARBALHO DE MELLO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 5459/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado a Bahia (Sindicância nº 238/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de março de 2018. NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 6604/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará (Sindicância nº 89/2014). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de março de 2018. NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 8291/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Sindicância nº 607/2014). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de março de 2018. NEWTON MONTEIRO DE BARROS; Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 8297/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Sindicância nº 10475/2014). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de março de 2018. NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 8335/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul (Sindicância nº 124/2016). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo(a) apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor da apelada, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração ao artigo 115 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de março de 2018. ALCEU JOSE PEIXOTO PIMENTEL, Presidente da Sessão; PEDRO EDUARDO NADER FERREIRA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 9038/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 48.222/2016). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor do apelado, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 1º, 22, 32, 36 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de março de 2018. ROSA AMELIA ANDRADE DANTAS, Presidente da Sessão; JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 10232/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Sindicância nº 43/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor dos 1ª e 2ª apelados, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), e mandando a decisão do Conselho de origem, de ARQUIVAMENTO dos autos, em relação aos 3º, 4º, 5ª, 6º, 7º, 8º, 9ª e 10º apelados, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de março de 2018. NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Presidente da Sessão; WILMAR DE ATHAYDE GERENT, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 10556/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado a Bahia (Sindicância nº 54/17). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor do apelado, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 1º, 6º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de março de 2018. ROSA AMELIA ANDRADE DANTAS, Presidente da Sessão; ALCEU JOSE PEIXOTO PIMENTEL, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 10838/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (Sindicância nº 40/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor do apelado, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de março de 2018. PAULO ANTONIO DE MATTOS GOUVEA, Presidente da Sessão; NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 12518/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará (Sindicância nº 91/2016). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor do apelado, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 1º, 32 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de março de 2018. LIA CRUZ VAZ DA COSTA DAMASIO, Presidente da Sessão; ALCEU JOSE PEIXOTO PIMENTEL, Relator.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600211

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 13ª REGIÃO

PORTARIA Nº 14, DE 10 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a instauração de processo administrativo para abertura do processo eleitoral do CREFITO-13 para gestão 2019-2023, e a designação do sorteio público eleitoral, visando à formação da Comissão Eleitoral e eventual cadastro de reserva.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 13ª REGIÃO - CREFITO-13, no uso de suas atribuições legais e disposições regulamentares, conferidas pela Lei 6.316, de 17 de dezembro de 1975, e em cumprimento às Resoluções COFFITO 369/2009, 427/2013, 473/2016 e 488/17, que dispõem sobre as eleições diretas para os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e dá outras providências;

CONSIDERANDO a aproximação do término do mandato da atual gestão e a realização das eleições para o quadriênio 2019-2023;

CONSIDERANDO a necessidade de deflagrar o processo para a eleição dos Conselheiros integrantes do CREFITO-13, na forma do art. 3º da Lei 6.316/75;

CONSIDERANDO a possibilidade de deflagração do processo eleitoral a partir do 12º (décimo segundo) mês antecedente ao término do mandato vigente, conforme art. 1º da Resolução COFFITO 369/2009, com a redação atribuída pela Resolução COFFITO 473/ 2016;

Considerando que cabe ao Presidente do Conselho instaurar o processo eleitoral em questão, por meio de Portaria devidamente publicada no Diário Oficial da União, devendo proceder à designação de dia, hora e local para a realização de sorteio público aleatório entre os profissionais residentes na circunscrição da sede do CREFITO-MS, visando à formação da Comissão Eleitoral local e eventual cadastro de reserva, conforme preconizado no art. 5º da Resolução COFFITO nº 369, de 06 de novembro de 2009, com a redação atribuída pela Resolução COFFITO nº 473, de 20 de dezembro de 2016;

INSTITUI a Portaria Nº 014, de 10 de abril de 2018, que reger-se-á pelas disposições abaixo elencadas:

Art. 1º. Fica deflagrado o processo para a eleição dos Conselheiros do CREFITO-13, para o mandato referente ao quadriênio 2019-2023, na forma do art. 3º da Lei nº 6.316/75, que será regido pela Resolução COFFITO nº 369, de 06 de novembro de 2009, com as alterações realizadas pelas Resoluções COFFITO nº 427, de 08 de julho de 2013, COFFITO nº 473, de 20 de dezembro de 2016 e COFFITO nº 488, de 18 de dezembro de 2017.

Art. 2º. O sorteio público aleatório para a formação da Comissão Eleitoral, entre os profissionais residentes na circunscrição da sede do CREFITO, será realizado no dia 20 de abril de 2018, às 9h, onde está sediado este Conselho, localizado à Rua 25 de dezembro nº 13, Centro, Campo Grande/MS.

Art. 3º. As questões omissas e/ou incidentais serão devidamente resolvidas pela Comissão Eleitoral formada, na forma do Regulamento Eleitoral e legislação pertinente.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação.

CARLOS ALBERTO ELOY TAVARES

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 9ª REGIÃO

ACÓRDÃO N° 3, DE 6 DE ABRIL DE 2018

PROCEDIMENTO SUMÁRIO Nº 103.201.2018.162. EMENTA: IRREGULARIDADE PECUNIÁRIA. ACÓRDÃO - Vistos, relatados e discutidos estes autos do Proc. Sum. Nº103.201.2018.162, em que é representada profissional fisioterapeuta J. D. S. M., decide o Plenário do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região - CREFITO-9, por unanimidade de votos, julgam pela aplicação da penalidade de SUSPENSÃO DO EXERCICIO PROFISSIONAL, até a regularização do débito, nos termos do voto da Relatora, que ficam fazendo parte integrante do presente. Presidiu o julgamento o Cons. Elias Nasrala Neto, e dele participaram o Cons. Dra. Janes Aparecida Francio Moreira (Relatora), Cons. Dr. Luciano Muchagata; Cons. Dr. José Alves Martins; Cons. Dra. Claudia Duarte Melo; Cons. Drº Marcos Antônio Moreira De França; Cons. Drº Maria Isabel Nelli; Cons. Drª Lorena Frange Caldas; Cons. Drª Juliana Dalva Rodrigues Caobianco.

JOSÉ ALVES MARTINS
Relator Nomeado

ACÓRDÃO N° 5, DE 6 DE ABRIL DE 2018

PROCEDIMENTO SUMÁRIO Nº 229/2017. EMENTA: IRREGULARIDADE PECUNIÁRIA. ACÓRDÃO - Vistos, relatados e discutidos estes autos do Proc. Sum. Nº 229/2017, em que é representado (a) profissional fisioterapeuta E. M. D. S., decide o Plenário do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região - CREFITO-9, por unanimidade de votos, julgam pela aplicação da penalidade de SUSPENSÃO DO EXERCICIO PROFISSIONAL, até a regularização do débito, nos termos do voto da Relatora, que ficam fazendo parte integrante do presente. Presidiu o julgamento o Cons. Drº Elias Nasrala Neto, e dele participaram o Cons. Dra. Janes Aparecida Francio Moreira (Relatora), Cons. Dr. Luciano Muchagata; Cons. Dr. José Alves Martins; Cons. Dra. Claudia Duarte Melo; Cons. Drº Marcos Antônio Moreira De França; Cons. Drº Maria Isabel Nelli; Cons. Drª Lorena Frange Caldas; Cons. Drª Juliana Dalva Rodrigues Caobianco.

JULIANA DALVA CAOBIANCO
Relator Nomeado

ACÓRDÃO N° 6, DE 6 DE ABRIL DE 2018

PROCEDIMENTO SUMÁRIO Nº 103.201.2018.115. EMENTA: IRREGULARIDADE PECUNIÁRIA. ACÓRDÃO - Vistos, relatados e discutidos estes autos do Proc. Sum. Nº 103.201.2018.115, em que é representada profissional fisioterapeuta C. M. M. D. C., decide o Plenário do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região - CREFITO-9, por unanimidade de votos, julgam pela aplicação da penalidade de SUSPENSÃO DO EXERCICIO PROFISSIONAL, até a regularização do débito, nos termos do voto da Relatora, que ficam fazendo parte integrante do presente. Presidiu o julgamento o Cons. Elias Nasrala Neto, e dele participaram o Cons. Dra. Janes Aparecida Francio Moreira (Relatora), Cons. Dr. Luciano Muchagata; Cons. Dr. José Alves Martins; Cons. Dra. Claudia Duarte Melo; Cons. Drº Marcos Antônio Moreira De França; Cons. Drº Maria Isabel Nelli; Cons. Drª Lorena Frange Caldas; Cons. Drª Juliana Dalva Rodrigues Caobianco.

JOSÉ ALVES MARTINS
Relator Nomeado

ACÓRDÃO N° 8, DE 6 DE ABRIL DE 2018

PROCEDIMENTO SUMÁRIO Nº 164/2017. EMENTA: IRREGULARIDADE PECUNIÁRIA. ACÓRDÃO - Vistos, relatados e discutidos estes autos do Proc. Sum. Nº 018/2017, em que é representada profissional fisioterapeuta S. A. R., decide o Plenário do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região - CREFITO-9, por unanimidade de votos, julgam pela aplicação da penalidade de SUSPENSÃO DO EXERCICIO PROFISSIONAL, até a regularização do débito, nos termos do voto da Relatora, que ficam fazendo parte integrante do presente. Presidiu o julgamento o Cons. Drº Elias Nasrala Neto, e dele participaram o Cons. Dra. Janes Aparecida Francio Moreira (Relatora), Cons. Dr. Luciano Muchagata; Cons. Dr. José Alves Martins; Cons. Dra. Claudia Duarte Melo; Cons. Drº Marcos Antônio Moreira De França; Cons. Drº Maria Isabel Nelli; Cons. Drª Lorena Frange Caldas; Cons. Drª Juliana Dalva Rodrigues Caobianco.

CLAUDIA DUARTE MELO
Relator Nomeado

ACÓRDÃO N° 10, DE 6 DE ABRIL DE 2018

PROCEDIMENTO SUMÁRIO Nº 235/2017. EMENTA: IRREGULARIDADE PECUNIÁRIA. ACÓRDÃO - Vistos, relatados e discutidos estes autos do Proc. Sum. Nº 235/2017, em que é representado (a) profissional fisioterapeuta R. R. R. P. L., decide o Plenário do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região - CREFITO-9, por unanimidade de votos, julgam pela aplicação da penalidade de SUSPENSÃO DO EXERCICIO PROFISSIONAL, até a regularização do débito, nos termos do voto da Relatora, que ficam fazendo parte integrante do presente. Presidiu o julgamento o Cons. Drº Elias Nasrala Neto, e dele participaram o Cons. Dra. Janes Aparecida Francio Moreira (Relatora), Cons. Dr. Luciano Muchagata; Cons. Dr. José Alves Martins; Cons. Dra. Claudia Duarte Melo; Cons. Drº Marcos Antônio Moreira De França; Cons. Drº Maria Isabel Nelli; Cons. Drª Lorena Frange Caldas; Cons. Drª Juliana Dalva Rodrigues Caobianco.

JULIANA DALVA CAOBIANCO
Relatora Nomeada

ACÓRDÃO N° 11, DE 6 DE ABRIL DE 2018

PROCEDIMENTO SUMÁRIO Nº103.202.2017.009. EMENTA: IRREGULARIDADE PECUNIÁRIA. ACÓRDÃO - Vistos, relatados e discutidos estes autos do Proc. Sum. Nº 103.202.2017.009, em que é representado (a) profissional fisioterapeuta L. A. V. D. B., decide o Plenário do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região - CREFITO-9, por unanimidade de votos, julgam pela aplicação da penalidade de SUSPENSÃO DO EXERCICIO PROFISSIONAL, até a regularização do débito, nos termos do voto da Relatora, que ficam fazendo parte integrante do presente. Presidiu o julgamento o Cons. Drº Elias Nasrala Neto, e dele participaram o Cons. Dra. Janes Aparecida Francio Moreira (Relatora), Cons. Dr. Luciano Muchagata; Cons. Dr. José Alves Martins; Cons. Dra. Claudia Duarte Melo; Cons. Drº Marcos Antônio Moreira De França; Cons. Drº Maria Isabel Nelli; Cons. Drª Lorena Frange Caldas; Cons. Drª Juliana Dalva Rodrigues Caobianco.

CLAUDIA DUARTE MELO
Relatora Nomeada

ACÓRDÃO N° 12, DE 6 DE ABRIL DE 2018

PROCEDIMENTO SUMÁRIO Nº 243/2017. EMENTA: IRREGULARIDADE PECUNIÁRIA. ACÓRDÃO - Vistos, relatados e discutidos estes autos do Proc. Sum. Nº 243/2017, em que é representado (a) profissional fisioterapeuta C. G. M., decide o Plenário do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região - CREFITO-9, por unanimidade de votos, julgam pela aplicação da penalidade de SUSPENSÃO DO EXERCICIO PROFISSIONAL, até a regularização do débito, nos termos do voto da Relatora, que ficam fazendo parte integrante do presente. Presidiu o julgamento o Cons. Drº Elias Nasrala Neto, e dele participaram o Cons. Dra. Janes Aparecida Francio Moreira (Relatora), Cons. Dr. Luciano Muchagata; Cons. Dr. José Alves Martins; Cons. Dra. Claudia Duarte Melo; Cons. Drº Marcos Antônio Moreira De França; Cons. Drº Maria Isabel Nelli; Cons. Drª Lorena Frange Caldas; Cons. Drª Juliana Dalva Rodrigues Caobianco.

JULIANA DALVA CAOBIANCO
Relatora Nomeada

ACÓRDÃO N° 14, DE 06 DE ABRIL DE 2018

PROCEDIMENTO SUMÁRIO Nº 103.202.2017.018. EMENTA: IRREGULARIDADE PECUNIÁRIA. ACÓRDÃO - Vistos, relatados e discutidos estes autos do Proc. Sum. Nº 103.202.2017.018, em que é representado (a) profissional fisioterapeuta J. S. B., decide o Plenário do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região - CREFITO-9, por unanimidade de votos, julgam pela aplicação da penalidade de SUSPENSÃO DO EXERCICIO PROFISSIONAL, até a regularização do débito, nos termos do voto da Relatora, que ficam fazendo parte integrante do presente. Presidiu o julgamento o Cons. Drº Elias Nasrala Neto, e dele participaram o Cons. Dra. Janes Aparecida Francio Moreira (Relatora), Cons. Dr. Luciano Muchagata; Cons. Dr. José Alves Martins; Cons. Dra. Claudia Duarte Melo; Cons. Drº Marcos Antônio Moreira De França; Cons. Drº Maria Isabel Nelli; Cons. Drª Lorena Frange Caldas; Cons. Drª Juliana Dalva Rodrigues Caobianco.

JANES APARECIDA FRANCIO MOREIRA
Relatora Nomeada

ACÓRDÃO N° 17, DE 6 DE ABRIL DE 2018

PROCEDIMENTO SUMÁRIO Nº 103.201.2018.003. EMENTA: IRREGULARIDADE PECUNIÁRIA. ACÓRDÃO - Vistos, relatados e discutidos estes autos do Proc. Sum. Nº 103.201.2018.003, em que é representado (a) profissional fisioterapeuta R. C. A., decide o Plenário do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região - CREFITO-9, por unanimidade de votos, julgam pela aplicação da penalidade de SUSPENSÃO DO EXERCICIO PROFISSIONAL, até a regularização do débito, nos termos do voto da Relatora, que ficam fazendo parte integrante do presente. Presidiu o julgamento o Cons. Drº Elias Nasrala Neto, e dele participaram o Cons. Dra. Janes Aparecida Francio Moreira (Relatora), Cons. Dr. Luciano Muchagata; Cons. Dr. José Alves Martins; Cons. Dra. Claudia Duarte Melo; Cons. Drº Marcos Antônio Moreira De França; Cons. Drº Maria Isabel Nelli; Cons. Drª Lorena Frange Caldas; Cons. Drª Juliana Dalva Rodrigues Caobianco.

JOSÉ ALVES MARTINS
Relator Nomeado

ACÓRDÃO N° 18, DE 6 DE ABRIL DE 2018

PROCEDIMENTO SUMÁRIO Nº 103.201.2018.093. EMENTA: IRREGULARIDADE PECUNIÁRIA. ACÓRDÃO - Vistos, relatados e discutidos estes autos do Proc. Sum. Nº 103.201.2018.093, em que é representado (a) profissional fisioterapeuta A. S. C. D. C., decide o Plenário do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região - CREFITO-9, por unanimidade de votos, julgam pela aplicação da penalidade de SUSPENSÃO DO EXERCICIO PROFISSIONAL, até a regularização do débito, nos termos do voto da Relatora, que ficam fazendo parte integrante do presente. Presidiu o julgamento o Cons. Drº Elias Nasrala Neto, e dele participaram o Cons. Dra. Janes Aparecida Francio Moreira (Relatora), Cons. Dr. Luciano Muchagata; Cons. Dr. José Alves Martins; Cons. Dra. Claudia Duarte Melo; Cons. Drº Marcos Antônio Moreira De França; Cons. Drº Maria Isabel Nelli; Cons. Drª Lorena Frange Caldas; Cons. Drª Juliana Dalva Rodrigues Caobianco.

JANES APARECIDA FRANCIO MOREIRA
Relatora Nomeada

ACÓRDÃO N° 19, DE 6 DE ABRIL DE 2018

PROCEDIMENTO SUMÁRIO Nº 103.201.2018.058. EMENTA: IRREGULARIDADE PECUNIÁRIA. ACÓRDÃO - Vistos, relatados e discutidos estes autos do Proc. Sum. Nº 103.201.2018.058, em que é representada profissional fisioterapeuta K. R. D. A. T., decide o Plenário do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600212

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

da 9ª Região - CREFITO-9, por unanimidade de votos, julgam pela aplicação da penalidade de SUSPENSÃO DO EXERCICIO PROFISSIONAL, até a regularização do débito, nos termos do voto da Relatora, que ficam fazendo parte integrante do presente. Presidiu o julgamento o Cons. Elias Nasrala Neto, e dele participaram o Cons. Dra. Janes Aparecida Francio Moreira (Relatora), Cons. Dr. Luciano Muchagata; Cons. Dr. José Alves Martins; Cons. Dra. Claudia Duarte Melo; Cons. Drº Marcos Antônio Moreira De França; Cons. Drº Maria Isabel Nelli; Cons. Drª Lorena Frange Caldas; Cons. Drª Juliana Dalva Rodrigues Caobianco.

JOSÉ ALVES MARTINS
Relator Nomeado

ACÓRDÃO N° 24, DE 6 DE ABRIL DE 2018

PROCEDIMENTO SUMÁRIO Nº 218/2017. EMENTA: IRREGULARIDADE PECUNIÁRIA. ACÓRDÃO - Vistos, relatados e discutidos estes autos do Proc. Sum. Nº 218/2017, em que é representado (a) profissional fisioterapeuta J. D. S., decide o Plenário do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região - CREFITO-9, por unanimidade de votos, julgam pela aplicação da penalidade de SUSPENSÃO DO EXERCICIO PROFISSIONAL, até a regularização do débito, nos termos do voto da Relatora, que ficam fazendo parte integrante do presente. Presidiu o julgamento o Cons. Elias Nasrala Neto, e dele participaram o Cons. Dra. Janes Aparecida Francio Moreira (Relatora), Cons. Dr. Luciano Muchagata; Cons. Dr. José Alves Martins; Cons. Dra. Claudia Duarte Melo; Cons. Drº Marcos Antônio Moreira De França; Cons. Drº Maria Isabel Nelli; Cons. Drª Lorena Frange Caldas; Cons. Drª Juliana Dalva Rodrigues Caobianco.

JULIANA DALVA CAOBIANCO
Relatora Nomeada

ACÓRDÃO N° 25, DE 6 DE ABRIL DE 2018

PROCEDIMENTO SUMÁRIO Nº 103.201.2017.070. EMENTA: IRREGULARIDADE PECUNIÁRIA. ACÓRDÃO - Vistos, relatados e discutidos estes autos do Proc. Sum. Nº 103.201.2017.070, em que é representado (a) profissional fisioterapeuta B. K. B., decide o Plenário do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região - CREFITO-9, por unanimidade de votos, julgam pela aplicação da penalidade de SUSPENSÃO DO EXERCICIO PROFISSIONAL, até a regularização do débito, nos termos do voto da Relatora, que ficam fazendo parte integrante do presente. Presidiu o julgamento o Cons. Drº Elias Nasrala Neto, e dele participaram o Cons. Dra. Janes Aparecida Francio Moreira (Relatora), Cons. Dr. Luciano Muchagata; Cons. Dr. José Alves Martins; Cons. Dra. Claudia Duarte Melo; Cons. Drº Marcos Antônio Moreira De França; Cons. Drº Maria Isabel Nelli; Cons. Drª Lorena Frange Caldas; Cons. Drª Juliana Dalva Rodrigues Caobianco.

JULIANA DALVA CAOBIANCO
Relatora Nomeada

ACÓRDÃO N° 26, DE 6 DE ABRIL DE 2018

PROCEDIMENTO SUMÁRIO Nº 103.202.2017.011. EMENTA: IRREGULARIDADE PECUNIÁRIA. ACÓRDÃO - Vistos, relatados e discutidos estes autos do Proc. Sum. Nº 103.202.2017.011, em que é representado (a) profissional fisioterapeuta A. P. R., decide o Plenário do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região - CREFITO-9, por unanimidade de votos, julgam pela aplicação da penalidade de SUSPENSÃO DO EXERCICIO PROFISSIONAL, até a regularização do débito, nos termos do voto da Relatora, que ficam fazendo parte integrante do presente. Presidiu o julgamento o Cons. Drº Elias Nasrala Neto, e dele participaram o Cons. Dra. Janes Aparecida Francio Moreira (Relatora), Cons. Dr. Luciano Muchagata; Cons. Dr. José Alves Martins; Cons. Dra. Claudia Duarte Melo; Cons. Drº Marcos Antônio Moreira De França; Cons. Drº Maria Isabel Nelli; Cons. Drª Lorena Frange Caldas; Cons. Drª Juliana Dalva Rodrigues Caobianco.

CLAUDIA DUARTE MELO
Relatora Nomeada

ACÓRDÃO N° 27, DE 6 DE ABRIL DE 2018

PROCEDIMENTO SUMÁRIO Nº 103.201.2018.026. EMENTA: IRREGULARIDADE PECUNIÁRIA. ACÓRDÃO - Vistos, relatados e discutidos estes autos do Proc. Sum. Nº 103.201.2018.026, em que é representada profissional fisioterapeuta M. M. R., decide o Plenário do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região - CREFITO-9, por unanimidade de votos, julgam pela aplicação da penalidade de SUSPENSÃO DO EXERCICIO PROFISSIONAL, até a regularização do débito, nos termos do voto do Relator, que ficam fazendo parte integrante do presente. Presidiu o julgamento o Cons. Elias Nasrala Neto, e dele participaram o Cons. Dra. Janes Aparecida Francio Moreira, Cons. Dr. Luciano Muchagata; Cons. Dr. José Alves Martins; Cons. Dra. Claudia Duarte Melo; Cons. Drº Marcos Antônio Moreira De França; Cons. Drº Maria Isabel Nelli; Cons. Drª Lorena Frange Caldas; Cons. Drª Juliana Dalva Rodrigues Caobianco.

JOSÉ ALVES MARTINS
Relator Nomeado

ACÓRDÃO N° 28, DE 6 DE ABRIL DE 2018

PROCEDIMENTO SUMÁRIO Nº 103.201.2018.057. EMENTA: IRREGULARIDADE PECUNIÁRIA. ACÓRDÃO - Vistos, relatados e discutidos estes autos do Proc. Sum. Nº 103.201.2018.057, em que é representada profissional fisioterapeuta K..S.P., decide o Plenário do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região - CREFITO-9, por unanimidade de votos, julgam pela aplicação da penalidade de SUSPENSÃO DO EXERCICIO PROFISSIONAL, até a regularização do débito, nos termos do voto do Relator, que ficam fazendo parte integrante do presente. Presidiu o julgamento o Cons. Elias Nasrala Neto, e dele participaram o Cons. Dra. Janes Aparecida Francio Moreira, Cons. Dr. Luciano Muchagata; Cons. Dr. José Alves Martins; Cons. Dra. Claudia Duarte Melo; Cons. Drº Marcos Antônio Moreira De França; Cons. Drº Maria Isabel Nelli; Cons. Drª Lorena Frange Caldas; Cons. Drª Juliana Dalva Rodrigues Caobianco.

JOSÉ ALVES MARTINS
Relator Nomeado

ACÓRDÃO N° 29, DE 6 DE ABRIL DE 2018

PROCEDIMENTO SUMÁRIO Nº 103.201.2018.074. EMENTA: IRREGULARIDADE PECUNIÁRIA. ACÓRDÃO - Vistos, relatados e discutidos estes autos do Proc. Sum. Nº 103.201.2018.074, em que é representada profissional fisioterapeuta M.J.O.S., decide o Plenário do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região - CREFITO-9, por unanimidade de votos, julgam pela aplicação da penalidade de SUSPENSÃO DO EXERCICIO PROFISSIONAL, até a regularização do débito, nos termos do voto do Relator, que ficam fazendo parte integrante do presente. Presidiu o julgamento o Cons. Elias Nasrala Neto, e dele participaram o Cons. Dra. Janes Aparecida Francio Moreira, Cons. Dr. Luciano Muchagata; Cons. Dr. José Alves Martins; Cons. Dra. Claudia Duarte Melo; Cons. Drº Marcos Antônio Moreira De França; Cons. Drº Maria Isabel Nelli; Cons. Drª Lorena Frange Caldas; Cons. Drª Juliana Dalva Rodrigues Caobianco.

JOSÉ ALVES MARTINS
Relator Nomeado

ACÓRDÃO N° 30, DE 6 DE ABRIL DE 2018

PROCEDIMENTO SUMÁRIO Nº 103.201.2018.061. EMENTA: IRREGULARIDADE PECUNIÁRIA. ACÓRDÃO - Vistos, relatados e discutidos estes autos do Proc. Sum. Nº 103.201.2018.061, em que é representada profissional fisioterapeuta L.C.P.A., decide o Plenário do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região - CREFITO-9, por unanimidade de votos, julgam pela aplicação da penalidade de SUSPENSÃO DO EXERCICIO PROFISSIONAL, até a regularização do débito, nos termos do voto do Relator, que ficam fazendo parte integrante do presente. Presidiu o julgamento o Cons. Elias Nasrala Neto, e dele participaram o Cons. Dra. Janes Aparecida Francio Moreira, Cons. Dr. Luciano Muchagata; Cons. Dr. José Alves Martins; Cons. Dra. Claudia Duarte Melo; Cons. Drº Marcos Antônio Moreira De França; Cons. Drº Maria Isabel Nelli; Cons. Drª Lorena Frange Caldas; Cons. Drª Juliana Dalva Rodrigues Caobianco.

JOSÉ ALVES MARTINS
Relator Nomeado

ACÓRDÃO N° 31, DE 6 DE ABRIL DE 2018

PROCEDIMENTO SUMÁRIO Nº 103.201.2018.009. EMENTA: IRREGULARIDADE PECUNIÁRIA. ACÓRDÃO - Vistos, relatados e discutidos estes autos do Proc. Sum. Nº 103.201.2018.009, em que é representado profissional fisioterapeuta R.C.D., decide o Plenário do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região - CREFITO-9, por unanimidade de votos, julgam pela aplicação da penalidade de SUSPENSÃO DO EXERCICIO PROFISSIONAL, até a regularização do débito, nos termos do voto do Relator, que ficam fazendo parte integrante do presente. Presidiu o julgamento o Cons. Elias Nasrala Neto, e dele participaram o Cons. Dra. Janes Aparecida Francio Moreira, Cons. Dr. Luciano Muchagata; Cons. Dr. José Alves Martins; Cons. Dra. Claudia Duarte Melo; Cons. Drº Marcos Antônio Moreira De França; Cons. Drº Maria Isabel Nelli; Cons. Drª Lorena Frange Caldas; Cons. Drª Juliana Dalva Rodrigues Caobianco.

JOSÉ ALVES MARTINS
Relator Nomeado

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 18ª REGIÃO

PORTARIA Nº 3, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre a criação do cargo em comissão de Coordenador (a) Político-administrativo.

O CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 18ª Região de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei 5.766, de 20 de dezembro de 1971; regulamentada pelo Decreto nº 79.822 de 17 de julho de 1977 e em conformidade com o acórdão 341/204- Plenário do tribunal de Contas da União, referente Processo TC 016.756/2003-0 e; CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoar e reestruturar o processo de gestão e estrutura funcional do Conselho Regional de Psicologia 18ª Região MT;CONSIDERANDO a necessidade de manter a estrutura funcional e hierárquica do Conselho Regional de Psicologia 18ª Região MT. CONSIDERANDO a faculdade de se criar cargos em comissão no âmbito dos Conselhos regionais de fiscalização para preenchimento de cargos de chefia, coordenação e assessoramento.

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 25 do Regimento Interno do Conselho Regional de Psicologia 18ª Região MT.

CONSIDERANDO deliberação durante a 99ª Sessão Plenária ocorrida em 15/02/2018, resolve:

Art. 1º Criar o cargo comissionado de Coordenador (a) Político-administrativo de livre provimento, para nomeação através de portaria própria.

§ 1º O cargo em comissão é de livre provimento e, portanto, de caráter provisório e precário, não adquirindo quem o exerce o direito à continuidade no cargo, passível de demissão ad nutum.

§ 2º A relação de trabalho do ocupante do cargo comissionado será regida pela Consolidação das Leis do trabalho - CLT.

§ 3º - O ocupante do cargo de Coordenador (a) Político-administrativo deverá, à época de sua nomeação, possuir curso superior completo com experiência e/ou conhecimentos em área compatível com as atribuições do cargo.

Art. 2º A partir da data da nomeação o ocupante do cargo passará a usufruir de todos os direitos e deveres dos funcionários efetivos Conselho Regional de Psicologia 18ª Região MT.

Art. As atribuições e responsabilidades do cargo comissionado de Coordenador (a) Político-Administrativo serão definidas em resolução emitida pelo CRP/18ª Região.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura

MORGANA MOREIRA MOURA
Presidente do Conselho





Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041600214

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.